



CONGRESSO NACIONAL

ANAIIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 134ª SESSÃO À 147ª SESSÃO DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 31 Nº 43
27 DE AGOSTO A 31 DE AGOSTO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS.
BRASÍLIA – BRASIL
2007

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2007-2008)

PRESIDENTE	Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ÁLVARO DIAS (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador GERSON CAMATA (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO	Senador CÉSAR BORGES (PFL-BA)
4º SECRETÁRIO	Senador MAGNO MALTA (PR-ES)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
2º Senador	ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)
3º Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)
4º Senador	FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia
DEM – (vago)¹ *
DEM – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro
BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Paulo Duque*^(S)
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **

Maranhão
DEM – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
BLOCO-PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará
PSOL – José Nery*^(S)
PSDB – Flexa Ribeiro*^(S)
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco
DEM – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
DEM – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^(S)
DEM – Eliseu Resende**

Goiás
DEM – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso
DEM – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*

DEM – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul
BLOCO-PT – Paulo Paim*
BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya*
PSDB – Tasso Jereissati*
BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba
DEM – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo
PMDB – Gerson Camata*
BLOCO-PR – Magno Malta*
BLOCO-PSB – Renato Casagrande**

Piauí
DEM – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
PMDB – Garibaldi Alves Filho *
DEM – José Agripino*
DEM – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto De Conto *^(S)

DEM – Raimundo Colombo **

Alagoas
PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^(S)
BLOCO-PTB – Fernando Collor**

Sergipe
PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
DEM – Maria do Carmo Alves **

Amazonas
PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
BLOCO-PT – João Pedro**^(S)

Paraná
BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^(S)
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
BLOCO-PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^(S)
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal
PDT – Cristovam Buarque *
DEM – Adelmir Santana *^(S)
PTB – Gim Argello**^(S)

Tocantins
BLOCO-PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
DEM – Kátia Abreu**

Amapá
PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*

PMDB – José Sarney **

Rondônia
BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
BLOCO-PR – Expedito Júnior**

Roraima
BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*

BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
(ABIN)		Comentário sobre as políticas agrícolas do Estados Unidos em comparação com as do Brasil. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Mão Santa.....	515
Anúncio da nomeação do Senhor Paulo Lacerda, Diretor Geral da Polícia Federal, para o cargo de Presidente da ABIN. Senador Romeu Tuma	577	AGROPECUÁRIA	
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		Comentário sobre as políticas de desenvolvimento da agricultura e pecuária em Roraima e no Acre. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Augusto Botelho.....	568
Comentários sobre o Parecer apresentado por Sua Excelência, na Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007, que institui normas para licitações e contratos da administração pública. Senador Eduardo Suplicy.	297	ARTIGO DE IMPRENSA	
Elogios ao Senador Eduardo Suplicy pela sua postura responsável em relação ao fechamento do texto da matéria que trata da instituição de normas para licitações e contratos da administração pública. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Romero Jucá.	300	Transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado “Nas ruas, gato por lebre”, de autoria do cineasta José Padilha, publicado no jornal <i>O Globo</i> , edição de 28 de agosto de 2007. Senador Arthur Virgílio	479
Destaque para o trabalho desenvolvido pelos Tribunais de Contas de todo o País, especialmente o do Estado do Piauí. Senador João Vicente Claudino.....	306	Registro da matéria intitulada “As autoridades são outra catástrofe”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 25 de julho de 2007. Senador Cícero Lucena.....	481
Destaque para o trabalho desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí. Aparte ao Senador João Vicente Claudino. Senador Heráclito Fortes.....	307	Registro do artigo intitulado “As opiniões dos Lulas”, publicado na revista <i>Veja</i> , edição de 8 de agosto de 2007. Senador Álvaro Dias.....	484
Elogios aos avanços assegurados pelo Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE), implantado pelo Governo Federal em 1997, com apoio do BID. Senador Romero Jucá.....	550	Registro do artigo intitulado “Morremos todos”, publicado na revista <i>Veja</i> , edição de primeiro agosto de 2007. Senador Sérgio Guerra.....	485
AGRICULTURA		Registro da matéria intitulada “Mundo Verde”, de autoria da repórter Karla Monteiro, publicada na Revista <i>O Globo</i> , edição de 26 de agosto de 2007. Senador Eduardo Azeredo.	545
Comentários sobre o estudo da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), a respeito da queda de renda e o endividamento rural. Senador Alvaro Dias.....	513	ATUAÇÃO PARLAMENTAR	
		Registro de participação de Sua Excelência na Feira Internacional de Mármore e Granito, realizada em Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo. Senador Magno Malta.	389
		Histórico da vida parlamentar de S.Exa. Senador Euclides Mello.....	503

	Pág.		Pág.
Histórico da carreira política de Senador Paulo Duque. Aparte ao Senador Paulo Duque. Senador Marcelo Crivella.....	534	(CPMF)	
CALAMIDADE PÚBLICA		Reflexão sobre os aspectos técnicos que norteiam a CPMF, bem como as questões políticas que envolvem sua discussão e votação. Posição contrária à prorrogação da CPMF. Senador Papaléo Paes.	239
Solidariedade com o sofrimento dos tocantinos afetados pela forte estiagem, manifestando sua expectativa pela decretação do estado de calamidade pública, pelo Ministério da Integração Nacional. Senadora Kátia Abreu.....	38	Posição contrária à prorrogação da CPMF. Senador Mão Santa.....	522
Solidariedade ao povo do Tocantins e dos demais Estados afetados pela seca. Apelo em favor do povo de Roraima, vitimado pelas chuvas que assolam a região, bem como pela reconstrução da BR-174, que liga Manaus à Venezuela. Senador Romero Jucá.....	39	CULTURA	
Considerações sobre a estiagem por que passa a Região Sudeste do Tocantins. Senadora Kátia Abreu.	385	Comentário sobre missão à Floresta Amazônica, em visita à comunidade indígena iauanauá. Importância da preservação da cultura e tradições indígenas. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Tião Viana	10
Considerações sobre a estiagem por que passa a Região Sudeste do Tocantins. Aparte à Senadora Kátia Abreu. Senador João Ribeiro.	386	Registro da realização do encontro “a TEIA 2007 – Tudo de Todos”, no período de 7 a 11 de novembro de 2007, em Belo Horizonte. Senadora Fátima Cleide.....	544
Comentário sobre a seca no Estado do Piauí e sobre a importância da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Aparte à Senadora Kátia Abreu. Senador Mão Santa	387	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Comentário sobre a importância da discussão, no Senado Federal, da Medida Provisória que trata do apoio governamental às vítimas do acidente com o Césio 137 em Goiás. Senador Romero Jucá.....	419	Registro da visita de Sua Exa. à vigésima Feira Industrial e Comercial da Região Oeste – FICRO, realizada em Mossoró – RN. Senadora Rosalba Ciarlini.....	20
Comentário sobre a importância da discussão, no Senado Federal, da Medida Provisória que trata do apoio governamental às vítimas do acidente com o Césio 137 em Goiás. Senador Marconi Perillo.....	419	Comentário sobre o desenvolvimento de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Aparte à Senadora Rosalba Ciarlini. Senador José Agripino	21
Comentário sobre a importância da discussão, no Senado Federal, da Medida Provisória que trata do apoio governamental às vítimas do acidente com o Césio 137 em Goiás. Senador Demóstenes Torres.....	420	Comentário sobre o desenvolvimento de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Aparte à Senadora Rosalba Ciarlini. Senador Sérgio Guerra.....	22
(CPI)		Referências ao pronunciamento da Senadora Rosalba Ciarlini, referente a Mossoró. Senador José Agripino.....	30
Elogios à CPI que investigou o escândalo do mensalão. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	246	DIREITOS HUMANOS	
Comentário sobre o relatório a respeito do mensalão feito pela CPI, o qual foi acatado pela Procuradoria da República. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Heráclito Fortes.	292	Questionamentos sobre a deportação dos dois atletas cubanos que participaram dos Jogos Pan-Americano, realizados no Rio de Janeiro. Senador Heráclito Fortes	34
Considerações acerca da CPI das ONGs. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Heráclito Fortes.	474	Questionamentos sobre a deportação dos dois atletas cubanos que participaram dos Jogos Pan-Americano, realizados no Rio de Janeiro. Aparte Senador Heráclito Fortes. Senador José Agripino...	35
		Comentário sobre a deportação dos dois pugilistas cubanos que participaram dos Jogos Pan-Americano, realizados no Rio de Janeiro. Aparte Senador Heráclito Fortes. Senador Eduardo Suplicy.	37
		Registro da cerimônia de lançamento do livro “Direito à memória e à verdade”, editado pela Secre-	

	Pág.		Pág.
taria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Senador Eduardo Suplicy.....	473	FORÇAS ARMADAS	
Manifestação do desejo de S.Exa em ter participado da cerimônia de lançamento do livro “Direito à memória e à verdade”. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Arthur Virgílio.....	473	Apelo em favor da liberação de mais recursos para a Marinha do Brasil. Senador Marco Maciel....	3
DROGAS		Comentário sobre a liberação de mais recursos para a Marinha do Brasil e críticas à situação precária do Ministério da Defesa. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Mão Santa.	5
Registro do transcurso do Dia Nacional de Combate ao Fumo. Senador Magno Malta.....	390	(GDF)	
ECONOMIA		Comentário sobre a atitude do Governador José Roberto Arruda, do Distrito Federal, de reduzir os cargos de confiança do Instituto Candango de Solidariedade. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Adelmir Santana	564
Considerações acerca do crescimento da economia brasileira, bem como de seu Produto Interno Bruto. Senador Aloizio Mercadante.....	450	Retrospectiva da forma de administrar do Governador José Roberto Arruda. Senador Adelmir Santana	570
EDUCAÇÃO		Comentário sobre a administração do Governador José Roberto Arruda no Distrito Federal. Aparte ao Senador Adelmir Santana. Senador Edison Lobão....	571
Relato de visita realizada por S.Exa. ao Estado do Ceará e defesa da revolução pela educação no País. Senador Cristovam Buarque.....	9	GOVERNO ESTADUAL	
Defesa da revolução pela educação no País. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senadora Rosalba Ciarlini	9	Considerações sobre alternativas de gestão pública, oferecendo como exemplo a experiência recente no Governo do Estado de Goiás, que registra recorde na geração de empregos e em desenvolvimento. Senador Marconi Perillo.....	520
Comentário sobre a importância da educação no Brasil. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Mão Santa.....	12	Comentário sobre a necessidade de a Governadora do Estado do Pará deixar a questão do partidarismo de lado para entrar em consenso com os Senadores paraenses, em prol do desenvolvimento do referido Estado. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Mario Couto.....	531
Indignação com o desvio de recursos públicos, que poderiam ser aplicados no combate ao déficit social e carências crônicas da população brasileira, principalmente na área da educação. Senador Alvaro Dias	17	Lamento pela perda da capacidade de auto-suficiência na produção de alimentos no Estado do Acre. Relato histórico da gestão do pai de S.Exa., ex-Governador Geraldo Mesquita, no Estado do Acre. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	565
Elogios à escolha de frases de valorização da educação na propaganda da Semana da Pátria. Senador Mão Santa.....	237	Comentário sobre a gestão do ex-Governador Geraldo Mesquita, no Estado do Acre. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Edison Lobão.....	567
Relato sobre audiência com o Ministro da Educação juntamente com o Prefeito de Macaé, quando foi passado a S.Exa. o plano de expansão das Escolas Técnicas da Educação Profissional no País. Senador Marcelo Crivella.....	296	GOVERNO FEDERAL	
Considerações sobre o papel de fundamental importância desempenhado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR. Senador Romero Jucá.....	311	Comentários sobre a matéria intitulada “Governo multiplica por oito a criação de cargos”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 27 de agosto de 2007. Senador Mario Couto.....	516
ÉTICA			
Considerações acerca da moralização na política brasileira. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senadora Ideli Salvatti.....	293		

	Pág.		Pág.
Críticas ao Governo Federal tendo em vista a matéria intitulada “Governo multiplica por oito a criação de cargos”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 27 de agosto de 2007. Aparte ao Senador Mario Couto. Senador Mão Santa....	517	Homenagem ao Dia do Corretor de Imóveis. Senador Francisco Dornelles.	94
Críticas ao Governo Federal tendo em vista a matéria intitulada “Governo multiplica por oito a criação de cargos”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 27 de agosto de 2007. Aparte ao Senador Mario Couto. Senador João Tenório.	518	Homenagem ao Dia do Corretor de Imóveis. Senador Marconi Perillo.....	95
Críticas aos gastos do Governo Federal. Senador Mão Santa.	522	Homenagem pelo transcurso do Dia do Corretor de Imóveis. Senador Romeu Tuma	167
Elogios ao Governo Lula pela recuperação da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho. Senador João Pedro.....	557	Cumprimentos ao Senhor Gilberto Carvalho, Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República, por ter recebido comitiva de vítimas do massacre de Corumbiara. Senador Expedito Júnior....	272
Críticas ao Governo Lula pelo excesso de Ministérios. Senador Mão Santa.....	581	Homenagem ao Dia do Comerciante. Senador Adelmir Santana	494
HOMENAGEM		Homenagem ao Dia do Comerciante. Senador Mão Santa	497
Homenagem ao Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Conselho Editorial do Senado Federal pelos dez anos de existência, e a Universidade do Legislativo Brasileiro (UNILEGIS), pelo transcurso dos seis anos do início de suas atividades. Senador Efraim Moraes	77	Homenagem ao Dia do Comerciante. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	498
Homenagem ao Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Conselho Editorial do Senado Federal pelos dez anos de existência, e a Universidade do Legislativo Brasileiro (UNILEGIS), pelo transcurso dos seis anos do início de suas atividades. Senador Romeu Tuma.....	80	Homenagem à família do Senador Mão Santa na passagem do Dia do Comerciante. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Adelmir Santana....	499
Homenagem ao Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Conselho Editorial do Senado Federal pelos dez anos de existência, e a Universidade do Legislativo Brasileiro (UNILEGIS), pelo transcurso dos seis anos do início de suas atividades. Senador José Sarney.	81	Homenagem ao Dia do Comerciante. Senador Jayme Campos.....	501
Homenagem ao Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Conselho Editorial do Senado Federal pelos dez anos de existência, e a Universidade do Legislativo Brasileiro (UNILEGIS), pelo transcurso dos seis anos do início de suas atividades. Senador Arthur Virgílio.	85	Considerações sobre as ações do Governo Collor. Senador Euclides Mello.....	503
Homenagem ao Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Conselho Editorial do Senado Federal pelos dez anos de existência, e a Universidade do Legislativo Brasileiro (UNILEGIS), pelo transcurso dos seis anos do início de suas atividades. Senador Augusto Botelho	90	Encaminhamento do Requerimento nº 997, de 2007, que requer voto de louvor em comemoração aos 25 anos de atividades Episcopais de Dom José Palmeira Lessa, Arcebispo de Aracaju. Senador Antonio Carlos Valadares.....	508
Homenagem ao Dia do Corretor de Imóveis. Senador Adelmir Santana.....	92	Saudação aos Estados do Pará, do Piauí e do Rio de Janeiro. Senador Paulo Duque.....	533
		Agradecimento pela aprovação de requerimento de autoria de S.Exa. para realizar uma sessão de homenagem ao Círio de Nazaré, denominado Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira, pelo transcurso dos seus 240 anos. Senador Flexa Ribeiro.....	543
		Apresentação de voto de louvor à TV Amazonas, à Rede Amazônica de Televisão, afiliada à Rede Globo, que completa 35 anos de atividades prestadas no Norte do País. Senador João Pedro.....	557
		Comemoração pelo transcurso de 35 anos de atuação da Rede Amazônica de Televisão. Senador Geraldo Mesquita Júnior	565
		Homenagem à Rede Amazônica de Televisão, pela comemoração dos 35 anos de atividades. Senador Augusto Botelho	575
		HOMENAGEM PÓSTUMA	
		Justificação do Requerimento nº 979, de 2007, que solicita voto de pesar pelo falecimento do Grão-	

	Pág.		Pág.
Mestre da Grande Loja Maçônica de Roraima, Ademir Pinheiro Viana. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	252	INFRA-ESTRUTURA	
Demonstração de solidariedade à família do Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica de Roraima, Ademir Pinheiro Viana, em virtude de seu falecimento. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Augusto Botelho.....	253	Justificativas ao encaminhamento do Requerimento nº 994, de 2007, de autoria de S.Exa., dirigida ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior pedindo informações do BNDES acerca da existência de projeto de construção de ferrovia de longa extensão na Amazônia. Senador Arthur Virgílio.....	478
Voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Antonio Morimoto. Senador Expedito Júnior...	272	JUDICIÁRIO	
Homenagem ao ex-Presidente Getúlio Vargas pelo transcurso do quinquagésimo terceiro aniversário de seu falecimento. Senador Epitácio Cafeteira.....	322	Opinião sobre o julgamento emblemático, pelo Supremo Tribunal Federal, do caso dos mensaleiros. Senador Jefferson Péres.....	235
Homenagem ao ex-Presidente Getúlio Vargas pelo transcurso do quinquagésimo terceiro aniversário de seu falecimento. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	325	Comentários sobre o Poder Judiciário do Brasil. Aparte ao Senador Jefferson Péres. Senador Heráclito Fortes.....	236
Homenagem ao ex-Presidente Getúlio Vargas pelo transcurso do quinquagésimo terceiro aniversário de seu falecimento. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	327	Comentários acerca do discurso do Senador Jefferson Péres, sobre a justiça no Brasil. Aparte ao Senador Jefferson Péres. Senador Heráclito Fortes.....	237
Homenagem ao ex-Presidente Getúlio Vargas pelo transcurso do quinquagésimo terceiro aniversário de seu falecimento. Senador Pedro Simon.....	329	Aplausos ao Supremo Tribunal Federal por sua independência ao aceitar as denúncias dos envolvidos no "Mensalão" e à atuação do Procurador-Geral da República. Senador Alvaro Dias.....	241
Homenagem ao ex-Presidente Getúlio Vargas pelo transcurso do quinquagésimo terceiro aniversário de seu falecimento. Senador Eduardo Azeredo.....	334	Elogios à atuação diligente do Supremo Tribunal Federal. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	243
Homenagem ao ex-Presidente Getúlio Vargas pelo transcurso do quinquagésimo terceiro aniversário de seu falecimento. Senador Arthur Virgílio.....	336	Comentários sobre a importância do julgamento realizado no Supremo Tribunal Federal dos envolvidos no escândalo do "Mensalão". Senador Tasso Jereissati.....	246
Homenagem ao ex-Presidente Getúlio Vargas pelo transcurso do quinquagésimo terceiro aniversário de seu falecimento. Senador Aloizio Mercadante.....	337	Comentários sobre o julgamento realizado no Supremo Tribunal Federal dos envolvidos no escândalo do "Mensalão". Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Romeu Tuma.....	248
Homenagem ao ex-Presidente Getúlio Vargas pelo transcurso do quinquagésimo terceiro aniversário de seu falecimento. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Tasso Jereissati.....	344	Elogios ao Supremo Tribunal Federal pelas providências tomadas em relação ao caso do "Mensalão". Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Mario Couto.....	248
Homenagem ao ex-Presidente Getúlio Vargas pelo transcurso do quinquagésimo terceiro aniversário de seu falecimento. Senador Paulo Duque.....	345	Constatação de que as decisões do Supremo Tribunal Federal devem gerar consequências políticas, reduzindo a corrupção e a impunidade na política brasileira. Senador Sérgio Guerra.....	249
IMPrensa		Elogios à atuação do Supremo Tribunal Federal no julgamento do caso do "Mensalão". Aparte ao Senador Sérgio Guerra. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	250
Considerações sobre reportagem da revista <i>Veja</i> , relacionando o nome de S.Exa. entre alguns Parlamentares que supostamente tencionam trocar os Democratas por agremiações da base aliada do Governo. Senador Jayme Campos.....	274	Comentários sobre a importância do Supremo Tribunal Federal diante da corrupção política no País. Aparte ao Senador Sérgio Guerra. Senador Tasso Jereissati.....	251

	Pág.		Pág.
Alerta no sentido de que o processo iniciado no Supremo Tribunal Federal, contra os envolvidos no “Mensalão”, é apenas a decisão sobre a aceitação ou não da denúncia apresentada pela Procuradoria Geral da República. Expectativa de que a mão da Justiça caia sobre todos que cometeram atos ilícitos. Senadora Ideli Salvatti	276	Comentário favorável à indicação do Doutor Fernando Eizo Ono para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado. Senador Osmar Dias.....	406
Comentários sobre a atuação do Supremo Tribunal Federal no caso do “Mensalão”. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Eduardo Suplicy.....	277	Comentário favorável à indicação do Doutor Fernando Eizo Ono para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado. Senador Alvaro Dias.....	406
Elogios à atuação do Supremo Tribunal Federal no julgamento da denúncia do “Mensalão”. Senador Pedro Simon.....	278	MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
Reflexão sobre o julgamento realizado pelo STF dos envolvidos no episódio do “Mensalão”. Senador Garibaldi Alves Filho	384	Mensagem nº 132, de 2007 (nº 633/2007, na origem), que submete à consideração do Senado Federal o nome do Doutor Carlos Alberto Menezes Direito para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence	96
Considerações sobre a prerrogativa privativa do Senado Federal de indicar membros do Supremo Tribunal Federal. Senador Aloizio Mercadante	392	Mensagem nº 133, de 2007 (nº 624/2007, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Jorge D’Escragno Taunay Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru.....	128
Comentários sobre a indicação do Senhor Carlos Alberto Menezes para assumir o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Senador Flexa Ribeiro.....	392	Mensagem nº 134, de 2007 (nº 625/2007, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Brian Michael Fraser Neele, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras	150
Comentários sobre a indicação do Senhor Carlos Alberto Menezes para assumir o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Senador Francisco Dornelles.	393	Mensagem nº 135, de 2007 (nº 626/2007, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora Leda Lucia Martins Camargo, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Tcheca.....	160
Comentários sobre a indicação do Senhor Carlos Alberto Menezes para assumir o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Senador Arthur Virgílio.....	393	MUNICÍPIOS	
Comentários sobre a indicação do Senhor Carlos Alberto Menezes para assumir o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Senador Alvaro Dias... .	393	Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2007 (nº 58/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios (mini-reforma tributária). Senador Romero Jucá.	440
Comentários sobre a indicação do Senhor Carlos Alberto Menezes para assumir o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Senador Marconi Perillo.	394	Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2007 (nº 58/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando a entrega de recursos pela União ao	
Comentários sobre a indicação do Senhor Carlos Alberto Menezes para assumir o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Senador Magno Malta.....	394		
Comentários sobre a indicação do Senhor Carlos Alberto Menezes para assumir o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Senador José Nery.....	397		
Encaminhamento à votação do Parecer nº 656, de 2007, sobre a Mensagem nº 119, de 2007 (nº 515/2007 na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Doutor Pedro Paulo Teixeira Manus para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de Ministro Togado, na vaga reservada a Juizes de carreira da magistratura trabalhista. Senador Aloizio Mercadante.	404		

	Pág.		Pág.
Fundo de Participação dos Municípios (mini-reforma tributária). Senador Arthur Virgílio	440	Saudação pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 75, de 2007, que aumenta os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Senador Flexa Ribeiro	529
Satisfação com a aprovação da Emenda Constitucional nº 75, de 2007, que trata do aumento do Fundo de Participação dos Municípios. Senadora Rosalba Ciarlini	451	Comentário sobre o aumento dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Mão Santa	529
Satisfação com a aprovação da Emenda Constitucional nº 75, de 2007, que trata do aumento do Fundo de Participação dos Municípios. Senador Valdir Raupp	451	OFÍCIO	
Satisfação com a aprovação da Emenda Constitucional nº 75, de 2007, que trata do aumento do Fundo de Participação dos Municípios. Senador Jayme Campos.....	451	Ofício nº 1.411, de 2007, que encaminha ao Senado Federal a Proposta de Emenda à Constituição nº 272, de 2000, que “Dá nova redação à alínea c do inciso I do art. 12 da Constituição Federal e acrescenta art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, assegurando o registro nos consulados de brasileiros nascidos no estrangeiro”, aprovada, em segundo turno, pela Câmara dos Deputados.	536
Considerações acerca da aprovação da Emenda Constitucional nº 75, de 2007, que trata do aumento do Fundo de Participação dos Municípios. Senadora Ideli Salvatti.....	452	ORÇAMENTO	
Destaque para a luta do municipalismo brasileiro diante da aprovação da Emenda Constitucional nº 75, de 2007, que trata do aumento do Fundo de Participação dos Municípios. Senador Marconi Perillo.....	453	Registro da participação de S.Exa. no Foro Parlamentar Interamericano de Gestão para Resultado em Desenvolvimento, órgão que integra o Banco Interamericano de Desenvolvimento, sobre a elaboração dos orçamentos e o seu processo de fiscalização. Senador José Maranhão	578
Cumprimentos aos Prefeitos Brasil pela vitória alcançada na luta pelo aumento dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios. Senador Eduardo Azeredo.....	453	PARECER	
Cumprimentos aos Prefeitos Brasil pela vitória alcançada na luta pelo aumento dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios. Senador Neuto de Conto	453	Parecer nº 714, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2007, tendo como 1º signatário o Senador Jarbas Vasconcelos, que altera o art. 17. § 1º, da Constituição Federal, para admitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias. Senador Tasso Jereissati.....	41
Considerações sobre a importância do Fundo de Participação dos Municípios. Senadora Kátia Abreu...	454	Parecer nº 715, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2007 (nº 1.143/2003, na Casa de origem), que regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal – TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal – ASB. Senador Augusto Botelho.....	44
Demonstração de alegria diante da aprovação da Emenda Constitucional nº 75, de 2007, que trata do aumento do Fundo de Participação dos Municípios. Senador Heráclito Fortes.....	454	Parecer nº 716, de 2007 (da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura), sobre a Mensagem nº 100, de 2007 (nº 418/2007, na origem), que “Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Miguel de Souza para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT”. Senador Valdir Raupp.....	229
Comentário sobre a importância de se fazer reformas tributárias que contemplem os Municípios brasileiros. Senador César Borges.....	454		
Considerações acerca da aprovação da Emenda Constitucional nº 75, de 2007, que trata do aumento do Fundo de Participação dos Municípios. Senador Flexa Ribeiro.....	455		
Considerações acerca da aprovação da Emenda Constitucional nº 75, de 2007, que trata do aumento do Fundo de Participação dos Municípios. Senador José Nery.....	455		
Considerações acerca da aprovação do aumento do Fundo de Participação dos Municípios. Senador Mão Santa.	456		
Considerações sobre o aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Senador Mario Couto.	516		

	Pág.		Pág.
Parecer nº 717, de 2007 (da Comissão de Educação), sobre a Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2007 (nº 696/2007), naquela que institui o “Dia de Santo Antônio de Sant’Anna Galvão”, a ser comemorado no dia 11 de maio. Senador Jonas Pinheiro	231	serva Extrativista Marinha de Soure, no Arquipélago do Marajó, no Pará. Senador Mario Couto.	6
Parecer nº 718, de 2007 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre a Mensagem nº 132, de 2007 (nº 633/2007, na origem) do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor Carlos Alberto Menezes Direito para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence. Senador Valter Pereira.....	376	PETROBRÁS	
Parecer nº 719, de 2007 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2007, de iniciativa do Presidente da República (nº 58/2007, na Câmara dos Deputados), altera o artigo 159 da Constituição Federal, aumentando a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios (Mini-reforma Tributária). Senador Romero Jucá.....	377	Constatação de que o avanço da Petrobrás sobre o setor do etanol poderá trazer prejuízos à indústria nacional. Senador César Borges	233
Parecer nº 720, de 2007, de Plenário, sobre a Medida Provisória nº 373, de 2007, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios. Senador Tião Viana.....	414	Comentários sobre a importância da Petrobrás para a economia brasileira. Aparte ao Senador César Borges. Senador Jefferson Péres	234
Parecer nº 721, de 2007 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Ofício “S” nº 6, de 2007, (nº 348/2007, na origem) do Danos do Nordeste do Brasil S.A., que encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), referentes ao ano de 2006. Senadora Fátima Cleide.....	553	POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE	
PARTIDO POLÍTICO		Constatação de equívoco, em matéria publicada no <i>Jornal do Senado</i> , na edição de 30 de agosto de 2007, sobre audiência pública da Subcomissão de Biocombustíveis. Senador João Tenório.....	519
Reflexão sobre o papel histórico do PT. Senador Arthur Virgílio.....	284	Destaque para a assinatura de pacto ambiental entre o Governo de Mato Grosso e a Associação dos Produtores de Soja – Aprosoja. Senadora Serys Silhessarenko	558
PESCA		Defesa da inclusão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses como uma das sete maravilhas naturais do mundo. Senador Edison Lobão... .	573
Relato da difícil situação dos caranguejeiros brasileiros. Apresentação de requerimento ao Ministério do Meio Ambiente, solicitando levantamento sobre a real situação e a adoção de providências quanto à invasão de pessoas para extração ilegal de caranguejo na Reserva Extrativista Marinha de Soure, no Arquipélago do Marajó, no Pará. Senador Mario Couto.	511	POLÍTICA ENERGÉTICA	
		Alertas e reflexões sobre a retomada do projeto de construção da usina nuclear de Angra III. Senador Eduardo Azeredo.	274
		POLÍTICA EXTERNA	
		Comentários acerca da aceitação por comissão da ONU do prolongamento dos limites da plataforma continental pelo Brasil. Senador Marco Maciel.	3
		Considerações sobre comentários feitos pelo Presidente Lula a respeito do Presidente Hugo Chávez. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Eduardo Suplicy.....	280
		Relato da participação de S.Exa. no Fórum de Legisladores do G-8. Senadora Serys Silhessarenko.	558
		POLÍTICA FUNDIÁRIA	
		Anúncio da visita do Presidente Lula ao Amapá, para confirmar a transferência de titularidade das terras da União, localizadas no ex-Território do Amapá, para o Estado do Amapá. Senador Gilvam Borges.....	511

Pág.	Pág.
	PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Comentário sobre a visita do Presidente Lula ao Amapá, para confirmar a transferência de titularidade das terras da União, localizadas no ex-Território do Amapá, para o Estado do Amapá. Aparte ao Senador Gilvam Borges. Senador Mozarildo Cavalcanti.	511
Importância de projeto de autoria de S.Exa., que trata do aproveitamento de áreas já alteradas em nível nacional, para uso econômico. Senador Flexa Ribeiro.....	529
Anúncio do seminário Etanol MT/Brasil, a se realizar em Mato Grosso. Senadora Serys Shlessarenko.	558
Comentário sobre a produção de etanol no Brasil. Aparte à Senadora Serys Shlessarenko. Senador Edison Lobão.....	561
POLÍTICA INDIGENISTA	
Registro de entendimento entre várias comunidades indígenas de Roraima para realização de um projeto de atuação conjunta para o desenvolvimento da área da Raposa Serra do Sol. Senador Romero Jucá.	308
Protesto contra possível operação da Funai, utilizando a Polícia Federal, na reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima. Senador Mozarildo Cavalcanti.	525
POLÍTICA SALARIAL	
Apoio à luta dos servidores públicos federais por melhores salários. Senador Gilvam Borges.....	1
POLÍTICA SANITÁRIA	
Defesa da elevação de investimentos no setor de saneamento básico, com ampliação do acesso da população de baixa renda, como forma de diminuir a incidência de várias doenças. Senador Antonio Carlos Valadares	170
POLÍTICA SOCIAL	
Considerações sobre projeto que trata da desburocratização do processo de adoção. Senador Magno Malta.....	389
Destaque para pesquisa mostrando que o índice de extrema pobreza caiu pela metade no Brasil, dez anos antes da meta da ONU. Senador Ideli Salvatti.	509
Crítica ao anúncio da extinção do Programa Primeiro Emprego em 2008. Senador Heráclito Fortes. ...	562
Comentário sobre a importância da entrevista concedida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , em 26 de agosto de 2007. Senador Eduardo Suplicy.....	23
Comentário sobre a importância da entrevista concedida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , em 26 de agosto de 2007. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Heráclito Fortes.	26
Comentário sobre a importância da entrevista concedida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , em 26 de agosto de 2007. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Sérgio Guerra	27
Comentários à entrevista concedida pelo Presidente Lula, em 26 de agosto de 2007, ao jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> . Senador José Agripino.	30
Comentários à entrevista concedida pelo Presidente Lula, em 26 de agosto de 2007, ao jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , ressaltando a valorização da democracia e dos preceitos constitucionais. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Eduardo Suplicy	33
Elogios à entrevista do Presidente Lula ao jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , ao afirmar que não será candidato ao terceiro mandato presidencial. Senador Jefferson Péres.	235
Críticas ao Presidente Lula em virtude dos escândalos políticos ocorridos em seu primeiro mandato. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Jarbas Vasconcelos.....	247
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	
Projeto de Decreto Legislativo nº 257, de 2007 (nº 1.633/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Ecológica, Cultural e Esportiva de Campo Bonito – Paraná, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Bonito, Estado do Paraná	355
Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 2007 (nº 1.641/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária São Domingos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo da Madre de Deus, Estado de Pernambuco.....	358
Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2007 (nº 2.250/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Santo Antônio do Monte para executar serviço de	

	Pág.		Pág.
radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais.	361	Projeto de Lei do Senado nº 503, de 2007, que altera a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, que cria a “Timemania”, para ampliar as possibilidades de parcelamento de débitos das entidades beneficiadas. Senador Sérgio Zambiasi.	223
Projeto de Decreto Legislativo nº 260, de 2007 (nº 2.280/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Corumbá – ACODAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.	364	Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2007, que altera a Lei nº 11.445, de 15 de janeiro de 2007, que dispõe sobre diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para incentivar a economia no consumo de água. Senador Antonio Carlos Valadares.	224
Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2007 (nº 2.408/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Verdes Mares Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	367	Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2007, que dispõe sobre restrições à venda e ao consumo de bebidas alcoólicas e altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para ampliar as restrições à propaganda dessas bebidas e modificar sua definição e algumas disposições relativas às advertências sobre o seu consumo. Senador Marisa Serrano.	380
PROJETO DE LEI DA CÂMARA			
Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2007 (nº 6.633/2006, na Casa de origem), que denomina Ponte Governador Ivar Figueiredo Saldanha a segunda ponte sobre o Estreito dos Mosquitos, na BR-135, ligando a ilha de São Luís ao continente, no Estado do Maranhão.	371	Projeto de Lei do Senado nº 506, de 2007, que altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que “estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico”, para determinar a manutenção preventiva nas galerias de águas pluviais. Senador Marconi Perillo. ...	465
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL			
Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2007, sobre a Mensagem nº 11 2, de 2007-CN (nº 622/2007, na origem), que abre aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura, crédito suplementar no valor global de R\$233.907.232,00, para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente, e dá outras providências.	179	Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2007, que altera a redação do art. 9º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras e dá outras providências, para dispor sobre a exoneração de seus dirigentes. Senador Jayme Campos.	466
Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2007, sobre a Mensagem nº 113, de 2007-CN (nº 623/2007, na origem), que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$306.714.388,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.	212	Projeto de Lei do Senado nº 508, de 2007, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportações – ZPE – na cidade de Brasília, Distrito Federal. Senador Gim Argelo.	468
PROJETO DE LEI DO SENADO			
Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2007, que acrescenta inciso ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir atendimento presencial aos usuários de serviços de telecomunicações. Senador César Borges.	222	Projeto de Lei do Senado nº 509, de 2007, que dispõe sobre a criação de incentivos fiscais para pessoas físicas e jurídicas que façam doações financeiras a fundos públicos de geração de emprego, ocupação e renda e dá outras providências. Senador Gim Argelo.	469
		Projeto de Lei do Senado nº 510, de 2007, que altera o art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatórios o diagnóstico e a terapêutica de anormalidades na visão e na audição dos recém-nascidos em todo o território nacional. Senador Edison Lobão.	552
		PROJETO DE RESOLUÇÃO	
		Projeto de Resolução nº 49, de 2007, que autoriza a Prefeitura Municipal de Curitiba (PR) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o	

Pág.	Pág.
Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de até dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América.....	556
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	
Proposta de Emenda à Constituição nº 83, de 2007, que altera, revoga e acresce dispositivos à Constituição, para permitir a incidência do ICMS na exportação de produtos primários e semi-elaborados e repartir o produto da arrecadação do imposto de exportação. Senador Marcelo Crivella.....	47
Proposta de Emenda à Constituição nº 84, de 2007, que altera o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição Federal, para estabelecer a gratuidade das ações de mandado de segurança e de mandado de injunção. Senador José Maranhão.....	461
REQUERIMENTO	
Requerimento nº 958, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, requer que sobre o PLC nº 42, de 2007, seja ouvida a Comissão de Assuntos Sociais – CAS. Senador Paulo Paim.....	66
Requerimento nº 959, de 2007, requer que seja considerada como desempenho de missão parlamentar oficial da Casa, no exterior, a participação de S.Exa. nos dias 3 e 4 de setembro de 2007, por ocasião da V Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, na Cidade de Montevidéu, Uruguai. Senador Inácio Arruda.....	67
Requerimento nº 960, de 2007, que requer ao Ministério do Meio Ambiente levantamento sobre a real situação e a adoção de enérgicas providências quanto à invasão de pessoas para extração ilegal de caranguejo na Reserva Extrativista Marinha de Soure, no Arquipélago do Marajó. Senador Mario Couto.....	67
Requerimento nº 961, de 2007, que comunica a ausência de S.Exa. do País para participar, como integrante da representação brasileira, da Reunião do Parlamento do Mercosul, a realizar-se nos dias 3 e 4 de setembro de 2007, em Montevidéu, Uruguai. Senador Pedro Simon.....	67
Requerimento nº 962, de 2007, que requer a necessária autorização para participar da Quinta Sessão do Parlamento do Mercosul, nos dias 3 e 4 de setembro de 2007, na cidade de Montevidéu, Uruguai. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	67
Requerimento nº 963, de 2007, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado de nºs. 5/2003; 178/2004; 200/2004; 220/2004; 370/2004, por versarem sobre o mesmo assunto. Senador Romero Jucá.....	67
Requerimento nº 964 de 2007, que requer a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2003, de minha autoria, que “Altera o Anexo de Metas Fiscais da Lei nº 10. 524, de 25 de julho de 2002 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003”. Senador Romero Jucá.....	68
Requerimento nº 965, de 2007, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no dia 4 de setembro de 2007, para participar da Quinta Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai. Senador Aloizio Mercadante.....	166
Requerimento nº 966, de 2007, requer que seja considerada como desempenho de missão no exterior a participação de S.Exa., nos dias 3 e 4 de setembro de 2007, da Quinta Sessão do Parlamento do Mercosul, que se realizará na cidade de Montevidéu, no Uruguai. Senador Sérgio Zambiasi.....	166
Requerimento nº 967, de 2007, que requer a realização de Sessão Solene Especial para comemorar os 50 Anos da Revolta dos Posseiros, a ser realizada na primeira quinzena do mês de outubro de 2007. Senador Alvaro Dias.....	166
Requerimento nº 968, de 2007, que solicita licença para tratar de interesse particular pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias a partir de 29 de agosto. Senador Fernando Collor.....	173
Requerimento nº 969, de 2007, que requer informações ao Ministro da Justiça, acerca do avião que transportou, do Rio de Janeiro para Havana, os dois atletas (boxeadores) cubanos que participaram dos Jogos Pan-Americanos, realizados em julho de 2007. Senador Arthur Virgílio.....	173
Requerimento nº 970, de 2007, que requer informações ao Ministro da Defesa, acerca do avião que transportou, do Rio de Janeiro para Havana, os dois atletas (boxeadores) cubanos que participaram dos Jogos Pan-Americanos, realizados em julho de 2007. Senador Arthur Virgílio.....	173
Requerimento nº 971, de 2007, que requer voto de aplauso ao Partido Socialista Brasileiro-PSB, pelos seus 60 anos. Senador Arthur Virgílio.....	174
Requerimento nº 972, de 2007, que requer voto de aplauso à Universidade Federal do Amazonas – UFAM, pela aprovação, na CAPES/MEC, do Curso de Doutorado “Sociedade e Cultura na Amazônia”. Senador Arthur Virgílio.....	175
Requerimento nº 973, de 2007, que requer voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 25 de agosto de 2007, da Senhora Clotilde Piquet de Sotto Mayor, viúva do Saudoso Deputado Federal Estácio Sotto Mayor. Senador Arthur Virgílio.....	175
Requerimento nº 974, de 2007, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa,	

	Pág.		Pág.
no período de 31 de agosto a 8 de setembro de 2007, para fins de participar, em Viena, na Áustria, a convite da Organização das Nações Unidas, de reuniões com autoridades do Escritório contra Drogas e Crime, de interesse da atividade legislativa. Senador Romeu Tuma.....	176	Parapanamericanos, realizados na cidade do Rio de Janeiro. Senador José Maranhão	178
Requerimento nº 975, de 2007, que requer a retirada do Requerimento nº 1.161, de 2006. Senador Sibá Machado.	176	Requerimento nº 982, de 2007, que solicita autorização do Senado Federal para ausentar-se do País, no período de 2 a 5 de setembro de 2007, para participar da Quinta Sessão do Parlamento do Mercosul, que se realizará na cidade de Montevideu, no Uruguai. Senadora Marisa Serrano	373
Requerimento nº 976, de 2007, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2007, que “Dispõe sobre a produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico e dá outras providências”, que além da Comissão de despacho inicial seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos. Senador Aloizo Mercadante.....	176	Requerimento nº 983, de 2007, que solicita informações à Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente sobre as deliberações do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN. Senadora Kátia Abreu.....	373
Requerimento nº 977, de 2007, que requer a tramitação conjunta do PLS nº 272, de 2005, com o PLS nº 282, de 2005, por versarem sobre o mesmo assunto. Senador Romero Jucá	176	Requerimento nº 984, de 2007, requer que seja justificada a ausência de S.Exa nos dias 3 e 4 do mês de setembro de 2007, quando estará em missão oficial, junto à 5ª Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Uruguai. Senador Eduardo Azeredo	374
Requerimento nº 978, de 2007, que requer a tramitação conjunta, por regularem a mesma matéria, das Propostas de Emenda à Constituição – PEC nºs 11/2003; 8/2004; 42/2004; 1/2007; 12/2007; 18/2007; 55/2007, que alteram o art. 56 da Constituição Federal, de modo a introduzir novas regras para a suplência de Senador. Senador Eduardo Suplicy.....	177	Requerimento nº 985, de 2007, que requer, em aditamento ao Requerimento nº 967, de 2007, que a Sessão Especial em homenagem pela passagem dos 50 Anos da Revolta dos Posseiros, seja transformada em homenagem do Período do Expediente, a realizar-se no dia 2 de outubro. Senador Delcídio Amaral.....	374
Requerimento nº 979, de 2007, que requer, em decorrência do falecimento do Grão Mestre da Grande Loja Maçônica de Roraima, Ademir Pinheiro Viana, ocorrido no dia 26 de agosto, na cidade de São Paulo, a inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família e à Grande Loja Maçônica de Roraima. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	177	Requerimento nº 986, de 2007, que requer a retirada definitiva do Projeto de Lei do Senado nº 365, de 2005, que dispõe sobre concurso de prognósticos da Loteria Federal, para determinar a identificação do apostador no comprovante de aposta pelo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), do Ministério da Fazenda. Senador Gerson Camata.....	374
Requerimento nº 980, de 2007, que requer, em decorrência do falecimento do professor Newton Lins Buarque Sucupira, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, no dia 26 de agosto de 2007, a inserção em ata de voto de profundo pesar; apresentação de condolências a seus filhos, à Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Gama Filho, onde era Professor Emérito, ao Ministério da Educação, onde ocupou cargo no Conselho Federal de Educação e de Diretor de Assuntos Universitários, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Senador Marco Maciel	177	Requerimento nº 987, de 2007, requer que seja concedida licença dos trabalhos desta Casa para participar da Sessão Legislativa Ordinária nos dias 3 e 4 de setembro de 2007, em Montevideu, Uruguai. Senador Efraim Morais	375
Requerimento nº 981, de 2007, que requer voto de aplauso a Sandro Alves, Andreonni Fabrizius, Damiano Robson, Marcelo José, Severino Gabriel, Fabio Ribeiro, Antônio de Pádua Alves e Jailton Lucas, pelos brilhantes resultados obtidos no maior campeonato desportivo das Américas para Para-Atletas, os Jogos		Requerimento nº 988, de 2007, que em aditamento ao Requerimento nº 961/2007, já aprovado pelo Plenário desta Casa, requer alteração do período informado no qual S.Exa. ausentará-se do País, para participar como integrante da representação brasileira da Reunião do Parlamento do Mercosul, que será entre os dias 2 a 5 de setembro de 2007. Senador Pedro Simon	375
		Requerimento nº 989, de 2007, que requer a realização de período do expediente no Plenário do Senado Federal, às 14h, do dia 4 de setembro de 2007, destinada a homenagear o Círio de Nazaré, denominado “Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira” pelo transcurso do seu 214º aniversário que ocorrerá em 14 de setembro de 2007. Senador Flexa Ribeiro	375

	Pág.		Pág.
373, de 2007), que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007). Senadora Marisa Serrano	416		
Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007), que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007). Senador Eduardo Azeredo	417	Comentário sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007), que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007). Senadora Ideli Salvatti.....	421
Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007), que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007). Senador Arthur Virgílio.....	417	Esclarecimentos a respeito do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007), que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007). Senador Tião Viana	421
Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007), que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007). Senador Mão Santa.....	418	Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007), que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007). Senador Magno Malta.	421
Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007), que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007). Senadora Ideli Salvatti.....	418	Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007), que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007). Senador Inácio Arruda.....	421
Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007), que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007). Senador João Pedro	418	Frustração com o anúncio do cancelamento de mais investimentos na área da saúde para o Norte e Nordeste brasileiros. Senador Heráclito Fortes	562
Comentário sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007), que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007). Senador Marconi Perillo	418	Comentário sobre a liberação de recursos para a melhoria do Hospital Getúlio Vargas, no Piauí. Senador Wellington Salgado de Oliveira	565
Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007), que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007). Senador Gilvam Borges	419	Alerta para a necessidade de melhorar as condições de higiene na extração da polpa do açaí, para evitar a doença de chagas. Senador Augusto Botelho.....	575
		SEGURANÇA PÚBLICA	
		Manifestação sobre a indignação que campeia no Paraná e em todo o País, diante do brutal assassinato de uma jovem em Curitiba. Senador Alvaro Dias.....	17
		SENADO FEDERAL	
		Esclarecimentos sobre o posicionamento de S.Exa. no Conselho de Ética, referente ao “caso Renan Calheiros”. Senador Eduardo Suplicy	23
		Defesa de votação aberta no Conselho de Ética, no processo contra o Senador Renan Calheiros. Senador Sérgio Guerra	28

Pág.	Pág.		
<p>Informação sobre a reapresentação da Proposta de Emenda Constitucional, pelo Senador Tião Viana, assinada por todos Senadores do Partido dos Trabalhadores, para que o voto no Senado seja sempre aberto em questões tais como a cassação de mandato em virtude de violação de decoro parlamentar, que não foi aprovada na legislatura passada. Senador Eduardo Suplicy</p> <p>Registro de sua indignação com o encaminhamento de voto secreto no Conselho de Ética. Senadora Kátia Abreu</p> <p>Esclarecimentos à Senadora Kátia Abreu sobre seu ponto de vista também favorável ao voto aberto no Conselho de Ética. Senador Eduardo Suplicy.....</p> <p>Apresentação, pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, de recurso contra a decisão da Mesa, no dia 22 de agosto de 2007, de arquivar a representação que pretendia apurar possível quebra de decoro parlamentar por parte do Senador Gim Argello. Senador José Nery.....</p> <p>Complementação ao discurso de S.Exa. em homenagem aos dez anos de criação do ILB e do Conselho editorial e dos seis anos de Unilegis, lembrando a participação do Senador Renan Calheiros, como terceiro secretário, na execução de todo o processo de reformas junto com a Fundação Getúlio Vargas. Senador José Sarney.....</p> <p>Manifestação sobre o voto aberto no Conselho de Ética. Senador Arthur Virgílio.....</p> <p>Manifestação sobre o voto secreto no Conselho de Ética. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Demóstenes Torres</p> <p>Manifestação sobre o voto secreto ou aberto no Conselho de Ética. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Wellington Salgado de Oliveira...</p> <p>Manifestação sobre o voto aberto no Conselho de Ética. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Eduardo Suplicy.....</p> <p>Manifestação sobre o voto secreto ou aberto no Conselho de Ética. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Marconi Perillo.....</p> <p>Comentários acerca das votações em alguns julgamentos do Conselho de Ética. Senador Wellington Salgado de Oliveira</p> <p>Comunicado de encaminhamento à Secretaria Geral da Mesa Projeto de Lei alterando dispositivos do princípio de estabilidade dos diretores das agências reguladoras. Senador Jayme Campos...</p> <p>Apelo aos Líderes do Senado Federal para votar o projeto do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Senador Expedito Júnior.....</p>	<p>40</p> <p>40</p> <p>41</p> <p>259</p> <p>283</p> <p>284</p> <p>285</p> <p>286</p> <p>287</p> <p>290</p> <p>296</p> <p>388</p> <p>389</p>	<p>Apelo aos Líderes do Senado Federal para votar o projeto do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Senador Renato CasaGrande</p> <p>Considerações sobre a votação do projeto do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Senador Romero Jucá.....</p> <p>Considerações sobre a votação do projeto do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Senador Flexa Ribeiro.....</p> <p>Considerações sobre a votação do projeto do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Senador Mario Couto</p> <p>Comentários sobre a votação do projeto do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Senador Romero Jucá.....</p> <p>Considerações sobre a votação do projeto do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Senador Arthur Virgílio</p> <p>Considerações sobre a votação do projeto do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e do projeto sobre a Lei dos Estágios. Senadora Ideli Salvatti.....</p> <p>Considerações sobre a votação do projeto do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Senador José Agripino</p> <p>Manifestação favorável ao voto aberto no Conselho de Ética. Senador José Agripino</p> <p>Manifestação sobre o voto secreto ou aberto no Conselho de Ética. Senador Renan Calheiros</p> <p>Considerações sobre as pressões sofridas pelos Senadores em relação ao “caso Renan Calheiros”. Senador Demóstenes Torres</p> <p>Considerações sobre as pressões sofridas pelos Senadores em relação ao “caso Renan Calheiros”. Senador Renato Casagrande</p> <p>Comentários sobre a votação no Conselho de Ética em relação ao “caso Renan Calheiros”. Senador Jarbas Vasconcelos</p> <p>Manifestação favorável ao voto aberto no Conselho de Ética. Senador José Nery.....</p> <p>Considerações acerca do “caso Renan Calheiros”. Senador Wellington Salgado de Oliveira..</p> <p>Críticas ao descumprimento do Regimento Interno do Senado Federal. Senador Papaléo Paes....</p> <p>Apelo aos Parlamentares desta Casa para votar a Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2007. Senador Sérgio Zambiasi</p> <p>Comentário acerca do debate sobre o voto aberto ou secreto no Conselho de Ética. Senadora Marisa Serrano</p>	<p>391</p> <p>391</p> <p>394</p> <p>395</p> <p>395</p> <p>395</p> <p>396</p> <p>396</p> <p>400</p> <p>400</p> <p>401</p> <p>401</p> <p>402</p> <p>402</p> <p>403</p> <p>403</p> <p>403</p> <p>404</p> <p>404</p>

	Pág.		Pág.
Comentário acerca do debate sobre o voto aberto ou secreto no Conselho de Ética. Senador Renato Casagrande	407	Comentário sobre o resultado da votação da matéria que trata do aumento do Fundo de Participação dos Municípios. Senador Sérgio Zambiasi.....	446
Convite aos Senadores do PMDB a comparecerem ao Plenário para a votação do aumento do Fundo de Participação dos Municípios. Senador Valdir Raupp	409	Considerações acerca da importância da votação da matéria que trata do aumento do Fundo de Participação dos Municípios. Senador Mozarildo Cavalcanti. ..	450
Convite aos Senadores do PSDB a comparecerem ao Plenário para a votação da indicação dos nomes dos membros do Tribunal Superior do Trabalho e também para a votação do aumento do Fundo de Participação dos Municípios. Senador Arthur Virgílio.....	409	Apelo aos Líderes desta Casa no sentido de se votar a Lei dos Estágios. Senadora Ideli Salvatti	452
Comentário acerca do debate sobre o voto aberto ou secreto no Conselho de Ética. Senador Renato Casagrande.....	409	Considerações acerca da votação da Lei dos Estágios. Senador Raimundo Colombo.....	453
Questionamento a respeito da votação da indicação dos Senhores Luiz Antônio Pagot e Miguel de Souza para a diretoria do DNIT. Senador Jonas Pinheiro	411	Boas-vindas ao Senador Euclides Mello ao Senado Federal. Aparte ao Senador Euclides Mello. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	504
Esclarecimentos a respeito da votação da indicação dos Senhores Luiz Antônio Pagot e Miguel de Souza para a diretoria do DNIT. Senador Romero Jucá.	411	Boas-vindas ao Senador Euclides Mello ao Senado Federal. Aparte ao Senador Euclides Mello. Senador Gilvam Borges	505
Apelo para que seja colocada em votação a indicação dos Senhores Luiz Antônio Pagot e Miguel de Souza para a diretoria do DNIT. Senador João Ribeiro.....	412	Testemunho sobre o Senador Euclides Mello. Aparte ao Senador Euclides Mello. Senador Mão Santa.....	505
Comentário sobre a votação da indicação dos Senhores Luiz Antônio Pagot e Miguel de Souza para a diretoria do DNIT. Senador Arthur Virgílio...	412	Considerações sobre o processo contra o Senador Renan Calheiros no Conselho de Ética do Senado. Senador Gilvam Borges	511
Comentário sobre a antecipação do painel de votações para se votar a matéria que trata do Fundo de Participação dos Municípios. Senador José Agripino	417	Satisfação pela posse do Senador Euclides Mello. Senador João Tenório	519
Pedido de urgência na votação da matéria que trata do aumento do Fundo de Participação dos Municípios. Senador Aloizio Mercadante.....	442		
Considerações acerca da votação da matéria que trata do aumento do Fundo de Participação dos Municípios. Senador José Agripino	443	TRANSPORTE	
		Comentários acerca das contribuições da Confederação Nacional de Transportes – CNT para a sociedade brasileira. Senador Romero Jucá.....	68
		Transcrição de pronunciamento em que faz advertências ao cenário do apagão aéreo. Senador Arthur Virgílio	478
		TURISMO	
		Relato sobre encontro com a Ministra do Turismo, a fim de tratar da questão do turismo no Piauí. Senador Heráclito Fortes.....	310

Ata da 134ª Sessão Não Deliberativa em 27 de agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Alvaro Dias, Mário Couto,
da Srª Rosalba Ciarlini e do Sr. Mão Santa*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Há oradores inscritos. O primeiro orador inscrito é o Senador Gilvam Borges.

V. Exª dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há ocasiões em que subimos à tribuna para elogiar algum fato de que tomamos conhecimento, e existem também aqueles momentos em que usamos esta mesma tribuna para denunciar um acontecimento grave ou para apoiar alguma reivindicação que consideramos justa. Essa é a missão do homem público, em especial dos que se encontram aqui no Senado da República – a Casa do equilíbrio e da serenidade.

Entendo que, independentemente de estarmos a favor ou contra este ou aquele governo, precisamos nos posicionar sempre, apoiando as medidas que consideramos justas e cobrando ações que julgamos serem necessárias ao bem do povo brasileiro.

E quando cobramos não nos colocamos necessariamente contra qualquer governo; muito pelo contrário, prestamos um serviço relevante às autoridades governamentais, trazendo-lhes nossas impressões sobre aquilo que vemos e ouvimos por esse Brasil afora.

É justamente com esse espírito que não me furto a usar da palavra no dia de hoje para manifestar o meu apoio à luta dos servidores públicos federais por melhores salários, pela recomposição de seu poder de compra, sobretudo no momento em que estamos prestes a receber, aqui no Congresso Nacional, o Projeto da Lei Orçamentária para o ano que vem.

Tenho acompanhado atentamente a guerra que os servidores federais vêm travando para conseguir

algum aumento real de salário, por mínimo que seja. Diversas carreiras têm efetuado manifestações na tentativa de conseguir esse objetivo, como os fiscais agropecuários, os trabalhadores do DNIT, os funcionários dos Correios e os da carreira de Ciência e Tecnologia. Outros grupos, como é o caso dos servidores do Ministério da Cultura, recorreram ao exercício do direito de greve na tentativa de fazer valer os seus direitos, e ficaram paralisados por mais de setenta dias.

Não podemos, de modo algum, Sr. Presidente, ver esses movimentos com os olhos frios da imparcialidade e achar que se trata apenas de mais uma greve, de apenas mais uma reivindicação por melhores salários, realizada pelos servidores públicos – valerosos trabalhadores tão injustiçados pela mídia e pelo Governo brasileiro!

Digo isso, Sr. Presidente, porque os servidores públicos federais prestam um relevante serviço ao País e estão há dez anos sem aumento real de salário. Repito: dez anos!

A doutrina e a jurisprudência consagram salário como alimento. Se os servidores são mal pagos, obviamente trabalham insatisfeitos, e essa insatisfação se reflete na qualidade dos serviços prestados à população e também no nível de auto-estima dos trabalhadores do setor público.

Entre 1995 e 2005, os servidores acumularam uma perda de 59,15% em seus vencimentos básicos, o que demanda um reajuste de 144,79% para recuperar os prejuízos do período, de acordo com os dados da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal – CONDSEF.

É verdade que o Governo vem adotando, nos últimos tempos, uma política de correção salarial por categorias de modo não linear, mas essa política ainda não foi o bastante para corrigir as distorções existentes; ao contrário, em alguns casos até mesmo as agravou.

O fato é que, desde a gestão de Fernando Henrique Cardoso, os serviços públicos têm sido enfraquecidos, e não apenas do ponto de vista subjetivo, no que se refere à qualidade do atendimento ao cidadão, mas também

sob o aspecto objetivo, quanto às próprias condições de trabalho dos servidores. Hoje, temos um serviço público mais pobre e mais fragilizado, não resta dúvida. Nesse sentido, concordo plenamente com as declarações do recém-empossado Presidente do Ipea, Márcio Pochmann, de que o “serviço público brasileiro está raquítico”, para não dizer nanico. Essa é a mais pura verdade, sobretudo se considerarmos apenas a questão salarial. A mídia adora dizer que os servidores são privilegiados porque têm estabilidade e salários melhores do que os da iniciativa privada. Mas não é bem assim.

Tomemos por exemplo o caso dos médicos.

Um recente estudo realizado pelo Conselho Federal de Medicina – CFM, com 14 mil médicos, em todos os Estados da Federação, constatou uma realidade absurda: a grande maioria desses profissionais está submetida a condições de trabalho aviltantes – salários baixos, plantões de 14 horas e três empregos para ganhar, em média, no final do mês, menos de R\$2 mil. E o pior: apenas 17% deles têm um único emprego, o que mostra que o salário pago pelo Poder Público ao profissional de saúde é insuficiente para seu sustento e o de sua família.

No **ranking** nacional, o Estado de Sergipe é o que paga o salário mais baixo: apenas R\$750, em média, para uma jornada de 20 horas semanais, já incluídos os vencimentos incorporados aos contracheques. Em seguida, o Estado de Alagoas que paga ao médico R\$850. Ainda segundo esse mesmo levantamento, 70% dos médicos pesquisados atuam no setor público e 15% dedicam-se apenas à sala de aula.

A greve da saúde pública na Paraíba, onde o médico ganha em média R\$1,050 mil, fez duas vítimas fatais em uma semana! Toda vez que vejo fatos como esses fico emocionado e só tenho a lamentar, porque se trata de vidas humanas, vidas que, infelizmente, não voltarão mais!

Até no Rio de Janeiro, que já foi alvo de intervenção federal em tempos recentes, a situação é grave. Lá, um médico ganha, em média, R\$1,5 mil na rede pública. Por isso, de acordo com dados do Sindicato dos Médicos daquele Estado, mais de quatro mil profissionais abandonaram o sistema de saúde nos últimos seis anos.

Se isso é assim com a saúde, com a educação e com a segurança pública não é diferente! Os professores e servidores das universidades federais lutam contra a penúria.

Aqui em Brasília, por exemplo, a UnB – uma das mais conceituadas instituições de ensino superior deste País – encontra-se paralisada há quase três meses, e cerca de 20 mil alunos estão sem aula em virtude da greve dos servidores; os docentes também estão com

indicativo de greve, em busca de melhores salários, da contratação de mais professores e da incorporação de gratificações. E por todo o Brasil a situação não é muito diferente.

Por isso, sou obrigado a concordar com a Professora Graciela Doz, Vice-Presidente da Associação dos Docentes da UnB (ADUnB), que, em recente entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, disse que “as greves dos funcionários e dos professores na mesma época evidenciam os problemas sérios que as universidades brasileiras enfrentam”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esses dois exemplos que acabo de mencionar – o dos médicos e o dos professores – mostram muito bem a necessidade dos servidores públicos de verem corrigidos os seus vencimentos o quanto antes. Afinal, são dez anos sem aumento real de salário.

Sei que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem apoiamos como base de sustentação política no Congresso Nacional – homem de grande espírito público e de extrema sensibilidade para os problemas sociais –, está atento a essa situação. Certamente, ele já deve ter determinado a sua equipe econômica que realize estudos para viabilizar essa reposição salarial. Tenho a certeza, também, de que os competentes Ministros Paulo Bernardo e Guido Mantega envidarão todos os esforços para que consigamos corrigir essa grave injustiça que se abate sobre os servidores públicos, principalmente os das áreas de saúde, de educação e de segurança.

Oxalá, Presidente Lula, Vossa Excelência possa anunciar em breve à Nação essas medidas tão ansiosamente aguardadas pelos servidores deste País.

Haveremos de concordar que uma das pautas principais da mídia nacional são as greves pontuadas nas respectivas categorias.

O grave sistema da saúde pública do País tem como pano de fundo a baixa remuneração dos profissionais e dos servidores que atendem à rede pública. E isso se estende, Sr. Presidente, a todos os servidores, sem exceção.

Um país é reconhecido pela qualidade dos serviços públicos que pode prestar à população. O nível de excelência dos países em desenvolvimento e já desenvolvidos prima essencialmente para dar um atendimento que o Estado pode proporcionar, que é justamente o investimento na educação, na saúde e na segurança. Assim, se hoje estamos deficientes, sem apetite, mergulhados na depressão e na insegurança de não podermos garantir o mínimo para o sustento das famílias, não podemos ter um serviço público de qualidade em todos os setores.

Mas o Presidente Lula e sua equipe econômica já devem estar estudando essa grave situação. Os indícios e os sinais de alerta já estão nas ruas.

Os servidores de todas as áreas já marcham em greves, já fazem greves brancas, ameaçadas por instituições como a Polícia Federal e a Polícia Civil. Os professores, na maioria das universidades já se levantam.

Pudemos observar, Sr. Presidente, a tristeza, mostrada pelos vídeos da televisão e pelos áudios das rádios em todo o País, do colapso da saúde pública no País. Portanto, que o Presidente Lula, que sempre conta com o nosso apoio, coloque como prioridade a reposição dos salários e a qualificação desses profissionais. A vitrine de um Estado organizado e bem aparelhado está na prestação de seus serviços à população. Quando estamos fragilizados e entramos em prédios deteriorados e encontramos profissionais acoburnhados, indispostos, apáticos, com a auto-estima embaixo, sem perspectivas salariais justas, mergulhamos no caos. E esse caos, já podemos vê-lo. São sintomas visíveis, são fatos que já se evidenciam pela grande mídia nacional. Nós, telespectadores, quando mudamos de canal para acompanhar os telejornais, podemos observar um retrato caótico do Estado. E o Estado brasileiro precisa, com urgência, se modernizar, e só pode se modernizar com servidores qualificados, estimulados, para que possam prestar seus serviços.

Por trás de toda essa indisposição, de todas essas reivindicações que já estão nas ruas, está realmente um salário injusto. E o Estado brasileiro é visto, é apreciado, é avaliado, pelas qualidades. Se você chega a uma delegacia de polícia para registrar uma queixa, em grande parte dos Estados brasileiros, é uma situação caótica: toda a cidadania comprometida. Quando você vai a outros serviços também – de saúde nem se fala. O retrato do Hospital de Base aqui em Brasília se espalha, se estende, por todo o País. É uma guerra. Se alguém pudesse um dia ir lá, veria uma situação caótica – e estamos na capital da República: entre os pacientes jogados no chão são escolhidos aqueles que vão morrer e aqueles que ainda podem ser atendidos. E isso acontece no Brasil todo. Isso é o nosso retrato, é o retrato do nosso País. Nossas instituições paralisadas por greves também retratam o nosso País.

Por esse motivo, não somente o PAC é importante, como também medidas de aquecimento da economia, com obras estratégicas levantando o País. Precisamos ter uma atenção especial com os serviços que o Estado brasileiro presta à população: saúde, segurança pública e, em primeiro lugar, a educação.

É hora de olharmos para nossos servidores, considerando não só a questão salarial, mas também

a qualificação, para que, um dia, possam prestar-nos um serviço excelente.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Gilvam Borges.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Senador Marco Maciel, por permuta com o Senador Mozarildo Cavalcanti.

V. Ex^a dispõe também de vinte minutos.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Exm^o Sr. Senador Alvaro Dias, integrante da Mesa Diretora do Senado Federal, Srs. Senadores Gilvam Borges e Mão Santa, gostaria também de me referir ao nobre Senador Suplente do Senador Cristovam Buarque, Eurípedes Carmargo, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil, como sabemos, nasceu de um povo de navegantes, os portugueses. Sua descoberta faz parte importante da epopéia das navegações descrita por Camões em **Os Lusíadas**, um dos clássicos da literatura portuguesa.

Desde o início, o Brasil depende tanto da terra quanto do oceano. Não por acaso, as fronteiras terrestres brasileiras são tão extensas quanto as oceânicas.

É bom recordar, por não ser muito visível, que as fronteiras oceânicas nos ajudam também a nos aproximarmos de outros países. Temos fronteiras terrestres com dez países, mas há muitos outros países com os quais temos, por mar, um ponto de aproximação porque as águas do Atlântico não nos afastam, antes nos aproximam de muitas e muitas nações em todo o nosso mapa mundial.

O mar é a última fronteira econômica, política e de defesa do meio ambiente. A humanidade carece, cada vez mais, também do mar para a sua sobrevivência. O uso do mar apresenta tanto desafios tecnológicos quanto jurídicos. Os limites da fronteira oceânica brasileira são três: primeiro, o mar territorial que no passado se media pelo alcance de um tiro de canhão e hoje com projeção de 12 milhas, ou cerca de 22 quilômetros; segundo, a zona econômica exclusiva à distância de 200 milhas do litoral; e, terceiro, até o ponto em que a plataforma continental se precipita no abismo de grandes profundidades, ou seja, nas regiões abissais.

Então, são três as manifestações da importância do mar: primeiro, o mar territorial; segundo, a zona econômica exclusiva, já reconhecida em convenção internacional e, finalmente, a plataforma continental, para nós, de grande significação porque dela retiramos o petróleo em quantidades crescentes e também o gás.

Sr. Presidente, essas reivindicações são relativamente antigas e nem todas as nações costumam acei-

tá-las, mas a insistência brasileira ao longo de vários governos, terminou por se impor internacionalmente.

Recentemente – esse um fato que gostaria de registrar – em abril do corrente ano, a Comissão dos Limites da Plataforma Continental – CLPC – da ONU, veio a reconhecer o direito do Brasil a acrescentar mais 950 mil quilômetros quadrados à sua exploração econômica que passou, portanto, a perfazer 4.500.000 quilômetros quadrados, dentro da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Só agora, frise-se, o Brasil conseguiu ter reconhecido pela ONU as suas expansões marítimas de soberania e zona de exploração econômica.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cerca de 93% do comércio internacional brasileiro é por via marítima, ligando-nos a mais de 40 portos estrangeiros de importação e exportação.

Em 2006, o comércio exterior do Brasil atingiu US\$229 bilhões. Aproximadamente, 95% desse comércio é feito por via marítima. Algo em torno de 500 navios percorrem por dia as nossas águas territoriais, transportando também mercadorias entre os portos do litoral, a chamada navegação de cabotagem, além dos de pesca, sob bandeira de vários países, inclusive o nosso.

Isso quanto ao comércio internacional brasileiro; quanto à economia do País, estamos nos tornando – como é sabido – auto-suficientes em petróleo para consumo nacional, graças à exploração feita sobretudo na plataforma continental, de onde provêm mais de 85% da produção brasileira de petróleo, que atinge hoje mais de 1,6 milhão barris/dia, no valor de US\$35 bilhões anuais.

Em torno de 17 mil metros cúbicos de gás já estão sendo extraídos diariamente do nosso mar, que é outra fonte energética importante. É possível que, com os avanços que vêm sendo feitos, sobretudo a partir de uma nova configuração que se deu sob o ponto de vista legal, ao se organizar, por exemplo, a Agência Nacional de Petróleo que possibilitou ampliar, conseqüentemente, o interesse de vários grupos econômicos nacionais e estrangeiros na exploração não somente do petróleo, mas também do gás.

As medidas adotadas na administração anterior, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, agora produzem resultados muito benéficos.

Por outro lado, Sr. Presidente, a aqüicultura brasileira também vem crescendo e já começam a pesquisa e exploração de minérios na forma dos chamados nódulos polimetálicos: concentração de óxidos de ferro e manganês, mais elementos de níquel, cobalto e cobre.

É lógico que, no campo da aqüicultura, precisamos avançar mais, mas para isso seriam necessários

maiores investimentos nesse setor tão estratégico no nosso desenvolvimento.

Com relação à exploração de minérios no nosso mar territorial e, de modo particular, na plataforma continental, isso significa também desenvolvermos pesquisas nesse campo. Isto é, trabalharmos mais na identificação de recursos e formas de explorá-los. É importante nesse caso considerar a economicidade da sua exploração.

Não só os países mais desenvolvidos vêm desenvolvendo com êxito os recursos no leito dos seus mares. Há países em desenvolvimento, como a Tailândia, a Malásia e a Indonésia, que, há muito tempo, exploram cassiterita, estanho, em suas plataformas continentais. Nos Estados Unidos, no Japão, na Inglaterra, na França, na Holanda e na Dinamarca destacam-se desde os granulados, como o cascalho, a areia e a argila para a construção civil e cerâmica, até os minerais pesados, como o ouro, a platina, o titânio e o diamante.

Além deles, há os nódulos polimetálicos a que já me referi, basicamente minério de ferro e manganês, bem como o níquel, o cobre e o cobalto. O petróleo é a mais conhecida ocorrência nas plataformas continentais, inclusive no Brasil.

Isso, aliás, confirma o êxito dos trabalhos feitos, há muito tempo, pelo geólogo americano Mr. Link, que aqui esteve e falou que o Brasil tenderia a ter um maior sucesso na exploração do petróleo desde que nos concentrássemos na plataforma continental. E é o que vem ocorrendo, inclusive em algumas bacias que se revelam extremamente promissoras, como a de Campos, a de Santos, sem contar também ocorrências muito importantes na Bahia, em Sergipe e em outros Estados do Brasil.

Enfim, o mar, para nós, tem uma expressão muito significativa e de grandes dimensões. É toda uma “Amazônia Azul” – chamemo-la assim pela sua dimensão e importância – que se descortina para nós, tão vasta e fundamental como a outra, a Amazônia Verde, a nossa Amazônia.

Sr. Presidente Alvaro Dias, Srs. Senadores, além dos já citados Eurípedes Camargo e Mão Santa, queria me referir ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, o novo território perfaz 4,5 milhões quilômetros quadrados marítimos, ao lado dos 8,5 milhões quilômetros terrestres do Brasil. Temos assim cerca de 13 milhões de quilômetros quadrados de terras e águas.

A Constituição Federal – e me refiro, agora, à Constituição de 1988 – consigna às Forças Armadas a defesa da lei, da ordem e das fronteiras da Pátria. Essa função das Forças Armadas não é novidade na legislação fundamental do País, a lei das leis, a **Lex Fundamentalis**, como diziam os romanos. Mas, no mo-

mento que o Brasil se afirma como Nação, primeiro no Império, mantendo a unidade territorial, assegurando, conseqüentemente, a consolidação da nossa Pátria; depois com a proclamação da República e sucessivas e posteriores constituições que deram continuidade a nossa forma republicana de Governo, as Forças Armadas continuam com esse papel extremamente importante para o cumprimento dos seus deveres escritos na Carta Maior do País.

Dentro desse quadro, à Marinha de Guerra, hoje a Marinha do Brasil cabe, por lei complementar, a extensão de suas missões à segurança da navegação, à salvaguarda de vida humana, à fiscalização do cumprimento de leis e regulamentos nas obras interiores e marítimas do Brasil, inclusive o combate às novas ameaças dos crimes transnacionais: o contrabando, o tráfico de armas e de drogas, terrorismo – graças a Deus, nessa região do Atlântico Sul não existe, mas não podemos deixar de dizer que há muitas manifestações criminosas que se realizam em mar e, muitas vezes, em mar territorial brasileiro –, pesca irregular e crimes contra o meio ambiente, que são extremamente graves, posto que comprometem a preservação da nossa biodiversidade.

Sr. Presidente, para o pleno exercício das suas funções, a Marinha do Brasil precisa de recursos humanos, técnicos, financeiros e orçamentários. A Marinha é extremamente competente, posto que forma seus quadros não somente de oficiais, mas também de praças, etc. Sabemos que a Marinha dispõe de poucos recursos orçamentários e financeiros, para atender às demandas que lhe são cometidas por norma estabelecida na Lei Maior brasileira.

Freqüentemente os recursos orçamentários da Marinha sofrem – e isso não se passa apenas com a Marinha, mas também com a Aeronáutica e com o Exército – contingenciamento. A missão da Marinha não se realiza como seria de se desejar. A Marinha conta, ao lado dos recursos orçamentários ordinários, de alguns previstos na Lei nº 7.990, de 1989, e na Lei nº 9.478, de 1997, chamadas de “Leis do Petróleo”, determinando à Petrobras o recolhimento dos *royalties* de suas explorações na plataforma continental brasileira.

Volto a mencionar algo extremamente comprometedor dos esforços da Marinha: acontece que a maior parte desses recursos vem sendo destinada à reserva de contingência, ou seja, são confiscados para redução do chamado déficit orçamentário. A Marinha termina sem receber esses recursos, conquanto previstos nas duas leis a que já me reporte. O Governo, de acordo com sua política fiscal de aumentar o superávit primário, confisca parte significativa desses recursos.

Consideramos importante que o Governo reveja essa conduta com relação à liberação de recursos para a Marinha do Brasil bem cumprir a sua missão, a sua tarefa constitucional.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Ouço o nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Entendo que o sentido da existência desta Casa é a advertência ao País. O Ministério da Defesa brasileiro nunca esteve em uma situação tão precária. O Comandante da Marinha, o antigo Ministro no organograma antigo, esteve na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Com sua autoridade, o Almirante Barroso disse que o Brasil espera que cada um cumpra seu dever. O Comandante, então, disse que, a continuar esse orçamento irresponsável do Partido dos Trabalhadores, que dirige a Pátria, a Marinha brasileira acabará em 2025. Essa foi a declaração do Comando. Esse Governo irresponsável, que somente funciona na mídia, não comprou uma canoa para a Marinha brasileira. Luiz Inácio precisa entender que, além dessa parte que V. Ex^a salienta, de defesa, há o lado educativo. Sou do Piauí, que tem o menor litoral do País: 66 km. Vivi ali e vi a geração dos capitães de portos, dos quais V. Ex^a conhece o Almirante Penna Botto e o Almirante Amorim do Valle, que foi Ministro da Marinha. Eles desempenhavam um papel educativo e faziam muito mais que a própria Polícia Federal – eles irradiavam segurança e firmeza. Há esse lado. Eu e os Senadores Heráclito Fortes e Flexa Ribeiro fomos convidados para conhecer uma instituição denominada International Seabed Authority, na Jamaica. O Secretário-Geral é das lhas Fiji. Essa instituição é oriunda da Alemanha. As leis são feitas lá e ela é instalada na Jamaica, segundo as condições estratégicas do mar, para pesquisa das riquezas do fundo do mar. Fomos alertados para o fato de que o Brasil não participa dela. Os países poderosos – Japão, Alemanha, Itália – estão investigando nossas riquezas minerais nas profundezas. Segundo informações, a região de Fernando de Noronha possui minérios. Os minérios da superfície da terra, de que V. Ex^a está falando, vão acabar, daí a pesquisa. A Petrobras gasta irresponsavelmente e a Marinha não contribui nem pesquisa. Esta é uma denúncia. Mas vou citar um fato que vale por dez mil palavras, tal a irresponsabilidade e a demagogia do Ministro da Defesa, usando parte de discurso de Disraeli: “Não se queixe, não se explique, não se desculpe! Aja ou saia!” O Abadia, esse último, entrou de peito aberto, num veleiro, em Camocim, do lado de Parnaíba, onde passou certo tempo e onde foi querido. Cadê a segurança? Estou citando Abadia

porque é um caso recente. E o Exército? O Exército está aí. A escola de Engenharia do Exército, a Academia Militar das Agulhas Negras, formou os melhores engenheiros deste País. No Piauí, há dois Batalhões de Engenharia de Construção, Batalhões Rodoviários. Eles, que fizeram as melhores estradas e pontes, estão totalmente sucateados. Não funciona mais nada. E a Aeronáutica do Brigadeiro Eduardo Gomes, que pelo menos nos inspirou a estarmos aqui? Além da função de rasgar os céus, a Aeronáutica tinha o CAN – Correio Aéreo Nacional. Quando eu cursava o sexto ano de Medicina, em 1966, recebi uma passagem gratuita para saber onde eu ia fazer a residência médica, se no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Havia avião da FAB que funcionava gratuitamente. Mas o essencial é invisível aos olhos. Luiz Inácio, Luiz Inácio! A maior glória do Brasil foi o ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica. Todo jovem da minha geração sonhava em ingressar no ITA e na Aeronáutica. Esses sucessores de Santos Dumont e de Eduardo Gomes fizeram a Embraer. Então, estamos decadentes, Luiz Inácio! Eu sou lá do Piauí, onde aprendemos que é mais fácil tapar o sol com a peneira que esconder a verdade. A verdade é que nunca tivemos um Ministério da Defesa tão fraco como neste Governo!

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Nobre Senador Mão Santa, acolho o aparte de V. Ex^a.

Sr. Presidente, começo a fazer as minhas conclusões.

Diante da aceitação do prolongamento dos limites da Plataforma Continental do Brasil pela Comissão da ONU, cumpre a todos nós, brasileiros darmos outros passos à frente, na potencialização de tantas novas riquezas já comprovadas.

Para a análise e encaminhamento dos programas e projetos, existe a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), reunindo representantes de 14 Ministérios. A CIRM opera através do Promar (Programa de Mentalidade Marítima), para o seu despertar e incremento; do Remplac (Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Brasileira), por levantamentos geológicos e geofísicos; do Revimar (Programa de Avaliação do Potencial Sustentável e Monitoramento dos Recursos Vivos Marinhos); e do Biomar, atuando sobre o potencial biotecnológico da biodiversidade marinha.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para que a Marinha, em síntese, cumpra adequadamente a sua missão constitucional, são necessários mais recursos.

Sem vontade política associada à visão do País e do mundo, nesses tempos de globalização, não existem nem programas nem projetos de nação. A ausência do

mar, entre eles, é uma lacuna muito grave. Todos os grandes povos e suas civilizações incluíram os mares em seus destinos. O Brasil, com tão longo litoral e tão largas projeções oceânicas, não pode viver e crescer sem uma moderna e operosa Marinha, pois fazem parte da herança de várias gerações brasileiras, que não pode ser subestimada ou desperdiçada. O destino do Brasil, é bom ter presente, também está no mar. O mar deve, portanto, tornar-se uma das urgentes prioridades brasileiras. Com os recursos oceânicos, acelera-se o desenvolvimento. São vários os países que descobriram essa verdade e, hoje, estão entre os mais ricos do mundo.

O Brasil está vocacionado pela sua geografia – aliás, Napoleão, uma vez, disse que a história de um país se expressa também pela sua característica geográfica –, daí por que não pode deixar de considerar que a questão geográfica que nos dotou de tão largo espaço marítimo, não deve ser ignorada e que os nossos recursos naturais marítimos, associados aos recursos terrestres, sejam, portanto, fontes muito importantes para o nosso desenvolvimento.

Urge, assim, que Governo Federal considere prioritária, face ao exposto, a questão dos nossos recursos marítimos, ou seja, a sua preservação, o seu aproveitamento e a sua adequada utilização, contribuindo, assim, para um crescimento sustentado do nosso País.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Mário Couto e Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Mário Couto. V. Ex^a dispõe de cinco minutos. Em seguida, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Alvaro Dias.

Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi atentamente as palavras do nobre e competente Senador Marco Maciel falando sobre a nossa Marinha, que tantos serviços presta à nossa Nação. Senador Marco Maciel, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento de V. Ex^a na tarde de hoje ao abordar os serviços relevantes que a Marinha brasileira presta ao nosso País. Ouvi atentamente V. Ex^a.

Recebi, Senador, um manifesto e, por isso, inscrevi-me para uma comunicação inadiável. O País deve conhecer alguns casos que parecem pequenos, mas que deixam a população mais pobre do

Brasil em situação muito difícil. Com certeza, a Marinha deve ter conhecimento dessa questão, porque faz **blitz** com frequência naquela região do Pará, na costa do Pará.

O manifesto que recebi é dos caranguejeiros, dos tão sofridos caranguejeiros deste País, e resolvi trazer esta comunicação ao Senado. Senador Mão Santa, não sei se no Piauí tem manguezais. Tem, Senador? (Pausa.) Então, Senador, V. Ex^a, com certeza, passa pelos mesmos problemas que eu, vendo os manguezais se acabarem e, conseqüentemente, os caranguejeiros cada vez mais ameaçados pela fome e pela impossibilidade de criarem suas famílias. Pergunto a V. Ex^a: será que no Piauí ainda tem caranguejo?

Parece um tema que não tem muita importância, não é, Senador Cristovam Buarque? Mas é um tema de fundamental importância, fundamental importância. Os pescadores e os caranguejeiros do Brasil precisam da nossa atenção, da nossa atenção! Este Senado precisa dar mais atenção a essas classes desprotegidas às quais o Governo Federal e os governos estaduais não dão a mínima importância.

Eu queria saber agora, neste momento, Mão Santa, se a Ministra do Meio Ambiente, a Dr^a Marina, tem conhecimento do que está acontecendo com a classe de caranguejeiros no Brasil. Eu queria saber se, pelo menos, ela sabe onde estão localizados os manguezais deste País.

No Pará, meu Estado... E vou falar aqui com cátedra, com conhecimento de causa; aliás, não venho a esta tribuna para falar sem conhecimento de causa. Não farei isso jamais. Quando não conheço, estudo profundamente para fazê-lo e para ter a certeza daquilo de que falo nesta tribuna. E este assunto eu conheço profundamente: a falência dos manguezais brasileiros!

Não existem mais manguezais produzindo neste País. Estão no abandono os caranguejeiros, famintos, morrendo de fome, porque ninguém liga, é o abandono geral. A Ministra do Meio Ambiente e o Ibama não dão a menor importância. Criaram os devastadores dos manguezais; criaram o sistema de laço, que eles colocam, na linguagem vulgar mesmo, na boca do buraco do caranguejo, e aquele laço pega qualquer animal que vier fazer sua alimentação: seja fêmea, seja pequeno, seja médio; qualquer um. Caiu no laço, morreu. Estão acabando com os manguezais do Brasil!

Criam-se reservas. O Ibama vai lá e cria reserva para conter a devastação. Não é isso que queremos. Nós queremos fiscalização eficiente nos manguezais.

Eu não poderia deixar de fazer, Sr. Presidente, esta comunicação inadiável. Lá estão os pobres ca-

ranguejeiros querendo viver com dignidade. É por isto que muitos se tornam bandido neste País: porque nada tem a fazer! Eles querem a sobrevivência pessoal, Mão Santa! Eles querem trabalhar! Eles não encontram mais trabalho.

Senador Marco Maciel, Senador Cristovam Buarque, um homem desses acorda às 3h da madrugada para pegar aquilo que é chamado, no Marajó, em Soure, de reboque; ele rema mais de quatro horas para chegar ao manguezal, porque os manguezais por perto não oferecem mais condições de tiragem. Muitos deles ficam nos manguezais, dormem nos manguezais, com todo o tipo de praga e de insetos, às vezes, para tirar dez caranguejos. Às vezes, para tirar, hoje, dez caranguejos, porque não existem mais! Os laços acabaram com os manguezais.

Onde está o Ibama? Onde está a Ministra do Meio Ambiente? Será que ela sabe pelo menos onde se localiza Soure? Será que ela já ouviu falar em Marajó? Eu acho que não!

Agora, o importante a se dizer desta tribuna, Senador Cristovam, é que quando chega a época de eleição como são paparicados os caranguejeiros! Como são paparicados os pescadores!

Na eleição passada, Sr. Presidente, o Ministro da Pesca esteve em meu Estado, o Pará, nas localidades pesqueiras, Sr. Presidente, distribuindo material para os pescadores. No Brasil, deveria haver eleição todo ano, Senador Cristovam! Deveria haver eleição todo ano, porque, assim, a população brasileira pobre teria melhorada a sua condição de vida. Não deveria ser de dois em dois anos; deveria haver todo ano. Só assim, o Presidente Lula mandava os seus ministros fazerem doações a pescadores, a caranguejeiros; enfim, a essa classe tão abandonada e tão empobrecida deste País.

Deixo aqui a minha indignação, Senadores. Essas classes são sofredoras, ninguém liga para elas. Vou requerer ao Senado uma comissão para ir ver de perto a situação dos caranguejeiros, por exemplo, de Soure. Não só de Soure, mas do Estado do Pará inteiro. Cito o exemplo de Soure, cidade média da Ilha de Marajó.

Está aqui o Manifesto, que diz: "Estamos à beira de um abismo, um abismo muito fundo, escuro, dolorido que se chama fome". São mais de 300 famílias, e o Governo Federal ainda ajuda a cavar as sepulturas para enterrá-los. Isso porque lhes vira as costas, não manda fiscalização alguma. Não há fiscalização, não adianta criar reserva. Tem de ter a fiscalização *in loco*, combatendo os devastadores que implantam o meio de laço para pegar os caranguejos.

Mas como é uma classe de que ninguém fala, resolvi, agora, daqui para frente, cobrar. Vou lutar, vou cobrar. Não vou abrir um milímetro, enquanto o Ibama não mandar fiscalização para o Estado do Pará e para os manguezais.

Sr. Presidente, solicito que aceite meu requerimento pedindo providências ao Ministério do Meio Ambiente, a fim de que isso logo seja corrigido, e o sofrimento dos pobres carangueiros acabe, de uma vez por todas.

Senador Cristovam Buarque, este é o nosso País, onde dizem que combateram a fome, e a fome está aí, a olho nu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**GABINETE DO SENADOR MÁRIO COUTO
Ala Filinto Müller Gab. 02**

REQUERIMENTO Nº _____/2007

Fulcrados no que preceitua o § 2º, do Art. 50, da Constituição Federal, combinado com os Artigos 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEREMOS ao Ministério do Meio Ambiente, levantamento sobre a real situação e a adoção de enérgicas providências, quanto à invasão de pessoas para extração ilegal de caranguejo na Reserva Extrativista Marinha de Soure, no Arquipélago do Marajó.

JUSTIFICAÇÃO

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores:

O Arquipélago do Marajó, lamentavelmente, a cada ano vem sofrendo com alguma forma de agressão ao meio-ambiente. Temos testemunhado que, após a criação da Reserva Extrativista Marinha de Soure, a Associação dos Carangueiros de Soure, o Grupo de Ação Ecológica Novos Curupiras, dentre outras organizações não governamentais que atuam em questões sócio-ambientais referentes aos recursos naturais existentes nos manguezais do Estado do Pará, vêm denunciando ao IBAMA, jurisdicionado no Pará, sobre a invasão de pessoas oriundas de várias partes da costa atlântica, para extração ilegal de caranguejo na Reserva em questão, onde de forma irresponsável usam o “laço”, método extremamente inescrupuloso, em razão de capturar, indiscriminadamente, fêmeas, filhotes e espécimes com tamanho bem abaixo do legalmente permitido. Crime este que precisa ser urgentemente reprimido, do contrário provocará a extinção, em breve espaço de tempo, da aludida espécie.

Sala das Sessões, ~~em~~ de agosto de 2007.


Senador MÁRIO COUTO

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Mário Couto, o requerimento de V. Ex^a será acolhido pela Mesa, na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, por cessão da Senadora Marisa Serrano.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nessa quinta e sexta-feira, dei continuidade à campanha que venho fazendo pelo Brasil pela educação já, Senador Alvaro Dias.

Dessa vez, estive no interior do Ceará, no Cariri – Juazeiro, Crato e Barbalha –, visitando aquela região, parando nas cidades no longo caminho de mais de 600Km até Fortaleza, ouvindo, falando, e defendendo a necessidade de o Brasil fazer a revolução pela educação.

Eu até pensaria em vir aqui falar sobre isso, mas vim falar sobre uma expressão que escutei durante as andanças, de um Deputado Estadual do PDT local, chamado Ferreira Aragão.

Senadora Rosalba Ciarlini, em um evento em que recebemos um grande número de novos filiados no PDT, esse Deputado Ferreira Aragão, que é um grande locutor cearense, disse que não queremos apenas crescer, nós queremos ser grandes. Na hora, lembrei-me como isso se aplica ao Brasil inteiro.

E hoje, aproveitando que a próxima semana é a Semana da Pátria, vou falar sobre como o Brasil está carente de ser um país grande, de como o Brasil se acostumou tanto a ser um país que cresce, que se esqueceu de ficar grande.

Crescer, por exemplo, é aumentar a renda nacional, mas ficar grande é distribuí-la. O Brasil se lembrou, nesses longos 185 anos de independência, de ficar crescendo, e esqueceu de ficar grande. Nós não falamos em um Brasil grande, concentramo-nos apenas na idéia de ser um país que cresce. Crescer é aumentar o número de cadeias. Um país que cresce aumenta o número de cadeias, mas ficar grande é não precisar de cadeias. O País se esqueceu de ficar grande.

Crescer é aumentar a população, claro. Quanto mais menino, mais este País cresce. Ficar grande é esses meninos e meninas estarem na escola, nenhum na rua, e as escolas serem todas com a mesma qualidade, seja para rico, seja para pobre, seja em uma cidade pequena ou em uma cidade grande.

O Brasil, nesses 185 anos de independência, tem esquecido de procurar sua grandeza, tem esquecido de procurar ser um país grande. Crescer é o Brasil, de repente, conseguir ter mais automóveis nas ruas. Isso

é crescer. Ficar grande é esses automóveis poderem fluir sem engarrafamentos. O Brasil cresceu, não ficou grande. Crescer é derrubar árvores, porque cada árvore derrubada, maior o Produto Interno Bruto; ficar grande é ser capaz de derrubar uma árvore plantando outra ou duas ou três. Crescer é transformar árvore em madeira; ficar grande é proteger a natureza deste País. E o Brasil tem esquecido de ficar grande, o Brasil tem se concentrado em crescer, por isso a destruição sistemática de nossas florestas, como sinal de crescimento, e, ao mesmo tempo, de ficar pequeno. Nós crescemos ficando pequenos, como o contrário, o antônimo da grandeza.

Concedo um aparte à Senadora Rosalba Ciarlini.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Cristovam Buarque, mais uma vez, parablenho V. Ex^a por nos trazer o assunto para reflexão, partindo de uma frase que ouviu no meio do povo, mas que mostra o retrato do País. O que eu entendo de todas as colocações que V. Ex^a nos traz sobre o crescimento do Brasil é que só conseguiremos ser um país grande quando fizermos a revolução pela educação. Somente a educação, em todos os aspectos – saúde, bem-estar, moradia, logística, economia –, fará com que possamos crescer e ser grandes. Acreditando nessa luta, que sei que é de V. Ex^a e de tantos brasileiros, é que temos que dar prioridade a investimentos e ações maiores na educação como um todo, desde os pequeninhos até a universidade forte, capaz de fazer com que todos sejam grandes, fazendo o Brasil engrandecer.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço, Senadora Rosalba Ciarlini, e aproveito para cumprimentar o Senador Tião Viana.

Gostaria de agarrar este ponto, entre as comparações que tenho feito: uma criança cresce pelo simples processo natural da biologia, mas fica grande pelo processo da educação na escola. É isso que estamos esquecendo em relação ao Brasil. Nossas cidades cresceram, mas o Brasil não ficou grande com essas cidades, porque, para que ficasse grande, e não apenas crescendo, seria preciso que essas cidades, com populações maiores, não tivessem violência, não tivessem poluição, não tivessem a desorganização das famílias, que tivemos no Brasil, para sermos um país que cresce, esquecendo de ser um país que quer ser grande.

Estamos levando isso aos nossos Partidos. A maior parte dos nossos Partidos estão crescendo, mas não estão ficando grandes. Para um partido crescer, basta aumentar o número de filiados, nada mais; mas, para ficar grande, é preciso, em primeiro lugar, que esse maior número de filiados tenha uma causa

comum que os unifique, tenha uma bandeira de luta para levar adiante. E essa bandeira de luta, para que o partido seja grande, tem que ser um país grande.

Hoje, quantos de nossos Partidos têm em seus estatutos, explícita ou implicitamente, a idéia de que o objetivo, o papel do partido é fazer o Brasil ser grande? Talvez nenhum tenha esse objetivo de o País ser grande. O objetivo tem sido, no máximo, de fazer o País crescer. E a melhor prova disso são os recentes programas do Governo Federal, que vem, sistematicamente, apresentando programas de aceleração do crescimento. Não vi um único programa do Governo Lula que fale em transformar este País em um grande país, e não em um país que cresce.

Até porque crescer é aumentar o número de famílias com o Bolsa-Família; ficar grande é o País não precisar dar Bolsa-Família a nenhuma de suas famílias, porque elas próprias seriam capazes de produzir o que é necessário para o seu sustento.

O Brasil cresce, o Brasil não fica grande. Mas talvez o mais grave de tudo isso seja que a maior parte de nós não percebe a diferença entre crescer e ficar grande num país. A gente até consegue perceber com as crianças da gente, ao vê-las crescer biologicamente, tentando engrandecê-las intelectualmente. E o Brasil? Por que a gente não percebe que crescer não é ficar grande do ponto de vista nacional? Por que a gente não percebe, Senador Tião Viana, que às vezes crescer é ficar menor do ponto de vista da grandeza, como neste caso do aumento do número de famílias com Bolsa-Família, que é um crescimento positivo do ponto de vista da assistência, positivo do ponto de vista da generosidade, sem dúvida alguma, mas é a diminuição da grandeza de um país que precisa ter, em cada quatro, uma pessoa recebendo essa ajuda?

Não há o que comemorar. É como comemorar, ao se dar uma ajuda. Os textos religiosos em geral proíbem fazer divulgação e publicidade daquilo que se doa. A generosidade não pode ser um instrumento de publicidade, até porque, ao existir, demonstra uma fraqueza social da necessidade dela, da generosidade.

E, se falo do ponto de vista do Poder Executivo, no sentido de que se vê apenas crescimento, sem se ver a grandeza, quero dizer que aqui não é diferente. Não é diferente aqui. Este Congresso, nos 185 anos de história, que vamos comemorar na próxima semana, tem crescido muito.

Confesso que não fui olhar quantos eram os Parlamentares em 1824. Não lembro, mas eram muito menos do que hoje. Nós crescemos. Será que ficamos maiores? Será que aumentou a grandeza do Congresso nesses 125 anos? Esqueçamos o primeiro período do Império, falemos no momento da República, compa-

remos o Congresso do período republicano com o de hoje, e não há dúvida de que crescemos em número, mas diminuimos em grandeza. Ofuscamos-nos e, ao fazê-lo, diminuimos nossa grandeza, como acontece com as estrelas.

Nós crescemos, mas não ficamos grandes. É sobre esse assunto, Senador Tião, que, depois do aparte que V. Ex^a pediu, quero falar. O que fazer, para que nós, o Congresso – e não vou falar do Governo –, possamos ser grandes também, em vez de apenas maiores no número de Parlamentares?

Passo a palavra ao Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Cristovam Buarque, é sempre muito bom ouvi-lo. V. Ex^a vem à tribuna e sempre apresenta uma chuva de paradigmas, para que se possa pensar, refletir, assumir desafios, ter uma visão de Estado-Nação de fato. Creio que é uma enorme contribuição que V. Ex^a dá à democracia, à consciência política que temos de ter, associada à responsabilidade. Estou chegando de uma missão belíssima no meio da Floresta Amazônica, viajando 16 horas; oito horas dentro de um barquinho, subindo um rio, para visitar uma comunidade do povo indígena iauanauá. É um povo em que vemos, de maneira extraordinária, esse sentimento do que é ser grande, que V. Ex^a menciona aqui.

Eles foram sufocados por um processo de aniquilamento da cultura em razão de uma ação missionária de um segmento de uma igreja que queria que eles não tivessem outras crenças, que não a formal, da nossa visão ocidental; que não queria outros comportamentos familiares, que não os nossos. Isso perdurou 30 anos. Eles começaram a reagir, perceberam que aquilo não fazia bem à história de uma memória de mais de 630 anos ali, conseguiram evoluir em organização, resgataram a vida cultural. Hoje, eles têm um festival anual, e vamos visitá-los sempre. Reúnem-se todos da comunidade. E veja V. Ex^a, no meio da floresta amazônica, em uma tribo indígena, a energia solar está sendo utilizada, inclusive para a conservação de alimentos. O trabalho comunitário é feito de maneira exemplar: não há violência, nem assassinatos; não há agressões, e a cultura está sendo resgatada. Há uma escola, que o seu amigo, o ex-Governador Jorge Viana, estabeleceu como estadual-indígena, em que, até a quarta série do ensino fundamental, eles falam a língua iauanauá, e não a nossa língua tradicional; somente a partir do quinto ano do ensino fundamental é que eles têm a compreensão da nossa cultura. Já há jovens, saindo de lá, para fazer Medicina na Índia, para trazer conhecimento, não para excluir o saber tradicional – a nossa visão médica –, mas para associá-lo à deles. Dizem que nunca perderam um caso de picada

de cobra com a medicina natural que têm. Então, há uma relação fantástica. O desafio deles é preservar a cultura e as tradições, sem abrir mão do conhecimento. Penso que é uma visão de grandeza. Quando se olha a evolução da Índia, como V. Ex^a diz, o que fazer? A Índia, desde Nehru, em 1949, entendeu que o Instituto de Tecnologia da Índia deveria formar grandes pensadores. Hoje, é um país que tem um tesouro chamado conhecimento. A China, ao lado, próxima, vende serviço barato, mas se preocupa, nessa venda de serviço barato, em construir seu conhecimento. A Coreia do Sul dá passos extraordinários, investindo na educação. O Brasil tem todas as potencialidades, para apontar horizontes e dizer “vou avançar”, nessa linha do que V. Ex^a acha que é ser grande, de uma visão mais realista, mais bonita de desenvolvimento humano e social. Temos todas as oportunidades neste momento de democracia plena, quando os Partidos que estão no poder têm sensibilidade social e memória do que é construir a muitas mãos um processo decisório e de não errar, sem deixar que a pequena vaidade se torne grande, mas olhando para a responsabilidade social com uma visão de Estado-Nação, que acho que o discurso de V. Ex^a aborda muito bem. Parece-me que os Partidos são muito pequenos nesta hora, diante dos desafios que, por exemplo, estão sendo colocados por V. Ex^a neste momento. Espero que cresçam. Espero que olhem além de dois palmas à frente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço, Senador.

De fato, essa tribo é grande na maneira como é. O Brasil cresceu, mas não ficou grande, como deveria. Eles têm uma cultura própria. Isso dá grandeza. A nossa cultura está diluindo-se, perdendo-se. Eles têm um patrimônio. É pequeno? É, mas é grande na dimensão da cultura. O nosso patrimônio está-se desfazendo, por exemplo, nos 82% das crianças que a gente não põe em escolas boas.

Estamos perdendo grandeza, inclusive, ao dizermos, comemorando, que temos 95% a 98% de crianças na escola. Nada demonstra mais a pobreza deste País, do ponto de vista do pensamento, do que comemorar, falsamente e com mentira, 95% a 98% de crianças na escola, porque, na verdade, estar na escola é estar até o final do ensino médio com qualidade. Aí são só 18%, Senador. Completam o ensino médio 33%, metade sem qualidade. E nós comemoramos? Não há grandeza, quando se faz isso. Não temos grandeza neste momento, temos crescimento.

Embora não se possa jogar a culpa em ninguém, é preciso jogar a culpa em todos nós. Não há da parte do Poder Executivo, do Legislativo e, não sei, do Judiciário – talvez não seja para isso – o sentimento da

busca da grandeza. Existe a mediocridade, a modéstia da busca do crescimento, há mais de 100 anos.

Fizemos a democracia, há 20 anos. Essa democracia não nos trouxe o gosto pela grandeza. Para falar francamente, nesse ponto de vista, o regime militar tinha mais do que nós na democracia. Mas, em compensação, que grandeza era aquela debaixo do autoritarismo, sob tortura? Uma grandeza falsa também.

Pois bem, Sr. Presidente, não quero alongar-me muito no tempo. Quero tentar trazer para esta Casa, mais uma vez – repetindo insistentemente –, o que defendo: procuremos retomar aquilo a que a história nos obriga. Tentemos ser a Casa onde se constrói a grandeza do Brasil. Temos mais 15 anos até o segundo centenário da nossa independência.

Por que não tentamos parar com a mediocridade do dia-a-dia, de uma agenda que, no máximo, se preocupa com o crescimento e, em geral, preocupa-se somente em tapar os buracos que o dia-a-dia está construindo na nossa sociedade, na nossa economia, na nossa cultura, na nossa história e na nossa política?

Volto a insistir na proposta que fiz aqui, Senador Mão Santa, de que este Congresso deveria fazer o contrário do que faz. Durante dois ou três meses, deveríamos ficar aqui dentro desta sala refletindo sobre o futuro do Brasil. As nossas bases não se ressentiriam de deixarmos de ir para lá nos fins de semana por um tempo. Por que a gente não faz um anti-recesso?

Cada um de nós, quando sai daqui na quinta-feira e vai para sua base, vai trabalhar individualmente. Não vamos malandrar, como dizem por aí. Mas o Senado não trabalha quando cada um de nós vai para um lugar, porque o Senado somos nós juntos aqui. O Senado não existe se estivermos cada um em um lugar diferente.

Por que a gente não toma uma decisão de tentar engrandecer o Brasil dizendo: vamos ficar aqui juntos durante dois, três, quatro meses, antes que chegue 2008 com nova eleição? Nesses meses, vamos mudar a agenda, vamos colocar na mesa qual é a agenda da grandeza do Brasil, vamos colocar na mesa a agenda de como recuperar as Forças Armadas, que – todos sabemos – está desprezada pelo Poder Público.

O País pode até crescer se pegar o dinheiro que vai para as Forças Armadas e contingenciá-lo, usando-o para pagar dívidas. Cresce, mas não se engrandece. O tamanho da grandeza diminui por não ter forças que defendam nossas fronteiras, que defendam nosso espaço aéreo, que defendam a própria consciência nacional de que há uma unidade chamada Brasil.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Professor Cristovam...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Mão Santa, um minuto.

Por que não inserimos as Forças Armadas em nossa pauta? Por que não inserimos na pauta aquilo em que insisto e por que brigo: a revolução pela educação que este País precisa fazer e que não vai fazer com PAC.

Vamos desmistificar a palavra crescimento, que não significa grandeza e que significa, muitas vezes, apagamento, ofuscação, porque isso engana, Senador Eurípedes! Vamos trazer essa discussão para cá, porque a educação é uma questão federal. Não é uma questão municipal. É nesta Casa que vamos discutir a Federação. É nesta Casa que vamos discutir como fazer o Brasil grande, e não apenas o Brasil crescente. Vamos trazer para esta pauta todas as reformas de que este País precisa para ficar grande, e não essas “medidazinhas” que estão aí para fazer o Brasil crescer ilusoriamente! Vamos discutir aqui como fazer para que neste País não haja mais filas nas portas dos hospitais! Isso faria o País grande, mas a gente insiste em perder tempo na discussão de como tapar os buracos que surgem e, de vez em quando, iludir com a idéia de crescimento, crescimento que não engrandece e que, portanto, termina crescendo, mas diminuindo o Brasil como Nação, como potência, como projeto nacional.

Se o Presidente permite, apesar de ter praticamente concluído o discurso, passo a palavra ao Senador Mão Santa, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Senador Mão Santa é o próximo orador. Se quiser, pode apartear já da tribuna principal.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a tem tornado este um dos melhores senados da história da República. O papel que V. Ex^a está exercendo como Presidente da Comissão de Educação é ímpar. Nas audiências públicas, chama verdadeiros devotados à educação para discutir o problema. V. Ex^a diz também que tudo é educação, no Ministério da Defesa. Nunca antes, na história deste Brasil, aqueles três instrumentos da defesa, a Marinha, a Aeronáutica e o Exército, estiveram tão sucateados. Aquilo não é apenas o número de tanques ou de submarinos que temos. “O essencial é invisível aos olhos”. É educação que eles deram a esta Pátria, como o Almirante Barroso, que disse que o Brasil espera que cada um cumpra seu dever. Com o próprio Exército, tivemos os ensinamentos de todos esses bravos militares e tivemos também o desenvolvimento do País. Há a escola de Engenharia de Agulhas Negras. O Piauí tem – tinha, tinha! – dois batalhões rodoviários que construíram as melhores estradas, os melhores açudes e as melhores pontes. Estão sucateados! Vi-

mos o Almirante Júlio Soares, que seria o Ministro da Marinha no organograma do passado, dizer que, em 2025, a Marinha estará chegando ao fim, porque este Governo não comprou uma canoa.

Esse Abadia, que apavorou todo mundo, entrou num veleiro no litoral do Ceará, ao lado do Piauí, em Camocim, de peito aberto. Mostra que nós não temos. A Aeronáutica foi o símbolo maior dos continuadores de Santos Dumont, de Eduardo Gomes, que disse que o preço da liberdade é a eterna vigilância – atentai bem para os ensinamentos de civismo dele. E o ITA, a maior escola de engenharia da América Latina, que fez...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ...os precursores da Embraer. Esse é o perigo. Mas, sobretudo, foram eles que nos ensinavam. Fiz o CPOR, Centro de Preparação Oficial da Reserva, mas os tiros de guerra existentes ensinavam à nossa mocidade disciplina, hierarquia; enfim, ensinavam o que está no lema positivista da bandeira, Ordem e Progresso. Está tudo acabando. E V. Ex^a revive aqui Pedro Calmon, João Calmon e Darcy Ribeiro, mostrando este País como Rui Barbosa disse: só tem um caminho, a salvação, é a justiça. E Cristovam Buarque diz que só tem um caminho, uma salvação, a educação do Brasil.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito obrigado, Senador.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que a única coisa que queria passar era a idéia de que crescer não é sinônimo de grandeza. Está na hora de nós, líderes deste País, sairmos um pouco dessa visão medíocre do crescimento apenas e descobrirmos como crescer...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – É importante para fechar, senão ficaria uma falsa impressão: descobrirmos como crescer e fazer do Brasil um país grande. Pena que essa expressão esteja tão esquecida e que a mediocridade geral, como nós, os líderes deste País, tratamos os destinos da Nação, nos faz acreditar que crescer é sinônimo de ser grande, quando, de fato, não o é.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos para seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, cumprimento V. Ex^a, que preside esta sessão de segunda-feira, 27 de agosto; as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores presentes; as brasileiras e os brasileiros aqui presentes e os que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Eduardo Suplicy, atentai bem! Este é um dos melhores Senados em 183 anos: nunca dantes se reuniu às segundas-feiras. E aqui nós estamos.

Suplicy, V. Ex^a é administrador e economista, não é? Não é, Suplicy? Sei que é Senador do PT.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sou bacharel em Administração de Empresas e tenho doutorado em Economia.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois eu sou médico. Quis Deus estivesse aqui Rosalba Ciarlini, essa encantadora médica, líder da cidade heróica de Mossoró, do bravo povo de Mossoró, um dos primeiros a libertar os escravos no Brasil! Mas nós, médicos, Dr^a Rosalba Ciarlini, damos valor à etiologia, à origem.

Ô Luiz Inácio, as vaias têm de ter uma origem, têm de ter uma origem. A origem é isto aqui. Olha para cá, ô Alvaro Dias! V. Ex^a, que governou tão bem o Paraná, sabe que a gente tem certos compromissos com o povo. Norberto Bobbio, o maior Senador contemporâneo da Itália, disse que o mínimo que se tem de exigir de um governo é segurança. V. Ex^a viu no Paraná aquele atentado contra uma jovem.

Cheguei agora, Suplicy, de Buenos Aires. Ô Luiz Inácio, isto aqui não é civilização, não! É barbárie. Tomei um banho para vir para cá. O avião saía às cinco horas da manhã. Como a gente tem de chegar duas horas antes, peguei Adalgisinha e saí por aí, andando na Calle Corrientes, a rua que não dorme. Fiquei até às três horas da manhã para ir para o aeroporto, porque, se fosse dormir, não ia conseguir acordar. Lá não há negócio de bala perdida e de bandido, não! O que há de brasileiro lá, Suplicy, e de brasileira: “Ah, é o Mão Santa! Você é o Mão Santa?”. Todo mundo tem medo de andar nas ruas do Rio de Janeiro, nas ruas de São Paulo – nas de Teresina nem se fala, e era uma cidade pacata.

Rosalba, foi uma epidemia, uma gripe espanhola, uma Aids: irradiou no Brasil toda essa violência.

Educação, como Cristovam Buarque falou, é fundamental. Governo precisa dar segurança, educação e saúde. O resto vem atrás. Faço minhas as palavras do Professor Cristovam Buarque. E saúde? Vou falar aqui: essa foi a causa da vaia que Luiz Inácio pegou. Não adianta! No Estado da Guanabara, a segurança está aí: mata-se mais lá do que no Iraque! O nome da favela do Alemão foi bem colocado: o lugar lembra aquelas guerras do Hitler, pois é morte todo dia. Pode pegar o jornal e comparar a situação com a do Iraque. Está empatando, viu, Cristovam Buarque? Então, esta é uma causa: a educação, de que V. Ex^a falou.

Eu me lembro, ô Luiz Inácio, de Carlos Frederico Werneck de Lacerda. O Sibá disse que queria um livro de Carlos Lacerda. O Sibá está estudando. Mas algo

me encantou na época de Carlos Lacerda. Vivi no Rio, estudei lá nessa época, e ficou algo na minha mente em relação a Lacerda – sei que há as obras físicas, como o Aterro do Flamengo, o Túnel Rebouças, a Adução do Guandu –, que é a lembrança do que eu via quando andava de ônibus: “Há vaga”, “Há vaga”, “Há vaga”, “Há vaga”, “Há vaga”. Eu pensava: “Que diabo é esse negócio?”. Aí entendi: havia vaga em todas as escolas. Ô Luiz Inácio, na época de Carlos Werneck Lacerda, víamos: “Há vaga”. Você ia lá, e havia vaga. O governo se virava, contratava professor e garantia a vaga. É por isso que o Sibá está querendo livro do Carlos Lacerda! Não está pedindo livro nenhum desses aloprados do PT para ler. Pediu-me, e vou dar-lhe o livro do Carlos Lacerda. Viu, Cristovam? Sibá, lá do Piauí, pediu-me um livro do Lacerda. Essa é uma coisa boa.

E quanto à saúde? O jornal **O Globo** noticia que auditoria reprovou Santa Casa. O Ministério da Saúde descobriu o sumiço de R\$471 mil. Está aqui. Agora, quem vai falar de saúde sou eu! Ô Cristovam, olhe para cá! V. Ex^a é o defensor da educação; e eu, o da Saúde aqui.

Ô Cristovam, quantos anos V. Ex^a tem como professor? Diz aí! A gente não pode perguntar idade de mulher. Se fosse a Rosalba...

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Quarenta anos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quarenta anos? Pois vou fazer 41 anos de Medicina. Estamos ganhando.

Mas olhe aqui. Há um bocado de coisas: “Santa Casa sob suspeita”. Essa é uma publicação do jornal **O Globo**.

Senador Alvaro Dias, no seu Estado, há Santa Casa?

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Sim.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Em Pernambuco, há Santa Casa, ô Cristovam? Lá no Piauí, na minha cidade de Parnaíba, há Santa Casa. Vou fazer a defesa da Santa Casa aqui.

Está escrito: “Santa Casa sob suspeita”. É muito forte! Sei o que é Santa Casa, ô Cristovam, ô Luiz Inácio! Ô Ministro Temporão, sou mais velho do que V. Ex^a em Medicina, tenho mais quilômetros bem rodados. A pior desgraça é a gente querer subir... Quem tem bastante luz não precisa diminuir os outros para poder brilhar.

Diz-se: “Santa Casa sob suspeita”. A Santa Casa não tem nada de suspeito. A Santa Casa é uma instituição, ô Rosalba, que apareceu em Portugal, com o apoio da Rainha D. Leonor – seu confessor pediu, e isso começou lá. No Brasil, foi o Padre Anchieta. Ô Suplicy, antes do Luiz Inácio, houve três Governado-

res-Gerais: Tomé de Souza, Duarte da Costa e Men de Sá. Antes do Luiz Inácio, foi Duarte da Costa que criou a Santa Casa. Veio um navio, ô Cristovam, e trouxe uma peste com os marinheiros, e a peste invadiu o Rio. Então, o Padre Anchieta os acolheu em cabanas de palha. Daí nasceu a idéia da Santa Casa. Isso aconteceu em 1582. Essa instituição foi criada para atender aos pobres. Os primeiros a serem atendidos foram os navegantes que vieram em um navio. Era uma epidemia. Padre Anchieta, junto com nosso segundo Governador-Geral, Duarte da Costa, criou a Santa Casa. Então, desde aí, elas se espalharam. Na minha cidade, Parnaíba, há uma Santa Casa.

Olha, Suplicy, sei que V. Ex^a tem um bocado de títulos, mas eu também os tenho. Ganhei um bocado deles. Fui prefeito. Mas, Cristovam, na minha pasta, levo um só: quando a Santa Casa da minha cidade fez cem anos – eu era Governador do Piauí –, mais ou menos em 1995, eles me deram uma medalha pelo centenário. Aquela eu a carreguei, porque trabalhei durante trinta anos numa Santa Casa.

Mas, Cristovam, sei a história de muito antes, não a que estou contando aqui de Duarte da Costa, de Anchieta, da Rainha de Portugal, D. Leonor.

Rosalba, meu avô deu o primeiro aparelho de Raios X. Ele tinha um filho médico, que depois foi prefeito, e hospedou Getúlio Vargas. Era João Orlando. Ele era médico dessa Santa Casa. Depois, Cristovam, meu pai foi tesoureiro de uma Santa Casa, Joaz Rabelo de Souza.

Aprenda Temporão! Sei que V. Ex^a é sanitarista, mas sou médico de hospital. Como funcionava a Santa Casa, Rosalba?

Eu morava na Avenida Presidente Vargas, eu era menino. Naquele tempo, Cristovam, a família toda almoçava junto – o chefe da família, o pai, a mãe. Com V. Ex^a não foi assim, não, Rosalba? Tínhamos essa tradição. Eu fui educado assim. Na hora do almoço, estavam ali para impor a moral, tínhamos de cumprir horários. Batiam palmas, e a doméstica chegava e dizia: “Seu Joaz, estão chamando lá na porta”. Meu pai se levantava e vinha com um dinheiro bom. Aproveitava a hora do almoço para dar dinheiro para a Santa Casa. Nasci em 1942 e vi meu pai fazer isso. Minha mãe – não sou mão santa, mas sou filho de mãe santa, a terceira franciscana – fazia as quermesses para ajudar a Santa Casa. Vendi muito bingo!

Ô, Luiz Inácio, não deixe acontecer uma indignidade desta: Santa Casa sob suspeita. Tanto alopado suspeito, e é logo a Santa Casa que a auditoria reprova! Santa Casa sob suspeita – essa é uma indecência. Como diz Boris Casoy: isso é uma vergonha!

A Santa Casa era assim. Ô Cristovam Buarque, eu vendia bingo nas quermesses. Meu pai era tesoureiro. Ainda tenho essa lembrança. E um ricaço daquele ganhava o bingo e o devolvia para a Santa Casa. O povo dava dinheiro. E por que o povo dava dinheiro? Porque não havia tantos impostos, Luiz Inácio! Agora, são 76 impostos. Qual é o brasileiro ou a brasileira que pode dar dinheiro para a Santa Casa?

Elas não têm de estar sob suspeita, pois têm de sobreviver a esse estado caótico de dificuldades. Elas merecem, isto sim, respeito e homenagens.

Ô Cristovam, preste atenção! Minha mãe, escritora, tem um livro: **A Vida, um Hino de Amor**, pela Editora Vozes. Lembro-me de que ela escreveu uma carta para a Miss Brasil Emília Correia Lima, do Ceará, linda – eu ainda era garoto –, para fazer uma festa em benefício da Santa Casa. A misse ficou hospedada lá em casa; é uma mulher bonita, empata com a Adalgiza. É interessante como todo mundo cooperava. Minha mãe e meu pai vendiam, e a cidade toda comprava mesas, para ajudar a Santa Casa. Essa misse tinha um noivo, largou o noivo e arrumou um casamento – naquele tempo, a estrada de ferro era dirigida pelos militares e funcionava; era Major César Cals – com um rapaz bonito, de espada, que parecia o Alvaro Dias. Ele tomou a misse do noivo, e ainda estão casados até hoje. Ou seja, a misse foi fazer uma caridade e arrumou um casamento. E morou em Ipanema por muito tempo; todos os dias, quando eu ia para a aula, passava pela casa dela e a via molhando a grama. Eu ia e voltava. Ô misse bonita!

Estou dizendo que todos ajudavam a Santa Casa. Entenderam? Todo mundo dava dinheiro. Meu avô deu um aparelho de Raios X. Hoje isso não é possível, pois todo mundo está sacrificado pelos 76 impostos. Qual o brasileiro ou a brasileira que vai à Santa Casa dar um dinheirinho hoje? É isso.

Santa Casa sob suspeita?! Os suspeitos estão no Supremo Tribunal Federal, os alopados.

As Santas Casas começaram com o Padre Anchieta. Atire, Luiz Inácio, a primeira pedra quem não precisou de uma Santa Casa! Eu era menino e era danado. Eu era metido a goleiro, quebrei um braço e, depois, ainda quebrei o outro. Fui à Santa Casa e fui atendido pelo Dr. Candido e pelo Dr. Mariano. Meus filhos nasceram lá. Atire a primeira pedra quem não necessitou de uma Santa Casa! Quer uma, Senador Cristovam Buarque? Minha filha, Daniela, hoje, está fazendo estágio em Dermatologia com o Prof. Azulay.

Santa Casa é essa instituição sagrada. Fiz residência com o Prof. Mariano de Andrade no Hospital dos Servidores do Estado. Ele tinha uma enfermaria na Santa Casa, e trabalhei lá. Mas por que antes funciona-

va, Senador Cristovam Buarque? O Ministro Temporão não sabe; e Luiz Inácio, muito menos. Eu sei. E é por isso que o Senado está aqui para ensinar.

Os militares fizeram coisas boas: o Funrural, por exemplo. O Senador Cristovam Buarque, o trabalhador não tinha atendimento, mas o João Batista Figueiredo criou isso – ou foi Emílio Garrastazu Médici? Todo trabalhador rural era atendido nesses hospitais filantrópicos, principalmente nas Santas Casas, que tinham, então, uma verba fixa. E nós, que ganhávamos bem – porque a tabela do SUS não era imoral, não era indecente, não era indigna; a consulta não custava apenas R\$2,50, como hoje, e a anestesia não era apenas R\$9,00 –, abdicávamos do dinheiro do Funrural para a manutenção das Santas Casas.

Atendíamos o trabalhador rural sem cobrar. Então, elas tinham aquela renda fixa. Entendeu como funcionava? Mas isso acabou. E a Santa Casa não pára, é toda hora, vão ver as filas. Pitanguy, aquela mão santa. Ivo Pitanguy pode faltar a tudo, mas, às sextas-feiras, gratuitamente, opera na Santa Casa. Imagine só quantas cirurgias plásticas Pitanguy fez? Ele está fazendo 80 anos. Eu o conheço, é um cara bacana, andei com ele. Quantas cirurgias plásticas gratuitas Pitanguy já fez numa Santa Casa? Toda sexta-feira ele opera, nunca faltou a nenhuma, é sagrado. Ele ganha o dinheiro dele, mas às sextas-feiras ele vai lá e opera. Então, as Santas Casas são mantidas assim.

Quero dizer ao Luiz Inácio que ele tem que se ter sensibilidade política e responsabilidade administrativa. Do jeito que estão essas tabelas do SUS, Vossa Excelência pode buscar o Peter Drucker, pode buscar aquele administrador maior da GE, Jack Welch, que não vão dar jeito. Dois e cinquenta uma consulta, nove reais uma anestesia; a energia é a mais cara do mundo; a água é a mais cara do mundo; há as obrigações trabalhistas.

Então, quero aqui prestar a minha solidariedade aos que fazem a Santa Casa. E o Senador Sérgio Cabral, homem de bem, que só votava comigo, do PMDB, ele não ficou doído. Ele pediu uma administração triplíce: municipal, estadual e federal, mas não começando assim. O que o Ministério da Saúde descobriu? Eu sei o que é isso. Temporão, aprenda!

Em 1982, eu tinha acabado o meu mandato de Deputado Estadual e perdi a eleição para Prefeito. Só não perdi a vergonha e a dignidade, Cristovam. Isso na Santa Casa de Parnaíba, no Piauí. Olha, Alvaro Dias, como este Governo é injusto, daí o porquê das vaias para o Luiz Inácio. Quantos e quantos foram atendidos no Rio de Janeiro pela Santa Casa?

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Senador Mão Santa, eu gostaria de...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Gostaria não, a senhora está sensibilizada e, com a bondade e a generosidade do seu coração, do povo de Mossoró, que libertou os escravos, vai me permitir libertar os médicos hoje, que são os escravos dessa situação e estão desgastados. Só para terminar...

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Vou lhe conceder mais alguns minutos para que V. Ex^a possa concluir o seu pensamento. Entendo a importância desse tema para o nosso Brasil e para a população brasileira, pois as Santas Casas, realmente, prestam um grande serviço à Nação. Por isso, V. Ex^a as defende com tanta força, o que nos coloca com mais disposição para estar ao seu lado nessa luta.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Deus escreve certo por linhas tortas: Ele colocou nessa Presidência a senhora, que é médica. Sei que vou poder usar o tempo que eu quiser.

Vamos dizer, Cristovam: um quadro vale por dez palavras. Suplicy, preste atenção! Em 1982, houve um fato como esse na Santa Casa de Parnaíba. Cheguei um auditor metido, e eu tinha acabado meu mandato de Deputado estadual, tinha disputado eleições para prefeito e tinha perdido e salvei a Santa Casa do descredenciamento. Não tinha nada a ver. Interessante. Um dos dirigentes é hoje é prefeito, Dr. Robert Freitas, de família boa, primo de Freitas Neto, que foi Senador.

Então, eles iam descredenciar. Sabe por que, Cristovam Buarque? Chega um auditor, que tem que ter o espírito da lei, e suspeita. Atentai bem!! Então, eu seria suspeito.

Veja Suplicy, Temporão aprenda, Luiz Inácio – Suplicy é um homem de bem, tem vergonha do PT –, iam descredenciar! Fui à reunião e disse: olha, eu fui dez dias antes convidado pelos hospitais particulares a preencher as guias das operações que faria. Dez dias antes nos hospitais particulares em que eu operava, dez dias antes! E, na Santa Casa, que não tem dono, que não tem interesses comerciais, que não é casa de negócio, que não é casa de bandido, o auditor chegou às seis horas da manhã, bateu, a mocinha abriu, e ele entrou. Então, olhando a papelada das cirurgias, ele viu que não tinha a ficha do anestesista, disse que eram cirurgias fantasmas e ia descredenciar.

Sabe por que não tinha?! O anestesista, daquele jeito, fazia por excesso, mandava o cara para lá. No hospital não tinha papel, o hospital estava com tanta dificuldade – tem dificuldade mesmo, pois é um hospital que só faz atender os pobres.

Aqui tenho o número de leitos e de quartos particulares. Veja só. O hospital com 22 enfermarias, são 162 leitos, e 49 quartos. Esses são os particulares, Senador Cristovam Buarque. São 162 leitos de enfer-

maria, da Previdência, ou de graça, indigente. Então não dá para sustentar.

Sei que não tinha papel do anestesista. O hospital não tinha dinheiro nem para comprar os impressos. Eu achava estranho que os hospitais privados tinham me chamado para preencher todas as papeletas, e a Santa Casa, tomada de supetão, sofreu esse desgaste. Ela não tem interesse comercial; é filantrópica.

Eu queria conceder um aparte ao Senador Alvaro Dias, que foi Governador de Estado, e lá existe uma Santa Casa.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, eu até tinha desistido, mas já que V. Ex^a, na sua generosidade, me permite o aparte... Esse assunto é para V. Ex^a mesmo, que tem autoridade, é professor nisso, médico que é. É chamado de Mão Santa, porque deve ter feito, sem dúvida nenhuma, coisas maravilhosas como médico. Então, pode falar sobre esse assunto como representante da sua gente. Há poucos dias vi na televisão uma imagem de Brasília que me chocou muito: havia uma fila enorme na porta de um hospital. Gente necessitada, desatendida e morrendo sem atendimento de urgência. Pensei: se aqui bem pertinho do Presidente da República, diante da face do Presidente da República, está acontecendo isso, imagine o que ocorre no interior do País. Fui para o meu Estado e vi que, no Sudoeste do Paraná, seis hospitais fecharam nos últimos anos; isso em apenas uma região. É claro que uma Santa Casa, que é uma instituição benemérita, tem de ser apoiada pelo Governo. Muito mais do que apoiada, a Santa Casa tem de ser valorizada, tem de ser protegida, tem de ser defendida, como V. Ex^a a defende, porque ela faz aquilo que caberia ao Governo fazer, ou seja, alivia um pouco as dificuldades do Governo, que, lamentavelmente, não tem tido a capacidade necessária para resolver esse gravíssimo problema de saúde pública no Brasil. O caos continua na saúde pública brasileira. V. Ex^a faz muito bem, com a autoridade que tem, ao vir a tribuna e defender essa instituição importantíssima que é a Santa Casa de Misericórdia.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço ao Senador Alvaro Dias, que governou tão bem seu Estado, o Paraná.

Senadora Rosalba Ciarlini e Senador Cristovam Buarque, queria ver se o nosso Presidente Renan Calheiros é firme. Queria ver, porque outro dia o Senador pelo Piauí Heráclito Fortes teve uma grande inspiração. Nós trabalhamos e lutamos juntos, convencemos este Plenário e ganhamos. Ele pegou a Timemania, da loteria, que vem aí e vai dar um percentual aos times de futebol.

Luiz Inácio, Vossa Excelência andou na Câmara dos Deputados e disse que ali havia 300 picaretas. É lá; aqui, não. Atentai bem!

Nós aqui chegamos à conclusão de que aquele dinheirinho da Timemania, desses jogos lotéricos, devia ir para as Santas Casas.

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não vai para os times de futebol? Nós votamos. Nós ganhamos, e Luiz Inácio vetou.

Faz parte do jogo democrático o veto do Presidente da República voltar aqui e ser analisado. E esse veto nunca voltou.

Presidente Renan, firme-se diante a Nação, trazendo amanhã o veto da Timemania, um dinheiro para a Santa Casa. É um veto do Luiz Inácio. Demos aos aposentados 16,7%. Ele vetou, e os pobres aposentados ganharam 3% a 4%. E os aloprados, 140% de aumento.

Traga, Renan, amanhã para cá – firme-se diante desta Casa e da Nação –, o veto da Sudene. Nós criamos a Sudene. Antonio Carlos Magalhães morreu de trabalhar. Sudene, todos nós. A Sudene, no seu Pernambuco, Cristovam Buarque, no Recife, no Nordeste. Aí o Luiz Inácio vetou o oxigênio, o recurso da Sudene. Traga, Renan amanhã esse veto para discutirmos, para vermos quem é que fica contra os aposentados, contra a Santa Casa e contra a Sudene.

Essas são as nossas palavras. Confiamos no Governador Sérgio Cabral. Li a reportagem, comprei *O Globo*, um grande jornal. “Santa Casa: o que o Ministério da Saúde descobriu?” Temporão, você vai descobrir que a Santa Casa merece respeito, merece aplauso, merece apoio. Falo por todas as instituições médicas deste País porque posso representá-las.

Usamos desta tribuna para convocar a Subcomissão de Saúde, por seu Presidente, Papaléo Paes, para chamar todas as Santas Casas, pois quase todas estão em dificuldades. A de Porto Alegre é uma exceção.

Têm um lado educativo. Formei-me em Fortaleza e assisti a aulas de Urologia, de Gastroenterologia, de Traumatologia na Santa Casa. Pelo Brasil afora elas funcionam também como hospital acessório de escola.

Essas foram as nossas palavras. Atire a primeira pedra quem nunca precisou de uma Santa Casa de Misericórdia. Quero que o Ministro Temporão ajude a do Rio de Janeiro e a do Piauí, na minha cidade – Parnaíba.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Rosalba Ciarlini.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Senador Mão Santa, com certeza V. Ex^a terá a solidariedade de muitos outros colegas nessa questão, porque realmente as Santas Casas merecem respeito e apoio, com bem disse o Senador Alvaro Dias.

Agradeço-lhe, mais uma vez, Senador Mão Santa, por nos trazer assuntos de tanta importância para a Nação brasileira

Convido a fazer uso da palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “Um anjo morreu e quatro animais, ‘criados por nós’, estão vivos”. Essa é a manchete que retrata a indignação que campeia não apenas no Paraná, mas certamente em todo o País, diante do brutal assassinato de uma jovem de 18 anos, na cidade de Curitiba. De autoria do advogado e jornalista – polêmico jornalista – Guilhobel Aurélio Camargo, essa manchete chama a atenção dos leitores da **Gazeta de Novo** e retrata a enorme indignação que toma conta de todos os brasileiros, diante do crescimento avassalador da violência incontida no nosso País.

Diz Guilhobel:

A universitária Ana Cláudia Caron, de 18 anos, não teve direito à vida. Os quatro animais, **criados pela nossa sociedade**, que foram presos no sábado, tendo sido demonstrada extrema eficácia da polícia do Paraná – Ângela Ferraz da Silva, **22** anos; seu namorado, o adolescente **A.S., 17** (que completou 18 anos ontem (26), era menor de 18 anos no dia do crime), **J.P.M., 15**, e Weryckson Ricardo de Pontes, **19** – terão direito à vida. Alguns deles, à liberdade e outros à redução de pena ou liberdade “vigiada pela Justiça” para cometerem outros crimes.

Confessaram o crime, são usuários de drogas e roubaram a universitária para vender os seus pertences e comprar mais drogas. Além disso, abusaram dela sexualmente.

Sr. Presidente, é uma violência que nos convoca à responsabilidade.

O jornalista Guilhobel cita o art. 228, da Constituição Federal, que diz:

Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

As penalidades:

Para os menores de 18 anos:

De 12 a 17 anos, o jovem infrator será levado a julgamento numa Vara da Infância e

da Juventude e poderá receber punições como advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade ou internação em estabelecimento educacional. Não pode ser encaminhado ao sistema penitenciário.

Para os maiores de 18 anos:

Se da violência do estupro resultar morte, pena de reclusão de 12 a 25 anos. Ela é aumentada de quarta parte se o crime é cometido com o concurso de duas ou mais pessoas. Ainda terão de ser adicionadas as penas das possíveis condenações de roubo ou de latrocínio, que é o assalto seguido de morte.

E o jornalista divulga os grupos que são contra a redução para maioria penal:

No Brasil, os representantes da Igreja Católica, do Poder Judiciário e parte do Poder Legislativo combatem a redução da maioria penal. Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal, acha que solução seria ter uma ‘justiça penal mais ágil e rápida’. Tanto o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como o presidente da Câmara dos Deputados, afirmam que reduzir a maioria penal não seria uma solução para a violência.

Tentativas de mudanças

Existem seis propostas sobre maioria penal sendo avaliadas pelo Congresso Nacional. Estão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Quatro estão propondo reduzir a maioria de 18 para 16 anos, e uma para 13 anos, em caso de crimes hediondos. Existe também uma proposta de emenda constitucional (PEC) que determina imputabilidade penal quando o menor apresentar ‘idade psicológica’ igual ou superior a 18 anos.

Sr. Presidente, temos de assumir a responsabilidade desse debate. O Congresso Nacional não pode se omitir. Trazer à tona a questão quando há um crime de repercussão nacional que provoca um grande impacto na sociedade brasileira, que leva as pessoas à revolta e à indignação, só neste momento, depois se esquece o assunto. Os projetos dormem nas gavetas das comissões temáticas do Congresso Nacional.

Temos de assumir a responsabilidade desse debate. Temos os exemplos dos vários países que reduziram a maioria penal que podem nos inspirar a adotar aqui uma legislação que seja compatível à

realidade social brasileira. O que não podemos é pecar pela omissão. Os fatos se sucedem, a violência se repete, a impunidade prevalece. É claro que isso provoca enorme indignação.

Segundo o jornalista, “do fato narrado, a única coisa positiva foi a rapidez com que a Secretaria de Segurança Pública resolveu o problema. Parabéns aos policiais do Governo do Estado do Paraná”.

Parabéns, portanto, aos policiais do Estado do Paraná, que prenderam logo a seguir, imediatamente, num curto espaço de tempo, os marginais, os bandidos que roubaram a vida de uma jovem cheia de esperança, que freqüentava escola no Paraná.

Fica registrado aqui não apenas o nosso protesto, mas um apelo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que volte a debater esse assunto, para que possamos oferecer à sociedade brasileira a posição oficial do Congresso Nacional sobre esse assunto.

Mas, Sr. Presidente, aproveito também, como fez V. Ex^a, a tarde desta segunda-feira de tranquilidade no Congresso Nacional, com o plenário esvaziado por razões óbvias, para dizer que é ultrajante e indigno que recursos públicos sejam desviados diante de tantos déficits sociais e carências crônicas da população brasileira. V. Ex^a, Senador Mão Santa, abordou a carência desse setor fundamental, que é o de saúde pública, que deveria ser a suprema lei; eu acabo de abordar outra carência social, que é a do setor de segurança pública no nosso País.

Pois bem, o Ministério Público Federal acaba de encontrar provas irrefutáveis de que verbas públicas foram repassadas pelo Ministério dos Esportes ao valerioduto nas ramificações do mensalão. Esse fato está lá sendo discutido agora no Supremo Tribunal Federal, que julga hoje o núcleo central do mensalão, para determinar a acolhida ou não da denúncia formulada pelo Procurador Antonio Fernando, que realizou um trabalho notável e histórico.

Sr. Presidente, a CPI revelou, o Ministério Público confirma e, aprofundando as investigações, apresenta provas documentais sobre o desvio de verbas públicas para irrigar o valerioduto. No dia de amanhã espero ter a oportunidade de fazer um pronunciamento sobre o julgamento de hoje no Supremo Tribunal Federal.

Enquanto o dinheiro é desviado para atender a projeto político de futuro, já que o mensalão foi arquitetado no terceiro andar do Palácio do Planalto, com o objetivo de dar suporte a um projeto de poder de longo prazo no País – essa foi a razão central que motivou políticos e homens do Governo a arquitetarem esse complexo e sofisticado esquema de corrupção que envolveu o Executivo, o Legislativo e parte do setor privado no País –, enquanto isso, “as pessoas morrem na

sua frente, outros agonizam e não se pode fazer nada”. Quem fala é Tiago Acioli, médico da Emergência do Hospital da Restauração de Recife, em Pernambuco, Senador Mão Santa.

Ouçam a frase na íntegra: “As pessoas morrem na sua frente, outros agonizam e não se pode fazer nada. Falta o básico: gaze, máscaras, remédios, manutenção de equipamentos”. Esse é o desabafo de Tiago Acioli, médico da Emergência do Hospital da Restauração de Recife, e, certamente, esse é o desabafo que gostariam de fazer milhares de médicos em todo o Brasil.

A Saúde agoniza, literalmente, nos hospitais públicos do Nordeste, mas o quadro no restante do País é também caótico.

Eu disse há pouco, em aparte a V. Ex^a, que foram fechados seis hospitais, nos últimos tempos, só numa região do Paraná, no sudoeste do Estado.

Hospitais são fechados, faltam leitos, há superlotação, faltam medicamentos. O Sistema Único de Saúde enfrenta dificuldades em todo o País. V. Ex^a acabou de dizer: uma consulta a R\$2,50. É impossível! Para uma consulta de R\$2,50, que tempo ofereceria um médico ao paciente? Um segundo? Dois segundos? Três segundos para a consulta?

Segundo especialistas, o Brasil se transformou no refúgio preferido dos traficantes e dos cartéis da droga internacional em face de a corrupção local favorecer a lavagem de dinheiro e toda a operacionalização criminosa.

Estamos diante de um escândalo de corrupção que vai marcar terrivelmente o Governo Lula. Não terei nenhuma dúvida ao afirmar, no seu término, que o Governo do Presidente Lula foi o governo do mensalão, o governo do valerioduto, o governo da corrupção, que, lamentavelmente, tomou conta do Poder Legislativo, do Poder Executivo, de parte do setor privado, estabelecendo uma cumplicidade entre os corruptos do Executivo e os corruptos do Legislativo, e uma confusão entre o que é público e o que é privado, no envolvimento de determinados homens de negócios do Brasil, a partir da liderança do Sr. Marcos Valério.

Vivemos um momento no qual a luta contra a impunidade deve ser prioridade absoluta. Aqueles que desviam recursos do Erário e gerenciam a coisa pública em benefício próprio, subtraindo da população o direito à vida e à dignidade, não podem merecer condescendência de qualquer instância.

Isso é o que esperamos do Supremo Tribunal Federal e manifestamos desta tribuna a nossa confiança absoluta de que esse espírito prevalecerá no julgamento histórico para o Brasil, que ora se inicia.

O Brasil ainda ostenta títulos vergonhosos.

É o campeão mundial de cárie, segundo o Levantamento das Condições de Saúde Bucal da População Brasileira, considerado a mais ampla e completa pesquisa de área já executada no País (realizada pelo Ministério da Saúde, no período de maio de 2005 a novembro de 2006).

É muito desigual e injusto: 81% dos gastos com assistência odontológica são realizados no setor privado, que atende a apenas cerca de 10% da população. Ou seja, em um País com aproximadamente 200 milhões de habitantes e 220 mil cirurgiões-dentistas, apenas 20 milhões de pessoas têm acesso a especialistas e, mesmo assim, em clínicas privadas. Estima-se que mais de 20% da população já perdeu todos os dentes, ou seja, 20% dos brasileiros estão, literalmente, banguelas.

Segundo o Centro Internacional de Pobreza, uma instituição de pesquisa do PNUD/Nações Unidas, com sede em Brasília, resultado de uma parceria do Ipea, apenas 27% dos pobres das regiões urbanas do Brasil conseguiram, por algum momento, escapar da pobreza entre 1993 e 2003. Os 73% restantes estancaram na pobreza crônica.

Chega a ser paradoxal que, em que pese não figurarmos entre as nações mais pobres – ao contrário, estamos no **ranking** dos dez maiores PIBs nacionais do mundo –, fazemos parte do bloco das cinco nações mais desiguais no que concerne à distribuição de riquezas.

Assim, 42 milhões de brasileiros representam a população submersa sob a linha de pobreza, metade subclassificada na categoria da indigência – metade de 42 milhões de brasileiros são indigentes. “São pessoas e famílias potencialmente expostas à insegurança alimentar”. Mesmo considerando que, nos últimos quatro anos, três milhões de brasileiros conseguiram emergir desse patamar socialmente crítico, ainda assim, “estamos com um contingente de pobres que compromete, frontalmente, os ideais de democracia e de cidadania”, como nos atesta Malaquias Batista Filho, membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, fonte das estatísticas brasileiras mais recentes na área de saneamento, o número de famílias brasileiras com TV em cores é maior do que o das que desfrutavam de serviços adequados de saneamento. Ressalto que essa situação ocorre em todas as faixas de renda e em todos os Estados brasileiros, ou seja, é um atestado de incompetência da administração pública do País. Os pobres conseguem ter TV em cores, mas o Governo brasileiro não lhes oferece as condições básicas para que a saúde possa, realmente, constituir-se em suprema lei no País, porque,

quando não há saneamento básico, a saúde está em risco. O risco é permanente. Saneamento básico é fundamental para assegurar boa qualidade de vida e, sobretudo, vida saudável à população.

Segundo estudo da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base, também baseado na PNDA 2005, lançado pelo IBGE em 2006, mais de 50% dos brasileiros – cerca de 95,3 milhões não têm acesso ao serviço de coleta de esgoto. Além disso, segundo o referido estudo, 35,3 milhões de pessoas não dispõem de rede geral de distribuição de água, 6,1 milhões vivem sem energia elétrica e 53,1 milhões não contam com telefone fixo ou celular em casa.

Imagine, Senador Mão Santa, se, no Brasil, não tivesse ocorrido a privatização das telefônicas.

No Brasil, os 20% mais ricos da população desfrutam de níveis de acesso à água e saneamento geralmente comparáveis aos de países ricos. Enquanto isso, os 20% mais pobres têm uma cobertura, tanto de água como de esgoto, inferior à do Vietnã.

No que concerne à educação de qualidade, segundo a Unesco, nas últimas décadas, o País alcançou progressos significativos que permitiram praticamente atingir a universalização do ensino fundamental obrigatório.

Todavia, o Brasil ainda apresenta deficiências no acesso à educação para a primeira infância e ensino médio. O sistema educacional brasileiro nem sempre é capaz de desenvolver habilidades cognitivas de importância essencial para a vida cotidiana e evidencia debilidades no fomento à formação de valores que capacitem os cidadãos a uma participação ativa na sociedade, e também na promoção do desenvolvimento humano sustentável.

Apesar dos esforços governamentais e não-governamentais e do significativo aumento dos índices de alfabetização verificado nas últimas décadas, 15,2 milhões de pessoas com idade superior a nove anos ainda foram consideradas analfabetas em 2004. O analfabetismo ainda é alto entre a população adulta (13,6 milhões de pessoas). Um milhão de brasileiros com idade entre 15 e 24 anos ainda é considerado analfabeto.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Estou próximo do fim, Sr. Presidente; mais dois minutos serão suficientes.

O déficit habitacional no Brasil – estou próximo do fim, Sr. Presidente –, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, sob encomenda do Siduscon de São Paulo, entre 1993 e 2004, a falta de moradias no País

passou de 6,247 milhões para 7,890 milhões de moradias. É importante assinalar que, em 2004, o déficit habitacional representou cerca de 15,2% do total de domicílios do País, Senador Sérgio Guerra. O principal componente do déficit é a co-habitação familiar, que responde por 54% do déficit ou 4,2 milhões de domicílios. Os domicílios rústicos, em que estão incluídas as favelas, também respondem por parcela importante do déficit do País: 3,4 milhões de domicílios.

O Governo Federal acaba de justificar o aumento da máquina estatal em razão do constante aumento de demandas da sociedade nas mais diversas áreas, desde a social até a da infra-estrutura. O Governo aumenta os gastos com a máquina e reduz a capacidade de investir não só em obras de infra-estrutura, como também em obras sociais.

O Governo multiplicou por quase oito o ritmo de criação de cargos comissionados no segundo mandato. Em 2007, foram criados 1.258 cargos comissionados. No total, já alcançam 22.345 cargos. A média mensal de criação desses cargos saltou de 23,8 no primeiro mandato para 179,7 entre janeiro e julho de 2007.

Não se constrói um país com base no ufanismo, na justificativa vã; muito menos exercitando o louvor de si mesmo.

“A humildade é a base e o fundamento de todas as virtudes, e sem ela, não há nenhuma que o seja”, já dizia o célebre espanhol Cervantes.

Sr. Presidente, para concluir este pronunciamento, muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, a Sra. Rosalba Ciarlini, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Poderia acrescentar o filósofo Henri Lacordaire: “A humildade une os homens; o orgulho os divide”.

Quero me congratular com V. Ex^a pelo pronunciamento que justifica a assertiva de que este é um dos melhores Senados da história da República. A sua presença contribui para isso.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, Senadora Rosalba Ciarlini, do Democratas do Rio Grande do Norte.

V. Ex^a tem o tempo que achar conveniente. Jamais ousaria cortar a palavra de uma Senadora tão ilustre que representa tão bem o nosso Nordeste.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Mão Santa. V. Ex^a, presidindo os trabalhos desta tarde, deixa-nos realmente muito tranquilos por esta sua característica democrática e de solidariedade para com os colegas.

Sr. Presidente Mão Santa, Senador José Agripino, meu Líder, Senadoras e Senadores, gostaria, inicialmente, de falar sobre um fato que vivi no último final de semana, quando retornei, mais uma vez, ao meu Estado. E esta é uma rotina na nossa vida de Senadores, ou seja, semanalmente, irmos aos nossos Estados visitar as mais diversas regiões, entrar em contato com a população, ouvir a voz rouca das ruas, o grito do povo, para podermos, nesta Casa, unindo as nossas idéias e sentimentos, trabalhar em busca de melhores dias para o nosso Brasil e os nossos Estados.

Pois bem, Senadores, estive em Natal, nossa capital, e também na cidade de Mossoró, minha terra natal. Lá visitei uma das maiores feiras de indústria e comércio que se realiza no Estado, uma feira que começou há vinte anos, ou seja, já está na sua vigésima edição. Por doze anos, como Prefeita, tive a oportunidade de incentivar, estimular, apoiar, enfim, de ver aquele evento crescer e agigantar-se, mostrando a força do nosso povo, o potencial da região oeste do nosso Estado para a indústria, para o comércio, para o desenvolvimento das mais diversas atividades, tais como a petrolífera, a agroindustrial, a salineira e a relacionada à carcinicultura.

Essa feira tem sido um marco também nesse momento em que a cidade é reconhecida como um pólo de desenvolvimento econômico, que brilha exatamente pelo potencial e pela força de trabalho de seu povo, e que tem tudo para alavancar o desenvolvimento do interior, prioritariamente a região oeste, estendendo-se também pelas regiões vizinhas.

Na Ficro – Feira Industrial e Comercial da Região Oeste, que visitei nesse final de semana e onde tive a oportunidade de passar por praticamente todos os **stands** – e eram cerca de trezentos –, emocionei-me em alguns momentos. Fui Prefeita da cidade e percebo agora o aumento no setor imobiliário, Senador Mão Santa. Empreendimentos imobiliários surgem verticalizando a cidade; não um ou dois, mas dezenas, muitos! Impressionante! E todos com bastante aceitação e sucesso, mostrando realmente a força de uma cidade que hoje também é um pólo educacional. Quando prefeita, já chegavam mais duas universidades, e a Esam (Escola Superior de Agricultura de Mossoró) hoje já é uma universidade federal. Temos novos cursos, como os de Medicina e de Enfermagem. Isso também é um ponto importante no desenvolvimento da região.

Mas o crescimento imobiliário tem também outra razão, daí a minha alegria. Trabalhamos muito, lutamos muito, defendemos muito o saneamento básico para a cidade, cujo índice, no início da minha administração, era de 8% e, ao final, era de cerca de 60%. E esse trabalho vem tendo continuidade, graças à im-

portância que mostramos ter os investimentos nesse setor para a saúde, para o desenvolvimento, para a atração de novos investimentos na área da indústria e do comércio.

Tudo isso nos traz alegria, Senador Agripino. V. Ex^a esteve na feira, conhece a cidade, que também é sua cidade, viu o quanto ela se agigantou, com novos empreendimentos, novos hotéis, um **shopping** que chegou à cidade, o distrito industrial que está consolidado, e V. Ex^a viu a nossa luta para aproveitar o gás, trazendo essa energia barata. Assim foi possível também atrair para aquela cidade um pólo ceramista, um pólo de porcelanato e tantas outras indústrias que vêm ali se firmando.

Por isso, minha alegria e satisfação por estar na minha cidade, com o meu povo, com os meus irmãos, visitando aquela feira, encontrando pessoas não somente da cidade, mas de outras regiões, de outros Estados, até do exterior. Realmente, estávamos certos quando investimos na educação, na saúde, no saneamento, na infra-estrutura, no distrito industrial, de forma a estruturar Mossoró para esse salto de desenvolvimento.

Concedo um aparte ao Senador Agripino.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senadora Rosalba Ciarlini, V. Ex^a faz, com muita propriedade, pronunciamento sobre a realização da Ficro, em Mossoró, nossa cidade. Cheguei à Ficro – encontrei V. Ex^a, que já estava – às dez e meia da noite, porque tive um compromisso antes, em Macaíba, a inauguração de uma obra com o Prefeito Fernando. Como disse o Presidente da Acim, Vilmar Pereira, fui eu que, quando Governador, criei a Ficro. Fazia tempo que eu não ia lá, e fiquei orgulhoso do que vi. É o que V. Ex^a diz: fiquei orgulhoso da minha cria. Só que a cria não é minha; é sua, Senadora Rosalba, porque a Ficro é hoje o que é pela Prefeita que V. Ex^a foi. A cidade de Mossoró se arrumou. Era esburacada, feia, até que por lá passou a Prefeita Rosalba, que, em três mandatos, transformou Mossoró em uma cidade com mais de 50% de sua área, principalmente a área pobre, com saneamento básico – e muito antes de saneamento ser moda. Hoje, é moda saneamento, mas em seu tempo de Prefeito não era. V. Ex^a, que é médica pediatra, foi quem levou a peito a tarefa, dando um salto qualitativo na cidade, voltando para os pobres a saúde pública preventiva, assim como melhorou, e muito, o padrão cultural, pelas manifestações. V. Ex^a estimulou, com o *Auto da Liberdade*, com *Chuva de Bala*. V. Ex^a criou a Estação das Artes. Para os que não conhecem Mossoró, V. Ex^a transformou a antiga estação ferroviária desativada em um grande centro cultural, um enorme centro cultural, onde se encena o *Auto da Liberdade* com três mil figurantes.

Na época da encenação, a TV Globo vai para lá. Mas poucos sabem que foi V. Ex^a que fez isso. Assim como foi V. Ex^a que fez o teatro Dix-Huit Rosado, um teatro que Natal não tem igual. A sua Recife, Senador Sérgio Guerra, olhe lá, se tiver um teatro à altura do teatro que a Senadora Rosalba fez em Mossoró. Tudo isso possibilitou que Mossoró tivesse suas avenidas Norte, Sul, Leste e Oeste, as obras de infra-estrutura que V. Ex^a fez, com a promoção social que V. Ex^a dedicou aos mais pobres, incorporando atividades produtivas, fomentando, como fomentou, na área rural, o cultivo comunitário de frutas como o melão, gerando emprego e renda, com a batalha pela implantação da Itagres, fábrica de cerâmica instalada de forma irreversível em Mossoró. V. Ex^a construiu de forma sustentada o que Mossoró exhibe hoje, capaz de mostrar uma Ficro com trezentos *stands* de empresas, o que nos orgulha a todos. Mas isso tem uma história. São 12 anos de Prefeitura competente, séria e de mãos limpas. V. Ex^a é uma pediatra que tem quanto tempo de vida pública? Vinte anos? O que se questiona com relação à vida pública de V. Ex^a? Nada. O que V. Ex^a tem é uma folha de serviços prestados, uma folha limpa, do ponto de vista de padrão ético. Divido a alegria de ter ido também à nossa Mossoró visitar a Ficro. Fiquei lá até 1 hora da manhã. Terminei visitando o *stand* da Associação Comercial e Industrial de Mossoró (Acim), na companhia do Presidente Vilmar Pereira, nosso conterrâneo, para ter a felicidade de perceber o crescimento da economia da nossa cidade. Eu, que fui o idealizador e, digamos, o patrocinador da I Ficro, credito o sucesso da XX Ficro inteiramente à ação de V. Ex^a como Prefeita. Cumprimentos e parabéns.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Obrigada, Senador José Agripino.

Gostaria também de reforçar a sensibilidade de V. Ex^a, como Governador, ao apoiar eventos como a Ficro, não somente em Mossoró, mas em todo o Estado.

Hoje, as feiras de indústria e comércio estão disseminadas em todas as regiões, o que é de uma importância muito grande, para que haja intercâmbio, conhecimento e prosperidade dos negócios no interior e no Estado como um todo.

Quanto ao saneamento básico, V. Ex^a acompanhou minha luta e meu sonho de ter a cidade totalmente saneada. Quase chegamos a essa façanha, graças também ao seu apoio, já como Senador, ao lado de Parlamentares da nossa terra, como o Deputado Betinho Rosado, que reconheço o quanto defendeu o saneamento, e toda a Bancada, que nunca se negou na hora em que era necessário o investimento. Mas a cidade de Mossoró, com recursos próprios, fez muito na área de saneamento. O que mais nos

alegra, como V. Ex^a colocou, é que começamos pela área mais pobre.

Senador Mão Santa, V. Ex^a é médico. Eu acompanhava as estatísticas da redução de doenças, da mortalidade infantil, e sabia o quanto o saneamento contribuía para aqueles índices de melhoria social e de saúde.

V. Ex^a mencionou muito bem que não era moda. Era a época em que todos diziam que político que fazia saneamento básico era esquecido, por se tratar de obra enterrada. Eu disse muitas e muitas vezes, tantas que até já esqueci o número, dezenas, centenas, milhares de vezes, em várias ocasiões: “Vamos fazer saneamento básico para melhorar a saúde do povo, porque o que me interessa não é obra que tem visibilidade, mas a fisionomia do povo, uma fisionomia de saúde, de bem-estar, de qualidade de vida, que sei que o saneamento básico proporciona”.

V. Ex^a, que é médico, sabe, assim como o Senador Agripino, que foi Governador, por sua experiência, da importância do saneamento. Cada real investido em saneamento básico são R\$4,00 que economizamos na saúde. E a saúde do brasileiro vai mal. Precisamos de mais saneamento para melhorar sua qualidade, além, como V. Ex^a bem tratou, de mais recursos para as Santas Casas, para as unidades, já que o povo brasileiro não se nega a contribuir. O povo brasileiro contribui diariamente, a cada instante, ao fazer suas movimentações bancárias, com recursos para a saúde. Esses recursos, que vêm da CPMF, foram criados exatamente para serem direcionados à saúde. Que sejam totalmente direcionados à saúde, para servir ao povo do Brasil e do nosso Estado!

Concedo um aparte ao Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senadora Rosalba Ciarlini, é muito importante o pronunciamento de V. Ex^a. Como Senador, como brasileiro, gosto muito de ouvir palavras que são mais do que comentários. São considerações em torno de fatos verdadeiros, reais. Nós, de Pernambuco, acompanhamos o Rio Grande de Norte com muita atenção, assim como a Paraíba. Temos muitos amigos lá. E há uma integração, em certas áreas, de Pernambuco com o Rio Grande de Norte. Mas há vários consensos no Rio Grande do Norte, e um deles é sobre o trabalho de V. Ex^a em seu Município, que V. Ex^a governou por 12 anos. Trabalho continuado e seguro, que tem começo, meio e fim, que tem conteúdo, que é amplo – não são apenas palavras, não é apenas festa, mas principalmente desenvolvimento –, esse trabalho nos falta no Nordeste, em geral, e em muitas áreas, em particular. Há um certo encantamento pelo sucesso rápido da propaganda, da comemoração dos carnavais fora de época. Nada tenho contra isso,

mas é preciso haver uma ação que suporte o desenvolvimento econômico, que dê condições de a população melhorar mesmo, de o emprego chegar, instalar-se e continuar. Tudo indica que essa ação tem sido feita no Rio Grande de Norte, em Mossoró, com muita firmeza. Temos muita satisfação de tê-la aqui no Senado, pela sua discreta e firme movimentação. E essa é a opinião de todos os que conheço, não apenas de seu amigo e admirador, Senador José Agripino, mas de todos. Dou-lhe os parabéns pela sua palavra de hoje!

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Muito obrigada, Senador. Quero dizer o quanto são importantes suas afirmações, com a preocupação de ouvir e de também saber um pouco sobre o Rio Grande do Norte e sobre a Paraíba. Esse é o nosso Nordeste. É o Nordeste para o qual queremos, juntos no Senado Federal, somar forças, a fim de que haja dias melhores, oportunidades de trabalho, menos violência, mais saúde e mais educação. Isso passa exatamente por essas questões que V. Ex^a abordou. Agradeço a V. Ex^a suas palavras, que me deixam muito emocionada!

Foi um trabalho sério, uma política que chegou para servir, não para ser servida. Cheguei para cumprir com minha obrigação. Recebi do povo da cidade a confiança por três vezes. A pediatra saiu do consultório, para, na administração, poder fazer por aqueles mais pobres e mais carentes. Conheci, na rua e no trabalho do dia-a-dia, indo a casas, o sofrimento da mãe, da família. Daí por que nossas ações foram sempre feitas com a parceria do povo no Orçamento Cidadão, que criamos exatamente para ouvir a população e para executar, em cada rua, em cada bairro, de acordo com os recursos que tínhamos ou de que íamos atrás, a ação que viesse realmente beneficiar a população.

Fiquei muito feliz, porque, ao final dos nossos mandatos, tínhamos recebido muitos prêmios: o de Cidade Empreendedora, do Sebrae; prêmios internacionais, como o da Fundação Ford; prêmios nacionais, como o do BNDES e da Fundação Getúlio Vargas. Aliás, foram prêmios que trouxeram mais recursos, para que fossem reinvestidos nas mais diversas ações. Cito ainda os que recebemos da Organização Mundial da Saúde, pela saúde da mulher. Foram muitos os prêmios de gestão; na área de saneamento, também foram vários. Todos foram diplomas que a cidade recebeu. É o reconhecimento pela adesão ao Amigo da Criança, enfim, por todas essas ações.

Tudo isso me engrandeceu, mas o maior prêmio se deu quando, dois anos depois, candidata ao Senado da República, obtive uma votação inesquecível, nunca existente na cidade que administrei por três vezes. De um eleitorado de 150 mil pessoas, obtive 84% dos votos. É o povo dizendo que meu trabalho ti-

nha sido, realmente, aprovado. Isso foi o que mais me gratificou, Senador.

O que mais me emocionou foi receber do povo do Estado do Rio Grande do Norte a responsabilidade, a honra de vir aqui representá-los, sendo a primeira mulher a representar nosso Estado, trazendo a experiência do interior, a experiência de quem administrou uma cidade, de quem conhece de perto os problemas, porque os vivenciou. Não era no gabinete que eu resolvia as coisas, não! Elas eram resolvidas na rua, ouvindo o povo, o conselho sábio da população, procurando multiplicar o pouco que tínhamos, para ter muito mais; indo atrás de parcerias, estivessem no Brasil ou no exterior, como conseguimos com algumas fundações no exterior. Era a busca da experiência daqueles que já tinham administrado e que nos podiam dar soluções, como o Senador Agripino e muitos outros políticos da nossa cidade, unindo-nos sem discriminação, sem retaliação, para servir, para ver a cidade prosperar e encaminhar-se para o futuro, para ver as vocações da terra realmente terem seu espaço. E, hoje, é reconhecida como a cidade cultural do Estado, como a cidade do trabalho, que está crescendo a cada dia, fazendo com que as mais diversas atividades possam gerar emprego e renda.

Foram mais de três mil pequenas e microempresas que fizemos, com o Programa Mão Amiga da Prefeitura, para que o pequeno pudesse ter sua oficina de fundo de quintal, sua pequena empresa e, principalmente, a dignidade do seu trabalho. Foi esse o trabalho que levei ao Rio Grande do Norte, de porta em porta, de rua em rua da cidade, para dizer que, nesta Casa, com essa experiência, quero ajudar todos os Municípios do meu Estado.

É por isso, Senador Mão Santa, que, todo fim de semana, estou no meu Estado, nas mais diversas regiões, nas feiras, nos encontros, nos debates, nas palestras, participando das mais diversas atividades.

Para finalizar, já que nossa preocupação maior é gerar emprego e renda, para que as pessoas possam ter, realmente, dignidade para enfrentar os desafios do dia-a-dia, gostaria de acrescentar que, como as feiras – que mostram o potencial da indústria, do comércio, dos serviços –, outros eventos precisam ser apoiados e divulgados, sejam os de negócios, os esportivos, seja a simples vaquejada, que acontece muito no seu Piauí, no Ceará e no Rio Grande do Norte, ou os eventos religiosos, como a festa das padroeiras, porque o nosso Nordeste tem uma característica natural para o turismo. Além das belezas naturais das nossas praias, que já são um atrativo, temos também de mostrar a força da nossa cultura. Temos de mostrar outros recantos do interior, tantos e tantos detalhes que pessoas de outras

Regiões e de outros países não conhecem, pois a beleza atrai o turismo. Principalmente, temos de mostrar a força do nosso povo potiguar, sua hospitalidade – que é característica de todos os nordestinos.

Todos esses eventos também levam ao desenvolvimento do emprego e da renda pelo turismo, uma atividade a que devemos, cada vez mais, dar condições de crescer no País. O Senador José Agripino sabe muito bem que, no Rio Grande do Norte, com a infra-estrutura que S. Ex^a implantou, com a visibilidade que deu às belezas do nosso Estado, começou o grande destino de Natal, a Cidade do Sol, uma capital belíssima, em que, hoje, o turismo impulsiona o desenvolvimento, gera emprego e renda.

São essas questões que não queremos que fiquem restritas apenas à capital. Queremos que cheguem ao interior, porque, com o desenvolvimento por igual, de forma equilibrada, é que, realmente, vai haver um Estado e um povo com uma vida melhor, com mais oportunidades, e, conseqüentemente, um País melhor para todos.

Eram essas as palavras que eu queria proferir, Senador Mão Santa. Agradeço a V. Ex^a a paciência, permitindo que eu falasse por algum tempo a mais. É importante fazer os relatos das visitas, do trabalho. Quando vamos ao nosso Estado, quando conversamos, quando ouvimos, estamos também trabalhando, para trazer a esta Casa a sensibilidade e a força do povo brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Consultando a lista de oradores, o próximo inscrito é o Senador Eduardo Suplicy, logo em seguida, o Senador Sérgio Guerra, Presidente dos tucanos, e o Senador Geraldo Mesquita.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a está convidado a usar a tribuna.

Há, ainda, dois oradores inscritos: Sérgio Guerra e Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero fazer um esclarecimento.

Nesses últimos dias, inúmeros jornalistas perguntaram-me, já que sou membro do Conselho de Ética, sobre a decisão que eu e outros Senadores tomamos a respeito da representação relativa ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros.

Quero apenas esclarecer, reiterando mais uma vez, que estou analisando com responsabilidade todos os dados da questão. Tenho recomendado ao Presidente Renan Calheiros que compareça pessoalmente

perante o Conselho de Ética, e ele próprio me disse que fará isso.

Quando, na semana passada, foi anunciado que o Senador Renan Calheiros compareceria à Comissão de Inquérito para ser ouvido pelos três relatores – Senador Renato Casagrande, Senadora Marisa Serrano e Senador Almeida Lima –, em sessão que seria presidida pelo Senador Leomar Quintanilha, eu consultei o Senador Renato Casagrande e o Senador Quintanilha sobre a possibilidade de ouvi-lo também. Perguntei ao Senador Renan Calheiros, inclusive, se ele teria alguma objeção quanto a isso. Ele disse que não e, então, eu me dispus a ir.

Naquela tarde de quinta-feira, porém, atendi ao apelo, transmitido à Líder Ideli Salvatti pelo Senador Leomar Quintanilha, de que, naquela ocasião, deveriam apenas os três relatores estar presentes, uma vez que era um procedimento da Comissão de Inquérito, atendendo a solicitação de aguardar oportunidade posterior em que o Senador Renan Calheiros se apresentasse ao Conselho de Ética. Respeitei aquela solicitação, Presidente Mão Santa, na expectativa de que os membros do Conselho de Ética questionariam o Presidente Renan Calheiros sobre toda e qualquer dúvida que porventura surgisse.

Como foi publicado ontem no jornal **O Globo** que eu já teria tomado minha decisão, que estaria na lista dos que iriam votar pela cassação do Senador Renan Calheiros, quero aqui fazer um esclarecimento: eu não tomei decisão, eu não conversei com qualquer pessoa informando que teria tomado qualquer decisão. Portanto, Senador Mão Santa, a minha posição pessoal é a de estar analisando todas as informações que estão sendo levantadas.

Expressei, e aqui reitero, que gostaria de ouvir o Senador Renan Calheiros antes de tomar qualquer decisão, inclusive sobre os diversos aspectos levantados pela Senadora Marisa Serrano e pelo Senador Renato Casagrande em suas entrevistas – disseram que há um aspecto que consideram relevante, no que concordo com S. Ex^{as}, que seria o fato de o Senador Renan Calheiros ter dito que, por questões pessoais, de foro íntimo ou de discricção, preferiu não declarar um tipo de empréstimo e eventual rendimento ou forma de fazer pagamento.

Então, é necessário que nós, à luz da legislação sobre como deve ser feita a declaração de rendimentos, de bens e de empréstimos à Receita Federal, peçamos um esclarecimento mais completo para que tenhamos meios de fazer um julgamento justo. O que sempre aqui coloquei foi a importância de assegurarmos ao representado, o Senador Renan Calheiros, direito de defesa o mais completo possível. Esse é o esclarecimento

que desejava fazer. Estarei, nesta semana, estudando todos os atos para que, na reunião do Conselho de Ética, possamos examinar bem a questão.

Mas, Sr. Presidente, venho a tribuna hoje para ressaltar a importância, a relevância da entrevista que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu ontem ao jornal **O Estado de S. Paulo**. Há dez dias aproximadamente, o Senador Heráclito Fortes subiu à tribuna do Senado para dizer que a campanha publicitária do Banco do Brasil indicando o número 3 teria por propósito subliminar a reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Eu então esclareci ao Senador Heráclito Fortes, ao Senador Jarbas Vasconcelos e ao Senador Tasso Jereissati – todos usaram da palavra para falar sobre o tema naquela tarde – que o Presidente da República havia reiterado, no início deste ano, quando tive a honra de recebê-lo para jantar em minha residência com dez senadores do Partido dos Trabalhadores, que considerava inadequada para o aperfeiçoamento da democracia a possibilidade de nova reeleição e que ele, de maneira alguma, iria admitir que o Partido dos Trabalhadores viesse a apoiar uma nova reeleição.

No dia seguinte, o Diretor de Marketing do Banco do Brasil me fez uma visita – até agradeceu as palavras que eu pronunciara –, e perguntou-me a respeito da campanha. Eu lhe disse que achava oportuno que o Presidente reiterasse o que já havia dito, inclusive numa entrevista em café da manhã com jornalistas.

O Presidente concedeu entrevista de quatro páginas ao jornal **O Estado de S. Paulo**, aos jornalistas Tânia Monteiro, Vera Rosa, Rui Nogueira e Ricardo Gandour. Foi uma conversa que certamente durou mais de duas horas, uma conversa em que o Presidente mostrou muito bom humor e muita vontade e na qual os jornalistas fizeram perguntas muito relevantes. Essa entrevista, que teve grande repercussão, teve como manchete: “Nem se o povo pedir serei candidato em 2010”.

Vou lhe conceder aparte em instantes, Senador Heráclito Fortes, porque V. Ex^a tanto tratou deste assunto, mas antes gostaria de aqui registrar as palavras do Presidente, sobretudo quanto à reeleição, para mostrar com clareza que o Presidente não considera, não admite qualquer iniciativa nesse sentido, inclusive por parte de nosso partido.

Reproduzo aqui as palavras do Presidente Lula dadas em resposta à pergunta sobre quais serão as conseqüências das decisões do Congresso do PT, que se realizará neste final de semana próximo. A respeito da sucessão, ele disse:

Seria prudente que nós aprendêssemos algumas lições que a vida ensina. Muitas vezes, a disputa se dá por interesse pessoal de um indivíduo, que quer

marcar posição sendo candidato a alguma coisa. Se ele tem sucesso, ótimo. Se ele não tem, todos ficam com o prejuízo de uma derrota eleitoral. Tenho ponderado aos presidentes dos partidos da base que seria importante que eles conversassem e começassem a mapear a possibilidade de alianças políticas nas prefeituras das capitais e das cidades mais importantes do País. Se as direções não conversam antecipadamente, permitem que o jogo eleitoral e o interesse eminentemente municipal determinem a política local e o conflito nacional. Onde é possível construir aliança política para disputar, por exemplo, 2008? Onde é possível ter candidaturas próprias? Esse gesto pode facilitar a candidatura em 2010.

[...]

Para quem tem uma base heterogênea, como nós temos – e qualquer presidente constrói uma base heterogênea por causa da realidade política brasileira –, vocês perguntam como é possível construir uma unidade para escolher um candidato para enfrentar os adversários em 2010. Obviamente que eu não penso nisso fora de hora, só vou pensar nisso no momento certo. Não é uma eleição pequena. É uma eleição que envolve uma candidatura a presidente e vice, candidaturas de 27 governadores, de 54 senadores.

Um ponto importante, relacionado, foi quando ele mencionou a questão da sucessão, pois aqui registro as suas palavras:

Não acredito na palavra insubstituível. Não existe ninguém que não seja substituível, ou que seja imprescindível. Quando um dirigente político começa a pensar que é imprescindível, que ele é insubstituível, começa a nascer um ditadorzinho. Acho que eu só cheguei à Presidência da República por conta da democracia deste País. Foi a democracia que permitiu que um operário metalúrgico, utilizando todos os instrumentos democráticos e vivendo as adversidades, chegasse à Presidência. Então, eu tenho de valorizar isso. Um dia eu acreditei que era possível chegar à Presidência pelo voto. E não eram poucos os estudiosos que me diziam que seria impossível, pelo voto, chegar lá.

Mais adiante, ainda a respeito da sucessão presidencial, mencionou, quando perguntado a respeito, exatamente, se ele estaria fazendo alguma crítica ao Presidente Hugo Chávez. A pergunta dos jornalistas de **O Estadão** foi:

No início da entrevista, o senhor disse que é pernicioso ter alguém que se considera insubstituível ou imprescindível, que isso gera

ditadorzinhos. O presidente venezuelano Hugo Chávez está querendo reeleições por tempo indeterminado. Ele é um ditador?

[O Presidente, então, respondeu:]

Eu não julgo comportamento de outros países. O Chávez está propondo uma mudança na Constituição. Se tiver maioria para fazer... Eu não peço (reeleições indefinidas), porque eu sou adepto da alternância de poder. Eu acho que oito anos é o suficiente para que eu faça aquilo que é possível fazer. Outro virá e fará mais.

A falta de alternância de poder atenta contra a democracia?

[Responde o Presidente Lula:]

Eu sei o que você quer perguntar e você sabe o que eu quero responder. Eu sei, mas a minha resposta é objetiva: cada país determina a lógica de sua vida política interna. Eu reafirmo que a alternância de poder é uma exigência extraordinária para o exercício da democracia.

Então, o senhor repudia esses comentários que dizem que o senhor pensa na possibilidade de um terceiro mandato com essa convocação de uma Assembléia Constituinte para fazer a reforma política?

Repudio não [respondeu o Presidente]. Quem fala isso é mentiroso, tem má-fé, não só porque eu não acredito nisso, não quero isso, como sou contra isso.

Mesmo com uma feitiçaria política do povo pedindo na rua um terceiro mandato?

Não tem essa de o povo pedir [respondeu o Presidente Lula]. Meu mandato termina no dia 31 de dezembro de 2010. Agradeço ao povo brasileiro o carinho que teve comigo e passo a faixa a outro presidente da República no dia 1º de janeiro de 2011. E vou fazer o meu coelhinho assado, que faz uns cinco anos que eu não faço.

Reitero que estou colocando esses pontos até numa atenção a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, porque, naquele dia, naquela tarde, procurei transmitir a V. Ex^a e aos Senadores Tasso Jereissati e Jarbas Vasconcelos que eu tinha a convicção de que esse ponto de vista, aqui está claramente registrado e reiterado pelo Presidente, era de fato o seu ponto de vista.

Senador Heráclito Fortes, ainda hoje telefonei para a Liderança do Partido dos Trabalhadores, para o Líder Luiz Sérgio, porque sei que aqui no Senado não há Senador algum cogitando a hipótese de apresentar proposta de emenda à Constituição que viabilize um

terceiro mandato. Perguntei ao Líder Luiz Sérgio, na Câmara dos Deputados, se algum Deputado Federal do Partido dos Trabalhadores teria tido iniciativa nessa direção, e S. Ex^a me disse que não. Inclusive, pediu a sua assessoria que examinasse todas as propostas de emenda à Constituição. Não há proposta da parte do Partido dos Trabalhadores nessa direção. Existem apenas propostas, por exemplo, para se terminar com o direito à reeleição, assim como há aqui no Senado propostas para aumentar o mandato para seis anos, não se permitindo, em consequência, a reeleição de todos os que têm mandato. Não concordo com isso, assim como todos do PT.

Portanto, informo a todos os Senadores que não há proposição nesse sentido. Informo ainda ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, com todo o respeito que tenho tido por ele ao longo de minha vida pública, que não é verdade a sua afirmação, contida na entrevista publicada hoje, como repercussão à entrevista do Presidente Lula, de que não é o povo que vai pedir; que é o PT que vai pedir.

Não, o Partido dos Trabalhadores não vai pedir um terceiro mandato para o Presidente Lula. O Partido dos Trabalhadores vai considerar responsabilmente o apelo do Presidente Lula para conversarmos muito com todos os partidos da Base de Governo, com todos os segmentos da população a respeito de qual será o candidato do Partido dos Trabalhadores, que poderá ou não ser também o candidato dos demais partidos que sustentam o Governo do Presidente Lula; se, porventura, surgir um candidato que possa, em sendo de outro partido, até receber o apoio do Partido dos Trabalhadores. Isso tudo está inteiramente em aberto.

Espero, com isso, esclarecer aqueles que avaliaram que poderia aquela campanha do 3 ter um outro significado. Não tem, então, o propósito de se cogitar um terceiro mandato para o Presidente Lula.

Sabe V. Ex^a que nós, Senadores e Deputados do Partido dos Trabalhadores, vamos, sim, atender a esta recomendação do nosso Partido e que coincide com a minha convicção: a possibilidade de reeleição indefinida não contribuiria para o aperfeiçoamento de nossa democracia.

Eu, com todo respeito ao Presidente Hugo Chávez, expresso aqui a minha opinião. Ao dizer que é saudável a possibilidade de reeleição **ad infinitum** parece estar dizendo a todos aqueles que, por exemplo, vivem em seu país que “não há possibilidade de haver outra pessoa melhor do que eu”, o que não me parece adequado.

Ademais, sempre me lembro muito bem das lições de Alexis de Tocqueville, em *A Democracia na*

América, quando diz, no capítulo sobre o direito de reeleição, tão didaticamente...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Se V. Ex^a puder me conceder um aparte, eu estou aqui educadamente esperando.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP)
– Vou conceder.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Conceda o aparte para o Senador Heráclito – um minuto.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP)
– Vou conceder, mas se permite só relembrar...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– V. Ex^a já ultrapassou 21 minutos.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Então, concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Supply, quando lhe chamei de Expedito, V. Ex^a se irritou, mas V. Ex^a vem aqui como defensor das causas impossíveis. V. Ex^a está querendo convencer o Brasil de uma campanha que tem o número 3 como carro-chefe, um três que não significa nada, em que as camisas distribuídas não têm a logomarca do Banco do Brasil, assim como as placas colocadas nas ruas, diferentemente das camisetas que os atletas patrocinados pelo Banco Brasil usam, nas quais aparecem de três a quatro logotipos. V. Ex^a não vai querer me convencer de que não há um movimento, de que não há um aparelho instalado, o que já vem de algum tempo, a serviço do seu Partido. Claro que é! Basta ver os escândalos que envolveram o Banco do Brasil por conta desse aparelhamento. A entrevista do Presidente Lula foi de um bom marqueteiro, mas de um péssimo Chefe de Estado. Dizer que não sabia do mensalão e que o mensalão não atinge a imagem do PT! Meu caro, um Chefe de Estado não pode fugir à realidade, por mais amigo que ele seja dos que se envolveram em algum episódio. V. Ex^a fez um discurso aqui, na quinta-feira, em que reconheceu o trabalho que Fernando Henrique fez para idealizar os programas sociais. O Presidente, em sua entrevista, disse que ele os criou. Portanto, foi uma entrevista de um marqueteiro e não de um Chefe de Estado. Em política, essa história de palavra empenhada não vale muito. O próprio Presidente o tranqüilizou, entre 1998 e 2002, dizendo que não era candidato à Presidência. V. Ex^a lançou sua candidatura e, depois, V. Ex^a teve de ir às prévias. V. Ex^a se lembra da prévia que houve para a candidatura à Presidência da República. Ele mudou de idéia, não mudou?

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP)
– Não. Vou relembrar a V. Ex^a que, em 2002, o Presidente, inúmeras vezes, disse que estava considerando se seria ou não candidato...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não. Tenho a entrevista dele e posso trazê-la amanhã para V. Ex^a. Ele disse que já tinha cumprido o papel dele e que não era mais candidato.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Não. Ele disse que estava considerando se iria ser ou não. E foi, então...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Vou-lhe entregar, amanhã, os jornais da época para V. Ex^a comparar e avivar a memória.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Eu tenho boa memória.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a teve até uma disputa com ele. Depois, ficou um ranço dado no PT contra V. Ex^a.

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Essa argumentação...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Disputei democraticamente com ele. Ele venceu, e daí eu o apoiei.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a sabe que seu Partido está empenhado porque não tem nome, o seu Partido está empenhado porque tem nele a única liderança capaz de continuar no poder. Agora, tudo isso é um jogo de cena. E o que ele fez? Trouxe à baila o assunto “sucessão” para precipitá-lo. Até então, a sucessão, no Brasil, não estava sendo tratada como prioridade. A partir da entrevista do Presidente, veja V. Ex^a a repercussão nos jornais. Isso não é entrevista de quem quer ficar fora do jogo. Vamos e venhamos. E o tempo vai dizer quem tem razão.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Quero apenas lhe recordar o seguinte e V. Ex^a não tem a obrigação de saber: no ano de 2000, o Presidente Lula... No ano de 2000, lá por volta de agosto, salvo engano...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, os Senadores Sérgio Guerra, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes e José Agripino aguardam pacientemente a sua conclusão. V. Ex^a foi muito brilhante ao defender o Presidente Luiz Inácio.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Pois bem, no ano de 2000, o Presidente Lula reuniu o Presidente do Partido, José Dirceu, que nos convidou. Estavam, pois, presentes José Genoíno, Tarso Genro, eu, Aloizio Mercadante e Cristovam Buarque. O Presidente então nos disse: “Gostaria que vocês soubessem que estou considerando ser ou não candidato à Presidência em 2002. É possível que eu não

seja. Portanto, é importante que estejam preparados porque vocês são as cinco pessoas que, na minha avaliação, poderiam ser candidatos”. Isso se Sua Excelência não o fosse.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Quem eram os cinco?

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Eram os presentes. Tarso Genro, Cristovam Buarque, José Genoíno, Aloizio Mercadante e eu. E estava presente o Presidente do Partido, José Dirceu, que nos convidou para aquele jantar. Foi, então, que Lula mencionou que poderia ou não ser candidato, que iria decidir ainda – decisão que veio a tomar no ano seguinte.

Portanto, o Presidente nunca chegou a declarar que não seria candidato em 2002. Disse, inúmeras vezes, que estava cogitando e, finalmente, resolveu sê-lo.

Sr. Presidente, vou respeitar o tempo que V. Ex^a me concedeu. Há outros aspectos importantes da entrevista do Presidente, uma entrevista de alta qualidade. Gostaria de externar algumas reflexões sobre a questão dos programas de transferência de renda e do Bolsa-Família, mas esses assuntos terei que tratar com maior profundidade e tempo ao longo desta semana ou ainda na tarde de hoje, para não prejudicar aqueles que estão inscritos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a fez um pronunciamento de alta qualidade.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – O Senador Sérgio Guerra me pede um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o próximo orador inscrito, Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Sr. Presidente, posso fazer um aparte ao Senador Eduardo Suplicy?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a é o próximo orador inscrito.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – É claro que o Presidente Mão Santa vai permiti-lo.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Gostaria de proferir algumas palavras sobre a entrevista do Presidente Lula.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Pois não.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – O fato de o Presidente julgar inconveniente que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso faça comentários e críticas ao seu Governo não me parece sensato. Homens públicos têm mais é que falar mesmo e, quando eles concordam, devem efetivamente dizer o que pensam

e, quando discordam, também. Não é bom para o País que personalidades com a importância de Fernando Henrique Cardoso, do Presidente Lula e de outros tantos não falem. É preciso que eles falem e discordem, mesmo de sucessores eventuais. No mais, não me parece representar notícia o Presidente Lula afirmar que não deseja ser ditador e recomendar ao seu Partido que faça um esforço de união para disputar as eleições. Notícia seria o contrário, se o Presidente dissesse que cogitava ser candidato ao arrepio da lei e da tradição democrática do Brasil e do próprio Presidente da República. O Presidente da República foi candidato por várias vezes à Presidência da República, elegendando-se por duas vezes. Não me parece que a democracia tenha lhe feito mal. Enfim, não tem o menor sentido que, agora, governando o Brasil, tomasse um discurso contrário: “eu posso examinar uma terceira eleição, eu posso virar um subditador ou um ditador”. Neste momento, ditaduras estão se apresentando de forma mais ou menos sofisticadas. Por exemplo, o Presidente Chávez já não disfarça mais a ditadura. Se, no começo, havia um certo cuidado em não parecer ditador, agora já não há mais nenhum. Países que têm muita pobreza, de um lado, e, de outro lado, uma negativa distribuição de renda, são terreno fácil para o crescimento de padrões antidemocráticos e para a instalação, mesmo que conjuntural e parcial, de quadros ditatoriais. Então, eu, pessoalmente, apenas saúdo o Presidente Lula por afirmar o que afirmou: que não desejará nem desejaria nunca ser ditador em qualquer circunstância.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Que bom, Senador Sérgio Guerra, que possamos constatar o testemunho do Presidente Lula de quão importante é a democracia e que o processo sucessório se dará de acordo com o que está definido em nossa Constituição.

De minha parte, se for votado o direito de reeleição aqui novamente, serei contrário, porque, desde a primeira vez, preferi que não houvesse o direito de reeleição. Penso ser mais saudável para a democracia seguir, inclusive, a opinião de Alexis Tocqueville nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A minha opinião é a de que daqueles nomes anunciados V. Ex^a é o melhor nome do PT.

Convidamos para usar da tribuna o Senador Sérgio Guerra, que é Líder do PSDB nesta Casa.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, o Líder do meu partido é o inconfundível Senador Arthur Vir-

gílio, aquela grande personalidade brasileira, a quem ninguém é permitido deixar de reconhecer pela sua ampla personalidade, originalidade e qualidade.

Vou dizer algumas palavras sobre esta semana ou essas semanas que se apresentam aí. Penso que vivemos agora um momento crítico. Essa afirmação, “vivemos um momento crítico” é um tanto cansada, habitual. Mas eu, pessoalmente, e creio que muita gente no Brasil temos a seguinte dúvida agora: ou confirmamos que o Brasil é, de fato, um país democrático, que deseja democracia, que tem respeito pelo seu povo, que valoriza as suas instituições, ou vamos confirmar exatamente o contrário.

Soluções que estão pendentes, no sentido mais amplo, no Judiciário, no Legislativo e mesmo no Executivo agora se apresentam com todos os dados para serem equacionadas. Haverá que decidir; não haverá mais que comentar. E nesse instante da decisão, quero afirmar que mantenho a minha fé democrática.

Acredito que o Senado vai decidir, soberanamente, de maneira clara, explícita, sobre o destino do mandato do Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros. Não deve, nesse instante, de forma alguma, o Senado vacilar sobre certas modalidades, não romper a tradição, manter a sua atitude de transparência, para dar a solução que julgar que deve dar. Isso inclui não se criarem constrangimentos ao voto declarado no Conselho de Ética.

Por que, repentinamente, essa questão que não era tratada antes começa a ser tratada agora? Por que o que antes era considerado absolutamente claro, isto é, que o voto no Conselho de Ética seria aberto, agora não o é mais? Essa atitude não ajuda o processo, não ajuda o Senado, não ajuda a democracia, nem ajuda a defesa que o Senador Renan faz do seu mandato e do seu papel de Presidente do Senado.

Acho que não deve haver vacilação sobre isto: métodos abertos, democráticos, construtivos, ampla responsabilidade. Não pode ser mais um condomínio de amizades, de pequenos interesses que, somados, determinam posições individuais. Partidos devem falar de maneira clara. Uma palavra que está faltando, por exemplo, é a do Partido dos Trabalhadores. Como o Partido dos Trabalhadores vai se conduzir nesse processo? Até hoje há uma espécie de atuação um pouco irregular do PT: uma no cravo, outra na ferradura; uma de um jeito, outra de outro jeito. Como se sabe, a decisão do PT é vital no encaminhamento desse processo no Senado.

De outro lado, decisões estão sendo tomadas no Supremo Tribunal Federal, decisões serão tomadas aqui no plenário do Senado e em várias das suas comissões. De agora para frente, precisam reafirmar o

padrão de democracia brasileira que está lá embaixo. Nunca escorregamos tanto como escorregamos agora, nunca chegamos tão lá embaixo como chegamos nesse momento. É preciso ter tranqüilidade agora, fazer verdadeiramente uma ação afirmativa, responsável e não porque é popular agir assim ou porque não é popular agir dessa forma, porque é conveniente receber pressão da opinião pública. Nada disso! Mas porque é necessário que o Senado restabeleça a sua posição no quadro brasileiro, a de Instituição que preside, tendo em vista o Congresso, decisões que interessam aos Estados e cuja responsabilidade sempre foi verdadeiramente reconhecida. O Senado valoriza o Congresso. Deve valorizá-lo. Deve decidir, com juízo, sobre medidas relevantes.

É perfeitamente compreensível que haja mais energia, mais ação, mais turbulência na Câmara: mais deputados, renovação mais alta, idade média menor, vários Parlamentares novos; tudo isso cria ambiente para determinado quadro que pode ser contraditório. Aqui tem de haver o contraditório, mas não pode haver vacilação sobre o papel responsável do Congresso, que já foi presidido por brasileiros ilustres, que tem ampla tradição de respeitabilidade.

Vamos reafirmar essa tradição. Vamos cuidar dela agora no nosso voto no Conselho de Ética e no plenário. Que o Presidente Renan faça a sua defesa exata, que dê os seus argumentos! Não achei positivo, por exemplo, que ele falasse apenas a relatores. Foi lá e falou aos três relatores. Não que não tenha competência esse conjunto de relatores – esse conjunto tem competência, os relatores são competentes –, mas porque nada do que diga o Presidente Renan deve deixar de ser público, na minha opinião. É preciso que ele exponha, sinceramente, os seus argumentos a todos e por todos seja perguntado, indagado e questionado.

Não é apenas o destino de um Senador que estamos votando; é o conceito de uma instituição que está sendo agora apreciado na decisão do Senado e na palavra do Presidente do Senado, Renan Calheiros.

Então, eu estou afirmando que tenho convicção de que esta semana, esses dias serão importantes, muito importantes para os partidos de Oposição, entre eles o DEM, cujo Líder neste Senado é uma personalidade absolutamente qualificada: o Senador José Agripino Maia, padrão de equilíbrio, padrão de firmeza, padrão de democrata, dos melhores deste País.

É preciso também que esses partidos se entendam, que não dispersem as suas energias em disputas que não têm conteúdo e que são interpretadas lá fora de maneira negativa, de forma negativa. Não há campeonato de oposição. Há partidos que são diferentes, mas

o objetivo dos dois é conduzir o Brasil a um processo de mudança, disputar as eleições diplomaticamente e que vença quem tiver mais votos, quem tenha para o Brasil uma proposta mais conveniente.

Do nosso lado, do PSDB, também é essa a conduta, sempre fomos aliados e não há por que não continuarmos a ser, não necessariamente nessa ou naquela eleição, mas no geral, pelo Brasil.

Então, estou convencido de que esses dias devem marcar uma afirmação do melhor da liderança no Congresso Nacional, na Câmara, no Senado no caminho de enfrentarmos essas dificuldades que estão impedindo o nosso mandato. Isso é rigorosamente a verdade, não estamos cumprindo o nosso papel no Senado. O Senado não está em ordem. Não está funcionando direito, não tem funcionado direito. Lá fora todos sabem disso. E lá fora está a opinião pública e o povo brasileiro que precisa acreditar mais na democracia.

Nós, Senadores, temos a responsabilidade de fazê-los compreender o nosso gesto, o nosso voto, a nossa liberdade, a nossa responsabilidade com o Brasil que queremos construir.

Uma palavra sobre a entrevista do Presidente Lula. É muito importante que ele afirme que não deseja ser ditador. Penso que não constitui novidade. Pessoalmente, nunca julguei o Presidente Lula vocacionado para ditador do Brasil. Foi candidato a Presidente da República várias vezes. Soube perder essas eleições. Foi candidato a Presidente da República duas vezes, nas últimas vezes. Ganhou essas eleições e soube ganhá-las.

Não sabe governar o Brasil – disso tenho absoluta convicção, assim como padrões de democracia e de respeito não foram preservados, de maneira especial na reeleição, de uma maneira muito clara pelo PT, pelos seus dossiês e iniciativas, que agora continuam a se reproduzir outra vez.

Estou convencido de que esse novo movimento em torno da votação da CPMF, que, somada a superávits enormes que são consumidos não por investimentos, mas por gastos, não é uma Bolsa-Família, mas é uma Bolsa-Eleição. O que se propaga é uma Bolsa-Eleição, para tirar do povo a decisão que irá tomar nas próximas eleições para Presidente da República.

Vamos ter firmeza, clareza e enfrentar esta semana com o valor que sempre enfrentamos e que, tenho certeza, irá prevalecer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Anunciamos anteriormente V. Ex^a como Líder do PSDB. No nosso entender, Líder é aquele que tem proeminência, e isso V. Ex^a tem. E influência. V. Ex^a nunca está só, V. Ex^a arrasta. E digo mais: há perspectivas invejáveis

que indicam que V. Ex^a será o Presidente do PSDB, e o Presidente é o grande Líder deste Partido.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – O Senador é nosso amigo!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra o Líder do Democratas José Agripino.

Ainda estão inscritos o Senador Heráclito Fortes e o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Srs. Senadores, eu estava há pouco ao lado do Senador Sérgio Guerra, esse ilustre pernambucano que Pernambuco coloca no Senado para, com a sua lucidez, emitir opiniões, conceitos e equilíbrio em momentos de dificuldades como o que estamos vivendo. E ele acabou de apresentar, com serenidade, a sua posição em relação a fatos como a entrevista do Presidente, ao momento que estamos vivendo e à avaliação do caso do Presidente Renan Calheiros.

Estava ao lado do Senador Sérgio Guerra ouvindo a palavra da Senadora Rosalba, que falava sobre a Ficro, uma feira importante, uma feira de negócios que Mossoró realiza anualmente e que, este ano, como no ano passado, foi uma feira pujante, viva, muitos produtos da atividade econômica de Mossoró, que apresenta índices de crescimento real, pelo petróleo, pela fruta, pela estrutura da cidade, que melhorou, e muito, pela ação – como sublinhei – da Prefeita que foi a Senadora Rosalba.

Mas dava-me a oportunidade de apresentar um fato que é a expressão da pura verdade: Mossoró, com a sua Ficro, uma feira de oportunidades na área do comércio e da indústria, cresce porque a economia de forma sustentada cresce, pois algo foi feito para que a economia, de forma sustentada, crescesse. Investimentos em infra-estrutura, atração de investimentos, benefícios dados a empresas que vieram de fora, qualificação de mão-de-obra, oportunidades reais como ocorrência de petróleo e gás. Uma conjugação de fatores que foram bem aproveitados e que ensejaram a que oportunidades econômicas novas surgissem em Mossoró de forma a gerar emprego, renda e credibilidade para que o investidor lá chegando pudesse investir com a certeza de que o seu investimento seria lucrativo.

A propósito do que estou falando, Sr. Presidente Mão Santa, vi a entrevista aqui referida pelo Senador Eduardo Suplicy, do Presidente Lula que, depois de tantos anos como Presidente, concede uma entrevista coletiva a um jornal da qualidade de **O Estado de S. Paulo**, entrevista longa, de várias páginas, em que aborda temas que vão da crise aérea ao Bolsa-Família,

da crise do *subprime* do mercado imobiliário sem garantias suficientes, ao crescimento econômico projetado para o Brasil no futuro.

Li a entrevista de Sua Excelência; não traz grandes novidades, é a repetição de coisas óbvias. Mas, Senador Geraldo Mesquita, eu como nordestino e V. Ex^a como nortista, preocupe-me porque a entrevista do Presidente Lula traduz o íntimo, a forma de pensar do íntimo, do ser de Luiz Inácio Lula da Silva. Depois de tantas experiências políticas, a gente aprende a ter o mínimo de **feeling**, a perceber o que as pessoas são no seu íntimo. E eu tenho razões de preocupação, porque já disse aqui e vou repetir mais uma vez que lamento que o Brasil esteja perdendo o bonde da História e que estejamos crescendo tão pouco quando poderíamos estar crescendo muito mais, por defeitos ou cacoetes do Governo. Vou continuar criticando no sentido de pelo menos apontar caminhos para que o Governo, se assim enxergar, corrija rumos e melhore. Para isso. Para exercer meu papel de oposição construtiva, altiva, mas uma oposição que deseja apontar erros para sugerir caminhos.

Sr. Presidente Mão Santa, lá pelas tantas, o Presidente fala – vou até, Senador Geraldo Mesquita, me dar ao trabalho de ler **ipsis litteris** o que Sua Excelência fala –, quando lhe foi feita a seguinte pergunta: “Mudou o que na macroeconomia, Presidente? Qual foi o ponto de virada em relação ao que existia?” Ele tinha feito algumas considerações anteriores. E respondeu:

O ajuste fiscal que nós fizemos em 2003. Você acha que não contou nada para a gente poder garantir a economia? A nossa política de crédito, a nossa política de transferência de renda? A nossa política de inovação tecnológica, a quantidade de desoneração que nós fizemos? Não mudou nada neste país? Os fatos comprovam as mudanças.

Não mudou de forma ajuizada, é verdade. A política fiscal é responsável, sim. Muitas coisas erradas foram feitas: o aparelhamento do Estado, a criação de um mundo de cargos em comissão para atender a apadrinhados. Mas não se cometeu desatino e nem irresponsabilidade no campo do combate à inflação e do controle fiscal da República. Tem razão Sua Excelência. Concordo inteiramente, mas não foi feito, prosseguiu-se no que vinha sendo feito.

E ele diz: “E digo para vocês que eu talvez seja o presidente mais tranqüilo que já passou pela República brasileira. Acho que nenhum presidente da República teve a tranqüilidade que eu tenho hoje”. É verdade. Ele não enfrentou nenhuma crise da Rússia, nenhuma crise do México, nenhuma crise asiática. Ele é um sortudo! Disto Sua Excelência pode se gabar, pode bater no peito e dizer: “Eu sou um sortudo!”. É. Não enfrentou

crise nenhuma e está tranqüilo. Mas entre isso e ter visão de futuro, não tem. Isso é o que me preocupa. “Eu sou um Presidente tranqüilo”. Ele não está entendendo, Senador Geraldo Mesquita Júnior, o que está ocorrendo no mundo.

O superávit da balança comercial do Brasil, as reservas de US\$160 bilhões que o Brasil acumulou, 26% delas decorrentes do superávit da balança comercial, produzidas por uma empresa privatizada no Governo passado chamada Vale do Rio Doce, 26%, mais de um quarto, do superávit comerciais que o Brasil gerou neste período de Lula foram gerados pela Vale do Rio Doce, que exporta o quê? Minério de ferro. Para quem? Para o mundo comprador. Para quem? Para o Japão, para a China, para quem está produzindo aço. Por quê? Porque existe consumo. Consumo por quê? Porque existe uma folga nas finanças internacionais. Existem disponibilidades internacionais que estão possibilitando o consumo.

E, aí, entram as nossas **commodities**: entra o minério de ferro, entra a carne, entra o milho, entram os grãos, entra a soja, entra o consumo do mundo, porque, como há oferta de dinheiro, uma conjuntura circunstancial, o mundo é comprador e aproveitamos a onda do mundo comprador e crescemos a 3%, 3,5%. Poderíamos crescer a 7%, 8%, mas estamos crescendo a 3%, 3,5%.

O Presidente da República não se apercebeu dessa necessidade e do raro momento que está perdendo, propício para fazer as reformas de base, para dar sustentação ao crescimento do Brasil e à geração de emprego – como agiu a Prefeita Rosalba, em Mossoró, que fez com que os empregos e o crescimento daquela cidade fossem sustentados em ações concretas.

O Presidente Lula não tem percepção. Ele é tranqüilo. Ele não está percebendo que está havendo um solavanco internacional e que o mercado hipotecário do mundo americano se comporta de forma defeituosa: tem muito dinheiro para emprestar e não tem quem seja supostamente acreditado para tomar empréstimo. Assim, empresta a quem não tem efetivas condições de fornecer uma hipoteca – é o **subprime**.

Subprime, para aqueles que nos estão vendo e ouvindo, pelo Brasil afora, pela *TV Senado*, é mais ou menos o seguinte: há uma casa que você quer comprar, ou de que é proprietário, que vale R\$100 mil. Você faz um empréstimo de R\$100 mil para comprá-la. No mercado americano de hipotecas, se essa casa passar a valer R\$150 mil, você poderá ir ao banco onde tomou o dinheiro emprestado para comprá-la e pegar mais R\$50 mil emprestados, porque ela passou a valer mais. Os R\$50 mil você usará para comprar liquidi-

cador, bateadeira elétrica, um carro a mais, enfim, para comprar o consumo.

Ocorre que houve um problema no mercado imobiliário americano e a casa que valia R\$150 mil – cujo comprador fez um empréstimo de R\$100 mil, o qual aumentou para R\$150 mil, depois, porque o imóvel passou a ter esse valor –, de uma hora para outra, teve seu valor venal reduzido para R\$80 mil ou R\$70 mil. Como essa casa só pode ser vendida por esse valor, a partir daí, os empréstimos tomados, de R\$150 mil, passaram a ter um suporte de R\$80 mil. Assim, o mercado desmantelou-se, porque passou a não ter credibilidade, a não ter crédito, suporte, hipoteca suficiente. Isso gerou um processo frenético de vendas de ativos, no mercado **subprime**, que provocou uma espécie de asfixia no mercado financeiro internacional, acabando com o grande vetor que era a disponibilidade de dinheiro, no mundo, para produzir o consumo que move as exportações do Brasil e que move o crescimento do País e do PIB nacional.

Lula não está percebendo isso, está tranqüilo da vida. Eu não estaria, no caso dele. Eu estaria tomando outras providências enérgicas para garantir credibilidade, para garantir sustentabilidade ao processo de crescimento do Brasil. Eu estaria, hoje, pensando três vezes na necessidade de se fazer, urgentemente, as reformas sindical, trabalhista e política, para dar consistência à sociedade e à capacidade de o Brasil competir.

A sobra de dinheiro no mundo, que produzia as exportações do Brasil, está contida pela crise de hipoteca dos Estados Unidos e o mundo vai, Senador Geraldo Mesquita, começar a comprar menos. A China, lamentavelmente – ouça o que lhe estou falando –, dentro de pouco tempo, estará comprando menos, o Japão e os Estados Unidos também, e a bonança brasileira – que poderia ser muito maior, mas que existe, de qualquer maneira, pelo cenário internacional – vai-se restringir.

O que deveria ser feito? Não dizer que está tranqüilo, que um Presidente da República nunca esteve tão tranqüilo. Nunca! Não deveria estar tranqüilo, deveria estar preocupado em fazer as reformas de base – a sindical, a trabalhista, as relações entre capital e trabalho –, para que o Brasil passasse a ser competitivo, independentemente de haver ou não bonança internacional, para que tivéssemos condições de competir e vender para fora, mas que tivéssemos condições de competir por termos um mercado interno poderoso.

Isso o Lula não faz. E me preocupa, porque isso, Senador Geraldo Mesquita, ele transpõe, na mesma entrevista, para a questão da crise aérea.

Parece que ele vive no mundo da lua na questão da economia, e não o alertam para a necessidade de fazer o que só ele poderia fazer, porque, no campo da economia, Meirelles, Ministro da Fazenda A ou do Planejamento B podem operar independentemente dele, mas a atuação política é dele. Fazer a reforma sindical, trabalhista e política é de responsabilidade da Base do Governo, que ele comanda. E ele não está fazendo isso, não se está movendo.

A minha preocupação é que o mesmo raciocínio de acomodação que ele tem quanto ao campo da economia, em relação ao qual está tranqüilíssimo, ele faz para a crise aérea. Respondendo uma pergunta, ele disse: “Ah, no meu tempo, quando eu era candidato a Presidente, nunca ninguém me perguntou por crise aérea, nem crise em aeroporto. Nunca. Depois do acidente do Legacy, começou a acontecer”.

Ele não percebe que o processo de crescimento do Brasil aconteceu por duas razões fundamentais: o combate à inflação, que começou muito antes e ao qual ele deu prosseguimento com responsabilidade, e o mundo comprador, que produziu um mundo de exportação, gerando crescimento econômico. A inflação zero, ou quase zero, e o crescimento econômico produzido pelas compras externas fizeram com que mais brasileiros pudessem usar avião. O preço das passagens caiu, porque a inflação ficou contida, os custos das empresas foram reduzidos, a questão cambial ajudou, também, a baixar o preço da passagem, e cada vez mais brasileiros puderam usar os aviões.

Ninguém o alertou? Não precisavam alertá-lo, porque aquele processo não tinha acontecido, ele vinha acontecendo. No entanto, ele tinha obrigação de entender que a Infraero é um órgão de planejamento estratégico e que a Anac é um órgão que deveria ser composto por presidente e diretores competentes, e não por aqueles que, hoje, são colocados na fogueira por incompetência, que o alertassem para o que estava por acontecer. Ele fala, agora, em “somente depois do acidente da TAM”, ou “com Jobim”, como se antes não tivesse ele um Ministro que assistia a tudo sem nada fazer.

O Presidente Lula, na entrevista, revela despreparo para, como estadista, antecipar-se aos fatos e tomar providências. Isso é próprio de estadista. Ele deve-se antecipar aos fatos, precisa enxergá-los. Não era preciso que alguém lhe perguntasse, na campanha eleitoral, se ele iria resolver ou não a crise do setor aéreo.

A crise do setor aéreo passou a existir enquanto ele era Presidente. Ele pecou ao entregar a Anac a pessoas sem qualificação, apenas pelo fato de serem petistas ou simpatizantes. Aqueles que tinham a obrigação de acompanhar e de planejar estrategicamente

te não o fizeram, e fomos levados aos acidentes que, lamentavelmente, vitimaram tantas pessoas. E vem ele, agora, dizer que, depois do acidente da Tam, veio Jobim. E antes de Jobim, por que nada foi feito?

Falta ao Presidente Lula aquilo que a entrevista revela: aptidão administrativa, visão de estadista, visão de futuro, de sentimento de brasileiro.

Por último, Sr. Presidente, o que mais me preocupou, como nordestino, foi a resposta de Sua Excelência, quando indagado com relação ao Bolsa-Família, um programa a respeito do qual não quero exercitar crítica alguma. Apenas quero deixar claro que, da forma como ele inicia a resposta, não pode ser. Esse não deve ser um programa de Governo para se eternizar, até porque ele habitua pessoas à leniência, à dependência de Governo, e faz com que elas imaginem que terão aquela esmolinha, para sobreviverem miseravelmente, pelo resto da vida, quando o que se quer é aquilo que foi feito em Mossoró: possibilitar que, por meio de ações de Governo, não se dê o peixe, mas que se ensine a pescar.

O que Sua Excelência respondeu, ao ser indagado sobre a questão do Bolsa-Família? “A Bolsa-Família, por exemplo, é uma coisa temporária?” Animeime, Senador Geraldo Mesquita e Senador Heráclito Fortes, com o início da resposta de Sua Excelência. Responde o Presidente: “É lógico que é temporária. É temporária enquanto houver pobre abaixo da linha de pobreza. Mas qual é o caminho de saída? O que vocês acham que significa o crédito consignado?” Aí vem a demagogia. Aí, tenha paciência! Aí, não! Além de demagogia, é desconhecimento de causa. São as duas coisas.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a me disse, agora há pouco – aliás, foi Letícia, sua assessora –, que 50% da população do Piauí recebe Bolsa-Família. Cinquenta por cento!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cinquenta vírgula zero nove!

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Mão Santa, 50% da população recebe Bolsa-Família. Aí pergunto: o que se dá a esses 50% em termos de oportunidade, de geração de emprego e renda, para que eles deixem o Bolsa-Família? Ou eles estão habituados àquele óbolo mensal do valor do Bolsa-Família para viverem ainda que miseravelmente?

Quando o Presidente fala na saída – qual é a saída – e ele fala no empréstimo consignado, eu quase caio das nuvens.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, empréstimo consignado se faz a quem tem uma renda; o desconto é feito em folha de pagamento. Bolsa-Família não

gera oportunidade de financiamento em crédito consignado.

Quero fazer uma constatação. Senador Mão Santa, V. Ex^a deve ter no Piauí o que temos no Rio Grande do Norte. O crédito consignado, para milhões de brasileiros, está se constituindo em um instrumento de amargura. Os aposentados do Funrural do meu Estado tomaram empréstimo – eles constam de uma folha do Funrural do INSS – eles recebem aposentadoria de um salário mínimo.

Eles foram procurados por Bancos que não existiam no Rio Grande do Norte. Abriram uma filial – o BMG, por exemplo –, para oferecer aos velhinhos um empréstimo consignado para desconto em folha. O risco é zero. Para venderem o quê? Motocicleta para o genro do velhinho! Aquela renda, para o que era destinada? Para a compra da comida da família!

E o Presidente Lula vem dizer que a saída do Bolsa-Família é o crédito consignado, como está dito aqui na entrevista! Primeiramente, Sua Excelência está crendo que o Bolsa-Família não é permanente, é temporário, porque existe o crédito consignado, que é a porta de saída para o Bolsa-Família. Ao contrário, o crédito consignado não é destinado ao bolsista do Bolsa-Família, mas a quem tem um emprego, a quem consta de uma folha de pagamento, como os velhinhos aposentados do Funrural. E significa a oportunidade de um consumo que nem sempre é recomendável. É um consumo de objetos supérfluos para pessoas que não podem ter aquilo e que são induzidos pela ação do Governo.

O que me revolta é o Presidente da República, em uma entrevista de quatro páginas, soltar para os mais pobres do Brasil que o Bolsa-Família é o grande instrumento – é um instrumento, sim; aplauso para o Bolsa-Família! – e que a saída para os mais pobres é o Bolsa-Família. Senador Geraldo Mesquita, a saída seria o Banco do Povo ou o Primeiro Emprego, que Sua Excelência prometeu. Faliram os dois. O Banco do povo emprestaria dinheiro, para que aquele pobre se adestrasse em alguma atividade, pudesse comprar seu instrumento de trabalho e gerar seu próprio emprego, como eu fiz, quando fui Governador, com o Balcão de Ferramentas. O Primeiro Emprego seria o mesmo: um instrumento de adestramento das pessoas, para que elas pudessem ter oportunidade de emprego. Aí, sim, haveria o Bolsa-Família, por um lado, e o adestramento, por outro, para sair da pobreza. Mas oferecer como saída um empréstimo consignado, que está levando, pelo contrário, os velhinhos do Funrural à rua da amargura? Ah tenha paciência! Ah tenha paciência!

O Presidente perdeu uma grande oportunidade de deixar essa sua imagem bem escondida. Para mim,

a entrevista de Sua Excelência demonstrou claramente um lado que é o íntimo do Presidente, o lado que – com ações demagógicas, como o Bolsa-Família, que, como disse o Senador Sérgio Guerra, na verdade, é uma “bolsa eleitoral” – mostra para as pessoas coisas boas que, em médio e longo prazos, são coisas muito ruins, porque habitua as pessoas à leniência, sem criar a perspectiva, como no mundo moderno, de a pessoa crescer.

A Senadora Rosalba Ciarlini fez aqui uma exposição do que fez como Prefeita de Mossoró. Queria eu ver na entrevista do Presidente Lula manifestações concretas de ações que nos dessem um fio de esperança.

O Presidente Lula é muito estimado por muita gente, tanto que foi reeleito. Não tenho nada contra Sua Excelência pessoalmente. Minha obrigação, como Líder de Oposição, é a de criticar as coisas que, na minha visão, são feitas de forma errada. Mas permitir que uma visão equivocada se apresente ao País e que pessoas leiam essas manifestações e as engulam?

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Já concluo, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Gostaria da oportunidade de um aparte quando V. Ex^a julgar conveniente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Se o Presidente permitir, ouço-o com muito prazer, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador José Agripino, sobre a entrevista do Presidente Lula, tive oportunidade de comentá-la. Há um aspecto muito importante: o de valorização da democracia e dos preceitos constitucionais. O Presidente Lula reiterou – essa não foi a primeira vez que afirmou isso, mas não tinha ainda dito de maneira tão enfática, e isso se deu graças à provocação dos jornalistas de **O Estado de S. Paulo**; quero cumprimentá-los pela maneira como fizeram essa entrevista, com perguntas sobre muitos aspectos ao Presidente Lula – que não será candidato e que não quer que o Partido dos Trabalhadores considere essa hipótese, o que já é também uma decisão nossa. Isso foi importante. No que diz respeito ao Programa Bolsa-Família, V. Ex^a sabe muito bem que considero importante o aspecto de esse programa ter sido uma evolução dos Programas Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação e de programas como o Peti, que, de alguma forma, tiveram origem no Governo Fernando Henrique Cardoso, com a colaboração de pessoas

dos mais diversos Partidos, desde o início dos anos 90, que pensaram nos programas...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI. *Fazendo soar a campanha.*) – Pediria a V. Ex^a que fosse sintético, porque há dois oradores inscritos que estão pacientemente aguardando: o Senador Heráclito Fortes e o Senador Geraldo Mesquita. Um deles é do Piauí; o outro, do Amapá. O Brasil aguarda para ouvi-los.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Com certeza, vamos assegurar o tempo para S. Ex^{as}. Então, há de se considerar, com respeito aos programas anteriores, que o Bolsa-Família é uma evolução desses programas. Eu não disse, em qualquer momento, que os programas Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação fossem programas eleitorais. Eram programas de transferência de renda importantes que acabaram tendo um desenvolvimento significativo, de caráter mais universal, constituindo-se num direito de toda família com renda *per capita* abaixo de R\$120,00. Há de se levar em consideração – isso não foi dito na entrevista do Presidente Lula – a perspectiva de que um dia uma renda como direito à cidadania será definida como um direito de todos compartilharem da riqueza da Nação de maneira incondicional. Isso já é lei aprovada pelo Congresso. V. Ex^a sabe o quanto isso será relevante, inclusive para evitar problemas que hoje existem ainda com o Programa Bolsa-Família. Em algum momento, vamos ter a oportunidade de debater esse assunto na profundidade necessária.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Agradeço, Sr. Presidente, a V. Ex^a a benevolência.

Senador Eduardo Suplicy, não sou contrário ao Bolsa-Família, em hipótese alguma, nem ao Renda Mínima. Ao contrário, somos um País pobre, e é preciso que, durante um certo período, exista um suporte, para que as pessoas saiam da miséria e vivam como gente que é gente. O que não admito é que se coloque a resposta de que a saída do Bolsa-Família é o crédito consignado, como está dito. A saída do Bolsa-Família seria, na promessa do Presidente, um Programa Primeiro Emprego e um Banco do Povo, anunciados com estardalhaço, que seriam, na verdade, um programa de adiestramento e de subsídios às pessoas, a fim de que elas gerassem seu próprio emprego e deixassem o Programa Bolsa-Família. Mas ambos faliram. Os dois programas faliram.

Minha preocupação é a de que, na hora em que um tema como esse é abordado, o Presidente fala que a saída para o Bolsa-Família é o crédito consignado. Isso é o que não admito, porque não quero que o Brasil se transforme em um país de dependentes, de pessoas

que se habituaram a um óbolo de cento e poucos reais por mês. As pessoas que antes trabalhavam – como já falei – na cultura de cana-de-açúcar, na produção de rapadura, disso e daquilo deixam de trabalhar por que têm o Bolsa-Família. Nem trabalhar mais trabalham, e a atividade industrial que existia encolhe, porque não há mão-de-obra, porque a mão-de-obra se habituou ao Bolsa-Família e só está com a obrigação, na contrapartida, de freqüentar a escola pelas denúncias feitas, fugindo à orientação original.

Senador Geraldo Mesquita, é esta a obrigação que me traz aqui, como Líder de Oposição: apontar caminhos e fazer a crítica construtiva sobre coisas com as quais até concordo. Dar dinheiro aos pobres é uma coisa boa, mas deixar os pobres entregues à própria sorte ou condenados à pobreza é algo que não passa pela minha cabeça e que nem deveria passar pela cabeça do Presidente Lula.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, com os agradecimentos pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Evidentemente, a comunicação de V. Ex^a traz o reconhecimento do povo brasileiro sobre o qual V. Ex^a exerce influência.

Convidamos, como orador inscrito em quarto lugar, o Senador Heráclito Fortes, e, em décimo, o Senador Geraldo Mesquita Júnior. O Piauí e o Acre aguardam, como todo o Brasil, o pronunciamento desses vibrantes líderes, Heráclito Fortes, do Democratas do Piauí, e Geraldo Mesquita Júnior, do PMDB do Estado do Acre.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sinceramente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não esperava hoje abordar um assunto que já provocou excelentes debates aqui neste plenário, principalmente envolvendo o Senador Eduardo Suplicy. É a respeito, mais uma vez, do nebuloso caso dos dois atletas cubanos seqüestrados pelo Governo brasileiro e devolvidos a Cuba.

Senador Eduardo Suplicy, vou remeter a V. Ex^a uma entrevista publicada no *blog* do jornalista Políbio Braga, de Porto Alegre, um dos mais importantes jornalistas políticos daquele Estado, entrevista que fez com o jornalista Luiz Cláudio Cunha, que V. Ex^a bem conhece, cujo título é: “O seqüestro dos cubanos”. E o subtítulo: “Lula fez muito pior do que os generais da ditadura brasileira”.

V. Ex^a se irrita quando eu lembro o episódio envolvendo Olga Benário, mas é igualzinho, sem tirar nem botar. Eles lembram um caso triste que se passou exatamente no Rio Grande do Sul, e que V. Ex^a deve

ter acompanhado, que é o caso da Lílian Celiberti e de Universindo Díaz.

A entrevista de Luiz Cláudio Cunha é fantástica porque traz à tona fatos que a nossa memória já havia esquecido. Pela matéria, pelas reportagens feitas à época, o jornalista, que trabalhava na **Veja**, ganhou inclusive o Prêmio Esso de Jornalismo do ano de 1979. E mostra, Senador Eduardo Suplicy, que a maneira como a ditadura agiu naquela época não difere em nada da maneira açodada com que o Governo brasileiro agiu no episódio recente. A única diferença é que, àquela época, vivíamos uma ditadura, e a subserviência brasileira foi para atender uma ditadura uruguaia – e ambos, Brasil e Uruguai, bem como outros países da América do Sul estavam comprometidos com a Operação Condor.

Agora, é diferente. Dois governos de esquerda, um ditadura e outro nem tanto, um democrático, participam de uma das trapaças mais vergonhosas que se tem história nos últimos tempos, atropelando-se os direitos humanos, atropelando-se o lado humanitário.

Eu sei, Senador Eduardo Suplicy, como V. Ex^a tem sofrido com esse caso, uma vez que, no começo, acreditou que os rapazes voltariam triunfalmente para a Ilha, seriam tratados como normais, e não haveria, por exemplo, declarações peremptórias, como a do Embaixador e a do próprio Fidel, de que, além de não mais jogarem em suas modalidades, estariam proibidos de deixar a Ilha.

Senador Suplicy, peço a transcrição desta entrevista nos **Anais** do Senado.

V. Ex^a, que tem uma assessoria atenta, já está inclusive com uma cópia. Peço, inclusive, que V. Ex^a leia atentamente, e verá o quão vergonhoso é para o Governo que V. Ex^a enaltece 24 horas por dia esse imbróglio no qual se viu envolvido.

Tenho me encontrado com uma infinidade de brasileiros que participaram do combate à ditadura e que, taxados, de maneira discriminatória, de pertencerem à esquerda, sofriam algumas restrições naquela época, e que hoje se dizem estarrecidos pela maneira desumana como o Governo agiu.

Peço também, Sr. Presidente, que cópia da entrevista seja remetida ao Ministro Tarso Genro, que, por ser gaúcho, militante político à época, tendo sofrido inclusive conseqüências por suas posições, deve ter acompanhado de perto os episódios que envolveram Lílian Celiberti e Universindo Díaz.

Senador José Agripino, a maneira é a mesma: eles saíram espontaneamente. Naquela época, Senador Eduardo Suplicy, atravessaram em um ônibus, espontaneamente, e apareceu inclusive o cobrador do referido ônibus para dar depoimento. Logo em se-

guida, soube-se que o cobrador respondia a processo na Polícia Federal e estava completamente vulnerável na questão. Foi um trabalho, para a época, fantástico e, acima de tudo, corajoso do jornalista Luiz Cláudio Cunha e do fotógrafo João Batista Scalco.

De forma que é um registro, Senador José Agripino, que temos de fazer. E essa questão, Senador Geraldo Mesquita, não tem nenhuma conotação ideológica, até porque aquela guerra das ideologias é coisa do passado. Essa é uma questão humanitária.

O Senador Eduardo Suplicy tem tentado desesperadamente falar com os atletas; ora fala com a mãe, ora com a tia ou com a noiva, mas com os atletas ainda não conseguiu. De forma, Senador José Agripino, que, antes de lhe passar a palavra, quero dizer que esse é um episódio triste e lamentável. E me deixa com maior tristeza ainda que, nessa entrevista do Presidente ao **Estadão**, não se tenha perguntado a ele sobre essa questão. Naturalmente, os jornalistas, experientes, já sabiam de antemão que ele diria que não sabia.

Concedo um aparte ao Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a, com muita propriedade e senso de oportunidade, aborda essa questão, por uma razão muito simples: estamos falando de um país, Cuba, pelo qual todos nós temos enorme simpatia, mas que tem um governo que fuzila – V. Ex^a deve lembrar-se – seus adversários políticos. Há pouco tempo, foram condenadas à morte pessoas que divergiam do regime. V. Ex^a colocou, para reflexão do País, um fato que atinge o Governo brasileiro, que tem dois pesos e duas medidas: quando se trata de direitos humanos para pobres mortais, é a lei; quando se trata de direitos humanos para Cuba, para o companheiro de Cuba, para o comandante-em-chefe Fidel, a coisa é diferente. Agora, direitos humanos são direitos humanos em qualquer circunstância, em qualquer situação. O que ficamos sabendo? Vi as imagens de televisão nas redes todas, aquela fila de atletas de todas as categorias, tristes, embarcando com suas mochilas nas costas, no aeroporto do Galeão, indo embora para Cuba. Não tive a perspicácia de V. Ex^a de pesquisar o prefixo do avião que levou os cubanos às pressas, antes da festa de encerramento. Depois V. Ex^a percebeu que o avião poderia ter sido um qualquer, mas a mesma pesquisa sobre o prefixo do avião que levou os boxeadores chegou a uma conclusão no mínimo curiosa: era um avião venezuelano da Pdevesa, do Chávez – Chávez e Fidel são uma coisa só. Levaram na marra os atletas cubanos, porque havia a informação de que, por desinteresse em morar num país sob aquele regime, não um ou dois, mas muitos atletas estariam procurando caminhos, para se evadir e ficar no Brasil. Rapida-

mente, levaram toda a delegação embora. Ficaram só alguns poucos, para formar uma fotografia. Mas o pior é o que se soube depois: os boxeadores, que foram em seguida apanhados e presos pela Polícia Federal, da República Federativa do Brasil, no Estado do Rio de Janeiro, no interior, teriam sido obrigados a se entregar por pressão familiar na base, lá em Havana. Os familiares estariam sendo – supõe-se, com um fundo de procedência total – ameaçados pelo regime, e, para não ficarem desmoralizados, os atletas se teriam apresentado “voluntariamente”, para voltar às pressas no avião da Pedvesa, com prefixo venezuelano. Que Cuba tenha os seus problemas, que fuzile os seus adversários é uma coisa – trata-se de algo que cabe a nós denunciar, mas que é um problema de Cuba –, mas o Brasil participar de uma farsa – claríssima farsa! –, mandando a Polícia Federal prender e deportar pessoas que voluntariamente estariam entregando-se por pressão da família em Havana é algo de se perguntar: que governo, que país é esse que respeita direitos humanos dessa forma? Essa reflexão tem de ser estimulada, e o debate que V. Ex^a levanta e estimula é meritório, para que nós todos, brasileiros, possamos refletir sobre a qualidade do Governo que nos preside. Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador José Agripino, esse episódio tem nos levado, inclusive, a raciocínios sobre outros episódios recentes, envolvendo operações semelhantes. Senador Eduardo Suplicy, não quero nem falar naquele famoso dinheiro que foi encontrado num avião de pequeno porte, há dois anos, uma quantia razoável de dólares; aquele famoso imbróglcio, que foi muito debatido na CPI, sobre aquele dinheiro que decolou de Brasília para São Paulo; o piloto teve de pousar em outro aeroporto, em vez de Campinas, e até hoje esses fatos não foram esclarecidos.

Mas, Senador Geraldo Mesquita Júnior, um piloto experiente me chamou a atenção para um fato interessante. Não houve aquele episódio, Senador José Agripino, de um avião que veio da Venezuela para a Argentina, carregando alguns funcionários da Pedvesa, dinheiro e funcionários do governo argentino? Deu o maior imbróglcio. O piloto me chamou a atenção para um fato: aquele avião não tem autonomia. É um Citation V, de autonomia limitada para cinco horas. Ele não tinha condições de sair de Caracas para Buenos Aires, e o lógico é que tenha feito uma escala no Brasil.

Senador Eduardo Suplicy, onde aquele avião pousou? Onde estão o registro de entrada, pela Polícia Federal, e o registro alfandegário de revista do conteúdo da bagagem do avião? Essa é uma pergunta interessante.

Senador Mão Santa, eu não me tinha apercebido desse fato, que é muito curioso. Ou será que o avião foi, via Bolívia, cortando caminho? É preciso que se saiba, Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a é um homem que, para essas coisas, é incomparável. Tenho certeza de que, cumpridor que é da sua determinação de esclarecimento de fatos, colaborará para a solução da dúvida que paira, agora, também sobre esse caso. Atente bem: o avião saiu de Caracas para Buenos Aires. É impossível fazer um vôo direto; pousou em algum lugar. Se, em linha reta, no Brasil. Se pousou, onde pousou? E havia uma quantia que, na Argentina, discute-se se foi um pouco mais. Onde esse avião foi alfandegado? Onde está esse registro? É uma questão, Senador José Agripino, que merece, de todos nós...

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Merece um requerimento de informações, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Exatamente.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Um requerimento de informações. É preciso, isso é importante.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – RN) – Requerimento de informações sobre se o avião desceu ou não.

Aliás, estamos fazendo um pedido de informações à ONU, produto de um documento lido pela Líder do PT na Comissão, que dá a entender que a ONU considerou legal e legítima a operação que envolveu os cubanos e o Governo brasileiro. Esse é um assunto que também precisa ser devidamente esclarecido.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Heráclito Fortes, uma interrupção, se V. Ex^a me permite. Setecentos mil dólares é muito dinheiro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Oitocentos e cinqüenta mil dólares.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Oitocentos e cinqüenta mil dólares são quase um milhão de dólares. Quem disse que esse dinheiro veio da Venezuela? Será que não entrou no Brasil? Não sei. Se o avião tem autonomia para cinco horas e a rota da Venezuela para a Argentina é quase toda em cima do Brasil, o avião deve ter pousado em algum lugar. E, se pousou, quem pode dizer que não receberam aqui os oitocentos e cinqüenta, ou cinqüenta, cem ou trezentos mil dólares? De onde vem esse dinheiro? E aquelas histórias do Seneca, do tempo da campanha? E a ilação que se pode fazer?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – E o mais grave: por que esse avião não foi revistado?

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – É claro, e por que não foi feito o registro do pouso e da decolagem?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Fomos passados para trás, na linguagem popular; pela alfândega argentina, que está de parabéns.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a está ansioso e eu também. Com a palavra V. Ex^a, para um aparte que será enriquecedor.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, li com atenção a entrevista feita por Políbio Braga, no seu *Online*, com o jornalista Luiz Cláudio Cunha. Considero que não é adequada a comparação, seja com o episódio Olga Benário, conforme V. Ex^a levantou e sobre o que já conversamos, seja com o de Lílian Celiberti, Universindo Díaz e seus dois filhos, Camilo e Francesca, que, naquela ocasião, foram torturados, conforme a descrição de Luiz Cláudio Cunha. Não há informação alguma de quem quer que seja, por parte dos pugilistas ou de seus familiares, de que eles tenham sido de alguma maneira torturados. Há uma negativa sobre isso, inclusive do próprio Presidente Fidel Castro, no seu primeiro artigo publicado no *Granma*, no sentido de que eles não seriam alvo de prisão e, muito menos, de tortura. De toda sorte é legítimo que V. Ex^a esteja preocupado com o tema e que queira, inclusive, conhecer o trajeto do avião venezuelano e se, porventura, teria sido o mesmo avião. Acho que é muito difícil, pois ocorreram em datas diferentes os episódios da viagem em avião venezuelano ali em Buenos Aires e outra aqui para...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sobre esse aspecto, V. Ex^a está mais informado do que eu.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu não tenho essa informação, mas é V. Ex^a que está trazendo o caso. Então, como me pareceu que foram em datas diferentes, salvo engano meu, acho que seria muito difícil haver a coincidência de ser o mesmo avião e o mesmo vôo. Penso que V. Ex^a fazer o requerimento de informações é legítimo e adequado. Transmito a V. Ex^a ainda que, na última sexta-feira, fiz um convite ao campeão mundial de boxe, um dos maiores pugilistas da história do mundo, considerado pelo Conselho Mundial de Boxe o 9º melhor pugilista do mundo em todas as categorias, Éder Jofre. Ele, então, prestou um depoimento aos estudantes da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, ocasião em que...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a está tergiversando sobre o tema. V. Ex^a disse que não tem nenhuma relação...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu vou direto ao tema.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – (...) não tem nenhuma semelhança entre o caso atual e o acontecido no Rio Grande do Sul.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Porque eu vou direto ao tema. V. Ex^a vai perceber por que vou direto ao tema. Na ocasião, eu e Éder Jofre, perante os estudantes, reiteramos o nosso pedido de caráter humanitário ao Presidente Fidel Castro, para que ele possa reconsiderar essa decisão aqui anunciada pelo chanceler cubano, que lastimo, no sentido de...

(Interrupção no som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – (...) de não permitir mais que os boxeadores cubanos saiam do país e lutem, seja nos Estados Unidos, seja nas Jogos Olímpicos de Pequim.

Então, nessa oportunidade, estava assistindo à palestra o Gustavo Petta, ex-Presidente da UNE, que, de pronto, disse que gostaria de abraçar a causa; que, como tem um bom relacionamento com as entidades estudantis de Cuba, vai transmitir o conteúdo da carta às entidades estudantis locais, para que o pedido chegue, também por eles, ao Presidente Fidel Castro. Se isso vier a ser atendido, acredito que grande das preocupações de V. Ex^a estará de alguma maneira sendo objeto de resolução.

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Aqui se diz: Assim como Olga Benário acabou sendo morta e aqui o Universindo Díaz e Lílian Celiberti foram torturados. Nesse caso, V. Ex^a sabe que não houve prática de tortura alguma. Em que condições eles estão? Faço uma sugestão a V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e tão interessado no tema, que organize uma viagem de Senadores para visitar ambos os boxeadores. Assim, poderão esses Senadores transmitir nosso apelo, para que eles possam continuar...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Suplicy, isso é matéria vencida. Já tratamos desse assunto, e V. Ex^a inclusive já se ofereceu para ir a Cuba. Marque a viagem.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Disponho-me. Eu gostaria de ir na companhia de V. Ex^a, porque é possível que, depois, V. Ex^a não acredite na minha palavra, no que eu disser que vi em Cuba. Quem sabe V. Ex^a pode vir comigo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não. As viagens que V. Ex^a faz são precisas, e as informações que traz para o Brasil são corretas. Eu não tenho por que não acreditar na palavra de V. Ex^a. Longe de mim isso!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Está bem. Então, me disponho. Espero que o Presidente Fidel Castro esteja com boa saúde, porque nesses últimos dias surgiram rumores de que ele teria tido

algum problema de saúde. Mas, ainda hoje, a imprensa informou que ele escreveu mais um artigo para o Granma, publicado ontem. Pelo menos, está com boa saúde para publicar um artigo. Se ele escreveu um artigo, tem condições...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... de responder à carta enviada a ele por mim e pelo Éder Jofre. Espero mais alguns dias, porque aceitarei a missão de V. Ex^a se o Embaixador de Cuba abrir as portas para que eu faça a viagem no momento adequado, dadas as atribuições que temos no Senado Federal, entre as outras que tenho tido. Só estou esperando ficar mais tranquilo, inclusive para ir ao Iraque, com a anuência do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Eduardo Suplicy, o episódio da Olga Benário, o episódio da Lilian Celiberti e o episódio dos dois atletas cubanos não diferem em nada. E V. Ex^a não explicou por que não diferem. São exatamente iguais, passados em circunstâncias diferentes.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Olga Benário foi morta. Universindo Díaz e Lilian Celiberti foram torturados e forçados. Neste caso, há a declaração, inclusive, do representante do Ministério Público e do representante da OAB e de advogados...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, não! Do representante da OAB, não. V. Ex^a viu o documento. É de “ouvi dizer”.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Ouviu o representante do Ministério Público.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Ah! Vamos colocar as coisas no devido lugar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – O representante do Ministério Público, cujo nome V. Ex^a tem no documento citado, ali declarou – e V. Ex^a poderá chamá-lo – que, por livre e espontânea vontade, ambos os boxeadores...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Será que Olga Benário, por livre e espontânea vontade, deu uma declaração de que queria voltar para a Alemanha para ter o filho?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não disse isso

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Na entrevista do Cláudio, há uma declaração de que Lilian Celiberti supostamente teria voltado para o Uruguai de livre e espontânea vontade.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a é um homem inteligente. Diga-me uma coisa: se esse retorno fosse por vontade própria, por que esses rapazes se apre-

sentaram à polícia e não ao Consulado de Cuba? Por quê? Responda-me, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Vamos perguntar a eles.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Ah! V. Ex^a é inteligente e sabe. Não faça isso. Sua biografia não merece esse tipo de defesa. Nem Santo Expedito faria uma defesa dessa natureza, envolvendo vidas humanas.

A maior tortura que esses rapazes estão sofrendo hoje é exatamente não poder praticar o seu esporte e não poder jamais, segundo declarações de Fidel e do Chanceler, deixar a Ilha. V. Ex^a sabe que é complicado. Agora mesmo disse que gostaria de ir, mas que teria de pedir ao Embaixador que permitisse seu acesso à Ilha.

Não vamos, Senador Eduardo Suplicy, defender o indefensável. O Governo de V. Ex^a está maculado, como esteve maculada a ditadura por processos de tortura e como esteve, lá atrás, maculado o Governo com o episódio da Olga Benário. Aliás, Senador Suplicy, recorde-me muito bem de V. Ex^a, em um cinema de Brasília, assistindo àquele filme: V. Ex^a foi às lágrimas, emocionou-se.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sim, o filme é bonito. De Fernando de Moraes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Quero saber, se amanhã fizerem o filme desses dois rapazes, por quem V. Ex^a irá chorar. Essa é a grande interrogação que, durante todo esse fim de semana, consumiu grande parte do meu tempo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Vou continuar a defender o direito dessas pessoas de se locomoverem pelas Américas e pelos países do mundo, como nós brasileiros. Acredito que esse direito precisa ser respeitado, sobretudo no caso dos cidadãos das três Américas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Eduardo Suplicy, se no futuro essa história virar filme, quero ver por quem V. Ex^a vai chorar, de que lado será o seu choro. É só o que espero.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Vamos assistir juntos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Vamos assistir juntos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agora o povo do Brasil vai ouvir a palavra da Senadora Kátia Abreu, do Democratas, última oradora inscrita. S. Ex^a nos brindará com sua elegância.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria, nesta tarde, de externar o sofrimento de vários municípios do meu Estado do Tocantins. Quando digo municípios, refiro-me aos tocantinenses, homens e mulheres que estão sofrendo extremamente com a seca causada pela falta de chuvas. Desde o mês de fevereiro deste ano, vários municípios do sudeste do Tocantins, como Araraias, Paranã, Taguatinga, Taipas, Dianópolis, Almas, Conceição e Ponte Alta do Bom Jesus, estão sofrendo com a estiagem.

Os agricultores, os que plantam suas roças, estão sendo penalizados com essa situação. Pequenos pecuaristas produtores de leite estão perdendo seu pouco rebanho. Não há sequer, Sr. Presidente, água potável para os seres humanos, que são os que mais nos preocupam, principalmente as crianças, os jovens e os idosos, que estão passando por tantas dificuldades.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governador Marcelo Miranda, junto à Defesa Civil do Estado do Tocantins, já destinou a esses municípios carros-pipas e cestas básicas para amenizar o sofrimento dessas pessoas. No entanto, queremos, de imediato, que o Ministério da Integração Nacional, o Sr. Ministro, reconheça prontamente essa calamidade em que se encontra o meu Estado do Tocantins em face dessa seca rigorosa e tome as providências junto ao Governo do Estado do Tocantins para amenizar as condições dessa região.

Precisamos de ajuda. São pessoas do campo, pessoas humildes, pequenos agricultores em assentamentos que não têm uma gota de água, porque já foram projetados de forma errada; essas pessoas foram assentadas em áreas que não têm água potável, muito menos de água para seu rebanho, para suas hortaliças, enfim, para toda sua produção.

Então, Sr. Presidente, solicito que seja encaminhado ao Ministro da Integração Nacional – quero protocolar o pedido ainda hoje nesta Casa – um pedido para que o Ministro possa agilizar a declaração de calamidade pública nos municípios de Tocantins, já requerida pelo Governador Marcelo Miranda. O Governador agiu prontamente, mas precisa da ajuda do Governo e do Ministério da Integração Nacional, que tem a obrigação de acudir os brasileiros diante dessas catástrofes, diante dessas calamidades.

Encerro minhas palavras prestando minha solidariedade e manifestando minha tristeza profunda em ver uma região tão importante do Tocantins nessas condições terríveis de falta de água. Aguardo do Governo Federal a assistência devida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pede a palavra, pela ordem, o Líder do PMDB nesta Casa, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, na verdade, quero pedir a palavra pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aproveito para pedir a V. Ex^a que atenda o apelo do povo de Tocantins, que sofre pela seca, assim como o do Piauí – V. Ex^a, que é tão influente junto a Luiz Inácio.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer uma observação. Antes de mais nada, porém, quero prestar solidariedade ao povo de Tocantins e a todos os estados que estão passando por essa seca que assola uma parte do País.

Meu assunto vai exatamente na direção oposta.

Então, vemos o quanto é grande, o quanto é diverso este País. Enquanto grande parte do Brasil está seca, os campos estão queimando e há muita dificuldade, como tão bem explicitou aqui a Senadora Kátia Abreu, no meu Estado de Roraima ocorre exatamente o contrário.

Estamos acima da linha do Equador e vivemos um período de final de chuvas de extrema violência: vários municípios, várias comunidades estão ilhadas, as estradas estão intrafegáveis – a BR-174, inclusive, encontra-se em situação de extrema fragilidade, cheia de buracos, uma situação extremamente negativa para a população do Estado de Roraima.

Então, ao mesmo tempo em que fico solidário e registro aqui o meu apoio – tenho certeza de que o Ministro Geddel, diante da documentação que a Senadora Kátia Abreu encaminhará ao Governo, será sensível e procurará atuar em vários Estados –, registro a importância de serem emergencialmente atacadas pelo Governo de Roraima as estradas vicinais, atacadas no sentido de se fazer algo emergencial para deixar transitável várias estradas que estão hoje ilhando a população.

Ao mesmo tempo, quero dizer ao Ministério dos Transportes que é fundamental que se tomem providências para reconstruir a BR-174, que liga Manaus à Venezuela, cortando todo o Estado de Roraima. Sem dúvida alguma, é preciso fazer algo concreto e estruturante. Não adianta mais tapar buracos. É um asfalto a frio, na Amazônia, malfeito. De dois em dois anos a estrada é destruída. Aí, faz-se um remendo, joga-se

dinheiro fora e, depois de dois anos, o problema continua o mesmo.

Queremos a reconstrução da BR-174 com asfalto a quente, com asfalto preparado para enfrentar as intempéries da Amazônia.

Fica aqui o meu registro, o meu apelo e a minha solidariedade especialmente ao povo do Tocantins pelo pronunciamento da Senadora Kátia Abreu.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesses dias que precedem a reunião do Conselho de Ética, que deverá apreciar o parecer dos Relatores sobre o caso do Presidente Renan Calheiros, há uma discussão sobre se vai haver voto fechado ou aberto.

Eu gostaria de lembrar que, no dia 13 de março de 2003, foi votada uma Proposta de Emenda à Constituição, a de nº 38/2000, de iniciativa do Senador Tião Viana – assinada por todos nós, Senadores do Partido dos Trabalhadores naquela época, na Legislatura passada –, a qual, infelizmente, não foi aprovada. Embora tenha havido um número considerável de Senadores que votaram “sim”, para que o voto aqui fosse sempre aberto em questões tais como a cassação de mandatos em virtude de violação do decoro parlamentar, naquela oportunidade, não houve o número necessário de votos para aprovar a citada PEC. Na verdade, houve um número maior de votos “não”. Não houve o número de votos necessários para aprová-la – três quintos dos votos –, e, na oportunidade, alguns dos Senadores que estão hoje propugnando para que o voto seja aberto, infelizmente, votaram para que não fosse aberto o voto.

Tendo em conta que, hoje, muitos afirmam que querem que o voto seja aberto, o Senador Tião Viana – e a assinarei com S. Ex^a – irá rerepresentar a Proposta de Emenda à Constituição nesta semana, para que possamos, novamente, considerar que votações dessa natureza se façam abertamente, ou seja, para que todos os Senadores expressem abertamente seu voto em casos delicados, para que, obviamente, com responsabilidade, possamos dizer como estamos tomando a decisão.

Muito obrigada.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, tem V. Ex^a a palavra, Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero manifestar minha opinião a respeito do que disse, há pouco, o Senador Eduardo Suplicy sobre a votação no Conselho de Ética.

Sr. Presidente, isso me preocupa muito. Cheguei hoje a Brasília e, lendo as notícias na imprensa nacional, vi a possibilidade de que, no Conselho de Ética – já foi anunciado pelo Senador Leomar Quintanilha, do meu Estado do Tocantins –, a votação seja secreta. O Brasil não vai suportar essa situação e essa condição. Nós, no Senado Federal, não temos o direito de dar essa resposta ao Brasil. Não é essa a resposta que os brasileiros estão esperando.

Não queremos, com o voto aberto, forçar o voto de cada Senador, mas que cada um tenha a honrabilidade e a coragem de votar de acordo com sua consciência! Não temos o direito de esconder do Brasil como vota cada um. Devemos satisfação, sim, aos nossos eleitores na base.

Penso, desde quando era Deputada e estava na Câmara Federal, que o único voto secreto permitido deveria ser o referente à eleição da Mesa, porque, nesse caso, estamos elegendo um dirigente para nós, Deputados e Senadores. Mas, em relação ao restante das votações, temos obrigação com o nosso eleitorado. Portanto, sou a favor de que todas as votações nesta Casa sejam abertas, inclusive e principalmente de cassação de mandatos.

Quero aqui registrar minha indignação com esse encaminhamento de voto secreto no Conselho de Ética. O Senado Federal, após essa votação, nunca mais será o mesmo para os brasileiros; dificilmente, conseguiremos reverter essa situação diante da sociedade.

Particularmente, não faço parte do Conselho de Ética, embora gostasse muito de participar desse Conselho. Mas existem representantes dos Democratas no Conselho de Ética. Mesmo não participando desse Conselho, mesmo não votando secretamente, ficarei bastante envergonhada de percorrer meu Estado, de encarar meus eleitores, de encarar o povo do Tocantins e de dizer que, na Casa em que estou, com muita honra e com alegria, graças ao povo tocaninense, estamos permitindo uma votação secreta no Conselho de Ética.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente, falar pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de esclarecer à Senadora Kátia Abreu que sou favorável também a que o voto seja aberto. Eu, pessoalmente, como membro do Conselho de Ética, ainda não sei como vou votar, porque estou analisando todo o caso e porque quero ouvir ainda o Senador Renan Calheiros. Inclusive, gostaria de estar presente quando S. Ex^a prestou esclarecimentos perante os três Relatores. Mas o Senador Leomar Quintanilha fez um apelo para que não estivessem presentes Senadores que não os três Relatores, o que respeitei. Mas tenho a expectativa de ainda poder ouvir o Senador Renan Calheiros e de, assim, analisar todos os documentos em todos os aspectos, para, responsabilmente, decidir meu voto.

Externarei abertamente como vou votar, até porque, no Conselho de Ética, não há regimentalmente a definição se a votação é aberta ou fechada. Quero, inclusive, mostrar a V. Ex^a a lista de como votaram os inúmeros Senadores quando, em 13 de março de 2003, houve o escrutínio para que se tornasse aberto o processo de votação no plenário do Senado sobre questões de cassação de mandato. Na oportunidade, todos nós, do PT, votamos a favor de sempre serem abertas votações desse tipo, mas diversos Senadores, inclusive os que pregam o voto aberto hoje, não quiseram votar pelo “sim” na oportunidade. Por essa razão mesmo, já que estão mudando de opinião, é que, junto com o Senador Tião Viana, vamos rerepresentar a proposta. Assim, quem sabe, em breve, possa haver uma mudança na direção do que V. Ex^a, Senadora Kátia Abreu, está aqui defendendo!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 714, DE 2007

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2007, tendo como 1º signatário Senador Jarbas Vasconcelos que altera o art. 17. § 1º, da Constituição Federal, para admitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.

Relator: Senador **Tasso Jereissati**

I – Relatório

Em exame a Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2007, que altera o § 1º do art. 17 da Constituição para permitir as coligações apenas nas

eleições majoritárias, proibindo-as, por consequência, nas eleições proporcionais.

A justificativa dessa proposição remete à necessidade de fortalecer a identidade dos partidos políticos e a transparência na representação política, pois o atual sistema de coligações propicia a dispersão do voto popular em favor de diversos partidos aliados nas eleições proporcionais. Aduz, também, que a proibição das coligações em eleições proporcionais desestimulará a criação de alianças de mera conveniência.

Se aprovada, a emenda entra em vigor na data de sua publicação no **Diário Oficial da União**.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – Análise

Não há incompatibilidade formal ou material entre o teor da proposição e a Constituição da República. A espécie normativa proposta é adequada à finalidade pretendida, uma vez que o tema das coligações eleitorais foi constitucionalizado com o advento da Emenda à Constituição nº 52, de 8 de março de 2006. A técnica legislativa é sã e os dispositivos regimentais pertinentes à matéria foram observados.

Quanto ao mérito, há muito se discute a limitação das coligações em eleições proporcionais. A transferência aleatória de votos entre candidatos de um mesmo partido, facilitada pelo atual sistema de votação proporcional de listas abertas, é agravada pela transferência, na prática, de votos entre candidatos de partidos coligados. O eleitor, nesse sistema, acaba por sufragar partidos e candidatos indiretamente, sem ter intenção de fazê-lo. Essa incerteza relativa aos efeitos do voto popular chega mesmo a turvar os princípios da verdade eleitoral e da representação, pois é forte o argumento de que os candidatos beneficiados por esse sistema são eleitos por uma via bastante oblíquos, ainda que lastreada no voto popular.

As coligações eleitorais fazem sentido em pleitos majoritários, nos quais a constituição de alianças tem relação direta com o apoio aos programas políticos e a governabilidade. Todavia, nas eleições proporcionais, a transferência de votos entre os partidos da coligação acaba por falsear a própria representatividade dos partidos, que concorrem como se fossem uma mesma agremiação, mas desempenham suas atividades parlamentares por si sós. Devemos considerar, nesse contexto, os efeitos que o fim da verticalização das coligações teria sobre as eleições proporcionais: sem a obrigatoriedade de formar coalizões uniformes, podemos antever seguramente que a

coesão do sistema partidário seria ainda mais diluída nos pleitos proporcionais.

Por essas razões, a coligação em eleições proporcionais estimula a proliferação de pequenos partidos dispostos a formar alianças de mera conveniência, que os beneficiam pela probabilidade de conquistar mais cadeiras parlamentares ou mesmo por promessa de vantagens espúrias, sendo que os partidos maiores se beneficiam da agregação do tempo de propaganda eleitoral dos pequenos partidos ao total da coalizão. Nesse sentido, entendo que a proibição das coligações em eleições proporcionais teria o efeito, há muito reclamado, de sanear o quadro partidário, reduzindo

o “mercado” dos partidos de aluguel e a possibilidade de transferência de votos entre legendas, o que reforçaria a identidade e a coesão partidária.

III – Voto

Por essas razões, reconhecendo o elevado mérito da proposta e a inexistência de vícios de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade ou técnica legislativa, voto pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2007.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2007.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 29 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/08/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[Assinatura]</i> Sen. Tasso Jereissati	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESSARENKO <i>[Assinatura]</i>	1. IDELI SALVATTI
SIBÁ MACHADO <i>[Assinatura]</i>	2. INÁCIO ARRUDA <i>[Assinatura]</i> (CONTRO)
EDUARDO SUPLICY <i>[Assinatura]</i>	3. PATRÍCIA SABOYA GOMES
ALOIZIO MERCADANTE <i>[Assinatura]</i>	4. MARCELO CRIVELLA <i>[Assinatura]</i>
EPITÁCIO CAFETEIRA	5. JOÃO RIBEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI <i>[Assinatura]</i>	6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[Assinatura]</i>	
PSOL	
	7. JOSÉ NERY
PMDB	
PEDRO SIMON	1. ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
JARBAS VASCONCELOS <i>[Assinatura]</i>	4. PAULO DUQUE
VALTER PEREIRA <i>[Assinatura]</i>	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL (Presidente)	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[Assinatura]</i>
EDISON LOBÃO	4. KÁTIA ABREU <i>[Assinatura]</i>
ROMEU TUMA	5. MARIA DO CARMO ALVES <i>[Assinatura]</i>
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO <i>[Assinatura]</i>
EDUARDO AZEREDO <i>[Assinatura]</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI (Relator)	9. MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1. OSMAR DIAS

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

EMENDA CONSTITUCIONAL
Nº 52, DE 8 DE MARÇO DE 2006

Dá nova redação ao § 1º do art. 17 da Constituição Federal para disciplinar as coligações eleitorais.

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

PEC Nº 29, DE 2007

(Do Sr. Senador Jarbas Vasconcelos e outros)

Altera o art. 17, § 1º, da Constituição Federal, para admitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.

**VOTO EM SEPARADO
DO SENADOR INÁCIO ARRUDA**

I – Relatório

O ilustre Senador Jarbas Vasconcelos encabeça a lista de assinaturas da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2007, que tem como objetivo alterar o art. 17, § 1º da Constituição Federal, para admitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.

Tendo sido lido o Parecer do ilustre relator, Senador Tasso Jereissati, na reunião da Comissão de Constituição e Justiça de 7 de julho de 2007, solicitamos vista da proposição, que nos foi concedida.

Em decorrência, apresentamos o presente Voto em Separado, com o nosso parecer sobre a matéria.

II – Parecer

A proposição atende ao requisito constitucional do art. 60, I, da Constituição Federal, sendo subscrita por número suficiente de Senadores. Não ocorrem os impedimentos circunstanciais previstos no § 19 do artigo supracitado, não estando em vigência intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio. Também

não incorre no óbice representado pelo § 5º daquele artigo, não tendo sido rejeitada ou havida por prejudicada matéria de igual teor ou similar na presente sessão legislativa.

No entanto, somos de parecer que, na sua forma atual, a proposta fere o disposto no art. 60, § 4º, IV, da Carta Magna.

Com efeito, a restrição proposta pela PEC nº 29/2007, ‘ao possibilitar a formação de coligações apenas para eleições majoritárias, ofende o princípio constitucional da isonomia. Os cidadãos filiados a partidos políticos, que poderão se candidatar a cargos em eleições proporcionais devem ter os mesmos direitos que são assegurados aos cidadãos filiados a partidos políticos que se candidatem a cargos em eleições majoritárias. A liberdade de coligação firmada para uns deve ser garantida para os outros.

A isonomia é uma das pedras de toque da Constituição Federal. O constituinte originário foi dela tão cioso que a consagrou como direito e garantia fundamental, tornando-a, em decorrência, cláusula pétrea inamovível, inatacável por qualquer método, inclusive pela via da Emenda à Constituição.

Por outro lado, a restrição proposta na PEC nº 29/2007, ofende o direito dos cidadãos ao voto direto, secreto e universal, na medida em que os cidadãos, ao participarem das eleições proporcionais, teriam seus direitos de voto direto restringido, ao contrário das amplas possibilidades admitidas para as candidaturas em eleições majoritárias.

Trata-se, também, de um casuismo evidente permitir a coligação nas eleições majoritárias e vedá-la nas eleições proporcionais, atendendo-se assim aos interesses de alguns partidos e desatendendo-se ao interesse de outros.

O constituinte originário teve o claro objetivo de assegurar a mais ampla liberdade de organização partidária, deixando a cargo das forças políticas traçarem a sua forma de organização, estratégias e táticas, entre as quais a formação de alianças que julguem oportunas e convenientes. Os partidos, em nosso sistema, são os esteios do Estado Democrático de Direito, e mede-se o grau de liberdade nesse sistema pela liberdade de organização de que gozem. A proposta ora apresentada, no entanto, vai em direção contrária, de restringir essa liberdade.

Por tudo isso, votamos pela rejeição da proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2007.

Sala das Reuniões, de 2007. – Senador **Inácio Arruda**.

PARECER Nº 715, DE 2007

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2007 (nº 1.143/2003, na Casa de origem), que regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal – TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal – ASB.

Relator: Senador **Augusto Botelho**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 3, de 2007, de autoria do Deputado Rubens Otoni, dispõe sobre a regulamentação das atividades de duas categorias profissionais da área de saúde, os técnicos e os auxiliares em saúde bucal.

A proposição define os requisitos gerais para o exercício profissional, inclusive as regras para a inscrição – que é obrigatória – no Conselho Regional de Odontologia e o pagamento de anuidades (arts. 1º a 3º). Em seguida, são estabelecidas as competências e os limites de atuação dos técnicos (arts. 4º a 6º) e dos auxiliares em saúde bucal (arts. 8º a 10), ressalvando-se que ambos devem atuar sob a supervisão de cirurgião-dentista, sendo-lhes vedada a prática profissional autônoma.

O art. 7º estabelece que o número desses profissionais em cada estado será definido pelo Conselho Federal de Odontologia, ouvido o respectivo conselho regional que, por sua vez, deverá submeter suas propostas à votação de todos os dentistas inscritos.

Os cirurgiões-dentistas que permitirem que os auxiliares e técnicos supervisionados extrapolem seus limites de atuação deverão responder pela irregularidade perante os Conselhos Regionais de Odontologia (art. 11).

No Senado, o projeto foi distribuído à apreciação apenas desta Comissão e não recebeu emendas.

II – Análise

O PLC nº 3, de 2007, mostra-se oportuno, pois define em lei as atribuições e competências de duas categorias já estabelecidas no País há várias décadas.

O técnico em higiene dental e o auxiliar de consultório dentário denominados técnico e auxiliar em saúde bucal, respectivamente, por esta proposição atuam em estreita colaboração com os cirurgiões-

dentistas há muitos anos. No início, eram treinados, de modo informal e não-sistemático, pelo próprio dentista que auxiliavam. Com o passar do tempo, a atividade foi se profissionalizando de fato e o mercado passou a exigir técnicos com sólida formação em saúde bucal, especialmente no que concerne à biossegurança e aos cuidados com os materiais utilizados pela odontologia. Na atualidade, os cursos de formação desses profissionais seguem as diretrizes do Parecer nº 460, de 6 de fevereiro de 1975, do extinto Conselho Federal de Educação.

A importância do trabalho dos técnicos e auxiliares em saúde bucal é indiscutível. Já em 1958, o Comitê de Peritos em Pessoal Auxiliar de Odontologia, da Organização Mundial da Saúde (OMS), recomendava a realização de estudos sobre a possível utilização de pessoal auxiliar em procedimentos até então reservados aos cirurgiões-dentistas. O Comitê reconhecia a necessidade de reorganização da assistência odontológica, com o intuito de torná-la mais acessível ao público.

Posteriormente, experimentos foram realizados em diferentes países, com resultados favoráveis à incorporação dos auxiliares à prática odontológica. A formação de equipes com um ou mais auxiliares juntamente com o dentista mais que dobrava a produtividade deste, sem prejuízo para a qualidade do atendimento.

No entanto, a participação dos técnicos e auxiliares nas equipes de saúde bucal não deve ocorrer de maneira completamente livre, sob pena de gerar riscos à saúde da população e descrédito para as categorias. Da mesma forma, é fundamental delimitar seu campo de atuação, a fim de evitar possíveis conflitos com os dentistas. Daí decorre a necessidade de regulamentação legal dessas atividades.

O projeto propõe delegar aos profissionais auxiliares os procedimentos clínicos de menor repercussão. Aquilo que exigir maior conhecimento científico e destreza deverá permanecer privativo do cirurgião-dentista. Por fim, a exigência de supervisão das atividades pelo profissional de nível superior confere segurança aos técnicos e à população assistida.

Em relação aos aspectos de juridicidade, constitucionalidade e técnica legislativa, o PLC nº 3, de 2007, não merece reparos.

III – Voto

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2007.

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 03, DE 2007	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/08/2007, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA PATRÍCIA SABOYA <i>Patricia Saboya</i>	
RELATOR: SENADOR AUGUSTO BOTELHO <i>[Signature]</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO <i>[Signature]</i>	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO <i>[Signature]</i>
PATRÍCIA SABOYA (PSB)	1- FÁTIMA-CLEIDE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT) <i>[Signature]</i>	2- SERYS SLHESSARENKO(PT)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	3- EXPEDITO JÚNIOR (PR)
PAULO PAIM (PT) <i>[Signature]</i>	4- FERNANDO COLLOR (PTB)
MARCELO CRIVELLA (PRB) <i>[Signature]</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES(PSB)
INÁCIO ARRUDA (PC do B)	6- IDELI SALVATTI (PT)
JOÃO PEDRO (PT)	7- MAGNO MALTA (PT)
JOSÉ NERY (PSOL) (por cessão) <i>[Signature]</i>	8- (vago)
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
ROMERO JUCÁ	1- LEOMAR QUINTANILHA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR <i>[Signature]</i>	2- VALTER PEREIRA
GARIBALDI ALVES FILHO	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- NEUTO DE CONTO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	5- (vago)
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)
DEMÓSTENES TORRES	1- ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS <i>[Signature]</i>	2- HERÁCLITO FORTES
KÁTIA ABREU <i>[Signature]</i>	3- RAIMUNDO COLOMBO
ROSALBA CIARLINI	4- ROMEU TUMA
EDUARDO AZEREDO	5- CÍCERO LUCENA <i>[Signature]</i>
LÚCIA VÂNIA <i>[Signature]</i>	6- SÉRGIO GUERRA <i>[Signature]</i>
PAPALÉO PAES <i>[Signature]</i>	7- MARISA SERRANO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
JOÃO DURVAL	1-CRISTOVAM BUARQUE

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 715, de 2007**, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2007** (nº 1.143/2003, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal – TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal – ASB*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Resolução nº 46, de 2007**, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor total de até cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos constituirão o Segundo Empréstimo Programático para o Crescimento Sustentável com Equidade – Competitividade II;
- **Projeto de Resolução nº 47, de 2007**, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de dezesseis milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e
- **Projeto de Resolução nº 48, de 2007**, que autoriza operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor equivalente a até um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento do programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Segunda Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP).

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 10:00 horas, destinada a homenagear o Instituto Legislativo Brasileiro – ILB e o Conselho Editorial do Senado Federal pelos

dez anos de existência, e a Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis, pelo transcurso dos seis anos do início de suas atividades, de acordo com os **Requerimentos nºs 481 e 720, de 2007**, do Senador Efraim Morais e outros Senhores Senadores.

Lembra, ainda, que, de acordo com o art. 200 do Regimento Interno e conforme comunicação feita na sessão de 3 de agosto de 2005, só usarão da palavra os Líderes ou quem S. Ex^{as} indicarem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a comemorar o Dia do Corretor de Imóveis, de acordo com os **Requerimentos nºs 721 e 922, de 2007**, do Senador Adelmir Santana e outros Senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do inciso III do art. 325 do Regimento Interno, determinou a retificação do **Parecer nº 710, de 2007**, da Comissão Diretora, oferecendo a redação final das Emendas do Senado ao **Projeto de Lei da Conversão nº 23, de 2007** (Medida Provisória nº 372, de 2007), em virtude de ter sido constatado a ocorrência de erro gráfico, cuja correção não importa em alteração do sentido da matéria.

Nesses termos, a Presidência determina o envio de novos autógrafos à Câmara do Deputados.

É a seguinte a retificação:

Onde se lê:

“ANEXO AO PARECER Nº 710, DE 2007.

.....
 “Art. 6º Os arts. 1º, 15, 17 e 45 da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

.....
 ‘Art. 15. É obrigatório o registro do CDA e do WA em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizado pelo Banco Central do Brasil, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data de emissão dos títulos, no qual constará o respectivo número de controle do título, de que trata o inciso II do **caput** do art. 5º desta Lei.

.....
 § 3º Vencido o prazo de 30 (trinta) dias sem o cumprimento da providência a que se refere o **caput** deste artigo, deverá o depositante solicitar ao depositário o cancelamento

dos títulos se sua substituição por novos ou por recibo de depósito, em seu nome.’ (NR)

Leia-se

“Art. 6º Os arts. 1º, 15, 17 e 45 da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 15. É obrigatório o registro do CDA e do WA em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizado pelo Banco Central do Brasil, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data de emissão dos títulos, no qual constará o respectivo número de controle do título, de que trata o inciso II do **caput** do art. 5º desta Lei.

§ 3º Vencido o prazo de 30 (trinta) dias sem o cumprimento da providência a que se refere o **caput** deste artigo, deverá o depositante solicitar ao depositário o cancelamento dos títulos e sua substituição por novos ou por recibo de depósito, em seu nome.’ (NR)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu as seguintes manifestações sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003:

- **Ofício Circular nº 82/2007**, da Comissão para Criação dos Municípios do Sul e Sudeste do Pará; e
- **Ofício nº 149/2007**, do Deputado Federal Giovanni Queiroz.

Os expedientes serão juntados ao processado da referida matéria, que consta da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que terminou dia 24 do corrente, o prazo, sem interposição de recursos, para que os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 2, 3, 4 e 5, de 2007–CN**, fossem apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006.

Os projetos vão à promulgação e será feita comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 83, DE 2007

Altera, revoga e acresce dispositivos à Constituição, para permitir a incidência do ICMS na exportação de produtos primários e semi-elaborados e repartir o produto da arrecadação do imposto de exportação.

Às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 155 e 167 da Constituição passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 155.
§ 2º

IV – Resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis:

- a) às operações e prestações, interestaduais;
- b) às operações de exportação de produtos primários e de semi-elaborados definidos em lei complementar;

X –

a) sobre operações que destinem ao exterior produtos industrializados, excluídos os semi-elaborados definidos em lei complementar, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores;

..... (NR)”

“Art. 167.

IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158, 159 e 159-A, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

..... (NR)”

Art. 2º A Constituição passa a vigorar acrescida do seguinte art. 159-A:

“Art. 159-A. A União entregará o produto da arrecadação do imposto sobre exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos primários e de semi-elaborados definidos em lei complementar.

Parágrafo único. Os recursos serão destinados ao financiamento de programas e projetos que promovam a agregação de valor aos produtos e serviços destinados à exportação.”

Art. 3º Ficam revogados a alínea e do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição e o art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 4º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Com fulcro nos arts. 146, III, a, 150, § 7º, e 155, § 2º, II e XII da Constituição Federal (CF), o Congresso Nacional aprovou a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, conhecida como Lei Kandir, para estabelecer normas gerais sobre o imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte intermunicipal e de comunicação (ICMS).

O legislador complementar, com base na alínea e do inciso XII do § 2º do art. 155 da CF, decidiu, na oportunidade, ampliar a imunidade – concedida pelo constituinte original às operações de exportação de produtos industrializados excluídos os semi-elaborados definidos em lei complementar – a todas as mercadorias e serviços. A razão que determinou essa ofensa à autonomia dos Estados e do Distrito Federal (DF), foi a alegada necessidade de incentivar a exportação de produtos primários e semi-elaborados, para aumentar a competitividade externa desses bens não-industrializados ou de baixo valor agregado, reduzindo o déficit comercial e melhorando as contas externas.

O que não foi dito, na ocasião, é que essa medida, prejudicial às finanças dos entes subnacionais, visava, na realidade, a sustentar a política de câmbio fixo, que sobrevalorizava a nova moeda e servia de âncora para o Plano Real.

Como era natural, a Lei Kandir previu mecanismos de compensação aos entes federados pelas perdas de receita decorrentes da desoneração. Até o ano de 2001, a compensação, mesmo não sendo completa, foi satisfatória, pois os estados recuperaram, em média, 60% das perdas. A partir de 2002, à medida que as expor-

tações se expandiram vigorosamente, a recuperação das perdas caía para o baixo patamar de 22%.

A constitucionalização da desoneração dos produtos primários e semi-elaborados, pela Emenda Constitucional (EC) nº 42, de 19 de dezembro de 2003, perdeu a razão de ser por várias razões, entre as quais:

1) estava inserida no contexto da reformulação do ICMS, cujo formato seria similar ao do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) europeu, mas a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 74, de 2003 (Reforma Tributária), aprovada pelo Senado Federal, não prosperou na Câmara dos Deputados (PEC nºs 285 e 293, ambas de 2004);

2) estava vinculada ao ressarcimento aos estados exportadores. O art. 91, introduzido no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias pela EC nº 42, de 2003, fixou parâmetros mínimos e determinou que lei complementar regularia a matéria. O Poder Executivo Federal não só se recusa a encaminhar o projeto de lei correspondente como também só libera migalhas, depois de tensas negociações que se arrastam meses a fio, atrasando, temerariamente, a aprovação da lei orçamentária anual;

3) a pauta de exportações está sofrendo do mal que os economistas chamam de “primarização”, isto é, os produtos manufaturados têm perdido espaço, e hoje representam um percentual do total exportado (54%) menor que o de 1993 (61%). As matérias-primas, de pouco valor agregado, saem do Brasil, com isenção total de impostos e depois retornam sob a forma de produtos de alto valor agregado, em prejuízo do nosso desenvolvimento industrial e tecnológico;

4) por representar verdadeiro incentivo à exportação de “peso” em lugar da exportação de “valor”, em sacrifício direto da infra-estrutura portuária, rodoviária e ferroviária do País, notadamente pela sobrecarga do sistema de transporte. Os ganhos são muito poucos em relação ao esforço empreendido.

O setor externo da economia brasileira vive, hoje, uma situação extremamente favorável, diametralmente oposta àquela vivenciada na última década do século XX. Os saldos comerciais tornaram-se, estruturalmente, superavitários, tendo excedido a US\$46 bilhões em 2006. As reservas cambiais superam a US\$120 bilhões. A taxa de câmbio Real/Dólar, abaixo de R\$2,00/US\$1,00, retornou ao nível de novembro de 2000. As exportações cresceram de US\$47,7 bilhões, em 1996, a US\$137,5 bilhões em 2006, e diante da ótima per-

formance dos primeiros cinco meses, já se estima um volume superior a US\$160 bilhões em 2007.

O Brasil é o primeiro ou está entre os primeiros exportadores de muitas commodities altamente demandadas nos mercados mundiais: minério de ferro, carne, fumo, açúcar, soja, celulose, alumina etc. De importador tradicional de petróleo e combustíveis, tomamos-nos exportadores líquidos. Os lucros das grandes multinacionais brasileiras, capitaneadas pela Cia. Vale do Rio Doce e Petrobras, atingem valores estratosféricos. Mas a principal fonte dessa riqueza, o minério, “não dá duas safras”. Vejamos o exemplo do manganês, extraído por décadas da Serra do Navio. A mina esgotou-se; no lugar da serra ficou o buraco; a economia amapaense não se diversificou e o Estado não se industrializou.

A nova situação econômica brasileira e internacional permite a tributação de muitos produtos primários e semi-elaborados. A assertiva de que “não se tributam exportações” é um dogma que se aplica aos produtos manufaturados, mas não aos produtos básicos, sobretudo àqueles em que o Brasil ocupa uma posição dominante ou de elevada competitividade.

O minério de ferro é um deles: nos últimos doze meses, a média diária de exportação subiu 111%, de US\$ 22,00 milhões para US\$46,72 milhões.

A PEC, que ora submetemos à apreciação do Congresso Nacional, visa a dar início à solução de vários problemas. Em primeiro lugar, permitirá o fim do impasse entre a União e os Estados exportadores, criado pela falta de disposição daquela de compensar, adequadamente, as perdas de receita provocadas pela desnecessária imunidade. Em segundo lugar, estimulará os Estados agromi-

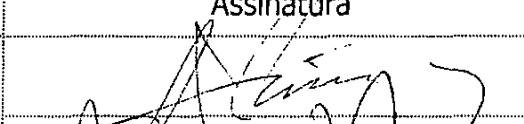
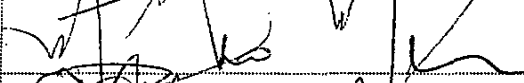
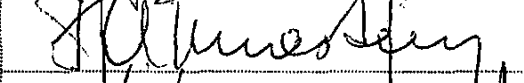
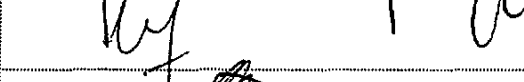

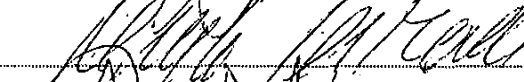

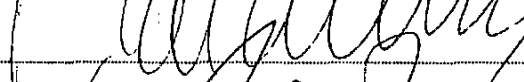

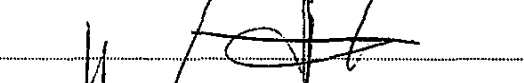
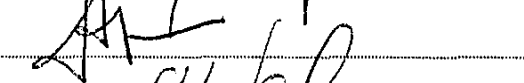
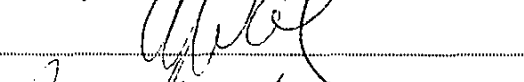
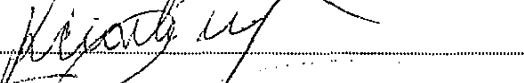
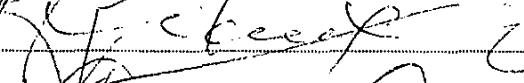
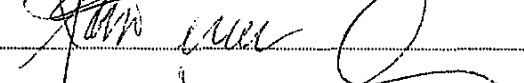
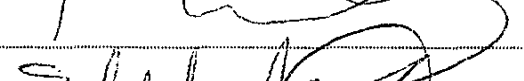
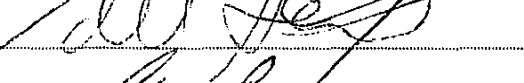
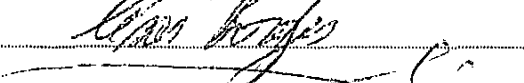
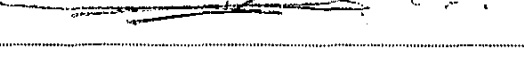
neroexportadores a agregarem valor a essas exportações, pois disporão de recursos, seja do ICMS, seja do imposto de exportação, cuja receita lhes é redirecionada.

Importa ressaltar que, se por um lado a proposição não mais permite que a União edite lei complementar para desonerar a exportação dos referidos produtos, por outro lado, mantém a competência de os próprios Estados fazê-lo, como no passado, por meio de convênio. Ademais, é esta Casa que detém a competência para fixar a alíquota do ICMS na exportação, a teor do inciso IV do § 2º do art. 155 da CF, ora adaptado, e saberá fazê-lo, de modo a compatibilizar os interesses dos Estados e do setor exportador.

O Senado Federal, como representante das unidades federadas, negociará permanentemente com o Poder Executivo se deve tributar, o que tributar, quando e como fazê-lo. Hoje, o Senado e os Estados estão impedidos de aplicar o ICMS nas exportações; a União, que dispõe do imposto de exportação, inexplicavelmente, não o utiliza. A PEC estabelece a possibilidade de utilização do imposto estadual, mantendo o imposto federal. São dois instrumentos fiscais que, aplicados de forma harmônica e articulada entre os Estados, o Senado Federal e o Governo Federal, ajudarão a melhorar o perfil das exportações brasileiras.

Finalmente, a presente proposta enquadra-se como uma “estratégia fiscal de desenvolvimento” para o Brasil.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2007. – Senador **Marcelo Crivela**.

Ordem	Assinatura	Nome
1.		ADHEMIR SANTANA
2.		MAGNO MALTA
3.		NETO AZEITE
4.		GIL ROGÉRIO
5.		VALDIR RAUPP
6.		RENATO CASAGRANDE
7.		SÉRGIO JUREMA
8.		JARBAS VASCONCELOS
9.		PAULO DUARTE
10.		ALMEIDA LIMA
11.		GIL MESQUITA JR.
12.		ANTÔNIO C. VALADARES
13.		ROSALVA
14.		GARIBALDI
15.		LIMA
16.		HERACLITO FAJARDO
17.		IVELISE MATTI
18.		CÉSAR BORGES
19.		MAZARIVO

20.	WOLIN ORON Skellens	
21.		EDUARDO AZEVEDO
22.	Aguiar	JOSE MEY
23.		AUGUSTO BOTEUAD
24.		Duque
25.	ALVARO COELHO	Leandro
26.		EDISON LOBATO
27.		Jaime Camp
28.		Antônio
29.		FELIX RIBEIRO
30.	STENIO AGUIAR	
31.		Franzini
32.		

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção IV

Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

II – a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação:

a) não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;

b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;

IV – resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação;

X – não incidirá:

a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

b) sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica;

c) sobre o ouro, nas hipóteses definidas no art. 153, § 5º;

d) nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

XII – cabe à lei complementar:

- a)** definir seus contribuintes;
- b)** dispor sobre substituição tributária;
- c)** disciplinar o regime de compensação do imposto;

d) fixar, para efeito de sua cobrança e definição do estabelecimento responsável, o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços;

e) excluir da incidência do imposto, nas exportações para o exterior, serviços e outros produtos além dos mencionados no inciso X, **a**

f) prever casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro Estado e exportação para o exterior, de serviços e de mercadorias;

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

h) definir os combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade, hipótese em que não se aplicará o disposto no inciso X, **b**; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

i) fixar a base de cálculo, de modo que o montante do imposto a integre, também na importação do exterior de bem, mercadoria ou serviço. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

Art. 167. São vedados:

IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições

financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômica prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, **c**, do referido parágrafo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 44 de 2004)

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

Art. 91. A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal o montante definido em lei complementar, de acordo com critérios, prazos e condições nela determinados, podendo considerar as exportações para o exterior de produtos primários e semi-elaborados, a relação entre as exportações e as importações, os créditos decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente e a efetiva manutenção e aproveitamento do crédito do imposto a que se refere o art. 155, § 2º, X, a. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

§ 1º Do montante de recursos que cabe a cada Estado, setenta e cinco por cento pertencem ao próprio Estado, e vinte e cinco por cento, aos seus Municípios, distribuídos segundo os critérios a que se refere o art. 158, parágrafo único, da Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

§ 2º A entrega de recursos prevista neste artigo perdurará, conforme definido em lei complementar, até que o imposto a que se refere o art. 155, II, tenha o produto de sua arrecadação destinado predominantemente, em proporção não inferior a oitenta por cento, ao Estado onde ocorrer o consumo das mercadorias, bens ou serviços. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

§ 3º Enquanto não for editada a lei complementar de que trata o **caput**, em substituição ao sistema de entrega de recursos nele previsto, permanecerá vigente o sistema de entrega de recursos previsto no art. 31 e Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, com a redação dada pela Lei

Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42 de 19-12-2003)

§ 4º Os Estados e o Distrito Federal deverão apresentar à União, nos termos das instruções baixadas pelo Ministério da Fazenda, as informações relativas ao imposto de que trata o art. 155, II, declaradas pelos contribuintes que realizarem operações ou prestações com destino ao exterior. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

Art. 146. Cabe à lei complementar:

III – estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

a) definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;

Seção II

Das Limitações do Poder de Tributar

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

§ 7º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

EMENDA CONSTITUCIONAL

Nº 42, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003.

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os artigos da Constituição a seguir enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 37

XXII – as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

..... (NR)

“Art. 52

XV – avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

..... (NR)

“Art. 146

III –

d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13, e da contribuição a que se refere o art. 239.

Parágrafo único. A lei complementar de que trata o inciso III, d, também poderá instituir um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado que:

I – será opcional para o contribuinte;

II – poderão ser estabelecidas condições de enquadramento diferenciadas por Estado;

III – o recolhimento será unificado e centralizado e a distribuição da parcela de recursos pertencentes aos respectivos entes federados será imediata, vedada qualquer retenção ou condicionamento;

IV – a arrecadação, a fiscalização e a cobrança poderão ser compartilhadas pelos entes federados, adotado cadastro nacional único de contribuintes.” (NR)

“Art. 146-A. Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação,

com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência da União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.”

“Art. 149.
 § 2º
 II – incidirão também sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços;
 ” (NR)

“Art. 150.
 III –
 c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;

.....
 § 1º A vedação do inciso III, b, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, c, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I.

..... ” (NR)

“Art. 153.
 § 3º
 IV – terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei.

§ 4º O imposto previsto no inciso VI do **caput**:

I – será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas;

II – não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel;

III – será fiscalizado e cobrado pelos municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

..... ” (NR)

“Art. 155.
 § 2º
 X –

a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores;

.....
 d) nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita;

§ 6º O imposto previsto no inciso III:

I – terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal;

II – poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização.”

..... (NR)

“Art. 158

II – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III;

..... ”(NR)

“Art. 159

.....
 III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, vinte e cinco por cento para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que refere o inciso II, c, do referido parágrafo.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso.” (NR)

“Art. 167

IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

..... ”(NR)

“Art. 170.

VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o

impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;
.....” (NR)

“Art. 195

IV – do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

§ 12 A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes na forma dos incisos I, **b**; e IV do **caput**, serão não-cumulativas.

§ 13 Aplica-se o disposto no § 12 inclusive na hipótese de substituição gradual, total ou parcial, da contribuição incidente na forma do inciso I, **a**, pela incidente sobre a receita ou o faturamento.”(NR)

“Art. 204

Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular o programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I – despesas com pessoal e encargos sociais;

II – serviço da dívida;

III – qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.”(NR)

“Art. 216

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I – despesas com pessoal e encargos sociais;

II – serviço da dívida;

III – qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.” (NR)

Art. 2º Os artigos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a seguir enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 76. É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, no período de 2003 a 2007, vinte por cento da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados no referido período, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo não reduzirá a base de cálculo das transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios na forma dos arts. 153, § 5º; 157, I; 158, I e II; e 159, I, **a** e **b**; e II, da Constituição, bem como a base de cálculo das destinações a que se refere o art. 159, I, **c**, da Constituição.

.....” (NR)

“Art. 82

§ 1º Para o financiamento dos Fundos Estaduais e Distrital, poderá ser criado adicional de até dois pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, sobre os produtos e serviços supérfluos e nas condições definidas na lei complementar de que trata o art. 155, § 2º, XII, da Constituição, não se aplicando, sobre este percentual, o disposto no art. 158, IV, da Constituição.

.....” (NR)

“Art. 83. Lei federal definirá os produtos e serviços supérfluos a que se referem os arts. 80, II, e 82, § 2º.”(NR)

Art. 3º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos:

“Art. 90. O prazo previsto no **caput** do art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias fica prorrogado até 31 de dezembro de 2007.

§ 1º Fica prorrogada, até a data referida no **caput** deste artigo, a vigência da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, e suas alterações.

§ 2º Até a data referida no **caput** deste artigo, a alíquota da contribuição de que trata o art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será de trinta e oito centésimos por cento.”

“Art. 91. A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal o montante definido em lei complementar, de acordo com critérios, prazos e condições nela determinados, podendo considerar as exportações para o exterior de produtos primários e semi-elaborados, a relação entre as exportações e as importações, os créditos decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente e a efetiva manutenção e aproveitamento do crédito do imposto a que se refere o art. 155, § 2º, X, **a**.

§ 1º Do montante de recursos que cabe a cada Estado, setenta e cinco por cento per-

tencem ao próprio Estado, e vinte e cinco por cento, aos seus Municípios, distribuídos segundo os critérios a que se refere o art. 158, parágrafo único, da Constituição.

§ 2º A entrega de recursos prevista neste artigo perdurará, conforme definido em lei complementar, até que o imposto a que se refere o art. 155, II, tenha o produto de sua arrecadação destinado predominantemente, em proporção não inferior a oitenta por cento, ao Estado onde ocorrer o consumo das mercadorias, bens ou serviços.

§ 3º Enquanto não for editada a lei complementar de que trata o **caput**, em substituição ao sistema de entrega de recursos nele previsto, permanecerá vigente o sistema de entrega de recursos previsto no art. 31 e Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, com a redação dada pela Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002.

§ 4º Os Estados e o Distrito Federal deverão apresentar à União, nos termos das instruções baixadas pelo Ministério da Fazenda, as informações relativas ao imposto de que trata o art. 155, II, declaradas pelos contribuintes que realizarem operações ou prestações com destino ao exterior.”

“Art. 92. São acrescidos dez anos ao prazo fixado no art. 40 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.”

“Art. 93. A vigência do disposto no art. 159, III, e § 4º, iniciará somente após a edição da lei de que trata o referido inciso III.”

“Art. 94. Os regimes especiais de tributação para microempresas e empresas de pequeno porte próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios cessarão a partir da entrada em vigor do regime previsto no art. 146, III, **d**, da Constituição.”

Art. 4º Os adicionais criados pelos Estados e pelo Distrito Federal até a data da promulgação desta Emenda, naquilo em que estiverem em desacordo com o previsto nesta Emenda, na Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000, ou na lei complementar de que trata o art. 155, § 2º, XII, da Constituição, terão vigência, no máximo, até o prazo previsto no art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 5º O Poder Executivo, em até sessenta dias contados da data da promulgação desta Emenda, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei, sob

o regime de urgência constitucional, que disciplinará os benefícios fiscais para a capacitação do setor de tecnologia da informação, que vigerão até 2019 nas condições que estiverem em vigor no ato da aprovação desta Emenda.

Art. 6º Fica revogado o inciso II do § 3º do art. 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

LEI COMPLEMENTAR

Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996

Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (Lei Kandir)

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

Art. 2º O imposto incide sobre:

I – operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;

II – prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;

III – prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;

IV – fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos municípios;

V – fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.

§ 1º O imposto incide também:

I – sobre a entrada de mercadoria ou bem importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade; (Redação dada pela Lei nº 114, de 16-12-2002)

II – sobre o serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;

III – sobre a entrada, no território do Estado destinatário, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou à industrialização, decorrentes de operações interestaduais, cabendo o imposto ao Estado onde estiver localizado o adquirente.

§ 2º A caracterização do fato gerador independe da natureza jurídica da operação que o constitua.

Art. 3º O imposto não incide sobre:

I – operações com livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão;

II – operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, ou serviços;

III – operações interestaduais relativas a energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização;

IV – operações com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial;

V – operações relativas a mercadorias que tenham sido ou que se destinem a ser utilizadas na prestação, pelo próprio autor da saída, de serviço de qualquer natureza definido em lei complementar como sujeito ao imposto sobre serviços, de competência dos municípios, ressalvadas as hipóteses previstas na mesma lei complementar;

VI – operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de propriedade de estabelecimento industrial, comercial ou de outra espécie;

VII – operações decorrentes de alienação fiduciária em garantia, inclusive a operação efetuada pelo credor em decorrência do inadimplemento do devedor;

VIII – operações de arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário;

IX – operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de bens móveis salvados de sinistro para companhias seguradoras.

Parágrafo único. Equipara-se às operações de que trata o inciso II a saída de mercadoria realizada com o fim específico de exportação para o exterior, destinada a:

I – empresa comercial exportadora, inclusive **tradings** ou outro estabelecimento da mesma empresa;

II – armazém alfandegado ou entreposto aduaneiro.

Art. 4º Contribuinte é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de

circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

Parágrafo único. É também contribuinte a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial: (Redação dada pela Lei nº 114, de 16-12-2002)

I – importe mercadorias ou bens do exterior, qualquer que seja a sua finalidade; (Redação dada pela Lei nº 114, de 16-12-2002)

II – seja destinatária de serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;

III – adquira em licitação mercadorias ou bens apreendidos ou abandonados; (Redação dada pela Lei nº 114, de 16-12-2002)

IV – adquira lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo e energia elétrica oriundos de outro Estado, quando não destinados à comercialização ou à industrialização. (Redação dada pela LCP nº 102, de 11-7-2000)

Art. 5º Lei poderá atribuir a terceiros a responsabilidade pelo pagamento do imposto e acréscimos devidos pelo contribuinte ou responsável, quando os atos ou omissões daqueles concorrerem para o não recolhimento do tributo.

Art. 6º lei estadual poderá atribuir a contribuinte do imposto ou a depositário a qualquer título a responsabilidade pelo seu pagamento, hipótese em que assumirá a condição de substituto tributário. (Redação dada pela LCP nº 114, de 16-12-2002)

§ 1º A responsabilidade poderá ser atribuída em relação ao imposto incidente sobre uma ou mais operações ou prestações, sejam antecedentes, concomitantes ou subseqüentes, inclusive ao valor decorrente da diferença entre alíquotas interna e interestadual nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, que seja contribuinte do imposto.

§ 2º A atribuição de responsabilidade dar-se-á em relação a mercadorias, bens ou serviços previstos em lei de cada Estado. (Redação dada pela LCP nº 114, de 16-12-2002)

Art. 7º Para efeito de exigência do imposto por substituição tributária, inclui-se, também, como fato gerador do imposto, a entrada de mercadoria ou bem no estabelecimento do adquirente ou em outro por ele indicado.

Art. 8º A base de cálculo, para fins de substituição tributária, será:

I – em relação às operações ou prestações antecedentes ou concomitantes, o valor da operação ou prestação praticado pelo contribuinte substituído;

II – em relação às operações ou prestações subseqüentes, obtida pelo somatório das parcelas seguintes:

a) o valor da operação ou prestação própria realizada pelo substituto tributário ou pelo substituído intermediário;

b) o montante dos valores de seguro, de frete e de outros encargos cobrados ou transferíveis aos adquirentes ou tomadores de serviço;

c) a margem de valor agregado, inclusive lucro, relativa às operações ou prestações subseqüentes.

§ 1º Na hipótese de responsabilidade tributária em relação às operações ou prestações antecedentes, o imposto devido pelas referidas operações ou prestações será pago pelo responsável, quando:

I – da entrada ou recebimento da mercadoria, do bem ou do serviço; (Redação dada pela LCP nº 114, de 16-12-2002)

II – da saída subseqüente por ele promovida, ainda que isenta ou não tributada;

III – ocorrer qualquer saída ou evento que impossibilite a ocorrência do fato determinante do pagamento do imposto.

§ 2º Tratando-se de mercadoria ou serviço cujo preço final a consumidor, único ou máximo, seja fixado por órgão público competente, a base de cálculo do imposto, para fins de substituição tributária, é o referido preço por ele estabelecido.

§ 3º Existindo preço final a consumidor sugerido pelo fabricante ou importador, poderá a lei estabelecer como base de cálculo este preço.

§ 4º A margem a que se refere a alínea **c** do inciso II do **caput** será estabelecida com base em preços usualmente praticados no mercado considerado, obtidos por levantamento, ainda que por amostragem ou através de informações e outros elementos fornecidos por entidades representativas dos respectivos setores, adotando-se a média ponderada dos preços coletados, devendo os critérios para sua fixação ser previstos em lei.

§ 5º O imposto a ser pago por substituição tributária, na hipótese do inciso II do **caput**, corresponderá à diferença entre o valor resultante da aplicação da alíquota prevista para as operações ou prestações internas do Estado de destino sobre a respectiva base de cálculo e o valor do imposto devido pela operação ou prestação própria do substituto.

§ 6º Em substituição ao disposto no inciso II do **caput**, a base de cálculo em relação às operações ou prestações subseqüentes poderá ser o preço a consumidor final usualmente praticado no mercado considerado, relativamente ao serviço, à mercadoria ou sua similar, em condições de livre concorrência, ado-

tando-se para sua apuração as regras estabelecidas no § 4º deste artigo. (Redação dada pela LCP nº 114, de 16-12-2002)

Art. 9º A adoção do regime de substituição tributária em operações interestaduais dependerá de acordo específico celebrado pelos Estados interessados.

§ 1º A responsabilidade a que se refere o art. 6º poderá ser atribuída:

I – ao contribuinte que realizar operação interestadual com petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, em relação às operações subseqüentes;

II – às empresas geradoras ou distribuidoras de energia elétrica, nas operações internas e interestaduais, na condição de contribuinte ou de substituto tributário, pelo pagamento do imposto, desde a produção ou importação até a última operação, sendo seu cálculo efetuado sobre o preço praticado na operação final, assegurado seu recolhimento ao Estado onde deva ocorrer essa operação.

§ 2º Nas operações interestaduais com as mercadorias de que tratam os incisos I e II do parágrafo anterior, que tenham como destinatário consumidor final, o imposto incidente na operação será devido ao Estado onde estiver localizado o adquirente e será pago pelo remetente.

Art. 10. É assegurado ao contribuinte substituído o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar.

§ 1º Formulado o pedido de restituição e não havendo deliberação no prazo de noventa dias, o contribuinte substituído poderá se creditar, em sua escrita fiscal, do valor objeto do pedido, devidamente atualizado segundo os mesmos critérios aplicáveis ao tributo.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, sobrevindo decisão contrária irrecurável, o contribuinte substituído, no prazo de quinze dias da respectiva notificação, procederá ao estorno dos créditos lançados, também devidamente atualizados, com o pagamento dos acréscimos legais cabíveis.

Art. 11. O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é:

I – tratando-se de mercadoria ou bem:

a) o do estabelecimento onde se encontre, no momento da ocorrência do fato gerador;

b) onde se encontre, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhado de documentação inidônea, como dispuser a legislação tributária;

c) o do estabelecimento que transfira a propriedade, ou o título que a represente, de mercadoria por ele adquirida no País e que por ele não tenha transitado;

d) importado do exterior, o do estabelecimento onde ocorrer a entrada física;

e) importado do exterior, o do domicílio do adquirente, quando não estabelecido;

f) aquele onde seja realizada a licitação, no caso de arrematação de mercadoria ou bem importados do exterior e apreendidos ou abandonados; (Redação dada pela LCP nº 114, de 16-12-2002)

g) o do Estado onde estiver localizado o adquirente, inclusive consumidor final, nas operações interestaduais com energia elétrica e petróleo, lubrificantes e combustíveis dele derivados, quando não destinados à industrialização ou à comercialização;

h) o do Estado de onde o ouro tenha sido extraído, quando não considerado como ativo financeiro ou instrumento cambial;

i) o de desembarque do produto, na hipótese de captura de peixes, crustáceos e moluscos;

II – tratando-se de prestação de serviço de transporte:

a) onde tenha início a prestação;

b) onde se encontre o transportador, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhada de documentação inidônea, como dispuser a legislação tributária;

c) o do estabelecimento destinatário do serviço, na hipótese do inciso XIII do art. 12 e para os efeitos do § 3º do art. 13;

III – tratando-se de prestação onerosa de serviço de comunicação:

a) o da prestação do serviço de radiodifusão sonora e de som e imagem, assim entendido o da geração, emissão, transmissão e retransmissão, repetição, ampliação e recepção;

b) o do estabelecimento da concessionária ou da permissionária que forneça ficha, cartão, ou semelhantes com que o serviço é pago;

c) o do estabelecimento destinatário do serviço, na hipótese e para os efeitos do inciso XIII do art. 12;

c-1) o do estabelecimento ou domicílio do tomador do serviço, quando prestado por meio de satélite; (Alínea incluída pela LCP nº 102, de 11-7-2000)

d) onde seja cobrado o serviço, nos demais casos;

IV – tratando-se de serviços prestados ou iniciados no exterior, o do estabelecimento ou do domicílio do destinatário.

§ 1º O disposto na alínea **c** do inciso I não se aplica às mercadorias recebidas em regime de depósito de contribuinte de Estado que não o do depositário.

§ 2º Para os efeitos da alínea **h** do inciso I, o ouro, quando definido como ativo financeiro ou instrumento cambial, deve ter sua origem identificada.

§ 3º Para efeito desta lei complementar, estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam suas atividades em caráter temporário ou permanente, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias, observado, ainda, o seguinte:

I – na impossibilidade de determinação do estabelecimento, considera-se como tal o local em que tenha sido efetuada a operação ou prestação, encontrada a mercadoria ou constatada a prestação;

II – é autônomo cada estabelecimento do mesmo titular;

III – considera-se também estabelecimento autônomo o veículo usado no comércio ambulante e na captura de pescado;

IV – respondem pelo crédito tributário todos os estabelecimentos do mesmo titular.

§ 4º (VETADO)

§ 5º Quando a mercadoria for remetida para armazém geral ou para depósito fechado do próprio contribuinte, no mesmo estado, a posterior saída considerar-se-á ocorrida no estabelecimento do depositante, salvo se para retornar ao estabelecimento remetente.

§ 6º Na hipótese do inciso III do **caput** deste artigo, tratando-se de serviços não medidos, que envolvam localidades situadas em diferentes unidades da Federação e cujo preço seja cobrado por períodos definidos, o imposto devido será recolhido em partes iguais para as unidades da Federação onde estiverem localizados o prestador e o tomador. (Parágrafo incluído pela LCP nº 102, de 11-7-2000)

Art. 12. Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento:

I – da saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte, ainda que para outro estabelecimento do mesmo titular;

II – do fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias por qualquer estabelecimento;

III – da transmissão a terceiro de mercadoria depositada em armazém geral ou em depósito fechado, no estado do transmitente;

IV – da transmissão de propriedade de mercadoria, ou de título que a represente, quando a mercadoria não tiver transitado pelo estabelecimento transmissor;

V – do início da prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, de qualquer natureza;

VI – do ato final do transporte iniciado no exterior;

VII – das prestações onerosas de serviços de comunicação, feita por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;

VIII – do fornecimento de mercadoria com prestação de serviços:

a) não compreendidos na competência tributária dos municípios;

b) compreendidos na competência tributária dos municípios e com indicação expressa de incidência do imposto de competência estadual, como definido na lei complementar aplicável;

IX – do desembaraço aduaneiro de mercadorias ou bens importados do exterior; (Redação dada pela LCP nº 114, de 16-12-2002)

X – do recebimento, pelo destinatário, de serviço prestado no exterior;

XI – da aquisição em licitação pública de mercadorias ou bens importados do exterior e apreendidos ou abandonados; (Redação dada pela LCP nº 114, de 16-12-2002)

XII – da entrada no território do estado de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo e energia elétrica oriundos de outro estado, quando não destinados à comercialização ou à industrialização; (Redação dada pela LCP nº 102, de 11-7-2000)

XIII – da utilização, por contribuinte, de serviço cuja prestação se tenha iniciado em outro estado e não esteja vinculada a operação ou prestação subsequente.

§ 1º Na hipótese do inciso VII, quando o serviço for prestado mediante pagamento em ficha, cartão ou assemelhados, considera-se ocorrido o fato gerador do imposto quando do fornecimento desses instrumentos ao usuário.

§ 2º Na hipótese do inciso IX, após o desembaraço aduaneiro, a entrega, pelo depositário, de mercadoria ou bem importados do exterior deverá ser autorizada pelo órgão responsável pelo seu desembaraço, que somente se fará mediante a exibição do comprovante de pagamento do imposto incidente no ato do despacho aduaneiro, salvo disposição em contrário.

§ 3º Na hipótese de entrega de mercadoria ou bem importados do exterior antes do desembaraço aduaneiro, considera-se ocorrido o fato gerador neste momento, devendo a autoridade responsável, salvo disposição em contrário, exigir a comprovação do pagamento do imposto. (Incluído pela LCP nº 114, de 16-12-2002)

Art. 13. A base de cálculo do imposto é:

I – na saída de mercadoria prevista nos incisos I, III e IV do art. 12, o valor da operação;

II – na hipótese do inciso II do art. 12, o valor da operação, compreendendo mercadoria e serviço;

III – na prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, o preço do serviço;

IV – no fornecimento de que trata o inciso VIII do art. 12;

a) o valor da operação, na hipótese da alínea a;

b) o preço corrente da mercadoria fornecida ou empregada, na hipótese da alínea b;

V – na hipótese do inciso IX do art. 12, a soma das seguintes parcelas:

a) o valor da mercadoria ou bem constante dos documentos de importação, observado o disposto no art. 14;

b) imposto de importação;

c) imposto sobre produtos industrializados;

d) imposto sobre operações de câmbio;

~~e) quaisquer despesas aduaneiras;~~

e) quaisquer outros impostos, taxas, contribuições e despesas aduaneiras; (Redação dada pela LCP nº 114, de 16-12-2002)

VI – na hipótese do inciso X do art. 12, o valor da prestação do serviço, acrescido, se for o caso, de todos os encargos relacionados com a sua utilização;

VII – no caso do inciso XI do art. 12, o valor da operação acrescido do valor dos impostos de importação e sobre produtos industrializados e de todas as despesas cobradas ou debitadas ao adquirente;

VIII – na hipótese do inciso XII do art. 12, o valor da operação de que decorrer a entrada;

IX – na hipótese do inciso XIII do art. 12, o valor da prestação no Estado de origem.

§ 1º Integra a base de cálculo do imposto, inclusive na hipótese do inciso V do caput deste artigo: (Redação dada pela LCP nº 114 de 16-12-2002)

I – o montante do próprio imposto, constituindo o respectivo destaque mera indicação para fins de controle;

II – o valor correspondente a:

seguros, juros e demais importâncias pagas, recebidas ou debitadas, bem como descontos concedidos sob condição;

b) frete, caso o transporte seja efetuado pelo próprio remetente ou por sua conta e ordem e seja cobrado em separado.

§ 2º Não integra a base de cálculo do imposto o montante do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à

comercialização, configurar fato gerador de ambos os impostos.

§ 3º No caso do inciso IX, o imposto a pagar será o valor resultante da aplicação do percentual equivalente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, sobre o valor ali previsto.

§ 4º Na saída de mercadoria para estabelecimento localizado em outro Estado, pertencente ao mesmo titular, a base de cálculo do imposto é:

I – o valor correspondente à entrada mais recente da mercadoria;

II – o custo da mercadoria produzida, assim entendida a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão-de-obra e acondicionamento;

III – tratando-se de mercadorias não industrializadas, o seu preço corrente no mercado atacadista do estabelecimento remetente.

§ 5º Nas operações e prestações interestaduais entre estabelecimentos de contribuintes diferentes, caso haja reajuste do valor depois da remessa ou da prestação, a diferença fica sujeita ao imposto no estabelecimento do remetente ou do prestador.

Art. 14. O preço de importação expresso em moeda estrangeira será convertido em moeda nacional pela mesma taxa de câmbio utilizada no cálculo do imposto de importação, sem qualquer acréscimo ou devolução posterior se houver variação da taxa de câmbio até o pagamento efetivo do preço.

Parágrafo único. O valor fixado pela autoridade aduaneira para base de cálculo do imposto de importação, nos termos da lei aplicável, substituirá o preço declarado.

Art. 15. Na falta do valor a que se referem os incisos I e VIII do art. 13, a base de cálculo do imposto é:

I – o preço corrente da mercadoria, ou de seu similar, no mercado atacadista do local da operação ou, na sua falta, no mercado atacadista regional, caso o remetente seja produtor, extrator ou gerador, inclusive de energia;

II – o preço FOB estabelecimento industrial à vista, caso o remetente seja industrial;

III – o preço FOB estabelecimento comercial à vista, na venda a outros comerciantes ou industriais, caso o remetente seja comerciante.

§ 1º Para aplicação dos incisos II e III do **caput**, adotar-se-á sucessivamente:

I – o preço efetivamente cobrado pelo estabelecimento remetente na operação mais recente;

II – caso o remetente não tenha efetuado venda de mercadoria, o preço corrente da mercadoria ou de seu similar no mercado atacadista do local da operação ou, na falta deste, no mercado atacadista regional.

§ 2º Na hipótese do inciso III do **caput**, se o estabelecimento remetente não efetue vendas a outros comerciantes ou industriais ou, em qualquer caso, se não houver mercadoria similar, a base de cálculo será equivalente a setenta e cinco por cento do preço de venda corrente no varejo.

Art. 16. Nas prestações sem preço determinado, a base de cálculo do imposto é o valor corrente do serviço, no local da prestação.

Art. 17. Quando o valor do frete, cobrado por estabelecimento pertencente ao mesmo titular da mercadoria ou por outro estabelecimento de empresa que com aquele mantenha relação de interdependência, exceder os níveis normais de preços em vigor, no mercado local, para serviço semelhante, constantes de tabelas elaboradas pelos órgãos competentes, o valor excedente será havido como parte do preço da mercadoria.

Parágrafo único. Considerar-se-ão interdependentes duas empresas quando:

I – uma delas, por si, seus sócios ou acionistas, e respectivos cônjuges ou filhos menores, for titular de mais de cinquenta por cento do capital da outra;

II – uma mesma pessoa fizer parte de ambas, na qualidade de diretor, ou sócio com funções de gerência, ainda que exercidas sob outra denominação;

III – uma delas locar ou transferir a outra, a qualquer título, veículo destinado ao transporte de mercadorias.

Art. 18. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de mercadorias, bens, serviços ou direitos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrar aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

Art. 19. O imposto é não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou por outro estado.

Art. 20. Para a compensação a que se refere o artigo anterior, é assegurado ao sujeito passivo o direito de creditar-se do imposto anteriormente cobrado em operações de que tenha resultado a entrada de mercadoria, real ou simbólica, no estabelecimento, inclusive a destinada ao seu uso ou consumo ou ao ativo permanente, ou o recebimento de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou de comunicação.

§ 1º Não dão direito a crédito as entradas de mercadorias ou utilização de serviços resultantes de operações ou prestações isentas ou não tributadas, ou que se refiram a mercadorias ou serviços alheios à atividade do estabelecimento.

§ 2º Salvo prova em contrário, presumem-se alheios à atividade do estabelecimento os veículos de transporte pessoal.

§ 3º É vedado o crédito relativo a mercadoria entrada no estabelecimento ou a prestação de serviços a ele feita:

I – para integração ou consumo em processo de industrialização ou produção rural, quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto, exceto se tratar-se de saída para o exterior;

II – para comercialização ou prestação de serviço, quando a saída ou a prestação subsequente não forem tributadas ou estiverem isentas do imposto, exceto as destinadas ao exterior.

§ 4º Deliberação dos estados, na forma do art. 28, poderá dispor que não se aplique, no todo ou em parte, a vedação prevista no parágrafo anterior.

§ 5º Para efeito do disposto no **caput** deste artigo, relativamente aos créditos decorrentes de entrada de mercadorias no estabelecimento destinadas ao ativo permanente, deverá ser observado: (Redação dada pela LCP nº 102, de 11-7-2000)

I – a apropriação será feita à razão de 1/48 (um quarenta e oito avos) por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento; (Inciso Incluído pela LCP nº 102, de 11-7-2000)

II – em cada período de apuração do imposto, não será admitido o creditamento de que trata o inciso I, em relação à proporção das operações de saídas ou prestações isentas ou não tributadas sobre o total das operações de saídas ou prestações efetuadas no mesmo período; (Inciso Incluído pela LCP nº 102, de 11-7-2000)

III – para aplicação do disposto nos incisos I e II deste parágrafo, o montante do crédito a ser apropriado será obtido multiplicando-se o valor total do respectivo crédito pelo fator igual a 1/48 (um quarenta e oito avos) da relação entre o valor das operações de saídas e prestações tributadas e o total das operações de saídas e prestações do período, equiparando-se às tributadas, para fins deste inciso, as saídas e prestações com destino ao exterior ou as saídas de papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos; (Redação dada pela Lei Complementar nº 120, de 2005)

IV – o quociente de 1/48 (um quarenta e oito avos) será proporcionalmente aumentado ou diminuído, **pro**

rata die, caso o período de apuração seja superior ou inferior a um mês; (Inciso Incluído pela LCP nº 102, de 11-7-2000)

V – na hipótese de alienação dos bens do ativo permanente, antes de decorrido o prazo de quatro anos contado da data de sua aquisição, não será admitido, a partir da data da alienação, o creditamento de que trata este parágrafo em relação à fração que corresponderia ao restante do quadriênio; (Inciso Incluído pela LCP nº 102, de 11-7-2000)

VI – serão objeto de outro lançamento, além do lançamento em conjunto com os demais créditos, para efeito da compensação prevista neste artigo e no art. 19, em livro próprio ou de outra forma que a legislação determinar, para aplicação do disposto nos incisos I a V deste parágrafo; e (Inciso Incluído pela LCP nº 102, de 11-7-2000)

VII – ao final do quadragésimo oitavo mês contado da data da entrada do bem no estabelecimento, o saldo remanescente do crédito será cancelado. (Inciso Incluído pela LCP nº 102, de 11-7-2000)

§ 6º Operações tributadas, posteriores a saídas de que trata o § 3º, dão ao estabelecimento que as praticar direito a creditar-se do imposto cobrado nas operações anteriores às isentas ou não tributadas sempre que a saída isenta ou não tributada seja relativa a:

I – produtos agropecuários;

II – quando autorizado em lei estadual, outras mercadorias.

Art. 21. O sujeito passivo deverá efetuar o estorno do imposto de que se tiver creditado sempre que o serviço tomado ou a mercadoria entrada no estabelecimento:

I – for objeto de saída ou prestação de serviço não tributada ou isenta, sendo esta circunstância imprevisível na data da entrada da mercadoria ou da utilização do serviço;

II – for integrada ou consumida em processo de industrialização, quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto;

III – vier a ser utilizada em fim alheio à atividade do estabelecimento;

IV – vier a perecer, deteriorar-se ou extraviar-se.

§ 2º Não se estornam créditos referentes a mercadorias e serviços que venham a ser objeto de operações ou prestações destinadas ao exterior ou de operações com o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 120, de 2005)

§ 3º O não creditamento ou o estorno a que se referem o § 3º do art. 20 e o **caput** deste artigo, não impedem a utilização dos mesmos créditos em opera-

ções posteriores, sujeitas ao imposto, com a mesma mercadoria.

Art. 22. (VETADO)

Art. 23. O direito de crédito, para efeito de compensação com débito do imposto, reconhecido ao estabelecimento que tenha recebido as mercadorias ou para o qual tenham sido prestados os serviços, está condicionado à idoneidade da documentação e, se for o caso, à escrituração nos prazos e condições estabelecidos na legislação.

Parágrafo único. O direito de utilizar o crédito extingue-se depois de decorridos cinco anos contados da data de emissão do documento.

Art. 24. A legislação tributária estadual disporá sobre o período de apuração do imposto. As obrigações consideram-se vencidas na data em que termina o período de apuração e são liquidadas por compensação ou mediante pagamento em dinheiro como disposto neste artigo:

I – as obrigações consideram-se liquidadas por compensação até o montante dos créditos escriturados no mesmo período mais o saldo credor de período ou períodos anteriores, se for o caso;

II – se o montante dos débitos do período superar o dos créditos, a diferença será liquidada dentro do prazo fixado pelo Estado;

III – se o montante dos créditos superar os dos débitos, a diferença será transportada para o período seguinte.

Art. 25. Para efeito de aplicação do disposto no art. 24, os débitos e créditos devem ser apurados em cada estabelecimento, compensando-se os saldos credores e devedores entre os estabelecimentos do mesmo sujeito passivo localizados no Estado. (Redação dada pela LCP nº 102, de 11-7-2000)

§ 1º Saldos credores acumulados a partir da data de publicação desta Lei Complementar por estabelecimentos que realizem operações e prestações de que tratam o inciso II do art. 3º e seu parágrafo único podem ser, na proporção que estas saídas representem do total das saídas realizadas pelo estabelecimento:

I – imputados pelo sujeito passivo a qualquer estabelecimento seu no Estado;

II – havendo saldo remanescente, transferidos pelo sujeito passivo a outros contribuintes do mesmo Estado, mediante a emissão pela autoridade competente de documento que reconheça o crédito.

§ 2º Lei estadual poderá, nos demais casos de saldos credores acumulados a partir da vigência desta Lei Complementar, permitir que:

I – sejam imputados pelo sujeito passivo a qualquer estabelecimento seu no Estado;

II – sejam transferidos, nas condições que definir, a outros contribuintes do mesmo Estado.

Art. 26. Em substituição ao regime de apuração mencionado nos arts. 24 e 25, a lei estadual poderá estabelecer:

I – que o cotejo entre créditos e débitos se faça por mercadoria ou serviço dentro de determinado período;

II – que o cotejo entre créditos e débitos se faça por mercadoria ou serviço em cada operação;

III – que, em função do porte ou da atividade do estabelecimento, o imposto seja pago em parcelas periódicas e calculado por estimativa, para um determinado período, assegurado ao sujeito passivo o direito de impugná-la e instaurar processo contraditório.

§ 1º Na hipótese do inciso III, ao fim do período, será feito o ajuste com base na escrituração regular do contribuinte, que pagará a diferença apurada, se positiva; caso contrário, a diferença será compensada com o pagamento referente ao período ou períodos imediatamente seguintes.

§ 2º A inclusão de estabelecimento no regime de que trata o inciso III não dispensa o sujeito passivo do cumprimento de obrigações acessórias.

Art. 27. (Vetado)

Art. 28. (Vetado)

Art. 29. (Vetado)

Art. 30. (Vetado)

Art. 31. Nos exercícios financeiros de 2003 a 2006, a União entregará mensalmente recursos aos Estados e seus Municípios, obedecidos os montantes, os critérios, os prazos e as demais condições fixadas no Anexo desta Lei Complementar. (Redação dada pela LCP nº 115, de 26-12-2002)

§ 1º Do montante de recursos que couber a cada Estado, a União entregará, diretamente: (Redação dada pela LCP nº 115, de 26-12-2002)

I – setenta e cinco por cento ao próprio Estado; e

II – vinte e cinco por cento aos respectivos Municípios, de acordo com os critérios previstos no parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal.

§ 2º Para atender ao disposto no **caput**, os recursos do Tesouro Nacional serão provenientes: (Redação dada pela LCP nº 115, de 26-12-2002)

I – da emissão de títulos de sua responsabilidade, ficando autorizada, desde já, a inclusão nas leis orçamentárias anuais de estimativa de receita decorrente dessas emissões, bem como de dotação até os montantes anuais previstos no Anexo, não se aplicando neste caso, desde que atendidas as condições e os limites globais fixados pelo Senado Federal, quaisquer restrições ao acréscimo que acarretará no endividamento da União;

II – de outras fontes de recursos.

§ 3º A entrega dos recursos a cada unidade federada, na forma e condições detalhadas no Anexo, especialmente no seu item 3, será satisfeita, primeiro, para efeito de pagamento ou compensação da dívida da respectiva unidade, inclusive de sua administração indireta, vencida e não paga junto à União, bem como para o ressarcimento à União de despesas decorrentes de eventuais garantias honradas de operações de crédito externas. O saldo remanescente, se houver, será creditado em moeda corrente. (Redação dada pela LCP nº 115, de 26-12-2002)

§ 4º A entrega dos recursos a cada unidade federada, na forma e condições detalhadas no Anexo, subordina-se à existência de disponibilidades orçamentárias consignadas a essa finalidade na respectiva Lei Orçamentária Anual da União, inclusive eventuais créditos adicionais. (Redação dada pela LCP nº 115, de 26-12-2002)

(Parágrafo Revogado pela LCP nº 115 de 26-2-2002)

§ 5º Para efeito da apuração de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 65, de 15 de abril de 1991, será considerado o valor das respectivas exportações de produtos industrializados, inclusive de semi-elaborados, não submetidas à incidência do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, em 31 de julho de 1996. (Redação dada pela LCP nº 102, de 11-7-2000)

Art. 32. A partir da data de publicação desta Lei Complementar:

I – o imposto não incidirá sobre operações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, bem como sobre prestações de serviços para o exterior;

II – darão direito de crédito, que não será objeto de estorno, as mercadorias entradas no estabelecimento para integração ou consumo em processo de produção de mercadorias industrializadas, inclusive semi-elaboradas, destinadas ao exterior;

III – entra em vigor o disposto no Anexo integrante desta Lei Complementar.

Art. 33. Na aplicação do art. 20 observar-se-á o seguinte:

I – somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento nele entradas a partir de 1º de janeiro de 2011; (Redação dada pela LCP nº 122, de 2006)

II – somente dará direito a crédito a entrada de energia elétrica no estabelecimento: (Redação dada pela LCP nº 2, de 11-7-2000)

a) quando for objeto de operação de saída de energia elétrica; (Alínea incluída pela LCP nº 102, de 11-7-2000)

b) quando consumida no processo de industrialização; (Alínea incluída pela LCP nº 102, de 11-7-2000)

c) quando seu consumo resultar em operação de saída ou prestação para o exterior, na proporção destas sobre as saídas ou prestações totais; e (Alínea incluída pela LCP nº 102 de 11-7-2000)

d) a partir de 1º de janeiro de 2011, nas demais hipóteses; (Redação dada pela LCP nº 122, de 2006)

III – somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao ativo permanente do estabelecimento, nele entradas a partir da data da entrada desta Lei Complementar em vigor.

IV – somente dará direito a crédito o recebimento de serviços de comunicação utilizados pelo estabelecimento: (Inciso incluído pela LCP nº 102, de 11-7-2000)

a) ao qual tenham sido prestados na execução de serviços da mesma natureza; (Alínea incluída pela LCP nº 102, de 11-7-2000)

b) quando sua utilização resultar em operação de saída ou prestação para o exterior, na proporção desta sobre as saídas ou prestações totais; e (Alínea incluída pela LCP nº 102, de 11-7-2000)

c) a partir de 1º de janeiro de 2011, nas demais hipóteses. (Redação dada pela LCP nº 122, de 2006)

Art. 34. (Vetado)

Art. 35. As referências feitas aos Estados nesta Lei Complementar entendem-se feitas também ao Distrito Federal.

Art. 36. Esta Lei Complementar entra em vigor no primeiro dia do segundo mês seguinte ao da sua publicação, observado o disposto nos arts. 32 e 33 e no Anexo integrante desta Lei Complementar.

Brasília, 13 de setembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** – Pedro Malan.

ANEXO

(Redação dada pela LCP nº 115, de 26-12-2000)

1. A entrega de recursos a que se refere o art. 31 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, será realizada da seguinte forma:

1.1. a União entregará aos Estados e aos seus Municípios, no exercício financeiro de 2003, o valor de até R\$3.900.000.000,00 (três bilhões e novecentos milhões de reais), desde que respeitada a dotação

consignada da Lei Orçamentária Anual da União de 2003 e eventuais créditos adicionais;

1.2. nos exercícios financeiros de 2004 a 2006, a União entregará aos Estados e aos seus Municípios os montantes consignados a essa finalidade nas correspondentes Leis Orçamentárias Anuais da União;

1.3. a cada mês, o valor a ser entregue aos Estados e aos seus Municípios corresponderá ao montante do saldo orçamentário existente no dia 1º, dividido pelo número de meses remanescentes no ano;

1.3.1. nos meses de janeiro e fevereiro de 2003, o saldo orçamentário, para efeito do cálculo da parcela pertencente a cada Estado e a seus Municípios, segundo os coeficientes individuais de participação definidos no item 1.5 deste Anexo, corresponderá ao montante

remanescente após a dedução dos valores de entrega mencionados no art. 3º desta Lei Complementar;

1.3.1.1. nesses meses, a parcela pertencente aos Estados que fizerem jus ao disposto no art. 3º desta Lei Complementar corresponderá ao somatório dos montantes derivados da aplicação do referido artigo e dos coeficientes individuais de participação definidos no item 1.5 deste Anexo;

1.3.2. no mês de dezembro, o valor de entrega corresponderá ao saldo orçamentário existente no dia 15.

1.4. Os recursos serão entregues aos Estados e aos seus respectivos Municípios no último dia útil de cada mês.

1.5. A parcela pertencente a cada Estado, incluídas as parcelas de seus Municípios, será proporcional aos seguintes coeficientes individuais de participação:

AC	0,09104%	PB	0,28750%
AL	0,84022%	PR	10,08256%
AP	0,40648%	PE	1,48565%
AM	1,00788%	PI	0,30165%
BA	3,71666%	RJ	5,86503%
CE	1,62881%	RN	0,36214%
DF	0,80975%	RS	10,04446%
ES	4,26332%	RO	0,24939%
GO	1,33472%	RR	0,03824%
MA	1,67880%	SC	3,59131%
MT	1,94087%	SP	31,14180%
MS	1,23465%	SE	0,25049%
MG	12,90414%	TO	0,07873%
PA	4,36371%	TOTAL	100,00000%

2. Caberá ao Ministério da Fazenda apurar o montante mensal a ser entregue aos Estados e aos seus Municípios.

2.1. O Ministério da Fazenda publicará no **Diário Oficial da União**, até cinco dias úteis antes da data

prevista para a efetiva entrega dos recursos, o resultado do cálculo do montante a ser entregue aos Estados e aos seus Municípios, o qual, juntamente com o detalhamento da memória de cálculo, será remetido, no mesmo prazo, ao Tribunal de Contas da União.

2.2. Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, a União entregará, diretamente ao próprio Estado, setenta e cinco por cento, e aos seus Municípios, vinte e cinco por cento, distribuídos segundo os mesmos critérios de rateio aplicados às parcelas de receita que lhes cabem do ICMS.

2.3. Antes do início de cada exercício financeiro, o Estado comunicará ao Ministério da Fazenda os coeficientes de participação dos respectivos Municípios no rateio da parcela do ICMS a serem aplicados no correspondente exercício, observado o seguinte:

2.3.1. o atraso na comunicação dos coeficientes acarretará a suspensão da transferência dos recursos ao Estado e aos respectivos Municípios até que seja regularizada a entrega das informações;

2.3.1.1. os recursos em atraso e os do mês em que ocorrer o fornecimento das informações serão entregues no último dia útil do mês seguinte à regularização, se esta ocorrer após o décimo quinto dia; caso contrário, a entrega dos recursos ocorrerá no último dia útil do próprio mês da regularização.

3. A forma de entrega dos recursos a cada Estado e a cada Município observará o disposto neste item.

3.1. Para efeito de entrega dos recursos à unidade federada e por uma das duas formas previstas no subitem 3.3 serão obrigatoriamente considerados, pela ordem e até o montante total da entrega apurado no respectivo período, os valores das seguintes dívidas:

3.1.1. contraídas junto ao Tesouro Nacional pela unidade federada vencidas e não pagas, computadas primeiro as da administração direta e depois as da administração indireta;

3.1.2. contraídas pela unidade federada com garantia da União, inclusive dívida externa, vencidas e não pagas, sempre computadas inicialmente as da administração direta e posteriormente as da administração indireta;

3.1.3. contraídas pela unidade federada junto aos demais entes da administração federal, direta e indireta, vencidas e não pagas, sempre computadas inicialmente as da administração direta e posteriormente as da administração indireta.

3.2. Para efeito do disposto no subitem 3.1.3, ato do Poder Executivo Federal poderá autorizar:

3.2.1. a inclusão, como mais uma opção para efeito da entrega dos recursos, e na ordem que determinar, do valor correspondente a título da respectiva unidade federada na carteira da União, inclusive entes de sua administração indireta, primeiro relativamente aos valores vencidos e não pagos e, depois, aos vincendos no mês seguinte àquele em que serão entregues os recursos;

3.2.2. a suspensão temporária da dedução de dívida compreendida pelo subitem 3.1.3, quando não

estiverem disponíveis, no prazo devido, as necessárias informações.

3.3. Os recursos a serem entregues mensalmente à unidade federada, equivalentes ao montante das dívidas apurado na forma do subitem 3.1, e do anterior, serão satisfeitos pela União por uma das seguintes formas:

3.3.1. entrega de obrigações do Tesouro Nacional, de série especial, inalienáveis, com vencimento não inferior a dez anos, remunerados por taxa igual ao custo médio das dívidas da respectiva unidade federada junto ao Tesouro Nacional, com poder liberatório para pagamento das referidas dívidas; ou

3.3.2. correspondente compensação.

3.4. Os recursos a serem entregues mensalmente à unidade federada equivalentes à diferença positiva entre o valor total que lhe cabe e o valor da dívida apurada nos termos dos subitens 3.1 e 3.2, e liquidada na forma do subitem anterior, serão satisfeitos por meio de crédito, em moeda corrente, à conta bancária do beneficiário.

4. As referências deste Anexo feitas aos Estados entendem-se também feitas ao Distrito Federal.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

É lido o seguinte:

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

REQUERIMENTO Nº 958, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, número 12, combinado com o disposto no art. 102-A, na redação dada pela Resolução nº 1/2005, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PLC nº 42, de 2007, seja ouvida a Comissão de Assuntos Sociais – CAS.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2007. – Senador **Paulo Paim**. – **Expedito Jr.** – **Garibaldi** – **Flavio Arns** – **Jayme Campos** – **Geraldo Mesquita** – **Valadares** – **J. Nery** – **Cícero Lucena** – **Augusto Botelho**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 959, de 2007

Requeiro, nos termos do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como desempenho de missão parlamentar oficial da Casa, no exterior, minha participação nos dias 3 e 4 de setembro de 2007, por ocasião da V Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, na Cidade de Montevideu, Uruguai.

Comunico ainda, nos termos do artigo 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País, no período de 2 a 5 de setembro, para participar do supracitado evento.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2007. – Senador **Inácio Arruda**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 960, DE 2007

Fulcrados no que preceitua o § 2º, do Art. 50, da Constituição Federal, combinado com os Artigos 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos ao Ministério do Meio Ambiente, levantamento sobre a real situação e a adoção de enérgicas providências, quanto à invasão de pessoas para extração ilegal de caranguejo na Reserva Extrativista Marinha de Soure, no Arquipélago do Marajó.

Justificação

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores:

O Arquipélago do Marajó, lamentavelmente, a cada ano vem sofrendo com alguma forma de agressão ao meio-ambiente. Temos testemunhado que, após a criação da Reserva Extrativista Marinha de Soure, a Associação dos Caranguejeiros de Soure, o Grupo de Ação Ecológica Novos Curupiras, dentre outras organizações não-governamentais que atuam em questões sócio-ambientais referentes aos recursos naturais existentes nos manguezais do Estado do Pará, vêm denunciando ao IBAMA, jurisdicionado no Pará, sobre a invasão de pessoas oriundas de várias partes da costa atlântica, para extração ilegal de caranguejo na Reserva em questão, onde de forma irresponsável usam o “laço”, método extremamente inescrupuloso, em razão de capturar, indiscriminadamente, fêmeas, filhotes e espécimes com tamanho bem abaixo do legalmente permitido. Crime este que precisa ser urgentemente reprimido, do contrário provocará a extinção, em breve espaço de tempo, da aludida espécie.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2007. – Senador **Mário Couto**.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 961, DE 2007

Com fundamento no art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que me ausentarei do País entre os dias 2 e 4 de setembro, para participar, como integrante da representação brasileira, da Reunião do Parlamento do Mercosul, a realizar-se nos dias 3 e 4 de setembro, em Montevideu, Uruguai.

Requeiro, com fulcro no art. 40 do Regimento Interno, seja devidamente autorizada a minha ausência dos trabalhos desta Casa, nesse período, pelo motivo acima exposto.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2007. – Senador **Pedro Simon**.

REQUERIMENTO Nº 962, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para participar da Quinta Sessão do Parlamento do Mercosul, nos dias 3 e 4 de setembro, na cidade de Montevideu, Uruguai.

Informo que estarei ausente do País no período de 2 a 5 de setembro para participar do referido evento.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2007. – Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB/AC).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 963 DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado de nºs. 5/2003; 178/2004; 200/2004; 220/2004; 370/2004, por versarem sobre o mesmo assunto.

Sala das Sessões, de 27 de agosto de 2007. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, “c”, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 964 DE 2007

Requeiro, nos termos do artigo 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2003, de minha autoria, que “Altera o Anexo de Metas Fiscais da Lei nº 10. 524, de 25 de julho de 2002 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003”.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2007. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência defere o requerimento, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício Número GSGC – 219/2007

Brasília, 27 de agosto de 2007

Senhor Presidente, levo ao conhecimento de Vossa Excelência que no último dia 22 de agosto de 2007, apesar de ter registrado meu comparecimento no Painel Eletrônico do Plenário do Senado Federal, não pude estar presente por ocasião da votação nominal ocorrida da Sessão Deliberativa Ordinária daquele dia, em vista de problemas de saúde, conforme atestado médico em anexo.

Solicito a Vossa Excelência, em razão do exposto, seja justificada minha ausência à votação nominal ocorrida naquele dia.

Certo da atenção de Vossa Excelência, renovo meus protestos de estima e apreço.

Atenciosamente, – Senador **Gerson Camata**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Este Senado da República realizou esta sessão plenária de 27 de agosto de 2007, com início às 14h – portanto, foram 4 horas e 45 minutos de sessão –, em que defenderam temas de grande relevância e de importância para o País os Senadores Gilvam Borges, Marco Maciel, Cristovam Buarque, Mão Santa, Heráclito Fortes, Alvaro Dias, Rosalba Ciarlini, Eduardo Suplicy, Sérgio Guerra, José Agripino, Kátia Abreu e Mário Couto. Como o Senado da República, segundo o Presidente Sarney, nunca faltou ao País, quero dizer que este é um dos melhores Senados dos últimos 183 anos, visto que nunca, anteriormente, funcionou às segundas-feiras.

Recebemos um documento da Sociedade Portuguesa de Beneficência que ratifica nossas preocupações com a saúde do Brasil. Eles iniciam o referido documento com uma inspiração Bíblica que diz: “Não te furtas a fazer o bem a quem de direito, estando na

tua mão o poder de fazê-lo”. E seguem abordando vários temas: “A saúde pública exige reformas: mãos à obra” (artigo escrito pelo Presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência, Ademir Pestana); “Investimentos em saúde pública absorvem menos de 20% da arrecadação das contribuições sociais”; “Hospitais filantrópicos abrigam 40% das internações do SUS em todo o País”; “Filantropia atinge 59,28% na Região Sul”; “Insuficiência de investimentos federais inibe a expansão do serviço hospitalar”; “Pagamentos por produção deixam 47,34% das receitas do SUS nos cofres públicos”; “Estados concentram mais de 50% da verba do SUS e dificultam relação com os hospitais filantrópicos”; “Parceria filantrópica e privada viabiliza o atendimento SUS e gera receita de impostos”; e “Novo padrão contábil pode permitir maior transparência às contas das filantrópicas”. Eles sugerem ainda projetos de lei, que encaminham ao Senado da República.

Queremos, pois, ratificar nossa preocupação com a maneira como o Governo está tratando os hospitais filantrópicos, visto que eles merecem nossos aplausos, nosso respeito e nossa admiração, sobretudo o apoio do Governo.

O jornal **O Globo** de hoje traz a manchete: “Santa Casa sob suspeita”. Não há suspeita. O que eles passam é por dificuldades; assim, merecem o apoio do Governo. Sou testemunha disso na Santa Casa de Misericórdia da Parnaíba, que merece também o apoio do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no mundo globalizado, marcado pela concorrência acirrada, manter-se competitivo é condição indispensável à sobrevivência das empresas, constituindo a busca pela eficiência um aspecto fundamental desse esforço de competitividade. Os países, por seu turno, precisam assegurar às empresas sediadas em seus territórios as condições para que sejam competitivas, como forma de viabilizar o progresso econômico e promover o bem-estar das populações.

Na árdua luta por espaço nos mercados, uma das providências de que não podem descurar as empresas e as nações é o constante monitoramento de suas estruturas e seus recursos. E, entre as estruturas e recursos a serem constantemente monitorados, aqueles correspondentes ao setor de transportes merecem evidente destaque, pois a eficaz movimentação de pessoas e

de bens representa, obviamente, elemento essencial ao bom funcionamento da economia.

Com efeito, a integração dos modais de transporte e a ampla oferta de sistemas logísticos eficientes têm-se caracterizado como dois entre os principais fatores de impulso ao desenvolvimento dos países na economia hodierna. As rodovias, em particular, são elos fundamentais nas cadeias produtivas modernas, graças à sua grande flexibilidade e reduzido tempo de resposta às demandas.

No caso específico do Brasil, tendo em vista as peculiaridades de sua geografia e necessidades de crescimento econômico, a malha rodoviária representa o instrumento de maior agilidade na movimentação de cargas e de passageiros, permitindo a geração de riquezas. Aliás, a própria malha rodoviária, em si, é um grande ativo do País, devendo, por isso, ser adequadamente conservada, e ampliada na proporção do aumento dos fluxos de transporte.

No entanto, planejar convenientemente a manutenção e a expansão da malha rodoviária exige que se tenham disponíveis informações precisas e detalhadas sobre suas condições atuais. Nesse sentido, a Confederação Nacional do Transporte (CNT) tem oferecido, ao longo dos últimos doze anos, uma extraordinária contribuição à sociedade brasileira, mediante a realização anual da sua Pesquisa Rodoviária. A verdade é que, ao longo de todo esse período, em 11 edições, o estudo patrocinado pela CNT tem-se revelado imprescindível para um conhecimento profundo da malha rodoviária brasileira, bem como um instrumento único para o desenvolvimento logístico do transporte rodoviário nacional.

Consciente do importante papel desempenhado pela Pesquisa Rodoviária – de documento de referência em relação à malha viária nacional –, a Confederação Nacional do Transporte não tem poupado esforços no que tange ao seu aprimoramento metodológico. Assim, a Pesquisa Rodoviária CNT incorpora, a cada ano, os mais recentes recursos técnicos e científicos disponíveis para aferir as condições das rodovias, ao mesmo tempo em que amplia a quilometragem pesquisada, aumentando a abrangência das análises.

Dois são os objetivos principais da Pesquisa Rodoviária CNT. O primeiro deles é a geração de informações capazes de orientar transportadores e demais usuários das rodovias. O segundo, é subsidiar pesquisas e ações de melhoria da infra-estrutura rodoviária, contribuindo com informações valiosas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do modo rodoviário de transporte.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no panorama dos transportes no Brasil, a modalidade rodovi-

ária possui, hoje, papel fundamental, haja vista que detém nada menos que 96% da matriz de transporte de passageiros e cerca de 62% da matriz de transporte de cargas.

Considerada essa expressiva participação da modalidade rodoviária na nossa matriz de transporte, torna-se fácil compreender que o monitoramento do setor, bem mais do que representar a simples avaliação da malha de estradas, consiste em valioso subsídio ao planejamento estratégico, sendo, portanto, autêntico instrumento para o desenvolvimento da economia nacional. Cumprindo cada vez melhor esse papel, a Pesquisa Rodoviária da Confederação Nacional do Transporte chegou, no ano passado, à sua 11^a edição, apresentando o diagnóstico de nada menos que 84.832 km de rodovias federais e estaduais.

A Pesquisa da CNT analisa as condições das rodovias brasileiras pavimentadas em relação aos aspectos de conservação, segurança e conforto dos usuários. Ela visa a identificar os principais pontos críticos, apontar a infra-estrutura de apoio oferecida e, ainda, subsidiar estudos relacionados à avaliação dos impactos produzidos pelo estado das rodovias sobre a atividade de transporte de passageiros e de cargas. A Pesquisa também apresenta as necessidades das rodovias relativas à gerência de pavimentos, pois, a partir de seu levantamento, pode-se traçar a forma mais eficaz de aplicar os recursos disponíveis para as intervenções corretivas e preventivas.

A metodologia desenvolvida e aprimorada para a Pesquisa Rodoviária CNT permite identificar, com propriedade, as principais características percebidas pelos usuários em relação às condições viárias, quais sejam: pavimentação, sinalização e geometria. A análise combinada desses três fatores resulta na avaliação do estado geral de conservação das principais estradas e ligações rodoviárias do País, o que torna a Pesquisa da CNT um dos mais importantes instrumentos de diagnóstico de rodovias hoje disponíveis no Brasil.

De acordo com os critérios recém-mencionados, a avaliação das condições de conservação dos 84.832km de rodovias analisados no relatório do ano passado resulta em um índice bastante desfavorável, já que 75% dessa extensão apresentam algum tipo de comprometimento, sendo, portanto, classificados como regulares, ruins ou péssimos. Em apenas 25% da extensão pesquisada as rodovias encontram-se em condições favoráveis de conservação, definidas como boas ou ótimas. Do total pesquisado, menos de 11%, equivalentes a 9.097km, obtiveram avaliação ótima.

Mas, além da avaliação global, do conjunto das estradas analisadas, a Pesquisa da CNT apresenta também, separadamente, a avaliação das rodovias sob

gestão estatal e das rodovias pedagiadas. Observa-se, então, que as condições das primeiras são muitíssimo piores do que as das segundas. Dos trechos sob gestão estatal, menos de 17% obtiveram avaliação ótima ou boa. Já no que se refere aos trechos pedagiados, quase 80% receberam essas mesmas avaliações.

Outra comparação interessante é a das condições das estradas em cada uma das 27 Unidades da Federação. Também aqui as diferenças são abissais. Pelas boas condições de suas rodovias, destaca-se amplamente de todos os demais o rico Estado de São Paulo, onde 53,7% da extensão analisada teve avaliação ótima e 19,8% teve avaliação boa, totalizando 73,5% de avaliações positivas. O meu Estado de Roraima, infelizmente, situa-se no extremo oposto, com as estradas em piores condições em todo o País. Lá, nenhum dos trechos avaliados teve avaliação ótima e apenas 1,1% obteve avaliação boa. Portanto, 98,9% dos trechos rodoviários analisados em Roraima apresentaram algum tipo de comprometimento, sendo mais de 58% avaliados como ruins ou péssimos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Pesquisa Rodoviária CNT 2006 confirma a grande necessidade de que os Governos Federal e Estaduais persistam nos esforços de melhoria nas condições das rodovias brasileiras, pois a atual condição da maioria delas implica comprometimento dos níveis de desempenho e de segurança do setor de transportes, além do aumento dos custos.

Analisando os resultados da Pesquisa, é impossível não reconhecer que as deficiências na infraestrutura rodoviária comprometem a integração com as demais modalidades, gerando restrições operacionais e dificultando o crescimento da intermodalidade. O desenvolvimento econômico do País exige uma melhoria dos sistemas de transportes, com a recuperação da rede atual e sua expansão.

A possibilidade de ampla análise logística oferecida pelos dados constantes na Pesquisa da CNT permite a estruturação de ações de investimento de forma a atender as necessidades do setor de transporte. A reversão do cenário desfavorável em nossas rodovias exige recursos maciços para a manutenção, restauração, reconstrução e expansão da malha. É importante dizer que o processo de perda de qualidade de nossas rodovias não é recente, tendo início com a extinção do Fundo Rodoviário Nacional, após a promulgação da Constituição de 1988.

É indiscutível a necessidade de maior alocação de recursos para o sistema rodoviário brasileiro. As estimativas da Confederação Nacional do Transporte são de que os investimentos para que o sistema rodoviário atinja, de imediato, os padrões necessários de

segurança e desempenho são da ordem de 20 bilhões de reais. Já para a correta conservação e manutenção, seriam necessários investimentos de 1 bilhão de reais por ano, valores muito superiores àqueles que vêm sendo aplicados.

Para que aumentem os investimentos, é necessária a aplicação dos recursos da Cide em investimento efetivo em obras rodoviárias – e não no custeio —, além de recursos oriundos do orçamento da União. Só assim o Brasil terá um sistema rodoviário eficiente, integrado aos outros modais, oferecendo condições para o País crescer.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, respaldado em sua legitimidade consolidada ao longo dos últimos doze anos, a Pesquisa Rodoviária da Confederação Nacional do Transporte alerta para a necessidade de investimentos contínuos para o aprimoramento do patrimônio rodoviário nacional, permitindo que os transportadores possam continuar a ser empreendedores da geração de riquezas e do progresso do Brasil e de sua gente.

O estudo patrocinado pela CNT constitui, indubitavelmente, um valioso subsídio ao planejamento estratégico do setor de transportes, representando, nessa medida, uma importante contribuição para o desenvolvimento da Nação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 24, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007, que *dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios* (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 9.7.2007)

Prazo final (prorrogado): 5-10-2007

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)
(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003)

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007 (nº 993/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.*

(Dependendo de pareceres das Comissões de Educação e Assuntos Sociais).

3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 473, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, que *dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências.*

(Dependendo de pareceres das Comissões de Educação e Assuntos Sociais).

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que *aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.*

5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

6

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).*

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.*

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, *que acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.*

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 13, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, *que altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.*

Pareceres sob nºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: Relator: Senador Luiz Otávio (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 48, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, *que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza,

favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 57, DE 2005***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, *que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 2, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, *que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 5, DE 2007**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, *que cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.*

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 58, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003,

na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.*

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora ad hoc: Senadora Maria do Carmo Alves.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.*

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

20

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 204, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Arthur Virgílio.

21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 502, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.*

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 503, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 504, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da*

República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Augusto Botelho.

26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 25, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.*

Parecer favorável, sob nº 345, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, celebrada em 30 de agosto de 1961.*

Parecer favorável, sob nº 385, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD.*

Parecer favorável, sob nº 277, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa*

do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002.

Parecer favorável, sob nº 346, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

34

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

35

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 49 minutos.)

Ata da 135ª Sessão Especial, em 28 de agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 37 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A presente Sessão Especial destina-se a homenagear o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Conselho Editorial do Senado Federal, pelos 10 anos de existência, e a Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS, pelo transcurso dos seis anos do início de suas atividades, de acordo com o Requerimento nº 481, de 2007, do Senador Efraim Morais, e também o Requerimento nº 720, de 2007, de outros Srs. Senadores.

Tenho a honra de convidar, para compor a Mesa, o Senador José Sarney, ex-Presidente da República, ex-Presidente da Casa. (Palmas.) Já contamos aqui com a honrosa presença do 1º Secretário da Casa, Senador Efraim Morais.

Tenho a honra de convidar, para compor a Mesa, a Srª Denise Ramos de Araújo Zoghbi, Diretora Executiva do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB. (Palmas.)

Tenho a honra de convidar, para compor a Mesa, a Srª Vânia Maione Alves Nina, Vice-Reitora da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis. (Palmas.)

Tenho a honra de convidar, para compor a Mesa, o Dr. Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral do Senado Federal. (Palmas.)

Convido também, para compor a Mesa, o Dr. Márcio Sampaio Leão, Diretor-Executivo do Interlegis. (Palmas.)

Convido a todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Efraim Morais, primeiro subscritor do requerimento.

Com a palavra V. Exª.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros; Exmº Sr. Senador José Sarney, em nome de V. Exª, saúdo todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras aqui presentes; meu caro Diretor-Geral da Casa, Agaciel Maia; nossa Diretora do Instituto Legislativo Brasileiro, Drª Denise Zoghbi; nossa Vice-Reitora da Unilegis – Universidade do Legislativo, Drª Vânia Maione Alves Nina; nosso Diretor do Interlegis, Dr. Márcio Sampaio; meus caros funcionários do Senado Federal; minhas senhoras, meus senhores; Srªs Senadoras e Srs. Senadores, a criação do Conselho Editorial do Senado Federal e do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB – há dez anos, juntamente com a Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis –, há seis anos, representam um marco, um divisor de águas na história do nosso Parlamento. Longe de constituírem iniciativas isoladas ou gratuitas, fazem parte de um conjunto de medidas voltado para a modernização e o aprimoramento do Poder Legislativo, na qual também se insere o sistema de mídia, compreendendo a Rádio, a TV e o **Jornal do Senado**.

Em seu conjunto, essas iniciativas buscam dar maior eficácia e legitimidade aos trabalhos legislativos diante da necessidade de acompanhar as inovações tecnológicas, de melhorar as respostas às questões de alta complexidade do mundo contemporâneo e de aproximar os Parlamentares dos cidadãos e de suas comunidades.

Em relação, especificamente, aos órgãos que hoje homenageamos e que compõem, por assim dizer, o sistema educacional do Senado, sua atuação é voltada para a capacitação, a atualização e o desenvolvimento profissional dos servidores não apenas desta Casa, mas de todas as esferas legislativas do País.

Vivemos hoje, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uma era marcada por notáveis avanços científicos e tecnológicos, uma era na qual as comunidades mais distantes e mais diversificadas se comunicam e interagem e que, por isso mesmo, são ativas em suas escolhas e efetivamente partícipes da vida pública. A

opinião pública, outrora uma dama respeitável, porém recolhida aos seus aposentos, saiu às ruas, ganhou espaço na mídia e agora pressiona os palácios, as instâncias do Poder.

O Senado Federal, Sr. Presidente, consciente dessa nova realidade, zeloso de suas atribuições, percebeu que precisava agir rapidamente para intensificar sua interação com a sociedade brasileira; e percebeu, igualmente, que precisava se preparar para os novos tempos, investindo na capacitação de seus recursos humanos e criando condições de dar respostas satisfatórias aos novos desafios que se impunham. Mais ainda: percebeu que o esforço para cumprir as metas de aprimoramento de atividade legislativa e de comprometimento do serviço público com o desenvolvimento nacional requeria uma ação coordenada em todas as esferas, envolvendo as Câmaras Municipais, as Assembléias Legislativas e a Distrital e o Congresso Nacional. Essa tarefa ambiciosa cingia as três esferas do Poder Legislativo, mas implicava também a contribuição e o envolvimento de outros setores da sociedade, notadamente os setores acadêmicos, na forma de convênios e parcerias.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, chegou-se à formulação de um projeto audacioso e abrangente que teve início há dez anos, com a criação do Instituto Legislativo Brasileiro. O ILB não surgiu repentinamente, do nada; resultou de uma evolução da política de qualificação dos servidores do Senado Federal, cujos primórdios remontam ao Serviço de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal, nos anos 1970.

Substituído, sucessivamente, pelo Centro de Formação e Administração Legislativa e pelo Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos, esse embrião, Sr. Presidente, chegaria ao formato atual por imposição da evolução tecnológica, das novas concepções de representação política e do crescente nível de participação popular.

Desde então, o ILB tem funcionado como um centro de capacitação profissional para servidores de todas as esferas do Legislativo. Mantendo cursos nas modalidades presencial e a distância, difundindo conhecimentos com ética e competência, o ILB tem sido também um importante instrumento para os Parlamentares interessados em aprimorar seus conhecimentos técnicos e seus procedimentos legislativos.

Além dos cursos regulares, o ILB promove palestras, seminários e videoconferências, programas avançados em convênio com assembléias legislativas, câmaras municipais, prefeituras, tribunais de contas e ainda organismos internacionais.

Com atuação concentrada nas áreas de educação, cultura e promoção da cidadania, esse prestígio-

so órgão tem, em sua clientela, 53.400 Parlamentares e nada menos que 140 mil servidores. Nesses dez anos de experiência, o ILB treinou mais de 30 mil profissionais e ministrou 112 cursos presenciais, como, por exemplo, línguas estrangeiras, Relações Internacionais, Processo Legislativo, Informática Legislativa e Formação de Chefes de Gabinetes Parlamentares. Entre os 27 cursos a distância previstos para serem ofertados até o final deste ano, podem-se destacar os de Gestão Administrativa do Setor Público, Licitações e Contratos Administrativos, Princípios Constitucionais, Desenvolvimento Gerencial e Doutrinas Políticas Contemporâneas.

Na mesma ocasião, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores, em que surgia o Instituto Legislativo Brasileiro, o Senado Federal teve a feliz iniciativa de constituir o seu conselho editorial, órgão responsável pela formação da política editorial desta Casa. Ao Conselho compete não apenas estabelecer as normas de editoração e o programa de publicações, mas principalmente editar obras de valor histórico e cultural que ensejem melhor compreensão da realidade brasileira e contribuam para aprimorar as políticas públicas voltadas para o nosso desenvolvimento social, econômico e político.

Com essa perspectiva, o Conselho tem desenvolvido um trabalho importantíssimo, preenchendo graves lacunas da bibliografia nacional. Ao editar obras inéditas ou ao resgatar outras essenciais aos pesquisadores e demais interessados na cultura brasileira, o Conselho Editorial proporciona subsídios valiosos para análise crítica dos nossos valores e das nossas potencialidades. Isso é possível, Sr. Presidente, porque o Senado, não visando o lucro, mas tão-somente a difusão do conhecimento e o aprimoramento das políticas públicas, pode editar ou reeditar obras relevantes, mas que não garantem retorno comercial. Pelo contrário, a maioria dessas publicações, em face de sua importância cultural e histórica, tem seus preços subsidiados por esta Casa Legislativa. Embora com a mesma convergência, essas obras compõem um largo espectro, contemplando áreas do Direito e da Economia, da História, da Sociologia ou da Diplomacia. Algumas de nossas melhores publicações de interesse histórico têm sido bancadas pelo Senado Federal, após passarem pelo crivo do Conselho, podendo-se citar, entre outras, as coleções **Biblioteca Básica Brasileira, Brasil 500 anos, Memória Brasileira e História Constitucional Brasileira**.

Presidido atualmente pelo ilustre e imortal Senador José Sarney, o Conselho Editorial é integrado por cinco membros – três representantes desta Casa e dois alheios ao Parlamento, porém com sólida forma-

ção cultural e notório conhecimento nas áreas afetas à editoração.

É importante salientar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o compromisso do Conselho e do Senado não se resume à publicação ou republicação dessa obras, mas avança em direção à difusão e à democratização dos conhecimentos. Assim se explicam, entre outras iniciativas, a edição de publicações na linguagem **braile** e a participação desta Casa em feiras de livros realizadas em diversas partes do País. Cabe lembrar que o Senado já montou estandes para divulgação de suas obras nas feiras de livros de São Paulo, Mossoró, Fortaleza, Belém, Campo Grande, João Pessoa, Porto Alegre, entre outras, possibilitando a mais de dois milhões de brasileiros conhecerem essa faceta, voltada para a expansão da nossa cultura.

A criação do ILB e a constituição do Conselho Editorial, há dez anos, completavam-se e faziam parte de um mesmo projeto, ambicioso e meritório, de dar ao Legislativo um novo grau de eficiência diante dos desafios da modernização, e de promover sua integração com uma sociedade consciente do seu papel na vida pública.

Quatro anos depois, um novo empreendimento viria consolidar e expandir esse projeto, levando o Parlamento brasileiro a um patamar de excelência no que concerne ao aprimoramento da atividade legislativa, à preparação para o exercício da vida pública e à difusão do conhecimento. Refiro-me, Sr. Presidente, à Universidade do Legislativo Brasileiro, a Unilegis, que foi criada em 2001, quando era Presidente desta Casa o saudoso Senador Antonio Carlos Magalhães, com a finalidade de gerar e difundir conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, nas áreas concernentes às competências legislativas.

A Unilegis veio complementar as ações propostas com a criação do ILB e do Conselho Editorial a partir da premissa de que o ensino superior é, por excelência, a alavanca de aprofundamento da cultura e da tecnologia no mundo contemporâneo. A partir desse conceito, foram programadas as ações da Unilegis, com a realização de cursos de pós-graduação em parceria com universidades federais e atividades de extensão, na forma de seminários, ciclos de conferências e cursos de curta duração.

Entre outros, a Unilegis tem como objetivos contribuir para a construção de uma sociedade cidadã; colaborar no processo de integração e de modernização dos Parlamentos brasileiros, em todos os níveis; estimular o intercâmbio entre os Legislativos nacionais e estrangeiros; formar e desenvolver recursos humanos voltados para o Poder Legislativo com a oferta de cur-

sos nas modalidades presencial e a distância; formar lideranças; fomentar o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas.

Hoje, decorridos seis anos de sua criação, os resultados que vêm sendo obtidos confirmam o acerto da Unilegis na sua missão de democratizar o acesso ao ensino e à informação, bem assim como no objetivo de fomentar a produção e a aplicação de novos conhecimentos na atividade legislativa.

Nunca é demais lembrar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o surgimento da Unilegis correspondeu às expectativas desenhadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação e também pela Constituição Federal. A Lei de Diretrizes e Bases, ao propor novas experiências na área do ensino, prevê a instituição de universidade especializada por campo do saber e estimula o Poder Público a desenvolver programas de educação continuada e de ensino a distância; por sua vez, nossa Carta Magna reforça a diretriz governamental no sentido de que a Administração Pública mantenha escolas de Governo destinadas à formação e ao aperfeiçoamento dos servidores.

Nesses seis anos de excelência acadêmica, a Unilegis desenvolveu cursos de pós-graduação de Direito Legislativo, com a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS); e de Administração Legislativa, Análise da Constitucionalidade e Gestão de Tecnologia da Informação, em parceria com a Universidade de Brasília. Ainda em parceria com a UnB, ministrou cursos de extensão de Introdução à Ciência Política, Poder Legislativo e Processo Político, Fiscalização do Poder Público e Impactos e Tecnologia da TV Digital.

Em andamento, mantém os cursos de pós-graduação em Ciência Política, Comunicação Legislativa e Direito Legislativo, em parceria com a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; em Orçamento Público, tendo como parceiro o Tribunal de Contas da União – TCU; e o curso de graduação, a distância, de Administração Legislativa. Este último é mantido mediante parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com projeto pedagógico da Unilegis, e atende a 619 alunos, dos quais, Dr^a Denise, 54 estudam com bolsa da própria Unilegis. Além das universidades, a Unilegis mantém parceria com outras instituições, como o Supremo Tribunal Federal, a Câmara dos Deputados e o Tribunal de Contas da União. Finalmente, Sr. Presidente, é mister lembrar que a Unilegis promove cursos de extensão e edita, entre outras publicações, as Edições Unilegis de Ciência Política e a Revista de Informação Legislativa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, caros funcionários desta Casa, minhas senhoras, meus

senhores, o conhecimento e a informação são os instrumentos mais poderosos de que dispõe a humanidade no mundo contemporâneo. No momento em que festejamos uma década de frutífera existência do ILB e do Conselho Editorial e seis anos de excelência no ensino, pesquisa e extensão da Unilegis, não poderia deixar de registrar minha satisfação com os resultados que vêm sendo obtidos. Ao cumprimentar os dirigentes, a equipe de professores e orientadores, o corpo discente e os servidores em geral desta Casa, quero formular meus votos para que os órgãos ora homenageados sigam sua bem sucedida trajetória de democratização do saber, de aprimoramento profissional e de comprometimento com a ética e com a democracia.

Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, ex-Secretário da Casa e um dos responsáveis diretos pela implementação desses órgãos que caracterizam a modernização do Senado Federal.

Com a palavra V. Ex^a, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda bem que o Senador Efraim Morais deixou na tribuna a composição da Mesa, porque estou meio enrolado.

Quero saudar o ilustre Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal e Reitor da Unilegis; o Senador Efraim Morais, 1º Secretário do Senado Federal; o Senador José Sarney, Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal, com quem compus a Mesa Diretora dos trabalhos como 1º Secretário, à época citada pelos Senadores Efraim Morais e Renan Calheiros; Denise Ramos de Araújo Zoghbi, Diretora Executiva do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB; Vânia Maione, Vice-Reitora da Unilegis; Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral do Senado, que muito apoio meu deu quando no exercício da 1ª Secretaria e que, com certeza, foi escolhido pelo Presidente Renan Calheiros por suas qualidades de administrador; Professor – ele não quer que o chamemos de professor, Presidente José Sarney; ele não gosta que o chamemos de professor – Campelo, Vice-Presidente do Conselho Editorial, que muita força nos deu, principalmente nas exposições de livros, como disseram o Presidente e o Senador Efraim, por este Brasil afora; Márcio Sampaio Leão, Diretor do Interlegis, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, demais convidados, membros de todos os órgãos que aqui estão sendo homenageados hoje pelos dez anos de vida do ILB, do Conselho Edi-

torial e da Unilegis e pelos seis anos da Universidade do Senado Federal.

É engraçado, Presidente Sarney, eu trouxe aqui escrita alguma coisa, Presidente Renan, porque sempre é mais confortável a leitura de um texto, do improvisado escrito, porque no improvisado de coração, normalmente, a emoção nos leva a algumas dificuldades no pronunciamento que fazemos.

E estava lembrando aqui e perguntando: mas os dois Presidentes são José? José Sarney e José Renan? Aí, lembrei-me de São José. Por quê? Porque São José era um marceneiro, um homem que sabia construir e que preparava a madeira para que desse futuro àqueles que necessitavam de uma construção, de um teto, ou de uma mesa para poder comer. E, provavelmente, Deus deu esta virtude a esta Casa, de ser presidida por dois José, um seguido do outro, para representarem aquilo que é mais bonito na vida do cidadão: poder construir em benefício de terceiros.

Eu não poderia repetir aquilo que falou o Senador Efraim, porque ele fez um histórico perfeito e profundo de toda a evolução da tecnologia que foi absorvida por esta Casa. Senador Efraim, eu sempre o chamava como um setor de inteligência da Casa. E a minha luta era para que houvesse um trabalho conjunto, irmanado, de todos esses órgãos, com um resultado forte, para que os Senadores tivessem uma infra-estrutura, com colunas mestras, que pudesse dar a tranqüilidade de um trabalho dedicado à sociedade, que, através de seus órgãos, também pudesse tomar conhecimento do que aqui ocorresse.

O Presidente José Sarney investiu muito em vários segmentos durante o período em que estava no lugar de V. Ex^a, e V. Ex^a, hoje, deu uma virtude muito maior do que aquela ao meu tempo. Mas o Presidente José Sarney sempre acreditou nos projetos que foram desenvolvidos por esta Casa.

E lembro-me aqui de um fato de que talvez poucos se lembrem e que foi muito importante: a videoconferência de um julgamento, de uma oitiva de uma quadrilha de presos de alta periculosidade. Os depoentes estavam em três presídios diferentes, o juiz e o advogado, no foro. O advogado tentou impedir que houvesse aquela audiência por videoconferência, e a juíza não aceitou e fez um belo pronunciamento a respeito da importância do ato, que, tenho certeza, Senador Efraim, deve estar nos Anais do ILB ou do Interlegis e deveria ser distribuído a todos os membros do Senado.

Ao ser rejeitado um projeto, isso trouxe uma frustração muito grande. O Presidente acreditou e o resultado foi eficiente. Não houve uma falha naquela audiência provocada pelo Senado, com aceitação no

Judiciário e com sucesso absoluto, e em tantas outras videoconferências que foram feitas. O Agaciél sabe e, quando faz discurso, é assim: “Agora temos que pensar no público interno”.

Criou-se a Unilegis para aperfeiçoar o cidadão que aqui trabalha, e, depois, abriu para o público em geral. Hoje, há uma disputa por uma vaga na Universidade do Legislativo. Todos esses segmentos têm uma importância vital.

Júlio – há uma cena que não esqueço, o Senador Efraim falou de quando fizemos algumas exposições de livros –, o senhor se lembra, no Rio de Janeiro, da primeira vez, Presidente Sarney e Presidente Renan, em que foram distribuídos livros em **braille**? Lembrome daquela alegria, daquele agradecimento das entidades dos deficientes visuais com lágrimas nos olhos. Os olhos dos cegos choram também, sentem na alma e no coração quando alguém pensa nas virtudes que eles possam ter com o apoio do cidadão que enxergou e que enxerga. Eu vi, Senador Renan, Senador Efraim, Senador Sarney, uma menina com deficiência visual pegar o livro, até assustei-me com o volume. Tínhamos feito, com o Campelo, um dicionário em *braille*. Pela primeira vez, no Brasil, o Senado fez um dicionário com dez mil verbetes. Ela abriu o dicionário – parece-me que na letra A – e o pôs contra o coração, abraçou o livro como se sentindo na alma o que representava aquilo e, com os olhos do dedo, leu um verbo e a sua descrição. Isso, sem dúvida nenhuma, foi uma das virtudes do Senado Federal, livro feito e elaborado com a coragem do Professor Campelo e do Júlio, botando as máquinas para trabalhar. E, hoje, praticamente, em todas as exposições, são distribuídos quatro ou cinco livros da cidadania, em que o deficiente visual pode tomar conhecimento de todos os direitos que o cidadão tem.

O Efraim tem dado continuidade a isso com uma coragem e com uma virtude imensa.

Sou torcedor permanente deste trabalho maravilhoso para o público externo. O Senado trabalha para produzir leis que dêem tranquilidade e segurança ao cidadão, mas está pensando naqueles que estão lá fora, disponibilizando a televisão, o Interlegis, o ILB.

O convênio com o BID, Senador Efraim, que V. Ex^a renovou agora, com o apoio do Presidente Renan – à época que se encerrava o convênio, eu estava praticamente no fim da minha gestão –, leva às Câmaras Municipais, às

Assembléias, como descreveu V. Ex^a, essa interligação forte político-partidária. O cidadão pode tomar conhecimento do que se passa aqui. Os legisladores municipais, os vereadores, que, às vezes, não tinham conhecimento da grande envergadura do ordenamento

jurídico brasileiro que se renovava a cada dia, foram tomando conhecimento e trocando idéias entre as Câmaras Municipais, no Brasil inteiro, buscando, sem dúvida nenhuma, aprimorar cada vez mais a sua legislação, sem sobrepor um projeto a outro que já estava em vigor em determinados Municípios.

Há uma virtude maravilhosa deste Senado que a sociedade por inteiro deveria tomar conhecimento – e tem tomado. Somos passageiros aqui, Efraim. Estamos aqui apenas porque uma parte da população acreditou no nosso trabalho. Um dia, teremos de ir embora, ou pela vontade de Deus, ou porque se encerra o nosso ciclo no Legislativo, mas os funcionários desta Casa são permanentes. Eles são o esteio de tudo aquilo que podemos realmente produzir em benefício dessa sociedade sofrida, amargurada, esperançosa, na busca de melhores dias.

Estou aqui mais, Senador Renan, Senador Sarney, Senador Efraim e senhores diretores, para homenagear o público interno. Quem foi administrador público, quem trabalhou no Executivo, como eu o fiz, sabemos da importância do público interno. Não podemos pensar que estamos apenas fazendo um trabalho para o público externo; sem o público interno, jamais poderia o trabalho progredir.

Cumprimento em especial os três Senadores que estão nesta Mesa e que acreditam no público interno: Senador José Sarney, Senador Renan Calheiros e Senador Efraim Moraes. Que Deus os proteja para continuarmos a dar um pouco da nossa vida em benefício daqueles que mais precisam.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Presidente José Sarney, ex-Presidente da República, ex-Presidente do Senado e o precursor deste movimento que levou o Senado a este estágio de modernização.

Com a palavra V. Ex^a, Senador José Sarney.

Antes, registro, com muita satisfação, a presença entre nós do nosso querido Vice-Governador de Santa Catarina e ex-Senador Leonel Pavan. É uma honra muito grande tê-lo aqui. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, que também acumula o cargo de Reitor da Universidade do Legislativo Brasileiro; Senador Efraim Moraes, 1º Secretário, a quem está entregue a tarefa de supervisionar estes órgãos; Denise Ramos de Araújo Zoghbi, funcionária extremamente competente desta Casa e que dirige o ILB; Dona Vânia Maione Alves Nina, Vice-Reitora da Universidade do Legislativo Brasilei-

ro, essa instituição hoje tão consolidada e vitoriosa; o nosso excelente Diretor, que comanda a administração desta Casa com tanta competência, Dr. Agaciel Maia; Dr. Márcio Sampaio Leão, Diretor do Interlegis; Sr^{as} e Srs. Senadores; eminentes colegas; minhas senhoras e meus senhores; funcionários desta Casa; o tempo é uma invenção do homem. A eternidade não existe de anos, nem de dias, nem de minutos, mas as datas redondas têm a capacidade de despertar em cada um de nós a noção dos anos. E nós hoje estamos aqui numa data redonda, os primeiros dez anos das instituições que foram criadas para melhorar o desempenho desta Casa.

O ILB, o Interlegis, a Unilegis e o Conselho Editorial estão inseridos em um projeto sistêmico que foi feito para dar modernidade ao Senado da República.

Tivemos uma sorte grande quando chegamos ao fim de um ciclo em que a organização desta Casa demonstrava cansaço ao longo do tempo e desatualização, tendo em vista o surgimento das novas tecnologias da informação que exigiam de todos nós um sentimento de modernidade e a atualização dos diversos procedimentos administrativos de modo a que melhor servissem ao Senado.

Estávamos chegando a um tempo em que nós tínhamos a presença quase diária de um sistema que se desmontava e que desaparecia mesmo dentro do Senado. As nossas sessões se prolongavam, às vezes, com um ou dois oradores, as matérias, e a maneira como era feita a Ordem do Dia, tudo isso mostrava o longo tempo em que nós estávamos adotando esses procedimentos.

As atas que eram feitas, o atraso do Diário do Congresso, o registro da presença dos Senadores, os trabalhos das comissões, tudo isso nos fazia constatar que era necessário a atualização desse modelo que se esgotava.

Recordo que, quando cheguei a esta Casa, em 1971, vinha de um mandato de Governador do Maranhão. Tinha levado ao Estado o primeiro computador que chegou à região Norte do País: o IBM-1200, de pesquisa. As funções que ele tinha hoje cabem em um **palm top** pequenino. Naquele tempo, o Salão Negro desta Casa não comportava esse computador, que ainda era feito com cartões perfurados e que eram o início da era tecnológica.

Aqui no Senado, propus que nós começássemos um processo de informatização com as novas técnicas que surgiam, que criássemos um **thesaurus**, com palavras-chaves como naquele tempo se pensava em fazer. Estou falando de quase 40 anos atrás.

Essas idéias determinaram que a Casa, por meio do Presidente Petrônio Portella, que teve uma grande

sensibilidade para o assunto, nomeasse uma comissão, que foi composta por mim, pelo Senador Carvalho Pinto e pelo Senador Ney Braga, com assessoramento direto do Dr. Eduardo Jorge, que era funcionário desta Casa.

Daí nasceu a concepção desse processo de modernização da informatização, e o Senado surgiu como pioneiro no Brasil. Das conclusões da comissão houve a criação do Prodasen, que hoje talvez seja o maior banco de dados de informação legislativa que tenhamos no Brasil e foi, vamos dizer, a fonte *mater* de todos os outros bancos que se montaram nas diversas repartições públicas.

Em 1994, fui eleito Presidente do Senado Federal. Devo fazer uma grande justiça neste instante: o Senador Pedro Simon batalhava nesta Casa, diariamente, contra o envelhecimento do sistema administrativo do Senado Federal, que repercutia nos nossos trabalhos. Uma das coisas a que me propus naquela eleição foi realmente dizer ao Senador Pedro Simon e a toda a Casa que havia essa ansiedade, que íamos fazer um projeto de modernização do Senado Federal, uma modernização administrativa capaz de colocá-lo em condições de ser um dos instrumentos mais modernos da administração brasileira.

Contratamos a Fundação Getúlio Vargas, que, com uma competente participação de excelentes funcionários do corpo técnico desta Casa – e aqui eu abro um parêntese para dizer que o Senado Federal possui o melhor quadro de recursos humanos da administração brasileira, tenho dito isso, repito, e não o faço no sentido de elogiar os servidores da Casa, mas de fazer uma profunda justiça ao recrutamento e, ao mesmo tempo, à dedicação que eles têm tido para com os trabalhos desta Casa – nasceu a idéia de não só mexer na estrutura administrativa que foi toda ela reformulada, não só nos trabalhos fins, mas nos trabalhos meios. E desse conjunto, enfrentamos dois níveis de desafios. O primeiro deles referia-se ao trabalho político legislativo.

Hoje nós sabemos, perfeitamente, porque isso é motivo de grandes estudos em todas as universidades, dos cientistas políticos, dos interessados na discussão do processo político, que a democracia representativa, da qual o Senado constitui um dos seus instrumentos, é, sem dúvida alguma, um processo que hoje está sob crítica profunda. Por quê? Porque, enquanto os Partidos políticos surgiram como uma maneira de aglutinação da opinião pública, eles surgiram para arregimentar, para divulgar idéias, para aliciar pessoas, lideranças. E as eleições, por meio deles, representavam as escolhas de representantes por um prazo determinado. Então, era assim que o povo se fazia representar. Era

assim a democracia representativa que nós temos. O Senado é um desses instrumentos de democracia representativa.

Acontece que, com as modernas tecnologias, há um processo que faz com que a velocidade com que os fatos dentro da sociedade se processem, as idéias se difundam, que esse processo viva em ebulição, de tal maneira que está existindo o que eles estão chamando de envelhecimento dos Parlamentos. Elege-se por quatro anos, por oito anos, e, dentro de dez ou quinze dias, os fatos divulgados em tempo real, conhecidos no mundo inteiro, modificam-se, multiplicam-se, são outras posições que se consolidam, e é impossível a democracia representativa, os representantes acompanharem esse processo.

E o que ocorre? Ocorre um choque entre a opinião pública e os Parlamentos. Por quê? Porque os Parlamentos, ao contrário dos outros Poderes, decidem com a participação da opinião pública.

Uma decisão do Poder Executivo é dada por qualquer responsável por sua área, mas é dada individualmente, e, quando ela se torna de público, já foi transformada em uma decisão. O mesmo ocorre na Justiça. Mas, aqui, não. Quando se inicia um processo, um projeto de lei, a sua tramitação está exposta à participação de toda a população. E é isso que faz do Parlamento o coração da democracia. Porque, a partir daí, todos opinam, todos têm opinião contrária, todos têm opinião a favor. E o questionamento das nossas decisões se processa do princípio até o fim. Evidentemente, durante esse processo, interferem não só as opiniões sobre as idéias contidas nessas leis, como também o julgamento das pessoas, dos Parlamentares. Então, somos um Poder exposto permanentemente a esse tiroteio que se exerce na opinião pública e dentro da sociedade.

Surgiu, assim, uma nova discussão: quem representa a opinião pública? Representa a opinião pública a vontade do povo, os Parlamentos, ou representa a mídia em tempo real, que transmite todo dia o que o povo pensa, o que o povo opina, o que o povo quer?

Por outro lado, muitos outros instrumentos, por um sistema de capilaridade, invadiram um tecido, como o da sociedade democrática, de modo que surgiram as ONGs, as OSCIPs, surgiu a sociedade civil organizada em sindicatos, corporações, enfim, todo tipo de aglutinação comunitária que passa a ter uma influência tão igual a dos Parlamentos e dos Parlamentares. Isso estabeleceu um choque entre o que faz o Parlamento e o que esse tipo de organização da sociedade conflita com a formulação antiga do que seria a democracia representativa.

Então, a pergunta é uma: marchamos para a democracia direta? De certo modo, esse é o caminho que está sendo definido através do tempo. No futuro, naturalmente algumas outras fórmulas existirão.

Temos que tratar com o presente. Nós não podemos tratar com o futuro. Temos que tratar com o barro do trabalho do presente, que é essa realidade com a qual temos que conviver. Ela veio para ficar. Ninguém vai retroceder. A sociedade, cada vez mais, vai cobrar mais; a sociedade, cada vez mais, vai querer participar. E isso é muito justo, porque daí nasceu esse conceito de exercício da cidadania, que representa o que a democracia tem de mais importante, que é o princípio de que ela assegura a cada um de nós, na igualdade do cidadão perante a lei, a possibilidade de ele participar do governo, da sua comunidade, do seu País, da sua cidade. Dessa forma, vimos como se fecha o círculo.

O primeiro documento sobre democracia que existe no mundo é o discurso de Péricles aos mortos na Guerra do Peloponeso, no qual ele fala que era necessário que se criasse um governo da sua cidade, na qual as pessoas pudessem opinar sobre o que se decidia. Então, vamos ver esse primeiro conceito de democracia e esse caminho longo que a humanidade já teve até chegarmos aos nossos dias.

A democracia, dizia Churchill, é um regime difícil, porque ele tem que ser construído. E cabe a nós, políticos, a missão de harmonizar os conflitos da sociedade. Essa é a grande função dos políticos, de harmonizar esses conflitos, defender as idéias, procurar uni-las, procurar torná-las realidade de modo que ela seja um conjunto, não da vontade pessoal de cada um, que é a fórmula de autoritarismo, mas do que representa o conjunto da sociedade. E o democrata passa a ser aquele que compreende que a sociedade democrática é feita de divergências; ela passa a ser uma coisa que pode ser definida da seguinte forma: sou um verdadeiro democrata quando penso que posso estar errado e que os outros podem estar certos. Aí, nasce realmente a concepção do democrata. Esse é o verdadeiro âmago da pessoa que se torna democrata. No momento em que a pessoa realmente começa a querer impor a sua vontade, nesse momento, ela começa também a construir dentro de si um certo processo de autoritarismo, sem a democracia ser ainda o que ela deve ser, que é um estado de espírito, não somente leis.

Foi com essas idéias que resolvemos criar um sistema de informação para que a sociedade pudesse acompanhar o que fazia o Senado Federal, porque ela não sabia e pensava que aquilo era uma porção de pessoas que estão ali a conversar, uma discursiva e a outra

fica olhando para a outra e ninguém toma conhecimento de nada e não se faz nada. Não! Criamos, então, um sistema de comunicação no Senado. Daí nasceu a televisão. Não se tratava da vontade do Senado Federal de ter uma televisão. Não! A televisão estava ligada a uma idéia de que ela deveria servir ao povo, para que o povo melhor se informasse das decisões que estão sendo tomadas, de como ele poderia opinar, de como ele poderia influir e de como ele poderia acompanhar esse processo. A televisão do Senado começou com esse objetivo, que, hoje, está sendo cumprido.

Após a implantação da televisão, também se criou o sistema de rádio. Complementando tudo isso, precisávamos dar não apenas a estrutura para a formação do pessoal que iria operar esse sistema, como também a compreensão do que se queria alcançar com isso. Nesse momento, houve a criação do ILB, órgão extremamente importante. Basta ver que o ILB já realizou mais de 100 cursos, conta com mais de 27 cursos a distância e já formou mais de 30 mil pessoas. O ILB destina-se justamente a proporcionar qualificação, formação e capacitação não somente aos funcionários da Casa, como também aos políticos, além de estabelecer um sistema de cooperação com todas as Câmaras Legislativas do Brasil e com todas as Assembléias Legislativas do Brasil.

Hoje, extrapolando mais ainda, de tal modo ele se consolidou, se tornou uma instituição respeitável, se tornou uma instituição útil, se tornou uma instituição de magnitude, que colabora internacionalmente. Já demos assessoria na formação dos Parlamentos de Guiné-Bissau, de Angola, de Timor Leste; já demos assessoria em Portugal; temos convênios com a Argentina; temos convênio com o Uruguai; temos convênios com o Paraguai, e estamos ajudando justamente o quê? Estamos ajudando a democracia, ajudando a modernização dos Parlamentos, ajudando o povo a compreender a democracia representativa como um instrumento da cidadania, na qual ele pode melhor se capacitar para participar das decisões da sociedade.

Então, quero me congratular com o ILB, com todos os que passaram por esse instituto e que o construíram, especialmente com a Dr^a Denise, que hoje dirige o ILB e é uma das funcionárias mais qualificadas desta Casa. Portanto, nós temos, no ILB, um instrumento a serviço do Brasil, da sociedade brasileira.

O Interlegis é outro braço que leva a todas as Câmaras Municipais do País, a todas as Assembléias a capacidade de participar de estudos, de receber os nossos documentos, por meio das nossas videoconferências, dos nossos cursos. No Brasil inteiro, ele já se derrama em todas as Câmaras Legislativas.

E a Unilegis? A Unilegis, já prevista em 1996, na Resolução nº 9/97, já previa que íamos dar um salto mais alto; íamos entrar, então, numa formação dos já formados, vamos dizer assim, trabalhar na pós-graduação, trabalhar no aperfeiçoamento, nos cursos de formação, em nível superior, enfim, naquilo que a Lei de Diretrizes e Bases preconiza.

A Universidade, atualmente dirigida pela Doutora Professora Vânia, também está cumprindo muito bem a sua finalidade. Hoje, já temos turmas formadas. Trata-se de um centro de estudos, de debate de idéias, uma casa de pensamento, que nós, o Senado, instituímos nesta Casa.

Quero cumprimentar também todos os que fazem a Unilegis e que lá trabalham, representados aqui pelo Dr. Márcio, que dirige essa universidade.

Vou falar agora do Conselho Editorial. E aqui falo de um carinho meu, pessoal, de uma paixão antiga, que Deus me deu quando nasci e que até hoje tem sido meu maior amigo: o livro. Nunca deixei de tê-lo ao meu lado e de permitir que me acompanhasse a vida inteira. É ele que preenche os meus vazios, as minhas solidões e as minhas necessidades de, muitas vezes, não estar só.

Então, quero mostrar um pouco disso. Quando fui convidado a ser candidato a Presidente também desta Casa pela segunda vez, perguntei: tenho que deixar o Conselho Editorial? Se tiver que deixá-lo, prefiro ficar no Conselho Editorial e não ser Presidente da Casa. Mas pude acumular.

O Conselho Editorial realmente tem uma grande alma, desde o princípio, e também um corpo. Essa alma e esse corpo se chamam Professor Joaquim Campelo. Grande filólogo, grande gramático e um dos responsáveis pelo dicionário **Aurélio**, em que trabalhou tantos e tantos anos da sua vida. Tenho a felicidade de dizer que também foi outra dádiva de Deus que, desde os bancos escolares, eu tivesse conhecido e tido ao meu lado, como tenho até hoje, Joaquim Campelo, que, além de tudo, é uma figura humana extraordinária.

O nosso Conselho Editorial também teve outra finalidade dentro de tudo isso, porque uma das coisas que acontece no Brasil é que as obras pelas quais ninguém mais se interessa, que estão esgotadas, que são consideradas hoje uma raridade, não são reeditadas, e o resultado disso é que as universidades mesmo não têm conhecimento delas. E são obras importantes, nas quais temos que estabelecer uma ligação com o passado, com o presente e também com o futuro. Quem não se preocupa com o passado perde a noção do presente, e quem não se preocupa com o futuro não tem direito a ter o presente.

Então, fazemos isso por meio do Conselho Editorial. O Senado sempre teve essa preocupação. Nós já temos quase mil títulos editados pelo Senado Federal, em obras, panfletos, ensaios. No Conselho Editorial, sistematicamente, nós fizemos justamente esse trabalho. Temos publicado obras raríssimas, que estão aí à disposição e que jamais, no Brasil, se publicariam hoje. Por exemplo, nós editamos o **Código Filipino**. Nunca se tinha feito isso no Brasil. O **Código Filipino** está aí, hoje, à disposição dos advogados, à disposição das universidades com uma raridade bibliográfica que não se encontra em lugar nenhum. Livros que têm um, dois, três exemplares em bibliotecas, nós os reeditamos. Nós temos aí a **Viagem ao Brasil**, de Agassiz, publicada por nós. Temos a **História do Império**, de Tobias Monteiro, aquele monumento de história que retrata a vida do Império. Tobias Monteiro foi o homem que escreveu também um livro pequeno, mas que considero muito importante, chamado **Pesquisas e Depoimentos**, um livro que também, algum dia, Campelo, nós poderemos publicar no Conselho Editorial. Cito, ainda, **A Ilusão Americana**, de Eduardo Prado.

Lembro também que, agora mesmo, nós estamos prestando um serviço ao Iphan, que jamais teria esta oportunidade. Nós estamos publicando um trabalho extraordinário sobre as cidades históricas brasileiras. Já saímos com Tiradentes, já saímos com Parati, vamos sair com todas elas. E, naturalmente, os Senadores vão ficar aqui felizes, se cada um levar ao seu Estado esse trabalho extraordinário que nós e o Iphan estamos fazendo.

Estou aqui, justamente, com a relação dos livros que nós publicamos. Por exemplo, vejo aqui, o **Inventário de Documentos Históricos Brasileiros**, de Ivoncísio Meira de Medeiros. Vejo **O Meio Circulante no Brasil**, de Julius Meili, também um livro raríssimo, que jamais poderíamos editar. Há, também, **Capítulos de História Colonial**, de Capistrano de Abreu. São autores que ninguém se interessa em publicar.

Campelo, estou com a idéia de republicarmos o primeiro livro de Medicina que já se publicou no Brasil, que é **A Cura da Doença Pestilenta de Pernambuco**. Então, o Senado vai oferecer também à classe médica essa raridade. Só há dois exemplares no mundo, e vamos reeditá-lo também aqui no Conselho Editorial do Senado Federal.

Até minha garganta já começa a dizer que devo parar, e os senhores também já sabem da minha intenção nesta tribuna, que é louvar, dizer, como se diz em orações na Igreja, que é justo e necessário que se dê graças a Deus pela existência de instrumentos tão importantes para a sociedade brasileira e para o

exercício da cidadania. Não é para o Senado, mas para o povo brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB no Senado Federal.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dirigentes e servidores do Conselho Editorial da Unilegis e do ILB, senhoras e senhores convidados presentes a esta sessão tão relevante do Senado Federal, quero cumprimentar o Sr. Presidente Renan Calheiros, o Sr. 1º Secretário da Casa, Senador Efraim Morais, o Sr. Senador José Sarney, a Sr^a Denise Ramos de Araújo Zoghbi, Diretora-Executiva do ILB, Instituto Legislativo Brasileiro, a Sr^a Vânia Maione Alves Nina, Vice-Reitora da Universidade do Legislativo Brasileiro, o Sr. Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral do Senado Federal, o Sr. Joaquim Campelo Marques, Vice-Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal, e o Sr. Márcio Sampaio Leão, Diretor do Interlegis.

Sr. Presidente, uma Casa que faz as leis e representa a Nação envolve-se a fundo com suas populações e deve, por isso, credenciar-se ao respeito e à admiração de todos. Uma Casa que, além de cuidar da elaboração legislativa, preocupa-se também com o saber haverá de merecer do povo, com o tempo, seu melhor apreço. O Senado da República vai neste sentido: faz as leis e zela pelo saber para treinamento e aperfeiçoamento de seus servidores e, ademais, estendendo benefícios assemelhados aos Legislativos Estaduais.

Hoje, nesta sessão solene – e é bom que ela tenha sido convocada –, comemoramos o primeiro decênio do ILB, Unilegis e Conselho Editorial.

Na verdade, dez anos de Conselho Editorial, dez anos de ILB e seis anos de Unilegis.

Estou acostumado com improviso e me perdi. Sinceramente, eu me perdi aqui. Sem ser poeta, a gente acaba se encontrando no caminho da volta.

Esse conjunto forma o apoio que se entendeu necessário à qualificação profissional dos servidores da Casa, com as extensões que alcançam os que, direta ou indiretamente, atuam na comunidade legislativa do Brasil formando o universo de 140 mil funcionários, técnicos e 53.400 Parlamentares. Tal complexo, localizado ali do outro lado da rua, é muito mais que um sistema integrado de ensino: é a Universidade do Legislativo, idéia vitoriosa que agora comemoramos.

Com este pronunciamento, apresento, então, comovida saudação a todos os dignos seres humanos que constroem o dia-a-dia desse processo valioso e de futuro.

Antes, desejo render tributo a quem lançou a primeira idéia de criação do Unilegis: o ilustre Parlamentar Júlio Campos, que passou por esta Casa, dela foi 1º Secretário e por aqui deixou realizações significativas.

Alguns dos Senadores presentes a esta sessão provavelmente têm na lembrança a figura de Júlio Campos, hoje ausente dos Plenários, mas ainda atuando, inclusive como membro da Executiva de seu Partido. Foi ele o responsável pela ampliação e modernização dos gabinetes dos Senadores, foi ele também o construtor das magníficas instalações do Serviço Médico do Senado Federal – obra erguida em menos de dois meses, muito importante e de custo reduzido, que, pelo estilo do edifício, é chamada “construção espacial”, suportada por estruturas metálicas. Foi dele também a iniciativa e a construção do atual restaurante dos Senadores.

Para relembrar a história, era o ano de 1994, quando o Senado era presidido pelo saudoso e bravo Senador paraibano Humberto Lucena. À época, o 1º Secretário transmitiu a Lucena e aos demais Senadores a idéia que acalentava. A Comissão Diretora viu com bons olhos a sugestão. De lá para cá, o sonho percorreu caminho difícil até chegar à grata realidade de hoje. Outros abraçaram a boa idéia. E sua materialização, é de justiça lembrar, coube ao Presidente José Sarney.

Centros de excelência na qualificação técnico-profissional, o ILB, a Unilegis e o Conselho Editorial são hoje instituições de que nos orgulhamos. Ao longo desses dez anos, vêm promovendo atividades educacionais diversas, como cursos, seminários, palestras, videoconferências, implementando programas de estudos avançados em convênios com outros Parlamentos em assuntos pertinentes às peculiaridades do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Municipais, inclusive envolvendo, positivamente, os órgãos auxiliares dos Parlamentos, como o Tribunal de Contas da União, os Tribunais de Contas dos Estados, além das Prefeituras Municipais.

Mais recentemente, em 2001, na gestão do saudoso Senador Antonio Carlos Magalhães, instituiu-se a Universidade do Legislativo, a Unilegis, instituição que veio a se somar ao ILB na relevante missão da educação no serviço público, promovendo cursos de graduação, pós-graduação, extensão e seqüenciais.

O ILB é o órgão executivo da Unilegis, criada na gestão Senador Antonio Carlos Magalhães.

À sua frente encontra-se a Drª Denise Zoghbi, que todos nós conhecemos, inclusive por seu trabalho anterior, de Diretora da Secretaria de Taquigrafia. A ela transmito cumprimentos efusivos pela comemoração dos dez anos do ILB, pedindo-lhe que os estenda a todo o corpo de servidores que, juntos, trabalham pelo fortalecimento do principal sustentáculo da democracia, que é o Poder Legislativo.

Outra figura notável é a Vice-Reitora da Unilegis, Drª Vânia Maione Nina, executiva pública formada nos mais sofisticados níveis dessa competente instituição chamada Banco do Brasil. Vânia Nina é Vice-Reitora Acadêmica, ao lado do experiente, competente e atento Dr. Agaciel Maia, Vice-Reitor Executivo.

De 2001 a 2003, o fraterno e inesquecível Ramez Tebet foi o primeiro Reitor da Unilegis. De 2003 a 2005, a vez foi de José Sarney. Atualmente, em período de muitas realizações, é seu Reitor o Presidente Renan Calheiros, devendo, neste momento, ressaltar o papel significativo que exerce o 1º Secretário da Casa, Senador Efraim Morais, que, além de desempenhar com muita competência o corriqueiro, o dia-a-dia, o cotidiano, liberando os processos com rapidez, sabendo tocar as parcerias que vão fazendo a grandeza em volume, sem desmerecer a grandeza qualitativa dessas instituições de ensino do Legislativo, promoveu três grandes feitos, obteve três grandes conquistas: a parceria com a Unisul, Universidade do Rio Grande do Sul, com a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, e com a UnB, a tradicional Universidade de Brasília.

Sr. Presidente, depois de ter lido aqui esse improviso, gostaria de dizer algumas coisas que são do meu próprio sentimento, como eu vejo. Percebo, nos Vereadores do meu Estado, nos Deputados Estaduais do meu Estado, nos Vereadores e Deputados Estaduais do meu Partido ou de quaisquer latitudes ideológicas ou partidárias por onde eu ande neste País, o dedo construtivo da Unilegis e, portanto, do Conselho Editorial e do ILB. Vejo Vereadores e Deputados Estaduais se graduando nos cursos que já são oferecidos pela Unilegis e percebo que isso contribuirá, ao longo do tempo, para melhorar o nível intelectual dos Parlamentos Brasileiros.

Ainda há pouco, e com toda a sua experiência de homem público, o Presidente José Sarney falava que pode ser que sim, pode ser que não, mas pode ser uma tendência futura, Presidente Sarney, essa coisa da democracia direta, que cabe tão bem na Suíça, tão pequena, tão diminuta e tem plebiscito para aquilo, plebiscito para aquilo lá. Aqui, no Brasil, quando vejo muito a história de plebiscito, percebo que sempre há

uma tentativa de desmerecer e de diminuir as prerrogativas do Legislativo. Plebiscito para isso...

Eu próprio quero definir aqui essa questão do aborto. Sou católico praticante e nem era para estar aqui me expondo, mas me exponho, sim. Sou a favor, por entender que, enquanto dizemos que somos a favor da vida, proibindo o aborto, há mulheres morrendo todos os dias porque não conseguem sustentar seus filhos e, a não tê-los, terminam indo a falsas clínicas, enquanto as pessoas mais abastadas recorrem às clínicas que colocam seus disfarces. Enfim, qualquer coisa que pareça com hipocrisia não é nada de que eu goste, nada que eu aprecie.

Portanto, não preciso de plebiscito para definir meu voto aqui. Não preciso de nenhum plebiscito. Não preciso de plebiscito para dizer isso ou aquilo.

Eu estou pronto para votar com muita independência e dentro do que eu imagino que seja o meu papel, dentro dos limites determinados por minha consciência, qualquer matéria que esteja prevista pela Constituição e que chegue ao Senado Federal. Não quero me amparar em plebiscito, não quero muleta qualquer, não quero nenhum amparo que não seja o da minha consciência para decidir sobre qualquer matéria.

Eu vejo autoritarismo quando se fala muito em plebiscito e vejo uma certa covardia cívica quando a gente diz: Ah, então vamos convocar o plebiscito, porque aí o povo decidiu e a gente segue o povo.

Tem horas em que a gente segue o povo; tem horas em que o povo nos segue. Tem horas em que temos de ir contra a maré do povo, até porque, se não for assim, não há interação nunca.

Homem público que não enfrenta as marés da opinião pública das quais ele discorda termina sendo um homem público amputado, pela metade. Ele precisa ter coragem de dizer: “Muito bem. A maioria está pensando assim, mas eu continuo pensando assado”. E, quem sabe, essa idéia um dia não vinga, não vence.

Eu sou parlamentarista. E o parlamentarismo hoje, neste País de chefes e de chefetes, de oligarquias, que ainda predominam nos Estados – oligarquias municipais, estaduais, de aparelhamento de máquina de Estado –, se perguntamos se preferem o Parlamentarismo, que faz a prosperidade da maioria dos países ricos do mundo, ou o Presidencialismo, que é um regime até indecoroso, que possibilita a meu ver a existência de chefetes, de oligarcas e de chefes – e o povo não deveria ter chefetes, nem chefes, nem oligarcas; o povo deveria ter líderes que ele credenciasse para serem seus líderes, enquanto os líderes merecessem – neste País, se colocamos em votação agora se é parlamentarismo ou presidencialismo, a

maioria diria presidencialismo, e não é por isso que eu vou virar presidencialista, até porque eu não gosto de oligarcas, de chefes, nem de chefetes.

Tenho companheiros no meu partido, mas não tenho chefes.

Nenhum deles é meu chefe. O Presidente Fernando Henrique é uma figura cuja liderança eu tenho seguido, mas meu chefe ele não é. Se me pedir para pular de uma janela, eu digo a ele: “Presidente, eu não pulo”. Se me pedir algo absurdo, de que eu discorde, eu digo para ele: “Estou discordando”. E digo para ele sempre quando discordo, e minha relação com ele é de discordância e concordância sempre. Depois, nós aparecemos com a opinião, que é a opinião do meio, justa, num debate franco de pessoas iguais.

Então, se é assim, nós temos de perceber que deve estar muito longe esse momento em que a democracia direta substituirá o Parlamento brasileiro, que precisa, sim, modernizar-se, preparar os representantes do povo, até porque o sentimento empírico, a sensibilidade, isso tudo vai até um certo ponto, mas quem dirige um fusca não é capaz de pilotar um automóvel de Fórmula Um, então é fundamental que se preparem intelectualmente, sim, se puderem, aqueles que representem o povo em quaisquer níveis. Eu vejo que, no futuro, se for este o destino, nós teremos uma outra conformação, até porque no passado nós tínhamos outra forma de representação popular, muito mais pálida. Hoje, com todas as crises, que são as do Parlamento brasileiro, não só as do Parlamento brasileiro, mas as do Parlamento ocidental inteiro, e eu poderia até dizer que nós temos no Ocidente tradição parlamentar muito mais forte do que no Oriente, enfim as crises que são próprias do Parlamento, crises até de desprestígio, que são próprias do Parlamento Ocidental, mais agudas aqui, menos agudas acolá, essas crises não devem, neste momento, ser substituídas por nada parecido com democracia direta. O coronel Chávez gosta disso. Eu não gosto do coronel Chávez. O Comandante Fidel Castro gosta disso. Eu não suporto o Comandante Fidel Castro.

Que as coisas fiquem claras e nítidas, porque aí fica tudo tão fácil. Nós deixamos as pessoas gostarem de nós, quando elas querem, e não gostarem quando elas não querem. É melhor do que ter úlcera. Eu sempre achei que, na minha vida pública, eu ia terminar a minha carreira sem ter úlcera, porque eu sempre tratei de passar a minha úlcera para os outros, dizendo sempre o que eu sinto, de maneira muito nítida e muito transparente.

Eu vejo, senhoras e senhores, que, neste momento, o que temos de tratar mesmo é fazer do Parlamento uma realidade forte, uma realidade competente. Dizia-

me, outro dia, o Prefeito de Manaus que um Vereador, certamente muito bem intencionado – e eu não estou aqui a ridicularizar o Vereador, de jeito algum; não há um pingão de sarcasmo na minha voz –, viu certa injustiça no Código Civil Brasileiro, e apresentou um projeto corrigindo, supostamente, três parágrafos, três itens do Código Civil Brasileiro. Uma pessoa como essa, que teve a sensibilidade de perceber o que estava errado em um Código, que, certamente, terá seus equívocos, teria de saber que não é da competência do Parlamento Municipal fazer aquele tipo de propositura. Para que serve, então, a Unilegis? Para que serve o ILB? Para isto: para preparar e adequar, ao exercício das suas nobres funções, os Vereadores, os Deputados Estaduais, e, sempre que recorram a eles, os Deputados Federais e os Senadores.

Eu entendo que, se fizermos isso, nós construiremos solidamente um edifício democrático neste País. Eu não acredito em nenhuma solução que não seja a da democracia, e não vejo nenhuma solução boa para a democracia brasileira que não passe para o fortalecimento do Parlamento deste País.

Pelo zelo que temos pela própria democracia, temos de ter zelo também pelo preparo dos nossos Parlamentares, para que eles desempenhem a sua função de acordo com a expectativa dos eleitores que votam neles. Melhores eleitores, melhores Parlamentares. Mas Parlamentares com boas intenções nem sempre conseguem ser bons Parlamentares, pois podem lhes faltar as ferramentas para desempenharem corretamente os papéis que lhes cabem nesse jogo bonito, que é o jogo da cena democrática.

A boa intenção não basta. É fundamental ter o embasamento teórico para poder discorrer sobre certa matéria e, sobre esse aspecto, parabenizo a Mesa inteira e parabenizo o Senado Federal pelo trabalho profícuo que há tanto tempo vem realizando, lembrando, Sr. Presidente Renan Calheiros, o trabalho da gestão de V. Ex^a, o trabalho da gestão do Presidente José Sarney, não esquecendo os falecidos e saudosos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Ramez Tebet.

Era o que eu tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Exm^o Sr. Senador José Sarney, Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal; Exm^o Senador Efraim Morais, 1^o Secretário do Senado Federal; Dr. Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral do Senado Federal; Denise Ramos de Araújo Zoghbi, Diretora Executiva do ILB; Vânia Maione Alves Nina, Vice-Reitora da Universidade do Legislativo – Unilegis; Márcio Sampaio Leão, Diretor-Executivo do Interlegis – vejo agora, nesta sessão especial, com muita satisfação para o Senado Federal, a presença, que eu gostaria de

destacar, do Exm^o Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Antonio Herman Benjamin; é uma honra muito grande tê-lo aqui nesta sessão –; Dr^a Cláudia Lyra, Secretária-Geral da Mesa Diretora do Senado Federal; Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB no Senado Federal; Srs. Senadores, quando da inauguração do Instituto Legislativo Brasileiro, o Senador José Sarney, sob cuja Presidência no Senado o Instituto fora criado, lembrou – eu gostaria de destacar – a necessidade de os Parlamentos se adaptarem à nova realidade e aos novos desafios que a democracia representativa no final do século XX enfrentava. Há pouco o Senador Arthur Virgílio também falou sobre isso.

Essa nova realidade implicava a necessidade de uma interlocução constante e permanente – não restrita, obviamente, aos momentos eleitorais – entre o Parlamento e a opinião pública.

Essa nova realidade, dizia então o Senador José Sarney – e eu cito aqui o seu brilhante discurso –, é a da “interação com a sociedade para que possa agregar a sua legitimidade de origem, através do voto recebido dos eleitores, a esta outra legitimidade, de uma sintonia permanente com a opinião pública nacional”.

Creio que podemos dizer, sem medo de errar, que os últimos dez anos confirmaram exatamente essas palavras.

É cada vez mais importante, para a vitalidade do Parlamento, a existência de instituições como o Instituto Legislativo Brasileiro e a Universidade do Legislativo Brasileiro, às quais devemos também acrescentar o programa Interlegis.

Esses canais, pelos quais retorna à sociedade uma parte do que se produz aqui no Senado Federal e que vai além da produção legislativa, como muitos disseram aqui, são, cada vez mais, essenciais para a instituição parlamentar, no que ela tem de mais fundamental.

Isso é ainda mais verdadeiro quando se considera a política de publicação do Senado, que, há 10 anos, sob a orientação do Conselho Editorial do Senado Federal, vem tornando disponível para o público em geral uma série de obras de valor histórico e cultural que, de outro modo, seriam de acesso difficilimo ou mesmo, Professor Campelo, quase impossível.

Temos, portanto, motivos para nos orgulhar do nosso ILB, de nossa Unilegis e de nosso Conselho Editorial. Esse conjunto de instituições, voltadas para a produção e disseminação do conhecimento, seja na comunidade legislativa, seja na sociedade em geral, dá ao Parlamento brasileiro uma face reconhecidamente contemporânea, sintonizada com as necessidades da sociedade e com o que se espera de um Parlamento moderno, de um Parlamento efetivo.

Nos seus 10 anos de existência, o ILB já treinou mais de 30 mil profissionais, em 120 cursos presenciais e 27 cursos a distância, que incluem desde o ensino de línguas até Relações Internacionais e Economia.

Responsável, primeiro, pela formação e treinamento de nossos servidores do Legislativo, de nossos Senadores, o ILB, no entanto, faz justiça à sua vocação complementar de abrir-se para a sociedade. São inúmeras suas parcerias com Assembléias Legislativas, com Tribunais de Conta, com o Tribunal de Contas da União, com universidades e com outros órgãos públicos.

Dez anos completa também o Conselho Editorial do Senado Federal, que, nesse tempo, já resgatou 180 obras de interesse histórico e cultural, todas elas anteriormente indisponíveis no mercado editorial brasileiro.

O Senado, por meio do Conselho, realiza, portanto, um trabalho de recuperação e de preservação cultural da mais alta relevância, mais uma vez, Srs. Senadores, fazendo retornar à sociedade, e não apenas na forma de leis, a confiança que lhe foi depositada pelos cidadãos, como eu dizia, com a publicação de obras raríssimas, de obras esgotadas, de verdadeiras raridades, de obras importantes, que fazem parte desse propósito de difusão cultural do Senado Federal.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para, mais uma vez, agradecer a excelência do Conselho Editorial, como Senador alagoano. Quero também agradecer ao Presidente Sarney e ao Professor Campelo por terem publicado a Enciclopédia das Alagoas, o que abre, sem dúvida, espaço para que tenhamos uma enciclopédia do Brasil.

Responsável, primeiro, pela formação e treinamento de nossos servidores do Legislativo, o ILB, no entanto, faz justiça a sua vocação complementar de abrir-se para a sociedade. São inúmeras – lembrava há pouco o Senador Arthur Virgílio – suas parcerias com assembléias, com outros órgãos também.

A Universidade do Legislativo Brasileiro, criada em 2001, sob a Presidência do saudoso e querido amigo e grande Presidente do Senado Federal Senador Antonio Carlos Magalhães, embora mais jovem, também já tem resultados impressionantes a acrescentar. Esse trabalho foi continuado pelo nosso também querido e grande Senador Ramez Tebet.

Já foram formados 216 alunos em cursos de pós-graduação *lato sensu* em Direito Legislativo, Administração Legislativa, Análise de Constitucionalidade e Geração de Tecnologia da Informação, em parceria com a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e da Universidade de Brasília.

Outros 221 alunos passaram pelos cursos de extensão, que abordaram temas que vão da Ciência Política a Impactos e Tecnologia da TV digital.

Atualmente, estão em andamento três cursos de especialização em Ciência Política, Comunicação Legislativa e Direito Legislativo – e um outro de Orçamento Público, em parceria com o Tribunal de Contas da União. Ao todo, 183 alunos freqüentam esses cursos.

Além disso, a Unilegis vem investindo igualmente em cursos de educação a distância: atualmente, 619 alunos cursam a graduação a distância em Administração Legislativa, em parceria com a Unisul.

Como disse, minhas senhoras e meus senhores, temos motivos de sobra para nos orgulhar de nosso ILB, de nossa Unilegis e de nosso Conselho Editorial.

Sr^a Diretora do ILB, Dr^a Denise Zoghbi, fico particularmente feliz em lembrar que tive a oportunidade de dar a minha pequena, modesta contribuição a essa história de sucesso quando, exercendo a 2^a Secretária da Mesa Diretora do Senado Federal, por recomendação do Presidente José Sarney, estive à frente da Comissão de Modernização do Senado, responsável pela resolução que deu origem ao Instituto Legislativo Brasileiro, à Unilegis, ao Sistema Legis. Foi ali, justamente, que nasceu a idéia de modernizar o Senado Federal, processo que tem sido contínuo graças ao compromisso dos membros da Mesa e dos Senadores com a instituição.

Senador Efraim Morais, meu querido amigo e 1^o Secretário do Senado Federal, V. Ex^a – e não faço segredo, pois, toda vez que tenho a oportunidade de dirigir algumas palavras, digo isso – é hoje talvez o principal responsável pelo sucesso das políticas de formação e valorização de pessoal desta Casa do Congresso Legislativo brasileiro. Se o ILB e a Unilegis ganham níveis superiores de qualidade em cursos, isso se deve, sem dúvida, a uma diretriz traçada por V. Ex^a, que busca, acima de tudo, oferecer qualidade ao trabalho dos Senadores e, conseqüentemente, à própria sociedade.

Todos os Senadores têm um carinho muito especial pelo ILB e pela Unilegis, entre os quais cito o Presidente da CCJ, Senador Marco Maciel, que sempre nos dá a honra de abrilhantar cursos ali realizados. Cito igualmente os Senadores Cristovam Buarque, Augusto Botelho, Wellington Salgado, Valter Pereira, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi, Arthur Virgílio e ACM Júnior.

Senhoras e senhores, essa modernização que avança a cada dia no Senado Federal ocorre principalmente porque há, sem dúvida, o empenho e a dedicação do valoroso, valoroso mesmo, quadro de servidores

do Senado. A todas as mulheres e homens que fazem o dia-a-dia desta Casa, nos trabalhos legislativos, na área administrativa, minhas sinceras homenagens. Tenham no Presidente do Senado Federal um aliado fiel, um incentivador permanente.

Por fim, creio que podemos dirigir a todos nós sinceras congratulações por contarmos tão proximamente com instituições como as que hoje homenageamos.

Muito obrigado a todos.

Eu gostaria de convidar todos os presentes para se dirigirem ao Salão Negro do Congresso Nacional, onde se fará a abertura da exposição *Nossas Excelências*, do ILB, Conselho Editorial e Unilegis.

Cumprida a finalidade da sessão, eu agradeço às personalidades presentes, aos servidores do Senado Federal, a todos, enfim, que nos honraram com suas presenças.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Sr. Senador Augusto Botelho enviou discurso à Mesa alusivo ao presente evento para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fico muito feliz de poder, daqui desta tribuna, parabenizar o Conselho Editorial do Senado e o Instituto Legislativo Brasileiro pelos seus 10 anos de existência.

Também quero dar os parabéns para a Universidade do Legislativo, a Unilegis, que, nos últimos 6 anos, tem prestado um excelente trabalho na democratização do acesso ao ensino e à informação, além de fomentar a produção e aplicação de novos conhecimentos na melhoria da atuação do Legislativo Brasileiro.

Desde 1970, o Senado Federal se preocupa em desenvolver atividades educacionais para treinamento e atualização dos servidores visando sempre à excelência na prestação de seus serviços à sociedade.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, inicialmente, foram criados o Serviço de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal; depois, o Centro de Formação e Administração Legislativa, que foi transformado, em seguida, no Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Senado Federal. Em 1997, nasceu o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

O ILB é um centro democrático de capacitação técnico-profissional voltado para os servidores públicos de todas as esferas e agentes do Poder Legislativo, inclusive os parlamentares. Além dos cursos presenciais, também são oferecidos cursos à distância. E tenho orgulho de dizer que, nos últimos 10 anos, o ILB tem conseguido compartilhar o conhecimento com excelência e ética, contribuindo para o desenvolvimento Brasil, uma vez que um dos objetivos do ILB é o aprimoramento dos procedimentos legislativos.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o Conselho Editorial do Senado também tem prestado importante serviço ao Senado e à sociedade, pois edita obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil, além de nos fornecer subsídios para refletirmos sobre os destinos do país. Meus parabéns a esse centro de excelência editorial pelos 10 anos de existência!

Finalmente, quero falar um pouco sobre a Unilegis, a Universidade do Legislativo Brasileiro. Eu acredito que a Unilegis tem conseguido cumprir o seu papel de democratizador do ensino superior, uma vez que realiza ações de educação superior, direcionadas para a realização de cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização), em parceria com renomadas universidades federais.

Além disso, a Unilegis sempre nos convida para participar de atividades de extensão, por meio de seminários, ciclos de conferências e cursos de curta duração.

Quero aproveitar esta oportunidade, Sr. Presidente, para chamar a atenção do cidadão que me assiste agora pela TV Senado: venha visitar a Exposição Comemorativa que foi montada para homenagear e comemorar o sucesso do ILB, da Unilegis e do Conselho Editorial do Senado, aqui, nesta Casa, até o dia 31 de agosto.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 12 horas e 21 minutos.*)

Ata da 136ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 28 de agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Álvaro Dias, César Borges,
Papaléo Paes, Antonio Carlos Valadares, Garibaldi Alves Filho e Mão Santa*

ÀS 14 HORAS ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:



Senado Federal

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 28/8/2007 07:39:11 até 28/8/2007 20:48:27

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ÁLVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
DEM	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CICERO LUCENA	X	
Bloco-PT	MS	DEL CÍDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMÓN	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	

Compareceram: 71 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 71 Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Nos termos dos Requerimentos nºs 721 e 922, de 2007, de autoria do nobre Senador Adelmir Santana e outros Senhores Senadores, o tempo dos oradores da Hora do Expediente será dedicado a comemorar o Dia do Corretor de Imóveis.

Tenho a honra de convidar, para compor a Mesa, o Sr. Luiz Carlos Attié, Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 8ª Região e Gerente de Projetos do Setor Noroeste do GDF. (Palmas.)

Convido, para compor a Mesa, o Exmº Sr. Senador Adelmir Santana, autor do requerimento responsável por esta sessão. (Palmas.)

Convido também, para compor a Mesa, o Sr. João Teodoro da Silva, Presidente do Conselho Federal de Corretores de Imóveis.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Adelmir Santana, primeiro signatário do requerimento.

Tem V. Exª a palavra, Senador Adelmir Santana.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, meus amigos Corretores de Imóveis, gostaria de iniciar este pronunciamento falando de um exemplo de dignidade. Brasília está de luto profundo. Perdemos neste domingo, 26 de agosto, um dos seus mais dignos entusiastas, o empresário Newton Rossi, criador e primeiro Presidente da Fecomércio/DF, fundador do Creci, fundador do Sindicato de Imóveis. Foi um brasileiro de primeira hora, que viu a cidade nascer, crescer e se desenvolver, sempre acreditando nas forças produtivas e no trabalho honesto. À Capital brasileira este pioneiro dedicou os melhores momentos de sua vida, fez de Brasília também o seu pouso eterno. Líder empresarial, homem iluminado pela espiritualidade, pelas causas humanistas, poeta de alta sensibilidade, com versos traduzidos para uma dezena de diferentes idiomas, combatente da democracia, da ética, das artes e da cultura, sua morte deixa um vácuo na sociedade brasileira que dificilmente será preenchido. Newton Rossi é desses homens que

transformaram a sua existência em um exemplo para as atuais e futuras gerações.

Faço este registro, Sr. Presidente, porque a morte dele aconteceu no domingo, estávamos fora de Brasília e, por ser Presidente da Federação do Comércio, tentamos retornar do Rio Grande do Sul, mas não foi possível chegar a tempo para render as justas homenagens a Newton Rossi. Estendo os meus cumprimentos de pesar a toda a Brasília e, em especial, a sua família.

Meus amigos corretores de imóveis, já faz parte da tradição desta Casa comemorar o Dia Nacional do Corretor de Imóveis, que, no calendário dos mortais, ocorre no dia 27 de agosto; portanto, foi ontem.

Nada mais justo do que esta comemoração. Afinal, vivemos e trabalhamos em Brasília, cidade de apenas 47 anos de existência, onde muito se construiu e muito ainda há de se construir. Como de resto o Brasil é um País em construção.

Tradicionalmente, o requerimento para a realização desta sessão de homenagem aqui no Senado era feito quase sempre, nos últimos anos, pelo Senador Paulo Octávio, hoje atual Vice-Governador do Distrito Federal. Ao assumir o meu mandato como suplente, conforme reza a Constituição brasileira, assumo também esse dever cívico com essa categoria. Então, de hoje em diante, meu caro Attié, o Dia do Corretor de Imóveis é também o meu dia. (Palmas.)

Portanto, João Teodoro, esteja certo de que o senhor continuará tendo aqui um corretor de imóveis a representá-los no Senado da República, até porque essa é uma profissão que está intrinsecamente ligada à construção de Brasília e a todos os milhares e milhares de transações imobiliárias que se realizaram aqui no Distrito Federal ao longo desses cinquenta anos, nos quais o homem brasileiro vem erguendo, como disse Juscelino Kubitschek, “um novo tempo e um só tempo”.

Profissão que está ligada, portanto, à construção e ao **habitat**, corretor de imóveis, seja pessoa física, seja pessoa jurídica, é hoje elo indispensável para a segurança das partes envolvidas em qualquer transação imobiliária. Ele é uma espécie de guardião do nosso imóvel, da nossa residência e, em última instância, do nosso próprio lar.

Os elevados valores monetários com que esse profissional se vê envolvido representam, não raras vezes, o sonho maior e a poupança de toda uma vida daquele que recorrem a seus serviços. Sabemos todos que o grande sonho do cidadão brasileiro é a aquisição da casa própria.

Mas vamos voltar um pouco na história da nossa Brasília, que, no fundo no fundo, é a nossa própria história.

Quando estas vastidões do Planalto Central eram um gigantesco canteiro de obras, ali no final dos anos cinquenta, a luta dos corretores de imóveis para regulamentar a profissão chegava no auge.

Foi em setembro de 1957 que se realizou o I Congresso Nacional dos Corretores de Imóveis, ao qual compareceu uma delegação altamente representativa do sindicato da categoria do Estado de Goiás, chefiada, naquela oportunidade, pelo empresário e saudoso Elias Bufaiçal, Presidente da Federação do Comércio de Goiás. Além de participar dos debates sobre a necessidade de se proceder à regulamentação da profissão e do ofício de corretor, a delegação goiana apresentou duas importantes proposições naquela oportunidade.

A primeira era dirigida ao então Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira: uma moção de integral apoio à mudança da Capital Federal para Brasília. Havia naquele instante, ainda, uma forte oposição de setores brasileiros contra a vinda da Capital do País. Portanto, essa moção foi de grande importância para o Presidente Juscelino Kubitschek.

A segunda defendia que a venda de terreno da nova Capital do País fosse promovida por intermédio de corretores de imóveis e sob a supervisão dos respectivos sindicatos.

Aprovadas as propostas pelo plenário daquele congresso, um representante da categoria foi incumbido de contatar o então presidente da Novacap, Israel Pinheiro, para viabilizar as propostas.

Foi assim, portanto, com o apoio do Presidente Juscelino que a profissão de corretor de imóveis ganhou crédito público para as vendas dos terrenos da nova Capital.

Uma profissão, portanto, que também é fruto do sonho desenvolvimentista deste grande estadista que foi JK.

Sempre que podia, amiúde, em seus históricos discursos, JK engrandecia o trabalho desses profissionais, agradecendo sua efetiva participação na epopéia de construir Brasília.

Juscelino, com sua eterna generosidade, dizia que, sem a colaboração dos corretores de imóveis, a missão de construir e habitar Brasília teria sido muito mais espinhosa.

Vejam, senhoras e senhores corretores de imóveis, Sr. Presidente, meus companheiros de Senado, que outra profissão tem – ou pode ter – como

patrono o nosso eterno e inesquecível Presidente Juscelino Kubitschek? Tanto é que os senhores criaram, em 2002, por intermédio do Conselho Federal de Corretores de Imóveis, uma comenda destinada a homenagear personalidades que tenham colaborado com a vossa categoria e a designaram “Comenda JK”.

Volto a falar de um assunto que toca fundo em cada um de nós: o direito à moradia, que está no art. 6º da nossa Constituição como um direito social.

De fato, uma das necessidades mais sentidas por qualquer ser humano é ter um lar, recanto familiar onde poderemos diariamente recompor as nossas energias para o combate do dia seguinte. Assim, os corretores de imóveis são profissionais que trabalham com um dos sonhos mais caro do ser humano: o direito à moradia.

Além disso, devemos ter em mente o relevante papel social como empreendedores e motivadores da economia. O setor da construção civil ocupa, reconhecidamente, um papel de especial destaque na geração de empregos neste País. E as transações imobiliárias não podem prescindir do conhecimento técnico e especializado do corretor de imóveis.

Essa profissão é hoje reconhecida pelo mundo afora, principalmente nos países mais desenvolvidos. Gera incalculáveis riquezas.

Atualmente, as atribuições dos corretores de imóveis são muito mais abrangentes do que aquelas exercidas no passado. Entre suas competências profissionais, encontram-se a captação, a venda, a locação, a permuta, o controle de recebimento de aluguéis e de taxas de condomínios, a avaliação de imóveis a serem comercializados, além do assessoramento sobre todos os assuntos relacionados ao mercado imobiliário.

Desde que se acelerou fortemente o processo de urbanização do País, o profissional do setor imobiliário viu-se compelido a lidar com um cenário cada vez mais complexo. Sua atividade não mais se resume a participar da alienação de imóveis. Cabe, também, ao corretor do século XXI orientar investimentos e contribuir nas discussões acerca do planejamento e do desenvolvimento urbano.

Não menos relevante é sua participação no debate das questões relativas ao meio ambiente e à qualidade de vida nas grandes metrópoles. Além de corretores, os senhores são também consultores ambientais.

Vamos a um exemplo concreto: ao orientar um novo loteamento – e Brasília está cheio deles, o País

está cheio deles –, é dever do corretor de imóveis evitar invasões ilegais, locais sujeitos a enchentes, a deslizamentos de terra, a queda de barreiras e a outros sinistros. Isso sem falar dos problemas frequentes de áreas invadidas e riscos da preservação ambiental.

Assim, a ação do corretor moderno deve associar-se às atividades das autoridades governamentais, visando prevenir danos ao meio ambiente. Não pode ele contribuir nem ser conivente com aqueles que jogam esgotos **in natura** nos cursos d'água, despejam efluentes industriais sem tratamento, ou deixam lixo abandonado a vazar para os rios. Nem com os que causam incêndios criminosos, como os que estamos vendo pelo Brasil afora.

O corretor de imóveis moderno é um soldado na defesa do meio ambiente. E é isso que esperamos dessa tão honrosa categoria.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores corretores, a categoria dos corretores de imóveis reúne cerca de 180 mil profissionais em todo o País. A cada um dos senhores desejo apresentar meus calorosos cumprimentos pelo transcurso do seu dia. Homens e mulheres que escrevem seus nomes na história da moderna civilização.

Com esta cerimônia, o Senado Federal reconhece o valor dessa nobre profissão que respeita o cliente, os interesses da sociedade e dá, dia após dia, sua extraordinária contribuição ao progresso do Brasil.

Estou certo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, ao fazermos esta homenagem a tão honrosa categoria, estamos nos inserindo no processo de validação dessa tão importante profissão do País.

Muito obrigado a todos.

Felicidades aos senhores corretores. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Meus cumprimentos ao Senador Adelmir Santana.

Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz questão de juntar-me hoje aos que prestam esta justa homenagem aos corretores de imóveis na passagem de seu dia. Sempre tive com os corretores de imóveis do Rio de Janeiro um relacionamento muito estreito. É por isso que tenho grande satisfação em estar hoje reunido com essa categoria profissional que muito prezo e ter a oportunidade de exprimir a confiança que nela deposito e de reconhe-

cer o papel importante que lhe cabe na vida econômica do País.

Em certo sentido, Sr. Presidente, a profissão de corretor de imóveis é tão antiga quanto a necessidade de encontrar uma moradia. Mas é na complexa economia contemporânea que seu papel se destaca. Com a urbanização crescente, com a diversificação dos mercados de investimentos, com a importância fundamental do setor de construção civil, o papel de intermediação desempenhado pelos corretores é essencial para que o complexo mercado mobiliário seja capaz de cumprir todas as suas funções.

Hoje estou certo, Sr. Presidente, de que 99% dos problemas que, às vezes, surgem em transações imobiliárias são decorrentes da ausência do corretor nessa transação.

Há alguns anos, na Câmara, cheguei, inclusive, a discutir a possibilidade de que, em cada transação imobiliária, houvesse obrigatoriamente a presença do corretor. (Palmas.) O projeto não foi em frente, mas, de qualquer maneira, discutiu-se e mostrou-se a importância da presença do corretor nas transações imobiliárias.

Foi em 27 de agosto de 1962, Sr. Presidente, há exatamente 45 anos, que se publicou a lei que regulamentou a profissão do corretor de imóveis. Essa lei pôs fim a um longo período de luta dos corretores pelo reconhecimento de sua atuação profissional. Aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o lugar para recordarmos o papel decisivo para o êxito dessa luta, desempenhado por uma das grandes figuras do Parlamento brasileiro, Ulysses Guimarães, cujo trágico desaparecimento completará 15 anos em outubro.

Foi do Deputado Ulysses Guimarães o primeiro projeto de lei que buscou regulamentar a profissão apresentado à Câmara dos Deputados em 1951. Foram onze anos de luta parlamentar até que a lei fosse finalmente aprovada em 1962 – ao longo desse tempo, Ulysses Guimarães esteve sempre ao lado da categoria. Não por acaso, no Segundo Congresso Nacional dos Corretores de Imóveis, realizado pouco antes da publicação na lei e no qual a categoria comemorou a conquista da regulamentação profissional, o Deputado Ulysses Guimarães foi o grande homenageado, tendo sido, em justa e bela honraria, patrono dos corretores de imóveis.

Senhoras e Senhores, quero me congratular com os milhares de corretores de imóveis do Brasil pela passagem do seu dia nacional.

Estendo meus parabéns, meus cumprimentos, às associações de classe dos corretores: ao Conse-

Iho Federal de Corretores de Imóveis – COFECI, e aos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis – CRECI.

Quero por fim parabenizar o Senador Adelmir Santana – ele próprio, digno sucessor do Senador e atual Vice-Governador do Distrito Federal, Paulo Octávio, cuja carreira no ramo imobiliário é notoriamente brilhante – pela iniciativa de propor esta homenagem.

A todos os corretores de imóveis, quero reiterar o meu entendimento da importância da presença de vocês, da importância dessa categoria no fortalecimento e na segurança do mercado imobiliário do Brasil e dizer que vocês podem sempre contar comigo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Em nome da Presidência, queremos cumprimentar o Senador Adelmir Santana por esta iniciativa; cumprimentar o Senador Francisco Dornelles, que falou por todos nós com a competência de sempre, enaltecendo a figura do corretor de imóveis, que é essencial nesse processo de desenvolvimento urbano que vivemos em Brasília notadamente, mas em todo o País.

O Presidente Renan Calheiros acaba de chegar e assumirá a Presidência para encerrar esta solenidade, dando a ela a importância que lhe devemos dar, pelo valor que reconhecemos nos corretores de imóveis, que escrevem, com toda a população, especialmente de Brasília, a história desta fantástica cidade. Parabéns aos corretores de imóveis e passo a Presidência ao Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – O Sr. Senador Marconi Perillo enviou discurso à mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

S.Exa. será atendido.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta sessão em que fazemos justa homenagem à empreendedora classe dos corretores de imóveis, gostaríamos apenas de rememorar um episódio de extremo significado para a história recente do Brasil e da construção de Brasília.

Todos nós sabemos do empenho pessoal do saudoso Presidente Juscelino Kubitschek em construir a Capital da Esperança, mas costumamos nos esquecer de que retirar a sede do Governo da Cidade Maravilhosa encontrava resistência em diversos níveis da administração.

A verdade, Sr. Presidente, é que, à época, boa parte da opinião pública não acreditava que, em meio ao Planalto Central pudesse emergir, praticamente do nada, o novo coração do Brasil, com artéria para irrigar as regiões mais distantes.

A verdade é que havia muito especulação sobre a possibilidade de a Capital voltar para o Rio de Janeiro.

O Presidente Juscelino sabia disso, e com perseverança e firmeza de propósitos, traçou uma estratégia para vender a idéia de Brasília a todos os brasileiros.

Foi então que decidiu convocar os corretores de imóveis, para que eles fossem apresentar Brasília por este Brasil afora.

Não poderíamos deixar de registrar, portanto, neste sessão solene, o agradecimento do Presidente Juscelino aos corretores de imóveis, conforme consta do discurso de inauguração de Brasília.

“Aos Corretores de Imóveis, esta nobre profissão, que me ajudaram a vender os lotes e a construir esta cidade, minha eterna gratidão”, afirmou o saudoso Presidente Juscelino.

Parabéns a todos vocês, corretores!
Muito obrigado!

O Sr. Álvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Exmº Senador Adelmir Santana, Exmº Sr. João Teodoro da Silva, que é presidente do Conselho Federal dos Corretores de Imóveis, Exmº Sr. Luiz Carlos Attiê, que é Presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 8ª Região e Gerente de Projetos do Setor Noroeste do GDF, senhoras e senhores convidados, Srs. Senadores, Srs. corretores, o corretor de imóvel – com certeza isso já foi dito pelos oradores que me antecederam – presta, sem dúvida nenhuma, um inestimável serviço a todos aqueles que estão em busca de moradia, ou desejam desfazer-se de algum imóvel sem ter o tempo necessário ou as habilidades para desincumbir-se dessa tarefa.

Comemora-se o Dia do Corretor Imóveis, em 27 de agosto, e esta comemoração é partilhada com o Legislativo, com o Senado Federal, porque foi nessa data, que, em 1962, foi assinada a Lei nº 4.116, que “dispõe sobre a regulamentação do exercício da Profissão de Corretor de Imóvel no Brasil”.

Dessa lei também nasceu o Conselho Federal de Corretores de Imóveis e os Conselhos Regionais

de Corretores de Imóveis, importantes instituições de regulamentação e fiscalização da própria profissão.

Hoje, como a complexidade que caracteriza o mundo moderno também interfere no mercado imobiliário, a formação de profissionais para esse mercado voltou-se para horizontes mais amplos.

Assim, foram criados cursos específicos, dos quais se podem citar o de Ciências Imobiliárias e o de Gestão Imobiliária, já ministrados por diversas instituições de ensino superior.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o dia 27 de agosto deve, sim, ser comemorado como uma data importante, pois veio colocar ordem num caos preexistente.

É bom lembrar que a regulamentação da profissão veio em benefício dos compradores e vendedores de imóveis, que, muitas vezes, eram lesados por aventureiros que se intitulavam corretores, dando má fama àqueles que demonstravam correção e honestidade.

Hoje, é uma profissão digna e reconhecida do público que dela depende, exigindo do profissional conhecimentos de Direito Imobiliário, Finanças, Engenharia, Arquitetura, Topografia e Informática.

Revelando o papel de destaque do corretor de imóveis, o nosso Código Civil trata diretamente da sua missão, seus deveres e suas responsabilidades.

Assim reza o seu artigo 173:

O corretor é obrigado a executar a mediação com a diligência e imprudência que o negócio requer, prestando ao cliente, espontaneamente, todas as informações sobre o andamento dos negócios;

Deve, ainda, [diz o Código] sob pena de responder por perdas e danos, prestar ao cliente todos os esclarecimentos que estiverem ao seu alcance acerca da segurança ou risco do negócio, das alterações de valores e do mais que possa influir nos resultados da incumbência.

Senador Adelmir Santana, querido amigo, aproveito essa oportunidade para congratular-me também com V. Ex^a autor da proposta de realização dessa justíssima homenagem.

Vem V. Ex^a a cada dia mostrando o seu comportamento, o seu compromisso também com Brasília e com a defesa dos profissionais prestadores de serviços.

Por fim, quero expressar minhas mais efetivas congratulações aos corretores de imóveis de Brasília e do Brasil pelo transcurso desta data tão significativa para a categoria e para a sociedade.

Não havendo mais oradores e cumprindo a finalidade da sessão, mais uma vez parabeno os corretores de imóveis.

Está encerrada esta primeira parte da nossa sessão ordinária.

Muito obrigado a todos pela presença.

Contem sempre com o Senado Federal! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está suspensa a sessão por cinco minutos.

(Suspensa às 14 horas e 34 minutos, a sessão é reaberta às 14 horas e 38 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 132, DE 2007
(Nº 633/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, combinado com o art. 84, inciso XIV, da Constituição; submeto à consideração do Senado Federal o nome do Doutor Carlos Alberto Menezes Direito para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence.

Brasília, 28 de agosto de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 880 - C. Civil.

Brasília, 28 de agosto de 2007

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República indica o nome do Doutor Carlos Alberto Menezes Direito para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

CURRICULUM VITAE

CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, brasileiro, nascido a 8 de setembro de 1942, na cidade de Belém, Estado do Pará, filho de Luiz Nunes Direito e Carmen Menezes Direito, casado com Wanda Vianna Direito. Possui 3 filhos: Luciana Maria - 26.08.69, Carlos Alberto - 19.01.71 e Carlos Gustavo - 29.03.73.

DOCUMENTAÇÃO PESSOAL

RG nº 1.643.541 - IFP/RJ
CPF nº 003.287.667-04

CURSOS

- Estudos primários e secundários nos Colégios Mallet Soares e Anglo-Americano. Rio de Janeiro. RJ
- Bacharel em Direito, turma de 1965, pela Faculdade de Direito PUC/RJ.
- Doutor em Direito pela PUC/RJ, defesa da tese em 1968.
- Curso de Extensão Universitária sobre Direito Bancário na PUC/RJ.
- Curso de Extensão Universitária sobre Sociedade Anônima na PUC/RJ.
- Curso de Extensão Universitária sobre Doutrina Social na Igreja na PUC/RJ.
- Seminários de Direito Internacional na Universidade de Oxford, Inglaterra (ouvinte), Professores palestrantes K. Kirkwood e H. Waldock. 1964.
- Cursos sobre Direitos Humanos no Sistema Interamericano. Instituto de Investigaciones Jurídicas de La Universidad Nacional Autónoma de México - aprovado por excelência - 1969.

ATIVIDADES ESCOLARES

- Presidente da Sociedade Literária do Colégio Anglo-Americano. Rio de Janeiro - RJ. 1959 a 1960. *dueli*

- Fundador e primeiro Presidente da Academia de Letras do Colégio Anglo-Americano, Rio de Janeiro, RJ. (Cadeira nº 1 - Machado de Assis). 1959.
- Fundador e Diretor do Jornal "O Anglo", órgão da Sociedade Literária do Colégio Anglo-Americano.
- Orador da 4ª série ginásial e do 3º ano clássico do Colégio Anglo-Americano.

ATIVIDADES UNIVERSITARIAS

. Como Estudante:

- Membro fundador e Presidente do Departamento de Assistência Penitenciária da Faculdade de Direito da PUC/RJ. 1961/1962.
- Presidente do Centro Acadêmico Eduardo Lustosa da Faculdade de Direito da PUC/RJ. 1962/1963.
- Representante do corpo docente no Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Direito da PUC/RJ. 1962/63/65.
- Fundador do Movimento Solidarista Universitário na PUC/RJ. 1961.

. Como Professor:

- Professor Titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da PUC/RJ.
- Professor de Doutrina Social da Igreja no Ciclo Básico do Centro de Ciências Sociais da PUC/RJ. 1º semestre de 1969.
- Professor de Instituições de Direito do Departamento de Economia da PUC/RJ. 1967/1968.
- Decano do Centro de Ciências Sociais da PUC/RJ. 1970/1972.
- Diretor do Departamento de Ciências Jurídicas da PUC/RJ. 1971.
- Vice-Reitor da PUC/RJ (Desenvolvimento). 1972.
- Diretor do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais - NEPES, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. 1978/1979.
- Membro da Banca Examinadora do Concurso para Professor Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ao lado de Caio Tácito

(Presidente), Oscar Dias Corrêa, Raymundo Faoro e Miguel Seabra Fagundes. 1980.

- Professor visitante do Curso de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto Metodista Bennett. 1983.

ALGUMAS PUBLICAÇÕES

- O Estado Moderno e a Proteção dos Direitos do Homem. Freitas Bastos. 1968. Esgotado.
- Introdução à Evolução Constitucional da URSS. Cadernos da PUC - Séries Ciências Jurídicas, nº 2, págs. 25/42. 1969.
- Breves anotações sobre a posição da empresa face à Constituição do Brasil. Revista Jurídica nº 101, p 1968.
- Salário-mínimo do menor.
- A situação jurídica do empregado elevado a Diretor de S/A.
- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- Em defesa do primado do direito. Discurso de posse como membro efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros.
- Ensaios sobre as transformações na Ordem Política. Estudo de Direito Constitucional - PUC/RJ. Renes. 1970 (em conjunto).
- Estudos de Problemas Brasileiros. Renes. 1970 (em conjunto).
- A Supremacia da Constituição - O Controle da Constitucionalidade das Leis. PUC/RJ. 1970.
- Estudos das transformações da Ordem Política. Renes. 1971 (em conjunto).
- Ensino Jurídico no Brasil. Revista da OAB/GB. 1975.
- A Reforma do Ensino Jurídico. Universidade do Amazonas. 1976.
- Direito e o Desenvolvimento. Conjunto Universitário Cândido Mendes. 1978.
- Reforma Universitária e Ensino Jurídico. Revista Forense nº 274.
- Federalismo. EDIPUC. 1979.

miguel

- A Prática Democrática. EDIPUC. 1979.
- Direito Autoral na Obra Cinematográfica. Revista Forense nº 286. Página 220/228. Abril/maio/junho/84.
- A Democracia nossa de cada dia. Forense Universitária e Livraria Winston Editora. 1984.
- A Constituinte dos Oitenta. V Congresso Brasileiro de Direito Constitucional. 1984.
- Artigos diversos para o Jornal do Brasil, Jornal de Brasília, Última Hora e Tribuna da Imprensa. 1980/1981/1982/1983/1984/1985/1986.
- Questões de Direito Positivo. Editora Renovar. Rio. 1990 (em colaboração).
- Anotações sobre a Responsabilidade Civil por furto de automóveis em **Shopping Centers**. Ed. part. 1990.
- A Disciplina Constitucional da Propriedade Industrial. Revista de Direito Administrativo, nº 185, p. 19/25, jul/set 1991.
- Manual do Mandado de Segurança. Editora Renovar. Rio. 1991.
- Manual do Mandado de Segurança. Editora Renovar. Rio. 2ª ed. 1994.
- "Comissão Parlamentar de Inquérito. Limites". Revista da Faculdade de Direito da UERJ, nº 2, pág. 147. 1994.
- A Disciplina Positiva da União Estável: A Lei nº 8.971, de 29.12.94. Revista de Direito Renovar, nº 1, págs. 27/43. 1995.
- O Futuro Estatuto da União Estável. Revista de Direito Renovar, nº 6, págs. 15/26. 1996.
- A Responsabilidade Civil em Cirurgia Plástica. Revista de Direito Renovar, nº 7, págs. 11/19. 1997.
- Estudos em Homenagem ao Prof. Caio Tácito. Coordenador. Editora Renovar. 1997.
- Manual do Mandado de Segurança. Editora Renovar, Rio. 3ª ed. 1998.
- A Prestação Jurisdicional e a Efetividade dos Direitos Declarados. Revista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ. Vol. 1, nº 1. 1998.

with

- A Proteção do Consumidor na Sociedade da Informação. Revista de Direito Renovar nº 12, págs. 29/40. 1998.
- A Proteção do Consumidor na Sociedade da Informação. Revista Forense, nº 346, págs. 21/29. 1999.
- A Decisão Judicial. Revista de Direito Renovar nº 15, págs. 37/52. 1999.
- A Decisão Judicial. Revista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ. 1999.
- Tendências do Direito Constitucional Brasileiro. A ampliação da jurisdição constitucional e da proteção dos direitos do homem e do cidadão. A Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999. Revista Forense, V. 97, nº 357, set./out. 2001.
- O Mistério da vida e a Descoberta do Código Genético. Revista de Direito Renovar nº 21, págs. 1/10. 2001.
- Tendências do Direito Constitucional Brasileiro. A ampliação da jurisdição constitucional e da proteção dos direitos do homem e do cidadão. A Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999. As Vertentes do Direito Constitucional Contemporâneo. Revista de Direito Renovar, nº 20 págs. 161/173. 2002.
- *Tendências do Direito Constitucional Brasileiro*. Revista Ibero-Americana de Direito Público, Vol. V, págs. 15/24. 2001.
- O Mistério da vida e a Descoberta do Código Genético. Revista Forense, Vol. 361, págs. 23/28. 2002.
- O Mistério da vida e a Descoberta do Código Genético. Revista CEJ, nº 16, p. 29-48, jan./mar. 2002.
- A Prestação Jurisdicional e a Efetividade dos Direitos Declarados. Revista da Escola Paulista da Magistratura, Vol. 3, Nº 1. 2002.
- *Da União Estável no Novo Código Civil*. O Novo Código Civil. Estudos em Homenagem ao Prof. Miguel Reale. Editora LTr. Pgs. 1269/1285. 2003.
- *Da União Estável no Novo Código Civil*. Revista Forense, Vol. 369, págs. 51/61. 2003.
- *Da União Estável no Novo Código Civil*. Artigo selecionado dentre os considerados mais significativos e marcantes da evolução da Revista Forense, para constar em publicação especial da Editora, em comemoração ao centenário da Revista.

mith

- *Do Erro Medico*. Revista de Direito UPIS Faculdades Integradas, Vol. 2/2004, págs. 13/23. Brasília – DF.
- *Do Erro Medico*. Doutrina - Superior Tribunal de Justiça – Edição Comemorativa – 15 anos, págs. 185/197. Brasília – DF.
- Manual do Mandado de Segurança. Editora Renovar, Rio de Janeiro. 4ª ed. 2003.
- Comentários ao Novo Código Civil – Volume XIII. Editora Forense, Rio de Janeiro 2004 (em conjunto com Sérgio Cavalieri Filho)
- Estudos de Direito Público e Privado – Editora Renovar, Rio de Janeiro, 2006.
- Comentários ao Novo Código Civil – Volume XIII, 2ª edição, Editora Forense, Rio de Janeiro 2007 (em conjunto com Sérgio Cavalieri Filho)

CONGRESSOS, COMISSOES, SEMINARIOS, COLEGIADOS:

- Membro do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção da Guanabara, eleito pelo Conselho Superior do Instituto dos Advogados Brasileiros, para o biênio 73/74 e reeleito para o biênio 75/76.
- Membro participante do Seminário de Estudantes Latino-Americanos da Europa, organizado pelo CELAM, em Champrosay, França. 1964.
- Membro participante dos debates da Catholic Students International Chaplaincy, em Londres. 1964.
- Membro Assessor da Semana da Constituição organizada pelo Instituto dos Advogados Brasileiros. 1967.
- Membro participante do Seminário sobre a Reforma do Ensino Jurídico, organizado pelo Instituto dos Advogados Brasileiro. 1968.
- Membro efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros desde 1968.
- Membro participante da Primeira Mesa Redonda de Ciência Política, patrocinada pela Associação Internacional de Ciência Política. Rio de Janeiro. 1969
- Membro do Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC/RJ. 1969 a 1972.
- Assessor Especial da Coordenação para o Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) do MEC. 1969.
- Membro do Conselho Universitário da PUC/RJ. 1970 a 1972.

meu

- Assessor de Educação do PREMESU, ex-CEPES do MEC. 1970.
- Membro participante da 1ª Conferência sobre o Ensino de Direito e o Desenvolvimento. Santiago do Chile. 1971.
- Membro e Relator Geral da Comissão Especial para a indicação do prêmio Moinho Santista na área de Ciências Jurídicas. São Paulo. 1971.
- Membro do *Committee on Legal Education in the Developing Countries*, do International Legal Center. New York, USA. 1972.
- Membro convidado do Congresso Internacional de Juristas (Comissão nº IV - Ensino do Direito nas Sociedades em Vias de Desenvolvimento). Petrópolis. 1972.
- Assessor Especial do MEC para a elaboração do novo currículo mínimo de Ciências Jurídicas. 1972.
- Membro participante das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 9ª Conferências de Faculdades de Direito realizadas em Juiz de Fora, 1971; Bagé, 1972; Belém, 1974; Guarapari, 1975; Pelotas, 1980.
- Membro participante do Seminário Inter-Americano de Desenvolvimento realizado no México, sobre o patrocínio da Oficina Relacionada de Movimentos Estudantis e Universitários. 1972.
- Membro participante e Relator Geral da 1ª Sessão da 2ª Conferência sobre o Ensino do Direito e o Desenvolvimento. Lima. 1972.
- Membro do Comitê Diretivo do Conselho Latino-Americano de Direito e Desenvolvimento. 1971/1972.
- Presidente do Comitê de Pós Graduação do Conselho Latino-Americano de Direito e Desenvolvimento. 1971/1972.
- Membro da Comissão de Redação da Revista da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Guanabara. 1974.
- Membro da 1ª Conferência Latino-Americana de Direito Constitucional. México. 1975.
- Presidente do Conselho Nacional de Direito Autoral, do Ministério da Educação e Cultura. 1976 a 1978.
- Coordenação do Seminário sobre Reorganização Partidária e Representação - Núcleo de Pesquisas Sociais - NEPES, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 1978.

mit

- Coordenador do Seminário sobre Desenvolvimento Urbano - Núcleo de Pesquisas Sociais - NEPES, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 1979.
- Participante do Seminário Internacional de Filosofia Política com o tema "Poder Funcional e Poder Errático", realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Julho de 1981.
- Membro participante do V Congresso Brasileiro de Direito Constitucional. UERJ. 1984.
- Membro da Comissão para o Prêmio Golfinho de Ouro, campo da Literatura, outorgado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro no ano de 1985 (Decreto nº 7.854, de 13.12.84, publicado no Diário Oficial de 14.12.84).
- Participante do 2º Seminário Nacional de *Open Market*, promovido pela Associação de Bancos no Estado do Rio de Janeiro - ADERJ. Rio de Janeiro. Abril de 1985.
- Membro participante do XXXVI Encontro do Sumaré: "O que a Nação espera da Constituinte", organizado pela Arquidiocese do Rio de Janeiro, sob a Presidência do Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales. Julho de 1985.
- Coordenador do 3º Grupo do XXXVI Encontro do Sumaré: "O que a Nação espera da Constituinte", organizado pela Arquidiocese do Rio de Janeiro, sob a Presidência do Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales. Julho de 1985.
- Presidente da 2ª Sessão - Direitos Culturais - do Ciclo de Estudos e Debates sobre Direito e Garantias Individuais e Coletivas na Futura Constituição, promovido pela PUC/RJ. Outubro de 1986.
- Responsável pela Organização Acadêmica do Ciclo de Estudos e Debates sobre Direitos e Garantias Individuais e Coletivas na Futura Constituição, promovido pela PUC/RJ. Outubro de 1986.
- Presidente da Sessão de Abertura do 2º Congresso Latino-Americano das Culturas Inglesas - LABCI (*Latin American Brazilian Cultural Institutes*), no Rio Palace Hotel, organizado pela Cultura Inglesa. Rio de Janeiro. Julho de 1987.
- Presidente da II Sessão do VI Congresso Mundial de Educação Comparada, com o tema "Uma Tríplice Herança da Educação na África: Nativa, Islâmica e Abordagens Ocidentais", tendo como Conferencista o Presidente da Sociedade de Estudos Africanos da Universidade de Michigan, realizado pela Sociedade Brasileira de Educação Comparada, no Hotel Glória. Julho de 1987.
- Presidente do 1º Painel do IV Congresso Internacional A Família – Pensamento de João Paulo II, com o tema "Os desafios Culturais e Sócios-

Handwritten signature

Econômicos que a Família Enfrenta”, realizado pela Arquidiocese do Rio de Janeiro, no auditório do Edifício João Paulo II. Setembro de 1987.

- Participante do IV Congresso de Direito Comparado Luso-Brasileiro, sob o tema “Os Direitos Fundamentais do Homem”, realizado pelo Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro. Hotel Gloria, RJ. Setembro de 1987.
- Membro participante do Seminário Internacional sobre a Social Democracia, promovido pelo Instituto de Estudos Políticos e Sociais - IEPES, no auditório da Caixa Econômica Federal - CEF. Novembro de 1987.
- Debatedor no Seminário sobre os Novos Direitos Fundamentais na Constituição Brasileira, organizado pelo CEPAD. Hotel Gloria, Rio de Janeiro. Dezembro de 1988.
- Participante do Seminário Conjuntura Educacional Ontem e Hoje, promovido pela Associação Brasileira de Educação e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB. Rio de Janeiro. Novembro de 1989.
- Palestrante no Seminário *Shopping Centers* - Questões Jurídicas, com o tema “Responsabilidade Civil por Atos Ilícitos Praticados em *Shopping Centers*”, promovido pelo Centro de Estudos e Debates do Tribunal de Alçada do Rio de Janeiro - CEDES Academia Internacional de Direito e Economia. Dezembro de 1989.
- Palestrante no Seminário O lojista e o *Shopping Center* - Aspectos Jurídicos com o tema “A livre Negociação dos Índices. Leis de Ordem Pública da Imprevisão”, promovido pelo Centro de Estudos e Debates do Tribunal de Alçada do Rio de Janeiro - CEDES, no Hotel Fazenda São Moritz. Setembro de 1990.
- Palestrante do Congresso Internacional de Direito e Família, promovido pelo Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro. Setembro de 1991.
- Convidado especial do I Encontro Fluminense de Direito Municipal, promovido pelo Centro de Estudos e Debates do Tribunal de Alçada do Rio de Janeiro - CEDES. Setembro de 1991.
- Participante do XI Congresso Interamericano de Propriedade Industrial e XI Seminário Nacional de Propriedade Industrial, promovido pela Associação Brasileira da Propriedade Industrial. Outubro de 1991.
- Participante do Seminário *Shopping Centers* - Novas Questões Jurídicas, promovido pelo Centro de Estudos e Debates do Tribunal de Alçada Cível - CEDES, Tribunal de Alçada Cível do Rio de Janeiro e Escola Nacional de Magistratura. Rio de Janeiro. Maio de 1992.

suil

- Participante do Seminário Contratos de Seguro, organizado pelo Centro de Debates e Estudos do Tribunal de Alçada Cível do Rio de Janeiro. Campos de Jordão, SP. Novembro de 1992.
- Membro participante do II Seminário sobre “A Responsabilidade Civil no Transporte Coletivo”, promovido pelo Centro de Debates e Estudos do Tribunal de Alçada Cível do Rio de Janeiro - CEDES, em Angra dos Reis, RJ. Dezembro de 1993.
- Expositor no Seminário “Planos Privados de Saúde”, promovido pelo Centro de Estudos e Debates do Tribunal de Alçada Cível - CEDES. Guarujá, SP. Março de 1994.
- Debatedor no Seminário Aspectos Jurídicos e Econômicos do Crédito Imobiliário, com o tema “Cabimento ou não da ação civil pública para discutir interesses individuais disponíveis”, organizado pelo Centro de Debates e Estudos do Tribunal de Alçada Cível do Rio de Janeiro. Angra dos Reis, RJ. Setembro de 1994.
- Debatedor no Seminário Aspectos Jurídicos e Sociais da Previdência Complementar, com o tema “Notas sobre a seguridade social e a previdência privada”, organizado pelo Centro de Debates e Estudos - CEDES, Tribunal de Alçada Cível e Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada - ABRAPPP. Manaus, Amazonas. Novembro de 1994.
- Participante do Seminário “Regime Jurídico da Empresa Estatal”, organizado pelo Centro de Debates e Estudos do Tribunal de Alçada Cível do Rio de Janeiro - CEDES. Rio de Janeiro. Novembro de 1994.
- Coordenador da Conferência “O malogro da revisão Constitucional e as perspectivas de reforma da Constituição” proferida pelo Deputado Nelson Jobim, no Congresso Nacional: Direito Processual Civil e Reforma Constitucional, promovido pelo CEPAD, Editora Forense e Universidade Estácio de Sá. Hotel Gloria, Rio de Janeiro. Dezembro de 1994.
- Palestrante no Seminário Temas Atuais do Direito, com o tema “A União Estável no Direito de Família”, realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Março de 1995.
- Conferencista do Ciclo de Conferências sobre Direito de Família - Inovações, com o tema “Direito Sucessório entre companheiros”, promovido pelo CEPAD. Rio de Janeiro. Março de 1995.
- Expositor no Seminário Judiciário e Imprensa - Encontros e Desencontros, com o tema “Os Instrumentos do Judiciário: o direito, a lei, o processo, os operadores (juiz, promotor, advogado, defensor público, procurador, serventuário), a igualdade entre os litigantes, a autoridade da decisão judicial”,

promovido pela Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro - AMAERJ. Rio de Janeiro. Maio de 1995.

- Participante do VI Seminário no Transporte Terrestre de Passageiros, promovido pelo Centro de Debates e Estudos do Tribunal de Alçada do Rio de Janeiro - CEDES e pela Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ. Angra dos Reis, RJ. Novembro de 1995.
- Palestrante no IX Congresso Internacional da Sociedade Brasileira de Oftalmologia, com o tema "Aspectos Jurídicos e Responsabilidade Civil". Rio de Janeiro. Maio de 1996.
- Conferencista na VIII Conferência do Estado do Rio de Janeiro - Congresso Miguel Seabra Fagundes, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Rio de Janeiro, com o tema "Conferência Magna - Reforma do Estado - Reforma Administrativa". Rio de Janeiro, RJ. Agosto de 1996.
- Participante da XVI Conferência Nacional dos Advogados, na condição de Convidado Especial, promovida pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Fortaleza, CE. Setembro de 1996.
- Palestrante no 1º Congresso Brasileiro de Auditoria Médica, promovido pela Sociedade dos Médicos Auditores do Rio de Janeiro. Novembro de 1996.
- Coordenador do III Seminário da Câmara Técnica de Cirurgia Plástica - Responsabilidade Civil em Cirurgia Plástica, promovido pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro - CREMERJ. Rio de Janeiro. Novembro de 1996.
- Participante do VI Fórum Jurídico de Seguros, promovido pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ e a Fundação Escola Nacional de Seguros - FUNENSEG. Mangaratiba, RJ. Março de 1997.
- Participante do Seminário Aspectos Jurídicos e Econômicos do Crédito Imobiliário e da Poupança, promovido pela Escola Nacional da Magistratura. Ilha de Comandatuba. Abril de 1997.
- Expositor no XVIII Congresso Brasileiro de Direito Constitucional - Desenvolvimento dos Direitos Fundamentais de 3ª e 4ª Geração, com o tema "A Prestação Jurisdicional e a Efetividade dos Direitos Declarados". São Paulo, SP. Maio de 1997.
- Participante do Encontro de Trabalho com o Conselheiro Armando Acácio Gomes Leandro, Diretor do Centro de Estudos Judiciários de Lisboa, Portugal, sobre o tema "Formação e Aperfeiçoamento de Juízes", promovido pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ. Rio de Janeiro, RJ. Julho de 1997.

Handwritten signature

- Expositor no Forum de Debates Contrato com o Brasil, promovido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - ADESG, com o tema "A Reforma do Judiciário". Rio de Janeiro, RJ. Julho de 1997.
- Coordenador no I Fórum de Debates da Justiça Federal com o tema "Aspectos Econômico e seus Reflexos no Poder", promovido pela Escola de Magistratura Regional Federal - EMARF e Caixa Econômica Federal - CEF. Hotel do Frade, Angra dos Reis. Novembro de 1997.
- Coordenador do 2º Grupo de Trabalho do "Workshop" "Acesso à Justiça - Administração da Justiça nas Américas no Contexto da Globalização", realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Hotel Gloria, RJ. Novembro de 1997.
- Participante do II Fórum Jurídico do Seguro do Rio de Janeiro promovido pela EMERJ. Clube Mediterranée, Angra dos Reis, RJ. Maio de 1998.
- Participante do "Temario Reunion Iberoamericano de Trabajo e la Union Internacional de Magistrados", com o tema "Independencia, Gobierno y Administracion Judicial", promovido pela Asociación de Magistrados y Funcionarios de la Justicia Nacional. Buenos Aires, Argentina. Maio de 1998.
- Participante do I Encontro sobre o tema "O Poder Judiciário, os Planos e Seguros de Saúde", promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Clube Mediterranée, Angra dos Reis, RJ. Maio de 1998.
- Participante como Presidente da Mesa sobre Os Valores Mobiliários na nova Lei das Sociedade Anônimas, no Simpósio sobre Direito dos Valores Mobiliários, promovido pelo Conselho da Justiça Federal. Auditório do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Rio de Janeiro, RJ. Março de 1998.
- Participante do "VIII Fórum do Seguro", promovido pela Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco - AMEPE. Recife, PE. Agosto de 1998.
- Presidente no Painel "O Novo Código Civil e a Constituição de 1988" do I Seminário Ítalo-Ibero-Brasileiro, promovido pela Universidade de Brasília – UnB, Governo do Distrito Federal – GDF e Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal – CEJ, do Conselho da Justiça Federal. Auditório do Superior Tribunal de Justiça em Brasília, DF. Agosto de 2004.
- Participante como Presidente de Mesa, no Bicentenário do Código Civil Francês, promovido pelo Conselho da Justiça Federal. Auditório do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF. Setembro de 2004.
- Participante como Presidente de Mesa no Painel "Anteprojeto do Código de Processo Coletivo" no VI Encontro Nacional do MP do Consumidor. Rio de Janeiro. Setembro de 2006.

Handwritten signature

- Participante como Presidente de Mesa sobre o tema “Os Direitos Fundamentais na Tutela das Relações Privadas” no III Seminário Internacional Ítalo-Ibero-Brasileiro, promovido pela Universidade de Brasília – UnB, Governo do Distrito Federal – GDF e Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal – CEJ. Auditório do Superior Tribunal de Justiça em Brasília, DF. Setembro de 2006.
- Participante da Abertura do “I Seminário sobre Gestão Documental no Poder Judiciário”, promovido pela Secretaria de Documentação do Superior Tribunal de Justiça e pelo Conselho da Justiça Federal. Auditório do Superior Tribunal de Justiça em Brasília, DF. Outubro de 2006.
- Participante como Presidente de mesa do Seminário de estudos jurídicos sobre a propriedade industrial - A propriedade industrial como instrumento de desenvolvimento econômico, tecnológico e social, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal – CEJ. Auditório do Superior Tribunal de Justiça em Brasília, DF. Novembro de 2006.
- Participante como Presidente de Mesa do “Congresso Jurídico: Aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos Bancos: Repercussões da ADIn 2.591”, no painel “*Diálogos do Código de Defesa do Consumidor e das Leis do Sistema Financeiro Nacional*”, promovido pelo Instituto Brasileiro de Política e Direito Consumidor. Brasília – DF. Dezembro de 2006.
- Palavras de abertura da Palestra “*Direitos Autorais no Mundo Virtual: propriedade intelectual e a revolução da informação*”, promovida pela Secretaria de Documentação do Superior Tribunal de Justiça. Brasília – DF. Dezembro de 2006.
- Participante da Abertura do “*Seminário Nacional sobre Direitos Autorais e o Papel do Estado*”, promovido pelo Ministério da Cultura. Brasília – DF. Dezembro de 2006.

PALESTRAS, DEBATES E CONFERÊNCIAS

- Conferencista na Universidade Autônoma do México.
- Conferencista na Universidade Ibero-Americana do México.
- Conferencista na Universidade Católica de Lima, Peru.
- Participante do “*I Encontro de Faculdades de Direito*”, Juiz de Fora –MG. 1971.

Juliana

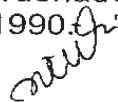
- Aula inaugural “A Universidade como Centro Cultural do País”, pronunciada na UNIRIO. 1977.
- Aula inaugural “O Direito e o Desenvolvimento”, pronunciada na Faculdade de Direito Cândido Mendes. 1978.
- Conferência sobre “O federalismo”, pronunciada no Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1979.
- Conferência sobre “A Reforma Universitária e o Ensino do Direito”, pronunciada no IX Encontro Brasileiro da Faculdade de Direito de Pelotas, RS. 1980.
- Conferência sobre “Função Constitucional do Vereador”, pronunciada no Congresso Interestadual de Vereadores, realizada no Salão de Convenções do Hotel Nacional, Rio de Janeiro. 1983.
- Conferência sobre “Comunicação e Política”, pronunciada nas Faculdades Integradas Moacyr Bastos, Campo Grande, RJ. 1983.
- Aula inaugural “A Formação do Cientista Social”, pronunciada no Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 1984.
- Aula inaugural “Ensino Jurídico e Mudança Social”, pronunciada na Faculdade de Direito das Faculdades Integradas Moacyr Bastos. 1984.
- Debatedor sobre “Constituinte e Mudança Social”, na Faculdade de Humanidades Pedro II - FAHUPE, organizado pelo Diretório Central dos Estudantes. Abril de 1985.
- Palestra sobre “A proteção do Meio Ambiente na Nova Constituição. Acheegas sobre a Disciplina dos Direitos do Consumidor e do Usuário”, pronunciada na Faculdade de Comunicações Helio Alonso, organizada pela Seção Fluminense da Sociedade Brasileira para Defesa do Meio Ambiente. Maio de 1985.
- Debatedor sobre “A Constituição da Nova República”, na Faculdade de Direito Cândido Mendes-Ipanema, Rio de Janeiro. Maio de 1985.
- Debatedor sobre “A Nova Elaboração Constitucional”, na Faculdade de Direito Estácio de Sá, Rio de Janeiro. Maio de 1985.
- Palestra sobre “O Processo Constituinte da Nova República”, pronunciada no Rotary Clube de São João de Meriti, Rio de Janeiro. Junho de 1985.
- Palestra sobre “A Mobilização da Sociedade no Processo Constituinte”, pronunciada no Rotary Clube do Jardim Botânico, Rio de Janeiro. Junho de 1985.

Handwritten signature

- Conferência sobre “O Papel dos Executivos na Feitura da Nova Constituição”, pronunciada no CENTRECON - Itaipava, RJ, para os Engenheiros da Petrobrás. Junho de 1985.
- Conferência sobre “Constituinte e Garantias de Direitos Individuais”, pronunciada pelo Ciclo de Estudos dedicado a Assembléia Constituinte e a Sociedade Brasileira, na Faculdade Cândido Mendes-Ipanema, Rio de Janeiro. Julho de 1985.
- Conferência sobre “A Nova Constituição Brasileira”, pronunciada nas Faculdades Integradas Moacyr Bastos, Rio de Janeiro. Agosto de 1985.
- Palestra sobre “O Fortalecimento das Comunidades na Nova Constituição”, pronunciada no Rotary Clube de Madureira, Rio de Janeiro. Agosto de 1985.
- Palestra sobre “O Papel da Mulher”, pronunciada na Associação da 2ª Juventude - SEJUVE. Novembro de 1985.
- Palestra sobre “A Nova Constituição e os Direitos Sociais”, pronunciada no Centro Cultural Feminino. Novembro de 1985.
- Conferência sobre “Transição Democrática e Constituinte”, pronunciada no CENTRECON, dentro do Plano de Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior. Março de 1986.
- Conferência sobre “A Constituinte e a Reforma Econômica”, pronunciada na Fundação Educacional Severino Sombra, Vassouras, RJ. Abril de 1986.
- Conferência sobre “Estado, Poder e Constituinte”, pronunciada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, por ocasião da abertura da Semana da Constituinte. Abril de 1986.
- Conferência sobre “A Constituinte”, pronunciada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Maio de 1986.
- Conferência sobre “As Exigências da Nova Cidadania”, pronunciada no Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, Rio de Janeiro. Agosto de 1986.
- Conferência sobre “Mobilização Popular e Constituinte”, pronunciada nas Faculdades Integradas Moacyr Bastos, Rio de Janeiro. Agosto de 1986.
- Conferência sobre “Justiça e Segurança”, pronunciada no Clube de Engenharia, Rio de Janeiro. Setembro de 1986.
- Debatedor sobre “A Constituinte e o Projeto de Constituição” elaborado pela Comissão Afonso Arinos de Mello Franco, na PUC/RJ. Outubro de 1986.

1986

- Apresentação do estudo "O Trabalho Constitucional da Cultura", no Ciclo de Estudos e Debates sobre Direitos e Garantias Individuais e Coletivas na Futura Constituição, promovido pela PUC/RJ. Outubro de 1986.
- Expositor, na área de educação, do Encontro entre Empresas e Escolas para reflexão e debate sobre as formas de operacionalização do estágio à luz da Lei nº 6.494, de 07.12.77 e do seu Decreto nº 87.497, de 18.08.82, realizado no Centro Empresarial Rio, pelo Centro de Integração Empresa Escola, Rio de Janeiro. Julho de 1987.
- Debatedor sobre "Educação e Constituinte", na Cultura Inglesa, no Auditório da Filial Copacabana, Rio de Janeiro. Junho de 1987.
- Debatedor sobre "Alfabetização de Adultos", na Fundação EDUCAR, no auditório da EMBRATEL, Rio de Janeiro. Outubro de 1987.
- Conferência sobre "O Estado de Direito", no Ciclo de Estudos Jurídicos dos Problemas Nacionais, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora e o Diretório Acadêmico Benjamin Constant.. Novembro de 1987.
- Conferência sobre "A Constituição e o Plano Nacional de Educação", proferida na abertura da Reunião da Região III do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, no salão nobre da Universidade Metodista de Piracicaba, SP. Fevereiro de 1988.
- Debatedor do III Ciclo de Estudos de Atualização Jurídica sobre a "Nova Constituição", na Associação dos Magistrados Fluminenses, Rio de Janeiro. Agosto de 1989.
- Conferência no Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército sobre o tema "Modernas Tendências Constitucionais", promovido pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro. Abril de 1989.
- Aula sobre o tema "Do Mandado de Segurança, do Mandado de Injunção e do Habeas-Corpus - Conceito, Objeto, Cabimento, Legitimação, Novos Aspectos Constitucionais, Pressupostos", pronunciada na Universidade Católica de Petrópolis, Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Processual Civil, Rio de Janeiro. Março de 1990.
- Conferência proferida no Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, no painel sobre "O sistema educacional brasileiro", promovido pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro. Junho de 1990.
- Conferência proferida no III Encontro Estadual de Curadores de Família do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema "A entidade familiar e a união estável", promovido pela Coordenadoria das Curadorias de Família do Estado do Rio de Janeiro. Agosto de 1990.



- Palestra proferida na VII Conferência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro sobre o tema “A Autonomia Administrativa e Financeira do Poder Judiciário”, promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado do Rio de Janeiro. Outubro de 1991.
- Conferência no Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército - na matéria política, promovida pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Abril de 1992.
- Aula no Módulo III - O Processo Civil, o Direito de Família e a Nova Constituição, do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil sobre o tema “Direitos e deveres dos cônjuges face a atual Constituição. Sociedade conjugal. Sociedade de fato e união estável”, promovido pela Universidade Católica de Petrópolis, Rio de Janeiro. Setembro de 1992.
- Conferencista-debatedor do Seminário sobre Formas e Sistemas de Governo, sobre o tema “Presidencialismo nos EUA e no Brasil”, promovido pelo Departamento de Ciências Jurídicas da PUC/RJ. Março de 1993.
- Aula sobre o tema “A família dos tempos modernos”, proferida no V Curso de Direito de Família na Escola Superior de Advocacia do Instituto de Advogados do Brasil, Seção Rio de Janeiro. Novembro de 1993.
- Palestra proferida no Hotel Gloria sobre o tema “Mandado de Segurança”, promovida pelo Instituto dos Magistrados do Brasil. Novembro de 1993.
- Conferencista no Ciclo de Conferências sobre Questões Relevantes no Direito de Família sobre o tema “União Estável”, promovido pelo CEPAD. Janeiro de 1994.
- Aula ministrada no VI Curso de Direito de Direito de Família da Escola Superior de Advocacia do Instituto dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio de Janeiro. Junho de 1994
- Moderador nas Jornadas VI - Juizado Especial de Pequenas Causas e do Consumidor, com o tema “Juizados Especiais para julgamento e execução de causas cíveis de menor complexidade”, realizada pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ e pela Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro - AMAERJ. Rio de Janeiro. Setembro de 1994.
- Aula proferida no Módulo I da Universidade Católica de Petrópolis, Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Processual Civil, sobre o tema “Mandado de Segurança. Histórico. Pressupostos. Competência. Petrópolis, RJ. Outubro de 1994.
- Palestrante no 2º Seminário da Câmara Técnica de Cirurgia Plástica com o tema “Relação Médico-Paciente”, promovido pelo Conselho Regional de

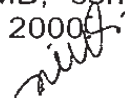


Medicina do Estado do Rio de Janeiro, realizado no Auditório do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, no Rio de Janeiro. Outubro de 1995.

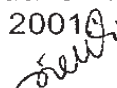
- Discurso de Saudação aos membros da Comissão Jurídica Interamericana da Organização dos Estados Americanos, proferido por ocasião da sessão solene em homenagem a CJI, realizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Fevereiro de 1996.
- Palestrante, com o tema "O Novo Regime Jurídico da União Estável", no 1º Simpósio de Estudos Jurídicos da Faculdade de Direito da Universidade de Santo Amaro - UNISA. Boa Viagem, Recife. Dezembro de 1996.
- Aula no Módulo IV - O Novo Direito de Família e o Processo Civil, do Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Direito Processual Civil, sobre o tema "A Nova Lei da União Estável", na Universidade Católica de Petrópolis. Petrópolis, RJ. Abril de 1997.
- Conferencista no Painel de Debates sobre "União Estável", promovido pelo Instituto dos Advogados de São Paulo e a Associação Paulista da Magistratura. São Paulo, SP. Maio de 1997.
- Conferencista no I Congresso Nacional - Internet, Software e Direito, com o tema "Direito de Imagem", promovido pelo Centro de Estudos, Pesquisa e Atualização em Direito - CEPAD. Hotel Gloria, Rio de Janeiro. Setembro de 1997.
- Conferencista no III Seminário Nacional - O Novo Direito Civil Brasileiro - A Constituição, o Código e as Leis no painel Direito de Família, promovido pelo Instituto Brasileiro de Atualização Jurídica e pela Faculdade de Direito da UERJ. Hotel Gloria, Rio de Janeiro. Setembro de 1997.
- Palestrante no XVII Curso de Iniciação Profissional de Magistrados, com o tema "Deontologia da Magistratura", promovido pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ, Rio de Janeiro, RJ. Janeiro de 1998.
- Palestrante no XVIII Curso de Iniciação Profissional de Magistrados, com o tema "Deontologia da Magistratura", promovido pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ, Rio de Janeiro, RJ. Agosto de 1998.
- Palestrante no I Congresso Brasileiro de Direito Constitucional - Os 10 Anos da Constituição Federal em Debate: Balanço e Perspectivas", realizado pelo Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP. Brasília, DF. Outubro de 1998.
- Palestrante no III Forum Interdisciplinar - Medicina e Direito - Responsabilidade Médica: civil e penal, com o tema "O erro médico e a reparação do dano moral", promovido pelo CEPAD. Rio de Janeiro, RJ. Novembro de 1998.
- Palestrante com o tema "Mandado de Segurança", no Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro. Maio de 1999.

Smith

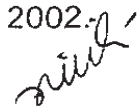
- Participante como debatedor no painel Justiça e Discriminação Racial da XVII Conferência Nacional dos Advogados, com o tema: “Discriminação e Ação Afirmativa”, promovida pelo Conselho Federal da OAB. Setembro de 1999.
- Participante como debatedor no painel Associação dos Advogados do Banco do Brasil da XVII Conferência Nacional dos Advogados, com o tema: “Honorários Advocatícios e o Estatuto da OAB”, promovida pelo Conselho Federal da OAB. Setembro de 1999.
- Conferencista no Seminário de Direito Constitucional em Homenagem ao Sesquicentenário de Rui Barbosa, promovido pela Universidade Estácio de Sá e Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, com o tema: “Novas Perspectivas do Mandado de Segurança”. Outubro de 1999.
- Conferencista no II Congresso de Direito Constitucional, com o tema: “Constituição de 1988: balanço e perspectivas. As reformas constitucionais”, promovido pelo Instituto Brasiliense de Direito Constitucional. Outubro de 1999.
- Palestrante no I Simpósio Regional de Anápolis – “Judiciário – Reforma e aspectos processuais relevantes”, promovido pela Escola Superior da Magistratura do Estado de Goiás. Anápolis – GO. Novembro de 1999.
- Palestrante no V Congresso “Responsabilidade Civil no Transporte Terrestre de Passageiros”, promovido pelo Centro de Estudos e Pesquisas do 1º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo e Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado de São Paulo. Março de 2000.
- Participante como debatedor no painel “O Futuro dos Juizados Especiais”, do 1º Seminário Nacional sobre os Juizados Especiais, promovido pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ. Maio de 2000.
- Palestrante no XXXVIII Fórum Nacional de Secretários de Estado da Administração, com o tema “Relação entre os Poderes Executivo e Judiciário: relação entre Servidor e Judiciário”, promovido pela Secretaria de Administração do Governo do Estado de Santa Catarina. Florianópolis –SC. Maio de 2000.
- Palestrante do Curso de Pós-Graduação de Direito Administrativo da Universidade Católica de Brasília, com o tema “Mandado de Segurança”. Agosto de 2000.
 - Conferencista na Programação do “Mês do Advogado”, com o tema “Desconsideração da Personalidade Jurídica”, promovido pela Escola Superior de Advocacia de Goiás – ESAG. Goiânia – GO. Agosto de 2000.
- Conferencista no Instituto dos Magistrados do Brasil - IMB, com o tema “Mandado de Segurança”. Rio de Janeiro – RJ. Setembro de 2000.



- Palestrante no XIX Curso de Iniciação Profissional de Magistrados, com o tema “Deontologia da Magistratura”, promovido pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ. Rio de Janeiro – RJ – Setembro de 2000.
- Conferencista no II Congresso Brasiliense de Direito Constitucional – Poder Judiciário e a Defesa dos Direitos Fundamentais. A Reforma do Poder Judiciário, com o tema “Constituição de 1988: balanço e perspectivas. As reformas constitucionais”, promovido pelo Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP. Brasília - DF. Outubro de 2000.
- Palestrante no Seminário sobre a Reforma do Poder Judiciário e Reforma Tributária - II Encontro Regional de Juízes Federais, com o tema “A Natureza da Decisão Judicial”, promovido pela Escola de Magistratura Federal da 5ª Região – ESMAFE. Recife – PE. Outubro de 2000.
- Palestrante no I Encontro Internacional de Direitos Humanos, Direito Penal e Direito Militar, com o tema “Direitos Humanos”, promovido pelo Centro de Estudos Jurídicos – CEJ, pela Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais – AMAJME e pela Escola Nacional da Magistratura da AMB, no Hotel Nacional. Brasília – DF. Novembro de 2000.
- Conferencista no 2º Congresso Internacional Jurídico – CONINJUR, com o tema “As Escolas Judiciais como Portal de Ingresso na Magistratura e para aperfeiçoamento dos Juízes”. Rio de Janeiro – RJ – Dezembro de 2000.
- Aula inaugural no Curso de Direito do Centro Universitário Moacyr Bastos. Campo Grande – RJ. Março de 2001.
- Curso sobre o tema “Instrumentos Processuais de Natureza Constitucional: Mandado de Segurança”, proferida no Curso de Especialização Recursos de Natureza Constitucional I: Mandado de Segurança e Direito Constitucional do Trabalho, realizado pelo Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP. Brasília - DF. De 05 a 26 de março de 2001.
- Palestrante no I Seminário de Turismo da Associação Comercial do Rio de Janeiro, com o tema “Direitos Autorais em Estabelecimentos Comerciais”, promovido pela Associação Comercial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro - RJ. Abril de 2001.
- Palestrante II Congresso Brasiliense de Direito Administrativo e I Congresso Brasiliense de Direito Tributário, com o tema “As Reformas Administrativas e Previdenciária e seus reflexos na administração pública”, promovido pelo Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP. Brasília - DF. Junho de 2001.
- Conferencista no Seminário “Novos Rumos do Direito Constitucional na União Européia e no Brasil”, com o tema “Tendências do Direito Constitucional Brasileiro”, promovido pela Escola de Magistratura Federal da 5ª Região e Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Recife - PE. Junho de 2001



- Palestrante com o tema “Mandado de Segurança”, na Associação dos Advogados de São Paulo – AASP. São Paulo – SP; Setembro de 2001.
- Conferencista no Seminário Internacional “Clonagem Humana: Questões Jurídicas”, com o tema “O Mistério da Vida e a Descoberta do Código Genético”, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários – Conselho da Justiça Federal. Brasília - DF. Novembro de 2001.
- Palestrante no “IV Fórum de Responsabilidade Civil e Penal do Médico”, com o tema “Responsabilidade Civil do Médico”, promovido pelo Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro - CREMERJ. Rio de Janeiro – RJ. Novembro de 2001.
- Palestrante IV Congresso Brasiliense de Direito Constitucional, com o tema “Judiciário e Crise: Formas de superação”, promovido pelo Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP. Brasília - DF. Dezembro de 2001.
- Palestrante no Programa de Aperfeiçoamento de Pessoal da Vice-Presidência do TRF - 3ª Região, com o tema “Mandado de Segurança como Garantia Constitucional”, proferida na “Semana Comemorativa dos 50ª Anos da Lei do Mando de Segurança”, promovida pelo Tribunal Regional Federal 3ª Região. São Paulo. Março de 2002.
- Palestrante no Seminário sobre o tema “O Novo Código Civil”, realizado pelo Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP. Brasília - DF. De 14 a 15 de março de 2002.
- Palestra no II Encontro Nacional de Responsabilidade Civil, com o tema “Responsabilidade Civil no Novo Código Civil Brasileiro”, promovido pela Escola de Advocacia do Recife. Recife – PE. Maio de 2002.
- Palestrante no Curso sobre “O Direito de Família e o Novo Código Civil”, com o tema “Panorama do Direito de Família e o Novo Código Civil”, promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo. São Paulo- SP. Maio de 2002.
- Palestrante no Seminário Nacional: Imprensa e Dano Moral – Responsabilidade Civil e Penal em Face da Imprensa, com o tema “Dano Moral e a Imagem”, promovido pela Escola da Magistratura do Distrito Federal e pela Associação Nacional de Jornais - ANJ. Brasília – DF. Maio de 2002.
- Palestrante no Seminário “O Novo Código Civil”, com o tema “Responsabilidade Civil”, promovido pela OAB/SC – Subseção de Blumenau, em comemoração aos seus 30 anos de fundação. Blumenau - SC. Maio 2002.
- Palestrante com o tema “Dano Moral”, na Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro – AMAERJ. Rio de Janeiro – RJ, Junho de 2002.



- Palestrante da “I Jornada de Estudos Jurídicos da Justiça Federal do Pará, com o tema “Evolução da Responsabilidade Civil”, patrocinada pela Justiça Federal – Seção Judiciária do Pará. Belém – PA. Agosto de 2002.
- Curso sobre o tema “Instrumentos Processuais de Natureza Constitucional I: Mandado de Segurança”, proferida no Curso de Especialização Recursos de Natureza Constitucional I: Mandado de Segurança e Direito Constitucional do Trabalho, realizado pelo Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP. Brasília - DF. De 05 a 30 de agosto de 2002.
- Participante da Jornada de Direito Civil, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários, órgão do Conselho da Justiça Federal. Brasília – DF. Setembro de 2002.
- Palestrante no Seminário “Ética e Justiça”, com o tema “Ética e Justiça”, promovido pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ. Rio de Janeiro – RJ. Outubro de 2002”.
- Conferencista no “V Congresso Brasiliense de Direito Constitucional – Responsabilidade Civil”, com o Tema Responsabilidade por Danos Morais e Liberdade de Imprensa, promovido pelo Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP. Brasília - DF. Novembro de 2002.
- Palestra sobre o tema “Decisão Judicial”, na Escola da Magistratura do TRF da 1ª Região. Brasília - DF. Fevereiro de 2003.
- Palestrante no Seminário sobre Direito Autoral, com o tema “*Direito Autoral no Século XXI*”, promovido pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal. Rio de Janeiro – RJ. Março de 2003.
- Curso sobre o tema “Instrumentos Processuais de Natureza Constitucional I: Mandado de Segurança”, proferida no Curso de Especialização Recursos de Natureza Constitucional I: Mandado de Segurança e Direito Constitucional do Trabalho, realizado pelo Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP. Brasília - DF. De 26 de março a 05 de maio de 2003.
- Palestra sobre o tema “Erro Médico”, na Casa de Saúde São José. Rio de Janeiro – RJ. Março de 2003.
- Palestra no Seminário “Os Juros no Novo Código Civil”, com o tema “Inovações do Código Civil sobre Juros”, promovido pelo Instituto Brasileiro de Economia – IBRE, da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro – RJ. Maio de 2003.
- Conferência sobre o tema “Da União Estável no Novo Código Civil” no “II Seminário sobre o Novo Código Civil”, promovido pelo Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP. Brasília – DF. Junho de 2003.

auth

- Palestra sobre o tema “Responsabilidade do Médico”, na Academia Nacional de Medicina, na Sessão Ordinária do dia 10 de julho de 2003. Rio de Janeiro – RJ. Julho de 2003.
- Palestra sobre o tema “Democratização da Justiça”, no painel Imprensa e Poder, promovido pela AMAERJ. Rio de Janeiro. Setembro de 2003.
- Conferência sobre o tema “*União estável e Direito de Família*”, na II Jornada de Direito Civil, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários, órgão do Conselho da Justiça Federal. Brasília – DF. Novembro de 2003.
- Conferência sobre o tema “*A responsabilidade civil em saúde nas relações de consumo*”, no VI Seminário de Direito Sanitário, promovido pelo Centro de Estudos Técnico-Jurídicos do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília – DF. Abril de 2004.
- Conferência sobre o tema “União estável e Direito de Família”, no II Encontro de Direito de Família do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM Brasília – DF. Maio de 2004.
- Conferência no Seminário Internacional de Direito Ambiental – Ano V, promovido pelo Centro de Estudos Jurídicos – Conselho da Justiça Federal. Belém – PA. Maio de 2004.
- Palestra sobre o tema “*Decisão Judicial*” para os novos Juízes aprovados no XXXVIII Concurso para a Magistratura de Carreira e integrantes do XXVII Curso de Iniciação de Magistrados, na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ. Rio de Janeiro – RJ – Julho de 2004.
- Palestra no “*IV Maratona Jurídica da OAB/RJ*”, sobre o tema “**Dano Moral e a Jurisprudência do STJ**”, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Agosto de 2004.
- Conferência sobre o tema “**Decisão Judicial**” no Congresso Jurídico “*Processo e Constituição: Aspectos Contemporâneos*”, em comemoração aos 100 Anos da Editora Forense, promovido pela Escola Brasileira de Estudos Constitucionais - EBEC. João Pessoa – PB – Novembro de 2004.
- Palestra no Congresso “O Direito sob o prisma dos Tribunais Superiores”, promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas – IBEPE. Rio de Janeiro - Novembro de 2004.
- Conferência sobre o tema “Decisão Judicial” no XXVIII Curso de Iniciação de Magistrados, na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ. Rio de Janeiro – RJ – Abril de 2005.

mlg

- Palestra sobre o tema “*A visão da empresa pelo poder judiciário*” no Seminário “*Lei de Recuperação de Empresas: a nova Lei de Falências*”, promovido pela Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro – Amcham – Abril de 2005.
- Palestra sobre o tema “*Ética do Juiz*” na IX Conferência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro, realizada pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/RJ – Maio de 2005.
- Palestra sobre o tema “Mandado de Segurança” no XXV Congresso Brasileiro de Direito, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Constitucional. São Paulo – Maio de 2005.
- Palestra sobre o tema “*Jornalismo Investigativo e Sigilo da Fonte*”, no Jornal O globo, promovido pela Infoglobo. Junho de 2005.
- Palestra no III Seminário O Novo Código Civil – Fórum Miguel Reale sobre o tema “Responsabilidade Civil”, realizado pelo Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP. Brasília - DF. Junho de 2005.
- Palestra sobre o tema “Erro Médico – Responsabilidade Civil” na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SP – Setembro de 2005.
- Palestra sobre o tema “Poder Judiciário e Estado Social: O Papel dos Juizes na Consolidação dos Direitos Sociais”, promovido pelo Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP. Brasília – DF. Setembro de 2005.
- Palestra sobre o tema “Decisão Judicial” no Curso para Juizes Federais Substitutos da 1ª Região, promovido pela Escola de Magistratura Federal da 1ª Região – ESMAF. Brasília – DF. Março de 2006.
- Palestra sobre o tema “Responsabilidade Civil do Médico” na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro - Setembro de 2006.
- Inauguração da Sala em homenagem Professor Celso D. de Albuquerque Meilo e aula inaugural para os alunos da Faculdade de Direito - PUC/RJ. Rio de Janeiro. Setembro de 2006.
- “A Formação do Cientista Social”, pronunciada no Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 1984.
- Palestra para alunos do Centro de Ensino Fundamental 104 Norte, em cumprimento à programação do Projeto Museu-Escola do Superior Tribunal de Justiça. Outubro de 2006.
- Palestra sobre “Democracia, Reformas Políticas e Sistemas Eleitorais” no IX Congresso Brasiliense de Direito Constitucional – Democracia e Federalismo, promovido pelo Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília – DF. Novembro de 2006.

nú

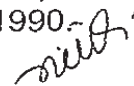
- Congressista e Debatedor do Painel “A Visão do Jurídico sobre a Especialidade de Cirurgia Plástica” no Fórum Nacional Defesa do Especialista, promovido pela Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica. Brasília – DF. Junho de 2007.

ATIVIDADES PÚBLICAS E PROFISSIONAIS

- Advogado no Foro do Rio de Janeiro. Inscrição na OAB nº 14.389.
- Consultor Geral da Companhia Siderúrgica da Guanabara – COSIGUA – Grupo Gerdau. 1973/1975.
- Assessor da Presidência do Banco Bamerindus S/A.
- Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Educação e Cultura. 1975/1978.
- Chefe de Gabinete do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro. 1979/1980.
- Prefeito em exercício da Cidade do Rio de Janeiro. 25.05.79 a 06.06.79 e 23.03.80 a 07.04.80.
- Membro do Conselho de Administração da Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro - COMLURB. 1979/1980.
- Membro do Conselho de Administração da Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S/A - RIOTUR. 1979/1980.
- Membro do Conselho de Administração do Centro Internacional Riotur S/A - RIOCENTRO. 1979/1980.
- Membro do Conselho de Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ.
- Benfeitor da Policlínica Geral do Rio de Janeiro.
- Diretor do Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A - BANERJ, na área de Recursos Humanos. 1980/1981.
- Diretor-Secretário da Associação de Bancos do Estado do Rio de Janeiro - ABERJ. 1980/1981.
- Membro do Conselho da Sociedade Civil mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, representando o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Eugênio de Araújo Sales.

mit

- Presidente da Fundação de Artes do Rio de Janeiro - FUNDAÇÃO RIO. 1981/1982.
- Membro do Conselho Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro.
- Presidente da Comissão de Legislação e Normas do Conselho Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro.
- Consultor Especial da Presidência do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro S/A.
- Membro do Conselho Curador das Faculdades Cândido Mendes (Sociedade Brasileira de Instrução).
- Membro da Comissão Executiva do Conselho de Desenvolvimento da PUC/RJ.
- Membro do Conselho Curador e da Comissão Executiva do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Membro do Conselho Consultivo da Fundação Padre Leonel Franca da PUC/RJ.
- Presidente da Casa da Moeda do Brasil. 1985/1987.
- Membro Titular do Conselho Curador da Fundação Nacional de Arte-FUNARTE. 1985/1987.
- Presidente de Honra da Comissão de Alto Nível da Associação dos Servidores Contratados do Estado do Rio de Janeiro - ASCERJ.
- Membro do Conselho de Educação da Associação Comercial do Rio de Janeiro. 1987/1988.
- Secretário de Estado de Educação. 1987/1988.
- Membro do Conselho de Administração da Venerável Ordem 3ª de São Francisco da Penitência, nomeado por sua Eminência o Cardeal D. Eugênio de Araújo Sales. 1988
- Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. 1988/1996.
- Membro da Banca de Direito Público (Direito Constitucional) do 8º Concurso de Ingresso na Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. 1990.
- Membro da Banca de Direito Público (Direito Constitucional) do 9º Concurso de Ingresso na Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. 1990.



- Membro da Banca de Direito Constitucional do 7º Concurso para Procurador do Estado do Rio de Janeiro. 1991.
- Conselheiro da União dos Juristas Católicos do Rio de Janeiro, nomeado por sua Eminência o Cardeal D.Eugênio de Araújo Sales. 1994.
- Membro do Conselho Editorial da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ.
- Membro do Conselho de Minerva da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Professor do Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP. Brasília – DF.
- Membro da Comissão designada para elaboração do anteprojeto de Lei sobre ação popular, ação civil pública, mandado de segurança, representação interventiva, mandado de indução, habeas data, ação direta de inconstitucionalidade, ação declaratória de inconstitucionalidade e ação direta de inconstitucionalidade por omissão, nomeado pelo Ministro da Justiça. Portaria Ministerial nº 634, 23 de outubro de 1996, publicada no DOU de 24 de outubro de 1996.
- Membro da Comissão designada para elaboração de anteprojeto sobre a regulamentação da união estável, nomeado pelo Ministro da Justiça. Portaria nº 335, de 28 de maio de 1996, publicada no DOU de 29 de maio de 1996.
 - Coordenador científico do “XIX Seminário Roma-Brasília – Justiça, Cortes Internacionais e Globalização”, realizado no período de 22 a 24 de agosto de 2002. Brasília – DF.
- Membro da Comissão incumbida de realizar estudos sobre o tema da Responsabilidade Civil do Estado, para elaborar proposta de anteprojeto de Lei a respeito, nomeado pelo Advogado-Geral da União e o Ministro da Justiça. Portaria Conjunta nº 8, de 22 de fevereiro de 2002, publicada no DOU de 25/02/2002.
- Membro do Conselho Editorial da Editora Renovar.
- Membro do Conselho de Administração, nomeado pelo Ministro Nilson Naves, presidente do Superior Tribunal de Justiça. Ato nº 153, de 12 de agosto de 2003.
- Coordenador científico do “XX Seminário Roma-Brasília – Direito e Paz”, realizado no período de 28 a 30 de agosto de 2003. Brasília – DF.
- Membro da Banca Examinadora do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro - RJ. Setembro de 2003.

mtu

- Coordenador científico do I Seminário Ítalo-Ibero-Brasileiro, promovido pela Universidade de Brasília – UnB, Governo do Distrito Federal – GDF e Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal – CEJ, do Conselho da Justiça Federal. Auditório do Superior Tribunal de Justiça em Brasília, DF. Agosto de 2004
 - Membro do Conselho Científico do “XXI Seminário Di Studi ‘Roma-Brasília’ – La Città universale contro la globalizzazione”, realizado em Roma no período de 09 a 11 de junho de 2005.
- Coordenador científico do II Seminário Ítalo-Ibero-Brasileiro, promovido pela Universidade de Brasília – UnB, Governo do Distrito Federal – GDF e Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal – CEJ, do Conselho da Justiça Federal. Auditório do Superior Tribunal de Justiça em Brasília, DF. Setembro de 2005
- Ministro substituto do Tribunal Superior Eleitoral, eleito na Sessão Plenária do Superior Tribunal de Justiça em 06 de março de 2006.
- Coordenador científico do III Seminário Ítalo-Ibero-Brasileiro de Estudos Jurídicos, promovido pela Universidade de Brasília – UnB, Governo do Distrito Federal – GDF e Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal – CEJ, do Conselho da Justiça Federal. Auditório do Superior Tribunal de Justiça em Brasília, DF. Setembro de 2006
 - Presidente da Comissão de Documentação do Superior Tribunal de Justiça, Ato nº 82, de 24 de abril de 2006.
 - Membro da Comissão temporária criada para acompanhar a proposta de Emenda Constitucional em trâmite no Congresso Nacional, destinada a reforma do Poder Judiciário. Portaria nº 43, de 24 de abril de 2006.

CONDECORAÇÕES E MEDALHAS

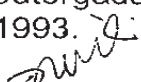
- Medalha de Ouro – Honra ao Mérito – do Colégio Anglo-Americano. 1960.
- Prêmio Jubileu de Prata da PUC/RJ na Cadeira de Direito Internacional Privado (melhor grau). 1965.
- Prêmio Jubileu de Prata da PUC/RJ na Cadeira de Direito do Trabalho (melhor grau). 1965.
- Prêmio Jubileu de Prata da PUC/RJ na Cadeira de Direito Administrativo (melhor grau). 1965.

meu

- Prêmio Jubileu de Prata da PUC/RJ na Cadeira de Direito Civil (melhor grau). 1965.
- Comenda da Ordem do Rio Branco (Comendador).
- Comenda da Ordem do Mérito de Brasília (Comendador). 1976, promovido em 1986 a Grande Oficial (D.ºU. de 11.06.86).
- Medalha José Bonifácio da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Medalha Quadragésimo Aniversário da PUC/RJ.,
- Benemérito do Estado do Rio de Janeiro, concedido pela Assembléia Legislativa. 1981.
- Medalha Comemorativa dos Oitenta Anos do Rotary Clube Internacional. 1985.
- Título de "Amigo da Comunidade" outorgado pelo Rotary Clube Internacional. 1985.
- Benemérito da Orquestra Filarmônica do Rio de Janeiro. Outubro de 1985.
- Cidadão Itaguaiense, outorgado pela Câmara Municipal de Itaguaí. 1986.
- Homenagem de Honra da Turma do Curso Técnico de Contabilidade do Colégio Estadual José de Lannes Dantas Brandão. Porciúncula, RJ. Dezembro/1986.
- Título de Cidadão Fluminense outorgado pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. 1986.
- Voto de Congratulações outorgado pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro por sua nomeação para o cargo de Secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Março de 1987.
- Moção de Aplausos outorgada pela Câmara Municipal de Angra dos Reis por sua nomeação para o Cargo de Secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Março de 1987.
- Moção de Congratulações outorgada pela Câmara Municipal de Itaperuna por sua nomeação para o Cargo de Secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Março de 1987.
- Moção de Aplausos outorgada pela Câmara Municipal de Macaé por sua nomeação para o cargo de Secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Abril de 1987
- Título de Cidadão Italvense outorgado pela Câmara Municipal de Italva. 1987.



- Título de Cidadão Joanense outorgado pela Câmara Municipal de São João da Barra. Maio de 1987.
- Título de Cidadão Paduano outorgado pela Câmara Municipal de Santo Antônio de Pádua. Junho de 1987.
- Título de Cidadão Natividadense outorgado pela Câmara Municipal de Natividade. Junho de 1987.
- Título de Cidadão Fidelense outorgado pela Câmara Municipal de São Fidélis. Junho de 1987.
- Título de Cidadão Itaperunense outorgado pela Câmara Municipal de Itaperuna. Agosto de 1987.
- Título de Cidadão Miracemense outorgado pela Câmara Municipal de Miracema. Setembro de 1987.
- Título de Cidadão Vassourense outorgado pela Câmara Municipal de Vassouras. Setembro de 1987.
- Láurea Cívica – medalha André Vidal de Negreiros (Classe Ouro) do Instituto Internacional de Heráldica e Genealogia. Outubro de 1987.
- Moção de Congratulações outorgada pela Câmara Municipal de Araruama. Novembro de 1987.
- “Hóspede Oficial” do Município de Três Rios, conforme Decreto nº 1.202, de 13.11.87, da Prefeitura Municipal de Três Rios.
- Paraninfo da Festa do Livro da Escola Especial da AFAPE – Associação Friburguense de Amigos e Pais do Excepcional. Dezembro de 1987.
- Moção outorgada pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro por sua nomeação para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. 1988.
- Comenda do Mérito Lopes Trovão outorgada pela Câmara Municipal de Angra dos Reis. Setembro de 1988.
- Título de Cidadão de Miguel Pereira outorgado pela Câmara Municipal de Miguel Pereira. Outubro de 1991.
- Medalha Pedro Ernesto da Câmara de Vereadores do Estado do Rio de Janeiro.
- Moção de Louvor outorgada pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Junho de 1993.



- Diploma de Membro Honorário do CEDES – Centro de Debates e Estudos do Tribunal de Alçada Cível do Rio de Janeiro. 1994.
- Orador em sessão solene do Superior Tribunal de Justiça em honra da memória do Senhor Ministro Aguiar Dias. Novembro de 1997.
- Medalha do Mérito Cultural da Magistratura outorgada pelo Instituto dos Magistrados do Brasil. Novembro de 1999.
 - Orador em sessão solene do Superior Tribunal de Justiça em homenagem aos Senhores Ministros Jorge Lafayette Pinto Guimarães e Artur de Souza Marinho. Dezembro de 1999.
- Diploma de Conselheiro Emérito do Conselho dos Antigos Alunos e Diplomados da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Março de 2000.
- Medalha do Congresso Nacional da Assembléia da República de Portugal. Abril de 2000.
- Medalha da Universidade de Coimbra – 500 anos do Descobrimento do Brasil. Portugal. Julho de 2000.
- Medalha Comemorativa dos 12 Anos da EMERJ – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Dezembro de 2000.
- Medalha João Mangabeira outorgada pelo Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB pela melhor obra jurídica. Julho de 2001
- Homenagem recebida pela Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro – AMAERJ, durante almoço oferecido aos Ministros do Superior Tribunal de Justiça oriundos do Estado do Rio de Janeiro. Novembro de 2002.
- Medalha “Levy Carneiro de Advocacia - 2003” recebida no XXXIII Encontro de Faculdades de Direito. Rio de Janeiro – 2003.
- Medalha Albert Sabin recebida na Semana Judaico-Brasileira. Rio de Janeiro – Agosto de 2004.
- Insígnia da “Ordem do Mérito Militar” recebida nas comemorações do Dia do Exército. Brasília – Abril de 2005.
- Medalha do Mérito Segurança Pública, no Grau Grande Oficial, outorgada pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – Março de 2006.
- Medalha da Inconfidência outorgada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte - MG – Abril de 2006.



- Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho no grau Grande Oficial, outorgada pelo Tribunal Superior do Trabalho. Brasília – Julho de 2006.
- Placa com reconhecimento pelo empenho em tornar realidade o “Serviço de Endoscopia Digestiva Nair Machado”, outorgada pela Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – Setembro de 2006.
- Troféu Dom Quixote de La Mancha e Sancho Pança, outorgada pela Confraria Dom Quixote e a Revista Justiça & Cidadania. Brasília – Dezembro de 2006.

apresentar o texto

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

MENSAGEM Nº 133, DE 2007

(Nº 624/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Jorge D’Escragnolle Taunay Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru.

Os méritos do Senhor Jorge D’Escragnolle Taunay Filho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de agosto de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 229/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 13 de agosto de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Jorge D’Escragnolle Taunay Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Senhor Jorge D’Escragnolle Taunay Filho que, juntamente com a mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

**INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JORGE D'ESCRAGNOLLE TAUNAY FILHO**

CPF. : 3019675120
ID: 1098 MRE

- 01/06/1947 Filho de Jorge d'Escragnolle Taunay e Mary Elizabeth Penna e Costa d'Escragnolle Taunay, nasce em 01 de junho, em Paris/França (brasileiro de acordo com o artigo 42, parágrafo 1. Decreto nº. 4.857, combinado com o artigo 140 da Constituição Federal)
- 01/01/1970 Direito pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas/RJ
- 05/04/1971 CPCD - IRBr
- 01/01/1973 Terceiro Secretário em 16 de fevereiro
- 02/01/1973 Divisão da América Meridional II, Assistente
- 01/06/1974 Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assistente
- 01/01/1975 CAD - IRBr
- 13/01/1975 Consulado-Geral em Nova York, Terceiro, Segundo Secretário e Cônsul-Adjunto
- 02/01/1976 Segundo Secretário, por merecimento, em 01 de setembro
- 02/01/1979 Embaixada em Montevidéu, Segundo Secretário
- 03/01/1979 Primeiro Secretário, por merecimento, em 12 de dezembro
- 04/01/1979 Divisão do Pessoal, assessor
- 07/01/1985 Divisão de Pagamentos, Chefe, substituto e Chefe
- 04/01/1986 Conselheiro, por merecimento, em 16 de dezembro
- 08/01/1986 Divisão do Pessoal, Chefe, substituto
- 22/01/1987 Embaixada em Lisboa, Conselheiro
- 23/01/1990 Embaixada em Harare, Conselheiro
- 10/01/1993 Divisão da África II, Chefe
- 05/01/1994 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 30 de junho
- 11/01/1994 Departamento da África, Chefe, substituto
- 25/01/1995 Consulado-Geral em Marselha, Cônsul-Geral
- 26/01/1999 Embaixada em Luanda, Embaixador
- 06/01/2001 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 19 de dezembro
- 08/08/2006 Subsecretaria-Geral da América do Sul, Subsecretário-Geral


DENIS FONTES DE SOUZA/PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

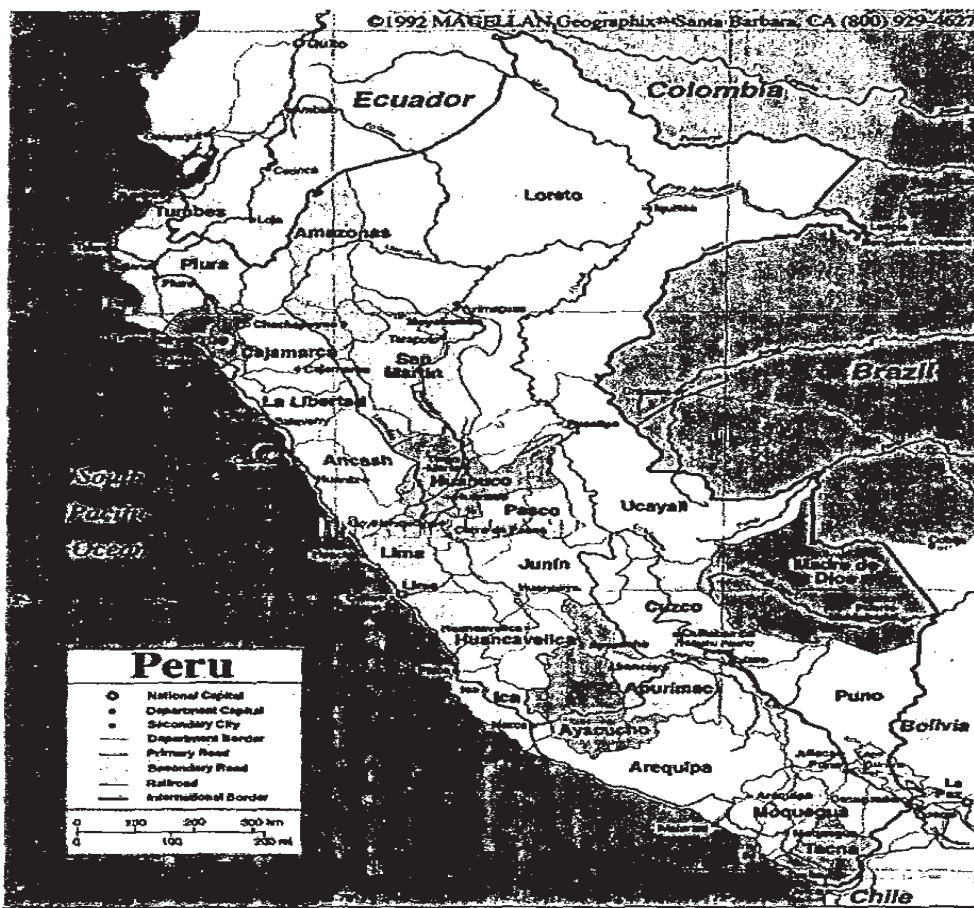
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral da América do Sul
Departamento da América do Sul
Divisão da América Meridional-II



PERU
 agosto de 2007

MAÇO DE APOIO

MAPA E BANDEIRA



DADOS BÁSICOS

CAPITAL:	Lima
ÁREA:	1.285.216 km ²
POPULAÇÃO (est. Julho/2006):	28.302.603 habitantes
IDIOMAS:	Espanhol e quéchua (oficiais), aimará
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica, protestante
DATA NACIONAL:	28 de julho
SISTEMA POLÍTICO:	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Alan García Pérez
CHANCELER:	José António García Belaúnde
PIB (2006):	US\$ 93,4 bilhões (nominal)
(FMI)	US\$ 178,2 bilhões (PPP)
PIB PER CAPITA (2006):	US\$ 3.289 (nominal)
	US\$ 6.289 (PPP)
UNIDADE MONETÁRIA:	Nuevo Sol
EMBAIXADOR DO PERU NO BRASIL:	Hugo de Zela (designado)
EMBAIXADOR DO BRASIL NO PERU:	Luiz Augusto de Araújo Castro

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (em US\$ mil):

BRASIL → PERU	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 (JAN.- JULHO)
Exportações	286.286	436.101	487.836	631.394	932.889	1.500.791	886.549
Importações	230.927	217.781	235.237	349.384	458.352	788.944	568.002
Superávit / Déficit do Brasil	55.359	218.320	252.599	282.010	474.536	711.847	318.547

PERFIS BIOGRÁFICOS

PRESIDENTE ALAN GARCÍA PÉREZ

- Nasceu em Lima, em 23 de maio de 1949. Divorciado, é pai de quatro filhos.
- Formou-se advogado pela Universidade Nacional Maior de San Marcos em 1971. É doutor em Direito Constitucional Comparado na Universidade Complutense de Madri. De 1980 a 1985 foi Congressista pelo Departamento de Lima.
- Assumiu a Presidência da República em 1985. Seu primeiro Governo foi marcado por forte viés nacionalista e políticas populistas. Pretendeu limitar os serviços da dívida externa a 10% da receita com as exportações. Seu programa econômico gerou fortes pressões inflacionárias. Seu primeiro mandato foi também marcado pelo aumento das atividades terroristas do "Sendero Luminoso" e do movimento de esquerda revolucionário Tupac Amaru (MRTA), com freqüentes ataques terroristas nos centros urbanos e conflitos armados no campo. Enfrentou acusações de corrupção e de controle da ação anti-terrorista do Estado.
- Ao término do seu primeiro Governo, asilou-se na Colômbia.
- É autor dos livros "El Futuro Diferente", "A la Inmensa mayoría", "El Desarme Financiero", "La Revolución Regional", "La defensa de Alan García" e "El Nuevo Totalitarismo".
- Nas eleições presidenciais de 2001, obteve o segundo lugar, com 4.904.929 votos (47%), perdendo para o Presidente Alejandro Toledo, que obteve 5.548.556 votos (53%).
- Novamente candidato pelo APRA, em 2006, Alan García derrotou o candidato nacionalista Ollanta Humala, no segundo turno, elegendo-se, pela segunda vez, Presidente do Peru.

CHANCELER JOSÉ ANTONIO GARCÍA BELAÜNDE

- Nasceu em Lima, em 1948.
- Realizou estudos universitários na Pontifícia Universidade Católica do Peru e na Academia Diplomática do Peru ;
- Fez pós-graduação em Política Exterior pela Universidade de Oxford, na Inglaterra;
- Foi professor na Academia Diplomática do Peru e na Universidade San Martín de Porres, onde coordena o Curso de Relações Internacionais;
- Foi Conferencista no Centro de Altos Estudos Nacionais (CAEN), membro do Centro Peruano de Estudos Internacionais (CEPEI) e da Sociedade Peruana de Direito Internacional (SPDI).
- Diplomata de carreira desde 1973, ocupou diversos postos no Ministério das Relações Exteriores.
- Foi Primeiro Secretário da Missão do Peru nas Nações Unidas. Serviu nas Embaixadas na França, México, Espanha e Estados Unidos;
- De 1986 a 1988, foi Embaixador na Associação Latino-americana de Integração (ALADI).
- Foi Diretor de Assuntos Econômicos do Ministério das Relações Exteriores, Diretor Secretário da Junta do Acordo de Cartagena (1990-1997) e Assessor do Secretário-Geral da Comunidade Andina (1997-2006);
- Publicou trabalhos sobre relações internacionais e integração andina e latino-americana.

GABINETE MINISTERIAL

- **Presidente do Conselho de Ministros - Jorge del Castillo**
- **Ministro de Relações Exteriores - José António García Belaúnde**
- **Ministro da Economia - Luis Carranza**
- **Ministro da Agricultura - Ismael Benavides Ferreyros**
- **Ministra do Comércio Exterior - Mercedes Aráoz**
- **Ministro da Defesa - Allan Wagner**
- **Ministro da Educação - José Antonio Chang**
- **Ministro de Energia e Minas - Juan Valdivia**
- **Ministra do Interior - Luis Alva Castro**
- **Ministra da Justiça - María Zavala**
- **Ministra da Mulher e do Des. Social - Virginia Borra**
- **Ministro da Produção - Rafael Rey**
- **Ministra do Trabalho - Susana Pinilla**
- **Ministra dos Transportes - Verónica Zavala**
- **Ministro da Habitação e Saneamento - Hernán Garrido Lecca**
- **Ministro da Saúde - Carlos Vallejo**

PRINCIPAIS MINISTROS PERUANOS

- **Ministra do Comércio Exterior - Mercedes Aráoz**

Economista formada pela Universidade do Pacífico, onde lecionou. Ocupou a vice-presidência do Instituto de Defesa do Consumidor e da Propriedade Intelectual. Foi consultora de organismos internacionais, entre eles o Banco Mundial e o BID. Integrou a equipe negociadora do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos.

- **Ministro da Defesa - Allan Wagner**

Diplomata de carreira, engenheiro formado pela Universidade de Engenharia de Trujillo e advogado graduado na Universidade Nacional Mayor de San Marcos. Foi Chanceler de 1985 até 1988, no primeiro mandato de Alan García. Em 1988, ocupou assento no Congresso. Voltou a chefiar a Chancelaria em 2002. Em 2004, foi nomeado Secretário-Geral da CAN.

- **Ministro de Energia e Minas - Juan Valdivia**

Arquiteto formado pela Universidade Nacional Frederico Villareal. Militante do APRA, foi deputado em 1985 e 1990, e congressista em 2001, pela região de Áncash.

- **Ministra da Mulher e do Desenvolvimento Social – Virginia Borra**

Economista, acadêmica e membro do APRA. Amiga íntima da Primeira Dama Pilar Nores de García, com quem trabalhou na Fundação pelas Crianças do Peru.

- **Ministra dos Transportes - Verónica Zavala**

Advogada e administradora, é professora universitária da Pontifícia Universidade Católica do Peru e das Universidades de San Martín de Porres e de Ciências Aplicadas. Irmã do ex-Ministro da Fazenda, Fernando Zavala, foi Secretária de Gestão Pública da Presidência do Conselho de Ministros do Peru.

POLÍTICA INTERNA

Alan García, do APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana), tornou-se, pela segunda vez, Presidente do Peru, em 28 de julho de 2006. No segundo turno, Alan García obteve 52,63% dos votos válidos. Derrotou Ollanta Humala, do bloco nacionalista PNP-UPP (*Unión Por el Peru*), que teve 47,37%. O Vice-Presidente Luis Giampietri Rojas é oficial reformado da Marinha.

Nas eleições dos novos 120 congressistas, em junho de 2006, o APRA de García conseguiu maioria simples, com 36 assentos. O partido nacionalista de Humala elegeu 23 parlamentares. A terceira bancada é a do UPP, com 22 assentos, liderados pelo Congressista Carlos Torres Caro e originalmente aliado de Humala. A quarta maior bancada é a conservadora “Unidad Nacional” de Lourdes Flores, com 17 congressistas. O partido fujimorista AF obteve 13 representantes. A filha do ex-presidente Fujimori, Keiko Fujimori, conquistou a maior votação do país (600.000 votos). A “Frente de Centro”, do ex-Presidente Valentín Paniagua, elegeu cinco congressistas. O partido “Perú Posible”, do Presidente Alejandro Toledo, e a “Renovación Nacional”, do pastor evangélico Humberto Lay, conseguiram eleger dois congressistas cada. Apenas 17 congressistas foram reeleitos. O Congresso peruano tem predominância de centro-esquerda.

Para assegurar maioria absoluta no Congresso, García tem feito alianças com a UN de Lourdes Flores e com parte da bancada da AF. O atual Presidente do Congresso é Luis Gonzales Posada, um dos principais líderes do APRA e Chanceler durante o primeiro Governo de García.

As eleições regionais e municipais de novembro de 2006 registraram vitória de candidatos independentes em mais de 80% das províncias peruanas. O APRA manteve apenas três das doze províncias que conquistou em 2002. O partido de Humala não conquistou qualquer província, mas obteve a Prefeitura

de Arequipa. A UN de Lourdes Flores reelegeu Luis Castañeda como Prefeito de Lima.

O Governo García tem favorecido a atração de investimentos estrangeiros. Em agosto de 2006, o novo Governo anunciou um amplo pacote econômico. Previu-se um Plano Estratégico Nacional Exportador, investimentos de cerca de US\$ 115 milhões para educação e saúde, um programa de reforma tributária parcial, a interrupção do programa de privatizações, o fortalecimento de mecanismos de concessão estatal, e recursos para as regiões mais atingidas pelo terrorismo entre 1970 e 1990.

Em março de 2007, o Presidente García lançou o “Plano de Reforma dos Programas Sociais”. O objetivo é reduzir em 10% a pobreza e em 5% a desnutrição crônica nos próximos quatro anos. Anunciaram-se investimentos de US\$ 900 milhões para programas sociais. Estima-se que cerca de 44% da população peruana vive em situação de pobreza. É profunda a desigualdade no país. A costa e o norte do país têm uma sociedade moderna, urbana, próspera e integrada à economia internacional. Já as populações do leste e do sul são rurais, tradicionalistas e baseadas parcialmente na economia de subsistência.

O Presidente García pretendeu, no final de 2006, aprovar projeto de lei que estabelecia pena de morte para crimes hediondos e terrorismo. Apesar de forte apoio popular à medida, o Congresso peruano rejeitou, em janeiro de 2007, a proposta.

Em 15 de março, o Governo peruano suspendeu temporariamente o programa de erradicação de cultivos de folha de coca para fazer um levantamento sócio-econômico dos produtores no país. No início de abril, o Presidente García afirmou que pretende implantar uma “luta frontal contra as drogas” no país. O Peru é o segundo maior produtor e exportador mundial de folha de coca, após a Colômbia.

No início de 2006, o Governo peruano solicitou ao Chile a extradição do ex-Presidente Alberto Fujimori. Em 11 de julho, a Justiça chilena negou, em

primeira instância, o pedido do Governo peruano. A Corte Suprema chilena emitirá a decisão final. O Presidente García tem procurado manter o assunto no plano jurídico. Em junho, a Justiça chilena decretou a prisão domiciliar de Fujimori. Em 29 de julho, Fujimori concorreu a uma cadeira no Senado do Japão mas não foi eleito, obtendo pouco mais de 51 mil votos. Fujimori presidiu o país de 1990 a 2000. Renunciou à presidência durante viagem ao Japão, onde permaneceu em auto-exílio por cinco anos. Foi detido no Chile em novembro de 2005. É acusado de 12 crimes no Peru, incluindo corrupção e organização de esquadrões da morte.

O Congresso peruano está examinando projeto de emenda constitucional que prevê o restabelecimento da bicameralidade, com a recriação do Senado, dissolvido em 1992 pelo “autogolpe” do Presidente Fujimori. Pesquisas de opinião indicam que cerca de 80% da população objetam o projeto.

Desde abril, registram-se especialmente no sul e sudeste do país bloqueios de estradas, e greves, sobretudo dos sindicatos rurais, cocaleiros, mineradores e metalúrgicos. Os protestos, de forma geral, são contra a política econômica do Governo García. Em junho, professores fizeram greve geral, em oposição a um projeto de lei do Executivo mais rigoroso sobre educação.

A popularidade do Presidente García manteve-se alta até março de 2007, com 62% de aprovação. Após denúncias de corrupção no seu Gabinete e o recrudescimento dos protestos populares, o Governo García registrou 41,3% de aprovação em julho. A autoridade peruana mais popular do país é o Prefeito de Lima, Luis Castañeda, com mais de 85% de aprovação.

ECONOMIA

O Governo de Alan García manteve, nos seus primeiros 12 meses, um cenário macroeconômico estável, com crescimento sustentável do PIB peruano e a dívida pública sob controle. Em 2006, o PIB registrou crescimento de 8%,

graças sobretudo ao dinamismo dos setores industrial e de construção, além das exportações de minérios, que se beneficiaram de movimentos altistas internacionais. Foi o terceiro maior crescimento da América Latina no período, superado apenas pela Argentina e Venezuela.

A economia peruana cresceu 8,3% em maio de 2007, em comparação com o mesmo período de 2006. Nos doze meses anteriores a maio, o PIB aumentou 7,6%. Em 2006, o superávit comercial peruano foi de US\$ 8,5 bilhões, com US\$ 23,3 bilhões de exportações e US\$ 14,8 bilhões de importações.

Em 2006, a inflação peruana foi de 1,14%. O Peru adota programa de metas de inflação desde 2002. A arrecadação fiscal aumentou 25%. Registrou-se superávit operacional de 1,9% do PIB. O índice de risco-país peruano tem oscilado em torno de 110 pontos. O Governo peruano espera obter proximamente a classificação de “grau de investimento” pelo sistema financeiro internacional. Em abril de 2007, as reservas internacionais alcançaram US\$ 18,4 bilhões.

Em janeiro de 2007, o FMI aprovou acordo de empréstimo preventivo “stand-by” para o Peru (US\$ 257 milhões), válido até fevereiro de 2009. Em fevereiro, o Peru pagou a última amortização das dívidas junto ao FMI.

O Presidente García tem reafirmado que manterá políticas macroeconômicas prudentes e continuará o controle da inflação. Mencionou que irá rever parcialmente os termos do ACE-58 com o Mercosul. Buscará acelerar as negociações entre a CAN e a União Européia para firmar um acordo comercial entre os dois blocos em 2008. Nesse ano, Lima sediará a V Cúpula América Latina e Caribe-União Européia. O Peru está negociando acordos de livre comércio com Chile, Cingapura, México, Tailândia e com a Área de Livre-Comércio da Europa (EFTA). Em julho último, iniciou igualmente negociações com o Canadá sobre um tratado de livre comércio.

RELAÇÕES BRASIL-PERU

O Presidente eleito Alan García manifestou, logo após divulgada sua vitória no segundo turno, em junho de 2006, o interesse em ampliar as relações políticas e econômicas com o Brasil. Expressou sua admiração pelo Presidente Lula e destacou que manterá um diálogo político de alto nível com o Brasil no contexto da integração sul-americana. García reiterou a disposição de firmar novos entendimentos comerciais com o Brasil.

O Presidente Lula visitou o Peru três vezes, em 2005. Firmaram-se mais de trinta acordos bilaterais desde 2003.

O Chanceler Belaúnde fez visita de trabalho ao Brasil, nos dias 25 e 26 de agosto de 2006. Anunciou-se o reingresso do Peru ao G-20. Examinou-se igualmente a preocupação brasileira com o impacto do TLC Peru-EUA sobre o comércio bilateral.

Em 9 e 10 de novembro de 2006, o Presidente García, acompanhado de expressiva delegação de alto nível, fez visita de Estado ao Brasil. Foram firmados 13 acordos de cooperação, dentre outros, nas áreas energética, social, educacional, de saúde e de defesa. Em São Paulo, participou de eventos empresariais na sede da FIESP.

A visita de García e a presença do Presidente Lula na posse do mandatário peruano, em 28 de julho, reafirmaram a importância política que os dois países atribuem ao relacionamento bilateral e reforçaram a “aliança estratégica” lançada em 2003. Essa aliança é marcada por conjunto de projetos econômicos e comerciais destinados a dinamizar a integração bilateral. A inauguração, em janeiro de 2006, da Ponte sobre o Rio Acre, entre as cidades de Assis Brasil e Iñapari, e a construção da Rodovia Interoceânica (sul do Peru) e da Estrada Tarapoto-Yurimaguas (norte do Peru) são exemplos dessa aproximação bilateral.

Na área energética, o Presidente García mencionou que pretende vender gás ao Brasil e apóia a continuidade e expansão das atividades da Petrobras no Peru. Em setembro de 2006, a Petrobras e estatais peruanas firmaram, em Lima, Memorando de Entendimento que visa o desenvolvimento de investimentos em exploração, produção, transporte, transformação e distribuição de hidrocarbonetos. Em março de 2007, a Petrobras e o Governo peruano firmaram novo acordo para criar um pólo petroquímico no sul do Peru, com investimentos de cerca de US\$ 3,3 bilhões. Serão produzidos fertilizantes e resinas de plástico. O Presidente García declarou que a construção do pólo constitui “um passo fundamental na história energética do país”. Em 28 de agosto, será realizada em Lima a I Reunião da Comissão Mista Permanente em Matéria Energética, Geológica e de Mineração, com a participação do Ministro, interino, de Minas e Energia Nelson Hubner.

Sobre cooperação cultural, o Brasil manifestou ao Diretor-Geral da UNESCO, em 2006, o interesse brasileiro em participar das atividades do Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina – CRESPIAL, iniciativa cultural do Peru. Em abril de 2007, o Diretor-Geral do Instituto Rio Branco reuniu-se com o Vice-Ministro das Relações Exteriores peruano, Embaixador Gonzalo Gutiérrez, para tratar da criação de mecanismo de coordenação entre as Academias Diplomáticas dos Estados Membros e Associados do MERCOSUL.

O Presidente García deverá ampliar o programa “Juntos”, que visa a transferir renda diretamente às famílias mais pobres do Peru. O “Juntos” tem como modelo o Bolsa Família.

Há igualmente convergência política entre os dois países nos foros multilaterais e regionais.

Os dois países integram o Conselho de Direitos Humanos da ONU, criado em maio de 2006. O Peru tem participado com contingente na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), sob comando brasileiro.

No contexto da OTCA, os dois países têm respaldado a participação regular da França, como país observador, em reuniões da Organização.

O Peru tem apoiado a candidatura brasileira a assento permanente no Conselho de Segurança. Em carta dirigida ao Ministro Celso Amorim, em outubro de 2006, o Chanceler Belaúnde assinalou o apoio do Peru “*a la aspiración de Brasil de acceder a la condición de miembro permanente del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas*”. Em sua visita ao Brasil, em novembro, o Presidente García reiterou esse apoio. O Peru foi eleito como membro não-permanente do CSNU no biênio 2006-2007, com o apoio brasileiro.

O Brasil apóia a candidatura peruana ao ECOSOC, mandato 2009-2011, cujas eleições se darão na 63ª Sessão da AGNU, em 2008.

O Governo peruano já anunciou o apoio às candidaturas brasileiras à Corte Internacional de Justiça, mandato 2009-2018; ao ECOSOC, mandato 2008-2010, cujas eleições se darão na 62ª Sessão da AGNU (2007); à Diretoria de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial de Aduanas; ao assento no Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), nas eleições que ocorrerão na 36ª Assembléia da Organização, em Montreal, em setembro; e a uma vaga no Conselho de Direitos Humanos da ONU, nas eleições de maio de 2008, durante a 63ª AGNU. O Governo peruano anunciou igualmente o apoio à candidatura do Brasil a assento eletivo do Conselho de Segurança da ONU, mandato 2010-2011, com eleições previstas para a 64ª sessão da AGNU, em 2009.

No início de agosto, o Brasil solicitou o apoio peruano à candidatura como membro do Conselho Executivo da Organização Mundial de Turismo no período 2007-2011. O Governo do Peru solicitou apoio do Brasil à candidatura à Comissão de Consolidação da Paz, para o período 2009-2011, nas eleições em maio de 2009, durante a 63ª AGNU.

O Ministro Celso Amorim fez visita oficial a Lima, em 17 de fevereiro de 2006. Assinaram-se sete acordos bilaterais, além de Declaração Conjunta, que reforçaram a Aliança Estratégica entre o Brasil e o Peru: sobre Dupla Tributação; Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e Investimentos (PSCI); o Acordo de Cooperação Espacial; o Ajuste Complementar sobre Pesquisa e Desenvolvimento Agrário; o Acordo por Troca de Notas sobre o Convênio de Cooperação entre as Academias Diplomáticas; e dois Memorandos de Entendimento entre a EMBRAPA e entidades peruanas de pesquisa agrária.

O Secretário-Geral Samuel Pinheiro Guimarães realizou visita a Lima, nos dias 26 e 27 de setembro de 2006. Manteve encontros com o Presidente García, o Chanceler Belaúnde e ministros da área econômica e social do Governo peruano. Na ocasião, consolidou-se a associação entre a Petrobras e as estatais peruanas Perupetro e Petroperú. Examinaram-se igualmente temas relacionados com a cooperação bilateral técnica, nas áreas social, de defesa e espacial.

Em retribuição à visita do Presidente García, missão da FIESP, chefiada pelo Presidente Paulo Skaf, visitou Lima em junho de 2007. Integraram a missão mais de 40 empresários, além de representantes dos Governos do Acre, Amazonas, Mato Grosso e Rondônia, e de Congressistas brasileiros da Frente Parlamentar Brasil-Peru. Inaugurou-se o Foro Empresarial Brasil-Peru. Fizeram-se rodadas de negócios em diversos setores. Na ocasião, instalou-se a Frente Parlamentar Peru-Brasil.

Em maio de 2007, realizou-se seminário no Peru sobre “Desenvolvimento de Cultivos Alternativos para a Produção de Biocombustíveis”. A ABC apoiou o Seminário. Nova legislação peruana estabelece regras para mistura de etanol à gasolina (2010 - 7,8%) e biodiesel ao óleo diesel (2009 - 2%). Empresas brasileiras e peruanas negociam projetos em etanol no Peru, que poderá servir

como plataforma de exportação para os EUA. O TLC com os EUA permitirá ao Peru tarifa zero para exportar etanol para o mercado norte-americano.

O Presidente Lula confirmou sua presença na V Cúpula ALC-EU, que ocorrerá em maio de 2008, em Lima.

Em maio de 2007, delegação do Ministério dos Transportes do Brasil reuniu-se com autoridades peruanas em Lima para examinar cooperação na área de transportes fluviais. Acordou-se que missão peruana visitará proximamente portos de Manaus e Belém.

O desequilíbrio da balança comercial em favor do Brasil é tema que também continuará a suscitar especial interesse da parte peruana. Em 2006, o Brasil obteve superávit comercial de US\$ 711 milhões, com exportações de US\$ 1,5 bilhão e importações de US\$ 789 milhões.

COMÉRCIO BILATERAL

A balança comercial tem sido historicamente superavitária para o Brasil, variando entre US\$ 55,3 milhões (2001) e US\$ 711 milhões (2006).

Em 2006, o Brasil exportou US\$ 1,5 bilhão para o Peru, tendo importado US\$ 789 milhões. O Brasil foi o 10º maior destino das exportações peruanas e o terceiro maior exportador para aquele país. O primeiro exportador para o Peru são os EUA.

De janeiro a julho de 2007, o fluxo comercial bilateral atingiu mais de US\$ 1,4 bilhões. As exportações brasileiras foram de US\$ 886 milhões e as exportações peruanas de US\$ 568 milhões, com superávit brasileiro de mais de US\$ 318 milhões. Nesse período, as exportações peruanas ao Brasil cresceram mais de 45% e as exportações brasileiras ao Peru aumentaram cerca de 47%.

O Brasil tem exportado para o Peru sobretudo óleos brutos de petróleo, terminais portáteis de telefonia celular, caminhões, tratores rodoviários e escavadoras. O Peru tem exportado para o Brasil especialmente cobre, sulfetos de minério de zinco, prata, zinco não-ligado e chumbo refinado.

Em 2007, estima-se que o intercâmbio comercial bilateral totalizará US\$ 3,4 bilhões. O Brasil deverá ser o terceiro maior parceiro comercial do Peru, após Estados Unidos e China, e seu primeiro na América Latina.

Por ocasião da I Reunião do Mecanismo de Consulta Política bilateral, em nível de Subsecretários, no Rio de Janeiro, em 25 de junho, acordou-se, por iniciativa brasileira, criar uma Comissão de Monitoramento Brasil-Peru, à semelhança do que já foi instituído com outros países sul-americanos.

DADOS BÁSICOS ECONÔMICOS

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (em US\$ mil):

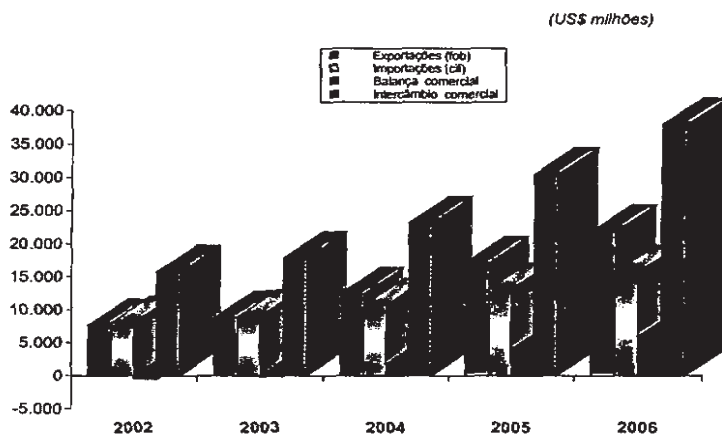
BRASIL⇒ PERU	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 (JAN.- JULHO)
Exportações	286.286	436.101	487.836	631.394	932.889	1.500.791	886.549
Importações	230.927	217.781	235.237	349.384	458.352	788.944	568.002
Superávit / Déficit do Brasil	55.359	218.320	252.599	282.010	474.536	711.847	318.547

COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações (fob)	7.648	8.860	12.469	17.269	21.971
Importações (cif)	8.154	9.047	10.733	13.222	15.938
Balança comercial	-505	-187	1.736	4.048	6.033
Intercâmbio comercial	15.802	17.906	23.202	30.491	37.909

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD July 2007.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de cálculo.

COMÉRCIO EXTERIOR DO PERU 2002 - 2006



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD July 2007.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS PERU

. DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2004	%	2005	%	2006	%
		do total		do total		do total
EXPORTAÇÕES:						
Estados Unidos	3.682	29,5%	5.371	31,1%	5.596	25,5%
China	1.240	9,9%	1.868	10,8%	2.614	11,9%
Canadá	314	2,5%	1.027	5,9%	1.837	8,4%
Chile	637	5,1%	1.136	6,6%	1.297	5,9%
Japão	548	4,4%	599	3,5%	1.180	5,4%
Suíça	283	2,3%	789	4,6%	909	4,1%
Alemanha	383	3,1%	517	3,0%	738	3,4%
Espanha	422	3,4%	573	3,3%	713	3,2%
Itália	284	2,3%	392	2,3%	647	2,9%
<i>Brasil</i>	358	2,9%	457	2,6%	564	2,6%
Países Baixos	386	3,1%	587	3,4%	447	2,0%
Colômbia	262	2,1%	348	2,0%	431	2,0%
México	230	1,8%	333	1,9%	412	1,9%
Venezuela	197	1,6%	301	1,7%	409	1,9%
Equador	207	1,7%	295	1,7%	365	1,7%
Bélgica	170	1,4%	228	1,3%	358	1,6%
Reino Unido	1.120	9,0%	258	1,5%	335	1,5%
SUBTOTAL	10.723	86,0%	15.081	87,3%	18.852	85,8%
DEMAIS PAÍSES	1.746	14,0%	2.188	12,7%	3.119	14,2%
TOTAL GERAL	12.469	100,0%	17.269	100,0%	21.971	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD July 2007.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006.

. DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - cif)	2004	%	2005	%	2006	%
		do total		do total		do total
IMPORTAÇÕES:						
Estados Unidos	3.252	30,3%	2.402	18,2%	3.220	20,2%
<i>Brasil</i>	584	5,4%	1.054	8,0%	1.303	8,2%
Equador	191	1,8%	976	7,4%	1.206	7,6%
China	358	3,3%	1.121	8,5%	1.114	7,0%
Chile	770	7,2%	673	5,1%	1.025	6,4%
Colômbia	555	5,2%	806	6,1%	996	6,3%
Argentina	334	3,1%	678	5,1%	838	5,3%
Venezuela	196	1,8%	546	4,1%	687	4,3%
México	240	2,2%	459	3,5%	567	3,6%
Alemanha	330	3,1%	426	3,2%	479	3,0%
República da Coreia	209	1,9%	358	2,7%	443	2,8%
Japão	171	1,6%	469	3,5%	419	2,6%
Angola	-	0,0%	283	2,1%	350	2,2%
Itália	149	1,4%	213	1,6%	309	1,9%
Canadá	116	1,1%	206	1,6%	276	1,7%
Espanha	1.232	11,5%	209	1,6%	251	1,6%
Índia	58	0,5%	134	1,0%	165	1,0%
SUBTOTAL	8.747	81,5%	11.013	83,3%	13.647	85,6%
DEMAIS PAÍSES	1.986	18,5%	2.208	16,7%	2.291	14,4%
TOTAL GERAL	10.733	100,0%	13.222	100,0%	15.938	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD July 2007.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS PERU

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2005 ⁽¹⁾	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões, fob)		
Minérios, escórias e cinzas	3.835	22,4%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas	3.463	20,2%
Cobre e suas obras	2.135	12,5%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	1.596	9,3%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, alimentos para animais	1.190	7,0%
Vestuário e seus acessórios, de malha	963	5,6%
Café, chá, mate e especiarias	403	2,4%
Peixes e crustáceos, moluscos	271	1,6%
Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos	259	1,5%
Zinco e suas obras	216	1,3%
Subtotal	14.333	83,7%
Demais Produtos	2.781	16,3%
Total Geral	17.114	100,0%
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões, fob)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	2.471	19,8%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	1.696	13,6%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1.121	9,0%
Plásticos e suas obras	771	6,2%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	667	5,3%
Cereais	495	4,0%
Ferro fundido, ferro e aço	430	3,4%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	335	2,7%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	281	2,2%
Borracha e suas obras	241	1,9%
Produtos farmacêuticos	236	1,9%
Adubos ou fertilizantes	223	1,8%
Produtos químicos orgânicos	221	1,8%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia	207	1,7%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	197	1,6%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	182	1,5%
Produtos diversos das indústrias químicas	176	1,4%
Algodão	148	1,2%
Óleos essenciais e resinóides; produtos de perfumaria	144	1,1%
Subtotal	10.241	81,9%
Demais Produtos	2.261	18,1%
Total Geral	12.502	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Comtrade.

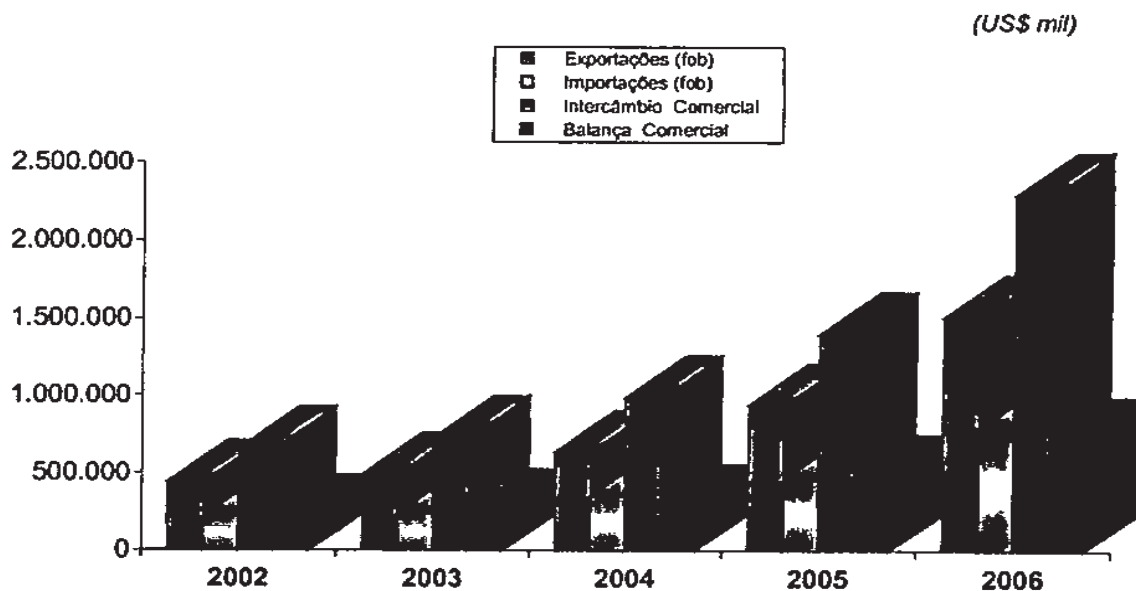
Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível.

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2003	2004	2005
A. Balança comercial (líquido - fob)	836	2.792	5.163
Exportações	9.091	12.616	17.247
Importações	8.255	9.824	12.084
B. Serviços (líquido)	-854	-842	-913
Receita	1.695	1.914	2.179
Despesa	2.549	2.756	3.092
C. Renda (líquido)	-2.144	-3.421	-5.011
Receita	322	332	618
Despesa	2.466	3.753	5.629
D. Transferências unilaterais (líquido)	1.228	1.461	1.791
E. Transações correntes (A+B+C+D)	-934	-10	1.030
F. Conta de capitais (líquido)	-107	-86	-151
G. Conta financeira (líquido)	820	2.375	83
Investimentos diretos (líquido)	1.275	1.816	2.519
Portfolio (líquido)	-76	819	1.768
Outros	-379	-260	-4.204
H. Erros e Omissões	783	178	450
I. Saldo (E+F+G+H)	562	2.457	1.412

Fonte: Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - International Financial Statistics, April 2006.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PERU 2002 - 2006



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
PERU**

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PERU	(US\$ mil)	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações (fob)		438.663	491.596	636.164	938.665	1.509.564
Variação em relação ao ano anterior		52,4%	12,1%	29,4%	47,6%	60,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a América do Sul		5,9%	4,8%	4,0%	4,4%	5,6%
Part. (%) no total das exportações brasileiras		0,7%	0,7%	0,7%	0,8%	1,1%
Importações (fob)		217.783	235.237	349.384	459.109	788.154
Variação em relação ao ano anterior		-5,6%	8,0%	48,5%	31,4%	71,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras da América do Sul		2,9%	3,1%	3,6%	4,3%	5,3%
Part. (%) no total das importações brasileiras		0,5%	0,5%	0,6%	0,6%	0,9%
Intercâmbio Comercial		656.446	726.833	985.548	1.397.774	2.297.718
Variação em relação ao ano anterior		26,6%	10,7%	35,6%	41,8%	64,4%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a América do Sul		4,3%	4,1%	3,9%	4,4%	5,5%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro		0,6%	0,6%	0,6%	0,7%	1,0%
Balança Comercial		220.880	256.359	286.780	479.556	721.410

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alce.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações peruanas e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-PERU	(US\$ mil, fob)	2006 (jan-jul)	2007 (jan-jul)
Exportações		728.540	886.549
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		30,6%	21,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a América do Sul		5,1%	5,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras		1,0%	1,0%
Importações		414.904	568.002
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		51,9%	36,9%
Part. (%) no total das importações brasileiras da América do Sul		5,2%	5,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras		0,8%	0,9%
Intercâmbio Comercial		1.143.444	1.454.551
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		37,6%	27,2%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil - América do Sul		5,1%	5,4%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro		0,9%	1,0%
Balança Comercial		313.636	318.547

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alce.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações peruanas e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
PERU**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PERU	(US\$ mil - fob)	2004	% do total	2005	% do total	2006	% do total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)							
Combustíveis, óleos e ceras minerais		30.898	4,9%	116.230	12,4%	363.066	24,1%
Óleos brutos de petróleo		30.623	4,8%	114.656	12,2%	361.430	23,9%
Veículos automóveis, tratores, ciclos		91.312	14,4%	145.718	15,5%	222.365	14,7%
Chassis c/motor diesel e cabina, carga >20t		13.498	2,1%	33.534	3,6%	63.984	4,2%
Chassis c/motor p/veic.automóveis transp. pessoas>=10		13.721	2,2%	18.830	2,0%	34.453	2,3%
Carrocerias p/veic. autom. transp. 10 ou mais pessoas ou para carga		9.294	1,5%	13.800	1,5%	29.481	2,0%
Automóveis com motor de explosão entre 1500 e 3000 cilindradas		15.942	2,5%	20.394	2,2%	28.146	1,9%
Tratores rodoviários p/ semi-reboques		8.871	1,4%	17.827	1,9%	25.523	1,7%
Caldreiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		107.675	16,9%	135.115	14,4%	164.042	10,9%
Outros "bulldozers" e "angledozers", de lagartas		2.930	0,5%	12.397	1,3%	21.594	1,4%
Outras carregadoras/pás-carregadoras, de carregamento frontal		1.742	0,3%	2.980	0,3%	12.161	0,8%
Outros niveladores		1.775	0,3%	1.719	0,2%	10.280	0,7%
Outras escavadoras com capacidade de carga >=19m3		0	0,0%	6.662	0,7%	8.381	0,6%
Elevadores e monta-cargas		3.728	0,6%	4.516	0,5%	5.852	0,4%
Ferro fundido, ferro e aço		59.670	9,4%	78.570	8,4%	160.354	10,6%
Barras de ferro/aço, laminadas a quente		2.250	0,4%	28.089	3,0%	63.489	5,5%
Fio-máquina de ferro/aço, dentado, c/nervura		3.275	0,5%	4.337	0,5%	13.697	0,9%
Outros prods.semimanuf.ferro/aço, C<0,25%, sec.transv.ret.		0	0,0%	0	0,0%	7.666	0,5%
Outros fio-máquinas de ferro/aço, não ligado, sec.circ.D<14mm		7.045	1,1%	2.946	0,3%	7.402	0,5%
Lamin. ferro/aço, L >=60m, estanhado		13.330	2,1%	11.209	1,2%	6.589	0,4%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos		43.498	6,8%	113.724	12,1%	158.643	10,5%
Terminais portáteis de telefonia celular		6.157	1,0%	63.300	6,7%	105.157	7,0%
Outros aparelhos receptores televisão em cores		10.737	1,7%	14.297	1,5%	10.173	0,7%

(continua)

						(continuação)
Plásticos e suas obras	37.190	5,8%	57.629	6,1%	78.175	5,2%
Polipropileno sem carga, em forma primária	9.225	1,5%	18.784	2,0%	23.505	1,6%
Outros polietilenos sem carga, em formas primárias	3.830	0,6%	5.909	0,6%	9.405	0,6%
Copolímeros de propileno, em formas primárias	2.253	0,4%	6.530	0,7%	6.809	0,5%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	14.861	2,3%	12.118	1,3%	48.107	3,2%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	27.136	4,3%	40.353	4,3%	37.865	2,5%
Borracha e suas obras	11.066	1,7%	17.052	1,8%	21.406	1,4%
Produtos farmacêuticos	10.982	1,7%	11.418	1,2%	16.717	1,1%
Instrumentos e aparelhos de óptica e fotografia	7.522	1,2%	10.027	1,1%	13.811	0,9%
Vidro e suas obras	6.322	1,0%	7.921	0,8%	13.227	0,9%
Alumínio e suas obras	8.420	1,3%	6.957	0,7%	12.420	0,8%
Açúcares e produtos de confeitaria	3.274	0,5%	5.662	0,6%	11.799	0,8%
Óleos essenciais e resinóides	6.826	1,1%	8.987	1,0%	11.551	0,8%
Produtos diversos das indústrias químicas	7.769	1,2%	9.067	1,0%	11.339	0,8%
Extratos tanantes e tintoriais	8.684	1,4%	7.411	0,8%	10.510	0,7%
Produtos químicos orgânicos	9.248	1,5%	7.430	0,8%	10.407	0,7%
Algodão	31.084	4,9%	18.175	1,9%	9.698	0,6%
Subtotal	523.437	82,3%	809.564	86,2%	1.375.502	91,1%
Demais Produtos	112.727	17,7%	129.101	13,8%	134.062	8,9%
TOTAL GERAL	636.164	100,0%	938.665	100,0%	1.509.564	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Afise.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2005.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS PERU

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PERU (US\$ mil - fob)	2004	% no total	2005	% no total	2006	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Cobre e suas obras	102.398	29,3%	188.381	41,0%	331.271	42,0%
Cátodos de cobre refinado	73.835	21,1%	152.841	33,3%	264.215	33,5%
Fios de cobre refinado	27.173	7,8%	30.256	6,8%	66.714	8,5%
Minérios, escórias e cinzas	80.368	23,0%	101.163	22,0%	219.715	27,9%
Sulfetos de minérios de zinco	80.368	23,0%	101.091	22,0%	219.715	27,9%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas	70.299	20,1%	69.893	15,2%	79.733	10,1%
Prata em formas brutas	70.294	20,1%	69.889	15,2%	79.727	10,1%
Zinco e suas obras	21.072	6,0%	16.081	3,5%	51.342	6,5%
Zinco não ligado	20.360	5,8%	12.173	2,7%	41.323	5,2%
Chumbo e suas obras	27.405	7,8%	37.032	8,1%	48.265	6,1%
Chumbo refinado, eletrolítico, em lingotes	24.760	7,1%	34.160	7,4%	44.087	5,6%
Chumbo com antimônio como seg. elem. pred. em forma bruta	1.015	0,3%	1.962	0,4%	2.646	0,3%
Preparações de produtos hortícolas, de frutas, etc.	175	0,1%	4.774	1,0%	8.734	1,1%
Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	10.118	2,9%	10.877	2,4%	7.873	1,0%
Preparações de carne, de peles ou de crustáceos	3.542	1,0%	1.795	0,4%	6.964	0,9%
Produtos químicos inorgânicos	2.232	0,6%	3.420	0,7%	6.250	0,8%
Subtotal	317.609	90,8%	433.416	94,4%	780.147	96,4%
Demais Produtos	31.775	9,1%	25.692	5,6%	28.007	3,6%
TOTAL GERAL	349.384	100,0%	459.109	100,0%	788.154	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Afise.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS PERU

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PERU (US\$ mil - fob)	2006 (jan-jul)	% no total	2007 (jan-jul)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Combustíveis, óleos e ceras minerais	155.068	21,3%	163.077	18,4%
Veículos automotivos, tratores, suas partes/acessórios	126.245	17,3%	156.194	17,6%
Cadeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	86.929	11,9%	124.862	14,1%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, suas partes, etc.	78.608	10,8%	93.491	10,5%
Ferro fundido, ferro e aço	67.009	9,2%	73.645	8,3%
Plásticos e suas obras	40.452	5,6%	43.423	4,9%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel	19.810	2,7%	31.843	3,6%
Borracha e suas obras	11.460	1,6%	17.410	2,0%
Produtos farmacêuticos	10.664	1,5%	12.207	1,4%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	10.610	1,5%	12.138	1,4%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc.	8.254	1,1%	10.869	1,2%
Óleos essenciais e resinóides	5.940	0,8%	9.921	1,1%
Subtotal	621.049	85,2%	749.080	84,5%
Demais Produtos	107.491	14,8%	137.469	15,5%
TOTAL GERAL	728.540	100,0%	886.549	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Cobre e suas obras	161.763	39,0%	218.647	38,5%
Minérios, escórias e cinzas	132.557	31,9%	152.890	26,9%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas	39.393	9,5%	72.526	12,8%
Zinco e suas obras	21.975	5,3%	40.736	7,2%
Chumbo e suas obras	28.540	6,9%	39.117	6,9%
Plásticos e suas obras	2.324	0,6%	6.899	1,2%
Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	5.355	1,3%	6.403	1,1%
Subtotal	391.907	94,5%	536.918	94,5%
Demais Produtos	22.997	5,5%	31.084	5,5%
TOTAL GERAL	414.904	100,0%	568.002	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Sistema Afise.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-jul/2007.

Aviso nº 856 – C. Civil.

Em 22 de agosto de 2007

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Jorge D'Escagnolle Taunay Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 134, DE 2007

(Nº 625/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Brian Michael Fraser Neele, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o

cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras.

Os méritos do Senhor Brian Michael Fraser Neele que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de agosto de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 234 MRE DP/DSE/SGEX/AFEPA/G – APES

Brasília, 17 de agosto de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Brian Michael Fraser Neele, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum Vitae** do Senhor Brian Michael Fraser Neele que, juntamente com a mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

I N F O R M A Ç Ã O**C U R R I C U L U M V I T A E****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE BRIAN MICHAEL FRASER NEELE****CPF.: 7507712400****ID.: 32- MRE**

21/05/1941	Filho de George Brian Fraser Neele e Ethel Marie Neele, nasce em 21 de maio , no Rio de Janeiro/RJ
01/01/1963	Concurso Direto à Carreira de Diplomata e Curso Especial do Instituto Rio Branco.
03/01/1964	Terceiro Secretário em 20 de janeiro
10/01/1964	Divisão de Produtos de Base, assistente
01/01/1965	Medalha Lauro Muller
09/01/1966	Gabinete do Ministro de Estado, Oficial de Gabinete
14/01/1966	Ordem da Coroa, Bélgica, Cavaleiro
15/01/1966	Embaixada na Haia, Terceiro e Segundo Secretário
04/01/1967	Segundo Secretário, por merecimento, em 31 de março
01/01/1968	Curso de Desenvolvimento Econômico, pós-graduação, Instituto de Estudos Sociais, Haia
02/01/1968	"A SUDENE e a CASSA PER IL MESSOGIORNO, um Estudo Comparativo" (Instituto de Estudos Sociais, Haia)
03/01/1968	"A Agricultura e o Desenvolvimento Nacional" (Instituto de Estudos Sociais, Haia).
16/01/1971	Ordem Orange e Nassau, Países Baixos, Cavaleiro
17/01/1971	Embaixada em La Paz, Segundo e Primeiro Secretário
05/01/1973	Primeiro Secretário, por merecimento, em 01 de janeiro
19/01/1973	Ordem do Condor dos Andes, Bolívia, Oficial
01/01/1974	Divisão de Produtos de Base, assistente
20/01/1975	Embaixada em Londres, Primeiro Secretário
01/01/1976	Ordem Real de Vitória, Reino Unido, Cavaleiro
11/01/1977	Departamento de Promoção Comercial, assessor
12/01/1977	Divisão do Pessoal, assistente
09/02/1977	Revista "Brasil, Comércio e Indústria", supervisor
06/01/1978	Conselheiro, por merecimento, em 12 de dezembro
13/01/1979	Divisão de Informação Comercial, Chefe
10/02/1979	Programa SPED e da rede INFONET na Secretaria de Estado e nos Postos no Exterior (a primeira rede de teleprocessamento de dados do Governo de qualquer país - concluída em 1983), Chefe, responsável

14/02/1981	Acordo de Cooperação Técnica entre o Banco Africano de Desenvolvimento(BAD)e o BNDES - Abidjan, Chefe de delegação
17/02/1981	Tripartite Brasil/Moçambique/Fundo da OPEP para o projeto de carvão em Moatize, Moçambique - Viena e Maputo, Chefe de delegação
02/01/1982	CAE - IRBr, A Informática e o Ministério das Relações Exteriores
07/01/1983	Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 22 de junho
18/02/1983	Plano Intermodal de Transportes da África, na sede da Comissão Econômica para a África, em Addis Abeba, Chefe de delegação
19/02/1983	1ª Missão Comercial do Brasil a Kigali, Ruanda, Chefe
20/02/1983	II Série de Seminários sobre Tecnologia para o Desenvolvimento, visando à abertura de mercados na Ásia - Bangkok, Kuala Lumpur e Pequim, Chefe de delegação
01/01/1984	Projeto POLEN, com os Governos do Gabão e do Congo(acordo de promoção comercial), Chefe de delegação
21/01/1984	Consulado-Geral em Genebra, Cônsul-Geral
21/02/1985	Ordem do Rio Branco, Grande Oficial
02/03/1985	Reunião Anual da Junta Mista do Centro de Comércio Internacional ITC (UNCTAD/GATT)- Genebra (idem, 1986,1987 e 1988), Chefe de delegação
22/01/1988	Embaixada em Lagos, Embaixador
01/01/1990	Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz
02/01/1990	Ordem do Mérito Naval, Comendador
03/03/1991	XXVI Sessão do Comitê Executivo da Associação dos Países Produtores de Estanho, ATPC - Abuja, Chefe de delegação
23/01/1994	Embaixada em Beirute, Embaixador
08/01/1996	Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 15 de dezembro
12/01/1998	Ordem do Cedro, Líbano, Grã Cruz
14/01/1998	Escritório de Representação do MRE no Rio de Janeiro (ERERIO), Chefe
02/04/1999	Medalha Comemorativa dos 100 Anos do Ministério das Relações Exteriores no Palácio Itamaraty
01/02/2000	Estudo de Volumetria para um Centro de Convenções no Palácio Itamaraty (Rio de Janeiro), em conjunto com a DTU/GPP, Instituto Pereira Passos, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, co-patrocinado pela AEB e pela ACRJ
02/02/2000	Medalha do Pacificador, Exército Brasileiro
04/02/2000	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial
05/02/2000	Medalha ao Mérito, CBMRJ
24/01/2001	Embaixada em Ancara, Embaixador
25/01/2001	Embaixada em Baku, Embaixador (cumulatividade)
01/01/2002	Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial
29/09/2004	Consulado-Geral em Roma, Cônsul-Geral


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

Ministério das Relações Exteriores
Subsecretaria-Geral da América do Sul
Departamento do México, América Central e Caribe
Divisão do México, América Central e Caribe

REPÚBLICA DE HONDURAS

Agosto de 2007

NOME OFICIAL	REPÚBLICA DE HONDURAS
CAPITAL	TEGUCIGALPA
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	UNITÁRIO / REPÚBLICA PRESIDENCIALISTA
AREA	112.090 KM ²
POPULAÇÃO (2005, est.)	7,0 MILHÕES
COMPOSIÇÃO ÉTNICA	MESTIÇOS (90%), AMERÍNDIOS (7%), NEGROS (2%) E BRANCOS (1%)
PRINCIPAIS CIDADES	SAN PEDRO SULA, EL PROGRESSO, CHOLUTECA, LA CEIBA
DATA NACIONAL	15 DE SETEMBRO (INDEPENDÊNCIA) (1821)
PIB (PPP - 2005, est.)	US\$ 20,56 BILHÕES
PIB/capita (PPP - 2005, est.)	US\$ 2.900,00
UNIDADE MONETÁRIA	LEMPIRA
CHEFE DE ESTADO	JOSÉ MANUEL ZELAYA ROSALES
CHANCELER	MILTON JIMÉNEZ PUERTO
EMBAIXADOR DO BRASIL	JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	VÍCTOR MANUEL LOZANO URBINA

Perfis Biográficos

José Manuel Zelaya Rosales – Presidente

- José Manuel Zelaya Rosales nasceu em 20 de setembro de 1952, em Catacamas, Departamento de Olancho, Honduras. Casado com Xiomara Castro Sarmiento, é pai de 4 filhos. Licenciado em Engenharia Civil na Universidade Nacional de Honduras.
- Coordenador do Departamento de Olancho pelo Movimento Liberal Rodista (1980-84). Deputado Eleito pelo Departamento de Olancho ao Congresso Nacional da República de Honduras (1985-1998). Secretário da Mesa Diretora do Congresso Nacional (1987-1989).
- Na iniciativa privada, foi membro da Diretoria do Conselho Hondurenho da Empresa Privada (1987-1994), Presidente da Junta Diretora da Associação de Industriais da Madeira (1987-1994) e membro da Junta Diretora do Banco Sogerin (1987-1994).
- Nomeado Ministro e Diretor Executivo do Fundo Hondurenho de Investimento Social (1994-1997). Membro do Foro Nacional de Convergência (1998). Assessor do Gabinete de Reconstrução Nacional ante a tragédia do furacão Mitch (1998-1999).
- Deputado pelo Departamento de Francisco Morazán ao Congresso (1998-1999). Confirmado no cargo de Ministro e Diretor Executivo do Fundo Hondurenho de

Investimento Social pelo Presidente Carlos Flores (1998-2001). Renuncia ao cargo para lançar sua candidatura à Presidência da República pelo partido Liberal (2001). Sua gestão à frente do Fundo Hondurenho de Investimento Social (FHIS) foi considerada como a mais eficiente pelo Banco Mundial.

- Secretário de Organização e Propaganda do Conselho Central Executivo do Partido Liberal (1999-2004). Fundador e Líder do Movimento Esperança Liberal e do Projeto do Poder Cidadão, que ganhou as eleições primárias e internas do Partido Liberal em fevereiro de 2005.
- Candidato à Presidência da República pelo Partido Liberal.
- Presidente da República de Honduras para o período 2006-2010.

Milton Danilo Jiménez Puerto, Chanceler

- Milton Danilo Jiménez Puerto nasceu em 9 de novembro de 1961, em Tegucigalpa. Casado com a Arquiteta Alba María Soto Quezada.
- Advogado do Escritório de Advogados Jiménez, especializado em Direito Penal (1999-2005). Juiz Suplente do Tribunal de Apelações de Francisco Morazán (1997-1999). Consultor Jurídico da Central Nacional de Trabalhadores do Campo e Consultor, *ad honorem*, do Conselho Coordenador de Organizações Camponesas de Honduras (1987-1992). Co-Diretor do Consultório Jurídico Popular, escritório especializado na defesa e promoção de direitos humanos, com ênfase nos direitos da mulher, das crianças e das populações urbanas marginalizadas.
- Membro da Junta Diretora da Ordem dos Advogados de Honduras (1994-1996). Membro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados de Honduras (1986-1988). Colaborador, em Honduras, do Projeto de Apoio a Comissões Não Governamentais de Direitos Humanos na América Central, do Instituto Interamericano de Direitos Humanos.
- Sua trajetória política se deu no âmbito do Partido Liberal. Foi Secretário de Organização e Propaganda do Conselho Central Executivo do Partido Liberal, membro da Comissão de Campanha do Movimento Esperança Liberal, fundador do Movimento Esperança Liberal, e membro do Partido Liberal de Honduras desde 1985.

PERFIL DO PAÍS

Política Interna

O Governo que se encerrou no início de 2006, do Presidente Ricardo Maduro, filiado ao Partido Nacional, de tendência conservadora, assumiu em janeiro de 2002, após dois mandatos consecutivos do Partido Liberal. Estima-se que Maduro não conseguiu cumprir com a maior parte das promessas de campanha, notadamente na área social. Prevalcem altas taxas de desemprego, subemprego e pobreza. A taxa de desemprego no país alcançou o elevado patamar de 28%, sendo que muitos dos que são computados como empregados vivem na realidade situações de subemprego, ou estão ocupados em atividades da chamada economia informal. Por outro lado, segundo dados divulgados pelo PNUD, dos 6,5 milhões de habitantes do país, cerca

de 1,6 milhão de pessoas sobrevivem com menos de um dólar por dia. Quanto à distribuição desigual da renda nacional, ainda de acordo com o PNUD, os 20% mais ricos detinham, naquele Governo, 54% do PIB, ao passo que os 20% mais pobres dispõem apenas de 3,2%. Durante a campanha eleitoral, Maduro acenou aos eleitores com plano intitulado “Mi Compromiso Contigo”, recheado de declarações de intenções no campo social, especialmente promessas de reajustes salariais, que não pôde cumprir.

Em 27 de novembro de 2005 foram realizadas eleições gerais em Honduras, nas quais foram eleitos o Presidente da República, o Vice-Presidente, a totalidade dos membros do Congresso Nacional (128 Deputados), os prefeitos e os integrantes das Câmaras Municipais. Concorreram às eleições cinco Partidos, mas a disputa presidencial se cingiu, na prática, ao PN e ao PL, as duas agremiações centenárias e predominantes na política interna hondurenha. Tratam-se de Partidos de centro, sem diferenças ideológicas marcantes; talvez o PN possa ser considerado um pouco mais à direita e o PL um pouco mais à esquerda, mas são essencialmente semelhantes. Participam também das eleições os três Partidos minoritários – o PINU – SD, social-democrata; a UD, agremiação que se situa mais à esquerda no espectro político; e a DC, de orientação democrata-cristã e tradicionalmente tendente a aliar-se ao governo (como hoje ocorre, por sua aliança com o PN durante o mandato de Maduro). Os candidatos desses três Partidos à presidência foram, respectivamente, Carlos Sosa Coello, Juan Almeyda e Juan Ramón Martínez. Até às vésperas do pleito, as pesquisas de opinião chegaram a indicar “possível empate técnico” entre os principais candidatos. A eleição presidencial foi vencida por José Manuel Zelaya Rosales (PL), com 49,9% dos votos válidos. O candidato Porfirio Lobo Sosa (PN), obteve o segundo lugar, com 46,17% dos votos válidos.

Política Externa

Honduras é, e sempre foi, país alinhado com os Estados Unidos da América. A negociação da renovação do TPS (Temporal Protection Status) é o ponto prioritário da agenda externa do país, uma vez que cerca de 300 mil hondurenhos vivem na América do Norte. Como evidência dessa política de alinhamento, pode-se mencionar o envio de soldados para o Iraque, retirados, porém, logo depois da saída da Espanha. No Governo anterior, houve tensões com Cuba, por ter Honduras apresentado, na Comissão de Direitos Humanos da ONU, moção de censura à ilha caribenha, apesar de contar com cerca de 500 (quinhentos) médicos cubanos que prestam cooperação neste país.

O Chanceler de Cuba, Felipe Pérez Roque, realizou visita em março de 2007 a Honduras. Segundo o Chanceler cubano, com sua visita a Tegucigalpa e a do Chanceler Milton Jiménez Puerto a Havana, em dezembro de 2006, “consideramos que se ha dado una plena normalización de las relaciones políticas y diálogo respetuoso entre nuestros gobiernos”. Durante cerimônia na Casa Presidencial, foram apresentados os novos Embaixadores de Honduras em Havana, Juan Ramón Elvir, ex-Presidente da Empresa Nacional de Energia Elétrica-ENEE, e de Cuba em Tegucigalpa, Juan Carlos Hernández, diplomata de carreira.

O país continua a ser grande receptor de assistência externa, especialmente da União Européia, do Japão e de Taiwan, país com o qual mantém relações diplomáticas plenas (há Embaixador de Taiwan residente em Tegucigalpa). Em termos de relações com os vizinhos, houve avanços positivos nas relações com El Salvador, tradicionalmente tensas em função de dificuldades relativas à delimitação fronteiriça terrestre e marítima, que abriram caminho para a possibilidade de novos investimentos salvadorenhos em Honduras. Persistem tensões com a Nicarágua, relativas à delimitação da plataforma continental, bem como a respeito de redução de armamentos. O Governo hondurenho tem reiterado a disposição de potencializar as negociações

no âmbito dos sistemas SICA (Sistema da Integração Centro Americana) e SIECA (Sistema de Integração Econômica Centro-americano).

A semelhança na orientação dos dois Partidos com chances de chegar à Presidência permitia presumir que, qualquer que fosse o vencedor, não haveria alterações de monta nas linhas básicas de política interna e política externa. Não se entrevia, tampouco, ameaça à governabilidade do país. A visão que prevalece, inclusive entre várias embaixadas, é a de que os compromissos assumidos por Maduro junto à comunidade internacional pautarão em grande parte a atuação do atual governo (por exemplo, o CAFTA, que foi aprovado no Congresso hondurenho por maciça maioria, com o apoio do PL, e a iniciativa HIPC, cuja aplicação a Honduras também havia sido buscada pelo governo liberal anterior a Maduro).

Economia

Os Acordos com o FMI vêm sendo regularmente renovados. Em fevereiro de 2005, o Governo hondurenho assumiu perante o Fundo o compromisso de reduzir o déficit fiscal e a taxa anual de inflação, cuja tendência aponta no sentido de se manter em um dígito. A meta acordada para crescimento do PIB em 2004 foi de 5% (cinco por cento), e houve ainda menções a maior abertura da economia, reforma tributária, do setor público e dos Códigos civil e penal, bem como novos regulamentos para os setores de eletricidade, telecomunicações e de transportes, com a conseqüente privatização do fornecimento de serviços ao público. Houve, em meados daquele ano, missão de observação do FMI ao país, que emitiu “*Press Release*” intitulado “*Statement by the IMF Staff Mission to Honduras*”, o qual afirma: “As conclusões da missão confirmam que o programa de Honduras está sendo amplamente implementado. Apesar de pressões de curto prazo representadas pela alta nos preços do petróleo, as autoridades fizeram bem em permanecer no curso das reformas previstas pelo seu programa”. Note-se, ainda, que o país já recuperou quase toda a infra-estrutura destruída pelo furacão Mitch, em 1998.

De qualquer forma, a economia do país permanece frágil, extremamente dependente das remessas de emigrados residentes nos EUA (cerca de US\$ 1 bilhão por ano), que constituem a primeira fonte de divisas para Honduras. Em segundo lugar vem a “maquila”, manufatura de roupas por meio de mão de obra barata, para exportação, que já é a segunda fonte de recursos, haja vista a estagnação dos setores mais tradicionais, de café e frutas (principalmente banana).

Durante a visita de missão do FMI a Honduras, em maio de 2006, a questão dos gastos públicos e da falta de uma política salarial foi assinalada como uma das preocupações do Fundo com as finanças do país, o que teria conduzido, junto a outros fatores (debilidade de empresas estatais e reformas na área de telecomunicações), à suspensão da quarta revisão do programa com as autoridades hondurenhas. O anúncio da Presidência, sobre a saída do Ministro das Finanças, Hugo Noé Pino, apresentou como motivo oficial o fato de o país necessitar de um representante “experiente e de alto perfil” que reunisse qualidades de diplomata e de hábil negociador financeiro “porque está em jogo o perdão a Honduras por parte do BID, de uma dívida por 1,4 bilhão de dólares”. O Senhor Noé Pino foi substituído, em primeiro de julho de 2006, por Rebeca Santos, então Vice-Ministra das Finanças, encarregada de Ingressos.

A imprensa hondurenha deu destaque, em abril de 2007, à notícia de que a última missão do Fundo Monetário Internacional, que visitou o país no dia 24 daquele mês, avaliou mais uma vez de forma positiva a política macroeconômica do Governo de Manuel Zelaya, apesar dos recentes aumentos salariais concedidos a funcionários públicos, médicos e professores. Declarações da Ministra das Finanças, Rebeca Santos, recolhidas pela imprensa, dão conta de que os acordos feitos com os sindicatos e órgãos classistas teriam sido efetuados dentro dos limites orçamentários, mas que não serão assumidos novos compromissos, de modo a

manter-se a disciplina fiscal. Sobre o processo de reorganização da companhia estatal de eletricidade (ENEE), o noticiário assinala que as autoridades governamentais teriam solicitado ao FMI mais tempo para a sua conclusão, assim como para buscar a aprovação de uma nova “Lei de Telecomunicações”. As relações bilaterais, que se têm intensificado notavelmente nos últimos anos, conheceram, em passado recente, desdobramento de grande importância da perspectiva hondurenha: a contribuição do Brasil para o perdão da dívida de Honduras junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, estimada em cerca de US\$ 1,4 bilhão. Essa contribuição tem sido reconhecida pelo governo hondurenho, pública e privadamente, em várias ocasiões, por declarações das mais elevadas autoridades, entre as quais o próprio Presidente José Manuel Zelaya Rosales e o Chanceler Milton Jiménez Puerto. Em 17 de abril de 2007, o Chanceler voltou a manifestar ao Embaixador do brasileiro naquele país a profunda gratidão de Honduras ao Brasil pelo perdão da dívida junto ao BID.

EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES BRASIL-HONDURAS

As relações bilaterais experimentaram ultimamente evolução positiva em diferentes campos, em itens como a realização de encontros de trabalho em Brasília com o Senhor Presidente da República em visitas tanto do ex-Presidente Ricardo Maduro, em 2005, quanto do Presidente Zelaya, em 2006 (os primeiros encontros do gênero em mais de quarenta anos); presença do Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores na posse do Presidente Zelaya; comparecimento e conferência do Professor Marco Aurélio Garcia na celebração do aniversário de governo; manifestação de apoio ao Brasil como candidato a um assento permanente no Conselho de Segurança durante o encontro Presidente Lula-Presidente Zelaya em Brasília; relançamento do programa de cooperação técnica (com o início de sua execução e perspectivas de novos desdobramentos); significativo aumento do intercâmbio comercial (quintuplicado em quatro anos, tendo atingido US\$ 170 milhões em 2006, embora marcado por completo desequilíbrio em favor do Brasil); e a importante e reconhecida atuação brasileira para viabilizar o perdão da dívida hondurenha, assim como de outros quatro países, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. O Presidente Zelaya compareceu à 47ª Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizada em Belo Horizonte, entre os dias 29 de março e 5 de abril de 2006, e reuniu-se com o Presidente Lula em Brasília. Não obstante, o fato mais significativo e marcante para as relações bilaterais foi a Visita de Estado do Senhor Presidente da República a Honduras, no dia 7 de agosto de 2007.

Visita do Senhor Presidente da República a Honduras (7 de agosto de 2007)

A visita de Estado do Senhor Presidente da República a Honduras, realizada em 7 de agosto corrente – a primeira de um governante brasileiro àquele país, constituiu marco histórico nas centenárias relações diplomáticas bilaterais e foi caracterizada por notável êxito, tanto por seus resultados, quanto por sua repercussão interna, fruto da profunda admiração e imensa popularidade de que desfruta o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em todos os segmentos da sociedade hondurenha.

Entre os vários resultados da visita, podem ser destacados os seguintes:

- (a) reiteração do apoio hondurenho, desta vez expresso pelo próprio Presidente José Manuel Zelaya Rosales, à entrada do Brasil como Membro Permanente do Conselho de Segurança;
- (b) determinação de ambos os Presidentes de dar impulso ao lançamento de negociações entre o Mercosul e o SICA, com vistas a um acordo de liberalização do comércio entre os dois agrupamentos;

(c) entendimentos para cooperação em matéria de biocombustíveis, seja em nível de governos (assinatura da “Declaração sobre Cooperação Técnica na Área de Produção e Uso de Etanol Combustível”), seja em nível privado, por conversações entre membros da comitiva empresarial que acompanhou o Senhor Presidente da República e seus homólogos hondurenos. O Senhor Presidente da República renovou a total disposição do Brasil de cooperar com Honduras, quer em relação ao etanol, quer em relação ao biodiesel, e ficou acertado que se explorarão as possibilidades de conclusão de outros instrumentos para reforçar a colaboração nesse setor;

(d) apoio de Honduras à candidatura do Professor Antônio Augusto Cançado Trindade à Corte Internacional de Justiça, para o mandato 2009-2018;

(e) assinatura de oito instrumentos bilaterais, pelo Senhor Ministro de Estado e pelo Chanceler Milton Jiménez Puerto. Os quatro primeiros consistem em: (1) a citada “Declaração” sobre cooperação técnica em etanol combustível; (2) o Memorando de Entendimento sobre Consultas entre os Governos, que estabelece mecanismo de consultas políticas periódicas entre as Chancelarias; (3) o Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal; e (4) Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática de Honduras. Os outros quatro instrumentos constituem Ajustes Complementares ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica relativos aos projetos: (5) Apoio técnico para implantação/Implementação de bancos de leite humano em Honduras; (6) Intercâmbio de conhecimentos sobre os sistemas de saúde pública do Brasil e Honduras; (7) Ações integradas para a gestão de recursos hídricos em Honduras; e (8) Capacitação Técnica em sistemas de produção pecuária e organização de cadeias agro-alimentares dos setores de carne, leite, suinocultura e avicultura;

(f) realização, paralelamente à programação do Senhor Presidente da República, de importante Encontro Empresarial Brasil-Honduras, que, organizado em colaboração com a Secretaria de Indústria e Comércio, reuniu, do lado brasileiro, cerca de trinta representantes, liderados pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, e pelo Vice-Presidente da CNI, Lucas Izoton, e, do lado hondurenho, importante grupo de empresários, liderado por vários Ministros de Estado. Os Presidentes Lula da Silva e Manuel Zelaya encerraram o Encontro; e

(g) a conclusão, em nível empresarial, de documento que estabelece a “Câmara de Comércio Brasil-Honduras”, que os Presidentes Lula e Zelaya firmaram como “testemunhas de honra”. A Câmara, com alcance nacional nos dois países, terá sede na cidade do Rio de Janeiro e será presidida, pelo lado brasileiro, pelo Senhor Luiz Gustavo Bichara.

Vale registrar, por fim, o impacto extremamente positivo que causaram nos meios de comunicação e na sociedade local os discursos proferidos pelo Senhor Presidente da República durante a visita, em particular sua defesa da diversificação de parcerias no relacionamento externo dos países em desenvolvimento e, nesse contexto, seus comentários sobre a orientação da política externa brasileira de buscar, sem menoscabo das importantes relações com os países industrializados, o aprofundamento dos laços com os países em desenvolvimento e a integração com os países da América Latina (“Deus conectou o continente, foram os homens que o dividiram”). Salientou o Presidente que, desde que assumiu o governo, tomou a decisão de que o Brasil não poderia “continuar de costas para a América Latina, a América Central, a América do Sul” e que essa convicção o trouxe a Honduras, como o levará a visitar outros países.

RELAÇÕES ECONÔMICAS BRASIL-HONDURAS

O aspecto mais importante das relações entre Brasil e Honduras reside no comércio, que no entanto se mostra desequilibrado em favor do Brasil. Os principais produtos exportados pelo Brasil são: fumo, papel, perfis de ferro e aço, tecidos de algodão, barras de ferro e aço, papel, ladrilhos de cerâmica, fios de alumínio, caldeiras, contadores elétricos, veículos automotores, eletrodomésticos, sementes e aparelhos de cozinha.

Já as importações brasileiras resumem-se, basicamente, a desperdícios e resíduos de cobre e de alumínio e alguns produtos têxteis.

Balança Comercial Bilateral – mil dólares FOB

BRASIL → HONDURAS	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 (jan-jul)
Exportações	34.965	48.118	72.6645	90.798	139.603	141.646	67.017
Importações	401	402	434	853	1.877	2.482	2.015
Superávit/Déficit do Brasil	34.564	47.716	72.231	89.945	137.726	139.164	65.002

Fonte:

MDIC/SECEX

Principais Acordos Bilaterais em Vigor

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Convenção de Arbitramento	26/04/1909	24/04/1914	10884	06/05/1914
Acordo Administrativo para troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais, por Via Comum	22/01/1952	22/01/1952		
Convênio Cultural	22/10/1957	12/03/1963	52018	20/05/1963
Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Comércio	17/07/1971	17/07/1971		
Acordo Relativo à Concessão de Bolsas de Estudo para Cursos e Estágios sobre Desenvolvimento a Cidadãos Hondurenhos	17/07/1971	17/07/1971		
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica	11/06/1976	05/01/1977	79185	31/01/1977
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, sobre Cooperação no Campo das Comunicações	20/05/1981	20/05/1981		
Acordo para a Constituição de uma Comissão Mista Brasileiro-Hondurenha	28/08/1981	28/08/1981		
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.	12/08/2004	11/09/2004		
Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos em Passaportes Comuns	12/08/2004	12/08/2004		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do “Projeto Capacitação em Manejo da Produção de Frutas Tropicais com Ênfase em Manga”	09/02/2006	09/02/2006		

Aviso nº 857 – C. Civil

Em 22 de agosto de 2007

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **Brian Michael Fraser Neele**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 135, DE 2007

(Nº 626/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora Leda Lucia Martins Camargo, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Tcheca.

Os méritos da Senhora Leda Lucia Martins Camargo que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de agosto de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 235 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 21 de agosto de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de mensagem ao Senado Federal destinada à indicação da Senhora Leda Lucia Martins Camargo, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Tcheca.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** da Senhora Leda Lucia Martins Camargo que, juntamente com a mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente. – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

I N F O R M A Ç Ã O**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE LEDA LUCIA MARTINS CAMARGO****CPF.: 11.556.520-53****ID.: 6545 – MRE**

05/03/1946	Filha de Ernani Saldanha de Camargo e Leda Adelina Martins Camargo, nasce em 05 de março, em Porto Alegre/RS
12/12/1969	Ciências Jurídicas pela UFRGS
20/06/1970	Direito Internacional Público e Privado, nível pós-graduação, Academia de Direito Internacional de Haia
10/02/1971	Faculdade de Economia e Administração de Empresas, Porto Alegre, RS, Professora Assistente de Direito Constitucional
15/06/1972	Curso de Diplôme d'Etudes Supérieures de Droit Publique, Universidade de Paris (Pós-graduação)
18/12/1972	Instituto de Altos Estudos Latino-Americanos, Universidade de Paris, Política Internacional e América Latina, (Pós-graduação)
18/06/1973	Institut des Sciences Politiques, Paris, Sociologia do Poder Político e Idéias Políticas Contemporâneas (Pós-graduação)
17/10/1977	Terceira Secretária em 17 de outubro
15/11/1977	Assessoria de Imprensa, assistente
15/07/1979	Embaixada em Nova Delhi, Terceira Secretária
12/12/1979	Segunda Secretária, por antigüidade, em 12 de dezembro
15/05/1980	Embaixada em Washington, Segunda Secretária
20/06/1983	Embaixada em Buenos Aires, Segunda Secretária
23/12/1985	Primeira Secretária, por merecimento, em 23 de dezembro
18/06/1987	Divisão Econômica Latino-Americana, Sub-Chefe
16/04/1988	V Conferência Regional da CEPAL sobre Integração da Mulher, Guatemala, Chefe de delegação
13/07/1989	Divisão de Cooperação Intelectual, Chefe
17/12/1989	Ordem de Mayo al Mérito, Argentina, Oficial
19/12/1990	Conselheira, por merecimento, em 19 de dezembro
20/08/1991	Embaixada em Roma, Conselheira

12/12/1991	Ordem ao Mérito da República Italiana, Comendador
02/04/1995	Consulado-Geral em Santiago, Conselheira
07/04/1997	Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração Econômica e de Comércio Exterior, Chefe de Gabinete
16/06/1997	Ministra de Segunda Classe, por merecimento, em 16 de junho
12/04/1998	Ordem ao Mérito das Forças Armadas do Brasil, Comendador
20/04/1999	Ordem do Rio Branco, Grande Oficial
29/02/2000	Missão Junto a União Européia, Ministra Conselheira
05/10/2000	Reuniões de Negociação do Acordo Birregional Mercosul-União Européia, Chefe de delegação
17/05/2004	Embaixada em Maputo, Embaixadora
21/12/2004	Ministra de Primeira Classe em 21 de dezembro
09/07/2007	Ordem do Rio Branco, Grã Cruz


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

RELAÇÕES BRASIL-REPÚBLICA TCHECA

Com o colapso do Império Áustro-Húngaro, que se seguiu à Primeira Guerra Mundial, os checos e os seus vizinhos eslovacos juntaram-se e formaram a República Independente da Tchechoslováquia, em 1918. Este jovem

país contava com uma minoria de origem alemã de considerável dimensão, o que motivou a Alemanha, em 1938, por via do Pacto de Munique firmado entre Inglaterra, França, Alemanha e Itália, a anexar a parte ocupada por essa população - a região dos Sudetos -, e a dissolver a então República Independente da Tchecoslováquia. Em 1939, as forças de Hitler ocuparam a Tchecoslováquia.

Em 1945, na fase final da II Guerra Mundial, as Forças Armadas soviéticas libertam o país do domínio nazista. Em 1948, os comunistas, liderados por Klement Gottwald, dão um golpe de Estado e tomam o poder. Com a política soviética de criar uma cortina de ferro a leste de Berlim, a Tchecoslováquia passou a fazer parte dos países ditos satélites sob influência de Moscou.

A partir de 1966 surge forte movimento por reformas democráticas. Em 20 de agosto de 1968, uma invasão de tropas do Pacto de Varsóvia, lideradas por tanques russos, põe fim aos esforços de líderes do país para liberalizar o regime e criar um "socialismo de rosto humano", durante a sangrenta Primavera de Praga.

Em 1989, a onda reformista desencadeada pelo líder soviético Mikhail Gorbatchov propicia, na Tchecoslováquia, a Revolução de Veludo, assim chamada pela maneira não-violenta com que se efetuaram mudanças. O movimento começou com pressões populares pela libertação do dramaturgo Václav Havel, líder da oposição democrática, levando à queda do governo e à renúncia do presidente Husák, em novembro de 1989. Havel assumiu a Presidência em caráter provisório e Dubcek, que retornou à vida política, chefiando o Parlamento. Em 1990, Havel foi confirmado na Presidência. Crescia, na época, na Eslováquia a campanha pela separação dos dois países.

Havel, contrário à secessão, renunciou em julho de 1992; em novembro foi aprovada a divisão do país.

Em 1º de janeiro de 1993, o país separou-se em dois pacificamente, resultando em duas repúblicas independentes: a República Tcheca e a Eslováquia. **A República Tcheca passou a existir como um Estado independente em 1º de janeiro de 1993.**

Desde sua independência, a política externa tcheca tem como diretriz fundamental a plena integração do país ao Ocidente. O sucesso dessa política culminou com a entrada do país na OTAN em 1999, e seu ingresso à União Européia, em 2004.

O Brasil tem mantido, desde a criação do Estado tchecoslovaco, em 1918, relações diplomáticas ininterruptas com seus sucessivos governos. Com o fim do regime comunista, em 1989, houve um maior impulso da agenda bilateral, culminando com a visita a Praga, em 1994, do então Presidente-eleito Fernando Henrique Cardoso, que foi recebido pelo Presidente e pelo Primeiro-Ministro tchecos. Na oportunidade, foi feito convite ao Chefe de Estado tcheco para visitar oficialmente o Brasil, o que ocorreu em setembro de 1996. Ainda em 1994, o então Primeiro-Ministro e atual Presidente Vaclav Klaus realizou viagem oficial ao Brasil, firmando, na ocasião, Acordo Bilateral de Comércio e Cooperação Econômica.

Mais recentemente, em dezembro de 2005, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Tcheca, Senhor Pavel Svoboda, realizou visita ao Brasil. Em janeiro de 2006, do Governador de Santa Catarina visitou Praga, acompanhado por significativa missão empresarial, e em março do mesmo ano o então Primeiro-Ministro da República Tcheca, Senhor Jiri Paroubek, visitou oficialmente o Brasil.

Em 2004 o Presidente Tcheco, Vaclav Klaus, enviou carta-convite ao Senhor Presidente da República para realizar visita oficial à República Tcheca, à qual o mandatário brasileiro respondeu afirmativamente. Entretanto, por

problemas de agenda, a visita ainda não se realizou. As relações entre o Brasil e a República Tcheca apresentam pronunciado déficit de visitas do lado brasileiro.

Nos últimos anos, tem-se observado uma fértil cooperação na troca de apoio entre os dois países nos foros multilaterais. Pode-se citar, como exemplo dessa cooperação, o recente apoio dado pelo Brasil à candidatura da República Tcheca a assento não permanente do **Conselho de Segurança das Nações Unidas**, biênio 2008-2009, e o **co-patrocínio da República Tcheca ao projeto do G-4 para reforma do Conselho de Segurança da ONU**.

No âmbito das relações comerciais, **o Brasil constitui o maior parceiro comercial da República Tcheca na América Latina** (38% do total das exportações tchecas para a região). Apesar disso, o intercâmbio comercial ainda se encontra aquém das potencialidades existentes. Segundo dados da SECEX/MDIC, o comércio bilateral tem produzido saldos negativos para o Brasil: em 2006, as exportações brasileiras para a República Tcheca totalizaram US\$ 49 milhões, e as importações US\$ 237,5 milhões, somando um déficit de US\$ 188.5 milhões. Entre janeiro e julho de 2007, as exportações e importações do lado brasileiro deram, respectivamente, US\$ 38.3 e US\$ 163.3 milhões, compondo um déficit de US\$125 milhões.

A pauta de exportações tcheca para o Brasil consiste basicamente de motores, automóveis, microscópios, peças automotivas e máquinas diversas. As exportações brasileiras, atualmente concentradas em produtos como fumo, peças automotivas, motocompressores, minério de ferro e calçados, poderiam beneficiar-se de maior diversificação. A venda de bens de maior valor agregado, como máquinas agrícolas, eletrodomésticos e materiais elétricos apresentou crescimento nos últimos anos, sinalizando maior interesse tcheco em sua importação.

Na área cultural, o Brasil vem mantendo dinâmica presença na República Tcheca. Além da presença de leitora brasileira na Universidade Carolina, em Praga, são dignos de nota projetos de participação do Brasil em festivais de cinema e, em 2007, na Quadrienal de Teatro e Cenografia; edição pela Embaixada do Brasil em Praga, de obras de autores brasileiros e organização de concertos de música erudita brasileira.

Aviso nº 858 – C. Civil.

Em 22 de agosto de 2007

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora Leda Lucia Martins Camargo, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Tcheca.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – As mensagens que acabam de ser lidas vão às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 965, DE 2007

Senhor Presidente,

Sendo membro titular da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa, no dia 4 de setembro do corrente, quando participarei da Quinta Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai.

Comunico, ainda, que atendendo o disposto no artigo 39, inciso I, estarei ausente do País no período de 2 a 4 de setembro do corrente ano.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2007. – Senador **Aloizio Mercadante**.

REQUERIMENTO Nº 966, DE 2007

Requeiro, nos termos do artigo 40 combinado com o artigo 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior, minha participação nos dias 3 e 4 de setembro do corrente da Quinta Sessão do Parlamento do Mercosul, que se realizará na cidade de Montevidéu, no Uruguai. Estarei ausente do País para participar do referido evento no período de 2 a 5 de setembro de 2007.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2007. – Senador **Sérgio Zambiasi**.

REQUERIMENTO Nº 967, DE 2007

Requeremos, com fundamento no disposto no art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Solene Especial para comemorar os 50 Anos da Revolta dos Posseiros, a ser realizada na primeira quinzena do mês de outubro do corrente ano.

(No período do expediente de sessão do dia 10 de outubro.)

Justificação

No próximo dia 10 de outubro serão comemorados os 50 anos da Revolta dos Posseiros (1957-2007), o mais significativo movimento social rural ocorrido no Brasil nos idos dos anos 50. O referido levante foi o principal movimento paranaense de luta pela terra e o único de magnitude nacional que logrou êxito à época. Desencadeado pelos posseiros tendo como cenário o sudoeste do Paraná, culminou com a tomada da cidade de Francisco Beltrão. Como afirma com toda proficiência o professor de História da Universidade Paranaense – Unipar, Ismael Antonio Vanini, nas fileiras da rebelião agrária em epígrafe “não havia cunho religioso, um messias, mas sim um ideal pela posse da terra”.

A sua importância é incontestável, podendo ser apontada como um dos principais marcos da história do Estado Paraná. Sabemos que não é tradição no Brasil cultivar nem conservar a memória nas galerias do presente. Todavia, comungamos plenamente com o ideário escrito na divulgação do cinquentenário da Revolta dos Posseiros: resgatar o passado de lutas, para valorizar a liberdade do presente.

Nos anais da Imprensa Nacional o levante foi registrado e ganhou as páginas dos grandes periódicos como a “Revolta de 57”. O movimento representou um episódio inédito de vitória de posseiros contra o avanço da concentração fundiária.

A Revolta dos Posseiros eclodiu num contexto político-agrário de contorno muito claro: o monopólio fundiário. No fim da década de 30, o então Presidente Getúlio Vargas implantou política de colonização e expansão das fronteiras agrícolas a partir da emblemática “Marcha para o Oeste”. Foi uma iniciativa pioneira patrocinada pelo Governo Vargas cujo objetivo de integração se inseria no processo de expansão econômica em curso. Era necessário deslocar mão-de-obra para as “novas áreas férteis” e, assim, fomentar a agricultura, trazendo mais alimento para a mesa da população.

Em consonância com essa estratégia governamental, um decreto federal de 1943 criou, no Paraná, a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), a qual deveria ocupar a “faixa de 60 quilômetros de fron-

teira, na região de Barracão, Santo Antônio, em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional de Produção Vegetal". A medida promovia igualmente a ocupação das áreas de fronteira com a Argentina e o Paraguai e atendia reivindicações por terra – bastante ruidosas por sinal – de reservistas ex-agricultores e acomodava os grupos de pequenos agricultores gaúchos e catarinenses que chegavam ao Paraná. Estes recebiam glebas de terra de aproximadamente 10 a 20 alqueires de terra para o plantio, além de moradia, ferramentas, sementes, assistências dentária e médico-hospitalar.

É mister ressaltar que a Cango constituiu uma inovação no cenário político vigente de colonização, no qual a propriedade da terra era naturalmente assegurada àqueles detentores do poder de compra ou de barganha.

Em face de tão estruturada rede de incentivos, a produção cresceu rapidamente. Contudo, os agricultores não foram alçados condição de proprietários das terras. O governo usou as glebas doadas inicialmente para pagamento de uma estrada de ferro entre São Paulo e o Rio Grande do Sul, modal ferroviário que foi construído por empresa inglesa ligada à Companhia de Estradas de Ferro São Paulo -Rio Grande. Na seqüência dos acontecimentos foi deflagrada uma batalha judicial entre o Paraná e o Governo Federal. O governo estadual passou a reivindicar as terras.

A legião de agricultores que marchou em busca da redenção, escrevendo as páginas da colonização do Paraná, em meio ao fogo cruzado de intrincadas disputas judiciais e políticas, foi pouco a pouco sendo acuada no seu pequeno torrão de terra, espaço no qual plantava e colhia. Um sentimento de frustração e revolta se disseminou por todo o sudoeste.

Nesse contexto, as contendas jurídicas e o acirramento das relações entre o governo local e federal (ameaça inclusive de intervenção federal) na esteira de uma onda crescente de intimidação dos agricultores por parte das companhias colonizadoras, conduziram a passos largos o itinerário de impasses que ensejou a revolta de 10 de outubro de 1957.

O levante galvanizou o sentimento de revolta reinante entre os agricultores de inúmeras localidades do sudoeste. Contingentes de homens munidos de espingarda a armas rudimentares afluíram à cidade de Francisco Beltrão. Os insurgentes, movidos pelo sentimento comum de espoliação, ocuparam a cidade para expulsar as companhias colonizadoras.

Na gênese da Revolta dos Posseiros encontramos um ingrediente muito comum nas iniciativas governamentais, tantas vezes observadas ao longo da história: a falsa promessa, o engodo e o ardil oficiais

de mãos dadas com setores do poder econômico num conluio abominável.

Nesse caso, as companhias colonizadoras, ao se darem conta de que as terras nas quais os agricultores estavam eram férteis, contestaram de pronto a propriedade das mesmas e iniciaram uma campanha de intimidação que não mediu os meios de coação utilizados. O balanço da luta pela terra no sudoeste paranaense foi trágico, reproduzindo o cenário dos conflitos agrários no Brasil no qual vidas humanas são ceifadas.

Lamentavelmente, "A Revolta dos Posseiros" é de pouco alcance público, se considerada a envergadura história do movimento. Uma seqüência de lutas, de dor e de posturas heróicas moldura o único levante armado de colonos no Brasil, o qual se sagrou vitorioso.

Pelas razões aqui enumeradas de forma bastante sintética, considero oportuno que o Senado da República dedique uma sessão em homenagem à Revolta dos Posseiros, se possível no próximo dia 10 de outubro.

Sala das, Sessões, 28 de agosto de 2007.

The image shows three handwritten signatures in black ink. The top signature is 'Renan Calheiros', the middle one is 'Romeu Tuma', and the bottom one is 'Papaléo Paes'. There is also a signature that appears to be 'Romeu Tuma' with '(Mão Santa)' written next to it.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão apreciados oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concederei a palavra especialmente ao Senador Romeu Tuma para que S. Ex^a possa também prestar, como deseja, uma homenagem aos corretores, que hoje comemoram o seu dia.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Darei a palavra a V. Ex^a em seguida. O Senador Romeu Tuma será rápido.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador,

meu médico querido, só dois segundos, porque juro que vim correndo.

Eu estava no Itamaraty, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a por essa amabilidade.

A Cláudia teve a gentileza de avisar-me, mas, do Itamaraty para cá, bloquearam a entrada, quase bati no motorista. Mas eu não sou de briga, fiquei quieto. Para mim é uma grande honra estar aqui nesses minutos.

Vou anunciar e pedir que o Presidente autorize a publicação dessa homenagem aos corretores de imóveis pelo seu dia, transcorrido na véspera do horário especial, destinado à comemoração da data, 28 de agosto.

Eu teria muito a falar dos corretores que fazem parte da história da ocupação das cidades brasileiras. Tenho acompanhado de perto a evolução, a fiscalização, a vigilância para que falsos corretores não tragam angústia e desespero àqueles que, confiando na palavra de quem não é corretor, adquirem um imóvel e são realmente enganados, com prejuízo irrecuperável, às vezes.

Há loteamentos clandestinos. Na Polícia, agi muito nessa área. Acredito que aquelas publicações que os senhores fazem nos jornais, permanentemente indicando a forma de agir dos corretores e a fiscalização permanente em todos os Estados brasileiros, dão uma tranquilidade enorme ao cidadão que precisa adquirir uma propriedade ou alugar uma casa, além de tantos outros serviços que o ramo imobiliário nos impõe para a sobrevivência.

Estamos passando por um momento quase de necessidade dos corretores, porque há o desejo de se investir na construção civil. Quem constrói tem dificuldade na venda e depende do corretor de imóveis para dar segurança, confiabilidade e tranquilidade ao adquirente do imóvel.

Que Deus abençoe todos. Continuem nessa linha.

Peço desculpas pelo atraso em chegar à sessão. (Palmas.)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muito pouco poderia ser acrescentado aos pronunciamentos de meus antecessores nesta tribuna, no momento em que o Senado da República repete a homenagem anual aos corretores de imóveis pelo transcurso do seu dia. Entretanto, preciso destacar alguns fatos relativos a essa profissão, que me fascina e a mim é tão cara, a ponto de lhe haver dedicado um projeto de lei em tramitação na Casa desde 2003

– o PLS n.º 167 –, com o objetivo de isentá-la do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição de sua preciosa ferramenta de trabalho, isto é, o automóvel.

Nosso carinho pela categoria decorre, entre outros motivos, de uma elementar verdade: esses profissionais são insubstituíveis como propulsores de progresso pelo Brasil afora, especialmente nas capitais e grandes cidades. Qual delas pode prescindir da eficiência dos corretores para crescer até se agigantar, a exemplo do que sucedeu com São Paulo e Brasília? São eles vetores da organização, crescimento e valorização de áreas urbanas, inclusive bairros inteiros. E qual família brasileira não precisou dos seus serviços para concretizar um dos mais acalentados sonhos, aquele que deu origem ao antiquíssimo ditado “quem casa quer casa”?

Pois bem, nobres Pares, sei que os corretores de imóveis e suas entidades de classe, especialmente o Conselho Federal (COFECI), os conselhos regionais (CRECIs) e os sindicatos, se regozijam com esta reverência do mais alto escalão do Poder Legislativo nacional ao seu dia. Mas, sei também que, há quatro anos, anseiam legitimamente por um desfecho favorável na tramitação do PLS n.º 167 de 2003. Faço à Casa, por isso, um pedido de especial empenho para que, no Dia do Corretor de Imóveis do próximo ano, possamos vê-los ainda mais felizes diante da transformação desse projeto em lei, de maneira a colocar a compra do automóvel ao alcance até dos seus mais humildes colegas.

Como está expresso em meu projeto, destinar-se-á tal isenção ao profissional devidamente sindicalizado ou filiado à respectiva associação de classe, desde que destine o veículo ao exercício da profissão. A proposta objetiva criar melhores condições para o desempenho de suas tarefas de intermediação, essenciais ao bom funcionamento do mercado imobiliário.

Ao reduzir o preço de veículos com tal finalidade, colocaremos ao alcance de todos os corretores de imóveis o meio indispensável para seus contínuos e rápidos deslocamentos, motivados pela dispersão das propriedades sob venda, permuta, locação ou arrendamento, sempre espalhadas pela área urbana ou rural.

A isenção do IPI neste caso, com ínfimo impacto na arrecadação fiscal, trará a vantagem complementar do incentivo à produção de automóveis movidos a álcool. Significará colaborar para o crescimento econômico do País porque os setores automotivo e alcooleiro gerarão mais empregos diretos e indiretos.

Embora os discursos predecessores tenham mencionado importantes aspectos históricos da profissão homenageada, vale ressaltar alguns dos fatos

que a ligam intimamente ao Estado que tenho a honra de representar no Senado.

As origens da corretagem nos negócios imobiliários, como atividade econômica geradora de empregos e renda, perde-se nos primórdios da História. Mas, através dos registros oficiais publicados pelo COFECI e pelos CRECIs, pode-se conhecer acontecimentos que levaram à regulamentação profissional, após um exercício aleatório durante a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX.

Naquela época, o corretor era chamado de agente imobiliário. Sem acesso a cursos profissionalizantes, formava-se na prática e aprimorava-se pela experiência. De qualquer forma, passou a progredir muito graças à eficiente intermediação de negócios.

Em 1971, o jornal *A Tribuna*, de Santos, em meu Estado, publicou reveladora entrevista de um irmão do veterano corretor e empresário Argemiro Bicudo, participante da fundação da primeira associação da categoria em São Paulo. De acordo com o próprio periódico, sua história assemelha-se às de inúmeros corretores imobiliários por vocação.

Migrando de Santos para a capital paulista, em 1910, Argemiro estabeleceu-se como Agente Avulso de Negócios, sem escritório e munido apenas de cartões de endereço, caderninho de apontamento e lápis. Recortava dos jornais diminutos anúncios classificados e punha-se em campo para ganhar a vida. Acabou fazendo fortuna e marcou época na zona central da cidade.

Poderíamos ficar horas a tratar deste empolgante assunto. Mas, fatalmente iríamos nos concentrar em outros exemplos acontecidos no solo paulistano, quando São Paulo ostentava a antonomásia de “a cidade que mais cresce no mundo”. Tais casos ilustram a contribuição do corretor ao “boom” da indústria da habitação em minha cidade, a partir dos anos 10. Sua participação profissional foi decisiva para o desenvolvimento de inúmeros distritos, inclusive pela implementação de zonas residenciais do mais alto padrão. Nestas localizam-se os chamados “bairros jardins”, criados pela anglo-francesa Companhia City de Desenvolvimento, a partir de 1912.

Em 12 milhões de metros quadrados de terras, com base em projeto do inglês Barry Parker, um dos maiores urbanistas de então, surgiram aqueles e outros bairros famosos, como o Pacaembu, Alto da Lapa, Alto de Pinheiros e Butantã, até hoje tidos como paradigmas de urbanização e preservação da paisagem. Boa parcela de responsabilidade pela sobrevivência dessa beleza urbana cabe à perspicácia e aos esforços dos corretores imobiliários, que negociaram e renegociaram as propriedades ao longo de décadas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, termino reafirmando o que lhes disse de início sobre a necessidade de aprovação do PLS n.º 167 de 2003. E dou parabéns aos corretores de imóveis pelo transcurso do seu dia.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DADOS COMPLEMENTARES

História da profissão – linha do tempo

- 1937 – O primeiro Sindicato de Corretores de Imóveis a ser reconhecido foi o do Rio de Janeiro, em janeiro. Muito contribuiu para a história do sindicalismo brasileiro.
- 1938 – Surge no Largo do Café, perto do marco zero na cidade de São Paulo, a Associação Profissional dos Corretores de Imóveis. A Carta Patente do Ministério do Trabalho veio em 1942.
- 1940 – A profissão já era organizada e reconhecida pela sociedade. Os corretores eram segurados no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, pagando seguro anual obrigatório. E o poder público já reconhecia como oficial as avaliações feitas pelo Sindicato dos Corretores de Imóveis.
- 1941 – Já existia um informativo da Associação Profissional de Corretores de Imóveis. Nessa época, foi conquistada uma negociação especial para o preço dos anúncios nos classificados dos jornais **O Estado de S. Paulo, O Diário de São Paulo e Folha da Manhã**. O benefício era válido somente aos corretores sindicalizados.
- 1942 – Os Sindicatos de Corretores de Imóveis de São Paulo e do Rio de Janeiro lançam o decálogo do corretor, que descreve como deveria ser o espírito e a conduta dos profissionais.
- 1942 – Já havia uma disciplina para pagamento de comissão ao corretor.
- 1942 – Foi criada a “Opção de Venda”, e nenhum corretor deveria oferecer um imóvel sem estar devidamente autorizado pelo cliente.
- 1942 – Para ser reconhecida como profissão, a atividade dos corretores de imóveis ainda precisava ser regulamentada e era necessário que se criassem cursos técnicos.

- 1942 – A Associação de Corretores de Imóveis só aceitava novos associados se exercessem a profissão há, no mínimo, dois anos.
- 1942 – É expedida a Carta Sindical que reconhece o Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo – Sciesp, depois da quarta diretoria da Associação Profissional dos Corretores de Imóveis. O primeiro presidente (1943-1952) foi José Floriano de Toledo.
- 1944 – É fundada a Associação Profissional de Corretores de Imóveis de Porto Alegre. A Carta Sindical e o reconhecimento público é do ano seguinte, 1945.
- 1948 – Foi fundado o Sindicato de Corretores de Imóveis de Goiás.
- 1950 – É de junho deste ano a Carta Patente reconhecendo o Sindicato das Empresas. Surgiu nos primórdios do sindicalismo patronal e era formado por loteadores, então chamados de “terrenistas”. A partir de 1965, passaram a ingressar no Sindicato os incorporadores e construtores.
- 1950 – O corretor de imóveis passou a ser visto como um consultor de família, atuando com o bem mais precioso, que é a casa própria.
- 1953 – É fundada a Associação dos Corretores de Imóveis de Minas Gerais. Cerca de dez anos mais tarde, passa para a categoria de Sindicato.
- 1956 – O Sindicato dos Corretores de Imóveis apresenta uma proposta para formação de curso técnico.
- 1956 – Foi fundado o Sindicato dos Corretores de Imóveis de Minas Gerais.
- 1957 – Acontece o I Congresso Nacional de Corretores de Imóveis, no auditório da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Nessa época, foi elaborado o primeiro projeto de lei para regulamentar a profissão de corretor de imóveis.
- 1958 – É revogado o artigo 37 do Código Comercial Brasileiro, que incluía as mulheres entre os que não podiam exercer a profissão de corretor de imóveis.
- 1958 – Foi fundada a Sociedade Beneficente dos Vendedores de Imóveis do Estado da Bahia. A Carta Patente e o reconhecimento como Sindicato veio em 1964.
- 1962 – O Sindicato dos Corretores de Imóveis do Paraná é oficialmente reconhecido, através da Carta Sindical do Ministério do Trabalho.
- 1962 – Foi promulgada a primeira lei da profissão, Lei nº 4.116, de 27 de agosto de 1962.
- 1962 – Foi constituída a primeira diretoria do Conselho Federal de Corretores de Imóveis – COFECI.
- 1962 – Acontece o II Congresso Nacional de Corretores de Imóveis, em São Paulo.
- 1962 – Foi criado o Conselho Federal (COFECI) e os Conselhos Regionais (CRECIs). Em São Paulo, a primeira sede social funcionou no mesmo prédio sede do Sindicato, à rua Xavier de Toledo, 98, 3º andar. O primeiro presidente do CRECI São Paulo foi Antonio Macuco Alves, que também foi o primeiro presidente do COFECI. Macuco foi reeleito por mais dois mandatos, até 1968. Newton Bicudo foi seu sucessor, gestão 1968-1970. Os CRECI's do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Pernambuco (o mais antigo do Nordeste) foram criados na mesma época, logo na primeira reunião do COFECI. Dois anos depois, foram criados os CRECI's do Distrito Federal e da Bahia.
- 1978 – Em 12 de maio de 1978, foi sancionada pelo então presidente Ernesto Geisel a Lei nº 6.530, que deu nova regulamentação à profissão de corretor de imóveis – tendo em vista que a Lei nº 4.116/62 foi julgada parcialmente inconstitucional e teve de ser revogada, uma vez que não especificava o currículo de um curso técnico para a formação dos que viriam a ingressar na profissão. Era na ocasião ministro do Trabalho Arnaldo da Costa Prieto, que havia participado do IX Congresso de Corretores de Imóveis, na capital paulista, em maio daquele ano. Cerca de 1.500 profissionais do setor haviam apresentado então, ao ministro, a reivindicação de reenquadramento dos corretores.
- 1978 – O Decreto nº 81.871, de 29 de junho de 1978, regulamentou a Lei nº 6.530/78 – que disciplinou também o funcionamento dos órgãos responsáveis pela fiscalização do exercício da profissão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, pela Liderança.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela Liderança do PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de dar início ao meu discurso, aproveito o ensejo para reiterar as manifestações que aqui foram proferidas em favor daqueles empresários que trabalham pelo desenvolvimento das nossas cidades, em defesa do consumidor e da melhoria das condições de vida da nossa população: os corretores de imóveis. É uma homenagem justa, que merece os nossos aplausos e a nossa solidariedade a essa classe que honra o empresariado nacional.

No início deste ano, Sr. Presidente, aprovamos, no Senado Federal, o marco regulatório do saneamen-

to básico brasileiro. Trata-se da Lei nº 11.445, sancionada pelo Presidente Lula e bastante trabalhada pelo Ministério das Cidades. A existência de um marco regulatório facilita os investimentos, pois a garantia de ressarcimento faz com que o setor público e a iniciativa privada tenham tranquilidade para investir.

Foram diversas as boas medidas trazidas por essa legislação – a do marco regulatório do saneamento básico. Dentre elas, reputo significativamente importante a instituição de um sistema de tarifas pela água potável que diferencia os bairros pelo perfil socioeconômico, possibilitando que os mais ricos paguem mais para subsidiar os mais pobres. Trata-se da chamada tarifa social, que possibilita o acesso do saneamento básico, composto por acesso à água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos e das águas pluviais para a população mais carente e residente em locais precários.

Todavia, Sr. Presidente, o Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2005, do Ministério das Cidades, afirma: “verificou-se que, no caso da tarifa média de água, os valores de todas as regiões apresentaram tendência sempre crescente”. O referido documento informa que a variação da tarifa média de água no período de 2001 a 2005 foi de 57,4%.

Quanto à tarifa média de esgotos, o padrão seguiu os aumentos da tarifa de água. No caso, houve variação de 54,1%.

Ocorre, Sr. Presidente, que a inflação medida pelo IPCA para o período de 2002 a 2005 foi de 39,9%, de modo que houve um aumento real, bastante expressivo, das tarifas de água como das tarifas de esgotamento sanitário (esgoto).

E, o pior: isso não se revestiu em melhoria para a população mais carente. Não houve destinação desse exagerado aumento sequer para a chamada tarifa social! O resultado é que, enquanto as concessionárias engordaram seus lucros e resguardaram-se para além do equilíbrio financeiro das suas contas, pelo menos 36 milhões de brasileiros não têm acesso a serviços de esgoto, segundo o Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, também datado de 2005.

É preciso levar em conta que se constata que a disputa entre Estados e Municípios sobre a titularidade desse serviço público tem gerado problemas para a fiscalização sobre as concessionárias e certo travamento nas ações do Governo Federal para viabilizar financeiramente os Estados e/ou Municípios – muito embora, no âmbito do Programa Saneamento para Todos, que integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), haja destinação de investimentos no

valor de R\$40 bilhões, para o setor de saneamento, até o ano de 2010.

De fato, esse programa do Governo Federal unificou as linhas de crédito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço destinadas a financiar obras públicas e privadas em saneamento. O objetivo da mudança foi acelerar a concessão dos recursos nesse setor – uma das áreas em que o Brasil está mais atrasado nos “objetivos de desenvolvimento do milênio” estabelecidos pela ONU.

Ora, anteriormente, os recursos do FGTS para a área poderiam ser requisitados por meio de quatro programas diferentes, três voltados ao setor público (Pró-Saneamento, Pró-Sanear e Pró-Comunidade) e um ao privado (Programa de Financiamento a Concessionários de Saneamento). Com a efetivação do projeto, os governos estaduais, do Distrito Federal e municipais, empresas privadas, parcerias público-privadas e consórcios poderão se inscrever apenas em um único programa, o Saneamento para Todos. Então, no que é possível, nesse enleio da disputa sobre a titularidade do serviço de saneamento, o Governo Federal procura cumprir a sua missão.

O fato é que o marco regulatório não adentrou essa disputa entre Estados e Municípios, até mesmo com o fito de não emperrar a aprovação da legislação frente aos legítimos **lobbies** dos Estados e dos Municípios.

A questão será resolvida pelo Poder Judiciário, a fim de dizer a quem pertence o direito da titularidade do serviço público de saneamento. E, efetivamente, a questão não é tão simples assim, pois a titularidade para a prestação de serviços na área de saneamento básico advém das competências estabelecidas na Constituição Federal. E as normas constitucionais são as mais genéricas do ordenamento jurídico, justamente por ser um texto minimamente técnico e mais político, o que sempre impõe uma interpretação.

Sr. Presidente, se o que estiver previsto na Constituição for respeitado, teremos uma divisão pouco clara entre Municípios, que ficam com o que for “de interesse local”, e Estados, com o que for de “interesse comum”. Essa será a difícil atribuição que o Poder Judiciário deverá decidir quando houver conflitos entre Estados e Municípios.

Entretanto, é preciso que essa definição seja rapidamente tomada, para que o alcance da lei de saneamento implemente a universalização e a fiscalização sobre os serviços, pois eles são pontos essenciais e que precisam estar garantidos.

Dados mais recentes da ONU, divulgados pela mídia neste mês de agosto, indicam que 40% dos brasileiros que estão entre os 20% mais pobres carecem de acesso à água potável. Aliás, dados divulgados na

semana passada pela Unicef e Cepal colocam o Brasil no 10º lugar entre os 15 países latino-americanos para estabelecer o *ranking* de acesso à água potável e ao saneamento básico.

Ora, a conseqüência da falta de saneamento básico é causa de problemas graves na área da saúde. Não existe nenhuma dúvida ou questionamento sobre a relação direta entre a falta de saneamento e as patologias hídricas. Assim é que, por exemplo, dados de pesquisadores do Ipea, no estudo *Saúde e Saneamento no Brasil*, dizem que aumentar em 1% a rede de esgoto significar evitar 216 mortes por ano e que o aumento de 1% no número de casas com água potável significa evitar 108 mortes por ano.

Portanto, longe de uma mera disputa, Sr. Presidente, sobre a titularidade do serviço público, ou de hermenêutica jurídico-constitucional, ou ainda sobre a representação de segurança para investimentos com o marco regulatório do saneamento básico, a rigor, o saneamento básico significa saúde pública! Significa extirpar doenças e calamidades que abarrotam hospitais e afligem a população brasileira! Significa, antes de tudo, evitar mortes!

Assim, que cada poder constituído no Brasil faça sua parte. O Poder Legislativo fez a sua, com o marco regulatório e agregação de recursos para o setor saneamento via aprovação do PAC. O Poder Executivo está implantando, gradativamente, o PAC e o embutido acréscimo de receita para o programa Saneamento para Todos. É necessário que os Poderes municipais e estaduais entendam-se. Caso contrário, que o Poder Judiciário, rapidamente, solucione qualquer disputa. A saúde do povo brasileiro agradece.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de me reportar às decisões que estão sendo tomadas pelo Supremo Tribunal Federal.

O Supremo Tribunal Federal, em decisão histórica, acatou denúncia do Ministério Público Federal, fazendo com que diversas autoridades, empresários e políticos venham a responder no banco dos réus às acusações que foram impetradas pelo Chefe do Ministério Público Federal.

Hoje, o Dr. Carlos Britto, Ministro do Supremo Tribunal Federal, declarou, e saiu nos jornais, que essas decisões sinalizam uma atitude política do Tribunal. Ou seja, o STF está dando um recado mais do que claro,...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – ...mais do que evidente de que a classe política, de que o Congresso Nacional, digo melhor, deve se organizar do ponto de vista da aprovação de uma legislação que venha a evitar, no futuro, que fatos

tão tristes venham a acontecer de novo em decorrência de financiamentos irregulares, de uso de caixa dois, de lavagem de dinheiro, de intromissão indevida de autoridades no Congresso Nacional para a obtenção de apoio ao Governo.

Mais do que nunca, neste momento em que o Supremo Tribunal Federal dá esse recado importante à classe política, precisamos nos dedicar com afinco a uma reforma política que venha, de uma vez por todas, destruir essas mazelas que estão ajudando a destruir, com a maior celeridade, o que ainda resta de credibilidade no setor da política e dos partidos no Brasil.

Por esta razão, Sr. Presidente, é que, não confiando que o atual Congresso Nacional se disponha a fazer uma mínima reforma política para dar maior consistência às eleições, dar maior transparência aos gastos eleitorais, dar maior igualdade na disputa entre os partidos maiores e menores, tenho certeza absoluta de que só por meio de uma constituinte exclusiva, a ser proposta pelo Legislativo ou pelo próprio Executivo, é que iremos nos debruçar de corpo e alma sobre uma reforma que venha atender aos segmentos políticos, jurídicos e à sociedade de um modo geral, para que tenhamos uma representação mais legítima e distante dos escândalos, distante dos processos que são abertos quase que diariamente envolvendo setores que, se tivéssemos uma legislação mais transparente no campo eleitoral, no campo partidário, sem dúvida alguma, talvez não estivessem passando por esses constrangimentos.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nós é que agradecemos a V. Ex^a Senador Antonio Carlos Valadares.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é somente para solicitar à Mesa que inclua na Ordem do Dia, assim que a pauta for desobstruída, o Requerimento nº 207, de minha autoria, que pede informações ao Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Terei o máximo prazer de incluir o requerimento de V. Ex^a.

Há um expediente sobre a mesa.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para falar pela Liderança logo após o próximo orador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Já está inscrito.

Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 968, DE 2007

Requeiro nos termos do art. 56, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 43, II, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para tratar de interesse particular pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias a partir de 29 de agosto.

Sala das Sessões, 28 de agosto. – Senador **Fernando Collor**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Fica concedida a licença solicitada.

A Presidência tomará as providências necessárias no sentido de ser convocado o primeiro suplente do Senador Fernando Collor, Senador Euclides Mello.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 969, DE 2007

Requer informações ao Ministro da Justiça, acerca do avião que transportou, do Rio de Janeiro para Havana, os dois atletas (boxeadores) cubanos que participaram dos Jogos Pan-Americanos, realizados em julho de 2007.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, informações acerca do avião que transportou, do Rio de Janeiro para Havana, os dois atletas (boxeadores) cubanos, Guillermo Rigondeaux e Erislandy Lara, que participaram dos Jogos Pan-Americanos, realizados em julho de 2007.

Indaga-se:

1. Em que avião os dois cubanos viajaram de regresso a Cuba?
2. Prefixo da aeronave?
3. O avião pertence à Força Aérea Cubana? Ou a outro país?

4. O avião recebeu autorização para entrar no espaço aéreo brasileiro e para as operações de pouso e decolagem?

5. Em que dia e horário o avião chegou ao Brasil?

6. Em que dia e horário, o avião decolou para Havana?

7. Tem o Ministro da Justiça informações sobre o custeio da viagem, de vinda e de volta?

8. Tem o Ministro da Justiça informações sobre eventual pedido oficial do Governo cubano para o recambiamento dos dois atletas?

9. Nomes dos tripulantes e passageiros que vieram no avião?

10. Havia, entre eles, policiais? De que país?

11. O avião é civil ou militar?

Justificação

A despeito da realização de Reunião de Audiência Pública, em 23 de agosto de 2007, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, não ficou suficientemente esclarecido o episódio que teve como personagens os dois boxeadores cubanos que participaram dos Jogos Pan-Americanos, no Rio de Janeiro, e, depois, abandonaram a delegação de seu País. Os pugilistas foram localizados numa praia de Araruama – RJ, entregues à Polícia Federal e recambiados para Cuba. Esses fatos contrariam a tradição brasileira de conceder asilo político, parecendo estranho, no caso em tela, que os atletas tivessem se arrependido da deserção e optado pelo regresso a Cuba. Pelo noticiário da imprensa, há informações de que a viagem de volta teria sido feita em avião estrangeiro, enviado para o Brasil especialmente com a missão de proceder à deportação. Diante de negativas ou de provável omissão do que de fato aconteceu, essa é uma situação que, de forma alguma, pode permanecer sob sigilo ou envolvendo tentativas de minimizar ações políticas. Conclui-se que o ocorrido contraria as normas e diretrizes observadas pelo País na condução de sua política externa e, mais do que isso, no tocante à defesa dos direitos humanos.

Ao Senado, como órgão fiscalizador, é importante conhecer pormenores a respeito, daí a razão deste requerimento de Informações.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 970, DE 2007

Requer informações ao Ministro da Defesa, acerca do avião que transportou,

do Rio de Janeiro para Havana, os dois atletas (boxeadores) cubanos que participaram dos Jogos Pan-Americanos, realizados em julho de 2007.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Defesa, informações acerca do avião que transportou, do Rio de Janeiro para Havana, os dois atletas (boxeadores) cubanos, Guillermo Rigondeaux e Erislandy Lara, que participaram dos Jogos Pan-Americanos, realizados em julho de 2007.

Indaga-se:

1. Em que avião os dois cubanos viajaram de regresso a Cuba?
2. Prefixo da aeronave?
3. O avião pertence à Força Aérea Cubana? Ou a outro país?
4. O avião recebeu autorização para entrar no espaço aéreo brasileiro e para as operações de pouso e decolagem?
5. Em que dia e horário o avião chegou ao Brasil?
6. Em que dia e horário, o avião decolou para Havana?
7. Tem o Ministro da Justiça informações sobre o custeio da viagem, de vinda e de volta?
8. Tem o Ministro da Justiça informações sobre eventual pedido oficial do Governo cubano para o recambiamento dos dois atletas?
9. Nomes dos tripulantes e passageiros que vieram no avião?
10. Havia, entre eles, policiais? De que país?
11. O avião é civil ou militar?

Justificação

A despeito da realização de Reunião de Audiência Pública, em 23 de agosto de 2007, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, não ficou suficientemente esclarecido o episódio que teve como personagens os dois boxeadores cubanos que participaram dos Jogos Pan-Americanos, no Rio de Janeiro, e, depois, abandonaram a delegação de seu País. Os pugilistas foram localizados numa praia de Araruama – RJ, entregues à Polícia Federal e recambiados para Cuba. Esses fatos contrariam a tradição brasileira de conceder asilo político, parecendo estranho, no caso em tela, que os atletas tivessem se arrependido da deserção e optado pelo regresso a Cuba. Pelo noticiário da imprensa, há

informações de que a viagem de volta teria sido feita em avião estrangeiro, enviado para o Brasil especialmente com a missão de proceder à deportação. Diante de negativas ou de provável omissão do que de fato aconteceu, essa é uma situação que, de forma alguma, pode permanecer sob sigilo ou envolvendo tentativas de minimizar ações políticas. Conclui-se que o ocorrido contraria as normas e diretrizes observadas pelo País na condução de sua política externa e, mais do que isso, no tocante à defesa dos direitos humanos.

Ao Senado, como órgão fiscalizador, é importante conhecer pormenores a respeito, daí a razão deste requerimento de Informações.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 971, DE 2007

Requer voto de aplauso ao Partido Socialista Brasileiro-PSB, pelos seus 60 anos.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao Partido Socialista Brasileiro-PSB, pelo transcurso do seu 60º aniversário de criação.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do Presidente do Partido, Governador Eduardo Campos, e ao seu Presidente de Honra, o ex-Senador Jamil Haddad.

Justificação

Tenho especial afinidade pelo PSB, legenda pela qual me elegi Prefeito de Manaus. O Partido Socialista Brasileiro, que agora completa 60 anos de profícua existência, é um partido político de esquerda, que segue a ideologia socialista democrática. Foi criado em 1947 a partir da Esquerda Democrática, até ser extinto por força do Ato Institucional nº 2, de 1965. Em 1985, com a redemocratização no Brasil, foi recriado. Hoje, está presente na vida nacional como um dos mais expressivos partidos políticos do País. Dele fizeram parte nomes de grandes figuras e intelectuais brasileiros, como João Mangabeira, Miguel Arraes, Domingos Velasco, Hermes Lima, Ru-

bem Braga, José Lins do Rego, Antonio Calado, Hélio Pelegrino, Sérgio Buarque de Holanda e o ex-Senador Jamil Haddad, Presidente de Honra do Partido.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 972, DE 2007

Requer voto de aplauso à Universidade Federal do Amazonas – UFAM, pela aprovação, na CAPES/MEC, do Curso de Doutorado “Sociedade e Cultura na Amazônia”.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso à Universidade Federal do Amazonas – UFAM, pela aprovação, na CAPES/MEC, do Curso de Doutorado “Sociedade e Cultura na Amazônia”, o primeiro na área de Humanidades a se implantar na região Norte do Brasil.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do Reitor da Universidade Federal do Amazonas, Prof. Hidembergue Ordozgoith da Frota, e, por seu intermédio, à Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, Professora PhD Iraíldes Caldas Torres, que conduziu com êxito, junto à CAPES/MEC, em Brasília, o processo que agora mereceu aprovação.

Justificação

O Amazonas e a Amazônia estão de parabéns! A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, do Ministério da Educação, acaba de aprovar o primeiro Curso de Doutorado na Universidade Federal do Amazonas – UFAM: Doutorado Sociedade e Cultura na Amazônia, O primeiro da região Norte do Brasil nesse nível.

Essa é uma extraordinária vitória, que coroa os esforços da UFAM, nossa modelar instituição de Ensino Superior.

A criação desse doutorado sem dúvida irá resultar em ações de largo alcance educativo, cultural e sociológico, com conseqüentes pesquisas de relevância

para a região brasileira estratégica por excelência. No dizer dos professores da UFAM, o curso fará com que a Amazônia deixe de ser encarada meramente como “campo de investigação” por parte de pesquisadores de outros pontos do mundo, não raro também como “região atrasada”. A UFAM reúne amplas condições para conduzir o seu primeiro curso em nível de PhD, uma vez que, entre os seus 903 professores, nada menos do que 322 são doutores.

O voto de aplauso que proponho é, assim, merecido. Além de representar o reconhecimento de um grande esforço da UFAM, será o reconhecimento ao trabalho árduo da Professora PhD Iraíldes Caldas Torres, a quem coube conduzir, como se vê, com brilho, o processo junto à CAPES. Ela é merecedora também de aplauso: de fato, não foi fácil a tarefa de administrar a tramitação desse projeto, agora transformado em realidade.

Saladas Sessões, 28 de agosto de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 973, DE 2007

Requer voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 25 de agosto de 2007, da Senhora Clotilde Piquet de Sotto Mayor, viúva do Saudoso Deputado Federal Estácio Sotto Mayor.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento, ocorrido em 25 de agosto de 2007, da Exma. Senhora Clotilde Piquet de Sotto Mayor, viúva do saudoso Deputado Federal Estácio Sotto Mayor.

Requeiro, ainda, que este voto seja levado ao conhecimento dos familiares de Dona Clotilde.

Justificação

Faleceu, no final da semana passada, a Exma. Sra. Clotilde Piquet de Sotto Mayor, viúva do saudoso Deputado Federal Estácio Sotto Mayor. O pesar que requeiro é um preito de homenagem a essa ilustre Senhora, dedicada mãe de família. Conheci-a pessoalmente, como ao seu marido, o sempre lembrado Deputado Federal Estácio Sotto Mayor, ela que era figura de cativante ternura, de grande paciência e capacidade de agir. Dona Clotilde era notável na condição de esteio da família. Pela exemplar ternura que sempre soube irradiar, seus filhos dela herdaram qualidades, talento e responsabilidades, tanto que um deles, Nelson Piquet, veio a ser tornar campeão mundial de Fórmula-1

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 974, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado, licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa, no período de 31 de agosto a 8 de setembro de 2007, para fins de participar, em Viena, na Áustria, a convite da Organização das Nações Unidas, de reuniões com autoridades do Escritório contra Drogas e Crime, de interesse da atividade legislativa. Naquela oportunidade, estarei, ainda, visitando as instalações, de outros países da Europa, para conhecer as novas tecnologias de combate ao tráfico de drogas.

E, nos termos do art. 39 do Regimento Interno desta Casa, comunico que estarei ausente do País no mesmo período.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2007. – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 975, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 1.161, de 2006.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2007. – Senador **Sibá Machado**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência defere o requerimento, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 976, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 255, inciso II, alínea **c**, item 12, do Regimento Interno, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2007, que “Dispõe sobre a produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico e dá outras providências”, que além da Comissão de des-

pacho inicial seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2007. – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea **c**, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 977, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação conjunta do PLS nº 272, de 2005, com o PLS nº 282, de 2005, por versarem sobre o mesmo assunto.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2007. – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, decisão que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lida a seguinte:

DECISÃO

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de sua competência prevista no inciso VI do art. 98, combinado com o art. 258, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, resolve deferir o Requerimento nº 977, de 2007, de tramitação conjunta.

Senado Federal, 28 de agosto de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os **Projetos de Lei do Senado n°s 272 e 282, de 2005**, passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e, posteriormente, à de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 978, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação conjunta, por regularem a mesma matéria, das Propostas de Emenda à Constituição – PEC n°s 11/2003; 8/2004; 42/2004; 1/2007; 12/2007; 18/2007; 55/2007, que alteram o art. 56 da Constituição Federal, de modo a introduzir novas regras para a suplência de Senador. Destaco que as três primeiras PEC já estão apensadas e, portanto, mister se faz o apensamento destas com as quatro últimas PEC listadas, propostas em 2007.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2007. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, decisão que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lida a seguinte:

DECISÃO

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de sua competência prevista no inciso VI do art. 98, combinado com o art. 258, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, resolve deferir o Requerimento nº 978, de 2007, de tramitação conjunta.

Senado Federal, 28 de agosto de 2007.

The image shows two handwritten signatures in black ink. The top signature is 'Eduardo Matarazzo Suplicy' and the bottom signature is 'Renan Calheiros'. The text 'Senado Federal, 28 de agosto de 2007.' is written above the signatures.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – As **Propostas de Emenda à Constituição n°s 11, de 2003; 8 e 42, de 2004; 1, 12, 18 e 55, de 2007**, passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 979, DE 2007

Requeremos, nos termos do arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Grão Mestre da Grande Loja Maçônica de Roraima, Ademir Pinheiro Viana, ocorrido no dia 26 de agosto, na cidade de São Paulo:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e à Grande Loja Maçônica de Roraima.

Justificação

Roraimense, nascido na cidade de Boa Vista, no dia 7 de abril de 1948, o advogado, empresário e Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica do Estado de Roraima, Ademir Pinheiro Viana, faleceu no domingo 26 de agosto no Hospital Albert Einstein, em São Paulo.

Foi membro ativo e realizador de obras sociais no Rotary Clube de Boa Vista, tendo exercido vários cargos e funções na Maçonaria. Na área empresarial foi um dos pioneiros no setor de serralheria e limpeza público-privada, atuando também no ramo de sinalização e **marketing**.

Essas são as razões que fundamentam o presente requerimento.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2007. – Senador **Mozarildo Cavalcanti** – Senador **Augusto Botelho**.

REQUERIMENTO Nº 980, DE 2007

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento do professor Newton Lins Buarque Sucupira, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, no dia 26 de agosto último:

- I – inserção em ata de voto de profundo pesar;
- II – Apresentação de condolências:

- a) a seus filhos;
- b) à Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Gama Filho, onde era Professor Emérito;

c) ao Ministério da Educação, onde ocupou cargo no Conselho Federal de Educação e de Diretor de Assuntos Universitários;

d) ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Justificação

Nascido na cidade de Porto Calvo no Estado de Alagoas, em 1920, teve sua educação básica realizada no Colégio dos Jesuítas, no Recife.

Formado na legendária Faculdade de Direito do Recife, que este ano comemora 180 anos de criação, foi professor titular em diversas instituições e professor emérito pela Universidade Federal de Pernambuco, do Rio de Janeiro e Gama Filho.

Coordenou de diversos programas de pós-graduação em educação e participou da formulação de políticas públicas que tiveram intensa e persistente reverberação social.

Através de sua atuação no Conselho Federal de Educação teve papel fundamental na formulação e na implementação da reforma universitária brasileira.

Ocupou o Cargo de Diretor de Assuntos Universitários, à época que era titular do Ministério da Educação o eminente homem público, Jarbas Passarinho.

É autor de diversos livros e artigos sobre educação.

Viúvo de Dona Odette Silveira Sucupira, deixa nove filhos, 31 netos e 5 bisnetos.

Sala das Sessões, 29 de agosto, de 2007. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 981, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, Voto de Aplauso a Sandro Alves, Andreonni Fabrizius, Damião Robson, Marcelo José, Severino Gabriel, Fabio Ribeiro, Antônio de Pádua Alves e Jailton Lucas, pelos brilhantes resultados obtidos no maior campeonato desportivo das Américas para Para-Atletas, os Jogos Parapanamericanos, realizados na cidade do Rio de Janeiro. Seus resultados contribuíram para consolidar a incrível primeira colocação, no quadro geral de medalhas, para o Brasil, demonstrando a potencialidade e a força que os Para-Atletas Paraibanos podem proporcionar à equipe brasileira.

Requeiro, ainda, que a Mesa encaminhe o referido Voto de Aplauso aos Atletas, às respectivas Confederações e Federações Esportivas, e às Câmaras Municipais de João Pessoa e Campina Grande, no estado da Paraíba.

Justificação

Os atletas e técnicos paraibanos compareceram em maior número, comparativamente às edições

anteriores deste, que é o maior evento esportivo das Américas na categoria, os Jogos Parapan-americanos. Sendo um grande feito para o Estado, tão carente de apoio esportivo atualmente.

O êxito obtido na competição mostrou a superação dos atletas frente aos adversários, mas, acima de tudo, viu-se pessoas determinadas, que não obstante sofrerem contratempos em suas vidas, foram capazes de erguer-se e trilhar outros caminhos ainda mais vitoriosos. Este fato entra para a história do País. Essa foi a melhor participação do Brasil dentre todas as edições dos Jogos, mostrando que é possível pensar-se em políticas públicas de inclusão social através do esporte. Reconhecendo as diferenças e amparando-as com incentivos, de forma eficaz. E assim, este feito concretizou-se.

O sucesso na organização e o desempenho excepcional dos atletas brasileiros, que terminaram em primeiro, são frutos de uma política ativa de apoio implementada pelo governo federal. Por ano, a União destina cerca de R\$20 milhões ao movimento paraolímpico. São R\$2 milhões para o programa Bolsa-Atleta, que paga salários mensais a esportistas bem posicionados nos **rankings**, mas sem patrocínios pessoais, pouco mais de R\$1 milhão para organizar campeonatos internacionais no País ou enviar brasileiros para disputas no exterior, R\$11,9 milhões da Lei Agnelo/Piva para o Comitê Para-Olímpico Brasileiro e R\$5 milhões vindos da Caixa Econômica Federal, única patrocinadora oficial do Parapan.

Um dos grandes legados do Parapan terá sido criar uma nova percepção da sociedade brasileira sobre a importância do esporte paraolímpico e as possibilidades e capacidades das pessoas deficientes. Por isso, o interesse e a demanda devem crescer, ampliando os investimentos públicos e privados na área.

Com uma incrível superação, os atletas foram responsáveis pela primeira colocação do País nos Jogos, encerrando uma participação memorável. São, pois, mercedores do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2007. – **José Maranhão**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006** (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis

do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior); e

- **Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2006** (nº 5.288/2005, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim; altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979, e das Leis nºs 7.711, de 22 de dezembro de 1988, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.906, de 4 de julho de 1994; e dá outras providências.*

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear o quinquagésimo terceiro aniversário de falecimento do Presidente Getúlio Vargas, de acordo com os **Requerimentos nºs 565 e 891, de 2007**, dos Senadores Epiácio Cafeteira, Sérgio Zambiasi e outros Senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência designa o Senador Inácio Arruda para compor a Comissão Externa destinada a representar o Senado na mesa redonda de parlamentares, que ocorrerá durante a 8ª Conferência das Partes na Convenção das Nações Unidas sobre a Luta Contra a Desertificação, nos próximos dias 8 e 9 de setembro, em Madri, na Espanha.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI Nº 28, DE 2007-CN
MENSAGEM Nº 112, DE 2007-CN
 (Nº 622/2007, na origem)

Abre aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da

Educação e da Cultura, crédito suplementar no valor global de R\$233.907.232,00, para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura, crédito suplementar no valor global de R\$233.907.232,00 (duzentos e trinta e três milhões, novecentos e sete mil, duzentos e trinta e dois reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$54.502.689,00 (cinquenta e quatro milhões, quinhentos e dois mil, seiscentos e oitenta e nove reais);

II – excesso de arrecadação, no valor de R\$37.044.754,00 (trinta e sete milhões, quarenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e quatro reais), sendo:

a) R\$15.452.371,00 (quinze milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e setenta e um reais) de Recursos Ordinários;

b) R\$133.605,00 (cento e trinta e três mil, seiscentos e cinco reais) de Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional;

c) R\$1.250.549,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil, quinhentos e quarenta e nove reais) de Recursos Próprios Não-Financeiros; e

d) R\$20.208.229,00 (vinte milhões, duzentos e oito mil, duzentos e vinte e nove reais) de Taxas por Serviços Públicos;

III – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$142.359.789,00 (cento e quarenta e dois milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, setecentos e oitenta e nove reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Ficam canceladas as dotações orçamentárias constantes do Anexo III desta Lei, em atendimento ao disposto no art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
UNIDADE : 24207 - NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1113 NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES									3.090.000
ATIVIDADES									
19 662	1113 4930	FABRICACAO DE EQUIPAMENTOS PARA AS INDUSTRIAS NUCLEAR E PESADA DE ALTA TECNOLOGIA							3.090.000
19 662	1113 4930 0001	FABRICACAO DE EQUIPAMENTOS PARA AS INDUSTRIAS NUCLEAR E PESADA DE ALTA TECNOLOGIA - NACIONAL	F	4	2	90	0	100	890.000
			F	4	2	90	0	300	2.200.000
TOTAL - FISCAL									3.090.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.090.000

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26101 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1073 UNIVERSIDADE DO SEculo XXI									112.873.420
ATIVIDADES									
12 302	1073 6379	COMPLEMENTACAO PARA O FUNCIONAMENTO DOS HOSPITAIS DE ENSINO FEDERAIS							15.000.000
12 302	1073 6379 0001	COMPLEMENTACAO PARA O FUNCIONAMENTO DOS HOSPITAIS DE ENSINO FEDERAIS - NACIONAL	S	3	2	90	0	300	13.200.000
			S	4	2	90	0	300	1.800.000
12 364	1073 8551	COMPLEMENTACAO PARA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR							97.873.420
12 364	1073 8551 0001	COMPLEMENTACAO PARA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	9.422.919
			F	3	2	90	0	112	6.645.604
			F	3	2	90	0	113	17.243.125
			F	3	2	90	0	300	1.279.420
			F	4	2	90	0	112	7.463.477
			F	4	2	90	0	113	32.756.875
			F	4	2	90	0	300	23.062.000
1377 EDUCACAO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA									189.500
ATIVIDADES									
12 122	1377 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							189.500
12 122	1377 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	189.500
TOTAL - FISCAL									98.062.920
TOTAL - SEGURIDADE									15.000.000
TOTAL - GERAL									113.062.920

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26201 - COLEGIO PEDRO II

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1378 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MEDIO									273.936
ATTIVIDADES									
12 362	1378 2991	FUNCIONAMENTO DO ENSINO MEDIO NA REDE FEDERAL							273.936
12 362	1378 2991 0033	FUNCIONAMENTO DO ENSINO MEDIO NA REDE FEDERAL - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	3	2	90	0	650	273.936
TOTAL - FISCAL									273.936
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									273.936

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26206 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO CEARA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA									201.938
ATTIVIDADES									
12 363	1062 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							33.300
12 363	1062 2992 0023	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO CEARA	F	3	2	90	0	650	33.300
12 363	1062 2994	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							9.033
12 363	1062 2994 0023	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO CEARA	F	3	2	90	0	650	9.033
12 363	1062 6301	ACERVO BIBLIOGRAFICO PARA AS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL							15.750
12 363	1062 6301 0023	ACERVO BIBLIOGRAFICO PARA AS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO CEARA	F	3	2	90	0	650	15.750
12 363	1062 6374	MODERNIZACAO E RECUPERACAO DE INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL							143.855
12 363	1062 6374 0023	MODERNIZACAO E RECUPERACAO DE INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO CEARA	F	4	2	90	0	650	143.855
TOTAL - FISCAL									201.938
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									201.938

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26215 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE PERNAMBUCO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	E		
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA									175.137
ATIVIDADES									
12 363	1062 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							175.137
12 363	1062 2992 0026	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							175.137
			F	3	2	90	0	650	175.137
TOTAL - FISCAL									175.137
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									175.137

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26230 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	E		
1073 UNIVERSIDADE DO SEculo XXI									35.535
ATIVIDADES									
12 364	1073 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							35.535
12 364	1073 4009 0026	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							35.535
			F	4	2	90	0	650	35.535
TOTAL - FISCAL									35.535
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									35.535

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26245 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
1073 UNIVERSIDADE DO SEculo XXI										33.254
ATIVIDADES										
12 364	1073 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO								33.254
12 364	1073 4009 0033	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								33.254
			F	3	2	90	0	650		33.254
TOTAL - FISCAL										33.254
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										33.254

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26261 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
1073 UNIVERSIDADE DO SEculo XXI										46.289
ATIVIDADES										
12 364	1073 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO								46.289
12 364	1073 4009 0031	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS								46.289
			F	3	2	90	0	650		46.289
TOTAL - FISCAL										46.289
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										46.289

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26272 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
1073 UNIVERSIDADE DO SEculo XXI										1.938.654
ATIVIDADES										
12 364	1073 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO								200.000
12 364	1073 4009 0021	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO MARANHAO								200.000
			F	3	2	90	0	680		200.000
12 364	1073 6373	MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO								1.738.654
12 364	1073 6373 0021	MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO MARANHAO								1.738.654
			F	3	2	90	0	680		838.654
			F	4	2	90	0	680		900.000
TOTAL - FISCAL										1.938.654
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1.938.654

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26290 - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
1073 UNIVERSIDADE DO SEculo XXI										35.621.280
ATIVIDADES										
12 364	1073 8257	AVALIACAO DE INSTITUICOES E CURSOS DE EDUCACAO SUPERIOR								35.621.280
12 364	1073 8257 0001	AVALIACAO DE INSTITUICOES E CURSOS DE EDUCACAO SUPERIOR - NACIONAL								35.621.280
			F	3	2	90	0	100		12.051.371
			F	3	2	90	0	112		3.361.680
			F	3	2	90	0	175		20.208.229
TOTAL - FISCAL										35.621.280
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										35.621.280

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

UNIDADE : 26291 - FUNDAO COORDENACAO DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUPERIOR - CAPES

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA POS-GRADUACAO E DA PESQUISA CIENTIFICA									8.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
12 364	1375 09GK	CONCESSAO DE BOLSAS DE QUALIFICACAO DE PESSOAL DE ALTO NIVEL PARA O ATENDIMENTO DAS DIRETRIZES DA POLITICA INDUSTRIAL, TECNOLOGICA E DE COMERCIO EXTERIOR							8.000.000
12 364	1375 09GK 0001	CONCESSAO DE BOLSAS DE QUALIFICACAO DE PESSOAL DE ALTO NIVEL PARA O ATENDIMENTO DAS DIRETRIZES DA POLITICA INDUSTRIAL, TECNOLOGICA E DE COMERCIO EXTERIOR - NACIONAL	F	3	2	90	0	300	8.000.000
TOTAL - FISCAL									8.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.000.000

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

UNIDADE : 26294 - HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE - HCPA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1073 UNIVERSIDADE DO SEculo XXI									1.160.000
ATIVIDADES									
12 302	1073 4086	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL A POPULACAO							1.160.000
12 302	1073 4086 0043	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL A POPULACAO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	2	90	0	250	1.160.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.160.000
TOTAL - GERAL									1.160.000

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1060 BRASIL ALFABETIZADO E EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS									1.500.000
OPERACOES ESPECIAIS									
12 366	1060 0507	APOIO A INICIATIVAS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS							1.500.000
12 366	1060 0507 0001	APOIO A INICIATIVAS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	1.500.000
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA									4.850.000

		PROJETOS										
12 363	1062 7109	IMPLANTACAO E RECUPERACAO DE CENTROS ESCOLARES DE EDUCACAO PROFISSIONAL - PROEP										4.850.000
12 363	1062 7109 0001	IMPLANTACAO E RECUPERACAO DE CENTROS ESCOLARES DE EDUCACAO PROFISSIONAL - PROEP - NACIONAL										4.850.000
			F	4	2	40	0	112				1.650.000
			F	4	2	50	0	112				3.200.000
1336 BRASIL QUILOMBOLA											197.200	
		OPERACOES ESPECIAIS										
12 361	1336 0974	APOIO A FORMACAO DE PROFESSORES DA EDUCACAO BASICA PARA ATUACAO NAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS										197.200
12 361	1336 0974 0001	APOIO A FORMACAO DE PROFESSORES DA EDUCACAO BASICA PARA ATUACAO NAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS - NACIONAL										197.200
			F	3	2	40	0	113				197.200
1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO ESPECIAL											1.142.666	
		OPERACOES ESPECIAIS										
12 367	1374 09GL	FORMACAO DE GESTORES PARA A EDUCACAO ESPECIAL										1.142.666
12 367	1374 09GL 0001	FORMACAO DE GESTORES PARA A EDUCACAO ESPECIAL - NACIONAL										1.142.666
			F	3	2	80	0	100				590.000
			F	3	2	90	0	112				552.666
1376 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL											16.358.857	
		OPERACOES ESPECIAIS										
12 361	1376 0515	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL										4.704.877
12 361	1376 0515 0030	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL - NA REGIAO SUDESTE										4.704.877
			F	4	1	40	0	112				4.704.877
		PROJETOS										
12 361	1376 5079	FORTALECIMENTO DA ESCOLA - FUNDESCOLA III										11.653.980
12 361	1376 5079 0010	FORTALECIMENTO DA ESCOLA - FUNDESCOLA III - NA REGIAO NORTE										1.102.000
12 361	1376 5079 0020	FORTALECIMENTO DA ESCOLA - FUNDESCOLA III - NA REGIAO NORDESTE										1.102.000
			F	4	2	40	1	113				10.551.980
			F	4	2	40	1	113				10.551.980
1378 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MEDIO											40.000.000	
		ATIVIDADES										
12 362	1378 6322	DISTRIBUICAO DE LIVROS DIDATICOS PARA O ENSINO MEDIO										40.000.000
12 362	1378 6322 0001	DISTRIBUICAO DE LIVROS DIDATICOS PARA O ENSINO MEDIO - NACIONAL										40.000.000
			F	3	2	90	0	113				40.000.000
TOTAL - FISCAL											64.048.723	
TOTAL - SEGURIDADE											0	
TOTAL - GERAL											64.048.723	

ORCAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26301 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DA BAHIA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR	
			S <td>N <td>P <td>O <td>U <td>T <td>E <td></td> </td></td></td></td></td></td>	N <td>P <td>O <td>U <td>T <td>E <td></td> </td></td></td></td></td>	P <td>O <td>U <td>T <td>E <td></td> </td></td></td></td>	O <td>U <td>T <td>E <td></td> </td></td></td>	U <td>T <td>E <td></td> </td></td>	T <td>E <td></td> </td>	E <td></td>		
			F <td>D <td> <td>D <td> <td> <td> <td></td> </td></td></td></td></td></td>	D <td> <td>D <td> <td> <td> <td></td> </td></td></td></td></td>	<td>D <td> <td> <td> <td></td> </td></td></td></td>	D <td> <td> <td> <td></td> </td></td></td>	<td> <td> <td></td> </td></td>	<td> <td></td> </td>	<td></td>		
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA											519.000
		ATIVIDADES									
12 363	1062 2994	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DA EDUCACAO PROFISSIONAL								96.000	
12 363	1062 2994 0029	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DA BAHIA								96.000	
			F	3	2	90	0	680		96.000	
12 363	1062 6301	ACERVO BIBLIOGRAFICO PARA AS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL								123.000	
12 363	1062 6301 0029	ACERVO BIBLIOGRAFICO PARA AS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DA BAHIA								123.000	
			F	3	2	90	0	650		123.000	

12 363	1062 6374	MODERNIZACAO E RECUPERACAO DE INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL										300.000
12 363	1062 6374 0029	MODERNIZACAO E RECUPERACAO DE INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DA BAHIA										300.000
			F 3	2	90	0	650					150.000
			F 4	2	90	0	650					150.000
TOTAL - FISCAL											519.000	
TOTAL - SEGURIDADE											0	
TOTAL - GERAL											519.000	

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26303 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ALEGRETE - RS

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA									41.305
ATIVIDADES									
12 363	1062 6374	MODERNIZACAO E RECUPERACAO DE INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL							41.305
12 363	1062 6374 0043	MODERNIZACAO E RECUPERACAO DE INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	F 4	2	90	0	650		41.305
TOTAL - FISCAL									41.305
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									41.305

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26305 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE BAMBUI - MG

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA									47.952
ATIVIDADES									
12 363	1062 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							47.952
12 363	1062 2992 0031	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	F 3	2	90	0	650		47.952
TOTAL - FISCAL									47.952
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									47.952

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26306 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BARBACENA - MG

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA									96.447

		ATIVIDADES								
12 363	1062 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS								80.429
12 363	1062 2992 0031									80.429
			F	3	2	90	0	650		80.429
12 363	1062 6374	MODERNIZACAO E RECUPERACAO DE INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL								16.018
12 363	1062 6374 0031		MODERNIZACAO E RECUPERACAO DE INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							
			F	4	2	90	0	650		16.018
TOTAL - FISCAL										96.447
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										96.447

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26309 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE BENTO GONCALVES - RS

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA									45.123	
		ATIVIDADES								
12 363	1062 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							45.123	
12 363	1062 2992 0043								45.123	
			F	3	2	90	0	650	45.123	
TOTAL - FISCAL										45.123
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										45.123

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26310 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CACERES - MT

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA									35.496	
		ATIVIDADES								
12 363	1062 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO MATO GROSSO							35.496	
12 363	1062 2992 0051								35.496	
			F	3	2	90	0	650	35.496	
TOTAL - FISCAL										35.496
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										35.496

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26313 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE COLATINA - ES

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA									106.859
ATIVIDADES									
12 363	1062 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							106.859
12 363	1062 2992 0032	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							106.859
			F	3	2	90	0	650	106.859
TOTAL - FISCAL									106.859
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									106.859

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26318 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE INCONFIDENTES VISCONDE DE MAUA - MG

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA									148.000
ATIVIDADES									
12 363	1062 2994	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							148.000
12 363	1062 2994 0031	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MNAS GERAIS							148.000
			F	3	2	90	0	650	148.000
TOTAL - FISCAL									148.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									148.000

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26322 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE MUZAMBINHO - MG

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA									23.160
ATIVIDADES									
12 363	1062 6374	MODERNIZACAO E RECUPERACAO DE INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL							23.160
12 363	1062 6374 0031	MODERNIZACAO E RECUPERACAO DE INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							23.160
			F	4	2	90	0	680	23.160
TOTAL - FISCAL									23.160
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.160

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26323 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE PETROLINA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA										28.640
ATIVIDADES										
12 363	1062 2994	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DA EDUCACAO PROFISSIONAL								28.640
12 363	1062 2994 0026	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE PERNAMBUCO								28.640
			F	3	2	90	0	650		28.640
TOTAL - FISCAL										28.640
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										28.640

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26336 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE UBERLANDIA - MG

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA										183.000
ATIVIDADES										
12 363	1062 6374	MODERNIZACAO E RECUPERACAO DE INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL								183.000
12 363	1062 6374 0031	MODERNIZACAO E RECUPERACAO DE INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS								183.000
			F	4	2	90	0	650		170.000
			F	4	2	90	0	680		13.000
TOTAL - FISCAL										183.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										183.000

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26341 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CERES - GO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA										80.544
ATIVIDADES										
12 363	1062 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL								80.544
12 363	1062 2992 0052	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE GOIAS								80.544
			F	3	2	90	0	650		80.544
TOTAL - FISCAL										80.544
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										80.544

ORGAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
 UNIDADE : 42101 - MINISTERIO DA CULTURA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0173 GESTAO DA POLITICA DE CULTURA									210.900
ATIVIDADES									
13 128	0173 4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO							210.900
13 128	0173 4572 0001	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	210.900
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									357.462
ATIVIDADES									
13 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							357.462
13 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	357.462
TOTAL - FISCAL									568.362
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									568.362

ORGAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
 UNIDADE : 42202 - FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL - BN

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0168 LIVRO ABERTO									563.400
ATIVIDADES									
13 392	0168 2650	FUNCCIONAMENTO DE BIBLIOTECAS DA UNIAO							301.400
13 392	0168 2650 0001	FUNCCIONAMENTO DE BIBLIOTECAS DA UNIAO - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	301.400
13 392	0168 6523	PROMOCAO E INTERCAMBIO DE EVENTOS CULTURAIS NA AREA DO LIVRO E DA LEITURA							262.000
13 392	0168 6523 0001	PROMOCAO E INTERCAMBIO DE EVENTOS CULTURAIS NA AREA DO LIVRO E DA LEITURA - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	262.000
TOTAL - FISCAL									563.400
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									563.400

ORGAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
 UNIDADE : 42204 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0167 BRASIL PATRIMONIO CULTURAL									901.000
ATIVIDADES									
13 391	0167 2636	PRESERVACAO DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA MATERIAL							901.000
13 391	0167 2636 0001	PRESERVACAO DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA MATERIAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	650	901.000

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
 UNIDADE : 24901 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACA/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U D	F T E	VALOR
0461		PROMOCAO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO							208.000
		ATIVIDADES							
19 571	0461 4947	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS DE CIENCIA E TECNOLOGIA							208.000
19 571	0461 4947 0001	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS DE CIENCIA E TECNOLOGIA - NACIONAL	F	4	2	50	0	100	208.000
0471		CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA A INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL							158.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
19 571	0471 0862	APOIO A PESQUISA, INOVACAO E EXTENSAO TECNOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL							48.000
19 571	0471 0862 0001	APOIO A PESQUISA, INOVACAO E EXTENSAO TECNOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	48.000
		ATIVIDADES							
19 573	0471 6702	DIFUSAO E POPULARIZACAO DE CIENCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSAO SOCIAL							110.000
19 573	0471 6702 0001	DIFUSAO E POPULARIZACAO DE CIENCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSAO SOCIAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	110.000
1388		CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA A POLITICA INDUSTRIAL, TECNOLOGICA E DE COMERCIO EXTERIOR (PITCE)							524.000
		ATIVIDADES							
19 572	1388 6214	FOMENTO A PESQUISA, AO DESENVOLVIMENTO E A INOVACAO TECNOLÓGICA NAS AREAS DE MATERIAIS, DISPOSITIVOS AVANÇADOS E MICROELETRONICA							59.000
19 572	1388 6214 0001	FOMENTO A PESQUISA, AO DESENVOLVIMENTO E A INOVACAO TECNOLÓGICA NAS AREAS DE MATERIAIS, DISPOSITIVOS AVANÇADOS E MICROELETRONICA - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	57.000
			F	4	2	50	0	100	2.000
19 572	1388 6830	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO E USO DE TECNOLOGIAS NA AREA DE TELEMEDICINA							465.000
19 572	1388 6830 0001	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO E USO DE TECNOLOGIAS NA AREA DE TELEMEDICINA - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	415.000
			F	4	2	50	0	100	50.000
		TOTAL - FISCAL							890.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							890.000

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26101 - MINISTERIO DA EDUCACAO

		OPERACOES ESPECIAIS											
12 122	1067 09HK	APOIO AO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DOS SISTEMAS DE ENSINO											300.000
12 122	1067 09HK 0001	APOIO AO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DOS SISTEMAS DE ENSINO - NACIONAL					F	3	2	50	0	112	200.000
							F	4	2	90	0	112	100.000
		ATIVIDADES											
12 122	1067 4081	GERENCIAMENTO DAS POLITICAS DA EDUCACAO A DISTANCIA											1.621.000
12 122	1067 4081 0001	GERENCIAMENTO DAS POLITICAS DA EDUCACAO A DISTANCIA - NACIONAL					F	3	2	90	0	112	1.621.000
12 122	1067 8241	GERENCIAMENTO DAS POLITICAS DE EDUCACAO CONTINUADA, ALFABETIZACAO E DIVERSIDADE											1.696.000
12 122	1067 8241 0001	GERENCIAMENTO DAS POLITICAS DE EDUCACAO CONTINUADA, ALFABETIZACAO E DIVERSIDADE - NACIONAL					F	3	2	80	0	100	624.250
							F	3	2	90	0	112	965.250
							F	4	2	90	0	112	106.500
12 122	1067 8255	GERENCIAMENTO DAS POLITICAS DA EDUCACAO PROFISSIONAL											600.000
12 122	1067 8255 0001	GERENCIAMENTO DAS POLITICAS DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NACIONAL					F	3	2	90	0	112	600.000
							F	3	2	91	0	112	575.000
							F	3	2	90	0	112	25.000
12 122	1067 8373	GERENCIAMENTO DAS POLITICAS DA EDUCACAO BASICA											965.000
12 122	1067 8373 0001	GERENCIAMENTO DAS POLITICAS DA EDUCACAO BASICA - NACIONAL					F	3	2	80	0	100	94.669
							F	3	2	90	0	112	762.500
							F	4	2	90	0	112	107.831
1072 VALORIZACAO E FORMACAO DE PROFESSORES E TRABALHADORES DA EDUCACAO BASICA											7.100.000		
		OPERACOES ESPECIAIS											
12 362	1072 0914	APOIO A FORMACAO CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO MEDIO											1.350.000
12 362	1072 0914 0001	APOIO A FORMACAO CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO MEDIO - NACIONAL					F	3	2	30	0	112	1.350.000
		ATIVIDADES											
12 128	1072 6333	FORTALECIMENTO DA POLITICA NACIONAL E DA FORMACAO INICIAL E CONTINUADA DE PROFISSIONAIS DA EDUCACAO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL											2.750.000
12 128	1072 6333 0001	FORTALECIMENTO DA POLITICA NACIONAL E DA FORMACAO INICIAL E CONTINUADA DE PROFISSIONAIS DA EDUCACAO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL - NACIONAL					F	3	2	80	0	100	2.250.000
							F	4	2	80	0	100	500.000
12 571	1072 8007	FOMENTO A REDE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL											3.000.000
12 571	1072 8007 0001	FOMENTO A REDE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL - NACIONAL					F	3	2	90	0	112	3.000.000
							F	4	2	30	0	112	80.000
							F	4	2	50	0	112	50.000
							F	4	2	90	0	112	435.000
1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO ESPECIAL											1.142.666		
		ATIVIDADES											
12 122	1374 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA											552.666
12 122	1374 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL					F	3	2	90	0	112	552.666
12 367	1374 8371	EDUCACAO ESPECIAL COMO FATOR DE INCLUSAO ESCOLAR											590.000
12 367	1374 8371 0001	EDUCACAO ESPECIAL COMO FATOR DE INCLUSAO ESCOLAR - NACIONAL					F	3	2	30	0	100	290.000
							F	3	2	40	0	100	300.000
1377 EDUCACAO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA											3.483.500		
		OPERACOES ESPECIAIS											
12 366	1377 0B82	APOIO A EDUCACAO INTEGRADA COM QUALIFICACAO SOCIAL E PROFISSIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO CAMPO											1.550.000
12 366	1377 0B82 0001	APOIO A EDUCACAO INTEGRADA COM QUALIFICACAO SOCIAL E PROFISSIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO CAMPO - NACIONAL					F	3	2	40	0	100	550.000
							F	3	2	50	0	100	1.000.000

TOTAL - FISCAL	0
TOTAL - SEGURIDADE	1.160.000
TOTAL - GERAL	1.160.000

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									1.000.000
ATIVIDADES									
12 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							1.000.000
12 122	0750 2000 0053	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NO DISTRITO FEDERAL	F	3	2	90	0	100	1.000.000
1060 BRASIL ALFABETIZADO E EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS									1.500.000
OPERACOES ESPECIAIS									
12 366	1060 09EP	APOIO A ACOES ASSISTENCIAIS AOS ALUNOS DA EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS							1.500.000
12 366	1060 09EP 0001	APOIO A ACOES ASSISTENCIAIS AOS ALUNOS DA EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NACIONAL	F	3	2	30	0	100	1.500.000
			F	3	2	40	0	100	800.000
			F	3	2	50	0	100	600.000
									100.000
1061 BRASIL ESCOLARIZADO									500.000
ATIVIDADES									
12 122	1061 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							500.000
12 122	1061 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	500.000
									500.000
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA									4.850.000
PROJETOS									
12 363	1062 7109	IMPLANTACAO E RECUPERACAO DE CENTROS ESCOLARES DE EDUCACAO PROFISSIONAL - PROEP							4.850.000
12 363	1062 7109 0001	IMPLANTACAO E RECUPERACAO DE CENTROS ESCOLARES DE EDUCACAO PROFISSIONAL - PROEP - NACIONAL	F	3	2	40	0	112	4.850.000
			F	3	2	50	0	112	1.650.000
									3.200.000
1065 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO INFANTIL									50.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
12 365	1065 0A24	APOIO AO ATENDIMENTO EDUCACIONAL DE CRIANCAS DE ATÉ SEIS ANOS DE IDADE							50.000.000
12 365	1065 0A24 0001	APOIO AO ATENDIMENTO EDUCACIONAL DE CRIANCAS DE ATÉ SEIS ANOS DE IDADE - NACIONAL	F	3	2	40	0	113	50.000.000
									50.000.000
1336 BRASIL QUILOMBOLA									197.200
OPERACOES ESPECIAIS									
12 361	1336 09CJ	APOIO A AMPLIACAO E MELHORIA DA REDE FISICA ESCOLAR NAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS							197.200
12 361	1336 09CJ 0001	APOIO A AMPLIACAO E MELHORIA DA REDE FISICA ESCOLAR NAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS - NACIONAL	F	4	2	40	0	113	197.200
									197.200
1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO ESPECIAL									4.704.877
OPERACOES ESPECIAIS									
12 367	1374 09DK	COMPLEMENTACAO AO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AS PESSOAS COM DEFICIENCIA - PAED							4.704.877
12 367	1374 09DK 0001	COMPLEMENTACAO AO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AS PESSOAS COM DEFICIENCIA - PAED - NACIONAL	F	3	2	50	0	112	4.704.877
									4.704.877
1376 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL									51.653.980

		ATIVIDADES						
12 361	1376 4046	DISTRIBUICAO DE MATERIAIS E LIVROS DIDATICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL						40.000.000
12 361	1376 4046 0001	DISTRIBUICAO DE MATERIAIS E LIVROS DIDATICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL - NACIONAL						40.000.000
		PROJETOS						
12 361	1376 5079	FORTALECIMENTO DA ESCOLA - FUNDESCOLA III						11.653.980
12 361	1376 5079 0020	FORTALECIMENTO DA ESCOLA - FUNDESCOLA III - NA REGIAO NORDESTE						11.653.980
		F	3	2	90	0	113	11.653.980
TOTAL - FISCAL							114.406.057	
TOTAL - SEGURIDADE							0	
TOTAL - GERAL							114.406.057	

ORGAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
 UNIDADE : 42202 - FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL - BN

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0167		BRASIL PATRIMONIO CULTURAL							112.162
ATIVIDADES									
13 391	0167 2630	PRESERVACAO DE ACERVOS CULTURAIS							100.962
13 391	0167 2630 0001	PRESERVACAO DE ACERVOS CULTURAIS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	100.962
			F	4	2	90	0	100	30.000
									70.962
13 391	0167 4110	PROMOCAO E INTERCAMBIO DE EVENTOS NA AREA DO PATRIMONIO CULTURAL							11.200
13 391	0167 4110 0001	PROMOCAO E INTERCAMBIO DE EVENTOS NA AREA DO PATRIMONIO CULTURAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	11.200
0168		LIVRO ABERTO							118.600
OPERACOES ESPECIAIS									
13 392	0168 0668	CONCESSAO DE BOLSA NA AREA DO LIVRO E DA LEITURA							6.000
13 392	0168 0668 0001	CONCESSAO DE BOLSA NA AREA DO LIVRO E DA LEITURA - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	6.000
ATIVIDADES									
13 392	0168 4628	AMPLIACAO DE ACERVOS BIBLIOGRAFICOS E DOCUMENTAIS							73.600
13 392	0168 4628 0001	AMPLIACAO DE ACERVOS BIBLIOGRAFICOS E DOCUMENTAIS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	73.600
13 392	0168 4797	PRODUCAO DE OBRAS CIENTIFICAS, ACADEMICAS E LITERARIAS							35.100
13 392	0168 4797 0001	PRODUCAO DE OBRAS CIENTIFICAS, ACADEMICAS E LITERARIAS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	35.100
13 392	0168 8291	ASSESSORIA TECNICA A BIBLIOTECAS							3.900
13 392	0168 8291 0001	ASSESSORIA TECNICA A BIBLIOTECAS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	3.900
TOTAL - FISCAL							230.762		
TOTAL - SEGURIDADE							0		
TOTAL - GERAL							230.762		

ORGAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
 UNIDADE : 42902 - FUNDO NACIONAL DE CULTURA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
------	--------------	---------------------------------	-------	-------	-----	-------	-----	-------	-------

1142 ENGENHO DAS ARTES

107.124

		ATIVIDADES								
13 392	1142 4796	FOMENTO A PROJETOS EM ARTE E CULTURA								107.124
13 392	1142 4796 0001	FOMENTO A PROJETOS EM ARTE E CULTURA - NACIONAL						F	3 2 90 0 118	107.124
TOTAL - FISCAL									107.124	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									107.124	

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
 UNIDADE : 24901 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO

ANEXO III

SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	
			S	N	P	O	U	T		
			F	D	D	D	E	E		
0461 PROMOÇAO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO									600.000	
		ATIVIDADES								
19 572	0461 2095	FOMENTO A PROJETOS DE IMPLANTACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE PESQUISA DAS INSTITUICOES PUBLICAS (CT-INFRA)								600.000
19 572	0461 2095 0001	FOMENTO A PROJETOS DE IMPLANTACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE PESQUISA DAS INSTITUICOES PUBLICAS (CT-INFRA) - NACIONAL						F	4 2 50 0 172	600.000
1388 CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA A POLITICA INDUSTRIAL, TECNOLOGICA E DE COMERCIO EXTERIOR (FITCE)									1.600.000	
		ATIVIDADES								
19 572	1388 2113	FOMENTO A PESQUISA E A INOVACAO TECNOLOGICA (CT-VERDE AMARELO)								600.000
19 572	1388 2113 0001	FOMENTO A PESQUISA E A INOVACAO TECNOLOGICA (CT-VERDE AMARELO) - NACIONAL						F	4 2 50 0 172	600.000
19 572	1388 2997	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE SAUDE (CT-SAUDE)								400.000
19 572	1388 2997 0001	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE SAUDE (CT-SAUDE) - NACIONAL						F	4 2 50 0 172	400.000
19 572	1388 4156	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE PETROLEO E GAS NATURAL (CT-PETRO)								600.000
19 572	1388 4156 0001	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE PETROLEO E GAS NATURAL (CT-PETRO) - NACIONAL						F	4 2 50 0 142	600.000
TOTAL - FISCAL									2.200.000	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									2.200.000	

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26101 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ANEXO III SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	E		
1377 EDUCACAO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA									1.160.000
OPERACOES ESPECIAIS									
12 362	1377 09CU	APOIO A VALORIZACAO DA DIVERSIDADE NO ACESSO E NA PERMANENCIA NA UNIVERSIDADE							1.160.000
12 362	1377 09CU 0001	APOIO A VALORIZACAO DA DIVERSIDADE NO ACESSO E NA PERMANENCIA NA UNIVERSIDADE - NACIONAL							1.160.000
			F	3	2	80	0	300	1.160.000
TOTAL - FISCAL									1.160.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.160.000

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

ANEXO III SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

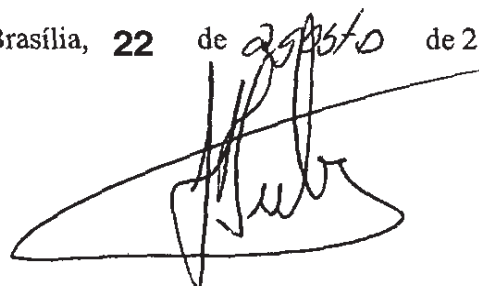
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	E		
1061 BRASIL ESCOLARIZADO									2.500.000
ATIVIDADES									
12 122	1061 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							2.500.000
12 122	1061 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL							2.500.000
			F	3	2	90	0	113	2.500.000
1072 VALORIZACAO E FORMACAO DE PROFESSORES E TRABALHADORES DA EDUCACAO BASICA									9.040.000
OPERACOES ESPECIAIS									
12 128	1072 0968	APOIO A CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS NO ENSINO MEDIO - PROMED							8.040.000
12 128	1072 0968 0001	APOIO A CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS NO ENSINO MEDIO - PROMED - NACIONAL							8.040.000
			F	3	2	80	0	148	7.800.000
			F	3	2	90	0	113	240.000
ATIVIDADES									
12 128	1071 2C95	FORMACAO EM SERVICO E CERTIFICACAO EM NIVEL MEDIO- TECNICO PROFISSIONAL DE FUNCIONARIOS DA EDUCACAO BASICA - PROFUNCIIONARIO							1.000.000
12 128	1072 2C95 0001	FORMACAO EM SERVICO E CERTIFICACAO EM NIVEL MEDIO- TECNICO PROFISSIONAL DE FUNCIONARIOS DA EDUCACAO BASICA - PROFUNCIIONARIO - NACIONAL							1.000.000
			F	3	2	90	0	113	1.000.000

Mensagem nº **622**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura, crédito suplementar no valor global de R\$ 233.907.232,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências”.

Brasília, **22** de agosto de 2007.



EM nº 00187/2007-MP

Brasília, 8 de agosto de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura, no valor global de R\$ 233.907.232,00 (duzentos e trinta e três milhões, novecentos e sete mil, duzentos e trinta e dois reais), conforme a seguir demonstrado:

R\$ 1,00

Órgão/Unidade	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério da Ciência e Tecnologia	3.090.000	890.000
- Nuclebrás Equipamentos Pesados S. A. - NUCLEP	3.090.000	0
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	0	890.000
Ministério da Educação	225.953.192	141.131.903
- Ministério da Educação (Administração direta)	113.062.920	22.204.166
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	35.621.280	3.361.680
- Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES	8.000.000	0
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	64.048.723	114.406.057
- Demais	5.220.269	1.160.000
Ministério da Cultura	4.864.040	337.886
- Ministério da Cultura (Administração direta)	568.362	0
- Fundação Biblioteca Nacional - BN	563.400	230.762
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	901.000	0
- Fundo Nacional de Cultura	2.831.278	107.124
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006	0	54.502.689
Excesso de Arrecadação		37.044.754
- Recursos Ordinários do Tesouro Nacional	0	15.452.371
- Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria	0	133.605
Cinematográfica Nacional		1.250.549
- Recursos Próprios Não-Financeiros	0	1.250.549
- Taxas por Serviços Públicos	0	20.208.229
Total	233.907.232	233.907.232

2. Para o Ministério da Ciência e Tecnologia, a suplementação de recursos possibilitará a realização de investimentos iniciais para a implantação da linha de fabricação de motores de propulsão para navios de grande porte, o que contribuirá para a reativação da indústria naval brasileira e proporcionará o fortalecimento de uma fonte regular de receita própria da Nuclebrás Equipamentos Pesados S. A. - NUCLEP, diminuindo, nos próximos anos, a sua dependência financeira em relação ao Tesouro Nacional.
3. A suplementação para a Administração direta do Ministério da Educação viabilizará a complementação das despesas de funcionamento das instituições federais de ensino superior e dos hospitais de ensino federais, bem como a gestão e administração do programa "Educação para a diversidade e Cidadania".
4. Em relação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o crédito permitirá a realização de avaliações de instituições e cursos de educação superior.
5. No que se refere à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a suplementação será utilizada no desenvolvimento do ensino de pós-graduação e de pesquisa científica, por intermédio da concessão de bolsas de qualificação de pessoal.
6. O crédito para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação viabilizará o apoio a iniciativas para melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos, a implantação e recuperação de centros escolares de educação profissional, a formação de professores da educação básica nas comunidades remanescentes de quilombos, a formação de gestores para a educação especial, o apoio à ação "Fortalecimento da Escola - Fundescola III", a ampliação do atendimento às unidades executoras beneficiárias da ação "Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental", e a distribuição de materiais e livros didáticos para o nível médio.
7. Em se tratando das demais unidades do Ministério da Educação, a suplementação atenderá às despesas com o funcionamento dos cursos de graduação, da educação profissional e do ensino médio, a assistência ao educando da educação profissional, a aquisição de acervo bibliográfico, a modernização e recuperação de infra-estrutura física das unidades e a assistência hospitalar e ambulatorial à população.
8. O crédito ao Ministério da Cultura viabilizará, no âmbito da Administração direta, o atendimento de despesas administrativas, bem como de capacitação de servidores. No que diz respeito à Fundação Biblioteca Nacional - BN, possibilitará o funcionamento de seus prédios sede e anexo, das bibliotecas Euclides da Cunha e Demonstrativa de Brasília e da Casa da Leitura, além da participação em feiras nacionais e internacionais. No que concerne ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, será utilizado na preservação de bens culturais de natureza material. No âmbito do Fundo Nacional de Cultura, atenderá despesas com a coordenação e manutenção dos mecanismos de incentivo à cultura previstos no Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, além da gestão e administração do programa "Brasil, Som e Imagem".
9. Cabe ressaltar que, segundo os Ministérios envolvidos no presente crédito, os remanejamentos propostos não trarão prejuízos à execução das programações objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

10. O presente crédito será atendido à conta de recursos provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, de Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional, de Recursos Próprios Não-Financeiros e de Taxas por Serviços Públicos, e de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas às prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

11. Em atendimento ao disposto no art. 63, §§ 11 e 12, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007, LDO-2007, demonstram-se, nos quadros anexos, o excesso de arrecadação das receitas e o superávit financeiro, utilizados parcialmente no presente crédito.

12. Esclareço, a propósito do que dispõe o art. 63, § 14, da LDO-2007, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$ 141.199.789,00 (cento e quarenta e um milhões, cento e noventa e nove mil, setecentos e oitenta e nove reais) referem-se a remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da programação suplementada;

b) R\$ 37.044.754,00 (trinta e sete milhões, quarenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e quatro reais) tratam-se de suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias;

c) R\$ 55.662.689,00 (cinquenta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, seiscentos e oitenta e nove reais), suplementados com recursos de origem financeira, estão sendo compensados pelo cancelamento de despesas primárias, constantes do Anexo III do Projeto de Lei ora encaminhado; e

d) o § 4º do art. 1º do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

13. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Unidade: 26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Fonte 75: Taxas por Serviços Públicos

R\$ 1,00

NATUREZA	2007		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	
11220000 Taxas de Avaliação do Ensino Superior	17.248.502	41.529.108	24.280.606
Total	17.248.502	41.529.108	24.280.606
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (D)			0
Créditos Extraordinários abertos (E)			0
Créditos Suplementares e Especiais (F)			20.208.229
Abertos			0
Em tramitação (1)			20.208.229
Outras modificações orçamentárias efetivadas (G)			0
Saldo (H) = (C-D-E-F-G)			4.072.377

(1) Inclui o valor do presente crédito em 01.08.2007.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Fonte 00: Recursos Ordinários do Tesouro Nacional

R\$ 1,00

NATUREZA	2007		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	
11100000 Impostos	96.952.986.205	92.889.590.807	-4.063.395.398
12100000 Contribuições Sociais	38.658.078.339	37.964.529.036	-693.549.303
12200000 Contribuições Econômicas	2.415.792.527	2.418.569.959	2.777.432
13100000 Receitas Imobiliárias	256.218.448	223.898.862	-32.319.586
13900000 Outras Receitas Patrimoniais	19.457.496	40.658.793	21.201.297
17400000 Transferências do Exterior	35	613.433	613.398
17500000 Transferências de Pessoas	30.680	54.419	23.739
19100000 Multas e Juros de Mora	2.326.932.663	3.212.784.260	885.851.597
19200000 Indenizações e Restituições	57.755.314	469.427.964	411.672.650
19300000 Receita da Dívida Ativa	265.366.276	854.163.293	588.797.017
19900000 Receitas Diversas	730.147.627	2.517.853.507	1.787.705.880
22100000 Alienação de Bens Móveis	894.717	5.247.218	4.352.501
24600000 Transferências de Outras Instituições Públicas	0	441.625	441.625
25900000 Outras Receitas	1.537.586	1.405.316	-132.270
Total	141.685.197.913	140.599.238.492	-1.085.959.421
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (D)			0
Créditos Extraordinários abertos (E)			1.310.030.131
Créditos Suplementares e Especiais (F)			747.107.307
Abertos			264.255.062
Em tramitação (1)			482.852.245
Outras modificações orçamentárias efetivadas (G)			-6.546.803.331
Saldo (H) = (C-D-E-F-G)			3.403.706.472

(1) Inclui o valor do presente crédito em 01.08.2007.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Unidade: 42902 – Fundo Nacional de Cultura

Fonte 30: Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional R\$ 1,0

NATUREZA	2007		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	
12200601 Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - Remessas	694.893	404.654	-290.23
12200602 Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - Títulos	30.387.482	26.835.823	-3.551.65
Total	31.082.375	27.240.477	-3.841.89
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (D)			
Créditos Extraordinários abertos (E)			
Créditos Suplementares e Especiais (F)			20.148.30
Abertos			
Em tramitação (1)			20.148.30
Outras modificações orçamentárias efetivadas* (G)			-23.990.19
Saldo (H) = (C-D-E-F-G)			

* Portaria SOF nº 10, de 16 de março de 2007, que modificou as fontes de recursos originalmente alocadas na L. Orçamentária de 2007, disponibilizando-as, portanto, para uso na implementação do Fundo Setorial do Audiovisivo conforme determina a Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 01.08.2007.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Unidade: 42902 – Fundo Nacional de Cultura

Fonte 50: Recursos Próprios Não-Financeiros R\$ 1,0

NATUREZA	2007		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	
16004000 Certificação e Homologação de Produtos	0	9.803	9.8
19220100 Restituição de Convênios	0	482.353	482.3
19900600 Receita Decorrente da não Aplicação de Incentivos Fiscais pela Indústria Cinematográfica	1.250.549	4.871.202	3.620.6
Total	1.250.549	5.363.358	4.112.8

Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (D)

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 63, § 12, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Órgão: 26000 - Ministério da Educação	R\$ 1,00
<hr/>	
Fonte 50: Recursos Próprios Não-Financeiros	
<hr/>	
Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)	6.926.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	0
Créditos Extraordinários abertos (C)	0
Créditos Suplementares e Especiais (D)	1.989.455
- Abertos	0
- Em tramitação (1)	1.989.455
Outras modificações orçamentárias efetivadas (E)	0
Saldo F = (A-B-C-D-E)	4.936.545

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 01.08.2007.

Unidades envolvidas:

- 26201 - Colégio Pedro II;
- 26206 - Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará;
- 26215 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco;
- 26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco;
- 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- 26261 - Universidade Federal de Itajubá;
- 26301 - Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia;
- 26303 - Escola Agrotécnica Federal de Alegrete – RS;
- 26305 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Bambuí – MG;
- 26306 - Escola Agrotécnica Federal de Barbacena – MG;
- 26309 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves – RS;
- 26310 - Escola Agrotécnica Federal de Cáceres – MT;
- 26313 - Escola Agrotécnica Federal de Colatina – ES;
- 26318 - Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes Visconde de Mauá – MG;
- 26323 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina;
- 26336 - Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia – MG; e
- 26341 - Escola Agrotécnica Federal de Ceres – GO.

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 63, § 12, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Órgão: 26000 - Ministério da Educação	R\$ 1,00
<hr/>	
Fonte 80: Recursos Próprios Financeiros	
<hr/>	
Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)	2.164.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	0
Créditos Extraordinários abertos (C)	0
Créditos Suplementares e Especiais (D)	2.070.814
- Abertos	0
- Em tramitação (1)	2.070.814
Outras modificações orçamentárias efetivadas (E)	0
<hr/>	
Saldo F = (A-B-C-D-E)	93.186

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 01.08.2007.

Unidades envolvidas:

26272 – Fundação Universidade do Maranhão;

26301 - Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia;

26322 - Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho – MG; e

26336 - Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia- MG.

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 63, § 12, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

R\$ 1,00	
Fonte 00: Recursos Ordinários	
Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)	19.542.041.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	342.845.279
Créditos Extraordinários abertos (C)	3.194.576.105
Créditos Suplementares e Especiais (D)	332.822.874
- Abertos	3.600.225
- Em tramitação (1)	329.222.649
Outras modificações orçamentárias efetivadas (E)	683.664.280
Saldo F = (A-B-C-D-E)	14.988.132.462

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 01.08.2007.

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 63, § 12, da Lei nº-11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Unidade: 42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN		R\$ 1,00
Fonte 50: Recursos Próprios Não-Financeiros		
Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)		901.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)		0
Créditos Extraordinários abertos (C)		0
Créditos Suplementares e Especiais (D)		901.000
- Abertos		0
- Em tramitação (1)		0
Outras modificações orçamentárias efetivadas (E)		901.000
Saldo F = (A-B-C-D-E)		0

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 01.08.2007

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.451, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007.

LEI Nº 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar da Proposta Orçamentária de 2007, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no **caput** deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2007.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – serviço da dívida; ou

III – precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III deste artigo quando decorrentes de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no **caput** deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º (VETADO)

§ 7º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 8º Para fins do disposto no art. 165, § 8º da Constituição e no § 7º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 9º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 10. O texto da Lei Orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 3º desta lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 11. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2007, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea **a**, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 12. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I – superávit financeiro do exercício de 2006, por fonte de recursos;

II – créditos reabertos no exercício de 2007 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III – valores do superávit financeiros já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2006 por fonte de recursos.

§ 13. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se

destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 14. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 15. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 16. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 7 (sete) dias úteis do término dos prazos previstos no **caput** deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 17. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do **caput** deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União. (Redação dada pela Lei nº 11.477, de 2007.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO 5-5-1964**)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO 5-5-1964**)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO 5-5-1964**)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO 5-5-1964**)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no **DO 5-5-1964**)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO 5-5-1964**)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no **DO 5-5-1964**)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no **DO 5-5-1964**)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **DO 5-5-1964**)

DECRETO Nº 6.046,
DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2007 e dá outras providências.

Texto compilado

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007 observados os valores disponibilizados no Anexo I deste Decreto.

§ 1º Não se aplica o disposto no **caput** às dotações orçamentárias relativas:

I – aos grupos de despesa:

- a) “1 – Pessoal e Encargos Sociais”;
- b) “2 – Juros e Encargos da Dívida”; e
- c) “6 – Amortização da Dívida”;

II – às despesas financeiras, relacionadas no Anexo VI deste Decreto;

III – aos recursos de doações e de convênios; e

IV – às despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, não constantes do Anexo VII deste Decreto.

§ 2º As programações do Projeto-Piloto de Investimentos Públicos – PPI, somente poderão ser empenhadas após manifestação dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda.

§ 2º As programações do Projeto-Piloto de Investimentos Públicos – PPI, inclusive as decorrentes de créditos adicionais, somente poderão ser empenhadas após manifestação dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda. (Redação dada pelo Decreto nº 6.173, de 2007)

§ 3º Aplica-se às programações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, instituído pelo Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007 o disposto no § 2º deste artigo.

§ 4º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 – Investimentos” e “5 – Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos valores disponibilizados de acordo com este artigo.

LEI Nº 11.437, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006

Altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE, criada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, visando ao financiamento de programas e projetos voltados para o desenvolvimento das atividades audiovisuais; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, prorrogando e instituindo mecanis-

mos de fomento à atividade audiovisual; e dá outras providências.

(À comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

PROJETO DE LEI Nº 29, DE 2007 – CN

MENSAGEM Nº 113, DE 2007–CN

(Nº 623/2007, na origem)

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$306.714.388,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$306.714.388,00 (trezentos e seis milhões, setecentos e quatorze mil, trezentos e oitenta e oito reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º – decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, relativo a Recursos de Convênios, no valor de R\$203.566,00 (duzentos e três mil, quinhentos e sessenta e seis reais);

II – excesso de arrecadação de Recursos Ordinários no valor de R\$300.940.561,00 (trezentos milhões, novecentos e quarenta mil, quinhentos e sessenta e um reais); e

III – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$5.570.261,00 (cinco milhões, quinhentos e setenta mil, duzentos e sessenta e um reais), conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Fica cancelada a programação constante do Anexo III desta lei, em atendimento ao disposto no art. 63, §14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
 UNIDADE : 38201 - FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANCA E MEDICINA DO TRABALHO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1184		SEGURANCA E SAUDE NO TRABALHO							203.566
		ATIVIDADES							
11 128	1184 4814	QUALIFICACAO EM SEGURANCA E SAUDE NO AMBIENTE DE TRABALHO							203.566
11 128	1184 4814 0001	QUALIFICACAO EM SEGURANCA E SAUDE NO AMBIENTE DE TRABALHO - NACIONAL							203.566
		PESSOA QUALIFICADA (UNIDADE) 560000	F	3	2	90	0	681	203.566
TOTAL - FISCAL								203.566	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								203.566	

ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
 UNIDADE : 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0099		INTEGRAÇÃO DAS POLITICAS PUBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA							5.570.261
		ATIVIDADES							
11 126	0099 2624	CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS CAGED							2.903.198
11 126	0099 2624 0001	CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - CAGED - NACIONAL							2.903.198
			S	3	2	90	0	180	2.903.198
11 126	0099 4741	SISTEMA DE INTEGRAÇÃO DAS ACOES DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COM A INTERMEDIACAO DO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO - SIGAE							2.467.063
11 126	0099 4741 0001	SISTEMA DE INTEGRAÇÃO DAS ACOES DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COM A INTERMEDIACAO DO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO - SIGAE - NACIONAL							2.467.063
			S	3	2	90	0	180	2.467.063
11 123	0099 4784	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES E OPERACIONALIZACAO DO SEGURO-DESEMPREGO							200.000
11 123	0099 4784 0001	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES E OPERACIONALIZACAO DO SEGURO-DESEMPREGO - NACIONAL							200.000
			S	3	2	90	0	180	200.000
TOTAL - FISCAL								0	
TOTAL - SEGURIDADE								5.570.261	
TOTAL - GERAL								5.570.261	

ORGAO : 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
 UNIDADE : 55101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1049 ACESSO A ALIMENTACAO									101.767.554
ATIVIDADES									
08 605	1049 2798	AQUISICAO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR							101.767.554
08 605	1049 2798 0001	AQUISICAO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR - NACIONAL							101.767.554
		ALIMENTO ADQUIRIDO (T) 128310	S	3	2	90	0	100	101.767.554
1335 TRANSFERENCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMILIA									199.173.007
ATIVIDADES									
08 244	1335 6524	SERVICOS DE CONCESSAO, MANUTENCAO, PAGAMENTO E CESSACAO DOS BENEFICIOS DE TRANSFERENCIA DIRETA DE RENDA							199.173.007
08 244	1335 6524 0001	SERVICOS DE CONCESSAO, MANUTENCAO, PAGAMENTO E CESSACAO DOS BENEFICIOS DE TRANSFERENCIA DIRETA DE RENDA - NACIONAL							199.173.007
			S	3	2	40	0	100	79.173.007
			S	3	2	90	0	100	120.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									300.940.561
TOTAL - GERAL									300.940.561

ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
 UNIDADE : 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0099 INTEGRACAO DAS POLITICAS PUBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA									4.568.749
ATIVIDADES									
11 122	0099 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							2.500.000
11 122	0099 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL							2.500.000
			S	3	2	90	0	180	2.500.000
11 571	0099 4812	PESQUISAS SOBRE EMPREGO E DESEMPREGO - PED							2.068.749
11 571	0099 4812 0001	PESQUISAS SOBRE EMPREGO E DESEMPREGO - PED - NACIONAL							2.068.749
			S	3	2	30	0	180	2.068.749
0103 DESENVOLVIMENTO CENTRADO NA GERACAO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA									1.001.512
ATIVIDADES									
11 334	0103 8617	CONTROLE, MONITORAMENTO E AVALIACAO DAS APLICACOES DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT							1.001.512
11 334	0103 8617 0001	CONTROLE, MONITORAMENTO E AVALIACAO DAS APLICACOES DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT - NACIONAL							1.001.512
			S	3	2	90	0	180	1.001.512
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.570.261
TOTAL - GERAL									5.570.261

ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
 UNIDADE : 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ANEXO III

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

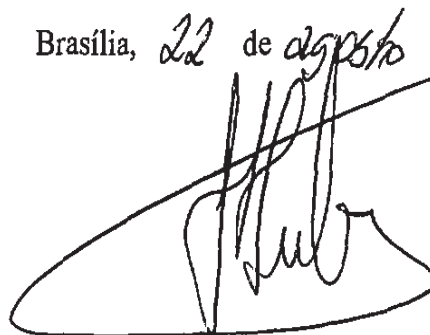
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
		0106 GESTAO DA POLITICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA							203.566
		ATIVIDADES							
11 131	0106 8073	OUVIDORIA-GERAL E SERVICOS INTERATIVOS DE ATENDIMENTO AO CIDADAO-USUARIO DO MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO							203.566
11 131	0106 8073 0001	OUVIDORIA-GERAL E SERVICOS INTERATIVOS DE ATENDIMENTO AO CIDADAO-USUARIO DO MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO - NACIONAL							203.566
			S	3	2	90	0	180	203.566
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									203.566
TOTAL - GERAL									203.566

Mensagem nº 623

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 306.714.388,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências”.

Brasília, 22 de agosto de 2007.

A large, stylized handwritten signature in black ink, written over the date. The signature is highly cursive and appears to be the name of the President of the Senate at the time.

EM nº 00188/2007-MP

Brasília, 8 de agosto de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007) crédito suplementar no valor global de R\$ 306.714.388,00 (trezentos e seis milhões, setecentos e quatorze mil, trezentos e oitenta e oito reais), em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências.

2. A solicitação visa adequar o orçamento vigente daqueles órgãos às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

R\$ 1,00

Discriminação	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério do Trabalho e Emprego	5.773.827	5.570.261
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho	203.566	
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	5.570.261	5.570.261
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	300.940.561	
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Administração direta)	300.940.561	
Excesso de Arrecadação de Recursos Ordinários		300.940.561
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006		203.566
Recursos de Convênios		203.566
Total	306.714.388	306.714.388

3. O crédito, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, destina-se ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta, mediado pelo Ministério Público Federal, após litígio judicial entre o referido Ministério e a empresa DATAMEC S/A Sistemas e Processamento de Dados, bem como dar continuidade ao convênio firmado entre a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, com o objetivo de formar parceria para promover a adoção de práticas de Segurança e Saúde no Trabalho

- SST nas pequenas empresas.

4. No âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e ~~Combate à Fome~~, a suplementação faz-se necessária para honrar o contrato de operacionalização do Cadastro Único com a Caixa Econômica Federal e manter o repasse de recursos aos Municípios para o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa-Família. Adicionalmente, garantirá, no âmbito do Programa de Acesso à Alimentação, a manutenção do mesmo nível de atendimento dos últimos dois anos, qual seja, adquirir alimentos de cerca de 111 mil agricultores familiares e distribuir os produtos em cestas básicas para famílias em situação de insegurança alimentar, além de comprar e distribuir leite para aproximadamente 700 mil famílias.
5. Ressalta-se que o remanejamento proposto para o atendimento deste crédito não trará prejuízo à execução da programação objeto de cancelamento, uma vez que, segundo o órgão envolvido, foi decidido com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.
6. O crédito será viabilizado mediante Projeto de Lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, com recursos provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, relativo a Recursos de Convênios, de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, e de anulação parcial de dotações orçamentárias, estando em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.
7. Esclareço, a propósito do que determina o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 - LDO-2007, que a abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:
- a) R\$ 203.566,00 (duzentos e três mil, quinhentos e sessenta e seis reais) referem-se à suplementação de despesas primárias à conta de incorporação de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2006, relativo a Recursos de Convênios, compensados pelo cancelamento de despesas primárias constantes do Anexo III do Projeto de Lei ora encaminhado;
 - b) R\$ 300.940.561,00 (trezentos milhões, novecentos e quarenta mil, quinhentos e sessenta e um reais) decorrem de excesso de arrecadação de receita primária;
 - c) R\$ 5.570.261,00 (cinco milhões, quinhentos e setenta mil, duzentos e sessenta e um reais) tratam-se de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização das programações suplementadas; e
 - d) o § 4º do art. 1º do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.
8. Em atendimento ao disposto no art. 63, §§ 11 e 12, LDO-2007, demonstram-se, em quadros anexos, o excesso de arrecadação de Recursos Ordinários e o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, por fonte de recursos, utilizados no presente crédito.
9. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(art. 63, § 12, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

38.201 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho -
FUNDACENTRO

Fonte 81: Recursos de Convênios	R\$ 1,00
Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)	203.566
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	0
Créditos Extraordinários abertos (C)	0
Créditos Suplementares e Especiais (D)	203.566
- Abertos	0
- Em tramitação (1)	203.566
Outras modificações orçamentárias publicadas (E)	0
Saldo G = (A-B-C-D-E)	0

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 2 de agosto de 2007.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Fonte 00 - Recursos Ordinários		2007		R\$ 1,00
NATUREZA		LEI	REESTIMATIVA	EXCESSO /
		(A)	(B)	FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
11100000	Impostos	96.952.986.205	92.889.590.807	-4.063.395.398
12100000	Contribuições Sociais	38.658.078.339	37.964.529.036	-693.549.303
12200000	Contribuições Econômicas	2.415.792.527	2.418.569.959	2.777.432
13100000	Receitas Imobiliárias	256.218.448	223.898.862	-32.319.586
13900000	Outras Receitas Patrimoniais	19.457.496	40.658.793	21.201.297
17400000	Transferências do Exterior	35	613.433	613.398
17500000	Transferências de Pessoas	30.680	54.419	23.739
19100000	Multas e Juros de Mora	2.326.932.663	3.212.784.260	885.851.597
19200000	Indenizações e Restituições	57.755.314	244.273.767	186.518.453
19300000	Receita da Dívida Ativa	265.366.276	854.163.293	588.797.017
19900000	Receitas Diversas	730.147.627	2.517.853.507	1.787.705.880
22100000	Alienação de Bens Móveis	894.717	5.247.218	4.352.501
24600000	Transferências de Outras Instituições Públicas	0	441.625	441.625
25900000	Outras Receitas	1.537.586	1.405.316	-132.270
	Total	141.685.197.913	140.374.084.295	-1.311.113.618
	Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (D)			0
	Créditos Extraordinários abertos (E)			1.310.030.131
	Créditos Suplementares e Especiais (F)			1.048.047.868
	- Abertos			264.255.062
	- Em tramitação (1)			783.792.806
	Outras modificações orçamentárias efetivadas (G)			-6.703.125.484
	Saldo (H) = (C-D-E-F-G)			3.033.933.867

(1) Inclui o valor do presente crédito em 02.08.2007

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.451, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007.

LEI Nº 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar da Proposta Orçamentária de 2007, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no caput deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2007.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – serviço da dívida; ou

III – precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III deste artigo quando decorrentes de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no caput deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º (Vetado)

§ 7º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 8º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 7º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 9º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 10. O texto da Lei Orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 11. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2007, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 12. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I – superávit financeiro do exercício de 2006, por fonte de recursos;

II – créditos reabertos no exercício de 2007 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III – valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2006 por fonte de recursos.

§ 13. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 14. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei,

ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 15. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta Lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 16. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166 § 1º, da Constituição, até 7 (sete) dias úteis do término dos prazos previstos no caput deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 17. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do caput deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União. (Redação dada pela Lei nº 11.477, de 2007)

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

DECRETO Nº 6.046, DE 22
DE FEVEREIRO DE 2007

Texto compilado

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2007 e dá outras providências.

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007, observados os valores disponibilizados no Anexo I deste Decreto.

§ 1º Não se aplica o disposto no caput às dotações orçamentárias relativas:

I – aos grupos de despesa:

a) “1 – Pessoal e Encargos Sociais”;

b) “2 – Juros e Encargos da Dívida”; e

c) “6 – Amortização da Dívida”;

II – às despesas financeiras, relacionadas no Anexo VI deste Decreto;

III – aos recursos de doações e de convênios; e

IV – às despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, não constantes do Anexo VII deste Decreto.

§ 2º As programações do Projeto-Piloto de Investimentos Públicos – PPI, inclusive as decorrentes de créditos adicionais, somente poderão ser empenhadas após manifestação dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda. (Redação dada pelo Decreto nº 6.173 de 2007)

§ 3º Aplica-se às programações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, ins-

tituído pelo Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007 o disposto no § 2º deste artigo.

§ 4º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercido, relativos aos grupos de despesa “3 – Outras Despesas Correntes”, “4 – Investimentos” e “5 – Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos valores disponibilizados de acordo com este artigo

.....
(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os projetos lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006 – CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do projeto:

até 2-9 publicação e distribuição de avulsos;
até 10/9 prazo final para apresentação de emendas;
até 15-9 publicação e distribuição de avulsos das emendas; e
até 30-9 encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 502, DE 2007**

Acrescenta inciso ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir atendimento presencial aos usuários de serviços de telecomunicações.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta inciso ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir atendimento presencial aos usuários de serviços de telecomunicações.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIII:

“Art. 3º

.....
XIII — a atendimento presencial que permita o encaminhamento de qualquer espécie

de solicitação a respeito dos serviços ofertados pela prestadora. (NR)”

Art. 3º As prestadoras de serviços de telecomunicações deverão se adaptar ao disposto nesta Lei no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A evolução tecnológica dos serviços de telecomunicações ofertados em nosso País é notória. No entanto, o progresso técnico não se fez acompanhar por correspondente melhoria nas relações entre prestadores e usuários desses serviços. As centrais de atendimento telefônico não raro deixam de fornecer encaminhamento adequado às solicitações dos consumidores, problema que poderia ser atenuado mediante a instalação de postos de atendimento público presencial.

Grande parte das prestadoras de serviços de telecomunicações não oferece atendimento presencial a seus usuários. Para receber solicitações e reclamações, lançam mão de centrais de atendimento telefônico. Nestas, é comum o longo tempo de espera, o que se agrava nos casos em que a ligação não é gratuita. Além disso, muitas vezes, não se dá tratamento adequado às solicitações dos consumidores. Em algumas centrais, não há nem mesmo uma pessoa para falar com o usuário; o atendimento é todo feito mediante sistema automático.

Nesse contexto, releva ressaltar o exemplo das concessionárias de telefonia fixa. Não obstante clara disposição regulamentar, além de várias decisões da Agência Nacional de Telecomunicações e de multas que já somam mais de R\$20 milhões, o funcionamento dos postos de atendimento público ainda não foi retomado a contento.

Por esses motivos, entendemos necessária alteração pontual da Lei nº 9.427, de 16 de julho de 1997, para acrescentar, ao rol de direitos dos usuários de serviços de telecomunicações, o atendimento presencial que permita o encaminhamento de qualquer solicitação em relação aos serviços ofertados pela prestadora. Dessa forma, restará explícita a obrigação das operadoras de telefonia e demais serviços de telecomunicações a manterem postos de atendimento ao público.

Ressalte-se, por fim, a concessão de prazo considerável (cento e oitenta dias) para que as empresas promovam as alterações necessárias em seus serviços de atendimento.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio de nossos ilustres pares para a aprovação e possível aperfeiçoamento desta proposição.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2007. – **César Borges.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997

Dispõem sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

Art. 3º O usuário de serviços de telecomunicações tem direito:

I – de acesso aos serviços de telecomunicações, com padrões de qualidade e regularidade adequados à sua natureza, em qualquer ponto do território nacional;

II – à liberdade de escolha de sua prestadora de serviço;

III – de não ser discriminado quanto às condições de acesso e fruição do serviço;

IV – à informação adequada sobre as condições de prestação dos serviços, suas tarifas e preços;

V – à inviolabilidade e ao segredo de sua comunicação, salvo nas hipóteses e condições constitucionais e legalmente previstas;

VI – à não divulgação, caso o requeira, de seu código de acesso;

VII – à não suspensão de serviço prestado em regime público, salvo por débito diretamente decorrente de sua utilização ou por descumprimento de condições contratuais;

VIII – ao prévio conhecimento das condições de suspensão do serviço;

IX – ao respeito de sua privacidade nos documentos de cobrança e na utilização de seus dados pessoais pela prestadora do serviço;

X – de resposta às suas reclamações pela prestadora do serviço;

XI – de peticionar contra a prestadora do serviço perante o órgão regulador e os organismos de defesa dos danos causados pela violação de seus direitos.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 503, DE 2007**

Altera a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, que cria a “Timemania”, para ampliar as possibilidades de parcelamento de débitos das entidades beneficiadas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 12 do art. 4º da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4
.....

§ 12. O parcelamento de que trata o caput deste artigo estender-se-á, independentemente da celebração do instrumento de adesão a que se refere o art. 3º desta Lei:

I – às Santas Casas de Misericórdia, às entidades hospitalares sem fins econômicos e às entidades de saúde de reabilitação física sem fins econômicos;

II – às entidades desportivas de prática profissional regularmente filiadas às entidades regionais de administração da modalidade futebol nos Estados e no Distrito Federal, e que disputem os campeonatos estaduais ou do Distrito Federal há pelo menos dois anos;

.....(NR)”

Art. 2º A Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, passa a vigorar acrescida de um art. 4º-B com a seguinte redação:

“Art. 4º-B. Poderão ser incluídos nos parcelamentos referidos no caput e no § 12 do art. 4º desta Lei débitos objeto de discussão em processo administrativo ou judicial, independentemente de seu prosseguimento.

§ 1º Caso haja decisão administrativa definitiva ou judicial transitada em julgado pela improcedência dos débitos referidos no caput deste artigo, a pessoa jurídica beneficiária do parcelamento deverá comunicar o fato em trinta dias, na forma prevista em regulamento, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), à Secretaria da Receita Federal do Brasil, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou ao agente operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para que seja promovido novo cálculo dos valores objeto de parcelamento.

§ 2º Na hipótese em que, da nova consolidação, seja apurado que a pessoa jurídica beneficiária do parcelamento ainda é devedora de órgão ou entidade referido no caput do art. 4º, será promovido ajuste no valor das prestações restantes do parcelamento.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 11.345, de 2006, autorizou a Caixa Econômica Federal a criar a Timemania, uma nova loteria utilizando os símbolos de 80 clubes de futebol profissional. A parcela dos recursos a que os clubes terão direito, por cederem seus símbolos, será direcionada pela Caixa ao pagamento parcelado das dívidas dos clubes com a União e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). As dívidas das Santas Casas de Misericórdia e dos hospitais beneficentes também poderão ser parceladas.

Em que pese o mérito irrefutável da medida, consideramos necessários dois aperfeiçoamentos ao texto legal. Em primeiro lugar, avaliamos que o benefício do parcelamento não pode ficar restrito aos grandes clubes de futebol. Os pequenos clubes também prestam serviço social e comunitário na formação de atletas. O patrimônio da maioria deles está sob constante ameaça de penhora por falta de pagamento das dívidas. Como não dispõem de número de torcedores suficiente para assegurar sua participação no concurso de prognóstico, precisam do apoio do Parlamento para, ao menos, ampliar o prazo de pagamento de suas dívidas para com os credores federais e o FGTS.

De outra parte, acrescentamos um dispositivo à Lei da Timemania para permitir que os clubes de futebol incluam no parcelamento as dívidas discutidas administrativamente ou na Justiça, sem necessidade de desistência dos recursos ou ações. Esse ônus poderia afastar da Timemania clubes de futebol de grande torcida, enfraquecendo o apelo do concurso. Por essa razão, propomos o acréscimo de um art. 4º-B, afastando a necessidade de renúncia e determinando a adequação do valor das parcelas remanescentes do parcelamento ao resultado da decisão definitiva, administrativa ou judicial, que dê ganho de causa ao contribuinte.

Essas as razões que embasam a apresentação do presente projeto de lei que ora submetemos à consideração dos nobres pares, convencidos da relevância de suas determinações.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2007. – Senador **Sérgio Zambiasi**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.345, DE 14 DE SETEMBRO DE 2006

Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo

de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.522, de 19 de julho de 2002; e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 4º As entidades desportivas poderão parcelar, mediante comprovação da celebração do instrumento de adesão a que se refere o art. 3º desta Lei, seus débitos vencidos até a data de publicação do decreto que regulamenta esta Lei, com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, inclusive os relativos às contribuições instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001. (Redação dada pela Lei nº 11.505, de 2007)

§ 12. O parcelamento de que trata o caput deste artigo estender-se-á, independentemente da celebração do instrumento de adesão a que se refere o art. 3º desta Lei, às Santas Casas de Misericórdia, às entidades hospitalares sem fins econômicos e às entidades de saúde de reabilitação física de deficientes sem fins econômicos. (Redação dada pela Lei nº 11.505, de 2007)

Brasília, 14 de setembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Bernard Appy – Luiz Marinho – Nelson Machado – Orlando Silva de Jesus Júnior**.

Este texto não substitui o publicado no DOU de 15-9-2006.

(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, DE 2007

Altera a Lei nº 11.445, de 15 de janeiro de 2007, que dispõe sobre diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para incentivar a economia no consumo de água.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 2º, 23, 48 e 49, bem como o § 2º do art. 29, e o § 3º do art. 40 da Lei nº 11.445, de 15 de janeiro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

- “Art. 2º

 XIII – moderação do consumo de água pelos usuários.” (NR)
 “Art. 23.

 IX – subsídios;
” (NR)
 “Art. 29.

 § 2º Poderão ser adotados subsídios para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.” (NR)
 “Art. 40.

 § 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de subsídio deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.” (NR)
 “Art. 48.

 XII – desenvolvimento e aperfeiçoamento de equipamentos e métodos economizadores de água.
” (NR)
 “Art. 49.

 XI – incentivar à adoção de equipamentos sanitários que contribuam para a redução do consumo de água;
 XII – promover educação ambiental voltada para a economia de água pelos usuários.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Como bem define a Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433, de 1997, “a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico” (art. 1º, II). Por esse motivo, é importante que a população também contribua para a sua economia, mediante a adoção de comportamentos e de tecnologias que evitem o desperdício; afinal de contas o uso racional da água perpassa a questão da redução do consumo.

Tais providências resultarão na redução da demanda por água, o que por sua vez contribuirá para a preservação dos mananciais e para a diminuição da necessidade de investimentos em captação e tratamento.

A rigor, o problema maior de demanda de água do que a oferta é tradicionalmente contornado através de medidas de ampliação ou construção de novas estações de tratamento, que captam água em mananciais cada vez mais longe dos centros urbanos. Esse tipo de solução torna-se menos viável — muito embora ainda seja essencial — à medida que a população cresce, que a urbanização e a poluição atinge cursos d’água e que são necessárias quantias vultuosas e anos de trabalho para se concluir um grande empreendimento. Ação paliativa e coerente com o uso racional da água seria a adoção de investimentos em educação ambiental pública e pesquisas de desenvolvimento e aperfeiçoamento de equipamentos e métodos economizadores de água.

Nesse sentido, propomos que a Lei nº 11.445, de 2007, que dispõe sobre diretrizes nacionais para o saneamento básico, seja acrescida de diretriz voltada para a moderação do consumo de água pelos usuários, mediante ações de educação ambiental, pesquisa tecnológica e incentivo à adoção de equipamentos sanitários redutores do consumo.

Trata-se de uma vertente fundamental tanto para o saneamento básico quanto para a política de recursos hídricos, que visa incentivar os consumidores a assumirem sua parcela de responsabilidade na preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, bem como de determinar ao Poder Público ações de educação ambiental, incentivo à pesquisa e à adoção de equipamento sanitário redutor do consumo.

Promove-se, ainda, harmonização terminológica do texto da Lei, adotando-se, sempre que necessário, a expressão “subsídio”, em substituição a outros termos conexos, a fim de evitar possíveis dúvidas de interpretação. Com isso resta clareza à chamada “tarifa social” no corpo do marco regulatório do saneamento básico, Lei nº 11.445, de 2007. Por exemplo: observa-se que a expressão “tarifa social” é utilizada uma única vez no § 3º do art. 40 da referida legislação, ainda assim para aqueles casos de restrição à interrupção do fornecimento de água.

Ora, a atual redação do § 2º do art. 29 dispõe sobre os subsídios tarifários e os subsídios não tarifários, cujas espécies estão previstas no art. 31 dessa legislação, de modo que a expressão “subsídios tarifários e não tarifários” (e suas espécies — diretos, indiretos, tarifários e fiscais, por exemplo) abarca hipóteses mais amplas para que os bairros/usuários possam

ser diferenciados pelo perfil socioeconômico do que a corriqueira expressão “tarifa social”. Este termo indicaria que os mais ricos pagariam mais para subsidiar os mais pobres apenas através da tarifa, excluindo os subsídios fiscais, por exemplo. Como dito, o subsídio pode ser do tipo não-tarifário, tal como o mencionado benefício fiscal ou a chamada “bolsa água”, adotada em alguns municípios brasileiros para segmentos de usuários mais carentes.

Desta feita, a tradicional expressão “tarifa social” é termo que restringe direitos e a solidariedade social, pois circunscreve que o subsídio à população mais carente somente se daria por via da tarifa, afastando diversas outras formas de subsídios previstos na legislação, tais como os “subsídios não tarifários”.

Por fim, esclareça-se que a redação proposta ao § 3º do art. 40 foi aperfeiçoada, de maneira que o prestador do serviço de saneamento básico que recebe qualquer tipo de subsídio para fins de prestar com qualidade e eficiência o serviço aos usuários e às localidades que não tenham capacidade de pagamento ou de cobertura dos custos, está sujeito à limitação no seu poder de corte/interrupção do fornecimento de água previstos nesse dispositivo. O teor da redação atualmente vigente indica que o corte/interrupção no fornecimento de água somente não poderia ser interrompido para o caso da “tarifa social”. O projeto amplia a situação, estabelecendo que qualquer subsídio que a concessionária ou companhia de água, abastecimento e saneamento receba é critério suficiente para não cortar ou interromper o fornecimento de água para a população mais carente.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2007. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB/SE.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007

Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

CAPÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º Esta Lei estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico.

Art. 2º Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

I – universalização do acesso;

II – integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III – abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV – disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V – adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI – articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII – eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII – utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX – transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X – controle social;

XI – segurança, qualidade e regularidade;

XII – integração das infra-estruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

(...)

Art. 23. A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I – padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II – requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III – as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV – regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

- V – medição, faturamento e cobrança de serviços;
- VI – monitoramento dos custos;
- VII – avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;
- VIII – plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;
- IX – subsídios tarifários e não tarifários;
- X – padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;
- XI – medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento;
- XII – (VETADO).

§ 1º A regulação de serviços públicos de saneamento básico poderá ser delegada pelos titulares a qualquer entidade reguladora constituída dentro dos limites do respectivo Estado, explicitando, no ato de delegação da regulação, a forma de atuação e a abrangência das atividades a serem desempenhadas pelas partes envolvidas.

§ 2º As normas a que se refere o caput deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 3º As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

(...)

Art. 29. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

- I – de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;
- II – de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;
- III – de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

§ 1º Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:

- I – prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;
- II – ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III – geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

IV – inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V – recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI – remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

VII – estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

VIII – incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

(...)

Art. 31. Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda serão, dependendo das características dos beneficiários e da origem dos recursos:

I – diretos, quando destinados a usuários determinados, ou indiretos, quando destinados ao prestador dos serviços;

II – tarifários, quando integrarem a estrutura tarifária, ou fiscais, quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções;

III – internos a cada titular ou entre localidades, nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.

(...)

Art. 40. Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I – situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II – necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III – negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV – manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e

V – inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V do caput deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

(...)

Art. 48. A União, no estabelecimento de sua política de saneamento básico, observará as seguintes diretrizes:

I – prioridade para as ações que promovam a equidade social e territorial no acesso ao saneamento básico;

II – aplicação dos recursos financeiros por ela administrados de modo a promover o desenvolvimento sustentável, a eficiência e a eficácia;

III – estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

IV – utilização de indicadores epidemiológicos e de desenvolvimento social no planejamento, implementação e avaliação das suas ações de saneamento básico;

V – melhoria da qualidade de vida e das condições ambientais e de saúde pública;

VI – colaboração para o desenvolvimento urbano e regional;

VII – garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

VIII – fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, à adoção de tecnologias apropriadas e à difusão dos conhecimentos gerados;

IX – adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

X – adoção da bacia hidrográfica como unidade de referência para o planejamento de suas ações;

XI – estímulo à implementação de infra-estruturas e serviços comuns a municípios, mediante mecanismos de cooperação entre entes federados.

Parágrafo único. As políticas e ações da União de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate e erradicação da pobreza, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade

de vida devem considerar a necessária articulação, inclusive no que se refere ao financiamento, com o saneamento básico.

Art. 49. São objetivos da política federal de saneamento básico:

I – contribuir para o desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades regionais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

II – priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;

III – proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental aos povos indígenas e outras populações tradicionais, com soluções compatíveis com suas características socioculturais;

IV – proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

V – assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade ambiental, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

VI – incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

VII – promover alternativas de gestão que viabilizem a auto-sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação federativa;

VIII – promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos, contempladas as especificidades locais;

IX – fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

X – minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.

(...)

(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os projetos que acabam de ser lidos vão as Comissões Competentes. Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 716, DE 2007

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 100, de 2007 (nº 418/2007, na origem), que “Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Miguel de Souza para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa

do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT”.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, em votação secreta, realizada em 28 de agosto de 2007, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Valdir Raupp, sobre a Mensagem do Senado Federal nº 100, de 2007, opinou pela aprovação da indicação do nome do Senhor Miguel de Souza, para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, por 20 votos sim, 1 não e nenhuma abstenção, totalizando 21 votos.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2007. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente – Senador **Valdir Raupp**, Relator.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

<i>Mensagem do Senado Federal nº 100, de 2007</i>	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 28/08/2007, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: <i>Senador Marconi Perillo</i>	
RELATOR: <i>Senador Valdir Raupp</i>	
Titulares - Bloco de apoio ao Governo (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	Suplentes - Bloco de apoio ao Governo (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)
SERYS SLHESSARINKO - PT	1- FLÁVIO ARNS - PT
DELCÍDIO AMARAL - PE	2- FÁTIMA CLEIDE - PT
ELI SALVATTI - PT	3- ALOIZIO MERCADANTE - PT
FRANCISCO DORNELLES - PP	4- JOÃO RIBEIRO - PR
INÁCIO ARRUDA - PC do B	5- AUGUSTO BOTELHO - PT
FERNANDO COLLOR - PTB	6- JOÃO CLAUDINO - PTB
EXPEDITO JÚNIOR - PR	7- RENATO CASAGRANDE - PSB
Titulares - PMDB	Suplentes - PMDB
ROMERO JUCÁ	1- GARIBALDI ALVES
VALDIR RAUPP	2- JOSÉ MARANHÃO
LEOMAR QUINTANILHA	3- GILVAM BORGES
(vago)	4- NEUTO DE CONTO
VALTER PEREIRA	5- GERALDO MESQUITA
WELLINGTON SALGADO	6- PEDRO SIMON
Titulares - Bloco da Minoria (DEM/PSDB)	Suplentes - Bloco da Minoria (DEM/PSDB)
ADELMIR SANTANA - DEM	1- DEMÓSTENES TORRES - DEM
ELISEU RESENDE - DEM	2- MARCO MACIEL - DEM
JAYME CAMPOS - DEM	3- JONAS PINHEIRO - DEM
HERÁCLITO FORTES - DEM	4- ROSALBA CHARLINI - DEM
RAIMUNDO COLOMBO - DEM	5- ROMEU TUMA - DEM
JOÃO TENÓRIO - PSDB	6 - CÍCERO LUCENA - PSDB
MARCONI PERILLO - PSDB	7 - EDUARDO AZEREDO - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB	8 - MÁRIO COUTO - PSDB
SÉRGIO GUERRA - PSDB	9 - TASSO JEREISSATI - PSDB
Titulares - PDT	Suplentes - PDT
JOÃO DURVAL	1- (vago)

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 100, de 2007 (nº 418, de 2007, na origem), submete ao exame do Senado Federal a indicação do Senhor Miguel de Souza para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

A criação do DNIT, autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, deflui da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que *dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes e dá outras providências*.

A mencionada lei, ao instituir um novo modelo para a política nacional de transportes, determinou a extinção de empresas e órgãos, entre os quais o antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), cujas atribuições foram absorvidas pelo DNIT.

Em decorrência da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, que alterou a Lei nº 10.233, de 2001, as nomeações dos diretores do DNIT passaram a depender da aprovação do ~~Senado~~ Senado Federal.

A indicação em apreço obedece, assim, aos termos do art. 52, III, *f*, da Constituição Federal, que atribui competência privativa a esta Casa legislativa para aprovar previamente, por voto secreto, após argüição pública, a escolha de titulares dos cargos enunciados na Lei Maior e de outros “que a lei determinar”.

Nos termos do art. 88 da Lei nº 10.233, de 2001, são requisitos para o exercício do cargo de Diretor do DNIT ser brasileiro, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências do Departamento e elevado conceito no campo de suas especialidades. Apensado à indicação, o vasto currículo que acompanha a mensagem presidencial demonstra amplamente a satisfação desses requisitos profissionais.

Nascido no dia 25 de dezembro de 1953, na cidade de Cubati, Paraíba, e graduado em engenharia civil, em 1979, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o Senhor Miguel de Souza, ao lado de uma profícua experiência empresarial em sua área de formação, tem desempenhado destacadas funções públicas, sobretudo no Estado de Rondônia, onde foi eleito Vice-Governador para o mandato de 1999 a 2002, tendo exercido interinamente a governadoria entre dezembro de 2001 e janeiro de 2002.

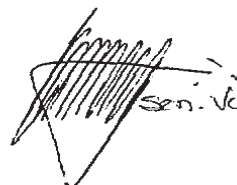
Além dos mais altos postos do Poder Executivo do Estado de Rondônia, exerceu, em 1997, o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), e foi titular, entre 1999 e 2001, de várias Secretarias, como as da Agricultura e Abastecimento; da Indústria, Comércio, Minas e Energia; da Segurança, Defesa e Cidadania; e da Agricultura, Produção e Desenvolvimento Econômico-Social.

Participou, inclusive na condição de palestrante, de inúmeros seminários, conferências e congressos, no Brasil e no exterior, em especial nas áreas de agricultura, desenvolvimento regional e transportes. Na vida partidária, também ostenta posições de relevo. Ocupou cargos diretivos nas agremiações às quais se filiou: o PTB, entre 1988 e 1997, o PFL, entre 1997 e 2003, e, desde então, o PL, partido pelo qual exerceu o mandato de deputado federal entre 2003 e 2007, tendo assumido vários postos de liderança partidária na Câmara dos Deputados.

Como se nota, o currículo do Senhor Miguel de Souza não apenas preenche como ultrapassa os requisitos legais para a sua nomeação. Dessa forma, considerando-o plenamente credenciado para o exercício do cargo para o qual foi indicado pelo Exmo. Senhor Presidente da República, submetemos sua escolha, constante da Mensagem nº 100, de 2007, à apreciação desta Comissão.

Sala da Comissão, 28 de agosto de 2007.

, Presidente

 , Relator
Sen. Valdir Raupp.

PARECER Nº 717, DE 2007

Da Comissão de Educação, sobre a Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2007 (nº 696/2007), naquela que institui o “Dia de Santo Antônio de Sant’Anna Galvão”, a ser comemorado no dia 11 de maio.

Relator: Senador **Jonas Pinheiro**

I – Relatório

A Emenda em epígrafe, apresentada pela Câmara dos Deputados, altera o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 55, de 2007, o qual institui o Dia de Santo Antônio de Sant’Anna Galvão.

A proposição inicial, além de instituir o dia dedicado a Frei Galvão, criava um feriado no dia 11 de maio de 2007, dia da canonização do primeiro santo brasileiro. Aprovado no Senado Federal, o projeto foi encaminhado à Câmara dos Deputados, onde foi ob-

jeito de emenda ao art. 1º e seu parágrafo único. Nos termos da alteração aprovada, a homenagem recebe a denominação de Dia Nacional do Frei Sant'Anna Galvão, devendo o dia 11 de maio constar do calendário histórico-cultural brasileiro.

Seguindo os trâmites regimentais, retoma a matéria ao Senado Federal, para o pronunciamento da Comissão de Educação.

II – Análise

No voto por mim proferido e acatado pela Comissão de Educação do Senado Federal, em 27 de março deste ano, recomendei que o PLS nº 55, de 2007, fosse aprovado tal qual havia sido apresentado pelo Senador Francisco Dornelles. Na Câmara dos Depu-

tados, os debates e a emenda apresentada indicaram a aceitação de se criar a homenagem, mas não o feriado. Neste momento, já passada a ocasião, não nos caberia reabrir a discussão sobre a inclusão ou não do feriado, que ocorreria, excepcionalmente, no dia 11 de maio de 2007, data da canonização do primeiro santo brasileiro, pelo Papa Bento XVI.

III – Voto

Tendo em vista a oportunidade, a constitucionalidade e a juridicidade, somos pela aprovação da Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2007 (nº 696, de 2007, na Câmara dos Deputados).

Sala da Comissão, 21 de agosto de 2007.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER À EMENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
AO PLS Nº 055/07 NA REUNIÃO DE 21/08/07
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Mialu (F. Sen. Cristovam Buarque)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO	9- (VAGO)

PMDB

WELLINGTON SALGADO	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	6- (VAGO)
(VAGO)	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

EDISON LOBÃO	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	RELATOR
RAIMUNDO COLOMBO	4- JOSÉ AGRIPINO
ROSALBA CIARLINI	5- KÁTIA ABREU
MARCONI PERILLO	6- ROMEU TUMA
MARISA SERRANO	7- CÍCERO LUCENA
PAPALÉO PAES	8- EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	9- (VAGO)
	10- LÚCIA VÂNIA

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES
-------------------	--------------------

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concederei a palavra ao Senador César Borges. Em seguida, falarão os Senadores Jefferson Péres e Papaléo Paes.

Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ninguém discute, neste País, o importante papel da Petrobras para a nossa economia e a nossa infra-estrutura. É um papel estratégico.

A empresa merece o apreço dos brasileiros. Ela se consolidou, ao longo do tempo, com o sacrifício de tantos que lá estiveram comandando ou trabalhando e também com a colaboração do povo brasileiro. Por isso, é inquestionável a defesa que fazemos dessa instituição.

A Petrobras é uma empresa de economia mista, que tem 30% de seu capital social nas mãos do Governo. Tive o cuidado de olhar a distribuição das ações ordinárias, que é a seguinte: 55% das ações são da União Federal; BNDESPar, 1,9%; ADR Nível 3, 27%; estrangeiros, 2,9%; demais pessoas físicas e jurídicas, 8,2%. Este é o resumo das ações ordinárias da empresa.

Se considerarmos as ações preferenciais, a divisão será a seguinte: 15,5% do BNDESPar; 36,6% da Regra 144–A; estrangeiros, 15,8%; demais pessoas físicas e jurídicas, 32,1%. Essa é a distribuição de ações preferenciais da Petrobras.

A empresa tem investimento externo, tem acionistas de outros países. E os lucros obtidos estão indo também para fora do País, porque é uma empresa que tem ações na Bolsa de Nova Iorque. Isso é normal. É do capitalismo. Entretanto, Sr. Presidente, essa é uma empresa que tem tido sempre todas as benesses do Governo.

Sem sombra de dúvida, a Petrobras é monopolista. Está tendo todas as facilidades para expandir suas atividades num movimento cada vez maior, controlando setores estratégicos para o País, setores esses que, no passado, a própria empresa reconheceu que não era sua atividade fim, que é a exploração e produção de petróleo e derivados, e abriu mão de setores como a Petroquímica, participando apenas como sócia minoritária.

Agora, a Petrobras avança por esse setor e está adquirindo participação de outras empresas privadas. É bom que se diga que essas empresas privadas estão sendo deslocadas, empurradas para fora do

setor pela pressão do próprio Governo e da própria Petrobras, Sr. Presidente. Não é porque as empresas, o setor privado, não queiram participar. Muito pelo contrário, são as limitações impostas pelo domínio da Petrobras, uma vez que ela é produtora da matéria-prima. Ela produz a nafta e, ao mesmo, tem participação. Ela é produtora, cliente e concorrente. Então, as empresas privadas ficam numa posição extremamente desvantajosa em relação à Petrobras, que avança no setor petroquímico.

Sr. Presidente, o que é realmente de estupefazer todos nós, de trazer uma surpresa de que já tínhamos suspeitas: estamos perplexos diante da possibilidade que tem a Petrobras hoje de avançar sobre um setor que é do capital privado brasileiro, que tem avançado, tem dado divisas ao País, tem gerado centenas, milhares de empregos. O próprio Presidente Lula diz que é o propagandista do etanol brasileiro. Entretanto, o que parece é que a Petrobras, com o apoio do Governo Federal, quer também avançar sobre esse setor.

No dia 26 de agosto, domingo, o jornal *O Globo*, em seu caderno de economia, publicou a seguinte manchete, com a seguinte matéria: “A mão pesada do Estado chega ao setor de álcool. Governo decide controlar produção de biocombustíveis, equipará-los ao petróleo e intervir até nas exportações”.

Então, estamos passando para uma economia centralizada, em que um setor tão estratégico passa a ter o controle exclusivo da Petrobras, fazendo ali a política que mais lhe convier ao seu monopólio e aos seus interesses.

A matéria é do jornalista José Casado. Vou ler alguns trechos, Sr. Presidente.

O Governo decidiu controlar toda a cadeia produtiva de álcool e outros biocombustíveis – a produção, o transporte, a exportação e a importação. E vai enquadrar a indústria no mesmo regime jurídico reservado na Constituição para o setor de petróleo.

A reportagem apresenta já o anteprojeto que deve ser encaminhado ao Congresso Nacional.

O Ministério de Minas e Energia e a Casa Civil da Presidência da República concluíram o texto das novas regras – um projeto de lei, já referendado pela Fazenda e pela Agricultura. A previsão é que seja enviado ao Congresso no mês de setembro.

Essa intervenção governamental em um segmento da economia onde atuam mais de 300 empresas privadas é entendida com objetivo político claro [chamo a atenção, Sr. Presidente, para esta gravidade, que está aqui,

nesta reportagem do jornal *O Globo*: privilegiar a Petrobras e favorecer seu plano de se transformar em um importante negociador mundial de álcool combustível no fim desta década”.

Claro que a indústria teme esse controle governamental, em que a estatização pode se dar mediante a criação até de uma outra empresa, que alguns chamavam de “Canabrás” e agora se fala em “Alcoolbrás”, mais uma estatal num processo nitidamente estatizante do País e da economia do País. A reportagem diz:

Percebe-se no setor privado o temor de uma extensão do virtual monopólio consolidado pela estatal sobre petróleo e derivados, com o nascimento de uma espécie de ‘alcoolbrás’.

O Centro Brasileiro de Infra-estrutura se pronunciou por intermédio do Dr. Adriano Pires, que diz:

Estender o monopólio da Petrobras ao setor do etanol constitui um grave erro, uma intervenção excessiva, camisa-de-força para uma estrutura industrial que é diferente do setor do petróleo.

O que existe por trás disso é um grande projeto político [veja, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores] em torno da Petrobras.

É para entregar-lhe o controle e a propriedade de toda a infra-estrutura, a partir do transporte, os dutos, que hoje o setor privado não tem condições de fazer sozinho. E eles são essenciais tanto para exportar quanto para abastecer o mercado interno.

Ou seja, os gasodutos de que o País tanto necessita, os dutos tão necessários para transportar os derivados de petróleo e o gás natural quem tem capacidade de investimento é a Petrobras. Então, ela terá uma vantagem logística sobre o setor privado e, se acontecer de este projeto de lei chegar aqui e for colocado da forma como está, sem sombra de dúvida, será mais um controle, “a mão pesada do Estado chegando ao setor de álcool”, como diz o título da reportagem, um setor que se tem desenvolvido, que prevê a exportação de 500 milhões de litros de álcool até o ano que vem e o avanço para 4,75 bilhões de litros em 2012, com o crescimento médio anual do desembarque de 45,5%.

Pois bem. Esse setor, que hoje é privado, não teve necessidade de apoio estatal. São 300 empresas; passará, agora, pelo projeto de lei, que está sendo gestado no âmbito do Ministério das Minas e Energia – está pronto, deverá vir em setembro para o Congresso – e passará para o total controle do Governo, sendo a Petrobras a grande beneficiária desse projeto de lei.

É algo para o qual a sociedade brasileira precisa atentar, porque a Petrobras avança sobre o setor privado, com um poder impressionante.

E de onde vêm os lucros da Petrobras? Será que ela beneficia o consumidor brasileiro por meio do preço do combustível? Lamentavelmente, eu tenho que responder que não. A Petrobras pratica preços internacionais. Nós temos um dos combustíveis mais caros da planeta com os preços praticados pela Petrobras. E olha que nós estamos, segundo a Petrobras, com auto-suficiência. E o que importa essa auto-suficiência se não trouxe benefícios à população brasileira, ao consumidor brasileiro, mas apenas aos acionistas da Petrobras, entre eles o Governo?

E, agora, quando a produção de álcool se expande no País, a Petrobras já procura aumentar sua força, seu domínio, seu verdadeiro monopólio, exercido por meio de seu poder econômico, para o setor do álcool.

É uma matéria de página inteira, Sr. Presidente, do jornal *O Globo*, sob o título “A mão pesada do Estado chega ao setor do álcool”. É para isso que o País precisa estar atento: se nós queremos uma economia estatizada, centralizada em uma companhia como a Petrobrás, que tem privilégios do Governo quando deseja, que se diz também do setor privado porque que tem ações da bolsa de Nova Iorque, que traz privilégio a seus acionistas e parte desse lucro inclusive vai para o exterior por meio de acionistas estrangeiros.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador César Borges, permita-me um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Com muita satisfação, Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – V. Ex^a aborda um tema importante: o peso gigantesco da Petrobras na economia brasileira e, em caráter praticamente monopolista, no setor de petróleo. E olhe que foi uma luta no Senado, há dez anos, Senador, nós quebramos o monopólio legal. Nem isso queriam. Conseguimos a duras penas. Ainda assim, ela mantém o monopólio de fato, devido ao seu peso.

(Interrupção do som.)

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador César Borges, isso demonstra a necessidade de nós aperfeiçoarmos e reforçarmos muito o marco regulatório. Para uma situação como essa, precisaríamos de uma agência nacional de petróleo realmente autônoma, com grande capacidade técnica, muito bem equipada, para pôr um freio nesse império que é a Petrobras no Brasil de hoje. Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Eu agradeço a V. Ex^a. Veja bem, Senador Jefferson Péres, agora é um outro setor, o do álcool. É o etanol que cresceu

sem necessitar da intervenção governamental dentro da Petrobras. Mas ela já criou o olho grande sobre o setor. Já o Governo trata de encaminhar um projeto de lei. Da mesma forma, corre aqui no Congresso Nacional – está aqui na Câmara dos Deputados – projeto procurando regulamentar a questão do gás no País. E a pressão e o *lobby* da Petrobras sobre todos os congressistas no sentido de dar a ela o monopólio também dos dutos no País. Então, se ela tem o monopólio dos dutos, da produção do petróleo, ela terá toda a economia sob as suas mãos. Uma empresa como a Petrobras terá mais força do que até o Governo.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Permite-me ainda?

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Pois, não. Com satisfação.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – No caso do Amazonas, ela levou mais de dez anos para dar início à construção do gasoduto Coari/ Manaus – o gás sendo rejeitado embaixo da terra ou queimado. E as usinas térmicas de Manaus consumindo *fuel oil* e óleo diesel. Isso mostra que a empresa faz o que quer, exatamente o que quer, não na medida do interesse nacional, nem sempre com o objetivo de atender os interesses nacionais. Se, como V. Ex^a diz, esse semimonopólio se estender também ao setor alcooleiro, isso será extremamente danoso ao País.

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – O que o Senador Jefferson Péres disse é muito importante: houve esse fato, quer dizer, o País inteiro pagando por óleo combustível para iluminar Manaus quando poderia ter sido feito de outra forma. Mas a Petrobrás faz o que é do interesse específico dela e não do ponto de vista estratégico de servir bem o povo brasileiro ou o povo do Amazonas.

Esse também é o caso do Projeto Gasene, que já reivindicamos e pelo qual esperamos há tanto tempo, que, por meio da Bacia de Campos, abastecerá o Nordeste de gás. A Bahia é deficitária em gás, bem como o Nordeste brasileiro.

Agora, vejo o embate do Estado do Ceará para tentar instalar uma siderúrgica. Vi aqui reação do Senador Tasso Jereissati, do ex-Ministro Ciro Gomes, da Senadora Patrícia Saboya, porque a Petrobrás não quer cumprir, sequer, contratos assumidos para o fornecimento do gás. Ela quer sempre lucro, só o lucro. Agora, é empresa estatal que não serve ao desenvolvimento do País da forma como atua.

Então, Sr. Presidente, a matéria de *O Globo* veio em muito boa hora, trazendo essa preocupação do setor privado de que a Petrobrás e o Governo avan-

cem, para, como sua mão pesada, controlar todo o setor de álcool.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Mão Santa, por permuta com o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Senador Jefferson Péres está inscrito pela Liderança. Depois eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O Senador Jefferson Péres deseja falar?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Mas também não vou brigar por isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Mas o Senador Mão Santa está abrindo mão para V. Ex^a.

Sendo assim, V. Ex^a pode ocupar a tribuna por cinco minutos, conforme reza o Regimento. Em seguida, o Senador Mão Santa.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não posso deixar de registrar, emitindo minha opinião a respeito de dois fatos de grande relevância, como todos sabem, acontecidos no Brasil nos últimos dias.

O primeiro, de enorme repercussão, foi o julgamento emblemático, ainda em andamento, pelo Supremo Tribunal Federal, do caso dos mensaleiros. Essa decisão do Supremo dá um alento enorme à sociedade brasileira. Por tudo: pelo tamanho do escândalo, pela importância dos réus e pela isenção que, no caso, tem o Supremo.

Sr. Presidente, quase todas as decisões foram tomadas por unanimidade, em um tribunal, Senador Heráclito Fortes, composto, em sua maioria – seis em dez –, de juízes nomeados pelo atual Presidente da República, isentos, portanto, sem eiva alguma de estarem ligados a governo anterior, a grupos políticos.

Qual foi a decisão? O reconhecimento de que houve, sim, o crime. Houve vários crimes no episódio do mensalão, como corrupção, peculato e formação

de quadrilha. Acabou o discurso de que não se sabe se houve crime ainda. Houve!

Agora, o tribunal vai apenas estabelecer responsabilidades individuais: quem está envolvido na prática dos crimes. Só isso, Senador César Borges, mas crimes houve. Não cabe mais o discurso de que não terá havido crime, de que foi sensacionalismo da imprensa, de que a Oposição foi raivosa ou de que foi conspiração das elites contra o Governo popular. Não! Houve crime reconhecido pela unanimidade de um Supremo Tribunal Federal isento.

Também não queiram mais fazer distinções éticas entre o mensalão e a prática de corrupção para enriquecimento ilícito. Não há essa distinção, não. Quem pratica desvio ético foi antiético. Quem pratica corrupção é corrupto, sejam quais forem as finalidades.

Uns praticam para enriquecimento próprio a fim de aumentar sua conta bancária, outros praticam para receber dinheiro a fim de reeleger-se ou pagar débitos de campanha, também em proveito pessoal. Qual é a diferença, eticamente, entre quem recebe dinheiro espúrio para eleger-se Senador ou Deputado, quem paga dívida de campanha em proveito próprio para ter mandato, poder e mordomias, e aquele que pega o dinheiro para enriquecer? Do ponto de vista moral, não há diferença nenhuma. São todos corruptos.

Tampouco importa dizer que agiram os corruptores para beneficiar o Governo e o Partido que está no poder. Isso é corrupção. Os fins não justificam os meios. Ou eles pensam em conformidade com aquela frase infeliz de Lênin: “não há nada imoral quando feito em favor da revolução”. Então, enganar, roubar e matar não têm importância se for em proveito do Partido ou do Governo? Não, Sr. Presidente. Por tudo isso, o julgamento do Supremo é histórico.

Finalmente, para não dizer que só critico, quero elogiar, hoje, como segundo fato importante, a entrevista do Presidente Lula ao jornal *O Estado de S. Paulo*. Ele foi explícito e até enfático: não se candidatará a um terceiro mandato em 2010, desautorizando, portanto, todos os movimentos de seus correligionários, amigos e bajuladores em favor de um terceiro mandato.

Seria um gesto anti-republicano que, pela via autoritária e aparentemente democrática, mas, na verdade, autoritária do plebiscitarismo, queriam repetir o modelo chavista no Brasil, Senador César Borges.

Sr. Presidente, o Presidente da República, não há dúvida, teve um assomo de lucidez e se coloca acima de seus correligionários e bajuladores quando toma esse gesto que só vai exaltar a sua imagem perante a história.

Terceiro mandato, nunca. Isso é anti-republicano, e quem tentar vai se dar mal. A reação da sociedade

brasileira, pelo menos dos participantes, dos que formam opinião, dos que sabem distinguir o certo e o errado, será avassaladora. Não pensem em aventuras, não. Bastou o erro cometido por Fernando Henrique Cardoso ao quebrar uma tradição republicana, com a reeleição, à qual me opus e, por isso, deixei o PSDB. Terceiro mandato, nunca. A sociedade brasileira não iria aceitar isso.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Dou-lhe o aparte para encerrar, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Jefferson Péres, V. Ex^a faz um pronunciamento no qual recoloca, e até por dever de Justiça, a posição do Supremo e da Justiça brasileira. Os que pensavam que esse episódio poderia acabar em *pizza* já viram que se transformou em um grande churrasco, carne queimada, torrada para todo lado. E engana-se aquele que pensa que, pelo exercício da função, indica um juiz e, por isso, terá influência sobre os seus atos. Meu avô, um interiorano sábio, já dizia que, em briga de juiz, não se meta, porque você ganha, mas não leva. No sentido de que não adianta você brigar lá no interior para fazer o juiz da cidade, porque ele, depois de empossado, veste-se do dever, o que é lógico, e vai agir de acordo com a lei. O que estamos vendo aí é exatamente um ponto positivo para a Justiça brasileira. Um segundo ponto é o valor, meu caro Senador Alvaro Dias, da CPI, do instituto da CPI. Está-se julgando no Supremo exatamente o que se apurou numa CPI instalada nesta Casa. Dois anos, três anos, dois anos e meio depois, vá lá, mas é exatamente a consequência do que foi apurado aqui. Lembro-me desse fato porque, às vezes, querem desvirtuar a figura da CPI. Sei que ela tem falhas, sei que tem suas limitações, mas o que vemos aqui é exatamente o resultado do que foi apurado nesta Casa. E aí é hora de cobrar. Temos ainda questões da CPI dos Anões do Orçamento. Não foram julgados! E temos várias questões ainda em julgamento. Esse exemplo, meu caro Senador, serve de alento a todos nós, e que a Justiça ajude finalmente a passar este País a limpo. Muito obrigado.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço um pouco de tolerância, dado o plenário estar vazio e o assunto ser importante. Não sei, mas fica a seu critério!

V. Ex^a toca em um ponto importante, Senador Heráclito Fortes. Para um homem íntegro pouco importa a forma como que ele foi nomeado ou quem o nomeou. Não foram só os seis Ministros do Supremo. Os dois Procuradores-Gerais da República, Cláudio Fonteles e Antonio Fernando, escolhidos e nomeados

pelo Presidente da República agiram com a maior independência e fizeram da PGR um órgão de Estado e não a serviço de Governo.

Senador Mão Santa, concedo-lhe o aparte com prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Jefferson Péres, o plenário pode estar vazio, mas V. Ex^a enche o Brasil com a sabedoria do seu pronunciamento e a decência que V. Ex^a irradia e de que o Brasil necessita. Mas está nas minhas mãos umas palavras de Gustavo Capanema, que foi Ministro da Justiça, morto em 1985. Capanema vaticinou – é muito oportuno e se enquadra com o discurso de V. Ex^a: “Fazer, diminuir ou cessar o abuso do poder econômico, a principal arma dos candidatos, em casos freqüentes, não tem sido o seu próprio valor ou serviço prestado, mas o dinheiro, de eleição em eleição, o emprego dessa arma vai aumentando com evidente desprestígio das campanhas eleitorais”. E o que está acontecendo é um basta. Quer dizer, nasce a esperança de que o bem vai vencer o mal e que as virtudes vão ser enaltecidas e possamos fazer uma democracia buscando os melhores. Só isso salvaguardará a democracia.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – É verdade, Senador Mão Santa.

O Supremo Tribunal Federal, pelo menos, resgata por momentos a dignidade de uma das instituições da República, o Poder Judiciário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares – Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a ainda dispõe de um minuto se quiser falar.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Ainda tenho um minuto? Não. Eu já encerrei o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o eminente Senador Mão Santa.

S. Ex^a permutou com o Senador Mozarildo Cavalcanti.

S. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento. Em seguida, falará o Senador Alvaro Dias.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Antonio Carlos Valadares, que preside esta sessão de 28 de agosto; Sr^{as} e Srs. Senadores aqui presentes; brasileiras e brasileiros que assistem a esta sessão e os que a vêem pelo Sistema de Comunicação do Senado.

Senador Jefferson Péres, o País ouve esta voz! Aqui é o Senado da República. Senador Mozarildo Cavalcanti, foi daqui que, num período tumultuoso, Afonso Arinos bradou: “Será mentira a viúva? Será

mentira o órfão? Será mentira o sangue? Será mentira o mar de lama?

E o bondoso Getúlio renunciou à vida.

Daqui sai a verdade, como saiu a verdade de V. Ex^a. E Luiz Inácio nos ouve, Mozarildo, porque nós somos, e temos de ser, os pais da pátria. Não tem há significado histórico se não for assim. Isso é o que sustenta o Senado, essa cultura.

Ó Mozarildo, ontem eu bradava aqui, diante do Jornal **O Globo**. Querido Duque, estava em **O Globo**: “Santa Casa suspeita”. Atentai bem, que vergonha esse Governo! Santa Casa suspeita, Péres. Em Belém há Santa Casa, não há?

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Em Manaus.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Em Belém tem. Em Manaus tem? Tem. No Rio de Janeiro também.

Ó Duque, V. Ex^a que sabe tudo ou quase tudo – quando fala aqui é uma voz que todos ouvem – da história da República, a idéia de criar a Santa Casa foi da rainha Leonor, de Portugal, idéia. Aqui, ó Peres, um desses navios chegou trazendo uma epidemia, a peste bubônica. Padre Anchieta os acolheu e os colocou em palhoças. Luiz Inácio, já havia Governador. Neste País houve o Tomé de Sousa e o Duarte da Costa, Luiz Inácio.

Foi aí que nasceu a Santa Casa. Ó Duque, Duarte da Costa, Anchieta... E nas páginas dos jornais: “Santa Casa suspeita”. Ó Papaleo, V. Ex^a adentrou muitas Santas Casas... Santa Casa suspeita, Jefferson!

Desde Duarte da Costa... Eu digo aqui: atire a primeira pedra quem nunca precisou de uma Santa Casa. Elas estão com dificuldades. Santa Casa não é suspeita; é muita misericórdia, é muito benefício, é muita história, é muita ciência. Ó Jefferson Péres, eu sei como funciona a Santa Casa. O meu pai foi tesoureiro de uma. Ó Duque, era naquele tempo em que nós almoçávamos com o chefe da família, ao meio-dia. Batiam palmas lá fora, e a doméstica dizia: “Seu Joaz, querem falar com você”. Iam dar dinheiro para a Santa Casa. Ele era tesoureiro da Santa Casa. E eu pergunto ao Brasil, às brasileiras e aos brasileiros, aos ricos: quem é que dá dinheiro hoje para a Santa Casa? Qual de vocês que já deu dinheiro para a Santa Casa? Antigamente se dava, Mozarildo, porque não tinha essa fome de impostos do Partido dos Trabalhadores; são 76 impostos. Ó Álvaro Dias, quem é que vai dar dinheiro para a Santa Casa? Ó Duque, eu vendi bingo – bingo em quermesse – para a Santa Casa. Era assim que funcionava. A sociedade comprava e, mais ainda, Jefferson Péres, batiam o bingo – V. Ex^a sabe – e o que ganhava dizia: “Eu devolvo o boi, o garrote, para a Santa Casa”. Era essa... Eu me lembro, Moza-

rildo, que minha mãe, escritora, tem um livro: **A Vida é um Hino de Amor...**

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Mão Santa, V. Ex^a está me citando muito, eu gostaria de fazer um aparte.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É lógico. Eu estou convocando-o para você entrar, porque esta é a sua praia: a defesa da dignidade, do médico e da saúde, que V. Ex^a representa tão bem e como líder maçônico.

Eu quero lhe dizer que a minha mãe escreveu para uma miss, Emília Corrêa Lima, para fazer uma festa na nossa cidade, ó Duque – e ela foi –, para angariar dinheiro para a Santa Casa. Todo mundo comprava mesa. Ela era tão feliz... Tinha um noivo e largou o noivo e casou com o Major Wilson da Santa Cruz. Todo mundo dava dinheiro.

Mozarildo, com a palavra.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Mão Santa, à parte a mãe, eu quero me ater aqui à questão importantíssima da Santa Casa. V. Ex^a assim como eu e o Senador Papaléo aprendemos Medicina justamente numa Santa Casa. E aprendemos Medicina tratando os pobres, mas os pobres da linha mais baixa da pobreza. E como é que essas Santas Casas eram mantidas? Como V. Ex^a disse. Por filantropia e pouco recurso público. No nosso caso, que me formei em Belém, a Santa Casa era um hospital-escola; então havia um pouco de recurso, digamos assim, da Faculdade de Medicina aplicado lá. Mas, de modo geral, em todo o Brasil, as Santas Casas foram hospitais escolas que formaram gerações de médicos. É lamentável ver como estão hoje. Ainda assim prestam um trabalho inestimável àquela camada mais pobre da população. O discurso de V. Ex^a é um brado de alerta a um Governo que se diz muito preocupado com os pobres, para que realmente apóie as Santas Casas.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Mozarildo Cavalcanti, ontem bradámos isso. E o Governo, o Ministro Temporão, liberou R\$2 bilhões para o Nordeste.

Em Alagoas, os médicos estão em greve. Em Pernambuco, em greve. Os médicos do Ceará, os cirurgiões cardiovasculares – Senador Papaléo Paes, V. Ex^a é um grande clínico cardiologista – pararam. Ontem deixaram de fazer 70 cirurgias.

Jefferson Péres, você sabe quanto pagam por uma cirurgia de coração? Por uma consulta eu já disse que o SUS paga R\$2,50; por uma anestesia, R\$9,00. O povo não dá mais dinheiro para as Santas Casas, funcionam com essa tabela. Por uma cirurgia cardíaca pagam R\$70. Luiz Inácio, você sabe quanto tempo se leva para fazer uma cirurgia cardiovascular? Eu apre-

cio o Christian Barnard – é outra história – o Zerbini e o Adib Jatene. Fiz muitas cirurgias com ele, no início da cirurgia cardiovascular. Atentai bem. Sabe quanto tempo leva? Não digo que se chega de manhã, para tirar a safena, pôr, UTI... É a vida toda, Papaléo, porque o doente vai ter complicação. Qualquer coisa que ele sinta foi depois da cirurgia... E lá vai... Uma cirurgia cardiovascular é R\$70,00! Se eu fosse um cirurgião cardiovascular não poderia convidar um eleitor para comer no Porcão, porque não dá para pagar. Uma anestesia, R\$9,00; uma consulta, R\$2,50. Ó Duque, o nosso Sérgio Cabral, gente muito boa, estava nesse lugar, mas saiu – foi como se saísse o Pelé e entrasse o Amarildo, que é V. Ex^a, que está fazendo gols pela democracia – pediu lá uma participação tríplice: governo municipal, estadual e federal. Encheram de auditoria, condenando a Santa Casa. Mas o Temporão viu isso e conseguiu ontem liberar R\$2 bilhões.

Venho aqui pedir que enviem um pouco para o Piauí, para a nossa Santa Casa, para o Getúlio Vargas, para a Maternidade Evangelina Rosa, que está fechando, para o Hospital Universitário, para o Pronto Socorro iniciado por Heráclito Fortes, quando era Prefeito de Teresina, em 1989/1990, e eu era Prefeito da Parnaíba.

Se ouve... Querem ver como esta Casa é ouvida? Senador Alvaro Dias, ontem V. Ex^a presidia a sessão e eu clamava e chorava pela Saúde. Falava de suas dificuldades. Jefferson, a Saúde só está boa para nós. Todo dia vai uma pessoa ao meu gabinete: quer ir a São Paulo fazer uns exames. Apareceu aqui paciente bonzinho. É bom aqui. Aqui tem assistência... É bom para quem plano de saúde, para quem tem dinheiro, mas para o resto está aí, em Brasília, que é essa ilha do poder. Mas olha o Cristovam. O Cristovam bradava por educação. Ele gritava. E olha como o Governo ouve. Parecia que o Cristovam era o Presidente da República. Jefferson, quase você seria o Vice. Olha aqui, nos Ministérios. [Vai acabar o tempo? Não]. Olha o que está escrito nos Ministérios. Vamos lá ver as faixas do Governo nesses Ministérios grandões. É o Governo de Cristovam Buarque.

Atentai bem para o que está escrito na faixa do Ministério dos Transportes?: crescimento da economia, a educação é o caminho. Para a Semana da Pátria, no Ministério da Fazenda – pode botar –, olha o que está escrito na faixa, inspirado no discurso de Cristovam: saúde e qualidade de vida, a educação é o caminho. Parece que é o Cristovam Buarque agora o Presidente. Está melhorando, ô Lula, Luiz Inácio. Na Secretaria Especial de Política da Defesa das Mulheres: a educação é o caminho do Brasil. Agora, sim. O PT encontrou o seu ícone. No Ministério de Planejamento, Orçamen-

to e Gestão, a faixa comemorativa da Semana da Pátria: cultura e conhecimento, a educação é o caminho. Meus parabéns.

Agora, o Governo parece que vai encontrar um rumo, inspirando-se aqui.

Mais faixas comemorativas da Semana da pátria:

Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Esporte, Ministério das Cidades: segurança alimentar e combate à fome. Na parede está escrito: visão de futuro, a educação é o caminho.

Ministério das Minas e Energia: energia para crescer. A educação é o caminho.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: desenvolvimento sustentável: A educação é o caminho.

Ministério da Agricultura: conservação da biodiversidade: a educação é o caminho.

Ministério da Integração Nacional, Ciência e Tecnologia: igualdade e inclusão. A educação é o caminho.

Ministério da Previdência, Ministério do Trabalho: hábitos saudáveis com educação.

Ministério do Trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Mão Santa, eu vou conceder mais um minuto a V. Ex^a, porque já concedemos cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Lá no Ministério da Saúde: Alimentação é o começo da educação, é o caminho.

Então, nós esperamos que isso não fique só nas paredes do Ministério. Que o três que o Heráclito denunciou aqui, que seria o terceiro mandato, na propaganda do Banco do Brasil, seja ações deste Governo, Antonio Carlos Valadares, do qual V. Ex^a faz parte, e melhoria da segurança, pela qual aqui nós clamamos.

Norberto Bobbio disse: o mínimo que se tem de exigir de um governo é a segurança, melhoria da saúde e da educação. Aí este Governo estará agradando ao povo brasileiro e não vai mais ser vaiado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Mozarildo, pela ordem.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa requerimento assinado por mim e pelo Senador Augusto Botelho, em que requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo

com as tradições da Casa, homenagens pelo falecimento do Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica de Roraima, Ademir Pinheiro Viana, ocorrido no dia 26 de agosto, na cidade de São Paulo, cujo sepultamento se deu ontem, na Capital de meu Estado de Roraima.

Espero, portanto, no momento do encaminhamento e discussão, fazer, digamos assim, a biografia do homenageado.

Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente. Vou encaminhar à Mesa o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A Mesa registrará o pedido de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, para uma comunicação inadiável, de acordo com o art. 14 do nosso Regimento.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, com a tolerância que esta Mesa tem sempre dado aos demais Senadores.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de agradecer a gentileza do Senador Alvaro Dias em ter permitido que eu fizesse uso da palavra à sua frente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) foi criado em 1993, com uma alíquota de 0,25%, e sua vigência seria ainda no ano de 1993. Porém, por desprezar o princípio da anterioridade, a Suprema Corte (STF) o considerou inconstitucional, e o imposto só foi cobrado em 1994.

Como o próprio nome do imposto diz, a idéia era a de que ele fosse uma fonte de arrecadação provisória. O IPMF deveria garantir uma maior margem de manobra fiscal para o Governo, enquanto este aprovaria medidas, que gerariam economia de recursos fiscais e, portanto, dispensaria a receita do IPMF no futuro.

No ano de 1996, o citado tributo foi recriado na forma de contribuição, ainda que em caráter provisório, adotada, denominação até hoje vigente, a CPMF. A alíquota era de 0,20% e toda a sua arrecadação, vinculada ao Fundo Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. Na sua vigência anterior, a sua arrecadação já previa uma vinculação de 20% de sua receita a projetos de habitação popular.

Em contradição com o seu caráter provisório, a partir de 1996, a CPMF foi sendo prorrogada constantemente. A CPMF foi, então, não só foi prorrogada, como a sua alíquota também foi aumentada para 0,38%. A princípio, de acordo com a Emenda Constitucional nº 21, de 1999, essa alíquota deveria vigorar por apenas um ano, regredindo para 0,30% nos dois anos subseqüentes.

Entretanto, essa alíquota foi estendida para os dois anos seguintes, no âmbito da Emenda Constitucional nº 31, de 2000, que criou o Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza (FCEP), ao qual se destinou a arrecadação proveniente do adicional da alíquota de 0,08%.

A CPMF foi ainda prorrogada por mais duas vezes, devendo vigorar até o final de 2007.

A distribuição da sua arrecadação também foi alterada a partir da aprovação da Emenda Constitucional nº 37, de 2002. O FCEP continuou com 0,08% da arrecadação, mas o Fundo Nacional de Saúde reduziu sua participação em 0,1 ponto percentual, caindo o total para 0,2% e cabendo esse montante de 0,1% à Previdência Social.

Nós últimos anos, como forma de compensar parcialmente os efeitos distorcidos da CPMF na economia, uma vez que ela é uma contribuição cumulativa, o Governo aprovou em isenção da CPMF para operações em bolsa de valores e para a movimentação de investimentos, criando a conta investimento.

A carga tributária da CPMF cresceu 0,32 pontos percentuais do PIB entre 1994 e 2006 (de 1,06% do PIB para 1,37% do PIB).

No mesmo período, a arrecadação cresceu 92,1% em termos reais, enquanto sua base cresceu apenas 26,4%. Em 2006, foram arrecadados R\$31.935 bilhões em cima de uma base de R\$8.804 bilhões, quase quatro vezes o valor do PIB. Em 1994, a arrecadação do IPMF representava 3,6% da carga tributária global, proporção que chegou a 4,1%, em 2001. No entanto, nos últimos anos, observa-se o fenômeno de perda de importância relativa a CPMF na carga tributária global, respondendo por cerca de 3,9% da arrecadação tributária no Brasil em 2006.

Em termos prospectivos, vale chamar a atenção para o fato de que a continuidade tão desejada por todos, da taxa de juros reais brasileira pode constituir um importante empecilho à cobrança da CPMF, ao menos com uma alíquota tão elevada quanto 0,38%. Com tal grandeza, é provável que cresçam problemas com desintermediação bancária, como observado em outras economias, particularmente na Argentina, mas que, até hoje, não havia se manifestado com mais força no Brasil, em razão da magnitude muito elevada da taxa de juros reais, o que constitui um atrativo às aplicações financeiras.

Talvez já pensando nessa hipótese, o Governo Federal enviou uma proposta ao Congresso para prorrogar novamente a CPMF, porém, ao contrário da situação vigente, sem fixar a alíquota em 0,38% já na Constituição. A redação que seria nela inserida repete o atual texto do IPI, que faculta ao Executivo por decre-

to variar a alíquota da contribuição, seja reduzir, seja elevar, dentro do intervalo entre 0% e 0,38%.

A perspectiva de perda de dinamismo da receita da CPMF também deveria ensejar uma melhor reflexão de Governadores e Prefeitos que vêm pleiteando uma participação na sua arrecadação. Talvez o mais interessante fosse repartir a receita agregada de todos os tributos federais, para evitar o que ocorreu após a criação da partilha da Cide para Estados e Municípios, em que esta contribuição teve o pior desempenho dentre os grandes tributos federais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, até aqui pautei meu discurso nos aspectos técnicos que norteiam a CPMF.

Agora, quero voltar para as questões políticas que envolvem a discussão e votação da matéria que ainda se encontra na Câmara dos Deputados, onde tramita na Comissão Especial para ser examinado o seu mérito. Lá, sim, o PSDB emitirá sua opinião, levando em consideração aspectos técnicos e políticos que envolvem a matéria. Na semana passada, em reunião da Bancada de Deputados, ficou evidenciado que não existe consenso para aprovação da matéria na forma como veio do Poder Executivo. Ao contrário, o sentimento é o de que os Deputados marcharão em direção de rejeitar a matéria.

A CPMF, todos sabemos, é um imposto perverso. Onera sem discriminação todas as classes sociais e todos os segmentos produtivos. Portanto, é um imposto que incide em todas as fases da cadeia produtiva, onerando significativamente os mais pobres, que não dispõem de renda para arcar com esse tributo que está inserido nos preços dos produtos amplamente consumidos por esses consumidores.

De 1993 até o ano passado, foram arrecadados aproximadamente 253 bilhões de reais em valores correntes com a CPMF. É um elevado volume de recursos para a saúde brasileira, muito embora não seja suficiente para resolver seus problemas. Portanto, trata-se de um argumento desprovido de consistência técnica o fato de que os recursos da CPMF são necessários para garantir a melhor saúde dos brasileiros. O que se arrecadou até agora era suficiente para resolver definitivamente a saúde do Brasil e de seu povo e até fazer cirurgia plástica em grande parte da população que tenha dela necessidade.

Sr. Presidente, eu pediria a sua gentileza.

Mas o que vemos não é isso. O que os jornais noticiaram ontem foi que, nos últimos cinco dias, 11 recém-nascidos morreram na UTI de uma maternidade em Aracaju. O que está acontecendo, Srs. Senadores? Para onde estão sendo direcionados os recursos da CPMF? Para a saúde do povo de Sergipe ou para o

famigerado superávit primário do Governo para atender os banqueiros que o PT do Senhor Lula tanto abominava no passado?

Mas vejo os jornais de hoje darem notícia de que o Ministro da Fazenda teria liberado recursos para a saúde da ordem de R\$2 bilhões, numa clara demonstração de gentileza, de generosidade. Mas os recursos não são arrecadados para aplicação na saúde? Não são vinculados? Então, por que implorar sempre à área econômica a liberação dos recursos?

Vamos parar com paliativos, senhores que comandam este País e que lidam com a saúde. Vamos buscar soluções concretas e duradouras para colocar a saúde no rumo das necessidades do nosso povo. Solução para isso seria regulamentar a Emenda Constitucional nº 29, que vincula um percentual definitivo e crescente para aplicar na Saúde, juntamente com os Estados.

Nesse sentido, imploro ao nosso Líder, Senador Arthur Virgílio, que, no momento oportuno, busquemos um entendimento na nossa Bancada para firmarmos uma posição no sentido de votar contrariamente à aprovação da famigerada CPMF.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Mais uma vez, quero agradecer a gentileza ao Senador Alvaro Dias. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

V. Ex^a dispõe de dez minutos para fazer o seu pronunciamento, Senador.

Convido o nobre Senador Papaléo Paes para assumir a Presidência dos trabalhos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, já se repetiu, nesses últimos dias, inúmeras vezes: o Supremo Tribunal Federal realiza um julgamento histórico. Sem dúvida, foi o mais importante dos últimos tempos. Por isso, a repercussão não poderia ser diferente. Os jornais do Brasil e do exterior focalizam, com a necessária amplitude, a decisão do Supremo Tribunal Federal desses últimos dias.

O **Correio Braziliense** estampa: “Processados”; **Tribuna do Brasil**: “STF abre processo contra Dirceu, Delúbio e Genoio”; “Dirceu e Jefferson viram réus” – Coluna de Cláudio Humberto; “Unanimidade: Dirceu é réu por corrupção ativa” – Jornal **O Globo**; Jornal **O Estado de S.Paulo**: “José Dirceu vira réu no STF por corrupção ativa”; **Jornal do Brasil**: “Dirceu, Genoio e Delúbio já são réus”; **Folha de S.Paulo**: “Dirceu, Genoio e Delúbio viram réus do mensalão”. Jornais do exterior, da mesma forma, como **El Pais**, **Clarín** e

outros, destacam o julgamento histórico do Supremo Tribunal Federal.

Pergunto, Senador Papaléo Paes: quem, na verdade, está sendo julgado? Não estariam sendo julgados o Presidente Lula e o seu Governo? Quem, verdadeiramente, está agora no banco dos réus? Não é o Presidente Lula e o seu Governo na figura dos seus coadjuvantes? Sem dúvida, Sr. Presidente.

Alguém há de dizer: “Mas o Presidente foi reeleito! Parlamentares denunciados foram reeleitos!” E eu digo, Sr. Presidente: por Deus, não pensem que vale a pena a corrupção. A corrupção não pode valer a pena.

Poderão perguntar: se foram eleitos, vale a pena a corrupção? Eles provavelmente saberão responder a essa pergunta, porque estão sentindo agora, na própria carne, que a corrupção não vale a pena.

Esse julgamento fotografa a verdadeira estatura do Supremo Tribunal Federal, instituição onde estão fincados os alicerces do Estado Democrático de Direito. Quero aplaudir o Supremo Tribunal Federal e os seus Ministros, louvar a sua independência – de 10 Ministros, 6 foram nomeados pelo Presidente Lula. Mas esse fato não os impulsionou, Senador Heráclito Fortes, a defender os eventuais interesses de quem está no Governo.

Antes dessa decisão histórica do Supremo Tribunal Federal, que marcará época, certamente, e significará uma página fascinante na vida desses magistrados, louvo a ação impecável do Procurador Antonio Fernando, que foi competente e ágil e que, em pouco tempo, ofereceu respostas às indagações propostas pela sociedade brasileira e aos fatos revelados com contundência pela CPMI dos Correios, instalada no Congresso Nacional.

Certamente, uma lição que não pode cair no esquecimento, que há de frutificar e, como exemplo, estimular novas gerações de Procuradores. Essa ação do Procurador-Geral da República, também indicado pelo Presidente da República, é exemplo, é lição que não pode ser, de forma alguma, esquecida.

Sr. Presidente, ressalto a importância da Comissão Parlamentar de Inquérito. Durante os trabalhos da CPI, vivemos algumas turbulências, inclusive com o Poder Judiciário, especialmente o Supremo Tribunal Federal. Quantas vezes contestamos o fato de o Supremo conceder **habeas corpus** a depoentes? Quantas vezes discutimos a quebra de sigilo bancário, impedida por mandado de segurança?

Mas o que prevalece agora é o bom senso, a independência, a autonomia e a competência dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, o discurso oficial está desmoralizado. Nós nos lembramos do dia em que o Presidente

da República, certamente em parceria com Marcos Valério e Delúbio Soares, concediam entrevista em Paris transmitida pela *Rede Globo* no Brasil, com uma versão trabalhada conjuntamente com Marcos Valério e Delúbio Soares, pois, ao mesmo tempo, os três se pronunciaram no mesmo tom. O Presidente da República tentava descaracterizar um crime, restringindo o que houve a apenas crime eleitoral, como se isso por si só não fosse grave, mas tentava o Presidente excluir os coadjuvantes desse processo de todos os crimes pelos quais estão sendo agora denunciados com a admissibilidade reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, colocando-os no banco dos réus.

Não cabe mais aquele discurso também de que crime não existiu, de que o Presidente da República de nada sabia. Aliás, recentemente na revista *Playboy*, o Sr. José Dirceu afirma taxativamente que o Presidente Lula sabia de tudo o que ocorria no seu governo, que era impossível o Presidente Lula não saber de fatos que ocorriam no seu governo.

A importância da CPI, Sr. Presidente, Srs. Senadores, reside no fato Senador Mozarildo Cavalcanti, de ela propor transparência e de estabelecer uma interação com a sociedade brasileira que passa a cobrar responsabilidade das autoridades. A sociedade convoca a autoridade à sua responsabilidade; os Parlamentares, na investigação política; o Ministério Público e a Polícia Federal, na investigação judiciária. E há uma complementaridade, como dizia Ulysses Guimarães. Na investigação política, se dispensam provas documentais, materiais e se considera o indício como suficiente para a penalização de natureza política. E afirmava: “Na investigação política, vai-se pelo cheiro e chega-se à corrupção. Mas, neste caso, Sr. Presidente, as CPIs aprofundaram, as CPI dos Bingos, por exemplo, cujo Relator, foi o Senador que agora preside esta sessão, Senador Garibaldi Alves Filho; e a CPI dos Correios aprofundaram as investigações. E além dos indícios, das provas testemunhais, das confissões havidas, provas materiais e documentais foram reunidas de forma cabal, definitiva, oferecendo ao Ministério Público condições para denúncia, e ao Supremo Tribunal Federal condições para a admissibilidade, a fim de que se instaure o processo criminal.

Sr. Presidente, o mensalão é a história da idealização de um projeto de poder de longo prazo. O Procurador da República fez eco às afirmações no Congresso Nacional de que se tratava de uma organização criminosa que idealizou um complexo e sofisticado esquema de corrupção que tinha por objetivo um projeto de poder de longo prazo. O Presidente Lula denominou José Dirceu de o capitão do time; o Procurador da

República o descreve como o chefe de uma organização criminosa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, diante dos fatos, diante da decisão do Supremo Tribunal Federal, somos forçados a uma reflexão: cumprimos o nosso dever como...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...instituição política? Os partidos políticos de Oposição, as entidades representativas da sociedade, cumprimos o nosso dever? Creio que não. Porque, a meu ver, Sr. Presidente, o julgamento do Supremo Tribunal Federal, essa decisão histórica, corrobora a tese do **impeachment** do Presidente da República.

Houve um momento, Senador Mão Santa, em que depunha na Comissão Parlamentar de Inquérito o Sr. Duda Mendonça, que fez revelações da maior gravidade e confissões incríveis. De lá me retirei e aqui cheguei para discursar e dizer que nós devíamos discutir a hipótese da instauração de um processo de **impeachment** do Presidente da República, porque os fatos recomendavam, as provas existentes exigiam.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Já lhe concedo um aparte, Senador Mão Santa. Quero apenas concluir o pensamento relativamente ao processo de **impeachment**, que não se instaurou, e dessa forma agrediu-se o conceito de ética. E dessa forma se utilizaram dois pesos e duas medidas, porque o precedente foi diferente: um Presidente da República foi levado ao **impeachment** por razões significativamente inferiores àquelas que poderiam motivar a instauração de processo de **impeachment** naquele momento de agosto, quando estive na CPI o Sr. Duda Mendonça.

Concedo a V. Ex^a, Senador Mão Santa, o aparte que solicita.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, eu ouvi por inteiro o pronunciamento de V. Ex^a. Eu estava ali – porque não almocei, estava fazendo um lanche – assistindo à televisão. E V. Ex^a fica bem na televisão, parece ator daquelas novelas da Globo. Outro dia, eu conversava com Antonio Carlos Magalhães sobre aqueles discursos mais belos do Senado, que ele editou, quando Presidente, e que existe gravado em CD. Eu dizia que gostava do discurso de Afonso Arinos, do de Carlos Lacerda, quando se defendeu do **impeachment**, do de Mário Covas defendendo Marcos Moreira Alves. Ele disse: ouça o do Padre Godinho sobre a morte de Kennedy. E eu quero incluir o de V. Ex^a hoje, que é um dos mais belos e mais importante pronunciamentos da República do Brasil.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É generosidade de V. Ex^a, mas estimula, Senador Mão Santa, sem dúvida.

Concedo o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Alvaro Dias, eu quero me ater a uma parte do pronunciamento de V. Ex^a, com relação à decisão do Supremo, em relação ao caso dos conhecidos nacionalmente como “mensaleiros”. É uma demonstração que não me surpreende. Pelo contrário, nós temos que fazer justiça ao Supremo Tribunal Federal. Até 2001, qualquer caso que envolvesse Parlamentar, fosse Deputado Federal ou Senador, tinha que ter autorização da Câmara ou do Senado para que o Supremo processasse. Depois que modificamos a lei – desde 2001, portanto –, o Supremo passou a poder processar, e inverteu-se o procedimento. Aí a Casa, Câmara ou Senado, pode mandar sustar o processo, mas tem que votar para mandar sustar. E nunca aconteceu nenhum caso de mandar sustar. Cinquenta por cento dos processos que estão no Supremo, Senador Alvaro Dias, deram entrada em 2006.

Portanto, o Supremo está agindo de maneira diligente. Faço essa defesa porque estou, como Membro da Constituição de Justiça, em um grupo de trabalho que trata da reforma do Código de Processo Penal, e tivemos duas audiências com a Ministra Ellen Gracie, em que recebemos informações detalhadas. Tenho certeza de que, com essa ação, a Nação se sente tranquila por saber que o Poder Judiciário realmente vai fazer, como sempre fez, mas com mais intensidade ainda, o resgate da moralidade e da ética na coisa pública.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, esse julgamento inicial é a vitória da justiça no primeiro *round* dessa luta que trava contra a impunidade no País.

Sr. Presidente, antes de concluir, agradeço a concessão de mais tempo e aproveitamento para dizer que é um alento o que ocorre até aqui. Esperamos que, na continuidade do processo – que leve dois ou três anos, não mais do que isso –, a decisão do Supremo Tribunal Federal seja, sem dúvida alguma, para lavar a alma do povo brasileiro; que signifique a recuperação da credibilidade de uma instituição essencial para o processo democrático que é o Poder Judiciário; e que reabilite também o conceito da Comissão Parlamentar de Inquérito como fundamental para a fiscalização do Poder Executivo, uma das funções essenciais do Poder Legislativo ao lado da tarefa de legiferar.

Sr. Presidente, são passos, primeiros passos, importantes passos certamente, em uma caminhada que ainda vai longe para que as instituições públicas

brasileiras se tornem mais acreditadas, valorizadas e respeitadas pelo povo deste País.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Álvaro Dias, o Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. Álvaro Dias, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Paulo Duque.

S. Ex^a terá cinco minutos.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, hoje fui provocado, ao chegar aqui, pelo Senador Francisco de Assis, que falou sobre as Santas Casas de todo o Brasil. Talvez S. Ex^a não tenha podido se estender muito a respeito da Santa Casa de Misericórdia da cidade do Rio de Janeiro.

Desde que era capital, desde que foi descoberto o País, por aqui passou o Padre José de Anchieta e ergueu os primeiros muros dessa instituição excepcional – que hoje e ontem eu vi que estava sendo distorcida nos jornais – atacada.

Essa instituição possui, simplesmente, seis grandes hospitais especiais só para pobres, muito embora ali pontifique um Ivo Pitanguy, que opera naquele hospital, um Clementino Fraga, que dá consulta naquele hospital, e tantos e tantos médicos e professores, membros da Academia de Medicina, catedráticos. Tudo isso é feito de graça, Sr. Presidente.

A Santa Casa procede ao enterramento, de graça, de centenas e centenas de pessoas que não têm onde cair. Da mesma maneira, em relação às penitenciárias da cidade do Rio de Janeiro, a Santa Casa dá assistência espiritual e médica aos presos que estão lá.

Seria difícil, Sr. Presidente, no prazo exíguo que tenho, discorrer sobre isso. Este volume, que consegui encontrar na grande biblioteca do Senado, é do ano de 1982. Vejo aqui vários políticos daquela época de 1982, quando eu já era vereador. Tantos já desapareceram, tantos que falaram sobre a Santa Casa de Misericórdia. Ninguém entendeu por que motivo a Santa Casa é um órgão que possui mais de mil imóveis na cidade do Rio de Janeiro, inclusive na zona urbana e na zona marítima. São pessoas que morriam e deixavam seus

imóveis, suas heranças. Ela vive disso, de aluguel, de doações, ela não cobra nada.

Então, eu fiquei meio pensativo, meio tristonho, por saber do serviço relevante daqueles funcionários dedicados e médicos, gente de toda parte. Quantos e quantos médicos, talvez até desta Casa, não fizeram sua residência médica nos hospitais de Santa Casa?

Eu imagino que a situação da nossa, a do Rio de Janeiro, seja a mais complicada, a mais difícil, por ter mais obstáculos a vencer do que uma pequena Santa Casa do interior. Imagino isso. Lá é assim, um movimento constante, diário. São milhares de pessoas assistidas todos os dias, são centenas de operações que são realizadas todos os meses. Vejo médicos aqui concordando comigo.

Por que motivo na casa de Clementino Fraga, esse grande médico, de Mariano de Andrade, que faleceu há pouco tempo, de repente havia uma Santa Casa, que se transformou, não se sabe por que, em milhares de Santas Casas na cidade do Rio de Janeiro? Hoje lá existem a Santa Casa de Copacabana, a Santa Casa do Méier, a Santa Casa de Campo Grande, a Santa Casa de qualquer bairro da cidade do Rio de Janeiro, tudo isso no papel ridículo dos chamados “papa-defuntos”, já que a única renda que a Santa Casa possui é dos enterramentos, é do serviço fúnebre. Esse é o tipo de renda que a Santa Casa necessariamente tem. Ela não tem jogo, ela não tem bingo, ela não tem cassino, não tem nada, não tem indústria, não tem comércio. O comércio lá é a caridade, a bandeira principal da Santa Casa é o amor ao próximo. Daí a minha estranheza inicial, o meu protesto posterior.

Vejo aqui neste livro de 1952 a visita do Senador Mário Martins, que foi Senador aqui. Vejo sua visita à Santa Casa. Também vejo, nesse mesmo livro, de 1952, há meio século, portanto, a visita do Senador Nereu Ramos à Santa Casa. Ele deve ser do tempo de V. Ex^a, Senador Pedro Simon. Mas o Mário Martins foi do tempo de V. Ex^a. Evidentemente, quando V. Ex^a era um jovem.

Então, essa palavrinha de hoje, que o Senador Francisco de Assis instou que fosse feita por alguém do Rio de Janeiro, tinha de ser dada. Obrigado, Senador, por me lembrar da minha obrigação para com o Rio de Janeiro. Isso tinha me passado, descuidadamente. O único livro que eu consegui sobre a história da Santa Casa foi esse. É uma beleza! Há o depoimento de todo mundo.

Agora querem privatizar a Santa Casa. A Firjan está por trás disso tudo, é ela que está querendo privatizar uma Santa Casa da cidade do Rio de Janeiro. São onze cemitérios, do São João Batista até o de Santa Cruz, onde são enterrados os indigentes.

Isso me lembra uma luta do Governador Carlos Lacerda. Uma grande organização jornalística do Rio de Janeiro desejou fazer do Parque Lage um cemitério infantil. O Governador Carlos Lacerda – lembro-me bem, pois eu era Deputado nessa época – colocou o processo dentro da gaveta e fechou dizendo “isso não sai daqui mais” Olhem aonde vai a cupidez do dinheiro, Senador. Transformar o Parque Lage, aquele parque maravilhoso, que foi do Henrique Lage, transformar aquilo em um cemitério infantil.

Por hoje é só, meu caro Senador Francisco de Assis.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Eu gostaria de ter um aparte.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Eu gostaria de ter um...

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – O Dr. Augusto tem prioridade, pois pediu primeiro.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Com muito prazer, Dr. Augusto, se o Presidente permitir...

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Paulo Duque, eu gostaria de dar um testemunho aqui do que V. Ex^a está falando sobre a Santa Casa ser a casa dos pobres. Sou de Roraima, mas estudei medicina no Rio e trabalhei durante cinco anos na Santa Casa, sendo que em dois deles eu morei na Santa Casa.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – V. Ex^a morou lá.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Eu morei lá, trabalhando. Eu vi o Professor Niemayer, que ficava ao lado da minha enfermaria. A minha era do Professor Darcy Monteiro, a 13^o enfermaria. Ao lado, era a do Professor Niemayer, do Paulo Niemayer pai, que, depois, passou para o filho. E lá se faziam cirurgias dos pobres que vinham do Espírito Santo, de Minas, de todos os lugares. As pessoas chegavam lá só com uma maletinha, sem dinheiro para nada. Elas recebiam o tratamento da melhor qualidade do mundo, pelas mãos dos professores Fernando Paulino, Augusto Paulino, Vinhais, de todos, de cirurgiões de mãos abençoadas, que tratavam dessas pessoas. E elas voltavam felizes quando havia soluções para os seus casos. Era uma casa dos pobres. Lá eu aprendi também que nós podemos fazer medicina de ótima qualidade para as pessoas necessitadas. Sei das dificuldades que estão passando agora e tudo, mas não podemos deixar que haja essa inversão que V. Ex^a acabou de falar, com uma empresa privada dentro da Santa Casa. A Santa Casa é uma entidade de irmãos, de pessoas que participam, que trabalham e que sempre fazem o bem. Tenha a certeza de que vamos lutar aqui, que faremos o que for possível para que a San-

ta Casa continue sendo o que é há quase quinhentos anos neste País: uma casa dos pobres, uma casa de misericórdia. Conte com o nosso apoio para lutar, para defender, principalmente a Santa Casa do Rio de Janeiro, onde aconteceu parte da minha formação de médico. Obrigado, Senador.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Senador Mozarildo Cavalcanti, com muito prazer.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Paulo Duque, ainda há pouco, quando o Senador Mão Santa, que também é médico, fazia pronunciamento sobre a questão, fiz um aparte e disse palavras semelhantes as que disse o Senador Augusto Botelho, que também é médico. Os médicos mais ilustres deste País passaram pelas enfermarias das Santas Casas para aprender medicina. Então, é inacreditável que não se encontre outra forma que não seja essa de privatizar a Santa Casa, tirando justamente o espírito de filantropia, desinteressado, de assistência digna às pessoas realmente pobres. Entendo que é o momento de, no Senado, nos reunirmos, não apenas a bancada dos médicos, mas, todos os Parlamentares que têm interesse, de todos os Estados que têm Santa Casa. Talvez só não tenham Santa Casa os Estados mais recentes, como o Estado de Roraima e do Amapá, mas a têm o Amazonas, o Pará... Eu me formei em Belém e fiz todo o meu aprendizado médico dentro da Santa Casa e acho que não podemos aceitar esse descaso que fazem com uma honrosa instituição como a Santa Casa.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – É um tremendo descaso, Senador. Muito grave. E o interessante é que a Santa Casa tem um aspecto até político, Senador Pedro Simon. Imagine que João Pessoa foi assassinado e enterrado em um dos cemitérios da Santa Casa no Rio de Janeiro, onde está até hoje.

Muito obrigado as Sr^{as} e aos Srs. Senadores.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Duque, permite-me um aparte?

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Pois não. Concedo o aparte, se for possível.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – É possível. O Senador Garibaldi Alves Filho é uma sensibilidade – é o “Sr. Sensibilidade” – presidindo esta sessão. Senador Paulo Duque, V. Ex^a, como sempre, foi muito feliz. Eu não iria tecer comentários, mas imaginai, não é atentai: Ivo Pitanguy, com quem tive o privilégio de conviver, todas as sextas-feiras – ele está com 80 anos de idade –, todas as sextas-feiras vai à Santa Casa operar de graça. Imagine a grandeza e os benefícios. Só ele! Quero lhe dizer que as Santas Casas se espalharam,

mas datam do período de Duarte da Costa, o segundo Governador-Geral, com o Padre Anchieta. Elas se irradiaram, chegando ao Piauí, na minha cidade, Parnaíba. Eu era médico. Esse negócio de Mão Santa tem muito a ver com a Santa Casa. Fui a uma inauguração de um posto do Funrural, em Barro Duro, Tutóia, no Maranhão, representando o diretor, uma pessoa idosa, que fez o parto de João Paulo dos Reis Velloso, Dr. Cândido Almeida Ataíde. Como para chegar ao destino tinha que ir de teco-teco – pela idade, acho que ele tinha medo – ele pediu que eu fosse em seu lugar. Na inauguração, um maranhense – por sinal, os maranhenses falam muito bem, como se pode constatar com o Presidente Sarney – Senador Pedro Simon – havia muitas autoridades do Maranhão: prefeitos, vereadores, deputados – e eu estava representando o homenageado, Dr. Cândido Almeida Ataíde, nascido em Tutóia. Pois bem, um orador, que não sabia meu nome, disse: “Doutor das mãos santas, que me operou”. Daí meu apelido. Foi espontâneo. Rememorei e lembrei-me do caso: há 40 anos, ele chegou, de madrugada, na cidade de Parnaíba, com uma hérnia estrangulada, carregado por dois homens em uma maca improvisada, amarrada com uma rede e um pau. E eu, simbolizando todos os médicos das Santas Casas, fui com Dr. Mariano Souza, anestesista. Tirei mais de meio metro de intestino. E ele, com gratidão, colocou-me o aposto, que foi entrando na política e pegou. Santa Casa não pode ter aquela manchete em *O Globo*: “Santa Casa sob suspeita”. Santa Casa merece respeito, aplauso e apoio do Governo de Luiz Inácio.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Muito bem, Senador Mão Santa. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento. Contudo, agora, falará pela Liderança da Minoria o Senador Tasso Jereissati.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se S. Ex^a falará, será pela Liderança. Eu aguardo, Sr. Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como encaminhei um ofício para falar pela Liderança do PR, eu gostaria de verificar a ordem de minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a falará logo após o Senador Tasso Jereissati.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, também gostaria de falar, pela ordem, após o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de chamar a atenção deste Plenário para a importância que tem na história nacional o julgamento ocorrido nesses últimos dias no Supremo Tribunal Federal.

O País todo tem acompanhado a questão como se fosse uma novela de televisão ou um programa de suspense. E, por mais que pareça estranho, esse acompanhamento tem um sentido muito profundo na vida política, na vida social e na vida econômica do nosso País. O Brasil, apesar de viver um bom momento da sua economia, vive um péssimo momento na sua auto-estima. Os valores da sociedade brasileira estão profundamente desgastados. O cidadão comum não valoriza mais aquelas qualidades da cidadania. Nós, políticos – e políticos como instituição, Senado Federal, Câmara dos Deputados, além do Judiciário e do Executivo –, estamos enormemente desgastados também pela falta de credibilidade. Acredita-se até, de maneira generalizada, que nenhum político presta. Acredita-se também que até mesmo no Judiciário é difícil haver um julgamento realmente honesto e baseado nos mais altos valores da Justiça; que a construção do Brasil, a construção dos acordos políticos são feitos sempre ao redor de barganhas e de negócios escusos; e que o dia-a-dia do Executivo, do Executivo com o Legislativo é um sem-limites de pequenos cambalachos, pequenas trocas envolvendo sempre interesses pessoais e, muito pouco, o interesse público.

O grande mote disso tudo se chama impunidade, ou seja, ninguém que tenha alguma força, que tenha alguma representatividade, que tenha algum recurso financeiro é punido neste País. Que se pode fazer quase tudo o que se quiser – se não for tudo o que se quiser – que não vai ser punido neste País. Ora, se isso é verdade, a não-justiça e o não-respeito à lei devem ser estendidos para todos. E, ao se estender a todos o não-respeito à Justiça, às leis, às regras e aos valores de uma sociedade civilizada, espalham-se os crimes,

os delitos de trânsito. E qualquer um faz isso porque há a sensação de que as coisas são assim mesmo neste País, de que isso não tem jeito, de que o brasileiro é assim, de que somos assim, de que sempre foi assim e de que sempre será assim.

De repente, vem esse julgamento no Supremo Tribunal Federal. É um julgamento em que se decide se vão para o banco dos réus os homens mais influentes e mais fortes do Governo Federal e do Partido que hoje está no poder. Excetuando-se o Presidente da República, todos os homens mais influentes do Governo e do PT foram levados ao Supremo Tribunal Federal, onde será confirmado se existem indícios suficientes para que esses homens venham a ser julgados e condenados por vários tipos de crime. E podem ser condenados os homens mais influentes e mais “fortes” deste País.

Eis que, para surpresa do Brasil inteiro e até para espanto do cidadão mais humilde, o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, a pedido do Ministério Público Federal, coloca no banco dos réus todos os homens fortes do início do Governo Lula, todas as pessoas mais influentes, enfim, a cúpula do Partido dos Trabalhadores, Partido que hoje manda neste País.

O País tem o orgulho de se deparar com uma nova fase: o fim da impunidade. Estamos começando uma nova era, pois praticamente um Governo inteiro está sentado no banco dos réus.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pois não, Senador.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Tasso Jereissati, no pronunciamento do Senador Alvaro Dias, fiz um comentário sobre essa importante decisão do Supremo Tribunal Federal, mas quero também aduzir que isso ocorreu em função de uma CPI. Foi a CPI que realmente desvendou esses caminhos obscuros do chamado episódio do mensalão. Então, é importante que a opinião pública saiba disso, porque sempre fica registrado na imprensa que toda CPI acaba em *pizza*. A Comissão conclui seu trabalho, encaminha-o para o Ministério Público ou para outro órgão, e, ao final, quem decide é a Justiça. Aí está um exemplo.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em seguida, concedo-lhe um aparte, Senador Jarbas Vasconcelos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero chamar a atenção do Presidente da República, Senhor Lula da Silva: Senhor Presidente, este pode ser um momento histórico para o País. Vossa Excelência, na Presidência

da República, e nós, nesta Casa, temos agora uma responsabilidade histórica a cumprir. Afinal de contas, praticamente todo o seu Governo está no banco dos réus hoje. Porém, mais importante do que isso, é que, por unanimidade, de uma maneira inteiramente isenta – e não é um político, não é o PSDB, não é a imprensa sensacionalista, não é um articulista, não é um promotor –, toda a Suprema Corte brasileira resolveu que seu Governo, Presidente Lula, deve sentar-se no banco dos réus.

Isso nunca aconteceu na história deste País, ao que saiba. Nunca um governo e toda a cúpula de um partido sentaram no banco dos réus. Mas, ao mesmo tempo, Senador Jarbas, boa parte desses homens continua envolvida no Governo, atuando na Câmara, influenciando como lobista ou fazendo negócios, trabalhando ao redor do Governo Federal, como se nada tivesse acontecido.

A minha pergunta ao Presidente Lula, Senador Jarbas Vasconcelos – e vamos cobrar uma resposta –, é: isso vai ficar dessa maneira, Presidente Lula? Vossa Excelência ainda continua achando que isso é coisa de uma imprensa açodada ou de uma oposição frustrada? Vossa Excelência ainda continua dizendo que não sabe de nada, que as coisas não foram reprimidas porque Vossa Excelência não sabia de nada?

Aviso que, deste momento histórico em diante, Vossa Excelência é responsável por esses homens que ainda estão orbitando o centro do seu Governo. O Governo de Vossa Excelência, que poderia passar para a história como o do primeiro operário que assumiu a Presidência da República, pode passar para a história como o primeiro governo que, quase por inteiro, sentou no banco dos réus indiciado em vários crimes pela Suprema Corte.

Concedo o aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.

O Sr. Jarbas Vasconcelos (PMDB – PE) – Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a mais uma vez coloca as coisas nos seus lugares. É preciso chamar a atenção do Governo, porque, se há alguém responsável por toda essa quadra que atravessa o Brasil, essa pessoa é o Presidente da República. Os escândalos aconteceram no seu Governo, sobretudo no seu primeiro mandato. O Presidente nada via, o Presidente não sabia de nada, o Presidente não tomava conhecimento desses problemas levantados pela imprensa e denunciados por pessoas da sua própria base política. O desenrolar dos fatos no Supremo, com o início do processo dos mensaleiros, é um alento, como V. Ex^a chama a atenção, para um país onde predomina a impunidade, onde esse sentimento tem levado a desde aquilo que V. Ex^a chamou de desavenças de trânsito até a se

meter a mão em orçamento, desviar dinheiro público, manipular licitações e outras coisas mais. O Governo não tem adotado providências. A própria Justiça e a Polícia Federal continuam ainda em débito com o País com relação a dois casos escabrosos: o de Waldomiro Diniz – que continua solto, nunca foi algemado, nunca foi preso – e o dossiê da campanha eleitoral. São dois casos obscuros. No primeiro, o Waldomiro Diniz foi pego com a boca na botija, assaltando, extorquindo uma pessoa do jogo de azar, do jogo de bicho, do bingo: o Cachoeira. O outro, o caso do dossiê, foi um acinte em plena campanha eleitoral, que até hoje não foi esclarecido. São, portanto, dois casos que merecem a atenção do País e, sobretudo, da Justiça. Quero me incorporar ao pronunciamento de V. Ex^a, a esse sentimento que V. Ex^a exterioriza hoje de chamar a atenção do Presidente. Esse é o grande momento de o Presidente tomar as providências, deixar de fazer jogo de cena, deixar de usar a demagogia, descer do palanque definitivamente. Ainda domingo, no *Estadão*, Sua Excelência dá uma entrevista em que diz que seu governo já foi julgado, a eleição julgou seu governo. Quem está julgando seu governo é o Supremo, a mais alta Corte do País é quem está fazendo esse julgamento agora. Não é mais a Oposição no Senado ou na Câmara dos Deputados que é acusada, como V. Ex^a disse, de Oposição ressentida; não é a mídia, a quem o Presidente tem acusado de passional. Sua Excelência está enveredando, Senador Tasso Jereissati, Presidente de um grande Partido, o PSDB, por um caminho que nem o Chávez segue na Venezuela, pregando a luta de classes entre ricos e pobres. O Chávez escolhe os Estados Unidos para dar suas esculhambações. Aqui, o Lula, num jogo perigoso, altamente perigoso – e não sei se tem a dimensão do que está fazendo –, diariamente prega a luta de classes entre ricos e pobres. Num país com as dificuldades do Brasil, mergulhado num mar de lama, de corrupção, de todo tipo de safadeza, o Presidente da República fica por cima, olhando e dizendo que essa não é responsabilidade sua. O seu Partido está envolvido até a goela, e Sua Excelência simplesmente fica isento de tudo, pairando acima das coisas. De forma que quero me congratular com V. Ex^a. Este é o grande momento de o Presidente Lula tomar a iniciativa de também punir essas pessoas, de afastar pessoas envolvidas que estão dentro do seu Governo, de ser mais atento a todos esses acontecimentos, de corresponder à expectativa da população brasileira, pois no pleito passado obteve uma expressiva votação. Estamos no início do julgamento no Supremo. É importante que a gente acompanhe isso atentamente junto ao Supremo, no sentido de que haja desdobramentos, não fique só no acolhimento da denúncia. É

importante que o Presidente da República passe a ter esse sentimento de que é preciso combater a impunidade. E ninguém melhor do que o Presidente da República para se incorporar a essa luta. Essa luta não é da Oposição, e a mídia não deve ser responsabilizada negativamente, tampouco a pregação de luta de classes levará a coisa alguma.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Jarbas Vasconcelos, por sua tão competente análise e intervenção, que veio enriquecer muito o meu pronunciamento.

Ouçó o Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (DEM – SP) – Agradeço a V. Ex^a. Acho que o Senador Jarbas Vasconcelos foi correto na análise que fez. V. Ex^a sabe do respeito que tenho pela sua pessoa; é antigo e acredito será permanente, pela lisura com que V. Ex^a se conduz nesta Casa, sem agredir, sem buscar fantoches, mas agindo diretamente no âmago das questões de interesse da sociedade brasileira. Estivemos recentemente com a Ministra Presidente do Supremo Tribunal Federal e tínhamos uma preocupação real sobre o julgamento da denúncia feita pelo Procurador-Geral. S. Ex^a nos mostrou que tinha escaneado todos os processos, um a um, para colocá-los à disposição dos quarenta advogados, se assim houvesse, que não pediriam vistas em cartório, podendo segurar, dessa forma, o processo por trinta ou quarenta dias. Com isso o processo seria procrastinado por muito tempo. Aqueles que estão acompanhando o procedimento do julgamento puderam perceber que o Ministro Joaquim dividiu por grupos de ação os quarenta denunciados. É uma iniciativa perfeita, pois S. Ex^a liga e interliga um ao outro para mostrar a associação que se chama de quadrilha. Então, ela está formada, e eles estão fazendo a denúncia excluindo aqueles que não pertencem àquele grupo, mas que vão se ligar a outro na próxima denúncia ou já o fizeram na denúncia anterior. Então, acho que isso é tão claro que a sociedade, hoje, sabe que houve o mensalão, houve a prática do crime e houve uma organização criminosa para tirar proveitos financeiros para as eleições. Sendo assim, solidarizo-me com V. Ex^a e peço que todos nós continuemos a nos ocupar em ouvirmos cada um dos Ministros e, depois, solicitarmos cópia de toda a aceitação das denúncias para que possamos analisar aqui uma a uma com o nome daqueles que estão indiciados para serem aprofundadas as investigações. Parabéns, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma, por suas palavras sempre tão generosas, tão amigas.

E gostaria de encerrar, Sr. Presidente, dizendo que essa é a grande oportunidade de o Presidente

Lula mostrar realmente se é o estadista que muitos esperam que seja, ou se é um Presidente que chegou ao poder e vai não apenas repetir os malfeitos já perpetrados no passado, mas vai repeti-los em escala maior e com maior profundidade.

O Presidente precisa ver que o que aconteceu continua acontecendo em muitos lugares e que aquele a quem ele chamou – quero lembrar aqui – de “capitão do time” virou chefe da quadrilha. Isso não foi dito por mim, Senador Tião Viana, que eu respeito muito, mas pelo Supremo Tribunal Federal, por unanimidade. O chefe do Governo, o Presidente do PT, o Secretário-Geral do PT, o Tesoureiro do PT foram considerados uma quadrilha da qual o Ministro-Chefe da Casa Civil, o capitão do time, era o chefe.

O Presidente deve vir a público para tomar todas as medidas punitivas: afastamento político e administrativo, terminando com esse resto de coisas que ainda existe montado em função dessa quadrilha. Só assim Sua Excelência mostrará que é um estadista e que realmente está querendo mudar a nossa história, ou, do contrário, dará mais um exemplo de que o que não é legal, o que é ilícito, o que é do mais esperto vale a pena neste País, porque acaba dando certo para aqueles que infringem a lei.

Essa é a grande oportunidade, como disse o Senador Jarbas...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Permite-me um aparte Senador Tasso?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador Mário, com prazer.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Tasso, primeiramente quero parabenizar V. Ex^a pelo oportuno pronunciamento que faz na tarde de hoje para a Nação brasileira, demonstrando a preocupação de V. Ex^a com a corrupção neste País. Todos nós – tenho certeza de que é uma unanimidade, seja de que Partido for – estamos parabenizando o Supremo pelas providências que está tomando. Agora, Senador Tasso Jereissati, muita coisa ainda precisa ser corrigida nesse Governo em função de corrupção. É lógico que já há muitos nomes que já foram apurados e que ainda estão aí, como citou o Senador Jarbas Vasconcelos, como é o caso do Waldomiro Diniz. Mas não é só o Waldomiro, não; há outros, até membros da família do Presidente. Onde se mexe nesse Governo, cheira a corrupção. Agora mesmo, na CPI do Apagão Aéreo, o que estamos vendo na Infraero, na Anac, enfim, é uma vergonha nacional! Eu, que estou aqui há seis, sete meses – V. Ex^a está aqui há muito tempo –, fico, às vezes, a meditar na minha casa: se realmente o Presidente Lula não tem culpa em nada disso, por que não procura acertar o seu governo, principalmente combatendo a

corrupção no miolo do seu governo? Onde se mexe, se tem a impressão de que há corrupção. Isso é terrível, Senador! Se V. Ex^a estivesse na Comissão do Apagão Aéreo, tão bem dirigida pelo Presidente Tião Viana – e não me canso de dizer isso – e pelo Relator Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a estaria decepcionado como estou eu. Decepcionado como estou eu! Sinceramente, sem querer ofender, se o Presidente Lula não tomar nenhuma providência mais enérgica nesse sentido, tenho certeza de que ele sabe de muita coisa e deixa acontecer. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Mário Couto, pela indignado aparte que faz como membro da CPI do Apagão.

E, novamente: Presidente Lula, esperamos um gesto de grandeza neste momento, até para que o País possa, realmente, se orgulhar ou se decepcionar com o Presidente que tem.

Durante o discurso do Sr. Tasso Jereissati, o Sr. Garibaldi Alves Filho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao Senador Tasso Jereissati.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra, por cessão do Senador Marco Maciel; em seguida, falarão o Senador Expedito Júnior e o Senador Mozarildo Cavalcanti, cujas inscrições, infelizmente, haviam passado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, gostaria de saber em que lugar estou na lista de inscrição, como Líder do PSDB?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito, como Líder, após o Senador Expedito Júnior e a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a está intercalando – é isto?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Exato, um orador e um Líder.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PT – AC) – Obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, meus senhores e minhas senhoras, ouvimos já algumas palavras relevantes nesta tarde de hoje. De uma maneira especial, chamarei a atenção para o discurso do Senador Tasso Jereissati, que fala, com absoluta exatidão, de fatos que nos cabe – a nós, políticos, no sentido mais amplo – entender,

compreender, interpretar e produzir, a partir desses fatos, alguma consequência.

A marca desse tempo em que nós atravessamos é a impunidade. Nada mais dramático para a vida pública brasileira do que a impunidade, que produz efeitos em cascata na sociedade inteira, estimula a permissividade, amplia o espaço para a corrupção e reproduz, na sociedade, vícios, que um País como o Brasil, com a sua história, com a sua base institucional, com o seu conteúdo sociológico, não tem como compatíveis uma base que nada tem a ver com a sociedade brasileira na sua forma e no seu conteúdo.

Nesse instante, penso que um fato importante, entre tantos, deve ser avaliado com precisão. Não vai ser o meu discurso, não vai ser a palavra de um ou outro Senador, que saberá examinar, na extensão, o que aconteceu hoje.

De um lado, a impunidade; de outro, a enorme capacidade que tomou conta do povo brasileiro, para não se indignar. Arquivamos a nossa capacidade de indignação.

A volúpia dos meios de comunicação, centenas e dezenas de informações sobre atos ilícitos, aliada à impunidade, de outro lado, têm como resultado essa passividade.

Nunca o eleitorado brasileiro foi tão conservador. Sempre entendi que a eleição do Presidente Lula, a última eleição, de maneira especial, teve todo o aspecto de uma eleição conservadora.

Não foram as propostas “radicais” do PT, ao longo da sua vida histórica, que produziram a vitória do Presidente Lula agora. As propostas do PT e a luta social do PT valeram para a sua primeira eleição; para a sua reeleição, valeu o discurso conservador – conservador em relação às massas –, porque pode alguém fazer qualquer comentário com maior sutileza e sofisticação sobre o Bolsa-Família, mas, evidentemente, ninguém será capaz de dizer que a instituição do Bolsa-Família seja, de alguma maneira radical, seja, de alguma forma, instrumento de emancipação popular, de organização do povo, com vistas a mudanças substantivas na organização social. Nada disso! O Bolsa-Família é um processo de acomodação social, de atendimento social, que não leva à revolução social de nenhuma espécie.

De outro lado, todo o discurso que se reproduz hoje tem esse mesmo conteúdo conservador. Ajustamos para fora; fizemos um grande superávit primário; acoplamo-nos a estratégias que não são brasileiras. O Brasil não é como a China, que tem projetos. Nada disso! O Brasil é um País que não têm projetos. As coisas acontecem aqui por gravidade ou por resultado dos grupos de pressão. Nunca por um projeto que su-

bordinasse as instituições do País para construção de um determinado quadro social e de um País do futuro. Não existem projetos no Brasil. No máximo, algumas ações coordenadas, que, agora, tomaram o nome de PAC, que correm o risco de ser desvirtuadas numa espécie de “bolsa-eleição”, que, agregado o Bolsa-Família, cria um quadro total de conservadorismo e acomodação.

No entanto, o Supremo Tribunal Federal brasileiro mostrou, para quem não acreditava, que o Brasil continua vivo. Continua como os brasileiros querem e esperam: que ele se transforme crescentemente num País respeitável. Nada tenho de pessoal contra nenhum daqueles atores; mas não são atores apenas – pequenos atores da vida pública brasileira –, são personalidades que pautaram o Governo do Presidente Lula, que ainda influem sobre este Governo, e que no passado pautaram a construção de um grande Partido popular no Brasil, que foi o Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Sérgio Guerra, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Pois não, Senador.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Quero me associar ao pronunciamento que V. Ex^a faz – aliás, vários outros Senadores já o fizeram nesse sentido – num momento adequado. Realmente, como V. Ex^a disse, o Brasil respira aliviado por saber que, efetivamente, talvez o mais importante dos Poderes, o Judiciário, mostra, em um momento bastante necessário, uma ação decisiva e séria. É bom sempre aqui frisar que se antes o Supremo não fazia isso é porque, até 2001, havia um dispositivo constitucional em que Senador e Deputado só eram processados com autorização das Casas. Agora, a coisa se inverteu. O Supremo processa e as Casas, se quiserem, cassam o processo, o que é muito difícil acontecer. Então, de 2001 para cá é que isso começou a acontecer. Cinqüenta por cento dos processos que estão no Supremo são de 2006. Mas, nesse caso, é bom também frisar que o Legislativo teve uma importância decisiva, oriunda de uma CPMI, em que foram, digamos assim, abertos e descobertos todos os fatos que estão hoje sendo apreciados pela Justiça.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Agradeço-lhe o aparte, Senador Mozarildo, absolutamente esclarecedor.

Quero chamar a atenção para um ponto: o fato da relevância dos acontecimentos desta semana, fazendo uma abordagem que não seja restritamente oposicionista e muito menos partidária desses fatos.

Todos reconhecem que há um imenso desgaste nas instituições públicas e no conceito do Congresso de uma maneira especial. A democracia está combalida pela impunidade, pela permissividade que tomou conta do País e pela passividade de muitos. Que essa demonstração de maturidade da Justiça brasileira, das instituições brasileiras seja apropriada! Apropriada por quem? Pela Oposição é muito pouco. Não podemos confundir o nosso discurso de hoje apenas com o combate ao Governo, com a confirmação de que o Partido dos Trabalhadores ou o Governo do Presidente Lula está ou foi contaminado por processo de corrupção. Isso é importante, mas não é tudo.

Importante seria que todos compreendessem que esse é o momento de começar a virar essa dramática página da vida pública brasileira, que tem reproduzido escândalos e desgastes, que coloca o nosso povo numa posição passiva e que não representa mudança nenhuma.

Devemos construir um País que não seja um País dos espertos, ou o País dos falsos heróis – e, vez por outra, eles surgem se apropriando da ventania da opinião pública, mas sem consistência real nessa apropriação.

O Sr. Epitácio Cafeteira (Bloco/PTB – MA) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Só um minuto, Senador; com o maior prazer.

Penso que hoje deveria ser um dia importante para todos; um dia de comemoração da democracia brasileira. Vamos começar um novo momento. Chega de notícia deploráveis. Chega de telefones grampeados. Chega de espetáculos da Polícia Federal! Queremos fiscalização, mas não precisamos de espetáculos. Não dá para continuar a vida pública como ela está agora, quando todos andamos e somos confundidos, os que fazem assim e os que fazem de outro jeito. Não há ninguém que se salve disso isoladamente. “Olha, eu sou mais sério do que os outros.” Não tem isso! O que há é a decisão do Supremo Tribunal Federal; o que há são os fatos, que estão ao alcance de qualquer um, se quiserem interpretar esses fatos com a devida consistência, coerência e neutralidade.

Eu não vejo outro caminho para nós, sinceramente. Se esses exemplos que vemos hoje reproduzidos nos jornais não forem interpretados, não gerarem conseqüência, não apenas conseqüência legal nos processos, mas conseqüência política na sociedade, no Brasil, nos partidos, nas instituições, não há mais o que fazer. Vamos ficar sob a provável dominação de discursos demagógicos, desses que vão com os ventos da opinião pública mas não vão com o conteúdo do que o País precisa, no império da ditadura econômica que

existe hoje no Estado público federal sobre a sociedade inteira, sob a fiscalização da Polícia Federal. Nada contra a Polícia Federal. Mas não podemos ser uma sociedade pautada pelo que faz a Polícia Federal.

Não podemos ser o Senado das CPIs ou a Câmara das CPIs. São importantes as Comissões Parlamentares de Inquérito, mas elas não mudam muita coisa. Quando mudam, tudo bem, mas, em cada dez, duas produzem resultados e oito não produzem resultado nenhum. Está aí o exemplo, está aí o momento. Tenho absoluta convicção de que este momento deve inspirar muita gente no Brasil, para que haja mudança que justifique a nossa permanência na vida pública. Quem quiser ficar rico, vá fazer outra coisa. Quem quiser ser político, tem de valorizar o que o Supremo fez. Valorizar e acreditar que aquilo é o começo da mudança. Pessoalmente, acredito nisso.

Ouçó o Senador Epitácio Cafeteira.

O Sr. Epitácio Cafeteira (Bloco/PTB – MA) – Nobre Senador Sérgio Guerra, tenho mesclado aplausos e, às vezes, até críticas ao discurso de V. Ex^a. V. Ex^a diz, de maneira muito clara, que estamos vivendo em plena democracia, que o Supremo está dando a demonstração de que o regime está vivo. E, de repente, é contra a situação, como se não houvesse essa esperança de que o Supremo vivo fará funcionar as instituições no País.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Acredito nisso. O Supremo está vivo e deve fazer funcionar as instituições do País, mas a democracia está doente. Há uma doença muito grave na nossa democracia que precisa ser curada. Não com ilusão, mas com posições concretas, de maneira que possamos, de uma forma ou de outra, recompor a confiança da sociedade nas instituições, da sociedade no Congresso, da sociedade no Senado, para que não fiquemos prisioneiros da investigação policial de um lado e da incapacidade de produção do Congresso de outro lado.

A república das medidas provisórias não pode prevalecer. A distribuição...

(Interrupção do som.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – ...dos cargos públicos no Estado, sem critério e responsabilidade, não pode prevalecer. A publicidade enganosa, total, absoluta e irresponsável, que faz com que instituições públicas gastem mais com publicidade do que com investimento, não pode continuar. Este Senado permissivo não pode continuar permissivo. Essa tem de ser uma decisão nossa.

Temos de fazer o que fizeram os que estão no Supremo: honrar a tradição republicana e democrática do Brasil, e não nos escondermos atrás dos nossos

partidos ou do nosso eventual prestígio ou de qualquer forma de poder, o que não resolve o essencial. O essencial é um regime transparente, democrático, que honre o voto; ao invés de comprar o voto.

Por que não sair disso para uma reforma política imediatamente? Vamos disputar eleições agora, de novo, com as mesmas regras que disputamos as últimas eleições. Por que o Governo reproduz uma aliança para governar igual à que teve antes e que produziu o mensalão e tudo isso?

É preciso olhar para frente. A decisão do Supremo Tribunal Federal nos leva a isso. Se não fazemos isso, não temos responsabilidade pública e estamos abaixo das expectativas do País.

Ouçó o Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Sérgio Guerra, mais uma vez, parabéns pelo pronunciamento. Quero apenas reforçar um aspecto importante. O Supremo, graças a Deus, está vivo, e chama a todos nós Senadores, Deputados e Executivo para que acordemos também, para que não fiquemos adormecidos, em complacência com a corrupção, com o fisiologismo. E o mesmo sistema – como V. Ex^a bem ressalta – que levou à formação dessa quadrilha, confirmada agora pelo Supremo, continua vigendo. Vota-se em troca de cargos, de loteamento de cargos públicos, por interesses pessoais, por emendas que não são prioridades reais, que não são, às vezes, nem compatíveis com a real necessidade do País. Troca-se de partido da mesma maneira e governa-se não pela idéia, não pelo convencimento, levando a um processo lento de corrupção que vai comendo toda uma instituição, o que nos leva à situação que V. Ex^a comentou. Foi muito importante o que V. Ex^a levantou, o alerta que fez. Nossa credibilidade e nossa vida pública estão em jogo. Está em jogo essa instituição fundamental deste País. Creio no chamamento do Supremo a fim de acordar esta Casa para que não sejamos tão complacentes com aquilo que não é direito, com aquilo que não é correto, com aquilo que não é moral, com aquilo que não é ético.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, encerro minhas palavras dizendo que normalmente faço discursos contra o Governo. Não fiz este. Nem o fiz contra o Partido dos Trabalhadores. Mas pela democracia no Brasil.

Se quisermos cuidar deste País com responsabilidade, vamos olhar, interpretar e nos apropriar do que fez o Supremo Tribunal Federal, construir uma ampla reforma, um novo pacto, uma nova base para governar o Brasil, para mudar o País mesmo, a fim de que haja um projeto para avançar, que possa nos unificar, de forma estruturante e estruturadora, ao invés des-

sas conjunturas que estão fazendo a vida pública não valer a pena sob nenhum aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Meus cumprimentos a V. Ex^a, Senador Sérgio Guerra.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti; a seguir, ao Senador Expedito Júnior.

A Presidência esclarece que, tendo sido lido que não há mais Ordem do Dia, passará a dar prioridade à inscrição dos Líderes. Aguardo o Presidente Renan Calheiros para tomar a decisão.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encaminhei à Mesa um requerimento solicitando homenagem pelo falecimento do Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica de Roraima, o nosso querido irmão Ademir Pinheiro Viana.

Na justificativa, sintética, disse que Ademir é um roraimense, nascido na cidade de Boa Vista, no dia 07 de abril de 1948, advogado, empresário e Grão-Mestre Geral da Grande Loja Maçônica do Estado de Roraima. Faleceu no domingo, 26 de agosto, no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, vítima, Senador Tião Viana, de um câncer que o atacou. De forma muito penosa, ele enfrentou com bravura esse período. Conscientemente, ele deixou uma carta para os maçons de Roraima, incentivando-os a continuar a luta pelo soerguimento da humanidade, pela atenção aos excluídos e, principalmente, pela batalha incessante de levarmos a todas as brasileiras e a todos os brasileiros nosso grande lema de igualdade, liberdade e fraternidade para com todos.

Peço, Sr. Presidente, que quatro documentos sejam transcritos em seu inteiro teor como parte deste meu pronunciamento que faço em homenagem ao Grão-Mestre da Grande Loja de Roraima. Leio apenas alguns trechos do pronunciamento feito pelo orador da Grande Loja, por ocasião da cerimônia fúnebre, na Loja Maçônica, evidentemente com a presença do corpo do nosso Grão-Mestre.

“Para os que não tiveram a oportunidade de conviver com o nobre Irmão Ademir Pinheiro Viana, registramos que ele era roraimense, nascido em Boa Vista no dia 7 de abril de 1948. Era filho do senhor Anderson Viana dos Santos e da senhora Raimunda Pinheiro Viana.

Ademir Viana começou a trabalhar aos 6 anos de idade para ajudar a família e, posteriormente, se tornou o primeiro empresário no ramo de limpeza pública-privada...” no Estado de Roraima.

“Também atuou no ramo de sinalização e marketing, na confecção de placas de veículos e de endereços.”

(...)

“Foi membro ativo e realizador de obras sociais no Rotary Club de Boa Vista.

Depois de casado, com filhos, cursou Direito na Universidade Federal de Roraima, tornando-se Bacharel em Direito. Em seguida, submetido às provas da OAB, foi aprovado e tornou-se advogado de pleno direito, exercendo a atividade.

Na infância e na adolescência, foi aluno do Ginásio Euclides da Cunha e da Escola Monteiro Lobato. Ao término do seu curso, foi convidado para ministrar aulas nessas unidades de ensino, tendo sido professor da disciplina de Contabilidade.

Na Maçonaria, foi um expoente do saber e da vivência maçônica.

Estava ele, em 1972, na cidade de Parintins, no Amazonas, quando foi convidado para ingressar na nossa Ordem. Sua iniciação se deu no dia 14 de outubro de 1972, na augusta e respeitável Loja União Paz e Trabalho. Posteriormente, foi elevado ao Grau de Companheiro, em 1972.

No seu retorno a Boa Vista, Roraima, seu Estado natal, filiou-se à Loja Liberdade e Progresso, a primeira loja maçônica a ser criada no então Território Federal de Roraima, que veio a transformar-se no nosso atual Estado de Roraima.

Foi exaltado a Mestre Maçom no dia 2 de março de 1974.

Ingressou, depois, na augusta e respeitável Loja Sílvio Lôfego Botelho nº 3. Sílvio Botelho, quero deixar claro aqui, era o pai do Senador Augusto Botelho. O Dr. Sílvio foi o mestre de todos os médicos de Roraima.

Posteriormente, por sua dedicação e conhecimento maçônico, foi eleito Venerável Mestre da Loja Sílvio Botelho nº 3, tendo ocupado esse cargo no período de 4 de julho de 1990 a 24 de junho de 1992. Ao término do mandato, foi convidado para ocupar cargo na administração da Grande Loja, passando a fazer parte do Conselho de Justiça Maçônica da Grande Loja de Roraima.

Por último, foi eleito Sereníssimo Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica do Estado de Roraima, em dois períodos: de 2002 a 2005; e de 2005 com término previsto para 2010,

quando foi chamado, como dizemos, para o Oriente Eterno, quer dizer, para o outro plano, onde tem sua nova morada – na Jerusalém Celeste, como o chamamos.

Por fim, Sr. Presidente, depois de ler trechos deste pronunciamento sobre o orador da Grande Loja, quero abraçar a esposa do irmão Ademir, a viúva, a nossa cunhada Maria das Graças; os filhos, que já são irmãos maçons, Alex e Sandro; e a nossa sobrinha Alessandra Moura Viana, por esse momento de dor por que passam.

Quero ressaltar também, Sr. Presidente, que estive presente aos funerais, principalmente à sessão fúnebre, e foi uma demonstração, realmente, de muita solidariedade. Os maçons de Roraima em peso lá estavam, como também muitos não-maçons, que tinham no Ademir o exemplo de um homem que sempre se procurou pautar nos princípios maçônicos do ser livre e dos bons costumes e, principalmente, de luta contra os males, como nós dizemos, muito claramente, “Cavando masmorras aos vícios e levantando templos à virtude.”

Ouçó, com muito prazer, o Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, peço um aparte a V. Ex^a, para me solidarizar com a família do companheiro Ademir e dizer que, realmente, ele cavou masmorras para as injustiças e construiu templos. A Maçonaria, durante esse período dele, multiplicou os templos em muitos Municípios e em Boa Vista, nos quais ele tinha participação ativa em todas as solenidades que ocorriam. Ademir também é um exemplo. Começou a trabalhar bem cedo, estudava, trabalhava, ajudou a criar suas irmãs. Gostaria só de lembrar que, quando cheguei a Roraima, como médico, dois anos depois de formado, a mãe dele estava em estado terminal por causa de uma doença maligna. Eu a acompanhei. Foi aí que fiquei ainda mais fã do Ademir, que conheci menino; depois voltei, e ele era homem. Ele e a Graça cuidaram muito bem daquela senhora, a D. Raimundinha; vi o tamanho do coração, da dedicação deles. Até brincava, dizendo que, se eu tivesse uma nora, gostaria que ela fosse como a Graça. Eu brincava, porque ela se dedicou muito. E o Ademir, Deus o chamou muito rápido. Não foi, Senador Mozarildo? Ele desfilou no dia 7 de setembro, no ano passado, durante os festejos da Pátria, e este ano não chegou a ver novamente os festejos. Tenho certeza de que os filhos dele seguirão o exemplo do pai, homem honrado e trabalhador, que sempre respeitou a liberdade e os mais fracos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Obrigado, Senador Augusto Botelho. V. Ex^a,

embora não seja maçom, é filho de um grande maçom, seu pai, Dr. Sílvio Botelho. Como V. Ex^a tem dito, não é maçom ainda; está perdendo tempo, pensando, decidindo entrar.

De qualquer forma, quero terminar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mandando um abraço a todos os irmãos maçons de Roraima, dizendo do nosso luto por essa perda, que não é só da Maçonaria de Roraima, mas da Maçonaria brasileira e da Maçonaria universal.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e 2º, do Regimento Interno.)

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI

HOMENAGEM AO SERENÍSSIMO

Senhoras e senhores...

Cunhadas, sobrinhos e sobrinhas...

Irmãos em fé no Grande Arquiteto do Universo, Não são as palavras que irão traduzir esta nossa tristeza, pois brotam dos nossos corações os mais plangentes soluços de dor e perda por um Irmão tão nobre, querido e possuidor de um carisma sem igual.

Sei que não estou para elogiá-lo, uma vez que ele tudo fez em vida para merecer os nossos aplausos, mas não posso deixar de homenagear o nosso estimado Grão-Mestre, o Mestre Maior da Grande Loja Maçônica do Estado de Roraima e, como tal, merecedor do nosso profundo respeito e a nossa eterna gratidão pelo o muito que fez pela Maçonaria roraimense e por cada loja de sua jurisdição.

Meus Irmãos encarregaram-me de transmitir os seus sentimentos de admiração, respeito e gratidão por tudo o que o Irmão, e Grão-Mestre, Ademir Viana significa e significou para cada um que teve o privilégio e a honra de compartilhar seus momentos maçônicos e de trilhar o caminho por ele determinado.

É certo que atravessamos fases difíceis e escabrosas situações que concorreram para abalar sua saúde e, por conseguinte, causaram-lhe tristeza e angústia. Poucos o compreenderam, raros os que compartilharam seu pensamento altruísta e de visão futura empreendedora.

Mas, todos são testemunhas da real transformação da nossa Grande Loja. Não só no aspecto físico da construção civil. Mas, do prestígio que nossa Sublime Ordem adquiriu sob sua presidência.

Recebemos no nosso estado 26 Grão-Mestres que vieram de várias capitais, atendendo o convite do

Sereníssimo Grão-Mestre Ademir Pinheiro Viana, por ocasião do XXIII (vigésimo terceiro) Encontro de Grão-Mestres da Região Norte. Esse Encontro mostrou o quão prestígio possuía o nosso Sereníssimo Mestre. Em recente encontro em Recife, por ocasião da Confederação Maçônica Simbólica do Brasil – CSMB, o Irmão Ademir Viana, quando de sua entrada triunfal, anunciado pelo Grande Mestre de Cerimônias naquele evento, o Irmão Ademir Viana, na qualidade de representante maior da Maçonaria roraimense, foi aplaudido de pé! Isto mostra o quanto ele gozava de prestígio na Maçonaria brasileira.

Aos que não o compreenderam em sua plenitude humana e na qualidade de Grão-Mestre, restam a eles o dissabor de não ter podido aproveitar por completo seus sábios ensinamentos. Fica, portanto, o remorso, da perda desta oportunidade.

Os seus ensinamentos nos servirão de guia na sinuosa estrada do destino que está reservado a cada um de nós.

A nossa Sublime Ordem precisa de exemplos como estes que nos deu o Grande Irmão Ademir Viana. Exemplos que ficarão inscritos em caráter indelével na alma de todos, para edificação de muitos e aplausos da posteridade. Todos nós sentimo-nos órfãos.

Para ele se volta a alma agradecida de nossa terra; para ele se dirige o reconhecimento da nossa gente; para ele se faz mais forte a lealdade, o reconhecimento e a eterna saudade dos muitos amigos que aqui deixou.

Jamais ouvimos dizer que ele tivesse um instante de esmorecimento no calor de suas lutas, que recuasse diante de qualquer obstáculo, que não deixasse de subir sempre com a mesma galhardia até atingir um dos gloriosos píncaros de sua carreira profissional, tanto como Grão-Mestre, empresário de sucesso e advogado de renome.

E, aqui, o temos diante de nós, com sua serenidade que se extingue em sua última morada, mas ele continuará vivo em nossa memória.

A nossa estima e condolência à sua família. Particularmente à digníssima senhora e cunhada Maria das Graças de Moura Viana, que é parte da história de vida do Irmão Ademir Viana e, sem sombra de dúvida, ao lado de seu marido, ela é a mulher, esposa, amiga, companheira, consoladora, peito aberto e ombro amigo, em todos os momentos, em todos os segundos do casal-símbolo da Maçonaria roraimense.

Aos seus filhos: Alex Moura Viana e Sandro Moura Viana, e à sua filha Alessandra Moura Viana, a nossa eterna gratidão, o nosso respeito e à nossa admiração pela grandeza de espírito, de solidariedade paterna, demonstrada no mais doloroso episódio de suas vidas.

Fica registrado, no Balaústre da História da Maçonaria roraimense, a família do nobre Irmão Ademir Pinheiro Viana. Que seus nomes se perpetuem em todas as gerações vindouras.

Senhoras e Senhores
Cunhadas, Sobrinhos e Sobrinhas
Irmãos Maçons,

Para os que não tiveram a oportunidade de conviver com o nobre Irmão Ademir Pinheiro Viana, registramos que ele era roraimense, nascido em Boa Vista no dia 7 de abril de 1948. Era filho do Senhor Aderson Viana dos Santos e da senhora Raimunda Pinheiro Viana.

Ademir Viana começou a trabalhar aos seis anos de idade para ajudar a família e, posteriormente, se tomou o primeiro empresário no ramo de limpeza pública-privada com a firma NORTECOM – Norte Placas, e depois, constituiu a empresa Disk-Entulhos.

Também atuou no ramo de sinalização e marketing, na confecção de placas de veículos e de endereços. Foi um dos primeiros empresários no setor de serralaria e expositor da Primeira Feira Industrial de Roraima, em 14 de outubro de 1985.

Foi membro ativo e realizador de obras sociais no Rotary Clube de Boa Vista.

Ademir Pinheiro Viana cursou Direito na Universidade Federal de Roraima – UFRR, tendo se tornado Bacharel em Direito, em seguida submetido às provas da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – Seção Roraima –, foi aprovado, e se tornou Advogado de pleno direito para ostentar este título.

Na infância e adolescência Ademir Viana foi aluno do Ginásio Euclides da Cunha – GEC –, e da Escola Monteiro Lobato.

Ao término, foi convidado para ministrar aulas nessas unidades de ensino, tendo sido professor da disciplina de Contabilidade.

Na Maçonaria foi um expoente do saber e da vivência maçônica.

Estava ele, em 1972, na cidade de Parintins, no Amazonas, quando foi convidado para ingressar em nossa Sublime Ordem.

Sua Iniciação se deu no dia 14 de outubro de 1972, na Augusta e Respeitável Loja Simbólica “União, Paz e Trabalho”. Posteriormente foi elevado ao Grau de Companheiro em 27 de dezembro de 1972.

No seu retorno à Boa Vista, se filiou à Loja Liberdade e Progresso nº 32 – que, à época, era jurisdicionada à Grande Loja do Amazonas e territórios limítrofes.

Foi exaltado a Mestre Maçon no dia 2 de março de 1974.

Atendendo a convite, ingressou na Augusta e Respeitável Loja “Silvio Lofêgo Botelho nº 3”, situada na Travessa Eustáquio Júlio de Macedo, Bairro 31 de Março – Oriente de Boa Vista. Ocupou os cargos de Mestre de Cerimônias e Secretário da Loja.

Por sua dedicação e conhecimento maçônico, foi eleito Venerável Mestre da Loja Silvio Botelho nº 3, tendo ocupado esse cargo no período de 4 de julho de 1990 a 24 de junho de 1992. Ao término do mandato foi convidado para ocupar um cargo na Administração da Grande Loja, passando a fazer parte do Conselho de Justiça Maçônica da Grande Loja de Roraima.

Desejando aprofundar-se mais nos mistérios da nossa Sublime Ordem, o irmão Ademir Pinheiro Viana, iniciou no 4º GRAU – MESTRE SECRETO –, na Loja de Perfeição Coronel Pinto, depois, em sua caminhada maçônica, foi Perfeito e Sublime Maçom no Grau 14;

Ingressou no Capítulo e foi Príncipe Rosa-Cruz, no Grau 18º;

Soberano Príncipe da Maçonaria – no Grau 20; tendo ingressado no Conselho de Cavaleiros Kadosh “Gaspar Guimarães” no Grau 22, como Príncipe do Líbano –Cavaleiro do Real Machado;

Ingressou no Consistório – Príncipe de Real Segredo, chegando ao ápice do conhecimento maçônico – Grau 33º – Soberano Grande Inspetor Geral.

E, por último, eleito Sereníssimo Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica do Estado de Roraima, em dois períodos: 2002 a 2005, e 2005 com término previsto para 2010, quando foi chamado para o Oriente Eterno, onde tem sua nova morada na Jerusalém Celeste.

Dentre suas várias realizações a frente da Grande Loja, devemos lembrar que ele, aguerrido como sempre foi, empreendeu a grande transformação das instalações do prédio da Grande Loja, construindo um moderno Auditório, salas do Grão-Mestrado e para o Adjunto. Dotou a Secretaria com modernos computadores, e determinou o cadastramento dos irmãos de todas as lojas, para que ele pudesse emitir as carteiras em material idêntico a cartão de crédito, com novo **layout**.

Em sua administração foram criadas as Lojas: Igualdade nº 10 e General Bento Gonçalves nº 11.

Em 19 de agosto de 2004, a Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, o convidou para que o Plenário daquela Egrégia Casa Legislativa prestasse, através do Sereníssimo Grão-Mestre, uma homenagem à Maçonaria roraimense.

Em 2005, atendendo ao seu convite, vieram a Roraima, 26 Grão-Mestres para participar do Vigésimo Terceiro Encontro de Grão-Mestres da região Norte, tendo sido um sucesso e levados daqui uma excelente

impressão e uma permanente gratidão e apreço pela receptividade recebida de todos os irmãos.

O Irmão Ademir esteve presente em quase todos os encontros por ocasião da realização da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, que é realizado a cada ano em uma capital brasileira. A sua última participação foi neste ano de 2007, em Recife, Pernambuco, quando foi homenageado, de pé, por toda a plenária.

Em Boa Vista – Roraima, a Câmara Municipal de Boa Vista, em abril de 2006, concedeu a ele e à senhora sua esposa a Medalha de Honra ao Mérito Rio Branco – a mais alta comenda deste município. A publicação se deu no **Diário Oficial** do Município de Boa Vista, de nº 1.710, datado de 25 de abril de 2006.

Mas, senhoras e senhores

Ilustre família e irmãos maçônicos

Quis Deus – o Grande Arquiteto do Universo – que o Irmão Ademir Pinheiro Viana, retornasse de onde veio, o Oriente Eterno. Aqui, cumpriu o seu tempo e sua missão.

Fez grandes realizações e deixa muita saudade.

E, pelo o muito que realizou, podemos afirmar que “A virtude une o que a morte não separa”.

Sic Transit Gloria Mundi – A Glória no mundo é passageira, e tudo é efêmero. O que ficam são as lembranças das boas ações realizadas.

E, isto, com certeza, ele fez.

Ademir Pinheiro Viana se perpetua na lembrança de todos nós que tivemos o privilégio de tê-lo como amigo, irmão e companheiro em todas as horas. Que descanse em paz na Jerusalém Celeste.

Gostaria, neste momento tão marcante e especial, me dirigir à ilustre família Pinheiro Viana:

Este é um momento de silêncio e pesar, tal qual é a dor que invade o peito de cada um dos membros dessa conceituada e ilustre família.

Porém, não queremos perturbar com nossos soluços e prantos a paz que deve reinar no excelso lugar reservado por Deus ao nosso estimado Irmão Ademir Pinheiro Viana. Mas, não poderíamos deixar de registrar o nosso adeus plangente.

ADEMIR PINHEIRO VIANA

Seu nome se perpetuará no livro da vida e não no da morte. Todavia, porque foste bom, porque foste honesto, porque foste trabalhador, porque foste, sobretudo um Maçom sincero e exemplar chefe de família, temos todos o consolo de saber-te nos braços do Grande Arquiteto do Universo, gozando da bem-aventurança celeste, enquanto nós, teus irmãos e amigos, ainda estaremos às voltas com as lutas, os

dissabores, as fraquezas e os obstáculos deste mundo enganador e efêmero.

Até há pouco tempo, o víamos como enfrentavas a existência, lutando bravamente pelo pão de cada dia, pela tranqüillidade do lar, pelo bem dos teus filhos, sempre ao lado de tua bondosa esposa e companheira, dando atenção que ela merecia, jamais tendo uma palavra áspera para com ela ou mesmo com seus amigos e irmãos;

Mesmo no seio de tantos ambientes adversos e hostis, ele mantinha a serenidade que lhe sempre foi peculiar.

Ademir Viana foi como um bambu ao vento: as ventanias lhe inclinaram, mas não lhe quebraram.

Dotado de uma personalidade forte e marcante, muitas vezes essas qualidades foram confundida como autoritárias e egoístas, quando, na realidade, podiam ser traduzida como “preocupação para melhor servir à causa maçônica, na condução dos trabalhos e da imagem íntegra da Maçonaria roraimense”, como a sociedade vê hoje”. Ele foi e sempre será lembrado pelo amor que dedicou à Maçonaria e à sociedade boa-vistense.

E a prova do que estamos afirmando é tão verdadeira, que toda a cidade e nos quadrantes do Estado de Roraima, a Maçonaria e a sociedade choram por ele.

Nós, que somos parte da Maçonaria roraimense, de todas as Lojas, plantaremos sobre o seu jazigo a flor da saudade, e ficaremos com o rosário da amargura por não o termos mais entre nós.

Descansa, pois velho amigo, companheiro e Mestre em todas as horas.

Aqui ficaremos confiantes que lá no Oriente Eterno, continuarás mais amigo ainda, fazendo com que Deus – O Grande Arquiteto do Universo – se lembre de nós enquanto também haveremos de lembrar-nos de ti.

À família do eterno amigo e Irmão Ademir Viana, o nosso mais profundo respeito e gratidão por tudo o quanto fazem pelo bem da maçonaria roraimense.

A nossa cunhada Maria das Graças; os nossos Irmãos Alex e Sandro, e à adorável sobrinha Alessandra Moura Viana, o nosso mais profundo sentimento de amor, fraternidade e agradecimento perpétuo.

Oriente de Boa Vista – Roraima

PRECE DE CÁRITA

Deus, nosso Pai, que tendes poder e bondade,

Dai força àquele que passa pela provação, dai luz àquele que procura a verdade, ponde no coração do homem a compaixão e a caridade.

Deus! Dai ao viajor a estrela guia, ao aflito a consolação, ao doente o repouso.

Pai! Dai ao culpado o arrependimento, ao espírito a verdade, à criança o guia, ao órfão o pai.

Senhor, que a Vossa bondade se estenda sobre tudo que criastes.

Piedade, meu Deus, para aquele que Vos não conhece, esperança para aquele que sofre. Que a Vossa bondade permita aos Espíritos consoladores derramarem por toda a parte a paz, a esperança e a fé.

Deus, um raio de luz, uma centelha do Vosso amor pode iluminar a Terra; deixai-nos beber nas fontes dessa bondade fecunda e infinita, e todas as lágrimas secarão, todas as dores acalmar-se-ão; um só coração, um só pensamento, subirão até Vós, como um grito de reconhecimento e amor.

Como Moisés sobre a montanha, nós Vos esperamos com os braços abertos, oh! Poder, oh! Bondade, oh! Beleza, oh! Perfeição, e queremos de algum modo alcançar a Vossa misericórdia.

Deus! Dai-nos a força de ajudar o progresso a fim de subirmos até Vós; dai-nos a caridade pura, dai-nos a fé e a razão, dê-nos a simplicidade que fará das nossas almas o espelho onde se deve refletir a Vossa imagem.

Esta prece do Espírito Cárita foi psicografada na noite de 25 de dezembro de 1873, ditado pelo Espírito Cárita, em Bordéus, França, pela médium Sra. W. Krell.

À GLÓRIA DO GRANDE ARQUITETO DO UNIVERSO

MUI E RESPEITÁVEL GRANDE LOJA MAÇÔNICA DO ESTADO DE RORAIMA

À Ilustre família do Irmão Ademir Pinheiro Viana – Sereníssimo Grã-Mestre da Grande Loja Maçônica do Estado de Roraima – Advogado e empresário.

À digníssima cunhada Maria das Graças e aos Irmãos Alex e Sandro e às filhas Alessandra Moura Viana, Jussara e Irailda.

Temos certeza que este é um momento de silêncio e pesar, tal qual é a dor que invade o peito de cada um dos membros dessa conceituada e ilustre família. Porém, não queremos perturbar com nossos soluços e prantos a paz que deve reinar no excelso lugar reservado por Deus – O Grande Arquiteto do Universo – ao nosso estimado amigo e Irmão Ademir Pinheiro

Viana. Mas, não poderíamos deixar de registrar o nosso adeus plangente.

Ademir Pinheiro Viana

Seu nome se perpetuará no livro da vida e não no da morte. Todavia, porque fostes bom, porque fostes honesto, porque fostes trabalhador, porque fostes, sobretudo um amigo sincero e exemplar chefe de família, temos todos o consolo de saber-te nos braços de Deus – o Grande Arquiteto do Universo –, gozando da bem-aventurança celeste, enquanto nós, teus amigos, ainda estaremos às voltas com as lutas, os dissabores, as fraquezas e os obstáculos deste mundo enganador e efêmero.

Até há pouco tempo, o víamos como enfrentavas a existência, lutando bravamente pelo pão de cada dia, pela tranqüilidade do lar, pelo bem dos teus filhos, jamais tendo uma palavra áspera para teus amigos;

jamais criando uma só inimizade, mesmo no seio de tantos ambientes adversos e hostis.

Toda a cidade e nos quatro quadrantes deste Estado, o povo se pranteia por ti. Nós, teus Irmãos Maçônicos e na Fé no Grande Arquiteto do Universo, plantaremos sobre o teu jazigo a flor da saudade, e ficaremos com o rosário da amargura por não o termos mais entre nós.

Descansa, pois velho amigo, companheiro e mestre em todas as horas, e aqui ficaremos confiantes que lá no Oriente celeste continuarás mais amigo ainda, fazendo com que Deus se lembre de nós enquanto também haveremos de lembrar-nos de ti.

Oriente de Boa Vista/RR, 27 de agosto de 2007.
– **Lindberg Melo da Silva**, Eminente Grã-Mestre Adjunto.

Maçonaria se despede de grão-mestre Ademir Viana

Da Redação

Um grande número de pessoas foi ontem dar adeus ao advogado, empresário e grão-mestre da Grande Loja Maçônica do Estado de Roraima, Ademir Pinheiro Viana, que faleceu de falência múltipla de órgãos, domingo, dia 26, às 15h, no Hospital Albert Einstein, em São Paulo.

Viana foi o primeiro empresário no ramo de limpeza público-privada com a firma Nortecom – Norte Placas, e depois, constituiu a empresa DISK-Entulhos. Também atuou no ramo de sinalização e marketing, na confecção de placas de veículos e de endereços. Foi um dos pioneiros no setor de serralharia e expositor da Primeira Feira Industrial de Roraima, em 14 de outubro de 1985.

Era roraimense e nasceu em Boa Vista no dia 07 de abril de 1948. Foi membro ativo e realizador de obras sociais no Rotary Clube de Boa Vista. Ele cursou Direito na Universidade Federal de Roraima (UFRR). Ocupou vários cargos e funções na Maçonaria.

A cerimônia fúnebre ocorreu na Loja Liberdade e Progresso, na rua Coronel Pinto, e contou com a presença de mais de 200 pessoas que o acompanharam depois para o cemitério Nossa Senhora da Conceição, no bairro São Vicente.

Adeus, sereníssimo

Walber Aguiar *

O presente é tão grande, não nos afastemos. Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas. (Carlos Drummond de Andrade)

Era inverno. Tempo de estranheza e complexidade. De chorar a ausência da cumplicidade, do aconchego e da alegria. De lamentar a falta da surpresa e do inusitado. De lembrar que o monge faz o hábito e não o contrário. De pensar sobre o deserto do existir e sobre as miragens que nos alimentam a esperança. De "amar as pessoas como se não houvesse amanhã".

Ademir Viana era uma espécie de Imã, algo que, com magnetismo pessoal, atraía pessoas e fazia convergir a grandeza e os raros momentos de encontro e de canção, de festa e de contentamento. Esteve conosco na Universidade Federal de Roraima, especificamente na turma de Direito. Depois de viver numa espécie de "formigueiro existencial", em que pesasse as obrigações do cotidiano, o empresário entendeu que era preciso "pegar carona nas asas da cigarra", que o canto tornava leve e descomplicada a vida.

Resolveu largar um pouco as ferramentas e se dedicar a si mesmo. Tal dedicação implicava em abraçar e cuidar da família, do ofício de maçom, dos amigos da faculdade. Estudou, meteu a cara e o coração nos livros, nas aulas e na determinação de fazer amigos. Essa última, feita de forma completamente simples e inusitada. Estudava com Pellizzetti até altas horas, "incomodava" os colegas com trabalhos, chamava para revisar os assuntos, enquanto parava as tarefas didáticas para revisar a vida.

Ademir era extremamente dinâmico. Sumia de sala de repente e aparecia no momento seguinte com pizza, bolo, refrigerante e uma série de motivos para festejar. Tudo convergia pra ele, naqueles dias de "farra didática". Isso porque, todos estavam ali, dispostos a ajudar e receber ajuda, a dar as mãos e caminhar juntos, à semelhança do poema de Drummond. Ninguém podia caminhar sozinho, pois a sala de aula sempre foi uma espécie de síntese da vida. O lugar do encontro, do desabafo, da confissão, do acordo e do exercício dialético.

Ademir Viana foi embora, mas deixou "dona" Graça, Alex, Sandro, Jussara e Alessandra. Pelo convívio que tiveram com o esposo e pai, respectivamente, sempre vão receber amigos, colegas e todos aqueles que quiserem lembrar da trajetória do maçom, do advogado, do homem que viveu para construir "pontes" e estreitar caminhos.

Sereníssimamente, ele partiu. Sabia que Deus, o Grande Arquiteto do Universo, abriria seus braços e o receberia da forma como escolheu viver: com alegria, grandeza e solidariedade. Entendeu, antes de adentrar o infinito, que a vida consistia na simplicidade e no silêncio, no serviço ao próximo e na vinculação afetiva de cada encontro, de cada gesto, de cada olhar.

Boa Vista vai sentir saudades do empreendedor. Nós, amigos, sentiremos a falta da brincadeira, da "molecagem", dos dias em que nos alimentamos do direito civil, do churrasco, do luar e da voz doce de Ramalana.

Era inverno. Tempo de lamentar a ausência, mas, sobretudo, de festejar a vida como a arte do encontro, embora haja tanto desencontro pela vida...

* Poeta, historiador, bacharel em Direito e membro da Academia Roraimense de Letras. E-mail: wd.aguiar@bol.com.br - Contato: 3626-0197

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Expedito Júnior.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes, porém, se V. Exª permitir, gostaria de ouvir, pela ordem, o Senador José Nery. Em seguida, darei a palavra a V. Exª, Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Com certeza, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, quero comunicar à Mesa e ao Plenário que nosso Partido, Partido Socialismo e Liberdade, em razão da decisão adotada pela Mesa Diretora do Senado, no último dia 22, de arquivar a representação que pretendia apurar possível quebra de decoro parlamentar por parte do Senador Gim Argello, quer levar ao conhecimento de V. Exª e de todos os nossos Pares a decisão de apresentar recurso contra a decisão da Mesa, a qual, via de regra, conforme disposição estatutária, deve ir à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, se acolhida, vir a este Plenário, para que haja a manifestação de cada Senador, de cada Senadora, tendo em vista, segundo nossa avaliação, a necessidade de apurar os fatos públicos denunciados, que, a nosso ver, exigem manifestação desta Casa e que devem ser apurados pelo Conselho de Ética.

Sr. Presidente, levo a V. Exª o documento, solicitando celeridade na apreciação e na tramitação do presente recurso, relativo à votação da Mesa Diretora no dia 22 de agosto.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ NERY EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Excelentíssimo Senhor Senador Presidente do Senado Federal.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – PSOL, partido político com representação no Congresso Nacional, com sede à Avenida W-3 Sul, Quadra 508, nº 75 – Sobreloja, Fone: 3242-5759, Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 06.954.942/0001-95, constituído conforme os dispositivos do art. 17, da Constituição Federal e da Lei Partidária – Lei nº 9.096, de 1995,

conforme Resolução nº 22.083-TSE, por seu Líder no Senado Federal, Senador **JOSÉ NERY**, vem diante de Vossa Excelência, com fundamento no art. 48, §3º do Regimento Interno do Senado, interpor o presente

**RECURSO PARA O PLENÁRIO
CONTRA DECISÃO DA MESA DIRETORA**

ante a prática de ato ofensivo a direito líquido e certo do Recorrente, que teve vedado o exercício pleno de seu direito legal a representação por quebra de decoro parlamentar.

1. Dos Fatos

A Mesa Diretora do Senado Federal, presidida pelo Senador Renan Calheiros, em reunião realizada em 21 de agosto de 2007, decidiu arquivar a representação que o impetrante propôs contra o Senador Jorge Afonso Argello, o Gim Argello.

A decisão (cópia anexa) consigna que:

“Após debates, a Mesa decide, por maioria, arquivar a representação do P-SOL em desfavor do Senador Gim Argello, conforme os argumentos do Parecer do Advogado do Senado Federal.”

Contudo, seja pelo modo, forma e tempo adotados pela Decisão, a Mesa do Senado não pode arquivar, de ofício e sem o contraditório, a Representação para Investigação da Quebra de Decoro Parlamentar que o impetrante Partido Político com representação no Congresso Nacional, apresentou contra o Senador Gim Argello.

Conforme abaixo se verificará, quando o impetrante representou contra o Senador Jorge Afonso Argello, o Gim Argello, provocou o Plenário do Senado Federal e não a Mesa porque ela, neste particular, divide a iniciativa, concorre na competência, estando em mesmo grau de hierarquia com o partido representante. Especificamente na competência para representar contra senador por quebra de decoro, a Mesa e o impetrante têm exatamente a mesma legitimidade ativa e qualidade de representante, **ex vi** do art. 55, § 2º da Constituição Federal.

1.1. Da Representação do Impetrante

A Representação do impetrante (cópia anexa) fora proposta em 17 de julho de 2007.

Em suma, apresenta o Partido recorrente os seguintes fatos em desfavor do senador recém empossado:

“No dia 14 de junho do corrente ano foi executada a denominada “Operação Aquarela”. Foi uma operação conjunta da Polícia Civil, da Receita Federal e do Ministério Público Federal

do Distrito Federal e Territórios e resultou na prisão de 19 pessoas em São Paulo, Distrito Federal, Goiás e Paraná suspeitas de participarem de uma suposta quadrilha que desviava verbas públicas. Entre os presos estava Tarcísio Franklin de Moura, ex-Presidente do Banco de Brasília (BRB).

(...)

Dos partícipes mencionados pela Polícia, o Sr. Tarcísio Franklin, ex-Presidente do Banco de Brasília, esteve preso na “Operação Aquarela”, justamente acusado em inquérito policial da prática de atos ilícitos contra a administração pública e financeira no BRB e junto à Associação Nacional de Bancos – ASBACE.

Outra pessoa envolvida no caso é o Sr. Constantino Oliveira, que, por intermédio de grupo comercial e financeiro de sua família, possui relações contratuais e financeiras com o governo do Distrito Federal.(...)

Transcrição de conversas telefônicas e demais documentos e relatos da Polícia sugere fortemente uma combinação para fins supostamente ilícitos que envolveria o Representado, o ex-Senador Joaquim Roriz, o empresário de transporte público, Sr. Nenê Constantino, o Sr. Franklin, além de outras pessoas, para o fim escuso da entrega e distribuição de mais de dois milhões de reais em dinheiro. O dinheiro teria sido sacado da conta do concessionário público Constantino de Oliveira, com cheque do Banco do Brasil descontado no BRB, banco presidido por Tarcísio Franklin, e a ser entregue ao ex-Senador Roriz. É forte o indício de que o Representado, homem de reconhecidas posses, poderia ter usufruído facilidade de mobilização e auxiliado na realização do ‘negócio’, ante sua anterior condição de Presidente da Câmara Legislativa e da condição de suplente de senador.

O manuseio de alta quantia de dinheiro (mais de dois milhões de reais) por agentes públicos causa espécie, liminarmente, vez que o Representado, na sua próspera condição financeira, movimenta com facilidade somas generosas originárias de seus negócios imobiliários. Sob os envolvidos nas investigações policiais e judiciais recaem acusações da prática de crimes contra o erário, através de mecanismos não formais ou oficiais, e ainda envolvendo concessionário de serviço público. São elementos que, em conjunto, levantam a suspeita da prática de ilícitos, notadamente

o de improbidade administrativa, do tráfico de influência, da corrupção e da lavagem de dinheiro.

(...)

Das circunstâncias dos fatos, das pessoas envolvidas e do modus operandi narrados, é possível ter havido, dentre outros ilícitos igualmente graves, a prática crime de lavagem de capitais, ante os indícios de ter o Representado, juntamente com outras pessoas com munus público, realizado as condutas vedadas em lei de ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação de bens, direitos ou valores provenientes de um dos crimes elencados na legislação penal e fiscal do País.

O Senador Jorge Argello é apontado como intermediário da transação de R\$2,2 milhões, considerada irregular por não ter sido declarada ao COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) e um dos fatos que estimulou a renúncia do ex-senador Joaquim Roriz.

O Ministério Público do Distrito Federal e a Polícia Civil de Brasília investigam relatos de que o Senador Jorge Argello teria recebido R\$500 mil dos R\$2,2 milhões sacados a partir do cheque repassado pelo empresário Nenê Constantino a Joaquim Roriz.

Segundo as investigações, o dinheiro teria sido entregue ao Senador Argello pelo sr. Valério Neves Campos, assessor do ex-senador Joaquim Roriz, no pátio da empresa Nely Transportes, cujo dono é ligado ao ex-senador. O Representado teria sido o portador de uma parte destinada ao ex-presidente do Banco de Brasília (BRB), Tarcísio Franklin, preso na “Operação Aquarela”.

A suposta entrega do dinheiro teria sido feita junto com o sr. André Campos do Amaral, ex-advogado do BRB, do deputado distrital Pedro Passos – acusado e preso na “Operação Navalha” da Polícia Federal – e atualmente advogado do sr. Tarcísio Franklin.

O Representado é acusado pela imprensa e investigado pelo Ministério Público e Polícia Civil, ainda, de participação em uma transação imobiliária suspeita durante a gestão do ex-senador e ex-governador Joaquim Roriz no Distrito Federal. Um terreno de 80 mil metros quadrados, comprado pelo empresário Wigberto Tartuce – o Vigão – de quatro fundos de pensão ligados a órgãos públicos do governo

distrital, teria rendido R\$23 milhões de lucro a Tartuce, que é ligado a Nenê Constantino.

Há a possibilidade de os mencionados R\$2,2 milhões serem uma comissão pela venda do terreno para os participantes no negócio e flagrados na “Operação Aquarela”.

Outra suspeita que recai sobre o Senador Argello se refere às acusações de que o ex-senador Joaquim Roriz teria comprado uma sentença judicial para se livrar de punição por crime eleitoral no Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. A revista *Veja*, de julho de 2007, afirma que gravações mostram conversas sobre o assunto entre Joaquim Roriz e o senador Representado”.

A representação fundou-se em seríssimas denúncias e fortíssimos indícios de participação do Senador Gim Argello em crimes e outros ilícitos, todos eles abalando, desprestigiando e prejudicando fortemente a imagem do Senado Federal.

Ad argumentandum, e não obstante a impossibilidade e incompetência da Mesa em julgar o mérito da representação, como se verá a seguir, temos que não havia, como não há, nenhum fundamento ou razão jurídica plausível para o arquivamento sumário e **ex officio** da representação do PSOL em face de senador. Vejamos.

O art. 55 de nossa Constituição, inspirado no direito constitucional norte-americano, fixa o poder disciplinar das Casas Legislativas como um mecanismo voltado não tanto para simplesmente punir um membro do Congresso, mas para proteger a integridade da Câmara e do Senado, seus procedimentos, sua autoridade e sua reputação.

O Ministro Célio Borja no julgamento do Mandado de Segurança nº 21.360-DF, dá-nos um relato das origens do poder disciplinar do Legislativo, já presente na Constituição de 1946, características preservadas na vigente Carta:

“Quando, em 1946, pela mão de um antigo Presidente do Supremo Tribunal Federal e um dos seus mais ilustres Ministros, a Constituição colocou esse poder censório nas mãos do Senado e da Câmara, Sr. Presidente, foi para fazer prevalecer a regra ética sobre quaisquer outras considerações, e para fazer preservar o conceito da Câmara e do Senado” STF Tribunal Pleno – Mandado de Segurança nº 21.360-DF – Rel. p. Acórdão Ministro. Marco Aurélio – julho 12-3-92 – JSTF 180/125.

Outro não foi o entendimento do Exmº Ministro Celso de Mello, relatando ação de Man-

dado de Segurança, segundo o qual “qualquer ato de ofensa ao decoro parlamentar culmina por atingir, injustamente, a própria respeitabilidade institucional do Poder Legislativo, residindo, nesse ponto, a legitimidade ético-jurídica do procedimento constitucional de cassação do mandato parlamentar, em ordem a excluir, da comunhão dos legisladores, aquele – qualquer que seja – que se haja mostrado indigno do desempenho da magna função de representar o Povo, de formular a legislação da República e de controlar as instâncias governamentais do poder”. STF – Mandado de Segurança nº 24.458-DF – Rel. Ministro Celso de Mello – j. 18-2-2003.

Ademais:

“No universo da honra, a conduta desonrada não se esgota no indivíduo que a cometeu mas compromete todo o coletivo a que ele pertence. Se um membro partilha da honra de seu grupo, e com este se identifica predominantemente, a sua desonra se reflete sobre a honra de todos”. TEIXEIRA, Carla Costa. *A Honra da Política – Decoro Parlamentar e Cassação de Mandato no Congresso Nacional (1949-1994)*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998. p. 44.

A Drª Maria Cláudia Bucchianeri Pinheiro, in “A Cassação do Mandato Político por Quebra de Decoro Parlamentar”, artigo de maio de 2007, reafirma a idéia de que a representação por quebra de decoro pode comportar fatos anteriores ao mandato, vez que compõem a vida do parlamentar e poderão influir negativamente na imagem e autoridade da instituição parlamentar. Eis o escorreito entendimento da professora brasileira:

“Por este modo de ver as coisas, determinada Casa Legislativa pode entender pela cassação do mandato de determinado parlamentar, muito embora sejam frágeis, tênues, os elementos de prova carregados contra o congressista-cassado. E este proceder é absolutamente legítimo e, consoante já enfatizado, não pode ser revisto pelo Poder Judiciário.

É que o processo de cassação de mandato por quebra de decoro pretende proteger ou restabelecer a imagem, a honra objetiva do Parlamento. E esta honra objetiva, como é da natureza mesma das coisas, pode ser atingida por situações e comportamentos ainda não terminantemente comprovados. Isto porque a opinião pública, a sociedade civil, não necessitam de provas irrefutáveis acerca de determina-

do episódio para que, analisando este mesmo episódio, formem um juízo de desvalor sobre a confiabilidade e a dignidade do Parlamento.

Assim, muito embora determinadas acusações não encontrem respaldo probatório o suficiente para ensejar uma condenação criminal (dados os rigores formal e material que permeiam a esfera judicial), elas, acusações, podem, sim, dotar-se de um potencial altamente lesivo à imagem do Congresso Nacional, legitimando, por isso, a cassação de mandato por quebra de decoro.”

E conclui o artigo, lembrando julgamento do STF acerca da matéria correlata à destes autos:

“Mas a experiência do Congresso Nacional já foi até mais longe. Em boa verdade, a Câmara dos Deputados já ‘cassou’, por quebra de decoro, um suplente de parlamentar, ou seja, quem sequer era titular de mandato legislativo.

Trata-se da Resolução nº 61/1994, da Câmara dos Deputados, que decretou ‘a perda da qualidade de suplente e do conseqüente direito do exercício do mandato de Deputado Federal, por parte do Suplente Feres Nader...’. Neste caso, diante da iminência da cassação do titular do mandato, também iminente era a convocação de seu suplente, razão por que reconheceu-se, em favor desse mesmo suplente, ‘a existência de um mandato potencial’ (Relator perante a CCJ, Deputado José Abrão – Diário do Congresso Nacional de 14-4-1994). Mandato potencial que, se concretizado, comprometeria a imagem da Instituição. Nesta ocasião, consagrou-se a idéia (aqui defendida) de que até mesmo preventivamente pode agir a Casa Legislativa, quando iminente o ingresso em seu corpo de indivíduo que desmerece a Instituição. Eis, em síntese, como se manifestou o Relator do procedimento, Deputado José Abrão:

‘É incontestável caber à Câmara dos Deputados – e só a ela, Câmara dos Deputados – a obrigação de zelar pela sua dignidade. No caso em exame, não há como falar em controle judicial: o Sr. Feres Nader já foi diplomado pela justiça Eleitoral. Nem há como tentar encontrar alguma solução regimental capiciosa: esta Casa já tomou e aceitou, na legislatura em curso, o compromisso do Representado. Assim, ocorrendo vaga, como iminente está, o Sr. Nader tomará posse automaticamente, pois esta Câmara ver-se-á obrigada a convo-

cá-lo: a convocação é ato vinculado que não dá margem a qualquer conformação por parte da Mesa diretora desta Casa.

Porém, não seria lícito ou razoável, em se admitindo procedentes as acusações opostas contra o Sr. Feres Nader, admitir-se a inércia da Câmara dos Deputados, que por conformar-se com a posição de refém das circunstâncias, quer por pretensamente não dispor de instrumentos para defender-se.

Caso tenha a Câmara dos Deputados sido atingida em sua dignidade pela conduta do Sr. Feres Nader (...) estamos convencidos de que subsiste a esta Casa do Congresso Nacional, a despeito das aparentes dificuldades que se possam apresentar, o poder-dever de preservar a sua dignidade perante seus representados. Esse poder-dever é conseqüência inafastável da aplicação do princípio basilar que permeia todo o processo do sistema jurídico brasileiro, qual seja, o de que a quem é conferido um poder ou um dever, também são conferidos os meios para exercê-lo.

Incrível seria a Câmara dos Deputados não dispor de poderes bastante para proteger sua probidade. Seria absurdo que, ante a impossibilidade de cassar mandato inexistente, não restasse qualquer outra alternativa à Câmara, a não ser a de, passivamente, aguardar a assunção de quem já houvesse demonstrado comportamento indigno, desmerecedor do cargo, incompatível com a respeitabilidade exigível de representante popular. É inadmissível a Câmara dos Deputados cingir-se ao constrangimento de receber em seu seio um parlamentar de conduta ignóbil, para que somente após o seu retorno, pudesse proceder ao exame dos fatos e, em verificando fundadas as acusações, afastasse do deputado indigno...’.

A idéia, portanto, em tema de cassação de mandato parlamentar por quebra de decoro, é a preservação da intangibilidade do bem jurídico que se pretende tutelar qual seja, a respeitabilidade, a honorabilidade, da Instituição Parlamentar. Este, portanto, o objeto das sucessivas normas constitucionais, que, desde 1946 (art. 48, § 2º), admitiram a medida extrema da cassação do mandato político ante a quebra deste decoro.

De se frisar, finalmente, que, ao contrário do que pode parecer, a honra objetiva e a imagem do Parlamento são apenas os objetivos imediatos, mais evidentes, da norma inscrita

no inciso II do art. 55 da Carta Política. Mais do que isso, a inspirar esta previsão está o objetivo permanente de velar pelo funcionamento das instituições democráticas e pela crença na democracia como o único regime capaz de assegurar o pleno exercício dos direitos fundamentais.”

Na Representação contra o Senador Gim Argello consignamos, a título de preliminar de admissibilidade da Representação, que:

“Não se trata a hipótese versada na presente Representação de um simples fato político já julgado pela vontade popular, mas sim de parlamentar que teve comprovado envolvimento e denúncias gravíssimas em esquemas milionários de corrupção, em tese denegrindo a imagem do Parlamento brasileiro e contrariando a vontade popular. São fatos ilícitos e com potencialidade de ferir o decoro parlamentar as acusações que recaem sobre o Representado de irregular uso de dinheiro público, lesão ao Erário, enriquecimento ilícito e demais condutas praticadas sob o “manto” da imunidade Parlamentar.

Em 1995, o líder do Partido dos Trabalhadores – PT, juntamente com representante do Partido Social Democrático Brasileiro – PSDB encaminhou ofício à Comissão Diretora do Senado Federal solicitando providências a respeito de atividades ilícitas atribuídas ao ex-Senador Ernandes Amorim, sobre suposto envolvimento em delitos citados pela CPI do narcotráfico, por práticas anteriores ao início de seu mandato. Em substância, a consulta solicitava que a Comissão se manifestasse “sobre os procedimentos a serem adotados”: No caso em apreço, os dois ofícios são claros quanto a seu alcance: a preservação do Senado – a recuperação da confiança do povo – PSDB, ou a manutenção do decoro – PT, com pedido de “providências”, ou “providências cabíveis”.

Apesar das supostas condutas terem sido praticadas anteriormente ao mandato, acerca da consulta manifestou-se o ex-Senador Josaphat Marinho, que: “embora os fatos supostamente ocorridos antes do exercício do mandato, vinculam-se à imagem do Representante” e que fica afastada, pela lógica e pela ética, a alegação, que poderia ser levantada, de se tratar de supostos acontecimentos anteriores e estranhos ao mandato e as ações que concernem ao decoro parlamentar e à

previsão de perda do mandato devem ser, em tese, contemporâneas ao exercício da função. Não há que se negar ainda, porém, que atos e fatos passados, sobretudo se recentes, a depender de sua natureza e circunstâncias, podem projetar-se no tempo e alcançar e perturbar o procedimento do parlamentar”.

Em cenário parecido, falta de decoro por práticas anteriores ao exercício de mandato parlamentar, o ex-Deputado Federal Pedro Talvane Luís Gana de Albuquerque Neto impetrou o Mandado de Segurança nº 23.388 no Supremo Tribunal Federal, contra ato emanado da Mesa da Câmara dos Deputados, endossado pela Comissão de Constituição e Justiça e Redação, que requeria a cassação do mandato do impetrante por comportamento incompatível com o Decoro Parlamentar, solicitando: o trancamento do processo político-administrativo em face da decadência do direito de punir em decorrência da extinção do mandato legislativo em que teriam ocorridos os fatos; e, alternativamente, a improcedência do pedido de perda do mandato.

O Ministro Neri Silveira, Relator do Mandado de Segurança, decidiu que “nada obsta que Deputado, autor de atos atentatórios ao decoro parlamentar em determinada legislatura, possa responder a procedimento disciplinar destinado à perda de seu mandato em legislatura subsequente, para a qual se reelegeu, isto porque o dano à imagem do corpo legislativo, de ter no seu seio autor de fato indecoroso, persiste Integro, independente da legislatura em que foi praticado aquele ato”.

Ainda, como anotado pelo Ministro-Relator em sua decisão, entender cristalizar-se o entendimento de que determinada legislatura não pode conhecer de fatos ocorridos na anterior, estar-se-ia estabelecendo período de verdadeiro “vale-tudo” nos últimos meses de todas as legislaturas.

Cabe ao Senado Federal a obrigação constitucional e regimental de zelar pela sua dignidade em consideração ao decoro, que diz respeito a decência, respeito, moral, dignidade, ética, conduta irrepreensível, confiabilidade, honorabilidade, correição, retidão moral, respeito a si mesmo e aos outros.

Em assim sendo, considerando que a manutenção da imagem do Poder Legislativo não pode se ater a critérios exclusivamente cronológicos, ligados à duração das legislaturas, pois a instituição parlamentar é permanente, tem-se também que o expurgo dos maus congressistas que maculam sua imagem, não

deve se limitar à coexistência entre a prática dos atos indecorosos e o momento em que o poder censório da instituição faz operar seus efeitos.

O Professor Pinto Ferreira define “falta de decoro parlamentar” como “o procedimento do congressista atentatório dos princípios da moralidade, ofensivos à dignidade do Parlamento”.

Já Miguel Reale assim se expressa: “Quando a Constituição se refere a ‘decoro parlamentar’, entra pelos olhos que quer significar a forma de comportamento do parlamentar de conformidade com as responsabilidades das funções, perante a sociedade e o Estado. O status de deputado, em relação ao qual deve ser medido (e será comedido ou decoroso em razão dessa medida) implica, por conseguinte, não só o respeito do parlamentar a si próprio, como ao órgão a que pertence, segundo fórmula política de Thomasius: ‘Faça aos outros o que deseja que lhe façam’. No fundo, a falta de decoro parlamentar é falta de decência no comportamento pessoal, capaz de desmerecer a Casa dos representantes, e falta de respeito à dignidade do Poder Legislativo, de modo a expô-lo a críticas infundadas, injustas e irremediáveis, de forma inconveniente”.

Seguindo a verificação da possibilidade de verificação do decoro parlamentar por práticas anteriores ao início de mandato, relembramos a decisão auspiciosa e de forte conteúdo ético do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro que negou registro a candidatos de censurável conduta.

Dando concreta aplicação e eficácia aos art. 5º, LIV e art. 14, 9º, ambos da Constituição Federal a mencionada decisão examinou a vida pregressa dos candidatos e verificou a regularidade dos deveres do homem e do cidadão.

Por seu turno, temos que a presunção de inocência (art. 5º, LVII da CF/88) impede a antecipação do juízo de culpa relativo ao delito – aqui no aspecto penal –, mas não inibe a avaliação do conceito social do que seja desfavorável ou o julgamento ético.

O Poder Judiciário na formação de sua convicção e na declaração da pena deve considerar os elementos e as provas produzidas no processo. Entretanto, por força de regras gerais de direito e de processo, são necessariamente considerados também os fatos públicos e notórios, os indícios e as presunções, os antecedentes civis e os criminais. Todos os elementos que apontem para uma eventual deficiência moral do agente público podem e devem ser levados em conta no julgamento ético-político.

A lógica de um processo de conteúdo ético na alçada política é a de averiguar a presença ou a ausência das condições morais do parlamentar para o exercício do mandato. Interessa a um justo e correto

julgamento na seara ético-política, a vida pregressa do senador. Este interesse, em verdade, é indissociável de uma justa investigação e julgamento.

A vida pregressa de um parlamentar, então, deve antes garantir proteção à probidade administrativa e à moralidade no exercício do mandato. Deve garantir um governo bom, honesto, equânime, justo e decente. Um governo dos cidadãos dignos e honrados. Do contrário, podemos afirmar que as cláusulas programáticas do País restarão fortemente comprometidas.

De igual importância é o fato de que o senador representado foi eleito juntamente com o titular Joaquim Roriz. Os atos de um membro da chapa desbordam, necessariamente no outros componentes da candidatura e a condição de suplente de senador lhe dá a condição de parlamentar não empossado. O suplente de senador é um representante do povo brasileiro, eleito numa chapa e diplomado pela Justiça Eleitoral.

O TSE já resolveu que há vinculação inafastável da candidatura de senador com as candidaturas dos suplentes. Trata-se, por jurisprudência do TSE e dispositivo do art. 46, § 3º da CF/88 e do art. 91, § 1º, do Código Eleitoral – CE, de uma só chapa, de uma só candidatura, de lista de candidatos única e indivisível, ainda que resulte a indicação de aliança de partidos.

Eis o § 1º do art. 91 do Código Eleitoral:

“Art. 91. (...)”

§ 1º O registro de candidatos a senador far-se-á com o do suplente partidário.”

Decidindo registro de candidatura de chapa para as eleições ao Senado no Respe 26.636-GO, entendeu o TSE que:

“(…), constatado que o partido não apresentou substituto para a vaga de 1º suplente de senador, e não pode mais fazê-lo por absoluta intempestividade, criou-se óbice intransponível ao registro da chapa isto é do candidato a senador e respectivo 2º suplente, ora em apreço.”

O TRE-RJ, apreciando pedido de registro de candidatura de candidato a senador, decidiu por unanimidade:

Eleições 2006. Registro. Senador. Eleição majoritária. Irregularidade constatada no registro de suplente. Falta de condição de elegibilidade no que toca ao requisito da filiação partidária. Unicidade e indivisibilidade da chapa. Art. 91, § 1º do Código Eleitoral. Registro Indeferido.

No mesmo sentido temos ainda o RO-TSE 969 e Respe 20.367, apenas para citar alguns julgados similares.

Vejam, ainda, a disposições do art. 178 e § 2º do art. 202, ambos do Código Eleitoral – CE:

Art. 178. O voto dado ao candidato a Presidente da República entender-se-á dado também a Vice-Presidente, assim como o dado aos candidatos a Governador, Senador, Deputado Federal nos Territórios, Prefeito entender-se-á dado ao respectivo vice ou suplente.

Art. 202.

§ 2º O Vice-Governador e o suplente de senador considerar-se-ão eleitos em virtude da eleição de governador e do senador com os quais se candidatarem.

Acerca da aplicação do § 3º do art. 46 da Constituição Federal o Ministro Marco Aurélio, no julgamento do RE nº 128.518-4 – STF.

“É de sabença geral que não cabe imprimir a texto constitucional assegurador de direitos, especialmente políticos, interpretação estrita, o que se dirá quanto à restrita. A aplicação respectiva há que se fazer tal como previsto no preceito, sendo impróprio presumir-se a ausência de esgotamento da matéria pelo legislador constitucional. O preceito do § 3º do art. 46 em comento é explícito na disciplina que introduz.”

Podemos concluir que o suplente é eleito, havendo significação política e repercussão social a condição de suplente eleito e diplomado. O suplente destaca-se da situação de ordinário cidadão, passando a condição de agente político, eleito e diplomado.

A diplomação é o ato de entrega do diploma ao candidato eleito, atestando assim sua aptidão para o exercício do mandato. Os suplentes recebem diploma no qual constam o nome do candidato, a legenda pela qual concorreu, o cargo para o qual foi eleito ou sua classificação como suplentes, ex vi do art. 261, CE. A diplomação legaliza, legitima e autoriza o ato da posse, inclusive para o suplente.

Desta feita, todos são diplomados na mesma data e nela inicia-se o prazo para interposição do recurso contra a diplomação (art. 262 do CE) ou da ação de impugnação de mandato eletivo (vide art. 14, §§ 10 e 11, CF/88).

A diplomação serve como marco inicial do surgimento das incompatibilidades parlamentares tratadas no art. 54, I, a e b da CF e é também o marco inicial para a imunidade formal, consoante determina o art. 53, § 1º da CF/88. Somente após a expedição do diploma, da diplomação, os deputados e senadores serão julgados pelo STF, além de tudo, o diploma garante a imunidade quanto à prisão disposta no § 2º do art. 53, da CF.

A candidatura e eleição dos suplentes de senador desbordam na candidatura e eleição do senador

titular, seja pelos aspectos da propaganda eleitoral, da prestação de contas, diplomação e, conseqüentemente, do próprio exercício do mandato.

Desta forma, está firmada e consolidada jurisprudência acerca do mencionado tema, tornando-se uma verdadeira lesão aos princípios constitucionais e ao estado democrático de direito manter como representante do povo brasileiro e do Distrito Federal senador, eleito como suplente e que após a diplomação recaem indícios fortes e denúncias graves de prática de condutas indecorosas e lesivas ao patrimônio público, desrespeitando e tornando lesionada a imagem do parlamento brasileiro.

Não obstante a implicação de fatos e atos pretéritos na ética e no decoro parlamentar, para o caso particular do representado, verifica-se que algumas de suas eventuais práticas supostamente ofensivas ao decoro foram praticadas depois de sua diplomação como senador, ou, mais precisamente, como suplente de senador.

Destaca-se a “jurisprudência” firmado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado e do próprio Senado, que nos casos dos ex-senadores Ernandes Amorim, Antonio Carlos Magalhães e Luis Estevão consideraram a vida pregressa dos representados como elementos norteadores da condenação à perda de mandato. E a Câmara dos Deputados também construiu seu entendimento consubstanciado nos inúmeros casos de cassação onde se levou em conta a vida pregressa, os atos e práticas anteriores ao mandato, como são, apenas para citar alguns, os casos de cassação de Hildebrando Pachoal, Feres Nader, Pedro Talvane e José Dirceu. Este último, aliás, perdeu seu mandato inclusive e expressamente por práticas ilícitas perpetradas quando não exercia mandato.

Assim, além da possibilidade de se representar contra parlamentar que, por sua vida pregressa e pelo conjunto de suas ações públicas, fere o decoro, temos que a representação ofertada pelo recorrente não é inepta.

Do contrário: a representação é apta ao seu regular e regimental processamento. O representante é parte legítima e constitucionalmente autorizada a propor a representação; não há falar-se em intempestividade, mesmo porque o pedido de investigação à luz do decoro ocorreu alguns dias após a tomada de posse do parlamentar; não há custas ou despesas; a capacidade postulatória foi exercida por quem estabelece o Estatuto Partidário, a Presidente do Partido; as razões de fato e direito estão satisfatoriamente expostas, permitindo o entendimento da controvérsia, o exercício da ampla defesa e do contraditório, a dilação probatória e o julgamento; o protocolo foi realizado junto ao setor administrativo competente do Senado Federal; o pedido e

a causa de pedir são juridicamente possíveis; não há pedidos incompatíveis entre si; e há interesse do representante em ter investigados os fatos e denúncias narrados na representação.

Vê-se que sob o aspecto formal, único supostamente possível de crivo pela Mesa, ante o disposto no art. 55, § 2º da CF e art. 14 do Código de Ética do Senado, a peça da representação é apta, pois preenche todos os requisitos e exigência da boa técnica processual. E em sendo formalmente apta, não existe razão, justificativa ou competência da Mesa do Senado Federal em arquivá-la.

2. Da incompetência da Mesa Diretora do Senado Federal para arquivar representação de partido político por quebra de decoro parlamentar

2.1. Da incompetência ante o disposto no art. 55, § 2º da Constituição Federal

O art. 55, § 2º da Constituição Federal assegura aos partidos políticos com representação no Congresso Nacional o direito de representar contra senador por quebra do decoro parlamentar. Esta representação de partido político será decidida pelo Plenário do Senado Federal, mediante voto secreto e maioria absoluta, assegurada a ampla defesa.

Art. 55. Perderá o mandato o deputado ou senador:

(...);

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

(...).

§ 1º É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 3º (...).

§ 4º A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os §§ 2º e 3º.

O recorrente, partido político representado no Congresso Nacional por três deputados e um senador, ante a expressa disposição do transcrito art. 55, § 2º,

concorre com a Mesa Diretora do Senado no exercício da prerrogativa de representar contra senador ante a conduta incompatível com o decoro parlamentar. É direito constitucionalmente incorporado aos partidos a prerrogativa de representar ante a falta do decoro.

O procedimento judicialiforme por quebra de decoro, visando à perda do mandato, aliás, somente pode ser iniciado por provocação de partido político ou da Mesa.

Quando o recorrente representou contra o Senador Jorge Afonso Argello, o Gim Argello, provocou o Plenário do Senado Federal e não a Mesa porque ela, neste particular, divide a iniciativa, concorre na competência, estando em mesmo grau de hierarquia com o partido representante. Especificamente na competência para representar contra senador por quebra de decoro, a Mesa e o recorrente têm exatamente a mesma legitimidade ativa e qualidade de representante.

Como a representação do recorrente não é para a Mesa, mas para o Plenário do Senado, e como o recorrente possui a mesma capacidade e direito de representar ao Plenário que a Mesa, não poderia ela, a Mesa, ainda mais avaliando o mérito da representação, arquivá-la.

Este ponto central na caracterização do abuso de poder e da inconstitucionalidade ofensivas ao direito de representação do P-SOL: a Mesa do Senado não pode arquivar, de ofício, a representação por quebra de decoro que o recorrente, partido político com representação no Congresso Nacional, apresentou contra o Senador Gim Argello.

O P-SOL possui o direito constitucional de representar contra senador por conduta incompatível ao decoro parlamentar e não pode ter tal direito cerceado por órgão do Senado que não possui a competência para processar e julgar o processo por quebra de decoro.

De ressaltar-se que no processo que verifica a quebra de decoro, iniciado por uma notícia de agrégio política, o julgador não é o Conselho, que atua como órgão auxiliar do Senado Federal para a “preservação da dignidade do mandato parlamentar no Senado Federal” (art. 22 do Código de Ética). Quem verdadeira e definitivamente julgará será o Plenário do Senado, que decidirá, que arbitrará a pena cabível por maioria absoluta e voto secreto, aceitado ou não do Projeto de Resolução (ex vi do art. 55, § 2º da CF/88).

Deseja o art. 55, § 2º da CF, de modo equilibrado e justo, que os partidos políticos na democracia ajam como elo de integração entre o Estado e a sociedade. Desta feita, dentre outros direitos e deveres, distribuiu igualmente a prerrogativa de iniciar uma representação por quebra de decoro a um órgão estatal, a Mesa das Casas Legislativas, e a uma entidade de

direito privado, intermediária da sociedade e voltada essencialmente para a política e para o proselitismo, os partidos políticos.

O sistema de proteção ao decoro e à ética parlamentar foi fixado de modo a não permitir que um órgão ou pessoa apenas tivesse a prerrogativa de representar ou denunciar atos parlamentares indecorosos. Aliás, a própria democracia não se coaduna ao arbítrio, ao centralismo e ao unilateralismo, quanto mais quando possivelmente evitado de interesses outros que não os públicos.

A decisão da Mesa do Senado a um só tempo fere o direito do P-SOL de representar por ato incompatível ao decoro e desequilibra o harmônico sistema e o rito constitucional de proteção ao decoro parlamentar.

2.2. Da incompetência ante a ausência de Previsão Regimental

O Regimento Interno do Senado Federal, Título III, Capítulos I a III, estipula no art. 46 e seguintes, as competências da Mesa Diretora e do Presidente. Como se pode observar, não consta a competência para o arquivamento de representação de partido político por quebra de decoro parlamentar.

Não consta, também, a competência para a Mesa avaliar e julgar a representação de partido político. Como dito, esta competência é do Plenário do Senado Federal, **ex vi** do § 2º do art.55 da CF/88.

Não possui a Mesa, alfim, a competência para, quanto mais sem razão formal aparente ou justificativa aceitável, usurpar os poderes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Segundo dispõe a Resolução nº 20, de 1996, que instituiu e fixou as atribuições do Conselho de Ética, cabe ao Conselho, colegiado onde estão, de modo proporcional, representados os partidos políticos presentes no Senado Federal, o processamento e julgamento das representações por quebra de decoro.

O art. 1º da mencionada resolução determina de modo expresso a sujeição dos senadores aos procedimentos fixados no Código de Ética:

Art. 1º No exercício do mandato, o senador atenderá às prescrições constitucionais e regimentais e às contidas neste código, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nele previstos.

O procedimento disciplinar do Código de Ética do Senado Federal, os quais os senadores estão sujeitos, previsto para os casos de quebra de decoro com a conseqüente perda do mandato é o seguinte:

Art. 13. A perda do mandato será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos, mediante iniciativa

da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de partido político representado no Congresso Nacional, na forma prevista nos arts. 14 e 15 (Constituição Federal, art. 55, § 2º).

Parágrafo único. Quando se tratar de infração aos incisos III, IV e V do art. 55 da Constituição Federal, a sanção será aplicada, de ofício, pela Mesa, resguardado, em qualquer caso, o princípio da ampla defesa.

Art. 14. Oferecida representação contra senador por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário do Senado será ela inicialmente encaminhada, pela Mesa, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ressalvadas as hipóteses do art. 17, quando o processo tem origem no Conselho.

Art. 15. Recebida a representação, o Conselho observará os seguintes procedimentos:

I – o Presidente do Conselho, sempre que considerar necessário, designará três membros titulares do mesmo para compor Comissão de Inquérito, destinada a promover as devidas apurações dos fatos e das responsabilidades;

II – constituída ou não, a Comissão referida no inciso anterior, será oferecida cópia da representação ao senador, que terá o prazo de cinco sessões ordinárias para apresentar defesa escrita e provas;

III – esgotado o prazo sem apresentação de defesa, o Presidente do Conselho nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo;

IV – apresentada a defesa, o Conselho ou, quando for o caso, a Comissão de Inquérito, procederá as diligências e a instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de cinco sessões ordinárias do Senado, salvo na hipótese do art. 19, concluindo pela procedência da representação ou pelo arquivamento da mesma, oferecendo-se, na primeira hipótese, o projeto de resolução apropriado para a declaração da perda do mandato ou da suspensão temporária do exercício do mandato;

V – em caso de pena de perda do mandato, o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico,

o que deverá ser feito no prazo de cinco sessões ordinárias;

VI – concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, será o processo encaminhado à Mesa do Senado e, uma vez lido no expediente, será publicado no Diário do Senado Federal e distribuído em avulsos para inclusão em Ordem do Dia.

Art. 16. É facultado ao senador, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa, a este assegurado atuar em todas as fases do processo.

Destacamos os ditames dos arts. 13 e 14 para a fixação da controvérsia e demonstração da incompetência da Mesa para adotar a decisão que tomou.

O art. 13 renova a redação do art. 55, § 2º da CF/88, com o acréscimo não previsto na carta de processo por iniciativa do Conselho de Ética, ampliação não desejada da Constituição Federal, mas item que renova a importância e autoridade do Conselho pelo próprio Senado e democratiza o rito. Então, o partido político, a Mesa e o próprio Conselho é que podem iniciar o processo por quebra de decoro.

Reiteram-se, pois, os argumentos acima expostos, de que o partido político com representação no Congresso Nacional divide com a Mesa Diretora do Senado Federal a prerrogativa, o direito de iniciar o procedimento de investigação de quebra de decoro parlamentar por senador. O Código de Ética do Senado Federal reforça a regra constitucional e, como não poderia deixar de ser, assegura o direito do recorrente de representar contra senador por quebra de decoro diretamente ao Conselho de Ética e deste ao Plenário.

O parágrafo único do art. 13, este sim, fixa a competência da Mesa, e não do Conselho ou do Plenário, para a determinação direta de sanções por faltas menores, que não a quebra de decoro. Assim, se a prática de que é acusado senador não se enquadra entre aquelas regimentalmente previstas com passíveis de “quebrar o decoro”, a Mesa pode, de ofício, aplicar a sanção cabível. Este não é o caso versando, haja vista o demonstrado teor da representação.

Para as representações por quebra do decoro o procedimento, como se vê, é outro, agindo a Mesa apenas como mera coordenadora ou auxiliar do processo do Conselho de Ética.

O art. 14 do mesmo Código fixa, para os casos de representação de partido político por quebra de decoro, visando à perda do mandato, que a Mesa deverá apenas e tão-somente “encaminhar” ao Conselho de Ética a representação.

Sequer permite as regras atinentes um juízo de prelibação dos aspectos formais da representação. Aliás, dada a competência do Conselho para processar a representação, e do Plenário para julgá-la, o único juízo inicial que se poderia verificar, numa extensão não prevista nas regras, é o dos aspectos formais, nunca, como no caso versado, um juízo de mérito.

Repisamos que sob o aspecto formal, único supostamente possível de crivo pela Mesa, ante o disposto no art. 55, § 2º da CF e art. 14 do Código de Ética do Senado Federal, a peça da representação é apta, pois preenche todos os requisitos e exigência da boa técnica processual. E em sendo formalmente apta, não existe razão, justificativa ou competência da Mesa do Senado Federal em arquivá-la.

Já o art. 15 estipula as competências e os procedimentos para o Conselho processar representação de partido político representado no Congresso Nacional.

Os artigos que fixam a competência e o procedimento das representações por quebra de decoro, como se vê, não dão à Mesa do Senado Federal a capacidade de realizar uma avaliação do mérito da representação e, fundada nesta análise, arquivar o processo antes mesmo dele ter iniciado.

A decisão da Mesa do Senado Federal, destarte, é nula de pleno direito, declaração de nulidade esta que desde já se requer.

2.3. Da Ofensa a Princípios de Direito

A incompetente atuação da autoridade coatora ofende diretamente o princípio democrático, quando retira a análise do processo do órgão colegiado e proporcionalmente constituído que é o Conselho de Ética, e realiza tal análise no âmbito de um grupo menor e não representativo da maioria do Senado Federal.

Fere também o devido processo legal procedimental na exata medida em que desrespeita o procedimento estipulado pela Constituição Federal, pelo Regimento Interno do Senado Federal e pela Resolução do Senado nº 20, de 1996.

Veja-se que o **due process of law** é, nas palavras de Theodoro Júnior, “uma garantia de processo ordenado segundo a lei”. Nesta esteira, também José Cretella Neto diz consistir o devido processo legal “na aplicação judicial da lei por intermédio do processo, único instrumento legítimo para fazê-lo”. Isto porque “o conceito do ‘**due process of law**’ não se restringe, portanto, à mera garantia das formas processuais preconizadas pela Constituição Federal, mas à própria substância do processo, que permite a efetiva aplicação das leis; e, quando se diz ‘processo’, entenda-se que o termo é aqui empregado com a maior amplitude possível, abrangendo quaisquer procedimentos que

possam violar direitos fundamentais” – Cretella Neto, José. **Fundamentos Princiopológicos do Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2002, pp. 43 e 44.

Cumpra a autoridade responsável pelo processo “obedecer às normas previamente estipuladas em lei”. Somente assim estará assegurada que solução de seus conflitos obedecerá aos mecanismos jurídicos de acesso e desenvolvimento do processo, conforme previamente estabelecido em leis” – Portanova, Rui. **Princípios do Processo Civil**. 5ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, p. 145.

O respeito ao devido processo é a garantia político-constitucional de que o processo será conduzido de modo a garantir os fins da justiça. O desequilíbrio causado pela autoridade coatora traz a insegurança jurídica e a incerteza aos eventuais futuros procedimentos investigatórios.

Rompendo as regras internas e as constitucionais, a Mesa do Senado Federal, de modo arbitrário, abusivo da autoridade, incompetente e inconstitucional, menoscabou princípio de direito e ofendeu o direito líquido e certo do recorrente de representar contra senador por quebra de decoro.

A flagrante inobservância do princípio do devido processo, além de ferir direito líquido e certo do recorrente, e também por isto, é prática que, dados seus nefastos efeitos, nulifica a decisão adotada pela Mesa do Senado Federal.

3. Do Cabimento do Presente Recurso

A Mesa do Senado Federal, tendo agido de forma aberrante ao Regimento Interno, ao Código de Ética e a Constituição Federal, acabou por exigir a aplicação analógica dos ditames do art. 48, XI e § 3º do Regimento Interno do Senado Federal.

O presente recurso funda-se ainda no princípio de direito que assegura o duplo grau de jurisdição ou a revisão dos atos administrativos, bem como no direito fundamental de petição (art. 5º, XXXIV, da CF).

4. Da Suspeição de Parcialidade do Presidente da Mesa

O Presidente do Senado Federal, condutor dos trabalhos da Mesa na fatídica tarde de 22 de agosto, e da decisão ora impugnada, não poderia, ou não deveria presidi-la.

Como é público, tramitam no Senado Federal contra o Presidente três representações: duas de autoria do P-SOL e outra dos partidos DEM-PSDB. Estas representações anotam denúncias graves de enriquecimento ilícito, crimes contra a administração pública, tráfico de influência e outros ilícitos, todos supostamente indicando

a quebra do decoro. Os partidos representantes pedem a sanção cabível de perda de mandato eletivo.

O Presidente do Senado Federal, como representado em três diferentes processos por quebra de decoro, é parte integrante do conjunto de denúncias e da falta de credibilidade que se abateram no Senado Federal e lhe manchou a imagem. Como tal é interessado no deslinde mais benéfico ao senador representado também por quebra de decoro. A idéia de imagem do Senado Federal, de honra conjunta e de moral coletiva, acima expostas, fixam o Presidente do Senado Federal, triplamente acusado de quebrar o decoro, como um “juiz” que é parte e que possui indisfarçáveis interesses na solução mais branda para os senadores representados.

Os processos em curso perante o Conselho, também como é público, têm sofrido toda sorte de interferência da Presidência do Senado Federal, colidindo nas reiteradas trocas de Presidentes do Conselho; nas inúmeras trocas de relatores dos processos; na reiteração de perícia técnica; na recalitrância na escolha e na aceitação de novos relatores para os processos; alfim, na imposição de severas dificuldades para a condução e acompanhamento do processo, tarefas que por vontade e omissão do Presidente do Senado Federal têm se tornado hercúleas.

Não bastasse a imposição das dificuldades no trâmite dos processos, a atuação do Presidente deverá certamente afetar o julgamento dos processos disciplinares e a votação secreta no Plenário (conforme dispõe o art. 55 da CF/88). É forte a possibilidade, reforçada pela decisão indigitada, de que a Presidência da Mesa do Senado Federal exerça forte influência na votação secreta do processo contra o Senador Renan Calheiros.

A influência e o interesse do Presidente obviamente não se restringem aos processos pelos quais ele responde. Desbordam também no “espírito de corpo”, na tentativa de inibir eventuais futuras representações por quebra de decoro. Ao Presidente do Senado Federal interessa fixar alguns entendimentos ou “jurisprudências” no âmbito do Senado Federal relativamente a exigências outras e requisitos mais ao trâmite e julgamento de representações por quebra de decoro.

A confirmar a suspeição, consoante se vê da Ata da Reunião da Mesa, a decisão poderia ter sido outra, caso o Presidente não tivesse expressado seu voto ou não tivesse participado da reunião. Foram três votos a favor do arquivamento, duas abstenções e dois votos pelo processamento da representação. O Presidente votou em desempatar, obviamente decidindo-se pelo arquivamento!

Por fim, anotamos a desnecessidade de que a reunião tivesse sido presidida pelo Senador Renan

Calheiros, triplamente suspeito de ter quebrado o decoro. É que a Mesa, equiparada a pessoa jurídica, responde pela Casa Legislativa como um órgão autônomo e próprio. A Mesa do Senado Federal, assim como sua decisão, não está adstrita a pessoa de seu Presidente. A reunião e a conseqüente deliberação da Mesa poderiam existir com plenos efeitos jurídicos de validade mesmo se delas não tivesse participado o senador Presidente.

Diante da suspeição de parcialidade do Presidente, a decisão da Mesa do Senado Federal, oriunda de “Voto de Minerva” do suspeito, possui vício de constituição e não pode surtir seus efeitos, declaração de nulidade que se requer.

5. Da Decisão da Mesa Diretora do Senado Federal

A Decisão da Mesa se fundou, como dito, no parecer do Advogado do Senado Federal.

Apesar de tratar-se de decisão emanada de órgão incompetente, e que pelas razões antes trazidas requer-se seja anulada sem adentrar em seu mérito, o recorrente, **ad argumentandum**, entende as alegações da Advocacia-Geral do Senado Federal incorrerem em alguns equívocos graves.

Os IX pontos elencados pelo Dr. Causídico fixam-se na tentativa de desconsiderar e descaracterizar a Representação do P-SOL. Verdadeira contestação aos fatos e razões de direito da Representação, a judiciosa peça advocatícia constrói tese partindo do pressuposto equivocado de que haveria instauração de lide entre o P-SOL e o Senado quando, na verdade, a lide é entre o Senado Federal, por seus órgãos competentes, que não a Mesa, diga-se, e o senador representado.

Esta é a inescusável ordem dos fatos e do procedimento: o P-SOL noticia à instituição Senado a provável ocorrência de ilícitos que ofenderiam o decoro parlamentar para que a instituição cuide de investigar — no modo e na forma de uma representação. Cumprido o processo pelo órgão responsável e competente, a instituição sugere ao Plenário a pena cabível ou inocência do representado. A instituição mais uma vez, agora pelo Plenário, adota as medidas necessárias, decretando a perda do mandato, que é feita através de um documento legislativo — um decreto —, ou resolve pela absolvição.

Veja que a perda do mandato parlamentar é fruto de um processo legislativo. Seja pelo procedimento ou pela forma como o mandato é cassado, é a instituição que trata de investigar e punir.

Daí que não cabem as argumentações que fundaram a decisão da Mesa do Senado, de que não caberia à instituição demonstrar a culpabilidade de

senador ou de que as denúncias devem ser acompanhadas de provas. Subverte a ordem da persecução penal, principalmente a exposta no art. 40 do Código de Processo Penal. Pretende menoscabar a construção legislativa livre e autônoma do processo que poderá concluir por uma cassação.

Os fundamentos e fatos trazidos pela representação do P-SOL não podem ser tidos como meras conjunturas. O grau de ilicitude e robustez das acusações que recaem sobre o Senador Gim Argello, baseados não em notícia de jornal, mas em processos penais, administrativos e civis contra ele interpostos — muitos relativos a enriquecimento ilícito e vilipêndio ao Erário — trazem a potencialidade de prejuízo à imagem do Senado e caracterizariam, por si somente, atos incompatíveis ao decoro.

Acerca ainda da contestação à Representação, vemos que o alegado prejuízo que a simples instauração do processo pode causar a um senador representado não pode ser visto de modo genérico ou como pressuposto para o arquivamento de representações. Primeiro que não se cuida de uma pessoa qualquer, mas um agente político, membro de Poder e representante da República. Portanto, um senador é ser público no mais alto grau do conceito. Disso, por óbvio, deflui que o tratamento institucional quanto ao prejuízo pessoal, privado ou menor é mitigado sempre que houver a possibilidade de prejuízo ao interesse público maior.

A lógica do parecer do Advogado do Senado parte do pressuposto equivocado de que os interesses privados de um senador devem sobrepor aos interesses públicos. Tal lógica se mostra o quanto mais errônea, quando trazida para o caso concreto do Senador Gim Argello, agente político acusado pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas e outros do cometimento de ilícitos graves contra a administração pública. Mesmo que quiséssemos prevalecer os interesses privados sobre os públicos, na hipótese versada o prejuízo é, sem sombra de dúvida, muito maior e mais relevante ao Senado.

Daí que, se verdadeiramente a Mesa ou seus órgãos desejassem defender a imagem do Senado e de seus membros, a atitude correta é justamente o inverso do que a que foi adotada. A preservação da imagem do Senado e da instituição somente estará defendida ou preservada se os fatos trazidos pelo P-SOL ao Senado forem devida e conclusivamente investigados. Esta, aliás, diferentemente do alegado pelo Advogado do Senado, a idéia mesma de uma representação: possibilitar ao órgão judicialmente competente a investigação de denúncias.

Todos os casos devem ter tratamento próprio e particular, à luz das acusações e fatos trazidos e sem-

pre em vista da prevalência dos interesses públicos sobre os privados.

5.1. Da Ausência do Contraditório – do Tribunal de Exceção

Na reunião onde fora adotada a Decisão ora impugnada, estavam presentes sete dos membros da Mesa, o Advogado do Senado e o Representado, através de seu advogado. Vê-se que o contraditório não poderia se estabelecer, caso fosse a Mesa competente, ante a ausência do Representante e de sua intimação para a reunião.

Consta da Ata que o Representado fez “**a exege-se** do art. 14 da Resolução nº 20, de 1993, em relação ao papel da Mesa quanto ao assunto em tela, e faz a defesa do Senador Gim Argello”.

Numa aberração regimental e constitucional a Mesa do Senado arbitrou-se de Plenário do Senado e fixou verdadeiro tribunal de exceção, estabelecendo uma não prevista ou cabível defesa prévia, julgando o processo e inocentando o Representado.

E fez isto ainda desrespeitando as mais comezinhas regras de direito, seja ante a incompetência manifesta, seja pelo modo e pela forma como “julgou”.

Mesmo que entendêssemos possível a Mesa julgar um senador por acusação de quebra de decoro, veja que o P-SOL, Representante, não exerceu o contraditório, nem para tanto foi intimado; o Representante não foi convidado a estar presente na dita reunião; o Conselho de Ética, órgão interno responsável pelo decoro parlamentar não emitiu seu parecer ou sequer pôde conhecer da Representação; nenhum membro do Conselho de Ética esteve presente na dita reunião; o Plenário não se pronunciou; provas ou diligências não foram adotadas; a “defesa” do Representado não passou pelo crivo dos órgãos competentes e, aliás, nem sequer se conhece o teor do “defendido”.

A Decisão é, por este aspecto, também, nula de pleno direito.

6. Do Prejuízo Institucional e Político Partidário

O recorrente insurge-se contra a “teoria do fato consumado”. Seja frente à decisão adotada, seja pelos fatos que recaem sobre o senador representado, entende o recorrente que urge o Judiciário a imediata tutela jurisdicional de modo a que no ideário social ou coletivo não fique a impressão de que “tudo já foi resolvido” ou de que “nada mais resta a fazer”.

A permanência da decisão da Mesa do Senado Federal impõe desnecessário e irreparável prejuízo político e institucional ao Legislativo e ao próprio **establishment** da República e da democracia representativa. Quanto mais desnecessário e ilegítimo, quanto mais urgente deve ser a correção por via jurisdicional.

A permanência de senador sobre o qual pairam gravíssimas suspeitas da prática de crimes e ilícitos contra a administração pública e o Erário, sem que sequer os órgãos parlamentares competentes emitam parecer conclusivo, é elemento absolutamente prejudicial ao Congresso, aos partidos políticos e aos senadores.

É forte o dano e irreparável o prejuízo à imagem e prerrogativa dos partidos políticos representantes por quebra de decoro, com o perigo do descrédito e de se retirar a legitimidade das agremiações políticas.

Não é demasiado transcrever a recente manifestação do TSE acerca da fidelidade partidária. Respondendo a Consulta nº 1.398, a Justiça Eleitoral ressaltou a importância dos partidos políticos e a urgente necessidade de fortalecimento destas fundamentais agremiações políticas para a consolidação da democracia.

Destacamos:

“É da maior relevância assinalar que os partidos políticos têm no Brasil, **status** de entidade constitucional (art. 17 da CF), de forma que se pode falar, rememorando a lição de Maurice Duverger (...), que as modernas democracias de certa forma secundarizam, em benefício dos partidos políticos, participação popular direta; na verdade, ainda segundo este autor, os partidos políticos adquiriram a qualidade de autênticos protagonistas da democracia representativa, não se encontrando, no mundo ocidental, nenhum sistema político que prescindia de sua intermediação (...)”. TSE – CTA nº 1.398/DF, Rel. Min. Asfor Rocha.

A decisão deve ser o quanto antes afastada, vez que aguça o menosprezo à democracia representativa, retirando dos partidos, de modo indireto, o necessário elemento agregador e expressivo do ideário dos cidadãos. Tanto que não é distante a conjectura de algum senador membro da Mesa: afinal de contas, para que serve a representação de um partido político?

Os danosos efeitos da decisão aos direitos e prerrogativas do partido político impetrante afetam também o necessário espaço de expressão política e atuação indireta das correntes ideológicas de diferentes matizes, inclusive por intermédio de representação para verificação do decoro parlamentar.

Os efeitos da decisão devem ser desde logo cessados, restabelecendo-se o escorreito e previsto trâmite da Representação para verificação da quebra do decoro que o recorrente propôs contra o Senador Jorge Afonso Argello, o Gim Argello.

6. Dos Pedidos

De todo o exposto, requer-se a Vossa Excelência:

a) o recebimento do presente Recurso com a imediata remessa a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, nos moldes do art. 48, XI, do RISF;

b) ao final, a total procedência do presente Recurso para anular a Decisão da Mesa do Senado e, por conseguinte, restabelecido o regular, constitucional e regimental trâmite a Representação contra o Senador Gim Argello.

Nos Termos, peço Deferimento.

Brasília, 27 de agosto de 2007. – Senador **José Nery**, Líder do P-SOL.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer dois comunicados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra a V. Ex^a, Senador Expedito Júnior, quero dizer que, mesmo não se tratando de questão de ordem, havendo recurso para o Plenário, do Senador José Nery, sobre a decisão da Presidência, é lícito a esta, sem dúvida, solicitar audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a matéria, quando se tratar de interpretação de texto constitucional, o que entendemos ser o caso. Então, mandaremos a matéria para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Senador Expedito Júnior, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela Liderança do PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer dois comunicados.

Primeiro, gostaria de comunicar, com tristeza, o falecimento do Advogado e ex-Deputado Federal Antônio Morimoto, que morreu na madrugada de hoje, vítima de infarto, aqui em Brasília, onde passava por um longo tratamento de saúde.

Morimoto foi para Rondônia após a criação do Estado, no início da década de 80, depois de atuar como Deputado Federal duas vezes pelo Estado de São Paulo. Antes disso, Morimoto havia sido eleito para uma das cadeiras de Deputado Estadual na capital paulista. Em Rondônia, além de ter sido Deputado Federal, trabalhou também no Governo de Jerônimo Santana, do PMDB, como Secretário de Administração e como Presidente das Centrais Elétricas de Rondônia.

Eu não poderia, Sr. Presidente, deixar de registrar a morte desse paulista, que ajudou, com certeza – e muito –, no desenvolvimento do meu Estado, pois foi ele o Relator que transformou o antigo Território de Rondônia no grande Estado que é hoje.

Eu gostaria ainda de fazer um agradecimento ao Sr. Gilberto Carvalho. Nós, na semana passada, por

duas vezes, trouxemos ao conhecimento deste Plenário os detalhes de algo que estava, com certeza, à vista dos Senadores e dos Deputados Federais todos os dias: uma comissão que estava próxima ao Senado da República para reivindicar aqui, Senador Jayme, os direitos que haviam sido prometidos a seus representados quando o Presidente Lula, ainda em campanha, visitou o local do massacre de Corumbiara.

Foram estes os termos do compromisso assumido:

No dia 24 de agosto de 2007, o Sr. Gilberto Carvalho, Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República, recebeu no Palácio do Planalto os representantes do Comitê de Defesa das Vítimas de Santa Elina (CODEVISE) e se comprometeu, em nome do Presidente da República, alguns compromissos, a [quero que fiquem registrados nos Anais desta Casa os compromissos assumidos pelo Presidente Lula por intermédio de seu representante]:

1. Promover uma maior interlocução com o Codevise na resolução das questões relativas ao massacre de Corumbiara, reconhecendo o papel do Comitê como entidade representativa das famílias, sem prejuízo dos interlocutores já estabelecidos no caso em tramitação na Comissão Interamericana dos Direitos Humanos;

2. Assegurar, em até 60 dias, a visita do Secretário Especial dos Direitos Humanos e do Presidente do Inkra à região do massacre, com o objetivo de realizar uma audiência pública com as vítimas e de anunciar os encaminhamentos promovidos pelo Governo Federal;

3. Promover o assentamento das famílias do massacre ainda não contempladas pela reforma agrária, verificar a infra-estrutura e apoiar as famílias assentadas nos projetos;

4. Agilizar os processos de desapropriação nas áreas onde estão localizados os acampamentos, verificando as formas de iniciar o processo de reforma agrária na Fazenda Santa Elina;

5. Com relação à proposta formulada pelo Comitê de a União assumir a responsabilidade pela indenização de todas as vítimas do massacre, o Governo Federal se compromete a analisar as possibilidades legais de assegurar essa reivindicação, envidando esforços, inclusive, nas negociações com o Estado de Rondônia, para que este também possa assumir suas responsabilidades;

6. Estudar o agendamento de reunião do Comitê com o Presidente da República, tão logo haja encaminhamentos concretos por parte do Governo Federal.

Quero agradecer à Mesa também, Sr. Presidente, naquele dia presidida pelo Senador Alvaro Dias, à qual fizemos a reivindicação. De imediato, foi solicitado ao Presidente da República ou a alguém que pudesse representá-lo que recebesse a Comissão.

Fica aqui o registro. Gostaria que nosso pronunciamento fosse registrado na íntegra, Sr. Presidente, nos Anais desta Casa.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EXPEDITO JÚNIOR EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Gabinete Pessoal do Presidente da República**

COMPROMISSO

No dia 24 de agosto de 2007, o Senhor Gilberto Carvalho, Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República, recebeu no Palácio do Planalto os representantes do Comitê de Defesa das Vítimas de Santa Elina (CODEVISE), e se comprometeu, em nome da Presidência da República, a:

1. Promover uma maior interlocução com o CODEVISE na resolução das questões relativas ao Massacre de Corumbiara, reconhecendo o papel do Comitê como entidade representativa das famílias, sem prejuízo dos interlocutores já estabelecidos no caso em tramitação na Comissão Interamericana dos Direitos Humanos;
2. Assegurar, em até 60 dias, a visita do Secretário Especial dos Direitos Humanos e do Presidente do INCRA à região do Massacre, com o objetivo de realizar uma audiência pública com as vítimas e anunciar os encaminhamentos promovidos pelo Governo Federal;
3. Promover o assentamento das famílias do massacre ainda não contempladas pela reforma agrária, verificar a infra-estrutura e apoiar as famílias assentadas nos projetos;
4. Agilizar os processos de desapropriação nas áreas onde estão localizados os acampamentos, verificando as formas de iniciar o processo de reforma agrária na Fazenda Santa Elina;
5. Com relação à proposta formulada pelo Comitê de a União assumir a responsabilidade pela indenização de todas as vítimas do Massacre, o Governo Federal se compromete a analisar as possibilidades legais de assegurar essa reivindicação, envidando esforços, inclusive, nas negociações com o Estado de Rondônia para que este assumas suas responsabilidades;
6. Estudar o agendamento de reunião do Comitê com o Presidente da República, tão logo haja encaminhamentos concretos por parte do Governo Federal.


Gilberto Carvalho

Chefe do Gabinete Pessoal
do Presidente da República

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a será atendido, Senador Expedito Júnior.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, pela ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesse fim de semana, fui surpreendido por uma nota na seção “Holofote”, da revista *Veja*, relacionando meu nome entre alguns parlamentares que supostamente tencionam trocar os Democratas por agremiações da base aliada do Governo. Diz a matéria, inclusive, que eu teria recebido convite de dirigentes do Partido da República (PR). Venho aqui para afirmar que essa notícia, de minha parte, não guarda qualquer fundamento. Em que pese a inabalável credibilidade desse conceituado órgão da imprensa nacional, devo refutar tais informações.

Jamais cogitei abandonar minha legenda, tampouco mantive qualquer tipo de conversa com representantes do PR que sugerisse tal iniciativa. Conservo um relacionamento cordial e respeitoso com integrantes de todas as correntes com assento neste Congresso Nacional, porque a boa convivência o exige, o jogo democrático assim o recomenda. Manter a chama do diálogo sempre acesa é essencial para o fortalecimento institucional do Parlamento, mas dialogar não significa aderir ou cooptar; dialogar significa, isto sim, aprimorar os mecanismos de gestão política. Devemos ampliar os canais de comunicação entre Partidos e entre essas siglas e o Governo, mas de forma madura e sensata, sempre almejando o bem da comunidade.

Reafirmo aqui, perante os senhores, minha devoção aos princípios programáticos de minha legenda. E, hoje, na condição de Secretário-Geral da Executiva Nacional dos Democratas, sinto-me perfeitamente alinhado com as ações públicas e com os propósitos do meu Partido.

Respeito a decisão que qualquer um dos Srs. Senadores possa tomar no sentido de alterar sua trajetória; a conjuntura e as necessidades pessoais, às vezes, obrigam mudanças de rumo. Os que o fizerem de forma honrada e de coração limpo terão meu apoio e minha solidariedade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há duas décadas, milito nesse grupo. Construí minha história e meu patrimônio político sob essa bandeira. Jamais me deixei seduzir pelo som inebriante do canto das sereias governistas. Para mim, a atividade eleitoral é feita mais de renúncias do que de comemorações. Não abro mão da coerência e faço dela uma trincheira

de minha atuação no Senado Federal. Também não barganho fundamentos éticos pela comodidade das promessas fáceis. Os compromissos feitos por mim nas ruas e nas praças de Mato Grosso não são como estacas mal fincadas, mas como estacas fincadas em rochas: inabaláveis e perenes.

Fiei minha vitória com as linhas do PFL nas últimas eleições. Essa legenda me conduziu até aqui, e nela permanecerei, para honrar cada voto que recebi como candidato dessa agremiação. Portanto, desautorizo qualquer interlocutor que ponha em dúvida minha lealdade aos Democratas. Não troco de telefone, não troco de Partido, não troco meus amigos, enfim, faço da política um verdadeiro sacerdócio.

Era o que eu tinha a dizer nesta tarde, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me inscreva para falar como Líder do PRB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a já está inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, em que lugar estou inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a está inscrito para falar após a Senadora Ideli Salvatti, que é a primeira Líder inscrita. Nós estamos fazendo rodízio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço então a palavra pela ordem para dizer à Casa que está presente uma glória do esporte brasileiro, que é o campeão de Jiu-Jítsu Wallid Ismail, que também foi campeão de Mixed Martial Arts e hoje é um empresário muito bem situado nesse ramo que faz um sucesso enorme no Brasil e maior ainda nos Estados Unidos e no Japão. É um orgulho muito grande por se tratar, também, de um cidadão amazonense.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a, ao fazer essa saudação, expressa o sentimento da Casa.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores, eu

venho à tribuna para fazer um breve registro sobre um tema da maior relevância para o País, que é a energia, especificamente a energia nuclear.

Recentemente nós tivemos o anúncio da retomada do Projeto de Angra III, mas é importante fazer alguns alertas e algumas reflexões sobre a retomada desse projeto. Como todos sabem, é um projeto caro, um projeto que esteve paralisado muito tempo e que agora é retomado.

Dados sobre a questão da energia nuclear, especialmente no seu aspecto ambiental, precisam ser lembrados num momento como este. Vejamos que para produzir um **gigawatt** de energia são necessários de 1,5 a 1,7 bilhões de dólares para a sua construção, construção essa que, no mínimo, demora cinco anos, sendo que a média histórica é maior que isso, é de 8,5 anos.

Deve-se lembrar ainda que não existiram projetos privados nos últimos anos, apenas projetos estatais em alguns poucos países pelo mundo afora.

Uma das razões, sem dúvida alguma, é a questão ambiental; outra delas é o crescimento de 565% do preço do urânio desde 2004, ainda que exista realmente o argumento de que o consumo de urânio é pequeno, embora imprescindível. Portanto, não se pode desprezar o fato de um aumento tão extraordinário acontecido em um dos principais insumos da energia nuclear.

O fato de que as reservas existentes serão extintas em 60 anos é também um fator claro de encarecimento pela escassez relativa da matéria-prima – mesmo alargando o prazo de finalização das reservas, que alguns especialistas colocam como de 80 a 100 anos, e não de 60 – pois a reposição desse combustível, como se sabe, é da ordem de seis anos, em média.

Mas quero voltar à questão ambiental. Em alguns casos, a mineração sequer tem planos de encerramento, o que dificulta, em muito, a definição de soluções, como ajustamento de condutas similares. Os depósitos de materiais nucleares usados são uma preocupação constante de quantos países os têm. Com o tempo, os próprios dispositivos de contenção e de guarda exigem constante atenção e manutenção, custos evidentemente.

Enquanto o mundo todo desperta para a questão do aquecimento global, tentando equacionar o problema da produção de CO₂ e seu seqüestro pela produção de florestas plantadas e com manejo sustentável, o ciclo nuclear, grande produtor do gás, não entra seguramente na matriz de solução. Usando combustível de alto teor, as emissões de CO₂ equivalem a um terço, ou a um quinto, na melhor hipótese, das emissões de uma central energética a gás natural; se o combustível é de pior qualidade, as emissões são até maiores.

Conclusão: o balanço energético é negativo, no caso da energia nuclear.

Outro ponto importante é a pequena vida útil de uma central nuclear, da ordem de 40 a 60 anos, ao final tornando-se um “monumental” lixo a ser cuidado e a requerer recursos até que prazo não se sabe. Ainda, a total dependência tecnológica e da matéria-prima, pois poucos são os países que fabricam o combustível nuclear, apenas quatro no mundo reaproveitam-no, e só um, a Rússia, aceita “depósitos de rejeitos”. Com isso, a geração de empregos é menor do que todos os outros tipos de geração de energia, embora resaltemos que os empregos que a energia nuclear cria sejam de alta especialização tecnológica.

No Brasil, onde mais de 90% da nossa matriz energética é hidrelétrica, é evidente que o número de empregos é maior que numa central nuclear. Além disso, não podemos deixar de considerar a baixa eficiência das usinas nucleares que já funcionam – a Usina Nuclear Angra I e Angra II –, pois o fator de carga que no mundo todo é em média de 66% de aproveitamento da energia, em Angra é de apenas 38%, em média.

Concluindo, Sr. Presidente, quero apenas fazer um alerta rápido para esta questão de energia nuclear. Este é um tema que merece reflexão permanente.

Existem argumentos que são diferentes. A própria revista **National Geographic** de dois meses atrás mostrava que as centrais nucleares voltam, em alguns países, a registrar altos índices, como na França, que tem 80% da sua energia de caráter nuclear, mas outros países, como a Alemanha e a Itália, já baniram a energia nuclear, não aprovam nenhuma nova central e têm programas de desativação das usinas que funcionam.

Temos, no Brasil, alternativas muito melhores; ainda podemos avançar muito na energia hidroelétrica. Temos as opções da energia renovável, seja ela com o biocombustível, seja ela com a energia eólica. Um país que tem tanto vento em tantos pontos pode ter um avanço nessa área. Temos a energia solar, pois somos um País tropical. Portanto, ainda não é o momento, parece-me, de retomarmos um projeto tão caro como é o de Angra III, um projeto de variáveis tão discutíveis como essas do ponto de vista ambiental.

Precisamos, sim, ter uma matriz energética diversificada. Não podemos ficar eternamente somente com a energia hidrelétrica, mas podemos avançar nessas novas tecnologias, bastante no biocombustível, podemos avançar nas questões ligadas ao gás natural, com prospecção mais adequada. Já estive nesta tribuna por mais de uma vez pedindo, exigindo que a Petrobras faça estudos mais adequados no norte de Minas Gerais, onde existem afloramentos de gás natural na re-

gião do rio São Francisco. Entretanto, a Petrobras tem sido muito lenta, deixando o País dependente do gás natural da Bolívia, um país sujeito a essas vacilações políticas permanentes, trazendo insegurança para o uso do gás natural.

Sr. Presidente, esses são os dados que queria trazer aqui, mantendo, portanto, um estado de alerta em relação às novas instalações de energia nuclear.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, quero apenas registrar a presença de estudantes da minha cidade de Belo Horizonte, de um colégio tradicional, o Colégio Colibri, que veio hoje conhecer o nosso Senado e o seu funcionamento. É importante que a juventude possa saber como funciona o Parlamento, a importância que tem o Parlamento para as instituições democráticas que, a duras penas, reconquistamos para o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nós é que agradecemos a V. Ex^a.

Tenho a honra de conceder a palavra à Senadora Ideli Salvatti. Em seguida, falará o Senador Pedro Simon e, após, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, antes da Senadora Ideli Salvatti chegar à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Estou encaminhando à Mesa um requerimento propondo uma homenagem aos médicos brasileiros pela passagem do Dia do Médico, no dia 18 de outubro, assinado pela bancada de médicos do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa recebe com satisfação o requerimento apresentado por V. Ex^a.

Senadora Ideli Salvatti, com a palavra V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vários Parlamentares já usaram a tribuna para tecer comentários a respeito do julgamento que está em andamento no Supremo Tribunal Federal. Quero, inclusive, iniciar a minha fala com uma frase de um dos Ministros que está participando desse julgamento, que, do meu ponto de vista, é uma frase muito forte. Ele diz que, em uma República, ninguém – ninguém! – está acima da Constituição e das leis. Ninguém! Portanto, se temos uma verdadeira República e alguém imagina que não possa estar submetido à Lei Máxima do nosso País, que é a Constituição, e às leis que este Parlamento aprova está indo contra e enfraquecendo aquilo que entendemos como Repú-

blica, coisa pública, aquilo que é de todos e que por todos tem de ser preservado e cuidado.

Ao mesmo tempo em que trago essa frase de um dos Ministros que está participando do julgamento neste momento, espero, com toda a convicção e sinceridade, que a mão da Justiça, que todos esperamos seja republicana, caia sobre todos, inclusive de todos os tempos, que cometeram qualquer ato ilícito e que, portanto, estão sujeitos a julgamento, a qualquer tipo de julgamento na Justiça brasileira.

Mas os comentários, as reportagens, as ilações e as insinuações dão a impressão de que julgados e condenados estão, quando todos nós sabemos que o Supremo, neste momento, decide sobre a abertura ou não do inquérito, sobre a aceitação ou não da denúncia, portanto, se abrirá o processo para que, ao final, Senador Expedito Júnior, se condene ou se absolva. Portanto, todos continuam inocentes até a prova efetiva em contrário no processo penal que porventura vier a ser aberto. Até porque, se a interpretação, a ilação, o comentário, a imagem que se tenta passar desse julgamento for a de que, aberto o processo, condenados estão, a lista é grande, porque, uma vez aberto o processo, condenados estariam muitos, muitos, inclusive aqui deste Plenário. E temos dito e redito que todos são inocentes até prova em contrário, e somente com o trânsito em julgado condenados serão.

A outra questão que me causa impressão – precisamos, obviamente, de paciência, para tratar com os pronunciamentos, com as veiculações e com as ilações – é que estamos frente a algo inédito, nunca acontecido em nosso País, que começou em 2003.

Tive a oportunidade hoje de dizer até a alguns jornalistas que não consigo entender bem por que determinado sistema ou esquema que envolve determinados personagens, cujo julgamento da aceitação ou não da denúncia ocorre no Supremo neste momento, foi separado. Algo foi encaminhado para o Supremo, e outra parte sequer foi processada para ser apresentada à avaliação do Supremo de recebimento ou não da denúncia. Isso já me causa uma imensa estranheza.

Se temos de tratar de processos que levam, induzem ou permitem atos ilícitos, corrupção ativa e passiva, formação de agrupamentos para agir, por que determinado sistema, determinado modo de operar foi separado? Um foi encaminhado, e o outro ninguém sabe ainda se irá ao Supremo para que aprecie se acolherá ou não a denúncia.

Discute-se a respeito daquilo que não demos conta de fazer neste Parlamento, como a reforma política efetiva, que a Câmara teve oportunidade recentemente de fazer e não a fez, pois não teve coragem de enfrentar o financiamento público de campanha, da lista fechada,

que poderiam ser instrumentos efetivos para enfrentarmos indiscutivelmente o principal foco de corrupção ao longo de décadas e décadas neste País.

A forma de financiamento de campanha é que acaba permitindo que a corrupção seja instalada, grasse. Obviamente, quem pagou irá cobrar seu preço, por meio de beneficiamentos e de inúmeras formas já detectadas pelas quase 400 operações da Polícia Federal, que desmonta esquemas instalados na máquina pública há muitos e muitos anos. E a origem disso é exatamente a vinculação de financiamento de campanha, que permite ao financiado, estando no cargo, retribuir de alguma forma ao corruptor que o financiou.

Vamos ter obviamente toda calma e paciência para acompanhar e exigir que a mão pesada da Justiça caia sobre todos em todos os tempos. Até porque já tive oportunidade, durante o auge da crise – volta novamente toda essa discussão –, de dizer inúmeras vezes: corrupção não tem prazo de validade. Portanto, se corrupção houve em outros momentos, com outros atores – inclusive, alguns com o mesmo sistema do que tanto alarde agora se faz nessa apreciação do Supremo sobre o acolhimento ou não da denúncia –, ressalto que corrupção não tem prazo de validade. Indiscutivelmente, não há tal prazo.

Saliento de forma muito clara: o PT, Partido dos Trabalhadores, não aceitará sua criminalização nem sua interdição, como os que expressaram no auge da crise, da disputa e do embate político-partidário em 2005 e em 2006, que nos queriam extinguir, queriam acabar com a raça, como foi anunciado e alardeado. Não vamos permitir isso. O Partido dos Trabalhadores tem história, tem presença, tem ação, contribuiu efetivamente com a democratização deste País e muito nos orgulha por ter assim procedido. O Partido dos Trabalhadores, talvez mais que qualquer outro na história partidária do Brasil, tornou-se canal para que lideranças populares, lideranças dos movimentos sociais, de movimentos de bairro, de movimentos sindicais, de movimentos de comunidade pudessem entrar na cena pública e se transformarem em agente político. Este País não seria o mesmo – eu não tenho dúvida disto e aí de quem tem essa dúvida! – sem a história e a atuação do Partido dos Trabalhadores!

Desse modo, não nos vão criminalizar! Não nos vão interditar! Não permitiremos isso, até porque a sociedade brasileira não vai permitir, apesar do muito que está sendo dito. Eu voltei a ouvir hoje, aqui, nesta tribuna, sobre **impeachment** do Presidente Lula, depois de termos passado por um processo eleitoral em que o Presidente foi eleito com uma margem, no segundo turno, de mais de vinte milhões de votos; depois que o PT saiu das urnas como a legenda mais votada na

Câmara dos Deputados; depois que foram campeões de voto o Senador Eduardo Suplicy, em número de votos, e o Senador Tião Viana, em percentual de voto; e depois que ampliamos o número de Governos conquistados pelo PT na eleição do ano passado.

Portanto, não vamos permitir que a história do nosso Partido e a contribuição que o PT deu a este País sejam achincalhadas por causa dessa disputa – volto a dizer – dos que não se resignam, dos que não se conformam com os resultados tanto das urnas quanto da política adotada.

Quero concluir a minha fala, apresentando uma reflexão da Marilena Chauí muito procedente. Ela faz a discussão da diferença conceitual entre ética da política e ética na política.

A ética da política, a ação política como seu resultado: se essa política resulta em supressão das desigualdades, se essa política resulta em supressão das injustiças, se essa política resulta em melhoria da qualidade de vida...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) –.... dos que mais precisam ter a vida melhorada. E a ética na política é o comportamento individual. Como indivíduos, as pessoas podem cometer equívocos, podem cometer erros e têm de responder na Justiça se assim procederem.

Mas que não se confunda a ética da política, o resultado que permite fazer com que as injustiças e as desigualdades sejam combatidas – é disso que a política ética precisa efetivamente fazer –, com o comportamento ético ou não ético dos indivíduos.

Por isso, às vezes, fica difícil de as pessoas entenderem e compreenderem por que, mesmo agora, quando retomam-se os assuntos, requeentam, refazem e tal, e os próprios Partidos de Oposição fizeram pesquisa, Senador Suplicy, continua a popularidade do Presidente Lula e o reconhecimento do PT como Partido que contribui de forma efetiva para a ética da política, ou seja, a política que tem como tarefa central, para ser ética, combater as desigualdades e as injustiças sociais.

Se o Presidente permitir, ouvirei, com muito prazer, o aparte do Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Ideli Salvatti, em algumas ocasiões, ouvi do Presidente Lula frases como: “Para nós, do Partido dos Trabalhadores, a ética é fundamental; é tão importante”. E tenho a convicção de que o Presidente Lula continua a ser essa pessoa.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O senhor e a ampla maioria da população brasileira, pode ter certeza.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E é importante, Senadora Ideli Salvatti, que nós estejamos vendo que as instituições reconhecidas pela Constituição brasileira de 1988 – o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário – estejam funcionando plenamente. Isso significa que o processo democrático brasileiro está vivendo momentos de grande relevância. É verdade que as decisões que o Supremo Tribunal Federal está tomando hoje, nesta semana e na semana passada, estão ...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... tendo grande repercussão. Acredito que nunca a TV Justiça alcançou índices de audiência tão altos quanto nesses dias, tal o interesse despertado pelo julgamento de pessoas do Partido dos Trabalhadores que ocuparam cargos de grande importância no Governo e nosso Partido. Obviamente isso nos preocupa. Não vamos dizer que é algo que deixa de provocar preocupação e tristeza, uma vez que companheiros estão ali sendo objeto de julgamento, denúncias estão sendo aceitas, mas é importante....

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Aliás, Senador Suplicy, pessoas que, de forma pública e contundente, exigiram ser julgadas; querem o julgamento para poder apresentar todas as provas de sua inocência. Inúmeras vezes, o ex-Deputado José Dirceu declarou isso de forma pública.

Então acho que não há medo de julgamento, não há medo. O problema é a forma como se interpreta ou se quer dar a entender o significado do ato do Supremo Tribunal Federal neste momento.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E é muito importante que o apelo do próprio ex-Ministro, ex-Deputado Federal, ex-Presidente do nosso Partido tenha se efetivado, porque ele foi aquele que mais pediu que o julgamento se desse este ano e o quanto antes. Assim, ele terá a oportunidade, pedida por ele próprio, mesmo tendo sido aceitas algumas das denúncias, de se defender. Isso está sendo assegurado. Felizmente, ainda que possa nos preocupar, isso está ocorrendo. Então, eu quero aqui saudar a maneira como V. Ex^a aborda o fato, pois, apesar dessa problemática, os méritos do Partido dos Trabalhadores têm sido de tal ordem que vêm obtendo reconhecimento da população brasileira no que diz respeito ao conjunto das ações do Governo do Presidente Lula e tudo aquilo que tem sido representado pelas diversas administrações do PT, no âmbito municipal e estadual, e pela atuação

de pessoas como V. Ex^a e todos que representam o Partido dos Trabalhadores no Parlamento brasileiro, nos seus diversos níveis.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Suplicy, agradeço também ao Presidente pelo minutos a mais que passei no tempo. Mas gostaria, agora com mais serenidade, de terminar a minha fala, o meu pronunciamento exatamente com esta questão: a ética da política, aquilo que se realiza para o bem do coletivo, para que o coletivo possa estar em condição de justiça e de igualdade econômica, social, cultural e de oportunidades. Esse é o objetivo central que anima, e animou, e que desde a sua fundação é priorizado pelo Partido dos Trabalhadores.

Por isso, não tenho nenhuma dúvida de que, como já superamos tantos outros episódios, vamos passar mais. Inclusive, neste final de semana, no Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, vamos nos reunir para que a ética da política, a ética que tem de estar voltada para melhorar a vida da maioria da população, continue norteando o Partido dos Trabalhadores, como foi ontem, como é hoje e como eu espero que seja sempre.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. Em seguida, falará o Senador Arthur Virgílio.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, em primeiro lugar, meus cumprimentos à Senadora Líder do PT. Eu gosto de Parlamentar de coragem! Falar quando as coisas estão fáceis, qualquer um fala; agora, falar depois da paulada que teve aqui em cima do Governo – e V. Ex^a, aqui, depois de toda a imprensa fazer o que fez – , eu acho que V. Ex^a merece respeito. Ser a favor na hora de receber e ser contra quando as coisas são difíceis é muito fácil. V. Ex^a merece o respeito. E eu a felicito. Menos entrar em detalhes no conteúdo do que V. Ex^a falou, mas pela capacidade de dizer o que disse.

Também gostei da entrevista do Lula, publicada, no domingo, pelo **O Estado de S. Paulo**. O Senador Eduardo Suplicy, realmente, falou e bem. O Presidente, deixou muito claras algumas posições, que considero importantes, e deixou muito específicas algumas questões como a de que ele estaria buscando a terceira reeleição etc, que achei até muito competente. O jornalista, que é de categoria, quis buscar uma declaração, no meio dessa questão de reeleição ou não-reeleição do Lula, que ele dissesse algo, por exemplo, contra o Presidente da Venezuela, que está buscando mais reeleição. Aí, o Presidente Lula disse-lhe: “Olha, eu estou lhe dizendo, claro que sou contra uma terceira

eleição. Nós sabemos o que você quer que eu diga, e eu sei o que você quer que eu diga, mas eu não vou dizê-lo. Apenas estou dizendo que nós, no Brasil, somos contrários a isso.” Claro que o Lula não queria se meter no governo da Venezuela e dizer que o presidente está fazendo um absurdo etc.

Mas, Sr. Presidente, estou aqui com orgulho do nosso Supremo Tribunal! Não pela decisão em si, mas pela decisão. Para a gente que fala e fala que o Supremo, ao longo do tempo, não decide, que o tempo passa – e dizíamos aqui que, lá atrás, a gente argumentava que a responsabilidade era do Congresso Nacional, porque o Procurador da República decidia, mandava para o Supremo, mas, tinha de pedir licença aos Presidentes do Senado e da Câmara, ouvia as duas Casas, mas elas nunca respondiam nem “sim”, concedendo a licença, nem “não”, negando a licença; ficava na gaveta. Quando se emendou a Constituição e se determinou que não precisava mais ir ao Congresso – nem Câmara nem Senado –, que o Procurador mandaria direto para o Congresso, e o Congresso decidiria, o que aconteceu? Primeiro, o Procurador, no tempo do nosso querido ex-Presidente Fernando Henrique, na verdade, não era um Procurador mas sim um arquivador, que, durante todo o governo, praticamente não fez nada. Mas, neste Governo atual, tem esse mérito tanto para o Procurador-Geral no primeiro Governo como no atual, ou seja, colocar homens de responsabilidade, os Procuradores entraram com as denúncias: ou eles arquivavam, ou entravam com a denúncia. E aí passou a ficar no Supremo Tribunal. E se criou esse estágio de ansiedade, de dúvida e de interrogação.

Vamos dizer, com toda a franqueza, sabemos que a estrutura do Supremo Tribunal Federal é difícil para uma responsabilidade dessa intensidade, tais como decidir questões criminais. É complexo. Quanto aos processos que lá estão, eu não sabia como eles iriam se sair. Eu os cobrava, mas, com toda a sinceridade, eu não sabia como eles iriam julgar 40 casos. E, olha, decidiram com muita competência! Decidiram com seriedade, com responsabilidade!

O Relator foi muito competente na hora de dividir o nome das pessoas, a espécie de crime, para depois fazer o debate. Deixaram muito claro que uma coisa era aceitar a denúncia para abrir o processo, outra coisa era decidir, em caráter de culpar ou não culpar, e nesse contexto é que o processo foi.

Olha, alguém disse aqui – penso que foi o Senador Eduardo Suplicy em um aparte – que a TV Justiça teve recordes de audiência ao longo de sua história. Realmente, o Brasil se pousou na TV Justiça – eu inclusive –, e vi que a decisão foi da maior competência e da maior seriedade.

A decisão, por unanimidade, com relação ao Deputado José Dirceu também foi importante. Volto a repetir: não foi uma decisão de condenação; foi uma decisão – e eu votaria tranqüilamente com o Ministro do Supremo – de aceitar a denúncia, para agora se fazer a apuração e depois ter a decisão final.

Foi o dia, na minha opinião, mais importante da história do Supremo!

Vamos analisar o seguinte: dos que votaram, seis foram indicados pelo Presidente Lula – seis foram indicados pelo Presidente Lula! –; e os seis votaram a favor de aceitar a denúncia. Isto tem mérito, na minha opinião, com todo o respeito, para o Congresso, para os seis e para o Presidente Lula, que, pelo que sei e pelo que vi, não tomei conhecimento de nenhuma ação, nenhuma atividade do Governo Federal querendo intervir – o que não me passa pela cabeça – no Supremo Tribunal. Então, somou também para o Presidente Lula. Não é o problema de um Congresso de um país em que a maioria é contra o governo que entrou. Não!

Acho que, de certa forma, os seis devem ser simpáticos ao Presidente Lula. Mas, na hora de votar, votaram com a consciência de Ministros do Supremo e votaram como achavam que deveriam votar.

Foi bonito de ver a condução, o Relator com sua competência; e cá entre nós, com muita alegria e orgulho, digo à Ministra Ellen Gracie, que fez a sua carreira política e judiciária no Rio Grande do Sul, como Presidente do Supremo: foi o dia mais bonito que vi. Parecia até que o Brasil era um País dos mais modernos e dos mais justos da história, porque os votos foram de seriedade, a análise foi de seriedade. Creio que, ontem, o Brasil viveu um dia importante.

Digo com toda a sinceridade: eu não tiraria a interpretação de vir aqui e dizer que ontem – eu não acho – foi o dia da derrota do Lula. Não. Acho que não devemos levar por aí. Foi o dia de somar para o Brasil inteiro! Todos ganharam! Ontem, todos ganharam, assim como o Supremo, quando votou na imparcialidade daquilo que deveria ser feito. Eu recebo desta maneira. Há momentos para tudo na vida: momentos para se fazer oposição, momentos para se desmoralizar, momentos para se bater e momentos para se consagrar em conjunto.

Hoje, todos nós estamos felizes, porque o Judiciário viveu uma das páginas que muitas vezes já a vivemos no Congresso: as boas e as ruins. Ontem foi o dia de o Supremo Tribunal Federal viver um grande momento. E o Brasil inteiro reconhece isso, o Brasil que defende a luta para se acabar com a impunidade, os que defendem a luta para ter uma Justiça mais

justa, mais feliz na história deste País, ontem foi um grande dia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio isso que serve para todos. Não acredito – com toda sinceridade, até hoje não consegui me convencer – que o Presidente Lula não seja um homem de respeito, um homem que não quer fazer um grande Governo. Sinceramente, eu não me compenetro disto. Digo, com toda a sinceridade, de que falta ao Lula, na minha opinião, rapidez nas decisões. Para o Lula demitir alguém do seu Governo, para ele – parece-me – ser como cometer um homicídio. Só se demite quando a coisa é. E Presidente não é isso. Um dirigente tem de ter a capacidade de tomar posição na hora. Se ele tivesse demitido lá no início – já disse isto, aqui está o Senador Eduardo Suplicy –, quando o Waldomiro apareceu na televisão recendo dinheiro e o colocando no bolso, se ele o tivesse demitido naquela hora, se o tivesse colocado para fora, se ele tivesse permitido a instalação da CPI naquele momento, no início, seria o primeiro ato que teria aparecido, a coisa teria sido diferente. Fomos criar a CPI após um ano e seis meses. Aí, já não era uma CPI; eram seis CPIs. Se ele, no mínimo, tivesse demitido o Waldomiro, se ele o tivesse posto para fora, e todo o mundo entendesse que o seu Governo era assim, a coisa teria sido diferente.

Mas ele terminou tomando posição. Eu, por exemplo, com toda a sinceridade, acho que a Chefe da Casa Civil de hoje é uma mulher que merece respeito. Vejo a sua ação, a sua atuação, a sua maneira de agir bem diferente da do Chefe do Governo anterior. No Governo anterior – reparem, eu não quero nem discutir – mas tudo o que se fala que aconteceu passou pela Casa Civil. Inclusive se dizia da ligação do homem, do chefe que buscava e distribuía o dinheiro era feito no gabinete da Casa Civil. Nunca surgiu uma notícia desse tipo com a nova Chefe da Casa Civil, que demonstra que quando se quer se faz.

Mas quero felicitar a Ministra Ellen Gracie. Na figura de S. Ex^a, felicito todo o Supremo Tribunal Federal. E digo que é um dia de festa. Não um dia de festa no sentido de se vangloriar porque alguns foram denunciados, que a denúncia foi aceita, ou coisa que o valha. É um dia de festa porque, hoje, depois de muito tempo, o brasileiro respira uma sensação de que há possibilidade de se fazer justiça neste País, de que há possibilidade de se terminar com a impunidade neste País, de que há possibilidade. O Congresso fez o seu papel na CPI, com erros, acertos, equívocos, mas fez o seu papel. E a denúncia levou ao Procurador que, com excepcional capacidade, exerceu o seu papel. Agora, o Supremo Tribunal Federal, na sua responsabilidade, cumpriu a sua missão.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite V. Ex^a um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Pedro Simon, V. Ex^a trouxe dois assuntos de grande importância. Gostaria de comentar ambos. O primeiro, quando comentou as declarações do Presidente Lula ao jornal *O Estado de São Paulo*, e suas repercussões, relacionadas ao...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a trouxe... Tomei conhecimento com o pronunciamento de V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Relacionadas ao Presidente Hugo Chávez, que efeito teria tido. Eu me interessei especialmente por essa particularidade e resolvi examinar se os jornais principais da Venezuela trouxeram a entrevista do Presidente Lula. E aqui informo a V. Ex^a e ao Senado que sim. Por exemplo, o *El Universal*, no próprio domingo, dia 26, publica: “Lula diz que oito anos de Governo são suficientes; porém, não julga Hugo Chávez”. Ali está transcrito o trecho tão importante para o relacionamento que V. Ex^a aqui colocou: “Não creio na palavra insubstituível, não existe ninguém que não seja substituível ou que seja imprescindível; quando um dirigente político começa a pensar que é imprescindível, que é insubstituível, começa a nascer um ‘ditadorzinho’” – aqui está escrito em Espanhol, estou colocando em Português. “O governante, entretanto, preferiu não comentar o projeto de reforma constitucional de Chávez, que permite reeleições por tempo indefinido para o chefe de estado na Venezuela. Não julgo o comportamento de outros países”, afirmou Lula, ao ser interrogado se Chávez seria um ditador. “Chávez está propondo uma reforma da constituição. Se tem a maioria para fazê-lo, eu não peço, porque sou adepto da alternância de poder”, afirmou o Presidente Lula. E creio que oito anos são suficientes para fazer aquilo que creio ser possível se fazer. Outro virá, e fará mais.” A observação de Lula, certamente, de alguma maneira, chegou à Venezuela, e permitirá até uma reflexão para o povo venezuelano, acredito que para o próprio Presidente Hugo Chávez. Quem sabe, ele possa ter o conhecimento de como, por exemplo, o Presidente Nelson Mandela, certo dia, disse aos que sugeriam a ele para ser novamente candidato, e ele disse: “Tenho observado o que tem ocorrido com os que querem permanecer no poder por tanto tempo. Eles acabam se desgastando. Prefiro concluir meu mandato com o povo querendo que eu muito continue”. Assim, decidi não ser mais, e até hoje se constitui em um Chefe de Estado na África que a toda hora é chamado para contribuir na resolução de

problemas maiores de seu próprio país e dos demais países da África. O Presidente Hugo Chávez pode se reportar também a isso na reflexão, claro que respeitando o que eles lá decidirem. É muito importante o registro de V. Ex^a, cumprimentando o Supremo Tribunal Federal pela maneira aberta e transparente como agiu. É um passo extraordinário da democracia. O Senado Federal deu um passo importantíssimo ao fazer com que a TV Senado transmitisse nossas sessões, com repercussão, e V. Ex^a sabe disso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Começou com o Senador José Sarney, e foi uma grande realização.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Com o Presidente José Sarney. E isso teve uma repercussão extraordinária.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E ontem, pela primeira vez, vimos que na Justiça também. Quer dizer, não estávamos levando muito assim, etc. e tal, mas quando eu vi a insistência das pessoas em assistir à TV Justiça, eu vi como foi importante a realização do julgamento.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Exato. Eu próprio, Senador Pedro Simon, nunca havia assistido com tamanho interesse à TV Justiça quanto nos últimos dias, porque está havendo ali momentos da maior relevância, importantíssimos, inclusive o debate havido sobre o episódio do fotógrafo do jornal *O Globo*, que flagrou aquela cena na tela do computador, de um diálogo entre dois Ministros, e que causou um grande debate se seria ou não invasão de privacidade. Isso acabou proporcionando um artigo muito interessante do Ministro Joaquim Barbosa no jornal *Folha de S. Paulo* sobre como poderá o Supremo Tribunal Federal se aperfeiçoar a partir daquele episódio. A palavra de V. Ex^a é muito importante, sobretudo porque assegura o funcionamento de uma das principais instituições da democracia, o Poder Judiciário, agindo de maneira aberta, transparente, e se assegurando em relação àqueles que são denunciados. Sim, companheiros do meu Partido. Eu sofro com isso, por meus companheiros, mas penso que estamos aprendendo as lições. Deveremos nós, inclusive os Ministros e o Presidente Lula, todos nós, Senadores do PT, estar muito mais atentos, pois qualquer atitude, mesmo que resulte em um indício de procedimento inadequado, poderá se transformar em objeto de eventual julgamento, como o que enfrentam meus companheiros de Partido que hoje estão na berlinda. É importante o registro de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Sou fã de V. Ex^a. V. Ex^a é um Senador excepcional. V. Ex^a, quando Fernando Henrique era Presidente, quando o Senador Sarney era Presidente,

é daqueles que critica, e critica duro, mas é daqueles que, em primeiro lugar, nunca atinge a dignidade da pessoa; e, em segundo lugar, busca fazer por aceitar. O mesmo estilo de discurso que V. Ex^a fazia criticando o Governo anterior está fazendo agora, com mais cuidado, com mais preocupação, mas V. Ex^a não abriu mão das suas idéias. Isso é muito importante. Infelizmente, a pessoa muda quando está no Governo ou quando está na Oposição. A única pessoa que não mudou, e é excepcional, é o atual Líder do Governo. Ele está usando o mesmo discurso que fazia quando era Líder do Governo anterior. Ele se manteve firme; os governos que vieram para ele. Quer dizer, o Governo Fernando Henrique se adaptou ao Senador Romero Jucá, e o Senador Romero Jucá tinha aquela linguagem. Ele, agora, que é Líder do Governo Lula, não precisa mudar nada; está usando o mesmo discurso. Quer dizer, porque o Governo é igual.

Pois não, Senador José Sarney.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a não estava aqui pela manhã, quando realizamos a sessão comemorando os 10 anos do ILB...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mais uma obra de V. Ex^a.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – (...) da Unilegis, do Interlegis. Na oportunidade, tive de dizer, fazendo justiça, que foi V. Ex^a o inspirador de todas as reformas que iniciamos àquele tempo, pela sua pregação constante em favor de mudanças dentro do processo até então utilizado em nossas sessões e nossos trabalhos. Tive a oportunidade de fazer essa justiça, que agora tenho renovada, pois V. Ex^a foi o grande João Batista, o pregador da necessidade das reformas que culminaram na TV Senado e em todos os órgãos de comunicação do Estado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a não pode dizer isso, porque, se disser que sou João Batista, vou ter que dizer que V. Ex^a foi o Jesus Cristo, pois V. Ex^a foi quem fez e realizou a grande obra que eu reconheço. A TV Senado e o Instituto criado por V. Ex^a, assim como o *Jornal do Senado*, mudaram a realidade deste Congresso. É uma outra realidade.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Mas foi inspirado nas idéias de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Andando pelo interior, vejo que, hoje, em vez de ficarem sabendo o que o Congresso ou o Senado fizeram por três linhas do Jornal Nacional ou pelos jornais das outras televisões, as pessoas acompanham ao vivo. Hoje, as pessoas acompanham tudo ao vivo, como acompanharam as reuniões de ontem e de anteontem e estão acompanhando a reunião de hoje do

Supremo Tribunal Federal. Isso começou com V. Ex^a, criando a TV Senado. O interessante é que V. Ex^a encontrou unanimidade. Muita gente não entendeu. “Onde vai terminar isso? Transmitir uma sessão do Senado Federal? Em primeiro lugar, é insosso, ninguém vai assistir isso”. Pois digo a V. Ex^a: é impressionante a audiência da TV Senado. É impressionante! Aonde vou, a qualquer cidade que eu vá, perguntam por que fiz aquele discurso, falam do Senador fulano de tal, do Senador Suplicy, que é muito badalado, e do Senador Mão Santa, que todo mundo comenta: “Como ele é? Ele é assim mesmo?” Ele é assim mesmo. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite fazer uma sugestão, a propósito?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Permito, porque o Presidente Renan me disse: “Pode deixar o Suplicy falar à vontade, porque vou descontar do seu tempo”.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Vou aproveitar, Senador Pedro Simon, para fazer uma sugestão a V. Ex^a, ao Plenário e ao Senador Renan Calheiros sobre um momento que, todos sabemos, será de extraordinária importância e que despertará um enorme interesse da população brasileira em acompanhar. Refiro-me ao que vai ocorrer, na quinta-feira, na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. A sugestão que formulo, acredito, poderá ser objeto de análise de V. Ex^a. Obviamente, será objeto de grande interesse o parecer dos Relatores. É possível. V. Ex^a sabe que tenho feito recomendação ao Senador Renan Calheiros. Inclusive, estou aceitando o convite feito por S. Ex^a para conversar e ter esclarecidas quaisquer dúvidas. Por mais que tenhamos esclarecimentos, não há nada melhor que um diálogo de S. Ex^a com os Membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na reunião da próxima quinta-feira, no momento da leitura dos relatórios. Isso deverá ser acompanhado por todos. Certamente, na medida em que a avaliação que tivermos de fazer de todo o caso for objeto do conhecimento da população brasileira, nas suas razões de profundidade, ela poderá ser muito mais bem compreendida, se tivermos a transparência do processo, com a transmissão pela TV Senado. Muitos nos estão perguntando se a reunião será aberta ou fechada ao público. Por que não serem inteiramente abertos o diálogo, a decisão? Sinceramente, digo a V. Ex^a, como transmiti às pessoas que me perguntaram, que ainda não tomei minha decisão e que quero tomá-la à luz dos mais completos esclarecimentos, tendo lido os relatórios que ainda não conhecemos e que nos serão apresentados pelos Relatores. Lembrei-me disso a partir do elogio feito por V. Ex^a a respeito de qual

importante é o instrumento de transparência que é a TV Senado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Este é o Senador Suplicy. Ele é o que é. Ninguém o muda.

A respeito disso há um fato que é muito conhecido. Dizem que, no final da campanha do Presidente Lula, na primeira eleição, Sua Excelência reuniu um grupo muito fechado do PT. Era uma discussão muito séria, sobre uma decisão a tomar. Essa decisão influenciaria muito o andamento da campanha e a vitória. Então, as pessoas eram convocadas, de forma selecionada, para um lugar afastado do Senado, da Câmara, para discutirem o que fazer. Chegaram ao Senador Eduardo Suplicy e o convocaram. Aí disseram: “Olha, mas há uma coisa: você não pode falar nada para a sua mulher, para ninguém. É uma coisa que você tem de guardar. É segredo absoluto”. Falaram, falaram. Daqui a pouco, S. Ex^a foi até lá e lhes disse: “Se não posso falar nada para ninguém, não vou. Então, já não me incluo. Não vou, porque depois não sei se me controlo; daqui a pouco...”

(Interrupção de som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Realmente, V. Ex^a tem essa qualidade. V. Ex^a diz as coisas. Respondo a V. Ex^a: não gostaria de tocar nesse assunto, porque não é o momento, mas, se eu fosse o Presidente do Senado, meu querido amigo Renan, ainda hoje me licenciaria. Ainda é tempo, Presidente. Ainda é tempo! Nunca vivi um momento como o que está vivendo o Senador Renan. Muitas vezes, entramos numa linha. O Senador Renan botou na cabeça que, caso se licenciasse da Presidência do Senado, estaria rendendo-se, curvando-se à pressão que há em roda dele. Acho que não. Se ele houvesse se afastado da Presidência do Senado, teríamos até condições de fazer uma defesa, mas ele fica nessa posição.

Sabemos que ele é uma pessoa que está agindo com a imparcialidade e com a seriedade que lhe são próprias. Mas fica a imagem: “Não, ele está lá, porque está pondo a máquina a favor dele”. Não vejo máquina, não vejo nada. Digo, com a maior sinceridade, que nunca recebi nenhum tipo de pressão, nenhuma coisa, e vejo a coisa andando normalmente.

Respeito a posição do Senador Renan Calheiros, mas, como seu amigo, se eu pudesse influenciar, dir-lhe-ia: “Vá descansar. Deixe que se faça o trabalho sem a sua presença”.

Quero dizer à Ministra Ellen Gracie: temos muito orgulho de V. Ex^a. Que bom que é uma mulher! Alguém sempre fica naquela interrogação: “Mas é uma mulher?” Pois pegou o caso mais difícil que chegou ao Supremo. É uma denúncia contra quarenta réus. Nunca ocorreu

isso antes; não me lembro de um caso semelhante, anterior a esse. E o Supremo agiu com capacidade. A Presidente agiu com dignidade.

Repito: vivemos ontem um dia muito importante. O Supremo somou. A imprensa insinuava: “É, mas há seis Ministros indicados por Lula!” E daí? Os seis Ministros votaram como pensavam que deveriam votar. Por isso, eu, que tenho vindo aqui me apresentando geralmente como crítico ao Governo, hoje elogio e ponho no céu o Supremo – a Ellen, o Relator e todos os Ministros. Mas creio que não é o momento, e o digo com muito respeito aos Líderes da Oposição, por quem tenho o maior carinho e com os quais estou identificando-me ao longo da existência.

Estou me identificando com o PSDB e com os Democratas, como estava com o PT nos oito anos do Governo passado. Fiquei por oito anos ao lado do PT, aqui, batendo no Fernando Henrique, de quem eu era amigo. Quando fui Líder do Presidente Itamar Franco, o Ministro da Fazenda era Fernando Henrique Cardoso, o homem do Plano Real... Não foi o criador; o criador do Plano Real, desculpem-me, foi o Governo do Itamar Franco, em que Fernando Henrique era um, mas havia muito mais gente. Agora, ele era o grande responsável. Quando me convidou para ser Líder do seu Governo, estava disposto a aceitar, mas, quando ele começou a andar, não pude mais aceitar. Então, nesses oito anos, eu me identifiquei muito com o PT. Agora, estou mais com o PSDB e com os Democratas, porque eles pegaram os discursos... Vou pegar os discursos dos oito anos do PT – oito anos excepcionais e extraordinários do PT – no Governo de Fernando Henrique e os discursos do PSDB e dos Democratas agora, no Governo do PT. O PT é o PSDB de quatro anos atrás; o PSDB é o PT de quatro anos atrás!

Temos de fazer um esforço no sentido de manter nossas idéias, quando mudarmos, e não fazer como o Líder, Senador Romero Jucá. Alguém está criticando o Líder, Senador Romero Jucá, mas não concordo. Espera um pouquinho, o Jucá está na posição dele. Pega os discursos dele de quando foi Líder do Fernando Henrique e pega os discursos dele agora em que é Líder do PT e veja se não está dizendo a mesma coisa. Ele está defendendo o Governo. Ele não mudou; o Governo mudou.

Acho, com toda sinceridade, que temos condições. Ontem foi um dia nesse sentido, com esse significado. Ontem, foi o Supremo Tribunal Federal com que o Brasil sonha. Pode ser que sejamos o Congresso Nacional com que o Brasil sonha.

Quanto ao Presidente Lula, a entrevista de que o Senador Eduardo Suplicy fala realmente foi muito significativa. Eu me emocionei com a entrevista do

Presidente Lula. Olha, há coisas que nós temos que levar a sério. Por exemplo, a declaração que ele deu de que não é mais candidato não é negócio para se esquecer. Não tem como esquecer o que ele disse. O que ele disse, afirmou, reafirmou, está ali. Se amanhã ele aparecer com idéias diferentes, vai ter de se explicar. E ele foi de uma clarividência total. E se o povo pedir? Ele disse que não tem essa história de o povo pedir, disse que não é candidato e pronto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Obrigado a V. Ex^a.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, com a aquiescência do Senador Arthur Virgílio.

Com a palavra V. Ex^a, Presidente Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Com a aquiescência do Senador Arthur Virgílio, claro. Não sei se S. Ex^a consentirá que eu fale.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela manhã, fui orador na sessão especial do Senado em comemoração aos dez anos de criação do Instituto Legislativo Brasileiro e do Conselho editorial e de seis anos de criação da Unilegis. Tive oportunidade de fazer justiça ao Senador Pedro Simon, dizendo que foi S. Ex^a quem pregou nesta Casa, durante muitos anos, as reformas que finalmente foram consolidadas naquele projeto.

Todavia, cometi uma omissão, Sr. Presidente, que me perturbou e que tenho o dever de corrigir desta tribuna. É que foi V. Ex^a o relator e o encarregado de todo o processo das reformas junto com a Fundação Getúlio Vargas. V. Ex^a era o 3º Secretário, eu era Presidente da Casa, mas foi V. Ex^a o executor de todo o projeto, e o fez com muita dedicação. Foi uma omissão que eu não poderia ter cometido no discurso desta manhã. Agora eu o estou retificando para que ele seja realmente completo e estabeleça a verdade em relação ao que aconteceu naquele momento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador José Sarney, agradeço sinceramente a V. Ex^a a lembrança, mas, antes de mais nada, é preciso dizer que o que foi feito naquela Comissão de Modernização foi feito exatamente por recomendação de V. Ex^a como Presidente da Casa.

Muito obrigado.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu pretendia tratar do assunto do Conselho de Ética no dia da reunião daquele Conselho, mas ouvi dois aliados de V. Ex^a, o Senador Pedro Simon e o Senador Eduardo Suplicy, manifestarem-se a favor do voto aberto. Pensei com meus botões – aliás, tive hoje uma tarde inteira para conversar com meus botões – e não podia eu deixar de dizer qual é a opinião do meu Partido.

Um aliado é a favor do voto aberto; o outro, também. O Senador Pedro Simon, inclusive, acabou de demonstrar que o PT estava muito certo quando fazia oposição, que o PSDB está muito certo quando faz oposição e que S. Ex^a está certo durante o tempo inteiro, porque talvez seja incapaz de errar.

Meu Partido é a favor do voto aberto. Estou recomendando aos Senadores do meu Partido que se abstenham de declarar voto, porque creio ser lícito e justo que três Senadores declarem seus votos: a Senadora Marisa Serrano, o Senador Almeida Lima e o Senador Renato Casagrande. Todos os demais poderiam muito bem manifestar seus votos em aberto, exatamente como sugere o Senador Eduardo Suplicy e exatamente como sugere outro aliado de V. Ex^a, o Senador Pedro Simon, aquele que criticava o PSDB quando o PSDB errava, que agora critica o PT porque o PT erra e que não erra nunca. Ou seja, é algo realmente extraordinário! Se eu já tinha admiração, passei a ter uma admiração decuplicada pelo Senador Pedro Simon.

Sr. Presidente, a recomendação é muito clara: reivindicamos o voto aberto. Precedente há: o caso envolvendo o Senador Antonio Carlos Magalhães no início de 2003.

Se perguntarmos ao Senador Suplicy, talvez S. Ex^a diga: “Sou a favor do voto aberto para tudo”. Se perguntarmos ao Senador Simon, este vai dizer que é a favor do voto aberto para tudo. Aí perguntam para mim, e digo que não sou a favor do voto aberto para tudo. Uma assembléia legislativa pressionada por uma grande empresa num pequeno Estado pode ser coagida pelo poder econômico, sim! Sou a favor do voto secreto para certas causas, para certas coisas. Nenhum Governador de Estado receberia **impeachment** com voto aberto de uma assembléia legislativa de um pequeno Estado do Norte ou do Nordeste do País. Nenhum! O voto secreto nasceu para proteger o súdito e, portanto, para proteger a oposição ao rei. Isso é da melhor tradição do parlamento anglo-saxônico. O voto secreto é uma conquista secular. Entendo, porém, que ele está superado para certos efeitos e para certos fatos; está superado.

Não há por que alguém deixar de votar a favor ou contra V. Ex^a, porque o voto é secreto ou o voto é aberto. Se eu tiver de duvidar de que o resultado é um na votação aberta e outro na secreta, vou duvidar do caráter dos meus colegas e não quero fazer isso. Não posso duvidar, não tenho o direito de duvidar do caráter de colega nenhum meu! Não tenho esse direito, não vou fazer isso! Então, acredito que x pessoas votam assim no escrutínio aberto e que x pessoas votam do mesmo jeito no secreto. Ou não é assim, Senador Tasso Jereissati? Por que o voto secreto levaria a alguma mudança?

Vejo V. Ex^a muito bem de aliados, e isso deve servir-lhe de algum conforto, Sr. Presidente. Nossa posição, que eu iria apresentar no Conselho de Ética, foi antecipada por dois aliados de V. Ex^a: o Senador Suplicy, que, certamente, é a favor do voto aberto para tudo, e o Senador Pedro Simon, que é a favor do voto aberto para tudo. Senador Suplicy e Senador Pedro Simon são duas figuras extraordinárias, quase infalíveis. Aqui, está falando um mortal, uma pessoa que tem defeitos.

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Permita-me um aparte, Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quero apenas terminar de fazer uma autoflagelação. Como candidato a santo, eu não passaria; não tenho jeito para santo. Defeitos meus? Em Manaus, dizem que tenho um defeito grave. Retirei os camelôs do centro da cidade numa hora gravíssima: recessão no Governo do Presidente Collor e evasão de receita quase me impedindo de pagar os salários dos servidores do Estado. Depois desse tempo todo, pergunto: só tenho esse defeito? Falem com minha mulher, que ela vai falar uns quarenta mil mais. Não posso ter só esse. Nem é coerente com minha idade, com a vida que já vivi e com a vida que ainda vivo. Mas louvo saber que há pessoas que realmente nunca se equivocam, que, enfim, estão sempre do lado do bem, figuras realmente extraordinárias.

Vou dar um ângulo muito meu dessa questão do mensalão, envolvendo o Partido dos Trabalhadores. Vou dar meu ângulo com o máximo de sinceridade de que é capaz uma pessoa não-santa – não é Mão Santa, é não-santa –, uma pessoa normal, com defeitos, de carne e osso, uma pessoa que tem ambições, que tem fraquezas, que não é nenhum super-homem, que não quer passar por super-homem para mídia coisa alguma, uma pessoa que prima pela sinceridade. Se alguém quiser descobrir a sinceridade dela, vai perceber que ela é uma pessoa sincera, sim. Vou dar esse enfoque daqui a pouco.

Concedo a palavra, para me apartear, ao Senador Demóstenes Torres.

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a faz, como sempre, uma discussão severa de seu próprio entendimento, uma discussão travada pelo Senado, pela Câmara dos Deputados e, parece-me, pelo Parlamento, em todo o mundo, em torno da adequação do voto secreto. Em que condições esse voto secreto tem de acontecer? Nossa Constituição e nosso Regimento Interno adotam o sistema restritivo. Quando uma votação é secreta? Uma votação é secreta quando ela é prevista. Dou um exemplo: o art. 55, § 2º, da Constituição Federal diz que, no caso de quebra de decoro parlamentar, a votação para a perda de mandato acontecerá de forma secreta. Ainda diz mais: que isso se dará por maioria absoluta. Maioria absoluta, todos nós sabemos, é representada pela metade do número de Senadores mais um, ou seja, são 41 votos. Portanto, a votação com 41 Senadores só pode se dar no plenário, até porque o Conselho só tem 15 Senadores. Agora, diz também o nosso Regimento Interno que qualquer sessão pode ser transformada em secreta por requerimento de qualquer Senador. O Senador que desejar transformar, melhor dizendo, a votação em secreta – a sessão também pode ser transformada em secreta por requerimento –, pode apresentar um requerimento, que se será votado e, se aprovado, a votação se dará dessa forma. Então, é mais do que a discussão sobre se é a favor ou contra o voto secreto, e aí tenho de respeitar a posição de V. Ex^a, porque V. Ex^a é uma pessoa de posição. Embora eventualmente possamos discordar sobre essa ou aquela posição, V. Ex^a é leal em suas posições e as externa com convicção e conhecimento. Nesse caso específico do Conselho de Ética, podem arrumar os precedentes que quiserem, mas o precedente deve ter sido “precedido” – com perdão da redundância – de um requerimento. Qualquer Senador que quiser transformar qualquer sessão ou qualquer votação em secreta tem o direito de fazê-lo. Pode submeter um requerimento para tanto e, se metade mais um dos presentes assim concordar, transforma-se a votação em secreta. Agora, o nosso sistema é absolutamente restritivo. É secreto o que a Constituição diz que é, o que a lei diz que é, o que o Regimento diz que é. A votação no Conselho de Ética, que é a sugestão de uma perda de mandato, a sugestão da formulação de uma resolução, o Regimento é silente. E onde é silente, a votação é aberta. Então, respeitando a coragem de V. Ex^a, o entendimento que V. Ex^a nunca se furta a externar, sendo popular ou sendo impopular...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Demóstenes Torres, posso lhe fazer uma pergunta?

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Pois não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Qual foi o entendimento que V. Ex^a teve do meu entendimento, pois estou achando que não me expressei bem?!

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Entendi, pelo que V. Ex^a disse, que os Senadores do seu Partido votarão sem que esse voto seja aberto e que haveria alguma possibilidade de a sessão ser secreta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, não. Eu disse que, se a maioria dos Senadores decidirem que ela será secreta, ela será secreta, mas meus Senadores querem que a votação seja aberta e vão lutar para que seja aberta.

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Perfeito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quero dar um conforto a V. Ex^a: V. Ex^a tentou e não conseguiu discordar de mim desta vez.

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Nem tentei e nem quero discordar de V. Ex^a. Só vejo o seguinte: é uma discussão bizantina. Por quê? Por que a reunião do Conselho é aberta. Então, ninguém tem de esconder o voto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu não estava no bizantinismo, Senador Demóstenes Torres. V. Ex^a tem um notável saber jurídico e eu acabei me afastando, sou um mero Bacharel em Direito, fiquei longe disso. Estava em outro ângulo dessa mesma análise. Apenas deixei claro que não consigo ver por que a votação não pode ser secreta. Primeiro, porque o Senador Eduardo Suplicy quer; segundo, porque o Senador Pedro Simon deseja; terceiro, porque não vejo o que isso favoreceria ou prejudicaria o Senador Renan Calheiros.

Por que algum Senador, parecido com V. Ex^a, comigo e com os demais, iria votar assim ou assado a depender de ser secreta ou de ser aberta? E disse mais: se eu tivesse a crença de que alguém, quando a votação é aberta, vota de um jeito e, quando é secreta, vota de outro, estaria autorizado a desconfiar do caráter de alguns Colegas meus. E me recuso a fazer isso.

Eu não entrei na questão da Constituição. V. Ex^a fique tranquilo, pois continuamos concordando.

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Exato. Só digo, Senador Arthur Virgílio...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O meu medo é que daqui a pouco digam que estou que-

rendo a votação secreta. Aí V. Ex^a não vai colaborar com isso.

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Não é o caso, até porque V. Ex^a fez a defesa da votação aberta, embora respeitando os demais. O que estou dizendo é que estão fazendo, no Senado, uma celeuma de que a reunião pode ter uma votação secreta, por algum entendimento de algum iluminado, quando a Constituição, a lei ou o Regimento são claros: não há qualquer previsão para que a reunião seja secreta. Ela pode ser transformada em secreta se alguém assim o requerer. Assim, se alguém quiser que fique secreta, o que não é o caso de V. Ex^a que já externou a sua opinião. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço. A convivência com V. Ex^a aqui é tão boa, pois acabo fazendo um novo curso de Direito no lugar daquele em que fui um aluno muito relapso. Fico muito feliz e agradeço a explicação sempre fraterna e elucidativa que V. Ex^a dá.

Muito bem, Sr. Presidente. Então, estabelecido que o meu Partido e eu concordamos com seus aliados e vamos para votação...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Permite-me um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Claro, Senador. Depois queria falar de PT, mas esse assunto já está lotando a paciência de todos nós. V. Ex^a tem a palavra.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Arthur Virgílio, procuro estudar a história do Senado. Tenho acompanhado todos os julgamentos, as reuniões da Mesa, enfim, procuro me informar sobre o assunto, inclusive já consultei julgamentos acontecidos. O Senador Demóstenes Torres demonstra o saber jurídico, interpreta bem a lei, da maneira que melhor lhe convém, é um gênio que admiro muito. Mas ao pesquisar julgamentos antigos do Senado, do Conselho de Ética, vejo uma situação totalmente contrária à posição do Senador Demóstenes. Então, quero saber o seguinte: votamos como a história vota ou votamos como queremos? Eu gosto de consultar a história do Senado e ver como as outras decisões aconteceram, pois há uma história no Senado. No entanto, chego aqui e, de repente, bate uma luz em alguém que tem uma grande interpretação sobre o momento e diz que não vai ser como sempre foi; entendeu, Senador Arthur Virgílio? Para mim, é indiferente se é aberto ou fechado, sei qual é o meu voto e sei como vou dá-lo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então, façamos a votação aberta.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Veja bem, quero como é a história, para que se prevaleça o direito desta Casa, como sempre foi. Não sei. Vamos consultar para ver como é.

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Então, V. Ex^a faça um requerimento, Senador Wellington Salgado de Oliveira, para que a sessão seja secreta.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Historicamente, existe um requerimento apresentado? V. Ex^a consultou os julgamentos anteriores? Existiu um requerimento?

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Consultei o Regimento Interno.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Wellington Salgado de Oliveira, gostaria de prosseguir.

Sr. Presidente, não pretendo essa bifurcação em discurso meu.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Desculpe-me, Senador Arthur Virgílio. Só queria fazer um contraponto da situação. Gostaria de continuar ouvindo V. Ex^a, pois é sempre um momento de sabedoria. Há certos momentos que não dá para agüentarmos a interpretação momentânea, deixando de ver como acontece a história. É só isso que queria colocar. Não quero atrapalhar o discurso de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Essa coisa da história do Senado tem muito a ver com a Constituição e tem razão o Senador Demóstenes Torres. Se um dia uma Senadora se elegeu com o nome de História, essa Senadora vai votar do jeito que quiser. Senadora História de Albuquerque Silva vota como quiser. Mas o fato é que o Senador Demóstenes, mesmo tentando discordar de mim, abordou, com muita percuência, o ângulo da questão jurídica. E procurei dizer pelo lado da... – vejo os Senadores Eduardo Suplicy e Pedro Simon e fico até inibido de falar, mas vou falar – ... pelo lado da ética. É antiético alguém ter cara para votar de um jeito e cara para votar de outro. Que tipo de gente é essa que no secreto vota de um jeito e no aberto vota de outro? Tem esse tipo de gente aqui? Espero que não tenha. Espero que não tenha esse tipo de gente aqui! No secreto é uma coisa, no aberto é outra. É um trançetê para cá, um trançetê para acolá.

Que história é esta? Isto é o Senado Federal, é o Senado da República, que não se desmoraliza só porque tem uma acusação a fulano ou a beltrano, mas que se desmoraliza também se tivermos aqui Senadores que votam de um jeito ou votam de outro: Senadores bifrontes.

Eu estou aguardando. Eu estava vendo aqui o Presidente José Sarney. Estou ansioso por um discurso

so do Presidente José Sarney em defesa do Senador Renan Calheiros ou criticando duramente o Senador Renan Calheiros. Mas o fato de S. Ex^a não ter falado até agora me deixa sem graça, porque eu tinha um projeto do Senador Vitalício: o Presidente da República viria para o Senado. O Presidente José Sarney não teria que disputar eleição no Amapá. Ele viria para cá, para o Senado, sem direito a voto, com direito a voz, mas teria de falar, em um caso como este, como Conselheiro da República, um verdadeiro Conselheiro da República. E isso se aplicaria a Fernando Collor, a Fernando Henrique Cardoso, a Itamar Franco e, futuramente, a Lula.

Agora, se não se manifesta, não vou falar mais. Nunca mais tento o meu projeto. É um projeto impopular, muitas pessoas pensam que é um *revival* do Senador Biônico. Nunca mais eu o apresento; nunca mais, na minha vida. Essa idéia morreu na minha cabeça, embora a Itália, muito mais desenvolvida politicamente do que nós, tenha essa idéia com muita vitória, com muito êxito.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não. Só peço que V. Ex^a seja breve uma vez na vida, Senador, porque eu quero falar do PT. Por favor, eu lhe peço isso como seu amigo fraterno, de muitos anos. V. Ex^a, agora, vai me dar um show de síntese. E vou lhe agradecer por isso.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Espero que a reflexão de muitos tenha contribuído para que V. Ex^a, de fato, não apresentar o projeto dos Senadores Vitalícios, porque embora alguns, muito respeitavelmente, o tenham defendido, eu fui contrário. Acho que será melhor, quando desejarmos ouvir as recomendações de ex-Presidentes da República, simplesmente convidá-los para vir aqui conversar conosco. Isso é possível. No momento em que V. Ex^a achar por bem convidar o ex-Senador e ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, o ex-Presidente Itamar Franco e, depois da Presidência, o então ex-Presidente Lula, V. Ex^a terá todo o meu apoio. No entanto, não me parece adequado termos Senadores Vitalícios. V. Ex^a há de convir que o Chile teve essa experiência, que acabou sendo liquidada, porque o ex-Presidente “ditador” Pinochet era senador vitalício e foi quase um trauma para acabar de sê-lo. Hoje não há mais essa característica.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – O Senador Wellington Salgado perguntou se ocorreu algum episódio no passado, em que o Conselho de Ética tenha votado abertamente situações tais como as que

vamos viver na quinta-feira. Sim, uma das últimas votações no Conselho de Ética de natureza similar teve votação aberta. No caso, votamos abertamente pelo arquivamento do processo de três Senadores. Então, há um precedente nessa direção. Em 2003, um projeto de emenda à Constituição, de autoria do Senador Tião Viana, apoiado por muitos de nós e por todos os Senadores do Partido dos Trabalhadores, propunha que sempre houvesse votação aberta, inclusive nos processos de quebra de decoro parlamentar. Naquela ocasião, por razões que respeitamos, V. Ex^a, o Senador José Agripino e outros Senadores votaram contrariamente. Quem sabe, com essa situação nova, todos reflitamos melhor! O Senador Tião Viana, ainda ontem, disse-me que vai reapresentar – e vou apoiá-lo – projeto para que tenhamos votação aberta nessa circunstância e, quem sabe, à luz do que hoje está ocorrendo, possam os que então votaram não, votar sim.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado. Senador Suplicy, algumas pessoas subestimam V. Ex^a nesta Casa, mas eu não. Dos 81 Senadores, V. Ex^a é, sem dúvida, o mais esperto de todos. Nunca vi V. Ex^a ficar contra uma tese popular na sua vida, e eu o conheço há 25 anos, desde quando chegamos juntos à Câmara dos Deputados. V. Ex^a soube construir muito bem sua trajetória eleitoralmente vitoriosa. V. Ex^a, que reputo o mais esperto dos Senadores, sabe como ninguém farejar aquilo que a opinião pública – certa ou errada – deseja. Então, eu sabia de antemão qual seria seu comportamento nesse episódio, porque aprendi a conhecer V. Ex^a. E isso não me leva a ter nenhum desapeço por V. Ex^a.

Em relação ao voto secreto, eu que já não tenho faro tão apurado quanto V. Ex^a, sou menos perdigueiro nesse campo, tenho restrições a diversos tipos de votos secretos e considero-o imprescindível em alguns casos. Se tivermos uma sessão para discutirmos o assunto, eu lhe explicarei e terei o prazer de dizer qual é a minha posição e de ouvir a de V. Ex^a.

V. Ex^a não terá nenhuma dificuldade em saber o que penso do voto secreto. Eu é que gostaria de ver um dia V. Ex^a enfrentando a opinião pública. Isso vai me dar, aí sim, razão para triplicar uma amizade, que é enorme e que sinto por V. Ex^a. Queria que V. Ex^a, um dia, enfrentasse a opinião pública, dissesse: “Olha, essa causa é popular, mas não é justa. Como não é justa, vou enfrentar essa causa”. Não o vi fazer isso até hoje, em 25 anos. Não vi. Mas tenho certeza de que V. Ex^a vai ouvir a minha opinião sobre o voto secreto e eu vou ouvir V. Ex^a um dia...

Pois não, V. Ex^a vai falar de novo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Bom, eu, por exemplo, torço pelo Santos, e a maioria dos

paulistas torce por outros times, como o Corinthians. Então, nem sempre torcer pelo Santos é uma causa popular. É muito popular entre os que torcem pelo Santos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador, por favor, deixe-me dar um outro exemplo. Isso aí faz V. Ex^a popular em Santos, e o pessoal do Palmeiras e do São Paulo não fica zangado com V. Ex^a. Continuo achando de V. Ex^a a mesma coisa que acha-va há dez minutos.

Mas, muito bem, quero agora falar sobre o PT, se for o melhor, se concordarem comigo.

O papel histórico do PT. Ainda há pouco, ouvia a Senadora Ideli Salvatti fazer sua justificativa sobre esses fatos todos. E devo dizer que tenho com a Senadora Ideli Salvatti uma relação completamente diferente daquela do início do nosso mandato: relação de amizade, de confiança, de diálogo aberto. E S. Ex^a foi a única pessoa das hostes do Governo a subir à tribuna para se manifestar defendendo – aí, sim, Senador Suplicy – o impopular. S. Ex^a foi lá para justificar algo que, não tenho dúvida, está indignando a opinião pública. E S. Ex^a acredita no seu Partido.

Não pense que não admiro o que V. Ex^a fez, Senadora Ideli Salvatti. Vi alguns equívocos em seu discurso. E sinceramente e fraternalmente lhe digo quais são. V. Ex^a diz: “O Presidente Lula é popular, o PT é o Partido mais popular”. Em algum momento, e não é o caso, vou dizer uma coisa sobre o Presidente Lula. Mas Hitler foi popular; em algum momento, Stroessner popular; em algum momento, Papa Doc foi popular; em algum momento, Getúlio Vargas foi popular na sua ditadura; Perón foi popular com aquele populismo que atrapalhou a vida da Argentina – atrapalha até hoje, pois Kirchner, essa beleza de governante que está lá, é peronista. Mas aprecio muito as pessoas que se definem como a Senadora Ideli Salvatti o fez: frontal, clara, vai lá e diz o que tem de dizer e pronto.

Vou, então, falar um pouco de como vejo o PT. Para mim, o PT é um grande Partido. Em alguns momentos, em reuniões do Governo Fernando Henrique, eu sustentava, nem sempre solitário, a tese de que o PT fazia um enorme bem à democracia, embora revelasse traços de imaturidade ao votar contra tudo, ao não aceitar nada do que hoje ele precisa como instrumento para bem governar. Eu dizia: “Imaginem o que seria deste País se não houvesse o PT, com o MST nas ruas e um antagonismo enorme com o programa de Governo do Presidente Fernando Henrique e as idéias do MST”. Eu achava muito bom aquele anteparo.

Ajudei a negociar a Passeata dos Cem Mil com a direção do seu Partido. A idéia era muito simples: seu Partido tinha chances de chegar ao Governo e

não haveria de querer promover uma baderna em praça pública, aqui na Esplanada. E não queríamos ficar com a fama de violentos e truculentos. Não queríamos. Acertamos, pensando até nos *punks*, como se faria o exercício daquele direito livre e democrático de o PT dizer o que quisesse, inclusive aquela coisa tola de “fora FHC”, mas em paz. O Governo não ficou com fama de truculento, nem o PT ficou com fama de baderneiro e terminou vencendo as eleições.

Quando eu era Deputado, houve uma sessão de homenagem ao aniversário do PT, na qual fiz questão de falar pelo meu Partido. Vaticinei – estava na mesa o atual Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – ao dizer “esse Partido é vocacionado para chegar ao poder. Não sei quando – e brinquei; lembro-me como se fosse ontem –, tomara que não seja nas próximas eleições, mas vai chegar ao poder”. E chegou ao poder.

Portanto, não acho que morra um Partido com a base social que tem o PT, com a tradição de luta do Partido. Não, não acredito que morra de uma hora para outra. Tem de ter forças para mergulhar nas suas águas mais internas e emergir delas revigorado, depurado, mas não vai poder colocar Band-Aid nem passar Merthiolate no que, para mim, é um câncer. Esse episódio, a meu ver, atingiu o cerne da credibilidade do Partido. Popular ou não popular, a popularidade o Bolsa-Família explica e a conjuntura internacional explica também. Estou falando de ética, de novo com a autorização dos Senadores Eduardo Suplicy e Pedro Simon. Estou falando de ética. O PT foi atingido em cheio nisso.

Lembro-me, Senador Tasso Jereissati, de um poderosíssimo partido na Itália, o Partido Socialista Italiano, que tinha como líder e candidato eterno a primeiro-ministro, desde que o Partido Socialista Italiano fizesse maioria, o Deputado Bettino Craxi, que, depois, teve de se asilar no Marrocos, quando se percebeu que estava por trás de espúrio nas relações públicas e privadas, envolvendo o seu governo e, mesmo fora do governo, o seu partido e determinados interesses econômicos escusos, realmente escusos.

O PT pode optar entre aos poucos virar o Partido Socialista Italiano de Bettino Craxi ou aproveitar o seu congresso – este congresso agora, de sábado e domingo – e perceber que é hora de se depurar, é hora de cortar na carne, não é hora de falsas e pequenas soluções, é hora de fazer jus à sua grande história, é hora de fazer jus à densidade que construiu e à perseverança com que perseguiu o poder.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador, é a quinta vez. Deixe-me avançar um pouquinho.

Daqui a pouco vou falar sobre balé e vamos entrar de novo no assunto sobre balé. Concederei em seguida. Por favor, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas V. Ex^a vai perder a oportunidade....

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Neste momento, eu não permito. Daqui a pouco, se V. Ex^a insistir e eu desejar, eu concederei o aparte.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Senador...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Gostaria que V. Ex^a...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agora não, Senador. Agora não, Senador. O tempo é meu e eu cederei a V. Ex^a já um aparte. Apenas quero avançar um pouco mais.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Senador Arthur Virgílio, gostaria de pedir prioridade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida. V. Ex^a será o primeiro. Senador Marconi Perillo, terei muito prazer em ouvi-lo. Em seguida, de novo, o Senador Eduardo Suplicy.

Muito bem. Houve a Comissão Parlamentar de Inquérito. Aqui quero dizer que apreciei o discurso lúcido e corajoso do Senador Tasso Jereissati, o discurso lúcido e corajoso do Senador Sérgio Guerra e os apartes que permearam toda a nossa sessão de debates. Não poderia deixar de dar a minha opinião, que é complementar, se Deus quiser, a dos meus companheiros.

Veja, Senador Marconi Perillo, antes de conceder a V. Ex^a um aparte. Houve uma comissão parlamentar de inquérito, onde diziam: “Não tem mensalão. Não há mensalão. O que há é caixa dois e caixa dois é prática de campanha, arraigada neste País”.

Lembro-me que o Presidente desta sessão, Senador César Borges, foi indicado por nós, das oposições, para ocupar um dos cargos diretivos da CPI dos Correios. E diziam a nós à boca pequena: “Não, porque ele é ligado a Antonio Carlos e Antonio Carlos tem uma relação de ódio com o Governo neste momento. Então, o Senador César Borges não serve”.

Dizíamos: “Mas não está em jogo se o Senador Antonio Carlos gosta ou não do Governo, não está em jogo se o Senador César Borges vai agir assim ou assado; está em jogo que, na correlação de forças numéricas desta Casa, o Senador César Borges, indicado por nós, tem o direito de ocupar um dos cargos diretivos da Comissão, sob pena de estarem estuprando a praxe – aí, sim, Senador Demóstenes Torres – de se dar um posto para uma força política ponderável, outro posto para outra força política ponderável também”.

Fomos derrotados. Muito apertadamente, fomos derrotados. E o Governo pôs quem quis na CPI. Pôs lá o Senador Delcídio Amaral, do PT, e o Deputado Osmar Serraglio, do PMDB. E os dois, homens públicos que o Congresso aprendeu a respeitar, portaram-se como se portaria o Senador César Borges, como se portaria qualquer figura equilibrada deste Parlamento: apuraram o que aparecia de indícios, apontaram o que julgavam de culpa, isentaram quem perceberam inocentes. E, ao final, saiu um relatório que foi estigmatizado como revanchista, como eleitoreiro. Não havia isso, não havia aquilo. Era tudo, no fundo, no fundo, uma enorme frustração – disse bem o Senador Tasso Jereissati. Mas não era uma frustração da Oposição, porque, afinal de contas, o Presidente Lula tinha popularidade. É aquela velha história da popularidade.

Digo isso com a autoridade de quem, desde o primeiro momento, Senador Jarbas Vasconcelos, foi contra o **impeachment** do Presidente Lula. Eu não concordava por entender que o **impeachment** não era uma brincadeira. Não sou da CUT para ficar brincando de **impeachment** e de “Fora, Lula!” por aí, batendo perna. Tenho muito mais o que fazer. O **impeachment** exige seis pernas pelo menos. Razões jurídicas, nós as tínhamos, e o Supremo Tribunal Federal nos deu razão agora. Tínhamos razões jurídicas. Mas havia descontrole administrativo? Não. Havia descontrole parlamentar? Não. Havia crise fundamental no Poder Judiciário? Não. O País estava deixando de arcar com seus compromissos internos e externos? Não. O País estava em desordem administrativa? Não estava. Havia clamor nas ruas pelo **impeachment**? Não, não havia clamor nas ruas pelo **impeachment**. Então, iríamos promover uma luta fraterna, que, ao final, aí sim, seria uma luta eleitoreira, que não serviria ao País! Fui contra desde o início e, por isso, sinto-me com enorme autoridade moral para dizer o que estou dizendo aqui, neste momento.

A CPI passou. Seu relatório foi estigmatizado como falso, como de perjúrio, como mal-intencionado.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE. *Fora do microfone*.) – Em homenagem à atriz Lucélia Santos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Foi por isso que pedi o aparte.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida. O Senador Eduardo Suplicy ia fazer um aparte, desta vez oportuno. Mas elogie a Lucélia Santos de maneira breve! O talento dela vale por ela mesma. Ela é famosa na China, na França. V. Ex^a, agora, vai homenageá-la, dizendo que ela é uma pessoa talentosa e que V. Ex^a tira o chapéu para ela, coisa que estou fazendo neste momento.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Era exatamente por isso, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não precisa dar a biografia dela, pois nós a conhecemos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Justamente, com Díler Trindade, que é o produtor, Lucélia Santos veio aqui nos mostrar o resultado das suas viagens à China: “Um amor do outro lado do mundo”. Na verdade, ela se tornou amada pelo povo chinês por causa de seu extraordinário talento no personagem Escrava Isaura e em muitos outros. Toda vez em que vai à China, ela leva ao povo chinês algo muito importante, uma ligação de carinho. Estive, em janeiro último, na China, onde pude testemunhar o carinho que os chineses têm por essa extraordinária atriz brasileira. Ela estava aqui no escuro, e V. Ex^a não a viu. Mas é por essa razão que eu queria dar aquele segundo aparte, fora outras razões.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador. É imperdoável o fato de eu não a ter visto. Mas veja o paradoxo feliz: a Escrava Isaura é uma das mulheres que mais lutou pela liberdade do seu gênero neste País.

Então, Senador Suplicy, Sr^{as} e Srs. Senadores, prossigo, dizendo que vieram as eleições, o relatório estigmatizado, e nós, que não lutamos pelo *impeachment* do Presidente Lula, fomos às urnas. E as pessoas diziam: “Se vocês perderem a eleição? Podiam ter feito o **impeachment**”. Perdemos. E daí? Continuo com duas pernas, com dois braços, com o mesmo nariz feio de antes, com dois olhos. Qual é o problema de, na democracia, eu perder as eleições se não tenho a menor intenção de pegar uma sinecura para assaltar os cofres públicos? Qual é a diferença de perder uma eleição ou de ganhar uma eleição se podemos cumprir o mesmo papel republicano, governando ou fazendo oposição?

Não via nenhum problema em perder a eleição. Se o povo decidir que perderemos a próxima, perderemos a próxima. Se decidir que ganharemos a outra, ganharemos a outra.

Vieram as eleições, e o Presidente Lula se elege. O Procurador-Geral da República, Senador Perillo, denuncia o que ele chamou de uma quadrilha de 40 corruptos. Ele denuncia. E, agora, o Supremo Tribunal Federal acolhe a denúncia, tipificando vários crimes, alguns com prescrição que atinge os 16 anos – algo grave –, envolvendo as figuras mais relevantes do Partido e do primeiro Governo do Presidente Lula.

Por isso, minha mensagem é a de que esse Partido – que não tenho a menor vontade de ver finado, por entender que é um grande Partido –, que tem militantes, que tem história, que faz parte da histó-

ria deste País, que vi nascer em São Bernardo, esse Partido só renascerá mesmo – não em pesquisa, mas no respeito – se, de um lado, tiver a maturidade que a Senadora Ideli revela, ao defender o que entende que deva defender, a coragem – isso é muito bom, muito bonito – e a capacidade de começar a fazer sua depuração, porque tenho a impressão de que certas figuras não servirão ao Partido. Não se trata de prejulgar; não quero prejulgar. Não se trata de prejulgar; trata-se, sim, de percebermos que há pontos que não são defensáveis.

Senador Marconi Perillo, tem V. Ex^a o aparte.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Senador Arthur Virgílio, aguardei, com muita ansiedade, o pronunciamento de V. Ex^a. Aqui, estou há pelo menos três horas aguardando o pronunciamento de V. Ex^a, porque sabia que seu conteúdo seria revelador, seria emblemático, neste momento tão importante da vida do País. Rapidamente, Senador Arthur Virgílio, quero referir-me à votação de quinta-feira no Conselho de Ética. Na discussão sobre os procedimentos, os Relatores, por quase três horas, estiveram em reunião bastante difícil – inclusive, difícil de ser concluída –, em que houve diversas discussões calorosas, e uma das questões postas foi a de que não se deveria apresentar um parecer ou um voto, mas, sim, uma exposição de motivos. Na verdade, exposição de motivos precede códigos. E o nosso Código de Ética deixa bastante claro, em seu art. 15, inciso IV, que, na verdade, o que deve haver é voto, é parecer. No meu entendimento, não há dúvida em relação à questão de o voto ser secreto ou aberto. O Regimento estabelece que, no Conselho de Ética, o voto deve ser aberto, mas, se algum Senador quiser apresentar um requerimento propondo votação secreta, caberá a nós derrubar esse requerimento, e ponto final. Desse modo, penso que será uma reunião dura na quinta-feira, mas teremos todos os argumentos para desfazer qualquer tipo de equívoco em relação ao procedimento da votação e em relação ao procedimento do voto, do parecer. Queria parabenizá-lo pelo pronunciamento em relação a essa decisão histórica do Supremo Tribunal Federal. Aliás, os Senadores Tasso Jereissati e Sérgio Guerra foram brilhantes hoje ao enaltecerem essa decisão, que, na minha opinião, é simbólica, emblemática para a história do Brasil. Mas o interessante, Senador Virgílio, é o número. Será por que 40? Será o que está por trás disso? Será que há qualquer similitude com Ali-Babá? Quarenta! Quarenta pessoas indiciadas! Isso é algo sério! Demonstra, mais uma vez, que a história se repete. Mas o mais triste, Senador Arthur Virgílio, é que o Supremo Tribunal Federal acaba de tomar uma decisão histórica para o Brasil ao indiciar 40 pessoas dos altos escalões

da República, dos altos escalões do PT. Mas o pior de tudo é que esse procedimento, pelas informações que temos, continua em todos os escalões do Governo, Senador Arthur Virgílio! O Governo está completamente retalhado. Para se obter maioria avassaladora na Câmara, para se obter maioria no Senado, o Governo foi completamente distribuído a Partidos, a Parlamentares, indicando-se muitas pessoas que não tinham qualquer qualificação. A qualquer momento, Senador Arthur Virgílio, a qualquer hora, ilustres Senadores, poderemos estar diante de novo escândalo, até maior do que o do mensalão, porque a prática continua a mesma. O Governo não se tem preocupado em relação a critérios para estabelecer seu arco de alianças, não se tem preocupado em relação a critérios para compor a alta administração do País, não se tem preocupado nem um pouco com relação à ética na condução da administração pública. Reconheço que há, no Partido dos Trabalhadores, pessoas sérias, mas o fato é que houve retalhamento do Governo, distribuindo cargos e benesses para todos aqueles que colaboram com a chamada governabilidade desse – na minha opinião – desgoverno que está aí. Desse modo, ao cumprimentá-lo pela serenidade com que expõe a questão do PT, a história do PT, ao cumprimentá-lo pela forma contundente com que V. Ex^a aborda essa decisão do Supremo Tribunal Federal, também quero aqui me colocar, como V. Ex^a, como brasileiro absolutamente satisfeito com essa atitude do Supremo. Que ela sirva de exemplo para todas as demais instituições, inclusive para a nossa! Mas, à medida que me sinto, hoje, como brasileiro, como Senador da República, recompensado, satisfeito com a atitude da mais alta Corte do meu País, sinto-me também preocupado com o que possa vir a acontecer daqui a minutos, daqui a horas, porque a prática continua a mesma. Parabéns a V. Ex^a! Que essa lição sirva ao Senado da República e a todas as instituições do Brasil!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Marconi Perillo. Posso valer-me do Senador Demóstenes para melhor responder a V. Ex^a.

Ninguém prejulga ninguém, mas a impressão que me passa de mero e – já disse – relapso bacharel em Direito é que o ponto de vista do Procurador-Geral da República, Dr. Antonio Fernando de Souza, foi aceito, ou seja, há uma organização criminosa. Isso não está em discussão, Senador Heráclito Fortes. O que está em discussão é se fulano é mesmo culpado e se beltrano é mesmo inocente. E, agora, é “a hora de a onça beber água”.

Se alguém é demonstrado como culpado ao longo desse processo que têm pelo menos dez ou doze cursos entre o trânsito em julgado e essa fase que vai

se iniciar agora, o que leva três anos... Hoje, perguntava-me uma pessoa da imprensa: “Não vai demorar muito?”. Digo: “Não! Justiça célere era a falsa Justiça da ditadura militar, que tantos de nós enfrentamos”. A Justiça tem de dar amplo direito de defesa, sim, a todo mundo. Qualquer réu merece direito de defesa amplo. Eu não poderia, jamais, fazer jus aos sonhos que acalentei desde a juventude se eu imaginasse que, daqui para frente, vou atropelar o direito de defesa de quem quer que seja.

O ponto de vista foi aceito: há uma organização criminosa. Queremos saber agora quem não é da organização criminosa, se é que há algum que dela não faça parte – eu gostaria muito que alguns pudessem demonstrar que não são da organização criminosa. Parece-me que esse é um ponto de vista muito acertado.

Tenho ponto de vista sobre algumas pessoas mais duro do que sobre outras pessoas ali. Mas não sou juiz, não sou o Supremo Tribunal Federal. Não vou, aqui, citar nomes. Mas tenho a certeza de que há pessoas ali que não ficaram ricas. Podem até ter participado, sei lá. Vou dizer com franqueza: não sei se o Genoino é uma pessoa desonesta, porque nunca o vi desonesto. Não imagino o Genoino rico. Não imagino isso! Eu o conheci há muitos anos, muito antes de ele e eu sermos Deputados. Não consigo ver o Genoino rico; não consigo imaginar isso. Se ele fez alguma coisa equivocada, ele vai pagar por isso e vai ser julgado lá. Mas não percebo nele ambição material, não percebo nele vontade de ficar de jatinho para lá e para cá, não percebo nele vocação para lobista, não percebo nada disso nele. Mas vamos ver, o Supremo é quem vai dizer que nível de culpa ele tem ou não.

Agradeço de coração a V. Ex^a o aparte, porque é absolutamente capaz de adensar o discurso que tento elaborar.

O fato é que todos falaram da questão do mensalão, inclusive eu. Mas estou dirigindo uma mensagem modesta, insignificante, a um Partido que tem tudo para emergir, sem essa coisa de pesquisas para cá ou para acolá, como grande Partido outra vez, se for capaz de cortar na carne e de se depurar.

Se alguém me perguntar se o Presidente Lula sabia disso, direi que não tenho dúvida de que ele sabia. É difícil não saber. É até depreciativo o Presidente não saber o que se passa ao redor dele, no andar de cima, ao lado, enfim.

Mas devo dizer a V. Ex^a uma coisa que agora vi na matéria que o Presidente Lula deu ao *O Estado de S. Paulo*: impropriedades econômicas, sempre puxando para si o que não construiu; os méritos de tudo que está aí não são da conjuntura internacional favorável,

não são das reformas que o PT enfrentou na Câmara, dizendo que éramos vendilhões da Pátria, quando estávamos preparando a economia competitiva ou, pelo menos, mais competitiva em relação à anterior. Enfim, aquela velha história de que o País começou naquele momento, isso é algo que me indispõe com o pensamento de Sua Excelência o Presidente da República.

Mas devo ressaltar um fato como alvissareiro, extremamente relevante: o Presidente diz que repudia o terceiro mandato, que vai participar da eleição dos seus candidatos – é um direito dele, até um dever –, que o Brasil é uma democracia fundada plenamente na alternância de poderes, esse princípio básico e sagrado da democracia, e que, quando um governante começa a se sentir indispensável, ele passa a ser um projeto de “ditadorzinho” qualquer. Eu diria que tudo que o Presidente tivesse dito de impropriedade econômica, tudo que houvesse até de gabolice na entrevista, deveria, neste momento, Senador Jarbas Vasconcelos, ser perdoado por isto: o compromisso que S. Ex^a assumiu, tranquilizando a Nação em relação a algo de que não podemos arredar pé, que é o compromisso de aprofundarmos as raízes da democracia brasileira.

Mas o fato é que seu Governo foi atingido, sim. O cristal quebrou. “Ah, mas as pesquisas...” Não estou aqui discutindo pesquisas, porque dou 50 exemplos de figuras que não se portaram corretamente em seus governos e que contaram com pesquisas favoráveis. Estou dando o exemplo do Perón. Ou Perón não tinha uma fortuna? Não tenho a impressão de que Lula seja desonesto; pessoalmente, nunca me passou essa impressão. Mas cito Perón, que fez fortuna no exterior. E ele era popular ou não era popular? Não se viu Evita? Até hoje, é antiperonismo contra peronismo. A Argentina não conseguiu se livrar daquela praga, daquela chaga.

Portanto, Senador Marconi Perillo, vejo que está na hora de fazermos uma reflexão, e estou tentando fazer a minha pelo meu ângulo.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, em seguida ao aparte da Senadora Ideli Salvatti, que estava na frente.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É que tenho um compromisso na Câmara.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se S. Ex^a concordar, V. Ex^a tem o aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Meu caro Senador Arthur Virgílio, estamos aqui com a tranquilidade de que o Senador Eduardo Suplicy trocou os compromissos dele no plenário pela companhia da Escrava Isaura. Dessa forma, pelo menos neste mo-

mento, não haverá mais a insistência de um aparte do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É a Lucélia Santos ajudando a fazer fluir o trabalho parlamentar.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Evidentemente. Lembro um fato a V. Ex^a, pois, às vezes, com nossa memória fraca, os episódios saem de foco. Naquela CPI, o PT apresentou um relatório alternativo. Lembra-se? E o escolhido para assinar foi o Senador Sibá Machado. A assinatura era: Sibá Machado e outros. Era um relatório – o Senador César Borges se lembra bem do episódio – totalmente deformado, com acusações em tese, por aí afora. Agora, a Justiça confirma que o que se apurou naquela Comissão era pertinente e que o trabalho não foi em vão. Aliás, CPIs cometem excessos, mas apuram. E o que estamos vendo, dois anos e meio depois, é exatamente um trabalho feito nesta Casa e acatado pela Procuradoria da República. Apenas lembro a V. Ex^a que o relatório alternativo foi feito e entregue, foi disputado a tapas – o Senador César Borges era Presidente da Comissão e se lembra disso. E, hoje, está aí exatamente a decisão histórica que os Ministros estão tomando. Daí por que apenas faço este lembrete: participamos da primeira CPI instalada em nosso mandato, que foi a famosa CPI do Banestado, que terminou sem relatório – e sabemos o porquê. Hoje, o que se vê é o reconhecimento de um trabalho feito nesta Casa. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes. É muito bom podermos confiar na Suprema Corte brasileira. Oxalá o Congresso possa, dentro de algum tempo, ostentar a mesma marca de reconhecimento lá fora!

Os Ministros mostraram absoluta independência. E, aqui, de novo, vamos ser equilibrados. Não estamos aqui para não fazer nada desequilibrado. Critico a diretoria da Anac, que o Presidente indicou à apreciação deste Senado – e o Senado deve ser criticado por não ter aprofundado os estudos sobre aqueles nomes, meros passageiros, que, de repente, ajudaram a levar o País a essa debacle do sistema aéreo –, mas vamos reconhecer que o Presidente foi bastante feliz ao indicar seus nomes para os Tribunais Superiores. Foi bastante feliz, pois indicou figuras que mostraram independência, que mostraram compromisso com a técnica. O Relator, Ministro Joaquim Barbosa, foi técnico: mil duzentas e tantas laudas. Técnico. Para quem não é do ramo, é enfadonho ouvir aquele arrazoado todo. Porém, a preocupação era, fundamentalmente, como fazer justiça. Eu tenho muita confiança na Suprema Corte brasileira.

É uma hora de dizer uma outra verdade. O Senador Eduardo Suplicy não está mais aqui, mas quando se fala em foro, que se diz foro privilegiado, aí lá vem o Senador Suplicy, lá vem o Senador Simon dizer que não é ético. E olhem que é a terceira vez que eu pronuncio a palavra ética, com os dois tendo falado na sessão. É uma proeza. Eu estou aqui fazendo das tripas coração para... Enfim...

Mas, analisando com frieza, quem é que tem o direito, Senadora Kátia Abreu, quem tem o direito de dizer que é privilegiado o foro do Supremo? Quem é que tem o direito de dizer que o juiz de primeira instância julga com mais justiça do que o Ministro do Supremo Tribunal Federal? Quem é que vê privilégio nisso? Ao contrário, eu nunca ouvi falar de nenhum juiz do Supremo Tribunal Federal vendendo sentença. E os jornais estão cheios de juízes de primeira instância vendendo sentenças sim. São uma minoria, mas vendem sentenças sim aqueles que foram apanhados em flagrante corrupção, e outros podem não ter sido tão apanhados assim.

Então, é uma injustiça. Agora, é ético – eu estou aspeando, eu tenho que aspear – essa “pantomima” de alguns tentarem monopolizar algo que deve ser um princípio, um pressuposto, e não uma mercadoria para ser transacionada na política, esse falso compromisso com a ética. É ético se dizer: sou contra o foro privilegiado. Então, é justo? O Presidente Lula sai amanhã crivado de 70, 80 ou 120 procedimentos judiciais e vai ter que responder no Município de Pauini, no meu Estado, vai responder no município de Campo Grande, da Senadora Marisa Serrano, vai responder no Município...

Foro correto para avaliar a razão ou a desrazão do Presidente Lula, do Presidente Fernando Henrique, do Presidente Itamar, é o Supremo Tribunal Federal. Estigmatizou-se isso, passou a ser “ético” dizer que quem defende isso que estou dizendo aqui, com a clareza com que me porto, estaria então tentando proteger alguém, quando entendo que é o contrário.

Se começa na primeira instância, com a justiça ainda, infelizmente, morosa como ela é, aquele que é inocente não prova sua inocência, morre antes; aquele que é culpado não é punido, porque morre antes de poderem provar que ele teria atentado contra os cofres públicos, porque o processo demora muitos anos da primeira instância até a última. Mas se colocou que é ético, é ético. Meu Deus, quem sou eu para dizer que dá para ter a discussão em outro patamar? Quem sou eu? Quem sou eu para ter a ousadia de dizer que dá para ter a discussão, para travar a discussão noutra patamar, se tem um certo oligopólio que diz: “Não, não é ético”?

Enfim, sabemos que isso termina sendo simpático para a opinião pública. Vendo a opinião pública de maneira torta, a opinião pública diz assim: “Puxa, é mesmo. Por que eu, se brigar com meu vizinho, terei de responder aqui neste juiz? E o Presidente da República, só porque é o Presidente da República, ele tem de responder perante o Supremo Tribunal Federal?”. Vai explicar isso para a vizinha ofendida. Então, é ético, dá voto, é popular, agrada dizer que é privilegiado aquilo que a terminologia correta, Senador Demóstenes, deveria ser pura e simplesmente foro especial. Foro especial, e ponto.

Mas, muito bem, vou ouvir V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti, com muita honra, com muita alegria.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Arthur Virgílio. Antes de fazer o aparte, propriamente dito, que havia preparado, gostaria de dizer que esse fórum é tão “privilegiado”, que se ali não se resolver, não há mais outra instância para apelar, enquanto que as pessoas que não têm o tal privilegiado perdem na primeira, recorrem à segunda, recorrem à terceira...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a tem inteira razão.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Mas me inscrevi, para fazer um pequeno aparte a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, em primeiro lugar, para agradecer a forma como V. Ex^a me tem tratado e respeitado, ao longo desses quatro anos e meio de convivência; como V. Ex^a tem aperfeiçoado a nossa possibilidade de relação e as condições de atuação neste Senado da República, para aquilo – penso – em que tanto V. Ex^a quanto eu temos total interesse, que é servir bem ao nosso País, pela delegação que o povo dos nossos Estados nos deu, para aqui trabalhar. Em segundo lugar, da mesma forma, o Senador Pedro Simon falou algo que para mim é muito relevante: não sei conviver, sem deixar clara a minha convicção. Às vezes, não é nada simples deixar clara a convicção – V. Ex^a e o Senador Pedro Simon registraram isso na tribuna. Quero dizer que, efetivamente, ter ido à tribuna num dia como hoje não foi algo para qualquer um; ainda bem que pôde ser para qualquer uma. Tive a coragem de ir e de fazer a defesa daquilo que acredito.

Em primeiro lugar, se quisermos falar em moralização efetiva neste nosso País, temos que eliminar todo e qualquer ranço hipócrita que, em alguns momentos, percebemos – obviamente, quero deixar aqui registrado que não é o caso de V. Ex^a –: muitas vezes, neste Plenário, até pessoas que já foram autuadas pela Justiça, com processos transitados em julgado, vêm e fazem discursos de ética e moralidade, como se passado não tivessem e como se não tivessem si-

tuações de vida. Então, acho que é muito importante todos nós termos esse entendimento. A moralização do nosso País precisará de um grande esforço de todos e não será com pronunciamentos hipócritas. Não será! Quando V. Ex^a traz aqui uma série de questões, creio que V. Ex^a contribui para que alcancemos essa moralização. Tive oportunidade de registrar, até com base num debate que Marilena Chauí vem fazendo dessa questão da ética da política, o que V. Ex^a pegou na mesma veia. Qual é a ética da Justiça e qual é a ética na Justiça? Porque juiz... V. Ex^a diz que não encontrou nenhum ainda no Supremo Tribunal Federal, mas, no Superior Tribunal de Justiça, já há forte indício de venda de sentenças. Portanto, sobre a questão da ética da política e da ética da Justiça, ou seja, sobre para que se executa o ato coletivo tanto da política quanto da Justiça, isso tem de estar consignado. Eu tenho a convicção, Senador Arthur Virgílio, como V. Ex^a registrou, de que o PT não é qualquer Partido. Ele não é o melhor e, com certeza, também não é o pior, mas não é qualquer Partido. É um Partido que não só contribuiu, de forma significativa, para a democratização do País, como também fez algo, Senador Arthur Virgílio, que poucos Partidos fizeram, que é abrir um canal para a representação, ou seja, para a entrada no mundo da política ou do fazer política com visibilidade de segmentos da sociedade brasileira que jamais teriam... Senador, canso de dizer que jamais seria Senadora da República, se não fosse pelo PT! Eu sou uma professora da rede estadual, uma liderança sindical. Hoje estou aqui, respondendo por tarefas nacionais, dentro do meu Partido, aqui no Senado da República. Só cheguei aqui por conta de um Partido do tipo do PT. V. Ex^a também expõe, de forma muito clara, que, obviamente, teremos de aprofundar a discussão no nosso Congresso, que teremos de aperfeiçoar... Agora, como disse e volto a dizer, o PT foi criado, para que possamos melhorar a vida das pessoas, da maioria da população, principalmente na questão da injustiça, da exclusão social, da desigualdade social. Isso é que me norteou, quando entrei e fui fundadora do PT; isso é que me norteia também, quando venho à tribuna, para enfrentar o debate com coragem, como no dia de hoje. Tenho certeza de que o Congresso do PT – não tenho dúvida, senão não me estaria preparando, não estaria aqui, atuando permanentemente, como atuo, muitas vezes até sem os elementos necessários para fazer o debate, a defesa, mas sempre com a coragem e a convicção de que temos um papel a desempenhar. E esse papel está diretamente vinculado àquilo que estou entendendo como política ética, que significa melhorar a vida da maioria das pessoas neste País, principalmente dos mais pobres e dos mais humildes.

Senador Arthur Virgílio, quero agradecer o respeito, a consideração e esse relacionamento que construímos ao longo desses quatro anos e meio, de que muito me orgulho. E espero que também se orgulhe V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senadora.

Antes de dirigir a V. Ex^a uma mensagem muito pessoal, adoto como meu seu argumento de que, de fato, o tal foro privilegiado se esgota em três anos. Esse é o tempo previsto para se julgarem os acusados do chamado mensalão. Já para os que não têm o foro privilegiado – este argumento é brilhante –, o processo começa na primeira instância e termina na última. Então, haja tempo, haja século pela frente.

Fazendo justiça ao STJ, houve agora uma denúncia muito grave. Essa figura notável de magistrado – cujo nome foi aprovado por nós na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e que está honrando o voto que lhe concedemos –, o Ministro Cesar Asfor Rocha, agiu com a inflexibilidade de quem sabe cortar na carne, de quem tem coragem para tomar as efetivas decisões. O STJ, portanto, não ficou parado no corporativismo, procurou mesmo oferecer uma saída para aquilo que poderia virar uma crise sua e que terminou virando questionamento sobre um dos seus Ministros.

Mas digo a V. Ex^a – vejo que não há outro aparente – que, a meu ver, V. Ex^a se firma como Líder do PT, porque tem, para os meus valores, uma qualidade indispensável à pessoa pública: coragem. V. Ex^a se define. E até gostaria de ver mais liderados seus seguindo V. Ex^a nessa obstinação, menos preocupados com eles próprios e mais preocupados com o destino do Governo que defendem.

Veja os exemplos: o Governo Fernando Henrique não estava no seu melhor momento. Fui Líder e Ministro desse Governo, não deixei de defendê-lo em nenhum momento; procurei, por dentro, ajudar a consertar os defeitos, exteriorizando meu pensamento, e portei-me com enorme lealdade a ponto de o Ministro Paulo Bernardo – que não era Ministro – ter-me dito, no começo do Governo – ele era Deputado eleito –, que o Presidente Lula tinha dito: “Quero que você seja como Fulano de Tal”, referindo-se a mim. E era meu dever.

Resultado eleitoral ruim? Ao contrário, fui o Senador mais votado da história do Amazonas até aquele momento. Não houve resultado eleitoral ruim nenhum. Ou vou começar a acreditar também que as pessoas não apreciam a lealdade e a firmeza?

Não posso imaginar uma política feita só de equilibristas. Equilibrista cai. Ele tanto se equilibra, que um dia cai. E a rede pode estar furada: de repente, o equilibrista se esborracha. Não aprecio muito os

equilibradas, como não aprecio a ética das pessoas até éticas, supostamente honestas, que não são capazes de mexer no dinheiro público, mas que, se não tiverem coragem – já disse uma vez da tribuna e repito –, essa ética fica corrupta, essa ética fica falsa, essa ética fica mentirosa, essa ética fica safada, para usar uma expressão mais dura. Essa ética é a daquele que não tem coragem de vender seus pontos de vista, essa ética é a de quem quer ser o viverdor, essa ética é a de quem está sempre por cima da carne seca, essa ética é a de quem não consegue assumir posturas diante de momentos de impopularidade de um projeto no qual se crê ou não se tem projeto. O que se faz se não se tem projeto?

V. Ex^a cresceu muito aos meus olhos. Portanto, quando debatemos, é em um nível de muito respeito mútuo. Tenho certeza de que V. Ex^a haverá de ser bastante incisiva e dura no congresso de seu partido, assim como eu haveria de buscar coragem para ser incisivo e duro no meu se fosse o inverso.

Vamos aguardar agora, serenamente, o que diz a Justiça. Não tive nenhuma pressa de vir à tribuna, Senador Romero, para falar. Deixe o tribunal acabar o seu julgamento. Deixe o tribunal acabar. E mais: se o Supremo Tribunal Federal, se a Suprema Corte da minha terra, do meu País, funcionando na democracia que modesta e humildemente ajudei a construir, ao final tivesse dito que eles não são culpados, eu iria fazer o quê? Teria de começar a duvidar da CPI e não do Supremo Tribunal Federal.

É por isso que não aceito o pessimismo com que alguns brilhantes articulistas tratam o País hoje. Um deles é uma figura muito admirada por mim: Roberto Pompeu de Toledo. R de Roberto, P de Pompeu, T de Toledo. No meu gabinete, ele não é Roberto Pompeu de Toledo, ele é o RPT. Colecionamos todos os artigos dele. Tudo o que sai dele nós colecionamos, tamanha a admiração que temos por essa figura tão culta e tão digna da imprensa brasileira. Mas ele faz um artigo dizendo que o Brasil acabou! Acabou o Brasil? Qual é a saída? Vou mudar para onde?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, peço-lhe permissão para lembrar que V. Ex^a está falando há uma hora e dez minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Já houve discursos mais prolongados, como o de Roberto Campos, o de nosso Paulo Brossard...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não. Encerrarei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas não são relevantes, tão importantes como o de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado. Permita-me apenas tecer este comentário respeitoso a um outro democrata, que é o jornalista Roberto Pompeu de Toledo.

O Brasil acabou? Acabou por causa da crise do Senador Renan Calheiros? Uma entidade mais do que sesquicentenária, como o Senado, acabou? Então acabou a democracia brasileira! Então não valeu a pena a luta que lutamos! Então não valeu a pena o sacrifício que ele próprio fez por democracia!

Acabou o Brasil? Acabou o Brasil porque há insegurança? A Colômbia está enfrentando uma guerrilha e resolvendo a questão da segurança. O Brasil tem que encontrar os meios e a força política para fazer isso.

Meu querido RPT, admirado, admiradíssimo, uma das figuras mais cultas que escrevem no jornalismo brasileiro, Roberto Pompeu de Toledo, menos pessimismo, mais crença. As instituições são estas, não são outras. São estas as instituições que temos. Elas são compostas de homens. Temos que buscar aprimorá-las. Não será a crise do Senador Renan Calheiros que vai impedir o Senado de se reafirmar perante a opinião pública. Temos os mecanismos para cuidar disso. Nós vamos enfrentar isso tudo procurando responder da melhor maneira, nesta quadra histórica, pela instituição que representamos representando os nossos Estados.

Eu diria a Roberto Pompeu de Toledo que a ditadura que ele tanto combateu... Eu estive na casa dele quando se ia fazer o comício das Diretas em São Paulo; eu almocei na casa dele, acompanhando meu falecido e saudosíssimo amigo Dante de Oliveira. Roberto Pompeu de Toledo é figura que me entenece quando escreve. Eu fico impressionado como uma pessoa pode ser tão enciclopédica...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu concluo mesmo, Sr. Presidente. Quero só deixar claro meu ponto de vista em relação ao RPT. Meu gabinete recorta tudo dele – se ele precisar de algum artigo dele, pode pedir que eu mando!

Ele precisa acreditar mais e não entrar, por outro lado, nessa história de que – isso eu sei que ele não faria – é mais fácil escrever isso, porque isso bate mais no coração das pessoas que estão lendo. Não! A obrigação de um intelectual do peso dele é, inclusive, levar ânimo para as pessoas deste País, que não podem ficar desesperançadas, porque, senão, cairão

nas aventuras que levaram, um dia, à ditadura militar que ele enfrentou e que eu enfrentei!

Portanto, Sr. Presidente, encerro dizendo que eu acredito no meu País e que procuro cumprir com meu dever, e meu dever é falar o que eu penso.

Se eu tentava, e conseguia, falar o que eu pensava durante o período militar, eu não ia deixar de aproveitar este belo momento de democracia que vivemos, quando esta última nuvem de terceiro mandato foi afastada pelo Presidente Lula, para dizer exatamente o que penso.

Fico muito feliz de ter sido tolerado por V. Ex^a, sempre atento a este seu modesto colega.

Reafirmo, Sr. Presidente, a convicção de que o Brasil precisa realizar o seu destino, e é um destino grande, não é um destino pequeno não. Esse destino depende de nós, inclusive, sermos capazes de escrever uma nova ética, a ética de falar a verdade. Ética não é só não roubar dinheiro público, é falar a verdade. É a ética de não procurar sempre fazer o papel do bonzinho perante a sociedade, a ética de, às vezes, ir contra a maré da opinião pública se entender que a opinião pública não está indo naquela que é a maré de sua própria consciência.

Não queria uma política de ladrões e não quero uma política de ladrões, e não quero uma política de marias-vão-com-as-outras. Quero uma política de pessoas de personalidade, porque só assim alcançaremos a verdadeira maturidade para termos orgulho das nossas instituições e a certeza de termos consolidado uma democracia de verdade em toda a pátria brasileira, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. César Borges, 3º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. César Borges, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a fez um extraordinário pronunciamento. Eu o comparei a Roberto Campos, que, em seu livro *A Lanterna na Popa*, reconhece que era um orador prolixo, que não fora um bom orador, senão teria chegado a lugares mais altos. E V. Ex^a é aquele grande orador que ele desejou ser.

Nunca vi tantos líderes inscritos aqui. Serão chamados os Líderes de acordo com o Regimento: Marcelo Crivella, Líder do PRB, Valdir Raupp, do PMDB;

João Vicente Claudino – e há sobre a mesa ofício do Senador Cafeteira para que S. Ex^a represente a Liderança –; e Romero Jucá, Líder do Governo.

Assim, prorrogo a sessão por mais meia hora a fim de que os Srs. Líderes possam usar da palavra.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, V. Ex^a já deu a palavra ao Senador Crivella?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB–PI) – Chamei, mas o Senador Crivella é a bondade e a tolerância personificadas.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pois não, Sr. Presidente; ouço o nobre Senador pelo Estado de Minas Gerais.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria fazer uma observação: o Senador Suplicy, nesse debate com o Senador Arthur Virgílio, colocou que os três Senadores que foram julgados no Conselho de Ética passado foram julgados em votação aberta. Queria dizer que a votação foi aberta porque nenhum dos três relatórios pregava a cassação de mandato. Por isso é que a votação foi aberta. Se algum dos relatórios saísse como cassação de mandato, a votação seria fechada.

O Senador Magno Malta: foi pelo arquivamento, não foi pela cassação de mandato – voto aberto; a Senadora Serys foi pelo arquivamento, não foi pela cassação – voto aberto; e o Senador pela Paraíba, Senador Ney Suassuna, apresentou um relatório pela advertência, ou seja, também não foi pela cassação de mandato. Por isso, a votação foi aberta. Se fosse pela cassação de mandato, a história desta Casa mostra que teria que ser votação fechada.

Era a observação que eu desejava fazer, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. telespectadores da TV Senado, demais presentes nesta Casa, venho relatar uma audiência que tive hoje com o Sr. Ministro da Educação juntamente com o Prefeito da linda cidade de Macaé, capital do petróleo, que, devido a essa imensa desigualdade social que existe em nosso País, acaba não só tendo muita riqueza, mas também muita violência. Em pesquisa recente, Macaé foi considerada a quinta mais violenta entre as cidades brasileiras.

Sr. Presidente, trago boas notícias. Em audiência com nosso Ministro, foi-me passado o Plano de Expansão das Escolas Técnicas da Educação Profissional no nosso País.

A história da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil iniciou quando o Presidente

Nilo Peçanha assinou, em 1909, o decreto que criava 19 escolas de aprendizes artífices, destinadas “aos pobres e humildes” e voltadas para o ensino industrial e qualificação da mão-de-obra. Foi nesse cenário que surgiram as escolas, até atingir o atual perfil de instituições federais de educação tecnológica notadamente reconhecidas pela qualidade do ensino ofertado.

Em 2002, a Rede era formada por 140 instituições – uma universidade tecnológica federal, com seis **campi**; 33 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS); 33 Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDS); 36 Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs); 30 escolas técnicas vinculadas a universidades federais e uma Escola Técnica Federal (ETF).

Hoje, prestes a completar 100 anos de existência, a Rede Federal está em processo de expansão. Um centenário que será marcado por novas instituições, pela crescente qualidade do aprendizado e grande transformação social que o ensino profissionalizante vem promovendo.

Reconhecidas em todo o Brasil e até mesmo no exterior, seus cursos e projetos focam a realidade da população e das empresas locais, sempre explorando o potencial que cada região tem de melhor em termos de trabalho, cultura e lazer.

Em 2005, o Presidente Lula lançou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – Fase I, que prevê a construção de 64 novas unidades de ensino.

Com a Fase I da expansão, a Rede, que em 2002 possuía 140 unidades, passará a contar com 204 escolas até o final de 2007, representando um crescimento de 45%.

No início de 2007, como parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, lançamos a segunda fase desse plano de expansão, propondo a construção de mais 150 novas unidades.

Essa expansão busca atender prioritariamente às localidades do interior do País e periferias dos grandes centros urbanos, além dos Estados que ainda não contam com instituições ligadas à rede de ensino tecnológico. Por conta disso, Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal receberão suas primeiras escolas técnicas federais.

Assim, a Rede terá, ao término desse segundo plano de expansão, em 2010, 354 unidades; um marco do atual Governo, com crescimento de 150% no número das instituições federais.

E eu queria lembrar ao povo do meu Estado do Rio de Janeiro que, hoje, temos o CA Nilo Peçanha; temos o Cefet Rio de Janeiro; temos o Uned Rio de Janeiro, em Nilópolis; o Uned Macaé; o Cefet Campos; temos o CTA Ildefonso Bastos Borges. E estamos ago-

ra, em 2007, com os Uneds Nova Iguaçu, Paracambi, Realengo, Maria da Graça, São Gonçalo e Guarus; e até 2010 vamos alcançar Volta Redonda, Duque de Caxias, Petrópolis, Nova Friburgo, Angra dos Reis, Cabo Frio e Itaperuna.

Sr. Presidente, essa é uma grande conquista do Estado do Rio de Janeiro. Eu, como oriundo de escola técnica – estudei na Escola Nacional de Ciências Estatísticas, do IBGE –, sei o valor que tem para uma família humilde, para um jovem de classe média ou pobre, a oportunidade de estudar numa escola técnica federal, onde o ensino, Sr. Presidente, é reconhecido nacional e internacionalmente como um dos melhores do nosso País.

Trago, então, essa grande notícia, alvissareira notícia de que, depois de muitos anos banida do cenário educacional do Brasil, a escola técnica volta, com o Presidente Lula, nesse grande empreendimento, nessas duas expansões, quando atingiremos o número de mais de 300 escolas técnicas e tecnológicas no Brasil em 2010.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente. Muito agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu queria dizer que a grande conquista do Rio de Janeiro foi elegê-lo Senador da República. Peço também que V. Ex^a faça um apelo ao Presidente Luiz Inácio pela Santa Casa de Misericórdia.

Hoje eu vi – e comoveu a todos nós – a sensibilidade daquele extraordinário Senador Paulo Duque, clamando em favor das Santas Casas, bem como o Senador Dornelles, homenageando, na primeira parte da sessão, os corretores de imóveis, mostrando a grandeza dos Senadores do Rio de Janeiro.

Consultando a lista de oradores, vejo que estava inscrito, e fez a sua justa reclamação, o Senador Eduardo Suplicy.

Temos certeza da sua capacidade sintética para dar oportunidade aos oradores subseqüentes.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezados Presidente, Senador Mão Santa, apresentei, hoje, o meu parecer ao Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007, na Comissão de Assuntos Econômicos, após a tramitação da proposição na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde o seu Relator foi o Senador Jarbas Vasconcelos, e na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cujo Relator foi o Senador Romeu Tuma.

É uma matéria de alta complexidade que atualiza a Lei nº 8.666, de 1993, que *regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas*

para licitações e contratos da Administração Pública, cujo Relator, no Senado Federal, foi o Senador Pedro Simon.

Esse projeto tem origem nas experiências de utilização do chamado pregão eletrônico, instituído pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que trouxe excelentes resultados, especialmente no que diz respeito à agilização dos certames de licitação, que tiveram seu prazo médio reduzido em 50%, bem como no que se refere à redução dos custos das contratações, diminuídos em 20%. Essa nova modalidade é agora incorporada ao texto da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Ademais, ao longo dos últimos anos, ocorreu a generalização do uso da Rede Mundial de Computadores (Internet) e a necessidade de acelerar os processos de licitações pelas administrações públicas, entre outros fatores realçaram a necessidade de se atualizar a Lei nº 8.666. Meu parecer procura consolidar e aperfeiçoar as discussões realizadas no exame da matéria na Câmara Federal e nas Comissões do Senado Federal.

Ao tramitar na CCJ e na CCT foram incorporadas mais de vinte emendas, que melhoraram substancialmente o texto oriundo da Câmara dos Deputados. Estou certo, aliás, que tais melhorias não de ser reconhecidas pelos Deputados, que, espero, as aprovarão quando forem chamados a apreciá-las. As principais alterações que estão sendo introduzidas na CAE são:

1. O pregão constitui uma modalidade de licitação, utilizada pela Administração Pública, mais célere, importando menos custos e obtendo valores mais vantajosos para o poder público. Isso foi demonstrado ao longo dos sete anos de uso do pregão.

No plano internacional, a União Européia prevê uma espécie de pregão eletrônico para obras, sem limites de valor. O Tribunal de Contas é favorável à adoção do pregão para obras, realizando licitações nessa modalidade e já tendo julgado legítimo o uso do pregão de obras por parte de outros órgãos públicos;

2. O valor de referência a partir do qual será obrigatória a publicação de avisos de licitação nos jornais de grande circulação, estamos fixando em R\$377 mil;

3. Passa a ser obrigatória a divulgação na Internet dos avisos de licitação, ressalvando a possibilidade de que tal publicação se dê no sítio do governo do Estado ou de grupos de municípios construídos nos moldes da ICP-Brasil (Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira);

4. Proponho que o pregão seja obrigatório para todas as licitações do tipo “menor preço”, de valor inferior a R\$3,4 milhões, facultando-o a partir daí;

5. Para evitar que empresas aventureiras e sem experiência no ramo de engenharia se apresentem, com sucesso, em pregões de obras, aumentando os riscos da inexecução contratual ou execução deficiente, disponho que do pregão de obras ou serviços de engenharia com valor orçado superior a R\$3,4 milhões, somente participem licitantes detentores de certificado de registro cadastral;

6. Considerarei que uma garantia de 2% a 10% do valor do contrato seja obrigatória para todas as licitações cujo valor for superior a R\$34 milhões. Além disso, também deverá ser exigida uma garantia adicional quando o valor proposto pelo licitante for inferior a 80% do valor orçado pela Administração. Essa alteração irá tornar mais difícil que “aventureiros” utilizem procedimentos indevidos para pressionar a Administração Pública a aceitar suas condições, pois, ao exigir-lhes uma garantia adicional, evita-se a participação, na licitação, de licitantes mal-intencionados.

Tendo sempre em vista a necessidade de se evitar que prolongadas interrupções no curso dos processos licitatórios comprometam a implementação de projetos de notório interesse público, mas igualmente cientes do papel fundamental do TCU na fiscalização das licitações e dos contratos administrativos, proponho seja fixado um prazo máximo de vigência das medidas cautelares concedidas pela Corte, suspensivas de ato ou procedimento administrativo, prazo esse que propomos seja de 90 dias. Com isso, não será permitido que, em virtude de mora no julgamento definitivo, processos licitatórios permaneçam por muitos meses (ou mesmo anos) pendentes de conclusão, em detrimento do bom funcionamento da administração e, em última análise, em prejuízo à população destinatária dos serviços públicos.

Atendendo à solicitação do Governo do Estado de São Paulo, está sendo permitida a alienação de bens imóveis por leilão. Acreditamos mesmo que o regimento hoje vigente para o leilão deveria não apenas ter seu âmbito de aplicação ampliado para englobar a venda de imóveis, mas também ser aperfeiçoado, desdobrando-se a fase de julgamento em duas etapas, realizadas numa mesma sessão: a de oferecimento de propostas escritas em envelope fechado e a de apresentação de lances sucessivos pelos licitantes que oferecerem as melhores propostas na etapa anterior,

conforme sugestão do Senador Aloizio Mercadante. Com isso, proporcionaremos ágios maiores em relação ao valor orçado pela administração, pois o desconhecimento do teor das propostas escritas

dos outros interessados, aliado à chance de ser excluído da fase de lances, estimula o licitante a apresentar sua proposta inicial em valores mais altos.

Ainda acatando sugestão do Governo do Estado de São Paulo, proponho a permissão para o uso do pregão para as licitações do tipo técnica e preço, pois acredito não haver razões para se restringir a modalidade do pregão às licitações do tipo menor preço.

É bem possível balancear a qualificação técnica, de um lado, com a discussão de preços por meio de lances regressivos, de outro.

Outra modificação, por sugestão do Senador Sérgio Guerra, foi facultar o uso da arbitragem pela administração, na solução de conflitos decorrentes da execução do contrato. A tendência hoje é de que o uso do júízo arbitral se intensifique, inclusive na resolução de controvérsias em contratos administrativos, em virtude das vantagens que apresenta, quando comparado aos morosos e dispendiosos processos judiciais.

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Demóstenes Torres, se V. Ex^a me permite, estou na conclusão e, em seguida, com muita honra, concederei um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – É só para pedir a V. Ex^a para falar um pouco mais devagar. V. Ex^a perdeu seu estilo habitual, e não estou conseguindo entendê-lo, está sendo muito rápido.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou atendendo apelo do Senador Mão Santa para ser bastante rápido, a fim de dar oportunidade para outros Senadores também falarem.

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Faltam dois minutos para completar dez, que é a nota que V. Ex^a merece.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, vou concluir no prazo que V. Ex^a me concedeu.

Nessa linha, a lei das parcerias público-privadas já abriu a possibilidade de adoção da arbitragem para solução de conflitos nos contratos.

Uma das maiores causas de irregularidades na execução e no aumento nos valores de contratos de obras reside na elaboração deficiente dos projetos básicos e executivo, com a agravante de que a lei permite atribuir ao executante da obra a elaboração do projeto

executivo. Visando coibir tais práticas, propõe que licitações de obras só se iniciem após a conclusão dos projetos básico e executivo.

Todavia, para que o projeto executivo prévio não represente embaraço a que as propostas adotem soluções tecnológicas mais avançadas para a execução da obra, está proibida a desclassificação de proposta técnica que inclua tais inovações, bem como outras que contemplem os requisitos a serem observados na elaboração dos projetos executivos.

No conjunto de substanciais alterações no disciplinamento das licitações e contratos administrativos, não poderia faltar a determinação de tratamento favorecido às empresas de pequeno porte, conforme disposto no art. 3, Inciso II.

É fato que um dos maiores problemas nos editais e na qualidade dos produtos e serviços licitados reside na deficiente especificação do objeto do edital. Ou ele está demasiadamente especificado e desfavorece a competição ou a especificação é falha, a ponto de não serem atendidas as necessidades da administração. A especificação deficiente não permite a rejeição do produto, bem como impede a efetiva fiscalização do serviço contratado, se o mesmo não puder ser avaliado ou medido.

Assim, acolhendo sugestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o projeto prevê a criação de um procedimento de fixação prévia de especificações de produtos e serviços a serem fornecidos à administração. Ou seja, por meio de consulta pública, será feita a especificação de um mínimo de características que devem possuir os produtos ou serviços a serem licitados.

Estabelecidas tais características, somente poderão participar das licitações futuras com esse objeto aqueles concorrentes que, a qualquer tempo, desde que previamente ao certame, comprovem poder fornecer o bem ou ter condições de prestar o serviço, conforme as especificações aprovadas. Dessa forma, serão respeitados os princípios da publicidade, da transparência, da isonomia e igualdade entre os concorrentes, bem como serão evitados dirigismos nas licitações ou especificações falhas nos bens ou serviços contratados pela administração.

Senador Romero Jucá, gostaria de agradecer à coordenação da Liderança do Governo, à sua assessoria, à assessoria do Senador Aloizio Mercadante, aos assessores do Ministério do Planejamento, aos excelentes assessores do Senado Federal, do meu próprio gabinete e os do gabinete de V. Ex^a, que colaboraram para que pudéssemos chegar hoje, finalmente, a esse parecer.

Ainda estamos recebendo, creio, 17 emendas de Senadores que estão colaborando para a fase final, uma vez que foi dada vista hoje. Na terça-feira quem vem, iremos proceder à votação.

Quero muito pedir a sua cooperação para que possamos chegar a um bom termo. V. Ex^a é testemunha e participante do esforço feito para que todos os Senadores e entidades que tivessem idéias pudessem colocá-las no parecer, cujo resumo aqui li. Na verdade, são 41 páginas, mas, em atenção ao Senador Mão Santa, sintetizei em cinco.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Achei bom, porque terminou em treze minutos, numa homenagem ao PT.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Quero apenas...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a vai já falar.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Solicito um aparte para fazer justiça ao Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Justiça V. Ex^a faz a cada instante de sua vida.

Prorrogamos a sessão por mais vinte minutos, para ouvirmos os oradores inscritos.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Quero fazer justiça, Sr. Presidente, ao excelente trabalho desenvolvido pelo Senador Suplicy, a forma séria e trabalhadora com que sempre se conduz nesta Casa. Estamos discutindo e votando uma matéria importante para o Brasil, que visa a dar mais transparência, mais agilidade, diminuir os gastos com a melhor aplicação do recurso público. E tudo isso está sendo conduzido pelo Senador Suplicy, que é o Relator, com transparência, com responsabilidade, abrindo o debate e o diálogo. S. Ex^a não se furtou a conversar com nenhum segmento que o procurou para expor suas questões. Estamos exatamente no momento de fechamento do texto, discutindo com Governo e com Oposição, não há partidos, existem colaborações, contribuições que estão sendo dadas. Tenho certeza, Senador Suplicy, de que, esta semana, fecharemos o texto, iremos votá-lo na próxima semana, e essa matéria poderá vir para o plenário com todos os Senadores com a consciência tranqüila, porque discutimos, ampliamos, melhoramos o texto e estamos entregando uma legislação melhor para o País. Meus parabéns pelo seu trabalho e pela sua conduta, não só à frente dessa matéria específica, mas em todos os dias no Senado.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Quero dar o testemunho de como V. Ex^a colaborou ordenando os trabalhos em seu próprio gabinete para que pudéssemos chegar a esse resultado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Mesa reconhece os esforços do Senador Suplicy e do grande Líder do Governo, Senador Romero Jucá, e os cumprimenta.

Peço apenas um instante para cumprir a burocracia da Mesa.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Comunicamos que a Ordem do Dia da presente sessão fica transferida para a sessão de amanhã, quarta-feira.

São os seguintes os itens transferidos:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 24, DE 2007

*(Proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007, que *dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios* (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007).

Relator revisor:

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2007

*(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)
(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003)*

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007 (nº 993/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da Medida Provisória*

nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 473, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, que *dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências.*

(Dependendo de pareceres das Comissões de Educação e Assuntos Sociais).

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que *aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.*

5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável,

com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

6

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).*

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.*

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que

acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispendo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 13, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispendo sobre a organização de Municípios.*

Pareceres sob nºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: Relator: Senador Luiz Otávio (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Ple-

nário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 2, DE 2007

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 5, DE 2007

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães,

que *cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade*.

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico*.

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior*.

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego*.

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora ad hoc: Senadora Maria do Carmo Alves.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos*.

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

20

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 204, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Arthur Virgílio.

21

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 502, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.*

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

22

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 503, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

23

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 504, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

24

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

25

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 6, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Augusto Botelho.

26

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 25, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.*

Parecer favorável, sob nº 345, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, celebrada em 30 de agosto de 1961.*

Parecer favorável, sob nº 385, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD.*

Parecer favorável, sob nº 277, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 346, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº

1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

34

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

35

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº

1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Comunico que o Senador João Vicente Claudino usará da palavra na sessão do dia 28.

V. Ex^a está convidado a usar da tribuna, Senador João Vicente Claudino, pelo tempo que achar conveniente, pois V. Ex^a representa o Piauí.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB

– PI. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a é leitor de Cícero e quero começar com este grande tribuno, que dizia que “o maior de todos os vícios da sociedade é quando entram em campo a corrupção e o suborno, que levam a esquecer-se da moral e da dignidade.”

Uma palavra recorrente nesta Casa é a corrupção, e que, infelizmente, permeia a vida do ser humano por sua fraqueza e erro. Nos discursos proferidos da tribuna ou nos apartes do plenário, essa palavra ressoa com aspereza, no sentido literal ou na construção dos argumentos, sempre assinalada com alguma solução para frear a possibilidade de desvios ou como uma sugestão de punição exemplar, o que é louvável. Mas é bom lembrar uma frase de Platão: “Cometer injustiças é pior que sofrê-las”. Aqui não faço crítica, apenas destaco a realidade.

No Brasil, a percepção da corrupção assola todos os níveis da sociedade, o que exige o desenvolvimento de mecanismos de fomento à ética e de procedimentos de controles governamentais para se minimizar esse mal, que, frise-se, não é contemporâneo.

Sr. Presidente, o cenário político do País vem criando crescentes expectativas na sociedade brasileira, atormentada pelas insistentes denúncias de incúria administrativa, com cobrança dos agentes públicos de atitudes corretivas e preventivas para não mais ocorrerem e, caso ocorram, que haja um julgamento.

Uma das dificuldades enfrentadas pelo Poder Público se atém ao fato de que “o orçamento público é um problema contínuo sem solução permanente”, conforme leciona Metcalfe e Richards no livro **A Modernização da Gestão Pública**, em razão da dificuldade do seu controle e na **Accountability**, entendida como responsabilização da prestação de contas à sociedade.

Na esteira das expectativas da sociedade, o Estado ainda sofre uma crescente modificação na sua forma de atuação, com uma descentralização crescente das atividades estatais desempenhadas pelos Estados federados e Municípios, o que é salutar, pois é lá que o cidadão vive. E nesse quadro é imperioso aos Estados o fortalecimento de suas instituições.

O exercício do poder, não raro, induz aos abusos, impondo-se, por esse motivo, a necessidade de controles para a utilização do poder. Nesse contexto, quanto mais poder, maior deve ser o controle sobre ele para evitar abusos e desmandos.

Nessa linha de pensamento, um dos braços que o Estado conta para promover o combate à tão malfadada doença da malversação de recursos públicos é o trabalho cada vez mais transparente dos tribunais de conta.

Destaco o Tribunal de Contas do nosso Estado do Piauí, o primeiro Tribunal de Contas de todos os Estados da Nação, instituído em 1899, logo após a criação do Tribunal de Contas da União, no nascer da República, de responsabilidade do Ministro da Fazenda Rui Barbosa.

A decisão de se criar o Tribunal de Contas do Piauí foi tão audaciosa que o segundo, que é o do Estado da Bahia, só surgiu quase duas décadas depois.

O de São Paulo foi quase trinta anos após o do Piauí.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o TCE Piauí tem 108 anos de trabalho na construção do fortalecimento do controle público sobre os gastos do Governo. Parece muito tempo, mas é pouco. Entretanto, é vigoroso e crescente, graças ao que diuturnamente labutam nesta seara. Como parâmetro à comparação, a Corte de Contas da Inglaterra, a primeira a ser criada, já tem quase 800 anos.

Na busca da modernização para exercer com fidelidade sua tarefa constitucional de controle e fiscalização da gestão dos recursos públicos, o TCE Piauí trabalha com o ideário de que suas ações não se resumem à avaliação se o Governo deve ser maior ou menor, mas que precisa ser melhor.

Além das funções consagradas de fiscalização e judicante, os TCEs, e em especial o do nosso Piauí, têm uma função pedagógica, consultiva e informativa, para harmonizar as questões estadual e municipal e, com isso, aprimorar as políticas públicas que têm como fim último a melhoria do bem-estar da população.

Sr. Presidente, o pensamento corrente entre os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Piauí é que se precisa navegar em vez de remar, orientar-

se por objetivos em vez de regulamentos, para, assim, tornar o Tribunal de Contas uma instituição importante para a sociedade e não apenas mais um corpo governamental que atravanca o desenvolvimento.

Teço essas palavras de elogio ao TCE Piauí e quero estendê-las ao seu Presidente, Conselheiro Anfrísio Neto Lobão Castelo Branco, e a todos os demais Conselheiros, auditores, procuradores e o corpo funcional da instituição, em razão de sua importância institucional no campo legal e destaque orgânico dentro do sistema público, o qual é de fundamental valia para a consolidação do Estado Democrático de Direito.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Pois não, Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Nobre Senador João Vicente, V. Ex^a faz um pronunciamento, nesta tarde noite, em que presta homenagem de justiça ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí. Associe-me a V. Ex^a porque reconheço o trabalho prestado por aquela Casa, ao longo dos anos, à administração pública do nosso Estado. O Tribunal de Contas do Estado do Piauí, muitas vezes, antes de ser punitivo, tem sido pedagógico e tem tido o cuidado de, por meio da sua equipe técnica, alertar Prefeitos e administradores dos diversos níveis da administração, cuja fiscalização está sob sua responsabilidade, das falhas, no sentido de que sejam sanadas e reparadas. V. Ex^a tem razão em dizer que o mais antigo Tribunal de Contas do Brasil tem, ao longo desse tempo, uma vasta folha de serviços prestados ao nosso Estado. Daí por que associe-me a V. Ex^a nesta homenagem, dirigindo-me também, por seu intermédio, ao Presidente Anfrísio e a todos os conselheiros, não só os que estão no exercício de suas funções, mas àqueles que já se aposentaram, àqueles que já prestaram serviços, que deram sua cota de contribuição ao Estado do Piauí por meio daquele Tribunal. Por lá passaram ex-Governadores, Deputados, Senadores, homens públicos notáveis. Essa é uma homenagem com a qual V. Ex^a certamente irá alcançar a unanimidade dos que fazem o pensamento político e administrativo do Estado do Piauí.

JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Agradeço-lhe, Heráclito, e acrescento ao meu pronunciamento o seu aparte.

Divido com V. Ex^{as} a alegria de ter sido agraciado com a Comenda Colar do Mérito do Tribunal de Contas do Estado, por indicação do Conselheiro José Anchieta Moraes e Silva, lá de nossa querida Parnaíba, por

conta do serviço prestado à causa do controle externo da administração pública.

Convido V. Ex^{as} a incentivar os Tribunais de Contas dos Estados na missão de zelar pelos recursos públicos aplicados para a melhoria da qualidade de vida de nossa população.

Agradeço-lhe a paciência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador João Vicente, V. Ex^a teve o aparte de Heráclito Fortes. E Deus permitiu-me ocupar a Presidência neste momento! Quero fazer minhas as palavras de V. Ex^a em homenagem ao Tribunal de Contas. Deus permitiu-me governar aquele Estado, quando era Presidente o seu amigo Jesualdo Cavalcanti, um intelectual extraordinário. Aliás, V. Ex^a está em falta comigo, pois me prometeu presentear com um livro de Jesualdo.

Quero confessar que, acreditando no pensamento de Rui Barbosa de que “árvore boa dá bons frutos” – e assim é o Tribunal de Contas –, fizemos o maior investimento. Esse, talvez, seja um dos melhores do Brasil em instalações físicas, além do material humano. Falo de todos os Conselheiros.

Não pude comparecer à solenidade, pois eu estava na Argentina, mas entrei em contato com o Presidente Anfrísio Neto Lobão Castelo Branco. Quero dizer-lhe que, a maior obra do Piauí, sem qualquer dúvida, é o Projeto Sanear. Havia altas complicações, um drama na Gespisa, com 70 quilômetros encravados, mas não concluídos. E isso só foi possível graças às ações que fizemos diante do Presidente Jesualdo Cavalcanti – o Relator era Luciano Nunes, e Deoclécio Dantas era também do **staff** administrativo.

O Projeto Sanear – V. Ex^a também o acompanhou – diminuiu a mortalidade infantil e trouxe trabalho para Teresina, com a era do *shopping*, em que sua empresa foi uma das pioneiras. Houve a verticalização de Teresina. E quem lhe outorgou a comenda foi meu caro primo José de Anchieta Moraes e Silva. Também nos prende àquela Casa Sabino Paulo – Deus me concedeu o privilégio de ser Deputado na mesma época.

V. Ex^a prestou uma homenagem muito justa ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Voltamos à lista de oradores.

O último orador – diz a Bíblia que “os últimos serão os primeiros” – é o Líder do Governo, Senador Romero Jucá. S. Ex^a é como os jogadores bons, como Ronaldinho, que joga num time e, joga em outro. É porque é bom mesmo! Luiz Inácio foi muito feliz na escolha de V. Ex^a como Líder do Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Mão Santa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, serei bastante rápido. Pedi a palavra como Líder para fazer um registro extremamente importante para o meu Estado, Roraima. Trata-se da construção de um entendimento entre várias comunidades indígenas e organismos que representam essas comunidades, para realizar um projeto de desenvolvimento e de atividade produtiva nas comunidades indígenas na área da Raposa Serra do Sol.

Desde a discussão da demarcação dessa área, tivemos inúmeros conflitos, inclusive várias entidades representativas de comunidades indígenas se posicionaram de forma diferente, muitas vezes, como eu disse, em conflito, em posições divergentes. Agora, um trabalho coordenado pelo Dr. Nagib Lima, representante da Casa Civil, e de um grupo de trabalho em Roraima, construiu-se um entendimento. Fazem parte desse entendimento o Conselho Indígena de Roraima (CIR), a Sociedade de Defesa dos Indígenas Unidos do Norte de Roraima (SODIUR), a Aliança de Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima (Alidicir), a Associação dos Povos Indígenas do Estado de Roraima (APIRR), a TWM, Organização dos Professores Indígenas de Roraima (Opir) e a Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (Omir).

Tanto o Vice-Coordenador do CIR, Terêncio Salomão Maduro, quanto o Presidente da Sodiur, Lauro Barbosa, enaltecem esse entendimento e, dentro de pouco tempo, entregarão ao Governo Federal proposta de atuação conjunta para o desenvolvimento e produção nas comunidades indígenas da Raposa Serra do Sol.

Como Senador e Líder do Governo, apoiaremos esse entendimento, essa ação conjunta, procurando fortalecer as comunidades indígenas, para que elas possam produzir e crescer, melhorando a qualidade de vida de sua população.

Faço este registro com muita satisfação pelo entendimento e pela pacificação ocorrida na relação entre os próprios índios e peço a transcrição da matéria, publicada pelo jornal **Folha de Boa Vista**, de hoje, intitulada “Raposa Serra do Sol – Entidades se unem em busca de projetos”.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

:: | Cidades | ::

28-08-2007 -

TAMANHO DA FONTE [A] [a] [a]

RAPOSA SERRA DO SOL - Entidades se unem em busca de projetos

Rebeca Lopes

Foto: Arquivo/Folha

Pela primeira vez, lideranças de várias organizações indígenas se uniram em prol de um único objetivo: conseguir viabilizar projetos que levem desenvolvimento para as comunidades indígenas da área Raposa Serra do Sol, através de atividades como agropecuária, agricultura, avicultura, apicultura e piscicultura.

As parcerias envolvem organizações que antes eram adversárias, como CIR (Conselho Indígena de

Indígenas querem atividades como agropecuária, agricultura, avicultura, apicultura e piscicultura para reserva

Roraima), Sodiur (Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima), Alidicir, Apirr (Associação dos Povos Indígenas), TWM, Opir (Organização dos Professores Indígenas), Omir (Organização das Mulheres Indígenas).

Antes de assinar o termo de compromisso para trabalharem em parceria, ocorreram alguns encontros. Os projetos serão desenvolvidos nas áreas de terra desocupadas e que já dispõem de alguma infra-estrutura.

Conforme o vice-coordenador do CIR, Terêncio Salomão Maduro, as organizações indígenas se uniram para conseguir, juntas, desenvolver as potencialidades e dar uma atividade para as comunidades. O apoio para implementar as ações será buscado junto ao Governo Federal:

"Assinamos o termo de compromisso dizendo que estamos unidos e vamos trabalhar juntos", disse Salomão, lembrando que este passo é de suma importância, pois acaba com a briga antiga entre os próprios indígenas. "Agora chegamos a um acordo. As coordenações regionais já conversaram para trabalhar e desenvolver a área".

Salomão disse que o próximo passo será um encontro regional dentro da área com as coordenações indígenas, em data a ser definida, para discutir as propostas de desenvolvimento das regiões, respeitando o potencial de cada localidade. Definidos os projetos, as lideranças vão buscar apoio junto ao Governo Federal para ver quais serão aprovados com recursos.

Para o presidente da Sodiur, Lauro Barbosa, a parceria está voltada para busca de projetos que beneficiem os povos indígenas da área. Enfatizou que o discurso da organização, que sempre defendeu a permanência de não-indios dentro da reserva, não foi alterado.

"A Sodiur defende a permanência dos brancos dentro da área, porque são seres humanos, estão produzindo e não estão roubando. A gente vê muita gente indenizada perambulando, sem saber onde será reassentada. Nós queremos paz com todos os cidadãos brasileiros", disse.

← I VOLTAR

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Designamos o Senador Heráclito Fortes para fazer uma síntese do trabalho dos Parlamentares do Piauí em benefício do desenvolvimento turístico do nosso Estado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente Mão Santa, agradeço a V. Ex^a a honra que me confere e também a surpresa da missão, mas, evidentemente, que dela não poderia fugir.

Hoje à tarde, reunidos em um encontro pluripartidário, envolvendo os Parlamentares da Bancada do Estado do Piauí, com a presença do Governador e da Ministra Marta Suplicy, tratamos de assuntos do interesse do Estado no capítulo turismo com a titular daquela Pasta. Ouvimos todas as propostas, todos os projetos, e, acima de tudo, as idéias propostas pelo Secretário de Turismo, Sílvio Leite, que tem se mostrado um secretário atento, ativo e, por que não dizer, competente.

Discutimos, toda a Bancada, com a Ministra – esperamos que o Governo Federal não contingencie os recursos destinados ao Piauí, principalmente ao turismo – e ouvimos a garantia, não só da Ministra como também do próprio Governador, de que as liberações seriam feitas de maneira integral.

Fiquei muito satisfeito. Com isso, Senador Mão Santa, ficam contemplados alguns municípios, com emendas por mim destinadas, para atender à integração do Estado do Piauí, que, pelas suas circunstâncias e suas características, padecem muito da falta de comunicação no transporte aéreo. Vamos, com essa emenda, restabelecer, por exemplo, o aeroporto de Gilbuês, que, num passado distante, foi uma linha tradicional das Empresas Aéreas Real, Varig, Aerovias, usando os antigos e saudosos DC-3 e, recentemente, os aviões Avro. A cidade de Curimatá também será atendida, juntamente com a cidade de Canto do Buriti. Vamos também dar continuidade ao aeroporto de Bom Jesus, cujas obras foram iniciadas mediante emenda de minha autoria, há cerca de cinco anos, e que agora será ativada. Enfim, todos esses aeroportos, conforme o projeto, terão, inclusive, iluminação noturna. Teremos mais: a ampliação do aeroporto de São João do Piauí, possibilitando-lhe vôos noturnos; o aeroporto de Picos, e aí uma emenda do Governo do Estado, juntamente com o aeroporto de Floriano. No norte do Piauí, ficaram consagrados os Municípios de Piripiri e Luzilândia; e estamos envidando esforços no sentido de obter recursos também para a construção de uma outra unidade na cidade de Pedro II.

De forma que fico muito feliz em poder dar essa notícia, Senador Mão Santa, nós, que participamos,

juntamente com o Senador João Vicente, a Bancada do Piauí no Senado estava presente, desta reunião, para mostrar que é possível as divergências serem colocadas de lado no momento em que se discute o interesse da população do Piauí.

Afora isso, discutimos outras emendas que serão colocadas por V. Ex^a e por mim também e que beneficiarão, principalmente, regiões turísticas do nosso Estado. Uma das obras considerada prioritária é exatamente a construção de um embarcadouro no povoado de Tatus, região litorânea que dá suporte ao movimentado tráfego de turistas que se destinam a conhecer as belezas do Delta do Parnaíba.

Agradeço V. Ex^a por me dar a oportunidade de fazer esse registro. Tenho a certeza de que o Piauí sairá altamente vitorioso, desde que, é claro, o Governo não contingencie esses recursos, que são da maior importância para o desenvolvimento do nosso Estado.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Agradecemos ao Senador Heráclito Fortes a síntese sobre o esforço da Bancada do Piauí, principalmente do nosso esforço como Senadores, para a liberação de recursos para melhorar os aeroportos, as estradas e os pólos turísticos, no litoral, no Delta, na nossa capital, Teresina. Obras fundamentais estão paralisadas. Apresentamos emendas, para que se recuperasse o centro de Teresina e para que se promovesse o desenvolvimento do turismo arqueológico na Serra da Capivara. É um esforço extraordinário desta Bancada para o desenvolvimento do turismo, carreando recursos para a Ministra Marta Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Em votação os **Requerimentos n^{os} 959, 961 e 962, de 2007**, lidos em sessão anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Em votação os **Requerimentos n^{os} 965, 966 e 974, de 2007**, lidos no Expediente da presente sessão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Na sessão de hoje, foi lido o **Requerimento n^o 967, de 2007**, do Senador Alvaro Dias e de outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores do período do Expediente da sessão do dia 10 de outubro seja destinado a comemorar os 50 anos da Revolta dos Posseiros.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Recebi do Piauí um *e-mail* do Deputado Roncalli Paulo, pedindo providências em favor das vítimas da seca do semi-árido. Diz o Deputado Roncalli Paulo, bravo Deputado Estadual do PSDB:

A lentidão do atual Governo é tamanha, tanto na esfera estadual e federal, o que direi eu a respeito dessa inexplicável demora na contratação de carros-pipa – ao menos isso – para amenizar o sofrimento de tantas famílias que vêem o sol nascer e se pôr, dia após dia, sem ter uma perspectiva de abastecimento?

Estou tratando de uma questão por demais conhecida [é o que diz o Deputado Roncalli Paulo, em pronunciamento na Assembléia Legislativa], em que a única novidade é a indiferença das autoridades. No passado, outros governadores romperam o silêncio. Lucídio Portella cortou relações com o então Superintendente da Sudene, Walfrido Salmito, e Francisco de Assis Moraes Souza, o Mão Santa, proferiu palavras duras em reunião do Conselho Deliberativo, em Recife. Por que então somente o Governador Wellington Dias tem de se comportar como um cordeiro ou um submisso à má vontade de Brasília?

Diz ainda o Deputado Roncalli Paulo:

Eu seria um insensato de não reconhecer o esforço do extraordinário Secretário Fernando Monteiro, nosso colega desta Casa, dirigindo uma pasta sem estrutura até mesmo de pessoal.

A grande ausência do Governador tem sido em relação ao flagelo da seca. Ele está se notabilizando pela falta de iniciativa no tocante a esse flagelo.

Na situação em que se encontra o semi-árido piauiense, qualquer iniciativa governamental é válida.

Diz mais o Deputado Roncalli Paulo:

Não sou a pessoa indicada para liderar uma campanha de coleta de alimentos e de recursos financeiros para a contratação de carros-pipa. Reconheço a minha fragilidade.

O Governador do Estado é a pessoa indicada para isso.

Não queiram imaginar o que vi. No sertão, em sol a pino, foram muitas as cenas, mas uma delas me chamou a atenção: um homem com uma carrocinha improvisada puxada por um jumento. Em cima dela, vasilhames de plástico de diferentes tamanhos a caminho de um pequeno e distante açude. Tudo isso para tentar suprir a carência de um carro-pipa.

Devemos pressionar o Governo, no sentido de executar os projetos que deram certo em outras partes do mundo e em vários Estados do Nordeste.

Eu queria dizer ao Presidente Luiz Inácio, somando a este apelo de Roncalli Paulo, que Pedro II chegou a dizer que venderia até o último brilhante da sua coroa para minimizar o sofrimento da seca. E um Presidente, no tempo da revolução, Emílio Garrastazu Médici, foi ao Nordeste em situação semelhante e disse: “O Governo vai bem, mas o povo ainda vai mal”.

Esse é o relato do povo sofrido do Estado do Piauí, que sofre pela seca. Apelamos ao Presidente da República para que ampare os sofredores da seca do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB-PI) – O Sr. Senador Romero Jucá, enviou discurso à mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

S.Exa. será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as mudanças trazidas pela globalização e pela emergência dos novos paradigmas tecnológicos permeiam os mais diversos aspectos da vida atual, seja no âmbito da economia, da sociedade ou da cultura. E são transformações de tal monta e que ocorrem com tal velocidade que provocam verdadeiras revoluções nos vários campos da atividade humana, exigindo posturas radicalmente novas dos indivíduos nelas engajados.

Assim ocorre – também e de modo particularmente nítido – no campo da atividade educacional, na qual não apenas educadores e educandos, mas também profissionais já em plena atividade vêem-se forçados a reavaliar seus conceitos e reformular profundamente seus procedimentos. No cenário da modernidade, a educação tornou-se recurso imprescindível para assegurar as bases da nova sociedade que se está gerando, em cuja economia o exercício de uma função passa a requerer do profissional competências que vão muito além da sua simples execução. Desse

profissional dos novos tempos, espera-se capacidade de diagnóstico, solução de problemas, tomada de decisões, intervenção ativa no processo e aptidão para trabalho em equipe.

O mercado de trabalho atual, cada vez mais exigente, busca profissionais capazes de abstrair conhecimentos e raciocinar de forma independente e criativa. Em decorrência, a formação do homem deve estar pautada no aprender a aprender, na educação continuada e permanente que propicie crescimento do indivíduo e ser social por meio de aprendizagem constante.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), instituição responsável pela formação profissional rural e pela promoção social de trabalhadores, produtores rurais e seus familiares, tem sabido responder a esse desafio, cumprindo com excelência sua missão de preparar profissionais competentes, além de cidadãos socialmente responsáveis.

O Senar acompanha as tendências atuais, refletindo sobre a própria atuação junto à sua clientela, a fim de atendê-la da melhor forma possível. Para isso, o órgão vai ao encontro do seu público alvo, seja no curral, na plantação, debaixo da árvore ou onde o trabalho estiver acontecendo no meio rural, para que os eventos sejam ministrados respeitando a realidade e as peculiaridades de cada comunidade atendida.

Criado em 23 de dezembro de 1991, pela Lei nº 8.315, o Senar é uma instituição vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em nível nacional, e às Federações de Agricultura, em nível estadual. O Senar está representado nos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal por meio das Administrações Regionais, localizando-se aqui na Capital da República sua Administração Central. As Administrações Regionais são autônomas e realizam as ações próprias das atividades-fim da instituição, ou seja, a formação profissional rural e a promoção social.

Na implementação das ações de formação profissional rural, são consideradas as necessidades reais do mercado de trabalho. As atividades de promoção social, por sua vez, são realizadas de acordo com o potencial de arrecadação de cada Administração Regional e em conformidade com os recursos humanos, financeiros e materiais de que ela dispõe, respeitadas, ainda, as particularidades de cada região do País. À Administração Central compete a coordenação, o acompanhamento e o assessoramento técnico às Administrações Regionais, bem como o zelo pela unidade institucional.

Para a realização dos eventos que promove, o Senar conta com valiosas parcerias, tanto de organismos públicos como privados, assegurando uma atuação mais abrangente pelo interior do Brasil. Já os agentes de cujo trabalho competente as Administrações Regionais dependem, para o sucesso de suas atividades, são os mobilizadores, os instrutores e os supervisores.

Os primeiros são os responsáveis pela organização dos eventos. São suas atribuições realizar o recrutamento e a seleção da clientela, escolher locais adequados para os eventos, providenciar os recursos instrucionais e realizar a divulgação. Aos instrutores compete ministrar as ações de formação profissional rural e as atividades de promoção social. Eles são profissionais de diversas áreas: veterinários, zootecnistas, pedagogos, artesãos, técnicos agrícolas, economistas, administradores, entre outros. Os supervisores, por fim, são os agentes que acompanham, avaliam e controlam o processo da formação profissional rural e da promoção social, retificando e/ou ratificando as atividades executadas ou em execução.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a formação profissional rural planejada e executada é um processo educativo não-formal, participativo e sistematizado que possibilita ao indivíduo a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes para o desempenho de uma ocupação. Nesse sentido, as ações profissionalizantes desenvolvidas pelo Senar instrumentalizam o trabalhador e o produtor rural para a inserção competente no mercado de trabalho, uma vez que eles passam a compreender e a interagir com o processo de produção e a cadeia produtiva, tornando-se capazes de solucionar problemas de forma criativa e eficiente.

Os programas de formação profissional oferecidos às comunidades rurais são de cinco tipos: aprendizagem rural, qualificação, aperfeiçoamento, atualização e especialização. A aprendizagem rural é destinada a jovens com idade entre 14 e 24 anos, e é organizada em tarefas de complexidade progressiva, de acordo com o desenvolvimento físico e psicológico do aprendiz, efetuadas em ambiente de trabalho. A qualificação capacita o indivíduo para o exercício de uma ocupação definida no mercado de trabalho, mediante o domínio de todas as tarefas e operações pertinentes. Destina-se a candidatos ao primeiro emprego ou aos que pretendem mudar de profissão.

Os programas de aperfeiçoamento são utilizados quando as pessoas beneficiadas já exercem determinada ocupação, necessitando, entretanto, melhorar seu desempenho em determinados segmentos dessa

ocupação. A atualização é utilizada quando as pessoas beneficiadas necessitam de novos conhecimentos e/ou habilidades para o exercício de sua ocupação em decorrência de mudanças tecnológicas no processo produtivo. A especialização, por fim, atende aquelas pessoas que exercem uma ocupação, mas pretendem aprofundar seus conhecimentos em área específica dessa ocupação.

O Senar possui em sua estrutura ocupacional oito linhas de ação, 25 áreas ocupacionais e um total de 163 ocupações. Há, portanto, uma grande variedade de áreas profissionais nas quais a instituição oferece cursos, treinamentos e seminários, contando, para isso, com equipe de instrutores especialistas, treinados na metodologia da formação profissional rural.

As oito linhas de ação são: agricultura, pecuária, silvicultura, aqüicultura, extrativismo, agroindústria, atividades de apoio agrossilvipastoril e atividades relativas à prestação de serviços. Entre as 25 áreas ocupacionais, estão, por exemplo, olericultura, pecuária de médio porte, florestamento e reflorestamento, criação de animais aquáticos, mecanização agrícola, administração rural e turismo rural.

As ações de formação profissional rural realizadas no ano passado envolveram mais de 722 mil participantes, distribuídos em mais de 40 mil turmas, e tiveram uma carga horária total superior a um milhão de horas. A linha de ação que atraiu o maior número de interessados foi a de atividades de apoio agrossilvipastoril, seguida da pecuária, da agricultura e da agroindústria.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a promoção social desenvolvida pelo Senar, tal como a formação profissional rural, é também um processo educativo não-formal, participativo e sistematizado. Nesse caso, contudo, o que se busca oferecer ao participante não é a preparação para o exercício de uma ocupação, mas o desenvolvimento de aptidões pessoais e sociais, possibilitando ao trabalhador, ao produtor rural e às suas famílias melhor qualidade de vida, consciência crítica e participação na vida da comunidade.

A promoção social volta-se para a formação da consciência cidadã, para a elevação da auto-estima do homem e da mulher do campo, para o resgate da cultura local por vezes esquecida e para o desenvolvimento de competências e habilidades individuais e/ou coletivas. Esses aspectos inerentes à promoção social transformam-na em uma vertente de trabalho do Senar essencialmente preventiva, ou seja, composta por atividades antecipadas que evitam problemas ou situações futuras indesejáveis.

Além disso, a promoção social é, muitas vezes, propulsora da profissionalização, uma vez que pode preencher uma lacuna de conhecimento, habilidades e atitudes, conferindo ao indivíduo o preparo e a autoconfiança necessários para que tenha iniciativa de buscar melhor colocação profissional e social. Por meio de suas atividades, o trabalhador, o produtor rural e suas famílias obtêm melhor qualidade de vida sob os aspectos de educação, saúde, alimentação, nutrição, cultura, esporte e lazer. Assim, a promoção social realizada contribui para minimizar a carência de direitos desses cidadãos do meio rural.

Atualmente, as ações de promoção social conduzidas pelo Senar estão agrupadas em sete áreas de atividade, englobando 44 atividades. As áreas de atividade – além das já mencionadas educação; saúde; alimentação e nutrição; cultura esporte e lazer – são: organização comunitária; apoio às comunidades rurais e artesanato. Entre as 44 atividades, estão, por exemplo: saúde reprodutiva; saneamento básico no meio rural; alimentação materno-infantil; planejamento de cardápios com aproveitamento de alimentos; administração de empreendimentos comunitários; educação para a inclusão; tapeçaria; artesanato de ossos, chifres e cartilagens.

As atividades de promoção social realizadas no ano passado envolveram quase 270 mil participantes, distribuídos em mais de 11 mil turmas, e tiveram uma carga horária total de quase 400 mil horas. A área de atividade que atraiu o maior número de participantes foi a de artesanato, seguida de organização comunitária, alimentação e nutrição, e educação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 2006, o Senar atingiu a marca de mais de seis milhões de pessoas matriculadas nos eventos de formação profissional, promoção social, nos programas especiais e de desenvolvimento de talentos humanos.

A diretoria e todos os colaboradores da instituição podem, portanto, fruir de um sentimento que vai bem além da satisfação do dever cumprido. Mais do que isso, podem alegrar-se pela certeza de haver realizado com eficácia sua missão de preparar os trabalhadores tecnicamente, inculcando a responsabilidade social e o sentimento de cidadania.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural desempenha um papel de fundamental importância, ao atender às aspirações e necessidades de qualificação do cidadão rural e torná-lo agente ativo de mudanças no processo produtivo nacional, contribuindo para o equilíbrio democrático e social de nosso País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 24, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007, que *dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórias* (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007).

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de: 9.7.2007)
Prazo final (prorrogado): 5.10.2007

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)
(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003)

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007 (nº 993/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.*

(Dependendo de pareceres das Comissões de Educação e Assuntos Sociais).

(Urgência a partir de: 24.8.2007)
(Sobrestando a pauta a partir de: 3.9.2007)

3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 473, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, que *dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências.*

(Dependendo de pareceres das Comissões de Educação e Assuntos Sociais).

(Urgência a partir de: 24.08.2007)
(Sobrestando a pauta a partir de: 3.9.2007)

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que *aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.*

5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e
 – de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

6

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI* (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.*

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que

acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 13, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.*

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 57, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, ten-

do como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2007

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2007

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim*

de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Silhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.*

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001,

na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora ad hoc: Senadora Maria do Carmo Alves.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos*.

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 204, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Arthur Virgílio.

21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 502, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996*.

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 503, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003*.

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 504, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004*.

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

24

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

25

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 6, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Augusto Botelho.

26

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 25, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.*

Parecer favorável, sob nº 345, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, celebrada em 30 de agosto de 1961.*

Parecer favorável, sob nº 385, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD.*

Parecer favorável, sob nº 277, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defe-

sa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azevedo.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 346, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

34

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

35

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 20 horas e 45 minutos.*)

Ata da 137ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 29 de agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Efraim Moraes,
João Vicente Claudino, Epitácio Cafeteira e Delcídio Amaral

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENDORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 29/8/2007 07:34:05 até 29/8/2007 22:04:24

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X	Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	DEM	SP	ROMEU TUMA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X	PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	X	X	Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
DEM	BA	CÉSAR BORGES	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X	PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
DEM	MA	EDISON LOBÃO	X	X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X					
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X					
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X					
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X					
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X					
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X					
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X					
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X					
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X					
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X					
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X					
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X					
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X					
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X					
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X					
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X					
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X					
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X					
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X					
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X					
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X	X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X					
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X					
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X					
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X					
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	X					
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X					
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X					
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X					
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X					
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X					
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X					
PMDB	SC	NEUTO DE CÔNTO	X	X					
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X					
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X					
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X					
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X					

Compareceram: 73 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão será dedicado a comemorar o transcurso do 53º ano de falecimento do Presidente Getúlio Vargas, nos termos dos Requerimentos nºs 565 e 891, de 2007, dos Senadores Eptácio Cafeteira, Sérgio Zambiasi, Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores.

Convido, de modo especial, para compor a Mesa o Senador Eptácio Cafeteira e o Senador João Claudino, que fazem parte da história do Partido Trabalhista Brasileiro, lembrando que temos ainda o Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senadores que compõem a legenda desse Partido.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é com justa emoção que inicio este período da sessão destinado a reverenciar a memória do Presidente Getúlio Dornelles Vargas.

Cumpra o Senado Federal seu dever de protagonista da História e de guardião da memória nacional.

Ao registrar a passagem dos 53 anos da morte daquele que foi o mais vigoroso personagem da República brasileira ao longo do século XX, ao homenagear tão marcante e ilustre figura de nossa vida pública, esta Casa também abre espaço à útil, necessária e sempre bem-vinda reflexão em torno de nossa trajetória como Nação.

Em Vargas, as qualidades e os defeitos que são próprios à natureza humana jamais se esconderam sob o manto de interesses menores ou meramente pragmáticos.

Creio que, neste instante, todos nos aproximamos na certeza de que, nele, as virtudes que se esperam do homem público suplantaram em muito eventuais falhas.

Getúlio foi grande porque, como ninguém, compreendia o papel do homem de Estado, dele jamais se afastando.

Getúlio foi grande porque, como ninguém, entendia as circunstâncias do tempo em que agia, não raro se antecipando ao futuro.

Getúlio foi grande porque, como ninguém, soube conduzir o Brasil à modernidade, adaptando-o às exigências de uma economia industrial e, sobretudo, assumindo o compromisso de introduzir no Brasil algo que o País desconhecia por completo até então: os direitos sociais.

Hoje, quando o Brasil se aproxima da auto-suficiência na exploração do petróleo, impossível não voltar o olhar para o Vargas de 1953 e sua persistente luta pela criação da Petrobras. Uma luta que – não nos esqueçamos! – foi marcada pelo oposicionismo insano, desumano até, que exigiu dele a dose de serenidade e de coragem que apenas os estadistas de verdade conseguem possuir.

Hoje, quando a Vale do Rio Doce conquista a relevância mundial de que tanto nos orgulhamos, impossível não voltar o olhar para o Vargas dos anos 40 e sua convicção de que o futuro do País dependia da decisão estratégica de criar uma empresa especializada na extração e no beneficiamento de minérios, matéria-prima vital para a industrialização contemporânea.

Hoje, quando a Companhia Siderúrgica Nacional bate recordes de produtividade e de volume de produção, assumindo posição de destaque mundial em sua área de atuação, impossível não voltar o olhar para o Vargas que soube, com inteligência e perspicácia, negociar a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e garantir o indispensável financiamento para a usina de Volta Redonda.

Hoje, quando a questão da infra-estrutura energética ocupa centralidade absoluta na agenda político-econômica nacional, impossível não voltar o olhar para o Vargas da primeira metade dos anos 50 e sua clarividência ao lançar as bases da futura Eletrobrás, uma empresa estatal cuja criação – também não nos esqueçamos – foi, como ele mesmo registrou em sua Carta-Testamento, “obstaculizada até o desespero”.

Por fim, nunca é demais lembrar ter sido Vargas o criador da legislação trabalhista brasileira, uma conquista tão poderosa que chega aos nossos dias intacta em sua essência, alterada apenas naquilo que a evolução dos tempos e do próprio sistema produtivo tornou imperioso.

Em especial, com a Consolidação das Leis do Trabalho, o Brasil se incorporou ao que o século XX produziu de melhor: o sentimento de que a proteção ao mundo do trabalho era exigência moral e imperativo ético dos quais nenhuma Nação civilizada poderia se eximir.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esse, em linhas breves e gerais, o Getúlio Vargas que reverenciamos neste momento. Esse mesmo Getúlio, não bastasse a monumental obra administrativa que nos legou, encontrou no gesto derradeiro a oportunidade inigualável para estabelecer os limites suportáveis ante as vicissitudes a que todos os homens públicos estão sujeitos.

Com a decisão de oferecer a vida em holocausto, Vargas abortou o golpe em marcha e uniu em torno de

suas bandeiras os mais pobres, justamente aqueles para os quais dirigia preferencialmente suas ações.

Acima de tudo, porém, ao praticar o ato heróico e corajoso daquele 24 de agosto de 1954, Getúlio desnudou a rudeza extrema, a hipocrisia imperdoável e a mesquinha tacaquia de um oposicionismo doentio e impatriótico. Um oposicionismo que visava a destruir Vargas pelo que ele tinha de melhor, nunca por causa de seus defeitos. O alto poder de destruição, sobretudo moral, da sanha denunciadora que se mostrou falsa, impeliu Vargas ao gesto dramático.

Ao fazê-lo, o Presidente demonstrou que, ao homem de bem, há um limite a partir do qual torna-se inaceitável a acusação leviana, o interesse inconfessável e a maldade intrínseca que ferem a verdade, maculam a honra alheia e destroem a reputação construída ao longo de toda uma vida.

Grande em vida, Vargas tornou-se ainda maior pela morte. Por tudo o que foi, por tudo o que fez, “saiu da vida para entrar na História”. Até hoje, passados 53 anos, ninguém o superou. Que sejamos dignos de seu legado!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Neste momento, antes de dar prosseguimento à sessão, transfiro a Presidência dos trabalhos ao eminente Senador João Vicente Claudino que, neste momento, passa a homenagear o Partido Trabalhista Brasileiro conduzindo esta homenagem a Getúlio Vargas no plenário do Senado Federal.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Vicente Claudino, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente João Claudino, quero me associar ao brilhante pronunciamento do Senador Tião Viana a respeito dessa grande figura da história política brasileira que foi Getúlio Vargas, mas solicito a V. Ex^a que me inscreva para fazer uso da palavra para uma comunicação inadiável na sessão ordinária, no desdobramento desta sessão, quando voltarmos a ouvir os oradores a respeito dos diversos temas que serão tratados.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – Será consignado de acordo com o Regimento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente. Faço a mesma solicitação. São três inscrições para comunicação inadiável na sessão subsequente. Eu gostaria que o Presidente me colocasse em segundo lugar.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – V. Ex^a será colocado, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao Senador Epitácio Cafeteira, autor do requerimento.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (Bloco/PTB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao iniciar meu pronunciamento nesta sessão destinada a reverenciar a memória do Presidente Vargas, desejo expressar, antes de qualquer outra consideração, minha perplexidade ante o descobrimento de figura tão central da História brasileira por parcela considerável de nossa população. Digo isso, Sr. Presidente, porque um médico perguntou-me, há mais ou menos 15 dias: “Senador Cafeteira, o que foi mesmo que Getúlio Vargas fez pelo Brasil?” Ainda mais grave que o fato em si, que já seria motivo de justa consternação, é a certeza de que se generaliza entre nós o desprezo em relação ao passado, perigoso fenômeno que atinge, preferencialmente, os mais jovens.

Tem-se a sensação de que tudo conspira para que as pessoas – repito, sobretudo as mais jovens – suponham viver um permanente presente, como se o passado não tivesse importância e como se o futuro não estivesse em nossas cogitações. Essa realidade, desumanizadora por excelência, acaba por incentivar atitudes de acirrado individualismo, meio caminho andado para a visão egoísta da vida e do mundo.

Em que falhamos, Sr. Presidente? Será que a escola não está conseguindo cumprir um de seus mais importantes papéis, ao ensinar aos alunos que o viver é uma experiência coletiva, socialmente partilhada, e é justamente isso o que confere sentido à vida? Ou será que nós, homens públicos, Partidos políticos e instituições, também fracassamos sob esse aspecto? Quem sabe os meios de comunicação, hoje tão mais desenvolvidos, tão mais imprescindíveis do que ontem, esqueceram que sua missão é também formativa?

Não tenho pronta resposta para tais questões. Mas o fato é preocupante e deveria merecer a atenção de todos nós. No caso presente, quando homenageamos a figura de Getúlio Vargas, mostra-se inconcebível, imperdoável mesmo, que personagem tão decisivo de nossa História seja hoje simplesmente desconhecido de boa parte de nossa população. Nunca é demais lembrar

a velha máxima, que jamais perde atualidade: povo que desconhece sua história está condenado a repeti-la, especialmente quanto aos seus desacertos.

Sr. Presidente, há 53 anos, o Brasil amanheceu sob o impacto de uma notícia trágica. Numa época em que o País se informava quase que exclusivamente pelo rádio, com absoluto destaque para a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, a voz possante e respeitada de Heron Domingues comunicava o suicídio do Presidente Getúlio Vargas.

Naquele 24 de agosto de 1954, morria o homem, nascia o mito.

À possível exceção de D. Pedro II, com seus 49 anos à frente do governo imperial, ninguém mais entrou tão profundamente na História do Brasil. Os 15 anos que se sucederam à tomada do poder em novembro de 1930, acrescidos dos quase 4 anos que governou a partir da vitória eleitoral de 1950, deram a Vargas a possibilidade de impor sua marca indelével na trajetória da República brasileira.

Como todo grande personagem histórico, Getúlio se presta a qualquer tipo de análise. Aos que sempre o combateram e jamais o perdoaram pelo que fez e pelo que foi, será reiteradamente esgrimida a imagem do homem frio e calculista, aparentemente adverso a emoções, centralizador e autoritário, que desvelou no Estado Novo a dimensão máxima de uma vocação ditatorial ou mesmo totalitária.

Aos demais, justamente aqueles que identificam na ação administrativa a razão suprema para incensá-lo, Vargas é o construtor do Brasil moderno, o estrategista que soube criar condições favoráveis ao desenvolvimento de que o País carecia na difícil conjuntura da Grande Depressão. O estadista, enfim, que, inteligente e patrioticamente, vislumbrou na Segunda Guerra Mundial a chance de ouro para que a industrialização brasileira tivesse seu início efetivo.

Acima de tudo, porém, aos que louvam Vargas haverá sempre o motivo decisivo para o fazer: foi com ele que a Nação conheceu os direitos sociais, em especial no que concerne ao conjunto de leis de proteção ao trabalho. Para um Brasil recém-saído da Primeira República, cujo elitismo antidemocrático e excludente poderia ser sintetizado na infeliz frase atribuída a Washington Luís, segundo a qual a questão social era caso de polícia, as medidas de cunho social assumidas por Vargas feriam de morte a velha e arraigada cultura política oligárquica. Atingia-se uma ordem historicamente assentada no multissecular complexo de Casa Grande, mantenedora de privilégios e reprodutora de desigualdades.

Afora as inúmeras qualidades e os possíveis defeitos que sempre o caracterizaram, Getúlio domi-

nava como ninguém os códigos da política. Nascido em fins do século XIX, na fronteira gaúcha, recebeu e assimilou os fundamentos do Positivismo, corrente de pensamento que encontrou no Rio Grande do Sul terreno fértil para consolidar-se. Homem da Primeira República, tendo sido Deputado, Secretário e Ministro de Estado, além de Governador, foi hábil o suficiente para sepultar as “carcomidas” instituições da “República que não houve” sem, contudo, destruir as pontes que ligariam o Brasil do futuro a ser construído e o passado que se pretendia escorraçar.

A própria montagem da chapa majoritária oposicionista no pleito de 1930, Sr. Presidente, foi obra de extraordinária engenharia política, arquitetada com o esmero que a amadores não é dado conceber. Para neutralizar o poderoso Estado de São Paulo, de onde viera o Presidente Washington Luís e de onde sairia o candidato situacionista Júlio Prestes, Vargas assegurou, em primeiro lugar, o imprescindível apoio de Minas Gerais. Escolheu, no Nordeste, o paraibano João Pessoa para a Vice-Presidência. A previsível vitória da situação – possibilidade assegurada pela ilegitimidade do processo eleitoral, com suas recorrentes fraudes – encontrava, dessa vez, forças políticas mobilizadas e dispostas a não se submeter à farsa de eleição a bico de pena.

Utilizando-se do assassinato de João Pessoa, cuja motivação, diga-se, passava ao largo das questões políticas, Vargas liderou o movimento militar que, iniciado a 3 de outubro de 1930, precisou não mais de um mês para apear do poder o Presidente Washington Luís. Ao receber a chefia do Governo das mãos de uma Junta Militar, Getúlio procedia ao ato inaugural de uma nova era para o País. E o fazia, nunca é demais lembrar, sob os efeitos arrasadores da Crise de 1929, sobretudo a Grande Depressão, que já contabilizava milhões de vítimas.

Getúlio enfrentou – e venceu – o embate conduzido por São Paulo em 1932. A vitória militar, todavia, não o impediu de reconhecer a impossibilidade de prorrogar o caráter provisório de seu Governo. Criou-se a Justiça Eleitoral e convocaram-se as eleições para a Assembléia Constituinte. A Carta de 1934 introduziu o Brasil no novo contexto histórico advindo do fim da Primeira República e que, internacionalmente, era assinalado pela crise do Estado Liberal e o conseqüente avanço dos regimes totalitários.

O Brasil não ficou imune ao clima de polarização ideológica do período. O confronto entre Esquerda e Direita, que monopolizava as atenções pelo mundo afora, também se fez presente entre nós. A fracassada tentativa de golpe de grupos comunistas – a Intentona de 1935 – e a ação cada vez mais ostensiva dos

radicais de direita, acobertados pela Ação Integralista Brasileira de Plínio Salgado, que viria a padronizar sua Intentona em 1938, deram a Vargas o pretexto para interromper a normalidade institucional.

Fazendo uso de cartilha política produzia por um integralista, o Capitão Olímpico Mourão Filho – o mesmo personagem que, como general, iniciou a movimentação das tropas que levaria à queda de João Goulart, em 1964 –, Vargas comunicou ao País a iminência de nova ação golpista dos comunistas. Para debelá-la e manter a ordem pública, alterou radicalmente a fisionomia do regime. Era o Estado Novo que surgia naquele 10 de novembro de 1937. O Brasil adormecia sob a longa noite da ditadura, que permaneceria por oito anos.

Não há como negar, Sr. Presidente: retórica alguma poderá subtrair do Estado Novo sua característica essencial, qual seja, a de uma ditadura, com fortes tons totalitários. Desapareceram os Partidos políticos. O Poder Legislativo deixou de existir. Criou-se tribunal de exceção. O tradicional federalismo republicano sucumbia ante o Estado unitário, decisão simbolicamente retratada na cerimônia de queima das bandeiras estaduais. A polícia política agia continuamente, com toda a carga de violência e de arbitrariedade que lhe era própria. A censura atuava de maneira implacável. Acima de tudo e de todos, sem a necessidade de instâncias mediadoras que a aproximassem do povo, pairava a figura do grande líder, sistematicamente construída e transmitida à sociedade.

Nascia o Getúlio “pai dos pobres”!

Mas também foi no Estado Novo que emergiu a figura do estadista que sabia tirar proveito – para o País, frise-se, jamais em benefício pessoal – das circunstâncias geradas pela Segunda Guerra Mundial. Convicto de que o futuro do Brasil requeria o salto profundo no caminho da industrialização, Vargas negociou o uso militar de áreas no território nacional pelos Estados Unidos e decidiu romper relações diplomáticas com os países do Eixo, vencendo resistências no interior do próprio Governo. Passo seguinte, levou o País a participar diretamente do conflito, sendo o único latino-americano a fazê-lo. Dessas negociações, resultou a criação da Companhia Siderúrgica Nacional e a construção da Usina de Volta Redonda, parceria de capitais estatais, privados nacionais e norte-americanas. É nessa perspectiva que se compreende, também, a criação da estratégica Companhia Vale do Rio Doce.

Fica, ainda, do Vargas ditatorial, a extraordinária obra cultural e educacional conduzida pelo ministro Gustavo Capanema. Pela primeira vez, a Nação era apresentada a um verdadeiro sistema nacional da educação pública, cujos fundamentos atravessaram

décadas. De igual modo, sob a liderança de Rodrigues de Melo Franco, o Brasil começava a descobrir seu imenso e riquíssimo patrimônio histórico. Por fim, e penetrando fundamente no tecido social, surgiu a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, que inaugurou, no Brasil, a modernidade em termos de proteção ao trabalho.

O Estado Novo, Sr. Presidente, foi varrido pelos mesmos ares de liberdade e de democracia suscitados pela derrota dos regimes fascistas. Poucos meses separaram o fim da Segunda Guerra Mundial e a deposição de Vargas, oficializada em outubro de 1945. Em dezembro, eleições diretas anunciavam o novo tempo democrático que o País viveria.

Cinco anos depois de deposto, tempo passado em larga medida no isolamento de sua estância gaúcha, pouco exercendo o mandato de Senador que o povo lhe conferira, Getúlio voltou à Presidência, agora pela vontade expressa do eleitorado. Diferentemente dos 15 anos nos quais exerceu o poder, o Vargas que tomou posse no início de 1951 era alguém mais velho, mais cansado, talvez mais amargurado e, certamente, bem mais vulnerável à crítica impiedosa que o regime democrático possibilitava.

O Getúlio que retornou ao Catete precisava agora se submeter ao jogo das pressões políticas e aos códigos de convivência com um Legislativo na plenitude de suas prerrogativas. Precisava ceder, compor, negociar. Todavia, a presença de uma Oposição sistemática, ferenha, aguerrida, não raro impiedosamente desumana, expressa particularmente pela ação da UDN, tornava cada vez mais difícil a tarefa de governar.

Independentemente de erros e equívocos – como a desastrosa e estúpida tentativa de assassinato do jornalista Carlos Lacerda, conduzida sem o conhecimento do Presidente, mas que o comprometeu definitivamente pelo envolvimento de Gregório Fortunato, chefe de sua guarda pessoal –, Vargas sentiu na pele a reação dos setores atingidos por sua política nacional-desenvolvimentista.

A celeuma em torno da criação da Petrobras e do estabelecimento do monopólio estatal do petróleo, concretizados em outubro de 1953, dá bem a medida do confronto que opunha seus apoiadores aos que defendiam a associação – em bases subalternas, certamente – da economia brasileira aos capitais internacionais. De igual modo, o projeto getulista de criação de outra estratégica empresa estatal, a Eletrobrás, foi, como ele próprio assinalou em sua Carta-Testamento, “obstaculizado até o desespero”.

Por fim, mas não menos importante, o Brasil deve a Vargas o surgimento do trabalhismo como movimento político, doutrinariamente bem assentado e filosofi-

camamente comprometido com o esforço de oferecer ao capitalismo brasileiro uma face mais humana.

Esse sempre foi, historicamente, o sentido do Partido Trabalhista Brasileiro, o velho PTB, que, hoje, renascido e adaptado às novas condições históricas vividas pelo País e pelo mundo, busca cumprir condignamente sua missão. O mesmo PTB que tenho a honra de integrar e de cujo passado posso me orgulhar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registrar os 53 anos de morte do Presidente Vargas é dever de todos nós que amamos este País e em relação ao qual temos responsabilidades políticas. É data que convida à reflexão sobre os caminhos e descaminhos que percorremos na construção da República brasileira. Aprender com os erros, aprimorar as instituições e reconhecer o valor intrínseco da democracia é lição que fica para todos nós.

Não vejo sentido em proceder ao julgamento de Vargas, no sentido de estabelecer juízo de valor a respeito de sua presença marcante na História do Brasil. Não acredito que a história deva se prestar a isso. Prefiro pensar, Sr. Presidente, que ela nos estimula a compreender – isso, exatamente isso, compreender – os atos e os personagens que marcaram o passado.

No caso de Getúlio, ainda mais fortemente, o que se pede é o exame acurado de seus atos, vistos em sua ambiência e temporalidade. Fora disso, é grave a possibilidade de se incorrer no erro do anacronismo. Independentemente da posição que se tenha, de uma verdade não se pode afastar: Getúlio foi grande, até mesmo na hora e pela forma que escolheu para afastar-se do palco. Soube “sair da vida para entrar na História”. Mostrou-se estadista. Entendeu como ninguém os rumos da história.

Por tudo isso, talvez mais do que todos, foi decisivo para a construção do Brasil moderno.

Por tudo isso, talvez mais do que todos, conquistou espaço cativo no imaginário nacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cabe a nós do Partido Trabalhista Brasileiro termos a convicção de que esse Partido tem história, nasceu de convicções políticas certas. Não é apenas um Partido para receber votação, mas para seguir um caminho que nos foi dado por Getúlio Vargas.

Por tudo isso, talvez mais do que todos, Getúlio merece ser lembrado e estudado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço permissão, Sr. Presidente, para permutar com o grande Líder

Geraldo Mesquita Júnior. Depois, utilizarei a palavra no lugar dele.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador João Vicente Claudino, Senador Eptácio Cafeteira, Senador Mozarildo Cavalcanti, quero cumprimentar especialmente os trabalhistas nesta data e neste ensejo em que falamos de Getúlio Vargas, da sua vida e das suas glórias. Quero agradecer a gentileza do Senador Mão Santa pela permuta.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais que uma lembrança, mais que um tributo, mais que uma reverência! E por mais justas e fundadas que sejam as homenagens que prestamos à memória do ex-Presidente Getúlio Vargas elas estarão sempre aquém de sua inestimável contribuição à história política do País.

Trata-se do brasileiro que, à exceção de Pedro II, durante mais tempo governou o País.

Se governar fosse o maior de todos os méritos a que pode almejar qualquer homem público, ele teria sido não mais que um entre os trinta e dois dos Presidentes da República que, em caráter não-transitório, tiveram essa honra. Por essa peculiar circunstância, ele transcende, por seu papel preponderante, por sua ação predominante e pela repercussão permanente de seus atos como Chefe de sucessivos governos, em três ocasiões diferentes, a dimensão humana e a expressão cívica, sem demérito para nenhum deles, tanto dos que o antecederam quanto dos que o sucederam. Sr. Presidente, isso é o que distingue o estadista que ele foi do político que tantos, antes e depois dele, apenas conseguiram ser.

“O homem é o homem e suas circunstâncias”, escreveu o filósofo espanhol Ortega y Gasset.

Getúlio, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi maior, sem dúvida, do que as suas próprias circunstâncias. E essa foi somente uma de suas reconhecidas virtudes.

Derrotado nas urnas pelas práticas que ele prometeu banir e efetivamente expurgou da vida pública brasileira, conseguiu fazer do regime já decadente uma democracia. Discricionariamente, com poderes absolutos assumidos como chefe de uma revolução armada, mas sem sangue, ele plantou a semente da qual surgiu a frondosa árvore à sombra da qual hoje frutifica aquela que um de seus maiores e mais ilustres adversários, Otávio Mangabeira, um dia chamou de “plantinha tenra que ainda não dá sombra nem frutos”. A instituição da Justiça Eleitoral e a adoção do sistema de representação proporcional, que ainda hoje subsistem como esteio, fundamento e alicerce de nossa cambiante democracia, constituem, ainda hoje, a garantia que sepultou setenta e cinco anos de

eleições manipuladas, de votos fraudados, de contrafação eleitoral e de chicanas e acordos espúrios que garantiram a formal estabilidade institucional do período que os historiadores convencionaram chamar de República Velha.

Foi na qualidade de chefe do Governo Provisório instalado em outubro de 1930, investido de poderes discricionários, que Getúlio cumpriu algumas das promessas de sua frustrada campanha eleitoral, entre as quais a criação da Justiça Eleitoral, entregando ao Poder Judiciário a legitimidade e a legalidade dos pleitos eleitorais e, por consequência, dos governos emanados da livre e soberana manifestação das urnas.

Ao lado desse passo decisivo de nossa evolução política, alinha-se o Código Eleitoral de 1932, implantando a primeira versão no País do sistema proporcional, marco da superação do arcaico princípio do voto majoritário, praticado ainda hoje em poucos países, com os vícios e as deformações que a representação distrital acarreta, em face da aberração que na velha Inglaterra ficou conhecida como “burgos podres”.

A legislação trabalhista, que mais tarde culminou com a edição da Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e da Justiça do Trabalho, a organização sindical e a modernização das relações de trabalho urbano foram as conquistas que sepultaram de vez o desprezo e o preconceito contra o tratamento dispensado pela República Velha contra a “questão social” que alguns teriam dito ser um caso de polícia, como ainda hoje muitos acreditam ser.

Acrescente-se a esses passos decisivos na senda das transformações sociais, o avanço representado pela preocupação em superar o velho modelo econômico que ruiu em 1929, com a sexta-feira turbulenta da quebra da Bolsa de Nova Iorque e convocação da I Conferência Econômica Mundial, que deu nova feição ao capitalismo. As consequências danosas para o Brasil, até então prisioneiro do modelo exportador, reminiscência do velho mercantilismo que nos transformou em uma economia agrária, monocultora, foram terríveis e duradouros. Os primeiros anos do Governo Provisório implicaram no espetáculo dramático da queima de milhões de sacas de café como último recurso para enfrentar a perda do valor aquisitivo da moeda, a deterioração dos preços de nosso principal receita de comércio exterior e a suspensão do serviço da dívida externa, avassaladora desde o primeiro empréstimo externo, em 1825, sem remissão por mais de um século.

Getúlio, o candidato derrotado nas urnas pela manipulação, chefe vitorioso da Revolução sem sangue de 1930, foi, sem dúvida, o homem que venceu as

próprias e adversas circunstâncias de sua retumbante vitória. Estas, contudo, viriam a agravar-se ainda mais e a torná-lo prisioneiro de seu próprio destino.

Restaurada a legitimidade democrática com a Constituinte de 1934, resposta cívica à oposição que em São Paulo se valeu – como nas palavras de João Neves da Fontoura – do “prélio pacífico das urnas”, transformado no “prélio terrível das armas”, outros embates estavam por vir. A “era dos extremos”, como a denominou o historiador inglês Eric Hobsbawn, faria aqui também suas vítimas. A epopéia da Aliança Libertadora Nacional transbordou seus propósitos na jornada de 27 de novembro de 1935, de tão trágicas e inomináveis consequências. As feridas então abertas fariam sangrar o País ainda por muitos anos e terminariam por arrastar o País às agruras primeiro do Estado Novo, do Tribunal de Segurança Nacional, do fechamento do Congresso e, logo em seguida, do *putsch* integralista de 1938.

Getúlio, o político, estava novamente sob o domínio das circunstâncias que desta vez não conseguiu domar. E a solução do regime de força, que no Brasil repetiu a alternativa polonesa do Marechal Pilsudski, marcou indelevelmente um dos piores retrocessos de nossa história política. Não foi o primeiro; e no regime republicano, reconhecamos, não seria o último, nem o mais duradouro.

Nem esse intervalo entre 1930 e 1937, denso, dramático e, sob muitos aspectos, sinistro, foi capaz de abater a força renovadora que o movimento de 1930 e a geração que a liderou, Getúlio à frente, tinham desencadeado no País letárgico, conformado e submisso de pouco anos antes. Getúlio Vargas tinha a volúpia de transformar e de modernizar o Estado, uma chama votiva que nele nunca se apagou. Medidas como o Código de Águas, a criação dos Institutos de Previdência, as agências econômicas como o Departamento Nacional do Café, o Instituto Brasileiro do Sal, a Fábrica Nacional de Motores, o Instituto Nacional do Mate, o Instituto Nacional do Pinho, além do Instituto do Açúcar e do Alcool, a criação dos Territórios Federais, do Conselho Nacional do Petróleo, da companhia Vale do Rio Doce e, mais tarde, da Companhia Siderúrgica Nacional e da Companhia Nacional de Alcalis, mais do que marcos, foram símbolos de um País que tinha a ânsia de crescer, impulsionado pelo ânimo de um governo que tinha a necessidade de se afirmar.

Os compromissos decorrentes dos acordos firmados pelo Brasil em Washington, no mundo então conflagrado por um dos piores e mais devastadores conflitos armados, marcaram o fim da dubiedade do político que se acreditava inclinado à contemporização e à passividade ante as ameaças externas estimuladas

por condições internas extremamente adversas a que se somavam parcelas ponderáveis e importantes de correntes imigratórias dos países do Eixo – Alemanha, Itália e Japão –, notadamente em São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O tributo de sangue pago pela presença da Força Expedicionária Brasileira no teatro de operações da Itália, tornou inevitável as manifestações internas pelo fim de um regime que não fincou nem poderia plantar raízes no país de tantas e tão reiteradas manifestações de inconformismo e de insubmissão.

Deposto no dia 27 de outubro de 1945, o ex-Presidente foi eleito, no pleito de 2 de dezembro do mesmo ano, nas eleições por ele mesmo convocadas, quando ainda ditador, Deputado por sete Estados e Senador por dois outros. A soma de seus votos era superior ao eleitorado de cada uma das unidades da Federação isoladamente, exceto o de Minas Gerais. Longe estava o país, seguramente, como longe devia estar ele de supor que, pela primeira vez em sua vida, depois de sua única ascensão ao poder pelo voto, ia cumprir-se o vaticínio de Ortega y Gasset em que o homem terminaria vencido por suas próprias circunstâncias. As “forças terríveis” que, segundo sua Carta Testamento, se desencadearam sobre ele, na foram capazes de impedir a nova leva de realizações no curto período que vai de sua posse, em 31 de janeiro de 1951, a 24 de agosto de 1954, data de sua morte. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, a Petrobrás, o Banco do Nordeste do Brasil e os alicerces da Eletrobrás, são demonstrações de sua permanente preocupação com os fundamentos de que o Brasil ainda hoje carece para a montagem de sua infra-estrutura que teve continuidade com o binômio preferencial de Juscelino Kubitschek, “Energia e Transportes” e seu Programa de Metas.

Entre os incidentes que precederam o clamor que se levantou contra o Presidente, em escala jamais vista, é preciso não esquecer o “Manifesto dos Coronéis”, instrumento político-militar em que seus signatários protestavam pelo fato de ter o salário mínimo de Cr\$380,00, congelado com este valor desde 1º de dezembro de 1943, ter sido reajustado, em 1º de janeiro de 1952, para Cr\$1.200,00, e, dois anos depois, em 4 de julho de 1954, ter dobrado de valor para atingir Cr\$2.400,00, Senador Mão Santa. Cinqüenta e um dias depois, sob ameaça de deposição, Getúlio Vargas saía da vida para entrar na História.

No dizer de sua neta, hoje lastimavelmente afastada das atividades que com tanto brilho exerceu desde que fundou o CPDOC, da Fundação que leva o nome de seu avô, e dirigiu o Arquivo Nacional, morreu não só o estadista, mas o empreendedor, título com que,

com precedente justiça, ela ornou o artigo que escreveu na edição de 21 deste mês no jornal *O Globo*, para lembrar a vida e a morte de um dos maiores e, seguramente, o maior e mais popular Presidente que o Brasil já teve.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros que assistem à TV Senado ou ouvem a Rádio Senado, neste dia, realizamos sessão de homenagem a Getúlio Vargas tendo em vista o 53º aniversário de sua morte, que ocorreu no dia 24 de agosto. Esta homenagem devia ter sido realizada naquele dia, mas, por razões superiores, foi transferida para hoje.

Há muitas formas de se reverenciar a figura histórica de Getúlio Vargas, personagem central da nossa experiência republicana, tendo nela desempenhado um papel até hoje não comparável ao de qualquer outro personagem. Ele encerra múltiplas características, algumas das quais, naturalmente, contraditórias. Assim, dependendo do ponto de vista e dos interesses, são inúmeras as possibilidades que ele oferece à análise de qualquer um.

Quanto a mim, prefiro enfatizar o que classifico de mais profunda e imorredoura contribuição getulista à construção do Brasil moderno. Reporto-me ao fato de ter sido ele o maior responsável pela introdução, em nosso País, do que modernamente chamamos de direitos sociais.

Com efeito, a histórica exclusão que sempre acompanhou nossa trajetória, estruturada desde os primórdios da colonização, não sofreu abalos consideráveis ao longo do tempo sequer com a nossa independência. Basta lembrar que, assegurada a separação da colônia de sua antiga metrópole portuguesa, de que decorreu o surgimento do Estado nacional brasileiro, manteve-se o abjeto regime da escravidão, demonstração cabal e irrefutável do caráter excludente de nossa formação social. Como se sabe, foi preciso que chegássemos ao século XIX para que, depois de tanta procrastinação, de tantos debates e de tanto esforço para que essa terrível chaga continuasse a manchar a Pátria, a Lei Áurea fosse assinada pela Princesa Isabel.

Todavia, também é prudente não esquecer que, por mais bem intencionada que fosse a Princesa Isabel, por melhores que fossem seus sentimentos – e não estou aqui colocando em dúvida os bons propósitos

da Regente –, a Lei Áurea apenas tornou ilegal, sob o ponto de vista jurídico, a escravidão no País. Dela não decorreu nada, absolutamente nada, que permitisse a efetiva inclusão, sobretudo em termos socioeconômicos, desses ex-escravos na sociedade nacional. Eliminava-se formalmente o instituto da escravidão, mas assegurava-se, pela omissão e pelos costumes, a permanência de grande parte da população brasileira na miséria e no desamparo, apartada de tudo que pudesse significar minimamente o que chamamos hoje de cidadania.

Por fim, e é importante frisar isso, a República, instaurada em 15 de novembro de 1889, foi incapaz de alterar esse quadro de frontal desigualdade. Não por outra razão, as idéias que incendeiam o País nos anos 20 do século passado, das quais o movimento tenentista se tornaria porta-voz, combatem radicalmente o estado de coisas em que o regime republicano se transformara: palco da mentirosa urna, calcada nas recorrentes fraudes eleitorais, no clientelismo mais deslavado e no coronelismo asfixiante. Ao cabo, essa República oligárquica constituiu-se em autêntico esteio de sustentação dos mais flagrantes mecanismos de exclusão.

Foi contra tudo isso que se fez a Revolução de 30, comandada por Getúlio Vargas. Foi empalmando a bandeira da moralidade política e da modernização dos costumes que o movimento se fez vitorioso e permitiu ao líder Getúlio Vargas chegar ao poder. Começava ali um novo capítulo da História do Brasil. Tinha início o amplo, complexo e difícil processo de modernização do País, a verdadeira modernização do País, ao qual o político gaúcho entregou-se – sem exagero – de corpo e alma.

Para um País acostumado a conviver tão-somente com uma democracia formal, Vargas foi o passo à frente. Ainda que convivendo com o mais grave cenário da crise que o século XX conhecera até então – iniciado com a falência do modelo liberal de capitalismo que a Grande Depressão pós-1929 escancarara, e culminado com o esgotamento dos regimes políticos liberais –, Getúlio compreendeu, com a clarividência que somente os grandes estadistas costumam possuir, a necessidade de incorporar ao novo Brasil que se pretendia construir as massas populares até então marginalizadas por completo.

Penso residir, Sr. Presidente, justamente nesse ponto o maior feito de Vargas: ao mesmo tempo em que eram dadas as condições para que o Brasil se industrializasse, incorporando-se efetivamente ao dinamismo e às exigências da economia mundial contemporânea, também haveria de oferecer-se ao capitalismo

brasileiro algo que nunca conhecera, ou seja, uma face humanizada, incluindo aí o trabalhador.

Daí dizer-lhes: há uma lógica extraordinária a imprimir e a moldar as ações da Era Getulista. Tão importante quanto lançar as bases da indústria pesada no País, de que a Companhia Siderúrgica Nacional seria o emblema incontestável, seria dotar a Nação de uma bem elaborada legislação social, pela qual fosse oferecida ao mundo do trabalho a proteção de que tanto carecia.

Assim, não se trata de mera coincidência a simultaneidade do contexto histórico em que surge a usina de Volta Redonda, marco insofismável da decolagem brasileira em relação ao futuro, e a Consolidação das Leis do Trabalho, a reconhecida CLT, que vige até o dia de hoje.

Imagine, Sr. Presidente, a notável diferença, a monumental mudança de percepção do valor do trabalho e de quem dele se ocupava. Enquanto na Primeira República, pela frase tão esclarecedora quanto denunciadora atribuída a Washington Luiz, “a questão social era caso de polícia”, com Vargas, ao contrário, reconhecia-se a dignidade do trabalho. Longe de mera retórica tratou-se de envolvê-lo com a adequada rede de proteção, a começar pelo indispensável conjunto de normas legais.

Por fim, mas não menos importante, registre-se a decisão política tomada em 1945, em meio ao ambiente turbulento que culmina com seu afastamento da Presidência da República. Ao preparar o País para a fase democrática que se avizinhava, Getúlio tratou de criar o Partido Trabalhista Brasileiro, o nosso glorioso PTB, de tanta história e ao qual eu tenho a honra de pertencer.

A criação desse Partido, rigorosamente distinto de todos os demais da época, expressava a exata compreensão dos novos tempos vividos pelo Brasil e pelo mundo. Tempos verdadeiramente novos, nos quais o proletariado passava a ter presença cada vez mais ativa no campo político. Em vez de caudatário das lideranças políticas tradicionais, no mais das vezes expoentes de elites distantes de seus interesses específicos, a nascente classe operária brasileira passava a contar com uma agremiação partidária que lhe dizia respeito diretamente, sem a necessidade da intermediação alheia – de quem quer que fosse.

Ademais, com o PTB, era oferecida às camadas mais simples da população, para as quais as condições de vida eram muito mais difíceis, a possibilidade de contar com um instrumento de ação político-eleitoral próprio, plenamente identificado com as condições brasileiras e afastado das correntes ideologicamente radicalizadas.

É esse o Vargas que fica, o Vargas que coloca o Brasil no compasso econômico do mundo moderno, que nos apresenta a contemporaneidade, que nos ensina a ser a cidadania muito mais que a simples oportunidade de votar e de ser votado, que os direitos fundamentais da pessoa humana não se restringem, muito menos se esgotam, no âmbito da política.

Enfim, o Vargas que antecipa o futuro e que, ao dotar o País – de forma inédita, pioneira e profunda – dos direitos sociais, nos faz mais brasileiros e mais cidadãos.

Sr. Presidente, para encerrar o meu pronunciamento, quero ler a Carta-Testamento que Getúlio, em homenagem aos brasileiros, principalmente aos trabalhadores, escreveu de próprio punho antes de dar um tiro no seu peito, tirando, portanto, a própria vida.

Palavras da Carta-Testamento:

Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se novamente e se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao Governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se às dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a Justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruíra os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam *[vejam bem, naquela época]* até 500% ao ano. Nas declarações de valores de que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão

sobre a nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a forme bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação.

Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será vossa bandeira de luta. Cada gota do meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna.

Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue terá o preço do meu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

Sr. Presidente, quero concitar a todos os brasileiros e brasileiras que nos ouvem e nos vêem pela Rádio e TV Senado, para que, numa homenagem a Getúlio Vargas, tão deixado de lado de propósito por governantes, seja homenageado por meio de uma mobilização nacional de filiação ao novo PTB – que nós queremos começar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são passados 53 anos da trágica morte daquele que foi, sem dúvida, o maior estadista brasileiro do século que passou. Aliás, eu

poderia dizer o maior brasileiro da História do Brasil: o Presidente Getúlio Vargas.

Estamos aqui reunidos para prestar nossa homenagem a um homem público extraordinário, que, por vinte anos, com muita lucidez e competência, comandou este País.

Getúlio Vargas teve uma vida movimentada. Aos 42 anos, em 1930, liderou uma revolução vitoriosa contra os dois mais poderosos Estados da Nação que vinham se sucedendo na Presidência da República. No poder, levou adiante as alterações no campo social e no da economia que acabaram por mudar a face deste País.

Quando Vargas assumiu o poder, no início da década de 30, a pecuária contribuía com 40% da produção nacional contra apenas 10% da indústria. Quando ele deixou o Governo, em 1954, a indústria já respondia por 30% da produção nacional.

Vargas faleceu tragicamente, levado ao gesto extremo por uma impiedosa campanha de difamação, que foi movida pelos grupos golpistas da imprensa e da política e por militares. Falava-se, naquela época, que estaríamos mergulhados num verdadeiro mar de lama. Dizia a imprensa que havia grossa corrupção no governo do Dr. Getúlio.

Agora, com a passagem do tempo, acresçamos a necessária isenção para analisar aqueles fatos históricos. Sabe-se hoje que tais denúncias eram falsas, pois devo dizer que foram mais do que comprovadas a honra, a dignidade e a decência do Dr. Getúlio Vargas. Do mar de lama, ficou provada a honradez do Dr. Getúlio.

Ele foi, durante 20 anos, Presidente da República. Quando se abriu seu inventário, ele tinha, nos seus bens, metade do que seu pai lhe tinha deixado. Seu pai era muito rico, fazendeiro de São Borja. Metade do que ele recebeu, deixou para os filhos. Ele não tinha uma casa onde morar no Rio de Janeiro – 20 anos como Presidente da República – nem em Porto Alegre. Ele não tinha casa em lugar nenhum, a não ser a de São Borja, do seu pai.

Quanto à acusação contra ele, a imprensa nacional nunca aceitou sua volta ao poder. Nunca aceitou! E a oposição era de um radicalismo total. O crime cometido é que o Banco do Brasil deu um empréstimo para o Sr. Samuel Wainer fundar um jornal, **A Última Hora**. Aí sim, Samuel Wainer, um homem que não tinha tradição, àquela época os jornais eram todos de história de famílias de grande potencialidade, **O Correio da Manhã**, o **JB**, **O Estadão**, daqui a pouco aparece um jornal mais moderno nas mãos de um cidadão que não tinha história, que não tinha biografia. Isso não perdoaram.

E um guarda-costas do Dr. Getúlio, que veio com ele de São Borja, fazia recomendações à “a”, “b” ou “c”, gente de segunda categoria do ponto de vista da economia, que poderia ter levado algum dinheiro do Banco do Brasil. Absolutamente nada!

Quando vemos agora as acusações, a decisão de ontem do Supremo com relação ao que houve a respeito desse Governo, quando vemos o que houve com relação ao Governo anterior, vemos a dignidade, a honestidade, a seriedade do Presidente Getúlio Vargas.

Nem um membro do seu Governo, nem um membro da sua família, nem um membro de coisa nenhuma teve qualquer tipo de envolvimento. No entanto, Lacerda e a grande imprensa praticamente o demoliram. Tanto que a revolta foi tão intensa que ele preferiu a renúncia ao confronto.

Quando o Dr. Tancredo, Ministro da Justiça, naquela célebre reunião de madrugada de 24 de agosto, quando o General Zenóbio, Ministro da Guerra, que traiu o General Getúlio, Ministro da Guerra, que queria conversar com os ministros militares para fazer um entendimento para ele se licenciar, para apurar o que quisesse apurar e depois ele voltaria, se ele não tivesse provado nada, eles disseram: “Não, os militares exigem a sua renúncia; não tem volta”. O Dr. Tancredo, jovem, trinta e poucos anos, disse: “Presidente, o senhor me designa Ministro da Guerra, que eu mando lá meia dúzia, prendo aquela gente e garanto-lhe que terminou o conflito”. O Dr. Getúlio, alquebrado, magoado, machucado, já estava com a idéia da morte, não aceitou e foi ao suicídio.

Por ocasião de seu suicídio, milhões de pessoas saíram às ruas para lamentar a perda do grande líder. Em Porto Alegre, guri, estudante, lembro dos esforços que eu fiz para conseguir uma passagem, uma carona e fui a São Borja. Lembro-me do fantástico discurso de Tancredo Neves e de Osvaldo Aranha, seus dois ministros. Foram os discursos mais bonitos que ouvi na minha vida e a empolgação que tomava conta do Brasil.

Engraçado como é a sociedade e como é o povo... Vinte e quatro horas antes da morte, Lacerda tinha empolgado todos os rádios e havia um ambiente de ódio contra a corrupção imensa que havia no Brasil. Quarenta e oito horas depois, quando as coisas vieram à tona e se publicou o que realmente existia, o quebra-quebra, em Porto Alegre, foi impressionante. A sede da UDN foi depredada, queimada; as sedes dos jornais de Oposição foram dilapidadas. No Rio, em São Paulo, uma revolta nunca vista na morte de um Presidente. Os brasileiros mais humildes foram os primeiros a entender a grandeza do grande Presidente.

O que posso destacar hoje, passados mais de 50 anos daquele trágico episódio é que, infelizmente, a corrupção está crescendo entre nós. Basta uma simples leitura dos jornais para comprovar o que digo. Basta o resultado da sessão histórica do Supremo Tribunal, hoje, para verificarmos que chegamos ao fundo do poço.

Claro que o Supremo Tribunal está no momento mais empolgante da sua história, e ficarão marcados para sempre a sessão, a Presidente, os membros. Mas considero que, a partir da decisão do Supremo, nós, Congresso Nacional, Lula e o Poder Executivo, e o Poder Judiciário temos que fazer uma profunda reflexão: entendermos que todos temos que mudar a partir de agora.

Vejamos a vida de Vargas. Deputado Estadual, elegendando-se pela primeira vez aos 27 anos de idade, já eleito Deputado Federal, Ministro da Fazenda; em 1928 assumiu o Governo do Estado, no qual permaneceria até a Revolução de 1930; foi Presidente da República, em quatro situações diversas, por duas décadas; de 1930 a 1934, foi Presidente do Governo Provisório; de 1934 a 1937, foi eleito, democraticamente, pela eleição de 1934, numa eleição indireta; de 1937 a 1945, foi o Presidente do Estado Novo, num período que se pode entender, de certa forma, porque foi um período negro na história da humanidade: o comunismo na Rússia, o fascismo na Itália, o nazismo na Alemanha e, aqui no Brasil, a luta entre os integralistas fascistas e os comunistas com dois movimentos tentando dar um golpe e assumir o País.

Em 1935, os comunistas; em 1937, Plínio Salgado. Inclusive, avançaram e fizeram um tiroteio com o Presidente da República no Palácio do Catete, onde o próprio Getúlio Vargas e sua filha mais velha, de armas na mão, lutaram para defender o Catete. Com isso, não estou querendo defender a justificativa do Estado Novo – sempre achei ruim, não quero dizer nada –, mas houve uma circunstância em que o mundo inteiro parece que estava caminhando para esse lado.

De 1950 a 1954, governou com o mandato que lhe foi dado pelo povo, sem esquecer que ele foi derubado em 1945 e, logo depois, quando todas as forças se reuniram em torno de uma figura ilustre, que era o Brigadeiro Eduardo Gomes, Dr. Getúlio indicou – parece até que debochando de nós – para candidato a Presidente da República o Ministro Militar, Sr. Dutra. E quem coordenou, quem fez o golpe, quem o chefiou foi exatamente o General Dutra, que foi eleito pelo povo Presidente da República; isso nem o Brigadeiro, nem a UDN, nem as forças retrógradas, nem os militares comprometidos com aquela linha de pensamento aceitaram.

Desde a posse de Getúlio até a sua morte, foi uma rebelião só, foi uma conspiração só, permanente e constantemente: no Congresso, a UDN, com a banda de música; o Lacerda, com a imprensa de todo o Brasil; e os militares, Cordeiro de Farias e tantos outros, na linha do golpe, que conseguiram dar.

Getúlio teve uma visão pública, uma vida pública que se estendeu por quatro décadas, desde a sua eleição para a Assembléia do Rio Grande do Sul, em 1909, até seu trágico falecimento, em 1954. Não existe até hoje – repito – uma restrição que seja à sua biografia. Foi um homem público digno. Há o episódio do Estado Novo – que lamento, mas justifico –, mas, com relação à sua dignidade e à sua seriedade, ninguém pode dizer nada.

Essa unanimidade de que estou falando agora, porém, só veio com a passagem do tempo, com o fim dos rancores.

Lembro que ele morreu em 1954 e, em 1955, houve eleição; eleição para Governadores, eleição para o Parlamento... E a eleição era feita toda em cima da figura de Vargas, PST e PTB defendendo Vargas e UDN combatendo Vargas.

Agora é fácil elogiar Vargas. Todos os grandes veículos de comunicação do Brasil exaltam com frequência sua gestão. Os acadêmicos mais respeitados do País vêem nele o administrador público que fundou o Brasil moderno. A verdade é que, sem as obras que ele fez na economia, na legislação trabalhista e na infra-estrutura, o Brasil não seria a grande nação que é hoje.

Muita gente diz que em muitos aspectos se pode analisar o Brasil antes de Vargas e o Brasil depois de Vargas. O Brasil antes de Vargas era um país-colônia, que não dava passo nenhum rumo ao desenvolvimento. Quando ele largou, o Brasil era um país em plena busca do progresso e de uma vida mais moderna.

Getúlio Vargas foi o Presidente que impulsionou uma legislação trabalhista, muito avançada para a época, ao criar a Consolidação das Leis do Trabalho. Eu digo o seguinte: um homem que estava no poder com força total, com autoridade total, teve a visão de fazer uma legislação para os trabalhadores muito além do que eles imaginavam. Eu até digo que algumas coisas não foram positivas para a formação do espírito do povo brasileiro: essa é uma. Nos Estados Unidos, cada uma das leis (da legislação social) foi conquistada na marra, na luta, na briga dos trabalhadores com os policiais. Na Europa, a mesma coisa. No Brasil, não! Os trabalhadores ganharam praticamente de graça a lei das oito horas, salário mínimo, aposentadoria, pensão... Tudo isso eles ganharam sem lutar. E, até hoje, eu digo que, de certa forma, os trabalhadores não se

compenetram de que a isso se deve dar a devida responsabilidade.

É o que eu tenho dito: o Brasil foi descoberto por acaso; não tivemos luta de independência – tivemos a Inconfidência Mineira que não deu em nada! A Independência foi um rei que disse: “Bota essa coroa na sua cabeça antes que um outro pegue”. Foi de pai para filho. A República foi um golpe de Estado! Não que ela não seja importante, mas a maneira como ela foi adotada... O povo não sabia! O povo não participou! Não houve um movimento pela República... Não houve! De repente, saiu; os generais entraram, com um Presidente da República doente, gasto e envelhecido; a Princesa Isabel sem o controle da situação... Saíram por ali e proclamaram a República: um golpe de Estado.

Dentro desse contexto é que eu digo que está na hora de nós lutarmos. O povo brasileiro agiu muito bem quando saiu às ruas exigindo “Diretas Já!”. E eles conseguiram ir às ruas lutar pelas “Diretas Já”. A classe política não tinha conseguido isso, nem iria conseguir.

Quando caiu a emenda Dante de Oliveira neste Congresso, no Rio Grande do Sul, companheiros riam e batiam na minha cara: “Está vendo? E agora? O que vocês vão fazer? Vocês não diziam que não seria preciso luta civil, guerra civil, guerrilha, luta, nada, que com democracia, nas ruas, o povo iria conquistar as eleições diretas e afastar os militares? Olhe aí, terminou”.

E não fomos nós, mas os estudantes que lotaram a praça, que nos cercaram... Convenceram o Dr. Ulysses, que era contra, contra, contra o colégio eleitoral, que tínhamos que ir ao colégio eleitoral. Fomos à Arena, e rachou a Arena. E um grupo que estava lá fechado, numa boa, entrou numa aventura que poderia dar certo – mas o normal é que desse errado.

É o que eu acho que deve ser feito agora: o povo deve ir à rua; os jovens devem ir à rua. Não para lutar, mas para exigir e cobrar do Congresso as reformas que devem ser feitas e, do Supremo, agilidade naquilo que começou ontem.

Com Vargas o Estado brasileiro virou promotor do desenvolvimento econômico. Foi a administração comandada pelo estadista gaúcho que impulsionou o avanço da nossa economia por muitos anos, com índices extremamente elevados.

Vargas fundou a Petrobras com um golpe de genialidade, porque a imensa maioria da classe burguesa era contra. Ele enviou para esta Casa um projeto que previa a criação da Petrobras. Mas não era monopólio. Soube-se depois que o Dr. Getúlio combinou com um Deputado da UDN da Bahia, exatamente da UDN, não do PTB ou do PSD, e depois o Getúlio mandou votarem uma emenda, e criou a Petrobras.

Criou o BNDES. Vamos ver a história da economia brasileira para ver o papel do BNDES. Criou a Companhia Siderúrgica Nacional.

A história conta que o Presidente Roosevelt veio ao Brasil quando os nazistas afundaram os navios na costa brasileira. Muita gente hoje fica a se perguntar por que os nazistas fizeram aquilo, se o Brasil não estava na guerra, como a Argentina, que não ficou nem de um lado nem do outro até o fim, vendendo comida para o americano, o inglês, o italiano e o alemão até o fim. A Argentina saiu milionária da guerra. Tinha barras de ouro que é uma coisa fantástica. O Brasil não estava na guerra. Por que o Hitler mandou derrubar os navios brasileiros? Aí o Brasil entrou na guerra. Não digo nada, mas é um episódio que até hoje não está esclarecido.

Quando Roosevelt veio aqui, a Natal, assegurar com o Dr. Getúlio que o Brasil entraria na guerra – parece brincadeira, mas é verdade –, o americano se comprometeu com a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. E foi aí que o Brasil começou a fabricar aço. A primeira grande empresa da História do Brasil, a Companhia Siderúrgica Nacional, nasceu de um *tête-à-tête* do Presidente com o Presidente americano. Os americanos não queriam dar. Não saía, e era capaz de levar não sei quantos anos sem sair. Saiu na troca, já que o Brasil tinha que entrar na guerra. Botaram uma faca no peito do Brasil, pois a imprensa nacional estava demolindo com os nazistas, que tinham derrubado os nossos navios, assassinado a nossa gente. Aí veio a Companhia.

Criou a Companhia Vale do Rio Doce. Lá atrás ele previu a importância e criou a Vale do Rio Doce, que o Governo passado vendeu por 3,5 milhões. Hoje ela vale 80 bilhões. Não estou defendendo a criação de uma força para reestatizar a Vale do Rio Doce. Não digo isso, meu nobre companheiro Mercadante, mas digo que um dia nós teremos que debater, analisar e fazer a história do preço pelo qual ela foi vendida. Isso nós vamos ter que fazer, não tenham nenhuma dúvida. Mais dia menos dia essa auditoria vai ter de ser feita, e aí vamos pedir na Justiça o que estão nos devendo, que não nos deram na época. Criada por Getúlio a Companhia Vale do Rio Doce!

Com a substituição de importações, ele alavancou a nascente indústria nacional a fim de reduzir a alta dependência brasileira de produtos vindos de fora. O Brasil não produzia nada! O que se queira imaginar vinha do exterior.

E a atuação do Presidente Vargas na área social? Antes de sua chegada ao Governo Central, nossa atividade econômica era centrada na produção agrícola. Os fazendeiros detinham o poder político e qualquer

questão social era resolvida com o tratamento policial. Questão social era questão de polícia. A partir de 1930, a questão social passou a ser uma preocupação de Estado.

Com o acelerado processo de urbanização e industrialização, surge na política internacional uma nova entidade: o operariado. Começa a formar-se no País uma classe média. Antigamente havia apenas o rico e o pobre; sem nenhuma intermediação. A partir da industrialização, passamos a ter o operariado e a classe média passa a existir no Brasil.

Getúlio Vargas surge no cenário nacional ao derrubar a República Velha, ao pôr fim à política do café-com-leite, que consistia no revezamento na Presidência da República de homens saídos dos dois mais populosos Estados: Minas e São Paulo.

Aliás, a República teve um início lamentável entre nós: os partidos não existiam e as eleições eram fraudadas. Sucediavam-se sem cessar as sublevações nos Estados, onde governavam as oligarquias que haviam se formado durante o Império.

Interessante salientar que a Revolução de 30 foi feita contra a chamada dupla café-com-leite. A eleição não tinha partido, não tinha nada que tivesse peso. Era a política dos governadores. O Presidente da República fazia uma consulta e depois se dirigia aos Governadores pedindo que cada um dissesse o que queria. E o Presidente sempre saía de Minas e São Paulo.

Quando chegou a vez de Minas indicar seu Governador, São Paulo, cujo Governador, Washington Luís, era paulista, quis manter-se no Governo, quis que o próximo Presidente da República, em vez de ser o Governador de Minas, fosse o Governador de São Paulo. Então, Paraíba, Minas Gerais e Rio Grande do Sul se rebelaram e fizeram a Revolução de 30, contra a bipolaridade Minas-São Paulo.

Agora não há bipolaridade. Agora é São Paulo, sempre São Paulo. É claro que não é café; agora é café, automóvel, avião, tudo que se quiser, pois São Paulo produz de tudo. Mas o Presidente da República é sempre de São Paulo: Fernando Henrique duas vezes e Lula duas vezes. Agora estão dizendo que chegou a vez do Serra.

Essa é uma questão que vamos ter que discutir. Será que, depois de dezesseis anos, não temos que fazer uma alternância com outro Estado? Com Minas Gerais, por exemplo, que está há tanto tempo fora.

É interessante destacar que Vargas comandou o Brasil durante três das décadas mais sangrentas do século XX, época de extremismos políticos, de fanatismos ideológico e uma guerra devassadora.

Durante os anos de Vargas no poder, ganharam terreno o nazismo, o fascismo, Hitler, Mussolini, o fran-

quismo na Espanha – eu já estava me esquecendo da luta de Franco na Espanha, com uma ditadura violenta que durou uma infinidade – e o stalinismo da então União Soviética.

O Brasil não escapou dessas paixões. Houve aqui, repito, uma tentativa de levante comunista, em 1935, e uma outra, de direita, com o ataque dos integralistas, em 1937, ao Palácio da Guanabara.

Para muitos que acompanharam sua trajetória, Vargas não se deixava arrebatar por paixões políticas ou ideológicas. Era sereno, como querem alguns, ou frio, como dizem outros. Segundo os que conviveram com ele, era homem de poucas palavras. Nem mesmo seus auxiliares mais próximos sabiam o que lhe passava pela cabeça. Mascarava suas reações e sabia manipular até mesmo os políticos mais experimentados.

Contam que havia, na época, uma dissidência longa, uma briga entre João Neves da Fontoura e Osvaldo Aranha. Eles eram os grandes líderes da Revolução de 30, que estavam com Getúlio no Governo do Rio Grande do Sul e que vieram para cá e estavam no Governo. Dizem as más-línguas que o Dr. Getúlio meio que simulava um com o outro, para que nenhum dos dois ganhasse a supremacia.

Então, Osvaldo Aranha estava almoçando com o Dr. Getúlio no Catete e começou a falar mal do João Neves, e o Dr. Getúlio dizia: “Tu tens razão. Tu tens razão”. Foi assim o tempo todo. Daí a uma semana, o Dr. João Neves estava almoçando com o Dr. Getúlio no Catete e falava mal do Osvaldo Aranha, e Getúlio dizia: “Você tem razão. Você tem razão. Você tem razão”. Saíram, e a esposa do Dr. Getúlio disse: “Eu não entendo, Getúlio! O Neves veio aqui, você deu toda a razão para ele! O Osvaldo veio aqui, você deu toda a razão para ele! Eu acho isso errado”. Dr. Getúlio virou-se para sua esposa e diz: “Sabe que você também tem razão!”

O Presidente Vargas, bem-humorado, sabia apreciar as piadas que faziam a seu respeito e se divertia com as charges no jornal. Era a época célebre do teatro de comédia, em que 99% dos comediantes faziam piadas e charges do Dr. Getúlio, e ele dava gargalhadas: ria, gostava delas e não tinha nenhuma preocupação com isso. Não era homem de guardar mágoas ou rancores.

Derrotada a Revolta de 32, ele soube aproximar-se da elite paulista, que lhe fizera forte oposição, mas que estava interessada em participar dos projetos econômicos que ele projetava para o País. Colocou sempre os objetivos nacionais acima de seus interesses particulares ou regionais.

Isso é interessante. O Rio Grande do Sul teve dois Presidentes: Vargas, com 20 anos, e o Dr. João Gou-

lart e teve mais o Geisel e o Médici no regime militar. Nenhum desses homens deu um copo d'água para o Rio Grande do Sul. Era uma vergonha fazer alguma coisa pelo Rio Grande. Dizem que, quando ele ganhou a Revolução de 30, dias depois veio toda a turma de São Borja, que foi a turma que alimentou, que deu o gado para os caras comerem, para uma reunião com o Dr. Getúlio. Aí, o Dr. Getúlio disse para o pessoal de São Borja: "Agora nós já ganhamos, agora nós estamos aqui. Vocês me digam o que eu posso fazer para ajudar São Borja". Um fazendeiro mais novo, mais jovem, disse: "Dr. Getúlio, há a ponte com a Argentina". E o Prefeito intendente de São Borja na época disse: "Cala a boca, rapaz. Dr. Getúlio, agora o senhor pensa no Brasil, de São Borja e do Rio Grande nós cuidamos". Dito e feito, a ditadura militar, não sei quantos anos depois, é que foi fazer a ponte. Não saiu ponte nenhuma, porque o Dr. Getúlio Vargas não deu um copo d'água para o Rio Grande do Sul, porque o gaúcho tem uma espécie de pudor. Ele olha para o Brasil e acha que o Rio Grande deve se virar.

Cá entre nós, Dr. Juscelino, um homem fantástico, mas Minas foi uma antes de Juscelino e outra depois de Juscelino, porque ele começou olhando para a casa dele: as estradas, as empresas, a energia elétrica, Furnas e Três Marias. Ele fez muito pelo Brasil. Juscelino fez muito mais pelo Rio Grande do Sul do que os presidentes gaúchos, mas fez mais pela terra dele.

Com Getúlio Vargas, a atividade política passou a incorporar novas forças: o sindicato de trabalhadores, a classe média e a burguesia empresarial.

O próprio serviço público passou a ser organizado com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – Dasp –, iniciativa que não teve similar nos demais países latino-americanos.

Repito: surgiram com Getúlio a Petrobras, a Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional.

Outra importante iniciativa de Vargas foi a criação das aposentadorias e pensões do INSS, que se constituem, hoje, num dos melhores sistemas de distribuição de renda do mundo inteiro.

Cá entre nós, não se criou, depois, nenhum órgão semelhante ao BNDES, que continua o mesmo, uma grande instituição por meio da qual o Governo pode fazer justiça social.

Não custa lembrar que foi Vargas quem estabeleceu o salário mínimo, a maior conquista de todos os tempos no Brasil da parcela mais desfavorecida da nossa população.

Por isso, caso único que conhecemos na história no mundo inteiro, depois de ser deposto e passados quatro anos querendo-se liquidar com a imagem dele, Getúlio, em 1946, contribuiu para a eleição de Dutra e

foi eleito Senador por dois Estados – naquela época, podia – e Deputado Federal por sete Estados.

Ele foi para o Senado assumir sua cadeira, mas a Oposição demoliu-o, fazendo uma guerra tão grande que ele resolveu ir embora para São Borja e não voltar mais. Ele só voltou eleito Presidente da República. Seu segundo mandato – estou encerrando, Sr. Presidente – começou nos anos mais belicosos da chamada Guerra Fria, que dividiu o mundo em duas facções: uma pró-Estados Unidos e outra pró-União Soviética.

Sr^{as} e Srs. Senadores, encerro lembrando que, até Getúlio Vargas, este País havia tido um grande estadista: Dom Pedro II, que conseguiu levar o seu longo reinado num clima de concórdia e respeito. Mas a tarefa levada adiante pelo político sul-rio-grandense foi de tal magnitude, que, sem dúvida, ele merece seu lugar entre os grandes estadistas de nosso País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Durante o Discurso do Sr. Pedro Simon, O Sr. João Vicente Claudino, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Epitácio Cafeteira.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira. Bloco/PTB – MA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o ideal seria que pudéssemos estar aqui sempre recordando não este dia que hoje marca a morte de Getúlio, mas sim o dia 19 de abril, quando Getúlio nasceu, ele que é um dos principais presidentes da nossa História.

Getúlio, a despeito de todas as polêmicas a seu respeito, é, inegavelmente, um marco na República Brasileira.

Mais que isso, a sua passagem pela Presidência foi um ponto de viragem inquestionável, somente igualada pelo Presidente Juscelino Kubitschek e a modernização econômica que conduziu.

Neste pronunciamento, pela própria riqueza da vida e da atuação política de Getúlio, já tão bem historiada aqui pelo Senador Pedro Simon, concentrar-me-ei em seu primeiro período como Presidente, que se estende de 1930 a 1945 e que, por si só, é relevante para percebermos como um líder que não se omite em governar é capaz de introduzir mudanças fantásticas em um país.

Getúlio Vargas foi importante na medida em que transformou o Brasil, modernizando-o.

Se o processo revolucionário desencadeado na década de 30 foi obra de um grupo bastante heterogêneo, Vargas conseguiu não apenas se sobrepor aos interesses locais, mas soube também estabelecer as bases para erguer o Brasil que conhecemos hoje.

Evidentemente, como bem demonstram inúmeros historiadores, foram muitas as conquistas da chamada Era Vargas. Quero aqui lembrar apenas algumas das medidas que propiciaram ao País lançar as bases de seu desenvolvimento econômico e social.

Em primeiro lugar, em um quadro de terrível turbulência mundial, infinitamente maior do que a que vivemos hoje – pelo contrário, vivemos um quadro em que as turbulências são menores e em que o mundo como um todo progride –, naquela época, o Presidente Vargas não se amesquinhou e promoveu esforços para industrializar o País.

Getúlio, apesar de ser um defensor ardoroso dos interesses nacionais, foi suficientemente pragmático para entender que o desenvolvimento não pode prescindir de capitais estrangeiros.

Esse é um engano que às vezes fazem de que Getúlio seria contra o capital estrangeiro. Em absoluto, em absoluto. Ele não foi contra, pois sabia que os capitais estrangeiros são importantes.

Em segundo lugar, promoveu a incorporação de grupos sociais urbanos ao processo político, incluindo-se aí o estabelecimento de direitos sociais como os consignados na Consolidação de Leis do Trabalho.

Em terceiro, houve a sincera preocupação de modernizar e expandir o sistema educacional como, por exemplo, o estabelecimento do Estatuto das Universidades, em 1931, que visava criar condições de pesquisa e desenvolvimento científico. Ainda nessa linha, buscando dotar o Brasil de informações e estatísticas confiáveis, Getúlio criou o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1938.

Ainda há um outro ponto que citaria como o quarto. São as reformas políticas consideráveis com a criação da Justiça Eleitoral, designada para fiscalizar as eleições e também da Justiça do Trabalho. Também promoveu mudanças de largo alcance no sistema eleitoral, tornando o voto obrigatório e secreto, e instituindo o direito de as mulheres votarem.

Em quinto lugar, a criação do Dasp – Departamento Administrativo do Serviço Público – representou a primeira iniciativa para racionalizar e profissionalizar a administração do Estado. Neste exato momento, em que alguns pretendem impor ao País os chamados “trens da alegria”, ou criar, a torto e a direito, cargos de confiança, é bom lembrar a iniciativa varguista de

dar racionalidade ao Estado. A lição de Getúlio é mais atual do que nunca.

Por fim, não poderíamos deixar de lembrar sua contribuição na área da indústria de base e infraestrutura, axiais para garantir a entrada em nossa economia na era industrial.

Nessa época, foram criadas a Companhia Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco – Chesf – e, no seu segundo Governo, a Petrobrás.

A verdade é que somente um verdadeiro estadista, como o foi Getúlio Vargas, poderia ter transformado o sonolento País da década de 1920 em uma potência sul-americana. Não é à toa que, nos anos 40, ao ver o ciclo de desenvolvimento levado a cabo no Brasil, o escritor austríaco Stefan Zweig tenha escrito a obra **Brasil, um país do futuro**.

Para sustentar o que digo, quero trazer aqui duas informações significativas sobre a economia e educação.

A indústria nacional cresceu, entre 1933 e 1939, 11,2% ao ano e, entre 1939 e 1945, 5,4%. Essas taxas, dignas de um “tigre”, foram obtidas durante os mais anos mais recessivos da história da humanidade.

Em termos de escolaridade, o índice dos que concluíram o antigo ensino primário passou de 9% – ridículos 9%, na década de 20, para 21%, em 1940 – ainda números bem ridículos, mas vejam o saldo de 9% para 21%. Além disso, entre 1929 e 1939, o número de alunos no ensino superior cresceu 60%.

Evidentemente, nem tudo foram flores no período. Apesar das realizações que levaram o Brasil para o século XX, Getúlio governou boa parte do período que vai de 1930 a 1945 sob regime de exceção. Os seus acertos, é claro, não justificam os seus erros, mas mostram que mesmo os mais competentes administradores não são infalíveis.

Getúlio, deposto em 1945, em razão das circunstâncias internacionais que reclamavam o retorno da democracia, voltaria ao poder, desta vez eleito, em 1950.

O seu legado mais significativo, no entanto, se encontra naquilo que realizou durante a década de 30 e a primeira metade da década subsequente.

Ainda hoje, podemos afirmar, sem distinção partidária, que todos nós, em gradações diferentes, somos herdeiros do que ele fez por este País.

Sr. Presidente Senador Epitácio Cafeteira, a ligação de Getúlio com o meu Estado foi importante, que fez com que Juscelino Kubitschek viesse logo após Getúlio Vargas e transformasse o Brasil em uma nação moderna.

A grande lição de Getúlio Vargas, mais do que todas as suas realizações, foi o profundo e inesgotável amor demonstrado pelo Brasil. Isto é, sem sombra de dúvida, o que de mais importante todos precisam aprender com ele. Que Getúlio seja sempre lembrado, sim, lembrado pela importância que teve como estadista que soube ouvir, especialmente, as camadas mais humildes do País – os trabalhadores – e criar bases fortes para a industrialização que o País veio a conhecer, a partir especialmente dos anos 50.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira. Bloco/PTB – MA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, registro que é muito estranho esse comportamento do nosso País. Aqui registramos o 53º aniversário de falecimento de Getúlio Vargas, uma figura da História.

Vejo dois pontos cruciais. Seria muito natural que, numa sessão plena de Parlamentares, convidados, e pessoas da sociedade brasileira aqui acorressem, alguém fosse àquela tribuna para, eventualmente, criticar Getúlio, lembrar as atrocidades da ditadura que ele liderou de 1937 a 1945; e que, porventura, nessa outra tribuna, aparecesse alguém para dizer dos méritos desse que foi, sem dúvida alguma, para mim, o maior estadista que a República brasileira já produziu.

Mas, nas nossas sessões solenes, não aparece ninguém para fazer a ponderação pelo contraponto e não cultivamos a figura da História. É como se Getúlio Vargas não tivesse tido importância nenhuma. E ele teve muita importância no que fez de bom e no que fez de mal, na negociação absolutamente genial com os Estados Unidos quando da entrada do Brasil ao lado dos aliados na guerra contra o eixo nazi-fascista, obtendo a Companhia Siderúrgica Nacional, obtendo vantagens comerciais que fizeram o Tesouro brasileiro se abarrotar de U\$3 bilhões, que, infelizmente, depois foram gastos em supérfluos ao longo do quinquênio do Marechal Eurico Gaspar Dutra – chicletes de bola, materiais de plástico; nada que tivesse a ver com a infra-estruturação do desenvolvimento brasileiro.

Então Dutra não teria tamanho perto de Getúlio Vargas, que, para mim, era maior do que todos os demais; maior do que Juscelino se nós pegarmos as duas eras. Não se fala em Era JK – e admiro muito Juscelino Kubitschek – mas se fala em Era Vargas. Mas poderia alguém dizer que esse estadista que reconheço, foi no governo dele que se entregou Olga

Benário aos nazistas de Adolf Hitler, na Alemanha. Esse é um pecado que a História tem que registrar. É muito mais fácil culpar Filinto Müller que era o sicário, mas o sicário seguia ordens do ditador. E o ditador é o ditador, e com ditadura eu não concordo nem que porventura o papel de ditador coubesse a mim.

Eu registro ainda assim que Getúlio Vargas é a grande figura da República brasileira. Modernizou, pela industrialização, uma economia que era basicamente rural. O Brasil passou a viver, a partir daí, as vantagens e os problemas que a industrialização acarreta, inclusive, com o esvaziamento do campo, o crescimento ou inchaço das cidades.

Senador Paulo Duque, já que tantos de nós estamos aqui a falar de Getúlio Vargas, e sempre pelo viés do passado, eu registraria algo que talvez merecesse ser meditado por quem hoje dirige o Ministério do Trabalho, por quem hoje dirige o Ministério da Previdência, pelo Presidente Lula, pelo Partido dos Trabalhadores, pelas forças que compõe a base aliada do atual Governo.

Eu ouço dizerem e para mim isso seria um equívoco rematado que seria uma traição a Getúlio Vargas se promover aqui a reforma das leis trabalhistas, como se pudesse valer para o amanhã e para o hoje aquilo que foi um avanço do ontem – e o ontem já faz muito tempo. E não projetam o que pensaria Getúlio Vargas do episódio de reformas agora. Getúlio Vargas, se fosse Parlamentar como nós somos, Deputado ou Senador, se fosse Ministro do Presidente Lula, ou se fosse ele o Presidente da República, eu não tenho dúvida alguma de que uma de suas primeiras providências seria cobrar do Congresso a aprovação de ampla reforma das leis trabalhistas, que caducaram e que dificultam o emprego e dificultam o acesso ao mercado formal de trabalho e impedem, portanto, um crescimento brasileiro a taxas maiores.

Eu gostaria de homenagear Getúlio Vargas pelo seu sentido de futuro. Sendo assim, eu considero ser passadismo nosso imaginar que temos o dever de defender um legado que ele próprio – se vivo fosse –, não tenho dúvidas, ajudaria a derrubar, porque, se ele conseguiu ver o futuro àquela altura, ele não se voltaria para o passado se redivivo pudesse ser. Getúlio Vargas tinha, de fato, o talhe dos estadistas com os defeitos do caudilho. Tinha o corte do homem de Estado com o passado obscuro do ditador. Eu divido o Governo Getúlio em duas etapas muito claras, eu, que venho de uma família eminentemente trabalhista: meu pai foi Líder do PTB, aquele PTB de antes, e do Governo Goulart durante o Governo Goulart.

Divido o governo Getúlio Vargas em dois planos. Se eu fosse estudante à época em que ele era dita-

dor, eu teria enfrentado a ditadura dele, como fiz na Ditadura de 1964. Se porventura eu fosse Parlamentar, estudante ou o que fosse quando do seu governo constitucional, aquele que não foi ao fim por força de uma ação golpista coordenada por aquela figura genial, talvez o maior Parlamentar que este País já conheceu, Carlos Frederico Werneck de Lacerda, eu teria estado ao lado do golpeado, daquele que se suicidou, daquele que defendia a ordem constitucional e contra aqueles que tentavam dar o golpe. Divido isso com clareza.

Minha admiração por Getúlio é muito nítida. Eu o admiro como o maior estadista que a República já produziu, mas não perdôo o ditador. Considero extremamente corajoso e generoso seu ato de dar fim à própria vida, para impedir um golpe de estado no País. Tentaram fazê-lo em 1964 e em 1954, impedindo a posse de Juscelino Kubitschek, em 1955. O suicídio de Getúlio impediu que se implantasse uma ditadura dez anos antes. Nunca vi ninguém, com o sacrifício da própria vida, conseguir fazer refluir todo um clima no País, Senador Wellington Salgado, a favor de quem estava com ele e contra quem estava contra Getúlio Vargas.

Político habilidoso que sabia a hora, muito bafejado pelo destino, tinha a coragem da decisão, a paciência daquele que espera sua hora, quer chegue ou não, trabalhando para que chegue, registro, de maneira muito sincera, o que para mim deve ser um dever de cada um de nós. Estou aqui, na verdade, imaginando que estamos ajudando a fazer uma análise do período histórico que foi basicamente liderado por Getúlio Vargas. Não estou aqui para elogiá-lo. Não estou aqui para viver do encômio. Não sou viúva do Getúlio Vargas, até porque não sou viúvo de ninguém, por uma razão bem simples: não sou viúvo; sou casado. Graças a Deus minha mulher está muito bem viva. Não sou viúva. Então, não estou aqui para santificar Getúlio Vargas, porque quem fez o que fez com Olga Benário santo não era. Mas não era corrupto como Lacerda queria dizer. Um homem de poucas posses, de algumas posses, que não aumentou seu patrimônio em coisa alguma no poder. Ao contrário, deixou de ganhar dinheiro nas suas fazendas e perdeu dinheiro enquanto foi Presidente da República. Um homem de bem, mas um ditador; o estadista que soube negociar com os Estados Unidos a entrada do Brasil na guerra, ao lado da democracia; o estadista que cedeu vez a alguém eleito pelo voto direto quando a sua própria perspectiva de permanência no poder se exauriu. E aí Getúlio Vargas volta após o Governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra e tenta realizar, nos quadros constitucionais, um governo

impossível porque assediado pelo golpismo da União Democrática Nacional.

Gostaria muito que esta sessão fosse mais polêmica. Sou muito contraditório em relação a Getúlio. Senador Aloizio Mercadante, de uma coisa não tenho dúvida alguma: se Getúlio fosse vivo hoje, quereria reformas estruturais. Se Getúlio fosse vivo hoje, ele não aceitaria a esclerose das leis trabalhistas que aí estão.

Se Getúlio fosse vivo hoje, ele acharia ridículo alguém imaginar que está defendendo o patrimônio histórico dele, tentando sustentar a idéia de que ainda é válida a CLT, inspirada na *Carta del Lavoro*, do fascista Mussolini. Getúlio Vargas autoritário, Getúlio Vargas democrático, Getúlio Vargas estadista sempre, Getúlio Vargas ditador, o da Olga Benário, Getúlio Vargas corajoso e generoso, aquele que se suicidou para que o povo não amargasse uma ditadura a partir de sua queda no poder com a instalação da República do Galeão, numa tentativa de humilhar o seu Governo e os seus Ministros. Getúlio Vargas foi uma figura marcante; uma figura tão marcante, Senador Mercadante, que a nós todos nos influencia.

Naquela CPI dos Bingos, quando se falava na convocação do secretário particular do Presidente Lula, V. Ex^a se lembra de que eu fui contra. E fui contra precisamente porque eu dizia: temos que investigar toda e qualquer ligação de corrupção deste Governo, do Presidente ao contínuo do Palácio do Planalto, mas é muito grave nós ficarmos convocando uma figura tão próxima do Presidente – o secretário particular do Presidente –, porque isso me cheira um pouco a República do Galeão. Disse isso em sessão secreta e já não tenho por que manter secreta essa expressão.

Sr. Presidente, Getúlio Vargas influenciou quem hoje está aqui para, de certa forma, acertando ou errando, trabalhar o seu legado.

Muito obrigado. Era o que eu tinha a dizer.

Durante o Discurso do Sr. Arthur Virgílio, O Sr. Epitácio Cafeteira, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Vicente Claudino, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós estamos realizando uma sessão de homenagem a um Presidente da República que marcou a História

do século passado e cuja obra está presente ainda nos dias de hoje.

Getúlio Vargas começa a vida pública muito jovem. Foi Deputado estadual, Governador de Estado e, ainda com 42 anos de idade, liderou uma revolução que transformará o Estado, a economia e a sociedade brasileiras.

A Revolução de 30 representou uma mudança de etapa histórica no desenvolvimento do Brasil; ela se realiza no contexto de uma economia primária exportadora que era uma herança do período colonial, quando este País era basicamente uma economia que produzia minérios e alguns produtos agrícolas, particularmente o café, que representava, naquela década de 20, nada menos do que 60% das exportações brasileiras.

Com a crise de 1929, em um período muito rápido, o preço do café desaba e junto com ele o nosso balanço de pagamento, as nossas contas externas. E um País prisioneiro do modelo primário exportador era uma economia que precisava exportar para gerar capacidade de importação para abastecer todo o mercado interno. O padrão de consumo, especialmente da elite brasileira, estava totalmente dependente da capacidade de exportação e, em particular, do impulso da economia cafeeira, que permitia, na década de 20, imensa margem de rentabilidade para o setor.

O Brasil vinha, há uma década, estocando pelo menos um terço da produção anual de café; nossos estoques estavam abarrotados, e o acordo de Taubaté, de 1906, a política de valorização do café, permitiu que o Brasil mantivesse a rentabilidade e, ao mesmo tempo, fosse perdendo, de forma crescente, a hegemonia, a predominância que tinha nesse segmento da economia, que vai ficar evidente a partir da crise de 1929.

Getúlio destrói, portanto, o antigo pacto oligárquico do café com leite, e estabelece um novo padrão de governo, de visão de nação, e de impulso desenvolvimentista. O seu primeiro movimento foi o de tentar defender a economia cafeeira, que era o carro-chefe da economia brasileira e que sustentava as exportações. Ele faz uma política tipicamente keynesiana antes mesmo do Keynes ter escrito a **Teoria Geral**, o que vai fazer em 1932.

Getúlio manda comprar os cafés – em nossos cafezais, 33 milhões de sacas seriam colhidas –, manda colher, manda pagar os produtores rurais, emite meios de pagamento para sustentar a dinâmica da economia e manda queimar os estoques de café que vinham sendo acumulados ao longo de toda a década dos anos 20.

Com essa atitude, que aparentemente significava a defesa da economia cafeeira, na realidade, ele criou uma nova dinâmica econômica, e o País, em um momento de dificuldade de seu balanço de pagamento das suas contas externas, passou a substituir importações. E o Brasil, que já em 1934 era um País predominantemente industrial, deixou de ser uma economia primária exportadora e começou a viver uma etapa de industrialização, especialmente no setor de bens de consumo popular, de bens de consumo não duráveis. E aí o Governo de Getúlio passou a ter um papel absolutamente decisivo, que eu gostaria hoje de tratar com um pouco mais de profundidade do que foi discutido até o momento.

Getúlio tem três momentos em seu primeiro período à frente do Governo brasileiro: de 30 a 34, que é o Governo Provisório; de 34 a 37, que é o Governo Constitucional e de 37 a 45, que é o Estado Novo.

Do ponto de vista político, o que ocorre nesse longo governo de 15 anos? Ao emergir, o Governo se sustentava no movimento tenentista, em setores da classe média insatisfeitos com aquela oligarquia, com aquela aristocracia herdeira do passado escravista e colonial, e esse movimento tenentista, que vai sustentar a sua ação política, a sua ousadia histórica e a Revolução de 30, começa a se fragmentar no exercício do Governo. Pela direita, os integralistas acompanham Plínio Salgado e passam a construir uma ação de desestabilização do Governo Getúlio, que viria a ser acionado em 1937. À esquerda, Luiz Carlos Prestes lidera a constituição e o fortalecimento da marcha, da Grande Marcha, e da articulação da Coluna Prestes, e articula outro segmento político à esquerda, que vai, também, tentar o movimento de desestabilização do Governo Getúlio em 1935.

Portanto, pressionado pela Direita e pela Esquerda e incapaz de consolidar o Governo democrático e constitucional, quando ele supera o Governo Provisório – 34/37 – e estabelece esse período de confronto, Getúlio opta, por um Governo autoritário, um Governo que vai reprimir os movimentos sociais, um Governo que vai reprimir especialmente a Esquerda. Olga Benário é um exemplo, eu diria, emblemático do que foram as dificuldades da militância de Esquerda no período da História, mas seríamos simplistas se lêssemos esse período tão rico da nossa História apenas por essa dimensão inaceitável de fatos, que são comprovados historicamente e que, evidentemente, agridem os valores democráticos tão essenciais e tão caros à nossa História republicana.

Getúlio, como disse, consegue romper aquele modelo primário exportador, impulsionar um processo de substituição de importações e construir uma base

muito sólida do que seria o Estado nacional. O Getúlio vai trazendo para dentro do Estado os conflitos regionais de uma economia bastante fragmentada entre os complexos econômicos regionais.

O IAA, o Instituto do Alcool e do Açúcar, foi a forma de ele arbitrar o conflito que existia entre o Nordeste e São Paulo na produção do açúcar: cria um Estatuto do Alcool e do Açúcar, arbitra esse conflito, distribui as funções desses dois complexos regionais e, por meio do IAA, estabelece também um limite de quanto as usinas de açúcar poderiam produzir e estabelece que elas seriam obrigadas a comprar dos produtores independentes da pequena agricultura rural.

Com isso, ele não só organiza esse complexo, abre espaço para a pequena agricultura rural – que produzia açúcar para as grandes usinas, para aquela aristocracia –, arbitra em favor do setor da pequena agricultura familiar e, ao mesmo tempo, impulsiona esse segmento.

O mesmo ele vai fazer com o Instituto Brasileiro do Café, a mesma concepção de internalizar os conflitos de classe e regionais dentro do Estado, arbitrar e estabelecer uma política nacional. Ele vai fazer isso com conflito mais caro àquela época, que era exatamente o conflito Capital X Trabalho.

Getúlio traz para dentro do Estado brasileiro a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas, da CLT, estatuto jurídico de proteção do mundo do trabalho, que até hoje debatemos.

É inegável a imensa contribuição que deu na proteção do mercado de trabalho, na constituição de um mercado de trabalho nacional e na estatura de trabalho assalariado do País, que foi o último país a abolir a escravidão em 1888.

Getúlio cria o salário mínimo, um salário que ainda hoje é uma referência de grande debate neste País e é muito bom que a gente lembre esse período. Nos últimos quatro anos o salário mínimo teve um crescimento real de 32%. Ali, nos anos 40, enxergar com essa longevidade que era preciso ter uma base que organizasse o mercado de trabalho assalariado, que puxasse o salário de baixo, que diminuísse as desigualdades sociais, significava a visão de um estadista que enxergava longe, mas enxergava, sobretudo, os que abaixo dele estavam na sociedade.

Getúlio impulsiona, a partir da inspiração da Carta del Lavoro, que era um pouco o movimento corporativista e depois fascista italiano, uma estrutura sindical que, ainda que independente do Estado – e ele pretendia, assim como toda sua concepção e Estado nacional, dirigir, controlar os movimentos sociais –, era uma estrutura extremamente avançada para o tempo dele, estrutura que ainda hoje serve à

luta dos trabalhadores e ainda hoje nós não temos a mais plena liberdade e autonomia sindical. A unidade dos trabalhadores por meio dos sindicatos é que permitiu ao longo da sua história que os trabalhadores aumentassem sua participação na renda nacional, disputando salário, condições de trabalho e contrato coletivo de trabalho.

Portanto, tanto na organização dos complexos regionais, quanto na administração da relação Capital X Trabalho com a CLT e com o salário mínimo, com o Ministério do Trabalho, com o Ministério da Saúde, com o Ministério da Educação, essa concepção desse Estado contemporâneo nasce ali, no projeto nacional desenvolvimentista de Getúlio Vargas.

E Getúlio não apenas olhou aquilo que existia, reorganizou e deu impulso, como também apontou para um salto industrializante, que vai permitir, alguns anos depois, no Governo Juscelino Kubitschek, que hoje celebramos, no Plano de Metas 50 anos em 5, a constituição da grande base industrial moderna e contemporânea.

Getúlio criou a Fábrica Nacional de Vagões. Getúlio criou a Fábrica Nacional de Motores. Getúlio criou a Alcalis, a indústria química pesada, que daria sustentação aos insumos de base indispensáveis ao processo de industrialização.

Getúlio, é verdade, teve uma longa ambigüidade na definição tanto dessa pressão dos dois movimentos – a Direita e a Esquerda do seu Governo – quanto no plano internacional para onde ele se alinharia. Ele negociava com os alemães e com os americanos. No entanto, na entrada da guerra, ele consegue nacionalizar o subsolo. Este é um País que nasceu da cobiça estrangeira. Este é um País em que nos autodenominamos de brasileiros que eram aqueles que vinham aqui depredar a Mata Atlântica e levar os minérios para impulsionar o processo de início do capitalismo e do capitalismo mercantil na Europa.

Ele traz de volta as minas e o subsolo para o controle da Nação e do Estado e cria a Companhia Vale do Rio Doce. O subsolo, que foi a grande cobiça durante quatro séculos, volta a ser patrimônio do povo, da Nação e do Estado, sob o Governo Getúlio Vargas.

Ele cria a Companhia Siderúrgica Nacional, que, até hoje, é a maior siderúrgica da América Latina, haja vista que essa empresa seria indispensável para a indústria automobilística que viria logo a seguir com Getúlio Vargas. Não haveria o parque automotivo nem a industrialização pesada no Brasil, se Getúlio não tivesse apoiado a química pesada, a siderurgia e a mineração que dariam suporte ao grande salto industrializante no Brasil.

Portanto, na discussão sobre o que foi esse período da história, eu diria que não foi um período qualquer.

Por isso, mesmo que seu nome não seja lembrado como uma referência política obrigatória, ele sempre marcará a história do Brasil, com esses aspectos contraditórios, mas também com uma contribuição imensa ao grande saldo industrializante, à grande constituição do Estado Nacional, à formação do mercado de trabalho e a um projeto nacional desenvolvimentista. No plano da cultura, a Semana da Arte Moderna já anunciava a necessidade de este País deixar de se ver como uma colônia subalterna e submissa às grandes potências e se olhar como uma grande Nação, como povo, como Estado Nacional.

Quero concluir dizendo que é importante olhar esse período para entender o que aconteceria logo depois, no Governo Juscelino Kubitschek, e também para analisar o que foi o Governo Dutra e o Plano Salte – Saúde, Alimentação, Transporte e Energia. O Plano Salte, do Governo Dutra, era marcado por uma visão liberalizante da economia no tocante aos mesmos argumentos que ouvimos num passado recente: que aquele Estado Nacional, que aquela economia que estava sendo construída por Getúlio Vargas, que aquela participação do Estado Nacional que fazia parceria, com o capital nacional onde ele podia, ou com o capital estrangeiro onde ele não conseguia, que aquele Estado que tinha um projeto de Nação, começou a ser desconstituído no Governo Dutra.

Sáimos da Segunda Guerra Mundial acumulando reservas cambiais. Não tínhamos o que importar e exportávamos suportando o esforço de guerra dos aliados. Mas Dutra começou um programa absolutamente liberalizante. Pressionado pelo Plano Marshall, o Brasil teria de pagar todos os seus ativos e as suas dívidas acumuladas com a Inglaterra e outros países europeus.

O Viaduto do Chá, as ferrovias, tudo aquilo foi trazido a valor presente e pegamos as reservas cambiais, liquidamos esses passivos, ajudando a reconstrução da Europa, a financiar o Plano Marshall, mas perdendo o momento mais favorável da nossa história econômica, o momento em que mais condições nós tínhamos. E o Governo, mais do que isso, aceitou comprar toda aquela quinquilharia que tinha sobrado da Segunda Guerra Mundial, aqueles aviões T-6, tanque de guerra, aquelas Marias Gordas que o Exército tinha até recentemente, aqueles caminhões antigos, aqueles mosquetões, aqueles fuzis, todo esse equipamento de guerra foi comprado maciçamente pelo Governo Dutra – e parte dele apodrecia do lado do Maracanã no Rio de Janeiro, porque não havia sequer um soldado que

soubesse dirigir. E nós estávamos modernizando as Forças Armadas quando a guerra tinha acabado.

A falta de visão do que foi o Governo Dutra abriu espaço para que Getúlio voltasse eleito pelo povo, em 1950.

E, em 1950, num governo democrático, ele volta com uma visão de longo prazo e de estadista. Ou ontem não estaríamos discutindo o BNDES na Comissão de Assuntos Econômicos. O que seria desta Nação se não tivéssemos o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que hoje mobiliza mais recursos do que o BID? Que tem um papel decisivo no financiamento da infra-estrutura, da logística, da indústria, da inovação tecnológica? BNDE, depois BNDES. BNDE: Getúlio Vargas. Ou a Petrobras, que é a maior empresa desta Nação, a empresa mais lucrativa, a empresa que, a partir do movimento “O Petróleo é Nosso”, enfrentou poderes e interesses que não eram os da Nação e os do povo, para que hoje pudéssemos dizer, com muita tranquilidade, olhando para a história recente: “Temos auto-suficiência no petróleo”. Isso porque um dia estava um estadista olhando para o futuro e criando a Petrobras.

É essa a obra. As maiores empresas nacionais são aquelas que Getúlio constituiu a partir do Estado brasileiro.

O capitalista mais competente deste período foi o Estado brasileiro, criando Vale do Rio Doce, CSN, Petrobras, Álcalis, as empresas que suportaram esse processo de industrialização e o grande salto a partir de Juscelino Kubitschek.

Quero terminar, Sr. Presidente, dizendo que, talvez, no calor daquele momento, a leitura mais simplista de uma parte da Imprensa, de uma parte dos que analisavam o momento histórico e sobretudo daqueles que nos sucederam nesse espaço de representação popular que é o Parlamento, era a de que o Governo Getúlio era um mar de lama, o Governo Getúlio era um mar de corrupção, o Governo Getúlio era uma agressão aos interesses nacionais, o Governo Getúlio era um governo que não poderia ter continuidade porque era uma violação dos paradigmas fundamentais de uma Direita golpista, que vai estar presente durante todo esse período da história.

Se é verdade que a Esquerda sempre enveredou por uma atitude populista, a nossa Direita sempre optou pelo golpismo e por uma tentativa de romper a vontade popular pela força institucional que ela sempre preservou, interrompendo o processo de construção da democracia no País. Fez com Getúlio Vargas exatamente um movimento golpista que foi sufocando, que foi inviabilizando, que foi constrangendo, que foi desmoralizando. E Getúlio, quando não vê mais saída

para o seu projeto histórico, dá um tiro no peito e deixa uma Carta-Testamento que termina dizendo: “saio da vida para entrar na História”. E, com aquela atitude, mais uma vez, o grande mestre político entra para a História, desmobiliza o movimento golpista, impede que aquilo que iria acontecer mais tarde, em 1964, acontecesse no Governo dele ou logo em seguida com Juscelino Kubitschek.

A atitude e o sacrifício dele foi um gesto que fez com que o povo acordasse naquele momento e visse quais eram os interesses que estavam em disputa.

E aquele movimento golpista é abortado por uma multidão que sai às ruas deste País, arrebatando instituições que agrediam o Governo, desmontando a mentira que era contada, entendendo o que era o processo histórico que foi um movimento queremista.

Por isso, Sr. Presidente, o que nós temos que fazer é olhar para história, aprender com a história desses 53 anos. Nós não temos de repetir o passado, mas, primeiro, reconhecer a estatura daqueles que ajudaram a trazer esta Nação ao que ela é hoje neste momento da sua História e, sobretudo, não repetir os erros, não repetir o apequenamento do debate político que impede que os grandes gestos de constituição da Nação brasileira sejam reconhecidos, mesmo que durante tanto tempo a gente continue debatendo o que foi aquele período da história.

Eu entendo que Getúlio, com as suas ambigüidades, com as suas contradições, com as características do que fora o Governo provisório, o Governo democrático, com o Estado Novo, que era uma ditadura, com os erros que foram cometidos – e eles não foram pequenos –, construiu uma obra que é muito maior que esses equívocos. O seu legado é absolutamente inquestionável. E parte dele, não precisa ligar a televisão, basta abrir a janela da sua casa para ver: a Petrobras, a Vale do Rio Doce, a CSN, o salário mínimo, a CLT, os sindicatos.

E nós precisamos, neste Governo, recuperar valores de Nação, valores de planejamento estratégico, valores de incorporação às massas populares ao desenvolvimento e à democracia. Valores que foram perdidos por um discurso de apequenamento da Nação, como se o mercado fosse a solução para os nossos problemas, como se o debate político, o Estado Nacional, o projeto nacional de desenvolvimento não tivesse lugar na história recente do País. Tem. Não é o mesmo lugar, mas é um lugar absolutamente decisivo, se nós quisermos, de fato, continuar nos reencontrando com os grandes destinos da Nação. E isso passa por Getúlio Vargas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador João Vicente Claudino, que preside esta sessão solene em homenagem a Getúlio Vargas e que preside o partido de Vargas no Piauí; Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado Federal.

A Revolução de 1930 no Piauí, Francisco Alcides do Nascimento. Mas, serei breve. Senador Pedro Simon, ouvi muitos oradores e o Senador Cícero disse: “nunca fale depois de um grande orador”. No caso, o orador foi V. Ex^a – e tinha que ser do Rio Grande do Sul –, mas vou falar – e vou porque vi uma passagem sobre nós, médicos, em um Congresso de Psicanálise. Uma jovem médica contestou até determinados aspectos do pensamento de Freud, e o Presidente da mesa perguntou: “Como ousas contestar Freud?” Ela disse: “Eu vejo mais porque estou montado na cacunda dele”. Como V. Ex^a não tem cacunda, não vou ver mais do que V. Ex^a nem poderia montar. V. Ex^a tem a elegância do homem gaúcho e pode dizer como Aquele que disse: “Eu sou o caminho, a verdade e a luz”. Pedro Simon é a luz. Falaram muito, mas Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, é a nossa luz, é a luz do meu PMDB e de Jarbas Vasconcelos, que está sentado atrás de V. Ex^a neste instante.

Eu tenho uma história. O Presidente desta sessão, Senador João Vicente, não tinha nascido nem o Senador Expedito Júnior. Em 1950, conheci Getúlio Vargas. Eu o conheci pessoalmente. Era Prefeito de Parnaíba meu tio, médico, Dr. João Orlando de Moraes Correia. Nasci na Avenida Presidente Vargas – naquele tempo, nascia-se em casa mesmo –, onde hoje é o Bradesco. Meu tio morava ao lado. Por muito tempo, esteve lá. Nesta casa, hospedou-se Getúlio Vargas em agosto de 1950. Eu nasci em 1942; tinha oito anos, era sobrinho do Prefeito e vi Getúlio Vargas. Praça Nossa Senhora das Graças, que não devia ser demolida. O comício no coreto. Eu já tinha essa atração. Vi Vargas; vi Juarez Távora, mandando apertar o cinto; vi Eduardo Gomes; vi Jânio Quadros; mas Getúlio Vargas empolgou e depois saiu. Eram 10 horas da manhã.

Sr. Presidente, eu ouvi Vargas dizer: “Se eleito for, farei o Porto de Amarração”. Amarração era o nome da atual cidade de Luís Correia. Epitácio Pessoa deu início à obra; Getúlio assim disse; e Luiz Inácio foi lá, tomou banho, prometeu e nada. Só conversa. Ganhou os votos de lá. Levou Alberto Silva e disse que ia colo-

car os trens para funcionar. Senador Jarbas Vasconcelos, nem um dormente trocou. De mentira em mentira, vamos passando o tempo.

Vou dizer o que me prende a Getúlio Vargas. Sou médico, Senador Pedro Simon. Sou Francisco. V. Ex^a é franciscano. Não sou mão santa, mas sou filho de mãe santa. Minha mãe era terceira franciscana. Há um livro com o qual presenteei V. Ex^a: **A Vida, um Hino de Amor**, publicado pela Editora Vozes.

Quero dizer o que me prende aqui. É a ciência médica. Para onde vai você leva a sua formação profissional. Então, fui médico, professor de cirurgia, estudei Psicologia. Hoje, temos uma filha da Psicologia, a Neurolingüística. Jarbas, ela diz que há uma modelagem. Todo mundo busca um modelo. Os que querem ser jogadores de futebol buscam o rei Pelé; outros que querem cantar e têm como modelo o rei Roberto Carlos. Quem quer ser artista de novela tem como modelo Tony Ramos. Para quem quer ser político do PMDB, está ali o modelo: Pedro Simon. Por aí vai. Eu era médico, cirurgião. Quando entrei na política Juscelino Kubitschek me encantou. Ô, Jonas, era, como eu, de Santa Casa, passou no Exército, foi Prefeitinho, foi Governador, foi cassado bem ali, humilhado. Juscelino era meu modelo.

Ô, Pedro Simon, interessante: V. Ex^a conhece Reginaldo Furtado, Conselheiro da OAB do Piauí. Aliás, o pai dele, Afrísio Furtado, tinha sido derrotado pelo meu tio, João Orlando. Mas sou devedor.

Eu era encantado por Juscelino. Foi ele que disse: “É melhor ser otimista. O otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errado”. Eu era encantado com Juscelino, e o Reginaldo Furtado disse: “Getúlio é melhor”. Aquilo foi um choque para mim. A minha modelagem e o meu encantamento caíram por terra, Senador Jonas Pinheiro. E ele insistia. Daí comecei a ler muitos livros de Getúlio. Eu tinha conhecimento, porque ele almoçou na casa do meu tio, tirou soneca numa rede, com seu charuto e os Gregórios todos de branco, como Gregório Fortunato. Eu, aos oito anos, era sobrinho do Prefeito. V. Ex^as sabem como é. Conheci o Getúlio, que não me havia encantado. Encantava-me Juscelino. Mas Reginaldo Furtado tem razão.

Luiz Inácio, Vossa Excelência é um homem feliz, porque não precisa mesmo nem ler, como Vossa Excelência diz. Vossa Excelência diz que ler uma página lhe dá canseira e que é melhor fazer uma hora de esteira. Basta ouvir o que foi dito aqui: o discurso de Pedro Simon. Ouvir, Luiz Inácio! Não precisa buscar exemplos em outras histórias, em outros mundos! O exemplo está aqui: Getúlio Vargas, Juscelino... Basta pedir. V. Ex^a, que é do PTB, que está no núcleo do

Governo – não é mais aquele núcleo burro e duro, como eu dizia –, leve a fita do discurso do Senador Pedro Simon, contando o estadista que foi Getúlio, para não dizer mais uma besteira, Luiz Inácio! Foi o melhor Presidente.

Pedro II governou esta Pátria por 49 anos, Senador Jarbas Vasconcelos. Ele morreu em Paris. As grandes Lideranças da França disseram que, se eles tivessem tido um rei como Pedro II, eles não teriam feito a República. Então, que figura foi Pedro III!

Que figura foi Getúlio Vargas! O homem é o homem e suas circunstâncias. O Senador Arthur Virgílio não soube retratar isso! Ô, Senador Paulo Duque, não sou eu não; isso é de Ortega y Gasset. Então, Getúlio governou e foram três guerras: uma para entrar; depois, os paulistas quiseram derrubá-lo; depois, houve a Segunda Guerra Mundial. Então, é complicado.

Ditadura não é boa, Arthur Virgílio, mas o ditador era um homem bom, humano e correto. Essa é a diferença que o Senador Arthur Virgílio tinha de entender. Ditadura não é bom.

Leia **Memórias do Cárcere**, de Graciliano Ramos. Mas o ditador era um homem bom. Pedro Simon, Luiz Inácio tem de se limitar a ouvir o discurso de V. Ex^a. Peça aqui no Senado. O Renan não é aliado dele? Peça, e lhe mandarão de presente o discurso de hoje de Pedro Simon.

Há um livro de Getúlio, **O Diário de Getúlio Vargas**, Senador João Vicente. São dois volumes grandes, Senador Jarbas Vasconcelos. V. Ex^a já o leu? Já li o primeiro volume e estou terminando o segundo. Quando chego, está na minha mesa de cabeceira no apartamento em Teresina.

Ô homem trabalhador! E sabe o que me prende no **Diário**, Pedro Simon? Era domingo, era Natal, era dia de ano, carnaval – eu me prendo nisso, Jarbas –, quando estava todo mundo brincando, farreando, ele ia estudar, Luiz Inácio, debruçando-se sobre os problemas. O trabalho – ô homem trabalhador! O exemplo arrasta. O PTB, Partido Trabalhista Brasileiro. Ele era um trabalhador e falava pouco. Só falava em 1º de maio: “Trabalhadores do Brasil...” E, aí, trazia essas obras. E ele não andava viajando pelo mundo. Viajava pouquíssimo.

Ô, Luiz Inácio, era diferente. Os outros é que vinham. O Tasso sabe porque o pai dele era do PTB. Eu votei em Carlos Jereissati. Os outros é que vinham. Franklin Delano Roosevelt veio duas vezes; Perón vinha conversar com ele. Esse era o Getúlio estadista.

Vou fazer uma proposta ao Luiz Inácio de hoje: pegue a sua encantadora Primeira-Dama, Marisa, e saia de mãos dadas pela Rua do Ouvidor e na Cinelândia. Expedito Júnior, aquele era um Presidente de moral.

Ele saía do Palácio e ia assistir um filme num cinema da Cinelândia, com um ajudante de ordem.

Este era o Brasil; não era a barbárie de hoje, não.

Ô, Tasso, para eu andar de mãos dadas com a Adalgisa na rua, eu vou lá para Buenos Aires. Aqui é bala perdida. Em Teresina, eles sabem, nem sentinela tem mais de noite, porque assaltam até o defunto.

Outro dia, Senador João Vicente, fui de noite a uma sentinela. A pessoa tinha morrido às quatro horas da tarde e, quando cheguei lá, já a tinham enterrado. Disseram que, de noite, assaltam a casa.

É essa epidemia que no tempo do Getúlio não tinha. E por quê?

Dona Marisa, com todo respeito – Tasso, presta atenção, porque sou testemunha, faço parte da história, fiz residência no Hospital do Servidor do Estado, do Ipase, sou garoto da praça Mauá –, do lado do Hospital do Servidor do Estado, tinha a Casa do Pequeno Jornaleiro, e D. Darcy recrutava todos os meninos de rua e internava. É um prédio do tamanho do Hospital Getúlio Vargas, do Hospital do Servidor do Estado. Está ali o Duque. Nós, os médicos residentes, alugávamos para jogar futebol com eles, os meninos de rua. D. Darcy Vargas os recrutava. E se faz isso. A minha Adalgisa fez em Parnaíba e em Teresina. Está aí, ele é meu adversário; ele é do PTB. Tiramos todos os meninos da rua. Ô D. Marisa, onde estão os meninos de rua do nosso Brasil? Não é conversa, não, está aí. Ele é meu adversário e pode dizer. Tiramos, em Teresina, todos e, muito antes, em Parnaíba. É por isso que estou aqui. Nunca fiz título de eleitor, nunca comprei um voto, não tenho dinheiro.

Esse era o Rio de Janeiro. Tasso, eles entravam no hospital, nós éramos colegas, iam vender jornal para os operados, para os doentes. Abandonou-se, e está aí o Rio de Janeiro.

Eu sou recente: estudei lá em 1967, 1968 e 1970, não sou pré-histórico, Pedro Simon. Governo é para isso. E eu fiz no Piauí, e, hoje, não se tem nenhuma segurança.

Mas o que Getúlio tem para ensinar? Eu só ia deter um quadro e é muito oportuno. Ô Tasso, só um quadro. Eu sei que o Tasso Jereissati tem um patrimônio muito grande. Eu votei no pai dele. Disseram que ele era dono de um dos edifícios lá na Praia do Ferreira. Votei. Estudei lá. Meu avô também tinha, Tasso; eu não tenho, mas meu avô tinha dois navios. Vou citar isso só para que entendam.

Olha, PT, aprenda! Ô, Jarbas, Getúlio Vargas saiu depois de quinze anos. Ô, Senador João Vicente, V. Ex^a conhece os aloprados do Piauí, aqueles que nunca trabalharam nem têm emprego. Eu sou neto

do homem que tinha dois navios-indústria. Vá ao meu apartamento e vá ao desses aloprados. Quarenta anos de médico-cirurgião, Secretário de Saúde de duas cidades, Prefeito, Governador... Os aloprados fizeram fortuna e nunca trabalharam. A gente sabe, porque isso salta aos olhos.

Getúlio, de 1930 a 1945, saiu, e não foi como disseram. Se nós fomos, por decisão deles, lutar pela democracia, ele não foi traído. O homem é o homem e suas circunstâncias. Ele entregou. Nós passamos a ser comandados por Winston Churchill, o homem que uniu Franklin Delano Roosevelt, Stalin e atraiu a liderança de Getúlio.

Ele, voluntariamente, entregou o governo e se recolheu aceitando o mundo democrático. Mas ele saiu, Jarbas. E por que aquela história do pai do Tasso e do meu avô? Tasso, atentai bem! Ele saiu e foi para São Borja. Não tinha energia na fazenda dele. O que é que o aloprado de hoje faz? A primeira coisa é botar energia lá na sua terra, é botar asfalto, água e não pagar e roubar as coisas.

Jarbas, Tasso, os que têm a minha idade sabem. João, você não tinha nascido. A geladeira era uma branca Eletrolux com pé comprido. A gente botava querosene, tinha um espelho metálico, e meu avô gritava: “Menino, olha aí!”. Ô, Tasso, eu não sei se você viveu esse tempo, mas tinha uma chama e, quando fazia fumaça, não gelava. Eu não sei explicar a química, mas o meu avô gritava.

E por que eu estou trazendo o meu avô e o pai do Tasso? Olha, na mesma época, Tasso, que eu vivi, meu avô tinha três geladeiras: uma na casa da praia, em Amarração, que é em frente hoje da Ipecea; tinha uma na fábrica e uma no sobrado, a residência dele, que hoje é a Escola Simplício Dias. Três! Eu vivia ouvindo meu avô gritando: “Menino, olha a chama!” Cabeça baixa.

Getúlio Vargas. Atentai bem, Brasil. Depois de quinze anos, ele não tinha uma geladeira. Basta aprender isso e os aloprados não estariam condenados, como ontem. Getúlio, quinze anos, não tinha, Tasso.

Aí ele passou em São Paulo, Pedro Simon, e um amigo empresário – como você pode me oferecer – ofereceu uma geladeira a Getúlio. E ele, com aquele pudor, ética, decência e dignidade, que ninguém vê hoje no Governo do Brasil... E um amigo chegou e disse: “Rapaz, aceite, ele não quer te dar?” E ele levou a geladeira. Meu avô tinha três na mesma época. Getúlio, depois de quinze anos, nem uma geladeira a querosene, Electrolux. Ganhou e, depois, sabe o que ele disse, Tasso? “É bom, de noite eu tomo sorvete de chocolate”.

Esse é o grande e oportuno patrimônio de Getúlio a ensinar essa gente. Aí já foi falado tudo. E faço minhas as palavras, que é uma só, para nunca mais: Luiz Inácio, achar que inventou a roda!

Ontem eu disse nesta Casa, com Duque, que quando esse Governo critica as Santas Casas, que foram criadas por Padre Anchieta, no Rio, com Duarte da Costa, o segundo Governador.

Mas o que eu acho interessante para o Luiz Inácio? O Dasp. O que é o Dasp? Foi o Getúlio que criou. É o Departamento Administrativo do Serviço Público.

Ô João Vicente, não é brincadeira esse negócio!

Tasso, eu estava encantado e, mesmo como médico – acho que o cão me atentou –, de repente, eu era prefeito da minha cidade. E tive medo! Olha, Juscelino disse que tinha medo de ter medo. Pois eu tive. Eu dizia: “Você vai assumir à prefeitura?” Eu era um cirurgião bom, da Santa Casa, mas sabia estudar. Comecei a estudar e encontrei o livro do Dasp, de Wagner Estelita, sobre chefia, liderança e critérios de promoção.

Essa era a preocupação de Getúlio Vargas. Todo funcionário tinha essa formação. Este País foi bem estruturado e educado. Milhares de funcionários públicos educados pelo Dasp; estimulados, fizeram crescer este País. E lá há um capítulo a respeito de critérios de promoção, aquilo que Luiz Inácio está eliminando, pois colocou aloprados nas chefias e acabou com o Brasil.

Concedo um aparte ao Senador Tasso Jereissati.

Eu gostaria que ele desse notas para a segurança, para a educação e para a saúde.

O caminho para Luiz Inácio é rever nossos pronunciamentos, para que aprenda o que Getúlio fez por nós.

Ouçõ o Senador Tasso Jereissati, filho de Carlos Jereissati, Senador do PTB, com o meu voto.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Mão Santa, eu gostaria, primeiramente, de parabenizá-lo pela avaliação que faz da figura do grande estadista Getúlio Vargas. Ressalto a importância de um aspecto que V. Ex^a lembra: é fundamental – e, hoje, parece esquecido pelas grandes autoridades – o aspecto ético. Getúlio Vargas teve um criticável poder quase que ilimitado. No entanto, com todo esse poder e com toda a sua popularidade, primou por um comportamento ético em que a sua própria figura e o seu próprio comportamento serviam como exemplo – não apenas a sua palavra, mas o seu comportamento no dia-a-dia do exercício do poder, como V. Ex^a tão bem exemplificou com a passagem da geladeira. Eu, infelizmente, não sou contemporâneo de V. Ex^a; não havia nascido, ainda,

no tempo da geladeira Eletrolux. Eu queria dizer a V. Ex^a que tenho a grande honra, também, de ser filho de um trabalhista histórico, que fundou o PTB no Estado do Ceará. Ele foi amigo, admirador e correligionário de Getúlio Vargas, e contribuiu com ele para um trabalho que promoveu a maior transformação socioeconômica e política da História do Brasil. Foi ele que deu o passo para a transformação do Brasil rural em Brasil industrial. Foi ele que deu o passo para a transformação do Brasil de população eminentemente do campo para o de população urbana. Foi ele que permitiu que o proletário, o trabalhador urbano, o trabalhador das indústrias e do comércio tivessem voz e vez na política e no poder de decisão do nosso País. Ao contrário do que se faz hoje, cultivou uma popularidade gigantesca nessa população, não a desunindo, mas, ao contrário, unindo-a, conclamando sempre e fazendo da base da sua política a união da população proletária urbana com a burguesia industrial, que começava a nascer. Unindo esses dois setores da vida social e econômica brasileira, ele deu base para o Brasil de hoje, esse Brasil urbano, industrial e internacionalmente independente, com política externa própria, também fruto da sua liderança e dessa política. Por isso, eu queria juntar-me a V. Ex^a no seu pronunciamento, parabenizando-o, mais uma vez, e a todos aqueles que vêm homenagear Getúlio Vargas no 53º aniversário de seu falecimento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – As palavras do Senador Tasso Jereissati enriquecem essa festa, porque rememoram o seu pai.

Ô Kátia, V. Ex^a encanta muito. Deixe o Pedro Simon me ouvir agora.

Pedro Simon, agora, vamos para a volta. Academia de Letras; Getúlio esteve neste Senado e voltou nos braços do povo.

Atentai bem, Senador Pedro Simon! Ele teve um alopado, que eu vi na minha cidade, o Gregório Fortunato. Gregório Fortunato, de preto, fora trazido menino pequeno ainda, nos anos 30.

Então, ele ouviu os puxa-sacos aloprados, porque Getúlio também os tinha: “Vamos acabar com aquele jornalista”. E fez.

Getúlio, quis Deus, fez a última visita a Minas, a Juscelino.

Desta tribuna, as oposições bradavam, com o mineiro que perguntava: “Será mentira o sangue? Será mentira a viúva? Será mentira o órfão? Será mentira o mar de lama?” Getúlio não podia contestar, porque havia trazido aquele moreno, que não era neto dos lanceiros negros gaúchos. E ouviu, envergonhado. Houve um alopado só! E um governo que tem quarenta aloprados?

Atentai bem, Tasso! Um alopado!

Fez o Getúlio o seu sacrifício para uma reflexão.

Ó, Deus! Com a ajuda de Deus, o sacrifício de Getúlio vai fazer com que todos nós, juntos, levemos esta Pátria aos caminhos da ética, da decência e da honestidade que Getúlio viveu.

Essas são as homenagens do Piauí que, na ditadura Vargas, foi o único Estado em que não ficou um tenente. O interventor foi um médico, Leônidas de Mello, que encravou lá o Hospital Getúlio Vargas, que faz de Teresina um dos ícones no serviço de saúde.

Então, essas são as palavras de respeito e gratidão pelo exemplo que Vargas deu ao Piauí e ao Brasil.

Durante o Discurso do Sr. Mão Santa, O Sr. João Vicente Claudino, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– O próximo orador inscrito, Senador Tasso Jereissati, abre mão da palavra em função do adiantado da hora.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Duque.

V. Ex^a dispõe de 10 minutos.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é surpreendente o Senado da República? Mesmo sendo de uma cidade com 2,5 milhões de habitantes, nascido aqui em 1961 – vindo do Rio de Janeiro – lembrar-se com muito entusiasmo, talvez com muito amor, com muita saudade, com muito sentimento, de datas que ocorreram em outros lugares do Brasil?

Em meu gabinete, há mais ou menos uma hora, ouvi o Senador gaúcho Pedro Simon quando subiu à tribuna para discorrer sobre fatos ocorridos com homens, com pessoas, com gaúchos como ele, apenas mais velhos do que ele, sobre a atuação de cada um, sobre o drama e a tragédia de cada um, do maior magistrado do País. Larguei o que estava fazendo e passei a prestar bastante atenção ao orador. Ele sabia o que estava dizendo. Ele tinha aquelas impressões, aquelas marcas digitais do gaúcho, que estava passando, que passou, que foi para o Rio de Janeiro, e que, finalmente, no dia 24 de agosto de 1954, teve um gesto que ficou marcado na história, sobretudo na dos cariocas. Represento aqui os cariocas – não sei quantos têm aqui –, mas represento o Estado do Rio de Janeiro.

Imaginem V. Ex^{as} que esse tumultozinho por que passamos aqui não é nada em relação ao que houve nos meses de junho, julho e agosto de 1954. Foi um ano diferente. A imprensa, de modo geral, não perdo-

ava. Não havia rádio em grande escala praticamente, a televisão era um sonho longínquo, uma raridade, mas havia cerca de vinte jornais na cidade do Rio de Janeiro. Vinte, não se fazia por menos.

O grande chefe da Oposição ao Presidente da República, à época, era um jornalista talentosíssimo, homem que derrubou dois presidentes, portanto, de um talento excepcional e que, além do mais, tinha uma legião, composta por moradores do Rio de Janeiro, cariocas, e gente de todo o Brasil, que o seguia, que o acompanhava ideologicamente ou não, mas o acompanhava.

O próprio Líder da Oposição aqui, Senador Virgílio, citou esse jornalista, esse oposicionista, esse ex-Governador da Guanabara e a sua ação deletéria, o seu papel violento, violentíssimo, em oposição ao Presidente Getúlio Vargas. Essa oposição era tamanha que, à época, no Rio, eu já rapaz, universitário na cidade do Rio de Janeiro, assistíamos, angustiados e apreensivos ao desfecho daquela luta terrível, que se desenrolava nos comícios, nas reuniões, em toda a parte, nos jornais e até nos teatros. Era terrível; era terrível! Até que um dia, na Rua Tonelero, em Copacabana, que V. Ex^a conhece, Senador Francisco de Assis, o jornalista tenaz de oposição é baleado, à meia-noite, sem mais nem menos.

Era um Rio de Janeiro tranqüilo, bastante calmo. Aquilo ocasionou um escândalo internacional. O Líder de oposição foi baleado, sofreu tentativa de homicídio. Já no Hospital Miguel Couto, foi tratado e curado. A mesma manchete sempre a partir do dia 5 de agosto de 1954. Os jornais não davam outras notícias a não ser aquela manchete.

Pois bem: Getúlio Vargas, que estava cada vez mais acuado no seu Palácio, cada vez mais sofrido e sofrendo, eis que um Governador mineiro, Juscelino Kubitschek de Oliveira – por isso são muito ligados; por isso que Pedro Simon, em seu discurso, fez questão de ligar os dois: Getúlio e Juscelino –, vem ao Rio de Janeiro para fazer um convite – olhem que coragem àquela época em que todo mundo era contra Getúlio! – a Getúlio para ir a Minas inaugurar uma grande usina siderúrgica, a Mannesmann, cuja principal produção seria a do tubo sem costura, tão necessário para o nosso desenvolvimento e para a nossa siderurgia. Hoje, até exportar nós exportamos esse tubo de aço sem costura, feito na Mannesmann Isso aconteceu em 12 de agosto.

Getúlio embarca, em plena crise, para Belo Horizonte, para atender ao convite de Juscelino e inaugurar a usina. Lá, ele não desvenda uma fita, e lá ele não saúda rapidamente; lá, ele faz um discurso, que tenho em mãos e não vou ler, que é o lançamento da

pedra fundamental, no planalto de Belo Horizonte, na usina siderúrgica Mannesmann.

Para não dizer que eu não li nada do que Getúlio pensou e escreveu, lerei somente a primeira frase do discurso, pedindo a atenção do Senador Pedro Simon. Depois, prometo dar a S. Ex^a todo o discurso.

Diz Getúlio, em Belo Horizonte, em 12 de agosto:

“Brasileiros, povo de Minas Gerais! O lançamento da pedra fundamental da grande Usina Mannesmann representa um marco decisivo para o progresso da siderurgia mineira. É com emoção que compareço a esta solenidade, altamente significativa para mim e para os objetivos do meu Governo”.

E aí ele se lembra – só a primeira página –, desde 30, em seu primeiro Governo, quando assumiu, do esforço que fez para dotar o País de uma siderurgia.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, V. Ex^a poderia me informar de quanto tempo ainda disponho.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – O tempo de V. Ex^a está esgotado, mas darei mais 2 minutos a fim de que V. Ex^a conclua seu pronunciamento, pois haverá votação com quórum qualificado em seguida.

Aproveito a oportunidade para convocar as Sr^{as} e os Srs. Senadores para se fazerem presentes no plenário.

V. Ex^a dispõe de mais 2 minutos, por tolerância da Mesa.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Dois e dois, quatro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Não. Dois minutos.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Dois minutos. Pois bem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Darei 3 minutos a V. Ex^a.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Três minutos.

Juscelino foi o único Governador do País que teve a coragem de convidar Getúlio, que estava execrado por todo mundo, para visitar seu Estado e participar de uma grande inauguração de caráter político. Só ele. Ninguém mais. Todo mundo queria distância, distância, distância. E os ataques foram recrudescendo, foram aumentando, aumentando até que, no dia 24 de agosto de 1954, data fatídica e inesquecível, ele reúne o Secretariado – Osvaldo Aranha, Tancredo Neves, Ze-

nóbio da Costa, Amorim do Vale –, todo o Ministério, explica a situação dramática, pede sugestões. E um deles, se não me engano, Tancredo Neves, foi o único que sugeriu a resistência: “Vamos resistir”. Mas Getúlio, com seu temperamento, jamais iria sacrificar a vida dos seus amigos e dos seus Ministros, jamais poderia jogar o País em uma guerra civil. Jamais.

Nessa altura, o vice-Presidente Café Filho, que era Senador, já havia pronunciado um discurso no Senado, de tarde, sugerindo a renúncia dos dois – do Getúlio e dele próprio, Café Filho...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – ... a fim de ser dada uma solução para a crise.

Vejam como a história é grande. Vejam como o Presidente é generoso e cruel ao mesmo tempo, porque me concedeu só dois minutos. E vejam como sou obrigado a obedecer ao pregão de S. Ex^a e a atendê-lo, agradecendo a gentileza. Mas prometo, Sr. Presidente, que, na primeira oportunidade, vou terminar esta história, com a presença aqui...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Para que V. Ex^a não reclame da paciência do Presidente...

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Nada disso. Pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) ... vou dar mais dois minutos a V. Ex^a, aumentando em 10 minutos o tempo regimental.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Vejam a opção que tinha Getúlio: resistir, como queria Tancredo Neves, ou não sacrificar ninguém. Fechou a pasta de despachos e disse: “Já que os senhores não resolvem, vou resolver. Está encerrada esta reunião”. Beleza. Não adiantou Alzirinha, filha dele, que secretariava os trabalhos, e outras pessoas insistirem. Não adiantou Tancredo Neves insistir, Osvaldo Aranha chorar e o outro vibrar. Ele encerrou a sessão, subiu para o seu quarto, e lá ficou, até que, pela madrugada, ouviu-se um tiro seco, cuja bala lhe foi extraída do corpo pelo médico Cevert Neto. O revólver até hoje está guardado no Museu do Catete.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a gentileza desses quase dez minutos. Este foi o último que ele pronunciou. Talvez V. Ex^a mande publicá-lo. Vale a pena. É uma peça de grande valor, raramente encontrada.

Muito obrigado a todos.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO DUQUE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DISCURSO DE GETÚLIO VARGAS EM 12 DE AGOSTO DE 1954

Lançamento da Pedra Fundamental da Usina Mannesmann, em Belo Horizonte - MG

O APARELHAMENTO INDUSTRIAL DO BRASIL PARA A CONQUISTA DA NOSSA EMANCIPAÇÃO ECONÔMICA

“Brasileiros
Povo de Minas Gerais.

O lançamento da pedra fundamental da grande usina Mannesmann representa um marco decisivo para o progresso da siderurgia mineira. É com emoção que compareço a esta solenidade, altamente significativa para mim e para os objetivos do meu Governo.

Até 1930, a indústria siderúrgica no Brasil não era mais que uma tentativa incipiente, na qual nos valíamos dos recursos naturais do país em minério de ferro, carvão de madeira e calcáreo, para a produção de ferro-gusa e de pequenos perfis, em quantidade, aliás, que mal correspondia às necessidades do consumo interno.

Quando, pela primeira vez, assumi o Governo, já trazia no pensamento o desejo de incentivar a criação da grande indústria siderúrgica no país. A 23 de fevereiro de 1931, visitando Belo Horizonte, eu anunciava ao povo mineiro o início dessa companhia, depois de mostrar que o problema máximo da nossa economia era o siderúrgico. Preconizei a necessidade de explorar quanto antes as imensas jazidas de ferro de Minas Gerais.

Mas de vinte anos se passaram, e hoje verifico ter sido obra integral do meu Governo, através de lutas que só Deus e eu sabemos quanto me custaram, o extraordinário surto da indústria do aço no Brasil.

Dessas lutas, saliento uma das que maiores obstáculos me levou a enfrentar: a que arrancou as ricas jazidas de ferro de Itabira das garras de um monopólio prejudicial aos interesses do país para que fossem restituídas ao patrimônio nacional.

Desde os primeiros dias do Governo Provisório, todos os meios ao alcance da administração pública foram postos em prática para impulsionar a nossa siderurgia. Começamos encorajando a iniciativa particular, como no caso da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Para a construção de Monlevade, era preciso levar os trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil até a estação que então se denominava São José da Lagoa, hoje Nova Era. Apesar de ser um trecho de via férrea em terreno bastante acidentado e de custo elevado para as finanças da época, não hesitou o Governo, e completou-se rapidamente e a ligação de Santa Bárbara à estação terminal da Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Monlevade constituiu notável progresso, e o seu concurso para o desenvolvimento industrial do país não tem sido pequeno. Nesse clima de encorajamento, prosperaram as outras usinas menores, em Minas Gerais, em São Paulo, no Estado do Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul.

Em seguida, veio a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda. Com ela se inaugurou a grande indústria pesada em nosso país. Foi um fato inédito na história econômica do Brasil, e me conforta verificar o serviço inestimável prestado ao país por essa iniciativa de meu Governo.

Hoje, Volta Redonda já contribui de maneira apreciável para a indústria nacional. Em 1951, produziu mais de 285 mil toneladas de coque, 342 mil toneladas de gusa, 465 mil toneladas de aço em lingotes e 342.500 toneladas de laminados de aço. As vendas efetuadas pela Companhia Siderúrgica Nacional, durante o ano de 1951, montaram a mais de 1.475 milhões de cruzeiros – quantia bastante expressiva do valor da sua produção industrial.

O plano de expansão da usina vai sendo executado sem desfalecimentos. O capital social da Companhia Siderúrgica foi aumentado para 1.750 milhões de cruzeiros, já integralmente subscrito, e as encomendas de equipamentos nos Estados Unidos ultrapassavam 10 milhões de dólares em fins do ano passado, estando compreendidos entre os melhoramentos projetados a construção de mais um alto forno, de novos fornos de aço, da fábrica de estruturas metálicas e de novas instalações para a aciaria e a laminação.

Volta Redonda constitui hoje uma esplendida realidade, concretização do sonho de toda uma geração e o marco mais assinalado no caminho da evolução industrial do país, que se orgulha, a justo título, desse passo decisivo para a sua emancipação econômica.

Outras fases, contudo, ainda teremos que percorrer. Há duas décadas, naquele discurso ao povo mineiro em que lancei a campanha pelo crescimento da siderurgia brasileira, e vos dizia que a grandeza futura do Brasil depende da exploração das suas jazidas de ferro e que o ferro é Minas Gerais. “Aos mineiros, cujo próprio nome indica certa predestinação histórica nesse sentido, deve caber o esforço maior para a conquista dessa glória. Minas possui montanhas de ferro com capacidade para satisfazer as necessidades do consumo mundial durante séculos. Exploremo-las, adquirindo, com trabalho tenaz e inteligência prática, a abundância e a independência econômica”.

Essas palavras foram reafirmadas por mim recentemente, quando me dirigi ao povo de Belo Horizonte na campanha eleitoral de 1950, e prometi que tudo faria para dar ao Brasil uma segunda Volta Redonda, a qual seria, provavelmente, em Minas Gerais.

Nunca duvidei de que a indústria do ferro se desenvolveria ainda nestas montanhas, que encerram nos seus flancos as maiores jazidas de todo o mundo.

Hoje venho cumprir a promessa do candidato. A pedra fundamental da grande usina Mannesmann, que hoje estamos lançando, simboliza uma nova Cidade do Aço, que formará ao lado da primeira para impulsionar a industrialização do país.

Ao apóio que deu o meu Governo a esta iniciativa veio juntar-se também a colaboração profícua e decidida do Governador Juscelino Kubistschek, cuja inteligência e operosidade estão dando a Minas Gerais um impulso novo de progresso. O aumento do potencial de energia necessário para o funcionamento da usina, a concessão do terreno para sua instalação, a construção de casas para os operários – constituem elementos preciosos de ajuda, que devemos ao Governo do Estado.

A usina que aqui vai ser construída tem finalidade distintas da de Volta Redonda e representa outro passo básico no caminho do nosso reaparelhamento industrial. Vai inaugurar no Brasil a fabricação, em larga escala, de tubos de aço sem costura, em quantidade capaz de cobrir todas as múltiplas necessidades do nosso mercado interno, quer para a fabricação de caldeiras, quer para adução de água em alta pressão, quer para instalação hidro-elétrica, quer enfim para o revestimento de poços de pesquisa de petróleo e de água subterrânea.

Será um grande centro industrial, em cujo derredor crescerão novas fábricas, interessando ás indústrias de maquinas, de produtos químicos, de construções civis, de instrumentos agrícolas e de material refratário. Através duma industrialização de base poderemos computar os efeitos futuros sobre os meios de transporte e de produção de energia.

A importância desse empreendimento, que o meu Governo incentivou e conduziu para o terreno das realizações imediatas, pode medir-se ainda pelo fato de que, enquanto a indústria nacional de tubos de ferros fundido está em condições de atender às necessidades do consumo interno, não se fabricam, entretanto, no Brasil, tubos de aço sem costura. Por outro lado, embora exista no país produção de tubos costurados, essa produção ainda é insuficiente para as nossas necessidades.

Trata-se de produtos industriais de grande utilização e cujo consumo atinge a média anual aproximada de 75.000 toneladas, tomando-se por base o consumo normal do país, sem levar em conta o que gastam as grandes empresas ou as obras de maior vulto, como as do eleoduto São Paulo-Santos e outras, programadas pelo Conselho Nacional do Petróleo.

A produção brasileira ainda é inferior à metade dessas exigências de consumo e se avizinha da média anual de 30.000 toneladas. Isto nos tem obrigado a importar do estrangeiro a parte excedente. As importações de tubos de aço, feitas dos Estados Unidos e de outros países, oscilaram de 1947 a 1951, em volta da média anual de 45.000 toneladas.

A grande usina Mannesmann, que vai surgir aqui, nos arredores de Belo Horizonte, visa, precisamente, cobrir essas necessidades e resolver, de imediato, um dos problemas capitais da siderurgia nacional, com a produção inicial prevista de 100.000 toneladas. Isto significa que não só deixaremos de importar tubos de aço para consumo interno, mas também teremos margem para exportar o excedente, ou, quando menos, para cobrir as exigências extraordinárias das grandes obras que forem programadas pelo Governo ou pô firmas particulares, no sentido de desenvolver o nosso parque industrial.

Outro aspecto a salientar, e que muito influiu na opinião dos técnicos brasileiros que recomendaram a instalação desta usina, foi o preço relativamente barato do combustível que a alimentará. A Mannesmann não trabalhará com altos fornos, como Volta Redonda, nem fabricará gusa pelo método geralmente adotado no Brasil. Utilizará fornos rotativos Krupp-Reiner, que apenas exigem a terça parte do combustível requerido por um alto forno para a mesma quantidade de minério a ser reduzido. Mais ainda: para esse tipo de forno serve qualquer combustível, inclusive o carvão de má qualidade. Para um país prover em combustíveis sólidos, como o Brasil, esse aspecto do método alemão é muito importante e possibilitará o emprego integral de carvão brasileiro na fabricação do aço.

Os produtos especializados que sairão desta usina virão concorrer, assim, para acrescer o número dos que são fabricados em terra brasileira e darão para cobrir as nossas necessidades em tubos de aço para a construção civil, para a engenharia sanitária, para a pesquisa e produção do petróleo e outras atividades.

Seria oportuno lembrar que a usina Mannesmann, de um lado, Volta Redonda de outro ainda não esgotarão todas as possibilidades de aproveitamento das riquíssimas jazidas de ferro de Minas Gerais. Há um outro aspecto da indústria siderúrgica que tem merecido as atenções e o apóio do meu Governo. Refiro-me aos aços especiais, destinados sobretudo à fabricação de máquinas elétricas e mecânicas, de veículos de todo o gênero e de ferramentas.

Nesse sentido, vem-se empenhando o Governo em expandir a usina de Acesita da Companhia de Aços Especiais Itabira. Colocada em pleno vale do Rio Doce, essa usina desempenhará também importante papel na industrialização do país. Seus produtos são indispensáveis ao desenvolvimento, entre nós, da fabricação de aparelhos e máquinas elétricas, de vagões, locomotivas, automóveis e ferramentas de toda espécie.

Dois decênios bastaram para a indústria pesada brasileira se convertesse de uma remota esperança numa pujante realidade, ao brotarem do solo da Pátria, uma após outras, as cidades industriais e as poderosas usinas onde o esforço de um povo forja e caldeia no metal incandescente, ao clarão das fornalhas, a robusta estrutura do Brasil de manhã. A expansão de Volta Redonda às margens do Paraíba, o nascimento da usina Mannesmann no planalto mineiro, o ímpeto das aciarias de Acesita no vale do Rio Doce, despertam novos quadrantes do país para a grande produção siderúrgica, abrem novos horizontes a essa indústria matriz, que é um dos esteiros essenciais de nossa prosperidade econômica e de nossa segurança militar. Nunca faltou e não faltará a esse empreendimentos, e a outros que visem os mesmos propósitos, o decisivo apóio do meu Governo, que neste instante faz votos para o sucesso e prosperidade da usina cuja pedra fundamental estamos lançando, e que representa um animador exemplo de inteligência e bemfazeja cooperação entre capitais estrangeiros e recursos nacionais.

Brasileiros!

Um Brasil novo desponta, laborioso e forte, cômico de suas possibilidades, despertado, enfim, de um estéril e enganoso ufanismo para os imperativos de um provir que se anuncia, cheio de prosperidade e grandeza. Mas é preciso que saibamos enfrentar e superar os problemas oferecidos pela realidade presente, entre os quais se coloca em primeiro plano uma industrialização inteligentemente planejada. Nessa grande obra, que será o nosso principal legado às gerações futuras, cabem a Minas Gerais um papel de destaque e uma contribuição capital para o surto do progresso que trará a riqueza, a segurança e o bem-estar à Nação Brasileira”.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Senador Paulo Duque, atendendo à solicitação de V. Ex^a, na forma regimental, determino que seja incluído nos *Anais* desta sessão o discurso que V. Ex^a entrega à Mesa.

Mais uma vez, convoco as Sr^{as} e os Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes para se fazerem presentes ao plenário, principalmente as Lideranças partidárias, para que possamos votar matéria com quórum qualificado.

Antes de conceder a palavra ao primeiro orador, o Senador Garibaldi Alves Filho, para uma comunicação inadiável, registro material que se encontra na Mesa, encaminhado a este Presidente, pela Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, que faz um

histórico da situação da classe, um histórico salarial, fala em defasagem, reestruturação, comunicando a todos os Parlamentares do Congresso Nacional suas reivindicações, que resumo em cinco itens:

- 1) criação imediata de 10 mil novos cargos de Policial Rodoviário Federal;
- 2) correção das distorções salariais, restabelecendo o tratamento igualitário historicamente estabelecido entre os cargos de Policial Rodoviário Federal e Agente de Polícia Federal;
- 3) nível superior para ingresso na carreira;

4) definição de critérios objetivos para progressão na carreira de Policial Rodoviário Federal; e

5) reestruturação do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

É o comunicado da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais e Sindicatos Federados.

Solicitamos e determinamos que este material seja incluído nos *Anais* da Casa e, claro, solicitamos ao Ministro Paulo Bernardo que faça um esforço para atender às reivindicações.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FENAPRF

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

Senhor Parlamentar:

Em Audiência Pública realizada no dia 28 de agosto de 2007 na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, sob a presidência do deputado Nelson Marquezelli (PTB/SP), a Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF em conjunto com os representantes dos diversos sindicatos que a compõe, bem como da Associação dos Servidores de Apoio Logístico – ANSAL, expuseram as dificuldades enfrentadas pela categoria em diversos aspectos, inclusive históricos, além de propostas e justificativas para saná-las, conforme sintetizamos abaixo.

HISTÓRICO SALARIAL

O tratamento igualitário entre os cargos e salários de Policiais Rodoviários Federais e de Agentes da Polícia Federal remonta ao ano de 1970, quando foi promulgada a Lei 5.645/70, que estabeleceu diretrizes para classificação de cargos na administração federal.

Após esta Lei, todo benefício pecuniário deferido aos Policiais Federais foi estendido aos Policiais Rodoviários Federais, com exceção de benefícios relacionados à formação específica, que possuíam caráter indenizatório (Indenização de Habilitação Policial). Em contrapartida, outros benefícios foram deferidos aos PRF's para compensar os que foram instituídos apenas para os PF's, a exemplo da Gratificação por Atividades Rodoviárias.

Assim, quando o Executivo Federal instituiu a Gratificação por Operações Especiais para os Policiais Federais em novembro de 1979, com efeitos financeiros plenos a partir de janeiro de 1980, verificou-se que em fevereiro daquele ano tal benefício foi estendido aos Policiais Rodoviários Federais com efeitos financeiros a partir do mês anterior. Outra verba, Gratificação de Função Policial, concedida em 1984 aos PF's, foi estendida aos PRF's após três meses.

Com a promulgação da nova CF em 1988, o § 1º do Art. 39 assegurava a isonomia remuneratória entre cargos assemelhados, tendo sido, inclusive, aprovada uma Lei específica para assegurar tal direito aos Policiais da União (Lei 7.702/88).

No final do Governo do presidente José Sarney foi editada a MP 106/89, convertida na Lei n.º 7.923/89, a qual promoveu a extinção de todas as gratificações, criando duas tabelas remuneratórias e estabelecendo alguns benefícios específicos relacionados aos locais de trabalho. Na ocasião, os Policiais Rodoviários Federais ficaram na Tabela "B", com vencimentos menores que os Policiais Federais, que estavam na tabela "A".

Ocorre que, uma Decisão Judicial assegurou aos Policiais Rodoviários Federais a manutenção de benefício pecuniário que manteve a remuneração dos PRFs em valor superior ao dos Policiais Federais, razão pela qual, na época, não se reivindicava a isonomia assegurada pela Lei 7702/88.

Em janeiro de 1991 foi concedida uma Gratificação aos PF's, denominada GOE, a qual foi estendida aos PRF's em dezembro daquele ano.

A reorganização da Carreira da Polícia Federal ocorreu em 1996 com a criação de três gratificações de 200% cada, sendo que os Policiais Rodoviários Federais receberam provisoriamente 140% até que houvesse recurso orçamentário para a reorganização de sua Carreira, o que ocorreu em junho de 1998, com efeitos financeiros retroativos a janeiro do mesmo ano.

Verifica-se, portanto, que a partir de 1998 a remuneração de um Policial Rodoviário Federal em final de carreira e de um Agente da Polícia Federal na mesma situação, sempre guardaram uma relação de igualdade, com variação mínima de aproximadamente R\$ 100,00 (cem reais), mantendo, assim, uma equivalência que variava apenas em relação às vantagens pessoais.

No entanto, o tratamento uniforme e justo existente até então foi rompido a partir de 2003, no início do Governo do presidente LULA, conforme se pode constatar na tabela abaixo.

ANO	DIF. EM REAIS	DIF. EM %
1998	134,65	4,61
2002	311,87	5,47
2003	314,97	5,42
2004	532,73	8,53
2005	955,83	15,31
2007	1.428,55	17,61

DEFASAGEM DE PESSOAL

Atualmente o déficit de pessoal da Polícia Rodoviária Federal esta em dez mil profissionais. O efetivo atual de 10.098 é o mesmo de 1979, época em que a corporação estava vinculada ao DNER e realizava apenas serviços relacionados ao trânsito.

No demonstrativo a seguir, percebe-se claramente que, apesar do crescimento vertiginoso do fluxo nas estradas, praticamente com o mesmo efetivo a PRF manteve sob controle a quantidade de acidentes e aumentou significativamente as prisões e as apreensões de drogas.

Ano	Acidentes com vítima	Apreensão de maconha	Prisões	Efetivo
2003	38558	33213	10918	7309
2004	35829	35338	10800	7694
2005	37622	46785	13930	8551
2006	38707	46633	19441	9755

Sobre este aspecto vale destacar que o Tribunal de Contas da União já se pronunciou favoravelmente ao aumento dos cargos de Policial Rodoviário Federal, de acordo com o contido no Acórdão 353/2006:

"No que toca aos recursos humanos do DPRF a auditoria demonstrou que no período de 1995 a 2004 a frota nacional e a malha rodoviária cresceram, respectivamente, em 54,9 e 68,2%, enquanto, o efetivo policial decresceu em 11,3%. No exercício de 2005, com a realização de concursos públicos, o efetivo retornou praticamente ao quantitativo observado em 1995..."

NÍVEL SUPERIOR E REESTRUTURAÇÃO

A Polícia Rodoviária Federal é a única instituição pública que permite o ingresso em seus quadros exigindo apenas "nível médio" para desempenhar atividades inerentes a profissionais de "nível superior". Essa anomalia dificulta o processo de qualificação e engajamento do policial, pois apesar do salário atraente, os novatos acabam migrando para outros órgãos públicos, inclusive pela falta de perspectiva profissional pelo fato do Plano de Cargos e Salários possuir uma estrutura extremamente simplista, sem possibilidades de grandes melhorias ao longo da carreira funcional.

Tanto o DPRF quanto o Ministério da Justiça já pacificaram o entendimento de que a exigência de curso superior completo em nível de graduação garantirá uma melhor qualificação dos policiais, como também um melhor desempenho de suas atribuições. Além dos benefícios que trará ao exercício do cargo, haverá, ainda, um ganho considerável no que se refere ao amadurecimento emocional e psicológico para lidar com situações difíceis às quais estão expostos diuturnamente os PRFs.

DAS REIVINDICAÇÕES

Considerando que já foi instalada a Mesa de Negociação no Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, com a participação de representantes do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Ministério da Justiça e Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais; além da manifestação unânime de apoio dos parlamentares presentes na referida Audiência Pública em prol da categoria, solicitamos a Vossa Excelência que realize gestões junto ao Ministério da Justiça, MPOG, Casa Civil e Presidência da República, no sentido de que sejam implementadas em caráter de urgência os seguintes pontos de reivindicação, sob pena do "*periculun in mora*":

1. Criação imediata de dez mil novos cargos de Policial Rodoviário Federal;
2. Correção das distorções salariais, restabelecendo o tratamento igualitário historicamente estabelecido entre os cargos de Policial Rodoviário Federal e Agente de Polícia Federal;
3. Nível superior para ingresso na Carreira;
4. Definição de critérios objetivos para progressão na Carreira de Policial Rodoviário Federal; e
5. Reestruturação do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Sendo o que apresenta para o momento, despedimo-nos, na expectativa de acolhimento ao exposto.

Atenciosamente,

Brasília, 29 de agosto de 2007.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

e

SINDICATOS FEDERADOS

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– O Senador Jayme Campos enviou discurso à Mesa sobre a presente homenagem, para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exa. será atendido.

O SR. JAYME CAMPOS (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico) –

Compor página 249-6

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 257, DE 2007**

(Nº 1.633/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Ecológica, Cultural e Esportiva de Campo Bonito – Paraná, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Bonito, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 2.850 de 11 de dezembro de 2002, alterada pela Portaria nº 624 de 9 de dezembro de 2003, que outorga autorização à Associação Comunitária, Ecológica, Cultural e Esportiva de Campo Bonito – Paraná para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Bonito, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 837, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 2.850, de 11 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 624, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária, Ecológica, Cultural e Esportiva de Campo Bonito – Paraná a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Bonito, Estado do Paraná.

Brasília, 10 de dezembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 188 EM

Brasília, 30 de julho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1) Encaminho a Vossa Excelência portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária, Ecológica, Cultural e Esportiva de Campo Bonito – Paraná, na cidade de Campo Bonito, Estado do Paraná, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2) Referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3) Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos; e a todos esses núcleos populacionais.

4) Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui: da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53740.000897/1999, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5) Em conformidade com os preceitos educacionais e legal; a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

PORTARIA Nº 2.850, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.000897/1999, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade Associação Comunitária, Ecológica, Cultural e Esportiva de Campo Bonito – Paraná, com sede na Rua Gaspar Dutra nº 225, Centro, na cidade de Campo Bonito, Estado do Paraná, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 25º01'52S e longitude em 52º59'30"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento**

PORTARIA Nº 624 DE 9 DE DEZEMBRO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II, do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.000897/99 e do PARECER/CONJUR/MC nº 1497/2003, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 1º, da Portaria nº 2.850, de 11 de dezembro de 2002, publicada no **Diário Oficial da União** de 13 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária, Ecológica, Cultural e Esportiva de Campo Bonito – Paraná, com sede na Rua Gaspar Dutra, 225 – Centro, na cidade de Campo Bonito, Estado do Paraná, a executar pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão comunitária, sem direito de exclusividade.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

RELATÓRIO Nº 604/2002-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.740.000.897-99 de 8 de Dezembro de 1999.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária, Ecológica, Cultural e Esportiva de Campo Bonito – Paraná na localidade de Campo Bonito, Paraná.

I – Introdução

1. Associação Comunitária, Ecológica, Cultural e Esportiva de Campo Bonito – Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 3.533.918/0001-94, com sede na Rua Gaspar Dutra, nº 225, Centro, Cidade de Campo Bonito, PR, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 7 de

dezembro de 1999, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 16 de Agosto de 2.001, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;

- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;

- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 01 a 249, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Getúlio Vargas, s/n, Centro, Cidade de Campo Bonito, Estado do Paraná, de coordenadas geográficas em 25° 01' 51" S de latitude e 52° 59' 27" W de longitude, consoante os dados constantes no aviso no **DOU** de 16-8-2001, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser alteradas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 154, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”. Posteriormente foram apresentadas novas coordenadas que foram analisadas e aceitas pelo Engenheiro Responsável.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;

- compatibilizarão de distanciamento do canal;

- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;

- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;

- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se as diligências para apresentação de alteração estatutária, comprovação do devido registro da Ata de Fundação e do Estatuto Social, apresentação do subitem 6,7 III, VI, X da Norma nº 2/98,

e posteriormente o subitem 6.11 (Projeto Técnico) da Norma nº 2/98, (fls. 157-248).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o “Formulário de Informações Técnicas”, fls. 206, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as Seguintes informações:

- identificação da entidade;

- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;

- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;

- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 231 e 232.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Comunitária, Ecológica, Cultural e Esportiva De Campo Bonito – Paraná

• quadro diretivo

Presidente: Antônio Carlos Dominiak
 Vice-Presidente: Gilmar Giacomelli
 1º Secretário: Alair Antônio dos Santos
 2º Secretário: José Carlos de Andrade
 1º Tesoureiro: Ezoel Pereira de Araújo
 2º Tesoureiro: Dulizete Francisco Simioni

• Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Gaspar Dutra, s/n., Centro, Cidade de Campo Bonito, Estado do Paraná.

• **coordenadas geográficas**

25°01'52"S de latitude e 52°59'30"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fls. 206 e "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de Radcom", fls. 231 e 232, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação Comunitária, Ecológica, Cultural e Esportiva de Campo Bonito – Paraná**, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.740.000.897-99 de 8 de Dezembro de 1999.

Brasília, 5 de Novembro de 2002. – **Sibela Leandra Portela**, Relator da conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relator da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília 28 de novembro de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 28 de novembro de 2002. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão .

Aprovo o Relatório nº 604/2002/DOSR/SSR/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 2 de dezembro de 2002. – **Antonio Carlos Tardeli**, Secretário de Serviço de Radiodifusão.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 258, DE 2007**

(Nº 1.641/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária São Domingos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo da Madre de Deus, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 49 de 16 de janeiro de 2004, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária São Domingos para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo da Madre de Deus, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 886, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 21, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Cultural Comunitária Rui Barbosa, na cidade de Terra Nova do Norte – MT;

2 – Portaria nº 27, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Cultural de Rádio Comunitária de Central Carapina, na cidade de Sara – ES;

3 – Portaria nº 35, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Central de Cajati, na cidade de Cajati – SP;

4 – Portaria nº 37, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Nova Esperança de Promoção Social, na cidade de Malhada de Pedras – BA;

5 – Portaria nº 49, de 16 de janeiro de 2004 – Associação de Radiodifusão Comunitária São Domingos, na cidade de Brejo da Madre de Deus – PE;

6 – Portaria nº 57, de 16 de janeiro de 2004 – Associação Artística Virtulino Antônio Mairink – Jovens Unidos de Iguaba Grande, na cidade de Iguaba Grande – RJ;

7 – Portaria nº 92, de 23 de janeiro de 2004 – Associação da Rádio Comunitária Migrantes São Felipe – ARCOMISF, na cidade de São Felipe D'Oeste – RO;

8 – Portaria nº 95, de 23 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária Rádio Brasília, 15 de dezembro 2004.

Ondas Verdes FM, na cidade de Tacuru – MS; e

9 – Portaria nº 133, de 16 de abril de 2004 – Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Flexeiras – AL, na cidade de Flexeiras – AL.

Brasília, 15 de abril de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 52 EM

Brasília, 13 de abril de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária de São Domingos, na cidade de Brejo da Madre de Deus, Estado de Pernambuco, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o

caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53000.007190/02, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira.**

PORTARIA Nº 49, DE 16 DE JANEIRO DE 2004

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.007190/2002 e do Parecer/Conjur/MC nº 0047/2003, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária São Domingos, com sede na Rua Francisco Barbosa Xavier, nº 311, Distrito de São Domingos, na cidade de Brejo da Madre de Deus, Estado de Pernambuco, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas ge-

ográficas com latitude em 7º57'45"S e longitude em 36º12'41"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

RELATÓRIO Nº 421/2003–DOSR/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53000.007190/2002, protocolizado em 4 de dezembro de 2002.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação de Radiodifusão Comunitária São Domingos, localidade de Brejo da Madre de Deus, Estado de Pernambuco.

I – Introdução

1. A Associação de Radiodifusão Comunitária São Domingos, inscrita no CNPJ sob o número 05.389.216/0001-04, no Estado de Pernambuco, com sede na Rua Francisco Barbosa Xavier, nº 311 no distrito de São Domingos, cidade de Brejo da Madre de Deus, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 5 de novembro de 2002, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 11 de novembro de 2002, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes .

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame

do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha nº 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Francisco Xavier, nº 311 – no distrito de São Domingos, na cidade de Brejo da Madre de Deus, Estado de Pernambuco, de coordenadas geográficas em 7°57'42"S de latitude e 36°12'38"W de longitude. Ocorre que, posteriormente, as coordenadas propostas foram retificadas passando a constar 7°57'45"S de latitude e 36°12'41"W de longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU** de 11-11-2002.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas nº 38 denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira. endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante por meio de Certidão Cartorária de que a Ata de Constituição, Estatuto Social e Ata de Eleição e Posse encontram-se devidamente registrados, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 42 a 79).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 66, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de

verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas nºs 80 e 81. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas nºs 1 a 82, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente,

seguinte—se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• **nome**

Associação de Radiodifusão Comunitária São Domingos

• **quadro diretivo**

Presidente: Valderi José de Almeida
Vice-presidente: Getúlio Pacheco de Lima
Secretária: Ana Rosa Correia da Silva
Tesoureiro: Antônio Clemente Correia de Almeida
Diretor de Patrimônio: Amauri Severino Filho
Diretor Cultural e de Comunicação Social: Fernando Samuel de Amaral

• **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Francisco Barbosa Xavier, nº 311 - Distrito de São Domingos, cidade de Brejo da Madre de Deus, Estado de Pernambuco.

• **coordenadas geográficas**

7°57'45" de latitude e 36°12'41" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. nºs 80 e 81, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. nº 66 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação de Radiodifusão Comunitária São Domingos, no sentido de conceder—lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53000.007190 /2002, de 4 de dezembro de 2002.

Brasília, 8 de dezembro de 2003. – **Lúcia Helena Magalhães Pucelli**, Chefe de Serviço.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, de dezembro de 2003. – **Jayme Marques de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 17 de dezembro de 2003. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 421/2003/DOSR/SSCE/MC. Encaminhe—se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 17 de dezembro de 2003. – **Eugênio de Oliveira Fraga**, Secretário de Serviços de Comunicação.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 259, DE 2007**

(Nº 2.250/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Santo Antônio do Monte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 569, de 5 de novembro de 2003, que outorga autorização à Associação Comunitária de Santo Antônio do Monte para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 96, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 569, de 5 de novembro de 2003, que outorga autorização à Associação Comunitária de Santo Antônio do Monte para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais.

Brasília, 15 de fevereiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 497 EM

Brasília, 26 de novembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Santo Antônio do Monte, na cidade de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da

radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o grupo de trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das rádios comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53710.001432/2000, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

PORTARIA Nº 569 DE 5 DE NOVEMBRO DE 2003.

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.001432/00 e do PARECER/CONJUR/MC nº 1.357/2003, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Santo Antônio do Monte, com sede na Rua Expedicionário Geraldo Resende, 61, 2º andar, sala 02 – Centro, na cidade de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 20º05'16"S e longitude em 45º17'38"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no

prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

RELATÓRIO Nº 229/2003-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53710001432/00, protocolizado em 1º-12-00.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária de Santo Antônio do Monte, localidade de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais.

I – Introdução

A Associação Comunitária de Santo Antônio do Monte, inscrita no CNPJ sob o número 03.794.934/0001-30, no Estado de Minas Gerais, com sede na Rua Expedicionário Geraldo Resende 61, 2º andar, sala 02 – Centro, cidade de Santo Antônio do Monte Belo, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 12 de junho de 2000, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – D.O.U.** de 5 de dezembro de 2000, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outra entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. Os motivos do arquivamento, bem como a indicação da relação constando o respectivo nome e processo se encontra abaixo explicitada:

a) Associação Comunitária e Cultural de Santo Antônio do Monte – Processo nº 53710000711/98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: entidade não se caracteriza como de natureza comunitária, conforme comunicado por meio do ofício nº 2.446, datado de 5-6-2000 (cópia anexa)

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Expedicionário Geraldo Resende 61 – Centro, na cidade de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 20°05'16"S de latitude e 45°17'38"W de longitude, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU.**, de 5-12-00.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas

indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se desprende da memória do documento de folhas 59, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Inicialmente os autos do processo foram arquivados pelos fatos e fundamentos dispostos no ofício nº 4.326/01 de 26-1-01, ocorre que, diante da apresentação de pedido de reconsideração, a decisão anterior foi revista, conferindo a regular tramitação do processo. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 inciso II da Norma nº 2/98, cópia do CNPJ da requerente, declaração do endereço da sede, comprovação de necessária alteração estatutária e comprovante das manifestações em apoio, bem como apresentação do projeto técnico (fls. 63 a 123).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 86, firmado

pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 124 e 125. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 02 a 123, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- ata de Constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes; manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

Associação Comunitária de Santo Antônio do Monte;

- **quadro diretivo**

Presidente: Eliana Cristina Gomide
Dir. Adm. e Financeira: Neusa Maria Borges de Oliveira
Dir. de Operações: Ciro Antônio de Couto

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Expedicionário Geraldo Resende 61, 2º andar – sala 2 – Centro, cidade de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais.

- **coordenadas geográficas**

20°05'16" de latitude e 45°17'38" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 124 e 125, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls 86 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação Comunitária de Santo Antônio do Monte**, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº **53710001432/00**, de 1º de dezembro de 2000.

Brasília, 18 de agosto de 2003. – Relator da conclusão Jurídica, **Alexandra Luciana Costa**, Coordenadora – Siape 1311638, – **Neide Aparecida da Silva**, Relator de conclusão Técnica

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 20 de agosto de 2003. – **Jayme Marques de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 20 de agosto de 2003. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 229/2003/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 20 de agosto de 2003. – **Eugenio de Oliveira Fraga**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

(À Comissão Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 260, DE 2007

(Nº 2.280/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Corumbá – ACODAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 381, de 10 de agosto de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Corumbá – ACODAC para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 271, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 381, de 10 de agosto de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Corumbá – ACODAC para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

Brasília, 24 de abril de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 248 EM

Brasília, 15 de agosto de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Corumbá – ACODAC, no Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da

filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das rádios comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53700.001239/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, **Helio Calixto da Costa**.

PORTARIA Nº 381, DE 10 DE AGOSTO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53700.001239/98 e do Parecer/MC/Conjur/GAT/Nº 178 -1.08/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Corumbá – ACODAC, com sede na Rua Ciríaco de Toledo, nº 62, Bairro Guarani, no Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 19º03'07"S e longitude em 57º38'52"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no

prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.

RELATÓRIO Nº 297/2004/RADCOM/ DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53.700.001.239-98, protocolizado em 19-8-1998.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Corumbá – ACODAC, no Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Corumbá – ACODAC inscrita no CNPJ sob o número 02.754.220/0001-36, no Estado do Mato Grosso do Sul, com sede na rua Ciríaco de Toledo, nº 62 – Bairro Guarani, Município de Corumbá, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 18 de agosto de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 14-12-1998 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes .

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em

conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1Km, com centro localizado na rua Ciríaco de Toledo, nº 62, Bairro Guarani, no Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, de coordenadas geográficas em 19°00'33"S de latitude e 57°39'12"W de longitude. A Entidade apresentou novas coordenadas antes mesmo da primeira análise, às fls. 141 dos autos.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser retificadas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 198 e 199, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, em resposta ao Ofício nº 4.205/04, de 28-4-2004 e 9.750/04, de junho de 2004 o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados, conforme documentos de fls. 229, 233, 290 e 291 dos autos.

7. Das análises técnico jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II, III, IV, V, VIII e X da Norma nº 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, CNPJ das entidades que manifestaram apoio, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 82 a 287).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 229 firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 290 e 291. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações:

identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 292 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Corumbá – ACODAC

• **quadro diretivo**

Presidente: Regina Fátima dos Santos
 Vice-presidente: Rosilda Batista dos Santos
 1º Secretário: Mathias da Silva
 2º Secretário: Cesarino Ferreira de Santana
 1º Tesoureiro : José Dias do Nascimento

• **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua José Belmiro M. de Barros, nº 25 – Guanã I, Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul.

• **coordenadas geográficas**

19°03'07" de latitude e 57°38'52" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 290 e 291, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 229 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Corumbá – ACODAC, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.700.001.239-98 de 19 de agosto de 1998.

Brasília, 17 de dezembro de 2004. – **Sibela Leandra Portela**, Relator da conclusão Jurídica – **Regina Aparecida Monteiro**, Relator da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços .

Brasília, 20 de dezembro de 2004. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Junior**, Coordenador– Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 20 de dezembro de 2004. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 297/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 20 de dezembro de 2004. – **Sérgio Luiz de Moraes Diniz**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(Às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, – decisão terminativa).

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
 Nº 261, DE 2007**

(Nº 2.408/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Verdes Mares Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 11 de setembro de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Televisão Verdes Mares Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 825, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 11 de setembro de 2006, que "Renova a concessão outorgada à Televisão Verdes Mares Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, sem direito de exclusividade, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro".

Brasília 21 de setembro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 345 EM

Brasília, 20 de junho de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto, para renovação da concessão outorgada à Televisão Verdes Mares Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 10 (dez) anos.

2. A Requerente recebeu a outorga pelo Decreto nº 51.155 de 7 de agosto de 1961, tendo sido renovada pela última vez pelo Decreto s/nº, de 1º de outubro de 2001, publicado no **DOU**, do dia 2 de outubro de 2001, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 835 de 2004, publicado no **DOU**, do dia 9 de novembro de 2004.

3. Pretende a Requerente a renovação de sua concessão por igual período, ou seja, 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 2003.

4. Observo que a renovação do prazo de vigência da outorga para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

5. Cumpre ressaltar que os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o de acordo com a legislação aplicável e demonstrando possuir a entidade as qualificações necessárias à renovação da concessão, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

6. Nessa conformidade, e em observância aos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal, esclareço que o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo n.º 53000.021638/2004, que lhe deu origem.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa.**

DECRETO DE 11 DE SETEMBRO DE 2006

Renova a concessão outorgada à Televisão Verdes Mares Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, sem direito de exclusividade, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto n.º 88.066, de 22 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processo Administrativo n.º 53000.021638/2004, decreta:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Televisão Verdes Mares Ltda. pelo Decreto n.º 51.155, de 7 de agosto de 1961, renovada mediante o Decreto de 1º de outubro de 2001, publicado no **Diário Oficial da União** de 2 de outubro de 2001, e aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 835, de 8 de novembro de 2004, publicado no **Diário Oficial da União** de 9 de outubro de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de setembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

PARECER/MC/CONJUR/DMM/Nº 358 – 1.13/2006

PROCESSOS Nº 53000.021638/2004

Ementa: Concessão para explorar o serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias. Pedido de renovação formulado intempestivamente. A requerente apresentou toda a documentação exigida. O deferimento do pedido de renovação reveste-se de legalidade a despeito da intempestividade do pedido.

I – Do Relatório

1. Veio a exame desta Consultoria requerimento formulado pela Televisão Verdes Mares Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, solicitando a renovação da concessão que lhe foi outorgada pelo Decreto n.º 51.155, de 7 de agosto de 1961, publicado no **DOU** do dia 11 de agosto do mesmo ano.

2. A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, por meio da Informação n.º 228/2005/COS-MS/CGLO/DEOC/SC (fls. 115 a 116), manifestou-se favoravelmente ao deferimento do pedido, concluindo pela regularidade da situação técnica e da vida societária da requerente.

3. A mais recente renovação da concessão foi deferida à entidade pelo Decreto s/n.º de 1º de outubro de 2001, publicado no **DOU** do dia 2 de outubro do mesmo ano, através do Decreto Legislativo n.º 835, de 2004, publicado no **DOU** do dia 9 de novembro de 2004, renovando a outorga por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1993.

II – Da Análise

4. Inicialmente, é preciso ressaltar que a requerente efetuou intempestivamente o pedido de renovação da outorga. A mencionada legislação sobre a matéria reza que: “as entidades que pretenderem a renovação do prazo de concessão ou permissão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Ministério das Comunicações no período compreendido entre o 6º (sexto) e o 3º (terceiro) mês anteriores ao término do respectivo prazo” (art. 4º da Lei n.º 5.785/72 e art. 3º do Decreto n.º 88.066/83).

5. Nesse contexto, o termo final a ser respeitado no presente caso concreto seria o dia 1º de agosto de 2003, uma vez que a respectiva outorga concedida se esvaiu em 1º de novembro do mesmo ano. Ocorre que, a emissora requerente formalizou seu pedido apenas em 18 de maio de 2004. Desse modo, não é difícil notar que a requerente perdeu o prazo para requerer a renovação da concessão.

6. Não obstante a requerente tenha formulado o pedido fora do prazo legal, a opinião da presente Consultoria é no sentido da manutenção da outorga, ou seja, pela renovação da concessão.

7. Ora, não seria razoável, nem haveria atendimento ao interesse público negar renovação de outorga a uma emissora que já está em operação há mais de uma década, e ademais, preenche todos os demais requisitos técnicos e jurídicos para tanto, apenas com fulcro único e concentrado num lapso de pequena monta da requerente.

8. Nesse diapasão, temos que as condições para a renovação da outorga podem ser divididas em cinco espécies: **a)** temporal (requerimento entre os 180 e 120 dias anteriores ao término dos respectivos prazos); **b)** formal (submissão aos requisitos legais, regulamentares e contratuais, durante a vigência da concessão e ao tempo da renovação – art. 113, incisos I e II, Decreto nº 52.795 de 31-10-1963); **c)** técnico-financeira (ostentar as condições de oferta dos serviços em termos técnicos e econômico-financeiros – art. 113, inciso III, Decreto nº 52.795/1963); **d)** moral (manter-se em conformidade aos padrões de idoneidade moral – art. 113, inciso III, Decreto nº 52.795/1963); **e)** finalística (atendimento ao interesse público, particularmente no que se refere à finalidade educativa e cultural da radiodifusão – art. 113, inciso IV, Decreto nº 52.795/1963).

9. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Dec. nº 52.795/63, prevê no parágrafo único do art. 32, **in verbis**:

“A permissão entrará em vigor **após deliberação do Congresso Nacional**, nos termos do art. 223 da Constituição, **publicada em ato competente.**” (*grifos nossos*).

10. Analisando-se a legislação pertinente a este ponto, tem-se que a situação da requerente, conforme dispõe o art. 7º do Decreto nº 88.066/83 configuraria, em tese, caso de perempção, cuja consequência é a perda do direito de ter renovada a outorga, pois deixou de cumprir exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço.

11. Não obstante, essa regra deve ser cotejada com os princípios que regem a administração pública, em especial o serviço público, bem como deve ser examinada à luz da intenção do legislador constitucional quando

tratou da matéria. Uma vez que, não se deve olvidar que a comunicação social, envolvendo a proliferação do pensamento e da informação, tem sede constitucional, inclusive, capitulada em título próprio, devendo ser cultuada e estimulada em todos os sentidos no seio da sociedade brasileira. Não sendo, assim, razoável, nem adequado ao interesse público a negativa da manutenção da outorga por parte do Poder Público por pequeno atraso na formulação do pedido, formulado, inclusive, quando ainda vigia a outorga anterior.

12. O art. 223 da Constituição Federal, em seus parágrafos, dispõe, **in verbis**:

“§ 2º A **não-renovação da concessão ou permissão** dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou **renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional**, na forma dos parágrafos anteriores.” (*grifos nossos*).

13. Da leitura dos dispositivos depreende-se que a exigência de quórum qualificado e votação nominal apenas no caso de não-renovação, dificultando a aprovação do ato, demonstra, claramente, a intenção do legislador de evitar que a outorga regularmente obtida deixe de ser renovada.

14. Há que se avaliar ainda a regra da perempção em relação ao Princípio da Continuidade do Serviço Público. A exploração dos serviços de radiodifusão é serviço público que o Estado tem obrigação de prestar por si ou através de concessão ou permissão, em obediência ao princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal, previsto no art. 223, **in fine**. E, em ambos os casos, deve zelar pelo bom funcionamento do serviço.

15. Nesse sentido, a Lei nº 8.897/95, que trata do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, estatui:

“Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.”

16. Observe-se que o Princípio da Continuidade subordina o exercício do serviço público, seja ele pres-

tado diretamente pela administração ou por meio de concessão ou permissão, decorrendo do dever inerente à administração de desempenhar a atividade pública, não podendo dispor do interesse público. É preciso reconhecer que, no presente caso, a cessação do serviço acarretaria prejuízo à coletividade, o que justifica a renovação da outorga.

17. O ilustre autor Agustín Gordillo, em sua obra, **Tratado de derecho administrativo**. 3ª ed. Buenos Aires: **Fundación de Derecho Administrativo**, 1998. t.2. p. 52, acentua que:

“La continuidad no significa que la actividad sea ininterrumpida, sino tan sólo que satisfaga la necesidad pública toda vez que ella se presente; pero tampoco es una característica uniforme. Ella residiría en que se satisfaga oportunamente – sea en forma intermitente, sea en forma ininterrumpida, según el tipo de necesidad de que se trate – la necesidad pública. Pero ello no es así, pues no se trata de una determinación abstracta que haga la doctrina em función de la necesidad pública a satisfacer, sino de una decisión concreta del orden jurídico em función de la posibilidad material de prestar el servicio o atender la necesidad pública.”

18. Note-se que a interessada jamais interrompeu o serviço prestado. Inexistiu dano ao usuário, mantiveram-se as finalidades essenciais desse tipo de execução da finalidade pública. É de ser temperada a inobservância de apenas uma das cinco condições para renovação de outorgas, a temporal, mediante o concurso do princípio da proporcionalidade, que se completa por três elementos: a adequação, a necessidade e a proporcionalidade em sentido estrito. A proporcionalidade ou a razoabilidade, como prefere o Supremo Tribunal Federal (HC nº 80.379/SP, HC nº 80.448/RN, ADIMC nº 2.353/ES, AGRAG nº 269.104/RS), é um instrumento essencial à defesa dos direitos fundamentais, aqui se inserindo a prerrogativa de comunicar e de receber comunicação, afetando o radiodifusor e os usuários de seus serviços.

19. A boa-fé objetiva no Direito Administrativo, caracterizada subprincípio da moralidade, apresenta deveres inseridos, os quais se entremostam nos conceitos

de lealdade, dever de cuidado, correção no proceder e dever de informar, dentre outros. Mais especificamente, é uma verberação no Direito Público dos princípios **venire contra factum proprium (Eine Ausprägung des Handelns nach Treu und Glauben gemäB, § 242, BGB)** e **tu quoque**, a significar que minha conduta equívoca não pode ser invocada para me beneficiar.

20. Tanto certo quanto evidente que a intemperividade não pode ser negada. No entanto, o Ministério das Comunicações suprimiu o avoengo, e louvável, proceder de informar os entes radiodifusores, com necessária antecedência, sobre o vencimento de suas concessões ou permissões, o que não ocorreu.

21. Conservar a possibilidade de renovação da outorga, haja vista existentes todas as demais condições normativas, exceto a temporal, é algo razoável ante o cotejo evidente dos meios e fins.

22. Em outra vertente argumentativa, porém, no mesmo sentido note-se que a Constituição Federal somente admite o cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, por força de decisão judicial (art. 223, § 4º). Não é por outro motivo que, de modo extremamente revelador quanto à opção por esse primado, “a Constituição Federal ignorou a tradicional diferença conceitual entre os institutos da concessão e permissão, ligada, basicamente, à precariedade da permissão, pois exigiu, em ambos os casos, que a não-renovação dependesse de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal” (MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada** e legislação constitucional. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004. p. 2.050).

23. Desse modo, dando sustentação aos argumentos acima expostos, constata-se que toda documentação presente nos autos encontra-se perfeita, não havendo, pois, qualquer óbice documental ao deferimento do pedido, conforme corrobora a Informação nº 207/2005/COSMS/CGLO/DEOC/SC (fls. 129 a 131) da lavra da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

24. Cumpre explicitar que a requerente tem seus quadros societário e diretivo autorizados pela Portaria nº 38, de 9 de outubro de 1992, contando atualmente com a seguinte composição:

COTISTA	COTAS	VALOR (em R\$)	%
Yolanda Vidal Queiroz	37.016	102.888.192,96	74,032
Airton José Vidal Queiroz	2.164	6.014.967,84	4,328
Edson Queiroz Filho	2.164	6.014.967,84	4,328
Myra Eliane Vidal Queiroz	2.164	6.014.967,84	4,328
Renata Queiroz Jereissati	2.164	6.014.967,84	4,328
Lenise Queiroz Rocha	2.164	6.014.967,84	4,328
Paula Queiroz Frota	2.164	6.014.967,84	4,328
TOTAL	50.000	138.978.000,00	100

CARGO
Diretor-Presidente

PESSOA EXERCENTE
Yolanda Vidal Queiroz

25. Ressalte-se, ainda, que a emissora encontra-se operando regularmente, dentro das características técnicas que lhe foram atribuídas, sendo parte integrante dos autos o laudo de ensaio de transmissores acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART devidamente quitada (fls. 4 a 14/fl. 89).

26. A situação da concessionária perante o Fundo de Fiscalização de Telecomunicações – FISTEL é regular, inexistindo débitos pendentes com a Anatel (fl. 66).

27. Também é regular a situação da concedente em face das Fazendas Públicas Federal (fl. 37), Estadual (fl. 36), Municipal (fl. 35), INSS e da CEF, gestora do FGTS (fl. 34), destacando-se que a certidão positiva com efeitos de negativa apresentada pela requerente (fls. 72, 73, 78 e 79) tem os mesmos efeitos da certidão negativa exigida para a presente renovação, conforme expressamente disposto no art. 206 do Código Tributário Nacional.

III – Da Conclusão

28. Diante do exposto, cumpridas as praxes processuais no que se refere à análise técnico-jurídica da matéria, propõe-se o encaminhamento dos autos, acompanhados de minutas dos atos próprios – decreto e exposição de motivos – à consideração do Senhor Ministro de Estado das Comunicações.

29. Posteriormente, deverá a matéria ser apreciada pelo Congresso Nacional, consoante o disposto do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, para que o ato de renovação possa surtir seus efeitos legais.

30. Em se tratando de concessão, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785/72, compete ao Presidente da República decidir o pedido.

31. É o parecer, o qual submeto à apreciação superior.

Brasília, 16 de fevereiro de 2006. – **Daniel Mandelli Martin Filho**, Advogado da União.

De acordo. À consideração superior.

Em 21-2-2006. – **Eduardo Magalhães Teixeira**, Coordenador Jurídico de Serviços de Radiodifusão.

De acordo. À consideração do Sr. Consultor Jurídico.

Em 21-2-2006. – **Maria da Glória Tuxi F. dos Santos**, Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica.

Aprovo. Encaminha-se o presente processo acompanhado do respectivo ato ao gabinete do Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado das Comunicações, para as providências de sua alçada.

Em 19-6-2006. – **Marcelo Bechara de S. Hobai-ka**, Consultor Jurídico.

(Às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 67, DE 2007

(Nº 6.633/2006, na Casa de origem)

Denomina Ponte Governador Ivar Figueiredo Saldanha a segunda ponte sobre o Estreito dos Mosquitos, na BR-135, ligando a ilha de São Luís ao continente, no Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominada Ponte Governador Ivar Figueiredo Saldanha a segunda ponte, em fase de conclusão sobre o Estreito dos Mosquitos, na BR-135, ligando a ilha de São Luís ao continente, no Estado do Maranhão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 6.633, DE 2006

Denomina a segunda ponte sobre o Estreito dos Mosquitos na BR-135, ligando a Ilha de São Luís ao continente, de Ponte Governador Ivar Figueiredo Saldanha e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominada Ponte Governador Ivar Figueiredo Saldanha, a segunda ponte em fase de conclusão sobre o Estreito dos Mosquitos na BR-135, ligando a ilha de São Luís ao continente, no Estado do Maranhão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A ponte sobre o Estreito dos Mosquitos na BR-135 se constitui de extrema importância para o Estado do Maranhão, sendo, até então, a ponte Marcelino Machado a única via de acesso rodoviário a São Luís, capital do Estado.

Em recente episódio a referida obra de arte esteve a ponto de colapso estrutural, levando o Governo Federal a empreender a sua recuperação em caráter de urgência, dado os transtornos causados pelo episódio, e, também, promover a construção de uma nova ponte, obra há muito clamada pela sociedade Maranhense.

É de senso comum que os logradouros e vias e monumentos ganham maior identificação, quase personalidade própria, quando adotam nomes em vez de números, ou simplesmente permanecem sem uma denominação usual. É cultural, também, o hábito de homenagear cidadãos notáveis, conferindo a locais, praças, avenidas, monumentos etc. o nome de ilustres personalidades.

Ivar Figueiredo Saldanha foi uma personalidade ilustre na história recente do Estado Maranhão e sempre cultivou pelo Município de Rosário, sua terra natal, um carinho e dedicação especial.

Governador do Estado, Deputado Federal, Deputado Estadual por mais de 23 anos, duas vezes Presidente da Assembléia Legislativa e Prefeito da Capital São Luís foram cargos ocupados por esse maranhense de origem humilde e que bem demonstra a importância da sua participação na vida pública do Estado.

Impossível prognosticar o número de vezes que em vida Ivar procedeu à travessia do Estreito dos Mosquitos para ir estar com seus conterrâneos, ou simplesmente para ir pernoitar na sua querida Rosário e retornar na manhã seguinte para dar cumprimento a sua exigente agenda de homem público, criando assim uma perfeita identidade com aquela paisagem tão familiar. Mesmo como Governador do Estado Ivar Saldanha manteve esse hábito, deixando por incontáveis ocasiões os aposentos do Palácio dos Leões para ir estar com sua gente.

Nada mais oportuno que no momento em que se constrói uma nova ponte de acesso da ilha ao continente se venha, merecidamente, prestar uma homenagem póstuma a esse ilustre maranhense, para que com o seu nome passe a se denominar de Ponte Governador Ivar Figueiredo Saldanha a nova ponte rodoviária sobre o Estreito dos Mosquitos em fase de conclusão de obras na BR-135, no Estado do Maranhão.

São essas as razões que me levaram a propor o presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 14 de fevereiro de 2006. – Deputado **Pedro Fernandes**.

(À Comissão de Educação)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB)

– Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 257 a 261, de 2007**, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, e da Resolução nº 1, de 2007, do Senado Federal, os Projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, b, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB)

– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 30/2007 – GSACJR

Brasília, 23 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, comunico a Vossa Excelência que na data de ontem, no período da tarde, tive que me ausentar dos trabalhos da Casa para tratar assuntos parlamentares de natureza inadiável e, mesmo tendo registrado meu comparecimento no painel de votação do Plenário, deixei de participar da votação nominal.

Informo, outrossim, que estive pela manhã, em meu gabinete, despachando regularmente, além de estar presente nos trabalhos das Comissões de Ciência e Tecnologia e Constituição, Justiça e Cidadania.

Na oportunidade, apresento-lhe meus protestos de estima e consideração.

Respeitosamente, – Senador **Antonio Carlos Junior**.

OF. GABSAV Nº 139/2007

Brasília, 15 de junho de 2007

Exmº Sr. Presidente,

Em razão das inúmeras reuniões de que participei como Líder do PSDB, com vistas a examinar as várias questões suscitadas pelo conselho de Ética do Senado Federal, não pude estar presente às votações de plenário realizadas no dia de ontem, 14-6-2007. Em face disso, solicito a V. Exª., o especial obséquio em abonar minha justificada ausência.

Na oportunidade, renovo meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB) –

Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of./GAB/l/nº 1.138

Brasília 29, de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Colbert Martins passa a integrar, na qualidade de titular, a Comissão Mista Especial destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil, em substituição ao Deputado Paulo Piau.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Henrique Eduardo Alves**, Líder do Bloco.

Ofício nº 138/2007 – GLDBAG

Brasília, 29 de agosto 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Inácio Arruda, como membro titular, em substituição ao Sena-

dor Eduardo Suplicy, que torna-se membro suplente na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “apurar a liberação pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONG – e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIP, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir de 1999 até o ano de 2006”.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 982, DE 2007

Tendo sido designada pelo Senador Geraldo Mesquita, Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, para participar da Quinta Sessão do Parlamento do Mercosul, que se realizará na cidade de Montevideú, Uruguai, no período de 2 a 5 de setembro próximo, solicito autorização do Senado para ausentarme do País neste período, nos termos dos arts. 55, III, da Constituição e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2007. – Senadora **Marisa Serrano**.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– O requerimento que acaba de ser lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 983, DE 2007

Solicita informações à Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente sobre as deliberações do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente para que providencie, dentro do prazo constitucional, respostas às informações abaixo solicitadas:

- Informar os processos protocolizados no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN, no período de janeiro de 2003 a julho de

2007. Informar a data do respectivo protocolo, o número do processo, a finalidade do pleito, o nome do interessado, a data da deliberação aprovando ou indeferindo o pedido com a respectiva publicação no **Diário Oficial da União**, e a situação dos processos que ainda não foram concluídos.

- Informar quais os processos aprovados que envolviam bioprospecção geraram produtos. Informar o número do processo e o produto desenvolvido.

- Para o Ministério do Meio Ambiente a Medida Provisória nº 2.186-16/2001 regulamenta de forma satisfatória o segmento? Por que?

Justificação

Atualmente é comum ouvir e ler afirmações, que confirmam de que o Brasil é o País mais rico do mundo em matéria de patrimônio genético. Essa afirmação, decididamente, não pode ser entendida apenas como referência à quantidade imponente do conjunto dos recursos naturais existentes no território brasileiro. Esse conceito de riqueza que envolve o patrimônio genético nacional, embora não tenha sido devidamente avaliada do ponto de vista econômico, e certamente não será possível fazer uma avaliação econômica realista antes de seu pleno conhecimento, deve ser compreendido também como riqueza no sentido de potencial abundância econômica.

Na página do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN na internet, a Secretaria Executiva do CGEN elaborou texto de apresentação que contém o seguinte conteúdo:

“O Brasil se notabiliza pela sua biodiversidade. São mais de 200 mil espécies já registradas em seus biomas (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa) e na Zona Costeira e Marinha. Estima-se que este número possa chegar a mais de um milhão e oitocentas mil espécies. Além disso, o Brasil conta com uma sociodiversidade expressiva. São mais de 220 etnias indígenas e diversas comunidades locais (quilombolas, caiçaras, seringueiros, etc.) que detêm importantes conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.

Historicamente, o uso dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados tem ocorrido de forma injusta. A importante contribuição destes componentes para o desenvolvimento de novos produtos comerciais, muitos deles patenteados, via de regra, tem sido apropriada pelos países desenvolvidos sem que tenha havido previamente alguma solicitação para o acesso, o respeito a algum tipo de consentimento prévio ou alguma forma

de repartição de benefícios para com os países de origem da biodiversidade ou para com as comunidades tradicionais detentoras.

Diante deste cenário, a Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB representou um avanço notável no âmbito das negociações internacionais, especialmente para os países megadiversos como o Brasil. Ao reconhecer a soberania nacional sobre a biodiversidade, estabelecer o objetivo da repartição de benefícios decorrente do uso dos recursos genéticos e reconhecer os direitos das comunidades indígenas e locais sobre seus conhecimentos, definiu as bases para uma nova cultura no uso destes componentes.

A CDB também estabeleceu que cabe a cada país regular por legislação nacional o acesso a repartição de benefícios, bem como o consentimento prévio fundamentado, relativos aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais.

No Brasil, o tema é regulado pela Medida Provisória nº 2.186-16/2001 que instituiu regras para acesso, a remessa e a repartição de benefícios. Também estabeleceu o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, como a autoridade nacional, com função normativa e deliberativa sobre as autorizações de acesso e remessa.

A regulação do acesso e da repartição de benefícios, juntamente com a promoção do uso sustentável da biodiversidade representam ações estratégicas para a própria conservação da biodiversidade e oportunidade de afirmação dos direitos soberanos sobre a biodiversidade e dos direitos das comunidades tradicionais”.

Considerando o que foi reconhecido pela Secretaria Executiva do CGEN e o que consta do conteúdo da matéria publicada no dia 28 de agosto de 2007 pelo jornal **The New York Times**, repleta de depoimentos de cientistas brasileiros, cujo título – “Enquanto Brasil defende sua biodiversidade, regras amarram os cientistas” –, já indica a existência de problemas de gestão no setor, relevante conhecer o funcionamento deste Conselho que aplica a regulação à regulamentação vigente, com o objetivo de promover o sustentável da biodiversidade, para assim poder aferir sua eficiência ou ineficiência.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2007. – Senadora **Kátia Abreu**, Vice-Líder do Democratas.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 984, DE 2007

Requeiro, nos termos do inciso I do art. 39 e o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja justificada a minha ausência nos dias 3 e 4 do mês de setembro de 2007, quando estarei em missão oficial, junto à 5ª Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Uruguai.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2007.

– **Eduardo Azeredo**.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– O requerimento que acaba de ser lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 985, DE 2007

Requeremos, em aditamento ao Requerimento nº 967, de 2007, que a Sessão Especial em homenagem pela passagem dos 50 Anos da Revolta dos Posseiros, seja transformada em homenagem do Período do Expediente, a realizar-se no dia 2 de outubro.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2007.

Senador

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– O requerimento que acaba de ser lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 986, DE 2007

Requeiro, com base no art. 256, I, do Regimento Interno desta Casa, a retirada definitiva do Projeto de Lei do Senado nº 365, de 2005, que dispõe sobre concurso de prognósticos da Loteria Federal, para determinar a identificação do apostador no comprovante de aposta pelo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), do Ministério da Fazenda.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2007. – Senador **Gerson Camata**.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– A Presidência defere o requerimento nos termos do art. 256, § 2º, I, do Regimento Interno.

O **Projeto de Lei do Senado nº 365, de 2005**, vai ao arquivo e o de **nº 189, de 2002**, que tramitava em conjunto, volta ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 987, DE 2007

Senhor Presidente,

Tendo sido designado senador pelo Mercosul, requeiro, nos termos do inciso II, a do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença dos trabalhos desta Casa para participar da Sessão Legislativa Ordinária nos dias 3 e 4 de setembro de 2007, em Montevídeu, Uruguai.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País no período de 2 a 6 de setembro de 2007.

Sala das Sessões, 29 agosto de 2007. – Senador **Efraim Morais**.

REQUERIMENTO Nº 988, DE 2007

Exmº Senhor Presidente do Senado Federal,
Senador Renan Calheiros

Em aditamento ao Requerimento nº 961/2007, já aprovado pelo Plenário desta Casa e com fundamento nos arts. 39 e 40 do Regimento Interno, requeiro a Vossa Excelência a alteração do período informado no qual me ausentarei do País, para participar como

integrante da representação brasileira da Reunião do Parlamento do Mercosul, que será entre os dias 2 a 5 de setembro do corrente ano.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2007. – Senador **Pedro Simon**.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Os requerimentos que acabam de serem lidos serão apreciados oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 989, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de período do expediente no Plenário do Senado Federal, às 14h, do dia 4-9-2007, destinada a homenagear o Círio de Nazaré, denominado “Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira” pelo transcurso do seu 214º aniversário que ocorrerá em 14-9-2007.

Justificação

Realizado em Belém do Pará há mais de dois séculos e considerado Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira, o Círio de Nazaré é uma das maiores e mais belas procissões católicas do Brasil e do mundo. Reúne, anualmente, cerca de dois milhões deromeiros numa caminhada de fé pelas ruas da capital do Estado, num espetáculo grandioso em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2007. – Senador **Flexa Ribeiro**.

- 1 - José Ney Azeredo
- 2 - Yair Costa (aguelu)
- 3 - YAMMASURY (Rita Souty)
- 4 - Flávio
- 5 - Leon Borges
- 6 - Marco Magêl (MARCO MAGÊL)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– O requerimento que acaba de ser lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 718, DE 2007

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 132, de 2007 (nº 633/2007, na origem) do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor Carlos Alberto Menezes Direito para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na

vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 29 de agosto de 2007, apreciando o relatório apresentado pelo Senador Valter Pereira sobre a Mensagem (SF) nº 132, de 2007, opina pela aprovação da indicação do Doutor Carlos Alberto Menezes Direito para compor o Supremo Tribunal Federal, no cargo de Ministro, nos termos do art. 52, inciso III, combinado com o art. 84, inciso XIV, da Constituição Federal, por 22 votos favoráveis, 0 contrários e 0 abstenções e 1 (um) em branco.

Sala da Comissão, 29 de agosto de 2007.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: MSF Nº 132 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 29/08/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Efraim Morais</i>	
RELATOR: <i>Valter Pereira</i> <i>Sen. Valter Pereira</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SILHESSARENKO <i>Serys Silhe</i>	1. IDELI SALVATTI
SIBÁ MACHADO <i>Siba Machado</i>	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLYCY <i>Eduardo Suply</i>	3. PATRÍCIA SABOYA GOMES
ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio Mercadante</i>	4. MARCELO CRIVELLA
EPITÁCIO CAFETEIRA <i>Epitacio Cafeteira</i>	5. JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>
MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>	6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>	
PSOL	
	7. JOSÉ NERY
PMDB	
PEDRO SIMON <i>Pedro Simon</i>	1. ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ <i>Romero Jucá</i>	3. LEOMAR QUINTANILHA
JARBAS VASCONCELOS <i>Jarbas Vasconcelos</i>	4. PAULO DUQUE
VALTER PEREIRA (RELATOR) <i>Valter Pereira</i>	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES <i>Gilvam Borges</i>	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>Adelmir Santana</i>	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL (PRESIDENTE) <i>Marco Maciel</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>Demostenes Torres</i>	3. ANTONIO CARLOS JÚNIOR
EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i>	4. KÁTIA ABREU
ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO <i>Arthur Virgílio</i>	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>Lucia Vania</i>	8. MARCONI PERILLO <i>(SEM VOTO)</i>
TASSO JEREISSAN <i>Tasso Jereissan</i>	9. MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES <i>Jefferson Peres</i>	1. OSMAR DIAS

RELATÓRIO

Relator: Senador **Valter Pereira**

Pela Mensagem nº 132, de 2007, do Senhor Presidente da República, o Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação do Doutor Carlos Alberto Menezes Direito ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence.

A Constituição Federal (arts. 52, III, **a**, e 101, parágrafo único) atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar, por maioria absoluta, previamente e por voto secreto, a escolha de Ministro do Supremo Tribunal Federal, após argüição em sessão pública.

Outrossim, o art. 101, II, **i**, do Regimento Interno desta Casa, confere a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383, também da nossa Carta regimental.

Constam dos autos da presente mensagem **curriculum vitae** do indicado, em obediência à prescrição regimental do art. 383, I.

O indicado nasceu a 8 de setembro de 1942, na cidade de Belém, Estado do Pará.

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, formou-se em 1965.

Diplomou-se Doutor pela mesma instituição de ensino em 1968, tendo, ainda, participado de Cursos de Extensão Universitária sobre Direito Bancário, Sociedade Anônima e Doutrina Social na Igreja.

Sempre atento a evolução do direito, participou de Seminários de Direito Internacional na Universidade de Oxford no Reino Unido e Cursos sobre Direitos Humanos no Sistema Interamericano realizado no Instituto de Investigaciones Jurídicas de La Universidad Autónoma de México.

Profissional de brilhante carreira, o Doutor Carlos Alberto Menezes Direito, militou como advogado no Foro do Rio de Janeiro e exerceu profícua atividade profissional em diversos setores da vida pública e da área privada.

Merece relevo sua experiência como Presidente da Casa da Moeda do Brasil de 1985 a 1987; Secretário de Estado de Educação, de 1987 a 1988; Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, de 1988 a 1996, quando foi alçado ao cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, onde permanece até a presente data.

De outra parte, demonstrou intensa produção acadêmica no ramo do Direito. Nesse sentido o seu

currículo registra mais de cinco dezenas de artigos publicados, além da participação em mais de oitenta seminários, comissões, congressos e colegiados na área do Direito.

Cumprir destacar sua participação como membro do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção da Guanabara, de 1973 a 1976; membro efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros desde 1968; membro do Conselho Universitário da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, de 1970 a 1972; e, na condição de convidado especial, na XVI Conferência Nacional dos Advogados, promovida pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em 1996.

É digno de nota, ainda, sua participação em mais de uma centena de debates, palestras e conferências, no Brasil e no exterior.

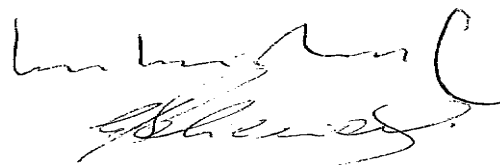
Respeitado jurista, levou seus conhecimentos para o magistério, na condição de Professor titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e outras instituições de ensino superior na mesma cidade.

Sua experiência e credibilidade o levaram a condição de membro da Banca Examinadora do Concurso para Professor Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ao lado de Caio Tácito, Oscar Dias Corrêa, Raymundo Faoro e Miguel Seabra Fagundes, em 1980.

Além dos atributos profissionais que lhe renderam diversos títulos e homenagens, cumpre finalmente consignar suas grandes virtudes pessoais, ornamentadas por sua notória religiosidade e inquebrantável fé.

Diante do exposto, entendemos que esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõe de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação.

Sala da Comissão, 29 de agosto de 2007.



PARECER Nº 719, DE 2007

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2007, de iniciativa do Presidente da República, (nº 58/2007, na Câmara dos Deputados), altera o artigo

159 da Constituição Federal, aumentando a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios (Minireforma Tributária).

Relator: Senador **Romero Jucá**

I – Relatório

Vem ao exame desta Comissão, a Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2007, de autoria do Presidente da República, que aumenta em um ponto percentual, de 22,5% para 23,5%, o repasse de tributos da União ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Por oportuno, informo aos nobres pares que fui relator da Reforma Tributária e, por isso, passo a discurrir sobre o conteúdo da presente proposta.

De autoria do Poder Executivo, a proposta do Governo Federal foi aprovada pelo Plenário da Câmara dos Deputados, por unanimidade, sem a apresentação de qualquer emenda, prevalecendo a regra específica para 2007, segundo a qual o aumento atinge apenas a arrecadação realizada a partir de 1º de setembro. Os repasses para o fundo recaem sobre a arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. A partir de 2008, o aumento abrangerá a arrecadação do ano todo.

A PEC nº 75/07, foi enviada pelo governo depois do compromisso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de aprovar o repasse maior sem os demais itens da reforma tributária. Na Câmara dos Deputados, tomou o número de PEC nº 58, de 2007. A promessa foi feita a prefeitos presentes à 10ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, em meados de abril.

Logo, tal medida atende importante pleito dos municípios brasileiros, aumentando a capacidade desses Entes Federados de fazerem frente às suas responsabilidades, especialmente no final de cada exercício fiscal, época do ano em que suas despesas se avolumam.

II – Análise

De acordo com o art. 101, inciso I, do Regimento Interno, compete a esta Comissão pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas. Nos termos do inciso II, alínea f, do mesmo dispositivo regimental, cabe, adicionalmente, deliberação quanto ao mérito da proposição, tendo em vista tratar-se de matéria constitucional.

No plano da constitucionalidade, a PEC nº 75, de 2007, mostra-se adequado, uma vez que são atendidos os requisitos referentes ao processo legislativo. A iniciativa da proposição é legítima, tendo em vista a reserva de competência ao Presidente da República para apresentação de proposta de Emenda à Constituição relativa à matéria tributária, instituída no art. 61, da Constituição Federal.

Da mesma forma, é clara a juridicidade da proposta, que se apresenta em condições de inserção harmônica no ordenamento. Do ponto de vista regimental, igualmente, não subsistem óbices ao prosseguimento regular da tramitação do projeto.

Com respeito ao mérito da proposição, somos favoráveis às suas disposições, tendo em vista que a presente proposição tem o objetivo de dar clareza à aplicação do aumento pretendido aos repasses do Fundo de Participação dos Municípios, bem como delimitar objetivamente a sua vigência no exercício de 2007.

A aprovação dessa medida implicará um aumento anual estimado em R\$1,7 bilhão nos repasses da União aos municípios.

III – Voto

Em face do exposto, somos pela aprovação, por constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, da Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2007.

Sala da Comissão, 29 de agosto de 2007.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 75 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 29/08/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	
RELATOR:	
<i>Sen. Romero Jucá</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESARENKO	1.IDELI SALVATTI
SIBÁ MACHADO	2.INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLYCY	3.PATRÍCIA SABOYA GOMES
ALOIZIO MERCADANTE	4.MARCELO CRIVELLA
EPITÁCIO CAFETEIRA	5.JOÃO RIBEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI	6.MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	
PSOL	
	7.JOSÉ NERY
PMDB	
PEDRO SIMON	1.ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP	2.WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3.LEOMAR QUINTANILHA
JARBAS VASCONCELOS	4.PAULO DUQUE
VALTER PEREIRA	5.JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6.NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1.ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL	2.JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3.ANTONIO CARLOS JÚNIOR
EDISON LOBÃO	4.KÁTIA ABREU
ROMEU TUMA	5.MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6.FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7.JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8.MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9.MÁRIO COUTO
PDT	
JÉFFERSON PÉRES	1.OSMAR DIAS

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
SUBSEÇÃO III
Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 505, DE 2007

Dispõe sobre restrições à venda e ao consumo de bebidas alcoólicas e altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para ampliar as restrições à propaganda dessas bebidas e modificar sua definição e algumas disposições relativas às advertências sobre o seu consumo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º No período compreendido entre zero e seis horas, são vedados:

I – a comercialização de bebida alcoólica para consumo imediato;

II – o consumo de bebida alcoólica em vias e equipamentos urbanos públicos.

Art. 2º Considera-se bebida alcoólica, para os efeitos desta Lei, o líquido potável com teor alcoólico superior a meio grau Gay-Lussac.

Art. 3º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão os atos ilícitos previstos nesta Lei, mediante a edição, no âmbito de sua atuação, das normas que se fizerem necessárias ao seu cumprimento.

Art. 4º Os estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas manterão esses produtos em áreas reservadas, com acesso permitido apenas aos maiores de dezoito anos de idade.

Art. 5º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita os infratores às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo de outras, em especial as de natureza civil ou penal:

I – multa;

II – suspensão temporária de atividade;

III – cassação de autorização ou licença do estabelecimento ou da atividade;

IV – interdição, total ou parcial, do estabelecimento.

§ 1º Para os fins desta Lei, é considerado infrator a pessoa física ou jurídica proprietária ou exploradora do estabelecimento vinculado ao exercício de atividade de comercialização de bebidas alcoólicas.

§ 2º A multa será em montante não inferior a cinco mil reais e não superior a cinquenta mil reais, corrigidos monetariamente, a partir da publicação desta Lei, pelo

IPCA ou índice equivalente que venha a substituí-lo, na periodicidade definida em regulamento.

§ 3º As penas de suspensão temporária de atividade, cassação de autorização ou licença do estabelecimento ou da atividade e interdição, total ou parcial, do estabelecimento serão aplicadas quando o infrator reincidir na prática das infrações definidas nesta Lei, mediante processo administrativo, assegurada a ampla defesa.

Art. 6º O parágrafo único do art. 1º e o art. 4º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

Parágrafo único. Consideram-se bebidas alcoólicas, para os efeitos desta Lei, os líquidos potáveis com teor alcoólico superior a meio grau Gay-Lussac.” (NR)

“Art. 4º A propaganda comercial de bebidas alcoólicas somente poderá ser efetuada por meio de pôsteres, painéis e cartazes localizados na parte interna dos locais de venda.

Parágrafo único. Os locais de venda das bebidas alcoólicas devem exibir, no seu interior, painel ou cartaz que informe ser proibida sua venda a menores de dezoito anos de idade.” (NR)

Art. 7º A Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 4º-A. A propaganda comercial de bebidas alcoólicas, são vedados em todos os meios de comunicação:

I – o incentivo ao consumo exagerado ou irresponsável;

II – a associação do produto, ainda que de maneira indireta, às celebrações cívicas ou religiosas, ao incentivo, por meio de imagens de interação festiva de grupos sociais, à condução de veículos, à prática desportiva, à condição de maior êxito sexual das pessoas e às imagens ligadas à sexualidade;

III – o direcionamento a crianças e adolescentes e a inclusão de imagem de criança ou adolescente na peça publicitária;

IV – o emprego de expressões imperativas que induzam diretamente ao consumo;

V – o anúncio de propriedades medicinais, estimulantes, ansiolíticas ou relaxantes das bebidas alcoólicas;

VI – a realização de visitas promocionais e a distribuição gratuita de amostras ou brindes contendo bebidas alcoólicas, suas denominações ou marcas;

VII – o patrocínio de eventos culturais e esportivos;

VIII – a propaganda indireta contratada de bebidas alcoólicas, denominada **merchandising**, nos programas de rádio e televisão produzidos no Brasil;

“Art. 4º-B. A embalagem, o rótulo e a propaganda das bebidas alcoólicas exibirão advertência sobre os malefícios do seu consumo e sobre a proibição da venda a menores de dezoito anos.

Parágrafo único. As demais especificações relativas à forma e ao conteúdo das advertências de que trata este artigo serão definidas em regulamento.”

Art. 8º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após sua publicação.

Justificação

O consumo excessivo de bebidas alcoólicas constitui um dos mais relevantes problemas de saúde pública dos dias atuais. As conseqüências do abuso de álcool afetam a saúde da população de diversas maneiras, com repercussões negativas sobre áreas distintas, tais como educação, saúde, economia e segurança pública.

O desafio que se impõe aos formuladores de políticas públicas de todo o mundo é o de mitigar os efeitos perniciosos dessa substância para a sociedade, por meio de medidas cientificamente embasadas, porém adequadas à realidade local.

Registra-se o uso do álcool por comunidades humanas desde a Antiguidade, como parte da alimentação ou em associação com festividades e rituais religiosos. Nessa época, as bebidas alcoólicas eram de difícil obtenção e, regra geral, de baixa qualidade, o que limitava sobremaneira seu consumo e abuso. No entanto, a partir da Revolução Industrial, as técnicas de produção evoluíram bastante, permitindo um aumento exponencial na sua disponibilidade. Como seria de se esperar, os problemas decorrentes do consumo da substância cresceram em ritmo semelhante.

Cabe salientar que os efeitos nocivos do álcool não se resumem ao alcoolismo e suas conseqüências, como muitas vezes somos levados a crer. O consumo abusivo de bebidas alcoólicas contribui para a violência urbana e familiar e para problemas no trabalho, mesmo no caso de pessoas que não podem ser consideradas dependentes, os chamados bebedores com problemas.

Se os alcoolistas freqüentemente não reconhecem sua condição, os bebedores com problemas praticamente nunca admitem que o álcool lhes traz transtor-

nos. São indivíduos capazes de passar dias sem beber, porém, quando bebem, passam dos limites, dirigem embriagados, envolvem-se em brigas e tomam parte em outras situações perigosas, a exemplo do sexo inseguro, no caso dos adolescentes.

Dessa forma, o álcool afeta uma ampla faixa etária da população: seus efeitos crônicos (cirrose, câncer de fígado etc.) são mais evidentes em pessoas de idade mais avançada, enquanto os eventos violentos associados à intoxicação alcoólica (acidentes de trânsito, homicídios, violência doméstica) provocam mortes e seqüelas em idades relativamente baixas, resultando na perda de muitos anos potenciais de vida ou em incapacidades permanentes. Por isso, de acordo com estudo sobre a carga global de doenças, patrocinado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Banco Mundial, as mortes e incapacidades resultantes do consumo de álcool têm maior repercussão negativa sobre a longevidade da população do que aquelas decorrentes do uso do tabaco.

Ressalte-se que aproximadamente metade dos danos decorrentes do consumo de bebidas alcoólicas está associada ao uso por pessoas que bebem de maneira moderada e só eventualmente embriagam-se. Nessa categoria, os adolescentes respondem por uma parcela desproporcionalmente elevada de eventos adversos relacionados ao consumo de bebidas alcoólicas, a exemplo dos acidentes automobilísticos, pois têm menor experiência em conduzir automóveis e são mais suscetíveis aos efeitos físicos e cognitivos do álcool. Por representarem a grande maioria dos consumidores de álcool, os bebedores moderados merecem a atenção das autoridades envolvidas na luta contra o abuso da bebida alcoólica, apesar de que cada uma dessas pessoas causa poucos problemas individualmente.

Segundo levantamento recente (2005), realizado pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), 12,3% da população brasileira entre 12 e 65 anos de idade tem sinais de dependência de álcool – na região Nordeste esse percentual sobe para 14%. Trata-se de um aumento de dez por cento se compararmos com levantamento semelhante realizado em 2001.

O alcoolismo (a terceira doença que mais mata no mundo), impacta drasticamente as despesas do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo dados do Ministério da Saúde, no Brasil, 90% das internações em hospitais psiquiátricos por dependência de drogas referem-se a pacientes alcoolatras. Anualmente, o Governo gasta mais de R\$180 milhões para tratar dependentes do álcool. Caso se considere o tratamento de doenças

que têm correlação com o uso de álcool, esses valores podem ser triplicados ao longo do ano.

Não obstante, mais inquietantes do que esses dados são os percentuais encontrados pela pesquisa do Cebrid a respeito do uso de álcool por adolescentes de 12 a 17 anos, faixa etária para a qual é proibida sua venda. Nada menos que 54% desses jovens já fizeram uso de álcool, muitas vezes de maneira abusiva. Tão expressivo consumo de álcool não poderia passar impune: para a OMS, 3,7% das mortes em todo o mundo (6,1% entre os homens e 1,1% entre as mulheres) são decorrentes do abuso de bebidas alcoólicas.

As conclusões mais importantes das pesquisas científicas sobre problemas relacionados ao consumo de álcool referem-se ao fato de que as políticas públicas voltadas para sua prevenção não podem ser direcionadas apenas aos dependentes e aos bebedores pesados. O álcool afeta toda a sociedade, direta ou indiretamente, por isso as medidas preventivas com maiores probabilidade de sucesso devem ser voltadas para todos os consumidores da bebida, e não somente para os bebedores mais problemáticos.

O projeto de lei que ora submetemos à apreciação do Congresso Nacional tem por objetivo reduzir o consumo abusivo de álcool no Brasil, principalmente entre os jovens, e os problemas decorrentes desse consumo. Propomos a limitação da disponibilidade das bebidas alcoólicas, por meio da restrição dos horários de venda, e a ampliação das restrições à propaganda das bebidas.

Para o controle dos problemas relacionados ao álcool, a restrição dos horários de funcionamento dos bares ou de venda de bebidas constitui estratégia consagrada na literatura médico-científica nacional e internacional. Os exemplos estrangeiros são numerosos, mas consideramos mais significativa a medida adotada pelo Município de Diadema, no Estado de São Paulo. A partir de 2002, os bares do município passaram a fechar as portas no período de 23 às 6 horas. Como resultado, houve progressiva redução do número de ocorrências violentas: o número anual de homicídios reduziu-se de 238, em 2001, para 78, em 2006. A taxa de agressão contra mulheres também foi reduzida, ainda que em menor proporção (diminuição de cerca de nove agressões por mês).

Em Campo Grande (capital de Mato Grosso do Sul) foi implantada em 2003 uma legislação severa (Lei Seca) para coibir o abuso do uso do álcool. No período em que a legislação foi aplicada efetivamente pelo setor de segurança pública (no período compreendido entre 2003 e 2006) registrou-se uma queda de 17% no número de assassinatos no município.

Outro ponto importante, de acordo com levantamentos da Diretoria Geral da Polícia Civil (DGPC) foi que a Lei Seca favoreceu a diminuição dos índices de violência contra a mulher. Os números apresentados apontaram uma queda no registro de violência contra a mulher de aproximadamente 32%.

Ainda segundo os dados da polícia, no ano de 2003, quando a lei foi colocada em vigor, eram registradas cerca de 680 ocorrências em que mulheres eram submetidas a violência por seus parceiros que chegavam em casa sob efeito do álcool. Depois da implantação da lei, o número de registros caiu para uma média de 412 ocorrências.

Em ambos os municípios, registra-se que a legislação que coíbia o abuso do uso de bebidas alcoólicas foi inicialmente recebida com certa desconfiança pela população. Atualmente, porém, ela é apoiada pela grande maioria dos moradores de Diadema e Campo Grande, em função dos resultados práticos obtidos: os bebedores perderam algumas horas de funcionamento dos bares e, em troca, os moradores receberam uma cidade mais segura, com melhor qualidade de vida. Os ganhos foram inquestionáveis.

Em relação à propaganda, os especialistas em políticas públicas de saúde são unânimes quanto à sua influência sobre o consumo de bebidas alcoólicas, principalmente entre os adolescentes. No Brasil, contudo, o controle do Estado sobre a publicidade do álcool é muito frágil, visto que a lei que regula a propaganda das bebidas (Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996) não alcança aquelas de teor alcoólico inferior a treze graus Gay-Lussac, ou seja, as mais consumidas pela população. Dessa forma, a propaganda de cervejas, das bebidas ice e dos vinhos mais populares está isenta de controle legal.

Ainda que a propaganda dessas bebidas esteja submetida às regras do Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária, resta evidente que suas normas não são satisfatórias. Basta assistir às mensagens publicitárias veiculadas na televisão e no rádio em qualquer horário, especialmente em associação com os jogos de futebol, os quais têm grande audiência de crianças e adolescentes. Até mesmo os treinos da Seleção Brasileira de Futebol têm placas publicitárias com anúncios de cervejas. Não podemos continuar tolerando essa ubiqüidade da propaganda do álcool em nossas vidas.

Destarte, propomos que as restrições à propaganda das bebidas alcoólicas sejam equiparadas às da publicidade dos derivados do tabaco, além de modificar o conceito legal da bebida.

Ademais, julgamos importante implementar medidas para restringir o contato das crianças e adoles-

centes com o álcool nos pontos de venda, a fim de dar mais eficácia ao dispositivo do Estatuto da Criança e do Adolescente que veda o fornecimento de bebida alcoólica aos menores de 18 anos de idade.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 2007.
– Senadora **Marisa Serrano**.

(Às comissões de Assuntos Sociais e à de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última – decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB)
– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 374/2007/PS-GSE

Brasília, 21 de agosto de 2007

Assunto: Retifica Of. nº 299/2007/PS-GSE.

Senhor Primeiro-Secretário,

Retificando o Ofício nº 299/2007/PS-GSE, datado de 27-6-2007, informo, que o Projeto de Lei nº 7.701 de 2006 do Senado Federal (PLS nº 5/2004 na Casa de origem), que “altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), com o fim de criar forma especial de amortização mediante serviço social.”, está tramitando em regime de urgência solicitada pelo Senhor Presidente da República, nos termos do disposto no art. 64, § 1º, da Constituição Federal, conforme consta na Mensagem de nº 281/2007, anexa.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB)
– Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência determina que o Substitutivo da Câmara ao **Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2004**, passe a tramitar, a partir deste momento, em regime de urgência constitucional, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência esclarece ao Plenário que a referida matéria foi recebida no Senado Federal no dia 27 de junho passado, sem a comunicação de que tramitava em regime de urgência constitucional. Por isso, naquela ocasião, foi lida e despachada, em rito normal, às Comissões de Educação e de Assuntos Econômicos.

Tendo já sido instruída pela Comissão de Educação, a matéria retorna à Comissão de Assuntos Econômicos, para proferir parecer.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – A Presidência informa ao Plenário que na sessão do dia 1º de agosto de 2006, quando da aprovação do Requerimento nº 877, de 2006, os **Projetos de Lei do Senado nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489 e 607, de 1999; 94, 190 e 232, de 2000; 50 e 56, de 2001; 167, 210 e 368, de 2003; 75 e 323, de 2004; 87 e 236, de 2005**, foram encaminhados ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Entretanto, considerando que o **Projeto de Lei do Senado nº 153, de 1999**, anteriormente, em 9 de março de 2005, já fora despachado pela Presidência à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, houve, em 10 de novembro de 2006, nova distribuição de todos os projetos para esta Comissão, em decisão terminativa, desconsiderando-se o envio à Comissão de Assuntos Econômicos.

Ao final da 52ª Legislatura, os **Projetos de Lei do Senado nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489 e 607, de 1999; 94, 190 e 232, de 2000; 50 e 56, de 2001; 368, de 2003; e 236, de 2005**, foram arquivados definitivamente, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

Tendo em vista que entre os projetos arquivados consta o referido **Projeto de Lei do Senado nº 153, de 1999**, exatamente o que provocara a distribuição à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária de todas as proposições apensadas, esta Presidência, agora, está resgatando o despacho inicial de todas as proposições que continuam tramitando, e, portanto os enviará novamente à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho. V. Exª dispõe de cinco minutos para uma comunicação inadiável.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, neste momento em que há euforia da parte de alguns e desolação por parte de outros em torno da decisão do Supremo Tribunal Federal, algumas reflexões se devem fazer, não só para avaliar com precisão o significado político da decisão da Suprema Corte, mas para que do episódio possamos colher algumas lições que norteiem ações e práticas para o futuro.

Não é demais enfatizar, Sr. Presidente, que o Congresso Nacional, notadamente este Senado Federal, cumpriu seu papel, atendendo prontamente aos reclamos da sociedade, quando surgiram as primeiras denúncias com referência a esse caso. A CPMI que aqui foi instalada deu um soberbo exemplo de eficiência e

presteza na apuração desse complexo caso. E, aqui, quero exaltar a CPMI, na pessoa do Senador Delcídio Amaral, que, juntamente com o Relator, Osmar Seraglio, fizeram um trabalho minucioso, objetivo, sério, oportuno, a respeito de tudo aquilo que precisava ser apurado com relação ao chamado mensalão.

Não é excessivo fazer notar que a CPMI mostrou destreza ímpar, ao angariar provas, inquirir testemunhas que realmente tinham algo a esclarecer, completando, de forma célere, um trabalho que, como vimos, serviu de base não só à denúncia do Procurador-Geral da República, mas também fundamentou a decisão do Supremo Tribunal.

Nesse sentido, Srªs e Srs. Senadores, também não será demais observar que, enquanto, em poucos meses, o Congresso, por intermédio de sua CPMI, pôde apontar as provas, ainda hoje válidas e suficientes à deliberação judicial, essa deliberação ainda está muito longe de surtir efeito, chegando ao fim a ação penal só agora instaurada.

Temos, então, Sr. Presidente, que o Congresso exibiu as provas ao Judiciário – provas que parecem acabadas –, mas a resposta judicial anuncia-se arrastada com horizonte de destino ainda incerto, dilatando-se no tempo a condenação dos culpados e também, se for o caso, a urgente absolvição dos inocentes.

É preciso deixar claro, porém, não haver qualquer culpa a ser imputada ao Supremo Tribunal por tal situação. Registro, a propósito, que esse processo, talvez mesmo em atenção ao trabalho feito pelo Senado e pela Câmara, numa CPI Mista, mereceu atenção bem especial da Suprema Corte. É de justiça realçar as providências prontas e eficazes tomadas pelo então Presidente do Supremo, Ministro Nelson Jobim, logo quando da chegada da denúncia do Procurador-Geral à Corte. De fato, importantes medidas de cunho prático foram desde então implementadas pela Secretaria do Tribunal, por determinação da Presidência, possibilitando que os 40 envolvidos fossem notificados, para defender-se, e tivessem amplo e irrestrito acesso a todo processo e a seu enorme repositório de provas.

De forma inovadora, os meios eletrônicos mais modernos foram acionados, sendo de destacar não se ter ouvido reclamo algum da defesa quanto a restrições indevidas de acesso aos autos ou do pleno exercício dos direitos constitucionalmente outorgados aos acusados.

Nesse sentido, Sr. Presidente, o Supremo Tribunal, a despeito das críticas que freqüentemente se fazem ao chamado foro privilegiado e ao despreparo das Cortes superiores para tratar de ações penais originárias, a despeito disso, o Supremo deu exemplo a todos os juízes brasileiros, deixando patente que, para

ser eficiente, o Judiciário não precisa afastar direitos dos acusados, nem restringir acesso a provas ou angariar elementos probatórios de forma clandestina e violenta. Não são poucas as vezes em que ações espetaculares são feitas à luz de refletores, com agressão à privacidade das pessoas e à inviolabilidade de seus lares, sem que surjam os efeitos práticos que a serena ação do Supremo Tribunal acaba de efetivar.

Para tanto, é também de justiça registrar que a atual Presidente do Supremo, Ministra Ellen Gracie, dando curso às providências antes postas em prática por seu antecessor e aprimorando-as, deu testemunho de equilíbrio a par de eficiência, igual ao testemunho dado pelo Relator da ação, o Ministro Joaquim Barbosa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, está vencida a primeira fase. Abre-se agora, entretanto, o caminho mais árduo. São 40 réus, dezenas e dezenas de fatos tidos como criminosos, muitos deles em concurso ou praticados de forma continuada, sendo de esperar-se um longo tempo, para que seja possível chegar ao termo do processo, com o julgamento final.

Penso ser oportuno pedir a atenção do Congresso Nacional e do Senado para sua responsabilidade não no trato desse caso concreto, afeto evidentemente a outro Poder da República, mas desse e de casos semelhantes vistos de forma abstrata e impessoal, ou seja, da perspectiva não do julgamento, mas sim da lei aplicável. A visão dessa perspectiva é, sim, Sr. Presidente, atribuição nossa, e dessa responsabilidade não podemos fugir, especialmente agora, sob o calor dos aplausos da sociedade à presteza com que o Supremo Tribunal tomou sua decisão. Refiro-me, Sr. Presidente, aos ritos e procedimentos, às regras de processo que são aplicáveis às ações penais que, por força da Constituição, devem ter curso nos Tribunais Superiores e também nos Tribunais Federais e Estaduais de Segunda Instância.

Tem-se dito que não estão eles preparados e que seus juizes não têm a qualificação necessária. Mas, na verdade, não me parece, Sr. Presidente, que a questão se limite a isso. A vocação dos Tribunais, inclusive do Supremo Tribunal Federal, para tal missão, decorre de expresso mandamento constitucional, sendo legítima, portanto. Pretende a Constituição, com isso, preservar não as pessoas individualmente consideradas, mas as mais altas instituições republicanas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Peço que conclua, Senador.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Penso, entretanto, ser o caso de se realizarem profundas alterações nas leis processuais penais, de

forma que haja procedimentos próprios e específicos para os casos dessas ações penais de competência originária dos Tribunais.

Não tenho, é evidente, um modelo pronto e acabado quanto a isso, mas acredito que uma idéia que poderia ser pensada e prosperar, para aprimorar-se, seria a criação de juízos de instrução, à semelhança com que se faz nos processos do Júri, juízos que seriam os responsáveis por toda a fase de colheita das provas, decidindo inclusive todos os incidentes pertinentes, indo o processo ao Supremo já pronto, apenas para o julgamento.

Sr. Presidente, antiga tradição do direito criminal qualifica os códigos penais como leis de defesa dos homens de bem, e isto porque é no rigor das figuras restritas e nos tipos penais perfeitamente delimitados dos crimes elencados nos códigos que se protegem aqueles que são vítimas de acusações infundadas. Mas os códigos de processo penal, ao contrário, parecem ser leis feitas para os malfeitores, na medida em que trazem meios e instrumentos que dificultam, e tantas vezes impedem, o julgamento pronto e com efeito prático dos delinqüentes.

Sr^{as} e Srs. Senadores, estas breves reflexões são uma singela contribuição que penso poder dar a um debate que se anuncia vigoroso, pois aos aplausos que a Nação está tributando ao Supremo Tribunal nestes dias logo se juntará a cobrança por resultados mais concretos.

O meu preito também é de homenagem à imprensa, que teve um papel importante na cobertura desses fatos.

Sr. Presidente, há situações em que a lei não permitirá que certos ritos sejam afastados, prazos dilatados e multiplicados sejam descumpridos, diligências, afinal inúteis, tenham de ser realizadas, afastando para as calendas a decisão final.

Por tudo isso, Sr. Presidente, exorto o Congresso a pensar o tema com a mesma responsabilidade e eficiência com que este Senado pôde apresentar ao Judiciário as provas sobre as quais se baseou a aplaudida decisão do Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Agradeço a V. Ex^a, Senador Garibaldi Alves Filho.

Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu. Em seguida, iniciaremos a Ordem do Dia. Posteriormente, haverá o tempo necessário para que todos os oradores inscritos façam uso da palavra.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Antes de fazer meu pronunciamento – objetivo e prioritário, pois vou tratar de questão do meu Estado –, gostaria de também homenagear Getúlio Vargas, que implementou neste País ações duradouras que têm mais de sessenta anos, como a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o código de leis trabalhistas que ainda perdura com poucas mudanças; como a criação da Petrobras; como a criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a primeira do País. Quero, portanto, também render minhas homenagens a esse grande líder que o Brasil teve.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho aqui hoje falar de um tema bastante triste relativo ao meu Estado de Tocantins, especialmente à região sudeste do meu Estado, região que se divide com o Estado de Goiás e também com o Estado da Bahia. Estamos passando por uma seca jamais vista no Estado de Tocantins, especialmente nessa região: são 160 dias em que não cai uma gota de chuva nessa região. Situação de emergência foi decretada nos Municípios de Paranã, de Arraias, de Dianópolis e de Conceição. São quase quinze mil pessoas afetadas por essa grande seca no meu Estado. Soma-se, hoje, um prejuízo de quase R\$15 milhões, decorrente de problemas urbanos e de problemas rurais, que são os mais graves. Ainda estão sob análise, para a avaliação de danos pela Defesa Civil, os Municípios de Almas, de Taguatinga e de Silvanópolis. Há também novos pedidos das cidades de Novo Jardim, de Taipas e de Porto Alegre. Ao todo, Sr. Presidente, são dez Municípios que estão com calamidade decretada. A seca castiga nosso povo, a produção e nosso rebanho.

Há prejuízos na agricultura familiar. Apenas na produção de arroz, a perda chega a 50%. A produção estimada seria de 19,3 mil sacas na agricultura familiar, mas eles estão colhendo apenas 50% disso. Com relação ao milho, também há perda de 50% da produção por falta de chuva. Na pecuária, apesar de ainda não haver mortes no rebanho, houve uma desvalorização imensa em decorrência da perda de peso e da perda de bezerros nessa região, e baixou a fertilidade das fêmeas. Principalmente, os pequenos agricultores e os assentamentos da reforma agrária tiveram enormes prejuízos. Somente com o Banco do Brasil, foram contratadas 616 operações de crédito de Pronaf, num total de R\$3 milhões. Queremos que o Banco do Brasil se antecipe diante dos fatos e chame os produtores rurais, os pequenos agricultores dos assentamentos, para que possam fazer suas renegociações, porque eles não irão pagar seus empréstimos devido a essa seca na região. No Banco da Amazônia, deu-se o

mesmo: 279 operações de Pronaf para os pequenos agricultores e para assentamentos da reforma agrária no valor de quase R\$1 milhão. Eles também não irão pagar esse financiamento por falta de condições de pagamento única e exclusivamente.

O Governador de Tocantins, Marcelo Miranda, tem feito o que pode, tem empregado todos os esforços e recursos necessários para minimizar esse sofrimento, vem buscando alimentos, cestas básicas, junto aos órgãos federais. Só o Governo de Estado entregou centenas de cestas básicas em agosto e ainda vai entregar mais na região na próxima semana, no mês de setembro. Já disponibilizou doze caminhões-pipas e cinco retroescavadeiras para atender os Municípios de Arraias, de Paranã, de Conceição, de Dianópolis, de Ponte Alta e de Taipas, para minimizar as dificuldades decorrentes da seca para nosso rebanho.

Quanto aos recursos hídricos de Tocantins – há uma Secretaria específica para cuidar desse assunto no meu Estado, que é um Estado promissor em termos de irrigação –, já há equipes de engenheiros para acompanhar a distribuição de água e comboios de combustível para reabastecer os caminhões-pipas.

O Sr. João Ribeiro (Bloco/PR – TO) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Pois não, Senador João Ribeiro, Senador do meu Estado de Tocantins.

O Sr. João Ribeiro (Bloco/PR – TO) – Senadora Kátia Abreu, cumprimento V. Ex^a pela importância do assunto que traz a esta Casa na tarde de hoje. Realmente, sofre muito a região sudeste do nosso Estado de Tocantins, como diz V. Ex^a com muita propriedade, já que é uma representante de vários setores, mas, sobretudo, dos agropecuaristas, da área rural, e que conhece essa área como poucos neste País. Tocantins realmente vive um momento de muitas dificuldades, e é preciso que todos nós – sobretudo, o Governo Federal – voltemo-nos para a região. O Governador Marcelo tem procurado apoio em Brasília. Hoje, inclusive, S. Ex^a está aqui. Tivemos uma audiência no Ministério dos Transportes para tratar da questão de Lajeado, que é extremamente importante para nós, de Tocantins, e para o Brasil. Portanto, essa é uma preocupação do Governo, da população e de todos nós, Parlamentares. Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento. Conte com meu apoio, sobretudo nessa situação tão triste de seca, de falta de água, que nosso povo está vivendo naquela região.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Muito obrigada, Senador João Ribeiro. V. Ex^a é um profundo conhecedor do Estado de Tocantins e sabe das dificuldades que essa região enfrenta todos os anos, mas,

especialmente neste ano, aconteceu esse desastre que está judiando muito do nosso povo, da nossa gente, e que está acabando com nossa produção.

Tudo o que o Governador Marcelo Miranda pode fazer está sendo feito em termos de distribuição de alimentos – como o arroz –, de cestas básicas, de caixas d'água e de caminhões-pipas para abastecer com água principalmente as famílias na zona rural.

A Secretaria de Ação Social, a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Agricultura do Estado de Tocantins estão trabalhando num esforço concentrado com os Deputados Estaduais, com os Deputados Federais e conosco, Senadores, no sentido de minimizar essas dificuldades, tudo em uma ação suprapartidária em prol do nosso Estado e dessa região.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Pois não, Senador Mão Santa. É um prazer poder dar-lhe esse aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Nobre Senadora, V. Ex^a mostra muita sensibilidade e responsabilidade com o mandato. O clamor estende-se ao Piauí, pois meu Estado tem 40% do semi-árido, e esse fenômeno da seca é cíclico. A história já relata que Dom Pedro II, em uma dessas calamidades – e conto isso para inspirar o Presidente Luiz Inácio –, disse: “Venderei o último diamante da minha coroa para mitigar o sofrimento da seca”. O Presidente Emílio Garrastazu Médici, Presidente do período revolucionário, esteve em situação dessa e disse: “O Governo vai bem, mas o povo vai mal”. O Presidente Luiz Inácio tem de ver isso, até porque agora está pior. Governei o Piauí, houve seca, mas havia a Sudene. Na Sudene, havia órgãos estruturados e especializados para minimizar esse sofrimento, mas a Sudene só ficou em discurso e em fantasia. Recebi do Deputado Estadual Roncalli Paulo a informação de que o Piauí nunca sofreu tanto com a seca como neste Governo do PT.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Obrigada, Senador Mão Santa, por falar da sua experiência no seu Estado do Piauí. V. Ex^a é profundo conhecedor desses problemas da seca. Tenho a certeza de que sua sensibilidade também para com Tocantins é verdadeira. É exatamente isso.

Sabemos que Israel, um dos países mais áridos e secos do mundo, conseguiu contornar essa situação, usando a tecnologia e a pesquisa, e, hoje, é um exemplo mundial nessa técnica de irrigação. O que nos entristece é exatamente a falta de planejamento no nosso País, que não sabe antever nossos problemas e, principalmente, o sofrimento de nossa gente.

Aqui está a manchete do **Jornal do Tocantins**, um dos jornais mais importantes do meu Estado, filiado à Rede Globo. Sua manchete principal – e não é a primeira – diz: “Seca já atinge metade dos Municípios do Sudeste”. Nosso Estado está, hoje, totalmente mobilizado em prol dessa região, porque jamais houve uma seca como a de agora. A curto prazo, precisamos providenciar água para consumo humano – está faltando água potável – e também para os animais. São cinco cidades em situação mais crítica em relação a esse aspecto da água potável: Paranã, Conceição, Arraias, Taipas e Ponte Alta do Bom Jesus.

Também precisamos das barragens nos rios intermitentes, e o Governador do Tocantins, Marcelo Miranda, já conta com os comitês populares montados e criados, trabalhando no sentido de fazer o planejamento para resolver o problema e para prever acontecimentos futuros, a fim de evitar essa desolação.

Quero aproveitar este importante momento, Sr. Presidente, para solicitar ao Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, que recebeu hoje o Governador Marcelo Miranda em audiência com alguns Parlamentares do Estado, a colaboração do Governo Federal.

V. Ex^{as} devem acompanhar as notícias que saem na imprensa nacional e sabem que Tocantins dá muito pouco trabalho ao Governo Federal, mas o momento que estamos atravessando faz com que precisemos do apoio do Governo Federal, do Poder Executivo.

Peço, portanto, ao Ministro Geddel Vieira Lima que olhe para o Tocantins, porque a Bahia, que é seu Estado, também já sofreu, sobremaneira, com a seca. S. Ex^a conhece de perto a situação. Que sejam atendidos os pleitos do Governador Marcelo Miranda – e falamos aqui em nome de toda a Bancada – em relação às cestas básicas, às caixas d'água necessárias, aos carros-pipas e aos alimentos, que devem ser colocados à vontade para essa gente tão sofrida, tudo em prol da superação dessas dificuldades!

E quero que os prefeitos das cidades do sudeste saibam que contam com nossa solidariedade. Para tanto, estamos fazendo um trabalho árduo em Brasília junto ao Governo Federal, a fim de que possa cumprir com suas obrigações e atender aos brasileiros tocantinenses, que tanto precisam dele neste momento.

Muito obrigada, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Jayme Campos.

Em seguida, concederei a palavra a V. Ex^a, Senador Demóstenes Torres.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de comunicar à Casa que encaminhei hoje à Secretaria-Geral da Mesa projeto de lei alterando dispositivos do princípio da estabilidade dos diretores das agências reguladoras. Pela nova proposta, os dirigentes estariam sujeitos a um voto de censura, aprovado por dois terços do Senado Federal. Esse mecanismo vai restituir a importância política da Câmara Alta do Congresso Nacional, que tem o ônus de aprovar as indicações do Executivo, mas que não possui, em contrapartida, a prerrogativa de afastá-los quando não desempenham a contento suas funções.

Neste momento em que o modelo de gestão das agências reguladoras tornou-se uma situação aflitiva para a sociedade e um problema de natureza institucional para o Governo, o Senado precisa impor um papel moderador, assumindo a responsabilidade política de fazer face às novas contingências de mercado que exigem mais controle e eficiência desses organismos.

Do jeito que estão, as agências se transformaram em feudos, encastelados numa legislação anacrônica e antiquada, que cria vários elementos corporativos internos e assume poucos compromissos com a comunidade.

O voto de censura, Sr. Presidente, é um instrumento legítimo e universal que confere ao Parlamento a instância de rever posições equivocadas ou de demitir funcionários inaptos para determinadas missões públicas. No caso das agências reguladoras, ele se apresenta como uma fórmula adequada para reparar erros nas indicações do Executivo, dividindo com o Presidente da República, a quem cabe a demissão, a responsabilidade política pelo afastamento dessas autoridades.

Devo lembrar, no entanto, que proposta semelhante já foi requerida pelo Senador Paulo Hartung, atual Governador do Espírito Santo, mas, atendendo ao Regimento Interno, foi arquivada porque, findada a Legislatura passada, não teve apreciação do mérito.

De qualquer forma, este é um tema extremamente atual, e peço o apoio das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores para tal iniciativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Jayme Campos.

Vou conceder a palavra ao Senador Magno Malta. Porém, antes, ouviremos o Senador Demóstenes Torres, para uma questão de ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, haverá votação no dia de hoje? E, se houver, quando isso se dará?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Esta Presidência comunica às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que, logo após a palavra, como Líder, por cinco minutos, do Senador Magno Malta, ouvirá as Lideranças, para que se pronunciem se há entendimento para votar as indicações das autoridades.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Então, peço a V. Ex^a a minha inscrição, como Líder da Minoria, após a Ordem do Dia, caso esta ocorra.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Quero comunicar a V. Ex^a, Senador Demóstenes Torres, que o Senador Osmar Dias está inscrito logo após o Senador Magno Malta e que também o Senador Antonio Carlos Júnior está inscrito. Logo em seguida, V. Ex^a falará, pela Minoria.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição, após a Ordem do Dia, como Líder da Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a está inscrito como Líder do PMDB.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, quero saber se estou inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a é o primeiro orador inscrito.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Após quantos oradores, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Se não iniciarmos de imediato a Ordem do Dia, após a palavra do Senador Magno Malta, tendo em vista a intercalação que tem de haver, V. Ex^a será o próximo orador. Tenho a certeza de que será um pronunciamento da maior importância para este País.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedindo licença ao meu companheiro Senador Magno Malta, quero informar que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, hoje, votou o projeto do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Assim, na mesma linha do Senador Demóstenes Torres, gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a, para que convidasse os Líderes, a fim de que pudéssemos chegar a um acordo e votar a matéria hoje. O projeto chegou praticamente ontem no Senado e, numa demonstração de rapidez, foi votado na Comissão, atendendo ao coro e ao clamor dos Prefeitos de todo o Brasil.

Gostaria de fazer um apelo ao Presidente e a todos os Líderes desta Casa, para que pudéssemos votar a matéria hoje e dar uma resposta aos Prefeitos de nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – É o entendimento das Lideranças. Comunico a V. Ex^a que, para que essa matéria seja votada, temos de votar todas as medidas provisórias que estão trancando a pauta.

Tem a palavra o Senador Magno Malta, que dispõe de cinco minutos. Em seguida, usará da palavra o Senador Delcídio Amaral, até que haja quórum suficiente para votarmos matéria que diz respeito à vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Sepúlveda Pertence. A indicação do Sr. Ministro Dr. Carlos Alberto Menezes Direito já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Tem a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela Liderança do PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de fazer um registro importante. Ontem, dia 28 de agosto, tive oportunidade, Senador Gerson Camata, de participar da abertura da Feira Internacional de Mármore e Granito em Cachoeiro do Itapemirim. Lá estavam o Sr. Governador, o Sr. Secretário e o Prefeito Roberto Valadão, além de Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal, Marco Coelho, nosso amigo, Wilson Dílio, o Vereador Amaral, todos amigos que lá encontrei.

Trata-se de uma feira extremamente importante para o Brasil, porque Cachoeiro do Itapemirim e o sul do Estado são extremamente importantes para o mundo. Agora, inclua-se o norte do Estado, onde estão as jazidas de granito. Marcamos uma posição importante.

Senador César Borges, tivemos a oportunidade de receber uma delegação da Bahia que foi conhecer como o Espírito Santo conseguiu se organizar, tornando-se essa força significativa no mármore e no granito do mundo inteiro.

Particpei da solenidade, o que nos orgulha muito – são 24 anos de feira – e, depois, tive oportunidade de entrar no estande do meu querido amigo Romário Rosa, da RR Granitos, especializada em artesanato com reaproveitamento de material, uma empresa extremamente importante criada em Cachoeiro de Itapemirim.

Visitei também o estande da Gramobrás – Granitos e Mármore Brasileiros, do meu amigo Aremildo Pessin e do seu irmão Arildo, lutadores na causa para que o Estado do Espírito Santo alcançasse destaque na exploração do mármore e do granito para o mundo, fato importante para a economia brasileira.

Entre também no estande da Gramil, de Benito Paulo Secchin e seus filhos Marcos Secchin e Áttila Secchin, uma empresa de 25 anos de história, que dignifica Cachoeiro de Itapemirim, orgulha a todos e dignifica o Estado do Espírito Santo.

Até domingo será possível visitar a Feira em Cachoeiro, especializada na produção de máquinas, na criação, na invenção de máquinas. Lá está o grande pólo, e as maiores jazidas de mármore estão em Cachoeiro de Itapemirim.

Conclamo, convidado o Brasil e o Senado Federal a conhecerem as riquezas do Espírito Santo, que tem um complexo portuário extremamente importante e que é um Estado pujante e estratégico para o Brasil.

Assim, cumprimento o nosso querido Estado do Espírito Santo.

Sr. Presidente, gostaria de fazer outro registro importante.

Estão, nesta Casa, algumas pessoas de Minas Gerais. Senador Eduardo Azeredo, sua atenção, por favor, pois são do seu Estado. Peço às estas pessoas que fiquem de pé para que a câmera as mostre: o Dr. Núbio Parreiras, Juiz de Direito de Divinópolis; o Promotor Carlos Fortes; a Presidente do Conselho de Mulheres Empreendedoras, Denise Lara; e as integrantes Neusa Oliveira Lima, Sandra Amaral e Viviane Carregal.

Essas mulheres, esse Juiz e esse Promotor Público têm-nos ajudado na grande luta na qual estamos empenhados neste País, junto com a Deputada Maria do Rosário. Daqui a exatamente dois minutos, vamos à Associação de Magistrados do Brasil para nos juntarmos numa grande corrente e mudarmos o Estatuto da Criança e do Adolescente no que diz respeito à adoção. Senador, a questão da adoção, no Brasil, é extremamente grave.

Lá em Divinópolis, Minas Gerais, contamos com a iniciativa dessas mulheres e a boa vontade desse Juiz e desse Promotor, que têm trazido subsídios ao meu relatório a um projeto do Senador Marcelo Crivella, que acaba definitivamente com a burocracia.

Acabar com a burocracia é dar oportunidade a homens e mulheres que querem ser pais e mães de crianças que estão em abrigos e em orfanatos esperando quem queira enxugar seu xixi e acordar à noite com seu choro, pedindo uma mamadeira. Existem milhões de homens e mulheres dispostos a preparar mamadeira à noite, a enxugar xixi de criança, mas a burocracia não lhes permite, Senador. A burocracia faz com que essas crianças sejam mandadas ao exterior. Isso é facilitado. O estrangeiro vem e, após ficar trinta dias em um hotel, a criança é cedida para ir ao exterior. Algumas vão para a morte, porque terão o coração tirado e vendido, os olhos, o rim. Existem casos graves. Em outros abrigos, as crianças ficam presas para que os donos possam se beneficiar das esmolas, das cestas-básicas. Essas crianças, presas lá, não são apresentadas à adoção. Com dez, quinze anos, saltam o muro e vão delinquir do outro lado, entram para a prostituição.

Por isso, a presença desse grupo de Minas Gerais é extremamente importante. Estou convocando homens e mulheres que comungam dessa visão no meu Estado, o Espírito Santo, e convocando homens e mulheres do Brasil. Por que, Senador Renato Casagrande, não criarmos, no Brasil, uma associação de pais e mães adotivos? Sou pai adotivo. Aliás, a adoção é a única chance que o homem tem de dar à luz. Dei à luz pela adoção. Sou o homem mais feliz do mundo, porque sou pai adotivo, tenho uma filha do coração. Milhões de crianças estão esperando por esse momento em suas vidas.

Quero agradecer a esse grupo de Minas Gerais, que tenho orgulho de receber, por acrescentar, trazer subsídios ao projeto, para que possamos presentear o Brasil e as nossas crianças de uma forma definitiva e contundente.

Posso ceder um aparte ao Senador Eduardo Azeredo?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Lamentavelmente, o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Só tenho doze segundos?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Darei mais um minutos para V. Ex^a concluir.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Agradeço a V. Ex^a.

Concluirei dizendo que hoje é o Dia Nacional de Combate ao Fumo. Nos países desenvolvidos, morrem dois milhões de fumantes por ano e, a partir de 2020,

morrem três milhões. Nos países em desenvolvimento, morrem 1 milhão por ano, e a partir de 2020, serão 7 milhões. A partir de 2020, morrerão 10 milhões de fumantes no mundo. No Brasil, o cigarro mata dez pessoas por hora, Senador. No mundo, a cada minuto, morrem sete pessoas. Agora, quando V. Ex^a me dá um minuto, morrem sete pessoas.

É preciso que criemos legislação dura e impostos sobre o tabaco, restrinjamos as áreas. De cada dez viciados em drogas ilegais recuperados no Brasil, nove são filhos de fumantes. Precisamos trabalhar de forma responsável, para termos uma sociedade sadia, longe do tabaco. Nas casas de recuperação, de cada dez drogados que vão embora, assim procedem por causa do cigarro, não por causa da cocaína.

Por isso, juntemo-nos numa grande corrente hoje, o Dia Nacional de Combate ao Fumo.

Obrigado, Sr. Presidente.

OSR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Magno Malta.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicitaria a abertura da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Exatamente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Há acordo para votar matérias de grande interesse do País. Depois, poderemos continuar o debate parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Vamos iniciar a Ordem do Dia.

Informo que o Senador Delcídio Amaral abriu mão do uso da palavra antes da Ordem do Dia. Esta Presidência já anuncia o Senador Delcídio Amaral como o primeiro orador após a Ordem do Dia. S. Ex^a disporá de 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item extrapauta:

PARECER Nº 718, DE 2007 (Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 718, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Relator: Senador Valter

Pereira, sobre a Mensagem nº 132, de 2007 (nº 633/2007, na origem), pela qual o Presidente da República *submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Carlos Alberto Menezes Direito para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence.*

Em discussão o parecer, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no parágrafo único, do art. 101, da Constituição Federal, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra às Lideranças. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

Não havendo quem queira fazê-lo, comunico às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que vamos abrir o painel. (Pausa.)

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero usar a palavra apenas para fazer um apelo aos Senadores do PMDB que estejam nas dependências da Casa para que venham ao plenário, pois teremos votação nominal. Iremos votar a indicação de várias autoridades. Então, em nome da Liderança, faço esse apelo aos membros da minha Bancada.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero somente fazer, na verdade, um apelo a todas as lideranças; estou fazendo pessoalmente e já o fiz na semana passada. Tivemos, na Câmara dos Deputados, a votação da Proposta de Emenda à Constituição

que eleva o percentual do Fundo de Participação dos Municípios de 22,5% para 23,5%. Está pronto, já foi apreciado, hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado e já podemos votar.

Peço a compreensão, especialmente dos Partidos de Oposição, ao Senador José Agripino, Senador Arthur Virgílio ou outro líder que por acaso esteja fazendo obstrução da matéria. Essa matéria, Senador Agripino, já está em pauta desde o ano passado, num compromisso de ser aprovada. No ano passado, não foi aprovada. Há um apelo de todos os Municípios para que possamos votar essa matéria. Então, quero aqui fazer um apelo para que, dentro do acordo de votação, Senador Romero Jucá, possamos votá-la esta semana. Se não votarmos hoje, que votemos amanhã, mas o ideal é que votemos ainda esta semana.

É o apelo que faço, também demandado por diversos Prefeitos, amigos nossos da Confederação Nacional dos Municípios, que têm trabalhado muito para que possamos votar essa matéria.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Casagrande, não tenho a menor dúvida de que é uma matéria que tem o consenso desta Casa, tem a unanimidade desta Casa. Mas, por uma questão regimental, lamentavelmente, não poderemos colocá-la em votação, a não ser que haja entendimento dos Srs. Líderes para votá-la após as MPs.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem, sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a tem a palavra, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Queria prestar uma informação ao Presidente, à Mesa, aos Líderes e a todos os interessados na questão do FPM, especialmente ao Senador Casagrande, que levantou esta questão.

Nós recebemos a matéria esta semana no Senado. Sou o Relator da matéria na CCJ, eu a recebi hoje e hoje mesmo a votamos. Já conversei com todos os Líderes e, para votar uma emenda constitucional, é preciso que haja uma tramitação: tem de haver cinco sessões de discussão antes da votação. Então, combinei com os Líderes, falei com o Senador José Agripino, Senador Arthur, Senador Raupp, Senadora Ideli, que, no começo da próxima semana, vou apresentar uma proposta para que possamos diminuir o interstício, fazer mais de uma sessão por dia, especificamente para essa PEC e, provavelmente, vou sugerir algumas outras PECs que estão na mesma situação, como a PEC do Senador Marco Maciel e várias outras que estão tramitando aqui.

Mas, hoje, nós não poderíamos nem contar como sessão porque a pauta ainda está trancada – há uma medida provisória no primeiro item da Ordem do Dia.

Então, quero dizer que o Senado já respondeu de forma pronta ao pleito dos Prefeitos. Essa matéria foi aprovada há quatro anos pelo Senado por unanimidade e, agora, vamos construir uma votação rápida, vamos apressar a sua votação, Senador Casagrande, mas dentro do Regimento, com a aquiescência dos Líderes. Tal proposta será feita e apresentada aos Líderes no início da próxima semana.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Mercadante, V. Ex^a tem a palavra pela ordem e, em seguida, o Senador Flexa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria, sem desmerecer a relevância em torno da discussão dessa Proposta de Emenda Constitucional, registrar, ainda que se trate de uma votação secreta, a importância deste momento que o Senado Federal vive, para poder assegurar a sua prerrogativa constitucional, que é privativa do Senado, de aprovação dos membros para o Supremo Tribunal Federal.

O Sr. Carlos Alberto Menezes Direito vem de uma trajetória de grande experiência na administração pública. Um longo período como desembargador do Estado do Rio de Janeiro e, posteriormente, membro do Superior Tribunal de Justiça, teve um papel absolutamente destacado na defesa do Código do Consumidor, este que é o tribunal da cidadania, enfrentando a complexidade jurídica e técnica que exige o parecer da Magistratura em temas da defesa do consumidor. Seguramente, foi um dos grandes sustentáculos nas decisões favoráveis ao interesse do consumidor, tendo prestado também contribuição bastante relevante em temas relacionados à defesa do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

E ainda que possamos ter polêmicas em relação à sua visão acerca de temas sensíveis como as células embrionárias, a utilização das células-tronco para pesquisa científica, a relação dos limites entre a ética e a ciência, parece-nos uma indicação que tem um notório saber jurídico, uma carreira bastante longa e consistente juridicamente na Magistratura, o que só vem engrandecer a composição do Supremo Tribunal Federal, a instância maior do Poder Judiciário no Brasil.

Por isso, neste momento, acho que nós não poderíamos votar sem registrar o sentimento que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, hoje, expressou numa votação praticamente unânime, com uma única abstenção, o que mostra o sentimento da Comissão, daqueles que puderam participar da rica arguição que tivemos na manhã de hoje.

Queria também agradecer aos Partidos de uma forma geral e, em particular, à Oposição, por essa atitude de permitir a aprovação rápida de um nome que tem um prazo definido, porque completa seus 65 anos de idade. Estavam certos os Constituintes quando exigiram a idade máxima de 65 anos para permitir, pelo menos, uma tramitação e uma presença na vida do Supremo Tribunal Federal de pelo menos cinco anos de mandato.

Por isso, eu queria aqui registrar este momento importante do relacionamento entre Poder Legislativo e Poder Judiciário, um momento honroso de indicação de um membro do Supremo Tribunal Federal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem. Em seguida, falará o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Efraim Morais, quero associar-me ao Senador Aloizio Mercadante nas referências que fez ao Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, do STJ, que hoje terá sua indicação votada pelo Plenário, para assumir o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Sua indicação foi aprovada com 22 votos favoráveis e uma abstenção na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, hoje pela manhã.

Essa é, sem sombra de dúvida, uma indicação correta e importante do Presidente Lula para o STJ, porque tem um currículo que responde por sua competência jurídica, pelo seu caráter ilibado, pela sua moral.

Senador Efraim Morais, quero fazer um registro especial e dizer que se trata do primeiro Ministro do STF paraense. O Ministro Carlos Alberto Direito nasceu no Pará. Foi criado e fez sua carreira jurídica no Rio de Janeiro, mas é paraense por nascimento, sendo, como eu disse, o primeiro Ministro paraense da República. Houve dois Ministros do Supremo Tribunal Federal durante o Império, sendo o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito o primeiro da República.

Quero parabenizar o Ministro e tenho certeza de que ele prestará grande serviço à Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles. Antes, porém, convoco as Sr^{as} e os Srs. Senadores que se encontram nas dependências do Senado Federal para se dirigirem ao plenário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles. Em seguida, falará o Senador Arthur Virgílio.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP

– RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero congratular-me com o Presidente da República, em nome do meu Partido, o Partido Progressista, em meu nome pessoal, em nome do Estado do Rio de Janeiro e em nome do Governador Sérgio Cabral, pela indicação do Ministro Carlos Alberto Direito para o Supremo Tribunal Federal, aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça quase que por unanimidade. E o Senado Federal, estou certo, vai ratificar a aprovação da Comissão de Constituição e Justiça.

Carlos Alberto Direito ocupou importantes postos na Administração Pública brasileira. Foi Secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Secretário Executivo do Ministério da Educação, Presidente da Casa da Moeda e Ministro do STJ, onde sempre foi respeitado por todas as posições tomadas.

Sr. Presidente, quero, mais uma vez, dizer que é motivo de orgulho para o Rio de Janeiro, para todos nós e para o Senado ver Carlos Alberto Direito no Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio. Logo em seguida, falará o Senador Alvaro Dias.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela

ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foi brilhante a exposição do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito hoje, na Comissão de Constituição e Justiça da Casa. S. Ex^a revelou sinceridade, revelou a emoção, que deve ser um ponto a compor a personalidade dos juízes.

E, Senador João Pedro, algumas pessoas me dizem: “Uma pessoa correta e tem um certo corte conservador”. E tocaram na questão do aborto, e sua resposta foi brilhantíssima. Disse que tem, pessoalmente, essa convicção, mas que acata e decide de acordo com as leis aprovadas pelo Congresso Nacional do País dele. Fiquei extremamente impressionado.

É evidente que, a esta altura – e eu não faria isso se não estivesse havendo essa seqüência de manifestações a favor do Sr. Carlos Alberto Menezes Direito -, estou aqui também, eu próprio, abrindo o meu voto.

Foi brilhante a sua vitória, foi consagradora a sua vitória na Comissão de Justiça, mas isto aqui mostra, Sr. Presidente, que precisamos enfrentar certas verdades. Não é verdade que abrir voto anule eleição. Estamos aqui abrindo voto, e, no entanto, isso não vai impedir o Ministro Carlos Alberto Direito de ser consagrado Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Remeto, portanto, à questão de que, no Conselho de Ética, é possível perfeitamente se fazer um voto claro e aberto, assim como é impossível se fazer voto aberto para se decidir sobre cassação de mandato aqui. Seria grotesco pedir a abertura de voto aqui; mas lá é plausível, tanto quanto, neste momento, estou dizendo aqui que acabei de votar “sim” para a indicação do Sr. Carlos Alberto Menezes Direito para o Supremo Tribunal Federal.

Precisamos buscar coerência e as verdades que vão fazer este Congresso ressurgir, como o Supremo está sabendo ressurgir para os seus melhores momentos.

Volto a dizer que fiquei impressionado com o saber jurídico, com a respeitabilidade de que se cerca o Ministro Direito e, sobretudo, com a emoção que revelou ao falar de seus filhos, a clareza com que tocou em pontos polêmicos que supostamente o colocariam como uma figura de cabeça conservadora. Impressionou-me muito e, por isso, não tenho dúvida alguma de que o Plenário da Casa haverá de dar a ele o mesmo tratamento que lhe foi reservado pela Comissão de Justiça da Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero também manifestar a satisfação em poder acolher a indicação do Presidente Lula neste caso.

Nós, que cumprimos o dever de combater indicações de natureza política, aquelas que guardam uma relação muito estreita com o objetivo de aparelhar o Estado brasileiro partidariamente, temos o dever de enaltecer quando a indicação guarda outro tipo de relação, com critérios básicos indispensáveis para que o exercício da função seja o mais perfeito, o mais competente, o mais probo possível.

Esses critérios são conhecidos para o preenchimento de qualquer cargo público e ganham relevância

quando se trata de preencher a função de julgador, a de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Sem dúvida, o Dr. Carlos Alberto Menezes Direito é um homem que reúne todas as condições exigidas para a função. Os critérios da probidade, da competência e da qualificação profissional estão perfeitamente atendidos nessa indicação que faz o Presidente Lula ao Senado Federal, exatamente num momento importante vivido pelo Poder Judiciário, pela Suprema Corte – a instituição onde estão ficados os alicerces fundamentais do Estado democrático de direito –, quando há um julgamento histórico que proclama a real estatura do Supremo Tribunal Federal e consagra sua independência e sua autonomia.

Poderíamos afirmar que o Presidente Lula foi o responsável pela indicação de seis dos atuais Ministros do Supremo Tribunal Federal. Portanto, está contemplado com a maioria dos votos naquela Corte. Em que pese esse fato, assistiu-se à proclamação da independência, da autonomia do Supremo Tribunal Federal, da honradez de seus Ministros, da competência e da qualificação técnica de todos eles, quando aceitaram a denúncia do Procurador-Geral da República, envolvendo os 40 indiciados pela CPMI dos Correios.

Portanto, Sr. Presidente, é claro, como disse o Senador Arthur Virgílio, que não há necessidade de declaração de voto, nem deveríamos declará-lo numa sessão secreta, mas o fazemos com a satisfação de poder, pelo menos nesta circunstância, aplaudir a indicação do Presidente Lula.

O Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, quero fazer um apelo ao Líder do Governo, Senador Romero Jucá, para que votemos, ainda hoje, a PEC nº 75, de 2007, que trata do aumento de 1% da participação do FPM dos Municípios.

Isso é algo que os Prefeitos dos mais de cinco mil Municípios brasileiros aguardam há mais de quatro anos. Todos os anos, eles fazem a Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, é prometido a eles que

será feito esse aumento, mas isso nunca aconteceu, nem em 2003, nem em 2004, nem em 2005, nem em 2006! E agora, em 2007, aprovamos essa PEC hoje – ela veio da Câmara nesta semana –, na CCJ, e, se houver acordo de Lideranças, Senador Romero Jucá, podemos fazer tantas sessões quantas forem necessárias para o interstício, a fim de responder aos mais de cinco mil Prefeitos dos Municípios brasileiros. Vamos votá-la hoje, mostrando que o Senado Federal, assim como a aprovou anteriormente, hoje, em 24 horas, aprove a PEC, para que, já em setembro, ela possa surtir os efeitos que os Prefeitos necessitam, ou seja, um reforço de caixa. Mesmo não sendo o todo prometido, pelo menos é um terço daquilo que os Prefeitos esperam desde 2003, e é um terço do que esperam em 2007.

Faço um apelo ao Líder Romero Jucá, pois já há consenso da Liderança do Governo e da Oposição para que votemos ainda hoje a PEC nº 75.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PMDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de manifestar a minha satisfação pela indicação do Dr. Carlos Alberto Menezes Direito.

Tive a oportunidade de participar da sabatina feita hoje pela Comissão de Constituição e Justiça ao indicado e, confesso, saí de lá vivamente convencido não só da competência, do preparo profissional, mas também do caráter, da dignidade de um cidadão comprometido com a ética e com o que há de melhor na cidadania brasileira.

Dessa forma, registro minha satisfação de votar favoravelmente à indicação do nome do Sr. Carlos Alberto Menezes Direito, futuro Ministro do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a expressa, nesta oportunidade, pelas manifestações que tivemos a honra de ouvir do Plenário, o pensamento da Casa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Magno Malta, pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também para revelar o contentamento e fazer coro aos que me antecederam. Não se trata de chover no mo-

lhado. Conheci o Dr. Carlos Alberto Menezes Direito antes de ele ser sabatino pela Comissão de Justiça. Infelizmente, hoje, tendo em vista outros compromissos, não pude estar presente àquela reunião. Mas, ao final, pude cumprimentá-lo.

Sr. Presidente, ganha o País e ganha a sociedade com a indicação do nome do Dr. Carlos Alberto, que a todos nós orgulha. Nós representantes do Estado do Espírito Santo estamos orgulhosos em votar favoravelmente à indicação do nome de Dr. Carlos Alberto e, portanto, em conduzir ao cargo de Ministro, após ser sabatinado, esse cidadão preparado, honrado e que, sem dúvida alguma, orgulha esta Casa.

Das ponderações feitas na Comissão, assisti, pela televisão, às do Senador Arthur Virgílio, que se dirigiu ao Dr. Carlos Alberto discorrendo sobre pontos afeitos à posição do indicado em seguir a justiça acima de tudo, ainda que seja contrário àquilo que ele pensa. Sr. Presidente, precisamos disso, e a aprovação da indicação do nome do Dr. Carlos Alberto Menezes Direito por esta Casa, por este Plenário é um presente que estamos ajudando a entregar à sociedade brasileira.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Mário Couto, pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uso da palavra apenas para reforçar as palavras do Senador Flexa Ribeiro no momento em que questionou o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, sobre os problemas dos prefeitos deste querido Brasil. O Líder do Governo, tenho certeza absoluta, deve saber da situação de cada prefeitura de seu Estado, como também das prefeituras deste País hoje.

Senador Romero Jucá, se V. Ex^a não vislumbrar a possibilidade de acordo por questões regimentais hoje, que possamos sair daqui com a certeza de que em breve, amanhã ou terça-feira, possamos votar definitivamente o aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FTM) para as prefeituras, porque os prefeitos não podem e não devem esperar mais. Então, gostaria que V. Ex^a pudesse se pronunciar em relação a isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sobre a questão levantada pelo Senador

Mário Couto, gostaria de registrar o seguinte: estamos prontos para votar a matéria. Já a aprovamos na CCJ. Portanto, se for da vontade da Casa e dos Líderes partidários votar a matéria hoje, quais procedimentos devemos adotar? Concluir a votação da pauta da Ordem do Dia, já instalada, votar a indicação das autoridades, votar a medida provisória, que está trancando a pauta; depois disso, precisamos encerrar esta sessão e reabrir mais cinco sessões seguidas, contar as cinco sessões, para, então, votar a matéria em primeiro turno. Se for da vontade da Casa, aprova-se a quebra do interstício do primeiro para o segundo turno, que é de três dias, fazem-se mais três sessões seguidas e, depois, vota-se o segundo turno.

Estou pronto para votar, mas dependo disso, de toda essa manobra e da aprovação por parte dos Líderes, porque é preciso que se quebre o interstício, que se tenha uma decisão unânime de todas as Lideranças.

O Relator está pronto, e defendo isso; aprovamos essa matéria há quatro anos; ela foi encaminhada para a Câmara dos Deputados e lá ficou.

Então, se hoje pudermos fazer um esforço, aprovaremos a porcentagem de 1% para o Fundo de Participação dos Municípios.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concederei, pela ordem, a palavra ao Senador Arthur Virgílio, que a havia solicitado anteriormente; em seguida, falará V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é bastante razoável a colocação do Líder do Governo, e, ao ver do PSDB, a votação de hoje na Comissão de Justiça e eventualmente hoje aqui no Plenário da Casa dessa matéria que aumenta a receita do Fundo de Participação dos Municípios, retirando recursos do Tesouro Nacional, da União, descentralizando na direção de quem vivencia o primeiro impacto dos problemas, isso é uma prova de força da democracia brasileira.

Afinal de contas – disse a mesma coisa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e repito aqui o argumento, com outras palavras talvez – , se fosse uma ditadura, o ditador simplesmente escorregaria, da porta do palácio, a pressão dos prefeitos. Como é uma democracia, o Presidente Lula relutou, relutou, mas foi obrigado a ceder à pressão dos pre-

feitos; foi obrigado a ceder à pressão democrática dos prefeitos.

Por isso, antes que digam que houve alguma benemerência, é bom que se registre a luta de muitos anos dos prefeitos, que se registre a perda de receita que eles tiveram todo esse tempo em que foram *bypassados*, em que foram jogados para a posição secundária, Sr. Presidente.

Por outro lado, a pressão que aqui fizemos, a pressão do Congresso Nacional, se chegarmos a votar essa matéria, o PSDB entende que essa matéria é uma vitória da pressão democrática contra um Governo democrático. E, se o Governo democrático cede, ele não está perdendo o prestígio nem está sofrendo nenhum desdouro não. Estamos apenas reconhecendo que não é a benemerência do Palácio pelo prefeitos, porque o General Médici não faria essa benemerência. Ele tocaria, a peso de baioneta, os prefeitos da porta do Palácio. É que não dá para fazer isso hoje – não acredito que fosse jamais essa a intenção do Presidente da República –, mas é uma conquista – e sou a favor de votar essa matéria – arrancada pelo Congresso e arrancada pela pressão dos prefeitos brasileiros.

Por outro lado, Sr. Presidente, quais são os pontos – e isso é algo em concerto com a Liderança do DEM – acertados conosco para se votar? Já estamos praticamente com a votação do Ministro Direito concluída. Em seguida, Sr. Presidente, teríamos a votação do nome dos três Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, e a medida provisória dos hansenianos. Com isso, já estamos de acordo. E resolvemos, nós e o DEM, que faríamos uma avaliação muito criteriosa para a próxima semana, e por aí em diante, das autoridades e das demais matérias que sejam pinçadas como relevantes para o funcionamento da economia e da vida brasileira.

Portanto, em relação a essa matéria e dentro desse entendimento, o PSDB concorda, sim, em dar esse reconhecimento à luta dos prefeitos e à pressão que fizeram para que o Poder Central renunciasse receitas, aumentando em 1% a participação dos Municípios no FPM, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Ideli Salvatti, com a palavra V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero realçar que estamos plena-

mente de acordo em quebrar todos os interstícios e fazermos a votação do 1% para o FPM.

Trata-se de matéria muito importante – isso já foi realizado –, que passou por esta Casa em dezembro de 2003, não foi votada na Câmara, porque ela estava dentro de um contexto maior de reforma tributária, que, infelizmente, não andou. Este ano, inclusive, houve um acordo para separar, a Câmara aprovou, fez uma pequena modificação e, portanto, temos plena condição de votar.

Sr. Presidente, creio que devemos cumprir a Ordem do Dia – e peço muito a atenção do Senador Arthur Virgílio e do Senado José Agripino –, porque, na Ordem do Dia, está o projeto de lei que trata da Lei do Estágio, que também está na iminência de trancar a pauta.

Hoje, pela manhã, houve uma votação, e foi aprovado, por unanimidade, na reunião conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Educação, um acordo. Na Comissão de Educação, o Relator foi o Senador Raimundo Colombo, e eu fui a Relatora na Comissão de Assuntos Sociais. Fizemos um belíssimo acordo. Estamos inclusive com um relatório único. Por incrível que pareça, Senador Delcídio Amaral, não houve qualquer celeuma, qualquer polêmica. Nós acertamos, ajustamos o texto do substitutivo de comum acordo, e foi aprovado por unanimidade.

Portanto, poderíamos aproveitar a oportunidade, até porque a matéria já consta da Ordem do Dia, e votar também o projeto que diz respeito à Lei do Estágio, para colaborar com o acordo feito nas duas Comissões, entre esta Senadora e o Senador Raimundo Colombo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para fazer um registro. Se quisermos cumprir o que é intenção de todos, vamos ter que dar celeridade às votações para realizar as oito sessões de votação.

Portanto, peço o apoio de todos para que possamos, rapidamente, votar todas as matérias que estão na Ordem do Dia atual, dentro do acordo que foi feito, e iniciar a questão da emenda constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em maio, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve um encontro com os Prefeitos do Brasil. E o

grande anúncio que Sua Excelência fez, Senador Arthur Virgílio, foi o 1% do Fundo de Participação como um grande benefício, que, na verdade, é um benefício, que estaria sendo anunciado, sacramentado aos Prefeitos do Brasil.

Senador ACM Júnior, isso foi em maio. Lá se foi maio, lá se foi junho, lá se foi julho, estamos no final de agosto. Foram quatro meses. Se o Relator Romero Jucá está em condições de apresentar seu relatório, não vamos ser nós... Eu, Senador José Sarney, desta ou daquela tribuna, por duas vezes, manifestei minha posição de criar dificuldades, até à própria tramitação de matérias, se o compromisso do Presidente não fosse cumprido.

Ora, se eu tomei esse compromisso, não seria eu nem meu partido que iria criar qualquer tipo de dificuldade. Se o Relator está em condições de apresentar seu relatório e suas justificativas, eu, pelo meu partido e em nome dos Prefeitos do Brasil, e dado o compromisso que tomei no meu partido por antecipação, estou absolutamente de acordo com a quebra de interstícios, com o entendimento, de forma que os Municípios possam hoje celebrar a aprovação pelo Congresso, Câmara e Senado, daquilo que há quatro meses o Presidente Lula prometeu, e até agora não pôde cumprir ou não quis cumprir. Poderia ter feito no dia seguinte. No dia seguinte poderia ter feito. Porque nós, do Congresso, teríamos feito aquilo que vamos fazer agora.

Se o Presidente Lula, no dia seguinte ao compromisso tomado na reunião de Prefeitos, tivesse mandado para a Câmara dos Deputados, a Câmara tivesse aprovado e enviado para o Senado, eu teria a atitude que tenho hoje. Se só hoje o estamos fazendo é porque só agora o Presidente Lula tomou o compromisso de saldar a palavra empenhada. Pelo Democratas, a quebra do interstício está garantida e o acordo será feito.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Quero dar uma breve palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em seguida, Senador Eduardo Suplicy.

Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a pode falar, se for rápido, porque vou encerrar a votação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, minha intervenção é rápida. Quero apenas deixar bem claro que os Municípios não estão recebendo esse FPM há muito tempo por carência de

ação do Governo. O projeto foi aprovado no Senado há mais de três anos. Que fique bem claro que, se dependesse do Senado, os Municípios estariam recebendo esse 1% há muito tempo. O Governo não conseguiu aprovar o projeto na Câmara e, depois, apresentou uma nova medida provisória, esta que estamos discutindo agora.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Eduardo Suplicy, por favor, seja breve.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar meu voto favorável à indicação do Dr. Carlos Alberto Menezes Direito, dizendo da boa impressão que causou ao responder às inúmeras perguntas feitas por mim e pelo conjunto dos Srs. Senadores.

Minha tradição é de voto aberto.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou encerrar a votação e proclamar o resultado. V. Ex^a poderia falar depois pela ordem ou é sobre o assunto?

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – É sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu me associo a todos que se pronunciaram para manifestar apoio à indicação do Ministro Carlos Alberto Direito para o Supremo Tribunal Federal.

Na arguição feita hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vários temas foram colocados em debate para se conhecer o pensamento do Ministro, o trabalho que deve ser feito pelo Judiciário brasileiro e as questões graves que chegam ao Tribunal, de ordem trabalhista, social e política. Diante do que discutimos na sabatina, o Senado, neste momento, com certeza, aprovará, por ampla maioria, senão por unanimidade, a indicação do Ministro Carlos Alberto Direito para o Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou proclamar o resultado.

Declaro encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

PARECER Nº 718, DE 2007 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, PARA EXERCER O CARGO DE MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Num.Sessão: **1**
Data Sessão: **29/8/2007**

Num.Votação: **1**
Hora Sessão: **14:00:00**

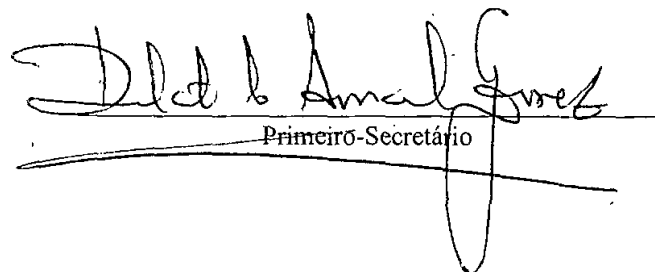
Abertura: **29/8/2007 18:01:49**
Encerramento: **29/8/2007 18:36:30**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
DEM	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
DEM	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	Votou
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	Votou
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PMOB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
DEM	SP	ROMEU TUMA	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: **EFRAIM MORAIS**

Votos SIM : 61
Votos NÃO : 02 **Total : 64**
Votos ABST. : 01


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 61 Srs. Senadores; e NÃO, 2.

Houve uma abstenção.

Total de votos: 64

Está, portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, aprovado o nome do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito para o Supremo Tribunal Federal.

Será feita a devida comunicação ao Presidente da República.

Passo a Presidência...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de ouvir a palavra de V. Ex^a a respeito deste último fato, envolvendo funcionário da Casa, que se diz pressionado e que, por isso, teria aberto mão de um cargo em comissão na Casa.

Gostaria de ouvir a palavra de V. Ex^a porque esta é uma indagação que responderia aos anseios do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a oportunidade da pergunta, sobretudo pela possibilidade de, de uma só vez, fazer o esclarecimento ao Senado Federal e ao Brasil.

Desde que foi instaurado o processo contra mim, passei o comando da condução da investigação para o Senador Tião Viana, demonstrando absoluta isenção com o aprofundamento da investigação, objetivando as verdades que o Brasil sempre quis saber.

Pedi, Sr. Presidente – e também não foi divulgado –, que o Ministério Público me investigasse para que eu pudesse, comprovadamente, apresentar as provas da verdade, fazendo a inversão do ônus da prova e a prova contrária, que é algo condenado desde o Direito Romano.

Antes disso, sem que ninguém tivesse me pedido nada, absolutamente nada, abri mão de todos os meus sigilos perante este Senado Federal. Nunca permiti que utilizassem a máquina do Senado Federal para beneficiar ninguém, absolutamente ninguém, muito menos o seu Presidente.

V. Ex^a sabe, o Senado sabe, que sou um democrata. Já disse, durante esta semana, que, mesmo sendo vítima do excesso da democracia, continuarei defendendo, com toda ênfase, a democracia como o melhor regime de governo.

Simplesmente não conheço o Dr. Marco Evandro. Não o conheço. Hoje, recebi uma carta, que exibo ao Senado Federal, dizendo o seguinte:

“Solicito a V. Ex^a, Secretária-Geral da Mesa, que encaminhe ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Senado Federal minha solicitação de dispensa, em caráter irrevogável, da função comissionada da Secretaria-Geral da Mesa Adjunta, símbolo FC – 9.” [Vou repetir para que a Casa e o País ouçam:] “Esclareço, por oportuno, que em momento algum concedi entrevista a qualquer veículo de comunicação, o que pode ser comprovado com as formas mais descontraídas com que os diferentes órgãos de comunicação têm divulgado este assunto.”

Então, quem me conhece sabe, quem conhece o meu perfil sabe que eu jamais permitiria que alguém fosse pressionado. Os Senadores sabem. Eu indaguei de vários Senadores: “V. Ex^a já sentiu algum tipo de pressão neste processo?” “Nenhum, absolutamente nenhum.” Os Senadores vão decidir de acordo com as provas e com as suas consciências.

Está aqui a carta, a resposta assinada pelo Dr. Marcelo, segundo a qual é mais um equívoco. É mais um equívoco parecido com aquele de que mudei o imposto de renda, de que eu tinha comprado bens imóveis por intermédio de laranja. É um equívoco parecido com os outros equívocos que foram divulgados e que logo foram negados com provas contrárias, que são as mais difíceis de se apresentarem no Direito.

Daí dizer, Sr. Presidente, que este processo é absolutamente esquizofrênico. Eu queria só esclarecer à Casa, já que V. Ex^a pediu, que acabo de receber da Secretária-Geral da Mesa uma carta que diz que esse episódio não tem absolutamente nada a ver e que o Consultor do Senado Federal, que é adjunto da Mesa Diretora, não estava com nenhuma demanda desse processo.

Não pedi parecer a ninguém. O Senador Tião Viana é quem conduz o processo. No Conselho de Ética, é o Senador Leomar Quintanilha, que pediu um parecer à Consultoria-Geral do Senado Federal. Esse servidor não foi demandado em nenhum momento. Daí o esclarecimento definitivo que ele manda à Mesa do Senado Federal.

Passo a Presidência ao Senador Tião Viana.

O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Vou conceder a palavra ao Senador José Agripino e ao Senador Demóstenes Torres, pela ordem.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Peço apenas a obediência regimental, para termos o melhor aproveitamento da sessão – um pedido pela ordem deve ser “pela ordem” mesmo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de aproveitar a presença do Senador Renan Calheiros.

Essa questão, que, pela sua natureza, provocou muita discussão, muito disse-que-disse, versões para aqui e versões para acolá, tem uma força, uma substância, que é a discussão em torno do voto, sobre se é secreto ou aberto. Na minha concepção, a grande diferença entre o voto ser secreto ou ser aberto é a de que, sendo aberto, todo o trabalho dos Relatores, os Senadores Almeida Lima, Marisa Serrano e Renato Casagrande – a apuração de elementos, a coletânea de dados, a juntada de provas, a argumentação de um lado e do outro – irá para o papel e será transmitido num voto para o Plenário do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. O voto é secreto, por exemplo, em indicação de Embaixadores, em que o relatório é apenas indicativo, mas seqüenciado por uma sabatina do indicado, que se submete a perguntas por parte do Plenário. Neste caso, não seria. Quando se faz a indicação de um Embaixador ou de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, como hoje aconteceu, o relatório é descritivo, não é conclusivo, e em seguida há uma sabatina.

Para mim e para o meu Partido, o fundamental é que, como o Senador Renan Calheiros deseja, as evidências sejam todas expostas, na sua inteireza, pelos Relatores, que vão abrir os argumentos que coletaram ao longo de um tempo, com responsabilidade e senso de justiça, dentro do seu pensamento, argumentos em favor e argumentos em contrário – até porque não conheço o teor dos relatórios, mas supõe-se que haja relatório pedindo a absolvição, assim como a condenação, e os Senadores vão votar pela absolvição ou pela condenação de acordo com a força e a consistência dos argumentos. E os argumentos só serão expostos, se o relatório for detalhado, não descritivo.

Daí a posição que o meu Partido vai defender, claramente, no Conselho de Ética, de o voto ser aberto, para que os argumentos sejam postos por inteiro, com transparência absoluta, para que tanto os Senadores como o Brasil tenham a consciência de que o voto que será dado é movido à convicção de provas que estejam consignadas no relatório conclusivo, amplo,

transparente, aberto, à luz de elementos coletados ao longo do tempo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem. Não é uma questão de ordem, é pela ordem, depois do nobre Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Agradeço, Senador Valdir Raupp.

Por isso é que o meu Partido terá uma posição clara, claríssima, de recomendar que o voto seja aberto no Conselho de Ética, para garantir a transparência e fazer com que os Senadores tenham elementos de convicção para votarem “sim” ou “não”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador José Agripino, já darei a palavra ao Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, depois ao Senador Demóstenes Torres, mas só faria uma consideração antes.

Acabamos de ter uma votação secreta para a escolha de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, e inúmeros Senadores desobedeceram à Constituição Federal e ao Regimento da Casa, declarando o seu voto. Ou nos apegamos à norma legal, ou esta Casa vai para um caminho muito delicado.

Há sobre voto secreto ou não, em comissão ou no plenário, o art. 55 da Constituição Federal, os arts. 133, 116 e 197. Só espero que a decisão amanhã esteja pautada e protegida pelo Regimento do Senado Federal e pela norma constitucional. É o que espero dos Srs. Senadores.

Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Tião Viana, Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queria, gentilmente, dizer ao Senador José Agripino que também vejo virtudes no voto aberto. O que não vejo é a necessidade de discutirmos aqui, conceitualmente, o que é melhor para o Brasil para este momento, se é o voto aberto ou o secreto, porque essa discussão nos levará a uma mudança de princípios, a uma mudança constitucional. A única discussão que vai ser travada lá no Conselho de Ética, por enquanto, e não aqui, é sobre se vamos seguir ou não o princípio constitucional; não é sobre o que cada um pensa do voto aberto ou do voto fechado. Tenho muita concordância com S. Ex^a em relação ao voto aberto, mas preciso ter uma concordância maior com a Constituição Federal e com o Regimento do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Vou conceder a palavra pela ordem. Peço o máximo de objetividade dos Srs. Senadores, pela relevância da Ordem do Dia.

Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a tem a palavra.

A seguir falará o Senador Valdir Raupp e o Senador Renato Casagrande.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, V. Ex^a se esqueceu de mim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria até de ter falado na presença do Senador Renan Calheiros, porque tive a oportunidade hoje de passar por uma reunião à qual estavam presentes o Senador Renato Casagrande e a Senadora Marisa Serrano, em que os dois ouviram o servidor que pediu exoneração do cargo.

Esse servidor teve oportunidade de dizer a mim e aos dois Senadores – e afirmou que à tarde diria ao Senador Renan Calheiros – que realmente não sofreu uma pressão direta, como, por exemplo, alguém chegar até ele e dizer “O senhor tem de fazer isso sob pena disso”. Não! Mas disse que se sentiu coagido o tempo todo, porque o corpo de Consultoria do Senado Federal, um dos mais ilustres do Brasil – ou o mais ilustre do Brasil –, o tempo todo, sim, foi chamado de encomenda a produzir determinadas peças que, de forma alguma, coadunam com essa inteireza, com essa capacidade, com tudo que até hoje é reconhecido na Consultoria do Senado. Então, um exemplo foi dado.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Permita-me terminar a minha fala. Se aqui Senador fala durante uma hora e dez minutos, posso falar no mínimo cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência pede que V. Ex^a não a culpe pela condução correta dos trabalhos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Concluirei. O primeiro jabuti colocado em cima do pau, em cima da árvore, foi quando V. Ex^a disse que o Senador Renan Calheiros tinha despachado *ad referendum* do Plenário, e, depois, lá na frente: não, o Senador não encaminhou, porque a Mesa não se reuniu, para fazer *ad referendum*. Em várias outras oportunidades, disse o servidor a mim, ao Senador Casagrande e também à Senadora Marisa Serrano: a Consultoria ou a Advocacia Geral do Senado ou os Assessores foram orientados a produzir a peça de determinada forma. E a Consultoria, Sr. Presidente, do Senado, tem de agir com isenção: não tem de orientar os Senadores a procederem dessa ou daquela forma, mas dizer que a Constituição está escrita de determinada forma e como devemos seguir o Regimento.

Então, o que o Consultor disse foi o seguinte: “Ontem foi a gota d’água quando chegaram até nós e disseram: ‘A peça tem que ser produzida para dizer que o voto é secreto e, mais, que o voto nem conclusivo deve ser’.” Aí ele disse: “Vou pedir o meu boné que eu não agüento mais pressão, e o Senado e os Consultores não merecem mais isso”. Ele disse isso a mim, disse isso ao Senador Renato Casagrande e disse isso à Senadora Marisa Serrano.

Com relação a esse ofício: ele simplesmente disse que não deu entrevista para a imprensa. Para nós, Senadores, ele disse exatamente isso que repeti aqui.

Peço ao Senador Renato Casagrande e à Senadora Marisa Serrano, que estavam presentes, que confirmem o que eu disse aqui, se é verdade ou não. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pela ordem também, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu também quero me inscrever pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Eu só pediria aos Líderes que estabelecessem um diálogo objetivo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Presidente, nós estamos no meio da Ordem do Dia. Nós estamos em processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Se esse for o entendimento dos Líderes, eu aplicarei o Regimento, que diz que não se pode falar pela ordem neste momento; senão, eu peço que se limitem a manifestações de, no máximo, um minuto cada um.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, o Senador Raupp tem um minuto.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, era só para dizer que nós estamos no meio de um processo de votação. Eu acho que, para o que está sendo discutido agora, o momento não é oportuno. Vamos terminar as votações e depois passaremos ao debate.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Falou um, todos têm direito a falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande por um minuto. Depois V. Ex^a.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, eu concordo que estamos no meio da Ordem

do Dia, só que foi dada a possibilidade do debate sobre esse tema.

Eu participei da reunião hoje, uma reunião informal, e, depois, como testemunha, de reunião formal na Corregedoria, a convite do Corregedor, o Senador Romeu Tuma. Como eu ouvi a manifestação do Presidente Renan Calheiros, quero dizer que nós ouvimos do servidor Marcos Santi que ele, de fato, por todo o processo que tramitou aqui desde o início dessa representação contra o Senador Renan Calheiros, ele se sentiu pressionado e, por isso, estava entregando o cargo. Não foi uma pressão direta; foi uma pressão indireta – palavras dele. Daí que nós temos que nos manifestar, porque, tendo participamos dessa oitiva, não poderíamos abrir mão de dar o nosso testemunho aqui daquilo que ele de fato nos disse. O ofício que ele encaminhou ao Senador Renan Calheiros trata das entrevistas dadas nos meios de comunicação. Portanto, para corrigir, para colocar essa informação e fazer justiça às informações que nós recebemos hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Gilvam Borges, V. Ex^a tem a palavra.

Peço a compreensão dos Srs. Senadores no sentido de se limitarem a um minuto em suas manifestações.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que seja registrado o meu voto “sim” na votação anterior, pois eu estava em audiência com o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Será consignado em ata o voto de V. Ex^a.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Jarbas Vasconcelos e, em seguida, Senador Wellington.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, estou...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Estou tentando, objetivamente...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Mas eu me inscrevi, pedi pela ordem. Reafirmo meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não cabe, regimentalmente, pedir a palavra pela ordem. Estou colaborando com os Srs. Senadores e abrindo o espaço para manifestações, Senador José Nery.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente,

eu quero apelar para a responsabilidade e o bom senso de V. Ex^a, que tem norteado essa conduta desde o início da atual legislatura como 1º Vice-Presidente.

Esse tumulto todo no plenário foi provocado, novamente, pela permanência do Presidente Renan Calheiros nessa cadeira em que V. Ex^a está sentado. Foi ele que foi se defender, mais uma vez sentado aí, quando não deveria, desde o início, desde quando estava indiciado junto ao Conselho de Ética.

Esta Casa está virando uma verdadeira bagunça, e é preciso, Sr. Presidente, que saíamos desse episódio. Quando falei sobre o odor dele, houve repercussão negativa aqui.

Aqui está cheio de juristas, o Presidente do Conselho de Ética ditando regras para o Conselho amanhã... Acho que o Senado inteiro tem que ir amanhã para esse Conselho de Ética para dar garantias e condições aos Relatores de votarem de acordo com suas consciências, sem pressão. Então, é importante fazer isso, Sr. Presidente.

Quero apenas ressaltar que o que aconteceu hoje, mais uma vez, é de responsabilidade única e exclusiva do Sr. Renan Calheiros, que deveria ter se afastado dessa cadeira. Como assim não fez, tumultuou esta Casa, mais uma vez se defendendo na cadeira da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador José Nery e, em seguida, o Senador Wellington Salgado.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Renan Calheiros, ao se defender, mais uma vez, da cadeira de Presidente do Senado, promoveu aqui – e talvez os senhores não tenham compreendido – um insulto a todos nós, quando disse que esse processo é um processo esquizofrênico, ou seja, é um processo de loucos. Respeito aos loucos, porque, se queremos aqui fazer a apuração devida, responsável, como manda a Constituição, como manda o nosso Regimento, nós não podemos admitir que o Presidente use da cadeira de Presidente para, o tempo todo, fazer sua defesa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Wellington Salgado.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Por favor, eu gostaria de concluir o meu pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Para concluir, V. Ex^a tem mais dez segundos por gentileza.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Então, quero dizer que os loucos que estão aqui neste Senado e os milhões de loucos que estão pelo Brasil, que querem dignidade, justiça e pôr fim à corrupção, não aceitam

o insulto e esperam desta Casa o cumprimento do seu dever de, quando tiver de investigar, investigar. Que se apure e se puna conforme a Constituição e a lei.

Quero também, Sr. Presidente, declarar aqui que o voto amanhã no Conselho de Ética deve ser um voto aberto, porque não há nenhum impedimento na Constituição ou no Regimento Interno do Senado.

O Senador Renan, com seu gesto e com suas palavras, agrediu este Senado, esta Casa e a todos no Brasil que querem dignidade e respeito de seus representantes.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Wellington Salgado, um minuto por gentileza.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria dizer o seguinte. O Presidente Renan Calheiros acabou de ler um ato administrativo, um documento em que o cidadão, ontem, pediu demissão ou licença, porque estava pressionado. Ele leu apenas. Era um documento escrito. Quer dizer, nem escrito está valendo mais aqui! O funcionário escreveu e assinou. Estamos chegando a um ponto em que nem escrito está valendo mais. Ele não disse não, ele escreveu, e o Presidente trouxe um ato administrativo e o mostrou da mesa. Agora, todo mundo pega aquilo e se sente ofendido, “que esta Casa está sob pressão”. Aqui só se vive sob pressão! O cidadão que pediu demissão, de repente, não agüentou a pressão do cargo. Eu tenho um parecer desta Casa, apresentado há um mês. Eu pedi normalmente, e foi dado o parecer pelo voto secreto. Está comigo. Ninguém pressionou ninguém nem ninguém gritou que estava sendo pressionado.

Agora, chega aqui e todo mundo está pressionado! Tudo que é a favor do Presidente Renan Calheiros é pressão. E o que ele sofre não é pressão? Não tem uma prova dele que o coloque em lugar nenhum, e todo mundo aqui se sente pressionado. Pelo amor de Deus!

Não vou falar mais Sr. Presidente, porque temos que votar algo importante aqui. Mas, no final, gostaria de participar do debate.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

Senador Romeu Tuma, um minuto.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas, como Corregedor, queria confirmar que fiz a oitiva do funcionário na presença do Senador Renato Casagrande, da Senadora Marisa Serrano e do Senador Jefferson Péres. Ficou registrado todo o depoimento,

e é claro que está à disposição dos Srs. Senadores. A Corregedoria já pediu a degravação.

De forma que confirmo que realmente ele fez esse depoimento no meu gabinete, com a presença e o testemunho de todos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta**

PARECER Nº 656, DE 2007

(Escolha de autoridade.)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 656, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Aloizio Mercadante, sobre a Mensagem nº 119, de 2007 (nº 515/2007 na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Doutor Pedro Paulo Teixeira Manus para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de Ministro Togado, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.

Discussão do parecer.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 111-A da Constituição Federal, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

A Presidência esclarece que a votação é secreta. O painel está aberto para a votação das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes e, a seguir, ao Senador Aloizio Mercadante. A Presidência só pede a compreensão dos oradores no sentido de usarem apenas um minuto para sua fala.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que registre meu voto “sim” na votação anterior e quero fazer um ligeiro comentário sobre essa questão de Regimento.

Discute-se o Regimento aqui, mas esse Regimento deixou de ser obedecido por toda esta Casa há muito tempo. O Regimento passou a ser usado dentro das devidas conveniências. Quando convém se usa o Regimento; quando não convém, arruma-se um

jeitinho para lá e outro para cá, e acaba-se não cumprindo o Regimento. Por exemplo, um orador que tem certa liderança nacional, quando vai falar da tribuna, pode manifestar-se por duas ou três horas, se quiser. Quando é um orador novato, este fica na tribuna durante seus dez minutos, mas, toda hora, o Presidente fica tocando a campainha.

Outra coisa é essa questão do voto secreto. Vai-se votar secretamente aqui. O voto secreto serve para nos preservar, para nos proteger, mas, de repente, é conveniente dizer que se está votando em algum Ministro do Tribunal Superior, porque, lá adiante, ele poderá resolver algum tipo de problema. Começa, então, a declaração de voto. Ou é secreto ou não é secreto.

Dou outro exemplo: na votação do Senador Renan Calheiros, os que não têm coragem de votar contra vão querer votar secretamente e assim por diante.

Acredito que a Casa precisa ser moralizada, principalmente por intermédio deste instrumento que é a nossa constituição interna: nosso Regimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra aos Senadores Aloizio Mercadante, Alvaro Dias e Sérgio Zambiasi e à Senadora Marisa Serrano.

O pedido da Mesa é o de que falem por um minuto apenas, como colaboração ao Plenário.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, considero indispensável um breve informe aos demais Senadores e Senadoras que não tiveram a oportunidade de participar da audiência que tivemos para a arguição do Dr. Pedro Paulo Teixeira Manus, que tem décadas de magistratura na Justiça do Trabalho e uma longa carreira acadêmica. Há pelo menos 30 anos, é Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que é uma das escolas de Direito mais consistentes, e foi o mais votado na indicação da lista para exercer essa função. Portanto, sua função acadêmica, sua longa trajetória na magistratura, sua representatividade junto à Justiça do Trabalho e sua arguição na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no nosso ponto de vista, consolidaram essa convicção das Sr^{as} Senadoras e dos Senadores, que, tenho certeza, será agora referendada pelo Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

A Presidência faz um apelo às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores no sentido de que votem, pois

estamos em processo de votação secreta. A Presidência, em breve, encerrará a votação.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi e, logo a seguir, à Senadora Marisa Serrano.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero apenas reforçar um apelo que outros colegas já fizeram, para que possamos votar ainda hoje a PEC nº 58, de 2007, lembrando que esse foi um compromisso assumido pelo Presidente Lula ainda em abril, por ocasião da 10^a Marcha dos Prefeitos em Brasília.

Neste momento, quase seis mil Municípios brasileiros estão atentos a este plenário, a esta sessão, aguardando que um acordo de Líderes resolva essa questão. Já estamos quase no final do ano, e é fundamental que essa PEC seja aprovada, para que esses Municípios cumpram com seus compromissos, especialmente no mês de dezembro.

Esse é o apelo que deixo aqui. E meu Líder, Senador Epitácio Cafeteira, autorizou-me a dizer que o PTB está solidário aos Municípios brasileiros. Saúdo os Prefeitos gaúchos que estão presentes aqui, aguardando este momento que, seguramente, é de extrema importância para que possamos encontrar soluções para o municipalismo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há acordo de Líderes. A matéria entrará na pauta no dia de hoje, Senador Sérgio Zambiasi.

Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano, pela ordem.

Reitero novamente que o apelo da Mesa é o de que os oradores usem apenas um minuto em suas falas.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, como estamos vendo, como já foi dito, mas quero reiterar, há uma votação para aprovação do nome de uma pessoa para determinado cargo. Para tanto, o Senador Aloizio Mercadante expôs a vida pregressa e o trabalho executado pelo País, fazendo um voto descritivo sobre a vida da pessoa em quem estamos votando; e a votação é secreta.

Portanto, quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, e a todos os colegas que é necessário, sim, rever as questões desta Casa e que é bom que possamos discutir o voto secreto que estamos afirmando agora e o voto que daremos amanhã no Conselho de Ética.

Também é necessário que se veja aquilo que se passa na Casa aqui ao lado – não só o que se passa

no Rio de Janeiro ou em outros Estados da Federação –, ou seja, é preciso ver como é que funciona o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, que tem um Regimento, do qual pode participar, já que pode subcrevê-lo como Deputada Federal – meu nome consta como mentora daquele Regimento feito na Câmara dos Deputados. O Regimento da Câmara dos Deputados prevê que o voto do Conselho deve ser nominal e aberto; o voto é secreto quando vai ao plenário. Todos os que foram votados ontem, no Supremo, pela CPI do Mensalão, passaram pelo Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, onde o assunto foi discutido e votado

nominalmente, sendo que houve voto secreto somente no plenário, conforme prevê a Constituição.

Então, é bom que se esclareça isso, Sr. Presidente, para que as coisas sejam colocadas nos seus devidos lugares e para que não haja nenhum tipo de falsidade nos esclarecimentos aqui prestados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

Declaro encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

PARECER Nº 656, DE 2007 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. PEDRO PAULO TEIXEIRA MANUS, PARA COMPOR O TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

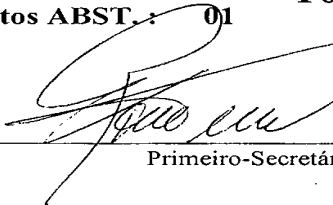
Num. Sessão: **1** Num. Votação: **2** Abertura: **29/8/2007 18:59:44**
Data Sessão: **29/8/2007** Hora Sessão: **14:00:00** Encerramento: **29/8/2007 19:06:38**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
DEM	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou
DEM	GO	DÊMÓSTENES TORRES	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	Votou
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
DEM	SP	ROMEU TUMA	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Partido UF Nome do Senador Voto

Presidente: TIÃO VIANA

Votos SIM : 51
Votos NÃO : 05
Votos ABST. : 01
Total : 57



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votaram SIM 51 Senadores, e NÃO, 5.

Houve uma abstenção.

Aprovada a matéria.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

PARECER Nº 657, DE 2007

(Escolha de autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 657, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, sobre a Mensagem nº 120, de 2007 (nº 516/2007, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Doutor Fernando Eizo Ono, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.

Discussão do parecer.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 111-A da Constituição Federal, a matéria depende, para sua aprovação, de voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico secreto.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar meu voto “sim”, embora reservado, na votação anterior em favor do Ministro Pedro Paulo Teixeira Manus.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Fica feito o registro em ata, Senador Suplicy.

Senador Osmar Dias, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.

Senadores, tive a honra de ser Relator do Parecer nº 657, referente à indicação do Dr. Fernando Ono, que foi escolhido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e que recebeu votação unânime pela aprovação da sua indicação para compor os quadros do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Deixo apenas o testemunho do trabalho que o Dr. Fernando Ono realizou pela magistratura do Paraná. Ele dedicou seu tempo, durante muitos anos, ao trabalho em Santa Catarina e, depois, no Paraná. Portanto, foi com absoluta convicção que apresentei o parecer favorável, por conhecer o Dr. Fernando Ono e por ter a certeza de que ele, no TST, vai honrar essa indicação, essa votação e o cargo que vai assumir, Sr. Presidente.

Gostaria de deixar aqui registrado este meu depoimento a respeito de uma pessoa muito importante para a magistratura do Paraná, que é o Sr. Fernando Ono.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas registro minha satisfação de ver o Dr. Fernando Ono ascendendo à condição de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Eu o conheço desde os bancos escolares, na nossa cidade de Londrina.

Conheço razoavelmente a história da sua vida. Ele tem valor. Atende a todos os critérios estabelecidos para a boa escolha: competência, probidade e qualificação profissional. Certamente, é um grande Juiz. Será para nós do Paraná, sobretudo, um orgulho vê-lo atuando no Tribunal Superior do Trabalho, porque sabemos que suas decisões estarão sempre marcadas pela competência e pela correção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra, ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o eminente Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveito o ensejo em que estamos discutindo a indicação de novos membros para o Tribunal Superior do Trabalho, para manifestar minha alegre surpresa com as manifestações dos três Magistrados perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Os três fizeram excelentes exposições com grande conhecimento e saber jurídico e os respectivos currículos demonstram que estão na Magistratura há, pelo menos, duas dé-

cadadas, o que os recomenda para o exercício das altas funções de Ministro do Superior Tribunal do Trabalho. Daí, estou certo, de que o Plenário do Senado cancelará o entendimento que teve a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao aprovar as indicações do Poder Executivo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

A Presidência faz um apelo ao Plenário, visto que se trata de matéria que exige maioria absoluta da composição da Casa. Na votação passada, 57 Srs. Senadores votaram, e, agora, só 51 Senadores registraram seu voto.

Faço um apelo aos Srs. Líderes, para que chamem suas Bancadas para votar a matéria. Trata-se de matéria que exige maioria absoluta de votantes.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino e, em seguida, eu a concederei ao Senador Renato Casagrande.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço um apelo aos companheiros do Democratas que porventura tenham saído do plenário, para que retornem, pois se trata da votação de indicação de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, aprovado, amplamente qualificado, merecedor do apoio da Casa. Contamos aqui com apenas 54 presenças, mas precisamos assegurar o quórum de pelo menos 60 Parlamentares. Faço, portanto, um apelo aos companheiros do Democratas que estejam fora do plenário para que venham votar. O voto é secreto, mas a recomendação do Partido é a vinda imediata ao plenário para votar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço ao Líder José Agripino Maia.

Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande, Líder do PSB.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Pre-

sidente, quero concluir minha fala com relação à carta apresentada pelo Senador Renan Calheiros. Como sou Relator do processo sobre o Senador, estou envolvido no debate sobre voto secreto e voto aberto. Ontem, recebemos uma informação da Consultoria da Casa, na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com o Presidente Leomar Quintanilha, de que a orientação seria pelo voto secreto, com um relatório descritivo, sem conclusão de mérito. Isso, de fato, deixou-nos surpresos, porque o trabalho que fizemos até agora foi no sentido de apresentar um relatório conclusivo, com parecer de mérito, pelo arquivamento ou pela quebra do decoro parlamentar. Vamos apresentar relatório nesse sentido, nessa direção, porque não concordamos com essa avaliação, com a tese de que a votação no referido Conselho seja secreta.

Já há precedentes nesta Casa de votação aberta, temos a experiência de votação aberta na Câmara dos Deputados, e o art. 55 da Constituição Federal estabelece que votação que envolva perda de mandato, no Senado Federal, seja secreta. Mas a perda de mandato, Senador Agripino, dá-se no plenário do Senado, não no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Se aprovarmos amanhã a quebra de decoro parlamentar no Conselho de Ética e se deixarmos de votar no plenário, o Senador não perde o mandato. Então, a votação ocorre aqui, e aqui ela deve ser secreta, de acordo com a Constituição Federal. O Regimento e a resolução são omissos. Assim, a tese pela votação aberta tem defesa técnica.

Por isso, amanhã, se houver orientação para voto secreto, apresentaremos questão de ordem e recurso ao Plenário, para que a votação relativa a esse tema seja aberta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

PARECER Nº 657, DE 2007 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. FERNANDO EIZO ONO, PARA COMPOR O TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 29/8/2007Num.Votação: 3
Hora Sessão: 14:00:00Abertura: 29/8/2007 19:07:59
Encerramento: 29/8/2007 19:15:21

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
DEM	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	Votou
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
DEM	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	Votou
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
DEM	SP	ROMEU TUMA	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: TIÃO VIANA

Votos SIM : 52
 Votos NÃO : 04
 Votos ABST. : 02
Total : 58



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votaram SIM 52 Senadores e NÃO, 4.

Houve 2 abstenções.

Total: 58 Senadores.

Aprovada a matéria.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

PARECER Nº 658, DE 2007

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 658, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, sobre a Mensagem nº 121, de 2007 (nº 517/2007, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Doutor Guilherme Augusto Caputo Bastos para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de Ministro Togado, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 111-A, da Constituição Federal, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, atendendo o apelo de V. Ex^a, reforço, mais uma vez, o convite aos Senadores do PMDB que estão nas dependências da Casa para que venham ao plenário. Ainda vamos votar matérias importantes, entre elas o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Chamo os membros do PMDB e os simpatizantes, as Bancadas, principalmente da base aliada. As matérias de hoje não têm oposição. Todos estão votando favoravelmente. Vamos votar matéria muito importante, o aumento de 1% do FPM, beneficiando os Municípios brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, reitero o pedido de que os Senadores do PSDB mantenham-se em plenário ou a ele acorram, para fazermos face ao compromisso de concluir a votação dos três ilustres e competentes membros dos Tribunais do Trabalho, sendo, agora – imagino –, guindados ao Tribunal Superior do Trabalho, e também para votarmos outra matéria acordada, a que beneficia os Municípios com 1% a mais para eles no rateio do FPM.

Portanto, solicito a presença dos Senadores do PSDB neste plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço ao Líder, Senador Arthur Virgílio, que faz um apelo aos membros do PSDB, para que venham votar.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que, ao final das votações, o Senador Renato Casagrande me diga qual foi a votação para a cassação de mandato que teve voto aberto no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Aguardarei o final das votações. Não consegui, em consulta alguma, identificar tal acontecimento. Gostaria que, ao final, já que não quero atrapalhar as votações, o Senador Casagrande nominasse os casos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

Vou encerrar a votação.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB

– ES) – Sr. Presidente, fui citado pelo Senador.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a usará a palavra para uma explicação pessoal, nos termos do art. 14, inciso VI, do Regimento.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB

– ES. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero apenas esclarecer ao Senador Wellington Salgado que meu depoimento e minha defesa são os de que houve diversas votações no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar – não digo que foram diversas, porque não houve tantas – de representações que julgaram parlamentares. Foram votações abertas. Essa é uma das argumentações. A segunda argumentação é a de que há o exemplo da Câmara dos Deputados, cuja votação no Conselho de Ética é aberta. A terceira argumentação é a de que o art. 55, inciso II, da Constituição Federal diz que cassação de mandato se dá por meio de votação secreta, mas só votamos cassação de mandato, perda de mandato, no plenário do Senado.

São essas as três argumentações que embasam tecnicamente a posição da defesa do voto aberto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Declaro encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

PARECER Nº 658, DE 2007 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS, PARA COMPOR O TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

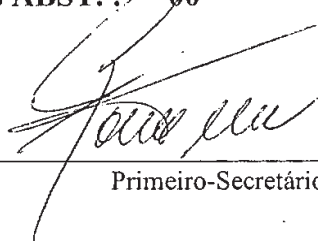
Num.Sessão: 1
Data Sessão: 29/8/2007Num.Votação: 4
Hora Sessão: 14:00:00Abertura: 29/8/2007 19:16:22
Encerramento: 29/8/2007 19:19:19

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
DEM	BA	CÉSAR BORGES	Votou
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZÉREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
Bloco-PTB	MA	ÉPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	Votou
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
DEM	SP	ROMEU TUMA	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: TIÃO VIANA

Votos SIM : 53
 Votos NÃO : 04
 Votos ABST. : 00

Total : 57



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votaram SIM 53 Srs. Senadores; e NÃO, 4.

Não houve abstenções.

Total: 57 Senadores.

Aprovado.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

A Presidência cumprimenta os Srs. Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, desejando-lhes pleno êxito em suas missões.

O SR. JONAS PINHEIRO (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos, o Senador Jayme Campos, a Senadora Serys Slhessarenko e eu, preocupados porque existem ainda duas indicações de autoridades aprovadas nas respectivas Comissões para serem votadas. E estamos sentindo que vai-se encerrar a sessão daqui a pouco e não será votada a indicação do Dr. Luiz Antônio Pagot e do Sr. Miguel de Souza para a diretoria do Dnit.

Sr. Presidente, qual a justificativa para isso, se os nomes já foram aprovados na Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura e o Dnit está a precisar urgentemente da indicação desses Diretores?

Portanto, Sr. Presidente Delcídio Amaral, V. Ex^a, tanto quanto os outros Senadores, sabe da necessidade da indicação e nomeação desse Diretores. Por que não votar agora, se a pauta está destravada e já votamos indicações de outras autoridades?

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Jonas Pinheiro, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Delcídio Amaral.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador Jonas Pinheiro, eu gostaria de registrar que não há acordo entre os Líderes para votação das indicações do Dnit. Por isso é que nós não realizaremos nesta sessão a votação fundamental e importante dos dois indicados para o Dnit, aprovados na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, o Dr. Pagot e o Dr. Miguel.

Essa é a razão pela qual não vamos, infelizmente, votar essas duas indicações.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sobre a questão, eu gostaria de dizer algo. Fizemos um entendimento para votar o FPM e, agora, na seqüência, deveríamos votar a Medida Provisória nº373, cujo Relator é o Senador Tião Viana, que já está na tribuna, para que pudéssemos desobstruir a pauta. Sei da angústia e da necessidade de votar as indicações dos Diretores do Dnit. Então, peço que a votação das indicações para o Dnit fosse feita depois que votássemos o FPM dos Prefeitos. Vamos precisar de quórum qualificado, 49 votos.

Assim, neste momento, vamos tentar construir a votação ou o entendimento, para que possa definir, de uma vez por todas, essa situação. Não é possível mais ficarmos suspensos, o Dnit sem a direção definida, com a política pungente de recuperação de estradas que precisa ser feita.

Desse modo, peço que discutamos isso depois de votarmos a questão dos FPM, porque, até a votação do FPM, já há entendimento, já há acordo, para que possamos votar. Então, vamos agilizar as votações e peço a V. Ex^a que possamos votar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Meu caro Líder, Senador Romero Jucá, a proposição de V. Ex^a é absolutamente sensata. Vamos, agora, conceder a palavra ao nobre Senador Tião Viana.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, se o Senador Tião Viana me permite.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, eu solicitei a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, isso tem muito a ver com o PSDB.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Há um Líder solicitando a palavra, Sr. Presidente – embora de um pequeno Partido, trata-se de um Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas um Partido de fundamental importância, meu caro Senador João Ribeiro.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que tudo tem limite e confesso a V. Ex^a que o meu limite chegou ao fim. Nós não podemos continuar mais com essa enrolação, essa tapeação, com referência a esses Diretores do Dnit. Portanto, eu, como Líder do PR, não abro mão.

Na semana passada, havia um “acordo” de que, nesta semana, votaríamos e que, inclusive, os Partidos de Oposição, que estão fazendo obstrução, estariam de acordo que se votasse nesta semana. Um deles, inclusive, disse isso a mim e prefiro até não polemizar...

Quero dizer a V. Ex^a que estou de acordo com o que disseram os Senadores Jonas Pinheiro e Jayme Campos. Precisamos votar agora, Sr. Presidente. Não abrimos mão. Quem não quiser votar que vote contra.

Não é possível que vamos viver agachados nesta Casa, Sr. Presidente. Não é possível que a Base do Governo não tenha peito para enfrentar, em certos momentos. Faço um apelo à Base do Governo para que enfrentemos. Vamos colocar em votação. Quem não quiser que vote contra, que rejeite.

Mas é preciso respeitar o direito dos outros. Já tem quase seis meses que o Dr. Pagot está sendo questionado e sabatinado nesta Casa. Então, que derrotem em plenário se não quiserem aprovar; mas que seja colocada em votação.

Sr. Presidente, são as considerações que faço a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Arthur Virgílio, com a palavra.

Depois, concederei a palavra ao Senador Tião Viana sobre o item 1, para que destravemos a pauta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Certas manifestações podem, inclusive, não ajudar a que o quadro se desanuvie daí para frente. Vou historiar de maneira bem clara o quadro.

Houve um questionamento em relação ao indicado para a direção-geral do Dnit, em relação a salários que seriam percebidos e que, supostamente, não seriam legítimos. Isso é responsável pelo tempo que tomou a decisão. Isso e mais nada.

Acabei de falar com uma jornalista lá de Mato Grosso do Sul e disse, de maneira muito delicada, o que agora vou dizer e espero também que de maneira delicada. Em primeiro lugar, nós temos um entendimento com a Liderança do Governo que, a meu ver, tem sido absolutamente frutífera, para o Governo inclusive, no momento em que temos arredondado

matéria, facilitado votações, em momentos em que o Governo às vezes está fragilizado numericamente. Os acordos têm sido cumprido todos. Agora, o que disse à jornalista repito ao Plenário da Casa: nós estamos em processo de discussão dentro do PSDB, a Bancada não está unida e eu não posso colaborar com votação qualquer para defender interesse de quem quer que seja, desunindo a minha Bancada, até porque não recebo ordem do Palácio do Planalto, até porque não tenho nenhuma satisfação a prestar a quem quer que seja e, no momento em que democraticamente o Governo entender que chega a hora de se bater chapa aqui, se bate como algumas vezes já se fez. Isso não é novidade nenhuma: bater chapa é uma coisa natural, já fizemos mais de mil vezes isso aqui.

Mas, hoje, transmitimos ao Líder Romero Jucá, e no tom que tem sido mutuamente respeitoso, que, nesse processo que vive o Senado de crise – e nós não precisamos aqui rememorar os porquês da crise e o que causa a paralisia do Plenário –, nós já abrimos exceções três vezes: para o agronegócio, quando foram fundamentais, por exemplo, o Senador Jonas, a Senadora Kátia, o Senador Osmar Dias, o Senador Alvaro Dias; nós abrimos exceção outro dia não me recorde para que matérias; e hoje para outras matérias relevantes – três Ministros de tribunais superiores; a matéria que beneficia os hansenianos, relatada de maneira muito correta por esse Senador correto e de espírito público, que é o Senador Tião Viana; e a matéria que une a todos, aquela que descentraliza recursos do FPM para os Municípios. E dissemos ao Líder que não tínhamos consenso para mais nada.

Agora, evidentemente que uma pessoa experimentada, e que é capaz de firmeza, sim, como o Senador Jucá, e já demonstrou em outras ocasiões, sabe que certamente é mais prudente não se esgarçar uma relação com a Oposição porque amanhã o Governo se encontra fragilizado em outro momento de votação e aí não poderá contar com a ajuda que sempre contou quando se tratava do interesse do País.

Portanto, de parte do PSDB, que fique bem claro: não tem de ligar para a Casa Civil agora, não tem de ligar para o Ministério dos Transportes. Nada, nada; não tem de ligar para ninguém, não tem de ligar para ninguém mesmo, não tem de ligar absolutamente para ninguém. A minha Bancada não está unida e eu disse ao DEM, que foi quem nos propôs a obstrução, e concordamos: “Agora eu preciso da solidariedade de vocês, porque nós, que fizemos a obstrução e discutimos largamente a obstrução na nossa Bancada, fizemos a obstrução e agora a vontade do nosso pessoal era manter a obstrução para não votar coisa alguma”.

Fomos fazendo acordo com o DEM, como sempre fizemos: discorda-se aqui, acerta-se no atacado, discorda-se no varejo.

E não tem sido diferente o comportamento que temos tido com a Liderança do Governo há muito tempo, desde quando o Líder era o Senador Aloizio Mercadante, e não houve quebra de compromisso quando passou a ser Líder o Senador Romero Jucá.

Se formos olhar a pauta de votações, vamos ver as vezes em que votamos apressadamente. Alguém pode escrever: “A Oposição votou, no Senado, 65% das vezes com o Governo”. É verdade, mas nós modificamos, aprovamos uma emenda nossa, melhoramos o projeto, outras vezes concordamos com o projeto.

Eu falava, há pouco, a alunos do Mackenzie que estavam me entrevistando sobre o que significa essa experiência de Oposição. Eu disse: muito para o Brasil. Muito, porque aquela oposição que faziam antes nunca mais vai poder ser exercitada pelo PT, daqui para a frente, quando ele voltar a ser Oposição. E o Presidente Lula, muito felizmente, disse que apóia a alternância de poder. E nós estamos, quando nada, mostrando uma outra forma de se fazer oposição.

No entanto, sinceramente, não vamos compactuar com a pressa de ninguém. Vamos continuar dialogando democraticamente e esperamos que seja mantido esse clima de respeito entre nós e as Lideranças do Governo, para que, responsabilmente e sem perda de densidade dentro das nossas Bancadas de Oposição, nós possamos contribuir para que as votações aconteçam, para que as dúvidas sejam esclarecidas.

Vou ser bem claro: eu não gostaria de ter chegado a isso, mas, com relação ao Sr. Carlos Alberto Menezes Direito, não tinha nenhum questionamento a se fazer sobre ele. Então, a indicação de seu nome foi votada a jato, foi votada rapidamente, foi votada meteoricamente.

Houve questionamentos em relação ao indicado para a Direção-Geral do Dnit, figura que conheço pessoalmente, com quem tenho boa relação, figura que conheço pela sua capacidade de trabalho, que tenho certeza de que é capaz de arregaçar as mangas e trabalhar; mas houve questionamentos, houve dúvidas, houve polêmica e houve dificuldade de convencimento da minha Bancada, que não está convencida disso. Tenho dito ao Líder Jucá, diariamente, que estamos trabalhando e vendo em que se pode avançar para se buscar um consenso. Agora, seis meses por culpa nossa? Qual foi a outra matéria que atrasamos por seis meses aqui? Qual foi a outra? Qual foi a outra vez em que, aqui, empatamos a votação de alguma coisa por seis meses? Eu gostaria que alguém apontasse ou jogasse a primeira pedra. Qual foi a outra vez em

que a Oposição, nesta Casa, impediu uma votação por seis meses?

É terrível. Imaginar que a culpa está do outro lado é um raciocínio simplista. Esconder as suas próprias dificuldades, os seus próprios defeitos é uma forma simplista de tentar, inclusive, obter os seus resultados.

É hora, portanto, de humildade e de muita calma, muita tranquilidade, porque o que não queremos é ser violentados aqui. E sem nervosismo, pois não é preciso nenhum gesto de heroísmo. Tenho horror a herói. Herói é o Batman, que, graças a Deus, separou-se do Robin. Graças a Deus! Eu não sou herói não.

No momento em que for para bater chapa, quando o Governo disser que é para bater chapa, vai bater chapa, sem rompimento nenhum. Hoje, se batesse chapa, haveria rompimento. Hoje, se batesse, haveria rompimento, porque me estariam colocando, como Líder, numa situação difícil perante os meus companheiros. Estariam criando uma situação difícil na minha relação com o DEM, Partido de Oposição com o qual tenho trocado todas as melhores figurinhas desde o momento em que pisei no Senado Federal – e quero aqui ressaltar o papel sempre conjuntivo do Líder José Agripino. Hoje não é uma coisa simples. Se fosse, já teria sido votado. Se não tivesse havido nenhum problema curricular, teria sido votado também.

Portanto, acredito que acabei de dar uma entrevista mais longa para a repórter, muito prezada, do jornal de Mato Grosso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – **Item 1:**

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 24, DE 2007**

(Proveniente da Medida Provisória
nº 373, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007).

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– foram apresentadas à medida provisória 13 emendas;

– a proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 12 de junho, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 10 de julho;

– a Relatora da matéria naquela Casa foi a Deputada Maria do Carmo Lara (PT – MG);

– o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 47, de 2007, e se esgotará no dia 5 de outubro;

– a medida provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 7 de agosto.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana, Relator revisor da matéria.

PARECER Nº 720, DE 2007–PLEN

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se da Medida Provisória nº 373, de 2007, de autoria do Senhor Presidente da República, que a encaminhou ao Congresso Nacional, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Constituição Federal.

Ela está em plena consonância com a adequação financeira, orçamentária, com os pressupostos constitucionais de urgência, relevância e mérito, e ajustada à Lei de Responsabilidade Fiscal. É uma matéria, talvez, das mais bonitas da história republicana, das mais bonitas da História do Brasil, de autoria do Governo e acolhida com afeto e fraternidade pelo Congresso Nacional – assim o foi na Câmara dos Deputados e nesta Casa.

Essa matéria diz respeito a uma indenização sanitária para todos os cidadãos e cidadãs atingidos pela hanseníase.

Penso, Sr. Presidente, que se trata do resgate de uma dívida de 500 anos da história republicana. Talvez esse tenha sido o maior holocausto vivido pelo Brasil – talvez, não; certamente o foi, para quem conhece a fundo a história dos doentes da hanseníase. Isso aconteceu devido à incapacidade do Estado brasileiro de dar resposta a esse tipo de situação patológica que viveram alguns cidadãos e cidadãs brasileiras.

Centenas, milhares de crianças foram recolhidas do seio de suas famílias, de madrugada, porque tinham uma doença que era considerada incurável e contagiante. A polícia sanitária retirava-as das famílias, à força, levava-as para uma colônia de isolamento e nunca mais elas viam seus familiares.

Ao se transferirem os doentes, como o Presidente Lula e Parlamentares de todos os Partidos ouviram, como eles não podiam ser levados para as colônias-

asilos por vias normais, eram colocados em canoas puxadas por uma corda longa, de forma que ficassem distantes do navio, pois a doença é contagiante e perigosa. Não importava se aquelas pequenas canoas ou barcos virassem e as pessoas morressem afogadas, pois isso seria uma coisa do destino.

Então, esses dramas humanos constituíram-se em um holocausto pleno, vivido pelo Brasil nesses 500 anos.

Lembro-me de quando eu e o Senador Arthur Virgílio embarcamos em um avião com destino ao Acre, juntamente com o Presidente Fernando Henrique, para participarmos de um debate e da vistoria de obras públicas que o Governo Federal realizava em meu Estado. Lá ficamos, eu e o Senador Arthur Virgílio, debatendo com o Presidente Fernando Henrique a respeito do apoio que o Brasil deveria dar à luta contra essa doença, que já foi a primeira, no mundo, em termos de prevalência. Já houve mais de 110 casos por 10 mil habitantes em nossa região amazônica. Hoje, ainda ocorrem mais de 40 mil casos por ano, mas a curva de decréscimo é extraordinária, e há chances de o Brasil, em dois ou três anos, conseguir a eliminação da doença.

O que o Governo fez? Havia uma norma internacional que estabelecia que, de 1959 em diante, não deveria haver isolamento compulsório, que as pessoas não deveriam ser recolhidas e isoladas; mas o Brasil não a cumpriu, porque o Governo não tinha condição de acolher os doentes, devido ao preconceito da sociedade.

Em 1930, os hansenianos foram proibidos de trabalhar. Eles também não podiam constituir família ou viver em liberdade. Então, não houve holocausto maior que esse na vida brasileira.

Agora, o Governo do Presidente Lula, sensível à história da doença, presta uma homenagem com essa indenização sanitária, inicialmente no valor de R\$750,00 mensais, para cada pessoa colocada em condição de isolamento compulsório.

Tive a sorte de ser o autor da matéria, que sensibilizou o Conselho Nacional de Saúde, assim como o Brasil e o Governo Federal, que teve a sensibilidade de acolhê-la como medida provisória. Não se trata de mérito do Presidente Lula, mas do Brasil, de todos os Partidos, de todos os Parlamentares.

A única diferença para a sua consolidação, em termos de matéria, de projeto de lei de conversão, Sr. Presidente, é que ela tem uma emenda do eminente Deputado Fernando Coruja, estabelecendo que a indenização não se aplica apenas a essa matéria, mas que outras indenizações serão também reservadas a esses cidadãos.

Esse é um ponto grave, porque, se o Estado já pode fazer a indenização, juntamente com a União, se o Município já pode fazê-la, não há necessidade, no meu entendimento, de mais uma, porque isso, legalmente, fere a Constituição Federal e implica despesa. Não é competência do Parlamento aprovar matéria que implique despesa. Essa é uma prerrogativa, segundo a Constituição, do Executivo.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Já lhe concederei o aparte, Senadora.

Lamentavelmente, também o art. 230 do Regimento Interno não permite que o Senado acolha a emenda do Deputado Federal Fernando Coruja. Diz o Regimento:

Art. 230. Não se admitirá emenda:

I – (...)

II – em sentido contrário à proposição quando se trate de proposta de emenda à Constituição, projeto de lei ou de resolução.

Assim, sob o ponto de vista humanitário, a intenção do Deputado Fernando Coruja é correta, mas, legalmente, não.

Creio que houve um esforço sobre-humano do Governo em atender aos milhares de cidadãos e cidadãs.

Tenho a certeza de que não é matéria do Presidente Lula, mas, sim, uma conquista do Brasil, que teve uma luta secular, de tantos que tentaram e não obtiveram êxito, e que o Congresso brasileiro pode ter neste momento. Por isso, o meu parecer é favorável.

Concedo o aparte à Senadora Marisa Serrano.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Marisa Serrano, quando da discussão da matéria, daremos a palavra a V. Ex^a, como também aos demais inscritos: Senador Valdir Raupp, Senador Romeu Tuma, Senador Eduardo Azeredo.

O parecer preliminar do Relator Revisor, Senador Tião Viana, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência. (Pausa.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Ex^a a terá no devido tempo, pois já está inscrito.

Apenas estamos concluindo a burocracia da Mesa Diretora do Senado para, em seguida, ouvir V. Ex^a.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Peço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores paciência, até que as coisas de ajustem na Mesa Diretora do Senado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, enquanto aguardamos paciente-mente, gostaria de expressar meus cumprimentos ao Senador Tião Viana.

Testemunhei a assinatura, pelo Presidente da República, da medida provisória que ora convertemos em projeto de lei, pela qual tanto batalhou o Senador Tião Viana, que confere pensão àqueles que, por alguma razão, ou por serem portadores da hanseníase, estiveram internados em locais isolados, até mesmo sem terem contato com seus familiares.

Ouvimos, no Palácio do Planalto, o depoimento de inúmeros brasileiros e brasileiras, das mais diversas cidades, que sofreram com essa doença e que agora têm o reconhecimento da sociedade brasileira, através do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – O parecer preliminar, de autoria do Relator revisor, Senador Tião Viana, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais e de relevância e urgência, e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

No mérito, favorável ao projeto de lei de conversão, rejeitando a emenda do Deputado Fernando Coruja.

Em votação os pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Passa-se à apreciação do mérito.

Em discussão o Projeto de Lei de Conversão, a Medida Provisória e as Emendas, em turno único.

Tem a palavra o Senador Valdir Raupp, para discutir a matéria.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Marconi, V. Ex^a também está inscrito para discutir a matéria.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase, que foram submetidas a isolamento e internação compulsória até 1986, permitirá a essas pessoas viverem com mais dignidade, pois se trata de medida reparadora e justa, que merece todo o nosso apoio.

No entanto, Sr. Presidente, embora os horrores do internamento compulsório sejam coisas do passado, a hanseníase ainda é uma realidade presente em muitos Estados brasileiros. Em meu Estado, Rondônia, 1.300 a 1.400 novos casos são identificados a cada ano, o que caracteriza a hanseníase como um problema de saúde pública nacional.

A comunidade de Santa Marcelina, que está localizada em Rondônia, próxima a Porto Velho, nossa capital, mantém casas destinadas a atender os portadores de hanseníase mais carentes. Um trabalho digno e de respeito. A comunidade possui um hospital, em que cem leitos são reservados para os portadores da doença. Somente neste ano, até o mês de julho, foram atendidos mais de 3.200 doentes com hanseníase, não só de Rondônia mas também do Amazonas, do Acre e até do país vizinho, a Bolívia. O hospital, além de efetuar cirurgias reparadoras, possui também oficina de próteses, com a maioria dos materiais importados. Além disso, devido a peculiaridades da doença, os pacientes necessitam freqüentemente de vários exames caros, inclusive de ressonância magnética, o que tornam insuficientes os recursos recebidos pelo SUS.

O Brasil havia assumido o compromisso de acabar com a hanseníase até 2005, o que, infelizmente, não foi cumprido. Embora, nos últimos 14 anos, a taxa de prevalência da doença tenha caído de 39 para menos de 9 casos a cada 10 mil habitantes, ainda há prevalência alta em alguns lugares, como no caso de Rondônia.

É preciso que a população seja esclarecida acerca da doença, ainda cercada de preconceitos renitentes e medos infundados.

Espero que, dentro de alguns anos, alguém possa estar aqui, ocupando o lugar que hoje ocupo nesta Casa, para anunciar, enfim, que não há novos casos de hanseníase reportados no Brasil.

Para encerrar, parabenizo o brilhante relatório do Senador Tião Viana. Com certeza, a atenção especial vai ajudar, e muito, essas pessoas que tanto sofreram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

Peço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que permaneçam em plenário, porque teremos votação do FPM, que requer votação nominal de 49 Senadores, no mínimo. Portanto, peço às Lideranças que solicitem a suas Bancadas que permaneçam em plenário.

Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Perguntaria à Senadora Marisa se nós não poderíamos, se há entendimento em torno da matéria e os Senadores vão falar sobre o mérito, abrir o painel e permitir que as intervenções continuem sendo feitas para assegurar, efetivamente, a presença, porque precisa-se de quórum constitucional. Ou seja, poderíamos abrir o painel, começaríamos a votação, e todos os Senadores que quiserem discutir a matéria poderiam fazê-lo durante ou após a votação. Isso se não houver contraditório. Essa é a ponderação que faço à Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador Aloizio Mercadante, esta é uma votação simbólica; o problema é a votação do FPM. Precisamos aprovar esta matéria para destravarmos a pauta.

Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

O SR. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero aqui registrar a importância de apoiarmos os que lutam contra a hanseníase no País.

Os Senadores Delcídio Amaral e Valter Pereira conhecem muito bem, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, o Hospital São Julião, referência nacional, mantido por uma sociedade e dirigido pela Irmã Sílvia Vecellio, que tem, na Operação Mato Grosso, um vínculo com entidades italianas para a manutenção e o trabalho daquele hospital.

Portanto, trata-se de um hospital que orgulha o sul-mato-grossense. É um hospital lindíssimo, bem administrado, em que as pessoas se sentem bem.

Há escola e casas, que eram da antiga Colônia São Julião e que, hoje, foram integradas à cidade, ao Estado e ao País, recebendo pacientes de todo o Brasil e dos países vizinhos, como Bolívia e Paraguai.

É necessário, Sr. Presidente, que não seja apenas um apoio ou auxílio para aqueles portadores de hanseníase ou que tiveram hanseníase no passado e que, hoje, estão curados. Nós queremos muito mais. Queremos que o Governo Lula olhe por esses hospitais de referência, que ajude a Irmã Sílvia a ajudar tanta gente, que apóie o Hospital São Julião, que apóie esses hospitais que estão encravados em vários pontos do País e que precisam de apoio efetivo.

O que estamos vendo hoje é o Ministro da Saúde pedindo pelo amor de Deus ao Ministro Mantega que lhe dê suporte financeiro para que ele auxilie a saúde do País. O que estamos vendo hoje são os Estados nordestinos com problemas seriíssimos para manter seus hospitais porque não há recursos. As pessoas morrem à míngua porque não há médicos, já que estão

em greve. Tudo isso é preocupante. Estamos vendo o “apagão” na saúde deste País.

É necessário, sim, que assuntos como este sejam debatidos, sejam votados por unanimidade nesta Casa, porque estaremos apoiando as pessoas que mais precisam, mas é necessário que se apóie a saúde com seriedade. Que sejam, então, editadas medidas provisórias dando mais recursos ao Ministério da Saúde, a fim de solucionar os problemas que estamos vendo acontecer, principalmente no Nordeste.

Tenho certeza de que quem é nordestino aqui deve estar sentindo na pele o que estou falando, porque o que vejo, pelas notícias dos jornais de cada Estado nordestino, de pessoas morrendo, como o caso de uma senhora de 28 anos, que, pela televisão, se despediu das pessoas e morreu logo depois.

Fico muito contente ao ver a sensibilidade para esse caso, mas precisamos de muito mais. Só isso não basta. Mato Grosso do Sul sente, sim, que os hanseianos lá são bem cuidados, pois há uma ONG, uma entidade católica, como os Irmãos Salesianos, e pessoas que se dispõem a ajudar o Hospital São Julião.

Parabenizo a sociedade, que está dando uma mão à saúde do Brasil. Oxalá continuemos a contar com pessoas como a Irmã Sílvia, que se dispõe a ajudar tantos, dando uma parcela do seu cuidado e da sua vida àqueles que mais precisam.

Sr. Presidente, é o registro que faço, na certeza de que V. Ex^a e o Senador Valter Pereira também o fariam de bom grado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Marisa Serrano. Faço minhas as palavras de V. Ex^a, principalmente com relação ao Hospital São Julião, à Irmã Sílvia e ao trabalho competente e solidário que tem realizado e continuar realizando com o apoio de todos nós.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Demóstenes Torres, estamos já em discussão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para fazer um apelo para que quem estiver inscrito, devido à relevância desta matéria e da próxima, que registre o voto e desista da inscrição. É apenas um apelo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Demóstenes Torres.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, reitero a colocação do Senador Demóstenes Torres, que é mais do que devida.

Esta matéria é produto de consenso, mas o quórum, é visível, está diminuindo. Se é para fazer entendimento, temos de fazer um entendimento real, claro que embasado na legalidade. Mas vamos tentar antecipar a abertura do painel às votações, porque, se não, não faremos justiça aos Municípios que estão implorando a Deus, com as mãozinhas postas, pela aprovação da matéria, para que cresça o Fundo de Participação dos Municípios, que irá socorrer suas finanças miseráveis.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

Peço aos demais inscritos...

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP) – Em homenagem ao Senador Tião Viana, pela luta que desenvolveu, retiro minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Romeu Tuma retirou sua inscrição. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Serei mais rápido do que os apelos para deixar de falar.

Quero apenas registrar que o projeto do Senador Tião Viana foi aprovado pelo Senado. Não precisava de medida provisória. O Governo deveria ter apoiado o projeto do Senador Tião Viana, ao invés de apresentar mais uma medida provisória. O projeto, em si, é meritório. No Estado de Minas Gerais, realmente, há várias colônias, e muitas pessoas irão se beneficiar.

Registro apenas meu inconformismo com a apresentação da medida provisória. Não havia necessidade dela. Tudo poderia ter sido resolvido com o projeto de autoria do Senador Tião Viana, já aprovado por nós.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ao tempo em que retiro a minha inscrição para facilitar a votação da outra matéria ligada aos Municípios, digo

que o meu sentimento é parecido com o do Senador Eduardo Azeredo. Ou seja, temos populações que sofrem de hanseníase no Amazonas, e esse projeto revela, a um tempo, a sensibilidade do Senador Tião Viana e a sensibilidade do Senado Federal como um todo.

Tive ocasião de relatar a matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e entendo que, dessa forma, todos retiramos um grande peso da consciência, porque não há ninguém mais deserdado socialmente do que o hanseniano, portador de uma doença do século XIX, que o Brasil precisa vencer tardiamente neste século XXI.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Mão Santa, V. Ex^a abre mão da sua inscrição?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas cumprimentar o Senador Tião Viana e fazer justiça.

O Governo está lançando esta medida provisória, mas o Governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, que governou o Piauí de 1958 a 1962 e terminou sua carreira política aqui no Senado, tendo sido vice-presidente desta Casa, fez leis semelhantes. Eu governei o Estado do Piauí. Ele era do PSDB. Já havia esta lei que dava uma segurança às famílias dos hansenianos, principalmente os deformados. A deformação só acontecia quando não havia a sulfona, que surgiu em 1948.

Louvo o nosso Senador Tião Viana pela sua sensibilidade política e competência médica, já que é professor de doenças infecto-contagiosas. Essa enfermidade, que é até bíblica, nós vamos vencendo.

Presto esta homenagem àquele grande político do Estado do Piauí e que foi vice-presidente do Senado, Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, autor de uma lei semelhante em 1958.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, muito rapidamente, parabeno o Senador Tião Viana, que foi a pessoa que sensibilizou o País, o Senado e o próprio Presidente Lula para a questão.

Senador Tião Viana, se há matéria que merece ser medida provisória, não há dúvida, é esta. Em primeiro lugar, pela urgência. Estamos atrasados décadas para reparar essa chaga social, essa situação da hanseníase no País. Segundo, pela relevância. Trata-se de um ato humanitário. O Brasil vai ser o segundo país no mundo a fazer uma reparação a esse contingente populacional que sempre sofreu, que sempre foi marginalizado, e, agora, a sociedade brasileira tem a

capacidade de reparar o mal que infelizmente causou a essas pessoas.

Parabéns, Senador Tião Viana. Foi realmente uma das cerimônias mais emocionantes de que participei em minha vida aquela em que o Presidente assinou a MP. Creio que hoje será um grande dia para V. Ex^a e para todos aqueles cuja sensibilidade e cujo coração V. Ex^a cativou para ver esse direito garantido aos hansenianos do País.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderia ficar calado no momento em que o Senado da República, ao fazer um gesto para o passado, reparando principalmente a discriminação, reafirma um compromisso humanitário com o seu presente e com o futuro do País e de gerações vitimadas pela hanseníase.

Sou lá do Amazonas. Os Senadores Arthur Virgílio e Jefferson Péres conhecem duas comunidades que ali acomodaram centenas de brasileiros e brasileiras, que se tornaram amazonenses, oriundos principalmente do Nordeste. Estou falando de Paricatuba e da Colônia Antonio Aleixo.

E não poderia deixar de registrar a luta grandiosa de dois profissionais da Medicina que têm a vida marcada pela defesa da cidadania, do combate a essa doença. Refiro-me ao trabalho renomado dos médicos José Carlos Sardinha e Sinésio Talhari.

Parabéns ao Senado! Parabéns ao Senador Tião Viana e ao Presidente Lula, que, mais uma vez, reafirma seu compromisso humanitário e justo para com todo o Brasil, particularmente com o Norte e a Amazônia brasileira, que têm milhares de brasileiros vítimas da hanseníase! Muito obrigado.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente...

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo, para discutir.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sei rápido...

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, pedi a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, gostaria de louvar a iniciativa e o trabalho do Senador Tião Viana, que contou também com a nossa simpatia, com o nosso apoio.

Essa medida provisória, que bem poderia já ter sido aprovada mediante projeto de lei, é justa, colaborará muito com centenas de hansenianos que vivem na Colônia Santa Marta e em outras partes do meu Estado. Terá, portanto, o meu apoio irrestrito.

Agora, Sr. Presidente, estamos discutindo, já há algum tempo, medidas reparatórias para as vítimas do acidente com Césio 137, que ocorreu, em Goiás, exatamente há vinte anos. Ele vitimou centenas de pessoas. Obtivemos, da parte do Senador Romero Jucá, recentemente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o compromisso de que o Governo enviaria para cá uma medida provisória. A Senadora Lúcia Vânia apresentou ao Projeto de Lei de Conversão nº 24 treze emendas. Se aprovadas, elas resolvem definitivamente esse assunto.

Então, o apelo que faço, em nome de centenas de vítimas que sofreram amarguras inúmeras em função do episódio do Césio 137, é o de que elas possam também ser incluídas nessa medida provisória. Faço esse apelo ao Senador Tião Viana, que é o Relator e um dos proponentes dessa medida provisória, e ao Líder do Governo. Faço esse apelo em nome de centenas ou talvez milhares de goianos que sofreram muito por conta desse que foi um dos maiores acidentes nucleares do Brasil e do mundo.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges, para discussão.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço um apelo a V. Ex^a, para darmos prosseguimento à votação. Esse blablá está muito complicado. Amanhã, fazemos discursos; está na hora de votarmos. O plenário está-se esvaziando, e temos de atender aos Prefeitos.

Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, o Sr. Delcídio Amaral, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo, pela ordem.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de obter resposta por parte do Líder do Governo e do Senador Relator sobre um assunto da mais alta relevância para o meu Estado e para as vítimas do Césio 137. Não se trata de blábláblá, mas de um assunto da mais alta relevância, por isso peço a palavra do Líder do Governo e do Relator da matéria, em caráter definitivo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Com a palavra, o Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar a preocupação que é minha, do Senador Marconi Perillo e, tenho certeza, também do Senador Tião Viana e de todos nós, com as vítimas do Césio.

Recebi agora o texto que a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Marconi Perillo estão propondo. Quero dizer que vou, com esse texto, discutir dentro do Governo. Não posso assumir agora a posição sobre qual será o valor, qual será a sistemática, quem será atendido ou não; mas é claro que temos toda a sensibilidade, toda a consciência de que precisamos buscar uma solução para as vítimas do Césio.

Registro ao Senador Marconi Perillo que levaremos a demanda para dentro do Governo. Conversaremos com o Ministro Temporão e com diversos segmentos do Governo, e o Senador Tião Viana, que é um *expert* na área, sem dúvida alguma, será um parceiro importante nessa discussão.

A medida provisória foi feita, exatamente para resolver esse fato agora, estabelecendo-se a origem da despesa do Governo. Claro que o Senador Tião Viana se manifestará. Mas, pela Liderança do Governo, quero registrar o compromisso de buscarmos um caminho de discussão. Não estou comprometendo-me com o texto que está aí, mas com a discussão do tema, que é relevante para o povo de Goiás e do Brasil.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vamos ser obrigados a pedir verificação de quórum, afinal de conta, já são 20 anos que se arrastam, desde que houve o acidente com o Césio 137.

Líder Romero Jucá, não dá para esperar mais: são vinte anos de espera. A responsabilidade, em relação a esse tema, é da Comissão Nacional de Energia Nuclear, que nunca se manifestou, que nunca apoiou as vítimas do Césio 137. De modo que peço a V. Ex^a uma palavra definitiva, sob pena de nós pedirmos verificação, apoiado pelo Senador Demóstenes Torres e pelo Senador Papaléo Paes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Senador Romero Jucá, queremos um compromisso de V. Ex^a e da Senadora Ideli Salvatti, no sentido de que esse tema será levado ao Governo, imediatamente, para uma deliberação, porque hoje, no Estado de Goiás, há dezenas e centenas de vítimas, talvez até milhares, do maior acidente nuclear da história do Brasil, que precisam ser amparadas.

Então, gostaríamos de ter a sensibilidade de V. Ex^a, para que esse tema não fosse tratado como mais um. É um tema que precisa ser tratado pelo Governo com a devida prioridade, porque assim teremos como acudir essas vítimas; por mais que o Estado de Goiás faça, não há qualquer possibilidade de uma reparação efetiva. Ainda mais que a responsabilidade pela guarda do césio, em todo o Brasil, ou de qualquer outro elemento radioativo é da União.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Senador Demóstenes Torres, acabei de dizer que me comprometo a levar o assunto para dentro do Governo. Para tratar das questões aqui, penso que não precisamos registrar que vai haver pedido de verificação de quórum, ameaça para lá ou para cá. O Governo não precisa disso para tratar das questões.

Estamos resolvendo a questão da hanseníase, resolvemos a dos pescadores, tenho tido sensibilidade em parceria, independentemente de qualquer questão...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Precisamos desse compromisso de V. Ex^a e da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Eu tenho o compromisso de discutir com o Governo. Agora, não posso comprometer-me com uma pensão de R\$750,00, de R\$500,00, de R\$800,00, ou com a sistemática de escolha, dizendo como vai ser.

Há um projeto da Senadora Lúcia Vânia, que está tramitando aqui na Casa, que versa sobre o mesmo assunto e que tem um texto diferente. Então, temos de sentar para discutir. Os Senadores de Goiás e do Brasil são sensíveis a essa questão, quero ser parceiro na busca de uma solução como essa; agora, já que temos construído aqui caminhos convergentes, penso que derrubar a sessão e deixar de votar o FPM dos Municípios não é o caminho.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Queremos que V. Ex^a e a Senadora Ideli Salvatti nos ajudem nessa questão.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Nem é necessário esse tipo de instrumento comigo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Líder, confiamos na palavra de V. Ex^a; queremos é a sua palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A minha palavra é a de que vamos trabalhar juntos, para construir uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Vou conceder a palavra... Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a deseja falar?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, estamos aqui, como já tive oportunidade de falar, corrigindo algo que foi praticado pela sociedade brasileira e que atingiu milhares de brasileiros por 500 anos. Portanto, este é um momento extremamente positivo: o de finalmente se reparar um crime que foi cometido contra pessoas que tiveram de ficar literalmente encarceradas, separadas do convívio de sua família, por causa de uma doença que nunca foi contagiosa.

Há essa situação do Césio. Há quantos anos, Senador Marconi Perillo?

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Vinte anos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vinte anos! Portanto, também muito grave. Não vejo nenhum problema, até porque a Senadora Lúcia Vânia, segundo a assessoria, tem projeto sobre isso.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – E as emendas são de S. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – S. Ex^a apresentou as emendas. Agora, há uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Solicito aos Srs. Senadores...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A questão é a seguinte: nem a sansão presidencial supre o vício de iniciativa, quando houver aumento de despesas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Perfeito, tem de vir da Presidência.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Tem de vir do Executivo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Exatamente.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Queremos é o compromisso, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Queremos o compromisso de levar o assunto, de fazer o apelo.

E vou dizer mais: o Presidente se sensibilizou. Por isso, fiz questão de aqui elogiar o Senador Tião, não por S. Ex^a ter apresentado o projeto, porque o projeto dele também seria inconstitucional por causa da questão do vício de origem, da iniciativa de gerar despesa, mas porque, ao apresentar o projeto, S. Ex^a conseguiu sensibilizar o Senado da República, o Presidente, a área da Fazenda, que é sempre é muito difícil de sensibilizar. E tenho certeza absoluta de que quem teve a sensibilidade de reparar a questão da hanseníase vai ter sensibilidade também de reparar algo que, há vinte anos, está aguardando efetivamente uma reparação. Meu compromisso é o do apelo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Esta Presidência parabeniza os Srs. Senadores pelo entendimento e pelo compromisso assumido pelas Lideranças do Governo e do PT, para que o Presidente encaminhe a matéria.

Volto a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Como Relator revisor. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Efraim Morais, Sr^{as} e Srs. Senadores, a matéria, para ser interpretada de maneira correta e para ser encaminhada de maneira correta pela Mesa, precisa de um esclarecimento meu, como Relator, e o esclarecimento que deixo aqui é o seguinte. Foi apresentada uma emenda, aprovada no projeto de lei de conversão da Câmara, referente ao art. 3º, que precisa ser suprimido. Então, a melhor maneira regimental de tratar o assunto é dar preferência e votar a medida provisória. Ao fazer isso, ao ser aprovada a medida, esta acomoda, do ponto de vista regimental e constitucional, o item e nos dá a tranqüilidade de que o assunto vai ser tratado à luz da legislação correta, à luz do Regimento, de maneira adequada, com a devida homenagem a toda a população atingida pela hanseníase.

Por isso, peço a votação favorável à medida provisória que trata do assunto. Esse é o apelo que faço a V. Ex^{as}.

Encerro, dizendo que essa votação é uma homenagem de todos. O Senador Marconi Perillo viu essa matéria na Comissão, e a primeira coisa que S. Ex^a fez foi pedir que ela pudesse ser tratada em caráter de urgência urgentíssima. A mesma manifestação solidária dou a essa matéria do césio, e acho que já houve precedentes: quando votamos a lei da distribuição gratuita de medicamentos para Aids, essa foi uma prerrogativa do Congresso, que teve a coragem

de enfrentar a norma legal, o que é possível em excepcionalidades.

Então, assino a urgência urgentíssima, o apoio ao Senador Marconi Perillo, do jeito que S. Ex^a fez essa matéria, e mando um abraço a todos que foram atingidos pela hanseníase no Brasil, inclusive ao Pirelli, do Ceará, grande amigo do Senador Tasso Jereissati, um símbolo da luta contra essa doença, que fez o Governo brasileiro chorar no dia em que depôs na emissão dessa medida pelo Presidente Lula.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Parabenizo V. Ex^a, Senador Tião Viana!

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se- rei breve, porque sei que estamos prontos para votar. Eu queria parabenizar o Senador Tião e dizer que as vítimas da hanseníase realmente merecem esse tratamento. Na verdade, o Brasil se redime hoje. Quero dizer que o fato de o Governo, os Líderes do Governo e a Base do Governo se empenharem na aprovação do projeto do Senador Marconi Perillo não significa que estejam fazendo favor nem a Marconi nem a Lúcia Vânia nem a Demóstenes, mas, sim, ao Brasil, ao Estado de Goiás, Estado que eles representam tão bem! Todos devemos nos empenhar para fazer tramitar o projeto que trata das vítimas do césio com a mesma velocidade, a fim de darmos a resposta que o Brasil espera para essa questão.

Aqui quero louvar o empenho do Senador Marconi Perillo e dos Senadores de Goiás com relação a essa matéria e, assim, parabenizar o Senador Tião Viana, que abriu uma porta para que as pessoas vitimadas dessa forma fossem ressarcidas ou, de alguma forma, olhadas pelo Governo, que, durante tanto tempo, delas se esqueceu.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, primeiro, registrar a sensibilidade do Presidente da República em relação a esse projeto e, especialmente, o esforço e o trabalho do Senador Tião Viana. E o faço em nome de duas comunidades do meu Estado, o Ceará: a Comunidade Antônio Justa e a Comunidade de Antônio Diogo, dois locais onde as pessoas passaram anos e anos internadas sem ver suas famílias, sem poder ter contato

com a população, sendo vítimas de um preconceito atroz. Hoje, digamos assim, essa matéria foi, no meio do povo, razoavelmente resolvida.

Há pouco, no Palácio do Planalto, houve um ato muito importante, com os anistiados do Brasil inteiro, com o lançamento de um livro e com a presença do Presidente da República. E digo mais ou menos assim: agora, também estamos concedendo uma anistia, de fato, a essa população de pessoas atingidas por uma enfermidade que as tornou vítimas de preconceito.

Por isso, quero saudar especificamente o Senador Tião Viana e dizer que nosso Partido vai votar favoravelmente a essa matéria, para que se faça justiça a todos os que foram vítimas desse preconceito e de um conhecimento precário na área da Medicina no Brasil, o que, finalmente, é resolvido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Muito bem, Senador Inácio Arruda!

Vou aproveitar para economizar tempo. Vou parabenizar o Congresso Nacional pela decisão, porque, se não fosse o Congresso Nacional, também não existiria esse benefício. Meus parabéns a todos os Senadores, a todas as Senadoras, a todos os Deputados e a todas as Deputadas!

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 990, DE 2007

Nos termos do art. 300, inciso XIII e 311, III, do Regimento Interno, requeiro preferência para a Medida Provisória nº 373, de 2007, a fim de ser submetido à apreciação do Plenário antes do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007.

Sala nas Sessões, 29 de agosto de 2007. – Senador **Tião Viana**.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos à votação da Medida Provisória.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Fica prejudicado o Projeto de Lei de Conversão.

A Medida Provisória volta à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a medida provisória aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 373, DE 24 DE MAIO DE 2007

Dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder pensão especial, mensal, vitalícia e intransferível, às pessoas atingidas pela hanseníase e que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios em hospitais-colônia, até 31 de dezembro de 1986, que a requererem, a título de indenização especial, correspondente a R\$750,00 (setecentos e cinquenta reais).

§ 1º A pensão especial de que trata o **caput** é personalíssima, não sendo transmissível a dependentes e herdeiros, e será devida a partir da entrada em vigor desta Medida Provisória.

§ 2º O valor da pensão especial será reajustado anualmente, conforme os índices concedidos aos benefícios de valor superior ao piso do Regime Geral de Previdência Social.

§ 3º O requerimento referido no **caput** será endereçado ao Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, nos termos do regulamento.

§ 4º Caberá ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS o processamento, a manutenção e o pagamento da pensão, observado o art. 62.

Art. 2º A pensão de que trata o art. 1º será concedida por meio de ato do Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, após parecer da Comissão referida no § 1º.

§ 1º Fica criada a Comissão Interministerial de Avaliação, com a atribuição de emitir parecer prévio sobre os requerimentos formulados com base no art. 1º, cuja composição, organização e funcionamento serão definidos em regulamento.

§ 2º Para a comprovação da situação do requerente, será admitida a ampla produção de prova documental e testemunhal, e, caso necessário, prova pericial.

§ 3º Na realização de suas atividades, a Comissão poderá promover as diligências que julgar convenientes, inclusive solicitar apoio técnico, documentos, pareceres e informações de órgãos da administração pública, assim como colher depoimentos de terceiros.

§ 4º As despesas referentes a diárias e passagens dos membros da Comissão correrão à conta das dotações orçamentárias dos órgãos a que pertencerem.

Art. 3º A pensão especial de que trata esta Medida Provisória, ressalvado o direito à opção, não é acumulável com indenizações que a União venha a pagar decorrentes de responsabilização civil sobre os mesmos fatos.

Parágrafo único. O recebimento da pensão especial não impede a fruição de qualquer benefício previdenciário.

Art. 4º O Ministério da Saúde, em articulação com os sistemas de saúde dos Estados e Municípios, implementará ações específicas em favor dos beneficiários da pensão especial de que trata esta Medida Provisória, voltadas à garantia de fornecimento de órteses, próteses e demais ajudas técnicas, bem como na realização de intervenções cirúrgicas e assistência à saúde por meio do Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 5º O Ministério da Saúde, o INSS e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República poderão celebrar convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos que objetivem a cooperação com órgãos da administração pública e entidades privadas sem fins lucrativos, a fim de dar cumprimento ao disposto nesta Medida Provisória.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Medida Provisória correrão à conta do Tesouro Nacional e constarão de programação orçamentária específica no orçamento do Ministério da Previdência Social.

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de maio de 2007; 186º da Independência e 119º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens cuja a votação fica transferida para a próxima sessão deliberativa ordinária de amanhã, quinta-feira, dia 30.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)
(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003)

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007 (nº 993/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT,*

aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 473, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, que *dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências.*

(Dependendo de pareceres das Comissões de Educação e Assuntos Sociais).

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que *aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.*

5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

6

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).*

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.*

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, *que acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos*

– do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.*

Pareceres sob nºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: Relator: Senador Luiz Otávio (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2007**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.*

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 58, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Silhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.*

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora *ad hoc*: Senadora Maria do Carmo Alves.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos*.

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 204, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo*

Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Arthur Virgílio.

21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 502, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.*

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 503, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 504, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no*

Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

24

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

25

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 6, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Augusto Botelho.

26

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 25, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaqué do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.*

Parecer favorável, sob nº 345, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, celebrada em 30 de agosto de 1961.*

Parecer favorável, sob nº 385, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD.*

Parecer favorável, sob nº 277, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002.

Parecer favorável, sob nº 346, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

31

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

32

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

33

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação*

Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

34

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

35

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 33, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB)

– Houve entendimento entre as Lideranças, assinado por todos os Srs. Líderes, para que possamos votar o aumento do repasse de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Vamos iniciar a apreciação da matéria.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 991 , DE 2007

Senhor Presidente,

Requeremos calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2007 (nº 58/2007, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios, para que a matéria conste da Ordem do Dia de sessões deliberativas extraordinárias a serem convocadas para o dia 29 / 08 /2007, na forma que se segue:

Primeiro turno

1ª sessão: <u>20:18</u> às	1ª sessão de discussão, em 1º turno
2ª sessão: <u>20:21</u> às	2ª sessão de discussão. em 1º turno.
3ª sessão: <u>20:23</u> às	3ª sessão de discussão, em 1º turno.
4ª sessão: <u>20:26</u> às	4ª sessão de discussão, em 1º turno.
5ª sessão: <u>20:28</u> às	5ª sessão de discussão e votação, em 1º turno.

[Handwritten signatures and notes below the table]

Quarta
Paulo Cayrol
Quarta
TRM
Manoel
5000
1000

Segundo turno

1ª sessão: <u>10:49</u> às	1ª sessão de discussão, em 2º turno
2ª sessão: <u>10:50</u> às	2ª sessão de discussão, em 2º turno.
3ª sessão: <u>10:52</u> às	3ª sessão de discussão e votação, em 2º turno.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 2007.

(Handwritten signatures and notes, including names like Paulo, Augusto, and others, along with a large scribble and a signature that appears to be "Efraim Morais")

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– A Presidência vai encerrar a sessão e convocar outra, extraordinária, a realizar-se às 20 horas e 18 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 17 minutos.)

Ata da 138ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 29 de agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Efraim Morais

ÀS 20 HORAS E 18 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

138ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 20:18 HORAS

Período : 29/8/2007 07:34:05 até 29/8/2007 22:04:24

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X	Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	DEM	SP	ROMEU TUMA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X	PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
DEM	BA	CÉSAR BORGES	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X	PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
DEM	MA	EDISON LOBÃO	X	X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	X	X					
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X					
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X					
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X					
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X					
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X					
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X					
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X					
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X					
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X					
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X					
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X					
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X					
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X					
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X					
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X					
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X					
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X					
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X					
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X					
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X	X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X					
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X					
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X					
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X					
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	X					
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X					
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X					
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X					
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X					
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X					
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X					
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X					
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X					
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X					
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X					
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X					

Compareceram: 73 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item Único:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 75, DE 2007

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2007 (nº 58/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando, a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios (minirreforma tributária).

Parecer favorável, sob nº 719, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno.

Em discussão a proposta.(Pausa)

O Senador Marconi Perillo desiste? Todos as Sr^{as} e os Srs. Senadores desistiram da discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa, para prosseguimento da discussão.

A Presidência vai encerrar a presente sessão, convocando a próxima sessão para as 20 horas e 21 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 20 minutos.)

Ata da 139ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 29 de agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Efraim Morais

ÀS 20 HORAS E 21 MINUTOS, ACHAM-
SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SE-
NADORES

139ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 20:21 HORAS

Período : 29/8/2007 07:34:05 até 29/8/2007 22:04:24

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X	Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	DEM	SP	ROMEU TUMA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X	PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
DEM	BA	CÉSAR BORGES	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X	PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
DEM	MA	EDISON LOBÃO	X	X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	X	X					
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X					
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X					
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X					
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X					
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X					
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X					
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X					
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X					
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X					
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X					
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X					
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X					
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X					
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X					
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X					
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X					
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X					
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X					
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X					
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X	X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X					
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X					
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X					
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X					
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	X					
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X					
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X					
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X					
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X					
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X					
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X					
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X					
PJT	PR	OSMAR DIAS	X	X					
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X					
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X					
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X					

Compareceram: 73 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item Único:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 75, DE 2007

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2007 (nº 58/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando, a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios (minirreforma tributária).

Parecer favorável, sob nº 719, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno.

Em discussão a proposta.(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa, para prosseguimento da discussão.

A Presidência vai encerrar a presente sessão, convocando a próxima sessão para as 20 horas e 23 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 22 minutos.)

Ata da 140ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 29 de agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Efraim Morais

ÀS 20 HORAS E 23 MINUTOS, ACHAM-
SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SE-
NADORES

140ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 20:23 HORAS

Período : 29/8/2007 07:34:05 até 29/8/2007 22:04:24

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X	Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	DEM	SP	ROMEU TUMA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X	PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	Bloco-PT	MT	SERYS SLESARENKO	X	X
DEM	BA	CÉSAR BORGES	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X	PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
DEM	MA	EDISON LOBÃO	X	X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X					
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X					
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X					
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X					
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X					
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X					
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X					
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X					
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X					
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X					
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X					
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X					
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X					
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X					
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X					
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X					
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X					
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X					
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X					
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X					
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X	X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X					
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X					
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X					
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X					
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	X					
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X					
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X					
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X					
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X					
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X					
Bloco-PTB	RR	MÓZARILDO CAVALCANTI	X	X					
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X					
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X					
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X					
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X					
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X					

Compareceram: 73 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item Único

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 75, DE 2007

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2007 (nº 58/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando, a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios (minirreforma tributária).

Parecer favorável, sob nº 719, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa, para prosseguimento da discussão.

A Presidência vai encerrar a presente sessão, convocando a próxima sessão para as 20 horas e 26 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 25 minutos.)

Ata da 141ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 29 de agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Efraim Morais

ÀS 20 HORAS E 26 MINUTOS, ACHAM-
SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SE-
NADORES:

141ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 20:26 HORAS

Período : 29/8/2007 07:34:05 até 29/8/2007 22:04:24

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X	Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	DEM	SP	ROMEY TUMA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X	PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
DEM	BA	CÉSAR BORGES	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X	PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
DEM	MA	EDISON LOBÃO	X	X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X					
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X					
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X					
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X					
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X					
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X					
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X					
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X					
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X					
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X					
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X					
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X					
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X					
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X					
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X					
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X					
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X					
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X					
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X					
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X					
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X	X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X					
F-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X					
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X					
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X					
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	X					
PMDB	PI	MÁO SANTA	X	X					
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X					
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X					
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X					
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X					
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X					
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X					
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X					
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X					
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X					
PMDB	RS	PEDRO SIMÓN	X	X					
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X					

Compareceram: 73 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item Único

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 75, DE 2007

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2007 (nº 58/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando, a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios (minirreforma tributária).

Parecer favorável, sob nº 719, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa, para prosseguimento da discussão.

A Presidência vai encerrar a presente sessão, convocando a próxima sessão para as 20 horas e 28 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 27 minutos.)

Ata da 142ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 29 de agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Efraim Morais

ÀS 20 HORAS E 28 MINUTOS, ACHAM-
SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SE-
NADORES:

142ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 20:28 HORAS

Período : 29/8/2007 07:34:05 até 29/8/2007 22:04:24

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
DEM	BA	CÉSAR BORGES	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
DEM	MA	EDISON LOBÃO	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	X
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
DEM	SE	MÁRIA DO CARMO ALVES	X	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
DEM	SP	ROMEU TUMA	X	X
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SÉRYSLHESSARENKO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	X

Compareceram: 73 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item Único

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2007 (nº 58/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando, a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios (minirreforma tributária).

Parecer favorável, sob nº 719, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

A Presidência chama a atenção das Sr^{as} e dos Srs. Senadores de que a matéria será votada em primeiro turno e se fazem necessários 49 votos favoráveis para a aprovação da emenda constitucional.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Romero Jucá, V. Ex^a tem certeza de que pretende usar da palavra?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, quero apenas fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer a todos os Líderes a possibilidade de se votar hoje matéria tão importante. Registro que, há quatro anos, votamos essa matéria aqui. Ela foi remetida à Câmara, onde infelizmente a reforma tributária não

andou. Agora, fazemos justiça e novamente a votamos, em tempo recorde, para que, a partir de setembro, os prefeitos possam começar a receber mais 1% do FPM distribuído do Imposto de Renda e do IPI.

Portanto, o voto é favorável e apelo a todos os Srs. Senadores para que votemos rapidamente essa matéria.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB também encaminha favoravelmente à matéria, solicita aos Srs. Senadores que acorram ao plenário ou nele permaneçam e registra algo que precisa ser remarcado: a democracia funcionou. No início, o Presidente não queria; os prefeitos foram ao Palácio várias vezes; discursos foram proferidos em várias latitudes ideológicas nesta Casa e na Câmara dos Deputados; a pressão se tornou absolutamente incontrolável e houve esse momento de descentralização de recursos da União na direção dos Municípios.

Ora, se sabemos que os Municípios são, por meio de suas gestões, os que, por primeiro, enfrentam o impacto dos problemas brasileiros, nada mais justo do que fazermos mais do que isso no futuro. Mas isso agora é fruto do regime democrático que possibilitou a pressão sobre o Governo, que não teve alternativa a não ser a de aceder à pressão.

É bom que registremos isso. E nós nos sentimos todos vitoriosos: o Governo, por ter sabido ceder – ele que não podia deixar de ceder; nós, por termos sabido pressionar, e os prefeitos, por não terem esmorecido. Registro apenas que, se tivesse cedido antes, os prefeitos poderiam ter feito muito mais coisas em favor dos seus Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Comunico que esta é a primeira votação. Teremos votação em segundo turno.

Passa-se à votação.

De acordo com o disposto no art. 60, § 2º, da Constituição, combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Votação da proposta, em primeiro turno.

Os Srs. Líderes poderão orientar suas Bancadas. As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha o voto “sim”.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (Bloco/PTB – MA) – Sr. Presidente, o PTB, em Bloco, encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Renato Casagrande, como vota o PSB?

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES.) – Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro encaminha o voto “sim” e parabeniza o Senado pela votação, o Governo pelo atendimento a um pleito dos Municípios, parabeniza a Confederação Nacional dos Municípios e os presidentes das associações dos Municípios de cada Estado pelo trabalho e pela definição de uma pauta municipalista importante. Esse é um dos pontos da pauta. Parabéns pelo trabalho que estão fazendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Demóstenes Torres, como vota o Democratas?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, a Minoria vota “sim”.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, PR vota “sim” e recomenda a sua Banca para aguardar o segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Inácio Arruda, como vota o PCdoB?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, depois de um trabalho de paciência muito grande de parte dos prefeitos por meio de sua Confederação, de encontros sucessivos nesta Casa com todas as Bancadas, Bloco da Oposição, Bloco do Governo, depois de várias reuniões na Câmara dos Deputados, chegou-se a uma proposta que convenceu o Presidente da República. O Presidente da República foi ao congresso de prefeitos, uma das maiores reuniões em que estiveram prefeitos de todo o Brasil, afirmou sua posição de apoio a essa proposta de emenda à Constituição, encaminhou a matéria, discutiu-a em conjunto e chegamos ao ápice dessa discussão, que é votação da PEC.

O Partido Comunista do Brasil vota favoravelmente aos Municípios. É ali que as coisas acontecem: a educação, a saúde pública, ambas em dificuldade em determinadas regiões do Nordeste, como no meu Estado e no de V. Ex^a – Pernambuco passou por crise recentemente. Sabe-se que esses recursos são neces-

sários para atender melhor às populações do Município. Por isso, concordamos. Se pudéssemos, faríamos uma transferência maior, mas já alcançamos essa vitória que representa 1% a mais para todos os Municípios, que é de grande importância neste momento. Portanto, votamos favoravelmente à PEC, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Edison Lobão, como vota o Democratas?

O SR. EDISON LOBÃO (DEM – MA) – O Democratas vota, com orgulho, “sim”, Sr. Presidente.

Todos sabemos que a ação administrativa do Governo Federal, no que diz respeito às suas realizações, ocorre exatamente nos Municípios, em matéria de infra-estrutura, de saúde, de educação, de saneamento; mas isso não basta. É indispensável que as prefeituras também sejam dotadas de recursos necessários à sua própria administração. A destinação de mais 1%, portanto, do Fundo de Participação dos Municípios é um ato de extrema justiça e que já tardava.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Edison Lobão.

Como votam os Republicanos, Senador Magno Malta?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Os Republicanos votam “sim”, com muito orgulho, Sr. Presidente.

Registro a vitória dos Municípios hoje e o esforço e a luta da Frente Municipalista. Quero abraçar os 78 prefeitos do meu Estado do Espírito Santo, que integram essa Frente o tempo inteiro, e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi ao encontro dos prefeitos levar-lhes não somente uma palavra de esperança, mas a confirmação de que teríamos este dia para felicidade de todos nós.

Quantos já disseram o mesmo: as coisas acontecem no Município. E é muito pouco o que estamos fazendo hoje, mas este pouco certamente refletirá de forma significativa na vida dos prefeitos, das prefeituras e, por conseqüência, da população.

Estão de parabéns a Frente Municipalista brasileira, os prefeitos do meu Estado e o Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Comunico às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que haverá outra votação. Digo aos Senadores que estão querendo deixar o plenário que vamos ao segundo turno.

Vou encerrar a presente votação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, quero recomendar o voto em nome do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Antes, os Tucanos, na pessoa do Senador Marconi Perillo. V. Ex^a falará em seguida.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Da mesma forma, pelo PT.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, o PSDB vota “sim” e aproveita para parabenizar a Frente Municipalista no Brasil inteiro pela mobilização que garantiu o cumprimento da palavra do Presidente.

Na verdade, foram quatro meses de agonia. Não fora a mobilização permanente de todos os prefeitos – o meu Estado de Goiás colaborou, de forma definitiva, com essa conquista –, não teríamos chegado ao ponto em que chegamos.

Portanto, ficam registrados, em nome do PSDB, os cumprimentos a todos os prefeitos do Brasil por mais esta conquista. Esta é uma conquista dos prefeitos. O Senado está de parabéns.

O PSDB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias pelo PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR.) – Sr. Presidente, quero encaminhar o voto “sim” do PDT.

Peço que haja a mesma boa vontade para votar a proposta de emenda à Constituição de minha autoria que propõe repassar 10% das contribuições sociais aos Municípios e aos Estados. Aí, sim, teremos uma verdadeira solução, e não esse valor que não vai adiantar nada para os Municípios. Aí está todo o nosso esforço. Todos estão fazendo discursos, mas 1% do FPM dará R\$1,2 bilhão para ser dividido entre 5.700 Municípios. Isso é pouquíssimo, Sr. Presidente! Com 10% das contribuições, vamos demonstrar boa vontade com os Municípios brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Esta Presidência deseja fazer uma proposta ao Plenário. Teremos um segundo turno, que deveremos iniciar imediatamente. Concederei a palavra a todos os Srs. Senadores. Creio que é o entendimento.

Da mesma forma, peço o entendimento das Lideranças, se for possível. Há um projeto que foi votado na CAE, em caráter de urgência. É uma autorização para contrair empréstimos para que possamos dar continuidade ao Interlegis II. Pedirei a compreensão de todos, se for possível. É uma matéria de interesse do Legislativo brasileiro, que seria votada imediatamente após o segundo turno, porque não precisa de quórum. É só uma autorização.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, a redação foi feita aqui na Casa, não veio do Palácio para cá, não é? Podemos votá-la?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Já foi discutida. É uma mensagem do Presidente da República, autorizando um empréstimo do BID no valor de US\$16,2 bilhões para iniciar o Interlegis II.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO)

– Sr. Presidente, eu gostaria de obter detalhes sobre esse projeto do BID. Penso que essa matéria não é tão essencial – digamos assim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Tudo bem, Senador, fique à vontade. Se houver entendimento. Caso contrário, V. Ex^a poderá posicionar-se contra a matéria que visa dar início ao Interlegis II.

Fica registrado que V. Ex^a é contrário.

Está encerrada a votação.

Vou proclamar o resultado. (Pausa.)

A Dr^a Cláudia apertou o botão errado. Vamos ter de votar novamente o primeiro turno.

Peço aos Srs. Senadores que votem. Trata-se de um voto mais consciente.

(Procede-se à votação.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A Liderança do Governo encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Todos os Srs. Líderes encaminharam o voto “sim”, Oposição e Governo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Esta Presidência pede desculpas, em nome da nossa Secretária, aos Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto os Senadores votam, em primeiro turno, gostaria de prestar um esclarecimento.

Esse recurso destinado ao Interlegis não estava no acordo, mas nós não seremos burocráticos, ou seja, entendemos que é uma matéria meritória, que tem a ver com a preparação de Parlamentares para o exercício do sustentáculo da democracia que é o exercício parlamentar. Portanto, sobretudo em atenção a V. Ex^a, que tem sido um baluarte no aperfeiçoamento desse projeto tão bem-sucedido que é o Interlegis, o PSDB acede em se incluir na pauta essa matéria, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) –

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

cos, eu queria também pedir a consideração da urgência da votação dessa matéria, entre outras razões porque o aprimoramento do Poder Legislativo é também uma condição para melhorar a qualidade do gasto público, planejar melhor o Orçamento e aprimorar a capacidade de fiscalização do Poder Executivo.

Portanto, em todos os Entes Federados do Brasil, esse é um investimento que trará recursos à gestão de todos os Orçamentos deste País. É um investimento que melhora a qualidade do Orçamento, que melhora o planejamento, que melhora a qualidade do processo legislativo, o controle social, a transparência e a fiscalização. Portanto, investir no Poder Legislativo é investir na democracia, na qualidade do desenvolvimento e na reforma e no aprimoramento do Estado brasileiro.

Por isso, acho que deveríamos votar essa matéria e demonstrar à sociedade que há coesão, que há, nesta Casa, uma auto-estima do Poder Legislativo e um empenho efetivo para aprimorar a capacidade de formulação, de proposição, de gestão e de fiscalização do Parlamento em todas as instâncias deste País.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria inicialmente fazer um registro.

Estamos votando essa matéria, por acordo das Lideranças, no esforço do Congresso Nacional para garantir esse acréscimo de receitas aos Municípios, que, digamos, é o grande alívio que se vai dar aos Municípios do Brasil. Mas estamos votando com quatro meses de atraso. O atraso na remessa da mensagem tirou dos Municípios mais pobres quatro meses de um ponto percentual a mais do Fundo de Participação.

Mesmo assim, o Congresso brasileiro está mostrando que toda a sua luta, todo o seu empenho não é da boca para fora. Quando o Presidente reuniu os prefeitos e fez o anúncio, eles esperavam que, no dia seguinte, a mensagem estivesse aqui. Foi da boca para fora. Foi preciso muita pressão, muita arremetida da Associação Brasileira de Municípios, da classe política para que a promessa do Presidente se concretizasse.

O Congresso fez a sua parte, e o fez em tempo recorde, e estamos garantindo, daqui a pouco, com a votação em segundo turno, esse benefício que é um fio de esperança para milhares de prefeitos do Brasil

que não têm nenhuma expectativa, pela pobreza em que vivem, de grandes realizações. Essa é a única que se coloca e que o Congresso, neste momento, quebrando interstícios, fazendo a votação às 9 horas da noite, demonstra claramente aos Municípios o seu apreço com a classe política do Brasil, pelos prefeitos do Brasil.

Sr. Presidente, uma outra coisa. Antes de anunciar a votação em segundo turno, quero fazer uma observação. Está prevista para hoje a instalação da CPI das ONGs, com a eleição do Presidente e a designação do Relator. Tive uma conversa com o Senador Mercadante, há três horas, quando S. Ex^a pediu-me um prazo de quatro, cinco dias a mais. Hoje é quarta-feira, pediu para que instalássemos na próxima terça-feira, em nome de um entendimento que pretendia costurar.

Consultei o Senador Raimundo Colombo e o Senador Heráclito Fortes, consultei os tucanos, que concordaram. Disse a S. Ex^a que estávamos de acordo, desde que a data da próxima terça-feira fosse absolutamente peremptória, que não passasse de terça-feira.

Gostaria de ouvir a manifestação da Base do Governo, do PMDB, do PT, daqueles que fazem a Base do Governo e que vão participar da CPI das ONGs. Aqui está o Senador Suplicy, que é o menos jovem dos integrantes e que vai seguramente presidir a instalação da CPI, vai presidir a eleição do dirigente da CPI. Até a esta hora, estamos sem uma definição clara sobre se a reunião vai ocorrer na terça-feira, sob a égide do entendimento, que é o que pretendo. Entendimento entre Base do Governo e Oposição, com vistas a que a Presidência e a Vice-Presidência fiquem com Governo ou Oposição, e a Relatoria, com o outro lado, Governo ou Oposição.

Isso é o que se tem feito na prática ao longo de muito tempo, e gostaria de ver referendada a palavra do Senador Mercadante pelos líderes da Base do Governo, para que pudéssemos avançar e pactuar entre os diversos Partidos uma reunião, se for o caso, para próxima terça-feira, para, aí, sim, instalarmos definitivamente. Se não houver perspectiva, aí fica a convocação para que saíamos daqui e tentemos fazer a instalação da CPI das ONGs sob a presidência do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Obrigado.

Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 75, DE 2007 (1º TURNO)

ALTERA O ART. 159 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, AUMENTANDO, A ENTREGA DE RECURSOS PELA UNIÃO AO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Num.Sessão: 2
Data Sessão: 29/8/2007

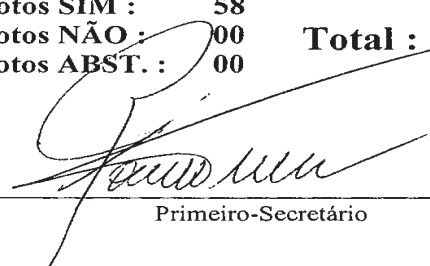
Num.Votação: 1
Hora Sessão: 20:28:00

Abertura: 29/8/2007 20:40:43
Encerramento: 29/8/2007 20:47:22

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	SIM	PMDB	MS	VALTER PEREIRA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM				
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	SIM				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM				
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM				
DEM	BA	CÉSAR BORGES	SIM				
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	SIM				
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM				
DEM	MA	EDISON LOBÃO	SIM				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	SIM				
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM				
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	SIM				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM				
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	SIM				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM				
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM				
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM				
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM				
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM				
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	SIM				
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM				
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	SIM				
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM				
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	SIM				
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	SIM				
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM				
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM				
DEM	TO	KÁTIA ABREU	SIM				
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	SIM				
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM				
DEM	PE	MARCO MACIEL	SIM				
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	SIM				
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	SIM				
PSDB	MS	MARISA SERRANO	SIM				
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM				
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM				
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM				
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM				
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM				
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	SIM				
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM				
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM				
DEM	SP	ROMEU TUMA	SIM				
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	SIM				
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	SIM				
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM				
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	SIM				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM				
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM				

Presidente: EFRAIM MORAIS

Votos SIM : 58
Votos NÃO : 00
Votos ABST. : 00
Total : 58



Primeiro-Secretário

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 29/8/2007 20:47:24

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB)

- Votaram SIM 58 Senadores.
- Não houve votos contrários.
- Não houve abstenção.
- Total: 58 votos.

Está aprovada, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 75.

Aprovada a Proposta, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão para discussão, em segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB)

- Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, antes, porém, convocando uma nova sessão imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB)

- Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 48 minutos.)

Ata da 143ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 29 de agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Efraim Morais

ÀS 20 HORAS E 48 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

143ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 20:48 HORAS

Período : 29/8/2007 07:34:05 até 29/8/2007 22:04:24

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X	Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	DEM	SP	ROMEU TUMA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X	PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
DEM	BA	CÉSAR BORGES	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PSDB	PB	CICERO LUCENA	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X	PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
DEM	MA	EDISON LOBÃO	X	X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	X	X					
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X					
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X					
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X					
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLÉIDE	X	X					
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X					
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X					
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X					
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X					
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X					
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X					
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X					
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X					
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X					
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X					
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X					
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X					
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X					
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X					
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLÁUDINO	X	X					
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X	X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X					
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X					
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X					
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X					
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	X					
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X					
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X					
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X					
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X					
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X					
Bloco-PTB	RR	MÓZARILDO CAVALCANTI	X	X					
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X					
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X					
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X					
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X					
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X					

Compareceram: 73 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, para haver, em seguida, a discussão em segundo turno da matéria.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Efraim.

Quero apenas registrar que esse placar de 58 votos a zero é uma forma de homenagem a todos os prefeitos brasileiros, mas especialmente ao Presidente da Confederação Nacional dos Municípios – gaúcho como Pedro Simon, como eu, como o Senador Paulo Paim e tantos outros gaúchos presentes aqui. Somos uma Bancada de seis a sete Senadores gaúchos, representando o País.

Paulo Ziulkoski foi o grande mobilizador, pela Confederação Nacional dos Municípios, nessa luta. Lembro ainda a última marcha de abril, quando milhares de prefeitos de todo o Brasil aqui estiveram presentes, Senador Tião Viana, para que chegássemos a este momento.

Então, é justo, quando o Senado finalmente põe em pauta e aprova a ampliação em mais um ponto percentual do FPM, um alto significado para a sua administração, que o Presidente dessa Entidade possa ser lembrado e homenageado também. Paulo Ziulkoski foi prefeito num pequenino Município gaúcho chamado Mariana Pimentel e é lembrado, neste momento, por sua grande luta. Desejo parabenizá-lo, como toda a sua diretoria e também todos os prefeitos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Comunico às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que ainda haverá três sessões, em segundo turno. Realizaremos as duas primeiras sessões e na terceira sessão, que é a de votação, concederei a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, como primeiro orador inscrito.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item Único

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 75, DE 2007

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2007 (nº 58/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando, a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios (mirreforma tributária).*

Parecer favorável, sob nº 719, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 363 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante três sessões deliberativas consecutivas, em fase de discussão em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito, assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Primeira sessão de discussão, em segundo turno. Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, antes convocando uma nova sessão a realizar-se às 20 horas e 51 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Está encerrada a sessão

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 50 minutos.)

Ata da 144ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 29 de agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Efraim Morais

ÀS 20 HORAS E 51 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

144ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 20:51 HORAS

Período : 29/8/2007 07:34:05 até 29/8/2007 22:04:24

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X	Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	DEM	SP	ROMEU TUMA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X	PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
DEM	BA	CÉSAR BORGES	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X	PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
DEM	MA	EDISON LOBÃO	X	X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X					
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X					
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X					
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X					
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X					
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X					
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X					
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X					
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X					
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X					
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X					
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X					
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X					
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X					
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X					
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X					
FDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X					
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X					
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X					
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X					
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X	X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X					
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X					
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X					
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X					
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	X					
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X					
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X					
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X					
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X					
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X					
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X					
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X					
FDT	PR	OSMAR DIAS	X	X					
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X					
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X					
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X					

Compareceram: 73 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item Único

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 75, DE 2007

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2007 (nº 58/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando, a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios (mirreforma tributária).*

Parecer favorável, sob nº 719, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 363 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante três sessões deliberativas consecutivas, em fase de discussão em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito, assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Segunda sessão de discussão, em segundo turno.

Em discussão a Proposta. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, antes convocando sessão deliberativa extraordinária a realizar-se às 20 horas e 52 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 51 minutos.)

Ata da 145ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 29 de agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Efraim Morais

ÀS 20 HORAS E 52 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
DEM	MA	EDISON LOBÃO	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLÉXA RIBEIRO	X	X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X
F-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	X
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
DEM	SE	MÁRIA DO CARMO ALVES	X	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X

PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 73 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item Único:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 75, DE 2007

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2007 (nº 58/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando, a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios (*mirreforma tributária*).

Parecer favorável, sob nº 719, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 363 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante três sessões deliberativas consecutivas, em fase de discussão em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito, assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno.

Em discussão a Proposta. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir a matéria, quero fazer uma proposta aos Srs. Senadores inscritos.

Vou encerrar a discussão, conceder a palavra ao Senador Mozarildo e abrir o painel.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Está encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

De acordo com o disposto no art. 60, § 2º, da Constituição, combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Votação da Proposta, em segundo turno.

Os Srs. Líderes poderão orientar suas Bancadas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (Bloco/PTB – MA)

– O PTB, Sr. Presidente, Partido Trabalhista Brasileiro, por unanimidade, vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Agradeço a informação de V. Ex^a. O PTB, os trabalhadores, votam “sim”.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB

– RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quis falar durante o primeiro turno, mas não foi possível, que, em Roraima, há apenas 14 Municípios, no interior, e a Capital.

Recebi vários telefonemas, durante esta sessão, pedindo que eu transmitisse o agradecimento desses Municípios, principalmente os do interior. Um por cento é muito pouco, mas, para eles, vai representar muito, principalmente para ajudar no pagamento da folha de pessoal e do décimo terceiro.

Aqueles Municípios que, realmente, são pobres, como os do Nordeste, vão agradecer muito o entendimento feito por todas as Lideranças para que, hoje, pudéssemos aprovar essa emenda constitucional. Esse vai ser, com certeza, um grande passo para se melhorar a vida dos mais pobres.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Agradeço a V. Ex^a.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante. Em seguida, falará a Senadora Rosalba Ciarlini.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria destacar, primeiramente, que a Marcha dos Prefeitos, durante algum tempo, neste País, não tinha a audiência e não dispunha da mesa de negociação que esse Governo constituiu.

A cada marcha, há sempre temas relevantes que são resolvidos, em um processo de fortalecimento do poder local e dos Municípios.

Estamos vivendo um momento econômico que permitirá ao País crescer em torno de 5% neste ano. Esse crescimento será decorrente, sobretudo, do mercado interno e não apenas das exportações.

O crescimento das importações e do mercado interno aumenta de forma acelerada a arrecadação do ICMS. Em São Paulo, nos cinco primeiros meses deste ano, o crescimento da receita além da previ-

são foi de R\$4 bilhões. Portanto, 1% de ICMS, que, no ano passado, era algo em torno de R\$1,3 bilhão, será mais neste momento econômico, com controle da inflação, com crescimento do mercado interno e, sobretudo, com redução do peso das exportações na dinâmica do crescimento do Produto Interno Bruto. É nesse cenário que estamos fortalecendo ainda mais os Municípios.

Além do PAC, quero parabenizar o Presidente da República, o Presidente Lula, por essa decisão correta, acertada, de descentralização de receita e de fortalecimento dos Municípios desta Nação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero deixar registrada a minha satisfação por termos, finalmente, aprovado essa emenda constitucional.

Na realidade, essa luta vem de muito tempo. Eu ainda era Prefeita quando começamos a ter esperança de conseguir esse mínimo aumento na receita, de 1% apenas, o que é muito pouco.

Sabemos, Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, que os Municípios precisam de muito mais, sim. Este País só será forte quando os Municípios realmente tiverem recursos para atender suas demandas, suas necessidades de saúde, educação, moradia, entre tantas outras questões.

É no dia-a-dia que batem na porta do Prefeito.

Fui Prefeita e senti na pele essas dificuldades. Sei que 1% é pouco, demorou, mas, finalmente, chegou e vai ajudar.

Em nome dos Municípios do Rio Grande do Norte – e sempre fiz parte de toda movimentação municipalista –, quero dizer que este é um dia que precisamos comemorar. Mais que isso, devemos reforçar a nossa luta, a luta do Movimento Municipalista, para que as receitas da Federação do Brasil sejam melhor distribuídas e os Municípios possam ter mais para poder atender melhor e fazer mais pelo povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita honra que quero, neste momento, parabenizar o Líder Romero Jucá, do meu Partido, pela condução da Liderança do Governo. Quero, também, agradecer a todos os Líderes partidários.

Ficou provado, Sr. Presidente, que o municipalismo não tem Partido. A aprovação foi feita por unanimidade, com todos os Partidos apoiando-a.

Devemos agradecer a todas as Sr^{as} e aos Srs. Senadores que votaram unanimemente para essa

vitória tão importante para o municipalismo brasileiro. Espero que esses recursos sejam convertidos em saúde, em educação e em obras sociais para os Municípios brasileiros.

Quero parabenizar, também, todas as frentes municipalistas do Brasil, em especial o Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia, nesta noite, deixar de manifestar minha alegria e meu contentamento com essa PEC que foi aprovada em primeiro turno, até porque, tive a privilégio de ser Prefeito, por três mandatos, da minha cidade, Várzea Grande, portanto, sei perfeitamente das dificuldades por que passam os Municípios brasileiros. Em que pese ser muito pouco o aumento de 1%, quero aqui lembrar o um velho adágio popular dito pelo meu padrinho, que diz: “Antes comer canjica do que dormir sem ceia”.

Espero que possamos, com maior rapidez, concluir essa votação, para ser sancionada pelo Presidente Lula, a fim de que os Municípios possam receber esse aumento de 1% nas suas transferências.

Só mais um minuto, Sr. Presidente.

Quero aqui fazer uma solicitação aos nossos Líderes partidários, sobretudo ao do meu Partido, ao Líder José Agripino, do DEM, ao Líder Arthur Virgílio, do PSDB, à Líder Ideli Salvatti, do PT, e aos demais Líderes partidários para que, na próxima reunião de Lideranças partidárias, coloquemos na pauta de votação a matéria relativa à indicação dos nomes do Dr. Luiz Antônio Pagot e do Dr. Miguel, para que, após votada e aprovada por este Plenário, rapidamente eles possam tomar posse no Dnit, órgão muito importante para o nosso Brasil.

De forma que, meu querido Líder José Agripino, nosso querido Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, Senadora Ideli Salvatti e demais Líderes, faço este apelo em nome dos nossos companheiros, sobretudo os da sociedade mato-grossense, para que o nome do Dr. Luiz Antônio Pagot seja aprovado na próxima semana.

Agradeço a oportunidade e espero que o meu Partido corresponda a esse meu pleito na noite de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, respondendo ao apelo e ao pedido do meu querido companheiro Jayme Campos, que também são os pedidos de Jonas Pinheiro e Kátia Abreu, quero dizer-lhe que será devidamente considerado pelo seu

Partido, que procurará entendimento com os tucanos, que já está em curso inclusive, para que cheguemos ao entendimento, e que se possamos votar, aprovar ou rejeitar, o nome dos indicados para dirigentes do Dnit.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, espero que o nome de Luiz Antônio Pagot seja aprovado por maioria absoluta do Plenário e, acima de tudo, com os votos do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, parablenizo o Senado Federal em reconhecer o espírito municipalista dos Senadores, que estão tirando recursos da União para repassá-los aos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Continuarei concedendo a palavra a V. Ex^{as}, mas, após encerrar essa votação, se não houver, por parte de V. Ex^{as}, posições contrárias à mensagem, tentaremos votá-la.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que não vote a matéria hoje. Nada contra os empréstimos e a esses valores, porque servirá para a capacitação, mas eu gostaria muito de analisar o processo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a vai atrasar um processo, que trata de um recurso internacional a fundo perdido, oriundo do BID para o Senado Federal.

Lamento, mas V. Ex^a vai atrasar o processo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, peço um pouco de paciência a V. Ex^a. Realmente, quero analisar o processo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, posso usar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero parabenizar o Senado que, nesta questão de 1% para o FPM, já havia cumprido sua tarefa desde dezembro de 2003. Naquela época, já havíamos aprovado esse 1% no bojo da reforma tributária – é sempre muito importante lembrar isso. Infelizmente, a reforma tributária não tramitou na Câmara dos Deputados. Somente este ano é que se desvinculou o repasse de 1% do FPM dos demais itens da reforma tributária.

Indiscutivelmente, é um recurso importante. É algo em torno de quase dois bilhões, que serão repassados aos municípios e que, obviamente, vem em muito boa hora, para que os municípios possam dar conta de suas despesas. É sempre bom registrar que

o FPM, pelo menos nos dois ou três últimos anos, tem crescido acima da inflação. Então, além de ter crescido acima da inflação, esse repasse vai contribuir, de forma significativa, para que os Municípios possam executar as suas tarefas.

Gostaria também de deixar registrado que apelo para alguns Líderes no sentido de tentarmos votar a Lei do Estágio. Fomos alertados pela assessoria – eu e o Senador Raimundo Colombo – que, em um dos artigos votados pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão de Educação, a redação final não ficou conforme votamos. Por isso, fazemos o apelo para que possamos votar, até em homenagem ao próprio Senador Raimundo Colombo que, amanhã à tarde não estará aqui – com certeza –, na próxima terça-feira. Trata-se de projeto que, inclusive, irá trancar a pauta, porque ele está em regime de urgência constitucional. Seria muito bom que pudéssemos votá-lo na terça-feira, juntamente com esse empréstimo, que o Senador Demóstenes Torres solicitou vista. Também apelo para que possamos votar a indicação dos nomes das duas autoridades que não foi possível votar hoje; que o acordo se consolide para ser votado na terça-feira.

Senador José Agripino, quero aqui registrar que o bom exemplo da convivência e do acordo vivido hoje nas Comissões de Assuntos Sociais e na de Educação, cuja reunião foi presidida pela Senadora Rosalba Ciarlini. Ali conseguimos construir um bom acordo para o relatório final, cujos relatores foram o Senador Raimundo Colombo, na Comissão de Educação, e eu, na Comissão de Assuntos Sociais.

Então, que esse espírito de boa convivência, de acerto e acordo possa acontecer entre o Democratas e o PSDB, para que, na terça-feira, tenhamos condições de votar a matéria relativa ao Dnit.

Por último, de nossa parte, não há nenhum problema de a reunião para instalação da CPI ser na terça-feira, após a Ordem do Dia, no final da tarde, às 18 horas, ou ao término da Ordem do Dia. Espero que tenhamos a capacidade de construir o acordo, porque até agora alguns Partidos conversaram entre si, mas o acordo entre todos os Partidos não foi construído. Então, que possamos fazer a reunião e, até lá, construir o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para deixar claro, quero propor à Senadora Ideli uma reunião, na terça-feira pela manhã, dos Líderes dos Partidos, para que possamos tentar um entendimento com relação à composição dos cargos de presidente, vice-

presidente e relator. Isso na terça-feira pela manhã, porque à tarde a instalaremos de qualquer maneira. Vamos tentar um acordo na reunião de Líderes na terça-feira pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mais uma vez, quero reiterar meus cumprimentos aos prefeitos pela capacidade mobilizadora de pressão, que acabou resultando nessa votação unânime em dois turnos.

Gostaria de enfatizar ainda, Sr. Presidente, que o Governo não faz favor algum aos prefeitos. A União concentra hoje mais de 70% de todas as receitas do Brasil, sobrando para os Estados e Municípios pouco mais de 24%. Isso graças ao artifício das chamadas cobranças ou contribuições. Mas o que conseguimos aqui hoje é, na verdade, fruto do esforço e da luta do municipalismo brasileiro.

É importante registrar ainda, Sr. Presidente, que, se o Governo quer, definitivamente, deixar de concentrar receitas em seu poder, que agora proponha, na Câmara ou no Senado, por intermédio de uma emenda, a divisão da CPMF entre Estados e Municípios. Se houver essa iniciativa, chegaremos à conclusão de que, efetivamente, o Governo está começando a enxergar a necessidade de começar a fazer a partilha entre Estados e Municípios do muito que hoje concentra em suas mãos.

Era o que queria dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Concedo a palavra ao Senador Raimundo Colombo, pela ordem.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas referendar as colocações da Senadora Ideli Salvatti.

Realmente, o programa relativo ao estágio é importante, por isso devemos votá-lo na terça-feira, o que faria um bem ao nosso País.

Quero também, especialmente, cumprimentar todos os prefeitos do Brasil. É preciso dizer que, para este ano, o aumento de 1% não será integral; ele vale um terço do valor do ano e será creditado apenas no dia 10 de dezembro.

Não era isso o que esperávamos. Esperávamos que esse valor fosse integral em 2007, já que essa matéria foi votada em 2003. De qualquer forma, cabemos comemorar. Trata-se de grande conquista. Meus cumprimentos a todos os Senadores. Tenho a certeza

de que, se houvesse maior municipalização e se os prefeitos tivessem mais recursos, teríamos melhores condições, e certamente a vida das pessoas seria melhor. É um pequeno passo dado, mas importante. Comemoro-o e cumprimento a todos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) –
Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Antes de conceder a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, quero esclarecer que darei a palavra a todos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também quero cumprimentar os prefeitos. Todos nós que fomos prefeitos sabemos da importância de mais recursos, que são fundamentais.

Sr. Presidente, penso que esse voto poderia ser chamado de “voto até que enfim”, “voto antes tarde do que nunca”, porque, há quase quatro anos, aprovamos projeto igual.

O Governo não teve força ou não quis aprovar na versão Câmara, porque, aparentemente, há o Governo Senado e o Governo Câmara. O Governo não conseguiu aprovar na Câmara nesses quatro anos, e o recurso vem agora. O recurso é fundamental, é importante, ainda que seja pequeno. No meu Estado de Minas Gerais mesmo, são 853 Municípios. Para os pequenos Municípios, o recurso é de grande valia.

Cumprimento as lideranças municipalistas. Nós, do Senado, nós, da Oposição, damos nosso voto como já tínhamos dado há quase quatro anos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Senador Neuto de Conto, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pelos Prefeitos do Brasil – em particular, pelos Prefeitos dos 293 Municípios do meu Estado de Santa Catarina –, pela sua luta, pelo seu trabalho, pela sua mobilização e pelas suas lideranças, aqui estamos, gratificados, nesta noite, quando aprovamos o percentual de 1%. É pouco, é verdade, mas, certamente, no Município, onde vive o homem, onde vive a família, onde estão os problemas da saúde, da educação, do transporte, da agricultura, da segurança, deverá ser comemorado o trabalho e a luta dessa gente.

Por isso, estou aqui para aplaudir, para homenagear e para dar os parabéns!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Por entendimento de todos os Srs. Senadores, vou conceder a palavra à Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente.

Também parablenizo o Senado pela votação histórica de hoje. Votamos e estamos aliviados. Havia essa responsabilidade sobre nossos ombros, apesar de ter sido o Presidente da República que prometeu isso, há muito tempo. Mas não foi possível realizar a votação, e houve muito atraso. Como disse o Senador Raimundo Colombo, infelizmente, os Prefeitos não receberão o equivalente ao pagamento integral de um ano, e isso fará muita falta.

Com raríssimas exceções, a grande maioria dos Municípios, quase 90% deles, vive do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e das emendas Parlamentares, liberadas pelo Governo a seu bel-prazer. Também é pouco para nossos Prefeitos, porque a vida do Município, a vida real se dá na rua, na cidade, na casa em frente à praça, na igreja, na escola. Essa é a vida do cidadão brasileiro. É de lá que sai o imposto das nossas cidades, e muito pouco retorna para quem, de fato, arrecada, que são os moradores, os munícipes deste País.

Digo a nossos Prefeitos que a luta continua. Foi pouco, mas foi um avanço, e, de certa forma, é um alívio depois de tantas promessas, de tantas idas e vindas a Brasília! Não havia recursos até para virem de carro ou de avião, para pagarem hospedagem; retiravam de suas pequenas Prefeituras do interior do País. Mas, até que enfim, conseguimos fazer justiça aos Prefeitos brasileiros.

Parabéns a todos!

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Heráclito Fortes, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como municipalista, registro aqui minha alegria de, finalmente, poder ver os Prefeitos, por meio de uma conquista da classe, terem uma melhoria nas arrecadações municipais. Faço votos de que esses recursos sejam bem aproveitados e de que os Municípios, principalmente os do Nordeste, mostrem, por meio do trabalho que os Prefeitos realizam, mais obras e serviços em prol da comunidade.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, presto um esclarecimento com relação à instalação da CPI das ONGs na terça-feira. Essa CPI deveria ter sido instalada na terça-feira passada, mas houve a alegação de que não havia consenso no Bloco da Oposição com relação à indicação de nomes, de que estaria havendo divergências. A alegação feita, não por nós, mas pela Base do Governo, era a de que estaria havendo um

desentendimento entre o Democratas e o PSDB. Essa questão não existe, está superada. Estamos prontos para o acordo.

Fico muito feliz em saber que, na terça-feira, finalmente, haverá a instalação dessa CPI. Houve o empenho do Senador Aloizio Mercadante e do Senador Eduardo Suplicy, que, como membro mais velho da Comissão, é o encarregado de presidi-la.

Senador Eduardo Suplicy, ficaremos muito mal perante a sociedade se não dermos imediatamente início aos trabalhos da Comissão, porque até parece que estamos querendo levar com a barriga ou colocar debaixo do tapete fatos que até desconheço e que parecem muito graves para os que temem a instalação dessa CPI.

Essa CPI é do bem, pois visa exatamente a ordenar o exercício das ONGs no Brasil, dando formação a elas e tirando um pouco essa administração frouxa que vemos hoje, acima de tudo vinculando o exercício dessas ONGs, que muitos serviços prestam ao País, a um órgão que fiscalize suas atividades com transparência. Esse é o objetivo.

Senador Eduardo Suplicy, espero que, finalmente, na terça-feira, V. Ex^a tenha a alegria e a honra de presidir a reunião.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito.

Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Pensei que tinha algo contra mim. Já estou inscrito há muito tempo. Mas, como V. Ex^a é um companheiro Democrata...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Na realidade, preferia que V. Ex^a fosse o último, para que daqui pudéssemos descer de elevador juntos.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Mas ficarei esperando V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a solidariedade a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Sr. Presidente, nesta hora, congratulo-me com o Senado Federal, que teve a agilidade que, lamentavelmente, não houve por parte do Governo.

Este passo de ajuda aos Municípios brasileiros é muito pequeno ainda. Sei que está em gestação a reforma tributária. Pelo menos, o Líder do Governo nesta Casa, Senador Romero Jucá, anunciou que há uma reforma tributária em gestação e que ela viria a esta Casa no mês de setembro.

Não podemos aceitar reforma tributária alguma que não contemple os Municípios brasileiros. Afinal

de contas, quando aumenta a carga tributária sobre o povo brasileiro, próximo a 36% e 37%, nem 13% disso, ou seja, em torno de 4% a 5%, ficam com os Municípios, Sr. Presidente. E é no Município que mora o cidadão brasileiro, e o prefeito tem de dar a primeira assistência, seja enterro, assistência médica, educação básica. É o prefeito que cuida disso. Não haverá justiça tributária no Brasil enquanto não forem mais bem repartidas as contribuições e toda a carga tributária paga pelo povo brasileiro.

Parabenizo o Senado, mas cobro muito. E cobro do Senador Romero Jucá, que anunciou que há uma reforma tributária em gestação, que viria no mês de setembro – S. Ex^a está aqui presente – e que tem de contemplar os Municípios brasileiros.

Portanto, alerto os Prefeitos e os municipalistas de todo o Brasil para não se desmobilizarem, para continuarem mobilizados, porque, se não houver pressão, o Governo não terá sensibilidade, lamentavelmente, com os Municípios brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, Sr^s e Srs. Senadores, parabenizo o Senado Federal!

Hoje, demos uma demonstração de comprometimento com os Municípios brasileiros. Todos nós estamos comprometidos. Somos municipalistas, porque vivemos nos Municípios. Lá é que ocorrem as primeiras demandas – aliás, todas as demandas. Aguardamos quatro anos. Estamos discutindo essa questão desde 2003. Eu nem era Senador e já acompanhava o movimento dos Prefeitos por meio da Confederação Nacional dos Municípios, cujo Presidente, Paulo Ziulkoski, mandou agradecer, ainda há pouco, por meio de sua assessoria que está aqui, a todos os Senadores pelo esforço realizado, fazendo com que conseguíssemos aprovar a PEC, após tantas sessões quantas fossem necessárias, a fim de não retardar nenhum dia mais aquilo que os prefeitos aguardam há mais de quatro anos.

Desde 2005, tenho participado da Marcha dos Prefeitos a Brasília. Todos os anos, o Governo Federal, por meio do Presidente da República, diz que vai mandar aprovar na Câmara o aumento de 1%. Ainda este ano, em março, ele disse a mesma coisa. E, lamentavelmente, por intermédio do Ministro da Fazenda, foi feito um acordo no sentido de que não poderia ser o ano inteiro: que seria só a partir de setembro e pago

em dezembro. Mas, como disse o Senador Eduardo Azeredo, antes tarde do que nunca. Pelo menos, os Prefeitos agora têm a certeza de que tiveram seus esforços concretizados.

Mais do que isso, parabenizo todos os Prefeitos do Brasil, em especial, os 143 Prefeitos dos Municípios do meu Estado do Pará. Pelo menos, terão em dezembro um terço do que deveriam ter no ano de 2007.

Como o Senador César Borges, recomendo à Confederação Nacional de Municípios: não se dispersem; continuem unidos, para que possamos na Reforma Tributária, que, como promessa do Senador Romero Jucá, vai estar em pauta em setembro... Que não seja, Senador Romero Jucá, como o compromisso que V. Ex^a assumiu nesta Casa, quando da aprovação do Fundeb. Eu estava na tribuna, quando V. Ex^a disse, para que fosse aprovado o Fundeb, que daria, em 15 dias, entrada no projeto, para resolver o problema do transporte escolar, que também sacrifica os Municípios brasileiros. V. Ex^a, até hoje, passados mais de dois meses da aprovação do Fundeb, ainda não cumpriu com o compromisso que assumiu não só comigo, mas também com outros Senadores, quando estava na tribuna.

Então, não podemos dispersar-nos. Os Prefeitos têm de estar unidos. Vamos para a reforma tributária; não vamos aprovar a prorrogação da CPMF, vamos votar a sua extinção. Mas vamos lutar para que todas as outras contribuições sejam realmente partilhadas entre Estados e Municípios. Assim deve ser a reforma tributária, que espero que o Poder Executivo, por meio do compromisso do Líder, Senador Romero Jucá, encaminhe, ainda em setembro, ao Congresso Nacional.

Parabéns a todos os Prefeitos! Parabéns, em especial, aos Prefeitos dos 143 Municípios do Estado do Pará!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Concedo a palavra ao Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, Sr^s e Srs. Senadores, primeiro, manifesto meu voto favorável à PEC nº 75, que aumenta em 1% o repasse de tributos federais aos Municípios brasileiros, por meio do Fundo de Participação dos Municípios.

Essa conquista é importante, porque é fruto da mobilização dos Prefeitos brasileiros dos mais de 5.500 Municípios. Faço menção especial à par-

ticipação dos Municípios paraenses, por meio dos 143 Prefeitos do Estado do Pará, nessa mobilização nacional. Eles vieram aqui, no âmbito da 10ª Marcha dos Prefeitos.

As entidades municipalistas e os Srs. Prefeitos conseguiram obter o compromisso do Governo e do Congresso de que aprovaríamos, neste ano, o aumento de percentual, para melhorar as possibilidades de desenvolvimento das políticas públicas nos Municípios, tendo em vista que, com a municipalização dos diversos serviços oferecidos pelo Estado – educação, saúde, assistência social e infra-estrutura –, essas políticas de municipalização não corresponderam igualmente ao repasse de recursos, para que os Municípios dessem conta de suas atribuições junto aos nossos municípios, junto aos brasileiros que moram em cada um dos Municípios deste País.

O Senado, ao aprovar a Emenda Constitucional nº 75, faz justiça aos Municípios brasileiros, embora o recurso seja ainda muito pequeno. Porém, esperamos, Sr. Presidente, que a discussão da reforma tributária garanta a possibilidade real de recompormos o pacto federativo, porque aos Municípios e aos Estados deve ser conferido um volume maior de recursos na distribuição da arrecadação tributária brasileira.

Ao manifestar a nossa satisfação pela aprovação do projeto de emenda constitucional oriundo do Poder Executivo, que concede 1% a mais ao Fundo de Participação dos Municípios, igualmente, Sr. Presidente, queremos dizer que é fundamental o debate da reforma tributária, para realmente se discutir a responsabilidade dos diversos entes da federação e a melhor distribuição dos recursos.

E o momento adequado é quando estivermos aqui discutindo e votando a reforma tributária, que esperamos que o Governo, de fato, envie ao Congresso no próximo mês de setembro.

Louvo a atuação, a participação de cada um dos Srs. Senadores. Tenho certeza de que as municipalidades do nosso País, os Prefeitos, estão junto conosco, neste momento, comemorando mais essa conquista.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Mão Santa, V. Exª tem a palavra.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Sr. Presidente, por gentileza, só desejo registrar meu voto “sim”, nessa votação que foi encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Ele fica registrado, nobre Senador Leomar Quintanilha.

Nobre Senador Mão Santa, V. Exª tem a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Efraim Morais, quero cumprimentá-lo pela competência com que dirigiu os trabalhos de hoje. Acho que nunca se produziu tanto em tão pouco tempo.

Mas queria dizer, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que, em 5 de outubro de 1989, Senador Arthur Virgílio, Ulysses beijava aqui a Constituição. Dizia que desobedecer à Constituição seria igual a rasgar a Bandeira Nacional.

Romero Jucá, dizia, então, Ulysses que tinha visto países sem Constituição e os que a desobedecem. Mas aqui está escrito, Senador Efraim Morais. Por isso aqui está Arthur Virgílio neste Senado, aqui está Heráclito Fortes e aqui estou. Antigamente – ô Suplicy, diga ao Luiz Inácio – se obedecia à Constituição. Nós fomos Prefeitos em 1989 e estamos aqui, porque subimos degraus, graças a este livro, que era respeitado.

Aqui se diz, ô Demóstenes, que, dos tributos, 53% para a União, 21,5% para os Governos de Estado, 22,5% para os Municípios brasileiros; e 3% para os fundos constitucionais.

Este Governo do PT, de Luiz Inácio, garfou. A verdade é que os Prefeitos de hoje, Arthur Virgílio, não são como nós, beneficiados pela Constituição. Na realidade, o Governo Federal, de Luiz Inácio, garfou, e a União está levando mais de 60% dos impostos, camuflados em taxas. Aí está a CPMF: é uma delas e é um exemplo que temos de enterrar.

Então, o que se está devolvendo aos Prefeitos é uma parcela do que lhes foi roubado. Daí as dificuldades dos Prefeitos, que não podem sonhar, como eu, Arthur Virgílio e Heráclito sonhamos: da Prefeitura chegar a esta Casa, porque realmente era respeitada a Constituição. Mas, de qualquer maneira, nós resgatamos um pouco do que o Governo Federal tinha garfado dos Prefeitos e dos cidadãos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Exª.

Vou anunciar o resultado da votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Darei a palavra a V. Exª e também ao Senador Eduardo Suplicy; não encerrarei a sessão.

(Procede-se à apuração.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 75, DE 2007 (2º TURNO)

ALTERA O ART. 159 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, AUMENTANDO, A ENTREGA DE RECURSOS PELA UNIÃO AO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Num.Sessão: 3
Data Sessão: 29/8/2007

Num.Votação: 1
Hora Sessão: 20:52:00

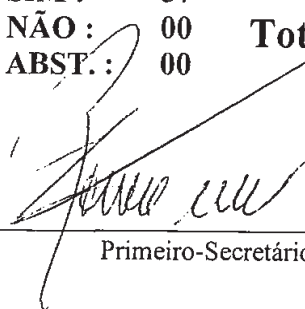
Abertura: 29/8/2007 20:54:05
Encerramento: 29/8/2007 21:03:10

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	SIM
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
DEM	BA	CÉSAR BORGES	SIM
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	SIM
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM
DEM	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLÉS	SIM
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	SIM
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	SIM
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	SIM
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
DEM	TO	KÁTIA ABREU	SIM
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM
DEM	PE	MARCO MACIEL	SIM
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	SIM
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	SIM
PSDB	MS	MARISA SERRANO	SIM
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	SIM
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCA	SIM
DEM	SP	ROMEU TUMA	SIM
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	SIM
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	SIM
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM

Presidente: EFRAIM MORAIS

Votos SIM : 57
Votos NÃO : 00
Votos ABST. : 00
Total : 57



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Votaram SIM 57 Senadores.

Não houve votos contrários.

Não houve abstenção.

Total: 57 votos.

Determino que se registre em ata a justificativa dos Senadores José Nery e Leomar Quintanilha, que, não tendo votado a matéria, declararam sua intenção de voto. Isso será registrado em ata.

Está aprovada a Proposta de Emenda à Constituição nº 75.

Comunico aos Srs. Senadores que será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados e que será convocada, oportunamente, sessão solene do Congresso Nacional para a promulgação da Emenda Constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 992, DE 2007**Requer Voto de Louvor aos 50 anos do Grupo Rede Brasil Sul de Comunicação – RBS.**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros,

Com fundamento no disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a declaração de Voto de Louvor e as devidas parabenizações pelo transcurso do cinquentenário do Grupo RBS.

Justificação

Será realizada em 31 de agosto, em Porto Alegre, a cerimônia de celebração do cinquentenário de fundação do Grupo RBS. Está prevista a presença do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que deverá visitar a exposição “No ar, 50 anos de vida” que mostra com fotos e gráficos forte ritmo de crescimento daquele conglomerado de mídia.

Acreditamos, Senhor Presidente, que esta é a ocasião para que esta Casa Legislativa envie seus cumprimentos a todos os funcionários e dirigentes daquele que é um dos maiores grupos de mídia do Brasil.

Nesse meio século de existência, o Grupo RBS tem contribuído de maneira decisiva para o desenvolvimento do nosso Estado, disponibilizando aos gaúchos esse que é um dos bens essenciais para a vida moderna: a informação. Isenção, objetividade, senso do bem comum e de participação nas lides comunitárias são características comuns aos vários ve-

ículos da RBS, com os quais mantemos uma antiga e sólida relação.

Passaram-se 50 anos desde que o respeitado jornalista Maurício Sirotsky Sobrinho, homem de larga visão, começou o trabalho de construção da RBS, que se tornou em nossos dias o maior grupo de comunicação multirregional do País, espalhado por seis estados, com suas 18 emissoras de televisão aberta, 2 emissoras locais de televisão, 8 jornais diários, 26 emissoras de rádio, 2 portais de internet, editora, gravadora, empresas de logística e marketing.

Apresentamos a seguir um breve esboço do avanço do grupo empresarial:

O Grupo RBS foi fundado em 31 de agosto de 1957 quando o jornalista Maurício Sirotsky Sobrinho assumiu como sócio da Rádio Gaúcha, que seria o embrião do futuro conglomerado de empresas de comunicação. Cinco anos depois, em 1962, é inaugurada, em Porto Alegre, a TV Gaúcha que, em 1967, passaria a ser afiliada da Rede Globo. Dois anos depois, foi criada a TV Caxias. O primeiro jornal do Grupo, Zero Hora, foi adquirido em 1970.

Em 1973, começa a formação da rede de rádios FM da RBS. Em 1976, é fundada outra emissora em Porto Alegre, a Rádio Atlântida. Três anos depois, os segmentos de televisão e de rádio voltam a se expandir com a inauguração da emissora da RBS TV, em Florianópolis e da Rádio Cidade FM, em Porto Alegre. Dois anos mais tarde, a Rádio Atlântida FM inaugura sua filial na capital catarinense.

Em 1982, o Grupo RBS começa seus investimentos na área social com a inauguração da Fundação RBS, hoje Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho. Naquele mesmo ano, foram criadas as rádios Farroupilha AM, em Porto Alegre, e Diário da Manhã AM, em Florianópolis. Em 1986, ocorre nova e significativa expansão na área de jornais com o lançamento do primeiro jornal da RBS em Santa Catarina, Diário Catarinense, em Florianópolis.

No início dos anos 90, mais exatamente em 1992, a RBS adquire o Jornal de Santa Catarina, que era editado na cidade de Blumenau desde o início dos anos 70. Ainda no mesmo ano, é lançada a NET Sul, empresa precursora em TV a cabo no mercado brasileiro. No ano seguinte, o jornal Pioneiro, de Caxias do Sul, é adquirido pelo Grupo RBS e a Rádio 102 FM é inaugurada em Porto Alegre.

Com o surgimento, em 1995, em Porto Alegre, da TVCOM foi inaugurado no Brasil o segmento de televisão comunitária. No ano seguinte, é fundado o Canal Rural que tem conteúdo dirigido ao setor agrícola. Também naquele ano foi feita uma associação com a Nutecnet para o desenvolvimento do primeiro

portal de internet brasileiro, o ZAZ (hoje em dia Terra), bem como foi inaugurada a Rádio CBN 1349 AM, em Porto Alegre.

O Grupo RBS acelera seu ritmo de crescimento com a chegada do novo milênio. No ano de 2000, foi criado, em Porto Alegre, um jornal popular em formato tablóide, Diário Gaúcho. Foi ele o pioneiro da onda de jornais de baixo preço que explodiria a seguir e que hoje ocupa lugar de destaque no jornalismo impresso brasileiro. Circulando inicialmente na região metropolitana de Porto Alegre, o Diário Gaúcho chega hoje a todo o Estado. A RBS Interativa é lançada, com dois serviços: a RBS Direct, de marketing direto, e o clicRBS, portal de internet. A TVCOM é inaugurada em Florianópolis e também em Joinville. A NET Sul associa-se com a Globocabo e a RBS torna-se sócia da plataforma nacional de televisão por assinatura. A RBS Publicações, responsável pelo lançamento de livros e colecionáveis, é fundada posteriormente.

Em 2001, é criada a Vialog, empresa de logística que atua nos estados da região Sul. Voltada para a cena musical da região Sul, é lançada ainda a gravadora Orbeat Music. Em 2002, o grupo de jornais é fortalecido com o Diário de Santa Maria, que passa a ser o sexto jornal do Grupo RBS e o quarto no Rio Grande do Sul. No ano seguinte, é criada a Rede Itapema FM. Em meados de 2006, são fundados o portal Hagah e o jornal popular Hora de Santa Catarina, na região metropolitana da capital catarinense. No mesmo ano, é adquirido o jornal A Notícia, de Joinville.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2007. – Senador Pedro Simon – Senador **Paulo Paim** – Senador **Sérgio Zambiasi**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

REQUERIMENTO Nº 993, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, seja apresentado voto de louvor ao Presidente da República Francesa, Sr. Nicolas Sarkozy, por sua proposta de incorporar o Brasil, além de Índia, África do Sul, China e México, ao G8, bem como pelo seu apoio à intenção do nosso País de integrar-se ao Conselho de Segurança da ONU.

Justificação

O Presidente Francês, Nicolas Sarkozy, no seu primeiro grande discurso sobre política externa, manifestou o seu apoio à institucionalização da participação de países emergentes, inclusive o Brasil, no G8. Essa participação, embora importante, ainda é informal e

bastante limitada, o que diminui o escopo dos debates e o alcance das decisões daquele foro. Ademais, o Presidente Nicolas Sarkozy, manifestou também, na mesma ocasião, o seu apoio à incorporação da Alemanha, do Japão e do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU.

Trata-se, sem dúvida, de significativa manifestação de apoio diplomático ao Brasil, que, se posta em prática, poderá não apenas aumentar substancialmente o protagonismo internacional do País,

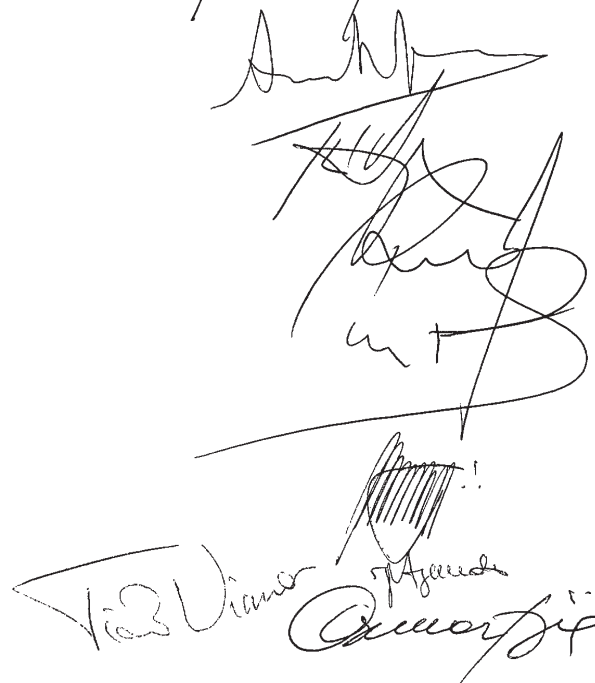
mas também contribuir para a constituição de relações menos assimétricas no cenário mundial.

Tal manifestação, vinda do supremo mandatário de um país tão importante como a França, não pode passar despercebida no Senado Federal, instituição atenta aos temas atinentes à política externa brasileira.

Em vista do exposto, pedimos o apoio dos nobres pares para esta importante iniciativa.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2007. – Senador **Aloizio Mercadante**.


Senador **Aloizio Mercadante**



O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB)
– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 994 2007

Requer, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, informações do BNDES acerca da existência de projeto de construção de ferrovia de longa extensão na Amazônia.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações acerca da existência de projeto para a construção de estrada de ferro de longa extensão cortando a Amazônia, segundo notícia o jornal **Gazeta Mercantil**, edição de 29 de agosto de 2007.

Justificação

O jornal **Gazeta Mercantil**, informa em ampla matéria com chamada de primeira página, que o Governo do Brasil estaria planejando a construção da já chamada Ferrovia Transamazônica, que seria uma estrada de ferro de longa extensão cortando a Região Amazônica. Diz o jornal que a diretoria do BNDES “desconversou” acerca do assunto, embora assinalando que o projeto foi mencionado de forma hipotética, como um possível empreendimento logístico não-agressivo ao meio ambiente. Acrescenta o jornal que o jornal que o Prefeito da city de Londres, Lord Mayor John Stuttard, ao regressar esta semana à capital da Inglaterra, levará na bagagem o projeto do BNDES para a construção da ferraria. O Prefeito da City, por sua vez, confirma a intenção do BNDES e chegou a assinalar que o empreendimento poderia tornar viável a integração-regional do País com um impacto menor para o meio ambiente. Ao Senado, como órgão fiscalizador, é importante acompanhar fatos como esse, justificando-se, pois, o presente requerimento. A mim, como representante do Amazonas no Senado da República, o anúncio de projeto desse porte coloca-se, desde logo, como matéria que precisa ser acompanhada passo a passo.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 995, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Louvor à TV Amazonas, afiliada da Rede Globo no Amazonas, que fará, no dia 1º de setembro, aniversário de 35 anos de fundação. A emissora, que funciona em Manaus por meio do canal 5, lidera um conglomerado de emissoras de rádio e TV, denominado Rede Amazônica de Rádio e Televisão, com atuação nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá. Requeiro ainda que esta deferência seja comunicada aos diretores e colaboradores das empresas e do grupo fundador.

Justificação

É justo que esta Casa, por intermédio desta proposição, se alie aos Votos de Louvores e parabenizações que a TV Amazonas recebe por ocasião dos seus 35 anos de fundação. Trata-se de uma empresa que simboliza a coragem e a disposição empreendedora de empresários que apostaram na integração da Amazônia por intermédio dos meios de comunicação social.

Nestes 35 anos, a TV Amazonas e demais emissoras do grupo encurtam distâncias no fluxo de informação e conhecimento entre as populações da Amazônia e, assim, contribuem, de forma decisiva, com o desenvolvimento social, econômico e ambiental da região. Por fim, é de se destacar que o grupo de mídia liderado por Phelippe Daou é um ardoroso defensor dos interesses do Amazonas e da Amazônia em questões nacionais e internacionais.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2007. – Senador **João Pedro**, PT/AM.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 996, DE 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas ao Presidente do Banco Central do Brasil as seguintes informações:

1) Quais são especificamente os serviços bancários que o Banco Central autoriza que os bancos cobrem de seus clientes ou usuários, seja sob a denominação de taxa, tarifa bancária ou outra denominação?

2) Quais são os valores máximos e mínimos ou percentuais máximos e mínimos definidos pelo Ban-

co Central para cada um dos serviços bancários cuja cobrança é autorizada?

3) Existem taxas, tarifas ou outro tipo de cobrança efetuada pelos bancos aos seus clientes ou usuários que não dependem de autorização do Banco Central? Se a resposta for positiva, quais são esses?

4) Qual o volume anual de recursos arrecadados por todos os bancos brasileiros com a cobrança de taxas e tarifas bancárias?

Justificação

Um dos principais debates que dominarão a pauta do Congresso Nacional neste semestre refere-se à prorrogação ou não da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF. A citada contribuição, que na prática vem se constituindo em um verdadeiro “imposto permanente”, dada a sua perenidade, é alvo de críticas por parte de quase todos os setores da sociedade, em especial os empresários e grande parte dos trabalhadores assalariados, haja vista redundar em uma enorme transferência, de recursos do setor produtivo para o Governo Federal, sem a correspondente contraprestação em serviços públicos de qualidade.

No entanto, no momento em que se discutem percentuais e alíquotas da CPMF, tenho notícia de que vários bancos cobram elevados valores a título de tarifas bancárias, alguns de forma abusiva, onerando sobremaneira os correntistas. Em alguns casos, chega-se ao absurdo de cobrar tarifa pela simples emissão de cheques acima de determinado valor, “forçando” o correntista a optar por emissão de TED, estas também tarifadas. Segundo informações, o percentual da tarifa cobrada pode ultrapassar um terço do percentual da CPMF.

Os estratosféricos lucros dos bancos nos últimos exercícios são indicadores cristalinos do grande volume de recursos que a sociedade vem transferindo para aquelas empresas sob a denominação de taxas e tarifas bancárias. No entanto, a sociedade não possui claramente as informações que permitam entender quais os mecanismos dessas cobranças e os valores arrecadados.

Entendo que esta Casa, dentro de suas atribuições constitucionais e no âmbito tanto da Comissão de Assuntos Econômicos quanto da Comissão de Defesa do Consumidor tem o dever de provocar um saudável debate sobre a questão, demonstrando à sociedade quais são os serviços passíveis de cobrança, os seus limites e os valores envolvidos.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2007. – Senador **Cícero Lucena**, (PSDB/PB).

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 84, DE 2007

Altera o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição Federal, para estabelecer a gratuidade das ações de mandado de segurança e de mandado de injunção.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda à Constituição:

Art. 1º O inciso LXXVII do art. 5º da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

LXXVII – são gratuitos os atos necessários ao exercício da cidadania, na forma da lei, e as ações de **habeas corpus**, **habeas data**, mandado de segurança e mandado de injunção, salvo, no que concerne a essas duas últimas ações, em caso de má-fé;

.....”(NR)

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição visa a assegurar ao cidadão o direito de ingressar em juízo com ações de mandado de segurança e de mandado de injunção com total gratuidade, salvo má-fé, tendo em vista que as razões de tais ações são atos, omissivos ou comissivos, praticados pelo Estado contra o próprio cidadão.

A ação de mandado de segurança tem assento na Constituição Federal e possui natureza civil. Direcciona-se a todos cujos direitos fundamentais, líquidos e certos tenham sido afrontados pelo Poder Público por autoridade coatora que pratica ato ilegal, abusivo ou arbitrário.

Revela-se, em outro aspecto, um caráter subsidiário desse instrumento processual, na medida em que somente será manejado se não couberem **habeas corpus** e **habeas data**.

Em todos os casos, verifica-se que são todas ações constitucionais que buscam um mesmo fim, qual seja, a impugnação, declaração ou afastamento de constrição.

Não obstante, possuem tratamento desigual para o ajuizamento, tão-somente por descuido do legislador constitucional originário, ao nosso ver, que deixou o mandado de segurança e o mandado de injunção fora da gratuidade conferida ao **habeas corpus** e ao **habeas data**.

Já o mandado de injunção pressupõe a existência de nexo de causalidade entre a omissão normativa do Poder Público e a inviabilidade do exercício de direito, liberdade ou prerrogativa, já que seu requisito é a falta de norma regulamentadora inviabilizando o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

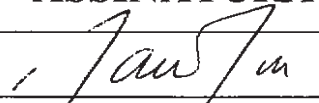
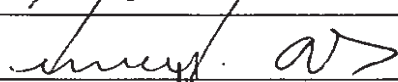


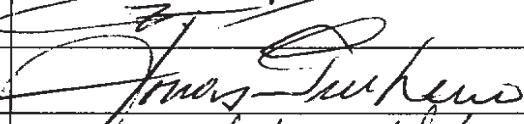
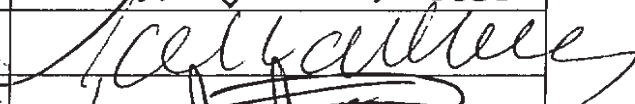

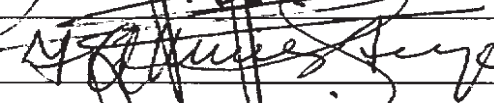

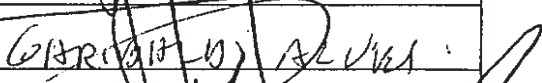
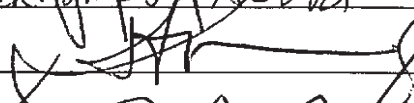
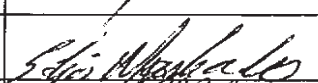
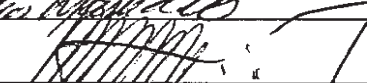
Nessas circunstâncias, presume-se que o Estado, agindo ou se omitindo nas situações supracitadas, já causa um primeiro prejuízo ao cidadão, razão pela qual se afigura justo que o mesmo Estado venha ampará-lo no momento em que o cidadão se vê na contingência de defender-se dessas arbitrariedades em juízo, dando-lhe condições de acesso ao Poder Judiciário, sem o ônus de ter que arcar com despesas processuais para que possa obter um provimento judicial anulando o arbítrio.

Com efeito, é injusto que o Estado cometa uma ilegalidade e, logo em seguida, cobre caro do cidadão que pretenda se proteger dessa afronta a seus direitos.

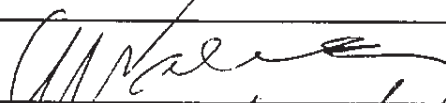
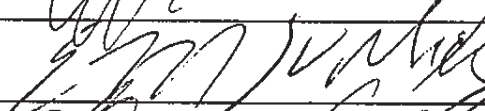
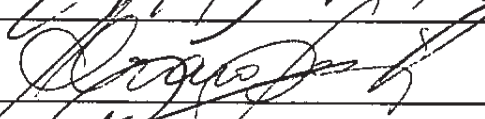
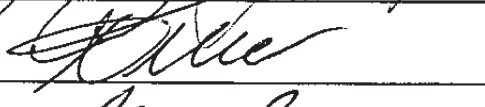

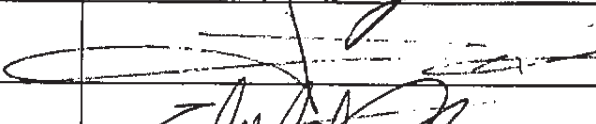
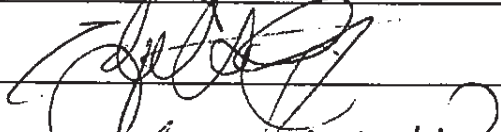
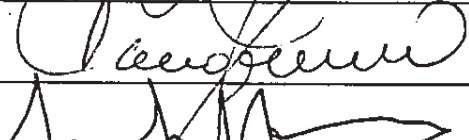


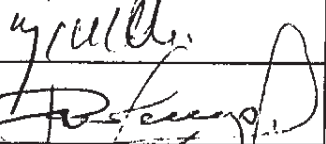
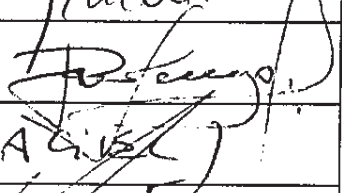
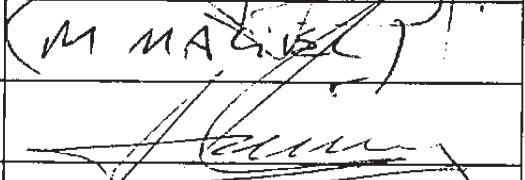
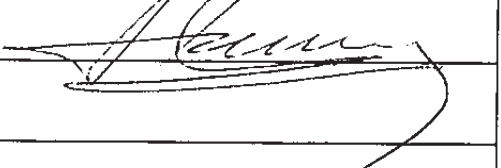
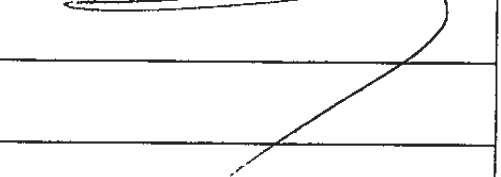
Por outro lado, convém esclarecer que inexistente prejudicialidade tripartição dos poderes estatais, visto que o Estado é um só, e, portanto, não há que se falar que o ato é originário do Poder Executivo e não poderia envolver o Judiciário nessa gratuidade, pois o ato impugnado, na verdade, pode emanar de qualquer dos poderes.

Esperamos, pois, contar com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação desta matéria, que conferirá ao jurisdicionado a possibilidade de utilizar as vias processuais do mandado de segurança e do mandado de injunção de forma gratuita.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2007. – Senador **José Maranhão**.

NOME	ASSINATURA
PAULO DUELL	
MARIA DO CARMO.	
AIMEIDA LIMA	
VALTER PEREIRA	
JOMAY PINHEIRO	
JOSÉ VASCONCELOS	
DEMÓSTENES TOSTES	
Melo Junior	
Aimil Campos	
GERALDO MESAQUITA JR	
KONERO JUCÁ	
SIBA MACIEL	
VALDIR RAUPP	



NOME	ASSINATURA
ANTONIO CARLOS VASQUES	
EDUARDO SUPRICK	
ALVARO DIAS	
Romeu Zema	
Léon Borges	
JATHA PERES	
Ideli Salvatti	
TASSO SEKEISSAITO	
Lejo Juana	
EDUARDO AZEVEDO	
Mário Couto	
Raimundo Colombo	
Lúcio Meira	
AELMIR SANTANA	
	

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I
Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (EC nº 45/2004)

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII – é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI – a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII – é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comu-

nicacões telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

LXXI – conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXII – conceder-se-á **habeas data**:

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXIII – qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

LXXIV – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV – o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

LXXVI – são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

a) o registro civil de nascimento;

b) a certidão de óbito;

LXXVII – são gratuitas as ações de **habeas corpus** e **habeas data**, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania;

LXXVIII – a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

CAPÍTULO II Dos Direitos Sociais

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC nº 26/2000)

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 506, DE 2007

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que “estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico”, para determinar a manutenção preventiva nas galerias de águas pluviais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso IV do art. 2º, a alínea **d** do inciso I do art. 3º e o inciso I do § 1º do art. 52, todos da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....
IV – disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem, limpeza e fiscalização preventiva de bueiros e galerias e manejo das águas pluviais, adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

.....(NR)”

“Art.3º.....

I –

d) drenagem, limpeza e fiscalização preventiva de bueiros e galerias e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amorte-

cimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

.....(NR)”

“Art. 52.

§ 1º

I – abranger o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, o manejo de resíduos sólidos e o manejo de águas pluviais, com limpeza e fiscalização preventiva dos bueiros e galerias, além de outras ações de saneamento básico de interesse para a melhoria da salubridade ambiental, incluindo o provimento de banheiros e unidades hidrossanitárias para populações de baixa renda;

.....(NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A proposição que ora apresentamos tem o objetivo de evitar os danos decorrentes da falta de manutenção de bueiros e “bocas de lobo” nas áreas urbanas, que resulta em inundações de vias, logradouros públicos e imóveis particulares. Pretende-se determinar a limpeza preventiva desses equipamentos públicos de molde a prevenir a ocorrência de desastres, lamentavelmente ainda comuns nas grandes cidades brasileiras.

No que se refere à coleta de águas pluviais, serviço que integra os de saneamento básico, a Constituição Federal reserva papel normativo à União. Nos termos do art. 21, XX, cabe à União instituir “diretrizes para o desenvolvimento urbano”, inclusive saneamento. Essas diretrizes devem ser observadas pelos municípios, aos quais, como estabelece o art. 30, V, incumbe a organização e a prestação dos serviços, direta ou indiretamente, por meio de concessão ou permissão.

Após quase vinte anos de calorosos debates, foi finalmente editada a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, “que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico”. Vários dispositivos dessa norma geral, que vincula a ação municipal, referem-se à necessidade de manejo das águas pluviais sem, contudo, determinar expressamente o imperativo da manutenção preventiva, sem a qual vidas humanas e bens materiais estarão em risco permanente. É esse o exato propósito desta iniciativa.

Deve-se enfatizar, ainda, a importância da Lei de Diretrizes Gerais para a prestação dos serviços de saneamento, parte ínsita da política de desenvolvimento urbano, como instrumento de controle social da ação dos Poderes Públicos. Em decorrência da aprovação da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada

Estatuto da Cidade, atribuiu-se formalmente ao Ministério Público (MP) competência para o ajuizamento de ações civis públicas no sentido de evitar danos “à ordem urbanística”. Cabe, portanto, aos “fiscais da lei”, como são conhecidos os membros do MP, quando constatada a omissão da administração pública responsável, exigir em juízo o cumprimento das diretrizes fixadas nas leis federais. A iniciativa do MP, a propósito, pode ser provocada por qualquer cidadão, por meio de “representação” em que se caracterize a ação ou omissão potencialmente danosas.

São essas as razões que fundamentam o presente Projeto de Lei, formulado na confiança de que, por sua relevância, a iniciativa merecerá o apoio do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2007. – Senador **Marconi Perillo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007

Mensagem de Veto

Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 2º Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

IV – disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – saneamento básico: conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

Art. 52. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério das Cidades:

§ 1º O PNSB deve:

I – abranger o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, o manejo de resíduos sólidos e o manejo de águas pluviais e outras ações de saneamento básico de interesse para a melhoria da salubridade ambiental, incluindo o provimento de banheiros e unidades hidrossanitárias para populações de baixa renda;

(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 507, DE 2007

Altera a redação do art. 9º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras e dá outras providências, para dispor sobre a exoneração de seus dirigentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 9º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º Os Conselheiros e os Diretores somente perderão o mandato em caso de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado, de processo administrativo disciplinar, ou de voto de censura aprovado por dois terços dos membros do Senado Federal.

§ 1º A lei de criação da agência poderá prever outras condições para a perda do mandato.

§ 2º O Ato de exoneração de que trata este artigo, resultante de processo administrativo disciplinar ou nas hipóteses decorrentes do parágrafo anterior, deverá ser aprovado pela maioria absoluta dos votos do Senado Federal.

§ 3º O requerimento de voto de censura a dirigente de agência reguladora será proposto pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As agências reguladoras são entidades resultantes do processo de Reforma Administrativa que vem sendo empreendido em nosso País, ao longo dos últi-

mos anos, e têm como escopo o controle das empresas concessionárias de serviços públicos, sendo responsáveis por diversas ações no sentido de conceder, regular e fiscalizar a prestação de tais serviços.

Daí a importância desses entes para a população, na medida em que desempenham algumas das mais relevantes funções do Estado.

Essas entidades se configuram como autarquias, integrantes da administração indireta do Poder Executivo da União, vinculadas a diversos Ministérios. Nessa qualidade submetem-se ao controle do Congresso Nacional, por força do que preceituam o inciso X do art. 49 e o **caput** do art. 70 de nossa Constituição Federal.

Ocorre que os ditames da Lei nº 9.986, de 2000, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 10.871, de 2004; 11.292 e 11.357, de 2006, e pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001, conferem plena estabilidade aos dirigentes dessas agências.

A independência das agências reguladoras livra os eventuais ocupantes dos mandatos respectivos de qualquer controle social de sua atividade, o que, numa distorção do sistema teórico, pode gerar verdadeiros feudos de poder, com exercícios arbitrários ou a manutenção de mandatários ante notória deficiência de desempenho, em prejuízo da sociedade. É imperioso, portanto, aumentar o controle social sobre as agências reguladoras.

A proposta ora apresentada consiste em restituir a importância política da Câmara Alta do Congresso Nacional, que tem o ônus de aprovar as indicações do Executivo, mas não possui em contrapartida, a prerrogativa de afastá-los quando não desempenham a contento suas funções.

Neste momento em que o modelo de gestão das agências reguladoras tornou-se uma situação aflitiva para a sociedade e um problema de natureza institucional para o Governo, o Senado precisa impor um papel moderador, assumindo a responsabilidade política de fazer face às novas contingências de mercado que exigem mais controle e eficiência destes organismos.

Do jeito que estão, as agências se transformaram em feudos, encastelados numa legislação anacrônica e antiquada, que cria vários elementos corporativos internos e assume poucos compromissos com a comunidade.

O Voto de Censura é um instrumento legítimo e universal que confere ao Parlamento a instância de rever posições equivocadas ou de demitir funcionários inaptos para determinadas missões públicas. No caso das agências reguladoras, ele se apresenta como uma fórmula adequada para reparar erros nas indicações do Executivo, dividindo com o Presidente da República, a quem cabe a demissão, a responsabilidade política pelo afastamento destas autoridades.

Devo lembrar, no entanto, que proposta semelhante já foi apresentada pelo ilustre Senador Paulo Hartung, atual Governador do Espírito Santo, mas, atendendo ao regimento interno, foi arquivada porque, finda a legislatura passada, não teve apreciação de mérito.

Certo de que a presente proposta representa nítido avanço no modelo das agências, permitindo o controle social do desempenho de seus dirigentes, por meio do Senado Federal, espero contar com o indispensável apoio dos nobres pares, para a célere aprovação desta matéria em ambas as Casas do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2007. – Senador **Jayme Campos**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.986, DE 18 DE JULHO DE 2000

Dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências.

Art. 9º Os Conselheiros e os Diretores somente perderão o mandato em caso de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar.

Parágrafo único. A lei de criação da Agência poderá prever outras condições para a perda do mandato.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

X – fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

LEI Nº 10.871, DE 20 DE MAIO DE 2004

Dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, e dá outras providências.

LEI Nº 11.292, DE 26 DE ABRIL DE 2006

Altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005, e dá outras providências.

LEI Nº 11.357, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006

Dispõe sobre a criação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE e do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama; institui a Gratificação Específica de Docência dos servidores dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima – GEDET; fixa o valor e estabelece critérios para a concessão da Gratificação de Serviço Voluntário, de que trata a Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, aos militares dos extintos Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima; autoriza a redistribuição, para os

Quadros de Pessoal Específico das Agências Reguladoras, dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970 ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, cedidos àquelas autarquias, nas condições que especifica; cria Planos Especiais de Cargos, no âmbito das Agências Reguladoras referidas no Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; institui a Gratificação de Efetivo Desempenho em Regulação – GEDR, devida aos ocupantes dos cargos do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; cria as carreiras e o Plano Especial de Cargos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP; aumenta o valor da Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional – GEPDIN, instituída pela Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005; e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.216-37,
DE 31 DE AGOSTO DE 2001

Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 508, DE 2007

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportações – ZPE – na cidade de Brasília, Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar Zona de Processamento de Exportações – ZPE, na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo único. A Zona de Processamento de Exportações de que trata este artigo terá a sua criação, características, objetivos e funcionamento regulados pela legislação pertinente.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário, especialmente o limite imposto pelo art. 1º da Lei nº 8.015, de 7 de abril de 1990.

Justificação

A criação de uma ZPE em Brasília visa reduzir o desequilíbrio regional em comparação com os grandes centros produtores como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e toda a região Sul do País.

Brasília ocupa uma posição estratégica por ser ligação com as demais regiões brasileiras. A criação da Zona de Processamento de Exportações – ZPE – em Brasília, Distrito Federal, fortalecerá o balanço de pagamentos e promoverá a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País e, com isso, sua evolução e integração da região no contexto nacional e internacional.

Pretende-se com a ZPE de Brasília que o escoamento de toda a produção da ZPE seja um corredor de exportação específico com a ligação do Brasil às demais regiões brasileiras, por caracterizar-se como área de livre comércio com o exterior, ou seja, como corredor de exportação e produtor de materiais da construção civil, do setor elétrico e do setor eletrônico e de inovações tecnológicas.

A Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007 sugere que haja proposta para a criação das ZPE desde que cumpridos requisitos tais como: acesso a portos e aeroportos internacionais, disponibilidade de área, disponibilidade financeira, infra-estrutura e serviços, bem como a sua administração.

Brasília conta hoje com mais de 2 milhões de habitantes, em condições de exercer o papel de ZPE. Senhores Parlamentares, o Distrito Federal em quase cinquenta anos, viu sua população saltar expressivamente. Em consequência, acumula-se mão-de-obra ociosa, fundamental para o soerguimento da ZPE de Brasília.

A posição estratégica de Brasília no cenário nacional denota o grande potencial econômico nas áreas de inovação tecnológica, mas resente a falta de política industrial necessária que facilite a integração e investimento, motivo pelo qual proponho a criação da ZPE de Brasília.

Percebe-se que o Governo Lula demonstra preocupação com as políticas de combate à pobreza e incentivo às exportações, além de outras medidas, por isso, é mais que justificável a presente proposi-

ção, pelo que solicito dos nobres parlamentares a sua aprovação.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2007. –Senador **Gim Argelo**.

(À Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos econômicos, cabendo a última a decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 509, DE 2007

Dispõe sobre a criação de incentivos fiscais para pessoas físicas e jurídicas que façam doações financeiras a fundos públicos de geração de emprego, ocupação e renda e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As pessoas físicas e jurídicas poderão deduzir do imposto de renda devido, respectivamente, até oitenta por cento e até quarenta por cento dos valores efetivamente doados a fundos municipais, estaduais ou federais, para aplicação em projetos de geração de emprego, ocupação e renda.

Parágrafo único. Aplicam-se às doações mencionadas neste artigo os limites de que tratam o art. 5º, o art. 6º, inciso II, e o art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Art. 2º Os projetos referidos nesta Lei, acompanhados de planilhas de custos, serão submetidos ao órgão federal, estadual ou municipal competente e, para serem aprovados, deverão enquadrar-se nas diretrizes, prioridades e normas dos respectivos fundos a serem contemplados com a doação.

§ 1º É vedado o emprego da parcela incentivada das doações para remunerar, a qualquer título, membro de órgão dirigente das entidades executoras dos referidos projetos.

§ 2º O controle da execução e a avaliação final dos projetos de que trata a presente Lei serão de responsabilidade do órgão a que se refere o **caput** deste artigo ou de quem dele receber essa atribuição.

Art. 3º A não-execução, total ou parcial, do projeto, nos prazos estipulados em seu cronograma, obrigará a entidade beneficiada à devolução do valor do imposto que deixou de ser arrecadado, em termos proporcionais à parcela não cumprida do projeto, acrescido de juros e demais encargos previstos na legislação do imposto de renda.

Art. 4º Sem prejuízo das sanções de natureza administrativa ou fiscal, incorre em crime aquele que,

recebendo recursos dos incentivos fiscais de que trata esta Lei, deixar de executar, sem justa causa, os projetos beneficiados por esses incentivos, ou simular sua execução, inclusive com adulteração de valores ou com uso de documentação inidônea.

Parágrafo único. O crime previsto no **caput** deste artigo é punível com pena de reclusão de dois a seis meses e multa de cinquenta por cento sobre o valor dos benefícios fiscais recebidos.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Um dos grandes desafios de nosso País é a redução dos altos índices de desemprego, que ora atingem o inusitado patamar dos 12%. Essa situação é mais grave no caso das áreas metropolitanas, onde as taxas de desemprego são ainda mais elevadas. O governo tem envidado esforços no sentido de aumentar a oferta de postos de trabalho. Além do reequilíbrio macroeconômico em prol da retomada do crescimento, outros mecanismos de ação governamental têm sido utilizados, dentre os quais destacamos os programas de geração de emprego, ocupação e renda.

Os programas de geração de emprego, ocupação e renda vêm sendo criados na tentativa de proporcionar oportunidades de trabalho para aqueles segmentos populacionais com menores possibilidades de inserção produtiva. No âmbito federal, destacam-se o Proger em suas duas versões – Proger-Rural e Proger-Urbano – e o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), financiados com recursos do Fundo de Amparo ao trabalhador (FAT) e a cargo do Ministério de Trabalho e Emprego. Criados a partir de meados dos anos 90, esses programas mobilizaram até 2005, recursos da ordem de R\$75,6 bilhões. Iniciativas similares foram criadas em âmbito estadual e municipal em todo o País.

E foi com base na exitosa experiência com esse tipo de programa, que tivemos quando de nossa passagem pela Secretaria do Trabalho do Distrito Federal, que nos sentimos estimulados a trazer à apreciação de nossos ilustres pares este Projeto de Lei. Em 18 de janeiro de 2005 criamos o Fundo para Geração de Emprego, Ocupação e Renda do Distrito Federal (FUNGER/DF), mediante Lei Complementar nº 704

regulamentado pelo Decreto nº 25.745, de 11 de abril do mesmo ano.

Nos últimos dois anos, o Funger/DF, com sua principal ferramenta de trabalho, o microcrédito produtivo destinado a micro e pequenos empreendedores, beneficiou cerca de 10 mil empreendimentos, gerando cerca de 40 mil postos de trabalho. Entretanto, durante esse período constatamos o interesse por parte de diversas instituições em contribuir com doações para o fundo, o que não era concretizado por conta da ausência de mecanismos de incentivo governamental, seja de caráter econômico, ou mesmo fiscal.

Devemos lembrar que o Estado brasileiro tem, tradicionalmente, utilizado os incentivos de natureza fiscal para a implantação de atividades que, por sua natureza, não são capazes de atrair o setor privado. Um exemplo recente dessa política é representado pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que, ao instituir o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), criou incentivo a projetos culturais, mediante a aplicação de parcelas do imposto sobre a renda, a título de doações, na implantação desses projetos. Outros segmentos de cunho social têm sido igualmente contemplados pelo instituto dos incentivos fiscais.

De acordo com o Projeto de Lei ora apresentado, os benefícios fiscais na esfera do imposto de renda, que atualmente contemplam a área da cultura, bem como outros setores, são estendidos, de forma cumulativa, a projetos de geração de ocupação, emprego e renda, nos limites já previstos na legislação tributária em vigor. Não se criam, dessa forma, despesas adicionais, e o projeto deixa de incorrer em óbices constitucionais e legais no campo das finanças públicas. Ao mesmo tempo, a presente proposição estabelece mecanismos de acompanhamento e controle dos projetos, de modo a assegurar eficiência na utilização dos incentivos.

Temos a convicção de que o presente Projeto de Lei reveste-se de importância estratégica para a superação dos grandes desafios vinculados à geração do emprego, da ocupação e da renda, com que nos defrontamos em nosso País, ao estabelecer um importante mecanismo de fortalecimento dos fundos como instrumentos de geração de emprego, ocupação e renda.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2007. – Senador **Gim Argello**.

LEI Nº 9.532, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997.Redação da MPv nº 1.302, de 1997

Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 5º A dedução do imposto de renda relativa aos incentivos fiscais previstos no art. 1º da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, no art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e no inciso I do art. 4º da Lei nº 8.661, de 1993, não poderá exceder, quando considerados isoladamente, a quatro por cento do imposto de renda devido, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 1995.

Art. 6º Observados os limites específicos de cada incentivo e o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 1995, o total das deduções de que tratam:

I - o art. 1º da Lei nº 6.321, de 1976 e o inciso I do art. 4º da Lei nº 8.661, de 1993, não poderá exceder a quatro por cento do imposto de renda devido;

II - o art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com a redação do art. 10 da Lei nº 9.242, de 12 de outubro de 1991, o art. 26 da Lei nº 8.313, de 1991, e o art. 1º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, não poderá exceder a quatro por cento do imposto de renda devido. (Vide Medida Provisória nº 2.189-49, de 2001)

Art. 22. A soma das deduções a que se referem os incisos I a III do art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, fica limitada a seis por cento do valor do imposto devido, não sendo aplicáveis limites específicos a quaisquer dessas deduções.

Brasília, 10 de dezembro de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Pedro Malan

LEI COMPLEMENTAR Nº 704 DE 18 DE JANEIRO DE 2005.

Publicação DODF nº 059, de 30/03/05 – Págs. 1 a 3.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Cria o Fundo para a Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal, altera o § nº 2º do art. 25 da Lei nº 1.257, de 28 de setembro de 2003 e dá outras providências.

Art. 1º Fica criado o Fundo para a Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal – FUNGER/DF, destinado ao apoio e financiamento a empreendedores econômicos que possam incrementar os níveis de emprego e renda no Distrito Federal.

Decreto nº 25.745, de 11/04/05 – DODF de 12/04/05 – Regulamentação.

DECRETO Nº 25.745, DE 11 DE ABRIL DE 2005.

Publicação DODF nº 068, de 12/04/05 – Págs. 05 a 07.

Regulamenta a Lei Complementar nº 704, de 18 de janeiro de 2005, que “cria o Fundo para a Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal, altera o §2º do art. 25 da Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003 e dá outras providências”.

Presidência da República
Casa Civil
Instituto Superior de Estudos Constitucionais, Administrativos e Econômicos

LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991.

Regulamento
Mensagem de veto
Texto compilado

Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I Disposições Preliminares

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor de modo a:

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2006**, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, para incluir na destinação de seus recursos a instalação de bloqueadores de sinais de radiocomunicações (BSR), e de outros sistemas tecnológicos fixos ou móveis de controle, em estabelecimentos penitenciários.*

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– A Presidência recebeu os **Ofícios nºs S/44 e S/45, de 2007** (nºs 81 e 80/2007, na origem), do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia dos pareceres da Procuradoria-Geral da República, da versão dos registros taquigráficos do julgamento, da

legislação questionada, das certidões de trânsito em julgado e dos acórdãos proferidos por aquela Corte, nos autos dos Agravos Regimentais nos Agravos de Instrumento nºs 398933 e 408914, que declararam a inconstitucionalidade do art. 250 do Decreto-Lei nº 5, de 15 de março de 1975, com as redações dadas pelas Leis nºs 3.188 e 3.344, de 22 e 29 de dezembro de 1999, todos do Estado do Rio de Janeiro (recurso administrativo – depósito prévio).

Os expedientes vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão de amanhã será destinado a homenagear o Dia do Comerciante, nos termos dos **Requerimentos nºs 825 e 901, de 2007**, do Senador Adelmir Santana e outros Senhores Senadores.

Informa, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Concedo a palavra ao Senador Suplicy e, em seguida, ao Senador Arthur Virgílio.

Passo a Presidência ao Senador José Nery.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Efraim Moraes, que agora passa a Presidência ao Senador José Nery, quero dizer que o Senador José Nery, assim como eu, o Senador Augusto Botelho, o Senador Inácio Arruda e inúmeros Parlamentares, esteve presente, hoje à tarde, numa cerimônia comovente no Palácio do Planalto, na qual, sob a Presidência do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi lançado o livro *Direito à memória e à verdade*, um cuidadoso trabalho da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, presidida pelo advogado Marco Antônio Rodrigues Barbosa, que foi editado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República nessa gestão do Ministro Paulo Vannuchi, que conseguiu coordenar e reunir esforços de grande número de pessoas que, inclusive, estiveram presentes na cerimônia.

Estiveram presentes ali, naquela cerimônia, inúmeros familiares dos 475 mortos e/ou desaparecidos. Esses familiares estão procurando até hoje saber onde estão seus filhos, netos, irmãos, pais, mães, assim por diante.

Em nome de todos os familiares, Presidente José Nery, falou a Sr^a Elzita Santa Cruz de Oliveira, que, aos 94 anos, ainda tem esperança de saber onde está seu filho Fernando, que, nos anos 70 – acho que em 1974 –, aos 24 anos, desapareceu.

O Presidente Lula falou sobre a dor dessas famílias que, muitas vezes, já sem esperanças de que seus entes queridos possam estar vivos, querem saber onde eles estão, para, se possível ainda, poder enterrá-los.

Um aspecto muito importante relacionado ao livro *Direito à memória e à verdade* diz respeito à decisão de publicá-lo e envolve, prezado Líder Arthur Virgílio, uma decisão do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, devidamente reconhecida no pronunciamento do Presidente Inácio Lula da Silva e no do próprio Ministro Paulo Vannuchi. Ambos fizeram questão de reconhecer que, em 1995, por iniciativa do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi aprovada uma lei sobre os desaparecidos, sobre os mortos...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Permita-me completar.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a vai gostar do que vai ouvir.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Fizeram questão o Presidente e o Ministro Paulo Vannuchi de que estivessem presentes na cerimônia – de fato, foram convidados e estavam lá – o ex-Chefe de

Gabinete do então Ministro Nelson Jobim, que estava trabalhando como Ministro da Justiça e que, hoje, é Ministro da Defesa; o Ministro José Gregori e muitos de sua equipe de então. Eles fizeram questão de estar lá, de mostrar sua solidariedade a esse empenho.

E muito importantes, Senador Arthur Virgílio, foram as palavras do Ministro da Defesa, do Presidente Lula e do Ministro Paulo Vannuchi, quando disseram que não se deseja, com esse ato, qualquer atitude que possa levar, digamos, a atos de vingança, de revanche. O importante é que possam os brasileiros e as brasileiras conhecer a verdade do que efetivamente aconteceu quando alguns acabaram sendo mortos, já sob o controle e o domínio de quem os havia prendido, por práticas condenáveis de tortura. Ressaltaram que se trata do reconhecimento do direito de saber a verdade, sem que isso tenha qualquer significado além do conhecimento dos problemas, sobretudo para que aqueles episódios não mais se repitam na história de nosso País.

Com muita honra, concedo-lhe o aparte, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr. Senador Eduardo Suplicy, esse é um tema que me sensibiliza muito. Em 1964, algumas casas, em vários lugares do País, foram invadidas, e uma delas foi a minha, no Rio de Janeiro. Minha mãe, eu e meus irmãos – eles eram menores que eu – fomos obrigados a cantar o Hino Nacional de costas, virados para a parede.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Prossiga, Senador Arthur Virgílio. Compreendemos sua emoção, justificada, ao relatar fatos tão graves que vivemos em nosso País!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – O fato a que se refere o Senador Eduardo Suplicy foi provocado por uma sessão da Câmara, sessão solene que homenageava o que já se tinha obtido de anistia. O hoje Governador da Bahia, Jaques Wagner, aparteu-me quando eu falava e sugeriu que eu marcasse uma audiência em tempo razoável com o Presidente Fernando Henrique, para levar a ele uma comissão dos cassados das várias categorias, civis e militares, das três Forças e das várias categorias civis. Eu disse a ele que eu não poderia falar com o Presidente naquele momento porque estava na tribuna, mas que iríamos com essa comissão naquele mesmo dia ao Planalto. Telefonei ao Presidente e disse-lhe que era fundamental que abrisse um espaço entre uma audiência e outra para receber a comissão. Ele fez assim, e avançou bastante a idéia. E devo dizer que algumas pessoas do seu Partido ajudaram muito, como o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh. Esse evento de hoje estava mar-

cado para as 15 horas, se não me engano. Coloquei-o na minha agenda.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Estava marcado às 15 horas e 30 minutos.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Pensei muito

em ir. Não sou revanchista, não quero nada parecido com isso, quero interação entre civis e militares, entendendo que se deve pôr uma pedra em cima, sim, mas que não se deve deixar de fazer história. Não é por causa da conciliação que vou parar de falar do que houve. Quem quiser que fale sob outro ponto de vista, pelo outro lado. Não tem de haver silêncio sobre esse fato. Nada de baixar a cortina de silêncio! Vivemos numa democracia que ajudamos a construir. Eu tinha colocado esse evento na minha agenda. Não fosse o que vivemos aqui, essa crise no Senado, as tratativas que fazemos com vistas à reunião de amanhã do Conselho de Ética, a sessão do Congresso, a expectativa da votação, a vontade de alguns de votar mais do que era possível votar hoje, eu teria ido lá. Queria dizer isso a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Quero me solidarizar com o sentimento de V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, ao nos relatar este episódio ocorrido no Rio de Janeiro, na casa de sua mãe, quando foi obrigado a se virar para a parede e cantar o Hino Nacional. Quero lhe dizer que muitas vezes me recordo dos episódios relembrados por V. Ex^a quando éramos Deputados Federais.

É importante conversarmos aqui no plenário, porque acabamos por nos conhecer melhor. Ainda ontem, V. Ex^a fez um desafio a mim dizendo que sempre defendendo causas muito populares e nunca estou senão em defesa das causas que o povo mais quer. Ainda hoje pela manhã disse algo a V. Ex^a que vou repetir aqui: pensei muito sobre as palavras de V. Ex^a e quero dar um exemplo, agora, para a sua pessoa, que aprendi a respeitar e estimar aqui na nossa convivência.

Tenho uma convicção muito forte contra a pena de morte. Quando observamos levantamentos de opinião pública diante da criminalidade ainda muito alta que, infelizmente, acontece no Brasil, verificamos que há pessoas que são favoráveis à pena de morte ou à prisão perpétua. Quero, no entanto, reiterar que, mesmo havendo pesquisas com essa tendência, sinto-me cada vez mais fortalecido na minha convicção e com vontade de estar persuadindo a todos de que há alternativas muito mais eficazes do que infligir esses castigos horríveis a quem não tem outra alternativa senão a de se tornar um ladrão e, então, ser transformado em cadáver. Para tanto, a lição de Thomas Moore, datada de 1516, constitui um ensinamento que vale até hoje para os que propugnam pela pena de morte.

E quero dizer que vou continuar sempre contrário à pena de morte.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Isso é o que gostaria de falar a uma palavra que por vezes está na tribuna com uma convicção diferente da minha, mas que aprendi a respeitar.

Também gostaria de dizer a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, que eu estava convicto, pela sua palavra e pela palavra do Senador Arthur Virgílio, de que já teria ocorrido um entendimento entre os Líderes. Assim, e por ser circunstancialmente o mais velho dos que estão na Comissão Parlamentar de Inquérito para examinar as ONGs, marquei a reunião para hoje. No entanto, soube que no âmbito do próprio PT e na Base de Governo ainda havia dúvidas. Por isso, chegamos à conclusão de que não precisaremos discutir isso na próxima terça-feira.

Mas ainda gostaria de dizer uma palavra sobre a minha expectativa a respeito das ONGs. Quem sabe, Presidente José Nery, será esta uma oportunidade formidável não apenas para o Senador Heráclito Fortes, mas para todos que assinaram a CPI das ONGs, para todos os Senadores, enfim, para todos os brasileiros, de termos um conhecimento mais aprofundado das razões que levaram à formação de movimentos sociais como o MST. Por que se organizou o MST? Como é que ele se organizou? Qual a natureza das suas lutas e por que, por vezes, podem ocorrer alguns abusos aqui ou acolá? Inclusive, sempre recomendo a eles que, na medida do possível, procedam sem o uso da violência, porque, assim, terão muito maior respaldo para a sua causa, que é tão justa.

Portanto, penso que essa CPI terá um resultado positivo – quem sabe até surpreendente – e, no final, V. Ex^a poderá até dizer: “Puxa, vocês são de tirar o chapéu!”

Ouçõ o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, em primeiro lugar, quero me congratular com V. Ex^a pela intransigente defesa que faz contra a pena de morte. V. Ex^a tem absoluta razão. Não se justifica pegar o bandido, o ladrão e tirar-lhe a vida. Mas também temos de ser contra a pena de morte política. Não existe justificativa de razão política nenhuma, Senador José Nery, de se tirar a vida de um cidadão. Também temos de ser contra esteja onde estiver a lei, parta de onde partir, seja o americano, seja o cubano, seja o iraquiano. O Brasil, felizmente, tem essa índole pacífica e, além de tudo, humanitária. Assim, como sei que a declaração de V. Ex^a é sincera, quero dizer que me associo a ela; teremos uma missão

de lutar com as forças que temos contra uma nódoa que, espero, nunca chegue ao nosso País. Com relação à CPI das ONGs, quero dizer a V. Ex^a que em nenhum momento me passou pela cabeça – eu que sou um dos primeiros signatários – e nem com quem eu tenho conversado, por exemplo, de se investigar MST. O MST é um movimento conhecido e que tem serviços prestados – podemos até discordar da maneira como ele atua –, mas a nossa preocupação é exatamente com relação a ONGs que não existem, que são fantasmas, que só existem no papel, que são virtuais e que estão sangrando os cofres públicos com registros e localização em Estados do Nordeste onde a fome campeia. E elas existem exatamente para desvios criminosos de recursos. Sabemos, por exemplo, que temos uma infinidade de ONGs vinculadas à Igreja, que prestam serviços de contabilidade modesta, mas de atuação presente, marcante. Não é esse o foco. O foco é o combate à pilantragem e ao uso de recursos públicos – na quase totalidade, recursos públicos – que têm destinação social, mas que são desviados Deus sabe como.

Tenho uma tristeza nesta CPI das ONGs: o Senador José Nery não assinou. S. Ex^a tem tanta convicção – admiro tanto o Senador José Nery – ao defender suas causas, suas questões, sempre em busca da verdade, como nesse caso que envolve um colega nosso, mas o requerimento para a instalação dessa CPI das ONGs – desconheço o motivo; deve ter um motivo muito forte – o nosso Presidente José Nery não assinou. Tivemos apenas seis Senadores que não assinaram. De cinco sei as razões, os motivos, mas os de V. Ex^a, Sr. Presidente, infelizmente, não sei. Um dia, V. Ex^a vai me dizer. Não é por temer, pois V. Ex^a não tem ONG, mas deve ter um motivo muito forte para não ter sido solidário com o País em um momento em que todos querem passar a limpo – separar o joio do trigo – essa atividade social que é muito positiva para o Brasil. V. Ex^a é de um Estado que tem ONGs exemplares, mas que também tem ONGs que são verdadeiras arapucas. Tenho certeza de que a opinião pública do Pará irá cobrar de V. Ex^a a atuação na Comissão. Mas sei também que não é pelo fato de V. Ex^a não ter assinado que não irá dar a sua colaboração cívica e patriótica nessa CPI, que, tenho certeza, fará bem ao Brasil.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes. Penso que é importante que façamos a averiguação de ONGs que, porventura, sejam fantasmas e estejam utilizando indevidamente recursos públicos.

Sr. Presidente, quero ainda cumprimentar o esforço do Governo Lula, do Paulo Vannuchi, do Ministro Tarso Genro, do Ministro Nelson Jobim e de todos os

que colaboraram para este livro de memórias sobre os mortos e os desaparecidos.

Sr. Presidente, requeiro que seja transcrito em meu pronunciamento o artigo de Frei Betto, “O Livro dos Mortos e Desaparecidos”.

Destaco duas partes do artigo. A primeira diz:

Nenhuma vítima da ditadura, por questão de bom senso humanitário, encara essa iniciativa do Governo Lula pela ótica da vingança. Não se trata de vingança, e sim de justiça. Apreendi no cárcere que o ódio destrói primeiro quem odeia, e não quem é odiado.

E também a menção tão positiva que Frei Betto faz sobre a colaboração do cinema brasileiro para que todos conheçamos a história, citando filmes tão bons que têm sido exibidos recentemente, como *Zuzu Angel*, *Hércules 51*, *O Ano em que Meus Pais Saíram de Férias*, *Batismo de Sangue*, baseado no livro de Frei Betto, *Ato de Fé*, *Conspiração do Silêncio*, *Caparaó*, *Quase Dois Irmãos*, *Barra 68*, *Cabra-Cega* etc.

Sr. Presidente, eu havia perdido a exibição do filme *O Ano em que Meus Pais Saíram de Férias*, de Cao Hamburger. Neste último sábado, tive oportunidade de assisti-lhe, e quero recomendá-lo aos Senadores presentes. Trata-se de uma obra-prima, premiada em festivais do ano passado no Brasil, um dos filmes mais bonitos que já vi, comovente. É a história de um menino de aproximadamente dez anos de idade, que foi levado por seus pais à casa de seu avô para encontrá-lo. Seus pais tinham dito que iriam sair de férias, entretanto acabaram sendo, de alguma forma, detidos.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Vou esperar merecer de V. Ex^a um DVD desse filme. Gostaria de assistir ao filme e peço que V. Ex^a não o conte todo para não estragar o enredo. Mas, com o maior prazer, vou aguardar recebê-lo na segunda-feira.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É um filme que tem uma participação especial do ator Paulo Autran como o avô. Não vou contar todo o filme, porque o Senador Heráclito Fortes e os que estão nos ouvindo e que ainda não assistiram ao filme merecem conhecer essa história tão bonita. Quero recomendar a todos os Senadores e aos que nos ouvem esse filme tão bonito de Cao Hamburger, *O ano que meus pais saíram de férias*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

O livro dos mortos e desaparecidos

FREI BETTO

Nenhuma vítima da ditadura vê essa iniciativa do governo Lula pela ótica da vingança. Não se trata de vingança, e sim de justiça

ESTÁ PREVISTO para hoje, em cerimônia no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Lula, ex-preso político, e de vários ministros, o lançamento do livro "Direito à Memória e à Verdade", cujas páginas registram o perfil dos mortos e desaparecidos sob a ditadura militar brasileira.

A obra resulta de cuidadoso trabalho da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, presidida pelo advogado Marco Antônio Rodrigues Barbosa. Editada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República nesta gestão do ministro Paulo Vannuchi, é, com certeza, o mais importante documento histórico sobre os anos de chumbo desde a publicação de "Brasil: Nunca Mais", assinado pelo cardeal d. Paulo Evaristo Arns, hoje arcebispo emérito de São Paulo, e o reverendo Jaime Wright. O que faz a diferença é que "Direito à Memória e à Verdade" é um documento oficial do governo e, portanto, sinaliza importante passo no reconhecimento do arbítrio prevalecente no regime militar e na abertura dos arquivos daquele período.

Quis a sorte, resultante das oscilações conjunturais de nossa política, que o processo que culmina na publicação do livro tenha sido iniciado, em 1995, por Nelson Jobim, então ministro da Justiça do governo FHC. Hoje, Jobim é ministro da Defesa, autoridade máxima, à exceção do presidente da República, sobre as Forças Armadas, que insistem em não abrir seus arquivos sobre a repressão.

Há que sublinhar o mérito do governo Fernando Henrique Cardoso, bem como do ex-ministro José Gregori, ao reconhecer a responsabilidade do governo brasileiro diante da questão dos mortos e desaparecidos, bem como o empenho na indenização às vítimas e suas famílias.

Nenhuma vítima da ditadura, por questão de bom senso humanitário, encara essa iniciativa do governo Lula pela ótica da vingança. Não se trata de vingança, e sim de justiça. Aprendi no cárcere que o ódio destrói primeiro quem odeia, e não quem é odiado.

A nação, entretanto, tem o direito de resgatar a sua memória e corrigir aberrações jurídicas como a "anistia recíproca" do governo Figueiredo. Inútil querer impedir que as famílias pranteiem seus mortos e clamem por seus entes queridos desaparecidos. E, a exemplo do Chile e da Argentina, o princípio elementar do direito exige que crimes, sobretudo aqueles cometidos em nome do Estado, sejam investigados, e seus responsáveis, punidos, para que a impunidade não prevaleça sobre a lei nem se perpetue como tributo histórico.

A memória brasileira tem sofrido tentativas de "apagão" quando os conjurados mineiros são qualificados de inconfidentes (que significa aqueles que não merecem confiança ou não são capazes de guardar confidências, leia-se dedos-duros) e em episódios históricos como a Guerra do

Paraguai, o massacre de Canudos e tantas outras rebeliões que semearam a nossa independência e forjaram a nossa identidade.

Não se pode admitir agora que um período trágico de nossa história, como foi a ditadura militar, fique relegado ao olvido com seus documentos tão desaparecidos quanto muitas de suas vítimas.

É meritório que o governo Lula tenha revogado o caráter de "sigilo eterno" de documentos oficiais, conforme havia sido determinado pelo governo FHC, ao estabelecer prazo de 30 anos, prorrogáveis por mais 30, para que a sociedade tenha acesso a eles.

Espera-se que também esse longo período venha a ser revogado, para que interpretações falseadas e/ou equivocadas de nossa história não adquiram nos livros didáticos e na opinião pública status de verdade. "Direito à Memória e à Verdade" soma-se ao crescente esforço de trazer à luz a realidade dos anos de chumbo. Aplausos para o cinema nacional, que exhibe nas telas o caráter deletério do regime militar em produções recentes: "Zuzu Angel", "Hércules 51", "O Ano em que Meus Pais Saíram de Férias", "Batismo de Sangue", "Ato de Fé", "Conspiração do Silêncio", "Caparaó", "Quase Dois Irmãos", "Barra 68", "Cabra-Cega" etc.

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos -cujo empenho no combate à exploração sexual de crianças e na defesa dos direitos de indocumentados e portadores de deficiência física mereceria amplo espaço na publicidade oficial- ostenta agora o mérito de fazer jus à memória nacional.

CARLOS ALBERTO LIBÂNIO CRISTO, o Frei Betto, 62, frade dominicano e escritor, é autor de, entre outras obras, "Batismo de Sangue" (Rocco). Foi assessor especial da Presidência da República (2003-2004).

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

Texto Anterior: [TENDÊNCIAS/DEBATES](#)
Ives Gandra da Silva Martins: [Anatomia do poder](#)
Próximo Texto: [Painel do Leitor](#)
[Índice](#)

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Nery.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA)

– Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Congratulamo-nos com seu pronunciamento, que faz referência especial ao evento ocorrido hoje à tarde no Palácio do Planalto, quando foi apresentado o relatório sobre a luta dos familiares de mortos e de desaparecidos e também da Comissão que cuida dessa questão no âmbito do Governo Federal. O relatório, que tem como título “Direito à memória e à verdade”, retrata, sem dúvida, um dos episódios mais tristes da nossa história recente.

Antes de conceder a palavra ao Senador Arthur Virgílio, quero dizer ao Senador Heráclito Fortes que não assinei realmente seu requerimento para a criação da CPI das ONGs em razão de que, em boa parte da minha vida, estive dedicado à luta social, no âmbito das organizações não-governamentais que primam por realizar um trabalho voluntário correto e justo.

Em verdade, que se apurem, com todo rigor, no âmbito da CPI, aquelas instituições que, por acaso, não cumprem com suas obrigações, com a lei, com o que está no âmbito correto da sua atuação.

Peço a V. Ex^a para...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Por saber do passado e da história de V. Ex^a é que me frustrai por não ter a sua assinatura, até para preservarmos as ONGs com as quais V. Ex^a conviveu.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA)

– As ONGs que trabalham com seriedade e às quais sou vinculado não precisam de CPI.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É exatamente isso que queremos. Era o exemplo que V. Ex^a daria.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA)

– Agradecendo a V. Ex^a, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa requerimento ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior pedindo informações do BNDES acerca da existência de projeto de construção de ferrovia de longa extensão na Amazônia. Esse assunto foi amplamente noticiado nos jornais de hoje.

Do mesmo modo, encaminho à Mesa breve pronunciamento em que faço uma enorme advertência ligada a esse cenário do apagão aéreo. A Associação Comercial do Amazonas recebe informação da regional da Infraero do Amazonas, anunciando obras de melhoria no Aeroporto de Manaus, que está inteiramente defasado. Espero que não fique no enfeite. Espero que cuidem de fazer a segunda e inadiável pista para pousos e decolagens. Não estou preocupado com lojinha, não; estou preocupado com segurança para quem voa para Manaus e, de lá, decola para outros pontos do País.

Encaminho ainda, Sr. Presidente, curto pronunciamento em que relato denúncia que me veio da Rádio Educação Rural, da cidade de Tefé, no Amazonas, assinada pelo Diretor da rádio, meu amigo Thomas Schwamborn, queixando-se muito de como é caro o transporte aéreo num Estado que tem duas hipóteses basicamente: o transporte fluvial e o transporte aéreo. Poucos Municípios são servidos por estradas, e muitas delas são precárias.

Vou dar apenas um exemplo a V. Ex^a: uma viagem de Manaus/Tabatinga/Manaus custa em torno de R\$1 mil para uma distância de 1110km apenas. O trecho Manaus/São Paulo/Manaus, com uma distância de 2689km – muito mais do que o dobro do trecho interno ao meu Estado –, sai por apenas R\$850,00. Ou seja, são distorções.

Peço que a Anac aja. Ela precisa começar a agir. Tenho muita confiança no Ministro Nelson Jobim. Sei que não está fazendo essa movimentação toda à toa, porque sua vida pública não foi à-toa. Mas é preciso sair do discurso e das visitas e começar agora a ver o que de concreto se pode fazer para resolver as situações. Estou trazendo uma situação que parece pequena para alguns, mas não o é para o meu Estado, não. É muito importante!

Volto a dizer, Sr. Presidente: Manaus/Tabatinga/Manaus, R\$1 mil por 1110km apenas. Manaus/São Paulo/Manaus, R\$850,00 por 2689km.

Sr. Presidente, finalmente, o dia de hoje foi importante para os Municípios. O Senador Osmar Dias tem um projeto que temos de apoiar, pois descentraliza recursos na direção dos Municípios e Estados. Sou a favor de se descentralizarem recursos da União para Estados e Municípios.

Vimos aquele projeto do Fundef aprovado aqui com toda pompa. Não sei se conseguimos passar para o povo que o projeto não é federal. O Governo Federal

entrou com apenas R\$1,8 bilhão. Os Municípios, em seu total, entraram com alguma coisa do tipo R\$14 bilhões. Os Estados, se não me engano, com R\$33 bilhões. Ou seja, é um projeto quase nada federal. É muito mais municipal do que federal. É muito mais estadual do que municipal. E muitíssimo mais municipal e estadual do que federal. Mas a propaganda nos leva a crer que é um projeto federal.

O Senador Osmar Dias terá nosso apoio para aprovar seu projeto. Discordo do meu querido amigo, embora quase nunca discorde dele. Discordo quando diz que o dia de hoje não representou nada porque é muito pouco.

No meu Estado, há Municípios para os quais R\$20 mil significam muito. Falo do Município de Japurá, de Juruá. São Municípios que vivem no desalento, que vivem com orçamentos muito curtos, rígidos e inflexíveis. Diria mais. Para a cidade de Manaus, que desfruta de uma arrecadação bastante significativa, não fará mal nenhum recurso a mais. As três cidades maiores do Amazonas, pela ordem, Itaquatiara, Parintins e Manacapuru, alguma coisa farão de bom com esse dinheiro do rateio.

Pior para todos os Municípios seria ficar nas mãos do Governo Federal algo que é devido aos Municípios. Só lamento que não tenhamos conseguido isso antes. Conseguimos na pressão, os prefeitos conseguiram na pressão. O Presidente cedeu na pressão, porque é um quadro de democracia.

Se tivesse cedido antes, já teríamos dado algumas alegrias, sobretudo aos Municípios mais pobres.

Portanto, Sr. Presidente, foi um dia bastante vitorioso. Dentro desse quadro, abrimos exceção para esta votação, que não estava programada dentro do caráter seletivo que estabelecemos para fazer obstrução aqui na Casa. Nós, Democratas e PSDB, acedemos em realizar esta votação por entendermos que tínhamos, inclusive, de mostrar algo que vai servir de pedagogia para o Governo. Ou seja, quatro anos o Presidente dizendo “sim” e, na verdade, trabalhando o “não”. Nós, em poucas horas, resolvemos a parte que cabia ao Senado Federal, por unanimidade, 57 votos a zero, o que mostra o compromisso do Senado como um todo com a descentralização de recursos e com a causa municipalista.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA)
– Agradeço ao Senador Arthur Virgílio.

A Mesa recebe o requerimento do Senador Arthur Virgílio e o encaminhará conforme o Regimento, bem como atende ao requerimento verbal do Senador Eduardo Suplicy, para constar dos Anais da Casa o artigo do Frei Betto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB)
– Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Cícero Lucena, Alvaro Dias e Sérgio Guerra enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, junto a voz, mais uma vez, aos que condenam o roubo da propriedade intelectual, popularmente chamado de “pirataria”.

Parece que as autoridades não levam a sério essa lesão patrimonial de produtores, artistas, empresas, enfim, de todos que se dedicam a produzir uma obra intelectual, como músicas, filmes etc.

Ainda hoje li no jornal **O Globo** artigo do cineasta José Padilha, sob o título “Nas ruas, gato por lebre”, mostrando a que ponto chega a “pirataria”. Seu recente filme *Tropa de Elite* nem chegou ainda à versão final – e já é sucesso de vendas em bancas informais. Sucesso que, por sinal, ele dispensa, pois significa prejuízo financeiro para ele e para todos que investiram no filme e esperam ser por isso remunerados, como em qualquer atividade econômica. Ele aspira ao mesmo êxito, porém nas bilheterias.

O filme de Padilha ainda não está disponível ao público e, no entanto, diz ele!, pode-se encontrar, na imprensa e na Internet, críticas e comentários sobre a obra, feitos por jornalistas e até policiais. Comentários, como se vê, feitos por quem teve acesso a cópias “piratas”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo do cineasta José Padilha, pela importância da denúncia nele contida, seja transcrito, na íntegra, nos Anais da Casa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

O GLOBO

Data: 28/08/07

Nas ruas, gato por lebre

JOSÉ PADILHA

A pirataria, termo popularmente usado para o roubo da propriedade intelectual alheia, avai de vento em popa no Brasil. Sei disso porque sou o diretor do filme "Tropa de elite", o mais novo "hit" desse mercado ilegal. Todavia, qualquer um pode comprovar este fato. Para isso, basta uma caminhada pela Rua Uruguaiana, no Centro do Rio, ou pela Vinte e Cinco de Março em São Paulo. Nesses, e em outros "pontos de venda", você encontrará, além do meu filme, softwares e discos dos mais variados tipos, ofertados a preço de banana. E verá que tudo isso — é claro — se passa nas barbas das autoridades policiais.

São dois os motivos que levam a este estado de coisas: em primeiro lugar, o ato da pirataria é muito simples. Softwares, músicas e filmes podem ser digitalizados e copiados em um instante, na segurança da casa de quem o faz. A pirataria raramente resulta em prisões em flagrante: ela virou um crime que compensa. Em segundo lugar, a passividade das autoridades gera a impressão de que o pirata é um criminoso menor. Quem vê um PM ou um guarda

com um camêlo de produtos piratas deve imaginar que não há nada, de errado acontecendo ali. E, finalmente, há também o comprador. Mas este, quero crer, age sem pensar, ignorando a natureza do crime que comete.

A pirataria é um crime grave. Afinal, por trás de cada filme, música ou software pirateado está o trabalho de empresários e de trabalhadores que investiram o seu suor, o seu tempo e o seu dinheiro para criá-los. E que esperam, como qualquer trabalhador ou empresário, ser remunerados por isso. Além disso, nos crimes contra a propriedade intelectual — está se roubando também o investimento que foi feito na educação de quem estudou para produzir bens desse tipo. Ao comprador de produtos piratas, portanto, quero lembrar que esses indivíduos têm família; e também precisam de suas rendas para sobreviver.

O caso "Tropa de elite" ensina bastante sobre a pirataria no Brasil. Isto porque a cópia pirata do filme que está

inacabada do mesmo: O verdadeiro "Tropa de elite" ainda não está pronto, e não está disponível ao público. Todavia, pode-se encontrar na imprensa e na internet comentários feitos por jornalistas e policiais a respeito do conteúdo do filme. Ora, cada comentário desses é uma confissão tácita da violação de direitos autorais e patrimoniais. Afinal, eles foram feitos por pessoas que viram o filme, e este só está disponível na sua versão pirata! É bem verdade que, cientes de seus crimes, esses senhores têm qualificado os seus comentários com frases do tipo: "Me contaram", "me foi dito", "consta que", e assim por diante. Isso pode até protegê-los juridicamente, mas o faz ao custo de revelar a sua hipocrisia.

A versão verdadeira do filme "Tropa de elite" ainda não está pronta

Tenho lido também que a pirataria do meu filme é uma "brilhante" jogada de marketing. Será que alguém pode imaginar, em sua consciência, que eu, a minha empresa, a Universal Pictures, a Harvey Weinstein Co. e a Motion Pictu-

res Association montamos uma farsa com o intuito de usurpar o resultado do nosso próprio trabalho? E que envolvemos nesta farsa os nossos advogados e as autoridades policiais a quem denunciamos o crime? Custa a crer. Mas, seja como for, acredito que a Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Propriedade Imaterial encontrará quem pirateou o meu filme, e contratará assim o absurdo dessas alegações.

Não me orgulho do "sucesso" de vendas e de crítica da versão pirata do meu filme. Para mim, este "sucesso" demonstra apenas que uma parcela da população brasileira consome produtos piratas, e, assim fazendo, afeta negativamente indústrias importantes, promove a sonegação fiscal, e viola direitos patrimoniais e autorais. Como brasileiro, não posso me orgulhar de algo assim. Resta-me, entretanto, um consolo. Quem comprou a cópia pirata do meu filme levou gato por lebre. "Tropa de elite" só estará pronto e disponível em outubro, em um cinema perto de você.

JOSÉ PADILHA é cineasta.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “As autoridades são outra catástrofe” publicada pela revista **Veja** em sua edição de 25 de julho do corrente.

A matéria mostra toda a negligência e incompetência do atual governo na questão da crise aérea que o País enfrenta. Segundo a matéria, “A cena dos funcionários da Infraero rindo diante do horror e a mímica grotesca dos assessores presidenciais personificam não só o escárnio como também a desídia com

que as autoridades governamentais têm enfrentado o problema do caos aéreo desde seu início, em outubro do ano passado”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria da Revista Veja passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

AS AUTORIDADES OUTRA CATÁSTRO

O acidente de Congonhas revela como é enfrentado o caos aéreo: com incompetência, negligência, cinismo e deboche. Para não falar da corrupção, é claro

A MIMICA DOS INDECENTES

Funcionários da Infraero, a estatal responsável pela administração dos aeroportos, riem diante da tragédia, indiferentes à cena aterradora dos corpos carbonizados sendo retirados dos escombros. Ao lado, o assessor do presidente Lula, Marco Aurélio Garcia, e um auxiliar comemoram com gestos obscenos a notícia de que uma falha mecânica pode ter causado o acidente — o que, só na fantasia deles, livraria o governo de suas evidentes responsabilidades

Congonhas, pouco depois das 3 e meia da madrugada de quarta-feira. Da cabeceira da pista, debaixo de uma garoa forte, um grupo de funcionários da Infraero observava o trabalho dos bombeiros. Naquele instante, as chamas estavam praticamente extintas e começava a etapa mais dramática de toda tragédia — o resgate dos corpos das vítimas. O grupo estava a aproximadamente 100 metros do local onde o Airbus explodiu depois de se chocar com o prédio da TAM. Um dos funcionários da Infraero, João Brás Pereira, supervisor do aeroporto, tinha uma visão privilegiada da tragédia. Do lugar em que estava, do alto, era possível enxergar com clareza um cenário capaz de despertar sentimentos variados, como tristeza, dor, revolta ou consternação. Mas ele e os outros funcionários da Infraero estavam rindo. Apontavam para o lugar da tragédia, faziam algum comentário e riam. Riram durante quase cinco minutos, até perceber que estavam sendo fotografados. A Infraero é a estatal responsável pela administração dos aeroportos do país. Está na linha de frente na escala de responsabilidade pelo caos aéreo que assombra o Brasil há mais de dez meses. Não se sabe exatamente do que os funcionários da estatal achavam graça. Certamente não era — é melhor acreditar — dos corpos carbonizados ou da destruição provocada pelo acidente.

Brásília, pouco depois das 8 da noite de quinta-feira, dois dias depois do acidente. No 3º andar do Palácio do Planalto, o assessor especial da Presidência, Marco Aurélio Garcia, e seu auxiliar, Bruno Gaspar, foram flagrados assistindo e comemorando uma notícia do *Jornal Nacional*, da Rede Globo, que apontava uma possível falha mecânica no avião da TAM como provável causa do acidente — o que, só na fantasia deles, livraria o governo de qualquer responsabilidade. Felizes e sem saber que havia uma câmera

apontada para eles, Marco Aurélio Garcia e o auxiliar extravasaram sua satisfação com gestos obscenos. Informado do flagra, o assessor do presidente, inicialmente, negou a comemoração, mas, confrontado com as imagens, disse que os gestos eram uma reação privada captada de maneira clandestina pela televisão. Ou seja, ninguém tinha nada a ver com aquilo. Depois, em nota, tentou politizar o episódio: “O sentimento que extravasei em privado foi e é de repúdio àqueles que trataram sordidamente de aproveitar a comoção que o país vive para insustentável postura partidária de oposição sistemática a um governo duas vezes eleito pela imensa maioria do povo brasileiro”. Traduzindo: o importante para o assessor presidencial é mostrar à sociedade que o governo nada tem a ver com o acidente. O resto — os mortos, a tragédia, o caos aéreo — é mero detalhe. Top, top para quem não concordar.

A cena dos funcionários da Infraero rindo diante do horror e a mímica grotesca dos assessores presidenciais personificam não só o escárnio como também a desídia com que as autoridades governamentais têm enfrentado o problema do caos aéreo desde seu início, em outubro do ano passado. A culpa pelo acidente da TAM pode ser da pista inacabada de Congonhas, de um defeito mecânico do avião, de um erro do piloto, da chuva, do acaso, de tudo isso combinado. A única certeza é a parcela de responsabilidade do governo pela tragédia. Da manutenção dos aeroportos à fiscalização dos

O PRESIDENTE SUMIU

Preocupado com a própria imagem, Lula preferiu cancelar a agenda para evitar explicações sobre o caos aéreo. Só voltaria à cena dali a três dias

aviões, tudo passa — ou deveria passar — pelo crivo dos órgãos federais que cuidam da aviação. Os riscos do excesso de pousos e decolagens em Congonhas eram conhecidos desde 2003. A solução era reduzir o movimento do aeroporto, redistribuindo rotas, como se fez no Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, e na Pampulha, em Belo Horizonte. E por que isso não foi feito em Congonhas? Em abril do ano passado, seis meses antes do apagão aéreo, a Anac, a agência federal que fiscaliza a aviação, reuniu-se com representantes das companhias aéreas para discutir o problema. Chegou a elaborar um plano de contingência para desafogar Congonhas, que previa o desvio de rota para outros aeroportos e o fechamento de uma das pistas — a principal — para reforma. A Anac, porém, capitulou diante da pressão das companhias aéreas, que têm em Congonhas sua principal fonte de lucros. Em atenção às empresas, ficou acertado que apenas a reforma da pista principal, que operava em condições precárias, seria executada. O projeto de reduzir os vôos foi engavetado.

Nem mesmo o cronograma de reforma da pista principal do Aeroporto de Congonhas foi pautado pelo nobre interesse público. O início das obras, que eram emergenciais, foi adiado duas vezes. Ainda não havia o caos aéreo, mas os técnicos da Infraero e da Anac já haviam observado que o simples fechamento da pista principal já provocaria problemas na operação de todos os aeroportos do país. Como era ano eleitoral, as autoridades, que estavam preocupadas apenas com o bem-estar do governo, advertiram que a execução do trabalho poderia causar problemas políticos. “Por isso, achamos melhor deixar para

depois”, conta um graduado assessor da Infraero com acesso ao Palácio do Planalto. As eleições passaram, veio o apagão aéreo, e a reforma continuou sendo adiada. O brigadeiro José Carlos Pereira, que assumiu a presidência da Infraero no fim do ano passado, chegou a desabafar com amigos: “Não tem jeito. As empresas aéreas não deixam começar a re-

forma. Não sei mais o que fazer”. Os amigos perguntaram, então, se o brigadeiro não poderia enfrentar as empresas. Disse José Carlos Pereira, de acordo com o relato de um dos confidentes: “Eu estou num mandato-tampão. Não tenho poder para nada”. Por pressão do Ministério Público, que ameaçava pedir a interdição do aeroporto, a reforma começou em maio último e as empresas se com-

SÓ PODE SER ZOMBARIA

Milton Zuanazzi apareceu em público apenas para receber uma medalha pelos bons serviços prestados: a quem?

prometeram, enquanto durassem as obras, a desviar 40% dos vôos de Congonhas para Guarulhos. Mas nem isso foi cumprido, segundo a Infraero. E mais: para deixar claro quem manda na aviação brasileira, a pista principal foi reaberta sem as ranhuras de segurança previstas, atendendo mais uma vez à pressão das empresas.

A supremacia das companhias aéreas sobre o poder público ficou ainda mais evidente depois da tragédia. As autoridades diretamente responsáveis pelo setor simplesmente sumiram. Assim que soube do acidente com o avião da TAM, o presidente Lula montou um “gabinete de crise” e convocou uma reunião no Palácio do Planalto. Após quase seis horas de conversa com quatro ministros, que invadiu a madrugada de quarta-feira, Lula tomou a magnífica

decisão de se esconder, seguindo orientação de assessores palacianos. Eles avaliaram que o presidente não deveria aparecer em público para evitar ser cobrado sobre a responsabilidade do governo. Com o caos aéreo umbilicalmente ligado à inoperância federal, o presidente poderia desgastar-se ainda mais tentando explicar o inexplicável. Assim, todos os compromissos previstos na agenda foram cancelados até sexta-feira. Lula ficou os dois dias seguintes ao acidente envolvido com os chamados “compromissos internos”, ouvindo assessores e acompanhando o desenrolar das investigações da tragédia. Sobre os mortos, apenas uma lacônica nota oficial de solidariedade às famílias.

Mesmo se a investigação concluir que houve falha humana ou mecânica, o governo avalia que o acidente atingirá a popularidade de Lula. “Ele ficará marcado pelo apagão aéreo, pelos acidentes, pela falta de medidas de combate à crise. Afinal, foram quase 400 mortos em menos de um ano. Não importa qual é a

causa. O desgaste está posto”, diz um dos ministros que participam do gabinete de crise. Numa das reuniões diárias com os assessores mais próximos, Lula fez uma autocrítica. Avaliou que deixou o caos aéreo “correr solto”, confiando que seria resolvido naturalmente. Qui deixou de tomar atitudes mais efetivas, como a desmilitari-

zação do controle de voo, o afastamento da diretoria da Infraero e a demissão do ministro da Defesa, Waldir Pires. Disse também que faltou ao não punir ministros que fizeram comentários infelizes sobre a crise. Caso de Marta Suplicy, do Turismo, que aconselhou os passageiros a “relaxar e gozar” em caso de atraso dos vôos. De Guido Mantega, da Fazenda, que disse que a crise é só uma consequência inevitável do bom desempenho da economia. E de Waldir Pires, que, ao depor à CPI do Apagão Aéreo da Câmara, preferiu reclamar do salário a propor medidas para conter a crise. Sobre os mortos, nenhuma palavra.

As autoridades só começaram a sair da clausura na sexta-feira, talvez com os espíritos mais altivos diante dos desdobramentos do efeito Marco Aurélio “Top, Top, Top” Garcia. O presidente da Anac, Milton Zuanazzi, apareceu na Base Aérea de Brasília para receber uma medalha por relevantes (não se sabe quais) serviços prestados à Aeronáutica. Zuanazzi estava à vontade e chegou a sorrir ao receber a comenda. Por causa da tragédia, a solenidade foi discreta, sem banda de música nem acrobacias aéreas. O comandante da Aeronáutica não fez nenhum comentário sobre a crise. Antes da solenidade foi feito um minuto de silêncio em homenagem às vítimas de Congonhas. O comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, nada disse sobre o acidente e fez um discurso no qual destacou as qualidades do brasileiro Santos Dumont. Waldir Pires, o ministro da Defesa, que estava sumido, continuou desaparecido. Já o presidente Lula reapareceu na televisão na noite de sexta-feira, três dias depois da tragédia, para se solidarizar com as famílias das vítimas. Em seu pronunciamento, Lula anunciou medidas para diminuir o tráfego em Congonhas, a construção de um novo aeroporto em São Paulo e o fortalecimento da Anac. A impressão de que tudo será feito tarde demais — se for feito — permanecerá incancelável. ■

A GAMBIARRA NO AEROPORTO SANTOS DUMONT

Poucas horas antes da queda do avião da TAM, em Congonhas, os cariocas se assustaram com a coluna de fumaça que subiu do Aeroporto Santos Dumont, às margens da Baía de Guanabara. O incêndio no 3º andar do terminal recém-inaugurado, que abrigará uma praça de alimentação, teve como origem mais provável um curto-circuito numa instalação elétrica provisória nas obras de ampliação do aeroporto. Segundo o perito federal Luis Carlos Serpa, a fiação apresentava vários pontos sujeitos a um curto. O que permanece sem explicação é como se pôde utilizar a popular gambiarra numa obra cujo valor total supera os 334 milhões de reais. O fogo foi alimentado por 300 cadeiras embaladas em plástico que estavam guardadas ali — outro fato que denota descuido e falta de fiscalização. Não passou de um

susto, mas poderia ter sido mais uma tragédia. Circulam pelo aeroporto 10 000 passageiros por dia. A ampliação do Santos Dumont, entregue ao consórcio formado pelas empreiteiras Odebrecht, Carioca Engenharia e Construcap Engenharia, só deverá estar inteiramente concluída em novembro. Uma primeira parte, que inclui os balcões de check-in e salas de embarque, foi aberta no fim de maio, antes do começo dos Jogos Pan-Americanos. Seu principal mérito é ampliar a capacidade do aeroporto, contribuindo para desafogar o tráfego aéreo no país. É das poucas obras recentes da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) realmente necessárias. Mas tão imperativo quanto executá-la é fazê-lo com todas as cautelas necessárias. O Brasil não pode mais conviver com gambiarras.

O comandante da Aeronáutica mostrou-se inábil em lidar com o motim dos controladores de voo e criou uma cisão dentro da caserna. O problema se arrasta desde outubro do ano passado.

CARLOS WILSON

Em vez de investir na segurança do sistema aéreo, o ex-presidente da Infraero optou por transformar aeroportos em shopping centers. É acusado de desviar parte dos bilhões que gastou.

TRAGÉDIA ADMINISTRATIVA

INCOMPETÊNCIA

NEGLIGÊNCIA

CORRUPÇÃO

JOSÉ CARLOS PEREIRA

O presidente da Infraero não tem poder de mando dentro da estatal e pilota no automático um antro de corrupção e ineficiência.

LULA

O presidente hesita há dez meses em demitir os responsáveis pelo acidente da Gol e se mostra alheio à falência do sistema aéreo brasileiro.

WALDIR PIRES

O ministro da Defesa é um dos símbolos do caos. Revelou-se incapaz de tomar decisões e, ainda por cima, é ignorado pelos subordinados da Aeronáutica, da Infraero e da Anac.

MILTON ZUANAZZI

O presidente da Anac, a agência responsável pela fiscalização do setor aéreo, não sabe diferenciar uma turbina de uma hélice e não fiscaliza nada, principalmente as empresas aéreas, que operam sem ser importunadas pelo governo.

ELEUZA LORES

Acusada de corrupção pelo Ministério Público, a diretora de engenharia da Infraero permanece no cargo, mesmo estando com os bens bloqueados pela Justiça há meses. É a responsável direta pelas reformas na pista do Aeroporto de Congonhas.

O QUE AS AUTORIDADES DISSERAM DURANTE A CRISE

O caos tomou conta da aviação nacional depois que o voo 1907, da Gol, foi atingido por um jato Legacy, em setembro do ano passado. Desde então, o setor aéreo sofreu panes sucessivas, e as autoridades combinaram ineficiência com declarações desastrosas.

29 DE SETEMBRO DE 2006

O voo 1907, da Gol, colidiu com o jato Legacy
 “Vocês são inteligentes. O avião caiu de 11 000 metros de altura. O que vocês esperavam? Corpos?”, disse Denise Abreu, diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), aos parentes das vítimas

26 DE OUTUBRO DE 2006

Nas vésperas do feriado de Finados, os controladores de voo fizeram uma operação-padrão nos aeroportos
 “É uma crise de natureza emocional”, analisou Waldir Pires, ministro da Defesa

5 DE DEZEMBRO DE 2006

O sistema de rádio do Cindacta 1 falhou
 “Acho que o problema já está controlado”, disse o presidente Lula
 “Não pode haver uma pressa neurótica e temperamental. É preciso uma ação técnica e científica para preservar a vida (dos passageiros)”, afirmou Tarso Genro, então ministro das Relações Institucionais

NATAL DE 2006

O overbooking praticado pela TAM lotou os aeroportos, e passageiros passaram as festas dormindo nos saguões
 “Tudo isso demonstra que está aumentando a capacidade de viajar do povo brasileiro”, disse o presidente Lula

21 DE MARÇO DE 2007

Pane no Cindacta 2, de Curitiba, causou nova onda de atrasos
 “Quero prazo, dia e hora para anunciar ao Brasil que não vai ter mais problema nos aeroportos”, disse o presidente Lula

30 DE MARÇO DE 2007

Os controladores de voo entraram em greve na véspera da Semana Santa
 “Fui apunhalado pelas costas”, disse Lula
 “A crise no transporte aéreo brasileiro está longe de ser uma crise”, declarou Milton Zuanazzi

7 DE JUNHO DE 2007

neblina fechou os aeroportos de São Paulo causou atrasos no resto do país
 “Relaxe e goze”, aconselhou Iarta Suplicy, ministra do Turismo
 “É a prosperidade do país: mais gente viajando, mais aviões, mais rotas”, explicou Guido Mantega, ministro da Fazenda
 “Não há risco nenhum para a segurança de voo no Brasil”, garantiu José Carlos Pereira

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado, “As opiniões dos Lulas”, publicado pela revista **Veja** em sua edição de 08 de agosto de 2007.

O artigo do jornalista André Petry, o jornalista relata as opiniões do presidente Lula sobre o setor aéreo brasileiro em duas datas diferentes, com intervalo de quase seis anos entre uma opinião e outra. Petry, lembra que quando candidato à Presidência da República em 2002, Lula publicou um artigo no jornal *Gazeta Mercantil* cujo título era “Morte anunciada do transporte aéreo”. No texto o então candidato Lula diagnosticava que “a crise da aviação brasileira” estava atingindo “um estágio terminal” e indagava: “O que é preciso para que o nosso país tenha um transporte aéreo eficiente? Até

quando senhor presidente?”. Hoje diante do agravamento da crise, da morte de centenas de pessoas em dois acidentes aéreos, o presidente Lula afirmou em uma reunião do conselho político que desconhecia a extensão da crise aérea. O articulista questiona: “O que terá acontecido entre 2002 e 2007?”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

ANDRÉ PETRY

As opiniões dos Lulas

Neste texto, o leitor terá contato com o relato do que se passou em duas datas diferentes, com intervalo de quase seis anos entre uma e outra. Adiante:

7 de janeiro de 2002 — Nessa data, quando nem era candidato oficial à Presidência, Lula publicou um artigo no jornal *Gazeta Mercantil* cujo título era “Morte anunciada do transporte aéreo”.

No texto, referindo-se à então recente paralisação da TransBrasil, Lula diagnosticava que “a crise da aviação brasileira” estava atingindo “um estágio terminal”. Depois de dizer que “o transporte aéreo é reconhecidamente um setor estratégico, principalmente para um país como o Brasil”, Lula contava que Estados Unidos, França, Itália, Espanha e Portugal vinham trabalhando para que seus sistemas aéreos ganhassem em “eficiência para movimentar pessoas, produtos e serviços”.

Em seguida, voltando à situação do Brasil, Lula dizia no mesmo artigo que a reestruturação que as companhias aéreas promoviam na época não estava resolvendo o problema — e previa que a “tendência é de o setor continuar afundando”. Lula se indagava: “O que é preciso para que o nosso país tenha um transporte aéreo eficiente?”. O articulista dizia que as empresas brasileiras precisavam ter condições semelhantes às das americanas, que compravam combustível mais barato, tinham mais acesso a capital de giro, pagavam menos impostos.

Lula encerrava o artigo fazendo uma crítica ao governo de Fernando Henrique. Dizia que no ano anterior, em 2001, o tucano mandara um projeto para o Congresso prevendo a criação de uma tal Agência Nacional de Aviação Civil, que

atenderia pela sigla Anac. Contava que, ao analisarem o tema, os parlamentares decidiram introduzir mudanças no projeto original. “E o que fez o governo FHC?”, indagava Lula, para responder: “No dia da votação, de forma autoritária, simplesmente retirou o projeto, encerrando a discussão”. Lula lamentava que a criação da Anac fora abortada.

Seu artigo terminava assim: “As empresas aéreas nacionais estão falindo, milhares de trabalhadores continuam perdendo seus empregos, divisas estrangeiras deixam de entrar no Brasil e o nosso

país perde cada vez mais capacidade competitiva. Até quando, senhor presidente?”.

Conclusão: o artigo era uma avaliação mais voltada para a crise das empresas aéreas do que do setor como um todo. Mas quem leu o texto na época, mesmo supondo que fora escrito por um assessor, certamente pensou que Lula tinha alguma intimidade com o assunto.

2 de agosto de 2007 — Nessa data, já entrando na segunda metade do seu quinto ano no governo, Lula reuniu seu conselho político e disse que desconhecia a extensão da crise aérea. Disse que

nunca lhe mostraram claramente a gravidade da situação. Para provar sua completa ignorância sobre o tema, disse que nunca o assunto fora mencionado nas cinco eleições presidenciais que disputou.

Conclusão: quem foi informado dessas declarações de Lula certamente pensou, caso tenha acreditado nelas, que o presidente jamais teve a mínima intimidade com o assunto.

O que terá acontecido entre 7 de janeiro de 2002 e 2 de agosto de 2007?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSD – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Morremos todos”, publicado pela revista **Veja** em sua edição de 1º de agosto de 2007.

O artigo do jornalista Diogo Mainardi repudia a postura do presidente Lula e de seus ministros e auxiliares diante da crise aérea e do acidente que matou 200 passageiros da TAM, ao que tudo indica provocado pelo descaso do governo petista com o setor aéreo e a incompetência administrativa como um todo. Para o articulista a posse do novo ministro da Defesa, “foi o espetáculo mais indecoroso da história política brasileira. Lula ria. Nelson Jobim ria. Tarso Genro ria. Celso Amorim ria. Juiniti Saito ria. Marco Aurélio Garcia ria. Por algum motivo, até mesmo o demitido Waldir Pires ria. Lula provavelmente se regozijava por ter se safado

de de mais uma fria”. O jornalista se refere ao fato de Lula ter escolhido um fiel aliado que assumiu para si a crise aérea e a responsabilidade pelas mortes em dois acidentes que vitimaram mais de 300 brasileiros. Mainardi concluiu indignado seu artigo: “Que espécie de gente tripudia sobre mortos? Como alguém pode atingir esse grau de pusilanimidade? Um dia Lula morrerá. Mas nós já teremos morrido antes.”

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

D I O G O M A I N A R D I

Morremos todos

Quando é que derrubaremos Lula?

A posse do ministro da Defesa, na última quarta-feira, foi o espetáculo mais indecoroso da história política brasileira. Lula ria. Nelson Jobim ria. Tarso Genro ria. Guido Mantega ria. Celso Amorim ria. Juiniti Saito ria. Marco Aurélio Garcia ria. Por algum motivo, até mesmo o demitido Waldir Pires ria. Lula provavelmente se regozijava por ter se safado, segundo seus cálculos, de mais uma fria. No caso, os 200 mortos da tragédia da TAM. Ele repetiu despidamente, com sua risada, o gesto de escárnio feito por Marco Aurélio Garcia em seu gabinete, no Palácio do Planalto. Que espécie de gente tripudia sobre 200 mortos? Como alguém pode atingir esse grau de pusilanimidade? Se um dos militares presentes naquela sala batesse vigorosamente as botas, Lula e seus ministros sairiam com certeza saíram em disparada, aos gritos, acotovelando-se e pisoteando-se no carpete verde. Eles só sabem cuidar da própria pele e do próprio bolso. Dane-se todo o resto.

Ninguém derrubará Lula. O que vai acontecer conosco é muito pior: um progressivo desmoronamento da sociedade. É sempre complicado tentar apontar o momento em que um país se perde irremediavelmente. Mas, se eu fosse apostar, apostaria todas as fichas que ele ocorreu na posse de Nel-

son Jobim, na quarta-feira passada. Entre uma tirada de bar e outra, Lula profanou os 200 corpos dando a entender que o desastre poderia servir pelo menos para diminuir as filas da ponte aérea. Uma sociedade resiste a um governo corrupto. Ela resiste também a um presidente incapaz. O que elimina qualquer possibilidade de convívio é o triunfo dessa boçalidade predatória que caracteriza Lula e sua gente. Eles cercaram a cidadela e ficaram esperando que nossas reservas de civildade acabassem. Elas acabaram. Estamos desarmados e rendidos.



“A posse do ministro da Defesa, na última quarta-feira, foi o espetáculo mais indecoroso da história política brasileira. Lula ria. Nelson Jobim ria. Tarso Genro ria. Guido Mantega ria. Celso Amorim ria. Juiniti Saito ria. Marco Aurélio Garcia ria. Por algum motivo, até mesmo o demitido Waldir Pires ria. Lula provavelmente se regozijava por ter se safado, segundo seus cálculos, de mais uma fria”

O Brasil é um buraco. Nunca fizemos algo que prestasse. Mas até outro dia ainda tínhamos uma vaga idéia de como nos comportar. E era essa vaga idéia que mantinha o país andando. Andando de lado, mas andando. Uma das regras de comportamento que a gente seguia era manter certa dose de compostura diante da dor pela morte de alguém. Lula violou essa regra. Depois de violá-la, tripudiou mais uma vez, ensinando aos familiares dos mortos do desastre da TAM que “é preciso que a gente tenha momentos de descontração para tornar a vida menos sofrível”. Um dia Lula morrerá. Mas nós já teremos morrido antes dele.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64,

§ 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o

Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003)

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007 (nº 993/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.*

(Dependendo de pareceres das Comissões de Educação e Assuntos Sociais).

(Urgência a partir de: 24-8-2007)

(Sobrestando a pauta a partir de: 3-9-2007)

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 473, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, que *dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências.*

(Dependendo de pareceres das Comissões de Educação e Assuntos Sociais).

(Urgência a partir de: 24-8-2007)

(Sobrestando a pauta a partir de: 3-9-2007)

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que *aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.*

4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

5

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI*

(financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que específica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.*

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, *que acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.*

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 13, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.*

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 2, DE 2007

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator:

Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas n°s 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 5, DE 2007

Parecer sob n° 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas n°s 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 50, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob n° 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda n° 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 58, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

Parecer sob n° 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta,

favorável, com a Emenda n° 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Silhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 105, de 2005 (n° 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei n° 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.*

Parecer favorável, sob n° 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 132, de 2005 (n° 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob n°s 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento n° 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 83, de 2006 (n° 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso.*

Pareceres favoráveis, sob n°s 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora ad hoc: Senadora Maria do Carmo Alves.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 108, de 2006 (n° 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de*

setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

19**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 204, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Arthur Virgílio.

20**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 502, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.*

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

21**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 503, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação*

de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

22**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 504, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

23**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

24**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 6, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Augusto Botelho.

25

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

26

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 25, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.*

Parecer favorável, sob nº 345, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, celebrada em 30 de agosto de 1961.*

Parecer favorável, sob nº 385, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto das Emendas ao Convênio*

Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD.

Parecer favorável, sob nº 277, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 346, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo*

da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

34

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA)
– Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 01 minuto.)

**ATA DA 131ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
EM 22 DE AGOSTO DE 2007
(Publicada no Diário do Senado Federal nº 128, de 23 de agosto de 2007)**

RETIFICAÇÃO

Na página 28415, 1ª coluna, após a proclamação do resultado da votação do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2007, exclua-se por impropriedade na localização, o seguinte despacho:

“A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final”.

Ata da 146ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 30 de agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Alvaro Dias,
Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Mário Couto e Mão Santa

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 30/8/2007 07:35:52 até 30/8/2007 20:40:16

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X		DEM	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	X		PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	
DEM	BA	CÉSAR BORGES	X						
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
DEM	MA	EDISON LOBÃO	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
Bloco-PTB	AL	EUCLYDES MELLO	X						
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X						
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X						
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X						
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X						
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
Bloco-PTB	RR	MÓZARILDO CAVALCANTI	X						
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA	X						
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X						

Compareceram: 68 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 68 Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O Senador Delcídio solicitou a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/

PSB – SE) – Também estou solicitando pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Também

pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – To-

dos estamos pedindo pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Todos pela ordem.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela

ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de fazer um registro. Eu me inscrevi para falar ontem, mas não o pude fazer porque praticamente todos os dias temos feito sessões homenageando figuras importantes do nosso País, inegavelmente, mas essas homenagens estão-se tornando rotina, Sr. Presidente, e não conseguimos debater absolutamente nada aqui, no Senado. Depois, abri mão da minha fala, para não prejudicar a Ordem do Dia. Em função de um acordo que houve entre Lideranças, mudaram a pauta de votação, e todos oradores inscritos ficaram prejudicados também. Não conseguimos falar. Viemos aqui, ansiosamente, para fazer o debate político, para discutir coisas importantes para o País, para o futuro do Brasil e temos a informação de que não poderia haver sessão porque o Conselho de Ética está funcionando agora. Neste momento, tomamos conhecimento também de uma sessão de homenagem. Não sou contra homenagens, mas penso que essa agenda tem de ser mais bem calibrada, Sr. Presidente, porque não podemos ficar prejudicados. Não conseguimos fazer um debate mais no Senado, não conseguimos fazer um debate de idéias, de projetos que são importantes para o País. Há uma agenda propositiva para o Senado Federal e para o Congresso. Estamos vindo todas as semanas e não conseguimos discutir nada. Há uma dificuldade enorme para se votar projetos importantes.

Sr. Presidente, deixo aqui, com todo o respeito que tenho pelos homenageados, claramente a minha insatisfação com essa agenda organizada pelo Senado Federal. Não podemos continuar dessa maneira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a tem razão. Nós comungamos do mesmo desejo de ver os trabalhos do Senado Federal produzindo. É claro que é o desejo de todos os Srs. Senadores. E nós vamos comunicar à direção, na próxima reunião da Mesa, esse seu pleito, esse seu questionamento e, certamente, discutiremos uma agenda que possa ser a mais produtiva possível, para que o Senado ofereça à sociedade respostas às suas expectativas.

Nós agradecemos a intervenção de V. Ex^a, que foi, exatamente, no sentido da construção: uma crítica construtiva, com o objetivo, inclusive, de melhorar a imagem do Senado Federal, tão desgastada nos últimos tempos.

Concedo, pela ordem, a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela

ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, faço minhas as palavras do Senador Delcídio Amaral.

Mas haverá a homenagem, e o autor do requerimento acabou de chegar, o Senador Adelmir Santana.

Quero apenas deixar a minha inscrição feita, como Líder do PT, tão logo nós retomemos a sessão normal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Fica V. Ex^a inscrita em segundo lugar, já que, em primeiro lugar, está inscrito o Senador Delcídio Amaral. V. Ex^a não vai falar, Senador Delcídio? Então, fica em primeiro lugar V. Ex^a, Senadora Ideli.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presiden-

te, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Senador Mão Santa, Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem

revisão do orador.) – Primeiro, Sr. Presidente, quero contestar V. Ex^a, que fala tão bem, mas a imagem do Senado não está desgastada; V. Ex^a, na Presidência, resgata qualquer desgaste que tenha havido.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a, por

sua grandeza própria e pelo Estado que representa, o grandioso Estado do Paraná.

Mas quero pedir a V. Ex^a que me inscreva para uma comunicação inadiável no período normal, depois do pedido do Senador Adelmir Santana de homenagear, com muita justiça, o comércio.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Senador Mão Santa, V. Ex^a fica inscrito em segundo lugar, para uma comunicação inadiável.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, Presidente desta sessão, quero requerer a V. Ex^a, após realização desta homenagem, a minha fala como Líder do PSB, como manda o Regimento Interno desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito em segundo lugar, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sr^{as} e Srs. Senadores, o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da presente sessão será dedicado a comemorar o Dia do Comerciante, nos termos dos Requerimentos n^{os} 825 e 901, do Senador Adelmir Santana e outros Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Adelmir Santana, primeiro signatário do requerimento.

Os convidados podem adentrar o recinto do plenário do Senado Federal e tomar assento nas bancadas dos Srs. Senadores.

Com a palavra o Senador Adelmir Santana.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, companheiros do comércio, estamos vivendo momentos difíceis. Está havendo uma reunião do Conselho de Ética, onde chegou a ser anunciado que esta sessão seria postergada, e aqui o Senador Alvaro Dias abriu esta sessão. Eu não poderia, como autor do requerimento, perder a oportunidade de fazer este pronunciamento. Lamentavelmente, alguns companheiros do comércio que aqui estavam, depois da informação inicial, retornaram aos seus escritórios, ao seu trabalho. Mas faremos constar nossa homenagem a essa tão importante categoria, que tem aqui alguns representantes. Não vou nominá-los para não correr o risco de falhar.

É com grande satisfação que ocupo a tribuna para prestar esta homenagem pela passagem do Dia do Comerciante, que se comemora no dia 16 de julho, mas, por causa da agenda, somente hoje chega ao Plenário do Senado Federal esta nossa comemoração.

Longe do constrangimento do auto-elogio, pois, como todos sabem, fiz-me empresário, Presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal e também, por conseqüência, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio e Senador da República, graças a essa laboriosa e diuturna atividade. Assim, manifesto

publicamente o meu mais sincero orgulho de pertencer a classe tão distinta de empreendedores.

Não me canso de afirmar: Brasília é uma cidade fruto da coragem e do empreendedorismo do então Presidente Juscelino Kubitschek.

Brasília, assim como o Brasil, é uma aventura de empreendedores. Foi esse sonho que trouxe para cá os pioneiros, os que vieram construir o futuro e fazer a vida pulsar que presenciamos hoje nesta cidade plenamente construída. E entre esses, lá estavam, no batalhão avançado, os comerciantes sempre dispostos a transformar o vazio do Planalto Central em um pequeno restaurante, um mercadinho de secos e molhados, uma loja de produtos que teriam utilidade vital para as outras pessoas que para a nova capital se dirigiam.

O tempo passou. Brasília se transformou em um pólo de desenvolvimento brasileiro como sempre quis o Presidente JK, com sua visão de estadista. Além de receber todos os Poderes, Brasília desenvolveu sua vocação de cidade do comércio e de serviços.

Segundo informações do censo empresarial do IBGE, 31% do PIB do Distrito Federal, depois de excluídos os serviços públicos, é de atividades comerciais e de serviços, enquanto a indústria ocupa apenas 8,7% e a agricultura, pouco menos de 1%.

Por isso, neste momento, convoco os senhores a uma breve reflexão sobre nosso presente político, nosso futuro econômico e nosso compromisso social.

Em primeiro lugar, gostaria de chamar atenção de todos para os avanços legislativos que conquistamos nos últimos meses. Não restam dúvidas de que a promulgação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas em julho último vai contribuir para a formalização de milhares de empreendimentos e de empregos no País. A lei começa a ganhar vida própria com a aprovação do Supersimples nacional. Estamos nos preparando para uma verdadeira revolução na economia nacional.

Aliás, as notícias já são positivas para as mais de 90% das empresas brasileiras que fazem parte deste universo. Nesta semana, por exemplo, o Sebrae divulgou pesquisa mostrando que a taxa de sobrevivência das micro e pequenas empresas do Brasil cresce de 50% em 2002 para 78% em 2005, ou seja, a taxa de mortalidade dessas empresas caiu 22%.

As micro e pequenas empresas brasileiras estão sobrevivendo mais. Esse resultado é considerado extremamente positivo quando comparado com o obtido em pesquisa anterior, em que esse índice foi de 50,6% para as empresas abertas entre 2000 e 2002.

Essas informações fazem parte do estudo “Taxa de Sobrevivência e Mortalidade das Micro e Pequenas Empresas”, encomendado pelo Sebrae a **Vox Populi**.

O levantamento faz uma análise de vários aspectos em 14.181 empresas brasileiras ativas e extintas em todas as regiões do País nos anos de 2002 a 2005.

Em 2005, 50,5% das empresas ativas e 49,5% das empresas extintas estavam inseridas no setor de comércio e serviços. Na indústria, 12,3% era ativas e 12,6% extintas.

Independentemente desta pesquisa, os números dos negócios realizados na base da informalidade no Brasil ainda são impressionantes e, ao mesmo tempo, muito inquietantes. É necessária a realização de uma ampla campanha com vistas a incentivar a regularização dos pequenos negócios, convertendo-os ao mercado formal.

A principal argumentação do passado era exatamente a forte carga tributária e a burocracia do Estado brasileiro. Com a aprovação da Lei Geral, esses ingredientes foram de certo amenizados, uma vez que se reduz fortemente a burocracia e a carga tributária brasileira.

Nós, comerciantes, não podemos continuar convivendo com o camelô informal nem com o vendedor pirata que monta ilegalmente seu negócio às portas de nossas lojas. A luta contra a pirataria é de fundamental importância para a sobrevivência do comércio.

Estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ligado ao Ministério do Planejamento, vem comprovar o que já percebemos a olhos nus: em 2005, 50,4% dos postos de trabalho gerados pelo setor produtivo nacional foram provenientes de empreendimentos do setor informal. Revela-se, igualmente, que o setor informal sustenta cerca de 14 milhões de pessoas sem carteira assinada e sem direitos trabalhistas.

Precisamos reverter esse quadro e quebrar a inércia se quisermos construir um País competitivo e justo, com ambiente saudável para os negócios e geração de empregos para a população.

Do mesmo modo, devemos reduzir as desigualdades ainda existentes em nossa sociedade, proporcionando possibilidade de trabalho formal a milhões de brasileiros.

De certa forma, a Lei Geral e o Supersimples, ao reduzir oito tributos em um só, fazem uma reforma tributária na base, quebrando a carga tributária de forma agressiva.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Convidados, caros comerciantes, em tempos de globalização acirrada, a intensificação do dinamismo econômico tem imposto diversos desafios à estrutura produtiva das economias modernas.

No Brasil, a realidade não poderia ser diferente. Em particular, nos últimos 15 anos, o setor terciário vem ganhando crescente representatividade. Se apreciarmos os dados das contas nacionais de 2006, divulgados pelo IBGE, verificaremos que a taxa de expansão do setor terciário, que foi de 3,17%, situa-se em patamar expressivamente acima da taxa média de geração do Produto Interno Bruto, que foi de apenas 2,75%.

E mais: entre as atividades que o compõe, destaca-se o comércio com pouco mais de 8,9% de participação do PIB nacional.

Trata-se de uma espiral inexoravelmente ascendente, de cujo mecanismo mercadológico a ninguém cabe desconfiar.

O setor terciário é o campeão de absorção de mão-de-obra no Brasil. Segundo a última versão da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, em 2005, do total de trabalhadores ocupados naquele ano, mais precisamente 87,1 milhões de pessoas, 17,8% encontravam-se nos setores de comercialização de bens e 46,8%, no de serviço.

Não é segredo para mais ninguém, especialmente para os comerciantes, que as empresas prósperas são capazes de criar experiências únicas que lhes garantam uma vantagem competitiva sustentável. O comerciante moderno, globalizado, plugado no mundo da era cibernética, esforça-se para fazer o cliente sentir, pensar, agir e manter relações duradouras.

Para além das estratégias de **marketing**, esses empresários investem nas operações, desenhando processos inovadores de atendimento, de prestação dos serviços e de relacionamento, que se aproximam do conceito de excelência.

Em suma, para alcançar resultados melhores em termos de fidelidade do consumidor, aumento de receitas e liderança de mercado, as empresas terão que ter foco estratégico bem definido, processos de execução excelentes e pessoas motivadas, oferecendo serviços de qualidade superior.

Sr. Presidente, dentro desse raciocínio da modernidade social, não podemos nos furtar de reconhecer o papel educacional na formação de mão-de-obra que o sistema “S” presta a toda a população brasileira em todos os setores.

Chamo a atenção, em especial, dos senhores para as instituições Sesc e Senac – Serviço Social do Comércio e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, respectivamente –, um conjunto de equipamentos e atividades sociais e profissionais e educacionais, profissionais da educação, e

culturais da educação, que estão ligados intrinsecamente ao setor do comércio, ao setor terciário, ligado, portanto, aos comerciantes.

Criado há mais de 60 anos por decretos, o Sesc e o Senac surgiram da necessidade de mudanças dos paradigmas inerentes às relações de trabalho existente até então. Foi naquela época que os empresários do comércio de bens e serviços, ou seja, os comerciantes, se propuseram a prestar serviço aos trabalhadores do comércio de bens e serviços, turismo e seus dependentes, no intuito de promover ações que resultassem na melhoria de suas condições de vida.

O Sesc e o Senac, portanto, talvez sejam a mais nobre das conquistas dos comerciantes brasileiros.

Atualmente, o Sesc e o Senac, representados em todas as regiões do Brasil, garantem para os comerciários e para aqueles que desejam inserir-se nessa atividade, para sua família e também para a comunidade em geral de uma enorme estrutura de prestações de serviços e benefícios de relevância social, que incluem inúmeras ações na área da saúde, da educação, do esporte, do lazer, da cultura, da alimentação e, naturalmente, da formação de mão-de-obra.

No Distrito Federal, o Sesc e o Senac surgiram em 1966, há mais de 40 anos. Primeiro sob a forma de delegacia, depois de departamento, até chegar a departamento regional.

O sistema foi progressivamente ampliado para atender a maior parte da população residente na região que compreende o Distrito Federal. Atualmente, nós possuímos várias unidades, tanto do Sesc quanto do Senac, e atendemos a mais de 200 mil associados que nos procuram.

Vamos, até o final deste ano, inaugurar, na Ceilândia, maior pólo habitacional desta cidade, uma das maiores unidades da instituição do Sesc em todo o País. Além de um *design* sofisticado, o novo Sesc do P-Norte terá, com certeza, um impacto social, cultural e esportivo muito grande sobre a comunidade ceilandense, cuja população é estimada em torno de 400 mil habitantes.

Construído numa área de 50 mil metros quadrados, com 20 mil metros de área coberta, 8 piscinas aquecidas, 2 campos de futebol, um teatro para 450 lugares, 15 salas de aula, um conjunto de ginástica e outro médico-hospitalar, com consultórios médicos e odontológicos, além de um grande salão de atividades múltiplas, o Sesc/Ceilândia está com sua inauguração prevista ainda para o final deste ano.

A razão da existência da instituição é exatamente o comerciário, seu principal ator e protagonista. Mas,

sem dúvida, o Sesc e o Senac são os grandes orgulhos dos comerciantes, pois é altamente improvável que algum brasileiro resista em reconhecer os préstimos educacionais, sociais e de formação de mão-de-obra a que os órgãos atrelados ao sistema se dedicam, há décadas, em nome do desenvolvimento de nossa gente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, a nossa intenção é fazer uma homenagem aos empresários do comércio. Há pouco, contávamos aqui com alguns convidados que, sob a alegação de que a sessão seria postergada, uma vez que está havendo, como eu disse, reunião do Conselho de Ética, não tiveram a paciência de nos esperar.

Registro também a presença de Gil Siuffo, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio, que vem a esta solenidade representando a instituição. Há outros companheiros presentes, mas tomo a liberdade de não citá-los, uma vez que não tenho aqui o vocativo de cada um e não quero cometer a injustiça do esquecimento.

Quero dizer que a presença de alguns, certamente, tem significado para nós, comerciantes, porque representa, sobremaneira, uma homenagem que queremos prestar a essa atividade que, como eu disse no início, tem contribuído para o crescimento da nossa cidade e do País.

Quero citar o nome de Taurisano, comerciante que está em Brasília desde antes da sua inauguração, simbolizando o nome de todos os comerciantes de Brasília e do Brasil. Aqui, está Luiz Gil Siuffo Pereira, representando a Confederação Nacional do Comércio, um homem com mais de 50 anos nesse ramo, que será alvo proximamente de uma homenagem que lhe será prestada pela área do petróleo por dignificar as nossas atividades comerciais. Deixo, portanto, Sr. Presidente, de citar nomes de outros comerciantes sem que isso possa representar nenhuma falta de atenção. É apenas para não cometer a injustiça de não citar todos.

Concluo, Sr. Presidente, convocando todos os comerciantes para a construção de um novo e verdadeiro Brasil: do trabalho, da ética, das relações cordiais e ordeiras entre a sua gente, o patrão e o empregado, o lojista e o cliente, o político e o eleitor. Uma missão nos espera. Um novo plano de desenvolvimento do País exigirá muito trabalho, competência e capacidade para renovação.

Por fim, aproveito a nobre ocasião para, igualmente, congratular-me com todos os comerciantes pelo inegável sucesso no atual estágio da economia brasileira e por nosso compromisso social, represen-

tado pelo histórico Sistema S do comércio, nas figuras do Sesc e do Senac, dos quais estão presentes alguns representantes, que, em tão boa hora, vêm também associar-se a esta homenagem. Sesc e Senac representam os braços sociais da atividade dos empresários de comércio e serviços do País.

E o Sistema S, com o seu intransigente compromisso com a educação e bem-estar de nosso povo, esteja certo, terá a contribuição de todos os empresários do comércio.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela atenção.

Durante o discurso do Sr. Aldemir Santana, o Sr. Álvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradecemos muito a V. Ex^a.

Tenho a honra de destacar a presença do Sr. Luiz Gil Siuffo Pereira, que, como já afirmou V. Ex^a, é Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio. Destaco também a presença do Dr. João Sampaio, ex-Prefeito de Maceió, em nome de quem eu gostaria de saudar todos os presentes nesta sessão especial do Senado Federal.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, que preside esta solenidade em homenagem ao comércio, Sr^{as} e Srs. Senadores presentes, brasileiras e brasileiros que nos assistem e que sintonizam o sistema de comunicação do Senado, tenho umas idéias próprias. Entendo que quem fez a democracia, Senador Mário Couto, foi o povo, gritando, nas ruas, por liberdade, igualdade e fraternidade. E um jurista iluminado mudou aquele sistema absoluto dos reis – o absolutismo –, que seriam os deuses na terra, e dividiu esse poder, para não ser único. Mas eu acho que por vaidade nossa, Senador Eurípedes, chamamos Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário.

Deus me permitiu ser prefeito, Renan Calheiros. Depois, governei o Piauí. Aí eu entendi que nós não éramos poder, éramos vaidade. É como está na Bíblia: tudo é vaidade. Poder mesmo tem quem nos paga, quem trabalha, quem paga imposto. Eles é que são os patrões. Eu comecei a ver como é que funcionavam as coisas.

Montesquieu não foi prefeito, não foi governador. Embevecidos estamos até hoje aí como os poderosos. Poder é do povo, que trabalha, que paga impostos. Deus.

E vi isso. E se o mundo sempre busca como viver melhor, esse é o objetivo nosso, de animais políticos. Antonio Carlos Valadares, nós, animais políticos, criamos, inventamos. E das invenções da humanidade a mais feliz foi o comércio porque nos aproxima, melhora o mundo e nos paga, Mário Couto. Nós ganhamos bem e o Judiciário ainda mais. O Executivo tem até aquele cartão de crédito livre. Eles têm, mas quem paga é o povo, quem paga tem trabalho. E a feliz idéia do comércio só veio melhorar o mundo e onde é forte tem civilização.

Eu me ufano, Renan: eu sou filho de comerciante. Vim aqui e o Mário Couto disse “Mão Santa, vamos acabar logo com isso para depois a gente “tacar o pau”. Ele é danado, o Mário Couto. Mas eu disse: não vim render uma homenagem a meu pai, que era comerciante.

Renan meu pai era comerciante e minha mãe, filha do comerciante mais rico do Piauí: José Moraes, que você conheceu. Meu avô começou por lá e levou o seu comércio para o Rio de Janeiro. Chegou a ter dois navios. Levava matéria-prima e o sabão que fazia. Moraes, que passou a Dakopa, a gordura Moraes Dunorte e ganhou a gordura Carioca.

Mas minha mãe, representando a mulher, Terceira, ela casou com um homem que foi ser comerciante e ela não queria viver à custa do pai. Então, Mário Couto, eu lembro que eu disputava o colo de minha mãe com o livrão de contabilidade, aquele grandão: “haver”. Ela era contadora da firma de meu pai. Ela não foi viver à custa do pai dela nem de meu pai; ela foi enfrentar... E eu vi quanta dignidade, quanta vergonha, quanta decência. Ó, Ideli, eu disputava o colo da minha mãe com o livro de contabilidade. Não tinha essa eletrônica, não. Ela ajudando o marido, o meu pai, comerciante. Ele teve, depois, uma casa de móvel – eu me lembro – e anunciava: “Vende à vista e à prestação sem a menor complicação”. Meu pai, Renan, foi o primeiro que vendeu à prestação no Piauí. E eu aprendi muito. Olha, essa turma trabalha, Mário Couto!

Eu acho, ó Renan, V. Ex^a, que é poder, que tem acesso a Luiz Inácio, que convive com o PT... A Ideli já saiu. Eu acho que está na hora de nós termos mais austeridade. Esse povo trabalha demais para agüentar a conta do Brasil, que está pesada. São 76 impostos que vocês pagam e que nós – o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário

– gastamos. Renan, estou aqui porque tenho que ensinar. No dia que eu sentir que não tenho...

Vi Evandro Lins e Silva. Uma das últimas viagens que ele fez, ó Mário Couto, foi a minha cidade, à cidade dele. Eu fora convidado para ser paraninfo – ó Mozarildo – e disse: não, meus jovens, vou trazer uma pessoa mais importante. Eles não tinham noção. Era a primeira turma da Faculdade de Direito da nossa cidade, e eu convidei Evandro Lins e Silva, já velhinho. Mário Couto, quanta dificuldades para levá-lo! Mas aí eu consegui dar o cachê que ele queria. Mozarildo, cheguei-me a Evandro Lins e Silva e disse: Evandro Lins e Silva, você se lembra de Rui Barbosa, não é? Ele fez um discurso, ó Eurípedes, Oração aos Moços, o último; não pôde lê-lo – era paraninfo de uma turma –; mandou o seu colega. É um livro que todos devem ler, principalmente os que fazem Direito. E convenci Evandro Lins e Silva de que ele faria o seu último discurso, e faria – e fez – um livro, e garanti publicá-lo. E ele foi.

Renan, V. Ex^a, que é o nosso Líder, é do Poder...

Eu me lembro lá naquela casa nossa da praia, aliás, foi o nosso amigo Zé Morais que transferiu, ele foi fazer um hotel, e eu com Evandro Lins e Silva.

Mário Couto, STF, aprenda! Aí ele olhou e disse: “Governador – lá na minha casa da praia –, eu fui do Supremo Tribunal Federal”. E foi ele que libertou todos os presos políticos. Miguel Arraes me contou que já estava pensando – ele até traduziu um livro, *A Mistificação das Massas pela Propaganda Política*, de Serge Tchakhotine, em francês – até em suicídio, não pensava mais em ser libertado. Aí veio o *habeas corpus* de Evandro Lins e Silva. Mas ele me disse, Mozarildo: “Governador Mão Santa, eu era sozinho numa mesa de madeira e irradiiei justiça que nem o sol”. Quer dizer, a autoridade é moral, não é dessa ostentação, desses prédios, desses colossos, e quem paga a conta é quem trabalha. E o povo está pagando conta demais.

Presidente Renan, este País tem 76 impostos. Dizem os estudiosos, Mozarildo, que, desses países emergentes – a Rússia, a Índia, a China, o Brasil –, pagamos mais do dobro do que aquele em que se paga mais.

Há um imposto que traduz ...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Presidente Renan, o som.

(...) que até o ICMS direto sobre circulação de mercadorias e que as cidades mais populosas dependem, sobretudo, dele.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Mão Santa, gostaria, se V. Ex^a permitir, um aparte, antes do término do seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a sempre tem prioridade como Senador, como médico e como o maior líder maçom que conheço.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Obrigado Senador. Eu não poderia deixar de fazer esse aparte, porque aqui não me inscrevi normalmente para participar dessa homenagem muito justa. Quero lembrar uma coisa da minha vida: o meu pai, um cearense que foi para o Estado de Roraima quando lá ainda era Território Federal, foi comerciante, inclusive tinha uma loja no comércio chamada “A Cearense”. E, portanto, dentro dessa área é importante ressaltar – V. Ex^a disse aí que os comerciantes, os empresários pagam muito imposto – que quem paga é o povo. O povo paga muito imposto. Os comerciantes, os empresários são impedidos de investir mais e desenvolver mais por causa da carga tributária. Isso é verdade! E nós precisamos urgentemente corrigir essa distorção, que infelizmente... Ontem homenageamos Getúlio Vargas, e nós estamos precisando de um novo estadista no Brasil.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu acho que tem vários. Lá em Roraima tem um grande estadista Mozarildo Cavalcanti, daí o nome Boa Vista, visão, sua Capital.

Mas eu queria dizer o seguinte: eu vi... E agora como político? A gente entra nas cidades pequenas e vê aqueles comerciantes... Eu me lembro que um vereador me levou, às 11 horas da noite, à cidadezinha, e o pai dele, o Vice-Governador do Piauí... Wilson Mantins... Ele disputou até chapa, não estava do meu lado. Eu fui visitar o pai dele, na casa a que sempre ia – ele foi líder do meu governo. Adelmir, era domingo e ele estava trabalhando no comércio do lado. Ele tem uns noventa anos, eu acho, assim da idade de Alberto Silva. Então, esse é o exemplo maior que nós temos: esse pessoal, trabalho, amor. E eu nasci desse amor de um casal que teve comércio. “Casas Moraes Souza vende à vista e à prestação sem a menor complicação”. Mozarildo, meu pai me testou para que eu fosse comerciante. Ele me colocou lá e eu só ia em junho, comprava fogos para vender. Mas eu tirava todo meu lucro para fazer aquelas fogueiras de Santo Antônio e São João.

Mas eu iria terminar, Sr. Presidente, falando sobre o Piauí. Há até a revista “Piauí. Cinquenta anos em cinco”, uma entrevista minha. Eu ia buscar os homens mais capazes e mais competentes para fazer essa homenagem.

Adelmir Santana, que é também Senador, O Piauí é o Estado mais forte. Há três Senadores aqui, eleitos, como nos outros Estados. Aí, nós partimos na dianteira. Emprestamos um para o Acre, o Sibá, que é o que está evoluindo e estudando mais. Vou dar-lhe o livro do Lacerda. E, agora, Adelmir Santana, que é filho de mãe piauiense, grande mãe, recebeu o título de Cidadão Piauiense.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Mão Santa, eu queria apenas aproveitar para lhe fazer um aparte. O senhor faz uma revelação de que sou conhecedor. Mão Santa, além de ser um homem extremamente inteligente, sua família, como ele próprio fez referência, é realmente uma família consagrada na área de comércio. Aliás, os filhos dessa família no Piauí são chamados de “Os Príncipes do Piauí”. A família Mendonça Clark e a família Souza Santos foram as bases do comércio atacadista, do comércio de exportação e do comércio varejista do Estado do Piauí. Quero, portanto, associar-me às informações que V. Ex^a traz ao Senado e, ao mesmo tempo, destacar que o Mão Santa é originariamente de uma família de milionários piauienses que, certamente, se enquadravam entre os milionários brasileiros.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Nada disso. Eles eram como esses comerciantes que trabalhavam. E eu fui fazer Medicina, que acho a mais humana das ciências. O médico é um grande benfeitor da humanidade. Dediquei minha vida em uma Santa Casa. Estas mãos, guiadas por Deus, tentavam salvar vidas.

V. Ex^a acertou: eu sou milionário. Primeiro, eu tenho uma rainha em casa: a minha esposa Adalgisa, e príncipes: meus filhos e netos. É uma das famílias mais bem construídas do Brasil. Então, esse título eu aceito.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Antes de V. Ex^a encerrar, Senador Mão Santa, devo dizer que minha mulher cobra muito, toda vez que V. Ex^a cita sua esposa... Quero dizer que eu também tenho, não a Adalgisa, mas minha Geilda, permanentemente. Somos casados há 38 anos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a está perdendo. Faremos agora 39 anos de casados em São Sebastião. Não é em Santo Antônio. O santo do amor é São Sebastião. V. Ex^a só tem 38 anos de casado. Quantos filhos tem?

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Três.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Perde! Temos quatro. Quantos netos tem?

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Quatro.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Perde! Temos sete.

Mas convido V. Ex^a e sua esposa a passar uma lua-de-mel no delta do Piauí.

Para terminar, cito o que diz um dos filhos mais competentes do Piauí, o ex-Prefeito Firmino Filho, em uma reportagem sobre o que é o comércio. Teresina, a primeira capital planejada do País, fica no meio do Estado, como o coração é no meio do corpo, é mesopotâmica, inspirou Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e Palmas: “Vive o esplendor de uma população bem distribuída, que tem nos seus aspectos econômicos um comércio forte que absorve mais de 50% da mão-de-obra, seguido da indústria de transformação e beneficiamento de matérias-primas, que, justamente com o setor têxtil, vêm ganhando destaque, assim também como a produção de alimentos...”

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Em Teresina, a primeira capital planejada, que simboliza todo o Brasil – Brasília é planejada –, mais de 50% de sua riqueza, segundo o ex-Prefeito Firmino Filho, vêm do comércio. Aos comerciantes, nossos aplausos. E a saudade de meus pais comerciantes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a. Entendo ser V. Ex^a o último orador inscrito desta sessão de homenagem. Portanto, neste momento, gostaria de fazer a saudação final em nome do Senado Federal.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Luiz Gil Siuffo, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio, em nome de quem gostaria de cumprimentar todos os convidados e as pessoas presentes nesta sessão – digamos assim – histórica. Em primeiro lugar, não há como fazer diferente: eu quero parabenizar o nobre Senador Adelmir Santana pela feliz iniciativa de propor que dedicássemos a Hora do Expediente desta presente sessão legislativa para homenagear os comerciantes brasileiros, celebrados dia 16 de julho. Embora não tenhamos tido oportunidade, lá atrás, de realizar esta homenagem em data mais próxima, como queria o Senador Adelmir, não poderíamos deixar de registrar tanto a importância desta comemoração quanto o papel fundamental exercido pelos comerciantes no desenvolvimento da economia, no desenvolvimento também da sociedade.

Estou certo de que o saudoso Deputado Ulysses Guimarães, ao apresentar, em 1953, o projeto de lei que instituiu o Dia do Comerciante, sabia exatamente da importância desses integrantes do terceiro setor para a sociedade brasileira. É evidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, que o Dr. Ulysses Guimarães já antevia a estatura econômica que o comércio e o empreendedorismo teriam no Brasil das décadas seguintes.

Em nosso País, a classe empreendedora é responsável por parcela considerável da riqueza e dos empregos. De fato, o comércio responde por 40% do nosso Produto Interno Bruto e emprega diretamente mais de 25 milhões de trabalhadores. Contamos, no Brasil, com cinco milhões de empreendedores do comércio de bens, serviços e turismo.

Nesse verdadeiro exército de grandes, pequenos, médios e microempresários, destacam-se também a perseverança, a criatividade e a fé na dignidade do trabalho como fonte de crescimento, como fonte de felicidade. Eles merecem, sem dúvida, a nossa admiração, acima de tudo pelo fato de ser empresários no Brasil – como disse há pouco o Senador Mão Santa –, que é um verdadeiro desafio. A nossa carga tributária é uma das maiores do mundo, a pirataria e o comércio clandestino florescem, e fomos eleitos, recentemente, o País mais burocrático do Planeta, segundo o Relatório Internacional de Empresas de conhecida consultoria multinacional.

Para combater obstáculos dessa natureza, a classe produtiva precisa se organizar, tem se organizado e se organiza bem. O principal órgão da categoria, a Confederação Nacional do Comércio, a CNC, é motivo de orgulho para o empresariado nacional. Contamos atualmente com o Sr. Antonio José Domingues de Oliveira Santos como seu presidente, e o meu querido e ilustre amigo Senador Adelmir Santana como um dos seus vice-presidentes.

A CNC, criada há mais de sessenta anos, congrega 34 federações, 865 sindicatos e 5 milhões de empresas do comércio. A CNC responde, ainda, pela administração das atividades do SESC – Serviço Social do Comércio, e do Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Juntos, os dois serviços beneficiam, todo ano, mais de 20 milhões de brasileiros e constituem um dos mais elogiados e eficientes sistemas de desenvolvimento social do mundo inteiro.

Parabenizamos os comerciantes, portanto, estamos parabenizando também a própria CNC, como eu dizia.

Com enorme competência e profissionalismo, a CNC não apenas zela pelos interesses dos comerciantes, mas também presta um serviço inestimável e mundialmente reconhecido de formação profissional. O Congresso Nacional, o Senado Federal, por sua vez, está atento às demandas desse importante setor.

Apresentamos, discutimos, votamos e aprovamos uma série de projetos que visam, entre outras coisas, a reduzir a carga tributária, a combater a pirataria e a aperfeiçoar os negócios entre os setores públicos e os setores privados.

Ficando apenas nos exemplos mais importantes, nós mencionamos – e há pouco eu falava aqui com o Senador Adelmir Santana – a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que incentiva a formalização de negócios informais. E foi exatamente aqui – para que os senhores saibam, Senador Adelmir, vou repetir –, no Senado Federal, que nós fizemos um acordo para a aprovação da Lei e, depois, um acordo com a área econômica no meu gabinete, para que essa Lei pudesse ser posta em prática. Eu tenho absoluta convicção de que, a partir dos resultados que já começamos a colher, o Brasil vai crescer, por conta dessa Lei apenas – precisamos resolver outros obstáculos –, talvez como cresceu no passado, porque o Brasil, durante cinquenta anos, foi o país que mais cresceu na economia mundial. Quer dizer, o crescimento econômico é uma vocação nossa, e isso precisa voltar a ocorrer. E a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e os comerciantes são fundamentalmente responsáveis por isso que, tenho certeza, ocorrerá.

Além da Lei Geral, o Supersimples reduzirá significativamente a carga tributária para centenas de milhares de micro e pequenas empresas brasileiras. Senhoras e senhores, há também o Pregão Eletrônico, que, desde a sua implantação, vem sendo constantemente discutido, aperfeiçoado, sendo uma grande ferramenta para a redução dos custos da Administração Pública nacional. Enfim, são várias e importantes iniciativas que estão sendo tomadas para tornar o Brasil cada vez mais atraente para o comércio e, principalmente, para os comerciantes. Estimular o comércio, senhoras e senhores, é estimular o próprio crescimento do Brasil, é garantir as condições para esse crescimento, sobretudo por intermédio da aprovação de normas que estimulem o desenvolvimento nacional. E esse, como os senhores sabem, é um dos objetivos do Congresso Nacional.

Cumprida a finalidade da nossa sessão, tenho a honra de, em nome do Senado Federal, agradecer a presença de todos, e suspendo a sessão por apenas cinco minutos, para que possamos retomar a nossa Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Sr. Senador Jayme Campos enviou discurso à Mesa alusivo ao presente evento para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, celebrar o Dia do Comerciante significa comemorar a própria natureza das relações humanas. Antes mesmo de se organizar social ou politicamente, o homem encontrou na atividade mercantil uma maneira de dialogar com seu semelhante. Do escambo, da troca, nasceu o comércio e, com ele, uma noção mais aprimorada de civilização.

Hoje mesmo, no mais longínquo ponto deste planeta, onde não existe a presença de governos, onde não há a menor perspectiva de desenvolvimento, está lá uma casa comercial lembrando que a sociedade nada mais é que a capacidade humana de ampliar conversações e negociar interesses.

Falo assim, com indisfarçável paixão, porque conheço bem o comércio. Posso dizer que a gênese de minha formação profissional, e mesmo ética, se encontra nesta atividade. Aos 14 anos de idade comecei a trabalhar numa empresa atacadista, num armazém ou bolicho, como se diz em minha terra. Ali, entre o balcão e as pilhas de secos e molhados, tomei ciência da grandeza humana.

Apreendi com meu pai, meu querido Júlio Domingos, ou ‘seo’ Fiote para nossos incontáveis fregueses, que a honra e a dignidade residem nas pequenas ações cotidianas. Altivez e decoro são virtudes que se conquistam no dia-a-dia, que se lavam com suor e se edificam com a esperança.

Caro senador (Mão Santa), político que conhece bem a índole honesta e generosa de nossa gente...

Um troco feito de maneira correta é uma lição de moral. A pesagem fiel de um produto é uma atitude ética. O fiado é uma medida de confiança no semelhante. Enfim, o próprio labor desta gente manifesta a crença nas relações entre pessoas e nações. Foi da coragem e do destemor destes desbravadores que a humanidade conheceu o apogeu. Na rota das caravanas do passado brotaram cidades e países inteiros; da ousadia dos

empresários de hoje, que buscam novas tecnologias comerciais, surge um mundo de novas possibilidades econômicas e profissionais.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, poderia aqui declinar números e fazer projeções sobre o setor, mas prefiro falar dos homens que fazem desta atividade uma das mais importantes para o desenvolvimento das relações econômicas entre as nações. O próprio princípio do comércio está baseado no diálogo, na sensatez e na confiança. Está, portanto, alicerçado nas mais nobres virtudes humanas.

Dos encantados mascates que povoaram nossa imaginação e nossa infância de lendas e alegrias; dos bolicheiros do meu Pantanal, que fazem de seu pequeno negócio um ponto de convergência social; dos heróicos comerciantes que desafiam guerras e catástrofes e muitas vezes são os primeiros socorros aos vitimados; aos empresários que fazem deste setor o condutor das vias econômicas internacionais: o mercantilismo é a ação vital para o equilíbrio político entre povos e nações.

Toda esta malha de interesses planetários e de expansão da lógica econômica universal acabam confluindo para o balcão. E aí, neste ponto, dependem do bom senso do homem que está atrás do balcão. Muitas vezes de pouco estudo, mas de uma sabedoria prática irretocável. É a este profissional que dirijo minhas mais sinceras homenagens.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15 horas e 2 minutos a sessão é reaberta às 15 horas e 9 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está reaberta a sessão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Quero comunicar à Casa, antes de conceder a palavra pela ordem, que se encontra no Senado Federal o Sr. Euclides Affonso de Mello Neto, 1º Suplente do Senador Fernando Collor de Mello, da representação do nosso querido Estado de Alagoas. O Senador Euclides Mello foi convocado em razão da licença do titular, Fernando Collor.

S. Exª encaminhou à Mesa o original do Diploma e demais documentos exigidos por lei, que serão publicados na forma regimental.

É o seguinte o Diploma:

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

DIPLOMA

O Presidente Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 215 do Código Eleitoral (Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965), tendo em vista a proclamação dos resultados das eleições de 1º de outubro de 2006, expede o diploma de Suplente de Senador por Alagoas a

EUCLYDES AFFONSO DE MELLO NETO

pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), conforme Ata Geral das Eleições Gerais de 2006.

Maceió, 19 de dezembro de 2006.



Desembargador José Fernando Lima Souza
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra e a satisfação de designar os Senadores Antonio Carlos Valadares, Magno Malta e Gilvam Borges para conduzirem ao plenário o Senador Euclides Mello, a fim de prestar o compromisso regimental.

Enquanto isso não acontece, saúdo essa honrosa comitiva de alagoanas e alagoanos que estão presentes no Senado Federal, destacando o querido amigo João Sampaio. (Palmas.)

O Sr. Euclides Mello é conduzido ao plenário e presta, perante a Mesa, o compromisso.

Solicito que todos os presentes permaneçam de pé para o compromisso de posse.

O SR. EUCLYDES MELLO (Bloco/PTB – AL) – Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Declaro empossado, no mandato de Senador da República, o nobre Sr. Euclides Affonso de Mello Neto, que, a partir deste momento, passa a integrar todos os trabalhos da nossa Casa.

Parabéns. (Palmas)

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Euclides Mello.

Antes, porém, sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Magno Malta, com a aquiescência do Senador Euclides Mello.

O SR. EUCLYDES MELLO (Bloco/PTB – AL) – Pois não.

É lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado de Alagoas, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

Nome Parlamentar: **Euclides Mello.**

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2007.



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Euclides Mello.

O SR. EUCLYDES MELLO (Bloco/PTB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Servidores desta Casa, meus familiares e meus amigos das Alagoas e de outros Estados do meu Brasil, minhas Sr^{as}. e meus Srs.;

Venho das Alagoas, terra dos marechais, terra do proclamador da República brasileira, terra de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto, o consolidador da República. Venho da terra de um povo acolhedor, dedicado ao trabalho, enfrentando a luta pela sobrevivência, nestes dias de dificuldades e de insegurança, mas sem perder a esperança de melhores tempos.

Venho de um Estado de belezas naturais, com direito às águas mansas e mornas de um Atlântico especialmente presenteado aos nordestinos pelo nosso Criador.

Venho da terra que adotou o Senador Fernando Collor, homem público, humano por excelência, que terei a honra de substituir, temporariamente, neste Senado.

Por essa razão, obrigo-me, neste momento, a declarar que estou consciente da responsabilidade que passo a assumir, a partir de agora, quando ocupo a sua cadeira.

Ao mesmo tempo, sinto-me feliz com essa especial oportunidade. Oportunidade de voltar a ter assento no Congresso Nacional e, agora, na condição ímpar de substituto do Senador Fernando Collor de Mello.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, é em nome de Alagoas e dos alagoanos, esse povo forte, perseverante e altaneiro, a quem já tive oportunidade de representar em diversos mandatos legislativos, que aqui estou.

Relembro, agora, o início da minha carreira legislativa, quando, já em 1980, fui eleito vereador da Capital do meu Estado, grande aprendizado do mecanismo parlamentar. Ali, seguramente, recebi os mais valiosos ensinamentos do exercício das atividades legislativas. Aprendi, naquela Casa, igualmente, a aceitar, com dignidade, a vontade soberana da maioria.

Dessa valiosa tarefa na área municipal já não pude mais fugir à luta em favor da minha gente e, em particular, em favor dos humildes.

Fui posteriormente conduzido à Assembléia Legislativa como Deputado Estadual.

Naquele poder, seja como líder partidário, seja como líder de bancada, lutei sempre com denodo em favor das causas justas.

Lá também aprendi a respeitar as regras constitucionais ilegais, oferecendo o meu trabalho e o meu esforço pessoal em favor da melhoria das condições de vida do meu povo.

Mais tarde, tendo que voltar para São Paulo onde havia passado um período da minha juventude, pleiteei e fui honrado com o mandato de Deputado Federal.

Com esse meu ingresso na Câmara Federal, tive a feliz oportunidade de ser partícipe da bancada de apoio ao Governo Collor, fato que me orgulha pelo que foi feito em prol do povo brasileiro naquele período.

Volto hoje ao Parlamento Nacional e volto sentindo na minha lembrança que trago comigo o suporte dos exemplos de ações firmes apoiadas nos propósitos da honestidade, política e pessoal, de muitos companheiros que estavam ao meu lado na Câmara nos anos noventa e que, com satisfação, revejo hoje nesta Casa.

Agora, passadas quase duas décadas, essa é para mim uma oportunidade de dizer ao meu País que fui testemunha das ações de um governo cujo pensamento e determinação eram votados exclusivamente para o bem-estar do seu povo e o engrandecimento desta Nação.

Senhores, os atos de Collor na vida pública, seja na Presidência da República e em todos os cargos que exerceu em nome do povo, resultaram na concretização de um governo desenvolvimentista e de grandes transformações sociais.

Benefícios, como a abertura da economia e da modernização do parque industrial brasileiro, cujos frutos hoje colhemos.

Benefícios, como podemos ver, nos exemplos concretos de projetos visionários implantados para o avanço da indústria automobilística que passou a produzir veículos do mais alto padrão mundial, especialmente em termos de segurança, conforto e tecnologia.

A abertura para a instalação da indústria de computadores de última geração, trazendo a tecnologia atualizada e equiparando o Brasil aos povos mais desenvolvidos.

A oferta das condições técnicas e científicas às universidades, possibilitando a atualização dos mestres a fim de melhor transmitir as diversas ciências às gerações de hoje que já constroem o futuro.

A implantação da telefonia celular em nosso País viabilizando, nos dias atuais, a velocidade da comunicação fácil entre os nossos irmãos.

A preocupação que ele teve com os pobres e humildes, com os desfavorecidos e com os aposentados do antigo Funrural, aos quais ele determinou fosse pago um salário mínimo integral atendendo à nossa Constituição.

A atenção que o Governo Collor deu à educação e a saúde do povo brasileiro.

A construção e o equipamentos dos hospitais universitários,

O extraordinário projeto dos CIACs, uma obra magnífica, construída no Brasil inteiro, especialmente, nas localidades próximas às populações mais pobres.

Os CIAC, um Projeto de Educação Integral que, se tivesse havido a sua continuidade, estaria, com certeza, sendo o maior suporte para a educação das crianças e dos jovens brasileiros.

A construção de grandes obras estruturantes em todo o Brasil, valendo especial destaque para a hidrelétrica de Xingó, no rio São Francisco, uma realização que garantiu o desenvolvimento do Nordeste nos dias atuais.

Na área da Saúde, bastaria lembrar o grande Projeto do Médico da Família, uma medicina centrada no paciente, na pessoa e não na doença, além do atendimento pioneiro aos soropositivos. É um programa, hoje, comprovadamente vitorioso no País.

É, ainda, de ser lembrada a promulgação da legislação avançada – a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Defesa do Consumidor e a Lei Rouanet, de incentivo à cultura.

Essas e muitas outras mais foram realizações de um Governo voltado, exclusivamente, para o engrandecimento do Brasil.

Hoje, quando se fala de aquecimento global e dos perigos que rondam o nosso Planeta, merece ser destacada a visão do estadista.

O Presidente Lula já orientou seu Governo a trabalhar pela realização, no Brasil, da Rio+20, por requerimento do Senador Collor.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Euclides, quando V. Ex^a julgar oportuno, eu gostaria de fazer-lhe um aparte.

O SR. EUCLYDES MELLO (Bloco/PTB – AL) – Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Em seguida, inclua-me, Senador Euclides.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – AL) – Senador Euclides, quero, inicialmente, em nome do PTB, dar as boas-vindas a esta Casa a V. Ex^a, que, durante o período de licença do nosso Senador e ex-Presidente Fernando Collor, com certeza, vai honrar, com o mesmo brilhantismo, o mandato que o povo de Alagoas lhe confiou. Pego do seu pronunciamento dois pontos, para destacar realmente a importância do que V. Ex^a diz. Primeiro, como médico, eu não poderia deixar de destacar a questão do Médico da Família. Tive a curiosidade de, antes de ser Senador, ainda Deputado Federal, ir a Cuba conhecer o modelo do Médico da Família naquele país. Aplicar aquele modelo ao Brasil era muito complicado, porque Cuba é uma ilha que tem catorze Estados, a que eles chamam de provín-

cias, e o Brasil é um continente. Então, realmente, o modelo era de difícil aplicação, mas obteve êxito. Precisa, logicamente, ser aperfeiçoado, mas isso já deu à saúde pública no Brasil uma melhora que não se pode dimensionar adequadamente. Com certeza – posso dar o testemunho –, foi um passo gigantesco na questão do tratamento, principalmente, das pessoas excluídas da chance de serem atendidas por planos de saúde. Outra questão: um dia desses, vindo de táxi, o motorista comentou uma frase do Presidente Collor, que, à época, disse que “os carros produzidos no Brasil eram verdadeiras carroças”. E, realmente, se atentarmos, daquele ponto para cá, os nossos carros hoje merecem ser equiparados aos que se produzem na Europa e nos Estados Unidos. Muito obrigado. Boas-vindas e parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. EUCLYDES MELLO (Bloco/PTB – AL) – Obrigado, Senador Mozarildo, por suas palavras, que só aumentam mais a minha responsabilidade diante do que V. Ex^a falou.

Ouçõ o aparte de V. Ex^a, nobre companheiro Gilvam Borges.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Euclides, é com alegria que vejo V. Ex^a assumir a tribuna desta Casa. Em nome do PMDB, quero felicitá-lo e dizer que sou um companheiro de V. Ex^a. Acompanho a sua hercúlea disposição; um gigante na defesa dos interesses de Alagoas. Na época do Governo Collor, V. Ex^a esteve sempre a postos, defendendo os interesses públicos de Alagoas. O seu sorriso, a sua alegria, a sua tenacidade só engrandecem esta augusta Casa. Por isso deixo registrado que estou me deliciando, apreciando o seu discurso, e sei que V. Ex^a em breve já estará aqui circulando com agilidade e com muita eficiência. Seja bem-vindo e parabéns.

O SR. EUCLYDES MELLO (Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador Gilvam Borges.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Euclides, eu gostaria de participar do pronunciamento de V. Ex^a. Primeiro, quero dar um testemunho sobre V. Ex^a. Nós nos conhecemos agora, mas sei que V. Ex^a é um homem de muito valor, enriquece este Senado, e vou dizer por quê. Eu votei no Presidente Collor. Eu era prefeitinho de Parnaíba, e ele teve extraordinária votação lá na minha cidade, porque Parnaíba é uma capital do Delta. Eu estava com o Presidente Collor e ele foi entrevistado. Um jornalista perguntou-lhe: “E amigos?” Ele parou... O Presidente Collor, extraordinário Presidente da República e vou dizer por quê. Ontem, ele se encheu de entusiasmo porque conseguimos dar 1% do ICMS para os prefeitos.

Atentai bem! Mas a Constituição mandava dar 53% para a União, para o Presidente Luiz Inácio; 21% para os Governadores dos Estados; 22,5% para os Prefeitos; e 3% para os fundos constitucionais. Foram garfando, de tal maneira, que Luiz Inácio leva 60% e os Prefeitos, 14%. E o Presidente Collor – por isso é que estou aqui, eu e os Prefeitos, como ontem eu recordava, Heráclito, Arthur Virgílio – transferia os 21,5% aos Prefeitos. Então, ele obedeceu à Constituição. Mas, voltando a V. Ex^a... O jornalista perguntou: “E amigos?”. Eu fiquei ao lado, fiquei atento – aí, o “atentai” foi para mim. Ele parou e disse: “Amigos? Eu tenho um primo, Euclides Mello” – V. Ex^a foi o primeiro, quero dar este testemunho. Aí, falou em Cláudio Vieira, que foi advogado, e parou. Eu disse: “tá morto!” Para você ver que amigo – está aqui, o meu assessor aqui é o Zezinho, vou arrumar um DAS para ele –, como o cantor Milton Nascimento diz, é coisa para a gente guardar no peito esquerdo. Então, ele parou... Depois, citou uns irmãos Calheiros lá, que ele tem. E V. Ex^a foi o primeiro. Ou seja, ele guarda no peito esquerdo dele o seu nome.

O SR. EUCLYDES MELLO (Bloco/PTB – AL) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. É uma honra muito grande.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer, Senador Mão Santa, que ao cargo que o senhor se candidatar em Alagoas, o senhor será muito bem votado e, possivelmente, eleito, porque tem muitos admiradores em Alagoas, principalmente em Marechal Deodoro.

O Presidente Lula já orientou seu governo a trabalhar pela realização, no Brasil, da Rio+20, por requerimento do Senador Collor.

Já nos idos de 92, quando da realização da Eco-92, mirava o futuro e despertava a atenção das nações.

A Eco-92 ou Rio-92 foi considerada um dos eventos da maior importância para toda a humanidade.

Representantes de quase todos os países do mundo reuniram-se, naquela oportunidade, no Rio de Janeiro, para decidir que medidas deveriam ser adotadas a fim de se conseguir diminuir a degradação ambiental e preservar a existência de futuras gerações.

A intenção daquele encontro foi especialmente aceita como a mola propulsora para implementar a idéia do desenvolvimento sustentável, com um modelo de crescimento econômico menos consumista e mais responsável.

Hoje, quinze anos depois, o mundo inteiro começa a despertar, efetivamente, para essa realidade que o Governo Collor já mostrava em 1992.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, permitam-me repetir: honra-me sobremaneira ter assento no

plenário desta Casa, verdadeiro suporte da vigilante defesa da Nação, dos seus Estados e do seu povo.

Sinto, por tudo isso, realmente, o peso da minha responsabilidade, que se avoluma, especialmente quando o mundo inteiro atravessa crises econômicas e sociais.

Crises que requerem dos Parlamentos das nações o verdadeiro e maior observatório das condições de vida dos seus povos, que promovam a indicação do rigoroso e correto caminho a ser adotado em cada momento.

E é exatamente nesta hora que Deus me permite estar no valoroso centro do poder político, laboratório democrático capaz de oferecer o equilíbrio às decisões de Estado.

A magnitude dessa responsabilidade, para não falhar com o compromisso assumido com o meu povo, não me assusta porque aqui estou diante e ao lado dos doutos, especialistas em democracia, diante e ao lado dos estudiosos do Estado, dos mestres da comunidade legislativa do Brasil, diante e ao lado dos homens que sabem discernir sobre os melhores caminhos para a Nação trilhar.

Assim, com certeza, também saberei acompanhar as profícuas decisões desta Casa e dos meus ilustres pares em favor do nosso povo e do nosso País.

De forma particular, não restam dúvidas, também estarei aqui, permanentemente, a serviço do meu Estado de Alagoas e da sua extraordinária gente.

Estarei, igualmente, no plantão diuturno para atender ao meu glorioso e querido Município de Marechal Deodoro, pensando na gente e na proteção das suas exclusivas belezas naturais: as nossas lagoas Mundaú e Manguaba e a nossa famosa e internacionalmente conhecida Praia do Francês.

Estarei, da mesma forma, pensando no rico patrimônio histórico de Marechal Deodoro, um dos mais primorosos do Brasil, que exige um esforço gigantesco de todos nós para a sua total restauração e efetiva manutenção.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de encerrar estas primeiras palavras, quero deixar a certeza de que aqui estarei para somar, para dar as mãos e ajudar o nosso Brasil.

Agradecendo a atenção e a paciência de V. Ex^{as} e oferecendo a todos os senhores, indistintamente, os meus préstimos pessoais, quero, finalmente, proferir alguns agradecimentos.

Agradeço, mais uma vez, de coração, aos amigos das Alagoas, de São Paulo e de diversas partes do Brasil que para aqui se deslocaram nesta tarde e, igualmente, de coração, vieram assistir a minha estréia nesta tribuna, que já foi usada pelo grande Rui Barbosa.

De forma particular, quero fazer um agradecimento a minha querida mãe, D^a Terezinha, que, orgulhosa por ter seu filho de volta ao Congresso Nacional, agora na condição de Senador da República, não mediu o sacrifício e para aqui se deslocou, prestando-me, assim, a mais significativa das homenagens.

Agradeço a minha esposa e companheira de todos os momentos, a querida Ana Sampaio, pelo apoio grandioso que me dá, aos meus queridos filhos, Manuela, Jorge e Euclides, sempre a razão maior da minha vida, aos meus familiares e a todos que contribuíram para a felicidade deste momento, com destaque especial para Caroline e o Senador Fernando Collor de Mello.

A todos, garanto o meu esforço pessoal e a minha dedicação, prometendo não decepcionar a Pátria, o meu Estado de Alagoas, o meu Município de Marechal Deodoro e os companheiros de todas as horas.

Querido Presidente, Senador Renan Calheiros, agradeço, por fim, a todos pela paciência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Quero, em nome do Senado Federal, especialmente em nome da Bancada de Alagoas, dizer da satisfação com que nós o recebemos aqui no Senado Federal e na nossa Bancada. Por tudo, pela nossa amizade, tenho a plena convicção, a plena certeza de que V. Ex^a será um excepcional Senador.

Meus parabéns! (*Palmas.*)

Quero aproveitar a oportunidade para fazer uma saudação especial à equipe de Divinópolis, Minas Gerais: mulheres empreendedoras, o Dr. Juiz, o representante do Ministério Público, que têm lutado incansavelmente em favor da adoção no Brasil. Contem sempre com o apoio do Senado Federal.

O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta, 4º Secretário.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senadora Ideli Salvatti, concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Na abertura da sessão de homenagem, eu já havia feito minha inscrição para falar pela Liderança. Então, eu só queria garantir poder falar no primeiro momento.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Está garantido.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 997, DE 2007**Requerimento de voto de louvor em comemoração aos 25 anos de atividades Episcopais de Dom José Palmeira Lessa, Arcebispo de Aracaju.**

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas congratulações pela comemoração aos 25 anos de atividades Episcopais de Dom José Palmeira Lessa, Arcebispo de Aracaju.

Justificação

O Estado e o povo de Sergipe celebrou, na última semana, os 25 anos de atividades episcopais de Dom José Palmeira Lessa, Arcebispo de Aracaju. A festa demonstrou o apreço e o carinho que os sergipanos devotam ao seu líder espiritual, que há 11 anos tem a responsabilidade de dirigir a arquidiocese da capital de Sergipe.

A biografia de Dom José Palmeira Lessa, toda ela marcada pela vocação, tem sido aplaudida pelos vários setores da sociedade, que reconhecem seu engajamento nas causas justas dos grupos sociais, na solidariedade permanente com os necessitados, atuando de forma a levar a igreja a ser guardiã da vida digna.

Tendo como lema de sua administração pastoral “fraco com os fracos”, Dom José Palmeira Lessa faz do seu episcopado um exercício vigoroso, dedicado à valorização da cidadania, dando voz, vez e valor aos segmentos marginalizados. Sua obra de pastor tem sido um exemplo de engajamento, na defesa dos valores que identificam o ser e o corpo social que ele forma.

Nascido no nordeste, em Coruripe (Alagoas), em 18 de janeiro de 1942, carrega no bojo de sua formação, os estigmas que vincam a fisionomia dos nordestinos, notadamente a fome, a falta de trabalho, a pobreza de bens, a violência que avilta a vida e humilha a existência.

Foi no Rio de Janeiro que moldou sua personalidade e foi atraído pela vida religiosa. Estudou no seminário arquidiocesano do Rio de Janeiro desde os 13 anos, cursando o ensino fundamental e básico (1955-1958), o ensino médio (1959-1961). Estudou Filosofia (1962-1964) e Teologia (1965-1968) no mesmo seminário, sendo ordenado padre, pelo Cardeal Dom Eugênio Sales, no Rio de Janeiro, em 3 de julho de 1968.

Bacharelou-se em teologia, curso de pastoral, em Roma, na Itália, onde também cursou pastoral e espiritualidade, como especializações, que muito servem ao seu trabalho junto à sociedade sergipana.

Entre 1969 e 1982, trabalhou como formador no seminário menor do Rio de Janeiro, Prefeito, Professor, Diretor Espiritual, Pároco, Membro do Conselho Presbiterial, Coordenador de Pastoral em 13 paróquias, Vigário Episcopal, Coordenador do Secretariado de Pastoral da Arquidiocese, antes de ser nomeado Bispo Auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, em 30 de junho de 1982, e empossado em 24 de agosto daquele ano.

Foram cinco anos de experiência na arquidiocese do Rio de Janeiro, até ser nomeado Bispo de Propriá, no baixo São Francisco sergipano, em substituição ao Bispo resignatário Dom José Brandão de Castro. Nomeado em 30 de outubro de 1987, Dom José Palmeira Lessa permaneceu naquela diocese até 6 de dezembro de 1995, quando foi nomeado Arcebispo coadjutor de Aracaju, sendo empossado em 25 de março de 1996.

Seu trabalho da diocese de Propriá recolocou a igreja no centro das atenções, pelo enfrentamento com velhas práticas políticas e econômicas, que infelicitavam o povo ribeirinho e sertanejo. Solidário com as lutas dos trabalhadores, defendendo o respeito ao homem, e à sua família, Dom José Palmeira Lessa irmanou-se com os humildes, projetando seu bispado.

Promovido e transferido para a arquidiocese de Aracaju, auxilia a Dom Luciano Duarte, arcebispo emérito, um dos homens mais cultos do clero brasileiro, ampliando as pastorais na capital sergipana. Com a aceitação da renúncia de Dom Luciano Duarte, em 26 de agosto de 1998, coube a Dom José Palmeira Lessa ser oficializado como o novo arcebispo de Aracaju, em missa na praça de São Pedro, no Vaticano, quando Sua Santidade o Papa João Paulo II fez a entrega solene do pálio.

Desde então, Dom José Palmeira Lessa tem feito crescer a admiração dos sergipanos pelo seu trabalho constante, seu relacionamento cada vez mais amplo com setores da sociedade, sua relação com segmentos esclarecidos, sua presença de líder, exercendo funções que marcam a história da igreja católica em Sergipe.

Ao ensejo da efeméride que consagra 25 anos de Dom José Palmeira Lessa como um dos mais eficientes prelados do Brasil, quero manifestar os votos de congratulações ao eminente arcebispo de Aracaju, aos seus familiares e auxiliares, ao clero sergipano e a todos que compõem o rebanho de Deus, desejando êxito na caminhada que já se alonga, mas que se renova na convicção e na vocação que caracterizam a ação pastoral daquela autoridade.

Que Deus continue iluminando os seus passos, clareando os caminhos do seu ofício, fazendo do pastor de almas um amigo solidário, na defesa e na valorização dos cristãos, dos católicos, de todos os que precisam de sua palavra orientadora e do seu trabalho eficaz.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2007. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB-SE.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Tendo em vista o requerimento sobre a Mesa, nos termos do art. 222, concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares para que S. Ex^a possa fazer esse encaminhamento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o requerimento é de um voto de louvor em comemoração aos 25 anos de atividades episcopais de Dom José Palmeira Lessa, Arcebispo de Aracaju.

O Estado e o povo de Sergipe, Sr. Presidente, celebraram, na última semana, os 25 anos de atividades episcopais de Dom José Palmeira Lessa, Arcebispo de Aracaju. A festa demonstrou o apreço e o carinho que os sergipanos devotam ao seu líder espiritual, que, há onze anos, tem a responsabilidade de dirigir a Arquidiocese da capital de Sergipe.

A biografia de Dom José Palmeira Lessa, toda ela marcada pela vocação, tem sido aplaudida pelos vários setores da sociedade, que reconhecem seu engajamento nas causas justas dos grupos sociais, na solidariedade permanente com os necessitados, atuando de forma a levar a Igreja a ser guardiã de uma vida digna.

Tendo como lema de sua administração pastoral “fraco com os fracos”, Dom José Palmeira Lessa faz do seu episcopado um exercício vigoroso, dedicado à valorização da cidadania, dando voz, vez e valor aos segmentos marginalizados. Sua obra de pastor tem sido um exemplo de engajamento na defesa dos valores que identificam o ser e o corpo social que ele forma.

Nascido no Nordeste, em Coruripe, Estado de Alagoas, em 18 de janeiro de 1942, Dom Lessa carrega no bojo de sua formação os estigmas que vinculam a fisionomia dos nordestinos, notadamente a fome, a falta de trabalho, a pobreza de bens, a violência que avilta a vida e humilha a existência.

Foi no Rio de Janeiro que moldou sua personalidade e foi atraído pela vida religiosa. Estudou no seminário arquidiocesano do Rio de Janeiro desde os 13 anos, cursando o ensino fundamental e básico. Estudou Filosofia no mesmo seminário, sendo ordenado padre pelo Cardeal Dom Eugênio Sales, no Rio de Janeiro, em 3 de julho de 1968.

Bacharelou-se em Teologia, curso de pastoral, em Roma, na Itália, onde também cursou pastoral e espiritualidade, como especializações, que muito servem ao seu trabalho junto à sociedade sergipana.

Em 1969 e em 1982, trabalhou como formador no seminário menor do Rio de Janeiro, prefeito, professor, diretor espiritual, pároco, membro do Conselho Presbiterial, coordenador de pastoral em 13 paróquias, vigário episcopal, coordenador do Secretariado de Pastoral da Arquidiocese, antes de ser nomeado Bispo Auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, em 30 de junho de 1982 e empossado em 24 de agosto daquele ano.

Foram cinco anos de experiência na Arquidiocese do Rio de Janeiro, até ser nomeado Bispo de Própria, no Baixo São Francisco sergipano, em substituição ao Bispo resignatário Dom José Brandão de Castro. Nomeado em 30 de outubro de 1987, Dom José Palmeira Lessa permaneceu naquela diocese até 6 de dezembro de 1995, quando foi nomeado Arcebispo Coadjutor de Aracaju, sendo empossado em 1996.

Seu trabalho na Diocese de Propriá recolocou a Igreja no centro das atenções, pelo enfrentamento com velhas práticas políticas e econômicas, que infelicitavam o povo ribeirinho e sertanejo. Solidário com as lutas dos trabalhadores, defendendo o respeito ao homem e a sua família, Dom José Palmeira Lessa irmanou-se com os humildes, projetando seu bispado e granjeando o respeito de todos os sergipanos.

Promovido e transferido para a Arquidiocese de Aracaju, auxilia Dom Luciano Duarte, Arcebispo emérito, um dos homens mais cultos do clero brasileiro, ampliando as pastorais na capital sergipana. Com a aceitação da renúncia de Dom Luciano Duarte, em 26 de agosto de 1998, coube a Dom José Palmeira Lessa ser oficializado como o novo Arcebispo de Aracaju, em missa na praça de São Pedro, no Vaticano, quando Sua Santidade, o Papa João Paulo II, fez a entrega solene do pálio.

Desde então, Dom José Palmeira Lessa tem feito crescer a admiração dos sergipanos pelo seu trabalho constante, seu relacionamento cada vez mais amplo com setores da sociedade, sua relação com segmentos esclarecidos, sua presença de líder, exercendo funções que marcam a história da Igreja Católica no Estado de Sergipe.

Ao ensejo da efeméride que consagra 25 anos de Dom José Palmeira Lessa como um dos mais eficientes preladados do Brasil, quero manifestar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os votos de congratulações ao eminente Arcebispo de Aracaju, aos seus familiares e auxiliares, ao clero sergipano e a todos que compõem

o rebanho de Deus, desejando êxito na caminhada que já se alonga mas que se renova na convicção e na vocação que caracterizam a ação pastoral daquela autoridade.

Que Deus continue iluminando os seus passos, clareando os caminhos de seu ofício, fazendo do pastor de almas um amigo solidário, na defesa e na valorização dos cristãos, dos católicos, de todos os que precisam de sua palavra orientadora e de seu trabalho eficaz.

Desejo, por fim, a D. José Palmeira Lessa saúde e felicidades em sua bela e bem-sucedida jornada.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – A Presidência encaminhará o voto de louvor solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – V. Ex^a será o terceiro. Vou colocar V. Ex^a no meu lugar.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES.) – Pela ordem, Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a poderia me informar em que posição estou inscrito para falar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES.) – V. Ex^a é o segundo orador inscrito.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES.) – Concedo a palavra à eminente Senadora Ideli Salvatti, por cinco minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Vou pedir, Senador Magno Malta, que eu tenha um pouco mais de tempo porque o assunto que me traz à tribuna é algo que reputo como importantíssimo, porque diz respeito a aproximadamente cinco milhões de pessoas. E mais, diz respeito a se atingir uma meta dez anos antes do prazo previsto, ou seja, conseguiu-se antecipar um compromisso assinado pelo Brasil, que seria cumprido apenas daqui a 10 anos, para executá-lo dez anos antes. Portanto, não se trata de qualquer assunto; é algo extremamente importante.

Trouxe aqui os jornais de hoje, porque um assunto extremamente importante recebeu tratamento absolutamente diferenciado pelos nossos principais jornais.

Por exemplo, o **Valor Econômico** não trata do assunto nem sequer numa pequena nota na capa, apesar de, no interior do jornal, haver matérias relevantes, importantes, informando que o curso superior aumenta a renda familiar e que o índice de extrema pobreza cai pela metade no Brasil. Ou seja, trata do assunto no interior do jornal, mas, na capa, não faz chamada.

O **Correio Braziliense** apresenta uma capa bastante significativa, com a questão do mensalão e do Renan, mas, no final da página, o jornal publica uma nota intitulada “Retrato do Abismo Social”, e fala do estudo do IBGE. No interior do jornal, a reportagem já é mais substancial: “indicadores avançam”. Então, trata de “objetivos do milênio” e de que nós conseguimos, dez anos antes, atingir as metas assinadas pelo Governo brasileiro.

O **Estado de S. Paulo** também trata do assunto com uma nota muito pequena, no rodapé: “Rico gasta 10 vezes mais do que o pobre”. As matérias internas são mais substanciais. Perdi a marcação e não quero perder o tempo com a localização. Mas, no meio, aborda a questão do IBGE com muito mais destaque do que a da ONU.

A **Folha de S. Paulo** já trata o assunto diferentemente, colocando-o na capa, com destaque. Mas afirma que o gasto dos ricos supera dez vezes o dos pobres e não trata da questão da meta do milênio, mas apenas do IBGE. E, na matéria do “Cotidiano”, há várias páginas em que se fala que os ricos gastam mais do que os pobres e que os brasileiros gastam mais com carro do que com educação. Então, no “Cotidiano”, há bastante matéria sobre o estudo do IBGE.

O **Globo** expõe na capa “IBGE: educação eleva rendimentos”, e fala das metas do milênio sem muito destaque na capa, mas nas matérias: “Diploma é passaporte para o social”, “Ricos gastam 10 vezes mais do que os pobres” e “10 anos antes, Brasil reduz pobreza à metade”.

Eu trouxe todos os jornais para mostrar exatamente que um assunto importantíssimo como este, que trata da questão que envolve cinco milhões de pessoas que tiveram condições de sair da extrema pobreza, e o Brasil conseguiu fazer isso dez anos antes do compromisso firmado – que me desculpem, Senador João Tenório –, não era para estar em rodapé ou em matérias apenas no interior dos jornais. E, muito mais ainda, não era para que houvesse a mistura de dois estudos importantíssimos, um feito pelo IBGE, com base na pesquisa de orçamento familiar. Os estudos são de épocas diferentes. O estudo do IBGE é de 2002

e 2003; o levantamento da ONU, de que tivemos capacidade de cumprir 10 anos antes a diminuição, conforme compromisso de reduzir a extrema pobreza à metade é até 2005, mostrando de forma inequívoca que, nos últimos anos – a matéria que está na parte interna do **Correio Braziliense** dá esse destaque, que faço questão de ler, porque essa questão de pegar um estudo do IBGE, de 2002/2003, em que ainda fica muito clara a concentração de renda, a diferença entre pobres e ricos, a influência da educação na melhoria da renda das pessoas e ainda os cortes...

(Interrupção no som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Muito obrigada, Senador Magno Malta.

E ainda o corte na questão de gênero, na diferença de renda entre homens e mulheres, a questão étnica, brancos, negros, tudo isso aparece de forma muito clara no estudo do IBGE relativo aos dados de 2002 e 2003. Mas é o dado da ONU, que vai até 2005, que demonstra que estão certas as políticas adotadas e a influência que essas políticas tiveram para que pudéssemos conquistar – e deveríamos estar comemorando de forma efetiva – a redução da extrema miséria à metade, um compromisso que era para assumirmos daqui a 10 anos. Esse é um compromisso que nós, com dez anos de antecedência, estamos realizando. Inclusive a confusão das matérias entre os dados do IBGE e os dados do levantamento da ONU dá a impressão de que nada vem sendo feito e que a distância entre pobres e ricos não melhorou e não se efetivou de forma tão concreta.

E a própria matéria, volto a dizer, do **Correio Braziliense**, que faço questão de ler na íntegra, exatamente registra isso em “Números defasados”.

Feita com base em dados dos anos 2002 e 2003, a pesquisa do IBGE é um retrato de como a desigualdade continua sendo marca do Brasil. Apesar de válidos, os dados não capturaram a profunda mudança no perfil do consumo do País nos últimos anos.

Houve melhoria do padrão de renda dos brasileiros em geral. Analistas marcam o ano de 2004 como um ponto onde começou a mudar o padrão de consumo das famílias – não é à toa o ano recente de mais forte crescimento da economia nacional.

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Continuo, Sr. Presidente:

É essa recuperação no consumo das famílias, por sinal, quem vem puxando a economia, graças a uma combinação de fatores como a queda da inflação e dos juros, os benefícios dos programas sociais [Bolsa-Família e tantos outros], a elevação do salário mínimo e melhoria dos indicadores de emprego.

Um estudo recente sugere que apenas no ano passado oito milhões de brasileiros deixaram a baixa renda e ascenderam para níveis da população com maior poder de consumo. Só no primeiro semestre deste ano, o consumo das famílias cresceu 11% em relação ao mesmo período do ano passado.

Ainda mais relevante é a informação de que quem puxou essa alta no consumo foi a classe C, ou seja, famílias com renda mensal entre quatro e dez salários mínimos, que aumentou em 35% o volume de compras.

A própria matéria de **O Globo...**

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ...destaca que, “Dez anos antes, o Brasil reduz pobreza à metade”. Na matéria, ressalta que a melhoria na distribuição de renda, quebrando um padrão brasileiro de décadas, aconteceu exatamente nesses últimos anos, nos anos mais recentes, e nos permitiu alcançar essa vitória, Senador João Pedro. E, ainda, o próprio artigo destaca que “(...) Tão importante quanto a redução da pobreza é a queda da desigualdade, principalmente nos últimos três anos. Esse é um dado novo relevante no relatório da ONU”.

Então, para os que não conseguem perceber, ou não querem perceber que as políticas adotadas de distribuição de renda, de melhoria de emprego, de melhoria das condições de acessos a diversas políticas públicas têm impacto importantíssimo nos compromissos assumidos pelo nosso País e que são exatamente essas políticas adotadas no primeiro mandato do Presidente Lula, e agora aprofundadas ainda mais no segundo, vão permitir que tenhamos realmente, de forma efetiva, a redução da desigualdade social, esta chaga que durante décadas se manteve estagnada e que, agora, nós estamos conseguindo enfrentar com resultados positivos. E digo mais: permitindo que o Governo, que o País, que o Brasil possa estar comemorando dez anos antes o compromisso assumido com quase 190 países junto a ONU de reduzir à metade a extrema pobreza.

Era esse registro que queria fazer, pedindo desculpas por ter me alongado. Mas termino conforme comecei o meu pronunciamento.

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ou seja, uma matéria, uma conquista desta importância merece registro com destaque. E até, digamos assim, a apresentação dos dois estudos do IBGE, de 2002 e 2003 e, agora, o da ONU, que vai até 2005, é uma prova inequívoca de que nós aceleramos de forma efetiva a justiça social e a distribuição de renda no nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Agradeço V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti, por tratar de assunto tão importante. Mesmo quem faz Oposição, entende que Oposição se faz criticamente. Dados como esses certamente alegam todos nós, até porque V. Ex^a fala em redução da miséria, e não em redução da pobreza.

Jesus disse que “os pobres, sempre tereis convosco”. Ser pobre não é demérito nenhum, pobre vive com dignidade. Sou filho de pobre e vivi com dignidade a minha vida inteira; sou filho de uma faxineira que ganhava meio salário mínimo por mês, mas nunca fui miserável. Ser miserável é demérito, é triste. Mas, quando se tem redução da miséria, é extremamente importante e valioso para o País. Temos que louvar esse foco do Presidente Lula para exatamente os mesmos favorecidos no Brasil.

Gostaria, com a vênua do próximo orador, Senador Gilvam Borges, de dizer que o Estado do Espírito Santo, de maneira muito especial o sul do Estado, está realizando a Feira Internacional do Mármore e do Granito, Senador Mário Couto. E o Espírito Santo é uma marca significativa para o Brasil e para o mundo, gerando divisas, gerando rendas decorrentes do mármore e do granito. Essa tecnologia dos teares para serrar a pedra está muito avançada, mas teve princípio em Cachoeiro do Itapemirim, nas primeiras jazidas de mármore – quero aqui referenciar esse povo querido da terra onde obtive o meu primeiro mandato, em que fui recebido, vindo do Nordeste, como filho. Ressalto a importância do nosso complexo portuário e a importância da riqueza do granito e do mármore – meu querido e eterno Governador Marconi Perillo, marca de Goiás – e quero também reverenciar e abraçar o meu povo do Estado do Espírito Santo.

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges pelo tempo que V. Ex^a achar necessário.

Ninguém se torna Senador de qualquer maneira e ninguém pode cercear o que um Senador tem para falar.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Amapá está em ansiosa contagem regressiva. Nas próximas duas semanas, o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, desembarca no “meio do mundo” para cumprir promessa de campanha e anunciar boas novas a nós, que somos amapaenses, banhados pelo majestoso rio Amazonas.

A transferência de titularidade das terras da União, localizadas no ex-Território do Amapá, para o Estado

do Amapá, deve ser confirmada. Verbas do PAC, beneficiando o desenvolvimento do meu Estado, também.

Temos cuidado dessa visita em todos os detalhes. Ainda esta semana, estive com o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, amazônida como nós, que confirmou a liberação de verbas para o asfaltamento da BR-156. Essa estrada, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

Mozarildo, V. Ex^a expressa o desejo de pedir um aparte?

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Quando V. Ex^a julgar conveniente.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Não serei inconveniente em angustiar V. Ex^a, que tem o desejo já manifestado.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Eu quero parabenizar V. Ex^a e o povo do Amapá, porque, dentro de poucos dias, como V. Ex^a anunciou, o Presidente Lula vai lá transferir as terras que estão sob o domínio da União para o Estado, como é de direito, aliás, previsto no artigo da Constituição que transformou Roraima e Amapá em Estados. Nós não tivemos essa sorte ainda, Senador, porque, apesar da promessa do Presidente Lula, o Incra teima em não atender a determinação do Presidente Lula, tanto que o Governo do Estado teve de entrar com uma ação no Supremo para ter esse direito que ele está dando ao Amapá.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Mas V. Ex^a tenha certeza de que o Presidente Lula, na primeira oportunidade, seguirá para Roraima e também fará uma grande festa, transferindo as terras por medida provisória.

Essa estrada é imperiosa para o progresso do meu Estado, porque ela corta o Amapá de norte a sul, do Oiapoque a Laranjal do Jari, pavimentando o caminho do crescimento.

Ontem, Sr. Presidente, foi a vez do Ministro Walfrido Mares Guia, da Secretaria de Relações Institucionais, receber a Bancada federal e o Governador do Amapá, Waldez Góes, além de empresários do meu Estado. Com a sua conhecida sensibilidade, Mares Guia apresentou-nos sua equipe administrativa, que demonstrou sobeja eficiência, refletindo a competência do chefe.

A transferência das terras é vital para os amapaenses. Sem ela, fica inviável a obtenção de linhas de crédito, financiamentos e até mesmo instalação adequada das unidades governamentais mediante convênios.

O Senador José Sarney, do alto de sua experiência política, é um dos nossos maiores e até, sem sombra de dúvida, o maior líder da nossa Bancada, com

expressiva liderança nacional, que só tem contribuído para o desenvolvimento do Estado do Amapá.

Um Estado, Sr. Presidente, não é apenas um território que serve como base física para as relações entre governo e sociedade civil ou entre empresas e indivíduos. Um Estado é, antes de mais nada, um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão além de seus atributos naturais. Há uma trama, de pontos fechados, permeando raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham papel preponderante no desenvolvimento econômico.

A verdade é que a criação do Território Federal do Amapá, em 1943, cuja área, por disposição legal, passou a pertencer ao Governo Federal, agravou o problema referente ao ordenamento territorial. Isso porque, quando o Amapá foi desmembrado de uma costela do Pará, não houve um planejamento para o desenvolvimento de ações efetivas dos problemas de terras do novo território.

A Constituição de 1988 içou o território do Amapá à condição de Estado, mas não resolveu a questão da propriedade e do uso das terras. Aliás, essa é a razão pela qual apresentei a esta augusta Casa o PLS 238/2007, que transfere ao domínio do Estado do Amapá as terras pertencentes à União. Em respeito à determinação do artigo 188 da Carta Magna, de importância social indiscutível, meu projeto, o PLS nº 238, de 2007, inclui a destinação às atividades de assentamento e colonização das terras cujo domínio será transferido, permitida a adoção do regime de concessão de uso, conforme o Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967.

Essa medida, além de solucionar definitivamente o problema que tem gerado tantas disputas judiciais, atende também ao compromisso nacional, expresso na Constituição, de redução das desigualdades sociais.

Precisamos terminar a tarefa iniciada, a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, entregando de vez, ao Estado do Amapá, a titularidade de suas terras. O Presidente Lula pode resolver a questão por meio de medida provisória. É uma solução rápida e indolor, que pode fazer com que Sua Excelência cumpra promessa de campanha e seja ovacionado pelos amapaenses.

É lamentável, Sr. Presidente, que alguns técnicos do Incra insistam em desobedecer às ordens do Presidente Lula, que tem como uma de suas prerrogativas de Chefe de Estado, amparado na Constituição Federal, o dever e a obrigação de transferir essas terras para o Estado – sem isso o Estado não existe. E isso impede o desenvolvimento do Amapá. Todos os recursos que são colocados no Basa, no Banco do Brasil, na Caixa Econômica, as instituições finan-

ceiras que abrem linha de crédito para financiamento, simplesmente voltam dos bancos, porque 99,9% das terras do Amapá não têm títulos, e isso trava definitivamente o desenvolvimento.

Sr. Presidente, não vou me alongar porque faço parte do Conselho de Ética do Senado Federal, que está agora, em conclusão, ouvindo os relatórios dos três Relatores, alinhavando e ajustando a tão esperada decisão, que muito tem cansado e deixado exaustos o povo, os Congressistas e os jornalistas. E se segue, Sr. Presidente, o princípio que a própria Oposição determinou, da caça sumária e imediata ao Presidente Renan Calheiros, de forma bruta e violenta. No início da crise, esperávamos que a conclusão do processo não durasse mais de trinta dias. Naquela época, eu disse: “Se não votarmos hoje o relatório de Epitácio Cafeteira, levaremos mais 130 dias”. E hoje se está configurando aquela previsão. A própria Oposição disse: “Não. Nós precisamos aprofundar as investigações. Nós precisamos ir adiante”. Está certo. E foi adiante.

Com um ordenamento todo providenciado, com grupos poderosos e interesses convergentes de manutenção de poder, o massacre ao Senador Renan Calheiros, o seu sangramento continuou. E aí o Presidente entrou na “Operação Rock IV”. A Operação Rock IV é quando Rock duela no ringue contra o russo, e era muito pau, e tome cacete demais, violência, primeiro *round*, segundo, e ninguém imaginava que o Rock ia suportar. E quanto mais batia no Rock, mais o Rock dizia: “Pode bater”. E parece que aqueles baques... É como massa de pão, tufando cada vez mais.

E aí se criou, Sr. Presidente, uma energia diferente: a Oposição imediatamente mudou de tática. Disse: “Não, nós vamos ter que votar com urgência”. Está aí o relatório. Nós estamos lá. Vamos votar com urgência. Aí eu digo: não. Nós vamos pedir vista para ter mais uma semana, ou duas. Sabem para quê? Porque é necessário, sim, nós aprofundarmos e termos alguns procedimentos para poder resolver, porque a Operação Rock IV está em curso. Ela está em curso. Uma semana a mais, duas semanas a mais não é problema, até porque resolveram rasgar a Constituição, dizendo que não, que o voto vai ter que ser agora aberto, escancarado, enquanto há entendimento – e a própria Constituição estabelece – sobre o rito e os procedimentos em questão de julgamento de autoridades.

Então, todos nós vamos nos manifestar. Eu não vou continuar o meu pronunciamento, mas quero agradecer à Bancada Federal do meu Estado, representado pelo Deputado Evandro Milhomen, comunista de car-

teirinha do PC do B. Ainda ontem estivemos fazendo grandes ações em defesa do Estado do Amapá, juntamente com os colegas Congressistas e o Governador Waldez Góes.

Quero dizer à Nação que não se preocupe com esse negócio de que vai demorar mais uma semana ou duas o calvário do Senador Renan Calheiros. A Operação Rock deve continuar. E sabe qual é a posição mais justa? É acabar com essa fofquinha política lá no seio da Comissão, é fazer a consulta ao Supremo, para o Supremo dizer assim: “Está escrito na Constituição, e a Constituição diz isso, isso e isso”. Não vamos ficar ao sabor e aos caprichos de alguns algozes que insistem em cassar o Presidente Renan Calheiros.

Certa vez, o Presidente da Câmara dos Deputados Ibsen Pinheiro foi cassado. Clamor social. A mídia pautou. E foi assim de uma violência que somente os grandes sobrevivem e suportam, mas as marcas são profundas. O Presidente Ibsen foi cassado. E sabe o que aconteceu, Sr. Presidente? Depois de quase doze anos, o Presidente Ibsen volta àquela Casa, eleito, mas já de cabelos grisalhos e com a alma que não deixou de levar as marcas de uma injustiça. E ainda bem que um grande jornalista teve a consciência e o dever moral exposto em uma capa de uma revista de circulação nacional.

Que belo gesto! Que belo gesto! Transformaram R\$1 mil em US\$1 milhão. É o que estão fazendo agora com o Presidente Renan. Eles andam de helicóptero pegando boi, correndo atrás de boi, e não existe nenhuma prova que subsista. Toda prova é falsa, se partir do Presidente Renan.

Agora, dei uma entrevista à CBN. Estava do outro lado o Senador Agripino dando uma entrevista, na CBN, em âmbito nacional. E eu entrei na linha. E o repórter foi, com aquele jeito todo e tal, perguntando-me, e me colocou na parede. Eu disse: “Olha, assim não dá. Assim é o que vocês estão fazendo com o Presidente Renan. Noventa e cinco por cento de todas as denúncias são mentirosas”.

E são. Está aí. Vamos lá ver. Se todos os Senadores tivessem a possibilidade de ver tudo, aí diriam: “É verdade”. Sabe por quê, Sr. Presidente? Porque participei de um processo não parecido, mas idêntico. Eu mostrava o processo, e ninguém olhava. Estava decidido e condenado. E, lamentavelmente, no mundo político, quem não tem rabo se coloca. Quando o julgamento é político, não há provas que subsistam.

Portanto, agradeço a V. Ex^a e deixo meus agradecimentos à Bancada federal pelo grande empenho que tem feito em defesa do nosso Estado, nosso querido Amapá.

Agora, vou lá para a Comissão de Ética pedir vista por mais trinta dias.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, apenas para alertar o Senador Gilvam Borges que, regimentalmente, só se pode pedir vista por cinco dias.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Eu sempre peço trinta, mas, se tiver dez, cinco, fico satisfeito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Dez. De qualquer maneira, é um direito de pedir, mas, pelo direito, são cinco dias.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR/ES) – Senador Alvaro dias, comunico que hoje, pela manhã, tive oportunidade de estar na Associação dos Magistrados do Brasil, com Dr. Colaço, e na Conamp, com o seu Presidente, para tratarmos, Senador Mário Couto, da questão da adoção no Brasil.

Há o engajamento da Associação dos Magistrados e do Ministério Público Federal conosco para libertarmos as crianças dos abrigos e dar-lhes pai, mãe e família. Sem dúvida alguma, acho que é uma das lutas mais bonitas neste País.

Acompanharam-me o Dr. Núbio, do Ministério Público de Minas Gerais, as mulheres empreendedoras de Minas Gerais, de Divinópolis, apresentadas pelo Presidente.

Este Juiz, Dr. Núbio – gostaria de ressaltar – tem feito em Minas Gerais um trabalho a ser copiado por todos os magistrados do Brasil na luta pela libertação das crianças dos abrigos e dos orfanatos e no enfrentamento aos malfetores, que prendem crianças em abrigos para poderem sobreviver das cestas básicas e das esmolos que põem as crianças para pedir. Fica esse exemplo para o País.

Tenho certeza de que este é um assunto sobre o qual esta Casa toda fará coro conosco na hora de aprovar essa medida que muda o Estatuto da Criança e do Adolescente para darmos prioridade aos brasileiros para adotarem as crianças do Brasil.

Concedo a palavra ao eminente Senador Alvaro Dias. V. Ex^a tem o tempo de que precisar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Magno Malta, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje falo daquele setor que não tem tido a valorização merecida por parte das autoridades governamentais, contribui de forma extraordinária, especialmente nestes últimos tempos, com a balança comercial. Falo da agricultura. Digo sempre que sou de um Estado eminentemente agrícola, que Governo que não sabe valorizar a agricultura não é digno de ser Governo num País como o

nosso, que depende essencialmente da agricultura, que movimentava o comércio e alavanca a produção industrial.

Num Estado como o Paraná, por exemplo, sem agricultura forte, as cidades desaparecem. Nós podemos vivenciar as alterações de força no comércio de cada cidade do interior do Estado em razão das mudanças que ocorrem na agricultura; quando há uma intempérie, quando a safra se frustra, quando os preços não são suficientes, há crise na cidade. A crise nasce no campo e bate às portas dos supermercados, das farmácias, dos hospitais, das lojas comerciais, na área urbana de cada Município.

É por essa razão é que, mais uma vez, venho a esta tribuna, atendendo a um apelo da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, que encaminhou um estudo primoroso sobre a queda de renda e o endividamento rural. O mencionado estudo, além de abordar com profundidade inúmeras vertentes do agronegócio, nos oferece dados importantes para o exame dessa questão.

De 2004 a 2006, os produtores de soja, milho e trigo do Paraná sofreram prejuízo da ordem de R\$9,78 bilhões, em consequência de três secas consecutivas e pela vertiginosa valorização do real frente ao dólar. Conforme destaca o estudo da Faep, a valorização do real foi a maior responsável pela queda de renda, em razão de os produtores plantarem com um dólar mais valorizado do que quando comercializaram suas safras.

Nesse contexto, os produtores que plantaram com recursos próprios perderam seus investimentos e muitos deles foram compelidos a vender bens para fazer frente aos prejuízos. Os demais produtores contabilizaram seus prejuízos no endividamento com os bancos e fornecedores. A contabilidade demonstra os prejuízos quando examinamos os quadros dos preços das principais *commodities*.

Embora contribua aproximadamente com 37% dos empregos gerados no País – 17,7 milhões de trabalhadores somente no campo – e ainda representar 36% das exportações brasileiras, gerando, desde 2000, os *superávits* da balança comercial, representando 28% do Produto Interno Bruto –, o agronegócio brasileiro passa por mais um momento delicado.

Desde 2004, o produtor paranaense, por exemplo, acumula prejuízos das safras anteriores, com perdas de renda e elevado nível de endividamento, impossível de ser pago num horizonte temporal de curto prazo.

Em que pesem as notícias e as manchetes que anunciam a safra recorde de grãos – as estimativas apontam que a produção paranaense de soja deve alcançar mais de 11 milhões de toneladas e a de milho,

14 milhões de toneladas, as perdas do milho safrinha, após três geadas ocorridas de maio a junho, podem superar o patamar de 15%.

Vale ressaltar que os prejuízos dos produtores do Paraná nas últimas cinco safras (três safras de verão e duas de inverno) representam a somatória de problemas climáticos e a redução de preços resultantes da atual política econômica: juros exorbitantes, câmbio e crédito limitado. O prejuízo é da ordem de R\$9,78 bilhões, computando apenas as três principais culturas do Estado – soja, milho e trigo – valor equivalente ao Valor Bruto da Produção previsto para as referidas culturas no ano de 2007.

Sr. Presidente, o Estado do Paraná é a unidade federativa que tem apresentado regularmente o menor índice de inadimplência nos bancos. Louvo os produtores paranaenses por esse esforço. Menor índice de inadimplência nos bancos em todo o País.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, conforme nos elucida o estudo da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, a realidade é diversa.

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Já estou concluindo, Sr. Presidente.

Os números comprovam que as manchetes nem sempre refletem a realidade. Os anúncios apoteóticos de safras recorde são baseados apenas na produção e na produtividade média na colheita de 2007. A perda de faturamento no período 2004-2006 foi de 42%, caindo de R\$11,03 bilhões para R\$6,38 bilhões, ou seja, menos R\$4,65 bilhões que deixaram de circular na economia regional e estadual. É bom destacar que o prejuízo do produtor paranaense no período representou mais de R\$6 bilhões em valores nominais de renda agrícola brasileira de R\$18 bilhões, ou seja, 33% das perdas de faturamento dos produtores brasileiros. Da perda total do Brasil, 33% ocorreram no Paraná.

O estudo da Faep é denso e exaustivo. O tempo é exíguo e não nos permite trazer à tribuna tantos outros aspectos relevantes da análise desse estudo que recebi, aliás, na cidade de Pato Branco, das mãos de um agricultor que compareceu à Prefeitura e procurou lideranças políticas para demonstrar a sua angústia. Ele apresentou esse relatório que trago resumidamente à tribuna do Senado Federal, na expectativa de, mais uma vez, estimular o Governo a tomar providências, especialmente agora com o Ministro Reinhold Stephanes, que é do Paraná e conhece, portanto, os problemas da agricultura paranaense.

Quero citar apenas algumas sugestões que poderiam ser acolhidas pelo Governo. O refinanciamento das dívidas agrícolas é sempre um item colocado na

pauta de reivindicações, além da revisão das taxas de juros do crédito rural de investimento, custeio e comercialização a cada plano de safra.

Por fim, destaco a necessidade de editar resolução prorrogando para o final do contrato as parcelas de investimento vencidas e vincendas em 2007.

Sr. Presidente, como eu disse, o relatório da Faep é amplo, mas eu creio que a lembrança é necessária para que o Governo não se esqueça desse setor – e o Presidente Lula tem apoiado a agricultura familiar, temos que fazer justiça.

O Pronaf foi idealizado pelo Presidente anterior, o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ou seja, no Governo de Fernando Henrique Cardoso surgiu o Pronaf e, hoje, depois desse tempo todo, este é um Programa que alcança de forma ampla a agricultura familiar brasileira, com benefícios, sem dúvida nenhuma, importantíssimos, os quais reconhecemos. Mas é preciso olhar a agricultura como um todo. É preciso olhar os problemas vividos. A agricultura brasileira, gosto sempre de frisar isso, é competente na produção, mas, no momento de comercializar o produto no plano internacional, nós nos defrontamos com uma desigualdade que nos faz sucumbir diante dos nossos concorrentes. É a política protecionista das barreiras alfandegárias e não alfandegárias. O Governo brasileiro não tem demonstrado liderança internacional suficiente para romper essas barreiras e, com isso, o nosso produtor vai vivendo esse calvário de forma interminável.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu já estava concluindo, mas concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Mão Santa, V. Ex^a já terá a palavra. Comunicação inadiável não comporta aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sei que regimentalmente não cabe aparte, mas V. Ex^a é um homem de Deus, da Dona Dada e tem a sensibilidade política, tem o espírito da lei. Tem *L'Esprit des Lois*, de Montesquieu. Eu estava apelando para isso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – V. Ex^a está inscrito e já vai subir à tribuna.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas eu queria falar neste debate, que é importante, principalmente para V. Ex^a, que está ligado ao Governo. Nós tivemos a felicidade, e o Brasil também, de ouvir um homem arejado, que acabou de vir dos Estados Unidos, onde estava fazendo aqueles cursos que só o Fernando Henrique fez, e falando sobre a economia da agropecuária. Eu queria entrar neste debate qualificado, se V. Ex^a permitisse.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – V. Ex^a já entrou. Continue.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, aproveitando a sua viagem aos Estados Unidos, onde fez aquele curso do Fernando Henrique Cardoso, onde passou 4 meses, é muito grave o que V. Ex^a está falando. Mas a recessão de Franklin Delano Roosevelt, depois da guerra...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Mão Santa, é só para retificar. O Senador Alvaro Dias fez uma cirurgia no joelho, exatamente com o médico que eu vou fazer na quarta-feira. Então, ele estava era em cima da cama mesmo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas ele não perdeu tempo, não. Isso é de gente importante, esse negócio de cirurgia no joelho. E ele veio com a cabeça mais arejada, devido aos conhecimentos que ganhou em Harvard. Mas é o seguinte: fico muito preocupado, porque em recessões como essa em que estamos agora, Franklin Delano Roosevelt fez o programa New Deal, e voltou-se para o campo. Por isso, os Estados Unidos são poderosos. Fizeram uma análise do PIB no mundo e hoje os Estados Unidos ainda têm 25% de todas as riquezas do mundo. Mas por quê? Porque Franklin Delano Roosevelt tinha um pensamento: as cidades poderão acabar, mas ressurgirão do campo. Se o campo não for apoiado, se não for estimulado, as cidades morrerão de fome. E aí ele disse: bote um bico de luz em uma fazenda, cada panela terá uma galinha e vamos aumentar a produção rural. E está aí: são 600 milhões de toneladas, e os Estados Unidos são fortes por isso. E V. Ex^a, que é do Paraná, está dizendo que lá estão no negativo. Avalie o Piauí e Alagoas! Imagine como é que está lá a pecuária e a agricultura! V. Ex^a atentai bem para a gravidade.

(Interrupção do som)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Ô Magno Malta, V. Ex^a, que é do Partido do Vice-Presidente da República, é um homem arejado, um homem que sabe riquezas, esta denúncia é desse homem que representa o Estado do Paraná, que, na História do Brasil, sempre foi poderoso e preclaro. E ele está dizendo que lá os fazendeiros estão deficitários, estão no negativo; imagine o nosso Norte-Nordeste. Essas são as nossas preocupações para o Presidente Luiz Inácio ver que esse negócio de mentira, mentira... Mas V. Ex^a trouxe a realidade, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, agradeço o aparte de V. Ex^a que, com a contundência de sempre e buscando a inspiração americana, vale mais do que meu discurso. Quero dizer a V. Ex^a que essa é a realidade. Esse estudo

é apresentado por especialistas que representam a Federação da Agricultura do Paraná, homens que militam na área. E esse é o prejuízo real da agricultura do Estado nesse período referido.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e desculpe-me por me prolongar na tribuna, excedendo o tempo a que tenho direito regimentalmente, mas a gentileza de V. Ex^a contribuiu para que eu pudesse trazer este grito do campo do Paraná para todo o Brasil e, quem sabe, especialmente para o Palácio do Planalto, onde está o Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Agradeço a V. Ex^a o pronunciamento que é da mais alta importância.

Trata-se de um tema que V. Ex^a conhece, já que governou o Paraná e é um homem que não apenas discute e participa do tema, mas foi ordenador de despesas desse Estado tão rico.

Concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

Quero abraçar o meu amigo Marcos Coelho, Presidente da Câmara de Cachoeiro do Itapemirim, figura tão importante na Câmara onde comecei minha vida parlamentar. Nosso amigo Marcos é do querido Distrito de Conduru. Quero abraçar o meu amigo Amaral e o querido Wilson Dillen, que assistem à TV Senado lá no meu querido Cachoeiro do Itapemirim.

Concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que hoje terei um pouco mais de tempo. Além da paciência de V. Ex^a, obviamente hoje está um dia calmo. A maioria dos Senadores está na Comissão de Ética, na importante decisão para este Senado. Hoje é um dia de expectativas na Casa e a maioria dos Senadores encontra-se lá. Espero que não tenhamos a rigidez do Regimento Interno em um dia como o de hoje, principalmente com V. Ex^a na Presidência, que sempre foi benevolente com todos os Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Estando na Presidência, posso dizer-lhe que o Regimento Interno não deveria tratar de tempo quando um orador vem à tribuna. Até porque são apenas três Senadores para cada Estado – para que a Nação saiba disso – e o assunto trazido à tribuna por qualquer Senador tem tanto significado que é preciso deixá-lo concluir conforme o que preconizou no seu coração e na sua mente para oferecer à Nação e ao Estado.

Portanto, fique à vontade. Não será a Mesa que vai interrompê-lo. Sei que V. Ex^a será interrompido pelo Senador Mão Santa, em algum momento do seu discurso, que deverá apartear-lo.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Somos parceiros nas nossas ideologias.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PR – ES) – Em seguida, o Senador Mão Santa virá à tribuna, porque está inscrito e, posteriormente, o nosso querido Senador João Tenório.

Senador Mário Couto, V. Ex^a dispõe de todo tempo para proferir seu discurso.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Srs. Senadores, ontem, este Senado deu uma demonstração de que tem a maior preocupação com os Prefeitos deste País – são 5.602.

Depois de muita pressão, pressão em cima de pressão, o Presidente da República cedeu. Aliás, Senador Mão Santa, esse costume de pressão não é de hoje. Este País já se acostumou a dizer que o Presidente só resolve se houver pressão.

Infelizmente, neste País, hoje, é assim. Aliás, não é de hoje, mas de algum tempo. Houve pressão desta Casa por várias vezes de vários Senadores. Fiz pelo menos uns três pronunciamentos em relação à gravidade dos fatos. O povo que mais sofre neste País é o interiorano, que vive lá no interior do interior.

E o Governo diz que eles têm energia elétrica, água potável e transporte, mas eles não têm! Essa é a grande realidade.

Até que enfim, deram um aumento bem pequeninho aos Prefeitos. Eu estava até calculando errado, Senador Mozarildo Cavalcanti. Eu pensei inicialmente – depois que vi, refleti o certo – que o Presidente Lula teria dado um grande aumento no FPM às Prefeituras municipais. Eu pensei; “Agora, os Prefeitos vão ter condição de pagar o funcionalismo. Pelo menos isto: pagar o funcionalismo!” Porém, depois, eu fui ver que não era assim: um não conta com um, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Santa Cruz do Arari, no Marajó, tem 1% de FPM e, agora, soma mais 1%? Não, não é assim! São 5.602, Senador Mão Santa, divididos por 1% do bolo. Sobra quase nada! Sobra quase nada! Mesmo assim, para quem não tem nada, 0,00001 já satisfaz.

Os Prefeitos estão agradecidos, principalmente a este Senado Federal, que fez pressão em cima de pressão, até o último instante. Agradeço aqui o entendimento que tivemos com o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, – a quem não me canso de elogiar e que atendeu à nossa ponderação, principalmente do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Mário Couto, para que tivéssemos condições de votar esse aumento de imposto ontem. E votássemos em primeiro e segundo turno, redação final, apenas para que o Presidente pudesse sancionar e os Prefeitos terem um aumento na sua participação, o mais rápido possível.

Mas este não é o assunto principal do meu pronunciamento hoje, Senador Tenório. O assunto principal é uma manchete de primeira página da **Folha de S.Paulo**, de segunda-feira passada. Gostaria de mostrar àquelas pessoas que me assistem pela TV Senado, para que eu pudesse, então, começar a linha do meu pronunciamento, do meu raciocínio, na tarde de hoje.

Diz a **Folha de S.Paulo**: “Governo [logicamente o Federal] multiplica por oito a criação de cargos.”

Olhe, Senador, como isso é grave. Muito grave! Vi, ainda há pouco, dizerem que a miséria neste País estava sendo superada. Aplausos! Muito bem, Senadores! Quem é que não quer que a miséria neste País seja superada? Quem é? Só um louco não deseja isso. Quem é que pode vir a esta tribuna criticar o Bolsa-Família? Podem vir até criticar pelo valor que se dá, que é pouco; mas é um bom programa. Sim, copiado do Governo Fernando Henrique Cardoso, copiado do Chile, do México, mas é um bom programa.

Quem é que tem a coragem – isso é que eu quero saber, Mão Santa – de me questionar com esse tema que vou colocar hoje aqui? Quem?

O Governo Federal, o Luiz Inácio Lula da Silva, contratou no seu Governo 22.345 mil cargos comissionados. Sabe o que é isso, população brasileira deste querido País? São pessoas que entram pela janela, sem concurso público, Senador Tenório. Sabe quanto é o rendimento disso, no Governo petista? Acabaram com o mensalão. Isso é pior. O Ministério Público tem de tomar conhecimento deste assunto imediatamente, Senadores. Esta Casa tem a obrigação, Sr. Presidente, de comunicar ao Ministério Público essa questão imediatamente: O servidor entra pela janela, recebe até R\$ 10 mil, dito aqui pelo Senador Mão Santa, há alguns meses atrás. Fui fundo nesse questionamento, após a fala de S. Ex^a e fui ver que ele tinha plena razão. O servidor entra pela janela do Governo petista e, depois, é obrigado a pagar um dízimo. É pura verdade.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a permite um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou lhe conceder.

É a pura verdade, ele paga um dízimo.

Sabe qual foi a evolução dessa entrada, pelas janelas, de servidores comissionados? No primeiro ano do Governo, 23%; agora, em 2007 – olhem como é grave –, aumentou 179%. Só em 2007, de janeiro a julho.

Calcule se essa evolução permanecer assim, nesse nível de crescimento, meu nobre Senador, que me escuta com muita atenção. Calcule! Sabe quanto já existe no cofre do PT? Não sou eu que estou dizendo, é a **Folha de S.Paulo**. Sabe quanto tem já, Mão Santa?

Pasmem, Sr^{as} e Srs. Senadores: R\$228 milhões, oriundos dessa fonte de arrecadação, dessa excrescência, dessa vergonha!

Ninguém quer miséria neste País, não. Não desejamos a miséria, neste País, até por questões partidárias. Louco é aquele que a deseja, mas queremos saúde. Não queremos violência, mais, neste País. Queremos estradas, queremos infra-estrutura neste País! E isto aqui não deixa, isto aqui não deixa. É uma vergonha.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa, com muita honra.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mário Couto, vou contestá-lo. V. Ex^a cometeu um equívoco: disse que eles entraram pela janela. Que o quê! Ô, Mozarildo, para entrar pela janela é preciso fazer esforço, é alta. Eles entraram, como diz a Bíblia, pela porta larga da vadiagem, da corrupção, da malandragem, da indignidade e não pela porta estreita da moral, da vergonha, do concurso público. Janela o quê! Esses aloprados não fazem esforço. Roubar não dá trabalho, qualquer um sabe. Aliás, eles sabem mais do que nós. São 40 aloprados, além do Ali Babá. Nós, médicos, Mozarildo, vamos buscar a etiologia, a causa. Onde está a etiologia, a causa dos 40 aloprados que estão no STF? Eu já denunciei isso. São aproximadamente 24 mil. V. Ex^a sabe quanto ganham os mais aloprados, os que estão mais próximos de Luiz Inácio? Ganham R\$10.448,00. Atentai bem! Um quadro vale por dez mil palavras. Ô, Mozarildo, V. Ex^a que é médico, sou médico há mais de 40 anos, vou completar 41, aposentado, concursado, médico-cirurgião de Santa Casa: bala, facada, cesariana. Quarenta anos! Aqui, estamos no bem-bom. Deus e o povo foram bons. Isto aqui é uma maravilha, digo que é até o céu. Mas, se eu não fosse Senador? Sabe de quanto é a minha aposentadoria, Luiz Inácio? Eu nem olho, Mozarildo. Quem recebe é a Adalgisinha, sabe por quê? Porque me dará úlcera se eu for receber o contracheque, que é de R\$2 mil e pouco. Aí, entram esses aloprados vigaristas! São 24 mil, para dar dinheiro, ainda, para o PT! Os maiores deles ganham R\$10.448,00. Meus generais, meus brigadeiros, meus almirantes! Mercadante, olha o contracheque do seu pai. V. Ex^a é gente boa, porque foi educado por seu pai, que é um grande general. Nem um deles ganha isso, Tenório! Fizeram um bacanal, ontem, em que um palhação ameaçou os nossos marechais, generais e almirantes. Foi uma humilhação o que fizeram, ontem, no Palácio. Ainda estão humilhando os que carregaram a Bandeira – Ordem e Progresso, essa civilização –, que fizeram a Marinha de Almirante Barroso, o qual disse que o Brasil espera que cada um cumpra o seu dever, de Eduardo Gomes, que disse

que a democracia necessita de eterna vigilância – e é por isso que estamos aqui –, que fizeram a Embraer e o ITA. Esses oficiais da Aeronáutica estudaram Engenharia e o Exército teve os Batalhões de Engenharia. No Piauí, havia dois, mas está tudo sucateado. Eles construíram as melhores pontes e estradas deste Brasil, mas nenhum deles ganha isso e, ainda, vão humilhar as Forças Armadas, falando não sei o quê de uma guerra que houve no passado.

Mas vergonha é esta: R\$10.448,00. V. Ex^a falou do bolsa-família. Qual é o seu valor, agora que aumentou?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É de R\$95,00.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – É, mas esses aí é que são os aloprados privilegiados. O contracheque é de R\$10.448,00. E não foi pela janela, não. Esses aloprados entraram pela porta do pecado, da indignidade, da corrupção, nesse inferno do Brasil, que é o PT.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Fico muito honrado com o aparte de V. Ex^a.

Concedo um aparte ao Senador João Tenório.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – Senador Mário Couto, não tenho a veemência, infelizmente, de oradores como V. Ex^a e o Senador Mão Santa, mas eu gostaria de registrar, à minha maneira, a competência e a oportunidade do pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigada, Senador.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – Se observarmos o que acontece no Brasil, hoje, veremos que é uma coisa absolutamente paradoxal. Ao mesmo em que o Governo acredita que tem condições financeiras e econômicas...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Exatamente isso.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – ... para proporcionar o crescimento de uma despesa como essa, em particular, que V. Ex^a aqui denuncia, ele chega junto ao Senado, ao Congresso Nacional, à imprensa e à opinião pública e diz que precisa desesperadamente manter a CPMF, para não descobrir as suas contas públicas.

Então, parece-me que essa incoerência do Governo atual cria exatamente isso que V. Ex^a está dizendo, ou seja, a impossibilidade de se gastar o dinheiro público da maneira como deveria ser gasto, em investimento e recuperação da infra-estrutura brasileira, que está absolutamente destruída. Tivemos a oportunidade de identificar e observar a ponta do *iceberg*, que foi essa crise do chamado apagão aéreo, mas isso está absolutamente espalhado por todas as atividades de infra-estrutura brasileira. Não temos mais estradas, os

portos brasileiros estão absolutamente congestionados, enfim, gasta-se dinheiro da maneira como aconteceu durante esse tempo que V. Ex^a denuncia e não se tem dinheiro para investimentos de que o País tanto necessita, a fim de se manter o mínimo crescimento econômico. Ao mesmo tempo, nesta Casa, ouvimos muitos pronunciamentos daqueles que defendem as atitudes incoerentes do Governo Federal, como a manutenção e a criação de novos impostos, como tem sido o procedimento do Governo nesses últimos tempos. Então, sem a veemência que V. Ex^a tanto bem administra ao falar – o Senador Mão Santa tem essa capacidade incrível de dizer as coisas de uma maneira que todos entendem muito bem -, eu gostaria de registrar, ao meu modo, a incompreensão dessa atitude que V. Ex^a tão bem denuncia aqui.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Foi brilhante o aparte de V. Ex^a. Quero dizer a V. Ex^a o quanto o admiro por sua capacidade e por sua inteligência singular e que é uma honra poder inserir em meu pronunciamento as suas considerações.

Sr^{as} e Srs. Senadores, V. Ex^{as} sabem quem paga essa ganstança toda?

Sr. Presidente, não vou abusar da sua tolerância, vou terminar.

Sabem V. Ex^{as} quem paga isso aqui? Quem paga essa ganstança toda, essa excrescência, essa vergonha? Sabem quanto aumentou, no segundo mandato do Governo Lula, essa vergonha? Aumentou 545%.

Senador Mão Santa, vou corrigi-lo. Não estão entrando pessoas só pela janela, não. É verdade, Senador Mão Santa, V. Ex^a tem razão. Estão entrando pelas janelas, pelas portas das cozinhas, pelas portas da frente... São 22 mil comissionados, que eles chamam de DAS. E olhem quanto criticaram os servidores temporários! O Ministério Público em cima, por que não fizeram concurso – entraram há 10 ou 15 anos –, ou eles saem ou então teriam de elaborar uma lei para regularizá-los.

E esses aqui, os afilhados do Lula, ficam?

Que me responda o Ministério Público Federal, Sr. Presidente!

Temos de acionar o Ministério Público Federal, Sr. Presidente!

A população brasileira fica envergonhada com isso, Sr. Presidente!

E lá no meu Pará – paraenses, queridos paraenses! -, a Governadora Ana Júlia segue o mesmo ritmo do patrão. O patrão faz aqui, ela faz lá. São quatro servidores comissionados por dia que entram no Governo do Pará! Em cinco meses, sabem quantos já entraram? Setecentos servidores comissionados. E onde está o Ministério Público Federal?

Não pode mais acontecer isso neste País! Não pode.

Aí é fácil ganhar eleição! Aí não se perde nunca!

Estão condenando os mensaleiros. Aplausos ao Supremo, principalmente. Mas quero aplaudir o Ministério Público; que possa, realmente, acabar com essa vergonha de cargos comissionados dentro do Governo, para ajudar o Partido dos Trabalhadores nas eleições que se aproximam.

Acabou o Valdomiro! Não tem mais essa fonte. O chefe da quadrilha está ameaçado: o José Dirceu. Agora o Governo empurra pelas portas e pelas janelas, como disse V. Ex^a, Senador Mão Santa. É um outro método. Ô Governo sabido! Ô Governozinho sabido?

A classe média, como está a classe média deste País? Recebi um *e-mail* de uma senhora, anteontem, dizendo como vive a classe média e quantos impostos paga. A CPMF, quem a paga? A classe média é que financia esse absurdo! É a classe média que está pagando esses servidores que o Governo admite para dar dízimo ao PT. É a classe média que os estão pagando! Ninguém pode aceitar isso! Temos de tomar providências, Sr. Presidente! Deixo registrada a minha indignação nesta tarde.

Prometo-lhe, Sr. Presidente, que não vou parar por aqui! Vou ao Ministério Público Federal questionar esse assunto. Espero que o Senado possa me ajudar nisso.

Não vou mais abusar da sua paciência.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Magno Malta, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Obrigado, Senador Mário Couto.

Concedo a palavra ao Senador João Tenório, por 5 minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14, inciso VII, combinado com o art. 158, § 2º, do Regimento Interno, intercalando com os oradores normalmente inscritos.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, agradeço a compreensão dos Senadores Marconi Perillo e Mão Santa pela permuta. Serei rápido.

Em primeiro lugar, eu gostaria de registrar – estava ausente no momento do ocorrido – minha satisfação, como alagoano, como Senador pelo Estado de Alagoas, em ter como companheiro o Senador Euclides Mello como um dos nossos Pares. Tenho a absoluta certeza

de que contaremos com o apoio importante de S. Ex^a na defesa das coisas da nossa Alagoas, que tanto tem precisado e precisa do apoio desta Casa e dos Governos, no sentido de se recuperar da crise monumental enfrentada pelo Governador Teotônio Vilela, que tenta administrá-la da melhor maneira possível.

O Senador Euclides Mello terá, nesta Casa, a missão importante e ao mesmo tempo difícil, ao substituir o Senador Fernando Collor, que é um homem de grande experiência e vivência pública, que tem grande e intensa história neste País. Portanto, mesmo sendo uma missão difícil para o nosso Euclides Mello, tenho a certeza de que, pela sua competência, pela sua inteligência, pelo seu bom senso, S. Ex^a se sairá com muita propriedade.

O segundo ponto, Sr. Presidente, é que eu gostaria de, aqui, fazer um registro sobre um equívoco cometido pelo **Jornal do Senado** na edição de hoje.

Ontem, em reunião da Subcomissão de Biocombustível, na qual analisamos a tentativa de o Governo Federal retomar, de maneira intensa e inexplicável, o controle excessivo e exagerado do setor de produção de etanol no Brasil. Dissemos, naquele momento, não só eu, que a presido, como também todos os Senadores presentes, inclusive todos os técnicos que ali se encontravam, a mais absoluta discordância de que isso pudesse acontecer. Afinal de contas, isso significava, mais ou menos, o retorno à época em que era modelo o Instituto do Açúcar e do Alcool, órgão que foi extinto, com propriedade, pelo Presidente Collor, em 1990.

Para que V. Ex^{as} tenham uma idéia da melhora e da eficiência por que o setor passou depois da eliminação da presença excessiva e maciça do Governo, em 1990, o Brasil exportava algo entre 0 e 1 milhão de toneladas de açúcar, e agora, nesta safra, nossa exportação chegou a casa das 16 milhões de toneladas de açúcar. Naquele momento, tínhamos uma produção de álcool apenas incipiente. Hoje, o Brasil produz cerca de 20 bilhões de litros de álcool. Somente isto mostra, claramente, a vantagem da não-presença excessiva do Governo nas atividades econômicas, de modo geral, de modo mais amplo e, muito em particular, nessa atividade do agronegócio do açúcar e do álcool no Brasil.

Houve, então, esse equívoco, cometido não apenas por mim, mas por todos os Senadores e técnicos que ali se pronunciaram e estavam presentes. Portanto, houve uma pequena confusão. Ao mesmo tempo em que reconhecíamos a conveniência e a necessidade de o Estado estar presente na regulamentação dos interesses do setor, tendo em vista o crescimento do setor, que se tornou extremamente importante, porque, até então, apenas produzia alimentos, mas agora, é um significativo produtor de energia para o País e o mundo.

Por tudo isso, a presença do Estado é importantíssima como agente regulamentador, agente que estabeleça os parâmetros de funcionamento, comercialização e ação do setor no Brasil, como o zoneamento de produção, sem dizer que a cana-de-açúcar atinge regiões que têm um foco ecológico importante, como é o caso da profunda amazônia, do bioma amazônico, além de outras regiões que merecem ser preservadas. Isto é ação do Estado. Sem sombra de dúvida que é ação do Estado.

Com relação à questão do zoneamento, à questão da distribuição de oportunidade de produção de açúcar como um todo, e não apenas numa concentração, como está acontecendo hoje, praticamente nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, no centro-sul e meio-oeste brasileiro, seria interessante que fosse distribuída de maneira mais econômica e socialmente salutar, envolvendo outras regiões do Brasil, como é o caso do Nordeste. O crescimento têm-se concentrando totalmente na região centro-sul.

Para tanto, torna-se claramente necessário a presença do Governo, como agente que modere essa atuação do setor, dentro dessa atividade no Brasil.

Houve esse equívoco, repito. Portanto, tanto eu como os Senadores ali presentes...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – ...a audiência pública que se realizava naquele momento. Todos eles, por unanimidade, chegaram à conclusão de que a presença excessiva do Governo na atividade é algo que não deve retornar, à semelhança do que aconteceu na época do Instituto do Açúcar e do Alcool. Houve esse equívoco, o **Jornal do Senado** publicou matéria absolutamente inversa a essa. Tivemos a oportunidade de, junto aos membros que compõem a mídia escrita do Senado, corrigir essa distorção, mas gostaria de trazer ao plenário esta posição nossa, que é bem diversa daquela que foi colocada.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Tenório, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo. Posteriormente, ao Senador Mão Santa.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Mário Couto, Sr^{as} e Srs. Senadores, Norberto Bobbio, em seu maravilhoso *Dicionário de Política*, salienta que à Oposição é

constitucionalmente reconhecida a função da limitação e do controle crítico do poder da maioria, controle e limitação que se exercem, no plano formal, mediante o exame da legitimidade da atividade legislativa desenvolvida pela maioria, e, no plano essencial, mediante a defesa dos direitos das minorias dissidentes e da alternativa política do poder.

Hoje, ao ocuparmos esta tribuna, queremos exercer essa prerrogativa constitucional, queremos falar de alternativas de gestão pública e oferecer como exemplo a experiência recente no Governo de Goiás, esse Estado com um povo disposto e empreendedor, que registra recorde na geração de empregos e em desenvolvimento. Nosso Estado é símbolo de como políticas públicas podem dar certo quando planejadas a partir de objetivos definidos e voltadas para as prioridades da população e do setor empresarial, dos trabalhadores, por meio do cumprimento de metas estratégicas, que são rigorosamente cumpridas.

Em Goiás, experimentamos dois planos plurianuais e já estamos indo para o terceiro. E, a partir da adoção do primeiro plano plurianual, começamos a trabalhar o Orçamento anualmente, como desdobramento do plano plurianual, o chamado Orçamento Democrático. À medida que definimos metas específicas, objetivos claros e, sobretudo, buscamos resultados concretos em relação às nossas ações a partir de um rigoroso planejamento estratégico, não tivemos dúvida de que colheríamos, no médio e no longo prazo, os melhores frutos em função dessa visão ousada, mas planejada, de gestão pública.

Goiás, Sr. Presidente, expande-se em múltiplas regiões: em Goiânia, capital, em Anápolis, em Aparecida, no interior como um todo. Goiás diversifica-se em múltiplas áreas: no agronegócio, na agroindústria, no setor mineroquímico, no setor farmaquímico, na indústria automobilística, na indústria têxtil, dentre tantas outras.

A conquista que comemoramos hoje e queremos compartilhar com o Brasil é o extraordinário desempenho da economia goiana, pois, ao longo dos últimos anos, temos apresentado taxa de crescimento do PIB pelo menos duas vezes maior do que a do PIB nacional.

A conquista que comemoramos hoje é a geração recorde de empregos no primeiro semestre deste ano em Goiás. Somente o crescimento do número de novos empreendimentos habitacionais representou mais de 30% das vagas geradas nos seis primeiros meses do ano, para falar apenas da capital do Estado. O setor de serviços, por sua vez, gerou 28% das vagas no primeiro semestre.

Depois de Goiânia, aparecem, nas primeiras posições, as cidades de Anicuns, Goianésia, Itapaci e Maurilândia, principalmente por causa do incremento das contratações nas usinas de álcool e açúcar localizadas nesses municípios, mas também em muitos outros municípios.

A criação de empregos formais no primeiro semestre do ano em Goiás foi a maior da história, com saldo positivo de 48.586 novos postos de trabalho aberto, segundo o Cagede, o Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho.

Tivemos, portanto, um incremento de 74% em relação ao mesmo período do ano passado. É isto mesmo: crescemos 74% na geração de empregos e, ao que tudo indica, seguiremos nessa empreitada vanguardista, símbolo de planejamento e estratégias de Governo, que iniciamos em 1999 e que tem seqüência hoje no Governo Alcides Rodrigues, meu Vice-Governador durante os dois mandatos.

O mais interessante nessa marcha de progresso contínuo é a diversidade, porque cresceram não só os grandes empreendimentos, mas também os pequenos e médios empreendedores. Cresceram as oportunidades, Sr. Presidente, tanto para as construtoras do porte da Borges Landeiro, com nada menos que 648 unidades lançadas em 2007, quanto para os profissionais responsáveis por reformas e pequenas obras.

Da mesma forma, vimos municípios do interior darem um salto de extremo significado para o aprimoramento local das condições de vida e oportunidades, em razão da instalação de diversas indústrias nos vários ramos, nos últimos anos.

Para se ter uma idéia, durante o período em que estivemos à frente do Governo, conseguimos viabilizar aproximadamente 1.100 novos empreendimentos industriais de médio e grande porte. O mais importante é que esses empreendimentos se diluíram, se capilarizaram pelas mais diversas regiões do Estado.

Conseguimos levar empreendimentos industriais para quase 150 municípios goianos, de um total de 246. Onde havia disparidades regionais, do ponto de vista do crescimento, adotamos algumas políticas setoriais compensatórias, sobretudo tributárias, como é o caso da região do Entorno de Brasília, nordeste e norte do Estado. Apresentamos iniciativas ao Poder Legislativo, devidamente aprovadas, reduzindo as alíquotas do ICMS para aproximadamente zero às empresas que quisessem levar para essas regiões indústrias de álcool, açúcar, frigoríficas, de processamento de leite, dentre outras. Portanto, com essa visão da utilização do

ICMS e da desoneração tributária como base fomentadora para a competitividade das pequenas, médias e grandes empresas, conseguimos fazer com que em Goiás, com a estatística de agora, fossem gerados aproximadamente 460 mil empregos líquidos. Quando assumimos o Governo, há nove anos, tínhamos aproximadamente 500 mil empregos líquidos e, hoje, esse volume já chega a aproximadamente um milhão de empregados com carteira assinada.

Coroamos a eclosão de um círculo virtuoso, porque as usinas de cana-de-açúcar fazem movimentar uma cadeia de outros setores, que lhes fornecem equipamentos e insumos em geral.

Ao apoiarmos, Sr. Presidente, o setor sucroalcooleiro, há oito anos, havia 11 indústrias sucroalcooleiras implantadas, vamos chegar agora a 19, e até o ano de 2010, haverá mais de 40 indústrias implantadas. Em que pese todo esse foco nesse setor, estamos muito preocupados com o chamado zoneamento ecológico agrícola – conforme acabou de dizer o Senador João Tenório –, para que as outras culturas possam ter espaço, sobretudo para que os pequenos possam ter condições de produzir outras culturas, gerando, assim, também emprego e renda.

Mas nosso crescimento expande-se em múltiplas direções, porque, se, de um lado, fomos impulsionados pela agroindústria, de outro, fomos alavancados pela mineração, pelo setor têxtil, pelo setor mineroquímico, pelo setor automobilístico, pelo setor farmacêutico, dentre outros; se, de um lado, fomos empurrados, em termos de crescimento, pelo agronegócio, de outro, fomos impulsionados pelos outros setores industriais.

Um exemplo disso é que, na composição do nosso PIB, há nove anos, a indústria participava com apenas cerca de 15%. Agora, a indústria já participa com quase 40%, cabendo à agricultura, ao setor primário e aos serviços o restante da composição do nosso PIB.

Importante registrar ainda, Sr. Presidente, que, há oito ou nove anos, tínhamos um PIB de R\$17,5 bilhões – essa era a composição do PIB – para um PIB *per capita* de cerca de R\$3,5 mil. Deveremos chegar, ao final deste ano de 2007, com um PIB de aproximadamente R\$55 bilhões e com um PIB *per capita* de mais de R\$9 mil. Portanto, uma explosão de crescimento em função de políticas públicas planejadas ao longo desse período.

Mais importante ainda é o valor da transformação industrial, que era de cerca de R\$2 bilhões e que já está ultrapassando o valor de R\$10 bilhões em função de todo esse trabalho de captação industrial verificado nos últimos anos.

Enfim, Sr. Presidente, nosso querido Estado de Goiás cresce firme, forte e altaneiro, para o benefício de toda a sociedade, que está ávida por oportunidades de emprego, pela geração de empregos, por qualidade de vida, por qualificação profissional e, sobretudo, por felicidade. É o que procuramos, a partir do desenvolvimento de um trabalho sério, voltado para o atendimento das necessidades da população.

Colhemos os frutos do que plantamos há anos. Colhemos os frutos de três ações norteadoras da gestão pública: primeiro, a nova mentalidade de governo, voltada para o setor produtivo e simbolizada pela parceria do Governo com o fórum das entidades empresariais e com o fórum das entidades representativas dos trabalhadores; segundo, a criação do sistema de microcrédito, por intermédio do Banco do Povo, também algo a ser ressaltado.

Criamos o Banco do Povo, Sr. Presidente, por intermédio do qual já foram viabilizados quase 70 mil empreendimentos, com recursos do Governo do Estado. Mais de 100 mil empregos foram gerados a partir dessa iniciativa de fomento do Governo Estadual, atingindo-se praticamente os 246 municípios.

A terceira ação diz respeito a uma série de políticas públicas voltadas para a qualificação profissional, para o estímulo e a qualificação do serviço público, para a valorização salarial, para a criação de programas como o Bolsa-Universitária, pioneiro no Brasil, ou seja, programas de distribuição de renda, de desenvolvimento econômico, que acabaram por dar suporte a esse crescimento vertiginoso, verificado nos últimos anos.

Em suma, arregaçamos as mangas, entrelaçamos as mãos com a sociedade, com o empresariado e com os trabalhadores, para plantarmos as sementes do empreendimento e da geração de emprego, bases do desenvolvimento e do progresso.

É essa experiência vigorosa, compartilhada com o Governador Alcides Rodrigues, que oferecemos como exemplo e alternativa de gestão pública para o Brasil, no nobre exercício do papel, aqui em Brasília, de Oposição, no meu caso.

Queremos, com humildade e perseverança, mostrar como poderíamos fazer o País crescer a ritmo bem mais elevado do que o do atual patamar, se oferecêssemos à Nação um verdadeiro choque de gestão pública.

Queremos, com a experiência vivida em Goiás, trazer contribuições e alternativas, para conduzirmos o Brasil a um tempo novo, a uma nova era de competitividade, produtividade e desenvolvimento para o progresso.

Isso pode e deve ser feito, Sr. Presidente, com uma política de crescimento planejada e eficiente e com uma gestão pública articulada nas várias instâncias do Governo e pautada por ações, para atrair e promover investimentos.

Isso pode e deve ser feito, com uma política industrial inteligente, desenvolvida de forma agressiva e profissional, com planejamento, metas e resultados absolutamente mensuráveis.

Essa é uma parte do exemplo de Goiás que gostaria de oferecer, neste plenário, aos nossos colegas e à Nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA) – Senador Marconi Perillo, parabênizo V. Ex^a pelo discurso! Tenha a certeza de que todo o País sabe da brilhante administração que V. Ex^a fez à frente do Governo de Goiás. Parabéns, Senador!

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, para uma comunicação inadiável. Sabemos que o tempo disponível seria de cinco minutos, mas, como o Plenário está muito tranquilo hoje, V. Ex^a poderá ultrapassar esse tempo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mário Couto, do Estado do Pará, que não vai permitir que esta sessão se encerre, cumprimento V. Ex^a, as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores presentes na Casa, as brasileiras e os brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado Federal.

Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a já governou seu Estado. Vimos aqui a experiência e o crescimento de Goiás, apresentado pelo Senador que nos antecedeu.

Senador Mário Couto, nós aprendemos. Sei que Luiz Inácio disse que não gosta de ler, nem de estudar. Disse que ler uma página de um livro dá canseira e que é melhor fazer uma hora de esteira. Mas podemos aprender com os exemplos daqui mesmo, do Brasil. Ontem, esta Casa viveu e reviveu a experiência administrativa de Getúlio Vargas. Seria oportuno que Vossa Excelência, ó Presidente Luiz Inácio, lesse a reprodução do pronunciamento, por exemplo, de Pedro Simon, que analisou o exemplo de trabalho e de honestidade de Getúlio Vargas.

Mas aprendemos assim. Deus me deu um privilégio, Mário Couto: quando Deputado Estadual, em 1978, assumia o Governo do Estado do Piauí Lucídio Portella, irmão mais velho de Petrônio Portella. Petrônio Portella foi o melhor Presidente desta Casa e só não foi

Presidente da República por que Deus não quis. Tancredo Neves já tinha aceitado ser o Vice-Presidente. Ele seria, no colégio eleitoral, o primeiro Presidente civil, pelo PDS, e, apoiado pelo PP, de Tancredo Neves, ganharia o colégio eleitoral do MDB. Lucídio era o irmão mais velho de Petrônio. Quando eu era Deputado, muito novo, em 1978 e 1979, Senador Mozarildo, vi o discurso de Lucídio Portella, que foi Senador. Eu era médico-cirurgião e, de repente, estava envolvido na política. Senador Mozarildo, foi à primeira vez em que vi, num discurso de posse, uma palavra que quero levar ao Presidente Luiz Inácio, como contribuição. Ele costumava usar a palavra, ele a repetia: “austeridade”. Aquela palavra não era do meu vocabulário de médico-cirurgião. Aqui, o nosso Senador, ex-Governador de Goiás, falou do crescimento, mas, se não houver austeridade, não adianta nada. Então, aquelas palavras de Lucídio Portella me inspiraram. Depois, fui Prefeito, fui Governador do Estado, e elas me guiaram. Luiz Inácio, sei que Vossa Excelência não gosta muito de abrir livro, nem o dicionário, mas austeridade é correção nos gastos, é seriedade, é honestidade, que é o que está faltando em nosso Brasil.

Aqui, ouvimos Mário Couto. Dinheiro, nunca houve tanto! O Senador Mário Couto trouxe aqui a *Folha de S. Paulo*, mostrando a ganância. É a Pátria uma casa de família maior. A Pátria é a família amplificada, ô Duque. Então, ô Luiz Inácio, seja a sua família! A Pátria é a família amplificada. Então, quando se administra uma casa, tem se de ter economia, tem se de ter austeridade.

Como errou hoje este Brasil! Flexa Ribeiro, hoje, estivemos na Comissão de Relações Exteriores. Aten-tai bem, Duque! Senti a falta de V. Ex^a lá.

Na Colômbia, há quase 50 milhões de habitantes; é o segundo país em população. Votamos também um embaixador para a Áustria, que tem também como regime a democracia parlamentarista, e para o Catar, que faz parte dos Emirados Árabes, que é um país pequenininho, que tem petróleo, cujo regime é a monarquia. A Colômbia tem doze Ministros.

Este País, Luiz Inácio, foi bem-governado. Relembrei aqui que Duarte da Costa, o segundo Governador-Geral, fez as Santas Casas – falamos disso outro dia –, com o Padre Anchieta, cuja importância o Senador Duque, ontem, sabiamente, lembrou. Então, lembro esses Governadores-Gerais; o Rei de Portugal, D. João VI; D. Pedro I, D. Pedro II, a rainha mulher, que foi grande governante. Pedro II foi muito bom, Luiz Inácio! Não diga mais isso, não! Pedro II foi muito bom governante. Ele teve de sair,

porque foi proclamada a República. E esta foi proclamada tardiamente, porque ele foi bom. Depois do grito “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, passaram-se cem anos para que nascesse esta República aqui. Foi quando D. João VI disse: “Filho, antes que algum aventureiro coloque a coroa, coloque-a você em sua cabeça!”. O aventureiro era Simón Bolívar, o democrata, que estava lutando pela liberdade e pela democracia em todos os países e que vinha fazer aqui. Mas Pedro II foi tão bom, Senador Mozarildo, que teve de sair! Morreu na França. Sabe o que disseram lá os franceses? Disseram que, se lá tivesse havido um rei como Pedro II, eles nunca teriam derrubado os reis. Pedro II foi um homem estudioso, um estadista, Luiz Inácio. Viajou pouco, só duas vezes, em 49 anos, Luiz Inácio! Aí ele escreveu: “Isabel, minha filha, lembre-se de que estrada é o maior presente que se pode dar a um povo”. Essa é a visão dos grandes estadistas.

E o Colégio Pedro II? Pedro II ia assistir às aulas. Há aqui essa unidade, essa grandeza; falamos só uma língua. Andamos pelo mundo e vemos, por exemplo, que, na Espanha, falam quatro línguas. Isso tudo foi a competência de Pedro II.

Depois, cada um teve sua função, Luiz Inácio. Quem pode se esquecer de Getúlio? Numa época complicada, enfrentou três guerras – uma para entrar; os paulistas quiseram tirá-lo – e a Segunda Guerra Mundial. Tudo isto há num grande estadista: Juscelino tinha otimismo, promoveu o desenvolvimento; Sarney promoveu a redemocratização. Esse negócio de inflação, que era um monstro, Luiz Inácio, ou foi Itamar ou Fernando Henrique Cardoso que a combateu. Nada tem a ver com o seu Governo o combate à inflação. Façam o teste de DNA: ou foi o Itamar, ou foi o Fernando Henrique Cardoso que combateu a inflação.

Em toda a história, ô Duque, nunca este País teve mais de 16 Ministérios. De repente, são 38 Ministérios. Na Colômbia, para onde nomeamos o Embaixador, há 12 Ministérios; nos Estados Unidos, em que eles chamam de secretaria, são 14.

Ali foi para dar lugar aos companheiros. Tudo é despesa, é gasto. Quem paga é o pobre, o povo, como V. Ex^a disse. Quero dizer a V. Ex^a que a *Folha de S. Paulo* disse que estamos chegando aos 24 mil cargos de nomeações livres do Presidente da República. Aten-tai bem, Mozarildo, para o significado disso! Bush só nomeou 4,5 mil. Ô Duque, os Estados Unidos só nomearam 4,5 mil. Estudos disseram que os Estados Unidos têm 25% do PIB da riqueza do mundo, um

quarto do total, e ele só nomeou 4,5 mil. Luiz Inácio, calma! O Luiz Inácio é melhor que o Bush! Não vamos dizer que não, não é? Ele é da paz! Mas só 4,5 mil foram nomeados lá.

O Primeiro-Ministro sucessor de Tony Blair só nomeou, Senador Duque, 160 pessoas; Sarkozy, 350 pessoas. Esses são os países organizados. Na Alemanha, foram 600 pessoas nomeadas. Isso se dá, porque esses países organizados têm estrutura funcional.

Ô Luiz Inácio, Getúlio fez o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp). O Professor Wagner Estelita escreveu para os funcionários do Brasil um livro sobre chefia e liderança, em que estudei princípios de administração, promoção. São pessoas dedicadas ao serviço público. Ao longo dos anos, aperfeiçoaram-se todas essas instituições. Aí, de repente, são 24 mil alopados, são 24 mil pilantras, são 24 mil que ele disse que entraram pela janela! Não foi pela janela! Ô Duque, é preciso fazer esforço para pular uma janela; esses alopados entraram pela porta larga, que está na Bíblia: a porta larga da vergonha, da indignidade, da corrupção, da malandragem!

Senador Mozarildo, V. Ex^a se lembra da Direção e Assessoramento Superior (DAS). Nos Estados, há DAS 1, 2, 3 e 4. No Governo Federal, há DAS 5 e 6. O DAS 6, que Luiz Inácio dá como se joga boletim, corresponde a R\$10.448,00. Assinou, ganhou.

Senador Mário Couto, só há um meio de compensar essa ganância: cobrar imposto do povo que trabalha, do povo que tem vergonha, do povo que está na porta estreita do trabalho.

E ele ainda aumenta os impostos. Já li aqui, Senador Mário Couto: neste País, pagam-se 76 impostos. Somos enquadrados como um País do Bric – Brasil, Rússia, Índia e China, países emergentes – graças ao trabalho de todos os brasileiros em 507 anos de existência, mas pagamos mais do que o dobro do imposto que eles pagam. E ainda há uma Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) que foi criada provisoriamente.

Luiz Inácio, pelo amor de Deus! Olha que conheço esse Palácio do Planalto! Lá existem duas bibliotecas. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso me levou lá em cima, a uma biblioteca pequenininha, gostosa – dei um livro para ele. Senador Mário Couto, ali é seguro, e sabe por quê? Nunca vi tanto paletó! Tenho poucos, porque os dão – no Piauí, há esse negócio de festa de São João – para os matutos. Mas o Fernando Henrique está com o dele desde menino.

E há a biblioteca clássica do Alvorada. Que beleza! Luiz Inácio, sei que Vossa Excelência nunca puxou um

livro daquela biblioteca, na qual entrei com Fernando Henrique Cardoso. Mas vá lá e veja o dicionário, que, no nosso Piauí, se chama “pai dos burros”. Sei que Vossa Excelência não o é. Esse é apenas o apelido usado no Piauí, com todo o respeito. Vossa Excelência é inteligente demais, é sabido demais, só está administrando mal este País.

“Provisório” é o que não é permanente. Em uma crise da saúde, o melhor dos médicos vivos hoje neste País, Adib Jatene, com o qual trabalhei – ele foi Governador, Ministro –, convenceu esta Casa e o País a criarem a CPMF para melhorar a saúde. É uma contribuição provisória! É provisória! É o imposto do cheque que teria de ir para a saúde. Só um quadro vale por mais de dez mil palavras. O Marajó pode estar bem, mas o Piauí...

É dito no **Diário do Povo** por Juliana Nogueira, repórter da cidade – só vou ler a primeira linha: “Pelo menos 500 pacientes estão na fila de espera por uma cirurgia ortopédica no Hospital Getúlio Vargas”. Quinhentas pessoas na fila de espera no melhor hospital do Piauí, o Hospital Getúlio Vargas! Imagine você com uma luxação no ombro, com a perna quebrada! Imagine seu filho numa situação dessa! E isso ocorre na capital do Piauí. Não sei se, em Marajó, a situação está assim, mas acho que está pior.

Então, Luiz Inácio, Adib Jatene, com sua credibilidade, convenceu esta Casa a dar permissão para criar um imposto que iria para a saúde, mas não foi. **O Diário do Povo do Piauí** de hoje – não vou ler – mostra todas as mazelas. Só fiquei nas duas primeiras linhas. “Pelo menos 500 pacientes estão na fila de espera de uma cirurgia ortopédica”. Ficam ali com braço quebrado, com perna quebrada. A anestesia custa R\$9,00 – não há anestesista que vá lá –; a consulta, R\$2,50.

Portanto, temos de tirar esse imposto das costas do povo. Se a CPMF continuar, isso significará enterrar a austeridade, a moralidade, a vergonha; significará deixar o dinheiro para aumentar o que V. Ex^a disse em seu pronunciamento: essas nomeações graciosas para os cabos eleitorais do PT. Eles ainda tiram um percentual!

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA) – Senador Mão Santa, vou conceder mais dois minutos para V. Ex^a encerrar seu brilhante pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E está aqui um trabalho muito bom que eu queria enterrar. Atentai bem! Em média, o brasileiro trabalha sete dias do ano somente para pagar a CPMF. Antes de Lula entrar, eram três dias; agora, aumentou o valor, pois cobram mais por cada cheque. Então, cada brasileiro trabalha sete dias para pagar a CPMF.

Sei que este Senado vive hoje um problema, mas isso é muito mais vergonhoso. Foi vergonhoso quando o Presidente Renan Calheiros não trouxe para cá – para não o derrubarmos – o veto do Presidente da República ao aumento que demos para os aposentados. Demos um aumento de 16,7%, mas o Presidente vetou e deu apenas um aumento de 3,40%. Enquanto isso, concede 140% de aumento para os aloprados que entraram pela porta larga: os chamados cargos de confiança. E mais ainda: eles têm um cartão de crédito provisório. Como é o nome daquilo, Senador Mozarildo Cavalcanti? Cartão de crédito corporativo. Que vergonha, que indignidade! Os aloprados que estão no Planalto têm um cartão de crédito e não prestam contas para o Tribunal de Contas e para o Congresso. Isso é falta de austeridade!

Outro dia, jantei com o Ministro Temporão, que prometeu dar um dinheirinho para o Hospital Getúlio Vargas. Também pedi que o Ministro Geddel Vieira Lima mandasse um dinheiro para o Piauí, pois o povo está sofrendo com uma enorme seca. O Deputado Roncalli Paulo disse que nunca viu tanto drama!

Esbanjaram o dinheiro. Então, temos de enterrar essa CPMF. Para que V. Ex^{as} tenham noção, eu trouxe um trabalho, feito pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, que mostra que um taxista, por exemplo, trabalha nove dias por ano para pagar a CPMF.

Penso que este Congresso Nacional vai melhorar no conceito do povo quando defender o povo. E uma das coisas que temos de fazer, Senador Duque, é enterrar essa CPMF, que nunca chegou para melhorar a saúde do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA) – Senador Mão Santa, quero parabenizá-lo pelo sempre brilhante pronunciamento que faz neste Senado.

Concedo a palavra ao eminente Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi há pouco o Senador Marconi Perillo falar sobre a importância do Estado de Goiás, sobre o desenvolvimento que o Estado de Goiás vem experimentando tanto no período em que S. Ex^a governou o Estado como agora, com o novo Governador.

Fiquei com inveja, digamos assim, porque nós, da Região Norte, não estamos tendo sequer a oportunidade de experimentar um desenvolvimento razoável. E por quê? Porque o Governo Federal não deixa. O pior é isto: é porque o Governo Federal não deixa.

No meu Estado, a situação é alarmante.

V. Ex^a é do Pará, um Estado grande. Nós, de Roraima, temos uma área territorial de 224.298km², mas é o décimo quarto Estado em tamanho. Portanto, não é o menor nem está abaixo da média, vamos dizer assim. Mas, Senador Mário Couto, 46% dessa área são reservas indígenas. Nada contra as reservas indígenas, mas metade das terras do Estado são reservas indígenas. São trinta e duas em Roraima. Quantos índios elas têm? Quarenta e seis mil índios. Mas que índios são esses? Aqueles da época em que Cabral chegou ao Brasil? Não, são índios cidadãos, que são funcionários públicos, vereadores, prefeitos, perfeitamente integrados à sociedade e que, inclusive, habitam os Municípios fronteiriços com a Venezuela e com a Guiana.

Pois bem, trinta e duas reservas indígenas demarcadas. Mudou a vida desses índios para melhor? Não, pelo contrário. Em mais de 90% dessas reservas, os índios estão em situação pior do que antes. Por quê? Demarcam as terras, que na verdade não são dos índios, mas da União – o índio não pode vender um palmo de terra, se estiver aperreado por uma questão financeira –, e eles ficam entregues à própria sorte, sem assistência médica, sem educação, sem transporte, sem projeto de futuro. Tirando os índios lanomâmis, que ainda são realmente primitivos, os outros todos têm essa característica que falei a V. Ex^a.

E o restante seriam terras do Estado? Não!

Na verdade, 34% são terras arrecadadas pelo Incra, na época em que o Estado era um território ainda; 9% são reservas ecológicas; 1,22% é de áreas institucionais das Forças Armadas. Sabe quanto sobra para o Estado? Apenas 9,99% da sua área territorial. Quer dizer, nesses 9,99% é que o Estado poderia planejar seu desenvolvimento.

Não estou nem questionando reservas indígenas, pois já estão demarcadas – algumas estão sendo discutidas na Justiça, inclusive no Supremo Tribunal Federal –, mas o que estou questionando são as terras que estão com o Incra indevidamente.

O Governador atual entrou com uma ação no Supremo contra a União, na tentativa de chegar a um acordo com o Governo Federal, para que essas terras que estão com o Incra passem para o Estado, mas o processo até agora não foi julgado pelo Supremo, apenas foi concedida liminar. Conversamos com o Advogado-Geral da União, Dr. Toffoli, que achou a reivindicação correta e que se propôs a intermediar um diálogo com o Governo Federal, para que houvesse esse acordo.

Apresentado esse quadro, Senador Mário Couto, o pior está por vir. Na última reserva demarcada, Rapa/Serra do Sol, famílias que estão lá há mais de 50 anos, muito mais, porque seus avós moraram e morreram lá, seus pais moraram e morreram lá, portanto estão na terceira ou na quarta geração, estão sendo expulsos por um decreto do Presidente Lula. E qual é a contrapartida legal?

É que a Funai indenize esses moradores e os reassente em outras áreas. Ela está fazendo isso? Muito devagar e porcamente. E há ainda uma parcela daqueles moradores que não querem sair, porque não aceitam o valor da indenização e não têm área equivalente, na qual possam sobreviver e trabalhar.

A Polícia Federal, segundo já denunciei aqui, atendendo a uma operação de guerra montada pela Funai – portanto, leia-se: Ministério da Justiça –, está preparada para expulsar esses brasileiros de lá. E o que eles estão fazendo? Estão subvertendo a ordem? Estão assaltando alguém? Não! Estão trabalhando honestamente.

Essa operação estava prevista para agosto. Obtive um documento, contendo todo o relato de como iria ser essa operação: 500 homens da Polícia Federal, dois helicópteros, num valor de mais de R\$3 milhões. A Polícia Federal negou que a operação ia ser feita. A Funai nem afirmou, nem negou. O que sei agora é que essa operação está prevista para se dar nas duas primeiras semanas do mês que vem.

Quero aqui, de novo, fazer uma denúncia ao Brasil e, ao mesmo tempo, apelar ao Presidente Lula. Sua Excelência já cometeu o equívoco de demarcar baseado numa falsidade, porque o laudo antropológico – foi provado pela Justiça Federal – é totalmente falso e criminoso. E pior ainda: a autorização para demarcar a reserva foi obtida no Supremo Tribunal Federal, mediante uma informação falsa do ex-Ministro da Justiça que fez de conta que revogou a portaria que estava sendo combatida no Supremo Tribunal Federal e, na verdade, editou uma portaria igual. Houve uma imoralidade atrás da outra para quê? Para demarcar a reserva indígena.

E os índios que estão lá querem isso? A maioria não quer, a maioria. Há quatro entidades lá, e só a que representa a minoria deles quer esse tipo de demarcação e esse tipo de expulsão dos brasileiros de lá. Senador Mário Couto, V. Ex^a sabe qual é essa única entidade? A que foi criada pelo Conselho Indigenista Missionário, um órgão da Igreja Católica, ligado à CNBB, que, em vez de pregar a paz, a harmonia e de seguir os ensinamentos de Jesus de que todos são iguais e têm os mesmos direitos, fazem o contrário.

Faço essa denúncia e afirmo que o que está sendo projetado para os primeiros dez dias de setembro é uma imoralidade e mais uma injustiça contra o povo do meu Estado, portanto, contra os brasileiros que lá estão pagando para viver, porque o Governo Federal não dá assistência ao meu Estado.

Fico revoltado porque estive com o Presidente Lula e o Governador, e o Presidente Lula disse claramente que iria resolver a questão das terras – não estou falando da operação de guerra da Funai e da Polícia Federal – em algumas semanas. Isso foi em março, Senador Mário Couto! Entendo que, quando se fala em semanas, não chega a ser um mês. Se o Presidente quisesse falar em meses, teria dito alguns meses. Estamos entrando em setembro, e o Presidente disse que em março iria resolver a questão e não o fez.

O Senador Gilvam Borges disse que Sua Excelência vai ao Amapá assinar uma medida provisória ou um decreto, não sei, transferindo as terras da União que estão no Amapá para o Estado do Amapá. Por que não faz o mesmo com o Estado de Roraima?

Um dos Senadores de Roraima é o Líder do Governo Lula. O outro Senador, Senador Augusto Botelho, é do PT, do Partido do Presidente Lula. Eu sou do PTB, um dos partidos também da Base do Presidente Lula, embora discorde da política que o Presidente vem executando no meu Estado.

Portanto, quero deixar registrado o protesto veemente contra essa possível operação que a Funai, utilizando a Polícia Federal, fará no meu Estado. Espero que, se fizerem – espero que não façam –, respeitem a integridade e os direitos humanos de todos que estão lá. Todos! Estou atento!

Já requeri à Mesa a criação de uma comissão temporária externa do Senado para acompanhar essa operação. Se a Mesa não decidir em tempo hábil, vou por conta própria. Estarei presente, como Senador da República, como representante do meu Estado, para denunciar – como fiz outra vez – arbitrariedade que venha a ser cometida durante essa operação.

Requeiro a V. Ex^a que os dados constantes deste material sobre o meu Estado e as reservas indígenas constem como parte integrante do meu pronunciamento.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º do Regimento Interno.)

DADOS GERAIS

- ▶ **Roraima:** 224.298,98 km² (14º do país em área)
- ▶ **Áreas Indígenas:** 104.018,00 km² (46,37%); 10.401.800,0000 Ha
- ▶ **População Total:** 324.152 (27º do país em população)
- ▶ **População Indígena:** 46.106
 - . Yanomamis: 15.000 (Fonte: FUNAI)
 - . Ingaricó, Macuxi, Patamona, Taurepang, Waimiri-Atroari, Wai-Wai, Wapixana: 31.106 (Fonte: FUNASA)
- ▶ **Áreas de Preservação - IBAMA:** 18.879,99 km² (8,42%); 1.887.999,0112 Ha
- ▶ **Área do Estado:** 22.411,80 km² (9,99%); 2.241.180,0000 Ha
- ▶ **Área do União:** 76.242,18 km² (33,99%); 7.624.218,0888 Ha
- ▶ **Área do Exército:** 2.747,00 km² (1,22%); 274.700,0000 Ha
- ▶ **Densidade demográfica:** 1,45
- ▶ **Capital: Boa Vista Distância de Brasília:** 4.275 km
- ▶ **Número de municípios:** 15
- ▶ **Cidades mais populosas:** Boa Vista – Rorainópolis – Alto Alegre – Caracarai – Bonfim
- ▶ **Altitude:** 85 m
- ▶ **Clima:** Equatorial (N, S e O) e Tropical (L)
- ▶ **Temperatura:**
 - . Média mínima de 20º C e máxima de 38º C em regiões de níveis baixos em relação ao mar. Em regiões entre 800m a 1000m a média é inferior a 18º C. Em localidades e altitude acima de 1.100m a temperatura mínima noturna chega a 6º C a diurna inferior a 20º C em qualquer época do ano. O Estado possui duas estações bem definidas: Chuvosa (inverno) entre abril e setembro, Seca (verão) de outubro a março. A precipitação media anual é de 1.882 mm A umidade relativa de ar é de 65 a 90%.
- ▶ **Fuso Horário:**
 - . 1 hora em relação a Brasília e UTC -4
- ▶ **Localização:**
 - . Roraima é o Estado mais setentrional do país, cortado pela linha do Equador e encravado entre dois países, Venezuela e Guiana tem uma localização estratégica: de frente para os mercados do Caribe e das Américas Central e do Norte. Com a BR 174, rompe seu histórico isolamento geográfico com o restante do país. A importação da energia da hidrelétrica de Guri/Venezuela o Estado está dotado de infra-estrutura para receber projetos industriais, agroindústrias e de ecoturismo.

LIMITES GEOGRÁFICOS	Km
Venezuela (N e NO)	958
República Cooperativista da Guiana (L)	1.922
Amazonas (S e O)	1.375

	Nome da Terra	Grupo Indígena	Município ¹⁹⁰
1	Ananas	Makuxi	Boa Vista
2	Anaro	Wapixana	Boa Vista
3	Aningal	Makuxi	Alto Alegre
4	Anta	Makuxi e Wapixana	Alto Alegre
5	Araca	Makuxi e Wapixana	Boa Vista
6	Barata Livramento	Makuxi e Wapixana	Alto Alegre
7	Bom Jesus	Makuxi	Bonfim
8	Boqueirao	Makuxi e individuos Wapixana	Alto Alegre
9	Cajueiro	Makuxi	Boa Vista
10	Canauanim	Makuxi e Wapixana	Bonfim
11	Jabuti	Makuxi e Wapixana	Bonfim
12	Jacamim	Wapixana e individuos Aturau, Jaricuna e Makuxi	Bonfim e Caracarai
13	Malacacheta	Wapixana	Bonfim
14	Mangueira	Makuxi	Alto Alegre
15	Manoa/Pium	Makuxi e Wapixana	Bonfim
16	Moskow	Wapixana	Bonfim
17	Muriru	Wapixana	Bonfim e Canta
18	Ouro	Makuxi	Boa Vista
19	Pium	Wapixana	Alto Alegre
20	Ponta da Serra	Makuxi	Boa Vista
21	Raimundao	Makuxi e Wapixana	Alto Alegre
22	Raposa Serra do Sol	Wapixana, Ingariko, Taurepang e Makuxi	Normandia e Boa Vista
23	Santa Inez	Makuxi	Boa Vista
24	Sao Marcos	Makuxi e Wapixana	Boa Vista
25	Serra da Moca	Wapixana	Alto Alegre
26	Sucuba	Makuxi	Alto Alegre
27	Tabalascada	Wapixana	Canta
28	Trombetas Mapuera	Wai-Wai e Karafawyna	São Joao da Baliza
29	Truaru	Makuxi e Wapixana	Boa Vista
30	WaiWai	WaiWai, Mawayana, Xereu e outros	Caracarai, Caroebe, Sao Joao da Baliza e Sao Luiz do Anua
31	Waimiri-Atroari	Waimiri e Atroari	Sao Luiz e Sao Joao da Baliza
32	Yanomami	Yanomani	Alto Alegre, Boa Vista, Caracarai, Mucajai
Fechar a janela			

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA) – Senador Mozarildo Cavalcanti, parabênzo V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento, principalmente porque sou testemunha de todas as vezes que vai à tribuna em defesa do seu Estado, demonstrando sempre o grande amor que tem por Roraima. Por isso, receba a minha admiração.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro por dez minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente Mário Couto, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras que nos assistem pela TV Senado e nos ouvem pela Rádio Senado, principalmente os brasileiros e as brasileiras do nosso querido Pará. Tenho uma enorme satisfação de usar a tribuna tendo V. Ex^a na Presidência desta sessão do Senado Federal, o que honra muito o Estado do Pará. Falo do trabalho que os Senadores do nosso Estado fazem em prol do desenvolvimento do nosso País e em especial do nosso Pará. Parabéns a V. Ex^a!

Venho à tribuna, hoje, para falar de um assunto ao qual V. Ex^a já se referiu. Estou chegando de uma reunião, Senador Mário Couto, no Ministério do Meio Ambiente, a respeito de um projeto nosso aprovado em 2005 no Senado Federal e que se encontra na Câmara até hoje.

As audiências que tive na semana passado e, hoje, com o João Paulo Capobianco, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, encheram-me de entusiasmo e de esperança de que poderemos, em breve, ter uma nova legislação que permitirá algo de uma clareza total: aproveitar as áreas já antropizadas ou as áreas já alteradas em nível nacional, para que se possa fazer uso, Senador Mão Santa, economicamente dessas áreas.

Esse projeto é importante para o País todo, mas, seguramente, para o meu querido Estado do Pará. Senador Mário Couto, temos mais de 18 milhões de hectares já antropizados. Não precisamos investir nenhum palmo sobre a floresta nativa. Basta que tenhamos a inteligência, a coerência, a sensatez de usarmos economicamente, na sua plenitude, essas áreas já alteradas. E estamos, graças a Deus, chegando a um consenso com o Ministério do Meio Ambiente. Esperamos que, ainda neste ano, possamos trazer esse instrumento de grande valia, que vai levar o Estado do Pará a um novo patamar de desenvolvimento – tenho absolutamente certeza.

No caminho do Ministério para o plenário, ouvi, pela Rádio Senado, o pronunciamento de V. Ex^a, a quem parabênzo pelos assuntos aqui abordados, inclusive, o tema a que faço referência agora: o esforço que en-

vidamos ontem, para aprovarmos, no mesmo dia, em menos de 24 horas, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de forma terminativa e no plenário do Senado Federal a PEC nº 75, que estava, há três ou quatro anos, parada na Câmara dos Deputados.

Foi um compromisso que o Presidente Lula tinha assumido com os Prefeitos dos mais de 5.600 Municípios brasileiros desde 2003, de aumentar um ponto percentual no bolo de compartilhamento do FPM. Eu próprio, depois que assumi o mandato de Senador em 2005, participei da Marcha dos Prefeitos a Brasília, coordenada pelo Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, o Sr. Paulo Ziulkoski. Em 2005, foi prometido esse aumento; em 2006, foi prometido esse aumento; em março de 2007, novamente, o Presidente Lula se comprometeu com todos os Prefeitos em liberar a aprovação na Câmara dos Deputados. Depois, os Ministros da Fazenda e do Planejamento deram uma declaração de que não seria possível a liberação do aumento em 2007. Somente seria possível liberar o aumento a partir de setembro, com pagamento em dezembro, o que foi aprovado na Câmara dos Deputados e que ontem aprovamos aqui, no Senado Federal.

Fizemos tantas sessões tantas quantas foram necessárias para aprovar, em primeiro e em segundo turnos, a PEC, de tal forma que ela possa ser imediatamente sancionada e posso trazer os efeitos – que não só aqueles esperados pelos Prefeitos – que representam pelo menos um alívio à situação de dificuldade por que passam as Prefeituras dos Municípios brasileiros, em especial, os 143 Prefeitos do nosso querido Estado do Pará.

É preciso que eles saibam do esforço que aqui envidamos, V. Ex^a e eu, junto ao Líder do Governo Romero Jucá, que, num primeiro instante, queria deixar transcorrer o interstício regimental de cinco sessões para votação da matéria. Ou seja, só iríamos votar esse projeto em meados ou no final do mês de setembro.

O esforço aqui feito propiciou a votação até, às quase 22 horas, e conseguimos aprovar o projeto, um compromisso para com os Prefeitos dos Municípios brasileiros.

Concedo um aparte ao nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, a bem da verdade, é preciso fazer uma homenagem àqueles que fizeram a nossa Constituição. Em 05 de outubro de 1988, o nosso Ulysses Guimarães beijou a Constituição, a Constituição Cidadã: “Desobedecê-la é rasgar a bandeira brasileira”. Sei o que é isso. Nessa Constituição consta que o bolo, a receita, o produto do trabalho será rateado na proporção de 53% para a União, para o Luiz Inácio; 21,5% para os

Governadores do Estado; 22,5% para os Municípios, que eram em menor número; e 3% para os Fundos Constitucionais. Totalizando 100%. Até Luiz Inácio sabe essa matemática. Aí fecha. O que houve? O Governo que está aí foi garfando dos Prefeitos. Os Prefeitos, que ganhavam 21,5%, passaram a receber 14%; por isso essas dificuldades por que estão passando. Eu estou aqui porque fui Prefeito nessa época, quando era obedecida a Constituição: nós tínhamos 21,5%. Ontem relembra isso: Heráclito era Prefeito da capital e o Arthur Virgílio era o Prefeito de Manaus, e os governantes anteriores obedeciam à Constituição. Esse Governo foi aumentando as taxas, tipo CPMF, Cide, e foram garfando dos Prefeitos. Então o que nós estamos é devolvendo um décimo do que o Governo do PT tirou dos Prefeitos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Mão Santa, incorporo o aparte de V. Ex^a que enriquece o meu pronunciamento.

Quero dizer que, em seguida, irei tocar exatamente nesse assunto do compartilhamento das contribuições, ou seja, da tão falada reforma tributária, Senador Mário Couto, Senador Paulo Duque. A reforma tributária que esta Nação brasileira espera há muito tempo.

Agora, o Líder Romero Jucá disse que em setembro será encaminhada uma proposta de reforma tributária pelo Executivo. Espero que não seja apenas para que a CPMF seja prorrogada, porque, no meu entendimento, não há necessidade de se prorrogar a CPMF. Aliás, a CPMF se extingue em 31 de dezembro de 2007 e, se for prorrogada, estaremos criando um novo imposto e aumentando a carga tributária.

Então, é necessário que a CPMF seja extinta, porque o excesso de arrecadação do Governo Federal é maior que o valor da CPMF. Até agora, a estimativa de excesso de arrecadação é de cerca de R\$60 bilhões. A CPMF representa R\$36 bilhões, ou seja, não haverá problema e, se houvesse, não seríamos contra o Brasil e votaríamos pela prorrogação. Houve excesso de arrecadação neste ano e no ano passado. Com o Brasil em crescimento e em desenvolvimento, a tendência é haver uma maior arrecadação, o que vai fazer com que possamos eliminar esse imposto que apenas aqueles que mais necessitam. Na verdade, quem paga mais CPMF, proporcionalmente, é exatamente o assalariado de baixa renda. Aquele que mais tem necessidade é o que mais é taxado pela CPMF.

Então, Senador Mão Santa, V. Ex^a tem toda a razão.

Eu diria aos Prefeitos, como fiz ontem, que não podemos deixar que esse movimento tão bem-coordenado pela Confederação Nacional de Municípios se disperse. Os prefeitos devem permanecer unidos.

Vamos continuar a luta pelo compartilhamento das contribuições, pela reforma tributária e para aumentar a transferência para os Municípios e Estados.

Senador Mário Couto, ontem, lembrei ao Líder do Governo, Senador Romero Jucá, que ele assumiu outro compromisso, relacionado com um assunto que estava em debate, quando se aprovou, de forma justa, o atendimento pecuniário aos hansenianos. Houve um pleito dos Senadores de Goiás para que isso fosse estendido também para os que foram atingidos pelo Célio, em Goiânia, e o Senador Romero Jucá prometeu estudar o assunto e encaminhar uma proposta.

Eu pedi um aparte ao Senador Romero Jucá e disse-lhe que estávamos aguardando, há dois ou três meses, o cumprimento do compromisso que ele assumiu com nossa Bancada, de que a questão do transporte escolar, que apenas os Municípios brasileiros, seria resolvida em 15 dias, para que se pudesse aprovar, naquela altura, o Fundeb.

Todos sabemos que as prefeituras gastam, com o transporte escolar, dez vezes mais do que recebem como transferência do Governo Federal. É necessário e urgente que esse assunto seja resolvido, assim, pedi ao nobre Senador Romero Jucá que acelerasse o cumprimento do seu compromisso.

Lamentavelmente, ele me disse que estava dependendo da posição, como sempre, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e do Ministério da Fazenda, mas isso não nos foi dito aqui, naquela altura.

Senador Mário Couto, todos os Prefeitos do nosso Estado do Pará e do Brasil estão aguardando a solução desse problema do transporte escolar.

Outra informação que trago, com muita alegria, para os Prefeitos, é que foi aprovado nesta semana, na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, o projeto de minha autoria que prorroga o prazo de apresentação do Plano Diretor Urbano dos Municípios, que expirou em dezembro de 2006, para dezembro de 2007.

O Ministro Márcio Fortes foi contrário ao projeto. Nós o convidamos para uma audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e o Ministro, então, compreendeu, realmente, que estava apenas mais de mil Municípios brasileiros que não tiveram tempo de fazer o seu Plano Diretor Urbano. E isso aconteceu, Senador Mário Couto, porque os Prefeitos atuais só tiveram um ano e meio de prazo, pois o prazo anterior, de quatro anos, foi do mandato anterior. Além disso, o ano passado foi um ano eleitoral, então, era necessário que houvesse a prorrogação.

Quero agradecer o Deputado Renato Amary, Relator do projeto na Câmara, que me ligou, ontem, dizendo que tinha sido aprovado.

A emenda feita na Câmara aperfeiçoa o projeto, porque, terminando agosto e iniciando setembro, teríamos novamente o mesmo problema de prazo para que esses Municípios, que estão sendo apenados pelo Ministério Público, pudessem se adequar à nova legislação.

Repito a notícia para os Prefeitos: a Câmara dos Deputados prorrogou o prazo para 30/06/2008. Assim, o prazo do meu projeto, que era 31 de dezembro de 2007, foi prorrogado para 30/06/2008, de acordo com o projeto que, aprovado, voltará ao Senado.

Quero alertar os Prefeitos do Brasil, e, em especial, os do Pará, que ainda não completaram o seu Plano de Desenvolvimento Urbano, que precisam dar entrada no projeto, nas Câmaras municipais, até 28/02/2008.

Então, são dois prazos: um para dar entrada na Câmara Municipal, até 28/02/2008, e outro para aprová-lo, até 30/06/2008.

Com isso, poderemos dar condições a esses Municípios para que não sejam apenados, inclusive quanto à transferência voluntária de recursos, tanto federal quanto estadual.

Fico feliz por poder dar a notícia aos Prefeitos do Brasil, e, em especial, do Pará, de que eles poderão atender as condições exigidas para que o seu Plano de Desenvolvimento Urbano seja aprovado pela Câmara Federal.

Nesta oportunidade, também quero dizer que já existem, no Senado Federal, mais de 40 projetos de criação de Zonas de Processamento de Exportação.

O projeto de minha autoria, que cria a Zona de Processamento de Exportação em Marabá e em Santarém, foi aprovado na CDR em 12 de julho e está na Comissão de Assuntos Econômicos. Tenho pedido ao nobre Senador Aloizio Mercadante que determine o Relator e paute o projeto para votação.

Quero até parabenizar V. Ex^a, Senador Mário Couto, que foi autor de um projeto de criação de três zonas de processamento no Estado do Pará: em Tucuruí, Castanhal e Redenção.

A Zona de Processamento de Exportação de Barcarena já foi aprovada, mas me preocupa-me muito, Senador Mário Couto, que a Governadora Ana Júlia, até agora, não tenha tomado providências para a sua instalação, quando outros Estados já deram entrada no processo de criação e instalação dessas zonas de processamento junto ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Faço um apelo, da tribuna do Senado Federal, para que a Governadora Ana Júlia e os seus Secretários processem a documentação e lhe dêem entrada, no âmbito do Governo Federal, a fim de que possamos instalar a Zona de Processamento de Exportação de Barcarena, que é um instrumento da maior importância para a verticalização da nossa matéria-prima e dos nossos insumos. Ao invés de exportarmos minério bruto, alumina e lingotes de alumínio, vamos exportar produtos industrializados, com valor agregado, gerando emprego e renda para os paraenses. Mas, para isto, é preciso que o Governo do Estado tome as providências – providências que já deveriam ter sido tomadas, porque a lei já está em vigor – para a instalação da Zona de Processamento de Exportação de Barcarena. E, quando aprovadas as demais, tanto a de Marabá, quanto a de Santarém, a de Tucuruí, a de Castanhal e a de Redenção, Projeto do Senador Mário Couto, que também elas possam levar a essas regiões o desenvolvimento que todos nós queremos para o Estado do Pará.

Por último, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, quero aqui dizer que terça-feira próxima instalaremos, inclusive com a participação de V. Ex^a, Sr. Presidente, além da presença dos três Senadores do Estado do Pará, das presenças das Senadoras Patrícia Saboya e Kátia Abreu, e dos Senadores Paulo Paim, Sibá Machado, Jarbas Vasconcelos, Romeu Tuma e Cícero Lucena, a Comissão Temporária Externa que vai averiguar as condições de rescisão direta do contrato de trabalho de cerca de 1.180 empregados, resultante da fiscalização empreendida pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério Público do Trabalho na Empresa Págrisa, no Estado do Pará.

Todos nós, assim como ninguém defende o trabalho escravo, somos contra essa prática.

Disse e repito: somos todos a favor do grupo de combate ao trabalho escravo do Ministério do Trabalho. Inclusive disse mais: que gostaria muito de ter subscrito aquela nota, que saiu no jornal, com várias entidades dando apoio ao grupo. Eu também o apoio. O que nós não podemos aceitar é que o grupo exorbite de suas funções e possa levar à insolvência uma empresa que está há 40 anos no Pará, e que emprega, com carteira assinada, mais de 1.600 funcionários. Então, vamos esclarecer isso. A Comissão Temporária Externa é exatamente para esclarecer o assunto e, portanto, será instalada na próxima terça-feira, às 18 horas.

Concedo o aparte ao Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Fleixa Ribeiro, V. Ex^a é um Senador incansável. Admiro V. Ex^a, principalmente porque todos os assuntos que V. Ex^a traz na tarde de hoje, problemas do Estado do

Pará, V. Ex^a tenta, de qualquer forma, resolvê-los, demonstrando a nossa sociedade paraense o amor que V. Ex^a tem pelo nosso Estado. Por isso faço este aparte para lhe parabenizar. Infelizmente, Senador, essa questão partidária ainda penetra nas pessoas, no coração das pessoas e não as deixam se libertar, para que possam fazer mais pelos seus Estados. É o caso da nossa Governadora. Será, Senador Flexa Ribeiro, que a Governadora do Estado do Pará – nada contra ela, nada contra ela – já não teria que ter tido entendimento conosco, independentemente da cor partidária dos Senadores paraenses? Não quero nenhum benefício do Governo ou da Governadora Ana Júlia Carepa! Nenhum cargo quero! Absolutamente nada quero! O que quero é ver o Estado do Pará progredir! É isto que queremos, e estamos fazendo o nosso papel neste Senado Federal. Será que a Governadora não pode deixar essa questão partidária de lado e vir conversar com os Senadores paraenses para que possamos ajudá-la? Tenho a certeza de que V. Ex^a não está atrás de cargos no Governo Federal e nem no Governo estadual. V. Ex^a está atrás do progresso da sua terra, e tem demonstrado isto desta tribuna. É terrível isso! É terrível! É terrível! Mais uma vez parabênizo V. Ex^a pelo trabalho que desempenha neste Senado. Parabéns, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Nobre Senador Mário Couto, agradeço o aparte de V. Ex^a e o incorpo ao meu pronunciamento. Os elogios à minha pessoa, eu diria que é da forte relação de amizade que nos une.

Mas a verdade precisa ser dita. O povo do Pará precisa saber que estamos aqui defendendo os interesses do povo do Pará, os interesses do nosso Estado.

Quando discutíamos a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, Senador Mário Couto, fui procurado pelo Secretário da Fazenda do Governo do Estado do Pará para defender alguns pontos que atingiriam diretamente a receita do nosso Estado. Exatamente para isto fui procurado: para que esses pontos pudessem ser melhores estudados. Fui à reunião no gabinete da Liderança do Governo e, lá, tomei posição em defesa dos interesses do Estado do Pará, posição que não era só do Estado do Pará, mas, sim, de outros Estados menores, oportunidade em que tive a alegria de ser atendido pelos Líderes que lá estavam ao excluírem-se, daquela legislação, pontos que a Governadora havia solicitado ao seu Secretário de Fazenda para que intercedesse junto a nós a fim de não prejudicar o Estado do Pará.

Como V. Ex^a diz, não estamos aqui em oposição ao Estado. Muito pelo contrário. Aqui estamos defendendo, permanente e obstinadamente, os interesses do nosso Estado do Pará.

Por último, Sr. Presidente Mão Santa, quero aqui, mandar um abraço aos nossos amigos do oeste do Pará, especialmente aos de Santarém. Estaremos lá, Senador Mário Couto, no próximo dia 1º, sábado, com o nosso Deputado Alexandre Von, na Convenção Municipal do PSDB de Santarém, Convenção esta que irá eleger o Deputado Alexandre Von presidente. Vamos iniciar a caminhada, levando para Santarém um grupo de Deputados e Senadores – o Senador Mário Couto e eu –, o ex-Governador Simão Jatene que, juntos, levaremos nosso abraço aos irmãos de Santarém.

Estando ali, aproveitaremos, povo de Santarém, para visitar o Hospital Regional de Santarém. Esse Hospital foi entregue pelo Governo passado, faltando apenas colocar dois equipamentos de alta complexidade, portanto, está pronto para funcionar, para atender à população da região oeste do Pará em casos de média e alta complexidade. Lamentavelmente, só agora, em julho, o Hospital foi aberto à população. No entanto, disseram-me que ali está-se fazendo apenas exames laboratoriais e de Raio-x.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a tem mais um minuto. Lembre-se de que Cristo fez em um minuto o Pai Nosso, a mais bela oração.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Nobre Senador Mão Santa, estou longe de chegar aos pés de Cristo, quanto mais tentar fazê-lo em um minuto. Que Ele nos proteja! Que Ele sempre nos dê discernimento para que possamos, dentro da necessidade e do pedido de V. Ex^a, diminuir e encerrar; como V. Ex^a pede, o que eu já farei.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu quero lhe aproximar a Cristo: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida”.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sou guiado, iluminado e abençoado por Deus, permanentemente, em todos os momentos de minha vida, que agradeço a Ele.

Como dizia, para terminar, após a visita, vamos também verificar a situação do Hospital Regional de Santarém e a situação da saúde no Estado do Pará, que, assim como no restante do Brasil, passa por um grande apagão.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Mário Couto deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos comunicar que acabamos de apoiar e assinar a homenagem cristã à Festa do Círio, que foi aprovada aqui.

Convidamos, como último orador inscrito, o Senador do Rio de Janeiro Paulo Duque. Suplente de Sérgio Cabral, que foi ao Governo do Estado, enriquece este Parlamento da mesma maneira quando Franco Montoro, que se elegeu Governador de São Paulo, deixou como Senador Fernando Henrique Cardoso. V. Ex^a tem, como Fernando, brilho e competência para engrandecer esta Casa, e mais ainda, mais que Fernando Henrique, V. Ex^a tem uma experiência parlamentar extraordinária, já que foi Deputado Estadual por vários anos, presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, e viu o pulsar da República naquela nossa eterna capital.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, por essas referências.

Hoje, sem apressar o orador que ocupava a tribuna agora, ou antes, prestei a maior atenção aos discursos anteriores. Agora, falando para este grande e belíssimo plenário, vou falar um pouco a respeito do Pará e um pouco a respeito do Piauí, Estados pelos quais, embora conheça muito pouco, tenho uma tremenda simpatia. O Pará lá em cima; o Piauí logo ali.

Fiz um levantamento e vi que o Estado do Pará possui 105 municípios, e o Piauí, 118. Fiquei imaginando que, se o Governador de um ou de outro Estado tivesse de gastar um dia para ir a cada cidade, gastaria quase meio ano para visitar todas as cidades do Pará ou do Piauí. E, como as distâncias são grandes, é necessário utilizar transportes mais diversificados, como deve ser no interior. O Piauí tem 250.000 m², e o Pará 1.248.000 m². Não deve ser fácil!

Venho de uma cidade que foi capital do Estado da Guanabara e tenho um desejo enorme de servir àquele Estado, que, em 1954, sofreu o impacto de uma fusão. Veja V. Ex^a, Presidente Francisco de Assis: fundiram um Estado com 1.100 m², que é a Guanabara, com outro de 43.000 m². Imagine V. Ex^a que confusão incrível essa, mas era o mínimo que podíamos fazer.

Hoje, somos o terceiro Estado, em termos de população – São Paulo, Minas Gerais e o novo Estado do Rio de Janeiro –, quase o segundo. Temos um número de municípios muito pequeno: 70. Guanabara tinha apenas um município. E, mesmo assim, apresentamos o segundo Produto Interno Bruto em matéria de recursos, de riqueza.

Contudo, Sr. Presidente, aquela cidade, a antiga Guanabara, a feliz Guanabara, foi governada por três estadistas: Carlos Lacerda, Negrão de Lima e Chagas Freitas. Essa foi a nossa sorte. Estávamos preparados para qualquer eventualidade, inclusive a fusão dos dois Estados.

Nossos problemas, seguramente, são muito diferentes dos problemas do Pará e do grande Estado do Piauí. Muito diferentes. As distâncias são muito próximas, a capital tem quase 800 favelas, Sr. Presidente. Isso não é brincadeira.

Em certa ocasião, fui ao Estado de Alagoas, e, ao desembarcar no aeroporto de Maceió, indaguei ao motorista: “Quantas favelas há aqui em Maceió?”. Maceió é uma capital mais ou menos do tamanho do Rio de Janeiro. O motorista respondeu: “Não, aqui, não há favela, não. Em Maceió, havia só uma, mas foi removida há pouco tempo”. Aí comecei a pensar nas nossas, na cidade do Rio de Janeiro. Não sei se Belém possui muitas favelas, como a minha cidade, o meu Estado. Não sei. Só estive lá uma vez.

Posso assegurar a V. Ex^{as} que o Rio, com tudo isso, é uma cidade feliz, abriga um povo alegre, acolhedor, cordial. Não vejo outro lugar no mundo capaz de fazer o carnaval, capaz de fazer aquele final de ano festivo, a que V. Ex^a, certamente, já assistiu. É um povo diferente, é um Estado diferente, tudo é diferente.

V. Ex^a lembrou bem quando Dom João VI, acossado pelas guerras européias, veio para o Rio de Janeiro e abriu os portos às nações amigas, em 28 de janeiro de 1808. Se ele não tivesse vindo, se não tivéssemos mantido uma unidade de religião, se não tivéssemos tido um rio São Francisco, fator de integração nacional, aconteceria seguramente o que aconteceu com a América espanhola, que ficou dividida em não sei quantos estados, países, 13, 14, 18, não sei bem, fazendo fronteiras com o Brasil e agora um pouco saliente em suas incursões políticas. Nós, brasileiros, mantivemos nossa unidade territorial. Se pegássemos toda a Europa Ocidental, se juntássemos os países que a compõem (Alemanha, Inglaterra, França, Espanha, Portugal, Suécia, Finlândia, Noruega), todos eles caberiam dentro do nosso País.

Logo, somos um país diferente, com uma raça diferenciada. Vamos ao Pará – e quero falar muito do Pará hoje – e encontramos um tipo de gente. Um tipo bonito. Vamos ao Piauí e encontramos outro tipo físico de pessoas. Vamos ao Ceará e, sem demérito nenhum, é possível encontrar, de modo geral, pessoas com a cabeça um pouco maior. Houve até um Governador chamado Parsifal Barroso – não sei se V. Ex^a o conheceu, Sr. Presidente; não sei se o Senador Flexa Ribeiro o conheceu –, que criou um instituto...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Peço-lhe licença, para prorrogar a sessão por mais meia hora, para atender ao pronunciamento de V. Ex^a, algo que é regimental.

Parsifal Barroso começou sua política em Sobral.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Sobral.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Chico do Monte era sogro dele. Depois ele foi Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador, Senador e Ministro do Trabalho. Em seu livro, ele diz que três fomas o político não deve ter: fama de rico, fama de conquistador e fama de valente.

Continue o seu pronunciamento.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Tudo isso ele era. Conheci Parsifal Barroso nos velhos tempos, muito jovem ainda, e sei que ele chegou a criar um instituto especializado em estudar por que o cearense nascia com a cabeça um pouco grande. Sabia disso V. Ex^a? Esse instituto existe até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a leu José de Alencar?

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Li.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Seu romance mais bonito é *Iracema*.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Iracema, “a virgem dos lábios de mel”.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Ele retrata isto: Iracema desaparecia no final da tarde e à noite. Ela ia além da serra, para namorar um homem do Piauí.

Nós somos descendentes dos tremembés, índios louros que habitavam o Delta.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Está ven-

do? Como o Brasil é bonito! E como a raça brasileira tem diversidade e também é bonita!

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Senador Marcelo Crivella, aquele que manda um aparte cheio de luminosidade, ouço V. Ex^a.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado. Senador Paulo Duque, em nome do Estado do Rio de Janeiro, quero expressar e extravasar a satisfação que tenho de vê-lo ocupar a tribuna do Senado Federal. Esta Casa tem pessoas que vieram do mundo empresarial, que foram empresários de grande sucesso; outros foram Vereadores, Deputados, Governadores, Prefeitos. Talvez eu seja aquele que aqui chegou com menos méritos. Sou apenas um caminhante. Sou um templário que chega à porta de uma sinagoga. Se há um carioca e um fluminense que merecia estar ocupando esta tribuna, esse é V. Ex^a. V. Ex^a teve oito mandatos como Deputado Estadual, com a prática ilesa da democracia. Não há ninguém no Rio de Janeiro que levante a voz, para falar do líder político, do servidor do povo, do amigo de todos, cuja vida foi tecida no trabalho, na educação e na inflexível determinação de preservar os valores

perenes da Pátria. Falo isso aqui de peito cheio. Eu era Diretor de Obras da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro, quando V. Ex^a esteve lá, visitando-me, orientando-me e ajudando-me, porque fui vítima de algumas armadilhas por parte de adversários. Aparteá-lo é apenas elogiá-lo. V. Ex^a foi consagrado para entrar nesta Casa. Muitos lutam pelo voto. V. Ex^a tem o voto de Deus. Foi Ele que lhe traçou os caminhos e o trouxe para cá, seu lugar. O povo, às vezes, soberanamente agindo, comete acertos e erros. O povo, reunido, uma vez gritou: crucifica, crucifica! E até hoje se arrepende do veredicto, no dia em que Afonso Arinos disse: o grande supremo mal se encontrou com o grande supremo bem. De tal maneira que a sua figura ilumina, pode ter certeza do que digo, os destinos deste País. V. Ex^a tem uma biografia digna e honrada, sendo para os mais jovens um exemplo. No Rio de Janeiro, um líder invulgar. E, quando o ouvimos falar, são coisas que nascem do coração; na alma, a vivência de quem viu tudo, de quem soube traçar seu caminho, distante das coisas erradas, das armadilhas, das paixões, dos ódios. Se, na vida pública, os agravos lhe foram arrogados, seu mandato de Senador é seguramente a redenção consagrada de tudo isso. Queria ter estado aqui ontem, para ouvir V. Ex^a falar de Juscelino, porque essa figura consular foi atacada. Não houve expedientes, dos mais torpes e aos mais vis, que não fossem usados por seus adversários. Mar de lama! Depois, V. Ex^a, no Governo de Lacerda, padrinho de casamento de minha mãe, foi o relator da CPI que apurou o crime no rio da Guarda. No Governo de Lacerda, talvez se Afonso Arinos nessa ocasião fosse Deputado de Oposição, teria feito discurso na contramão. Mas os homens vão e vêm, teorias, doutrinas permanecem, isso que disse a V. Ex^a, os homens de bem, a linha do caráter. Quis Deus dar-me essa grande lição de encontrar nesta Casa o meu amigo Deputado Paulo Duque, o brasileiro, o carioca honrado. Como disse aqui, o que me entusiasma é ver que o bem vence – muitas vezes, para pessoas cuja modéstia vinca a índole e a vocação, como é o caso de V. Ex^a, que, no seu Partido, tem todos os méritos, mas não se arvora em ser candidato de si próprio. Mas quis o destino, a força soberana do destino, movida pelo sopro de Deus, não dos homens, trazê-lo para o lugar de coramento de sua vida pública e política. E o Estado do Rio de Janeiro o homenageia: seus pronunciamentos são lúcidos. E saibam todos que nos ouvem agora que o Senado tem, nesse representante do Rio, um homem capaz, honrado, dos maiores do seu tempo, para nosso orgulho e para minha alegria pessoal. Muito obrigado, Senador, por este aparte.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Veja, Sr. Presidente Francisco de Assis. Há pouco, falei “Senador Francisco de Assis”: a taquígrafa levou até um susto. Francisco de Assis, quem é? Notei que ela ficou meio surpresa:

“Será que tem um novo Senador aí?” De repente, o plenário, que estava vazio, se enche em toda a sua plenitude. Tem os problemas do Pará. Antes, ouvimos sobre os problemas do Piauí. E, agora, vem uma voz suave, tranqüila, sábia – um engenheiro, com mais de quatro milhões de votos –, e enche o plenário, neste momento, com uma lição. É que estão tentando crucificar alguém numa das salas deste Senado, numa CPI louquíssima. Mas vem ele, com uma palavra serena, iluminar e traz uma dessas – o que vou dizer? – lembranças, como se fosse um presente de Natal para o orador que está na tribuna e que o conhece da Gávea, do serviço público e que jamais apresentou qualquer coisa aqui menos respeitosa. Jamais. Apresentou-se com uma votação excepcional. Enquanto eu tive um voto, ele teve mais de quatro milhões.

Olha só! E ainda tem a gentileza de dizer que foi o voto de Deus. Olha só!

Então, eu fiz bem. Esperei, pacientemente e com atenção, as palavras, as razões e os problemas do Pará por meio do nosso querido Senador Flexa Ribeiro. Como sempre, ouço V. Ex^a, com toda atenção, e, às vezes, por sorte, ouço o meu prezado amigo lá da Gávea, da Zona Sul, o engenheiro e grande líder e colonizador.

Saiba V. Ex^a, atentai bem – desculpe aproveitar a lição de V. Ex^a, atentai bem – que ele foi, durante quase dez anos, colonizador ainda no Continente Africano, tão pobre, tão miserável, tão assaltado por doenças. Não hesitou em ir para lá – deixou um pouco o Brasil e foi atender aquela população com tantos ascendentes nossos que estavam lá há muito tempo, que vinham para cá para trabalhar. Até que um dia, a mão bondosa da Princesa Isabel – aprendemos isso –, em 13 de maio de 1888, quando a América espanhola ainda estava se dividindo toda... Nós mantivemos a raça mesma, a mesma religiosidade, a unidade nacional, de 8,5 milhões km². Só mesmo a raça que se forjou. Se vamos ao Sul, é um tipo de pessoa, mas sempre guerreira, sempre patriota. Se vamos à Bahia, é um tipo mais descansado, mais tranqüilo, tão tranqüilo quanto as músicas do Dorival Caymmi, não é? Conforme disse, no Norte, no Nordeste, o pessoal que agüenta aquela aridez. No Pará, um tipo diferente, alegre, que gosta de piada, gosta de rir, gosta de alegrar, gosta de ser cordial. Vamos ao Amazonas, é um tipo diferente. Vejam, no Rio, é aquele carnaval que V. Ex^a conhece. O Rio, com as 800 favelas felizes, eu diria, porque se tem

de ser feliz para resistir àquilo, tem de ser feliz, tem de ser religioso, tem de acreditar em algo além das tempestades, das nuvens, das pedradas e das metralhas, como diz o verso do Cruz e Sousa, genial poeta negro, simbolista, dos maiores do mundo.

De maneira que quero saudar todo o Estado do Pará, todo o Estado do Piauí e o Rio de Janeiro, na pessoa deste carioca, carioca de olho azul, carioca de formação de Zona Sul e que teve a coragem de ir colonizar o restante dos países africanos, tendo ficado lá durante quase 10 anos. Foi uma tarde feliz. Sobretudo, felicito-me por ter podido ocupar a tribuna hoje, nesta calma, nesta aparente tranqüilidade. O Senado não é só o plenário, mas muitas repartições.

Despeço-me, Sr. Presidente, dizendo que Juscelino era quase santo. Tentaram tudo, em novembro de 1955, para não deixar que ele tomasse posse. No Hospital dos Servidores do Estado, onde V. Ex^a tanto trabalhou, estava internado o Presidente licenciado Café Filho, Vice-Presidente de Getúlio Vargas, que se havia suicidado. Estava ocupando a Presidência da República, no Palácio do Catete estava, Carlos Luz, Presidente da Câmara dos Deputados, muito ligado à Oposição, antigetulista, muito ligado ao Exército, um pouco menos à Marinha e menos ainda à Aeronáutica. Não queriam deixar Juscelino tomar posse, essa que é a verdade – ele, com suas trinta metas e a sua meta síntese, que era a construção de Brasília. Não queriam.

Tudo já havia sido mais ou menos acertado. E a coincidência ou inabilidade faz com que ele deixe o Ministro Henrique Lott esperando durante mais de uma hora, uma hora e meia, para um despacho que tinha sido marcado por ele.

Parece que estou misturando as coisas, mas não estou.

Se o Governador do Pará estivesse aqui, Barata, do tempo de Getúlio... Mas está V. Ex^a que o substitui à altura, Senador Flexa Ribeiro. E tudo estava mais ou menos acertado, e Lott é demitido na hora. Ele diz: “Não posso ficar desautorizado.” O Coronel Jurandir de Bizarria Mamede cometeu um ato de indisciplina publicamente. “Não posso ficar desautorizado, apresento minha demissão.” Foi aceita na hora. E na sala ao lado já estava até um general prontinho para substituí-lo, mas era um General da reserva: Fiúza de Castro. Ele, então, entrou; cumprimentaram-se formal e educadamente: ele e seu substituto legal. “Pois não, quando é que quer tomar posse?” Aí o erro político fundamental. “Amanhã. Eu tomo posse amanhã às 3 horas”.

O Ministro da Guerra fez a continência de praxe, foi para casa, era vizinho do General Odílio Denys. Aliás, Sr. Presidente, Senador Francisco de Assis, o

filho do Odílio Denys é atualmente o Diretor-Geral da Santa Casa de Misericórdia, homem da maior respeitabilidade; Santa Casa que esteve nos jornais, ontem e anteontem, no Rio de Janeiro. Vou terminar essa história que é interessante, historicamente interessante.

Marcaram a posse para o dia seguinte. De noite, o Denys, que era vizinho do General Lott no Maracanã, já tinha começado a convocar todas as tropas e esquadrões, o Exército, o Brasil inteiro, e, no dia seguinte, pela madrugada, o grupo que estava no poder, tendo Carlos Luz à frente. Nada de pessoal contra. Nada de pessoal contra. Ele e o Ministério dele embarcaram no Cruzador Tamandaré, que já estava ancorado, aguardando os acontecimentos, comandado pelo Almirante Sylvio Heck; lá também se encontrava o Chefe da Esquadra Armada, o Almirante Pena Boto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ele serviu na minha cidade de Parnaíba como Capitão dos Portos. E fez curso de balística em Paris.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – De qual quer maneira, a Marinha sempre competente.

Enfim, todo o grupo que queria dar o golpe embarcou no navio e foram para São Paulo, esperando a adesão de Jânio Quadros, que era Governador daquele Estado. Mas o Jânio queria saber disso? Queria, sim, terminar o seu governo e ser candidato à Presidente da República. Mas, na saída do Tamandaré – aí está o grande ato; e, por isso, sou fã incondicional desse navio –, que tinha um poderio de fogo enorme – 18 canhões de 130 milímetros, não sei quantas metralhadoras –, os fortes da Baía da Guanabara começaram a alvejar, tentar atingir o Tamandaré, que singrava impávido pela Baía. Bastava que o Tamandaré desviasse um pouco um daqueles canhões poderosos – talvez uns 20 ou 30 graus – para destruir o Forte de Copacabana, que era o mais hostil. Mas a Marinha não desviou, não apontou nenhum dos canhões, depois de baleado por 12 vezes. Uma bala daquela poderia ter explodido tudo, mas não o fez. Ele continuou impávido, impávido, impávido, saindo pela Baía da Guanabara, saindo pela Barra afora e indo para São Paulo. O Brigadeiro Eduardo Gomes já se encontrava lá com os seus aviões. Mas o Tamandaré teve que voltar porque não havia condições de combate. Voltaram. Aí é que entra o valor da classe política. Ancoraram o navio Tamandaré. Um Deputado Federal chamado Ovídio de Abreu, de Minas Gerais, dirigiu-se ao Tamandaré com carta-branca para negociar o desembarque dos que estavam abrigados ali – sem pena de prisão na hora, sem nada. E o acordo para que o Presidente deposto, Deputado Carlos Luz,

que não tinha perdido o mandato, ainda era Deputado, viesse à Câmara dos Deputados, ao Palácio Tiradentes, e fizesse um discurso de despedida da classe política e do povo brasileiro. A classe política sábia conseguiu fazer isso. Depois dos canhões, depois das fortalezas, depois das viagens, depois das fugas, depois das deposições, estava lá, no Palácio Laranjeira. Quer dizer, o povo brasileiro é isto: não importa que tenham dois, três ou quatro Senadores, porque cada cadeira dessas representa Estados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E nessa dificuldade assumiu o Presidente do Senado, Senador Nereu Ramos, que, em 60 dias, garantiu a posse de Juscelino Kubitschek.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tão séria era a posição que o Benedito Valadares foi ao Juscelino e pediu que desistisse. Saiu dizendo que Juscelino queria se fazer de Tiradentes com o pescoço alheio. Mas Juscelino enfrentou e fez esta beleza toda.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – E se estamos aqui, hoje, é graças também ao Tamandaré, graças àquelas antigas gerações, que garantiram a posse de Juscelino. Por isso é que eu acho que cada momento atual tem muito a ver com o passado. Estou sempre falando no passado, que nos traz muitas lições no presente.

Lamento cansar, talvez, os Senadores com esta minha longa exposição – é a primeira longa exposição que faço nesta Casa –, mas é que não acredito que estejamos em crise nenhuma; não vejo nenhum tipo de crise no Senado hoje. E porque repudio essa idéia, penso que podemos traçar rumos impávidos, tal como fez o Tamandaré.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradecemos este pronunciamento de grande valor na História do Brasil.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 1.411/07/SGM-P

Brasília, 15 de agosto de 2007

Assunto: Envio de PEC para promulgação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins constantes do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, a Proposta de Emenda à Constituição nº 272, de 2000, que “Dá nova redação à alínea c do inciso I do art. 12

da Constituição Federal e acrescenta art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, assegurando o registro nos consulados de brasileiros nascidos no estrangeiro”, aprovada, em segundo turno, pela Câmara dos Deputados.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço e consideração. – Deputado **Arindo Chinaglia**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência convocará, oportunamente, sessão solene do Congresso Nacional, a fim de promulgar a Emenda Constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2007** (nº 2.427/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Difusora Ouro Verde Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.*

Tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica aos Nobres Congressistas que a homenagem à Rede Amazônica de Televisão pelos 35 anos de atuação na Região Amazônica, prevista para o Período do Expediente da sessão do dia 4 de setembro próximo, está transformada em sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se às dez horas do mesmo dia 4 de setembro, no Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o Ofício nº S/46, de 2007 (nº 1.032/2007, na origem), do Banco do Brasil, encaminhando, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2006, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

O expediente vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 998, DE 2007

Em aditamento ao Requerimento nº 989, de 2007, requireiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial

no Plenário do Senado Federal, às 14 horas, do dia 11-9-2007, destinada a homenagear o Círio De Nazaré, denominado “Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira” pelo transcurso do seu 214º aniversário.

Justificação

Realizado em Belém do Pará há mais de dois séculos e considerado Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira, o Círio de Nazaré é uma das maiores e mais belas procissões católicas do Brasil e do mundo. Reúne, anualmente, cerca de dois milhões de romeiros numa caminhada de fé pelas ruas da capital do Estado, num espetáculo grandioso em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Ordem do Dia da presente sessão fica transferida para a sessão do dia 4, terça-feira próxima.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno) (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003)

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007 (nº 993/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga as Leis nºs 6.494, de 7*

de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

(Dependendo de pareceres das Comissões de Educação e Assuntos Sociais).

(Urgência a partir de: 24-8-2007)

(Sobrestando a pauta a partir de: 3-9-2007)

Itens sobrestados

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 473, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, que *dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências.*

(Dependendo de pareceres das Comissões de Educação e Assuntos Sociais).

(Urgência a partir de: 24-8-2007)

(Sobrestando a pauta a partir de: 3-9-2007)

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que *aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.*

4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Comple-

mentar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

5

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).*

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.*

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007
(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do
Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, *que acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.*

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 13, DE 2003
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, *que altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.*

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, *que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Ple-

nário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, *que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2007

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, *que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2007

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável,

com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 58, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Sihessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859,*

de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator **ad hoc**: Senador Pedro Simon.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora **ad hoc**: Senadora Maria do Carmo Alves.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.*

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

19

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 204, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº

1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Arthur Virgílio.

20

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 502, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.*

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

21

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 503, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

22

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 504, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº

2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

23

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

24

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 6, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Augusto Botelho.

25

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana*

sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

26

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 25, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaqué do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.*

Parecer favorável, sob nº 345, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, celebrada em 30 de agosto de 1961.*

Parecer favorável, sob nº 385, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Romeu Tuma.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD.*

Parecer favorável, sob nº 277, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 346, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

34

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Em votação os **Requerimentos de n.ºs 982, 984, 987 e 988, de 2007**, lidos em sessão anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

As licenças solicitadas são aprovadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Foram lidos anteriormente os **Requerimentos n.ºs 989 e 998, de 2007**, do Senador Flexa Ribeiro e de outros Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão do próximo dia 11 de setembro seja destinado a homenagear o Círio de Nazaré, denominado Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira, pelo transcurso do seu 214º aniversário.

Em votação os requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Francisco de Assis, agradeço a V. Ex^a por ter colocado em votação o requerimento de nossa autoria e agradeço aos meus Pares pela sua aprovação.

No próximo dia 11 de setembro, se Deus quiser, durante a Hora do Expediente, vamos fazer uma homenagem ao Círio de Nazaré, considerado patrimônio imaterial da cultura brasileira, no ano em que se comemora o duocentésimo décimo quarto Círio, ou seja, há 214 anos acontece, ininterruptamente, essa demonstração de fé do povo paraense à Virgem de Nazaré.

Senador Paulo Duque, que nos abrilhantou com seu pronunciamento, enriquecendo-nos com seus conhecimentos e narrando fatos importantes da história recente do Brasil que nos permitem viver agora a plena democracia, a Bancada Federal do Pará – Senadores e Deputados – fará, no Salão Branco do Congresso Nacional, uma exposição sobre o Círio de Nazaré. Traçaremos a berlinda, a Santa peregrina, a corda, os mantos da Santa usados em vários Círios, os ex-votos de cera, enfim, elementos para demonstrar um mini-Círio, com três mil peças de Meriti, para mostrar ao povo de Brasília e aos visitantes de outros Estados que venham ao Congresso o que sempre acontece nos segundos domingos de outubro, na capital do Estado do Pará, a nossa querida Belém.

Vamos ter aqui também as iguarias, Senador Paulo Duque, do nosso Pará, para que nossos Senadores

e Deputados que ainda não as conhecem possam saboreá-las. Com certeza absoluta, em breve, todos irão ao Pará, porque serão atraídos pelo calor humano dos paraenses, pelas belezas naturais do nosso Estado e pela nossa gastronomia.

Agradeço ao Senador Mão Santa, que preside a sessão, pela aprovação do nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nesta semana, na qualidade de Senador pelo Piauí, comparecemos a um jantar do PMDB, com os nossos Ministros Temporão, Geddel e Reinhold Stephanes.

O Ministro Temporão mostrou compreender, Senador Paulo Duque, as críticas que temos feito à área de saúde. Isso foi fundamental para S. Ex^a sensibilizar o Presidente da República sobre a necessidade de mais recursos. Daí a liberação de R\$2 bilhões. O Ministro Temporão garantiu recursos para o Hospital Getúlio Vargas, em duas parcelas, em torno de R\$2,5 milhões cada uma. Garantiu também recursos este ano para o Pronto-Socorro Municipal de Teresina, iniciado em 1989 na gestão de Heráclito Fortes e concluído pelo extraordinário Firmino Filho.

O Ministro Geddel, do PMDB, garantiu-nos recursos para a seca que atinge o Piauí, principalmente a região do semi-árido. Entregamos a S. Ex^a um discurso do extraordinário Deputado Roncalli Paulo, do Piauí, contando o drama por que passa o povo do Piauí com a seca. O Piauí tem 40% de sua área territorial, dos seus 250 mil km², no semi-árido.

Senador Paulo Duque, V. Ex^a nos lembrou Dom Pedro II. Também rememoro que, no passado, diante da seca, Dom Pedro II disse que venderia o último brilhante da coroa para minimizar o drama da seca no Nordeste. O próprio Presidente Médici, um revolucionário, no milagre brasileiro, disse: “O Governo vai bem; o povo vai mal, ainda sofre”. O Ministro Geddel ficou de minimizar os sofrimentos do povo do Piauí.

O Ministro Reinhold Stephanes também garantiu viabilizar recursos para as campanhas de vacinação e valorização do nosso gado e liberar recursos para a fábrica de leite em pó. Então, essas são as ações.

Este Senado da República encerra esta sessão de hoje, 30 de agosto, quinta-feira, e convoca para amanhã, às nove horas, sessão plenária em que falarão Senadores da República, porta-vozes do povo e cujas principais funções são: primeira, elaborar leis boas e justas; segunda, fiscalizar e controlar os outros Poderes; e a terceira, assim definida por Teotônio Vilela, aquele que se imolou e, com câncer e quase moribundo, fez renascer a democracia: “aqui é o lugar de resistir falando e falar resistindo”. Então, cumpriremos essa missão do Senado.

O Senado da República não vai faltar ao Brasil, como nunca o fez nos seus 183 anos, tão bem rememorados pelo nosso Senador Paulo Duque. Num momento de grandes dificuldades, este Senado possibilitou a posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira, quando seu Presidente, Nereu Ramos, assumiu a Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Sr^a Senadora Fátima Cleide e os Srs. Senadores Eduardo Azeredo e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, Belo Horizonte prepara-se para ser palco do maior encontro da diversidade cultural no Brasil: a *TEIA 2007 – Tudo de Todos*, que será realizada entre os dias 7 e 11 de novembro. O lançamento oficial desta democrática iniciativa, Senhoras e Senhores Senadores, acontece neste 28 de agosto, no Foyer do Grande Teatro, Palácio das Artes, na capital mineira.

É uma pena, realmente uma pena, que outros compromissos tenham impedido minha presença neste lançamento. Agradeço convite do ministro Gilberto Gil para esta solenidade, que se configura, é muito bom registrar, na congregação dos diversos saberes e fazeres do povo brasileiro, espalhados por nosso vasto território.

Ali estiveram presentes cerca de 70 representantes de Pontos de Cultura do Brasil escolhidos em plenárias estaduais, para ajudar a definir a pauta da TEIA, passo importante para o processo de empoderamento, um dos princípios básicos da construção do Programa Cultura Viva, a que estão vinculados 679 Pontos de Cultura no Brasil.

O que vem a ser a TEIA?

A TEIA é o maior encontro da diversidade cultural no Brasil. É o grande encontro dos Pontos de Cultura, do Programa Cultura Viva, e traduz a vontade firme do Ministério da Cultura de consolidar uma estrutura pública de cultura alicerçada no protagonismo da sociedade civil e atuação da iniciativa privada, com o objetivo de permitir geração de renda e desenvolvimento da cidadania.

A TEIA é uma iniciativa democrática que permite a participação dos saberes e fazeres de cultura e educação populares com o fim de formatar uma verdadeira política pública para o setor. Um formato iniciado de forma organizada e sistemática, mediante o envolvimento dos Pontos de Cultura nas discussões para implementação das idéias, sua participação em seminários, mostras, exposições.

Neste lançamento, agora, foi apresentado o Termo de Referência para Atuação do Sistema Sebrae na Cultura e Entretenimento. O documento norteará projetos e ações realizados em todo o país e pretende estimular negócios de micro e pequenas empresas que atuam no setor cultural.

Em novembro, a TEIA 2007 reunirá os 679 Pontos de Cultura, sendo esperados cerca de 50 mil visitantes. O tema central é a relação entre Cultura e Educação, com o lema Tudo de Todos. Esta edição representará os esforços do Ministério da Cultura para reproduzir, em todo o País, uma política cultural com participação popular.

O Ponto de Cultura articula todas as demais ações do Programa Cultura Viva. Iniciativas desenvolvidas pela sociedade civil, que firmaram convênio com o Ministério da Cultura (MinC), por meio de seleção por editais públicos, tornam-se Ponto de Cultura e ficam responsáveis por articular e impulsionar as ações que já existem nas comunidades.

Não há um modelo único, nem uma só programação ou tipo de instalação física. A transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e a comunidade é o aspecto comum. Para se tornar um Ponto de Cultura é preciso participar da seleção por meio de edital público.

O Ponto de Cultura, após firmar convênio com o MINC, recebe a quantia de R\$185 mil (cento e oitenta e cinco mil reais), divididos em cinco parcelas semestrais, para investir conforme projeto apresentado. Parte do incentivo recebido na primeira parcela, no valor mínimo de R\$20 mil (vinte mil reais), é utilizado para aquisição de equipamento multimídia em software livre (os programas serão oferecidos pela coordenação), composto por microcomputador, mini-estúdio para gravar CD, câmera digital, ilha de edição e o que for importante para o Ponto de Cultura.

Agregar recursos e novas capacidades a projetos e instalações já existentes é papel do Ministério da Cultura. Além disso, ele também oferece equipamentos que amplifiquem as possibilidades do fazer artístico e recursos para uma ação contínua junto às comunidades.

Este registro sobre os Pontos de Cultura, Senhoras e Senhores, tem o propósito de demonstrar o quanto o nosso bravo ministro Gilberto Gil e sua equipe tem se esforçado para estimular o fazer cultural dos diversos saberes, o quanto tem se esforçado para estimular a juventude a protagonizar idéias e projetos, contribuindo para sua auto-estima e para a construção de uma identidade cultural brasileira.

Meu grande abraço ao ministro Gilberto Gil, a sua equipe, e a todos que estão articulados e firmemente decididos a concretizar uma política cultural democrática, com participação de anônimos cidadãos, que através de sua arte e saber, variada e extensa, expressa alegrias e contradições de nossa fantástica sociedade brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para registrar a matéria “Mundo Verde”, escrita pela repórter Karla Monteiro e veiculada na revista **O Globo**, em 26-8-2007, que trata de uma experiência inédita no Brasil: a missão zero de lixo.

A experiência é resultado de mais de dez anos de pesquisas do arquiteto Marcelo Bueno em países como Nova Zelândia, Austrália e Estados Unidos, já tendo inclusive representado o Brasil na Ecovila Network of América – ENA.

O arquiteto fundou o Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica – Ipema, que tem como pilares o uso de energia renovável, emissão zero de lixo e construções dentro da filosofia da permacultura (que só utiliza recursos disponíveis no local). “Tentamos também produzir comida. A proposta é criar um modelo de assentamento sustentável. Acredito muito no exemplo”, afirma Bueno.

O projeto já está em prática com sucesso em Ubatuba – SP, na casa do próprio arquiteto, chamada de “casa verde”, onde é feita também a captação de água pluvial e a reciclagem e reaproveitamento de toda a água consumida por Marcela e sua família (inclusive a água utilizada no vaso sanitário).

A experiência de emissão de lixo zero está sendo testada em larga escala por 14 moradores da Ecovila Corcovado, sede do Ipema, em uma área de 600 metros quadrados de Mata Atlântica.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, requeiro que a referida matéria seja incluída nos Anais desta Casa, como parte do meu pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Visitamos Marcelo Bueno, sua família e os voluntários da Ecovila Corcovado, em Ubatuba. Juntos, eles protagonizam uma experiência inédita no Brasil: a emissão zero de lixo

Por Karla Monteiro

Fotos de Marizilda Cruppe

Mundo Verde

Você acha possível viver sem produzir lixo algum? Pois existe um homem que vive assim. Ou melhor, existe uma família que vive assim. Marcelo Bueno tem 44 anos, é arquiteto e nasceu em Ribeirão Preto (SP). Sua mulher, Cristiana Silva Reis, de 32 anos, foi criada na Vila Madalena, bairro descolado de São Paulo, e cursou engenharia florestal. A filha do casal chama-se Jasmim e acabou de completar seis meses de vida. Juntos, eles habitam a casa mais verde do Brasil. A construção, projetada com materiais de demolição e recursos locais, esconde-se no meio de uma mata, cravada bem no alto do morro, com uma bela vista para a Praia da Fortaleza, em Ubatuba. Nesse recanto de paz absoluta, a ecofamília faz uma experiência inédita no Brasil: o projeto emissão zero de lixo.

Ali, tudo é reciclado ou reaproveitado, até mesmo água e fezes. Marcelo especializou-se na construção de filtros de tratamento. Então, toda a água consumida pela família — inclusive a chamada água cinza, do vaso sanitário — é reciclada e reutilizada. Um sistema de captação de chuva completa a demanda. As fezes vão para um depósito que o arquiteto apelidou — por razões óbvias — de “combostagem”. Os resíduos ficam estocados por um ano, tempo suficiente para a natureza transformá-los em adubo do bom. O lixo sólido passa por uma cuidadosa triagem. A parte orgânica vira mais adubo. E plásticos, vidros e papéis são armazenados em caixas e entregues a empresas de reciclagem. Para Marcelo e Cristiana, chamar qualquer coisa — orgânica ou inorgânica — de lixo é mero ponto de vista. Eles não produzem nem um

grama há sete anos.

— Uma mala com US\$ 1 milhão numa ilha deserta é lixo. Só vai servir para fogueira — brinca Marcelo. — Se eu produzo o lixo, sou responsável por ele. As pessoas não gostam dos resíduos. Dão descarga com água potável para se verem livres o mais rápido possível. Mas existem soluções tecnológicas para absolutamente tudo. Os americanos e europeus já ganham muito dinheiro com o que convencionalmente chamamos de lixo.

À primeira vista, a vida na casa verde não parece tão complicada quanto se possa imaginar. Tudo funciona sem renúncia às coisas boas do dito progresso. Lá tem televisão, DVD, geladeira, internet, máquina de lavar roupa, água quente no chuveiro. Mas a energia e o aquecimento são solares. Na cozinha, há sabão para lavar a louça e, no banheiro, xam-

pus, hidratantes e afins. Só que a água contaminada por tudo isso não vai parar na natureza, mas em reservatórios de tratamento. Segundo Marcelo, um sistema de coleta de chuva, aliado a um sistema de reciclagem, não custa mais do que R\$ 1,2 mil. Ele conta que a empresa de saneamento Sabesp testou a reciclagem caseira em um assentamento de 500 sem-teto em Ubatuba e constatou que a qualidade da água era melhor do que a tratada pela própria companhia. Os tais filtros, feitos de areia, pedra, carvão, terra e plantas apropriadas, eliminam mais de 90% das impurezas. Nem mesmo a tal “combostagem” parece um problema. O reservatório fica distante da casa, e não emite nenhum sinal de vida. O restante do processo para cumprir a meta de emissão zero de lixo é resolvido com criatividade — e até diversão, acreditem. ▶

► Cristiana conta com a ajuda de Aparecida Costa Silva para cuidar das tarefas domésticas. Baiana radicada em Ubatuba há duas décadas, Cida já abraçou a causa e diz que hoje fatura cerca de R\$ 50 por mês com o próprio lixo. A dupla está produzindo até absorventes como aqueles usados pelas nossas avós, de toalhinhas. Elas criaram um modelo de pano que imita o descartável, com direito a abas que se prendem à calcinha com botões. Cristiana já havia testado o modelo europeu Moon Cup, um tubinho plástico semelhante a um OB, que tem que ser retirado e esvaziado a cada hora e meia. A casa verde sobrevive de testes.

— Recentemente enfrentamos um desafio. A Jasmim usou fraldas de pano até dois meses, mas começaram a aparecer assaduras e passei a comprar fraldas descartáveis. O que fazer com elas depois de usadas? Eu e a Cida passamos a separar o plástico do algodão. Aí lavamos o plástico para mandar para a reciclagem e depositamos o algodão na “combostagem” — conta Cristiana, que antes de se fixar em Ubatuba trabalhou por dois anos na floresta Amazônica com a Agenda 21. — Outro desafio é fazer compras. Se um biscoito vem cheio de embalagens, não compro. Procuro produtos de limpeza e de beleza ecológicamente corretos, pois o consumo consciente é uma etapa importante do processo. Eu já absorvi essa forma de viver. Hoje não consigo jogar nada fora.

A história da casa verde começou com experiências um tanto malucas de Marcelo. Entre 2000 e 2005, quando se casou com Cristiana, o arquiteto acumulou todo o seu lixo inorgânico. A idéia era calcular o volume e encontrar formas de reduzir o consumo. O resultado? Cem quilos. Ao mesmo tempo, ele cuidava da instalação de sistemas solares e de reciclagem de toda a sorte na sua casa. Marcelo acabou criando um instituto, o Ipema (Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica), inicialmente virtual. Com a demanda, o Ipema ganhou sede, a Ecovila Corcovado, situada no bairro de mesmo nome, no sertão de Ubatuba, a dez quilômetros da casa de Marcelo. Atualmente, 14 pessoas vivem nos 600 metros quadrados de Mata Atlântica, testando em larga escala o projeto emissão zero de lixo (*leia mais nas próximas páginas*).

— Criei o Ipema porque queria passar o conhecimento de alguma forma. Usava a internet para me comunicar e também aprender. Só que aí muitas pessoas começaram a me procurar. Voluntários vinham se hospedar comigo para trabalhar no projeto. A minha vida virou uma bagunça — lembra. — Em 2001, conseguimos um parque abandonado da prefeitura para promover cursos, palestras etc. Um ano depois, compramos o terreno para iniciar a experiência da ecovila. Os pilares são uso de energia renovável, emissão zero de lixo e construções dentro da filosofia da

permacultura (*que só utiliza recursos disponíveis no local*). Tentamos também produzir comida. A proposta é criar um modelo de assentamento sustentável. Acredito muito no exemplo.

Tudo começou com uma viagem de bicicleta por Ásia e Oceania. Corria o ano de 1996. O arquiteto havia se instalado em Ubatuba, depois de uma curta carreira como produtor de cinema em São Paulo. E estava trabalhando com projetos de construção de casas com postes jogados fora pela Eletropaulo. A invenção fez sucesso, por ser extremamente barata e de boa qualidade. Marcelo raspou as economias e partiu para a Nova Zelândia a fim de

la a tecnologia
ões ecológicas
á, e também na
Indonésia e no
parando, de bi-
odos os locais
u pelo caminho
as estavam tes-
de materiais al-
essa época, ou-
neira vez a pa-
altura. Era a por-
rava.

ressei especial-
sistemas de re-
volta ao Brasil,
cheguei a uma
hamada Masha
trabalhava com
ira na Bahia —

triz. — Passei dez dias com ela fazendo um intensivo. Depois fui para a Amazônia reproduzir o curso dela em uma escola federal que trabalha com populações ribeirinhas.

Marcelo não se deu por satisfeito. Em 1999, partiu para uma nova viagem — desta vez com apenas US\$ 100 no bolso. Aterrissou em um Centro de Treinamento em Ecovilas, no Tennessee, Estados Unidos. Trocando trabalho por comida e cama, ficou lá por três meses. Em seguida, pegou uma carona até o Novo México, onde estava acontecendo um encontro de especialistas em permacultura. O ingresso custava US\$ 500. Marcelo convenceu a organização a deixá-lo a entrar de graça.

— Quando retornei ao Brasil, voltei a dar cursos com a Marsha. E em seguida fui chamado para representar o país no ENA (Ecovila Network of America). Desta vez, viajei com menos dinheiro ainda: US\$ 10. Eles me buscaram no aeroporto e me devolveram. Tudo aconteceu em pouco mais de três anos. Eu saí de casa, dessa casa aqui, que eu construí antes de viajar, no final de 96. E voltei em 2000 — costa. — Havia descoberto várias coisas, mas não sabia o que fazer com elas. Um dia eu desisti de mudar o mundo e resolvi mudar só a minha casa. Por cinco anos acumulei lixo, plantei árvores frutíferas na mata, fiz experiências diversas. Por exemplo: cortava o abastecimento de água de chuva e vivia temporadas só de água reciclada. Queria testar todos os limites.

Talvez por isso a casa verdadeiramente funciona tão bem. É fruto de uma pesquisa, digamos, científica. Marcelo trabalhou com amostragens e cálculos precisos, além de criatividade. O primeiro aquecedor dele, por exemplo, foi feito com três pneus, uma mangueira preta e pára-brisas de carros. A engenhoca foi para o telhado e o sol fazia o trabalho. Quando o arquiteto se casou, Cristiana mudou um pouco as regras. Os dois já namoravam havia 13 anos, apesar das viagens de ambos. Foi ela quem resolveu dar um fim no acúmulo de lixo e mandar a montanha de plástico, papel e vidro acumulada em cinco anos para uma empresa de reciclagem. Agora, a mulher da casa vive um outro drama: quer podar as árvores que circundam a construção, enquanto Marcelo pretende experimentar camuflar o ninho na natureza, para evitar a ação de predadores.

— Viver assim tem seus dramas. Quando a Jasmim estava com três semanas, acordei com um barulho no quarto. Era uma cobra canitana de pelo menos 1m50cm e grossura de uma garrafa pet de 1,5 litro. Ela estava com a cabeça dentro do copo em que eu havia esvaziado o peito. Peguei a menina e saí gritando. Eu e o Marcelo vamos driblando os percalços, estudando soluções. Outro dia encontrei um destino para a montanha de fio-dental usado: amarrei tomates e outras plantas do jardim — diz Cristiana, enquanto dá banho na filhota com água reciclada e aquecida pelo sol. No canto, um pote com centenas de hastes de cotonete. Qual será o destino?*

Uma vila ecológica

A Ecovila Corcovado está instalada em um terreno com 600 metros quadrados de Mata Atlântica, no sertão de Ubaituba. Aterrissamos por lá no sábado, dia 19. Os vizinhos indicaram o caminho: “No final da rua, bem no alto do morro, à direita, depois da jaqueira.” As luzes estão quase todas apagadas e somente Suyá Presta, de 29 anos, encontra-se em casa. Ele estudou agronomia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e há um ano trabalha no projeto de agroflorestas do Ipema. Tomamos uma água, experimentamos o banheiro seco, em que é preciso jogar pó de serragem no vaso após o uso, chupamos laranja orgânica e seguimos para o nosso hotel. A turma havia saído para um evento de capoeira na cidade vizinha e só voltaria no dia seguinte.

Na manhã de domingo, regressamos para passar o dia na ecovila com os discípulos de Marcelo Bueno. A trupe cabeluda, visual paz e amor, estava quase toda reunida. Alguns são estagiários remunerados e outros, voluntários flutuantes. Rodrigo de Almeida Ikeda, de 26 anos, estudou filosofia na Universidade Federal de Santa Catarina e cui-

da do projeto de bioconstruções. Seu trabalho é quase o de um mestre-de-obras, coordenando experiências: telhas feitas de tubos de pasta de dente e caixas tetrapak picadas e prensadas e tijolos de terra compactada, entre outras técnicas. A ecovila já conta com cozinha comunitária, dormitório, escritório e sala de aula. Duas outras casas estão em construção.

— Estava muito insatisfeito em Florianópolis. Já havia tentado várias formas de viver. Cheguei a passar um mês e meio dentro do apartamento com alimentação vegana (*sem qualquer derivado animal*). Nessa época, pesquisei lixo, comida, relações sociais nas cidades — conta Rodrigo, nascido em Registro, interior de São Paulo. — Em cinco meses aqui, aprendi toda a proposta da permacultura, que não deixa de lado o convívio social.

Outro personagem marcante do grupo é Rodrigo Luciano Maciel Corbellini, de 29 anos. *Dreadlocks* até a cintura, cultivados há dez anos, ele nasceu em Caxias do Sul, estudou biologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, passou dois anos na Amazônia trabalhando com índios do Vale do Rio Negro e hoje é um

dos coordenadores, junto com a mulher de Marcelo, Cristiana, do Projeto de Educação Agroflorestal para o Manejo Sustentável nas enormes se perdendo — comenta Luciano. — Trabalhamos desde o aspecto jurídico, flexibilizando as leis ambientais para que essas pessoas possam explorar as florestas, até o manejo consciente dos recursos. Por exemplo: não podemos cortar o palmito jussara, mas podemos produzir uma polpa mais rica do que o açaí do fruto da jussara.

Entre projetos ambientais, filtros de reciclagem, hortas orgânicas e cursos capacitados por Marcelo e convidados, o grupo, composto por 14 jovens com idades entre 20 e 30 anos, toca violão, toma banhos de cachoeira, prepara pratos experimentais e inventa modas: pizza sem enlatados, purê de urtiga, linha de produção de papel orgânico, cestos de cipó. Na ecovila, a experiência é extrema: não há geladeira ou qualquer outro conforto urbano. Mas a meta é a mesma do mestre, que vive na praia da Fortaleza, do outro lado da estrada: a emissão zero de lixo.☺

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são muito intensas e numerosas as demandas endereçadas a todas as esferas de governo em um país que apresenta tantas carências quanto o nosso. As administrações estaduais, tanto quanto a federal e as municipais, são constantemente cobradas no sentido de oferecer serviços públicos de melhor qualidade, de promover políticas sociais que assegurem mais bem-estar à população e de realizar a manutenção, a recuperação e a ampliação da infra-estrutura, a fim de viabilizar o crescimento da economia.

Frente a tantas demandas, uma das preocupações centrais de qualquer governo conseqüente e responsável é garantir os meios para atendê-las o melhor possível, mediante a arrecadação justa e suficiente de tributos e a boa qualidade e controle dos gastos, assegurando, ainda, a transparência que a sociedade exige.

É dessa perspectiva que deve ser visto o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (Pnafe), implantado pelo Governo Federal em 1997, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Objetivando fortalecer e tornar mais eficiente a administração fiscal dos Estados e do Distrito Federal, promovendo a modernização da gestão dos recursos públicos para torná-la mais racional, ágil e transparente, o Pnafe representou esforço sem paralelo de modernização das máquinas fazendárias, o que permitiu aos Estados, de um lado, arrecadar mais e melhor e, de outro, melhorar a qualidade e o controle dos gastos.

É ocioso lembrar que o desenvolvimento da capacidade fiscal do Estado traz benefícios significativos tanto para a Administração Pública como para os contribuintes. A par de viabilizar o aumento da arrecadação, a administração fiscal eficiente propicia ganhos de produtividade e redução dos custos do setor público. O atendimento mais ágil na área fiscal é um benefício acessório – mas nada desprezível – para o contribuinte.

Desde o início da execução do Pnafe, a arrecadação dos Estados brasileiros apresentou incrementos expressivos. Com isso, muitos governos estaduais voltaram a pagar em dia salários e dívidas, e reativaram investimentos em estradas, energia elétrica, saneamento, portos, escolas e hospitais.

O Programa foi implementado em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal, com investimentos que superaram um bilhão de dólares. Desse montante, cerca de US\$440 milhões foram financiados pelo BID – que também transferiu conhecimento gerado por experiências realizadas em outros países –, e o restante foi executado com recursos próprios dos governos locais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e srs. Senadores, a idéia básica em que se alicerçou o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros é muito simples e intuitiva. De fato, podemos dizer que o Banco Interamericano de Desenvolvimento partiu de uma lógica acaciana.

Como os orçamentos estaduais mostravam-se insuficientes para as necessidades de governo, redundando numa seqüência interminável de empréstimos internacionais, impagáveis no horizonte de médio prazo, o BID chegou à conclusão de que a solução era propiciar as condições para que os Estados pudessem chegar à eficiência na arrecadação de tributos e na execução de despesas. Assim, modernizadas as Secretarias de Fazenda, estaria garantida a sustentabilidade financeira para retomada do equilíbrio econômico e, a partir daí, do processo de crescimento.

A execução de vultosos investimentos em tecnologia da informação foi fundamental na execução do Pnafe. Isso porque, se essa tecnologia é indissociável de qualquer visão modernizadora, sua implantação era ainda mais indispensável no caso das Secretarias Estaduais de Fazenda, que, ao longo dos anos, haviam acumulado, com justiça, a pecha de uma das maiores “caixas pretas” e a burocracia mais ineficaz do Governo.

Antes dos investimentos maciços em tecnologia, foram elaborados os princípios básicos de uma boa gestão pública, principalmente na área fiscal. O primeiro princípio definido foi que os cidadãos precisam participar mais e melhor dos assuntos governamentais. Em outras palavras, é preciso haver transparência nos serviços e processos de trabalho das Secretarias Estaduais de Fazenda. Em segundo e fundamental lugar, o governo precisa fazer sua parte na redução do chamado “Custo Brasil”, que tem impedido uma competição mais igualitária dos produtos brasileiros no mercado externo e a redução dos preços internos.

A conjugação desses dois princípios foi determinante para que o ingrediente tecnologia da informação representasse um alicerce central na execução do Pnafe. Afinal, não existe meio mais democrático e transparente que a Internet para permitir ao cidadão a participação nas ações governamentais; e é impossível reduzir o chamado “Custo Brasil” sem abrir informações e serviços aos cidadãos e empresas, sem intermediários, acabando com a cultura da burocracia onerosa e ineficaz, mediante a criação de sistemas de informação voltados para a *web*.

Foi, portanto, com base no uso intensivo da tecnologia da informação que o Pnafe cumpriu sua missão de acabar com a “caixa preta” e desburocratizar as Secretarias Estaduais de Fazenda.

Mas as ações modernizadoras realizadas pelas Secretarias Estaduais de Fazenda por meio do Pnafe não se resumiram à substituição de velhos processos de trabalho por novos, que necessariamente incluem muito uso de tecnologia da informação. Na verdade, essas ações foram um conjunto harmônico que abrangeu, além dos investimentos em tecnologia, agregação de conhecimento via consultorias, capacitação de funcionários e reformulação das condições de trabalho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos relevantes avanços assegurados pelo Pnafe foi o desenvolvimento, por diversos Estados, de sistemas eletrônicos de compras. Com esses novos sistemas, os complexos processos de compra antes utilizados foram abandonados e toda negociação passou a ser feita pela Internet, com transparência e ganhos expressivos para os Estados que os adotaram.

Um bom exemplo é o do Estado de São Paulo, que reduziu em 55% os custos nos processos de compras diretas com dispensa de licitação. O gasto, que era de R\$1.237,00 em cada processo de compra, pelo Sistema Eletrônico de Compras caiu para R\$561,00. No caso da modalidade convite, o custo, que era de R\$5.437,00 antes do processo de compra eletrônica, foi reduzido em 73%, passando para R\$1.488,00. Em 2004, esse Estado economizou cerca de R\$191 milhões. Houve uma queda de R\$61,00 no custo de cada processo e de R\$130,00 no valor médio de compra.

Para as empresas fornecedoras do Estado de São Paulo, a implantação do sistema eletrônico de compras representou uma redução de 44% nos seus custos. Outros resultados demonstram o sucesso da implantação do processo eletrônico de compra: economicamente, obteve-se uma redução de 25% entre o valor fixado como referência para as aquisições e o efetivamente negociado. Além disso, devem ser mencionados o aumento da transparência, a maior rapidez na conclusão dos processos e o acréscimo do número de fornecedores participantes, resultando em incremento da competitividade.

Mas a medida mais objetiva dos benefícios trazidos pelo Pnafe à Administração Pública e à população destinatária dos serviços por ela prestados é o crescimento da arrecadação tributária dos Estados. Os valores de arrecadação do Icms e dos outros impostos estaduais mostram que houve uma elevação significativa de receita em relação ao aumento do PIB brasileiro. Entre 1999 e 2004, o ganho líquido das receitas do ICMS dos Estados, quando comparado com o PIB, foi da ordem de R\$15 bilhões, ao passo que o do Ipvva, no mesmo período, superou os R\$290 milhões.

E é possível asseverar, sem sombra de dúvida, que essa elevação não foi provocada pelo acréscimo nominal da carga tributária. Ao contrário, a guerra fiscal e a Lei Kandir contribuíram para solapar a base tributável

do Icms. Portanto, os ganhos de receita em relação ao PIB devem ser creditados ao Pnafe. Considerando que o custo total do Programa para os Estados foi de cerca de R\$2 bilhões e R\$200 milhões, é forçoso concluir que o Pnafe representou um investimento de altíssimo retorno. Mais ainda tendo em conta que os incrementos de receita não são episódicos, mas resultantes de uma mudança de patamar de arrecadação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como se pode ver, foram extraordinários os avanços assegurados pelo Pnafe. No entanto, as sementes lançadas pelo Programa ainda estão dando novos frutos e, em alguns casos, apenas germinando. Muitos progressos estão a caminho.

Entre eles, podemos antever: a concretização do velho sonho da integração dos cadastros fiscais; a criação de uma única e suficiente declaração de dados que atenda o fisco das três esferas de governo; o fim da nota fiscal em papel, com o advento da troca eletrônica de dados entre contribuintes e Fiscos; a informação automática de compras e vendas de grandes itens patrimoniais.

Enfim, o Pnafe deitou raízes e criou as condições para o advento de uma infinidade de inovações, todas elas na mesma direção de aumentar a transparência, diminuir a burocracia, reduzir o “Custo Brasil”, simplificar a vida do contribuinte e a sua relação com o Fisco. Em síntese, o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros criou as bases para o surgimento de uma nova relação entre o cidadão e o Estado, baseada na participação consciente dos indivíduos no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social e fiscal.

O Fisco vai deixando de ser visto como aquele vilão insaciável que sangra o contribuinte indefeso, para ser encarado como a organização que capta os recursos necessários para o financiamento das atividades do Estado. O contribuinte, por seu turno, deixa de ser percebido pelo Fisco como o sonegador que está sempre à espreita de uma oportunidade para fugir às suas obrigações tributárias, e assume o papel de principal fiscal do cumprimento dessas obrigações e da correta gestão dos recursos públicos.

É, de fato, uma nova relação, que pode ser mais bem definida por uma única palavra: cidadania.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão plenária para amanhã, sexta-feira, às nove horas da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 9 minutos.)

Ata da 147ª Sessão não Deliberativa, em 31 de agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Geraldo Mesquita Júnior,
Mão Santa, Romeu Tuma, Edison Lobão e José Maranhão*

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 7 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– Nº 1.216/2007, de 22 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 006.023/2004-5, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, em resposta ao Requerimento nº 123, de 2006, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS DA MINISTRA CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

– Nº 851/2007, de 22 do corrente, comunicando que as informações solicitadas pelo Requerimento nº 757, de 2007, do Senador Flávio Arns, não são de competência daquela Pasta e sim dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Planejamento, Orçamento e Gestão; e

– Nº 852/2007, de 22 do corrente, comunicando que as informações solicitadas pelo Requerimento nº 906, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, não são de competência daquela Pasta e sim do Ministério da Justiça e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 999, DE 2007

Requeiro, nos termos do inciso I do art. 101 do Regimento Interno, audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do PLC nº 3, de 2007, que “regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal – TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal – ASB”, além da constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2007. – Senador **Romeu Jucá**

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do disposto no art. 255, inciso II, alínea c, item 4, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 510, DE 2007

Altera o art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatórios o diagnóstico e a terapêutica de anormalidades na visão e na audição dos recém-nascidos em todo o território nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso III do art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10.

.....
III – proceder a exames visando ao diagnóstico e à terapêutica de anormalidades na visão, na audição e no metabolismo do recém-nascido, inclusive a realização do “Teste

do Olhinho” e do “Teste do Ouvidinho”, bem como prestar orientação aos pais;

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Justificação

A apresentação deste projeto busca reproduzir nacionalmente o pioneirismo do Estado de São Paulo, onde o Teste do Olhinho tornou-se obrigatório em todas as maternidades e nos estabelecimentos hospitalares congêneres, por meio da Lei Estadual nº 12.551, de 2007.

A realização do exame requer apenas a disponibilidade de um oftalmoscópio para que o pediatra ou neonatologista possa usar sua fonte de luz para observar o reflexo que vem da retina.

Dessa forma, o exame, também chamado de “Teste do Reflexo Vermelho”, possui baixo custo, além de ser simples, não-invasivo e capaz de apontar problemas de visão presentes desde o nascimento em cerca de três por cento dos bebês, tais como retinopatia da prematuridade, traumas de parto, catarata congênita, glaucoma, tumores e outros. A importância do exame é inquestionável quando sabemos que essas doenças podem levar à cegueira se não forem tratadas antes de seu agravamento e que, atualmente, quase metade das crianças por elas acometidas só tem seu diagnóstico quando está cega ou quase cega.

Sempre preocupados com a saúde de nossas crianças, apresentamos, em oportunidade anterior, o Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2004, que também altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para obrigar o Sistema Único de Saúde a oferecer exames e tratamentos audiológicos para todas as crianças de cinco anos de idade, como forma de diagnosticar precocemente e tratar oportunamente as deficiências auditivas.

Agora, convencidos da importância sanitária da triagem neonatal das deficiências visuais e auditivas, por meio da realização do “Teste do Olhinho” e do “Teste do Ouvidinho”, solicitamos o apoio desta Casa Legislativa à proposição que apresentamos.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2007. – Senador **Edison Lobão**.

(À Comissão de Assuntos Sociais, Decisão Terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 721, DE 2007

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Ofício “S” nº 6, de 2007, (nº 348/2007, na origem) do Danos do Nordeste do Brasil S.A., que encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), referentes ao ano de 2006.

Relatora: Senadora **Fátima Cleide**

Relator **Ad Hoc**: Senador **Cícero Lucena**

I – Relatório

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) encaminhou, por meio do Ofício “S” nº 6, de 2007, as demonstrações contábeis do Banco e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) referentes ao exercício de 2006, nos termos do que dispõe o art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Integram os documentos contábeis encaminhados o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e o Parecer da Auditoria, de responsabilidade da Trevisan Auditores Independentes.

A seguir avaliaremos os pontos que julgamos mais relevantes sobre a matéria.

II – Análise

O art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, estabelece que o balanço, devidamente auditado, dos Fundos Constitucionais de Financiamento será encaminhado ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle. Assim, o BNB, na incumbência constitucional de administrador do FNE, atende ao mencionado mandamento legal.

O parecer dos auditores independentes entende que as demonstrações em análise “representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FNE (...) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil”.

O Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2006 revela que as operações de crédito do FNE equivalem a 80,14% do total do ativo, sendo predominantemente direcionadas ao setor rural, visto que, conforme essa mesma demonstração contábil, 67,59% das “Operações de Crédito” correspondem a “Financiamentos Rurais”, considerando-se os registros do ativo circulante e do realizável a longo prazo.

Quanto ao risco das operações contratadas a partir de 1º de dezembro de 1998, nas operações enquadradas no Programa da Terra, o risco pertence integralmente do

Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), enquanto que, nas operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Grupos A, B, A/C, floresta e Semi-árido, o risco integral é do FNE. Nas operações de repasse atribui-se o risco à instituição que recebe os recursos do FNE e, nas demais operações, o risco divide-se equitativamente entre o FNE e o BNB.

A demonstração do resultado do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste apurou lucro de R\$33,6 milhões no exercício de 2006. Entretanto, no exercício anterior, o prejuízo apurado foi de R\$4,35 bilhões, em consequência da baixa de operações de crédito para prejuízo. Os valores mencionados encontram-se também registrados na demonstração das mutações do Patrimônio Líquido do Fundo. Em razão dos resultados apresentados, o saldo da conta de lucros acumulados reduziu-se de R\$5,887 bilhões, em 31-12-2004, para R\$1,491 bilhão, em 31-12-2006.

Torna-se importante, por parte do agente administrador, empenho na recuperação dos valores lançados em prejuízo e o acompanhamento sistemático do risco de inadimplência das operações de crédito contratadas com recursos do FNE, especialmente as rurais, para que o fundo detenha maior disponibilidade financeira a fim de alcançar os seus propósitos de fomento ao desenvolvimento da região Nordeste.

Por ser risco integral do fundo, e dada a participação do Programa na quantidade das operações contratadas com recursos do FNE, trazemos algumas informações, disponibilizadas pelo Ministério da Integração Nacional e pelos Anuários Estatísticos do Crédito Rural (1999 a 2005), do Banco Central do Brasil (BACEN), sobre a operacionalização do Pronaf pelo BNB.

Conforme os dados do Bacen, entre 1999 e 2005, observou-se o direcionamento de recursos do FNE para atividades de investimento, no âmbito do Pronaf. No período mencionado, houve concentração atípica no crédito de custeio (R\$/operação) nos anos de 2001, 2002 e 2003. Sabe-se que a concentração de crédito agrava o risco das operações de financiamento.

Quanto à oferta de recursos do FNE para o Pronaf, verificou-se um incremento vigoroso do crédito de investimento a partir de 2001, passando de R\$27,8 milhões, em 2000, para R\$948,9 milhões em 2005, mantendo, no entanto, baixa concentração de recursos por operação. Os recursos para custeio das atividades rurais também aumentaram, passando de R\$3,9 milhões, em 2000, para R\$53,8 milhões, em 2005. Períodos de expansão de crédito exigem maior diligência do agente financeiro.

De acordo com o informativo "Sistema de Informações Gerenciais" nº 34, de dezembro de 2005, publicado pelo Ministério da Integração Nacional, em 2005, 96,7% das operações contratadas com recursos do FNE foram operações do Pronaf, com a utilização de apenas 25% do total dessa fonte, o que demons-

tra grande fracionamento dos recursos destinados ao Programa, no ano de 2005. O fracionamento do crédito permite o atendimento a maior número de mutuários, mas exige, em contrapartida, geralmente, reorganização dos processos de trabalho do agente financeiro.

Em relação à inadimplência, os números do Ministério da Integração Nacional mostram que o saldo das operações em atraso, em 31 de dezembro de 2005, representava 33,7% do total financiado. Como já mencionado, parcela significativa desse saldo de R\$6,2 bilhões foi lançada em prejuízo naquele exercício, evidenciando que a expansão do crédito, experimentada a partir de 2001, acompanhada de aumento do nível de inadimplência, fez surgir a necessidade de novos estudos que permitam o aperfeiçoamento do processo de concessão dos financiamentos.

Apresentamos essas informações adicionais porque julgamos importante que o Congresso Nacional aprofunde a reflexão sobre critérios de diversificação da aplicação dos recursos e sobre a adequação dos mecanismos de aplicação de crédito atualmente utilizados pelos administradores dos Fundos Constitucionais. Faz-se essencial que essa preocupação se volte também às dificuldades da fiscalização bancária para assegurar o retorno tempestivo dos recursos aos Fundos e sobre o rigor que se deve dispensar a mutuários que venham a desvirtuar o crédito rural em sua finalidade.

Pelo que se apresenta, torna-se fundamental conhecermos os critérios de aplicação e acompanhamento dos recursos do FNE adotados pelo BNB, para averiguarmos o surgimento de distorções que, como sabemos, podem conduzir a novos prejuízos para a Instituição. Nesse sentido, anexamos a este Parecer um requerimento de informações a ser encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda, ao qual o BNB se vincula, com o objetivo de agregar transparência à operacionalização desses recursos, que pertencem a toda a sociedade brasileira.

Finalmente, deveremos trazer oportunamente à discussão nesta Casa a importância da assistência técnica e extensão rural como ferramentas imprescindíveis à minimização de riscos técnico-econômicos e da melhoria da capacidade de pagamento do produtor rural nordestino, pois entendemos que, assim procedendo, estaremos contribuindo para o fortalecimento do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, que representa valioso instrumento para o desenvolvimento da região.

III – Voto

Pelo exposto, tendo em vista que a prestação de contas do FNE deverá, por imposição normativa, ser avaliada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do conteúdo da matéria encaminhada pelo Ofício "S" nº 6, de 2007, e determine seu encaminhamento ao arquivo.

Sala da Comissão, 21 de agosto de 2007.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: OFS "S" Nº 06 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21, 08, 2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE : <i>Mtenan</i> (Sen. Moisés Ferraz)	
RELATOR : <i>e - Duff</i> (Sen. Cláudio Torres)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
RENATO CASAGRANDE-PSB	FLÁVIO ARNS-PT <i>M. Arns</i>
SIBÁ MACHADO-PT	AUGUSTO BOTELHO-PT <i>[Signature]</i>
FÁTIMA CLEIDE-PT	SERYS SLHESSARENKO-PT
JOÃO RIBEIRO-PR	INÁCIO ARRUDA-PC do B
FERNANDO COLLOR-PTB	EXPEDITO JÚNIOR-PR <i>[Signature]</i>
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	GARIBALDI ALVES <i>[Signature]</i>
VALTER PEREIRA	GERALDO MESQUITA <i>[Signature]</i>
PFL	
ELISEU RESENDE	ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	CÉSAR BORGES <i>[Signature]</i>
JONAS PINHEIRO	EDISON LOBÃO
JOSÉ AGRIPINO	RAIMUNDO COLOMBO
DÍCERO LUCENA <i>(Dícero Lucena)</i>	LÚCIA VÂNIA
MARISA SERRANO <i>(Marisa Serrano)</i>	FLEXA RIBEIRO <i>[Signature]</i>
MARCONI PERILLO <i>[Signature]</i>	SÉRGIO GUERRA
PDT	
EFFERSON PERES	VAGO

REQUERIMENTO Nº 953, DE 2007**REQUERIMENTO Nº 35, DE 2007–CMA**

Solicita ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) relatório detalhado sobre o histórico de inadimplência e sobre a concentração do crédito, por município, por agência e por perfil de mutuário, em cada linha de crédito que utiliza ou utilizou recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) a partir do ano 2000.

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Parecer da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Ofício “S” nº 6, de 2007, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) referentes ao ano de 2006, requeiro seja solicitado ao Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado da Fazenda o encaminhamento a esta Comissão de relatório detalhado sobre o histórico de inadimplência e sobre a concentração do crédito, por município, por agência e por perfil de mutuário, em cada linha de crédito que utiliza ou utilizou recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) a partir do ano 2000.

Sala da Comissão, 22 de agosto de 2007. – **Malisa Serrano**, Presidente – **Fátima Cleide**, Autora – **Expedito Júnior** – **Flávio Arns** – **Augusto Botelho** – **Cícero Lucena** – **Garibaldi Alves** – **Geraldo Mesquita** – **Marconi Perillo** – **Flexa Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 49, de 2007**, que *autoriza a Prefeitura Municipal de Curitiba (PR) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de até dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Presidência convoca sessão conjunta solene a realizar-se dia 4 de setembro, terça-feira, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destina-

da a homenagear o transcurso dos 35 anos da Rede Amazônica de Televisão.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. GLPMDB Nº 363/2007

Brasília, 23 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que o Senador Geraldo Mesquita Júnior – PMDB/AC, solicitou seu desligamento como membro titular da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, conforme cópia de ofício anexa.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Valdir Raupp**, Líder do PMDB.

Ofício nº 186/07 – GSGMJ

Brasília, 23 de agosto de 2007

Senhor Senador,

Solicito providências no sentido de efetivar o meu desligamento como membro titular da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR. – Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB/AC).

OF. GLPMDB Nº 361/2007

Brasília, 23 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que o PMDB cede ao PTB a seguinte vaga na comissão abaixo relacionada:

Titular

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR: 1 vaga

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Valdir Raupp**, Líder do PMDB e da Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 137/2007 – GLDBAG

Brasília, 28 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Gim Argello para integrar como titular a Comissão de De-

envolvimento Regional – CDR, na cota destinada ao PMDB, cedida ao PTB.

Atenciosamente, Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Presidência designa o Senador Gim Argello para integrar, como titular, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Brasília, 31 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Tendo sido autorizado por Vossa Excelência para ausentar-me dos trabalhos do Senado entre 31 de agosto e 8 de setembro do corrente para participar, em Viena, Áustria, de reuniões com autoridades do Escritório contra Drogas e Crimes, atendendo convite da Organização das Nações Unidas, conforme Requerimento nº 974, de 2007, aprovado pelo Plenário do Senado Federal – cópia anexa – informo que a mencionada missão será desempenhada em data a ser oportunamente definida.

Cordialmente, Senador **Romeu Tuma** (DEM/SP).

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – O ofício lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Concedo a palavra ao Senador João Pedro, para fazer uso do tempo que achar necessário.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta manhã de sexta-feira, registro que apresentei ontem um voto de louvor à TV Amazonas, à Rede Amazônica de Televisão, afiliada à Rede Globo, com sede em Manaus, que realiza um trabalho importante, relevante, significativo em toda a Região, inclusive no seu Estado do Acre, Sr. Presidente.

Amanhã, a Rede Amazônica completa 35 anos de trabalhos prestados no extremo Norte de nosso País. Ela tem um alcance e um trabalho cotidiano em Rondônia, no Amapá, no médio e no baixo Amazonas, no Estado de Roraima.

Apresento, então, com base no art. 222 do nosso Regimento Interno, o voto de louvor à TV Amazonas, afiliada à Rede Globo do Amazonas, que fará, no dia 1º de setembro, aniversário de 35 anos de fundação. A emissora, que funciona em Manaus por meio do canal 5, lidera um conglomerado de emissoras de rádio e TV, denominado Rede Amazônica de Rádio e Televi-

são, com atuação nos Estados – estou repetindo aqui – do Amazonas, do Acre, de Rondônia, de Roraima e do Amapá. Requeiro ainda que essa deferência seja comunicada aos seus diretores.

Este registro que faço aqui se estende a todos os servidores, aos funcionários da rede, profissionais competentes como a Daniela Assayag. Parabéns aqui o Diretor-Presidente, Dr. Phelippe Daou e os diretores Milton Cordeiro, Joaquim Margarido, Nizelle Daou, Aluisio Daou, que merecem o nosso aplauso.

Apresento esse voto de louvor, mas tenho certeza de que conto com o apoio de todos os Senadores e Senadoras, principalmente dos Senadores da nossa região, que conhecem perfeitamente o trabalho importante da notícia, da comunicação, do entretenimento desempenhado pela TV Amazonas no nosso Estado.

Parabéns à Rede Amazônica. Parabéns à TV Amazonas e a todos os seus profissionais que trabalham no dia-a-dia em nosso Estado e naquela região.

Faço outro registro, Sr. Presidente, com muita alegria. Nesta última segunda-feira, a convite do Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, que vem desempenhando grande trabalho em todo o Brasil – entendo que o Governo do Presidente Lula vem se esforçando, trabalhando, priorizando as obras de recuperação das estradas em nosso País –, participei de uma reunião, acompanhado de técnicos do Ministério e principalmente do Ministro, que nesse dia estava satisfeito pelo primeiro dia do trabalho do Exército Brasileiro.

Quero chamar a atenção aqui para o 5º BEC, o 6º BEC e o 7º BEC, Batalhões de Engenharia de Construção, que trabalham naquela região, precisamente no Acre, no Amazonas e em Rondônia. Eles estão fazendo a recuperação da BR-319, essa estrada importante, estratégica lá na nossa região; estrada que liga Manaus, capital do Estado do Amazonas, a Porto Velho, capital de Rondônia. É uma estrada que passa por rios, por igarapés e por municípios, como o Município do Humaitá, que fica às margens do rio Madeira. É um Município importante, a duzentos quilômetros de Porto Velho.

Estivemos em Humaitá. Lá nos encontramos com os engenheiros, com os oficiais do Exército Brasileiro que estão na Amazônia, fazendo, além dos trabalhos afins daquela corporação na fronteira da região Amazônia, a recuperação da BR-319, construída nos anos 70, em pleno período do regime militar.

Ao longo dos anos, essa estrada foi diminuindo por falta de acompanhamento, de recuperação. A estrada ficou abandonada, mas, desde de o primeiro Governo do Presidente Lula, o Ministério do Transporte começou a implementar toda uma política de recuperação da BR-319. Foi duro esse debate, pois há setores

contrários à recuperação daquela BR, que liga duas capitais e, concretamente, liga o Amazonas ao Brasil. Não há outra estrada.

O Amazonas é ligado, pelo seu histórico rio Amazonas, a Belém, ao Atlântico e, evidentemente, ao Brasil, e só tem uma via, por rodovia, que é a BR-319. Ao ligar-se com Rondônia, permite a ligação com o Centro-Oeste brasileiro, com Brasília, enfim, com todo o Brasil, com o Sul e o Sudeste.

Então, a BR-319 é importante! Ela não pode ficar abandonada! No entorno da BR-319, há uma área significativa de terras públicas, hoje formada por várias comunidades, vários Municípios como o de Careiro Castanho, de Manaquiri, no Amazonas, e o Município de Humaitá, importante política e economicamente. E esses Municípios precisam da BR-319 para melhorar o fluxo de transporte entre Manaus, Porto Velho e o Brasil como um todo e, assim, melhorar a qualidade de vida das pessoas que lá vivem. Essa rodovia foi abandonada, e agora contamos com o empenho, com o esforço e a compreensão do Ministro Alfredo Nascimento para melhorá-la.

Nós fomos visitar a BR e paramos em alguns pontos para conhecer, para sentir, para ver, para acompanhar o desempenho, o trabalho realizado. Lá estavam as máquinas do Exército brasileiro, lá estavam os oficiais e os soldados do Exército brasileiro, e as máquinas já trabalhando, levantando poeira no calor amazônica, fazendo o trabalho de alargamento, de recuperação e do asfaltamento daquela BR.

Quero parabenizar o Ministro Alfredo e registrar minha alegria em ver o Exército tocando essa obra de engenharia audaciosa, pela qual se pretende recuperar e construir uma estrada naquela região. Tendo em vista a numerosa presença de lagos, de braços de rios e de rios, é sempre um desafio, para a engenharia, a construção e recuperação de estradas – no caso, trabalhos da recuperação da BR-319.

Com certeza, a recuperação da BR-319 será um marco importante na nossa região, porque ela vai melhorar, sem dúvida alguma, a nossa economia, o fluxo de pessoas, que precisam se deslocar de uma cidade para outra, já que, ao longo daquela rodovia, existem diversas comunidades, portanto, existem ali escolas, postos médicos, além da produção dos trabalhadores, que precisa ser escoada, que precisa ganhar preço, que precisa ganhar eficiência. Então, a BR-319, recuperada, será um bem público relevante para a população daquele trecho da nossa região.

Quero lembrar que o valor estimado para a execução desta obra – e o PAC a está garantindo, Presidente Geraldo Mesquita – é de R\$700 milhões no total. Para este exercício, 2007, serão liberados R\$100 mi-

lhões; para o exercício de 2008, estão previstos R\$196 milhões. Existe ainda, de restos a pagar relativos ao exercício de 2006, o montante de R\$74 milhões, que também serão investidos na BR-319. O valor estimado para a conclusão da obra está em torno de R\$323 milhões.

O Exército brasileiro, mesmo que não faça todo o trabalho de recuperação da BR-319, será responsável por alguns trechos. O primeiro, conhecido como Lote C, vai do quilômetro 198 ao 383, numa extensão de 184 quilômetros; o segundo, denominado Lote 1 Sul, compreenderá os quilômetros 678 e 718, perfazendo um total de 40 quilômetros; o terceiro lote, que o 5º BEC recuperará, vai do quilômetro 763 ao 813, portanto, mais 50 quilômetros.

Sr. Presidente, faço este registro para dizer da importância da recuperação da BR-319 e também da presença do Exército na recuperação desse bem público, dessa obra que liga duas importantes capitais amazônicas, Porto Velho a Manaus, obra que, com certeza, trará alegria para as crianças e também para os trabalhadores e para as trabalhadoras rurais, para os empresários que ali investem.

Parabenizo o Governo Lula por essa obra e também parabenizo o empenho do Ministro Alfredo Nascimento e de toda a sua equipe, o Dnit, enfim, todos que estão acompanhando e executando essa obra, que a denomino de BR-Estratégica para Rondônia, para a região dos Estados do Amazonas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. João Pedro, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos a Senadora Serys Slhessarenko, do PT do Estado do Mato Grosso, a usar da palavra.

V. Ex^a usará o tempo que achar conveniente. Faço isso em homenagem à Primeira-Dama da Bahia, que, com sua firmeza, reproduziu a valentia da mulher na história do mundo: a mulher de Pilatos, Verônica, as três Marias, V. Ex^a e a Cláudia.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente. A homenagem tem de ser feita, sempre, a todas as mulheres.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como motes principais do nosso mandato, temos algumas preocupações, entre elas, a questão de gênero, a questão do meio ambiente e, obviamente, todas as questões que dizem respeito ao nosso Estado de Mato Grosso.

Por isso, hoje, discorrerei sobre a minha participação, e também a de alguns Senadores e Deputados Federais, no Fórum de Legisladores do G-8 +5.

O G-8 é o grupo dos oito maiores Países do mundo economicamente, e o +5 é o grupo compostos pelo Brasil, África do Sul, México, China e Índia. Aliás, o Presidente francês, nesta semana, Senador Geraldo Mesquita, anunciou que o +5 deve ser incorporado ao G-8 para se transformar no G-13. Sei que será tarefa nada fácil, porque, realmente, os grandes economicamente não querem que encostemos muito neles. Mas, acredito que o Brasil e os demais Países que participam do +5 têm possibilidade, sim, em termos de potencial, de fazerem parte dos 13 maiores do mundo.

Sr. Presidente, participei muito desses debates, principalmente com relação a mudanças climáticas – reunimo-nos em Washington e em Berlim –, e agora temos a pretensão de realizar um encontro no Brasil, no próximo ano.

Nos últimos 15 dias, estiveram no País o Coordenador da Globo Internacional, os representantes do BID e do Bird, além de outras pessoas, para discutirmos a possibilidade da realização de um Fórum de Legisladores sobre Mudanças Climáticas no Brasil, que deverá acontecer em fevereiro de 2008, e que está sob a nossa coordenação. Realmente, trata-se de uma responsabilidade gigantesca. Até estamos assustados, mas tenho a certeza de que o Congresso Nacional do Brasil vai realizar discussões amplas e importantíssimas com relação ao mérito de questão relativa às mudanças climáticas, assim como também faremos a organização do evento com a competência que o Congresso Nacional e outras instituições têm.

O nosso Governo, o Presidente Lula, assim como o Ministério do Meio Ambiente – a Ministra Marina está empolgada –, a Casa Civil, a Embrapa, enfim, muitos órgãos estão envolvidos na organização desse evento.

Por isso, hoje, Sr^{as} e Srs. Senadores, relatarei um encontro havido em Mato Grosso, para dizer que o mundo não precisa preocupar-se com essa história de que, em determinados momentos, parecia que o Brasil estava destruindo tudo. Não é bem assim, não. Precisamos quebrar, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, certos preconceitos que existem contra o Brasil e contra os brasileiros, no sentido de que somos absolutamente destruidores. Já demos demonstrações concretas de redução do desmatamento. Por isso, mostraremos, bem de perto, em fevereiro do próximo ano, para o mundo economicamente desenvolvido, experiências bastante concretas de desenvolvimento com sustentabilidade.

Sr. Presidente, quero anunciar aqui que Mato Grosso serve de exemplo e está preparado para crescer de forma sustentável.

Sr. Presidente, para ser bastante fiel ao que lá está acontecendo, farei esta leitura:

Mato Grosso saiu na frente para demonstrar a possibilidade de se fazer uma exploração racional e sustentável dos recursos naturais. Para demonstrar a maturidade e consciência ambiental do setor produtivo do nosso Estado de Mato Grosso, foi assinado, na tarde desta sexta-feira [sexta-feira passada, dia 24/08], na Bial dos Negócios da Agricultura, o Pacto Ambiental entre o Governo do Estado e a Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja). O ponto principal é garantir que até 2010 não tenha nenhum hectare de soja plantado em Área de Preservação Permanente [as chamadas APP] e haja recuperação das áreas degradadas.

Esse não é um documento feito e assinado por ambientalistas, o que seria normal, vamos dizer assim; é um documento assinado na Bial dos Negócios da Agricultura, um pacto ambiental entre o Governo do Estado e a Associação dos Produtores de Soja – Aprosoja.

Um levantamento da Aprosoja identificou que existem cerca de 50 mil hectares plantados em APP's [Áreas de Preservação Permanente]. O que representa 0,6 de toda a área agrícola plantada de Mato Grosso. O primeiro passo é suspender o plantio nessas áreas e depois recuperar a área degradada.

Para o Governador do Estado, Blairo Maggi, a assinatura desse pacto ambiental representa uma das formas de mostrar ao Brasil e ao mundo o que Mato Grosso tem feito concretamente para conseguir uma produção sustentável com preservação ambiental. "Nós estamos trabalhando para produzir de forma correta, fazer as coisas como a lei determina. Mato Grosso tem espaço para crescer sim, para se tornar maior economicamente, é possível usar daquilo que é nosso direito", afirmou o governador.

O Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, visitou três Municípios da região norte, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, três grandes Municípios em matéria de potencial – gigantesco – de desenvolvimento no nosso Estado, Mato Grosso. As palavras do Ministro foram de surpresa ao constatar como Mato

Grosso vem fazendo agricultura de forma sustentável. Ele destacou que o Estado está pronto e preparado para crescer com sustentabilidade.

De acordo com o presidente da Aprosoja, Rui Carlos Ottoni Prado, a ação é inédita. Segundo ele, esta é a primeira vez que um segmento do setor produtivo se compromete com a adoção de atividades econômicas sustentáveis, tendo o apoio de órgãos públicos e entidades da sociedade civil. [Abro aspas para a palavra do Dr. Rui Carlos Ottoni.] “Os produtores de soja têm interesse em adotar práticas ambientalmente equilibradas e também em verem seus produtos certificados. É uma questão de preocupação com o futuro, com a sustentabilidade do negócio e também do mercado”.

Ambientalistas e setor produtivo avaliaram como positivo o caminho trilhado pelo Governo de Mato Grosso para se atingir uma produção sustentável.

O Sr. Sérgio Guimarães, ambientalista renomado, doutor, pessoa extremamente conhecedora do assunto e preparada diz: “É positivo o que está acontecendo em Mato Grosso na medida em que coloca como eixo principal a questão da sustentabilidade da produção na sociedade rural e resgatar as áreas de preservação permanente”. Sérgio Guimarães é Presidente do Instituto Centro de Vida – ICV.

O presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt), Mauro Mendes, também anunciou na mesma solenidade a criação de uma entidade ambiental do setor produtivo. Oito entidades criaram o Instituto da Ação Verde, composto pela Fiemt, Famato, Aprosoja, Ampa e Acrimat. O primeiro desafio já definido pela diretoria do Ação Verde é recuperar a mata ciliar das principais bacias hidrográficas de Mato Grosso até 2020.

Ações concretas. Vamos tentar resumir.

No total, foram 12 ações definidas, sendo que a maioria delas tem prazo final até 2010. Sob responsabilidade da Aprosoja, representando sojicultores, ainda estão alguns compromissos importantes, como o de destinar corretamente pelo menos 95% do total de embalagens de agrotóxicos usados no Estado e criar um programa de educação ambiental a ser implantado junto aos produtores de soja de Mato Grosso.

Da parte do Governo do Estado, representado pela Secretaria de Meio Ambiente

(Sema), estão metas como a unificação da base cartográfica do estado e a manutenção atualizada das imagens de mapeamento ambiental das propriedades. Outras ações dependem do esforço conjunto da Aprosoja e do Governo, como a criação de um centro de excelência de interpretação e uso de imagens de satélite e a busca por uma legislação ambiental com procedimentos unificados.

Um grupo de trabalho está sendo criado pelo Governo e pela Aprosoja para que a execução das ações sejam acompanhadas e fiscalizadas junto a todas os agentes envolvidos.

A assinatura do Pacto Ambiental, durante a Bienal da Agricultura, é consequência do Protocolo de Intenções assinado no dia 17 de abril deste ano entre o Governo de Mato Grosso e a Associação dos Produtores de Soja, tendo como testemunha as ONGs, TNC [talvez a maior ONG ambientalista do mundo], e o Instituto Socioambiental – ISA.

Eu tive com o Presidente da TNC em Washington uma longa conversa, quando discutimos a situação de Mato Grosso, o potencial e as possibilidades de fazer um acordo para que possamos realmente preservar a essência do meio ambiente no nosso Estado, Mato Grosso. As ONGs, tanto a TNC quanto a ISA – Instituto Socioambiental –, foram testemunhas da assinatura do Pacto ambiental, que estabeleceu uma série de metas para as partes integrantes.

Eu precisava anunciar isso aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque esse pacto é um passo importante, e nós temos de fiscalizar, temos de estar juntos, temos de cobrar. As instituições ambientalistas estão chegando junto realmente com a Aprosoja, com o Governo do Estado e o Governo Federal.

A Ministra Marina Silva, com certeza, está totalmente envolvida nessa proposta pela sua determinação, pela sua bravura na defesa do meio ambiente.

Portanto, que isso sirva de exemplo para outros Estados, não apenas com relação à soja, porque nem todos são voltados para o cultivo da soja, mas há outros setores que vêm poluindo e destruindo o meio ambiente também, para que tomem atitudes desse tipo, assinando acordos em que fique claro, explícito, como serão recuperadas as zonas degradadas, a fim de que as áreas de preservação permanente não sejam mais usadas e seja feita a recuperação das áreas já degradadas, tanto pelo garimpo quanto pelo plantio de soja, de cana-de-açúcar ou qualquer tipo de produção. Existe aquela velha mania, aquela história de dizer que o pequeno proprietário rural, a agricultura familiar e os

assentamentos dos sem-terra são responsáveis pela degradação do meio ambiente, mas isso não é verdade; os pequenos não estão degradando, não.

Portanto, uma atitude da envergadura dessa tomada pela Aprosoja, junto com o Governo Estadual e o Federal, faz-nos acreditar que, se os grandes produtores estão conscientes, pois estão tomando atitudes tão positivas com relação à defesa do meio ambiente, vamos dar um grande salto de qualidade na preservação de nossa vida, porque preservar o meio ambiente significa ter responsabilidade com a vida no planeta Terra.

E a responsabilidade é diferenciada? É. Países desenvolvidos, Países em desenvolvimento e Países com dificuldades de desenvolvimento, todos têm uma parcela de responsabilidade. É responsabilidade diferenciada? É, mas que cada um cumpra a sua parte. O Brasil está cumprindo a dele, e Mato Grosso, especialmente, está cumprindo a parte dele com grandeza e com o envolvimento da sociedade como um todo, desde os pequenos produtores da agricultura familiar até o grande agricultor e o grande produtor.

Não tenho dúvida disto: o Brasil vai dar uma demonstração, em Mato Grosso especialmente, da grandiosidade e da possibilidade do desenvolvimento com sustentabilidade. E que, em fevereiro do ano que vem, quando estivermos realizando o Fórum de Legisladores do G8+5 – talvez até lá sejamos +13; é um sonho, mas que seja do G8+5 ainda –, mostraremos ao mundo o potencial e a possibilidade que temos.

Sr. Presidente, só mais dois minutos, pois quero anunciar agora um seminário que será realizado em Mato Grosso na próxima segunda-feira, cujo nome é “Etanol MT/Brasil”. E vamos desmistificar isso aqui também, em fevereiro, no Fórum de Legisladores G8+5. Podemos ser, sim, os grandes produtores de etanol, talvez os maiores produtores de etanol no mundo. Vamos quebrar esse preconceito que os grandes do capital econômico têm contra o etanol. Tive de dar murro na mesa no debate com Tony Blair, quando muitos legisladores de vários Países do G8, inclusive o então Primeiro-Ministro da Inglaterra, diziam que o Brasil não podia produzir etanol, não tanto ele, mas participantes de outros Países já desenvolvidos. Nós batemos na mesa e dissemos que nós podemos, sim, ser grandes produtores sem destruir o meio ambiente e sem realmente prejudicar a alimentação.

Concedo um aparte ao Senador Edison Lobão e, em seguida, ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Edison Lobão (DEM – MA) – Senadora Serys Slhessarenko, nós somos os madrugadores na produção do etanol. Criamos uma tecnologia que o mundo não conhecia. Não é que ela seja extremamente

sofisticada, mas o fato é que nós estamos na gênese da criação, da concepção do etanol. Hoje produzimos algo em torno de 17,5 bilhões de litros, e já estamos exportando alguma coisa. Misturamos o etanol à nossa gasolina, para impedir exatamente a poluição, entre 20 e 25%. Temos o automóvel Flex, que é outra criação engenhosa: o automóvel funciona tanto a gasolina quanto a etanol, e a gasolina já com a mistura do etanol, e até com o gás natural. Isso foi feito aqui no Brasil. V. Ex^a tem razão, nós estamos de fato fazendo a nossa parte. A nossa produção dentro de 10 anos será mais do que o dobro do que temos hoje.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Com certeza.

O Sr. Edison Lobão (DEM – MA) – Nós iremos a 30 e tantos bilhões de litros de álcool. E na ocasião estaremos exportando – é a previsão – algo em torno de 11 bilhões de litros de álcool. Nós queremos que o mundo inteiro produza também. Não somos invejosos nem queremos apenas para nós. Os Estados Unidos hoje produzem mais do que nós, um pouco mais, mas o etanol é complicado, é do milho, mais caro. O fato é que o mundo inteiro precisa acordar para a existência do etanol, porque ele é benfazejo. Misturado à gasolina, impede a poluição. O mesmo ocorre com o biodiesel. Cumprimento V. Ex^a pela dissertação que faz e pela defesa brilhante dos interesses do seu País, que é também o meu País; é o nosso País.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador Edison Lobão, quero que sua fala, seu aparte seja totalmente incluído no meu discurso. Gostaria de complementar o que V. Ex^a disse, que é absolutamente perfeito, é isso aí. Os Estados Unidos são o maior produtor de etanol de milho, que é apenas 25% antipolvente. O etanol da cana é 830% antipolvente. Não discutirei esse assunto agora, não farei explicações porque o tempo não me permite e não quero ultrapassá-lo, até porque o Senador Heráclito Fortes quer a palavra de imediato, pois precisa sair.

Concedo um aparte ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex^a está dando um enfoque de incentivo a que participem também da produção de etanol. É um fato muito bom e real. Graças a Deus a produção de cana pode ser feita em pequenas propriedades, em pequenas áreas. E as empresas não vão comprar todas as usinas. Futuramente, talvez, as cooperativas passem a ter usinas produtoras de álcool. Pedi para fazer um aparte apenas para ressaltar que, realmente, os Estados Unidos são o maior produtor de álcool, mas ele o faz a partir de um alimento humano. O milho é um alimento humano. Faz

parte direta da cadeia alimentar na produção de alimentos como suínos e aves principalmente. Lá estão transformando alimento em combustível. Nós não. A produção de açúcar não é afetada pela produção de álcool. Continuamos a produção normal de açúcar. A cana é alimento, mas é utilizada principalmente como alimento de animais. Não é ideal para bovinos nem é um alimento humano. Nós chupamos cana assim como comemos uma fruta, esporadicamente. Então, tem esse aspecto. Fora que o nosso álcool, retirado da cana, é muito econômico para ser produzido. Não tem jeito. Eles podem querer bloquear, tomar a tecnologia, mas nós vamos ser os maiores produtores de álcool, a não ser que venham para cá, comprem nossas terras todas e passem a produzir álcool em nossas terras. Aí será diferente. Por isso, peço às pessoas que não vendam as suas terras, que segurem as suas terras. Existe uma expectativa de melhoria de vida de todas as pessoas, de todos os pequenos que vivem lá isolados e em dificuldades, principalmente porque agora a luz está chegando às pequenas propriedades do Brasil, o que nunca aconteceu antes. No meu Estado, a projeção era a de fazerem 8 mil ligações. Infelizmente, por incompetência dos administradores do Estado e dos que cuidam do Luz para Todos, foram feitas menos de 2 mil ligações. Creio que V. Ex^a puxou um assunto importante. Não quero ser árabe daqui a 20 anos, mas seremos os maiores produtores de combustível reciclável. O nosso álcool, quando é usado, captura algum carbono da atmosfera para depois devolvê-lo para a atmosfera. Quem queima petróleo está devolvendo um carbono que foi capturado há milhares de anos e está no subsolo. Quer dizer, está aumentando o carbono da atmosfera. Nós estamos trocando quando usamos o álcool. Retiramos carbono e liberamos um pouquinho de carbono. O nosso álcool, como aditivo da gasolina, não polui e não traz substâncias tóxicas para o ser humano. Isso é mais importante ainda. Muito obrigado, Senadora.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Com certeza, Senador.

Gostaria, inclusive, de dizer que os derivados da cana, ou seja, o que fica depois de retirado o açúcar, o álcool, o melaço, o bagaço, o vinhoto, vira fertilizante, vira energia limpa, vira ração. Então é uma coisa fantástica. A cana é uma coisa fantástica. Nós não vamos destruir o meio ambiente, nós não vamos prejudicar a alimentação e nós vamos ser os maiores produtores de etanol. Por isso, anuncio aqui como é realmente muito importante esse seminário “Etanol Mato Grosso/Brasil”, que será realizado na segunda-feira. Questões ambientais, logísticas, trabalhistas e

de produção do etanol no Brasil e Mato Grosso serão temas desse seminário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Serys, eu só queria lembrar que V. Ex^a completou 20 minutos, mas fique à vontade.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Mais um minuto, só para terminar meu anúncio.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aliás, eu acharia que V. Ex^a devia aproveitar esse minuto para se lançar candidata a Presidente do PT. Uma mulher. Deve ser uma mulher. Senão, aquela primeira-dama da Bahia, Sr^a Fátima Mendonça, que mostrou muita firmeza e grandeza em suas declarações.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Serão discutidos temas nesse encontro “Etanol Mato Grosso/Brasil – oportunidades e desafios” como a situação do álcool nacional e mundialmente, o etanol no Brasil e no mundo. Será apresentada uma palestra sobre a relação entre a produção de álcool e o meio ambiente, sobre o mercado de trabalho e desenvolvimento econômico, sobre os incentivos fiscais e creditícios em Mato Grosso. O seminário “Etanol Mato Grosso/Brasil – oportunidades e desafios” é uma realização da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso em parceria com o Governo do Estado por meio das várias Secretarias e, com certeza, com a participação da sociedade organizada – e espero que seja com a participação dos grandes produtores, dos pequenos, da agricultura familiar, enfim de todos aqueles que vivem e moram no nosso Estado de Mato Grosso e sabem que o desenvolvimento econômico com sustentabilidade lá pode acontecer.

Senador Augusto Botelho, V. Ex^a falou que, infelizmente, o Luz Para Todos, lá no seu Estado, não está conseguindo ser cumprido, por incompetência de alguns. Eu diria que, em Mato Grosso, por competência dos gestores do Para Todos, especialmente do Coordenador do Programa, Dr. Gustavo Vasconcelos, ele está praticamente em dia e o seu cronograma para o ano de 2007 será cumprido até dezembro – tivemos essas informações ainda no dia de ontem.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com os nossos aplausos e do povo do Brasil pelo brilhante pronunciamento, convidamos o Senador Heráclito Fortes, Democrata do Piauí, a usar a tribuna, por cessão do Senador Valdir Raupp. V. Ex^a poderá usar o tempo que lhe for conveniente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós temos aqui presentes alguns Senadores do Norte e do Nordeste, e temos também o Senador Adelmir Santana, que é um homem de três natividades: maranhense, piauiense e também brasileiro.

Quero aproveitar, Senador Mão Santa, para dizer que o Norte e o Nordeste não têm sorte com este Governo.

Fiquei completamente feliz quando, há poucos dias, Senador Edison Lobão, ouvi declarações do Ministro Temporão, repercussão dos próprios órgãos do Governo, anunciando dois bilhões para a saúde no Brasil e que esse dinheiro seria gasto de maneira especial para resolver distorções do Norte e do Nordeste.

Mas, como diz o velho ditado, “Quando a esmola é grande, o pobre desconfia”. Nós, nordestinos, mais uma vez, caímos no conto do vigário, Senador Mão Santa. A caneta paulista, implacável e insensível, do Sr. Mantega acabou com a nossa alegria.

Eu me lembro de que o Senador Mão Santa fez um discurso enumerando algumas necessidades urgentes que o Estado do Piauí tem na área de saúde e que esses recursos chegariam em boa hora. Acabou, Senador Mão Santa. O Sr. Mantega anuncia que o dinheiro não existe. Cadê o PAC? Cadê o excesso de arrecadação? Cadê a boa vontade do Presidente Lula em atender a região que ele viu nascer? É desalentador ver que o Governo, em um momento como esse, anuncia, cria expectativas, e, menos de uma semana depois, o Ministro, como uma ducha de água fria, diz que esse dinheiro não existe e que tudo não passa de um sonho.

Senador Mão Santa, quando eu digo que o Governador do Piauí comemora o que não existe e, às vezes, acho que a culpa não é dele, mas de acreditar em quem promete. O Governo Federal enche a cabeça do governador de promessas e ele chega no Piauí e anuncia, Senador Geraldo Mesquita. Imagine agora? Não há dinheiro sequer para atender a hospitais. O Piauí foi acometido de um surto de dengue mais uma vez. Não só o Piauí, mas o Norte e Nordeste todo, vão saber que tem que se virar as próprias pernas, porque recursos do Governo Federal não existem. E, aí, Senador João Pedro? E o PAC? Menos de 30% até agora. O PAC é como a linha do horizonte: você sabe que existe, vê, mas nunca alcança. Menos de 30%, Senador! As estradas esburacadas, em petição de miséria. O PAC é produto de propaganda eleitoral deste Governo. É inauguração!

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – E é fato.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Onde que é fato, Senador? Não vamos nos enganar, não vamos sonhar com o que não existe. Isso é pesadelo.

Cadê, em termos concretos, esse PAC anunciado? Cadê o primeiro emprego anunciado pelo governo como alento à juventude? Não! O primeiro emprego está sendo desativado, e o Governo anuncia onde, Senador? Os jornais de hoje publicam. O próprio Governo, que anunciou o Primeiro Emprego...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Diminuiu a pobreza no Brasil.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O Senador João Pedro acaba de me dizer que diminuiu a pobreza no Brasil e, por isso, o Governo desativa o primeiro emprego.

O Governo acaba de anunciar que desativa o Primeiro Emprego e no ano que vem não existe mais. É um Governo de brincadeira, Sr. Presidente! Criou a expectativa na juventude brasileira com a criação do Primeiro Emprego, copiando, inclusive, experiências locais, regionais e está aí. É como as PPPs. Onde estão, Senador Ademir, as PPPs? Os programas nos quais a iniciativa privada participaria conjuntamente com o Governo num esforço de desenvolver o País? V. Ex^a é da área, sabe muito bem que ninguém investe sem marco regulatório, sem garantias e, agora mesmo, a questão se agrava pelo fato existente numa agência reguladora do caso Anac. O Governo quer aproveitar a dica para mudar o sistema de funcionamento dessas agências para, nada mais, nada menos, criar balcão de emprego para acomodar os seus militantes e os seus apaniguados.

Hoje, pela manhã, Senadora Roseana Sarney, Líder do Governo no Congresso Nacional, ouvi no Bom-Dia DF uma notícia, Senador Mão Santa, de que o desemprego em Brasília diminuiu, e o comentarista, respeitado, mostra em que setor isso ocorreu: basicamente nas nomeações feitas pelo Governo Federal e cita, Senador Mão Santa, o caso das famosas DAS. Ora, se uma pesquisa chega a detectar essa diminuição de desemprego na sua cidade, Senador Adelmir Santana, sendo o fator gerador dessa diminuição as DAS e alguns concursados, é sinal de que essa farra de DAS foi grandiosa na Capital federal. É o aumento da máquina do Estado e, conseqüentemente, a diminuição de investimento.

A máquina pública do Brasil cresceu dez vezes mais do que o seu desenvolvimento. Essa notícia de que o dinheiro para a saúde no Brasil não existe mostra que este Governo tropeça nas próprias pernas. É uma irresponsabilidade e, acima de tudo, uma falta de comando. Como é que um Ministro anuncia, e outro desmente, num desrespeito à população, e não há manifestação alguma do Presidente da República?

Meu caro Senador Adelmir Santana, concedo um aparte a V. Ex^a, com o maior prazer.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Heráclito Forte, quero me reportar à parte do discurso de V. Ex^a que diz respeito às agências reguladoras. Na verdade, tenho-me aliado àqueles que entendem ser necessário o fortalecimento dessas agências, desvinculando-as, naturalmente, no que diz respeito aos mandatos dos seus dirigentes, dos mandatos eletivos e objetivando criar força e credibilidade com os investidores, como bem fez referência V. Ex^a à questão das PPPs. Somente assim, os investidores efetivamente terão a coragem, se houver marcos regulatórios e agências reguladoras claras, sem risco jurídico, de aliar-se a projetos de Governo. Com relação à questão das DAS e da queda da taxa de desemprego no Distrito Federal, na verdade, é bom que se diga que, no Governo local, esse índice de DAS foi extremamente reduzido. O Governador José Roberto Arruda, ao assumir o Governo, reduziu de 17 mil cargos de confiança para 5 ou 6 mil. As 11 mil contratações que existiam por meio do Instituto Candango de Solidariedade também foram reduzidas. Ele correu um risco político extremamente grande, mas diminuiu sensivelmente a máquina do Estado, sobrando, portanto, recursos para novos investimentos e outras obras iniciadas há dois ou três meses em todas as cidades do Distrito Federal. Talvez aí esteja também um dos componentes – sem naturalmente desacreditar na questão das DAS, da farras, como V. Ex^a fez referência no tocante ao Governo Federal – para a diminuição da taxa de desemprego no Distrito Federal, que ainda é extremamente elevada. Mas aqui se dá, naturalmente, o desenvolvimento de várias obras do Governo local, de vários investimentos nas cidades-satélites, e certamente isso tem contribuído para a redução desse nível de desemprego na nossa cidade. Associe-me a V. Ex^a no que diz respeito à necessidade de se fortalecerem os marcos regulatórios, para que haja segurança, inclusive segurança jurídica, para os investidores terem coragem de se incorporarem a essa questão das PPPs. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu tinha deixado exatamente para o final traçar esse exemplo com relação ao Governo do Distrito Federal.

O Governo do Distrito Federal reduziu a máquina da administração direta, aumentando a oportunidade de emprego na iniciativa privada. Com tudo isso, a pesquisa conseguiu que fosse refletida a farras dos cargos DAS, a farras do boi promovida pelo Governo Federal. Eu fiquei assustado com o comentário feito agora pela manhã. É grave esse fato.

Enquanto um governo diminui a máquina e realiza obras – uma prova de que o tamanho da máquina não resolve –, o outro aumenta a sua máquina e nada faz

de concreto. Centralizador dos recursos públicos, foi preciso um movimento de Prefeitos e o apoio do Congresso para que houvesse aumento na participação dos Municípios no Fundo.

O Governo teima em tentar iludir a população de que recursos orçamentários que geram obras nos Estados e Municípios são realizações de iniciativas suas, quando, na realidade, é apenas um cumprimento constitucional fazer esses repasses.

Daí por que, Senador Mão Santa, vamos levar para esse final de semana a nossa frustração. Nós que estávamos tão felizes em pensarmos que as obras na área da saúde, especificamente no nosso Estado, o Piauí, finalmente seriam realizadas com esse dinheiro anunciado e que a assistência médica aos Municípios fosse melhorar de nível com esses recursos, estamos vendo que é mais uma ilusão. É mais uma ilusão, mais uma promessa desse Governo. E o nordestino, acreditando, porque o nordestino tem fé.

Lamento, Sr. Presidente, que o Governo brinque com uma coisa séria que é a saúde neste País. Gostaria de fazer este registro, esperando que o Presidente da República assuma e mostre ao Ministro da Fazenda que com saúde não se brinca – palavras suas.

Que bata a mão na mesa e não admita, de maneira nenhuma, esta molecagem praticada contra o povo brasileiro, de retirar recursos já anunciados para a saúde do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cumprimos o Senador Heráclito Fortes pelo brilhante pronunciamento e lamentamos...

Estamos aqui na presença desse bravo Senador mineiro, Wellington Salgado. Estivemos na residência dele, num jantar, e S. Ex^a, o Ministro Temporão, garantiu, Senador Heráclito Fortes, duas parcelas – que adiantou ao grande Líder do Governo Wellington Salgado, que até me mostrou os valores – para socorrer o Hospital Getúlio Vargas. Heráclito, S. Ex^a, o Ministro, me garantiu que ia mandar o dinheiro para aquele pronto-socorro que V. Ex^a iniciou, quando era Prefeito de Teresina, e que o extraordinário Prefeito Firmino Filho concluiu, faltando só a participação, a parceria do Governo Federal, que o Ministro Temporão garantiu.

Da mesma maneira, o Ministro Geddel Vieira Lima. O Piauí, na sua região de semi-árido – 40% do território – está passando por uma seca, relatada em um pronunciamento do Deputado Roncalli Paulo, traduzindo que nunca houve tanta dificuldade, porque, antigamente, a Sudene nos socorria. O Ministro Geddel também disse que atendeu os pleitos do Deputado Estadual que denunciava.

Mas, diante disso, nós lamentamos, Senador Wellington Salgado. O Senador Heráclito acabou nosso entusiasmo. E ele garantiu que haveria o recurso para concluir o pronto-socorro que Heráclito começou e Firmino Filho concluiu.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, realmente peço desculpas ao Senador Heráclito Fortes e a V. Ex^a, porque eu teria estado com o Ministro Temporão duas semanas antes – porque estou tentando, e vamos conseguir, um aparelho chamado HDR para Uberlândia – e ele teria me mostrado os valores que V. Ex^a acabou de declarar. Ele me pediu que comunicasse a V. Ex^a e ao Senador Heráclito sobre essa liberação de recursos pela qual ambos já vêm brigando há muito tempo, mas, nesta confusão toda que estamos vivendo no Senado, esqueci de comunicar-lhes, e, naquele jantar pelo aniversário do nosso Líder Valdir Raupp – V. Ex^a estava até muito feliz –, ele comunicou-lhe pessoalmente. Acredito que foi até importante o meu atraso nessa comunicação, porque V. Ex^a recebeu o comunicado diretamente do Ministro Temporão.

Então, confirmo os valores e as palavras ditas por V. Ex^a da Presidência do Senado, porque presenciei aquele momento em que o Ministro comunicou-lhe a liberação dos recursos, inclusive as datas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos testemunhar o empenho de V. Ex^a e agradecer-lhe. Que V. Ex^a tenha o Piauí como seu segundo Estado. Minas, Piauí e, depois, o Rio de Janeiro, porque V. Ex^a tem altos investimentos na pecuária na região de Floriano, o que também agradecemos.

Heráclito, então, vamos convidar para ir à sua residência o Ministro, para outro almoço, porque o jantar foi muito bom, foi agradável o aniversário, mas parece que o nosso sonho do dinheiro para o Piauí o Mantega acabou.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a única coisa que não posso fazer é concorrer com o Ministro em questão de almoços ou de jantares, pois ele é filho do dono de um dos maiores restaurantes do Rio de Janeiro, o Antiquário, e levou exatamente o Ministro da Fazenda para saborear suas incomparáveis empadinhas. E nem isso resolveu! Imagine eu, com o meu capote tradicional! Não vou encantar ou mudar nem ele nem ninguém. Portanto, essa é a única coisa a que não me submeto.

Agora, imperdoável a falha do Líder informal do Governo, do Líder itinerante, Senador Wellington Salgado, de não ter-me comunicado esse fato, mas, no

fundo, foi bom porque não me frustrei, não tive a frustração de receber uma notícia que não vai acontecer.

Sr. Presidente, o Ministro Temporão é vítima nesse episódio. Ele é um homem de boa-fé, de bons propósitos; agora, foi enganado pela equipe econômica do Governo. E nós todos do Brasil, em nome da saúde, torcemos, Senador Wellington, para que Temporão não se transforme em “temporal” para desgraça de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Realmente, o Ministro está imbuído dos melhores sonhos e ideais. E nós vamos voltar – e justamente com o Senador Heráclito Fortes –, vamos ter outro encontro com o Ministro Temporão para não esquecer os auxílios necessários para melhorar a saúde do Estado do Piauí.

Convidamos para usar da palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior, por cessão do Senador Papaléo Paes.

V. Ex^a pode usar da tribuna pelo tempo que for conveniente, pela grandeza do Acre e de V. Ex^a e pelo trabalho que o seu pai fez por este Brasil, moralizando a política.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado. Senador Mão Santa, que preside esta nossa sessão de sexta-feira, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, antes de abordar o assunto principal que me traz a esta Casa hoje e a esta tribuna, comemorar, Senador Mão Santa, como já o fez o Senador João Pedro, comemorar com os profissionais, diretores, dirigentes da Rede Amazônica de Televisão os 35 anos de atuação da Rede naquela nossa pujante e bonita região.

Eu sou testemunha do esforço e da dificuldade que é, Senador Mão Santa, produzir comunicação naquela região. As distâncias são imensas, as dificuldades são gigantescas e apenas pessoas abnegadas e com uma força de vontade impressionante podem realizar uma obra de vulto como a construção da Rede Amazônica de Televisão, como foi feito naquela região. Eu quero aqui lembrar a memória de Tufic Assmar, que, logo no início, aquiescendo a um pedido do Sr. Philippe Daou, proprietário da Rede, instalou a primeira televisão no Acre, a TV Acre, até hoje funcionando, que alcança praticamente todo o Estado com as suas emissoras.

A Rede Amazônica festeja, em Manaus, onde fica sua sede, um evento para o qual fui convidado e ao qual lastimo profundamente não poder comparecer, em razão de vôos e também de estar me preparando para ir a Montevidéu, onde haverá mais uma sessão do Parlamento do Mercosul, do qual faço parte.

No entanto, eu não poderia deixar de transmitir um abraço ao Dr. Phelippe Daou e ao meu querido companheiro Raimundo Moreira, que dirige a emissora aqui no Distrito Federal. Quero cumprimentar todos os profissionais da Rede Amazônica de Televisão aqui em Brasília, na pessoa da Elis, que é tão gentil e que sempre nos acolhe tão bem. Cumprimento a Claudinha, enfim, todos.

Desejo que esse sucesso se estenda por anos e anos, porque é de fundamental importância que tenhamos, na nossa região, a Rede Amazônica funcionando, como vem funcionando, para levar informação às nossas populações.

Ao tempo em que lamento a impossibilidade de comparecer e atender ao gentil convite para estar em Manaus mais tarde – não vou por impossibilidade absoluta –, eu não poderia deixar de me confraternizar com todos os que fazem a Rede Amazônica de Televisão, do seu Presidente ao mais humilde funcionário. Deixo aqui meu testemunho de que fazem um trabalho de excepcional importância na nossa região.

Senador Mão Santa, quero falar a respeito de outro assunto. V. Ex^a falou no nome de meu pai há pouco, no nome do ex-Senador e ex-Governador Geraldo Mesquita. Colhi, do jornal **A Nova Democracia**, na sua última edição de agosto, uma apertada síntese do que ocorreu no nosso Estado nesses últimos anos. O jornal fez uma referência ao meu pai que quero aqui reproduzir. Antes, quero dizer a este plenário que o nosso Estado, lastimavelmente, Senador Mão Santa, perdeu a capacidade de auto-suficiência na produção de alimentos, fato de extrema gravidade.

Vou traduzir. O Acre hoje não produz o que come. Nós importamos – digo isso com muito pesar – cerca de 70% do que comemos. Não estou falando de televisão, de carro, de bicicletas; estou falando de comida, de grãos, de alimentos. Importamos, hoje, no Acre, cerca de 70% do que consumimos internamente, Senador. Talvez seja por isso que o atual Governador, Arnóbio Marques, no último final de semana, em Rio Branco, lançou o Pacto Agrário. Convocou centenas de produtores, técnicos, autoridades responsáveis pelo setor produtivo e reuniu, num ambiente amplo, lá na capital, todas essas pessoas para lançar e discutir as linhas mestras do que ele denomina Pacto Agrário.

Eu queria, de coração, Senador Mão Santa, dizer que saúdo essa iniciativa do Governador Arnóbio Marques, na intimidade chamado de Binho, Governador Binho. Eu saúdo. Essa é a percepção de um estadista, de um governante, que precisa abrir o foco de sua atenção. Costumo dizer que, no Acre, nós temos possibilidade e capacidade de fazer tudo. Do extrativismo à indústria, passando pela pecuária, passando

pela agroindústria, nós temos capacidade e possibilidade de fazer tudo. E o Governador Binho Marques talvez tenha percebido isso em boa hora lançando o Pacto Agrário.

Quero fazer uma retrospectiva histórica do que vem acontecendo em nosso Estado e faço, pela primeira vez, referência aqui a um cidadão que cumpriu um papel importante e decisivo no nosso Estado em um momento de grande dificuldade pelo qual nós passamos no final da década de 70.

O meu pai saiu deste Senado, Senador eleito, e foi governar o nosso Estado, num momento em que o preço da borracha se encontrava lá embaixo, como se costuma dizer, Senador Mão Santa. Na verdade, a borracha não tinha mais nem preço, Senador Augusto Botelho. Foi uma coisa impressionante. Tanto os seringalistas, ou seja, os proprietários dos seringais, como os próprios seringueiros viram, de um momento para outro, faltar o chão, ficaram sem condições para continuar a fazer o que eles faziam há séculos naquela região.

Mas ocorreu, Senador Mão Santa, um fenômeno, inclusive em relação a esse episódio, a esse fato: pessoas de outras regiões do País acorreram ao Acre. Naquela época, as terras do Acre valiam pelo que tinham em número de seringueiras, porque o que se fazia lá era extrair o látex e produzir borracha. A terra não valia absolutamente nada no Estado. E foram para lá pessoas de outros Estados, de Estados em que a agricultura já se fazia desenvolvida e intensa, aproveitando-se de um momento de extrema dificuldade, de um momento complicado que vivia o Estado. Muitos, Senador Mão Santa – é bom que se registre – muitos foram de boa fé, com vontade de produzir e trabalhar, tanto é assim que ainda estão lá até hoje. Paulistas, paranaenses, capixabas, pessoas de todo o País, com vocação e tradição na agricultura e na criação de gado, foram para lá e compraram áreas imensas, os antigos seringais, por preço de banana. Isso porque – repito – as terras não valiam por si, mas pelo que tinham dentro, que eram as seringueiras que produziam látex. Com o declínio do preço da borracha, isso tudo se esboroou. E essas pessoas compraram terras a preço de banana, Senador Edison Lobão.

E entre aqueles que foram de boa-fé, com vocação e com vontade de trabalhar, muitos foram para picaretar. Grileiros, picaretas foram para nosso Estado e não tiveram guarida. Mas, antes de serem rechaçados, causaram muita confusão. Há registro de assassinatos, de casos deploráveis de tortura de seringueiros, de fogo na casa de seringueiros, para que abandonassem o local. Foi um momento muito complicado.

E, naquela ocasião, Senador Edison Lobão, o seu amigo, ex-Governador Geraldo Mesquita, assumiu o Governo e tomou medidas duras.

Ao lado do planejamento e da execução, preocupou-se com todos os aspectos que um governo deve se preocupar: promoção da cultura, desenvolvimento da educação e da saúde, mas, sobretudo, Senador Edison Lobão, criou condições para que o setor produtivo acreano ressurgisse, se fortalecesse, notadamente no que diz respeito ao pequeno e ao médio produtor em nosso Estado. Ele criou uma infra-estrutura de apoio aos produtores. Um Estado que não tinha capacidade de armazenar um quilo de grão, ao final do seu governo, possuía armazéns em todos os Municípios e passou a ter capacidade de armazenar milhares de toneladas de grãos.

Ele instituiu a empresa Colonacre, que possuía dezenas ou talvez centenas de equipamentos agrícolas e prestava aos produtores o apoio e a parceria necessários, para que pudessem cuidar do seu ofício, abrindo e mantendo ramais, estradas vicinais, construindo açudes, mecanizando a agricultura onde fosse possível.

Também deu início aos Naris – Núcleo de Ação Rural Integrado, que concentravam, próximo aos setores produtivos, todos os serviços que o Estado e as instituições poderiam prestar aos produtores: crédito bancário, assistência técnica. Enfim, Senador Edison Lobão, tudo concentrado próximo do produtor, para que ele não precisasse se deslocar para Rio Branco ou para a sede dos Municípios para buscar aquilo que tanto ansiava.

Aquele Governo criou a empresa Codisacre, responsável pela instalação do primeiro distrito industrial em Rio Branco.

Enfim, foi o governo, Senador Mão Santa, que fez com que passássemos de uma situação aflitiva para uma situação de plena produção, de entusiasmo intenso, que contagiou o setor produtivo acreano e fez com que, aí sim, conjugando ações sérias e determinadas, os pequenos produtores tivessem um pedaço de terra para produzir, o crédito a tempo e a hora, assistência técnica competente e permanente, tivessem como trabalhar sua terra, escoar sua produção e armazenar seu produto, inclusive com a prática da política do preço mínimo associada à capacidade de armazenamento.

Isso fez com que houvesse, mais uma vez, no nosso Estado, a possibilidade da parceria estreita que governos naquela nossa região têm de ter com o setor produtivo, notadamente com o pequeno produtor.

Felicito o Governador Binho Marques pela sua iniciativa – e estou muito contente com isto – de lan-

çar o pacto agrário, porque renovo a esperança de que consigamos reverter o quadro terrível que se abateu sobre nosso Estado nos últimos anos, fazendo com que o Acre, paulatinamente, perdesse sua capacidade de auto-suficiência na produção de alimentos.

Quero colocar-me à inteira disposição do Governador Binho Marques no que pudermos fazer nesta Casa, inclusive alocando recursos no Orçamento. Já faço isso desde o início do meu mandato, Senador Edison Lobão. O grosso das minhas emendas é destinado ao setor produtivo, notadamente para o campo. Desde o início do meu mandato, tenho destinado ao Governo Estadual as emendas de bancada que cabem a cada Senador indicar, a fim de adquirir equipamentos para que se faça, juntamente com as prefeituras, um trabalho sério e correto na recuperação dessa nossa capacidade.

Concedo, com muito prazer, um aparte a V. Ex^a, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (DEM – MA) – Senador Geraldo Mesquita, ouvi algumas vezes do Presidente Ernesto Geisel que se governa mais com imaginação criadora do que com recursos financeiros. Sei que o Governador Geraldo Mesquita foi o revolucionário da administração do seu Estado. O Acre era um antes dele e passou a ser outro depois dele. Essas ações sobre as quais V. Ex^a disserta neste momento são exatamente aquelas que geraram o prestígio do Governo Geraldo Mesquita. Não tenho dúvida de que, no campo, ele procurou fazer aquilo que seu espírito público sugeria e apontava. Existe não apenas no Acre, mas no Brasil todo, essa praga que são os grileiros, em relação aos quais nenhum governante pode ter contemplação. Não tive, quando fui Governador, contemplação com nenhum grileiro. Reconheci o direito de propriedade, porque está na Constituição Federal e até na própria orientação da Igreja. O Papa João Paulo II, quando esteve no Brasil, foi ao Maranhão. À época, eu era Governador. Na sua homilia, Sua Santidade defendia os trabalhadores rurais com muito vigor e entusiasmo, mas dizia: “Invasão da propriedade privada, não; sob nenhum pretexto”. A desapropriação, sim, está prevista na lei por interesse social. Fiz isto no Governo do Estado: distribuí 25 mil títulos de terras, que foram desapropriadas e pagas. Invasão, não. Mas com grileiro não é possível conviver. São criminosos, são delinqüentes. São delinqüentes contra a Nação, delinqüentes contra o povo, delinqüentes, sobretudo, contra os mais necessitados. Eu não posso deixar de dizer estas palavras em relação ao discurso de V. Ex^a, mas me permita, sobretudo em relação ao Governador Geraldo Mesquita, meu amigo, que me honra com a sua amizade, e me honrou sempre, e que foi para o

Governo já tendo exercido o mandato de Deputado. Foi, portanto, preparado. Raramente um governador é bom governador sem ter passado antes pela sargenteação da vida pública no Congresso Nacional. Ele foi um excelente Deputado, foi um brilhante Governador. Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Edison Lobão, agradeço, sensibilizado, suas palavras, notadamente aquelas que se referem ao meu velho pai – o Barão, como o chamamos na intimidade –, hoje alquebrado pelo peso da idade, 89 anos, mas resistindo ainda. E creio que morrerá apaixonado pela sua terra, sentindo aqui e acolá tristeza pelo desmonte de tudo aquilo que ele fez – foi um verdadeiro desmonte.

Hoje, as empresas às quais eu me referi são sucatas e estão em processo de liquidação. Os produtores, nos últimos anos, têm tido extrema dificuldade de retomar a parceria com o Estado, Senador Edison Lobão. Eu costumo dizer que naquela nossa região essa parceria é fundamental.

O Estado, naquela nossa região, talvez seja o principal indutor do processo de desenvolvimento. Em determinado momento, o Estado tem que estar presente em uma parceria estreita, principalmente com os pequenos, porque os grandes, mal ou bem, têm como se virar, mas também com eles e, sobretudo, com os pequenos. Se faltar, Senador Edison Lobão, os problemas são enormes e vêm às toneladas. As cidades incham de pessoas que não têm condições de ficar no campo, vêm para as cidades passar fome, as filhas se prostituindo, os filhos entrando no crime. Rio Branco hoje é uma cidade impressionante. Há bairros, Senador Edison Lobão, que, a partir de cinco horas da tarde, o senhor não entra mais. Bairros dominados pelo crime. Não é só no Rio e em São Paulo, não. No Acre, em Rio Branco.

Por isso, mais uma vez, digo que festejo a iniciativa do Governador Binho em convocar os setores envolvidos, as pessoas envolvidas, as pessoas interessadas em promover o que ele chamou de “pacto agrário”. Tomara que o Governador tome medidas concretas. Agora não precisam ser grandes iniciativas, não, mas pequenas iniciativas, Senador Edison Lobão.

Vivo um drama em nosso Estado. Há uma pequena cooperativa de produtores de amendoim próximo a Rio Branco, no Município do Quinari, querendo produzir. No entanto, estão em dificuldade para levar um pequeno trator agrícola que beneficiará, mecanizará uma pequena área a ser plantada. Assim, eles poderão colher a safra deste ano e continuar vivendo. Mas encontram extrema dificuldade e, até agora, não conseguiram um pequeno trator agrícola.

Que coisa impressionante um negócio desses!

Tomara que o Governador Binho tome tento, veja essa situação ponto por ponto e estabeleça parcerias pontuais com todos os produtores do Estado que estão nessa aflição.

Senador Botelho, com muito prazer ouço o aparte de V. Ex^a

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a não declinou, mas eu vou falar. V. Ex^a é Presidente do Parlamento do Mercosul.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador, desculpe-me, vou fazer uma pequena retificação. Eu presido a representação brasileira no Parlamento do Mercosul.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Então, pronto. Assim que eu entendo. V. Ex^a não é apenas um membro do Mercosul. Parece-me que V. Ex^a está descrevendo a história de Roraima, da chegada dos arroteiros que aportaram lá na década 70. Chegaram muitos picaretas no meio, mas muitos ficaram lá e desenvolveram uma cultura de arroz irrigado, que hoje tem a melhor tecnologia do Brasil. Nós estamos ganhando dos gaúchos em produtividade em áreas maiores, não em áreas pequenas. Em áreas de mais de cem hectares, nós ganhamos dos gaúchos em produtividade – obtemos de três a seis safras por ano. É pena que alguns desses produtores, entre eles os meus amigos Luís Fácil, Itikawa, Centenário e Paulo César, estão na iminência de serem expulsos das suas áreas, porque, na quinta expansão da área indígena, Raposa Serra do Sol, chegaram a eles. Isso é um fato. V. Ex^a me esclareceu agora sobre outro fato. Eu não entendia como é o que o Acre, sobre o qual se fala muito em extrativismo, tinha quase dois milhões de cabeça de gado. Mas V. Ex^a me explicou isso. Em Roraima, nós temos gado desde a época de Lobo Dalmada, desde o início dos anos 1700. Em 1900, 1910, nós exportávamos gado para o Amazonas, para o Pará. E nosso rebanho continua estabilizado em 500 mil cabeças de gado. Eram 300 mil. Sempre oscilou em torno disso. E o Acre tem quase dois milhões. E agora V. Ex^a me deu essa explicação de que foi o seu pai que fez aquele plano de apoio à agricultura e à pecuária naquela época, que fez chegar a esses dois milhões que existem hoje. O Acre, tempos atrás, não tinha gado também, como o Amapá, mas agora tem quase dois milhões, quatro vezes mais do que o meu Estado. Isso me intrigava: como é que isso ocorre no Acre, conservacionista, onde ninguém liga para a pecuária nem agricultura? Mas foi esse trabalho do seu pai que fez com que o Acre colhesse esse fruto de comer carne barata hoje. V. Ex^a me explicou uma coisa que eu não entendia, porque procuro entender a nossa Amazônia. Sobre esse fato

de começar projetos e abandoná-los nessas trocas, isso sempre ocorreu. V. Ex^a teve a sorte de o Acre virar Estado primeiro do que o meu; por isso, o Estado de V. Ex^a está mais desenvolvido, tem mais recursos. Mas, felizmente, no meu Estado, ainda não existem bairros onde não possamos entrar não; entramos a qualquer hora, em qualquer bairro. É lógico que há lugares um pouco mais perigosos, mas não estamos nesse ponto ainda não. A migração do campo para a cidade continua. A cidade está criando bolsões, e a mesma coisa acontece com as famílias, que vão para a beira da cidade, as filhas se prostituem, e, na prisão, só se vêem filhos de pequenos agricultores. É triste isso. São pessoas que foram expulsas das suas terras, muitos de áreas indígenas. Temos mais de 500 famílias que não foram reassentadas até hoje, mas o Presidente Lula prometeu que iria reassentá-las, e estou aguardando, estou esperando para ver. Realmente nunca tinha sido dada nenhuma terra para essa gente que foi desassentada, mas agora já deram algumas terras. Ainda não cumpriram o prometido, pois deram só o espaço, a terra, mas não há estrada, não há luz, não há nada para a pessoa se instalar. Mas tenho esperança de que isso venha a ocorrer, porque temos terras para assentar essas pessoas, e só falta uma iniciativa política de resolver; se não, a situação vai continuar, e os próprios indígenas já estão vindo para a periferia da cidade. É triste essa situação social nossa. Acho que nós, dos Estados do Norte, temos de basear nosso desenvolvimento inicialmente no setor primário, na agricultura e pecuária; naturalmente virá a industrialização depois, virão a indústria e as outras coisas. Mas V. Ex^a está fazendo uma reflexão sobre o seu Estado, e parece que estou ouvindo sobre o meu. Muito obrigado pela chance que V. Ex^a me deu e parabéns a seu pai, porque os dois milhões de cabeça de gado que existem lá são consequência do trabalho que ele fez há mais de trinta anos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Agradeço muito o seu aparte, Senador Augusto Botelho.

Na verdade, essa pastagem que se instalou no Estado se instalou em áreas que eram os antigos seringais, em grande parte. A ação do Governo de então, na pessoa do ex-Governador Geraldo Mesquita, foi no sentido de permitir que aqueles que foram para lá trabalhar com seriedade permanecessem, se instalassem e pudessem produzir. E, como disse o Senador Edison Lobão, aqueles que foram para lá “picaretar”, como também foram para o Maranhão, mas foram rechaçados com muito vigor. Meu pai chegou a ponto de demitir chefe de polícia que se mancomunava com grileiros para bater em seringueiro, expulsar

seringueiro, matar seringueiro. Líderes sindicais rurais foram assassinados. Wilson Pinheiro foi assassinado – o maior líder do sindicato de Brasília, no nosso Estado – dentro da sede do seu sindicato, barbaramente. E, nesse momento, e mesmo em detrimento a isso, um governo se instalou e promoveu as condições de darmos a volta por cima, de estabelecermos uma parceria estreita com os pequenos produtores. E o Estado voltou a respirar, a produzir depurando, pois quem queria trabalhar ficou.

Faço este registro porque é de justiça fazê-lo. Muita gente foi para o Acre na década de 70, muita gente boa – não vou aqui nomeá-los sob pena de cometer alguma injustiça –, pequenos, médios e grandes produtores de gado, produtores agrícolas se dirigiram para o nosso Estado e lá se instalaram; muitos ainda estão até hoje em nosso Estado.

Sr. Presidente, a referência que colhi do jornal *Nova Democracia* diz, numa apertada síntese, muito do que estou aqui reproduzindo.

Diz o artigo em certo trecho:

No Acre, as administrações estaduais que se sucederam ao golpe contra-revolucionário de 64, tornaram-se benevolentes com os latifundiários do sul, [e, entre aspas, coloca] “exceto a de 75/79, administração Geraldo Mesquita, caracterizada por um claro desprezo aos latifundiários.”

“Claro desprezo” não digo, Senador Augusto Botelho, mas uma ação dura contra os picaretas, contra os grileiros que foram lá para a nossa terra, isto sim. E mais: compromisso ferrado, estreito com aqueles pequenos e médios cidadãos acreanos e os de fora que queriam produzir. O Estado também teve a parceria estreita do Governo Federal, que permitiu a desapropriação, para fins de reforma agrária, de mais de um milhão de hectares de terra naquele período, que permitiu o início de assentamentos daquelas pessoas expulsas dos seringais, que puderam contar com um pedaço de terra para começar a produzir.

Senador Augusto Botelho, estou aqui há quase cinco anos e nunca fiz esse resgate histórico, talvez para não sofrer uma acusação injusta de dizerem que estou falando em causa própria quando me refiro ao governo do meu pai, que fez uma grande diferença no nosso Estado. Como disse o Senador Edison Lobão, foi um governo que marcou, de forma decisiva, clara, uma administração estadual proba, correta. Meu pai é um homem pobre – vive das suas aposentadorias –, mas tem a consciência tranqüila e o coração cheio de alegria de haver feito uma administração correta,

honesto, capaz, inclusive de promover as verdadeiras condições de desenvolvimento do nosso Estado.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Geraldo Mesquita, não se preocupe em falar sobre as realizações e até os feitos do seu pai. O Padre Vieira registrou a existência “do pecado da omissão”. V. Ex^a estaria cometendo “o pecado da omissão” se não o fizesse nesta manhã.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado. V. Ex^a me deixa mais aliviado e mais tranqüilo com relação a isso.

Em síntese, poderíamos passar o dia todo falando sobre esse assunto, mas não me cabe fazê-lo, porque estaria sendo deselegante com o Senador Edison Lobão, que falará em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Por enquanto, V. Ex^a só passou 31 minutos do seu tempo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

Mais uma vez, Senador Edison Lobão, e pela última vez, quero dizer da minha alegria, da minha felicidade ao saber da iniciativa do Governador Binho Marques em chamar o setor produtivo e estabelecer o que ele chamou de pacto agrário. Queira Deus que o Governador tome medidas concretas no sentido de reverter esse quadro tão perverso que se abateu no nosso Estado, a ponto de fazer com que nós, no Acre, Senador Edison Lobão, perdêssemos a nossa capacidade de auto-suficiência na produção de alimentos. Isto é triste para o Estado. Equivale ao mau vizinho, que toda a hora pede emprestado uma xícara de café. Um quilo de feijão que vai para o Acre, Senador Edison Lobão, significa uma família desempregada, sem poder produzir. Um quilo de feijão que seja!

Portanto, louvo a iniciativa do Governador Pinho, e coloco-me à sua inteira disposição naquilo que posamos fazer para reverter esse quadro terrível que hoje vivemos no nosso Estado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Saúdo os estudantes do Colégio Marista de Patos de Minas, que visitam o Senado da República.

Minas nos lembra Juscelino Kubitschek de Oliveira. E aqui faço minhas as palavras de Juscelino para a juventude do Colégio Marista de Patos de Minas: “É melhor ser otimista; o otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errando.” Minas escreveu as mais belas histórias desta Casa. Esta Casa tem como patrono Rui Barbosa, que nos ensinou que só há um caminho, uma salvação: “A lei e a Justiça.” Ao Estado de Minas Deus, talvez, deu a melhor gente, muito gado, muito ouro e seus representantes – aqui

simbolizados pelo bravo Senador Wellington Salgado -, menos uma praia. Façam a praia do vocês a do Piauí, as praias do Delta. Peçam aos seus pais para passarem as férias na praia de Minas, que é a praia do Piauí. Sejam felizes!

Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana; em seguida a concederei ao Senador Edison Lobão, do Democratas do Maranhão.

Tem a palavra o Senador Adelmir Santana, líder empresarial que também representa aqui o Estado do Piauí, do qual é cidadão por lei municipal e estadual.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna nesta manhã para fazer uma retrospectiva da forma de governar do nosso Governador José Roberto Arruda. Refiro-me, especificamente, à implementação que o Governador Arruda tem dado à forma de sentir as questões do Distrito Federal e as administrações das cidades-satélites.

O Governador Arruda tem deslocado a sua equipe, a cada semana, sempre às sextas-feiras e também aos sábados, para as várias cidades-satélites do Distrito Federal. Nessas oportunidades, o Governador reúne-se com as lideranças locais, com o seu Secretariado, com os Parlamentares para discutirem *in loco* as questões vinculadas a cada uma dessas administrações. Numa dessas visitas, exatamente à Ceilândia, o Governador teve a oportunidade de reunir toda a sua equipe de Governo com as lideranças locais. Naquela oportunidade, ouviu os reclamos daquela população, daquelas lideranças, lideranças políticas também vinculadas àquela cidade, para tomar medidas extremamente importantes, que mexem, sobremaneira, com aquela região, no que diz respeito à área da infra-estrutura; aos setores ligados aos feirantes; à higienização e limpeza da cidade; à regularização de ocupações de áreas públicas; à questão de escrituras de algumas propriedades não escrituradas, ligadas a antigos moradores da expansão do Setor “O”; à área educacional; à criação de novos ambientes, de novas escolas; creches; esporte; lazer; trânsito; transporte; transporte urbano, enfim, o Governador tem dado demonstração de uma forma nova de governar. Naturalmente, deixa-nos orgulhosos com esse tipo de procedimento.

Ontem e anteontem, também na Ceilândia, o Governador teve a oportunidade de deslocar para lá toda a sua equipe, para também recepcionar o Presidente da República, que se fez acompanhar de vários Ministros – nós, por outras obrigações, não tivemos a oportunidade de nos fazer presente –, teve a oportunidade de anunciar um bom volume de recursos e de obras para o Distrito Federal.

A mais importante é a continuidade da obra do metrô, paralisada há mais de treze anos, segundo as palavras do Governador. Foram acertados investimentos da ordem de R\$100 milhões, dos quais R\$30 milhões do Governo Federal, decorrentes das emendas de Bancada, cuja liberação foi anunciada naquela oportunidade. Portanto, são setenta milhões do Governo distrital.

Tudo isso foi possível, naturalmente, pelas medidas iniciais tomadas pelo Governador do Distrito Federal, que, em um ato de coragem e de força política, correndo sérios riscos políticos, como eu já disse nesta manhã, reduziu drasticamente o número de Secretarias – antes eram 36 e agora são 20 – e de cargos em comissão. Também demitiu servidores que não tinham sido admitidos por concursos públicos.

Mas o Governo não se limita apenas às cidades-satélites, à área do Distrito Federal. Ontem, quinta-feira, o Governador deslocou-se e visitou quase todas as cidades do Entorno; tomou ciência das dificuldades delas – trabalho que continuará hoje – e anunciou os recursos destinados a essas cidades, quando junto com o Presidente Lula e o Governador de Goiás sobrevoam a região do Entorno. Foi assegurada a liberação de um volume considerável de recursos para essas cidades-satélites.

Portanto, quero aqui louvar essa forma de governança, essa forma de atuação do Governador José Roberto Arruda, que, como disse, que não se limitam apenas às cidades-satélites do Distrito Federal. Entende o Governador Arruda que as cidades do Entorno estão perfeitamente integradas à Grande Brasília. Se não resolvermos os problemas na área da Saúde – um dos enfoques do Governador durante essas visitas, quando esteve no Hospital de Santo Antonio Descoberto e no Hospital de Valparaíso –, se não houver equipamentos nessas cidades, certamente os hospitais de Brasília não terão como atender o grande número de pessoas que os procuram. É lá, em cada Município, que devem estar os equipamentos necessários, para que não haja esse verdadeiro turismo de doentes em busca de uma consulta no Distrito Federal e nos grandes centros, ou nos centros de excelência, que dispõem desses equipamentos.

Portanto, temos de dotar a área de Saúde dos pequenos Municípios para evitar esse fluxo de doentes, ou fluxo de pacientes, em busca, apenas, de uma consulta. Ao mesmo tempo, além de dotarmos os Municípios desses equipamentos necessários para os atendimentos iniciais, é preciso também que regulamentemos, de uma vez por todas, a Emenda Constitucional nº 29, definindo claramente as funções e as obrigações de Município, Estado e União e – volto a

insistir – para um atendimento integral, incluindo, inclusive os medicamentos. Não é possível que se deixe uma pessoa à espera de uma consulta médica, às vezes, 60 dias e, após a consulta, sair esse paciente, de poucos recursos muitas vezes, sem o atendimento integral, isto é, sem os medicamentos. Isso vai naturalmente gerar novo ciclo: o paciente não toma os medicamentos, mascara o atendimento e volta novamente à fila na busca de uma nova consulta e, muitas vezes, chega até mesmo a buscar os postos de atendimento de emergência. Aí sim, o País gasta muito mais, porque se dá o processo de internação, chegando às vezes até a casos de UTI, quando poderia ter sido evitado lá no pequeno Município com atendimento integral, às vezes com gasto em torno de R\$50,00 ou R\$60,00, que o pobre não tem. O paciente chega à farmácia, depois de ter esperado 60 dias para ser atendido, e passa a auscultar o balconista, que não tem, naturalmente, a formação necessária, que não vai ter o tempo, como teve o médico, de ouvi-lo. Às vezes, com três produtos na prescrição, ele pergunta ao balconista, que começou muitas vezes limpando o chão e agora já começa a ler receitas: “Qual é o mais importante?” O balconista, que é comerciante e está ali para atender, naturalmente vê que entre os produtos há um que tira a dor e diz: “Esse aqui tira a dor”. Aí, ele compra aquele que tira a dor, volta para casa, a doença é mascarada e se agrava. Ele volta novamente ao ciclo da espera da consulta, da internação na emergência, e isso fica muito mais caro para o País.

O Sr. Edison Lobão (DEM – MA) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Por favor, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (DEM – MA) – Embora sem a legitimidade de V. Ex^a, que tão bem representa o Distrito Federal como Senador da República, tenho igual interesse nesta cidade, porque aqui vivo e aqui exerço também o meu mandato de Senador. Nós todos, portanto, temos interesse por Brasília. Senador Adelmir Santana, o Governador José Roberto Arruda é, indiscutivelmente, um administrador de grande porte. Ele já exercera outras funções no Governo do Distrito Federal. Foi Senador da República, brilhante, Líder – e exerceu com extrema competência o seu cargo de Líder e o mandato de Senador. Foi Deputado Federal. Ele assume o Governo do Distrito Federal, portanto, com uma bagagem e com uma experiência que aplica no exercício de sua nova função. Não tenho dúvida de que ele exercerá, até o final de seu mandato, uma ação revolucionária no que diz respeito à Administração Pública. Ele é capaz, ele é competente; ele é movido pelo sentimento popular, também, que o impul-

siona à realização da administração que aqui exerce. Tenho esperanças, tenho convicção de que ele fará uma transformação no Distrito Federal, pelos métodos que aplica, pelo interesse que tem na causa pública e pelo vigor de sua administração. Acredito, portanto, que V. Ex^a faz justiça a um Governador que já está no sétimo mês do seu mandato e tem um horizonte descortinado sobre aquilo que pretendia fazer e que está fazendo. Tenho palavras, portanto, de estímulo a ele, no exercício do mandato de Governador, e a V. Ex^a, como Senador representante do Distrito Federal, pelo relato, pela dissertação que faz do Governo do Distrito Federal. Cumprimentos ao Governador José Roberto Arruda e a V. Ex^a, que representa não dois, mas três Estados: é maranhense, nasceu lá e representa o nosso Estado; é Senador da República pelo Distrito Federal; e, agora, foi declarado também Senador piauiense pelo Presidente desta sessão.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Na minha humildade, nunca teria condições de fazer tantas tarefas que me são incumbidas. O Estado do Maranhão está belissimamente bem representado por V. Ex^a, pela Senadora Roseana Sarney e pelo Senador Epitácio Cafeteira. Naturalmente, tenho grande vinculação com o Estado, porque foi onde nasci, mas esta é a minha cidade.

Ainda ontem, aqui, fazíamos homenagem a pioneiros e organizamos um evento que chamamos de Mercado Candango, pelo segundo ano consecutivo, com o que queríamos homenagear homens e mulheres que vieram para cá, acreditaram no sonho de Juscelino e se transformaram em grandes personalidades da nossa cidade, pela força, pela participação como comerciantes aqui em Brasília.

V. Ex^a é um deles, é um dos que para cá vieram antes mesmo da representação política e trabalhou muitos e muitos anos na imprensa local. Foi leitor assíduo da sua coluna no **Correio Braziliense** e sei do amor e do apreço que tem por Brasília. V. Ex^a também deixa de ser apenas um Senador do Maranhão e eu lhe transfiro a competência de ser o quarto Senador do Distrito Federal, pelas vinculações que tem com esta cidade.

Portanto, vamos formar forças, vamos unir forças, em defesa do Distrito Federal e em defesa do Maranhão. E concito o Presidente Mão Santa a fazer o mesmo. Além de representante do Piauí, que se alie a nós, como representante também do Distrito Federal, e vamos tentar fazer essa missão conjunta – eu, V. Ex^a e o Presidente Mão Santa.

Quero agradecer, portanto, o aparte de V. Ex^a.

Realmente, o Governador Arruda tem feito um trabalho diferente, um trabalho que merece a nossa

atenção. Ao fazer essa visita à Ceilândia, ao mesmo tempo em que ouve a população, o seu secretariado, os presidentes de empresas, as lideranças comunitárias, ele também toma ações imediatas.

A Ceilândia, que tinha ali no seu centro por longos anos a invasão, vamos dizer assim, por feirantes, teve essa invasão extirpada. A cidade hoje é outra, é ampla, aberta, limpa. Tudo isso programado, porque, ao mesmo tempo, foi inaugurado um *shopping* popular que leva os feirantes para a regularidade, para a condição de pequenos empresários, com registro, com endereço, com *boxe* definitivo.

Além disso, tínhamos, na capital do País, a chamada Feira do Rolo. Olha o nome: “Feira do Rolo”. Isso na capital do País. A própria denominação demonstra ilegalidade. Ontem foi extirpada a Feira do Rolo. Então, o Governador Arruda é um governo que busca a legalidade.

Eu quero louvar essas atitudes e dizer que estamos inseridos nesse processo. E, nesta manhã, meu intuito é fazer referência às ações da Ceilândia. A Ceilândia é um dos maiores núcleos habitacionais ou é o maior núcleo habitacional dentre as administrações regionais do Distrito Federal. Lá também estamos desenvolvendo um plano para dotar aquela cidade de uma unidade do Sesc. Temos lá uma área de cinquenta mil metros quadrados em que estamos construindo uma obra de mais de vinte mil metros.

Eu diria, talvez, que é a maior obra daquela comunidade e queremos participar desse processo de levar as atividades sociais do Sesc para aquele núcleo habitacional. Lá serão instaladas clínicas, escolas, piscinas, quadras de esportes, ginásios, churrasqueiras. Pronto. Esta obra está pronta, apenas precisando de obras complementares. E aqui faço um apelo ao Governador Arruda para que as obras de infra-estrutura na região que circunda esse centro do Sesc sejam complementadas com estacionamento, canalização de águas pluviais, ajardinamento, para que essa obra tenha efetivamente a ação que desejamos. Ali, nós teremos oportunidade de atender a uma população de aproximadamente 400 mil pessoas. Essa cidade tem vocação para comércio e serviços. E é lá que se encontram os trabalhadores de comércio e serviços. E nós queremos dotar aquela cidade desse equipamento. Lá, Srs. Senadores, para que V. Ex^{as} tenham uma noção, nós estamos inaugurando um teatro com 450 lugares, que, talvez, supere os maiores auditórios existentes aqui no Plano Piloto. Nós estamos dotando aquilo de oito a dez piscinas – parece-me que são oito piscinas aquecidas – para a prática do esporte. E lá haverá todos os equipamentos que o Sesc disponibiliza por este Brasil afora. V. Ex^{as} todos sabem que o Sesc

tem uma atuação extremamente capilarizada em mais de três mil Municípios brasileiros. Ceilândia também será dotada desse equipamento. Uma decisão que tomamos desde que assumimos a direção daqui, ao adquirir esse terreno, ao estabelecer o projeto. E agora nós estamos no ápice dessa execução. Provavelmente, no final de outubro, início de novembro, haveremos de inaugurar aquela unidade.

Quero aqui destacar a ação da minha equipe na pessoa do Diretor Regional, José Roberto Macedo, que tão bem conduziu aquilo, desde a fase de projetos, do processo licitatório dos projetos técnicos, até o projeto de obra propriamente dito.

Tenho certeza de que Ceilândia ficará orgulhosa desse equipamento. Temos levado lá algumas autoridades. Passaremos a levar os líderes comunitários, porque queremos que a cidade receba a instalação do Sesc de Ceilândia como sendo algo daquela cidade, algo que os empresários de comércio e serviços, que fornecem esse equipamento, fazem a favor e a serviço dos trabalhadores do comércio e dos seus dependentes. E lá vamos ter campo de futebol, oito piscinas aquecidas, 450 lugares no teatro, 15 salas de aula que funcionarão em três turnos, uma área, como eu disse, de 50 mil m², com mais de 20 mil m² de construção. E ficamos orgulhosos cada vez que vamos lá e vemos esse equipamento que será colocado à disposição da população.

Mas queremos, neste instante, levando em conta exatamente esse tipo de atuação do Governador Arruda, que ele olhe os nossos pedidos com relação àquelas imediações, para dotar aquela área pública de obras de infra-estrutura que venham facilitar o funcionamento desse equipamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra este extraordinário Senador do Estado do Maranhão, Democrata, Edison Lobão, que presidiu esta Casa no momento mais difícil, atravessou as turbulências, o Mar Vermelho e entregou este Senado da República às mãos santificadas de Ramez Tebet. Daí hoje estarmos orgulhos e podermos dizer que este é o melhor Senado da República em 183 anos.

O Presidente Sarney disse que o Senado não vai faltar à Pátria. E não podemos faltar, uma vez que temos homens da experiência e sabedoria de Edison Lobão. Ele presidiu esta Casa em um dos momentos mais tumultuosos e difíceis. Esta é uma Casa de sabedoria e quis Deus que esteja à minha direita o Presidente Leomar Quintanilha, que, com muita serenidade, está dirigindo a Comissão de Ética. Mas V. Ex^a saiba

que acho que está tudo errado, que as alternativas não são assim. No livro de Deus diz que a verdade está no meio, que a sabedoria está no meio. Tem de ter novas alternativas. E assim foi a História desta Casa.

Fomos testemunhas quando este Senado teve a inspiração de afastar Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos, garantindo a governabilidade e a posse de Juscelino Kubitschek.

O Parlamentarismo se instituiu, e só Deus sabe a inspiração que teve Edison Lobão para atravessar o mar Vermelho naquelas dificuldades. E não era só um, não; eram dois Senadores que estavam em jogo. Um é hoje até Governador do Distrito Federal, que dizem elogiado; e o outro, um dos maiores Líderes políticos da História do País e, com certeza, da Bahia, Antonio Carlos Magalhães. E Edison Lobão foi abençoado e ele está aí. Acho que V. Ex^a tem de conversar com ele, se aconselhar e o próprio Renan de como vamos atravessar essa dificuldade.

O SR. EDISON LOBÃO (DEM – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desde logo agradeço, sensibilizado, as homenagens de V. Ex^a e os encômios seguramente imerecidos, mas sinceros.

Fala V. Ex^a sobre a sabedoria, e isso me faz lembrar uma expressão política e histórica deste País proferida por Milton Campos, que foi Governador de Minas Gerais e Senador da República. Ele nos dizia que o técnico é o dono do saber, e o político, o detentor da sabedoria.

Sr. Presidente, nesta manhã, falaram sobre os seus Estados os Senadores Geraldo Mesquita, Adelmir Santana e V. Ex^a e quero eu também fazê-lo em relação ao meu. Nós somos eleitos Senadores para legislar para o País, mas não estamos impedidos, ao contrário, de nos interessarmos pelos nossos Estados. É o que faço nesta manhã.

Quero falar sobre uma das belezas naturais do meu Estado, tão exuberante ela quanto o que há de mais belo em qualquer parte do mundo. E desta tribuna já me referi, mais de uma vez ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Trata-se, na verdade, de um dos mais fascinantes espetáculos oferecidos ao ser humano pela mãe-natureza: 155 mil hectares de areias brancas que compõem dunas de até 40 metros de altura, que se movimentam ao vento como o balançar de um lençol gigante. E nesse maior campo de dunas costeiras das Américas, multiplicam-se espacadamente as centenas de lagoas de água doce e cristalina formadas no período chuvoso.

Não é de surpreender, portanto, o encantamento com que os Lençóis Maranhenses seduzem os que

vão conhecer esse parque criado em 2 de junho de 1981.

Até o período em que governei o Estado do Maranhão, o turismo nacional brasileiro, e mesmo o regional, praticamente desconheciam a importância ecológica e turística dos Lençóis Maranhenses. No meu Governo, damos a ele a importância que havia de ser dada e, no governo seguinte, da minha amiga e querida Senadora Roseana Sarney, essa ação foi também ampliada, prosseguida e consolidada.

Fernando César Mesquita, então meu Secretário de Turismo, que vinha da Presidência do Ibama, especialista em meio ambiente, foi o operador que indiquei para dar divulgação nacional e internacional a esse, à época ignorado, presente da natureza. Com o integral apoio do Governador, semanalmente levava agentes de turismo e jornalistas às dunas que se tornaram famosas. Numa dessas aventuras, conduziu até lá o Presidente do Bid, Enrique Iglesias, em pessoa.

Essas visitas e a divulgação interna e externa que se seguiram transformaram-se em absoluto sucesso, dando origem às avalanches de turistas que passaram a procurar o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Parece-me bastante oportuno hoje registrar o fato de o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses constituir-se num dos mais destacados do Concurso Internacional Sete Maravilhas Naturais do Mundo, da Fundação *New Seven Wonders*. Essa Fundação foi a que também organizou, com grande êxito, a eleição das Sete Novas Maravilhas do Mundo Moderno, o qual, despertando o interesse de milhares de brasileiros e estrangeiros, teve o monumento Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, com um dos vencedores. A nova votação para selecionar os sete monumentos naturais do Planeta se estenderá até o dia 8 de julho de 2008.

Quanto aos Lençóis Maranhenses, a mobilização no Brasil aconteceu recentemente, com o objetivo de fortalecer a participação no concurso mundial. A idéia dos organizadores foi inscrever apenas uma maravilha que sintetizasse toda a beleza da paisagem natural do País. Nesse sentido, foram oferecidos para a escolha dos brasileiros, em votação pela Internet, além do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – vencedor da enquête, com 30% dos votos –, as Cataratas do Iguaçu, a Floresta Amazônica, o arquipélago de Fernando de Noronha, a Gruta do Lago Azul (em Bonito/ MS), a Chapada Diamantina e o Pantanal. A votação dessa seletiva nacional foi por intermédio da revista *Época on-line*, no período de 28 de julho a 02 de agosto, da qual participaram 4.040 pessoas.

A inclusão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses como uma das sete maravilhas naturais do

mundo, possibilidade na qual eu acredito pela justeza da escolha, será um fato muito importante para o Brasil e toda a humanidade e, em especial, para o meu querido Estado do Maranhão.

Na verdade, é imprescindível que incentivemos o turismo em nosso País, quer investindo na divulgação de nossas belezas naturais, quer na infra-estrutura para receber os turistas com segurança, bons hotéis, estradas e informações.

O ecoturismo é uma atividade ambientalmente limpa e sustentável de desenvolvimento econômico e social. Não gera poluição, amplia divisas, multiplica empregos e cria consciência ecológica na população e no empresariado. Tal turismo no Brasil contribui para a preservação da nossa rica biodiversidade e dos aspectos físicos da geografia nacional, tais como rios, nascentes, praias, florestas, campos e solo.

Aqui no Senado Federal tive a oportunidade de relatar o projeto de lei complementar que regulamentou dispositivos constitucionais para instituir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Tal projeto gerou a Lei 9.985, que, desde então, regula a criação, a administração e as normas legais para eventuais expansões de unidades de conservação em nosso País, como os parques nacionais, as reservas biológicas, as florestas nacionais e as áreas de proteção ambientais.

Os parques nacionais, interagindo com a natureza, são áreas de grande beleza cênica e importância ecológica, especialmente protegidos por lei, e têm como objetivo principal a conservação dos ecossistemas naturais, embora neles sejam permitidas atividades de pesquisa científica, educação ambiental e ecoturismo.

Os Lençóis Maranhenses, Sr. Presidente e Sr^{as}. e Srs. Senadores, além de seu inextinguível cenário, apresentam áreas de restinga onde se concentra biodiversidade – manguezais e uma faixa marinho costeira com cerca de 70 km de extensão e praia de um quilômetro adentrando o mar.

No local, como relata o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), existem muitas espécies de plantas e endêmicas como a tartaruga-pininga. Ali há uma grande diversidade de répteis e anfíbios além de aves, destacando-se as migratórias e pássaros como tetéu, garça, marrecas-de-asa-azul, paturi, gaivotas e tantas outras.

Sr. Presidente, foi bastante feliz a revista **Folha do Meio Ambiente**, prestigiosa publicação editada aqui em Brasília, quando destaca, em sua edição de agosto passado, com o título “Lugar de ver Deus”, a reportagem sobre a disputa do nosso querido Parque Nacional maranhense ao título das sete maravilhas

naturais do Mundo. Tal concurso, por certo, estimulará ainda mais o desejo de que todo o Brasil se movimente para conhecer e usufruir essa bela parte da nossa terra, situada no Maranhão, inserida como uma das sete maravilhas naturais de todo o Mundo.

Eu me orgulho do meu Estado, do meu povo e das belezas naturais que tanto ornamentam a nossa paisagem.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós aplaudimos V. Ex^a e o convocamos para que, com aquela sua inspiração que levou a este Senado nos momentos mais difíceis, ajude o Senador Leomar Quintanilha nesse momento difícil.

Convidamos para usar da palavra o próximo orador inscrito, Senador Augusto Botelho, do Partido dos Trabalhadores de Roraima.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quando fiz um aparte ao Senador Geraldo Mesquita, omiti um acontecimento importante que ocorrerá no dia 1º na Amazônia. E hoje quero começar minha fala prestando uma homenagem à Rede Amazônica de Televisão, pelo seu 35º aniversário, que será completado amanhã.

Há 35 anos, a Rede Amazônica, que é a maior empresa de comunicação da Região Norte, desenvolve importante trabalho na minha região, principalmente no que diz respeito à responsabilidade social.

A Rede Amazônica é um exemplo prático de empreendedorismo bem-sucedido que beneficia toda a comunidade da Região Norte.

Quero fazer uma homenagem especial ao jornalista Dr. Phelippe Daou, presidente da Rede Amazônica, pelos relevantes serviços prestados e pela visão humanística do diretor presidente, que não mede esforços, particularmente na defesa de questões sociais.

Quando cheguei a Roraima para trabalhar, dois anos depois de formado – fui para lá em 1974 –, começaram a aparecer as primeiras imagens captadas de televisão local, em preto e branco. Era a Rede Amazônica, do Dr. Phelippe Daou. Logo após, começou a programação normal, que se transmite até hoje. Digase, também, que os repórteres e os trabalhadores da Rede Amazônica de Televisão, atualmente, são todos formados dentro das suas estruturas, pessoas treinadas por eles, que passaram conhecimento a outros, e a juventude toda trabalha na Rede Amazônica, principalmente oriunda das nossas universidades, tanto do Amazonas quanto de Roraima.

Eu também gostaria de fazer uma homenagem especial à equipe aqui de Brasília, comandada pelo Dr. Moreira, que sempre está disponível, sempre trabalhando aqui, sempre levando as notícias; não deixa passar nada da Amazônia, sem que os habitantes da nossa região, que são 22 milhões de pessoas, vejam o que acontece aqui nesta Casa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Rede Amazônica é um poderoso elo de integração da Região Norte e tem contribuído, ao longo dos anos, de forma efetiva com o Poder Público, apontando os problemas das cidades e dos Estados, fato que ajuda os governantes a dinamizarem a implementação das melhores soluções para todos eles.

Mas o assunto que me trouxe aqui, inicialmente, é um problema que está começando a surgir na Amazônia. Nós já temos a malária, que é uma doença grave lá, e as hepatites. No ano passado, nós tivemos 500 mil casos de malária na Amazônia, mas está surgindo agora um problema, e quero aproveitar a tribuna para fazer um alerta: várias pessoas, principalmente na Região Norte, estão sendo contaminadas pela Doença de Chagas, que é uma doença nova para nós lá.

Nós temos o barbeiro há muitos anos. Quando eu estava no segundo grau, foi uma equipe do projeto Rondon e identificou o barbeiro na região do Surumu e em vários locais no meu Estado, na região de campo. Não fizeram a pesquisa na mata. Mas hoje se sabe que há na mata e que, inclusive, ele se reproduz às vezes no cacho do açaí. É um alerta aos consumidores de açaí.

A forma mais comum de se contagiar com a Doença de Chagas é ser picado pelo inseto barbeiro infectado pelo micróbio da doença, que é um protozoário. Porém, a imprensa tem noticiado que há vários casos de contágio do Mal de Chagas na Região Norte diretamente relacionados ao consumo de açaí. Todos nós lembramos aqueles casos que houve lá no Paraná pelo consumo de caldo-de-cana infectado pelas fezes do barbeiro. Por isso, nós temos que ter atenção, nós da Região Norte, principalmente pelo hábito freqüente de tomar suco de açaí.

Segundo os pesquisadores do Inpa, os barbeiros estão fazendo ninho nos frutos de açaí, que são colhidos e levados para dentro de casa. O barbeiro lá na mata não tem o *Trypanosoma cruzi*, não tem o micróbio da doença. Mas, quando ele passa a conviver no interior da casa, se houver alguém que já tenha o micróbio – às vezes, a pessoa tem o *Trypanosoma cruzi* sem nem saber –, ele pica aquela pessoa e já faz a transmissão direta; se ele picar alguém, ele transmite a doença para aquela outra pessoa. O pior é que a transmissão da doença se faz por meio das

fezes do barbeiro. Ele tem o hábito de, quando está chupando o sangue, defecar perto da ferida deixada no momento em que chupa o sangue. É assim que o micróbio penetra nas pessoas. Quando ele defeca no meio do açaí, se não se lavar bem a fruta, se não se fizer aquele aquecimento no açaí que todos costumam fazer – acho que estão abandonando esse hábito –, o micróbio passa a infectar a pessoa pela via digestiva, que não é a via normal de infecção do *Trypanosoma cruzi*. Isso é grave, porque, nessa infecção pela via digestiva, ele se torna mais agressivo, se reproduz com mais facilidade, e a doença se torna mais grave e fatal, se o médico não pensar em *Trypanosomiasis cruzi*, em Doença de Chagas, na hora em que está cuidando do paciente.

Em Boa Vista, capital do meu Estado, nenhum caso foi identificado até hoje pela Vigilância Sanitária Municipal relacionado à ingestão de açaí. Mas a nossa Vigilância, em nível Municipal e Estadual, está atenta ao problema que tem ocorrido em outros Estados e tem fiscalizado as polpas de frutas comercializadas na cidade de Boa Vista. No último dia 28 de agosto, por exemplo, na Feira do Passarão, houve uma fiscalização. Na ação conjunta com o Ministério da Agricultura, os fiscais fizeram a coleta de cinco litros de polpas de maracujá e cinco de açaí e mandaram-nas para exame provavelmente no Inpa ou no Pará.

De acordo com Eurico Sampaio, Chefe de Divisão de Normas Técnicas da Vigilância Sanitária, a fiscalização futuramente também acontecerá em outros estabelecimentos que vendem polpas de frutas. Por isso, alerta todos que trabalham com polpas de frutas para que sejam mais rigorosos no manuseio do açaí, principalmente porque o produto pode matar uma pessoa se não forem tomados os devidos cuidados.

O resultado da análise de açaí está para chegar a Boa Vista. Então, será decidido o que fazer: se a situação continuará como está ou se haverá alguma mudança. Se houver contaminação, será preciso haver mudança no preparo do açaí.

A minha preocupação, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que aconteça em Roraima e noutros Estados o que está ocorrendo atualmente no Pará: a infecção por *Trypanosoma cruzi* pela ingestão.

O Pará está enfrentando um surto de Mal de Chagas, e a maioria dos casos está relacionada ao consumo de açaí. Neste ano, 36 pessoas já contraíram a doença naquele Estado, e uma pessoa morreu em Belém. De acordo com a Secretaria de Saúde do Pará, a doença não está sendo transmitida apenas pela picada do barbeiro, o inseto transmissor, mas principalmente pela via oral, quando as pessoas ingerem o açaí.

O grande problema verificado no Pará é que o inseto que transmite o Mal de Chagas e também suas fezes têm sido triturados na hora de extrair a polpa. É fundamental que as pessoas que fazem polpa, os empresários e os comerciantes do açaí, melhorem as condições de higiene durante a manipulação do fruto. Os batedores de açaí da Região Norte devem higienizar melhor o açaí, mergulhando-o em água quente antes de extrair a polpa. Parte das indústrias felizmente já se comprometeu a pasteurizar o açaí para eliminar as bactérias e evitar doenças como o Mal de Chagas. Os batedores artesanais de açaí também devem preocupar-se com a higiene do produto que vendem.

Em 2005, mais de 60 pessoas foram contaminadas pelo *Trypanosoma cruzi*, causador da Doença de Chagas, nos Estados do Amapá e de Santa Catarina, pelo consumo, respectivamente, do açaí e do caldo-de-cana. Infelizmente, já estamos vivenciando esse problema de 2005 novamente, dois anos depois. Atualmente, seis milhões de brasileiros estão infectados pela Doença de Chagas.

Estima-se que a cada ano surjam 33 mil novos casos. Se não tivermos cuidado, as próprias pessoas que estão fazendo o açaí vão ser contaminadas também, porque o barbeiro, que se adapta dentro de casa, vive muito bem dentro das casas, vai picar as pessoas e elas também vão ficar doentes. É por isso que o cuidado é importante, para que essa doença não consiga se disseminar.

A maior incidência da Doença de Chagas, infelizmente, está no norte do País. Quase meio por cento da população que vive na Amazônia é considerada contaminada pela doença, segundo a Universidade de Brasília.

Na maioria das vezes, o quadro de infecção não leva à morte. Cerca de 70% das pessoas que têm o protozoário não chegam a ficar doentes. Elas têm o micróbio, mas não têm a doença, e, então, ficam transmitindo a doença sem sentir nada.

Precisamos prevenir para impedir que esse mal se alastre, principalmente na Amazônia. Já basta o combate à malária. De cinco em cinco anos, conseguimos diminuir sua incidência, mas depois ela aumenta de novo, e estamos nesse ciclo já há quase 40 anos.

Quero deixar este alerta para todos aqueles que gostam de tomar açaí: verifique a procedência da polpa que você consome e exija mais fiscalização e rigor na higiene daqueles que extraem a polpa de açaí na sua região. Cuidado, não vamos deixar mais uma doença chegar na Amazônia.

A Amazônia é nossa, mas só vamos ser donos se estivermos dentro dela, se tivermos conhecimento da nossa fauna, da nossa flora e de toda a nossa bio-

diversidade, inclusive das nossas bactérias, Senador Mão Santa. As pessoas estão patenteando bactérias em outros Países, o que a nossa lei, infelizmente, não permite, e ficando “donas” de algumas bactérias. Lá deve haver bactérias sobre as quais ninguém sabe nada e que vão dar solução para problemas da humanidade, inclusive de saúde.

Muito obrigado, Senador Mão Santa, pela tolerância de me ceder este tempo. Sei que o Piauí se sente orgulhoso de tê-lo como Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós podemos acrescentar a melhoria da história do Senado da República. Senador Maranhão, o primeiro Senado da República tinha quarenta e dois membros brasileiros, excluindo-se os portugueses. Desses quarenta e dois Senadores, vinte eram da área da Justiça, fazendo leis boas e justas para eles. Daí a diferença salarial que ainda hoje persiste. Dez eram militares. Duque de Caxias era Senador. Sete eram ligados à Igreja, como Padre Feijó. Dois eram médicos e um era ligado à agricultura.

Acabamos de ouvir a participação do Senador Augusto Botelho, mostrando que há um aumento de pessoas ligadas à área da saúde e, com suas preocupações, como Senador de Roraima e médico, Augusto Botelho traz sua preocupação com a alimentação no nosso Brasil.

Convidamos para usar da palavra o orador inscrito Leomar Quintanilha, que preside com muita sabedoria a Comissão de Ética do Senado. *(Pausa.)*

S. Ex^a não se encontra presente.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP) – Presidente elegante, bom amigo e sempre vigilante nas coisas deste País.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Romeu Tuma, do Democratas do Maranhão.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP) – Do Maranhão, não; sou de São Paulo. Gosto muito do Maranhão, assim como do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, é porque eu estava olhando ali para o Senador José Maranhão.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Como todos nós representamos um Estado aqui, não podemos negar o amor ao nosso Estado. V. Ex^a faz soar o nome do seu Piauí com tanta ênfase que o Brasil inteiro já fala Piauí de uma forma diferente, como V. Ex^a pronuncia.

Mas há um detalhe importantíssimo: os 81 Senadores representam o Brasil inteiro. Então, nosso amor pelo Brasil é representado aqui também. Não deixamos de amar o nosso Estado que nos mandou

para cá, mas, com carinho, todos somos brasileiros e defendemos o interesse do povo brasileiro. Então, sua confusão em dizer que sou de outro Estado é a melhor do mundo. Se disser que sou do Estado do Senador Augusto Botelho, também vou ficar muito feliz. Talvez um dia eu possa mudar para o Estado de V. Ex^a e ser candidato a seu suplente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, se V. Ex^a transferir o título para lá, evidentemente, vencerá todas as eleições.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP) – Mas eu pediria licença a V. Ex^a para dizer que estive agora com o Dr. Paulo Lacerda, no gabinete do Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O Dr. Paulo Lacerda deixa a Polícia Federal com honra, com dignidade e com um trabalho excelente durante esse período de quatro anos e meio em que foi Diretor-Geral. Sempre respeitoso, sempre carinhoso, sempre visando ao público interno e ao público externo e com grandes operações que trouxeram um grande respeito ao Brasil.

Eu queria fazer essa pequena saudação a ele, desejando-lhe sorte.

O Senador Heráclito Fortes marcou para terça-feira, provavelmente às 10 horas e 30 minutos, a sabatina do Dr. Paulo Lacerda para assumir a Agência Brasileira de Informação – Abin.

Temos certeza de que ele saberá conduzir bem um setor importante de atendimento e assistência, tendo como único cliente a própria Presidência da República.

Então, agradeço a V. Ex^a por esta oportunidade, peço desculpas por ter me manifestado antes de alguém, mas eu não poderia deixar de registrar esta fase da vida do meu amigo, colega e bom Delegado Paulo Lacerda.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Mesa se associa aos cumprimentos e palavras de louvor ao Delegado Paulo Lacerda. Quero dizer que, na história da Polícia Federal, ele se iguala ao nome de V. Ex^a, que, em momento difícil de transição, foi, sem dúvida nenhuma, o Cireneu do Presidente Sarney na redemocratização deste País.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP) – Muito obrigado, V. Ex^a é sempre carinhoso comigo.

O Senador Augusto Botelho solicitou, mas virei à tribuna numa outra oportunidade para fazer uma exposição correta do papel da Abin, que passou por várias fases. Ela já foi o Serviço Nacional de Informações e foi-se transformando, e hoje há mesmo uma interrogação, porque, em tese, não estamos cumprindo nossa obrigação de fiscalizar.

Fui o Relator do projeto que modificou a atividade da Abin e criou uma Comissão Especial de Fiscalização da qual fazem parte os Líderes do Governo, da Oposição e da Minoria, que têm, portanto, a obrigação de acompanhar de perto toda a atividade de inteligência do País. É claro que as reuniões são secretas, fechadas, mas é fundamental que elas sejam acompanhadas.

Eu iria viajar na próxima semana, mas comunico a V. Ex^a que estou desistindo da minha viagem a Viena para uma reunião com o setor especializado no combate ao tráfico de drogas sobre as políticas relativas à situação das drogas, área em que o Brasil está piorando a cada dia que passa. Em razão de a votação no Conselho de Ética ser transferida para quarta-feira, eu me vi na obrigação de consciência de estar presente para exercer meu direito de voto durante a reunião.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o orador inscrito Senador José Maranhão, do PMDB da Paraíba.

O Senador José Maranhão é um dos ilustres Senadores que fizeram a história do MDB. Ele sofreu punições injustas no período revolucionário, mas o povo, reconhecendo seus méritos, o fez Senador e o fez Governador do Estado. Ele está aqui e, sem dúvida nenhuma, faz com que este Senado seja um dos melhores de 183 anos de Senado. Ele preside, com sua competência e firmeza, a Comissão de Orçamento e nunca antes ela foi dirigida com tanta austeridade e seriedade.

V. Ex^a, regimentalmente, tem vinte minutos, mas jamais ousarei cortar-lhe a palavra. Só lamento V. Ex^a ser chamado de José Maranhão, pois deveria ser chamado de José do Piauí.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero começar agradecendo ao Senador Mão Santa o cavalheirismo, o companheirismo e a generosidade. Sendo meu amigo, é inteiramente suspeito para falar a meu respeito de forma tão gentil e tão generosa, mas, de qualquer forma, é sempre prazeroso receber o estímulo de companheiros como Mão Santa, que, nesta Casa, formou uma legião de amigos e de admiradores.

Hoje, o Congresso Nacional recebeu das mãos do Ministro Paulo Bernardo a proposta do Orçamento da União para o próximo exercício de 2008, acompanhada do PPA – Plano Plurianual de Investimentos. Esse fato auspicioso para a vida institucional do País permitirá que nós, da Comissão de Orçamento, que tenho a honra de presidir, trabalhem para entregar o Orçamento devidamente elaborado dentro dos prazos

previstos na Constituição, da mesma forma que, até hoje, todas as peças que integram o ciclo orçamentário têm sido discutidas, aprovadas e concluídas dentro dos prazos estabelecidos na Constituição Federal e no nosso Regimento Interno, a Resolução nº 1 do Congresso Nacional.

É importante que a Comissão de Orçamento, que agora vem funcionando com absoluta transparência e de forma democrática, possa concluir suas tarefas constitucionais dentro dos prazos estabelecidos na lei. É evidente que esse será o nosso empenho e o nosso esforço.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos dias, recebemos o convite de um órgão que integra o Banco Interamericano de Desenvolvimento para participar de um seminário, na bela cidade do Panamá, sobre a elaboração dos orçamentos e o seu processo de fiscalização. Reuni algumas anotações que quero trazer a este Plenário como prestação de contas dessa missão patrocinada pelo Bird.

Essa comissão foi integrada por mim, pelo Deputado Manoel Júnior, pelo Vice-Presidente da Comissão, o Deputado Roberto Rocha e pelo Sr. Fábio Gondim, que é consultor da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional.

Tivemos a oportunidade de falar sobre as experiências brasileiras em matéria de gestão estratégica para o desenvolvimento, mas principalmente pudemos ouvir a experiência de outros Países num ambiente favorável a troca de informações, debates e questionamentos.

Em meu pronunciamento, ressalté a relação histórica e estreita que se verifica entre o amadurecimento de democracia e a participação dos Parlamentares na elaboração das leis orçamentárias, destacando que, no Brasil, o Congresso pode alterar livremente a proposta orçamentária encaminhada pelo Executivo, inclusive aumentando o total dos gastos, caso encontre erros na estimativa de receitas. Vale destacar a surpresa dos demais Países ao constatarem o grau de liberdade que o Congresso brasileiro tem para alterar as propostas orçamentárias, não obstante o relativamente curto período de redemocratização.

É evidente que estamos falando de uma experiência após a queda do regime militar de 1964, pois, no período da sua existência no Brasil, de triste memória, infelizmente o Congresso Nacional funcionava apenas como um instrumento homologatório das decisões e dos atos de gestão do Executivo.

Ressalté que a tramitação das leis orçamentárias no Brasil ocorre no âmbito de uma comissão mista, composta por Deputados e Senadores, para em seguida receber aprovação pelo Colegiado do

Congresso Nacional em sessão única. Esse procedimento dá maior celeridade ao processo e permite que o Parlamento brasileiro aprove as leis orçamentárias dentro do prazo, o que não ocorre em inúmeros Países, mesmo que não deliberem sobre seus orçamentos com a mesma profundidade que nós o fazemos. É o caso do Chile e da Argentina, que têm democracias novas mas consolidadas, que infelizmente ainda não alcançaram o grau de organização e, sobretudo, de independência do Legislativo na elaboração das peças orçamentárias.

Além disso, falei sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, mandamento legal admirado pelos nossos vizinhos, porque os demais Países latino-americanos ainda não chegaram a esse grau de refinamento no que diz respeito à transparência das contas públicas e aos compromissos com o equilíbrio fiscal e com a transparência fiscal na execução dos orçamentos de seus Países.

Destaquei a existência de um tribunal de contas especializado e independente em relação ao Executivo, cuja participação com a Comissão Mista de Orçamento permite que as obras com indícios de irregularidades graves tenham a sua execução orçamentária suspensa rapidamente, de forma a evitar desvio de recursos públicos.

Abordei ainda aspectos relativos às mudanças recentes por que passou a tramitação das leis orçamentárias no Congresso brasileiro, em especial quanto ao funcionamento da Comissão Mista de Orçamento.

O Deputado Roberto Rocha, por sua vez, deu a sua impressão acerca do funcionamento da Consultoria de Orçamento, tendo manifestado a satisfação dos congressistas brasileiros em poder contar com um órgão de excelência em sua estrutura.

Ressaltou a importância de uma “oficina de *presupuesto*” no processo de amadurecimento da democracia de um País, uma vez que um Parlamento, contando com o assessoramento adequado, passa a ser capaz de fiscalizar e mesmo de direcionar a atuação do Executivo.

O Deputado Manoel Júnior, por sua vez, disse que o Estado brasileiro já evoluiu o suficiente para poder pensar em um orçamento impositivo, matéria que, aliás, está na pauta do Congresso, tendo sido aprovada no Senado, e que tramita hoje na Câmara dos Deputados.

Embora esse seja um tema comum em Países mais desenvolvidos – o orçamento impositivo –, tornar o orçamento impositivo, em muitos dos Países vizinhos, ainda é impensável. Nós sentimos, na surpresa dos Congressistas que integraram aquele conclave, o grau de inusitado que a iniciativa do orçamento impositivo

representava para eles, mesmo como simples tentativa de incluir, na sua Constituição, dispositivos dessa natureza.

Creio que o Brasil já dispõe do ferramental técnico e do amadurecimento político necessário para fazê-lo, como bem destacou o nosso Deputado, em seu pronunciamento, naquele foro.

Em sua palestra, o consultor-geral de orçamentos, Sr. Fábio Gondim, expôs a estrutura disponível para os Parlamentares de ambas as Casas do Congresso Nacional, destacando que é formada por consultores selecionados por concurso público, sem vínculos partidários, o que garante o assessoramento isento, focado na técnica, sem viés político. Demonstrou que nosso País, em termos de controle social do gasto público, ocupa uma posição de destaque entre as Nações do mundo e que o Parlamento brasileiro não apenas tem acesso a todas as informações de que necessita para as tomadas de decisão, mas também é o grande patrocinador da transparência em nosso País. Essa foi, basicamente, a nossa participação no seminário como expositores. Entretanto, mais interessante do que dissemos foi o que ouvimos os colegas estrangeiros. A partir da troca de experiências, pudemos perceber que o Parlamento brasileiro ocupa lugar de destaque dentre os Países da América Latina no que diz respeito ao planejamento e orçamento.

Nossa democracia está consolidada, e o Congresso Nacional pode, efetivamente, participar da elaboração dos orçamentos. Ainda há muito que fazer, sem dúvida, mas já evoluímos muito.

Ouvimos dos Parlamentares e consultores estrangeiros que, dentre os Países participantes, apenas o Brasil, México, Chile contam com uma consultoria de orçamentos permanente. Nos outros, ou não há consultoria ou sua existência limita-se ao período de tramitação das leis orçamentárias, com consultores indicados pelos Partidos.

Verificamos, portanto, que nos demais Países os Parlamentares não podem contar com assessoramento qualificado quando vão tratar de matérias orçamentárias com o Poder Executivo. Os Deputados e Senadores dos Países participantes solicitaram, em uníssono, a criação de *oficinas presupuestarias* em seus Países, órgãos dos quais já dispomos em nossa estrutura.

A respeito da organização e da melhor estruturação dos trabalhos da Comissão do Orçamento, cumpre-me dizer a esta Casa do Congresso que tomamos outra iniciativa para tornar efetiva a tarefa, o exercício da fiscalização da execução orçamentária, que, ao contrário do que muitos pensam, é exercida pelo Congresso Nacional.

O Tribunal de Contas da União, órgão do qual o brasileiro pode se orgulhar, tem, no entanto, a função de apoio técnico, de apoio específico na análise, na apreciação e na fiscalização das contas públicas, eis que os seus pareceres, sempre calcados na melhor técnica, são analisados e aprovados ou não pelo Congresso Nacional.

Na história republicana, não há exemplos freqüentes de não-aprovação dos pareceres remetidos pelo Tribunal de Contas, mas a função institucional de fiscalização das contas públicas é do Congresso Nacional. O Tribunal de Contas é o órgão de apoio técnico do Congresso Nacional, mas, até hoje, não dispúnhamos de um instrumento legal, de instrumento institucional para exercer, efetivamente, essa fiscalização.

Por isso, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um projeto de decreto legislativo que passará a disciplinar o trabalho de acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária do Orçamento-Geral da União. Esse projeto já foi enviado de volta à Comissão de Orçamento, para que possa preferir parecer e, em poucos dias, remeter novamente ao Congresso Nacional, que decidirá soberanamente.

Muitos ainda não têm acesso às informações necessárias para a tomada de decisões, ficando, na maioria das vezes, impedidos de fazer avaliações tempestivas e de aprovar lucidamente as dotações orçamentárias para o exercício seguinte sem dados relativos à execução do exercício anterior. Por outro lado, nós, no Congresso brasileiro, temos acesso irrestrito a informações relativas a planejamento e orçamento, da elaboração à execução orçamentária. Obviamente, ainda temos muito a evoluir e, principalmente, precisamos trabalhar para que esse mesmo nível de informação passe a ser disponível nos níveis estadual e municipal.

Além disso, em outros países, constatamos que o que seria o órgão de controle externo funciona, na verdade, como uma controladoria vinculada ao Poder Executivo. Obviamente, mesmo havendo obrigação constitucional de fornecimento de informações ao Legislativo, não há como garantir total isenção na fiscalização e tomada de conta dos órgãos públicos. No Brasil, o titular do controle externo é o Congresso Nacional, que pode contar com o auxílio do Tribunal de Contas, bem estruturado.

Hoje, podemos dizer que existe uma relação institucional, funcional, muito estreita entre o Congresso Nacional, por meio da Comissão de Orçamento e o Tribunal de Contas da União. Ao contrário do que ocorre na maioria dos países vizinhos, não há, no Brasil, paralisação ou retomada de obras com irregularidades

graves sem a manifestação explícita do Congresso Nacional.

Nesse aspecto, eu queria aqui fazer uma observação um pouco lateral.

O Tribunal de Contas tem reclamado que a sua estrutura, apesar de muito eficiente, ainda não é quantitativamente adequada para atender, de forma mais rápida e mais eficiente, as demandas que chegam até sua alçada.

Penso que o Congresso Nacional deveria oferecer os meios necessários para que essas tarefas ocorressem com mais eficiência ainda, para evitar inclusive a paralisação de algumas obras que, submetidas ao contencioso do Tribunal de Contas, ficam aguardando durante muito tempo o deslinde das pendências surgidas durante a execução dessas obras.

A participação do III Seminário do Foro Parlamentar Interamericano de Gestão para Resultados nos permitiu constatar, portanto, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, que, não obstante ainda haja muito a conquistar na área de planejamento, orçamento e fiscalização financeira, o Brasil encontra-se no caminho correto, consolidando, cada vez mais, sua democracia, permitindo definição, controle e avaliação das políticas públicas pelos representantes eleitos pelos Estados, e proporcionando a transparência orçamentária e o controle social dos gastos públicos como nenhum outro país vizinho ainda conseguiu fazer.

Eram essas considerações que queria tecer, Sr. Presidente, a título até de relatório e prestação de contas da participação, na condição de Presidente da Comissão de Orçamento, naquele seminário que reuniu representantes dos parlamentos latino-americano, e que mostrou, evidentemente, o grau de organização, de estruturação a que chegou o Congresso Nacional em matéria de elaboração orçamentária e de fiscalização da execução orçamentária.

Obrigado, Sr. Presidente, inclusive pela tolerância com que V. Ex^a permitiu-me um tempo maior para fazer esse sucinto relatório sobre a nossa participação naquele Foro Parlamentar Interamericano de Gestão para Resultado em Desenvolvimento, patrocinado por órgão do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Durante o discurso do Sr. José Maranhão, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Romeu Tuma e Edison Lobão, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – V. Ex^a é merecedor de todas as homenagens da Mesa e por tudo o quanto representa na vida pública brasileira.

Concedo a palavra ao eminente Senador Mão Santa, um dos representantes mais legítimos do povo do Piauí, e um dos Senadores mais atuantes desta Legislatura.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Edison Lobão, que preside esta sessão de sexta-feira, 31 de agosto de 2007; brasileiras e brasileiros aqui presentes, que nos assistem pelo sistema de comunicação. Este Senado da República nunca se reuniu às sextas-feiras, agora dá demonstração de que é uma das melhores Legislaturas que o Senado já viveu nesses 183 anos de República.

Senador Edison Lobão, quero, aqui, fazer um convite a V. Ex^a, que foi escolhido, pela rádio de nossa cidade, Parnaíba, a Rádio Igarapu, em convênio com a Rede Globo, que completará 25 anos, a ali comparecer, no dia 13 de setembro. A direção da Rádio pediu-me que fizesse o convite a V. Ex^a para receber o Troféu Ação Igarapu (Igarapu é nome do rio que abraça a cidade de Parnaíba). Por quê? V. Ex^a, quando governou o Estado do Maranhão, o povo de Parnaíba, do Piauí e do Ceará recebeu o exemplo do trabalho feito por V. Ex^a nas madrugadas. Às seis horas da manhã, V. Ex^a, como Governador, em cadeia, lhes falava. Sem dúvida alguma, como disse o Padre Antonio Vieira – “o exemplo arrasta; palavra sem exemplo é como tiro sem bala” –, V. Ex^a foi um verdadeiro exemplo para todos os governantes da região. Logo cedo, madrugava, trabalhando pelo povo do Maranhão.

O Sr. Edison Lobão (DEM – MA) – Aceito o convite com todo prazer e todo o orgulho. Lá estarei.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois será homenageado.

Senador José Maranhão, V. Ex^a, que traduz a grandeza do nosso Partido, Partido de luta, de dificuldades, que, sem dúvida, foi um dos lutou pela redemocratização, que teve um mandato sacrificado, mandato conferido pelo povo, mesmo cassado, mesmo assim não tiraram a sua dignidade, a sua vergonha. É como diz naquele livro de Ernest Hemingway, *O Velho e o Mar*: “Perder a esperança é uma estupidez”, e V. Ex^a nunca perdeu a esperança de redemocratizar este País. Ernest Hemingway, também no citado livro, diz que “o homem não nasceu para derrotas; ele pode até ser destruído, mas derrotado nunca!”

E V. Ex^a traduz esse espírito de combate que o poeta lá, na *Canção do Tamoio*, diz:

A vida é combate,
Que os fracos abate,
Que os fortes, os bravos,
Só pode exaltar.

V. Ex^a é um desses fortes e bravos.

Mas, aqui estamos nessa luta; e eu tenho denunciado.

Luiz Inácio, quando aqui cheguei, recomendei a Vossa Excelência – à época eu não sabia; depois é que Vossa Excelência deu a declaração de que não gostava de ler, de “que ler uma página de um livro dava uma canseira; era melhor fazer uma hora de esteira”, eu não vou dizer que isso é uma besteira, respeito o *modus vivendi* de cada um – o livro *Reinventando o governo*.

Senador José Maranhão, Bill Clinton, quatro vezes governador – V. Ex^a governou o Estado por duas vezes, e muito bem –, governou um Estado como o nosso, Arkansas, situado nos Estados Unidos, País responsável por 25% da riqueza dos Estados Unidos, Senador Escórcio, da riqueza do mundo. Arkansas é um estado pequeno, como Paraíba ou o Piauí. Portanto, quatro vezes Governador do Estado de Arkansas, foi eleito Presidente da República.

Senador José Maranhão, ele viu que é complicado a democracia – nós o sabemos. E, na humildade dele, buscou os melhores técnicos, Senador Chico Escórcio: Ted Gaebler e David Osborne.

Eu tive o privilégio de conhecê-los. Quando iniciava o Governo do Estado, eles foram a Fortaleza dar uma conferência no Banco do Nordeste, a que assisti. Eles são os autores do livro *Reinventando o Governo*. Enfim, Maranhão, V. Ex^a, que pilota avião, é que deveria ser o Ministro da Defesa e não o que está aí hoje, que hoje é repudiado por todos os oficiais da Aeronáutica, da Marinha e do Exército pelas bravatas que disse há dois dias, não tendo noção da hierarquia e da disciplina, que faz as forças dessas gloriosas armas do Brasil.

José Maranhão, você pilota avião, eu não sei. Ted Gaebler e David Osborne dizem que um governo não pode ser grande demais. Aí eles exemplificam com o Titanic, verdadeira obra de engenharia, mas afundou! Então, esse governo que adverti desde o começo... Chiquinho Escórcio, 507 anos de Brasil, muitos governantes, as capitânicas hereditárias. Depois precisaram de unidade de comando e unidade de direção, como está nos princípios de administração de Henri Fayol, aí passaram para os governos gerais – Tomé de Souza, Duarte da Costa, Mem de Sá –, os reis portugueses D. João VI, Pedro I, Pedro II, Isabel e entramos nessa República.

São 507 anos com vários governantes, homens extraordinários, ó Luiz Inácio! Pedro II, tão estudioso e tão sábio, garantiu unidade nesse Brasil tão grande. Luiz Inácio, olha o mapa do Brasil! Os países colonizados pelos espanhóis, todos, se dividiram, apesar

da liderança de Simón Bolívar. Aqui essa unidade foi Pedro II que conseguiu. Pedro II foi tão bom governante, Senador Francisco Escórcio, mas teve de sair para que nascesse a República, que veio 100 anos depois do grito: liberdade, igualdade e fraternidade. Caíram todos os reis, acabou com o poder absoluto. O poder passou a ser dividido em: Poder Legislativo, esse em que estamos, Senador Maranhão, o Poder Judiciário e o Poder Executivo. Pedro II morreu na França. No seu velório, os franceses disseram que se tivessem tido um rei como aquele não teriam proclamado a república. Foi um homem muito bom, sábio, estudioso. Em 49 anos, só viajou duas vezes – Luiz Inácio, Pedro II só viajou duas vezes! Em uma delas, ele escreveu: “Isabel, minha filha, lembre-se de que o melhor presente que se pode dar a um povo é uma estrada”. Aconselhou Isabel, sua filha, única mulher que governou o Brasil e escreveu a página mais bela de nossa História: libertou os escravos.

Getúlio Vargas, 15 anos, estadista, homem de muito trabalho. Muitos governaram. Francisco Escórcio, ontem aprovávamos a Colômbia... Olhei o histórico: tem 13 Ministros. Os Estados Unidos, que têm 25% do PIB de toda a riqueza do mundo, têm 14 secretários – são chamados assim. O Brasil nunca passou de 16 Ministros. De repente, Luiz Inácio coloca quase 40 para amparar seus companheiros. E aquilo que é fundamental, a segurança...

Norberto Bobbio – seu livro está bem ali que eu estava lendo-o Francisco Escórcio – foi senador vitalício da Itália do Renascimento, da Itália de Leonardo Da Vinci, de Miguelângelo, de Maquiavel, aceito hoje como o melhor teórico da democracia, disse que o mínimo que se tem de exigir de um governo é a segurança, segurança à vida, à liberdade e à propriedade. Qual é o brasileiro e a brasileira hoje que se sentem seguros? Na Esplanada, aqui em Brasília, lê-se que a educação é a salvação.

Como vai essa educação no Brasil? E a saúde? Arrasada! Arrasados os hospitais, com os doentes na fila. E por quê? Porque o dinheiro é um só. O povo não pode mais pagar imposto. Ó Chiquinho Escórcio, eu sei que pagar imposto não é bom. Eu sei que Cristo, quando andou no mundo, um romano pegou uma moeda e lhe perguntou: “Cristo, é justo pagar esse imposto a César”? E ele olhou ali, filho de Deus, sabido: “O que tem nessa moeda é a cara de César; daí a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”. Ele não foi contra imposto. Mas se Cristo andasse hoje nas ruas do Brasil, ele não ia dar essa mesma resposta, porque o nosso César, o nosso Luiz Inácio, já explora demais o povo. São 76 impostos! Olha, eu só fiz um discurso escrito nesta Casa, Senador José Maranhão,

foi porque aí eu coletei, eu fui atrás. Aqui é bom, aqui é bom demais! Senador, está numa boa, nós ganhamos bem. Agora o povo não está na boa não; o povo está trabalhando demais. De cada ano que a brasileira e o brasileiro trabalham, e todo mundo trabalha, cinco meses são para pagar imposto e um mês é para pagar os juros do banco. Então, de doze meses, seis são para o Governo ou para os banqueiros, Maranhão. Mas por que é que há tanto imposto? O provisório CPMF, que era para a saúde, não foi, e o Governo quer eternizá-lo, mas nós vamos enterrá-lo, para salvar este Senado e o povo do Brasil.

O CPMF... Mas por quê? Está aqui a **Folha de S. Paulo**, ó José Maranhão, V. Ex^a que simboliza a luta. Está aqui na **Folha de S. Paulo**, Ano 1987, primeira página: “Governo Multiplica por Oito a Criação de Cargos.” Por isso, o dinheiro é um só. Criou quase 40 ministérios. Não tem dinheiro para o Ministério da Segurança. O Exército está mais fraco do que o MST. Eu vejo aí ele desfilando. A Marinha... Júlio Soares o Comandante da Marinha, que seria Ministro no organograma, declarou, José Maranhão, que em 2005, a Marinha acabou no Brasil. Os navios dela têm tem quase 50 anos. Os submarinos que não andam. Não se comprou uma canoa para a Marinha brasileira!

Ó Senador Francisco Escórcio, Abadia, esse homem da Colômbia, chefe de tráfico de droga, que veio em um veleiro, José Maranhão, e entrou em Camocim, no Ceará, do lado do Piauí, mostrando que nós não temos defesa. De peito aberto, o maior contrabandista de tóxicos...

A Aeronáutica está aí, a Aeronáutica de Santos Dumont, de Eduardo Gomes. Ó José Maranhão, a Aeronáutica daqueles líderes que nos ensinaram e por isso nós estamos aqui. O preço da democracia é a eterna liberdade. A Aeronáutica que construiu o ITA e é a maior na história da engenharia na construção de aeronaves, a Embraer – e V. Ex^a é testemunha, José Maranhão. O ITA está aí também sucateado. Não faz mais parte dos sonhos de nossa mocidade ingressar no ITA. Esse é o País. Porque o Governo multiplica por oito a criação de cargos. É a média mensal. Aqui está – coloque grande aí a manchete: “Governo multiplica por oito a criação de cargos”.

Atentai bem, pois um quadro vale por dez mil palavras. Por isso que não tem dinheiro para a segurança; por isso que não tem dinheiro para a saúde; por isso que não tem dinheiro para a educação. Está aqui um gráfico. Focalize aí, ô Valdemar, que é engenheiro do Piauí, líder de união, e seu companheiro. Chame a televisão aí. Olhe o gráfico, você que é engenheiro – você e o Alberto Silva, os melhores engenheiros do Piauí – subindo. Olhe, Maranhão, o emprego público.

Agora, atentai bem, José Maranhão, esse pessoal que está quase entrando. Aqui diz... Sabe qual é o número que ele diz aqui? Vinte e dois mil trezentos e quarenta e cinco. Mas foram criados aqui o Instituto Chico Mendes, a Secretaria do Porto e já está para quase 24 mil.

Ô José Maranhão, V. Ex^a está debaixo de Cristo e de Rui Barbosa. Cristo! O Livro de Deus diz da porta larga da facilidade, da corrupção, da malandragem. E esse pessoal está entrando no Governo pela porta larga, sem concurso. Valdemar! Sem concurso. São 24 mil aloprados que aí estão. Não entram pela porta estreita da vergonha, do concurso e da sabedoria. Aí esses aloprados que aí entram vão ocupar os cargos de chefia e aquilo que foi bem estruturado por Pedro II, por Getúlio Vargas, por todos os grandes Presidentes, é desestruturado. Ô Luiz Inácio, busque pelo menos um livro. Peça a sua Marisinha, à encantadora Marisa, para lhe ler um livro que Getúlio Vargas mandou. Está lá no Dasp. Ô José Maranhão, o Dasp que Getúlio criou – Departamento Administrativo do Serviço Público. Chefia, administração, liderança, critério de promoção tem lá no Dasp. Isso foi um país organizado que desmoronou. Os aloprados passaram a comandar a Segurança Nacional, a comandar a Saúde, a Educação e os outros Ministros levam dinheiro, cada um só pensa em dinheiro. Nós governamos Estado, Maranhão. Rui Barbosa disse que a pátria é a família amplificada. Entendei isso! Você tem que administrar a pátria como uma família, com austeridade, com responsabilidade, com economia. E aí, e dinheiro para essas pessoas? Valdemar, engenheiro brilhante, sabe quanto ganha? Ô José Maranhão, no seu Governo você tinha aqueles DAS. Eu tive, é necessário. No Estado é DAS 1, 2, 3 e 4. O Governo Federal tem DAS 6. Um aloprado desses entra pela porta larga da bandidagem, da corrupção, da malandragem ganhando R\$10.448,00. Médicos do meu Brasil, engenheiros aqui representados pelo Valdemar, engenheiro que trabalha, professoras, agrônomos, geógrafos, funcionários públicos, essa gente começa com R\$10.448,00! Vinte e quatro mil, um quadro vale por dez mil palavras.

Ô José Maranhão, o Luiz Inácio é melhor do que o Bush. Mas o Bush só nomeou 4.500 cargos de confiança. Nos Estados Unidos, são cinquenta estados dentro da República dos Estados Unidos, uma população quase o dobro da nossa. Ele só nomeou 4.500 cargos de confiança, e Luiz Inácio nomeia 24 mil. E quem paga? O sofrido povo do Brasil, que trabalha e paga 76 impostos.

Senador José Maranhão, na Inglaterra, o sucessor de Tony Blair só nomeou 160 pessoas para cargos de confiança. Há uma máquina administrativa compe-

tente em que se investe, sendo sempre aperfeiçoada. Ele não mexe. São apenas 160. O Sarkozy nomeou 360 pessoas. Na Alemanha, são 600. Aqui, 24 mil. Ô Chiquinho Escórcio, isso aqui é para tirar dinheiro para o PT, porque, para cada cargo de confiança, paga-se até 30% para o Partido. Daí essa corrupção, essa malandragem. Então, é essa a dificuldade do Brasil.

Ô Maranhão, sei que este Congresso passa por momentos difíceis, mas o desgaste não é apenas por isso, não. Renan poderia salvar-se, sabe como? V. Ex^a teria coragem de fazer, assim como eu. Eu o conheço, José Maranhão. V. Ex^a enfrentou a ditadura e está aí. Bastaria que ele mandasse chamar amanhã, segunda-feira, terça-feira, para analisar os vetos de Luiz Inácio. Aí é que este Senado se acororou; aí é que este Senado se envergonhou, aí é que este Senado se desmoralizou.

Existe o estruturamento democrático. Fui Prefeitinho, José Maranhão. V. Ex^a foi prefeitinheiro? Não foi, mas foi, por duas vezes, extraordinário Governador da Paraíba. Então, é um jogo democrático – daí terem saído os reis para dividir o poder. Aqui é para fazer leis, e nós fazemos. O Presidente da República pode vetar. É um direito dele. Na Câmara Municipal de Parnaíba, eu vetei as leis deles. Mas há o direito de voltar. Ele veta e vem para cá discuti-los. Então, Luiz Inácio vetou.

Ô Chiquinho Escórcio, ô Dona Marisa, faça como a mulher, essa gigante, a esposa do Governador da Bahia. V. Ex^a leu as declarações dela? Ô mulher de fibra, extraordinária a mulher do Governador da Bahia. A mulher sempre é melhor do que o homem. No drama maior da humanidade, a Crucificação de Cristo, todos os homens falharam – Caifais. Pilatos, político como eu, lavou as mãos. E a mulherzinha dele, Adalgizinha, disse: “Não faça isso, esse homem é bom, eu vi ele pregando, ele ajuda aos pobres”. “Não. Eu tenho de estar aí com Luiz Inácio, com o Governo.” E deu no que deu.

Verônica enxugou o rosto de Cristo. Onde estão os companheiros de Cristo, o pai dele e Pedro? Pedro negou três vezes, que nós sabemos. Onde estão os leprosos que ele curou, os homens, os famintos, os que comeram pães e peixes, os que beberam vinho que Ele multiplicou? Os homens todos? Lá, só havia três mulheres, três Marias. Havia dois homens e eram ladrões – um de um lado e outro do outro lado. E ainda se acredita em Cristo, porque foram ao túmulo. Foram três mulheres que disseram: “Ele ressuscitou”. Se fosse homem, José Maranhão, o povo diria: Ele está é bêbado. Ninguém acreditaria.

Então, essa mulher da Bahia deu. D. Marisa, V. Ex^a...

E eu faço aqui como Moreira Alves, que fez o discurso mais importante desta Casa. Quando os militares... Você era Deputado, Maranhão? Quando os militares arrojaram, ele veio à tribuna e disse: Eu apelo às mulheres dos militares, não agradem mais eles não, que eles estão acabando... Era para as mulheres fazerem greve. Aí deu no que deu. Cassaram o homem, e Mário Covas aí é que se tornou grande, porque foi defendê-lo.

V. Ex^a era Deputado? V. Ex^a foi nesse rolo, não foi? *(Pausa.)*

Foi. Ele foi cassado nesse rolo.

Mas esse foi o discurso mais bonito, o do Moreira Alves.

Então, eu apelo. D. Marisa, faça como essa grande mulher da Bahia. Leia a entrevista dela. Mulher é sempre melhor do que homem.

Então, D. Marisa, nós estudamos a aposentadoria dos velhinhos, dos aposentados. Esta Casa entrou madrugada adentro, buscou os recursos. Nós trabalhamos. E olhe a malandragem. Nós demos para os velhinhos 16,7%. Um desses aloprados aí, que quer ganhar, que está ganhando um desses 24 mil empregos gratuitos, sem concurso, convenceu Luiz Inácio, Marisa, a dar 140% para os aposentados e a vetar os 16,7% do Congresso, do Senado. Deu só 3,4% para os velhinhos aposentados.

Eu pergunto a quem conhece. Será que ele é temente a Deus? Para os velhinhos 3,4%, mas para esses aloprados, que entram sem concurso, deram um aumento de 140%. Ô, D. Marisa, apelamos para a senhora...

Então, o Renan tem que mandar buscar esse veto para votarmos de novo e analisarmos. Por que ele não busca, Maranhão? Por quê? Porque o povo vai saber quem se acorou, quem não defendeu os velhinhos. Vocês se lembram de que o PT botava *outdoor* de todo mundo. Não era? Esse é um exemplo. Tem que colocar. Ô, Zé Maranhão, V. Ex^a vetou alguma coisa, não vetou?

Os Deputados derrubaram algum veto seu? O meu derrubaram e eu aceitei porque faz parte do jogo democrático, e não estou diminuído, não. Estou exaltado. É do jogo democrático! O Lula vetou. Quer outro veto? Está aqui um abaixo-assinado da Sudene. “O Piauí e o Deputado Roncalli Paulo fizeram um belo discurso”.

Nunca se sofreu tanto, José Maranhão. V. Ex^a governou a Paraíba em seca, mas tínhamos o apoio técnico da Sudene. Não é verdade? Pois está aqui um abaixo-assinado. Criamos a Sudene. Demagogia. No jornal mais um orçamento, o dinheiro, o recurso. Luiz Inácio Lula da Silva fazia a festa e colocava no jornal.

Vetou. Está aqui o abaixo-assinado com a escrita do povo da Sudene. Então, ele vetou. O Renan tinha que mostrar firmeza aqui. Mandar terça-feira buscar o veto porque nós podemos – é da Constituição – ou não podemos, ó, Maranhão, V. Ex^a, que sabe tudo, derrubar o veto do Luiz Inácio? Podemos, é do jogo democrático. Então, é aí que há o erro deste Congresso. Compete ao Presidente buscar quem vota.

Quanto à Sudene. Criaram só no papel, na demagogia e o tutu cortou. E, aqui, fica calado, está aí e o Piauí sofrendo, na seca. A Sudene era fundamental ou não, Maranhão, para ajudar os Estados nordestinos na seca. Então, essas são as nossas palavras. E acredito, com todas as dificuldades, em Deus que diz “depois da tempestade vem a bonança”. Nós estamos passando essas dificuldades. Mas, brasileiras e brasileiros, muitas tiveram.

O Senado tem que ter a clarividência. Esta paz do Brasil se deve aqui... Todo o mundo se lembra no suicídio de Vargas: Café Filho assume, se interna no hospital; Carlos Luz, então, pega o Tamandaré, confusão toda. E, aqui, se dá um jeito. Não queriam dar posse a Juscelino Kubitschek. E foi esta Casa que botou o seu Presidente para ser Presidente da República durante 60 dias, para entregar o País ao eleito pelo povo. Todo o mundo sabe que quiseram dar o golpe com a renúncia de João Goulart, para que ele não assumisse, e esta Casa encontrou um caminho através de Tancredo Neves ser o Primeiro-Ministro num período transitório de parlamentarismo. Então, José Maranhão, esta Casa não pode faltar ao País. Esta Casa tem que encontrar o caminho. E o caminho, aponto, está ali, é Rui Barbosa, porque ele disse e nos ensinou que só tem um caminho, uma salvação: é a lei e a justiça.

Este País está precisando que o seu Senado da República devolva ao povo uma democracia. Que o bem vença o mal.

Essas são minhas palavras.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Edison Lobão, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 36 minutos.)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura -2007

**Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
(Período de 1º a 31-8-2007)**

A – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

I – MEDIDAS PROVISÓRIAS

1 – APROVADAS NA FORMA DE PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO E ENVIADAS À SANÇÃO:

Total.....4

Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2007 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 371, de 2007), que altera dispositivos da Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal.

Sessão: 7-8-2007

Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 366, de 2007), que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Sessão: 7-8-2007

Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2007 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 367, de 2007), que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor global de quatrocentos e quinze milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e dez reais, para os fins que especifica.

Sessão: 7-8-2007

Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2007 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 369, de 2007), que acresce e altera dispositivos das Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.893, de 13 de julho de 2004, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 11.457, de 16 de março de 2007, e 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para criar a Secretaria Especial de Portos, e dá outras providências.

Sessão: 22-8-2007

2 – APROVADAS NA ÍNTEGRA E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

Total.....2

Medida Provisória nº 368, de 2007, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União

aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Sessão: 7-8-2007

Medida Provisória nº 370, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de vinte e cinco milhões de reais, para o fim que especifica.

Sessão: 7-8-2007

3 – APROVADA COM ALTERAÇÕES E DEVOLVIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Total.....1

Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2007 (apresentado pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 372, de 2007), que dispõe sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos depósitos a vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006; altera as Leis nºs 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e 11.322, de 13 de julho de 2006; e dá outras providências.

Sessão: 22-8-2007

4 – APROVADA NA ÍNTEGRA E DEVOLVIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Total.....1

Medida Provisória nº 373, de 2007, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios.

(Prejudicado o Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007, oferecido pela Câmara dos Deputados)

Sessão: 29-8-2007

II – PROJETO DE LEI APROVADO E ENVIADO À SANÇÃO:

De iniciativa da Câmara dos Deputados.....1

Total.....1

Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2007-Complementar (nº 79/2007-Complementar, na Casa de origem), que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (altera dispositivos referentes a tributação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Supersimples).

Sessão: 7-8-2007

III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

De iniciativa do Senado Federal.....	18
Total.....	18

Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2004, de autoria do Senador Augusto Botelho, que altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para condicionar a pavimentação de vias urbanas à prévia implantação das redes de infra-estrutura urbana básica, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

Sessão: 3-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, que tratam da substituição da pena privativa de liberdade.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 6-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2003, de autoria do Senador Hélio Costa, que altera o art. 40 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e lhe acrescenta art. 40-A, determinando a aplicação da pena, até o dobro, na hipótese de tráfico ilícito de drogas quando o crime envolver ou visar a atingir criança ou adolescente ou, ainda, for praticado nas dependências ou imediações de estabelecimento de ensino.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o trecho rodoviário compreendido entre as localidades de Pedro Canário (ES) e Nanuque (MG).

(Decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que altera o art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer a obrigatoriedade de uso do equipamento suplementar de retenção (air bag).

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2004, de autoria do Senador José Maranhão, que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para fixar a data de vencimento das quotas de imposto de renda das pessoas físicas no oitavo dia útil de cada mês subsequente ao de competência.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2005, de autoria do Senador Francisco Pereira, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso a textos sagrados.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2005, de autoria do Senador Paulo Octávio, que altera a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e delega poderes aos Ministros de Estado do Turismo, das Relações Exteriores e da Justiça para isentar a exigência de visto de entrada do turista, quando o interesse nacional o recomendar, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2005, de autoria do Senador Leonel Pavan, que dispõe sobre o início do pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2006, de autoria do Senador Flávio Arns, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para alterar a autoridade julgadora do recurso relativo a Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que acrescenta dispositivo ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para incluir o exame de detecção do câncer de mama, útero ou próstata, nas hipóteses em que o empregado poderá se afastar do serviço sem prejuízo do salário.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2006, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que insere parágrafo único no art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre atendimento médico e odontológico aos estudantes do ensino fundamental público.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2007, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que dá a denominação de Euclides da Cunha ao trecho acreano da rodovia BR-364 e altera a Lei nº 8.733, de 25 de novembro de 1993, que “dá a denominação de Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira à rodovia BR-364”.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2007, de autoria do Senador Cícero Lucena, que altera a redação do § 1º do art. 19-I da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluído pela Lei nº 10.424, de 2002, e dá outras providências (acrescenta ao Sistema Único de Saúde – SUS o fornecimento de medicamentos de uso continuado não sujeitos a controle especial, entre outros necessários ao cuidado integral dos pacientes em seu domicílio).

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Planalto do Araxá (UFPLA), com sede na cidade de Araxá, no Estado de Minas Gerais, e campi avançados da Universidade Federal de Sergipe (UFS), nos Municípios de Estância, Lagarto, Nossa Senhora da Glória e Própria, no Estado de Sergipe.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que inscreve o nome de Cândido Mariano da Silva Rondon, o Marechal Rondon, no Livro dos Heróis da Pátria.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que autoriza o

Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Gravataí no Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2006, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que determina que as empresas operadoras do Serviço Móvel Pessoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

Sessão extraordinária: 29-8-2007

IV – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

De iniciativa do Senado Federal.....	3
De iniciativa da Câmara dos Deputados.....	46
Total.....	49

Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2007 (nº 2.274/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Educativa e Cultural de Itabira – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 2007 (nº 2.437/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural São Judas Tadeu para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tocantópolis, Estado do Tocantins.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2007 (nº 2.449/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Tapejara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tapejara, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2007 (nº 2.299/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural, Ambiental e Esportiva de Santo Antô-*

nio da Alegria para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio da Alegria, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2007 (nº 1.984/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância Dr. João Moreira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Quitéria do Maranhão, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 2007 (nº 2.333/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à JR Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Joaquim Gomes, Estado de Alagoas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2007 (nº 2.389/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Mundial S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 96, de 2007 (nº 2.390/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a ACVC – Associação Comunitária de Vespasiano Corrêa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vespasiano Corrêa, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 97, de 2007 (nº 2.410/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Jesus, Maria e José a executar*

serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viseu, Estado do Pará.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2007 (nº 2.411/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural, Educacional de Comunicação e Radiodifusão de Canto do Buriti para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canto do Buriti, Estado do Piauí.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2007 (nº 2.474/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de São Jorge D'Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2007 (nº 2.475/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Sociedade Comunicação, Cultura e Trabalho para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Moji das Cruzes, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2007 (nº 2.500/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Esmeralda Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2007 (nº 1.923/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Comunicação de Crucilândia para executar serviço de radiodifusão*

comunitária na cidade de Crucilândia, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2007 (nº 1.682/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural São Judas Tadeu para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2007 (nº 2.422/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade da Bahia S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Salvador, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Resolução nº 19, de 2007, que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) (financiamento parcial do Proágua).*

Sessão: 7-8-2007

Projeto de Resolução nº 22, de 2007, que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América (financiamento parcial do Premar).*

Sessão: 7-8-2007

Projeto de Resolução nº 39, de 2007, que *autoriza o Município de Campo Grande (MS) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, no valor total de até US\$ 17,061,000.00 (dezesete milhões e sessenta e um mil dólares dos Estados Unidos da América).*

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2007 (nº 2.317/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão*

Comunitária de Campo Belo – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Belo, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 2007 (nº 2.398/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Sara Nossa Terra para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2007 (nº 2.396/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Alto Bandeirante – Acaban a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipaumirim, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2007 (nº 2.412/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Alternativa de Cocal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cocal, Estado do Piauí.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2007 (nº 2.465/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Novo Amanhecer FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Meriti, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2007 (nº 2.505/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Redentorista de Comunicações Sociais para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2007 (nº 2.519/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Cultura de Maringá Ltda. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maringá, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2007 (nº 2.520/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Virmond para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Virmond, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2007 (nº 2.522/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Brotas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brotas, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2007 (nº 2.383/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube de Goiânia S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2007 (nº 2.414/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário de Santa Maria para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria, Distrito Federal.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2007 (nº 2.416/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Incentivo à Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irati, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2007 (nº 2.418/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Catanduvense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2007 (nº 2.432/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Rádio Jornal Cultura do Ceará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Acaraú, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 2007 (nº 2.438/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Popular Pontanense Asccop para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pontão, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 133, de 2007 (nº 2.455/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Cultural de Torres para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 2007 (nº 2.456/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Ra-*

radiodifusão Comunitária de Doutor Maurício Cardoso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Doutor Maurício Cardoso, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2007 (nº 2.463/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário Rádio Altinho FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altinho, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2007 (nº 2.470/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Sinco – Sistema Nacional de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos Belos, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2007 (nº 2.492/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rural José Galdino de Andrade São João do Rio do Peixe – Paraíba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Rio do Peixe, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2007 (nº 2.499/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Brasil Ecoar para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Salvador, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2007 (nº 2.111/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Ecoacre Rádio, Jornal e Televisão Ltda. para explorar serviço de*

radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Plácido de Castro, Estado do Acre.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2007 (nº 2.498/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Tanque d'Arca para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tanque d'Arca, Estado de Alagoas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2007 (nº 2.509/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária de São Francisco para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 169, de 2007 (nº 1.710/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Alagoas Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2007 (nº 2.399/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Atual Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz Cabrália, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2007 (nº 2.401/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Ascobi – Associação Comunitária e Beneficente Amigos de Itabela – BA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabela, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2007 (nº 2.431/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio São José do Patrocínio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Amaral Ferrador, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2007 (nº 58/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o art. 159 da Constituição Federal, aumentando a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios (Minirreforma Tributária).*

Sessões extraordinárias: 29-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2007 (nº 2.427/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Difusora Ouro Verde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 30-8-2007

V – ESCOLHA DE AUTORIDADES:

Total.....4

Parecer nº 656, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 119, de 2007 (nº /200, na origem), pela qual o Presidente da República sbmete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor *Pedro Paulo Texeira Manus*, Juíz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região – SP, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.

Sessão: 29-8-2007

Parecer nº 657, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 120, de 2007 (nº /200, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor *Fernando Eizo Ono*, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – PR, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.

Sessão: 29-8-2007

Parecer nº 658, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 121, de 2007 (nº /200, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor *Guilherme Augusto Caputo Bastos*, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região – MT, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.

Sessão: 29-8-2007

Parecer nº 718, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 132, de 2007 (nº /200, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor *Carlos Alberto Menezes Direito* para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence.

Sessão: 29-8-2007

VI – REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA:

Total.....2

Requerimento nº 802, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e outros Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa do Senado Federal, composta de pelo menos dois Senadores das seguintes Comissões: Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ; Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH; Agricultura e Reforma Agrária – CRA; Assuntos Sociais – CAS; e Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo; e os Senadores do Estado do Pará, com o objetivo de visitar as instalações da empresa Pará Pastoril e Agrícola S/A – PAGRISA, localizada no município de Ulianópolis – PA, para averiguar as condições da rescisão direta do contrato de trabalho de cerca de 1180 empregados, resultante da fiscalização empreendida pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério Público do Trabalho.*

Sessão: 7-8-2007

Requerimento nº 935, de 2007, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, *solicitando a criação de Comissão Externa, com 03 (três) membros, destinada a representar o Senado Federal na Mesa redonda de parlamentares, que ocorrerá no âmbito da 8ª Conferência das Partes na Convenção das Nações Unidas, sobre a Luta Contra a Desertificação, nos dias 08 e 09 de setembro de 2007, em Madri – na Espanha.*

Sessão: 22-8-2007

VII – SESSÃO ESPECIAL/PERÍODO DO EXPEDIENTE:

Total.....10

Requerimento nº 834, de 2007, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senadores, *solicitando as seguintes homenagens pelo falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães: Inserção em ata de voto de profundo pesar; observação de um minuto de silêncio em sua memória, após usarem da palavra todos os oradores; levantamento da sessão; apresentação de condolências à família, à Assembléia Legislativa da Bahia, à Câmara dos Deputados, à Prefeitura de Salvador, ao Governo do Estado e aos Democratas; e transformação da sessão ordinária do dia 08 de agosto de 2007 em sessão de homenagem ao Senador Antonio Carlos Magalhães em reverência à sua memória.*

Sessão: 1º-8-2007

Requerimento nº 891, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi e outros Senadores, *solicitando que a Hora do Expediente da sessão deliberativa do dia 29 de agosto de 2007 seja destinada a homenagear a memória do ex-Presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, pelo transcurso do 53º aniversário de seu falecimento; e solicitando, também, que o Requerimento nº 565, de 2007, seja tornado sem efeito.*

Sessão: 9-8-2007

Requerimento nº 885, de 2007, de autoria do Senador José Nery e outros Senadores, *solicitando a realização de Sessão Especial em Homenagem à memória de Ernesto Che Guevara, no próximo dia 8 de outubro, quando se completam 40 anos de sua morte.*

Sessão: 9-8-2007

Requerimentos nºs 721 e 922, de 2007, de autoria do Senador Adelmir Santana e outros Senadores, *solicitando que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de 28 de agosto de 2007, seja destinado a homenagear o Dia do Corretor de Imóveis.*

Sessões: 14 e 21-8-2007

Requerimento nº 910, de 2007, de autoria do Senador Paulo Duque e outros Senadores, *solicitando a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 10 de outubro de 2007, destinada a homenagear a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, instituição científica sem fins lucrativos e de utilidade pública federal, fundada em 19 de setembro de 1925, congrega, representa e trabalha pelos 9.631 ortopedistas, membros de sua sociedade, que atendem cerca de 12 milhões de brasileiros por ano.*

Sessão: 14-8-2007

Requerimentos nºs 825 e 901, de 2007, de autoria do Senador Adelmir Santana e outros Senadores, *solicitando que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de 30 de agosto de 2007, seja destinado a homenagear o Dia do Comerciante.*

Sessão: 14-8-2007

Requerimento nº 945, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana e outros Senadores, *solicitando que a homenagem ao bicentenário de nascimento de Theóphilo Benedito Ottoni ocorra no período destinado à Hora do Expediente da sessão do dia 29 de novembro de 2007. (Em aditamento ao Requerimento nº 724, de 2007)*

Sessão: 22-8-2007

Requerimento nº 967, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias Zambiasi e outros Senadores, *solicitando a realização de Sessão Solene para comemorar os 50 Anos da Revolta dos Posseiros, na hora do Expediente da Sessão do dia 10 de outubro de 2007.*

Sessão: 28-8-2007

Requerimento nº 985, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senadores, *em aditamento ao Requerimento nº 967, de 2007, solicitando que a sessão especial em homenagem pela passagem dos 50 anos da Revolta dos Posseiros, seja transformada em homenagem do Período do Expediente, a realizar-se no dia 2 de outubro.*

Sessão: 29-8-2007

Requerimentos nºs 989 e 998, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e outros Senadores, *solicitando a realização de Sessão Especial no Plenário do Senado Federal, às 14:00 horas do dia 11 de setembro de 2007, destinada a homenagear o Círio de Nazaré, denominado “Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira”, pelo transcurso do seu 214º aniversário.*

Sessão: 30-8-2007

VIII – REQUERIMENTOS DEFERIDOS PELA MESA:

Total.....43

Requerimento nº 890, de 2007, de autoria do Senador Osmar Dias, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, por versarem sobre a mesma matéria.*

Sessão: 9-8-2007

Requerimento nº 153, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, *solicitando ao Ministro de Estado da Previdência que providencie, no estrito prazo constitucional, informações sobre investimentos, acompanhadas dos documentos comprobatórios, juntos aos Fun-*

dos de Pensão Previ (Banco do Brasil), Funcef (Caixa Econômica), Sistel (Telebrás) e CVC (Citigroup).

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 187, de 2007, de autoria do Senador César Borges, *solicitando ao Ministro de Estado da Saúde informações sobre repasses de recursos federais, inclusive no âmbito da gestão plena do SUS, e respectivas prestações de contas da Prefeitura de Salvador.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 198, de 2007, de autoria do Senador Valter Pereira, *solicitando ao Ministro de Estado da Saúde esclarecimentos acerca das ações de controle do dengue no Estado do Mato Grosso do Sul, realizadas no ano de 2006.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 254, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando ao Ministro de Estado dos Transportes informações sobre a construção do Terminal Hidroportuário de Boca do Acre.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 334, de 2007, de autoria do Senador José Maranhão, *solicitando ao Ministro de Estado da Saúde informações detalhadas sobre os repasses ao Estado da Paraíba nos últimos dois anos, relativos à distribuição de medicamentos de uso contínuo.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 345, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando ao Ministro de Estado da Defesa informações sobre todas as nomeações ou designações para cargos ou funções de assessoramento no âmbito da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), vinculada àquela Pasta, feitas a partir de 27 de março de 2006.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 408, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre a possibilidade de elevação no limite de endividamento dos Estados.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 446, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, *solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda os Relatórios de Acompanhamento da situação financeira do Estado do Rio Grande do Sul, elaborados pela Secretaria do Tesouro Nacional, referentes aos quatro últimos exercícios financeiros.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 464, de 2007, de autoria do Senador Raimundo Colombo, *solicitando ao Ministro de Estado das Comunicações informações sobre qual a arrecadação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), de que trata a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, nos exercícios de 2001 a 2006.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 473, de 2007, de autoria do Senador Tasso Jereissati, *solicitando ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre créditos extraordinários destinados àquele ministério, conforme Medida Provisória nº 338, de 29 de dezembro de 2006.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 493, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando à Ministra de Estado do Meio Ambiente informações sobre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, criado a partir da divisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 494, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando ao Ministro de Estado das Minas e Energia informações sobre os critérios para a definição dos preços do gás natural.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 495, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre propaganda de meia página veiculada no jornal Hora do Povo.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 538, de 2007, de iniciativa da Comissão de Educação, *solicitando ao Ministro de Estado do Esporte informações acerca dos entendimentos para a regulamentação da Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, que estabelece renúncia fiscal para o apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 539, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República informações sobre o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 540, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando à Ministra de Estado do Meio Ambiente informações sobre as deliberações do Comitê Técnico de Assessoramento de Agrotóxicos (CTA).*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 545, de 2007, de autoria do Senador Renato Casagrande, *solicitando ao Ministro de Estado das Comunicações informações acerca das providências para a redução das reclamações da população quanto alegada má qualidade na prestação de serviço da telefonia móvel (Celular).*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 562, de 2007, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, *solicitando ao Ministro*

de Estado da Defesa informações acerca da construção do aeroporto de São Gonçalo do Amarante, no Estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 563, de 2007, de autoria do Senador Delcídio Amaral, *solicitando ao Ministro de Estado das Minas e Energia e ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica informações detalhadas daquela Agência acerca da mudança no cálculo dos royalties e da Compensação Financeira de Recursos Hídricos devidos aos municípios de Anaurilândia, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo e Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, e Panorama, Paulicéia e Presidente Epitácio, em São Paulo*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 564, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando ao Ministro de Estado das Relações Exteriores informações sobre tratados, normas e outros atos oficiais entre Brasil – Venezuela e Brasil – Guiana.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 567, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando ao Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social informações sobre a veiculação de propaganda oficial em publicações de circulação nacional.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 604, de 2007, de autoria do Senador Tasso Jereissati, *solicitando ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre os créditos extraordinários destinados àquele Ministério, conforme Medida Provisória nº 338, de 29 de dezembro de 2006, para as empresas Petrobrás Netherlands BV e Petrobrás International Braspetro PIB BV.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 607, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando ao Ministro de Estado da Saúde informações sobre a prorrogação da vigência do convênio entre a Funasa e a ONG Conselho Indígena de Roraima – CIR, destacando-se as circunstâncias e os motivos da prorrogação.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 620, de 2007, de autoria do Senador José Agripino, *solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre as razões que determinaram a suspensão dos repasses financeiros da Caixa Econômica Federal ao Governo do Rio Grande do Norte, destinados à execução da obra de implantação da estação de tratamento de esgoto da cidade de Natal.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 661, de 2007, de autoria do Senador Mão Santa, *solicitando à Ministra de Estado*

do Meio Ambiente informações sobre licenciamentos e autorizações expedidos em favor da empresa JB Carbon S/A para o Projeto Energia Verde de desmatamento para fabricação de carvão em áreas de cerrado e caatinga no Sul do Estado do Piauí.

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 690, de 2007, de autoria do Senador Francisco Dornelles, *solicitando ao Ministro de Estado da Saúde informações referentes ao cumprimento da Portaria Interministerial nº 482, de 16 de abril de 1999.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 757, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, *solicitando à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República informações acerca dos encaminhamentos para o desfecho das negociações que resultem no término da greve do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 760, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, *solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações acerca dos encaminhamentos para o desfecho das negociações que resultem no término da greve do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 775, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego informações sobre a existência de Convênio entre aquela Pasta e a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Unitrabalho.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 781, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando ao Ministro de Estado da Saúde, através da FUNASA, informações acerca de denúncias do elevado número de mortes, no Amazonas, de crianças indígenas, por falta de assistência médica.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 831, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre matéria de página inteira veiculada no Jornal Correio Braziliense sobre o Presidente do PT, Deputado Ricardo Berzoini.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 884, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre empréstimo contraído pela cooperativa Nova Amafrutas junto ao Banco da Amazônia.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 897, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando ao Ministro de Estado do Trabalho informações sobre aquisições de terra e de empreendimentos agrícolas e agroindustriais vinculados à produção de etanol e de biodiesel por capital estrangeiro nos últimos cinco anos.

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 898, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça informações sobre aquisições de terra e de empreendimentos agrícolas e agroindustriais vinculados à produção de etanol e de biodiesel por capital estrangeiro nos últimos cinco anos.

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 899, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando ao Ministro de Estado das Relações Exteriores informações sobre aquisições de terra e de empreendimentos agrícolas e agroindustriais vinculados à produção de etanol e de biodiesel por capital estrangeiro nos últimos cinco anos.

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 900, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações sobre aquisições de terra e de empreendimentos agrícolas e agroindustriais vinculados à produção de etanol e de biodiesel por capital estrangeiro nos últimos cinco anos.

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 904, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando ao Ministro de Estado da Defesa informações sobre o vôo no qual foram deportados os pugilistas cubanos de volta a seu país, em 04 de agosto de 2007.

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 906, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República informações sobre ações do governo brasileiro junto à Organização das Nações Unidas – ONU e à Organização dos Estados Americanos – OEA, referentes à Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 907, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça informações sobre ações do governo brasileiro junto à Organização das Nações Unidas – ONU e à Organização dos Estados Americanos – OEA, referentes à Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 916, de 2007, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando ao Ministro de Estado das Comunicações a remessa do inteiro teor do processo de anuência prévia relativo à operação de reestruturação societária e transferência de controle e de outorgas de empresa do Grupo Abril e da empresa Telecomunicações de São Paulo S.A. – TELESP/Telefônica (Processo nº. 53500.031770/2006), contemplando toda documentação encaminhada pelas empresas envolvidas na transação, a análise e os votos dos membros do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), os pareceres da Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa e da Procuradoria-Geral da referida Agência, o resultado das diligências realizadas, e o parecer sobre o ato de concentração a ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 977, de 2007, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2005, com o Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2005, por versarem sobre o mesmo assunto.

Sessão: 28-8-2007

Requerimento nº 978, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 11/2003; 8, 42/2004; 01, 12, 18 e 55/2007, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 28-8-2007

IX – MATÉRIA PREJUDICADA:

De iniciativa do Senado Federal.....	1
Total.....	1

Requerimento nº 565, de 2007, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira e outros Senadores, solicitando que seja realizada Sessão Especial do Senado Federal no dia 24 de Agosto de 2007, destinada a homenagear o Presidente Getúlio Vargas pelo transcurso do quinquagésimo terceiro aniversário de seu falecimento.

(Prejudicado em virtude da aprovação do Requerimento nº 891, de 2007)

Sessão: 9-8-2007

X – MATÉRIAS REJEITADAS:

De iniciativa do Senado Federal.....	1
De iniciativa da Câmara dos Deputados.....	1
Total.....	2

Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2005 (nº 3.167/97, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, acrescentando dispositivo

sobre a concessão de financiamento para a aquisição de tratores, colheitadeiras, máquinas, implementos e equipamentos agrícolas.

(Rejeitado, nos termos do Art. 254 do Regimento Interno)

Sessão: 3-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre a incorporação do adicional de insalubridade ou periculosidade no salário do empregado.

(Rejeitado, nos termos do Art. 254 do Regimento Interno)

Sessão: 9-8-2007

XI – MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES:

De iniciativa do Senado Federal.....	8
Total.....	8

Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para determinar que a utilização de obras teatrais, composições musicais ou lítero-musicais e fonogramas em representações e execuções públicas que não visem a lucro prescindem de autorização de seu autor ou titular.

(Retirado pelo Requerimento nº 853, de 2007)

Sessão: 7-8-2007

Requerimento nº 791, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

(Retirado pelo Requerimento nº 911, de 2007)

Sessão: 14-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que altera a Lei nº 3173, de 6 de junho de 1957, para mudar a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial de Manaus.

(Retirado pelo Requerimento nº 926, de 2007)

Sessão: 21-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera o § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 2006, para dispensar as microempresas e empresas de pequeno porte do pagamento das contribuições devidas às entidades fiscalizadoras do exercício profissional.

(Retirado pelo Requerimento nº 954, de 2007)

Sessão: 23-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que dispõe sobre o emprego de rendimentos auferidos das aplicações, no mercado financeiro, das receitas tributárias

da competência dos Estados, Distrito Federal, Municípios e das transferências obrigatórias da União para os entes federados, bem assim dos Estados para os Municípios.

(Retirado pelo Requerimento nº 956, de 2007)

Sessão: 23-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2003, de autoria do Senador Romero Jucá, que altera o Anexo de Metas Fiscais da Lei nº 10524, de 25 de julho de 2002 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003.

(Retirado pelo Requerimento nº 964, de 2007)

Sessão: 27-8-2007

Requerimento nº 1.161, de 2006, de autoria do Senador Sibá Machado, que solicita o sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2005 (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2006), em virtude de tramitação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 7.200, de 2006.

(Retirado pelo Requerimento nº 975, de 2007)

Sessão: 28-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 365, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, que altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, que dispõe sobre concurso de prognósticos da Loteria Federal, para determinar a identificação do apostador no comprovante de aposta pelo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), do Ministério da Fazenda.

(Retirado pelo Requerimento nº 986, de 2007)

Sessão: 29-8-2007

XII – OUTRAS DELIBERAÇÕES:

De iniciativa do Senado Federal	54
Total	54

Requerimento nº 835, de 2007, de autoria do Senador Renan Calheirso e outros Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Deputado Júlio Redecker, representante do Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 1º-8-2007

Requerimento nº 836, de 2007, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Deputado Nélio Dias, representante do Estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 1º-8-2007

Requerimento nº 845, de 2007, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Governador do Estado de Santa Catarina, Ivo Silveira.

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 847, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do radialista Orlando Fer-

reira, ocorrido no dia 21 de julho de 2007, vítima de acidente rodoviário em Nova Olinda do Norte, Amazonas.

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 848, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando homenagens de pesar pela morte do Deputado Federal Júlio Redecker, ocorrida em 17 de julho de 2007, no trágico acidente com o avião da TAM no Aeroporto de Congonhas, São Paulo.

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 850, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando homenagens de pesar à família do ex-Governador de Santa Catarina, Ivo Silveira, pelo seu falecimento no dia 02 de agosto de 2007, aos 89 anos, em Florianópolis/SC.

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 856, de 2007, de autoria do Senador Almeida Lima, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do artista plástico José Inácio, conhecido por J. Inácio, ocorrido no dia 1º de agosto de 2007, em Aracaju/SE.

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 858, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento das 199 pessoas, passageiros, funcionários e demais vítimas do acidente com Airbus A – 320 da TAM que fazia o voo JJ 3054, ocorrido no aeroporto de Congonhas, na cidade de São Paulo, no dia 17 de julho de 2007.

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 860, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à atleta amazonense Lígia Silva Santos, por sua participação nos Jogos Pan-Americanos Rio-2007.

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 861, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao atleta amazonense Alexon dos Santos Maximiano, pela conquista da Medalha de Bronze, na prova de lançamento de dardo nos Jogos Pan-Americanos Rio-2007.

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 862, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando homenagens de pesar pela morte trágica, no acidente aéreo da TAM, em Congonhas, de Márcio Andrade, Melissa Doná, Alanis Andrade, André Doná, Gabriel Pedrosa, Ricardo Almeida, Elenilze Ferraz, Bruno Ferraz, Larissa Ferraz, Jamille Leão e Levi Ponce de Leão, todos do Amazonas.

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 863, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso

aos atletas brasileiros que conquistaram medalhas de Ouro, prata e bronze nos Jogos Pan-Americanos Rio-2007.

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 864, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao povo do Município de Coari, Amazonas, pelo transcurso de seu 75º aniversário de emancipação política.

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 865, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao atleta amazonense Sandro Ricardo Rodrigues Viana, pela conquista da Medalha de Ouro, na prova de revezamento 4x100m, nos Jogos Pan-Americanos Rio-2007.

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 866, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da artista plástica amazonense Maria Bernadete Mafra de Andrade.

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 867, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando homenagens de pesar pela morte do Senhor Wilson Carlos Kuhn, vítima de complicações pulmonares na cidade de Cascavel, dia 28 de julho de 2007.

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 870, de 2007, de autoria do Senador Arthue Virgílio, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do atleta Carlos Feitosa, que integrou a equipe de vôlei do Flamengo, na década de 60.

Sessão: 6-8-2007

Requerimento nº 871, de 2007, de autoria do Senador Arthue Virgílio, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Major Brigadeiro Gerseh Nerval Barbosa, Comandante do Serviço de Transporte Especial da Presidência da República no Governo Costa e Silva, e Chefe do Serviço Secreto da Aeronáutica no Governo Médici, falecido em 4 de agosto de 2007.

Sessão: 6-8-2007

Requerimento nº 872, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Bispo Emérito, Dom Lino Vombommel, ocorrido dia 7 de agosto de 2007.

Sessão: 7-8-2007

Requerimento nº 874, de 2007, de autoria do Senador João Pedro, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Professora Doutora Maria Bernadete Mafra de Andrade, da UFAM, ocorrido no dia 28 de julho de 2007.

Sessão: 7-8-2007

Requerimento nº 875, de 2007, de autoria do Senador José Nery, solicitando voto de congra-

tulações pelo aniversário de 80 anos do arcebispo emérito de Belém, Dom Vicente Joaquim Zico.

Sessão: 7-8-2007

Requerimento nº 880, de 2007, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do pintor e artista plástico José Inácio, natural de Arauá – Estado de Sergipe.*

Sessão: 9-8-2007

Requerimento nº 881, de 2007, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da professora e escritora Ofenísia Soares Freire, natural de Estância – Estado de Sergipe.*

Sessão: 9-8-2007

Requerimento nº 892, de 2007, de autoria dos Senadores Adelmir Santana e Cristovam Buarque, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Oficial Bombeiro do Distrito Federal Major Luis Henrique Andrade Barbosa ocorrido em trágico acidente de helicóptero no dia 9 de agosto de 2007 em Ceilândia.*

Sessão: 9-8-2007

Requerimento nº 893, de 2007, de autoria dos Senadores Adelmir Santana e Cristovam Buarque, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Oficial Bombeiro do Distrito Federal Capitão José Frederico Assunção Magalhães ocorrido em trágico acidente de helicóptero no dia 9 de agosto de 2007 em Ceilândia.*

Sessão: 9-8-2007

Requerimento nº 894, de 2007, de autoria do Senador Magno Malta, *solicitando voto de aplauso para o Senhor Rodrigo Alves Gonçalves que salvou a vida de uma criança jogada da ponte em Cariacica.*

Sessão: 9-8-2007

Requerimento nº 895, de 2007, de autoria do Senador Adelmir Santana, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Bombeiro do Distrito Federal Sargento Lélío Antônio da Rocha ocorrido em trágico acidente de helicóptero no dia 9 de agosto de 2007 em Ceilândia.*

Sessão: 9-8-2007

Requerimento nº 896, de 2007, de autoria do Senador Magno Malta, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Senhor Chico Coletor ex-prefeito de Ecoporanga.*

Sessão: 9-8-2007

Requerimento nº 908, de 2007, de autoria do Senador Renan Calheiros, *solicitando voto de aplauso aos cientistas Ricardo Gazzinelli, Patrícia Bozza e Mauro Teixeira por integrarem a lista dos mais in-*

fluentes cientistas do mundo e pelos excelentes resultados que vêm obtendo em suas pesquisas.

Sessão: 14-8-2007

Requerimento nº 915, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando voto de aplauso e congratulações à Comunidade Católica do Estado de Roraima, por intermédio do Bispo de Roraima, Dom Roque Paloschi, pelas comemorações dos 100 anos de criação da Prelazia do Rio Branco, hoje Igreja de Roraima.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 917, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do jornalista Joel Silveira, em 15 de agosto de 2007, aos 88 anos, de causas naturais enquanto dormia em seu apartamento em Copacabana, no Rio de Janeiro.*

Sessão: 16-8-2007

Requerimento nº 923, de 2007, de autoria da Senadora Fátima Cleide, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Vereador Edson Luiz Gasparotto, Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste – RO, assassinado no dia 15 de agosto de 2007.*

Sessão: 17-8-2007

Requerimento nº 928, de 2007, de autoria do Senador Efraim Moraes, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual Gervásio Bonavides Mariz Maia, ocorrido no dia 18 de agosto de 2007, na cidade de João Pessoa – PB.*

Sessão: 21-8-2007

Requerimento nº 930, de 2007, de autoria do Senador José Maranhão, *solicitando voto de aplauso aos atletas paraibanos Aline Rosas, Ednalva Laureano, Jucilene Sales, Larissa Lélyls, Basílio Emídio, Ednanci Silva e Kaio Márcio de Almeida, pelos brilhantes resultados obtidos no maior campeonato desportivo das Américas, nos Jogos Pan-Americanos.*

Sessão: 21-8-2007

Requerimento nº 931, de 2007, de autoria do Senador João Vicente Claudino, *solicitando voto de aplauso ao Sr. Pedro Mendes Ribeiro, poeta e Presidente da Associação dos violeiros e Poetas Populares do Piauí, pela abertura, no dia 16 de agosto de 2007, do XXXIV Festival de Violeiros.*

Sessão: 21-8-2007

Requerimento nº 932, de 2007, de autoria do Senador João Vicente Claudino, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Senhora Maria dos Santos Rodrigues, ocorrido no dia 20 de agosto de 2007, na cidade de Ibotirama, no Estado da Bahia.*

Sessão: 21-8-2007

Requerimento nº 933, de 2007, de autoria do Senador João Vicente Cluadino, *solicitando voto de aplauso à Associação Piauiense de Municípios – AAPM.*

Sessão: 21-8-2007

Requerimento nº 934, de 2007, de autoria da Senadora Fátima Cleide, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento de Maria dos Santos Rodrigues, Presidente do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Acauã-PI, que foi vítima de acidente automobilístico ocorrido no dia 20 de agosto de 2007.*

Sessão: 21-8-2007

Requerimento nº 936, de 2007, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, *solicitando voto de louvor à Casa de Apoio à Criança com Câncer Durval Paiva, por seu inestimável trabalho no Estado do Rio Grande do Norte.*

Sessão: 21-8-2007

Requerimento nº 939, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do jornalista e escritor Joel Silveira, ocorrido no dia 15 agosto de 2007, no Rio de Janeiro-RJ.*

Sessão: 22-8-2007

Requerimento nº 940, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Edmundo Carlos Fonseca, ocorrido no dia 10 agosto de 2007, no Rio de Janeiro-RJ.*

Sessão: 22-8-2007

Requerimento nº 946, de 2007, de autoria do Senador Magno Malta, *solicitando voto de aplauso para o Senhor Carlos Arthur Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro.*

Sessão: 22-8-2007

Requerimento nº 947, de 2007, de autoria do Senador Magno Malta, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Prefeito Olandino Belizário Couto, conhecido como Tininho Belizário, prefeito de Brejetuba, ocorrido no dia 17 de agosto de 2007, em Vila Velha.*

Sessão: 22-8-2007

Requerimento nº 948, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Jornalista Nelson Boechar Cunha, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Mangalarga Machador ABC-MMM, ocorrido em 16 de junho de 2007.*

Sessão: 22-8-2007

Requerimento nº 949, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando homenagens de*

pesar pelo falecimento do Doutor Waltencyr Francisco Lawall, farmacêutico estabelecido em Juiz de Fora, Minas Gerais, ocorrido em 22 de junho de 2007.

Sessão: 22-8-2007

Requerimento nº 950, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Município de Parintins, no Amazonas, pela realização da Festa da Pesca Esportiva.*

Sessão: 22-8-2007

Requerimento nº 972, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Universidade Federal do Amazonas – UFAM, pela aprovação, na CAPES/MEC, do Curso de Doutorado “Sociedade e Cultura na Amazônia”.*

Sessão: 28-8-2007

Requerimento nº 973, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento, ocorrido em 25 de agosto de 2007, da Sra. Clotilde Piquet de Sotto Mayor, viúva do saudoso Deputado Federal Estácio Sotto Mayor.*

Sessão: 28-8-2007

Requerimento nº 979, de 2007, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Borelho, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Grão Mestre da Grande Loja Maçônica de Roraima, Ademir Pinheiro Viana, ocorrido no dia 26 de agosto de 2007, na cidade de São Paulo.*

Sessão: 28-8-2007

Requerimento nº 980, de 2007, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento, no dia 26 de agosto de 2007, do professor Newton Lins Buarque Sucupira, Professor Emérito das Universidades Federais de Pernambuco e do Rio de Janeiro e da Universidade Gama Filho; tendo ocupado cargo no Conselho Federal de Educação, na Diretoria de Assuntos Universitários e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.*

Sessão: 28-8-2007

Requerimento nº 981, de 2007, de autoria do Senador José Maranhão, *solicitando voto de aplauso a Sandro Alves, Andreonni Fabrizius, Damião Robson, Marcelo José, Severino Gabriel, Fábio Ribeiro, Antônio de Pádua Alves e Jailton Lucas, pelos brilhantes resultados obtidos no maior campeonato desportivo das Américas para Para-Atletas, os Jogos Parapan-americanos, realizados na cidade do Rio de Janeiro e que os votos sejam estendidos, às respectivas Confederações e Federações Esportivas, e às Câmaras Municipais de João Pessoa e Campina Grande, no Estado da Paraíba.*

Sessão: 28-8-2007

Requerimento nº 991, de 2007, *solicitando calendário especial para a tramitação da Proposta de*

Emenda à Constituição nº 75, de 2007 (nº 58/2007, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios.

Sessão: 29-8-2007

Requerimento nº 993, de 2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de louvor ao Presidente da República Francesa, Sr. Nicolas Sarkozy, por sua proposta de incorporar o Brasil, além de Índia, África do Sul, China e México, ao G8, bem como pelo seu apoio à intenção do nosso país de integrar-se ao Conselho de Segurança da ONU.*

Sessão extraordinária: 29-8-2007

Requerimento nº 997, de 2007, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, *solicitando voto de louvor em comemoração aos 25 anos de atividades episcopais de Dom José Palmeira Lessa, Arcebispo de Aracajú..*

Sessão: 30-8-2007

XIII – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

Total.....	9
------------	---

Ato nº 46, de 2007 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 5 de agosto de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 372, de 22 de maio de 2007, que *dispõe sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos depósitos à vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais e suas cooperativas junto a fornecedores de insumos, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006, e dá outras providências.*

(Publicado no **Diário Oficial da União** de 25-7-2007, seção I)

Ato nº 47, de 2007 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 7 de agosto de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 373, de 24 de maio de 2007, que *dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios.*

(Publicado no **Diário Oficial da União** de 27-7-2007, seção I)

Ato nº 48, de 2007 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 13 de agosto de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 374, de 31 de maio de 2007, que *altera o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, que dispõe sobre o prazo para apresentação de dados para fins de*

compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social.

(Publicado no **Diário Oficial da União** de 3-8-2007, seção I)

Ato nº 49, de 2007 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 31 de agosto de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 375, de 15 de junho de 2007, que *fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.*

(Publicado no **Diário Oficial da União** de 15-8-2007, seção I)

Ato nº 50, de 2007 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 1º de setembro de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 376, de 18 de junho de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 15.704.401.380,00, para os fins que especifica.*

(Publicado no **Diário Oficial da União** de 15-8-2007, seção I)

Ato nº 51, de 2007 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 1º de setembro de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 377, de 18 de junho de 2007, que *acresce e altera dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, acresce dispositivos à Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, cria a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores-DAS e Funções Gratificadas, e dá outras providências.*

(Publicado no **Diário Oficial da União** de 15-8-2007, seção I)

Ato nº 52, de 2007 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 3 de setembro de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 378, de 20 de junho de 2007, que *dá nova redação ao caput do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados.*

(Publicado no **Diário Oficial da União** de 22-8-2007, seção I)

Ato nº 53, de 2007 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 11 de setembro de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 379, de 28 de junho de 2007, que *altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm e define crimes.*

(Publicado no **Diário Oficial da União** de 29-8-2007, seção I)

Ato nº 54, de 2007 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 11 de setembro de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.

(Publicado no **Diário Oficial da União** de 29-8-2007, seção I)

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (1º a 31 de agosto de 2007)	
Deliberativas Ordinárias	12
Não Deliberativas	09
Deliberativas Extraordinárias	09
Especial	03
Total	33

**SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS
PELO SENADO FEDERAL
(1º a 31 de agosto de 2007)**

MATÉRIAS APROVADAS (Itens I a VIII).....	135
I – Medidas Provisórias aprovadas ...	8
1 – aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados e enviadas à sanção	4
2 – aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação.....	2
3 – aprovada com alterações e devolvida à Câmara dos Deputados.....	1
4 – aprovada a Medida Provisória na íntegra e devolvida à Câmara dos Deputados, ficando prejudicado o PLV apresentado pela Câmara dos Deputados.....	1
II – Proposição aprovada e enviada à sanção	1
III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados	18
1 – Por decisão terminativa	18
1.1 – Proposições do Senado.....	18
IV – Proposições aprovadas e enviadas à promulgação.....	49
1 – Concessões de telecomunicações .	45
2 – Operações de crédito.....	3
3 – Proposta de Emenda à Constituição.....	1
V – Escolha de autoridades	4
VI – Requerimentos de criação de comissão temporária.....	2

VII – Requerimentos de Sessão Especial e Período do Expediente.....	10
VIII – Requerimentos deferidos pela Mesa.....	43
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (Itens IX a XI).....	11
IX – Matéria prejudicada.....	1
X – Matérias rejeitadas	2
XI – Matérias retiradas pelos autores	8
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (Itens I a XI)	146
Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional prorrogando prazo de Medida Provisória.....	9

**SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE
1º DE FEVEREIRO A 31 DE AGOSTO DE 2007**

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA (1º de fevereiro a 31 de agosto de 2007)	
Deliberativas Ordinárias.....	74
Não Deliberativas.....	52
Deliberativas Extraordinárias.....	11
Especiais.....	10
Total.....	147
Reuniões preparatórias.....	3
Reuniões.....	2
Sessões não realizadas.....	4
MATÉRIAS APROVADAS (Itens I a XIV)	675
I – Medidas Provisórias aprovadas	46
1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção	17
2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação	21
3 – Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados	7
4 – Aprovada a Medida Provisória na íntegra e devolvida à Câmara dos Deputados, ficando prejudicado o Projeto de Lei de Conversão da Câmara dos Deputados.....	1
II – Projetos aprovados e enviados à sanção	12
III – Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados	118
1 – Por Decisão do Plenário	11
1.1 – Do Senado Federal.....	9

1.2 – Da Câmara Dos Deputados.....	2
2 – Em Decisão Terminativa	107
2.1– Proposições Do Senado	107
IV – Projetos Aprovados E Enviados À Promulgação	202
1 – Concessões De Telecomunicações	188
2 – Acordo Internacional	1
3 – Operações de Crédito.....	3
4 – Proposta de Emenda à Constitui- ção.....	1
5 – Suspensão de Atos Normativos De- clarados Inconstitucionais	4
6 – Alterações do Regimento.....	2
7 – Outros	3
V – Escolha de Chefes de Missão Di- plomática.....	9
VI – Escolha de Autoridade	49
VII – Requerimentos de Votos De Aplauso, Censura ou Semelhante.....	3
VIII – Requerimentos de Criação de Comissão Temporária	3
IX – Requerimentos de Sessão Espe- cial e Período do Expediente.....	37
X – Requerimentos de Auditoria do Tribunal de Contas da União	5
XI – Requerimentos de Desarquiva- mento Aprovados’	46
XII – Requerimentos de Informação Aprovados pela Mesa.....	45
XIII – Requerimentos Deferidos pela Mesa.....	60
XIV – Requerimentos Diversos	40
Matérias Enviadas ao Arquivo (Itens XV a XVIII)	52
XV – Matérias Prejudicadas	6
XVI – Matérias Rejeitadas.....	13
XVII – Matérias Retiradas pelos Auto- res	32
XVIII – Medida Provisória com Trami- tação Encerrada.....	1
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (Itens I a XVIII)	727
ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA	54
REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DE CPI DEFERIDOS	2

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia
DEM – Antonio Carlos Júnior*^(S)
DEM – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro
BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Paulo Duque*^(S)
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **

Maranhão
DEM – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
BLOCO-PTB – Eptácio Cafeteira **

Pará
PSOL – José Nery*^(S)
PSDB – Flexa Ribeiro*^(S)
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco
DEM – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
DEM – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^(S)
DEM – Eliseu Resende**

Goiás
DEM – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso
DEM – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Shessarenko*

DEM – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul
BLOCO-PT – Paulo Paim*
BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya*
PSDB – Tasso Jereissati*
BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba
DEM – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo
PMDB – Gerson Camata*
BLOCO-PR – Magno Malta*
BLOCO-PSB – Renato Casagrande**

Piauí
DEM – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
PMDB – Garibaldi Alves Filho *
DEM – José Agripino*
DEM – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto De Conto *^(S)

DEM – Raimundo Colombo **

Alagoas
PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^(S)
(vago)¹

Sergipe
PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
DEM – Maria do Carmo Alves **

Amazonas
PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
BLOCO-PT – João Pedro**^(S)

Paraná
BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^(S)
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
BLOCO-PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^(S)
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal
PDT – Cristovam Buarque*
DEM – Adelmir Santana *^(S)
PTB – Gim Argello**^(S)

Tocantins
BLOCO-PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
DEM – Kátia Abreu**

Amapá
PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*

PMDB – José Sarney **

Rondônia
BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
BLOCO-PR – Expedito Júnior**

Roraima
BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*

BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

¹ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Exedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT)⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: somcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayne Campos – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago) ¹

Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro - PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (9 titulares e 9 suplentes)

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO (7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE (7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Shessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) ¹
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa (vago)	1. Valdir Raupp
	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM

Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT**

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha ⁸
Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana ³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. João Pedro (PT) ²	AM	1166
(vago)			2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
Epitácio Cafeteira (PTB) ¹	MA	1402	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ^{6,9}	AM	1413
Marisa Serrano ^{7,10}	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (DEM/SP)					2051

(Atualizada em 4.7.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Shlessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão.

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 27.6.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 27.6.2007.

⁸ Eleito em 27.6.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 4.7.2007.

¹⁰ Eleita na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 4.7.2007.

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (DEM-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2 4 5}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

⁵ O Senador Alvaro Dias retornou ao exercício do mandato em 31 de julho de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko¹

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda¹

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

¹. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ADELMIR SANTANA		no cargo de Ministro Togado, na vaga reservada a Juízes de carreira da magistratura trabalhista.....	404
Homenagem ao Dia do Corretor de Imóveis...	92	Pedido de urgência na votação da matéria que trata do aumento do Fundo de Participação dos Municípios.....	442
Homenagem ao Dia do Comerciante.....	494	Considerações acerca do crescimento da economia brasileira, bem como de seu Produto Interno Bruto.....	450
Homenagem à família do Senador Mão Santa na passagem do Dia do Comerciante. Aparte ao Senador Mão Santa.....	499	Requerimento nº 993, de 2007, requer que seja apresentado voto de louvor ao Presidente da República Francesa, Sr. Nicolas Sarkozy, por sua proposta de incorporar o Brasil, além de Índia, África do Sul, China e México, ao G-8, bem como pelo seu apoio à intenção do nosso País de integrar-se ao Conselho de Segurança da ONU.	459
Comentário sobre a atitude do Governador José Roberto Arruda, do Distrito Federal, de reduzir os cargos de confiança do Instituto Candango de Solidariedade. Aparte ao Senador Heráclito Fortes	564		
Retrospectiva da forma de administrar do Governador José Roberto Arruda	570		
ALOIZIO MERCADANTE		ALVARO DIAS	
Requerimento nº 965, de 2007, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no dia 4 de setembro de 2007, para participar da Quinta Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai.....	166	Considerações a respeito do trabalho das santas casas de misericórdia, no que tange à saúde no Brasil. Aparte ao Senador Mão Santa.	16
Requerimento nº 976, de 2007, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2007, que “Dispõe sobre a produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico e dá outras providências”, que além da Comissão de despacho inicial seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos	176	Indignação com o desvio de recursos públicos, que poderiam ser aplicados no combate ao déficit social e carências crônicas da população brasileira, principalmente na área da educação.....	17
Homenagem ao ex-Presidente Getúlio Vargas pelo transcurso do quinquagésimo terceiro aniversário de seu falecimento.....	337	Manifestação sobre a indignação que campeia no Paraná e em todo o País, diante do brutal assassinato de uma jovem em Curitiba.....	17
Considerações sobre a prerrogativa privativa do Senado Federal de indicar membros do Supremo Tribunal Federal.....	392	Requerimento nº 967, de 2007, que requer a realização de Sessão Solene Especial para comemorar os 50 Anos da Revolta dos Posseiros, a ser realizada na primeira quinzena do mês de outubro de 2007.....	166
Encaminhamento à votação do Parecer nº 656, de 2007, sobre a Mensagem nº 119, de 2007 (nº 515/2007 na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Doutor Pedro Paulo Teixeira Manus para compor o Tribunal Superior do Trabalho		Aplausos ao Supremo Tribunal Federal por sua independência ao aceitar as denúncias dos envolvidos no “Mensalão” e à atuação do Procurador-Geral da República.....	241
		Comentários sobre a indicação do Senhor Carlos Alberto Menezes para assumir o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal	393

	Pág.		Pág.
Comentário favorável à indicação do Doutor Fernando Eizo Ono para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado.....	406	Requerimento nº 972, de 2007, que requer voto de aplauso à Universidade Federal do Amazonas – UFAM, pela aprovação, na CAPES/MEC, do Curso de Doutorado “Sociedade e Cultura na Amazônia”	175
Registro do artigo intitulado “As opiniões dos Lulas”, publicado na revista <i>Veja</i> , edição de 8 de agosto de 2007	484	Requerimento nº 973, de 2007, que requer voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 25 de agosto de 2007, da Senhora Clotilde Piquet de Sotto Mayor, viúva do Saudoso Deputado Federal Estácio Sotto Mayor.....	175
Comentários sobre o estudo da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), a respeito da queda de renda e o endividamento rural.....	513	Reflexão sobre o papel histórico do PT.....	284
ANTONIO CARLOS VALADARES			
Defesa da elevação de investimentos no setor de saneamento básico, com ampliação do acesso da população de baixa renda, como forma de diminuir a incidência de várias doenças	170	Manifestação sobre o voto aberto no Conselho de Ética.....	284
Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2007, que altera a Lei nº 11.445, de 15 de janeiro de 2007, que dispõe sobre diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para incentivar a economia no consumo de água	224	Homenagem ao ex-Presidente Getúlio Vargas pelo transcurso do quinquagésimo terceiro aniversário de seu falecimento.	336
Requerimento nº 997, de 2007, que requer voto de louvor em comemoração aos 25 anos de atividades Episcopais de Dom José Palmeira Lessa, Arcebispo de Aracaju.....	507	Comentários sobre a indicação do Senhor Carlos Alberto Menezes para assumir o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.	393
Encaminhamento do Requerimento nº 997, de 2007, que requer voto de louvor em comemoração aos 25 anos de atividades Episcopais de Dom José Palmeira Lessa, Arcebispo de Aracaju	508	Considerações sobre a votação do projeto do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.....	395
ARTHUR VIRGÍLIO			
Homenagem ao Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Conselho Editorial do Senado Federal pelos dez anos de existência, e a Universidade do Legislativo Brasileiro (UNILEGIS), pelo transcurso dos seis anos do início de suas atividades	85	Convite aos Senadores do PSDB a comparecerem ao Plenário para a votação da indicação dos nomes dos membros do Tribunal Superior do Trabalho e também para a votação do aumento do Fundo de Participação dos Municípios.....	409
Requerimento nº 969, de 2007, que requer informações ao Ministro da Justiça, acerca do avião que transportou, do Rio de Janeiro para Havana, os dois atletas (boxeadores) cubanos que participaram dos Jogos Pan-Americanos, realizados em julho de 2007.....	173	Comentário sobre a votação da indicação dos Senhores Luiz Antônio Pagot e Miguel de Souza para a diretoria do DNIT	412
Requerimento nº 970, de 2007, que requer informações ao Ministro da Defesa, acerca do avião que transportou, do Rio de Janeiro para Havana, os dois atletas (boxeadores) cubanos que participaram dos Jogos Pan-Americanos, realizados em julho de 2007.....	173	Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007), que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007)	417
Requerimento nº 971, de 2007, que requer voto de aplauso ao Partido Socialista Brasileiro-PSB, pelos seus 60 anos	174	Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2007 (nº 58/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando, a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios (mini-reforma tributária)	440
		Requerimento nº 994, de 2007, que requer ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações do BNDES acerca da existência de projeto de construção de ferrovia de longa extensão na Amazônia.....	460
		Manifestação do desejo de S.Exa em ter participado da cerimônia de lançamento do livro “Direito à memória e à verdade”. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.....	473

	Pág.	III	Pág.
Justificativas ao encaminhamento do Requerimento nº 994, de 2007, de autoria de S.Exa., dirigida ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior pedindo informações do BNDES acerca da existência de projeto de construção de ferrovia de longa extensão na Amazônia	478		
Transcrição de pronunciamento em que faz advertências ao cenário do apagão aéreo.	478		
Transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado “Nas ruas, gato por lebre”, de autoria do cineasta José Padilha, publicado no jornal <i>O Globo</i> , edição de 28 de agosto de 2007.	479		
AUGUSTO BOTELHO			
Parecer nº 715, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2007 (nº 1.143/2003, na Casa de origem), que regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal – TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal – ASB.	44		
Homenagem ao Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Conselho Editorial do Senado Federal pelos dez anos de existência, e a Universidade do Legislativo Brasileiro (UNILEGIS), pelo transcurso dos seis anos do início de suas atividades	90		
Apoio à Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Aparte ao Senador Paulo Duque	244		
Demonstração de solidariedade à família do Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica de Roraima, Ademir Pinheiro Viana, em virtude de seu falecimento. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	253		
Comentário sobre as políticas de desenvolvimento da agricultura e pecuária em Roraima e no Acre. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.	568		
Homenagem à Rede Amazônica de Televisão, pela comemoração dos 35 anos de atividades.	575		
Alerta para a necessidade de melhorar as condições de higiene na extração da polpa do açaí, para evitar a doença de chagas. Senador Augusto Botelho.	575		
CÉSAR BORGES			
Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2007, que acrescenta inciso ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir atendimento presencial aos usuários de serviços de telecomunicações.	222		
Constatação de que o avanço da Petrobrás sobre o setor do etanol poderá trazer prejuízos à indústria nacional.	233		
		Comentário sobre a importância de se fazer reformas tributárias que contemplem os Municípios brasileiros	454
		CÍCERO LUCENA	
		Requerimento nº 996, de 2007, que requer sejam solicitadas ao Presidente do Banco Central do Brasil informações sobre quais são especificamente os serviços bancários que o Banco Central autoriza que os bancos cobrem de seus clientes ou usuários, seja sob a denominação de taxa, tarifa bancária ou outra denominação	460
		Registro da matéria intitulada “As autoridades são outra catástrofe”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 25 de julho de 2007.	481
		CRISTOVAM BUARQUE	
		Relato de visita realizada por S.Exa. ao Estado do Ceará e defesa da revolução pela educação no País	9
		DELCÍDIO AMARAL	
		Requerimento nº 985, de 2007, que requer, em aditamento ao Requerimento nº 967, de 2007, que a Sessão Especial em homenagem pela passagem dos 50 Anos da Revolta dos Posseiros, seja transformada em homenagem do Período do Expediente, a realizar-se no dia 2 de outubro.	374
		DEMÓSTENES TORRES	
		Manifestação sobre o voto secreto no Conselho de Ética. Aparte ao Senador Arthur Virgílio	285
		Considerações sobre as pressões sofridas pelos Senadores em relação ao “caso Renan Calheiros”	401
		Comentário sobre a importância da discussão, no Senado Federal, da Medida Provisória que trata do apoio governamental às vítimas do acidente com o Césio 137 em Goiás	420
		EDISON LOBÃO	
		Projeto de Lei do Senado nº 510, de 2007, que altera o art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatórios o diagnóstico e a terapêutica de anormalidades na visão e na audição dos recém-nascidos em todo o território nacional	552

IV

	Pág.		Pág.
Comentário sobre a produção de etanol no Brasil. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko ...	561	Comentário sobre a deportação dos dois pugilistas cubanos que participaram dos Jogos Pan-Americano, realizados no Rio de Janeiro. Aparte Senador Heráclito Fortes.....	37
Comentário sobre a gestão do ex-Governador Geraldo Mesquita, no Estado do Acre. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	567	Informação sobre a reapresentação da Proposta de Emenda Constitucional, pelo Senador Tião Viana, assinada por todos Senadores do Partido dos Trabalhadores, para que o voto no Senado seja sempre aberto em questões tais como a cassação de mandato em virtude de violação de decoro parlamentar, que não foi aprovada na legislatura passada.....	40
Comentário sobre a administração do Governador José Roberto Arruda no Distrito Federal. Aparte ao Senador Adelmir Santana.....	571	Esclarecimentos à Senadora Kátia Abreu sobre seu ponto de vista também favorável ao voto aberto no Conselho de Ética	41
Defesa da inclusão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses como uma das sete maravilhas naturais do mundo.	573	Requerimento nº 978, de 2007, que requer a tramitação conjunta, por regularem a mesma matéria, das Propostas de Emenda à Constituição – PEC nºs 11/2003; 8/2004; 42/2004; 1/2007; 12/2007; 18/2007; 55/2007, que alteram o art. 56 da Constituição Federal, de modo a introduzir novas regras para a suplência de Senador.....	177
EDUARDO AZEREDO		Comentários sobre a atuação do Supremo Tribunal Federal no caso do “Mensalão”. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.....	277
Alertas e reflexões sobre a retomada do projeto de construção da usina nuclear de Angra III.	274	Considerações sobre comentários feitos pelo Presidente Lula a respeito do Presidente Hugo Chávez. Aparte ao Senador Pedro Simon	280
Homenagem ao ex-Presidente Getúlio Vargas pelo transcurso do quinquagésimo terceiro aniversário de seu falecimento.....	334	Manifestação sobre o voto aberto no Conselho de Ética. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	287
Requerimento nº 984, de 2007, requer que seja justificada a ausência de S.Exa nos dias 3 e 4 do mês de setembro de 2007, quando estará em missão oficial, junto à 5ª Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai ...	374	Comentários sobre o Parecer apresentado por S.Exa., na Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007, que institui normas para licitações e contratos da administração pública.....	297
Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007), que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007).	417	Comentário sobre a concessão de pensão aos portadores de hanseníase.....	415
Cumprimentos aos Prefeitos Brasil pela vitória alcançada na luta pelo aumento dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.....	453	Registro da cerimônia de lançamento do livro “Direito à memória e à verdade”, editado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.	473
Registro da matéria intitulada “Mundo Verde”, de autoria da repórter Karla Monteiro, publicada na Revista <i>O Globo</i> , edição de 26 de agosto de 2007	545	EFRAIM MORAIS	
EDUARDO SUPPLY		Homenagem ao Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Conselho Editorial do Senado Federal pelos dez anos de existência, e a Universidade do Legislativo Brasileiro (UNILEGIS), pelo transcurso dos seis anos do início de suas atividades.....	77
Esclarecimentos sobre o posicionamento de S.Exa. no Conselho de Ética, referente ao “caso Renan Calheiros”.....	23	Requerimento nº 987, de 2007, requer que seja concedida licença dos trabalhos desta Casa para participar da Sessão Legislativa Ordinária nos dias 3 e 4 de setembro de 2007, em Montevidéu, Uruguai.....	375
Comentário sobre a importância da entrevista concedida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , em 26 de agosto de 2007.....	23		
Comentários à entrevista concedida pelo Presidente Lula, em 26 de agosto de 2007, ao jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , ressaltando a valorização da democracia e dos preceitos constitucionais. Aparte ao Senador José Agripino.	33		

	Pág.		Pág.
EPITÁCIO CAFETEIRA			
Homenagem ao ex-Presidente Getúlio Vargas pelo transcurso do quinquagésimo terceiro aniversário de seu falecimento.....	322	Considerações acerca da aprovação da Emenda Constitucional nº 75, de 2007, que trata do aumento do Fundo de Participação do Municípios	455
EUCLYDES MELLO		Saudação pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 75, de 2007, que aumenta os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).	529
Histórico da vida parlamentar de S.Exa.....	503	Importância de projeto de autoria de S.Exa., que trata do aproveitamento de áreas já alteradas em nível nacional, para uso econômico.....	529
Considerações sobre as ações do Governo Collor.....	503	Requerimento nº 998, de 2007, em aditamento ao Requerimento nº 989, de 2007, que requer a realização de Sessão Especial no Plenário do Senado Federal, às 14 horas, do dia 11 de setembro de 2007, destinada a homenagear o Círio de Nazaré, denominado “Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira” pelo transcurso do seu 214º aniversário.	537
EXPEDITO JÚNIOR		Agradecimento pela aprovação de requerimento de autoria de S.Exa. para realizar uma sessão de homenagem ao Círio de Nazaré, denominado Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira, pelo transcurso dos seus 240 anos.....	543
Cumprimentos ao Senhor Gilberto Carvalho, Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República, por ter recebido comitiva de vítimas do massacre de Corumbiara	272	FRANCISCO DORNELES	
Voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Antonio Morimoto.....	272	Homenagem ao Dia do Corretor de Imóveis.....	94
Apelo aos Líderes do Senado Federal para votar o projeto do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.	389	Comentários sobre a indicação do Senhor Carlos Alberto Menezes para assumir o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.	393
FÁTIMA CLEIDE		GARIBALDI ALVES FILHO	
Registro da realização do encontro “a TEIA 2007 – Tudo de Todos”, no período de 7 a 11 de novembro de 2007, em Belo Horizonte.	544	Reflexão sobre o julgamento realizado pelo STF dos envolvidos no episódio do “Mensalão”	384
Parecer nº 721, de 2007 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Ofício “S” nº 6, de 2007, (nº 348/2007, na origem) do Danos do Nordeste do Brasil S.A., que encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), referentes ao ano de 2006.	553	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
FLEXA RIBEIRO		Homenagem ao ex-Presidente Getúlio Vargas pelo transcurso do quinquagésimo terceiro aniversário de seu falecimento.....	325
Requerimento nº 989, de 2007, que requer a realização de período do expediente no Plenário do Senado Federal, às 14h, do dia 4 de setembro de 2007, destinada a homenagear o Círio de Nazaré, denominado “Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira” pelo transcurso do seu 214º aniversário que ocorrerá em 14 de setembro de 2007.	375	Lamento pela perda da capacidade de auto-suficiência na produção de alimentos no Estado do Acre. Relato histórico da gestão do pai de S.Exa., ex-Governador Geraldo Mesquita, no Estado do Acre	565
Comentários sobre a indicação do Senhor Carlos Alberto Menezes para assumir o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.	392	Comemoração pelo transcurso de 35 anos de atuação da Rede Amazônica de Televisão.....	565
Considerações sobre a votação do projeto do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.	394	GERSON CAMATA	
		Requerimento nº 986, de 2007, que requer a retirada definitiva do Projeto de Lei do Senado nº 365, de 2005, que dispõe sobre concurso de prog-	

	Pág.		Pág.
nósticos da Loteria Federal, para determinar a identificação do apostador no comprovante de aposta pelo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), do Ministério da Fazenda	374	Comentário sobre o relatório a respeito do mensalão feito pela CPI, o qual foi acatado pela Procuradoria da República. Aparte ao Senador Arthur Virgílio	292
GILVAM BORGES		Destaque para o trabalho desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí. Aparte ao Senador João Vicente Claudino	307
Apoio à luta dos servidores públicos federais por melhores salários.	1	Relato sobre encontro com a Ministra do Turismo, a fim de tratar da questão do turismo no Piauí.	310
Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007), que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007).	419	Demonstração de alegria diante da aprovação da Emenda Constitucional nº 75, de 2007, que trata do aumento do Fundo de Participação dos Municípios.....	454
Boas-vindas ao Senador Euclides Mello ao Senado Federal. Aparte ao Senador Euclides Mello.....	505	Considerações acerca da CPI das ONGs. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.....	474
Anúncio da visita do Presidente Lula ao Amapá, para confirmar a transferência de titularidade das terras da União, localizadas no ex-Território do Amapá, para o Estado do Amapá.....	511	Crítica ao anúncio da extinção do Programa Primeiro Emprego em 2008.....	562
Considerações sobre o processo contra o Senador Renan Calheiros no Conselho de Ética do Senado.....	511	Frustração com o anúncio do cancelamento de mais investimentos na área da saúde para o Norte e Nordeste brasileiros.....	562
GIM ARGELLO		IDELI SALVATTI	
Projeto de Lei do Senado nº 508, de 2007, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportações – ZPE – na cidade de Brasília, Distrito Federal.....	468	Alerta no sentido de que o processo iniciado no Supremo Tribunal Federal, contra os envolvidos no “Mensalão”, é apenas a decisão sobre a aceitação ou não da denúncia apresentada pela Procuradoria Geral da República. Expectativa de que a mão da Justiça caia sobre todos que cometeram atos ilícitos	276
Projeto de Lei do Senado nº 509, de 2007, que dispõe sobre a criação de incentivos fiscais para pessoas físicas e jurídicas que façam doações financeiras a fundos públicos de geração de emprego, ocupação e renda e dá outras providências.....	469	Considerações acerca da moralização na política brasileira. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	293
HERÁCLITO FORTES		Considerações sobre a votação do projeto do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e do projeto sobre a Lei dos Estágios.	396
Comentário sobre a importância da entrevista concedida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , em 26 de agosto de 2007. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy	26	Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007), que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007)	418
Questionamentos sobre a deportação dos dois atletas cubanos que participaram dos Jogos Pan-Americano, realizados no Rio de Janeiro	34	Comentário sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007), que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007)	421
Comentários sobre o Poder Judiciário do Brasil. Aparte ao Senador Jefferson Péres.	236	Considerações acerca da aprovação da Emenda Constitucional nº 75, de 2007, que trata do aumento do Fundo de Participação dos Municípios	452
Comentários acerca do discurso do Senador Jefferson Péres, sobre a justiça no Brasil. Aparte ao Senador Jefferson Péres.	237	Apelo aos Líderes desta Casa no sentido de se votar a Lei dos Estágios.....	452

	Pág.		Pág.
Destaque para pesquisa mostrando que o índice de extrema pobreza caiu pela metade no Brasil, dez anos antes da meta da ONU	509	Elogios à entrevista do Presidente Lula ao jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , ao afirmar que não será candidato ao terceiro mandato presidencial.....	235
INÁCIO ARRUDA		JOÃO PEDRO	
Requerimento nº 959, de 2007, requer que seja considerada como desempenho de missão parlamentar oficial da Casa, no exterior, a participação de S.Exa. nos dias 3 e 4 de setembro de 2007, por ocasião da V Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, na Cidade de Montevidéu, Uruguai	67	Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007), que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007)	418
Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007), que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007)	421	Requerimento nº 995, de 2007, que requer voto de louvor à TV Amazonas, afiliada da Rede Globo no Amazonas, que fará, no dia 1º de setembro de 2007, aniversário de 35 anos de fundação. A emissora, que funciona em Manaus por meio do canal 5, lidera um conglomerado de emissoras de rádio e TV, denominado Rede Amazônica de Rádio e Televisão, com atuação nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá. Requer ainda que esta deferência seja comunicada aos diretores e colaboradores das empresas e do grupo fundador.....	460
JARBAS VASCONCELOS		Elogios ao Governo Lula pela recuperação da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho.....	557
Críticas ao Presidente Lula em virtude dos escândalos políticos ocorridos em seu primeiro mandato. Aparte ao Senador Tasso Jereissati	247	Apresentação de voto de louvor à TV Amazonas, à Rede Amazônica de Televisão, afiliada à Rede Globo, que completa 35 anos de atividades prestadas no Norte do País.	557
Comentários sobre a votação no Conselho de Ética em relação ao “caso Renan Calheiros”.....	402	JOÃO RIBEIRO	
JAYME CAMPOS		Considerações sobre a estiagem por que passa a Região Sudeste do Tocantins. Aparte à Senadora Kátia Abreu	386
Considerações sobre reportagem da revista <i>Veja</i> , relacionando o nome de S.Exa. entre alguns Parlamentares que supostamente tencionam trocar os Democratas por agremiações da base aliada do Governo.....	274	Apelo para que seja colocada em votação a indicação dos Senhores Luiz Antônio Pagot e Miguel de Souza para a diretoria do DNIT	412
Comunicado de encaminhamento à Secretaria Geral da Mesa Projeto de Lei alterando dispositivos do princípio de estabilidade dos diretores das agências reguladoras	388	JOÃO TENÓRIO	
Satisfação com a aprovação da Emenda Constitucional nº 75, de 2007, que trata do aumento do Fundo de Participação dos Municípios	451	Críticas ao Governo Federal tendo em vista a matéria intitulada “Governo multiplica por oito a criação de cargos”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 27 de agosto de 2007. Aparte ao Senador Mario Couto	518
Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2007, que altera a redação do art. 9º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras e dá outras providências, para dispor sobre a exoneração de seus dirigentes.....	466	Constatação de equívoco, em matéria publicada no <i>Jornal do Senado</i> , na edição de 30 de agosto de 2007, sobre audiência pública da Subcomissão de Biocombustíveis.....	519
Homenagem ao Dia do Comerciante.....	501	Satisfação pela posse do Senador Euclides Mello.	519
JEFFERSON PÉRES			
Opinião sobre o julgamento emblemático, pelo Supremo Tribunal Federal, do caso dos mensaleiros.	235		

VIII

	Pág.		Pág.
JOÃO VICENTE CLAUDINO			
Destaque para o trabalho desenvolvido pelos Tribunais de Contas de todo o País, especialmente o do Estado do Piauí	306	Proposta de Emenda à Constituição nº 84, de 2007, que altera o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição Federal, para estabelecer a gratuidade das ações de mandado de segurança e de mandado de injunção.	461
JONAS PINHEIRO			
Parecer nº 717, de 2007 (da Comissão de Educação), sobre a Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2007 (nº 696/2007), naquela que institui o “Dia de Santo Antônio de Sant’Anna Galvão”, a ser comemorado no dia 11 de maio.	231	Registro da participação de S.Exa. no Foro Parlamentar Interamericano de Gestão para Resultado em Desenvolvimento, órgão que integra o Banco Interamericano de Desenvolvimento, sobre a elaboração dos orçamentos e o seu processo de fiscalização.	578
Questionamento a respeito da votação da indicação dos Senhores Luiz Antônio Pagot e Miguel de Souza para a diretoria do DNIT.	411	JOSÉ NERY	
JOSÉ AGRIPINO			
Comentário sobre o desenvolvimento de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Aparte à Senadora Rosalba Ciarlini.....	21	Apresentação, pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, de recurso contra a decisão da Mesa, no dia 22 de agosto de 2007, de arquivar a representação que pretendia apurar possível quebra de decoro parlamentar por parte do Senador Gim Argello.	259
Referências ao pronunciamento da Senadora Rosalba Ciarlini, referente a Mossoró.....	30	Comentários sobre a indicação do Senhor Carlos Alberto Menezes para assumir o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.	397
Comentários à entrevista concedida pelo Presidente Lula, em 26 de agosto de 2007, ao jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	30	Manifestação favorável ao voto aberto no Conselho de Ética.....	402
Questionamentos sobre a deportação dos dois atletas cubanos que participaram dos Jogos Pan-Americano, realizados no Rio de Janeiro. Aparte Senador Heráclito Fortes.	35	Considerações acerca da aprovação da Emenda Constitucional nº 75, de 2007, que trata do aumento do Fundo de Participação dos Municípios.	455
Considerações sobre a votação do projeto do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.....	396	JOSÉ SARNEY	
Manifestação favorável ao voto aberto no Conselho de Ética.....	400	Homenagem ao Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Conselho Editorial do Senado Federal pelos dez anos de existência, e a Universidade do Legislativo Brasileiro (UNILEGIS), pelo transcurso dos seis anos do início de suas atividades.	81
Comentário sobre a antecipação do painel de votações para se votar a matéria que trata do Fundo de Participação dos Municípios.....	417	Complementação ao discurso de S.Exa. em homenagem aos dez anos de criação do ILB e do Conselho editorial e dos seis anos de Unilegis, lembrando a participação do Senador Renan Calheiros, como terceiro secretário, na execução de todo o processo de reformas junto com a Fundação Getúlio Vargas. ...	283
Considerações acerca da votação da matéria que trata do aumento do Fundo de Participação dos Municípios	443	KÁTIA ABREU	
JOSÉ MARANHÃO			
Requerimento nº 981, de 2007, que requer voto de aplauso a Sandro Alves, Andreonni Fabrizius, Damião Robson, Marcelo José, Severino Gabriel, Fabio Ribeiro, Antônio de Pádua Alves e Jailton Lucas, pelos brilhantes resultados obtidos no maior campeonato desportivo das Américas para Para-Atletas, os Jogos Parapanamericanos, realizados na cidade do Rio de Janeiro.....	178	Solidariedade com o sofrimento dos tocantinenses afetados pela forte estiagem, manifestando sua expectativa pela decretação do estado de calamidade pública, pelo Ministério da Integração Nacional	38
		Registro de sua indignação com o encaminhamento de voto secreto no Conselho de Ética.....	40
		Requerimento nº 983, de 2007, que solicita informações à Senhora Ministra de Estado do Meio	

Pág.	Pág.
Ambiente sobre as deliberações do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN.	373
Considerações sobre a estiagem por que passa a Região Sudeste do Tocantins.....	385
Considerações sobre a importância do Fundo de Participação dos Municípios.....	454
MAGNO MALTA	
Registro de participação de S.Exa. na Feira Internacional de Mármore e Granito, realizada em Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo.....	389
Considerações sobre projeto que trata da desburocratização do processo de adoção.	389
Registro do transcurso do Dia Nacional de Combate ao Fumo.	390
Comentários sobre a indicação do Senhor Carlos Alberto Menezes para assumir o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.	394
Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007), que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007).	421
MÃO SANTA	
Comentário sobre a liberação de mais recursos para a Marinha do Brasil e críticas à situação precária do Ministério da Defesa. Aparte ao Senador Marco Maciel.	5
Considerações a respeito do trabalho das santas casas de misericórdia, no que tange à saúde no Brasil.....	12
Comentário sobre a importância da educação no Brasil. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.....	12
Elogios à escolha de frases de valorização da educação na propaganda da Semana da Pátria.	237
Considerações sobre as Santas Casas de Misericórdia e sobre o sistema de saúde no Brasil.	237
Considerações sobre as Santas Casas de Misericórdia. Aparte ao Senador Paulo Duque.....	245
Homenagem ao ex-Presidente Getúlio Vargas pelo transcurso do quinquagésimo terceiro aniversário de seu falecimento.....	341
Comentário sobre a seca no Estado do Piauí e sobre a importância da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Aparte à Senadora Kátia Abreu.	387
Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007), que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007).	418
Considerações acerca da aprovação do aumento do Fundo de Participação do Municípios	456
Homenagem ao Dia do Comerciante.....	497
Testemunho sobre o Senador Euclides Mello. Aparte ao Senador Euclides Mello	505
Comentário sobre as políticas agrícolas do Estados Unidos em comparação com as do Brasil. Aparte ao Senador Alvaro Dias.	515
Críticas ao Governo Federal tendo em vista a matéria intitulada “Governo multiplica por oito a criação de cargos”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 27 de agosto de 2007. Aparte ao Senador Mario Couto.....	517
Posição contrária à prorrogação da CPMF.	522
Críticas aos gastos do Governo Federal.....	522
Comentário sobre o aumento dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Aparte ao Senador Flexa Ribeiro	529
Críticas ao Governo Lula pelo excesso de Ministérios.....	581
MARCELO CRIVELLA	
Proposta de Emenda à Constituição nº 83, de 2007, que altera, revoga e acresce dispositivos à Constituição, para permitir a incidência do ICMS na exportação de produtos primários e semi-elaborados e repartir o produto da arrecadação do imposto de exportação.....	47
Relato sobre audiência com o Ministro da Educação juntamente com o Prefeito de Macaé, quando foi passado a S.Exa. o plano de expansão das Escolas Técnicas da Educação Profissional no País.....	296
Histórico da carreira política de Senador Paulo Duque. Aparte ao Senador Paulo Duque.	534
MARCO MACIEL	
Apelo em favor da liberação de mais recursos para a Marinha do Brasil	3
Comentários acerca da aceitação por comissão da ONU do prolongamento dos limites da plataforma continental pelo Brasil.....	3
Requerimento nº 980, de 2007, que requer, em decorrência do falecimento do professor Newton	

	Pág.		Pág.
Lins Buarque Sucupira, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, no dia 26 de agosto de 2007, a inserção em ata de voto de profundo pesar; apresentação de condolências a seus filhos, à Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Gama Filho, onde era Professor Emérito, ao Ministério da Educação, onde ocupou cargo no Conselho Federal de Educação e de Diretor de Assuntos Universitários, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	177	de caranguejo na Reserva Extrativista Marinha de Soure, no Arquipélago do Marajó, no Pará.....	6
MARCONI PERILLO		Requerimento nº 960, de 2007, que requer ao Ministério do Meio Ambiente levantamento sobre a real situação e a adoção de enérgicas providências quanto à invasão de pessoas para extração ilegal de caranguejo na Reserva Extrativista Marinha de Soure, no Arquipélago do Marajó.	67
Homenagem ao Dia do Corretor de Imóveis ...	95	Elogios ao Supremo Tribunal Federal pelas providências tomadas em relação ao caso do “Mensalão”. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	248
Manifestação sobre o voto secreto ou aberto no Conselho de Ética. Aparte ao Senador Arthur Virgílio	290	Comentários sobre a matéria intitulada “Governo multiplica por oito a criação de cargos”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 27 de agosto de 2007.....	516
Comentários sobre a indicação do Senhor Carlos Alberto Menezes para assumir o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.	394	Considerações sobre o aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).....	516
Comentário sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007), que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007)	418	Comentário sobre a necessidade de a Governadora do Estado do Pará deixar a questão do partidarismo de lado para entrar em consenso com os Senadores paraenses, em prol do desenvolvimento do referido Estado. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro	531
Comentário sobre a importância da discussão, no Senado Federal, da Medida Provisória que trata do apoio governamental às vítimas do acidente com o Césio 137 em Goiás.	419	Considerações sobre a votação do projeto do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.	395
Destaque para a luta do municipalismo brasileiro diante da aprovação da Emenda Constitucional nº 75, de 2007, que trata do aumento do Fundo de Participação dos Municípios.....	453	MARISA SERRANO	
Projeto de Lei do Senado nº 506, de 2007, que altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que “estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico”, para determinar a manutenção preventiva nas galerias de águas pluviais.	465	Requerimento nº 982, de 2007, que solicita autorização do Senado Federal para ausentar-se do País, no período de 2 a 5 de setembro de 2007, para participar da Quinta Sessão do Parlamento do Mercosul, que se realizará na cidade de Montevidéu, no Uruguai.	373
Considerações sobre alternativas de gestão pública, oferecendo como exemplo a experiência recente no Governo do Estado de Goiás, que registra recorde na geração de empregos e em desenvolvimento	520	Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2007, que dispõe sobre restrições à venda e ao consumo de bebidas alcoólicas e altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para ampliar as restrições à propaganda dessas bebidas e modificar sua definição e algumas disposições relativas às advertências sobre o seu consumo	380
MARIO COUTO		Comentário acerca do debate sobre o voto aberto ou secreto no Conselho de Ética	404
Relato da difícil situação dos caranguejeiros brasileiros. Apresentação de requerimento ao Ministério do Meio Ambiente, solicitando levantamento sobre a real situação e a adoção de providências quanto à invasão de pessoas para extração ilegal		Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007), que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007)	416
		MOZARILDO CAVALCANTI	
		Requerimento nº 979, de 2007, que requer, em decorrência do falecimento do Grão Mestre da	

Pág.	Pág.
Grande Loja Maçônica de Roraima, Ademir Pinheiro Viana, ocorrido no dia 26 de agosto, na cidade de São Paulo, a inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família e à Grande Loja Maçônica de Roraima.....	177
Comentários sobre a importância das Santas Casas de Misericórdia para o Brasil. Aparte ao Senador Mão Santa.....	238
Elogios à atuação diligente do Supremo Tribunal Federal. Aparte ao Senador Alvaro Dias	243
Posição contrária à privatização das Santas Casas de Misericórdia. Aparte ao Senador Paulo Duque	245
Elogios à CPI que investigou o escândalo do mensalão. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.....	246
Elogios à atuação do Supremo Tribunal Federal no julgamento do caso do “Mensalão”. Aparte ao Senador Sérgio Guerra.....	250
Justificação do Requerimento nº 979, de 2007, que solicita voto de pesar pelo falecimento do Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica de Roraima, Ademir Pinheiro Viana	252
Homenagem ao ex-Presidente Getúlio Vargas pelo transcurso do quinquagésimo terceiro aniversário de seu falecimento.....	327
Considerações acerca da importância da votação da matéria que trata do aumento do Fundo de Participação dos Municípios.....	450
Homenagem ao Dia do Comerciante. Aparte ao Senador Mão Santa.....	498
Boas-vindas ao Senador Euclides Mello ao Senado Federal. Aparte ao Senador Euclides Mello.....	504
Comentário sobre a visita do Presidente Lula ao Amapá, para confirmar a transferência de titularidade das terras da União, localizadas no ex-Território do Amapá, para o Estado do Amapá. Aparte ao Senador Gilvam Borges.....	511
Protesto contra possível operação da Funai, utilizando a Polícia Federal, na reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima.....	525
 NEUTO DE CONTO	
Cumprimentos aos Prefeitos Brasil pela vitória alcançada na luta pelo aumento dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.....	453
 OSMAR DIAS	
Comentário favorável à indicação do Doutor Fernando Eizo Ono para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado.....	406
 PAPALÉO PAES	
Reflexão sobre os aspectos técnicos que norteiam a CPMF, bem como as questões políticas que envolvem sua discussão e votação. Posição contrária à prorrogação da CPMF	239
Críticas ao descumprimento do Regimento Interno do Senado Federal.....	403
 PAULO DUQUE	
Solicitação de apoio à Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.....	243
Homenagem ao ex-Presidente Getúlio Vargas pelo transcurso do quinquagésimo terceiro aniversário de seu falecimento.....	345
Saudação aos Estados do Pará, do Piauí e do Rio de Janeiro.	533
 PAULO PAIM	
Requerimento nº 958, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, requer que sobre o PLC nº 42, de 2007, seja ouvida a Comissão de Assuntos Sociais – CAS.....	66
 PEDRO SIMON	
Requerimento nº 961, de 2007, que comunica a ausência de S.Exa. do País para participar, como integrante da representação brasileira, da Reunião do Parlamento do Mercosul, a realizar-se nos dias 3 e 4 de setembro de 2007, em Montevidéu, Uruguai.....	67
Elogios à atuação do Supremo Tribunal Federal no julgamento da denúncia do “Mensalão”..	278
Homenagem ao ex-Presidente Getúlio Vargas pelo transcurso do quinquagésimo terceiro aniversário de seu falecimento.....	329
Requerimento nº 988, de 2007, que em aditamento ao Requerimento nº 961/2007, já aprovado pelo Plenário desta Casa, requer alteração do período informado no qual S.Exa. ausentará-se do País, para participar como integrante da representação brasileira da Reunião do Parlamento do Mercosul, que será entre os dias 2 a 5 de setembro de 2007.	375
Requerimento nº 992, de 2007, que requer voto de louvor aos 50 anos do Grupo Rede Brasil Sul de Comunicação – RBS.	458
 RAIMUNDO COLOMBO	
Considerações acerca da votação da Lei dos Estágios.....	453

	Pág.		Pág.
RENAN CALHEIROS			
Manifestação sobre o voto secreto ou aberto no Conselho de Ética	400		
RENATO CASAGRANDE			
Apelo aos Líderes do Senado Federal para votar o projeto do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.....	391	Parecer nº 719, de 2007 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Emenda à Constituição nº 75, de 2007, de iniciativa do Presidente da República (nº 58/2007, na Câmara dos Deputados), altera o artigo 159 da Constituição Federal, aumentando a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios (Mini-reforma Tributária)	377
Considerações sobre as pressões sofridas pelos Senadores em relação ao “caso Renan Calheiros”.....	401	Considerações sobre a votação do projeto do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.....	391
Comentário acerca do debate sobre o voto aberto ou secreto no Conselho de Ética.	407	Comentários sobre a votação do projeto do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.....	395
Comentário acerca do debate sobre o voto aberto ou secreto no Conselho de Ética.	409	Esclarecimentos a respeito da votação da indicação dos Senhores Luiz Antônio Pagot e Miguel de Souza para a diretoria do DNIT.....	411
ROMERO JUCÁ			
Solidariedade ao povo do Tocantins e dos demais Estados afetados pela seca. Apelo em favor do povo de Roraima, vitimado pelas chuvas que assolam a região, bem como pela reconstrução da BR-174, que liga Manaus à Venezuela.....	39	Comentário sobre a importância da discussão, no Senado Federal, da Medida Provisória que trata do apoio governamental às vítimas do acidente com o Césio 137 em Goiás	419
Requerimento nº 963, de 2007, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado de nºs. 5/2003; 178/2004; 200/2004; 220/2004; 370/2004, por versarem sobre o mesmo assunto.	67	Requerimento nº 991, de 2007, que requer calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2007 (nº 58/2007, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios, para que a matéria conste na Ordem do Dia das sessões deliberativas extraordinárias a serem convocadas para o dia 29 de agosto de 2007.....	429
Comentários acerca das contribuições da Confederação Nacional de Transportes – CNT para a sociedade brasileira.....	68	Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2007 (nº 58/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios (mini-reforma tributária).....	440
Requerimento nº 964 de 2007, que requer a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2003, de minha autoria, que “Altera o Anexo de Metas Fiscais da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003”.....	68	Elogios aos avanços assegurados pelo Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE), implantado pelo Governo Federal em 1997, com apoio do BID.....	550
Requerimento nº 977, de 2007, que requer a tramitação conjunta do PLS nº 272, de 2005, com o PLS nº 282, de 2005, por versarem sobre o mesmo assunto.....	176	Requerimento nº 999, de 2007, que requer audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do PLC nº 3, de 2007, que “regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal – TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal – ASB”, além da constante do despacho inicial.....	552
Elogios ao Senador Eduardo Suplicy pela sua postura responsável em relação ao fechamento do texto da matéria que trata da instituição de normas para licitações e contratos da administração pública. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy	300	ROMEU TUMA	
Registro de entendimento entre várias comunidades indígenas de Roraima para realização de um projeto de atuação conjunta para o desenvolvimento da área da Raposa Serra do Sol	308	Homenagem ao Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Conselho Editorial do Senado Federal pelos dez anos de existência, e a Universidade do	
Considerações sobre o papel de fundamental importância desempenhado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR	311		

	Pág.		Pág.
Legislativo Brasileiro (UNILEGIS), pelo transcurso dos seis anos do início de suas atividades	80	4 de setembro de 2007, da Quinta Sessão do Parlamento do Mercosul, que se realizará na cidade de Montevideu, no Uruguai.....	166
Homenagem pelo transcurso do Dia do Corretor de Imóveis	167	Projeto de Lei do Senado nº 503, de 2007, que altera a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, que cria a “Timemania”, para ampliar as possibilidades de parcelamento de débitos das entidades beneficiadas.....	223
Requerimento nº 974, de 2007, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 31 de agosto a 8 de setembro de 2007, para fins de participar, em Viena, na Áustria, a convite da Organização das Nações Unidas, de reuniões com autoridades do Escritório contra Drogas e Crime, de interesse da atividade legislativa	176	Apelo aos Parlamentares desta Casa para votar a Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2007...	404
Comentários sobre o julgamento realizado no Supremo Tribunal Federal dos envolvidos no escândalo do “Mensalão”. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. ..	248	Comentário sobre o resultado da votação da matéria que trata do aumento do Fundo de Participação dos Municípios.....	446
Anúncio da nomeação do Senhor Paulo Lacerda, Diretor Geral da Polícia Federal, para o cargo de Presidente da ABIN	577	SERYS SLHESSARENKO	
ROSALBA CIARLINI		Destaque para a assinatura de pacto ambiental entre o Governo de Mato Grosso e a Associação dos Produtores de Soja – Aprosoja.....	558
Defesa da revolução pela educação no País. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.....	9	Relato da participação de S.Exa. no Fórum de Legisladores do G-8.	558
Registro da visita de S.Exa. à vigésima Feira Industrial e Comercial da Região Oeste – FICRO, realizada em Mossoró – RN.	20	Anúncio do seminário Etanol MT/Brasil, a se realizar em Mato Grosso	558
Satisfação com a aprovação da Emenda Constitucional nº 75, de 2007, que trata do aumento do Fundo de Participação dos Municípios.	451	SIBÁ MACHADO	
SÉRGIO GUERRA		Requerimento nº 975, de 2007, que requer a retirada do Requerimento nº 1.161, de 2006	176
Comentário sobre o desenvolvimento de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Aparte à Senadora Rosalba Ciarlini.	22	TASSO JEREISSATI	
Comentário sobre a importância da entrevista concedida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , em 26 de agosto de 2007. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.....	27	Parecer nº 714, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2007, tendo como 1º signatário o Senador Jarbas Vasconcelos, que altera o art. 17. § 1º, da Constituição Federal, para admitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias	41
Defesa de votação aberta no Conselho de Ética, no processo contra o Senador Renan Calheiros.....	28	Comentários sobre a importância do julgamento realizado no Supremo Tribunal Federal dos envolvidos no escândalo do “Mensalão”.....	246
Constatação de que as decisões do Supremo Tribunal Federal devem gerar consequências políticas, reduzindo a corrupção e a impunidade na política brasileira.....	249	Comentários sobre a importância do Supremo Tribunal Federal diante da corrupção política no País. Aparte ao Senador Sérgio Guerra.....	251
Registro do artigo intitulado “Morremos todos”, publicado na revista <i>Veja</i> , edição de primeiro agosto de 2007.....	485	Homenagem ao ex-Presidente Getúlio Vargas pelo transcurso do quinquagésimo terceiro aniversário de seu falecimento. Aparte ao Senador Mão Santa. ..	344
SÉRGIO ZAMBIASI		TIÃO VIANA	
Requerimento nº 966, de 2007, requer que seja considerada como desempenho de missão no exterior a participação de S.Exa., nos dias 3 e		Comentário sobre missão à Floresta Amazônica, em visita à comunidade indígena iauanauá. Importân-	

	Pág.		Pág.
cia da preservação da cultura e tradições indígenas. Aparte ao Senador Cristovam Buarque	10	são de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007).....	415
Parecer nº 720, de 2007, de Plenário, sobre a Medida Provisória nº 373, de 2007, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios.	414	Satisfação com a aprovação da Emenda Constitucional nº 75, de 2007, que trata do aumento do Fundo de Participação do Municípios.	451
Esclarecimentos a respeito do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007), que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007).	421	VALTER PEREIRA	
Requerimento nº 990, de 2007, que requer preferência para a Medida Provisória nº 373, de 2007, a fim de ser submetida à apreciação do Plenário antes do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007.....	422	Parecer nº 718, de 2007 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre a Mensagem nº 132, de 2007 (nº 633/2007, na origem) do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor Carlos Alberto Menezes Direito para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence.....	376
VALDIR RAUPP		WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
Parecer nº 716, de 2007 (da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura), sobre a Mensagem nº 100, de 2007 (nº 418/2007, na origem), que “Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Miguel de Souza para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT”.....	229	Manifestação sobre o voto secreto ou aberto no Conselho de Ética. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	286
Convite aos Senadores do PMDB a comparecerem ao Plenário para a votação do aumento do Fundo de Participação dos Municípios.....	409	Comentários acerca das votações em alguns julgamentos do Conselho de Ética.	296
Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007), que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007).....		Considerações acerca do “caso Renan Calheiros”.....	403
		Comentário sobre a liberação de recursos para a melhoria do Hospital Getúlio Vargas, no Piauí.	565